TEMPO: instável, com chuvas. TEMP.: estável. VENTOS: variáveis, fracos. VISIB.: boa. MÁXIMA: 31,0. MÍNIMA: 20,7. (Mais detalhes na 1.ª página do Cad. de Classificados)

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro -- Sexta-feira, 15 de março de 1968 — Ano LXXVII — N.º 29[illegible]

Suicídio de vice-ministro agrava a crise tcheca

RECONHECIMENTO DIFÍCIL

Ninguém no Galeão descobriu que a loura era Carrol Baker

O PROCESSO EM MARCHA

Radiofoto UPI

Chudik destituído foi outro ponto a piorar a crise tcheca

A crise política na Tcheco-Eslováquia agravou-se ontem com o suicídio do Vice-Ministro da Defesa, Coronel-General Vladimir Janko, envolvido na fuga do General Sejna para os Estados Unidos, e a destituição de um partidário do Presidente Novotny, Miguel Chudik, da Presidência do Conselho Nacional Eslovaco.

O Govêrno tcheco ordenou a abertura de um inquérito para apurar as circunstâncias que envolveram o suicídio de Janko, responsável pela mobilização das Fôrças Armadas a favor do Presidente Novotny durante a reunião do Comitê Central do PC que diminuiu há poucas semanas os podêres do atual Chefe de Estado, um dos últimos stalinistas.

Em nota oficial divulgada ontem à noite, o Ministério do Interior da Tcheco-Eslováquia assegurou que "as Fôrças de Segurança não tinham entrado em alerta, pois não é tolerável que se levantem contra o Partido e o povo".

O agravamento da tensão na Tcheco-Eslováquia poderá apressar a queda do Presidente Antonin Novotny, virtualmente isolado no poder e, segundo os observadores políticos, sem possibilidades de se recompor com os outros dirigentes do PC. O Vice-Primeiro-Ministro, Oldrich Cernik, responsabilizou-o formalmente pelo "fôsso que separa o Presidium do Comitê Central e do povo".

Em Washington, o Departamento de Estado norte-americano iniciou o exame do pedido de extradição do General Sejna, encaminhado oficialmente pelo Govêrno de Praga. (Página 7)

Lacerda fala de política agrária hoje

Com uma palestra sôbre política agrária — condenando a do Govêrno e propondo a da *frente ampla* — o Sr. Carlos Lacerda receberá às 20h, em Governador Valadares, o título de Cidadão Honorário, com garantias policiais do Govêrno mineiro, embora a cidade esteja em completa calma.

Dirá o ex-Governador, entre outras coisas, que a política agrária do Govêrno Costa e Silva nunca saiu do papel, e indicará, como alternativa, um projeto pelo qual 30 ou 40 milhões de brasileiros poderiam ser integrados no processo produtivo, escapando à marginalização a que estariam condenados no interior do País.

O Deputado Renato Archer organizou em Brasília, ontem, a caravana de políticos da órbita federal que acompanhará o líder da *frente ampla* ao Norte de Minas. O MDB na Assembléia mineira enviará cinco representantes. O nôvo programa da *frente* deverá prosseguir no dia 22, em São Paulo, com o Sr. Carlos Lacerda participando de debates na Assembléia Legislativa, e no dia seguinte, de um comício em São Caetano. (Página 3)

Teatro cede para salvar "Cordélia"

O Teatro do Autor Brasileiro interpôs nôvo recurso, na tentativa de liberar a peça **No Começo É Sempre Difícil, Cordélia Brasil, Vamos Tentar Outra Vez**, solicitando ao Ministério da Justiça que ela seja apresentada para maiores de 21 anos, depois das 22 horas, e que a Censura entre em entendimentos com o autor, Antônio Bivar, para que sejam alteradas as partes vetadas no texto.

Volta ao Lar, de Harold Pinter, que foi encenada no ano passado no Rio, foi ontem liberada pelo Ministro Gama e Silva. (Página 10)

Rei da Grécia se compõe com militares

Atenas (AFP-JB) — A Junta Militar chegou a um acôrdo com o Rei Constantino para sua volta à Grécia, assim que seja aprovada a nova Constituição, que prevê o estabelecimento de uma "democracia coroada". Fontes extra-oficiais informaram que o Govêrno convidaria o Rei a regressar após a votação.

A fórmula satisfaz o Rei Constantino, que não desejava voltar antes do restabelecimento da ordem constitucional, e os chefes dos antigos partidos, Panayotis Canelopoulos (direitista), e Georges Papandreu (União do Centro), já foram informados a respeito do acôrdo entre o Rei Constantino e os militares que o depuseram.

Carrol Baker chega para ficar 3 dias

A intérprete de *Baby Doll*, Carrol Baker, chegou ontem ao Rio, depois de assistir ao Festival de Cinema de Mar del Plata. Ficará por três dias no Copacabana Palace e quando desembarcou no Aeroporto do Galeão ninguém a reconheceu, nem mesmo o motorista de Jorge Guinle que fôra esperá-la.

Falando sem vivacidade, aparentemente cansada, trajando um costume de linho vermelho, saia à altura do joelho e muito magra, Carrol Baker disse que hoje já não dormia mais de *baby doll*, pois "ele está muito velho e eu só uso pijama". Seu vestido foi comprado em Roma, onde recentemente concluiu o filme *Il Dolce Corpora de Debora*. (Página 20)

Corrida ao ouro põe mercados em pânico

A onda de compras de ouro atingiu ontem proporções de pânico financeiro, precipitando-se com uma intensidade sem igual na história dos principais mercados monetários do mundo. O Presidente Johnson pediu ao Primeiro-Ministro Wilson, e conseguiu, o fechamento do mercado londrino, e de todos os bancos do País, ontem e hoje.

Há 34 anos, o preço do ouro é de 35 dólares a onça e os Estados Unidos reafirmaram sua determinação de manter esta cotação. Para fazer frente à procura do ouro na Europa, o Senado americano aprovou ontem o projeto de lei que libera 10 bilhões e meio em ouro em barra.

O projeto, aprovado por 39 votos contra 37, eliminou a obrigação de depósito em ouro, na base de 25% do valor da moeda nacional em circulação.

Grandes compras de matérias-primas, de caráter especulativo, foram feitas ontem nos vários mercados londrinos. O café registrou altas de 7 a 8 libras esterlinas por tonelada. O Govêrno americano convocou para amanhã uma reunião dos Governadores dos Bancos Centrais dos outros seis países que formam o *pool* do ouro. (Página 14)

JB bate recorde com 160 páginas

O JORNAL DO BRASIL, com sua edição de hoje, bate o seu próprio recorde em número de páginas e publicidade, circulando com 160 páginas, contra as 152 do recorde anterior, na edição de 12 de dezembro de 1965. **A Revista Econômica**, que acompanha a edição, também bate o seu recorde, com 120 páginas contra as 80 do ano passado.

Cuba vive crise de alimentos

Fidel Castro admitiu ontem que Cuba atravessa uma séria escassez de alimentos e disse que o Govêrno poderá não entregar mais os aviões seqüestrados que cheguem ao país, até que os Estados Unidos devolvam "os que foram roubados por contra-revolucionários", que se apoderaram também de navios.

O Primeiro-Ministro cubano fêz essas declarações na Universidade de Havana, durante as comemorações do aniversário do assalto ao palácio de Batista, por um grupo de estudantes. Seu discurso foi de 4 horas e meia. Não se referiu às relações com a União Soviética e exortou a uma radicalização da revolução, "para extirpar o capitalismo". (Página 7)

Costa e Silva vai recusar ida aos EUA

Brasília (Sucursal) — O Presidente Costa e Silva recusará o convite que o Presidente Johnson lhe fêz para visitar os Estados Unidos em abril, por ocasião da Feira Internacional de Santo Antônio, Texas. Em carta ainda a ser escrita, o Marechal agradecerá não apenas o convite como a gentileza do Presidente norte-americano, que ofereceu o seu rancho para hospedá-lo, além de apresentar suas desculpas.

Os motivos principais da ausência do Brasil na Feira Internacional de Santo Antônio são: a falta de tempo para a preparação de nossa representação e o preço muito alto, que está sendo cobrado por um *stand*, agora que faltam poucos dias para a mostra.

Adalberto é o substituto de Geisel

Brasília (Sucursal) — O Presidente Costa e Silva assinou ontem decreto que nomeia o General Adalberto Pereira dos Santos para a chefia do Estado-Maior do Exército, em substituição ao General Orlando Geisel, designado anteontem para a chefia do Estado-Maior das Fôrças Armadas (EMFA).

O General Adalberto Pereira dos Santos, através de outro ato, foi exonerado do Comando do I Exército, com sede no Rio. O *Diário Oficial* de ontem publica a nomeação do General-de-Brigada Oldemar Ferreira Garcia para a direção do Departamento de Ensino do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington.

Govêrno festeja ano com o Plano Trienal

Em pronunciamento ao País, hoje — primeiro aniversário de seu Govêrno, do qual o JB dá um resumo analítico —, o Marechal Costa e Silva fará um balanço das realizações nos vários setores administrativos e antecipará os pontos principais do Plano Trienal em elaboração no Ministério do Planejamento. A prestação de contas foi gravada há dias em video-tape e será divulgada por uma rêde nacional de rádio e televisão, à noite.

Em Brasília, onde se encontra desde ontem, o Presidente da República participará de dois atos: às 17h30m, no Palácio do Planalto, coquetel aos governadores e parlamentares da ARENA, e às 21 horas, jantar no Hotel Nacional, ainda em comemoração ao aniversário de Govêrno.

Parlamentares do Partido oficial pedirão hoje, à direção do mesmo, uma manifestação de aplauso ao Presidente Costa e Silva por sua definição contra eleições indiretas nos Estados. Apesar de ter sido eleito em pleito direto, o Governador Israel Pinheiro, de Minas, pronunciou-se pela eleição indireta, na condição de "velho parlamentarista".

O Governador da Bahia aproveitará sua estada em Brasília, hoje, para conversar com o Presidente do MDB, Sr. Oscar Passos, sôbre a pacificação nacional. (Noticiário na página 3 e *Um Ano de Costa e Silva*, nas páginas 18 e 19).

Negrão tira o Delegado da 23a. DD

O Delegado Mário César — acusado de conivente com o espancamento do advogado Manuel Gonçalves Fraga Filho — foi sumàriamente afastado da 23.ª Delegacia Distrital, através de uma ordem que o Governador Negrão de Lima deu ontem ao Secretário de Segurança, General Dario Coelho, que tem 48 horas para apurar todos os fatos.

O afastamento do policial foi determinado logo após o Governador ter recebido, no Palácio Guanabara, tôda a diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, que protestou contra a agressão. Declarando-se surpreendido com a acusação, o Delegado Mário César contestou-a e disse que não concordaria com o espancamento de um colega. (Página 11)

A. JORNAL DO BRASIL — Av. Rio Branco, 110/112 — End. Tel. JORBRASIL — GB. — Tel. Rêde Interna: 22-1818. Telex n.ºs 431 — 432 — 433 — Sucursais: São Paulo — Av. São Luís, 170, loja 7. Tel. 32-8702. Brasília — Setor Comercial Sul — S.C.S. — Quadra 1 — Bloco 1, Ed. Central, 6.º and., gr. 602/7. Tel. 2-8866. B. Horizonte — Av. Afonso Pena, 1.500, 9.º and. Tel. 2-5848. Niterói — Av. Amaral Peixoto, 116, grupos 703/704. Tels. 5509 e 21730. Pôrto Alegre — Av. Borges de Medeiros, 916, 4.º and., Tel. 4-7566. Recife — Rua União, Ed. Sumaré, s/ 1.003. Tel. 2-5793. B. Aires — Florida, 142, lojas 10 e 14. Tel. 40-3855. Correspondentes: Manaus, Belém, S. Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória, Curitiba, Goiânia, Montevidéu, Washington, Nova Iorque, Paris, Londres. PREÇOS: VENDA AVULSA, GB e E. do Rio: Dias úteis NCr$ 0,20 — Domingos, NCr$ 0,30; SP, DF e BH: Dias úteis, NCr$ 0,30 — Domingos, NCr$ 0,40; Estados do Sul: Dias úteis, NCr$ 0,30 — Domingos, NCr$ 0,50; Nordeste (até PB): Dias úteis, NCr$ 0,30 — Domingos, NCr$ 0,50; Norte (RN até AM): Dias úteis, NCr$ 0,50 — Domingos, NCr$ 0,80; Oeste (GO, MT): Dias úteis, NCr$ 0,30 — Domingos, NCr$ 0,50; SERVIÇO POSTAL (BRASIL): Ano NCr$ 45,00; Semestre, NCr$ 23,00; Trimestre, NCr$ 12,00 — ENTREGA DOMICILIAR: Guanabara, Trimestre, NCr$ 18,00; Semestre, NCr$ 36,00 — Exterior (V. AÉREA) — EUA: Mensal, US$ 10; Trimestre: US$ 30; Argentina PA$ 60 e PA$ 100; Uruguai $8, dias úteis e $15 domingos; Chile, dias úteis, 1,50 escudos, domingos, 2,70 escudos.

Candidatura de Bob Kennedy pode cindir Partido Democrata

Washington (UPI-JB) — A declaração do Senador Robert Kennedy de que poderá disputar a legenda do Partido Democrata para as próximas eleições presidenciais repercutiu bastante nos escalões do Govêrno e do Partido, mas não esfriou o entusiasmo do Senador McCarthy, que está decidido a concorrer em outras eleições primárias.

O Senador McCarthy declarou ontem que a candidatura de Robert Kennedy à indicação pela convenção, se fôr efetivada, dividirá o movimento democrata e aumentará as possibilidades de reeleição do Presidente Johnson. Na Ilha Cozumel, no México, onde se encontra, em férias, a Sra. Jacqueline Kennedy disse que dará apoio "de todo o coração" ao Senador Kennedy, mas evitou fazer críticas ao Presidente Lyndon Johnson.

APOIO POPULAR

Robert Kennedy chegou ontem de Nova Iorque, onde manteve reunião com seus mais íntimos assessôres, e informou que só talvez dentro de uma semana possa dar a conhecer sua decisão definitiva sôbre o assunto.

No decorrer de uma entrevista coletiva, Kennedy admitiu que está examinando a possibilidade de concorrer às eleições primárias do Oregon e da Califórnia. A legislação eleitoral do Oregon dá prazo apenas até o dia 22 para a inscrição dos concorrentes às primárias do Estado.

O jornal **Los Angeles Herald-Examiner** afirmou ontem que o Senador Kennedy anunciará, na próxima segunda-feira, sua decisão de concorrer à presidência e revelou o nome do dirigente de sua campanha nas eleições primárias do Estado da Califórnia, Jesse Urpuh, Presidente da Assembléia Estadual.

Funcionários do escritório do Senador Robert Kennedy disse que, do período que foi da declaração de Kennedy até o meio-dia de ontem, foram recebidos 3 700 telegramas e cartas, dos quais 95 por cento manifestando apoio a Kennedy e pedindo que êle apresentasse sua candidatura.

McCarthy, cuja campanha é baseada na luta pela paz no Vietname, ressaltou ontem que não está disposto a abandonar a luta e anunciou que participará das eleições primárias dos Estados de Indiana, no dia 7 de maio e de Dakota do Sul, no dia 4 de junho.

Os assessôres do Presidente Lyndon Johnson continuam manifestando a certeza de que êle será o escolhido na convenção nacional do Partido Democrata, mas se mostram menos seguros sôbre os resultados das eleições se houver uma grande luta do Partido durante as primárias.

Um dos mais firmes aliados do Presidente Johnson, o Governador Richard Hughes, do Estado de Nova Jérsei, assinalou hoje que não gostaria de ver o Partido Democrata dividido pela campanha de Kennedy e acrescentou que isso aumentaria as possibilidades de uma vitória republicana.

ENCONTRO

Os senadores Robert Kennedy e Eugene McCarthy mantiveram ontem uma entrevista de vinte minutos, no Gabinete do Senador Edward Kennedy, irmão mais môço do Presidente assassinado. A reunião, realizada 24 horas depois do êxito obtido por McCarthy nas eleições primárias de New Hampshire, provocou numerosas especulações nos meios políticos de Washington.

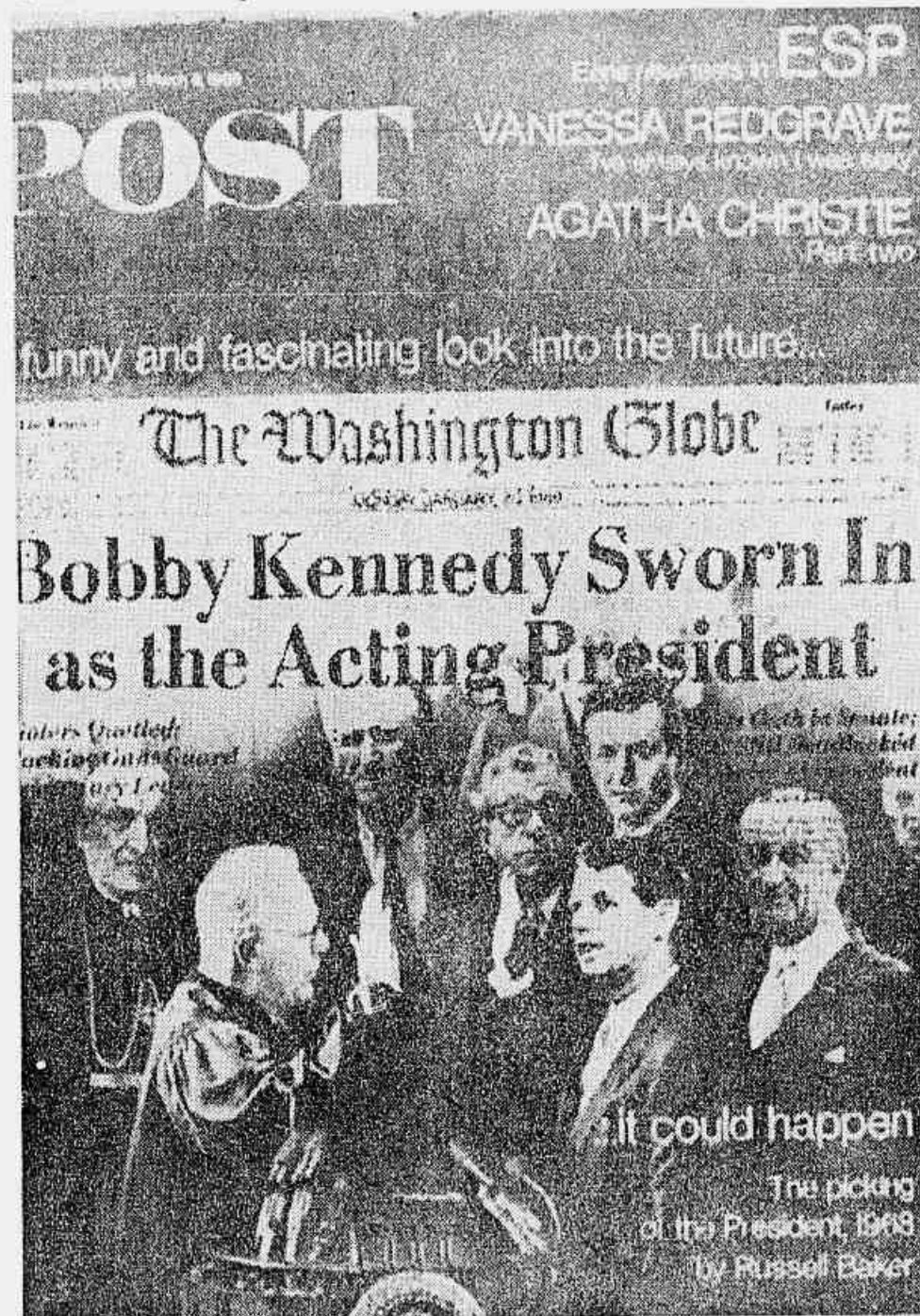
Segundo informação do jornal **Kansas City Star** o Senador Robert Kennedy entrevistou-se no sábado com quatro Governadores democratas do Meio-Oeste sôbre seus projetos de participação na disputa presidencial. Diz o jornal que os quatro Governadores expuseram a Robert Kennedy sua inquietação a propósito da candidatura do Presidente Johnson, considerada como prejudicial para os interêsses do Partido Democrata. Os Governadores citados pelo **Kansas City Star** são Robert Docking (Kansas), Warren Hearnes (Missúri), Harold Hughes (Iowa) e William Guy (Dakota do Norte).

O ex-conselheiro do Presidente Kennedy e antigo embaixador dos Estados Unidos na Índia, John Kenneth Galbraith, ativo participante da campanha eleitoral de McCarthy, foi entrevistado ontem por grande número de jornalistas sôbre os futuros projetos eleitorais dos dois senadores. Galbraith declarou que McCarthy e Kennedy se complementam muito bem e que, em sua opinião, formariam uma excelente dupla para a Presidência dos Estados Unidos.

UMA ESPERANÇA

Telefoto UPI-JB

The Washington Globe

Bobby Kennedy Sworn In as the Acting President

O jornal **Saturday Evening Post** *publicou, no último dia 9, esta fotomontagem em que o Senador Robert Kennedy aparece prestando juramento como Presidente dos Estados Unidos. No texto, de Russel Baker, Kennedy se torna Presidente quando o Congresso fracassa em sua tentativa de vencer um impasse entre Lyndon Johnson e o candidato republicano, o Prefeito de Nova Iorque, John Lindsay, que é visto na montagem exatamente atrás de Kennedy. Depois das eleições primárias em New Hampshire, Kennedy já admite disputar a candidatura democrata com Johnson*

Europa prevê o êxito de Kennedy

Londres (UPI-JB) — Nos jornais europeus, os excelentes resultados colhidos pelo Senador Eugene McCarthy nas eleições primárias de New Hampshire ocuparam um lugar secundário em relação à notícia de que Robert Kennedy poderá disputar com Johnson a indicação pelo Partido Democrata para concorrer à presidência dos Estados Unidos.

"Kennedy prepara-se para participar da batalha pela presidência, depois de ter sido estimulado pelo êxito de McCarthy", disse o **Times**, de Londres, em sua primeira página de ontem.

O **Times** foi também um dos poucos jornais europeus que prestaram muita atenção à vitória que o ex-Vice-Presidente Richard Nixon conseguiu entre os republicanos. "Boas perspectivas para Nixon", informa Louis Heren, correspondente do jornal britânico em Washington. Heren afirma que Nixon não pode tomar uma posição liberal, como era sua intenção, com mêdo de perder votos nas fileiras dos conservadores para o Governador Ronald Reagan, da Califórnia.

A edição internacional do **Herald Tribune**, publicada em Paris, declarou: "Nixon deu um grande passo (na terça-feira) para livrar-se do rótulo de "perdedor". Ele venceu espetacularmente as eleições primárias entre os republicanos e anulou uma campanha em favor de Rockfeller, apesar de êle não ser candidato oficialmente inscrito. O **Herald Tribune** assinala, contudo, que a grande questão consiste em saber se Nixon pode voltar a ser um ganhador em política, depois de ter perdido a batalha presidencial em 1960 e as eleições para Governador da Califórnia, em 1962.

Entre os democratas, diz o *Herald Tribune*, "o Presidente Johnson ganhou, mas o Senador Eugene McCarthy foi o vencedor". O jornal declara que o bom desempenho de McCarthy extinguiu as chamas do apetite presidencial do Senador Robert Kennedy.

O *Daily Sketch* comentou: "Todo o povo norte-americano esperou, na noite passada, que um novo e elegante chapéu fôsse lançado na arena política, em busca de uma possibilidade de ser Presidente dos Estados Unidos." O jornal aludiu a Kennedy e fêz a seguinte observação: "Não há dúvida de que quando Kennedy começar a rufar o tambor, cada batida será ouvida em todo o país."

Os jornais do continente europeu deram mais ênfase ao sentimento pacifista dos eleitores norte-americanos do que à possibilidade de Kennedy disputar com Johnson.

O *Berlingske Tidende*, o principal jornal independente e conservador da Dinamarca, advertiu contra a ênfase excessiva que estava sendo atribuída às eleições primárias de New Hampshire: "É possível que, no dia 5 de novembro, a guerra do Vietname já tenha chegado ao fim. Poderá também ocorrer uma mudança radical no quadro militar, o que influenciará as perspectivas eleitorais."

Urnas ameaçam posição de Johnson

George J. Marder
Especial para o JB

Washington (UPI-JB) — Uma série de derrotas nas eleições primárias poderia levar o Presidente Johnson a reconsiderar seu desejo de tentar a reeleição.

Até hoje, pelo menos, Johnson é o favorito para indicação pela convenção do Partido Democrata. Os resultados de New Hampshire podem ter diminuído a vantagem de Johnson, mas não muito. O Senador Eugene McCarthy ainda tem muito o que fazer para obter a indicação do Partido Democrata. Além disso, as possibilidades do Senador Robert Kennedy serão um fator incerto até que êle entre na disputa e mostre que pode concorrer às eleições primárias para a presidência.

Destacados correligionários de Johnson acreditam que êle pode ser novamente indicado pelo Partido Democrata, qualquer que seja o número de eleições primárias sem resultados convincentes e apesar de um pedido formal de Kennedy para disputar as preferências da convenção. Êles não acreditam que a convenção nacional dos democratas rejeite Johnson se êste já resolveu apresentar-se como aspirante à indicação em agôsto próximo. Isso significaria que o Partido repudiaria um Presidente pouco antes de uma campanha eleitoral.

Os democratas que fazem parte da Administração Johnson não podem garantir quais serão os resultados da eleição, caso o Partido atravesse uma série de disputas nas eleições primárias com a presença eventual de Kennedy.

A impressão geral é que nem McCarthy nem Kennedy podem realmente esperar conquistar a indicação do Partido Democrata num confronto direto com Johnson. Sua estratégia, para ter resultado, consistirá em convencer o Presidente a não tentar a reeleição.

Johnson não fêz qualquer comunicado dizendo se concorrerá ou não. Seus correligionários mais íntimos estão delineando uma estratégia de campanha com base no pressuposto de que êle concorrerá. Contudo, à medida que as eleições primárias forem se realizando, o Presidente deverá examinar os resultados e outros fatôres que o ajudarão a decidir.

Os 42 por cento dos votos dos democratas atribuídos a McCarthy em comparação com os 48 por cento dados a Johnson não mudaram a decisão do Presidente de evitar uma campanha ativa nas eleições primárias. Êle só permitiu que seu nome fôsse inscrito em três Estados — Wisconsin, Nebraska e Oregon.

Em New Hampshire, Johnson não foi candidato oficial. Seus adeptos têm certeza de que um grande número de democratas convictos, talvez 20 por cento, não sabiam como escrever o nome do candidato na cédula.

Outras armadilhas estarão preparadas para Johnson enquanto êle não estiver oficialmente inscrito na maioria das eleições primárias. Em Wisconsin, seu nome constará das cédulas, o que evitará os riscos de uma disputa não oficial. Mas os mais destacados dirigentes democratas de Wisconsin não estarão unidos em tôrno do nome de Johnson, como ocorreu em New Hampshire.

Coquetel e jantar celebram o 1.º ano de Costa e Silva

Brasília (Sucursal) — O coquetel oferecido aos Governadores e parlamentares da ARENA, às 17h30m no Palácio do Planalto, e o jantar em sua homenagem, programado para as 21 horas, no Hotel Nacional, serão as duas únicas comemorações a que o Presidente Costa e Silva comparecerá hoje, na data do primeiro aniversário do seu Govêrno.

Assessôres da Presidência da República desmentiram ontem a programação de uma reunião ministerial para hoje, na qual o Marechal Costa e Silva faria um balanço e adiantaria pontos do Plano Trienal em elaboração. Êsses dois assuntos foram abordados amplamente pelo Presidente no video-tape que será transmitido pela televisão em todo o País, hoje à noite.

Depois de sua chegada a Brasília, às 10h30m de ontem, o Presidente Costa e Silva se dirigiu ao Palácio da Alvorada para almoçar e só iniciou seu expediente de trabalho, no Planalto, às 15h30m, despachando com os Ministros Gama e Silva, Tarso Dutra, e Augusto Rademaker.

Ainda à tarde, o Presidente recebeu a visita do Ministro Carlos Thompson Flôres, recém-empossado no Supremo Tribunal Federal, e de integrantes da bancada federal de Sergipe.

Para hoje estão programados despachos com os Ministros Costa Cavalcânti, das Minas e Energia, e Jarbas Passarinho, do Trabalho, havendo perspectivas da assinatura do decreto que fixa o nôvo salário mínimo.

Parlamentares aplaudem definição do Presidente

Parlamentares da ARENA solicitaram hoje à direção do Partido e aos governadores, reunidos em Brasília para comemorar o primeiro aniversário do Govêrno Costa e Silva, uma manifestação de aplauso ao categórico pronunciamento do Marechal contra a extensão de eleições indiretas aos Estados.

Nos setores mais liberais do Partido oficial estava preparado um movimento tendente a exigir da direção do Partido e dos governadores uma decisão contra as eleições indiretas nos Estados. Em face, porém, da declaração presidencial, tal exigência resultou dispensável, parecendo mais lógica uma manifestação de aplauso à posição do Presidente da República.

OS QUE JÁ CHEGARAM

Vários governadores chegaram ontem a Brasília: Israel Pinheiro, de Minas Gerais; Abreu Sodré, de São Paulo; Cristiano Dias Lopes, do Espírito Santo; Jorge Kalume, do Acre; Jeremias Fontes, do Estado do Rio; José Sarney, do Maranhão; Valfredo Gurgel, do Rio Grande do Norte; Nilo Coelho, de Pernambuco; Lourival Batista, de Sergipe; Ivo Silveira, de Santa Catarina e Paulo Pimentel, do Paraná.

O Governador Peracchi Barcelos, do Rio Grande do Sul, sòmente chegará a esta Capital às últimas horas de hoje, uma vez que, por dispositivo constitucional, deverá ler esta tarde sua mensagem à Assembléia gaúcha, que se negou a antecipar a sessão para a parte da manhã.

O Sr. Luís Viana, da Bahia, está sendo esperado também hoje, devendo ter um encontro político com o Presidente do MDB, Senador Oscar Passos, para tratar da pacificação nacional.

O Senador Oscar Passos, referindo-se a êste encontro, mostrou-se cético quanto aos seus resultados, frisando que o MDB não abrirá mão de suas teses e nem aceitará qualquer participação no Govêrno.

Assinalou ainda que, embora tenha o máximo prazer em encontrar-se com o Governador baiano, não acredita que o mesmo possa ter algum interêsse político, caso o Sr. Luís Viana não apresente credenciais para tratar do assunto ou não traga aspectos novos da questão a discutir.

TEMAS POLÍTICOS

O Governador Nilo Coelho, de Pernambuco, manifestou-se favorável à instituição das sublegendas, que êle disse ter o mérito de solucionar os problemas da ARENA, especialmente no seu Estado, onde êste ano se realizarão eleições municipais. Preferiu, entretanto, nada dizer quanto à idéia de pacificação.

Já o Sr. Lourival Batista, Governador de Sergipe, adotou uma posição de têrmos inversos: elogiou a pacificação, dizendo que por ela vem se batendo desde que assumiu, e recusou-se a falar sôbre as sublegendas.

Um outro governador elogiou a iniciativa de pacificação: o Sr. Valfredo Gurgel, do Rio Grande do Norte, que se manifestou favorável também às sublegendas e às eleições diretas para governadores de Estado.

VISITA A BONIFÁCIO

Tão logo chegaram a Brasília, os Srs. Israel Pinheiro, Nilo Coelho e Valfredo Gurgel compareceram, à mesma hora, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio, a quem apresentaram cumprimentos pela sua eleição.

Mensagem exalta atual administração do País

Belo Horizonte (Sucursal) — O Governador Israel Pinheiro disse ontem, antes de embarcar para Brasília, em mensagem pelo primeiro aniversário do Govêrno Costa e Silva, que a atual administração registrou assinalado rendimento e conseguiu superar previsões e expectativas.

Salientou o governador mineiro que "o Presidente Costa e Silva trabalha pelo equilíbrio justo entre os diferentes estágios do complexo sócio-econômico do Brasil, e essa orientação se manifesta na atuação empreendida em todos os setores do seu Govêrno".

Dentro das comemorações do primeiro aniversário do Govêrno Costa e Silva, a Petrobrás inicia hoje os testes operacionais da Refinaria Gabriel Passos, localizada em Betim, a 31 quilômetros de Belo Horizonte, e que será inaugurada oficialmente pelo Presidente da República no próximo dia 30.

Essa refinaria, que abastecerá grande parte de Minas, além de Goiás e Brasília, terá capacidade de processar diàriamente 45 mil barris de petróleo bruto.

Comércio de São Paulo elogia as realizações

São Paulo (Sucursal) — A Associação Comercial de São Paulo enviou telegrama ao Marechal Costa e Silva, cumprimentando-o pelos resultados alcançados no primeiro ano de seu Govêrno, "no sentido de consolidar os objetivos colimados pelo movimento de 31 de março, de reformulação das estruturas política, social e econômica, visando à tranqüilidade e ao desenvolvimento da Nação".

O Presidente da ACSP, Sr. Daniel Machado de Campos, enviou também telegrama ao Ministro Delfim Neto, cumprimentando-o pela "significativa obra que vem realizando à frente do Ministério da Fazenda, visando a conciliar a política de combate à inflação com o desenvolvimento do País".

ACOLHIMENTO

O Sr. Daniel Machado de Campos agradeceu o acolhimento que o Ministro da Fazenda vem dando à contribuição da livre emprêsa, "no sentido do aperfeiçoamento dos instrumentos legais, com vistas às metas programadas em sua gestão".

UMA VOZ DISCORDANTE

Telefoto JB-UPI

O Sr. Israel Pinheiro é favorável ao pleito indireto nos Estados

Lacerda inicia hoje arrancada em Governador Valadares

O ex-Governador Carlos Lacerda embarca hoje, às 14h30m, para Governador Valadares, dando início a uma nova arrancada política da **frente ampla**. O Deputado Renato Archer, Secretário-Geral da **frente**, estêve em Brasília organizando a caravana política que acompanhará o Sr. Carlos Lacerda ao Norte de Minas.

O Sr. Lacerda revelou ao grupo dirigente da **frente** que, se hoje o Presidente Costa e Silva, como vem sendo anunciado, fizer referências ao movimento político realizado em 1965 contra a posse do Sr. Negrão de Lima e de outros governadores, promete divulgar a êsse respeito revelações sensacionais, que envolveriam o nome de figuras do próprio Govêrno.

NO SUL

Amanhã, em Pôrto Alegre, o MDB gaúcho estará reunido para homenagear o Deputado federal Mateus Schmidt, pela sua eleição para a terceira-secretaria da Mesa da Câmara Federal. Admite-se nos círculos políticos ligados à área do antigo PTB que o MDB gaúcho aproveite a oportunidade para fazer sua primeira manifestação pública e formal de condenação à **frente ampla**.

Até aqui, embora a maioria do MDB do Rio Grande seja contrária à **frente**, o Partido, oficialmente, manteve-se eqüidistante do problema. Entretanto, a luta entre os que são favoráveis à **frente** e os que são contrários agravou-se nos últimos tempos, principalmente em face da atitude do ex-Deputado Leonel Brizola e do Sr. Siegfried Heuser, Presidente do MDB local, ambos contrários ao movimento liderado pelo Sr. Carlos Lacerda. De outra parte, no Rio Grande do Sul, o Sr. Leonel Brizola sempre teve uma área de influência maior que o Sr. João Goulart.

POSIÇÃO DO GOVÊRNO

Círculos políticos estreitamente vinculados ao Presidente Costa e Silva admitem que o Govêrno poderá adotar medidas de represália contra a **frente ampla**. Tudo vai depender, alegam, do comportamento dos seus líderes, especialmente do Sr. Carlos Lacerda. Êsses círculos políticos do Govêrno manifestam já as primeiras apreensões em face da crise que a **frente ampla** poderá desencadear na sua nova ofensiva política, que se inicia hoje com o pronunciamento em Governador Valadares.

Entretanto, o Presidente Costa e Silva, trocando confidências recentes com seus auxiliares de confiança, tem declarado que no exercício do poder aprendeu a receber dos adversários os ataques mais injustos, e acha mesmo que, para não ser perturbada a marcha do seu Govêrno, a humildade é a melhor postura que cabe ao governante.

MDB E LACERDA

Nada ainda está decidido quanto à participação da **frente ampla** na campanha das eleições municipais que êste ano serão realizadas em dez Estados. Utilizando o Sr. Carlos Lacerda, a **frente ampla** poderia valer-se do rádio e da televisão, a serem cedidos pelo MDB, para fazer em vários Estados a sua pregação política.

Mas setores vinculados ao Sr. João Goulart são inteiramente contrários à participação do movimento nas eleições municipais. Alegam que a **frente ampla**, entrando numa campanha, estaria, como o MDB, dando cobertura às leis e ao processo político que negam, desde que foi implantado o atual regime institucional. Mesmo os que combatem a participação da **frente** no processo eleitoral admitem que o problema, muito breve, será levado a debate numa das futuras reuniões daquele movimento.

Tema do pronunciamento é política agrária

O tema do discurso do Sr. Carlos Lacerda, esta noite, em Governador Valadares, será a política agrária: dirá que a atividade do Govêrno Costa e Silva, neste setor, é improdutiva, por não ter saído ainda do papel e da burocracia.

Ao mesmo tempo, o ex-Governador carioca apontará como, através de um projeto racional, uns 30 ou 40 milhões de brasileiros poderão ser integrados no processo produtivo, saindo da marginalização em que vivem nas cidades do interior.

SÃO CAETANO

A ida do Sr. Carlos Lacerda a São Caetano, em São Paulo, para comício da *frente ampla* patrocinado pelo Diretório Regional do MDB, dará pretexto ao seu segundo pronunciamento nesta nova fase de atuação da *frente*. O comício está marcado para sábado da semana vindoura.

Informantes *frentistas* disseram que o discurso de São Caetano será polêmico e se destina a provocar sensação. O assunto principal será a política trabalhista do Govêrno Costa e Silva.

DEBATES

São Paulo (Sucursal) — O Deputado Renato Archer confirmou ontem, em telefonema a políticos de São Paulo, a presença do Sr. Carlos Lacerda nesta Capital no próximo dia 22, a fim de participar de um "painel de debates" na Assembléia Legislativa, promovido pelo MDB regional. O líder da Oposição, Deputado Chopin Tavares de Lima, que o convidou, disse que haverá dificuldades para a realização do debate, pois nesse dia deverá assistir a um casamento em Aparecida do Norte.

Como considera que os vice-líderes talvez não tenham pulso "para dominar a situação em caso de tumulto" o líder oposicionista talvez adie, sem data, a sessão. No dia seguinte, contudo, o ex-Governador da Guanabara e outros elementos da **frente ampla** estarão presentes ao comício promovido pelo MDB em São Caetano do Sul.

Vereadores de Valadares repelem rumôres

Governador Valadares (Judir Barroso, enviado especial) — Os 15 vereadores que compõem a Câmara Municipal reagiram contra a "divulgação de boatos e notícias falsas a respeito do clima existente na cidade, em virtude da visita do Sr. Carlos Lacerda", acusando ainda o SNI de ser o autor de tais boatos e repelindo a afirmação de ser Valadares terra de cangaceiros.

A sessão solene de entrega do título de Cidadão Honorário ao Sr. Carlos Lacerda será realizado hoje às 20 horas no auditório da Rádio Por Um Mundo Melhor. O ex-Governador é esperado às 17 horas no Avro da VARIG.

CIDADE TRANQUILA

Reunidos ontem para ultimar providências relativas à visita do Sr. Carlos Lacerda, os vereadores protestaram contra "notícias tendenciosas" e resolveram mostrar que "haverá tranqüilidade absoluta na cidade durante a presença do ex-Governador. Será a maior resposta aos que não conhecem Valadares e ficam a difamá-la perante a opinião pública nacional, chamando-a, até, de terra de cangaceiros, disseram.

O Presidente da Câmara Municipal, Vereador Eurides José de Lima, revelou que Valadares "é hoje uma das cinco principais cidades de Minas Gerais, voltada exclusivamente para o progresso e desenvolvimento, não tendo havido até o momento qualquer anormalidade em relação à visita do Sr. Carlos Lacerda".

GARANTIAS

Também o Comandante do Sexto Batalhão da Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais, Tenente-Coronel Fernando Menes, disse que não houve necessidade de se tomar qualquer providência especial para garantir a normalidade durante a visita do Sr. Carlos Lacerda e sua comitiva. "Isto porque não notamos a existência de qualquer indício de intranqüilidade".

O policiamento da Cidade será normal. O Sexto Batalhão não modificou em nada seu trabalho diário, limitando-se à rotina.

O LADO POLÍTICO

Os 15 vereadores que compõem a Câmara Municipal estarão presentes à sessão solene de hoje, às 20 horas. Todos apoiaram e aprovaram o projeto do Sr. Ronald Amaral. O projeto só foi aprovado por causa do apoio dado pelos oito vereadores que integram a bancada da ARENA.

Trata-se de um caso típico no interior, uma vez que a orientação das direções partidárias nem sempre coincide com a das bases. Os vereadores da ARENA são os Srs. Geraldo Angelo Abelha, José Fernandes, Hilmar Sousa Mafra, Álvaro Cheser de Andrade, Ubirajara dos Santos, Natan Machado, Geraldo Ribeiro e Ovídio Moreira. Os do MDB são os Srs. Eurides José de Lima, Vivaldo Armando Tassis, Jean Mifarege, Elmer de Oliveira, Ronaldo Amaral, Osvaldo Machado Gueto e Rubens Novais.

O Prefeito da Cidade, Sr. Hermínio Soares da Silva, foi eleito pela ARENA e pertence à extinta UDN. Acha que as solenidades de hoje transcorrerão sem anormalidades de qualquer espécie.

ORIGENS

Governador Valadares é a quinta cidade de Minas, tendo hoje perto de 130 mil habitantes. Só é superada por Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia. Fica situada à margem do Rio Doce. Suas atividades econômicas principais são a pecuária, agricultura e indústria.

As origens de Valadares remontam aos anos de 1573 e 1612, quando as expedições chefiadas por Sebastião Fernandes Tourinho e Marcos Azevedo subiram o Rio Doce, atingindo o território atual do município.

Os índios Botocudos, que habitavam a região, repeliram os invasores. Em 1808 foi instalada no lugar denominado Pôrto de São Manuel, onde hoje se localiza a cidade, uma das divisões militares criadas naquele ano. O povoado desenvolveu-se, tornando-se distrito em 1884, com a denominação de Taguari. Passou depois a ser distrito do Município de Peçanha, com o nome de Santo Antônio de Figueira. Em 1937 foi transformado em Município de Figueira, que em 1938 passou a chamar-se Governador Valadares.

REVOLUÇÃO DE 64

A cidade ficou famosa com os episódios que culminaram com a Revolução de 64. Houve conflitos entre camponeses e fazendeiros, sendo ainda vivos os fatos que terminaram com a morte do genro do Cel. Pedro Ferreira e a saída às pressas, da cidade, do então Diretor da extinta SUPRA, Sr. João Pinheiro Neto.

O Cel. Pedro Ferreira é tido como figura lendária na região, pois é apontado como o homem que acabou com o banditismo em todo o Vale do Rio Doce.

RECEPÇÃO

A Câmara Municipal de Governador Valadares prevê para hoje uma boa recepção ao Sr. Carlos Lacerda, às 17 horas, no aeroporto. Todos os vereadores estarão presentes. Antes da sessão solene, o Sr. Carlos Lacerda será levado para conhecer o nôvo prédio da municipalidade, inaugurado no dia 31 de janeiro, bem como os pontos turísticos de maior atração.

A sessão solene de entrega do título foi transferida para o auditório da emissôra de rádio local Por Um Mundo Melhor, por ser bem mais espaçosa do que o plenário da Câmara Municipal, segundo informou o Vereador Eurides José Lima.

Israel aponta Minas como prova de paz

Brasília (Sucursal) — O Governador Israel Pinheiro mostrou ontem a situação política de Minas Gerais como um exemplo de pacificação, chamando a atenção para o fato de que apenas cinco deputados fazem oposição ao seu Govêrno na Assembléia Legislativa, e de que o Estado se encontra preocupado predominantemente com problemas econômicos e sociais.

Manifestou o Governador mineiro que os esforços de pacificação, ùltimamente propostos pelo Governador Luís Viana e pelo Chanceler Magalhães Pinto, só poderão ter rendimento prático se começarem pelos Estados e nunca pelas cúpulas, pois "os entendimentos gerais terão que ser uma soma do que se conseguir nos planos regionais".

FAMÍLIA REVOLUCIONÁRIA

Interrogado sôbre se se considerava membro da família revolucionária, que o Ministro do Exterior está tentando rearmonizar, o Sr. Israel Pinheiro respondeu:

— Se a família revolucionária é integrada pelos que desejavam um nôvo estado de coisas para o País, considero-me um dos seus membros.

SUBLEGENDAS

O Governador mineiro manifestou-se favorável à instituição das sublegendas, com a condição de que a última palavra, para sua autorização, fique sempre com os diretórios regionais.

Quanto ao restabelecimento das eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República, declarou o Sr. Israel Pinheiro que, como velho parlamentarista, será sempre favorável ao pleito indireto.

— Se dependesse do meu voto, tôdas as eleições, inclusive para governadores de Estado, seriam pelo sistema indireto. Considero-me insuspeito para emitir esta opinião, porque fui eleito num pleito direto. Mas entendo que um colegiado terá sempre melhores condições de escolha dos seus supremos governantes do que a massa eleitoral. No entanto, sustento que a Constituição de 1967 não deve ser modificada, porquanto, com apenas um ano de vigência, está em plena fase de experimentação.

"FRENTE" NÃO EXISTE

O Governador mineiro não reconhece sequer a existência da **frente ampla**, alegando que não se trata de uma entidade juridicamente organizada, nem de um Partido político, nem de uma associação.

— Para mim, a **frente** é Carlos Lacerda. E Carlos Lacerda é a subversão. Ainda assim, em Minas — como hoje ocorrerá em Governador Valadares — êle terá amplas garantias para falar.

O Sr. Israel Pinheiro sustenta também que "não existe a menor pressão militar no País", observando que pelo menos em seu Estado não a sente.

— Tenho a mais ampla liberdade de ação, podendo escolher como quiser os meus auxiliares, inclusive o Secretário de Segurança. A propósito, posso dizer que dentro de alguns dias escolherei este titular, que será um civil e cujo nome não depende da autorização de ninguém. Posso mesmo dizer que nunca vi tanta liberdade.

Artur Virgílio vê um "significado sombrio"

Brasília (Sucursal) — Aludindo à reunião de Governadores da ARENA com o Marechal Costa e Silva, que hoje se realizará nesta capital, o Senador Artur Virgílio declarou ontem, no Senado, haver "como sempre, significado sombrio para a Oposição". O Senado dedicará seu expediênte de hoje à celebração do primeiro aniversário.

Explicou que é insistente a informação de que os governadores da ARENA querem a supressão das eleições diretas nos Estados, acrescentando: "Não se conformando em ser governadores de segunda classe, querem que todos os futuros governadores sejam também de segunda classe".

OPOSIÇÃO

Declarou o Sr. Artur Virgílio que não se pode conceber democracia sem oposição, sem discordâncias e protestou contra "o aniquilamento sistemático da Oposição, tramado por medidas diversas, como a pretendida supressão do pleito direto nos Estados ou a criação de sublegendas com vinculação de votos".

Indagou se foi para coisas como essas que as Fôrças Armadas deixaram os quartéis; condenou com violência o militarismo, "aquêles que insistem em continuar falando, indevidamente, em nome das Fôrças Armadas", e declarou que o País continua dominado por uma minoria.

"Um Ano de Costa e Silva" nas páginas 18 e 19

Coluna do Castello

Desenvolvimento como base da pacificação

BRASÍLIA (*Sucursal*) — *Mais um governador aceita o diagnóstico de que existe a crise institucional, e em tal escala que não é mais possível escondê-la, e soma sua voz à dos governadores que vêm pregando a pacificação nacional como solução indispensável à situação do País. Trata-se do Sr. José Sarnei, Governador do Maranhão, um político jovem e inquieto, mas de larga convivência com as questões políticas nacionais.*

Para o Sr. Sarnei o debate aberto pelo Governador Luís Viana Filho é salutar, ainda que não apresente de imediato perspectivas de resultados práticos. Acha êle que não é possível prosseguir num impasse, dentro do qual o dispositivo revolucionário dominante se isola, deixando do outro lado os trabalhadores e os estudantes para falar apenas nas classes mais drásticamente marginalizadas. Considera o Governador que a Revolução alcançou plenamente seus objetivos, na medida em que foi um movimento destinado a preservar valôres num momento difícil. Daqui por diante, cabe aos que a Revolução elevou ao poder construir seus próprios instrumentos de ação, independentemente do apêlo aos métodos revolucionários, abrindo perspectivas que se ajustem aos objetivos nacionais.

Em outras palavras, a Revolução acabou e o que existe é a necessidade de enfrentar uma tarefa nacional em têrmos institucionais. "Para essa tarefa", acrescenta, "não é legítimo que uns estejam destinados à salvação e outros à perdição".

Observa o Sr. Sarnei que o fato político não pode estar dissociado do fato social e econômico, para tirar uma conclusão: o caminho da pacificação deve ser, essencialmente, possibilitar ao País encontrar suas taxas de desenvolvimento em níveis compatíveis com as aspirações e as necessidades nacionais. Isso equivale a apontar um esquema prático para o prosseguimento das gestões pacificadoras do Governador da Bahia: fixação de um programa mínimo de desenvolvimento econômico como motivação e base do entendimento político. O Governador do Maranhão vai à ênfase e acrescenta: "Pacifiquemos a fome, pacifiquemos as doenças, pacifiquemos a juventude, abram-se amplas janelas para restaurar a euforia do progresso. E a pacificação dos políticos será a conseqüência lógica de tudo isso". A esta altura, lembra e repete Paulo VI: "O nôvo nome da paz é o desenvolvimento".

O tema em tôrno do qual deve ser colocado o entendimento, segundo o Sr. Sarnei, é o do progresso econômico, para definir o processo pelo qual o Brasil possa vir a ser o País do futuro e alcance o ano 2 000 em posição bem melhor do que aquela colocação na quinta-faixa dos ensaios de prospectiva. "Sem isso", acrescenta, "a pacificação política, por todos nós desejada e pregada, será apenas um arranjo de circunstância. Mas tenho a certeza de que o debate aberto pelo Governador Luís Viana Filho é apenas a primeira etapa do que pode e deve ser feito".

Hoje, na comemoração do primeiro aniversário do Govêrno Costa e Silva, ainda que a pacificação esteja longe dos discursos oficiais, será, na verdade, o tema em tôrno do qual conversarão os políticos de tôdas as areas reunidos na Capital da República.

Vinculação indireta

Rejeitado o voto vinculado pelo Presidente da República, a direção da ARENA, visando a atender a reivindicações de setores partidários, encaminhou outra sugestão ao Chefe do Govêrno, a qual, se adotada, equivalerá a uma vinculação indireta, com a vantagem de não poder ser tida como inconstitucional.

A nova fórmula prevê a inclusão na Lei das Sublegendas de um dispositivo que autorize a Executiva Nacional do Partido a cassar sublegenda desde que haja indícios veementes de que seus detentores se aliaram a outros Partidos ou façam propaganda contrária aos objetivos nacionais do Partido a que pertençam. Com isso pretende-se impedir que o MDB funcione como fiel de balança na disputa entre correntes da ARENA.

Acesso ao rádio e à TV

O Presidente da República desistiu de limitar aos parlamentares e aos candidatos inscritos o acesso ao rádio e à televisão na fase de propaganda política. No projeto que estava em seu poder, o Marechal Costa e Silva suprimiu o dispositivo a respeito.

A emenda que restaura o decreto

O Ministro Rondon Pacheco foi ontem pessoalmente levar ao líder do Govêrno na Câmara a emenda a ser apresentada a um projeto de lei em tramitação pela qual se restaura em essência o decreto-lei derrubado pelo Senado. Na Câmara a emenda passa. Resta saber se ela passará também no Senado.

Ausências

O Deputado Rafael de Almeida Magalhães não veio a Brasília na semana em que seu Partido comemora com o Govêrno o primeiro ano da Presidência Costa e Silva.

O Senador Adolfo de Oliveira Franco, por sua vez, presente até ontem, retira-se hoje de Brasília com o propósito deliberado de não participar das comemorações.

Os vice-líderes

A eleição dos vice-líderes, que se ofereceu como uma solução à bancada, preocupa a liderança e afeta a área mais ortodoxamente governista. Quem fôr mesmo ligado ao Govêrno não tem chance de se eleger vice-líder. A hora é dos independentes.

Carlos Castello Branco

UMA TÁTICA DIFERENTE

A Campanha contra a política salarial do Govêrno entra numa nova fase: vai ganhar as ruas

CAIXA INTEGRADA NA META HOMEM

De acôrdo com a filosofia do Govêrno, que faz da meta homem o objetivo principal da sua política desenvolvimentista, a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro tem procurado, nos últimos doze meses, funcionar como instrumento dessa própria política. A declaração é do Sr. Antônio Viana de Souza.

E prosseguiu: "Isto vem sendo feito, através dos financiamentos para casa própria, empréstimos para funcionários, financiamento de automóveis, estímulos à poupança, através da correção monetária, continuação das obras da Nova Sede, implantação do sistema eletrônico, lançamento das cédulas hipotecárias e outras medidas. Em suma: a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro procurou se aparelhar exercendo sua missão de instrumento do bem estar social.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Sr. Antônio Viana de Souza situou o prosseguimento das obras de construção da Nova Sede, que se encontravam por diversos fatôres paralisadas há mais de um ano, como indispensável à instalação das Carteiras de Habitação, Hipotecas, Depósitos e Penhores, e expansão de suas operações, para melhor atendimento do público.

Adiantou o Presidente da Caixa Econômica que pretende transferir seus serviços para aquela sede, em princípios de 1969 e, durante o curso dêsse mesmo ano, ultimar tôda a construção.

O edifício da Nova Sede da Caixa, que tem uma área de 85 000 m2, com 31 andares e três subsolos, está localizado entre as Ruas Bittencourt da Silva, Almirante Barroso, Avenida Rio Branco e Largo da Carioca, é no momento o prédio mais valorizado da América do Sul.

Para o andamento das obras, em 19 de setembro de 1967, foi assinada uma escritura no valor de NCr$ .... 384 903 028,00 com a construtora Guaratã S.A., para serviço de alvenaria, impermeabilização e outros serviços complementares do edifício, as quais se encontram em ritmo acelerado.

O edifício da Nova Sede da Caixa que tem uma área de 85 000 m2, com 31 andares e três subsolos, está localizado entre as Ruas Bittencourt da Silva, Almirante Barroso, Avenida Rio Branco e Largo da Carioca, é no momento o prédio mais valorizado da América do Sul.

Também, com a firma americana Mosler International S.A., foi assinada escritura no valor de US$ 207 214,00 para a instalação da Casa Forte que ocupará uma área de 900 m2, equipada com os mais modernos requisitos de segurança, única no estilo em tôda a América do Sul, possuindo uma fechadura de 100 milhões de combinações. Uma outra escritura no valor de quatro milhões de cruzeiros novos, foi assinada com a firma Indústria Villares S.A. para o fornecimento e instalação de 17 elevadores e 4 escadas rolantes.

Todos êsses contratos, òbviamente, foram celebrados em face de concorrências públicas realizadas tanto no Brasil como no exterior, de acôrdo com a legislação em vigor.

ELETRÔNICA

Para a modernização de seus serviços contábeis, cuidou a Administração de acelerar, também, a implantação do sistema eletrônico, com a assistência técnica do **SERPRO** (Serviço Federal de Processamento de Dados), já em funcionamento em grande parte, nas principais agências de depósitos e com estudos adiantados para sua extensão nas Carteiras de Consignações, Títulos, Penhôres, Hipotecas e Habitação.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Na área de captação de recursos financeiros foi instituído o depósito com correção monetária (DCM) que, aplicando dispositivo legal, iniciado apenas há cêrca de três meses, já sobe a 5 270 contas novas no valor de mais de 5 milhões de cruzeiros novos. Tais depósitos, além dos juros, rendem correção monetária trimestral, idêntica às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Êsses recursos estão sendo aplicados pela Carteira de Habitação na indústria da Construção Civil e na aquisição da casa própria.

Atualmente, apenas 16 agências da Caixa recebem êsse tipo de depósito, as quais deverão ser acrescidas de mais 8 no prazo de 30 dias, para posteriormente ser completada uma rêde de 40 agências para o mesmo sistema de atendimento.

Segundo afirmou o Presidente da República durante a Semana da Economia, as Caixas Econômicas com tais providências prestarão ao Govêrno valiosa colaboração, pois colocam a correção monetária a serviço do povo, que tem assim uma grande recompensa para suas poupanças.

CÉDULAS HIPOTECÁRIAS

Acham-se, também, em estudos adiantados o lançamento das cédulas hipotecárias, que deverão ser lançadas no mercado com as mesmas vantagens para o adquirente dêstes títulos (juros e correção monetária).

C.L.T.

Quanto ao regime da Consolidação das Leis Trabalhistas — (C.L.T.), disse o Sr. Antônio Viana de Souza: encontra-se em fase final para a sua aplicação, segundo estudos realizados pelas Caixas da Guanabara e São Paulo e do Conselho Superior, já submetido à aprovação do Ministro da Fazenda.

Por outro lado, frisou ainda o Sr. Antônio Viana de Souza que a partir de dezembro de 1967 a Caixa adotou a jornada de trabalho de oito horas para seus servidores, funcionando ininterruptamente das 9 às 18 horas em tôdas as dependências da Instituição, com uma hora de intervalo para refeição. Esta providência autorizada pelo Govêrno é o primeiro passo dado para a aplicação da C.L.T. nas Caixas, visando aparelhá-las a funcionar nos mesmos moldes da rêde bancária privada.

CURSOS

Objetivando elevar o nível de especialização de seus funcionários, a Caixa Econômica concedeu bôlsas-de-estudo aos mesmos para realização de cursos especializados, notadamente os de Gerência e Administração, necessários ao exercício das funções de Direção.

OPERAÇÕES DAS CARTEIRAS

Foram também intensificadas tôdas as operações das diversas Carteiras da Caixa Econômica.

- Na de Depósitos em 31 de dezembro de 1967, os depósitos se elevaram a NCr$ 337.185.803,00 acusando um acréscimo de NCr$ 109.099.585,00 em relação ao ano de 1966:
- A Carteira de Consignações, por sua vez, emprestou para os funcionários públicos federais, militares e de Companhias mistas, até 31-12-1967, a importância de NCr$ 87 086 847,00, registrando um acréscimo de NCr$ 24 531 125,00 em relação ao ano anterior;
- A de Penhôres, que tem característica assistencial, emprestou no mesmo período entre penhores civis e industriais a importância de NCr$ 55 906 007,00 com uma variação de acréscimo de NCr$ 13 372 028,00 em relação ao período anterior.
- Carteira de Títulos opera em: Automóvel, Loteria, empréstimos de: Abertura de Crédito sob garantia de promissórias, Financiamento de Títulos, Garantia Simultânea e Caução de Títulos e ainda Custódia de Títulos.

As operações de empréstimo, excluindo as de Garantia Simultânea, foram sustadas pelo Decreto n.º 50.316/1961. Quanto ao financiamento de automóvel, não houve naquele ano, apenas arrecadação dos financiamentos dos anos anteriores. Também os empréstimos de Garantia Simultânea, não houve pedidos nesse sentido, uma vez que o fundo especial da Loteria Federal já está atendendo os Municípios, Estados e Entidades de Serviço Público.

Encontra-se em fase final de estudos os empréstimos para aquisição de bens de consumo duráveis.

Sindicatos levam hoje às ruas do centro a campanha contra contenção salarial

Os sindicatos cariocas iniciarão hoje campanha nas ruas pela revogação da política de contenção salarial, com a instalação de oito postos para coleta de assinaturas, nos locais de maior movimento da Cidade, entre êles a Cinelândia e a Central do Brasil, que serão inaugurados por trabalhadores e parlamentares do MDB.

As 16h, será realizado um encontro entre as lideranças sindicais e os membros das bancadas federal e estadual do MDB, na sede do Partido (Rua Almirante Barroso, n.º 72, sala 817), para discussão dos novos rumos da campanha contra a política salarial do Govêrno.

NOVA TÁTICA

Os sindicatos que estão coordenando o movimento terminaram ontem os preparativos para iniciar "uma nova fase de mobilização mais intensiva", uma vez que as reuniões que vinham sendo realizadas em recintos fechados não alcançaram resultados satisfatórios.

O ato público que seria realizado hoje, no Sindicato dos Bancários, foi suspenso para que todo movimento pudesse ser utilizado em função das manifestações que serão realizadas nas ruas.

Segundo os líderes dos trabalhadores, a campanha contra a política salarial foi aprovada durante a II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, e está sendo desenvolvida ao mesmo tempo em todo o País. Informaram também que não há nada de ilegal na instalação de postos para coleta de assinaturas nos locais de maior movimento, porque isto já foi feito por entidades as mais diversas, sem que a Polícia tivesse proibido.

As assinaturas serão incorporadas a um memorial, que será enviado no dia 12 de abril, pelas Confederações Nacionais de Trabalhadores ao Congresso, reivindicando a revogação da legislação que disciplina os reajustes de salários.

LINHA DE FRENTE

O primeiro pôsto a ser instalado hoje será o da Cinelândia, às 12 horas, com a presença de diversos deputados. Cada pôsto será composto de uma mesinha com a lista de assinaturas, faixas e memoriais que serão entregues ao povo.

As faixas e placas dizem textualmente: "Trabalhador, assine aqui o Memorial contra as Leis de Arrôcho Salarial", trazendo em seguida o nome do sindicato responsável pelo pôsto.

À tarde, serão instalados os postos da Central do Brasil, das Praças XV, Tiradentes e Mauá, um na Tijuca, e outros nas ruas de maior movimento que ainda serão escolhidas.

APOIO DECISIVO

No encontro de amanhã com a liderança do MDB, os dirigentes sindicais vão pedir uma participação mais decidida dos parlamentares, no movimento, que não seja restrita aos pronunciamentos no Congresso e na Assembléia, contra a política salarial.

IGUALDADE

Brasília (Sucursal) — Assegurando que o custo de vida em Natal está mais elevado do que na Guanabara, o Senador Dinarte Mariz fêz ontem, no Senado, um apêlo ao Ministro Jarbas Passarinho para que seja estabelecido um só salário mínimo para todo o País.

Frisou que as populações dos centros pequenos dispõem de recursos muito menores do que aquêles oferecidos aos que residem nas grandes cidades, o que deveria ser levado em conta na deliberação relativa à fixação do salário mínimo.

SURPRÊSA

Afirmando a necessidade de nôvo reajuste no salário mínimo, o Sr. Dinarte Mariz declarou a necessidade da questão ser solucionada ràpidamente, a fim de que não suceda que o nôvo salário mínimo venha quando os preços já tiverem subido, anulando completamente a pequena vantagem que se concede pretensamente aos que são menos favorecidos.

Lira cumprimenta Arnon por sua atuação em favor da pesquisa e da tecnologia

Brasília (Sucursal) — O Senador Arnon de Melo transmitiu, ontem, ao conhecimento do Senado, texto de telegrama que recebeu do Ministro do Exército, General Lira Tavares, felicitando-o "pelas clarinadas de sua palavra autorizada acordando o Brasil para a jornada da pesquisa e da tecnologia".

Esclareceu o Sr. Arnon de Melo que o telegrama não era seu, mas sim do Senado, que, "com visão da gravidade dos problemas do mundo de hoje", tem demonstrado empenho especial pelos problemas da pesquisa e da tecnologia.

DISCURSOS

O telegrama do General Lira Tavares está assim redigido: "receba ilustre amigo meus efusivos aplausos pelas clarinadas de sua palavra autorizada, acordando o Brasil para a jornada da pesquisa e da tecnologia. Cordialmente. General Lira Tavares".

Afirmou o Sr. Arnon de Melo ter recebido com grande júbilo o telegrama — decorrente da série de discursos que vem proferindo no Senado sôbre o problema da tecnologia e da pesquisa —, não só por partir de quem assume elevado cargo no Govêrno, mas também por ser assinado por um oficial superior do Exército de "inteligência, cultura e sensibilidade" notórias.

Constituição faz 1 ano e IAB se reúne

O Instituto dos Advogados do Brasil promoverá esta noite, às 21 horas, uma sessão lembrando que hoje transcorre o primeiro aniversário da Constituição, mas, pela posição pública assumida pela entidade há um ano, já se sabe que a conclusão dos debates será de violenta crítica à Carta e solicitação ao Congresso de convocação de Assembléia Constituinte.

O Presidente do IAB, jurista Ribeiro de Castro Filho, conseguiu reunir para a sessão de hoje as maiores autoridades brasileiras em Direito Constitucional, tendo como convidado especial o professor Miguel Reale, de São Paulo.

PROGRAMAS

O primeiro orador será o Sr. Heleno Fragoso, abordando **Os Aspectos Penais da Atual Constituição.** Em seguida falarão os Srs. Miguel Reale, sôbre a **Mecânica do Poder Legislativo;** o Sr. Oto Gil, sôbre **Os Decretos-Leis;** o Sr. Pontes de Miranda, sôbre **Erros e Acertos da Constituição;** o Sr. Sobral Pinto, sôbre **Os Direitos e Garantias Individuais** e o Sr. Seabra Fagundes, sôbre **Realidade Política Brasileira em Face da Constituição.**

Após os discursos haverá debates, com a participação dos Srs. Ferreira de Sousa, Arnold Wald, Haroldo Valadão e João de Oliveira Filho. No final da sessão será lida uma proclamação sôbre as providências aconselháveis ao aperfeiçoamento da Constituição Brasileira.

João Mendes é pró-Rio no caso do supersônico

O Marechal-do-Ar João Mendes da Silva, membro da comissão que julgou a concorrência dos projetos de estudos sôbre viabilidade da construção do aeroporto supersônico no País, disse ao JORNAL DO BRASIL que o Rio tem tôdas as condições exigidas para a construção dêsse aeroporto, não encontradas em nenhuma outra cidade do Brasil.

Segundo o Marechal-do-Ar, nem o Aeroporto de Viracopos (em Campinas, São Paulo), nem o de Brasília, nem o de Belo Horizonte e muito menos os de quaisquer outras cidades se enquadram dentro dos três pressupostos exigidos para a construção de um aeroporto como êsse do futuro.

OS PRESSUPOSTOS

— O aeroporto supersônico — acrescentou o Marechal-do-Ar João Mendes — será localizado após os estudos dos seguintes parâmetros principais: 1) o fluxo de tráfego aéreo — que só na Cidade do Rio de Janeiro é maior do que em qualquer Estado brasileiro, inclusive São Paulo; 2) os tipos de aeronaves que vão operar na estação — as aeronaves gigantes, como o Boeing 747 e o 2 707, não terão nenhum problema em pousar ou decolar na pista ampliada do Aeroporto do Galeão ou em qualquer pista paralela, construída não muito longe dêle. Os incômodos que êsses aviões gigantes poderiam causar não existiriam no caso do Galeão, por exemplo, devido à distância entre êle e o Centro urbano e os principais centros suburbanos do Rio; 3) o terceiro pressuposto, que justifica qualquer intenção de construir o aeroporto supersônico no Rio, são as condições psico-sócio-econômicas do Estado da Guanabara, região turística e cosmopolita por excelência no País e econômica e socialmente privilegiada.

Preocupação econômica vai marcar a legislação aérea

O Presidente da Comissão Coordenadora do Projeto do Aeroporto Internacional — CCPAI, Tenente-Brigadeiro Joelmir Araripe Macedo, anunciou ontem a completa reformulação da legislação aérea nacional, de acôrdo com futuro relatório do órgão a que preside, a fim de dar uma base econômica à exploração empresarial dos principais aeroportos do País.

Segundo o Tenente-Brigadeiro Araripe Macedo, a reformulação da legislação aérea vigente será sugerida pela CCPAI como parte da quinta fase do projeto de viabilidade da construção do Aeroporto. O projeto é da firma Hidroservice Engenharia de Projetos, consorciada com mais duas companhias canadenses.

O Presidente da CCPAI disse que o estudo da viabilidade de construção do Aeroporto Supersônico do Brasil, obedece a cinco fases. Na primeira, a Hidroservice Engenharia de Projetos fará a coleta dos dados estatísticos e a análise de todos êsses dados, levando em conta as características de movimentação aeronáutica, distância para os principais centros do País etc., além da projeção dêsses dados por um período de pelo menos 20 anos.

Na segunda fase, a firma vencedora da concorrência para a construção do Aeroporto indicará a localização do aeroporto supersônico, levando em conta os dados colhidos na fase anterior. Os estudos examinarão várias alternativas e serão comparados com os custos e benefícios, que alicerçarão suas indicações sôbre a escolha do local.

A terceira fase do projeto compreenderá o arranjo geral do aeroporto, estabelecendo o zoneamento, dimensionamento das diversas áreas que ocupará, o planejamento das pistas, pátios, vias de acesso ao aeroporto, levando em conta também uma série de alternativas.

Compreendendo o planejamento geral do aeroporto, a quarta fase indicará a localização, capacidade, movimentação e outros dados do Terminal da Estação de Passageiros, do Terminal de Carga Aérea, as áreas de manutenção e todos os outros detalhes necessários à operação do Aeroporto Internacional Principal, como será denominado.

O levantamento dos custos operacionais e de manutenção, organização da administração, viabilidade econômico-financeira dos investimentos será estudada na quinta fase do projeto. Nessa fase serão sugeridas às autoridades governamentais federais a completa reformulação da legislação aérea brasileira, a fim de atualizá-la e assegurar base econômica à exploração empresarial dos mais importantes aeroportos brasileiros.

CONTRATO

O contrato a ser assinado entre o Ministério da Aeronáutica e a Hidroservice Engenharia de Projetos será por administração. Os recursos despendidos para a execução dos estudos serão da ordem de 1 138 mil dólares, sendo que o Govêrno do Canadá financiará a quantia de 784 mil dólares, num prazo de 50 anos e com um período de carência de 10 anos. O restante dos recursos será financiado pelo Bank of Scotia, de Toronto, no Canadá e um da ordem de 354 mil dólares que serão reembolsados com um juro anual de 7,5% por um prazo de sete anos e três de carência.

Segundo o Tenente-Brigadeiro Araripe Macedo, o Govêrno do Canadá já comunicou ao Ministério da Aeronáutica a sua disposição de conceder outros empréstimos — com tôdas essas vantagens — para a fase de construção do aeroporto, no caso de firmas daquele país serem escolhidas na concorrência efetuada à época. O contrato de financiamento dos estudos vai ser submetido à aprovação do Presidente Costa e Silva e das autoridades do Ministério da Fazenda. A administração dos recursos despendidos para a execução do atual projeto é do Banco Interamericano do Desenvolvimento.

Aeroporto terá de operar sempre em base comercial

A Comissão Coordenadora do Projeto do Aeroporto Internacional (CCPAI) informou ontem que o aeroporto para aviões supersônicos a ser construído no Brasil operará em bases comerciais, cobrando por todos os serviços que prestar, daí advindo fonte de receita, para cobrir os custos de operação e remuneração do capital nêle investido.

A Hidroservice Engenharia de Projetos, consórcio escolhido para efetuar os estudos de viabilidade de construção do aeroporto, já está cientificada dessa exigência do Ministério da Aeronáutica, que se constituiu em uma das cláusulas das orientações distribuídas entre as firmas participantes, no ato da inscrição na concorrência.

TRABALHO

Outra exigência do Ministério da Aeronáutica, para os resultados dos estudos de viabilidade de construção do aeroporto é que os trabalhos utilizem, tanto quanto possível, equipamentos e materiais produzidos no Brasil. O estudo deverá precisar o local de construção do aeroporto, ou a ampliação e melhoramentos a serem feitos em aeroporto já existente, de maneira a torná-lo capaz de operar tráfego internacional.

Por outro lado, deverá ser indicada pela firma responsável pelos estudos a estimativa total do capital do investimento, em moeda nacional e estrangeira, para o projeto e para a própria construção do aeroporto, bem como a necessidade de financiamento do capital a ser empregado. Esse financiamento já foi oferecido pelo Govêrno do Canadá, no caso de firmas daquele país vencerem a concorrência a ser realizada quando a área de localização do aeroporto fôr escolhida.

O estudo deverá, ainda, possibilitar a indicação do Ministério da Aeronáutica das áreas que deverão ser resguardadas e reservadas para uma possível expansão do Aeroporto, de suas instalações e do sistema aeroportuário e conter o resumo das conclusões sôbre a relação entre os benefícios e os custos, levando em consideração todos os fatôres considerados necessários para a obtenção de suas finalidades.

LOCALIZAÇÃO

A indicação da cidade para a localização do Aeroporto Internacional Principal do Brasil deverá ocorrer no quinto mês seguinte à assinatura do contrato entre a Hidroservice Engenharia de Projetos e o Ministério da Aeronáutica.

Segundo fonte da CCPAI, a assinatura do contrato entre a Hidroservice Engenharia de Projetos e o Ministério da Aeronáutica deverá se efetuar o mais brevemente possível, estando tudo na dependência de entendimentos entre o Govêrno brasileiro, o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e o Govêrno do Canadá, pois dos estudos de viabilidade de construção do Aeroporto participam duas firmas daquêle País e de seu financiamento consta ainda ajuda do Bank of Scotia, de Toronto.

EFICÁCIA EXAGERADA

Gentil Lessa sabe como conseguir em outros Estados uma carteira para quem só dirige no Rio

Polícia prende despachante que obteve para um cego a Carteira de Habilitação

A Polícia deteve e interrogou ontem o despachante Gentil Lessa, acusado pela revista *Quadro Rodas* que circula hoje de ter obtido, para um cego, a Carteira Nacional de Habilitação e uma Permissão Internacional para Conduzir. Pelos dois documentos, foram pagos NCrs 600,00.

O repórter Antônio Domingues, daquela revista, fizera-se passar por sobrinho de um fazendeiro rico, morador no Rio Grande do Sul, e conseguiu descobrir a quadrilha que, na Praça Tiradentes, ao lado do Departamento de Trânsito, consegue carteiras de motoristas sem que o interessado sequer preste exame.

A DOCUMENTAÇÃO

Durante a diligência policial, o detective Maia, da Delegacia de Defraudações, encontrou abandonada sôbre uma caixa de cerveja no Restaurante Giratório — local onde o despachante Gentil Lessa recebia seus clientes — uma pasta contendo cartão para obtenção da carteira de identidade do Instituto Pereira Faustino, de Niterói. Embora o documento não estivesse preenchido, já continha a ficha datiloscópica e a assinatura de José Marinho da Silva. Havia também um formulário da mesma repartição em branco, com a mesma assinatura.

As atividades da quadrilha dividiam-se entre o Restaurante Giratório e o Café Bilhar Feirense, também na Praça Tiradentes, e lá a Polícia apreendeu outra pasta, com formulários indispensáveis à obtenção de Carteiras de Habilitação.

A DEFESA

Visando a desmascarar a quadrilha, o repórter Antônio Domingues acabou por conseguir as duas carteiras (nacional e internacional) em nome de seu suposto tio, o Sr. Alberto Carlos Sabóia, portador de glaucoma agudo e totalmente cego há mais de dois anos.

Depondo na Delegacia de Defraudações, o despachante Gentil Lessa confirmou ter sido procurado pelo repórter (êle não sabia a profissão do cliente), mas como não trata "dêsse assunto", indicou-lhe o despachante Viana, ligado ao Trânsito do Estado do Rio.

Traçado da primeira linha do metrô será anunciado antes do dia 15 de junho

A linha prioritária do metrô carioca — seu ponto de origem e destino — deverá ser anunciada antes do dia 15 de junho, segundo afirmou ontem o engenheiro Helmut Graeff, administrador do projeto, durante a primeira reunião realizada entre os membros da CEPE-2 e os técnicos do consórcio Hochtiel-Deconsult-Construtora Nacional, encarregado de elaborar os planos para execução da obra.

Presidida pelo Secretário de Serviços Públicos e da CEPE-2, General Milton Gonçalves, a reunião teve início às 9h30m. Nela, foram decididos detalhes para coleta de informações e pesquisas para que seja determinada a área prioritária a ser atingida pelo metrô, a realização de reuniões semanais tôdas as segundas-feiras e entrega de relatórios mensais, com dados sôbre os trabalhos já concluídos, pela equipe de técnicos alemães e brasileiros.

PRIMEIRO PASSO

Segundo estudos realizados pelo encarregado da seção sócio-econômica de urbanismo e tráfego do Consórcio, Sr. Otto Biellemer, a área do Estado da Guanabara, junto com alguns municípios do Estado do Rio, que tem bastante influência na vida econômica da Cidade, foi dividida em duas partes: a macroárea, que atinge todo o Estado e os municípios vizinhos e a microárea, que vai desde o Leblon até Madureira.

O Sr. Otto Biellemer explicou que foram examinados planos já preparados para a divisão dessas áreas e que dentro da microárea será realizada uma pesquisa para saber quais os costumes e meios usados no transporte da população que vive ali.

— A pesquisa será realizada de casa em casa — disse êle — e deverá demorar uns três meses, porque será a base de todo o plano do metrô, determinando as necessidades prioritárias da população e quais os locais que devem ser atingidos em primeiro lugar, para facilitar o tráfego.

A REUNIÃO

Ao abrir a reunião, o General Milton Gonçalves agradeceu a presença dos técnicos alemães e apresentou alguns dos membros da CEPE-2, que compareceram à reunião.

Pelo Consórcio Hochtiel—Deconsult—Construtora Nacional, compareceram os engenheiros: Helmut Graeff, Rudolf Janousch — que é o substituto do Sr. Graeff — Otto Bierllemer, Wolfgang Rasch, Johannes Penegger, Harald Gardt, Gerd Hackstein, Curt Schnnopp e Jurger Kralmer.

Pela CEPE-2 estavam os Srs. Dirceu Oliveira Silva, Secretário Executivo da Comissão; Ferdinando Targat, Francisco Lúcio Cavalcânti, Petronilho Coelho, Ernâni Vasconcelos Cristaldi e Jorge Schnoer.

AS DECISÕES

Após as explicações do Sr. Bierllemer sôbre as necessidades de serem realizadas pesquisas no centro de maior densidade populacional e sôbre as indagações do Sr. Targat, coordenador da CEPE-2, quanto ao tempo em que seria possível aproveitar os estudos realizados agora, foi encerrada a reunião pelo General Milton Gonçalves.

O Sr. Bierllemer avisou que "segundo as pesquisas, é normal se estabelecer o que vai acontecer num período de 20 anos", enquanto o Dr. Targat considerava êsse tempo muito curto "tendo em vista que tudo o que se realiza hoje é com o pensamento voltado para o ano 2 000".

Carolina não é a mesma para todos

O Concurso Retrato de Carolina, promovido pela Domus, de Ipanema, já tem mais de 300 inscrições, e vem revelando as mais diversas interpretações da figura criada por Chico Buarque de Holanda: há Carolina mulata, Carolina criança, Carolina adulta, Carolina triste, Carolina bonita, Carolina impessoal e até romântica.

A menina Aglaia, de 14 anos, filha da artista Flora, fêz uma Carolina em uma sacada, cercada de árvores e passarinhos, uma morena de olhos verdes e cabelos longos. Luís Azevedo fêz uma mulher nua e Inácio Rodrigues uma mulata de olhos verdes. Dirceu Quintanilha desenhou uma janela em primeiro plano, e, a um canto do quadro, uma Carolina feita em colagem com uma espira ao lado.

JÚRI

Os trabalhos serão julgados por Walmir Ayala, Harry Laus, José Roberto Teixeira Leite, Carlos Cavalcânti e Antônio Bento, e poderão ser entregues até o próximo dia 20. Dia 21 começará a seleção.

Cêrca de 300 formulários de inscrição já foram distribuídos e os prêmios para os três melhores trabalhos serão de NCrs 1 mil, NCr$ 500 e NCr$ 300. Já entregaram os seus trabalhos as seguintes pessoas: Carlos Sales Vieira, pintura; Dirceu Quintanilha, pintura; Inácio Rodrigues, pintura e desenho; Bortchy, pintura e gravura; Iaperi (de Natal, Rio Grande do Norte), pintura; Amador de Carvalho, pintura e desenho; Lourdes Guanabara, pintura; Denise, pintura; Leila Carneiro da Rocha, pintura; Maria Fernanda, pintura; Angel, pintura e desenho; Ivete Cavalcânti Simpson, desenho; Maria Latitia, desenho; Vera Mourão, pintura; Maria Antonieta S. Barros, pintura; Paulo Pinheiro, desenho; Ester Delamare, pintura; Luís Azevedo, pintura; Aglaia Ferreira, pintura; José Artur Ferreira, pintura e Pietrina Checcaci, pintura.

O melhor quadro, além do prêmio de NCr$ 1 mil, será oferecido ao compositor de Carolina, Chico Buarque de Holanda. Entre as diversas pessoas que pediram sua inscrição no concurso, estão Olli, Nina Barr, Hilda Goltz, Luci Calenda, Pietrina Checcaci, Antônio Maia, Aluísio Zaluar, Chlau Deveza, José de Lima, Gilberto Trompowsky, Roland, George Luís, Luís Azevedo, Holme Neves, Bortchy e Carlos Sales Vieira.

Negrão se entusiasma com nôvo tratamento dado ao menor abandonado do Rio

O Governador Negrão de Lima disse ontem, durante a solenidade de instalação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, que, tendo lidado com o problema do menor abandonado, quando Ministro da Justiça, sentiu a grande modificação das diretrizes da política de assistência ao menor, depois da criação da Fundação Nacional, "que estabeleceu um caminho seguro, capaz de equacionar o angustiante problema em prazo relativamente curto".

O Secretário de Serviços Sociais, Sr. Vitor Pinheiro, frisou, por sua vez, que a lei instituindo a Fundação Estadual muda em dois aspectos fundamentais a assistência ao menor: "Fortalece a permanência da criança no próprio lar, mediante assistência à família, ou colocação do menor em lares substitutos".

INTERNAMENTO NAO

O Secretário Vitor Pinheiro disse, ainda, que o internamento do menor fica, no caso, relegado a uma terceira etapa, "pois o melhor dos colégios não proporciona o mínimo de atendimento que a família pode dar ao menor".

— O segundo aspecto — continuou — é que permitirá ao Estado suprir suas deficiências de atendimento aos menores, que até agora sòmente eram assistidos na faixa dos cinco aos 14 anos. De amanhã em diante, estaremos aptos a ampliar essa faixa de atendimento desde o nascimento da criança até os 18 anos de idade. Para isso serão construídas creches em locais estratégicos da Cidade, para permitir às mães que trabalham fora de casa deixarem ali os seus filhos.

O Sr. Vitor Pinheiro agradeceu depois aos membros da comissão que elaboraram os estatutos da entidade: ao Secretário de Govêrno, Sr. Humberto Braga, que, quando Secretário interino de Serviços Sociais, criou a comissão; ao professor Antônio José Chediak, pela sua participação nos trabalhos, e aos diretores da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, pela colaboração prestada, "que permitirá um tratamento adequado e eminentemente técnico ao menor carenciado na Cidade".

Estiveram presentes à solenidade os Secretários de Serviços Sociais, de Govêrno, de Administração, Sem Pasta, Saúde, Segurança e Turismo, os Chefes das Casas Civil e Militar do Govêrno do Estado, os Diretores da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Srs. Flamarion Costa, Francisco de Paula Ferreira, Dona Maria Celeste Flôres da Cunha, o Juiz de Menores, Sr. Alberto Augusto Cavalcânti de Gusmão, o Juiz Alírio Cavalleri, o Curador de Menores Araújo Jorge, e o Presidente da Fundação Leão XIII, Sr. Délio dos Santos.

Comida para doente será congelada

O fornecimento de refeições congeladas à rêde de hospitais do Estado será iniciado êste ano, segundo previsões da Secretaria de Saúde, através de cozinhas industriais modernamente equipadas, que substituirão as 36 existentes, quase tôdas operando precàriamente e concorrendo para onerar ainda mais os custos operacionais do setor assistencial.

Segundo previsões do Departamento Econômico da Secretaria de Saúde, a primeira cozinha industrial, que será instalada na Rua Carlos Seidl, no Caju, fornecerá cêrca de sete mil grandes refeições à rêde hospitalar. Posteriormente a segunda cozinha do mesmo tipo, será instalada junto ao Hospital Sousa Aguiar, com capacidade normal para 20 mil refeições/dia.

Apesar da CPI pedida pelo Deputado Nina Ribeiro para investigar problemas relativos ao fornecimento de refeições congeladas pelo Estado a alguns hospitais em caráter experimental — cujos trabalhos foram concluídos em sua parte inicial e prosseguirão brevemente, segundo pessoas ligadas ao parlamentar carioca —, os estudos para a implantação do sistema foram concluídos pelo Estado.

JORNAL DO BRASIL

Rio, 15 de março de 1968

Diretor-Presidente: C. Pereira Carneiro — Diretor: M. F. do Nascimento Brito — Editor-Chefe: Alberto Dines

Cartas dos leitores

Rotina esclarecida

"...tendo em vista o caso de um associado do GBOEx acidentado em Brasília, julgamos nosso dever (...) esclarecer devidamente os fatos (...):

O Sr. Alfredo R. Teixeira Neto (...) acidentou-se em 25-11-66, em virtude de queda sofrida em via pública, comunicada ao Grêmio sòmente em 3-4-67.

Foi reembolsado pelo GBOEx da importância de NCrs 100,00, como indenização das despesas efetuadas com o referido acidente, conforme tabelamento previsto (...).

Concomitantemente foi pleiteado, pelo associado, indenização por invalidez que teria resultado do citado acidente. Entretanto, carecendo-se, quanto a esta, das elucidações necessárias para a cobertura do benefício, motivou o fato inúmeras correspondências, o que culminou com o pedido de informações, em ofício n.º 217/SPEC de 8-2-68, dirigido à Sra. Lucilia P. Teixeira, espôsa do associado, por intermédio da Agência Guanabara.

E tanto é verdade que carecemos das elucidações necessárias que os laudos médicos, juntados ao processo não definem a invalidez (se total ou parcial). Desconhecendo-se, assim, o grau de redução funcional, impossível se torna qualquer indenização. Acresce, ainda, que o associado se achava, em 1-7-66 (antes de sofrer o acidente), aguardando aposentadoria e sob cuidados médicos, conforme atestado médico (Serviço Médico do Senado), o que nos suscita dúvidas se a invalidez decorre do acidente ou se preexistia".

Coronel Mário Calvet Fagundes — Diretor de Previdência e Assistência do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército — Pôrto Alegre, RS.

Telex

"O **Informe JB** do dia 2 publica, sob o título **Fora de Circuito**, informação inverídica, insinuando discriminação inexistente entre unidades da Federação, no que respeita a telecomunicações por telex.

O DCT esclarece estar em fase adiantada de instalação, para funcionamento a partir de abril, a Central Telex de Joinvile (SC) e que o IV Plano de Ampliação da Rêde Nacional de Telex, ora dependendo de aprovação do CONTEL, foram incluídas as Cidades de Florianópolis, Lajes e Blumenau, para receberem outras centrais telex, além de cidades como Itajaí, Brusque e Rio do Sul, que poderão receber extensões como assinantes distantes daquelas.

Cel. Carlos Afonso Figueiras, Diretor-Geral do DCT — Rio."

Educação

"Lemos o excelente trabalho realizado pelo Departamento de Pesquisa, no **Caderno Especial** do último dia 3, sob o título **Educação no Brasil, França, EUA, União Soviética na Atualidade**. Agradecemos a atenção dispensada pelos senhores aos assuntos educacionais do País.

Diretório Acadêmico Santo Tomás de Aquino — Petrópolis, RJ."

"Encaminhamos ao JB a moção de congratulação de autoria do Vereador José da Costa Jorge, pelo magnífico trabalho **Educação no Brasil, França, EUA e União Soviética na Atualidade**.

Zenith Elói da Silva Passos, Presidente da Câmara de Mangaratiba — RJ."

Prece pelo pilôto

"A Nova Proudon Propaganda Ltda. omitiu o nome do pilôto em sua nota de pesar pelas vítimas do acidente com o táxi-aéreo PP-MGH, na Serra do Caparaó.

Não custava nada pedir também um minuto de prece a outro semelhante e filho de Deus, o exemplar pilôto e bom companheiro que foi Geraldo Berg.

Esaú de S. Rêgo — Rio."

Punição a motorista

"Tendo em vista o flagrante publicado pelo JB de 10 de março, o qual tomei conhecimento, comunico a V.S. que o motorista em questão foi multado, por recusar passageiro.

Outrossim, agradeço a colaboração, solicitando providências de V.S. no sentido de esclarecer aos leitores que esta e qualquer outra infração praticada por motorista, se comunicada a êste Departamento, será levada em consideração e tôdas as medidas cabíveis serão tomadas.

Celso de Melo Franco, Diretor do Departamento de Trânsito. Rio".

Rio—Niterói

"Na qualidade de leitor diário, envio calorosos aplausos pelo editorial **Avenida Rio—Niterói** do último dia 13. A fusão é a solução; fusão não é submissão.

Daniel Ribeiro — R. Afonso Cavalcânti, 300-A. Rio.

Trigo Roxo

A atitude do Ministro Magalhães Pinto, ao decidir firmar o Acôrdo de Comércio com a Argentina, honrando compromissos assumidos anteriormente e preservando a integridade de uma aliança de grandes conseqüências políticas, foi absolutamente acertada. É através da complementação das economias das duas maiores Nações da América do Sul que conseguiremos fortalecer mùtuamente nossos países e lançar sólidos alicerces para a expansão da ALALC para a futura integração continental.

Procura-se agora confundir a opinião pública descrevendo a decisão do nosso Chanceler como uma capitulação diante dos interêsses argentinos. As notícias espalhadas com êsse objetivo são destituídas de qualquer fundamento. Não é verdade que o Brasil tenha aceito pagar um sobrepreço pelo trigo argentino. Os preços são negociados especificamente para cada contrato individual de compra. E existe no Acôrdo uma cláusula pela qual tais preços não poderão jamais exceder os da melhor oferta de venda que o Brasil tiver de outras fontes de suprimento. Por conseguinte, o excesso de 10 dólares por tonelada que teria sido aceito pelo Brasil, segundo as maliciosas notícias veiculadas, só existem na cabeça dos inimigos da aliança brasilo-argentina.

Também não é verdade que a Argentina não tenha se comprometido a comprar produtos brasileiros. O Acôrdo prevê a aquisição de 15 mil toneladas de juta e 100 mil toneladas de produtos semimanufaturados de aço, fora as compras que virão a ser contratadas posteriormente.

A compra de um milhão de toneladas de trigo argentino não tem nada de extraordinário. Pelo contrário. Dêsse milhão, 600 mil toneladas se destinam a abastecer os portos pequenos da costa brasileira que, por questão de transporte e frete do produto, não poderiam ser abastecidos com trigo de outra proveniência. A compra dessas 600 mil toneladas na Argentina é um imperativo dos nossos interêsses. Só exercemos uma opção real na compra das restantes 400 mil toneladas.

Quanto à alegação de que o Ministro Magalhães Pinto teria agido *ultra vires* ao autorizar a assinatura do acôrdo sem consulta prévia ao Congresso, trata-se de uma afirmação que só pode ser o fruto da mais absoluta ignorância em matéria do processamento de tratados internacionais. A autorização do Congresso é necessária para a ratificação e não para assinatura do tratado internacional. Há os casos — de que são exemplos típicos os convênios comerciais rotineiros — dos chamados "acôrdos administrativos", em que a ratificação é reconhecidamente desnecessária, de acôrdo com a prática dos Estados. Os interessados em fazer chicana e acionar os brios dos membros do Congresso com a alegação de uma ação exorbitante do Chanceler, no que toca ao acôrdo recém-assinado nem sequer faturam o benefício de estabelecer a confusão. O Tratado de Montevidéu que estabeleceu a ALALC, sob cuja égide foi negociado o acôrdo, devidamente ratificado com autorização do Congresso, delega ao Ministro das Relações Exteriores podêres para firmar compromissos do gênero dos que foram assinados em Buenos Aires.

O Acôrdo assinado em Buenos Aires atende aos melhores interêsses do Brasil. A decisão do Chanceler ao autorizar a sua conclusão foi correta e acertada. O resto são as intrigas dos círculos empenhados em envenenar as relações brasilo-argentinas com o trigo roxo das afirmações mentirosas, que é o que resta das elocubrações triticolas em que embarcaram.

Cuidar da Casa

Se se perguntar a qualquer dos famosos países de turismo que fizeram para atrair turistas, a resposta não estará na ponta da língua. O turismo na Itália, ou na França, por exemplo, é de todos os tempos, sempre houve. Ambos os países possuem tesouros de cultura, uma excelente cozinha, belas cidades e boas estradas. Romeiros eram pessoas que iam a Roma e sempre houve romeiros, procurando religião, arte, vinho. Em tempos muito recentes é que a industrialização do turismo levou a certos trabalhos de infra-estrutura, como os grandes hotéis, as facilidades extraordinárias de transporte, a propaganda.

Permanece, no entanto, o fato de que turismo não é descobrir meios de embair o turista e sim cuidar bem dos valôres reais que um país possui. A incumbência que cabe agora ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de velar pelas obras de arte, monumentos ou recantos aprazíveis à margem das estradas pode resultar num incremento do turismo. A idéia vale por si mesma. Não temos tantas riquezas assim ao longo das estradas de rodagem para que possamos deixá-las entregues a uma conservação precária. Ainda que nenhum turista devesse nos procurar, o normal é que desejemos trilhar caminhos embelezados pela natureza ou valorizados pela mão do homem. Durante seu longo fastígio imperial a Inglaterra não teve a menor preocupação de atrair turistas. Quase se poderia dizer o contrário. Mas os inglêses sempre cuidaram da Ilha como quem se dedica a um jardim. Hoje, quando é bem-vindo o dinheiro estrangeiro, a famosa infra-estrutura do turismo está presente. Tão famosos e quase tão antigos quanto palácios e catedrais inglêses são os gramados que abrandam tôda a paisagem da terra. O mesmo se poderia dizer da Espanha e de Portugal, países relativamente empobrecidos mas que sempre tiveram o capricho de conservar suas obras de arte e seus jardins.

No Brasil, deixamos pràticamente desaparecer, no Sul, os monumentos jesuíticos das Missões e o Patrimônio Histórico vive travando uma permanente e desalentadora batalha contra as minúsculas verbas de que dispõe para preservar os tesouros de Minas Gerais, do Pará, da Bahia ou de Parati. A nova missão do DNER poderá representar uma valiosa ajuda indireta ao Patrimônio. A moral da história, tal como observada nos países de grande turismo, é de quem cuida bem da casa em que mora, atrai visitantes. É isto que devemos fazer.

Desvio Regionalista

Por falta de informação ou inadvertência o Senado tomou a decisão que custará ao País prejuízos de monta e um legado de desconfiança, na hipersensível área das atividades financeiras. As Bôlsas de Valôres tiveram de interromper suas atividades por três dias consecutivos, a fim de conter os efeitos desastrosos de uma baixa generalizada no mercado de ações. Outras conseqüências poderão advir do fato, se não fôr encontrada solução reparadora para o gesto impensado do Senado, liquidando a vigência do decreto-lei que prolongou para êste ano os estímulos fiscais que permitiram resolver satisfatòriamente a crise de capital de giro das emprêsas, no ano passado.

A versão apresentada para a atitude dos senadores é a de que houve engano, prevalecendo a falta de informação: acharam êles que os incentivos concedidos a pessoas físicas, na declaração do Impôsto de Renda, na parcela de cinco por cento, seriam deduzidos dos 50 por cento oferecidos às pessoas jurídicas que apliquem capital no Nordeste.

Não pode ser tomada a sério a explicação de que faltou esclarecimento aos senadores, pois se há uma coisa que o Senado tem e de que se orgulhe é de sua assessoria. Há muito mais assessôres do que senadores. Assim sendo, a versão capaz de explicar com exatidão o que se passou é a do predomínio da motivação regionalista no ânimo dos senadores. Sendo uma Casa de representação paritária, o Senado oferece uma composição suscetível do desvio regionalista. O número de Estados abarcados pelas regiões Norte e Nordeste, sôbre as quais incide um esfôrço de canalização de recursos, para impulsioná-las econômicamente, supera o grupo de senadores dos Estados econômicamente desenvolvidos. É fácil manipular ressentimentos.

A própria versão em tôrno do desconhecimento tem fundo emocional regionalista, que constitui sintoma indesejável e desvio bem nítido de consciência política. Pois nada colide mais com as aspirações nacionais do que os traços marcantes de regionalismo em ascensão no quadro brasileiro. Quando o Govêrno decidiu carrear, através de incentivos fiscais, recursos para o Nordeste e agora o Norte, agiu sob imperativo de uma consciência nacional que reconhece a necessidade do equilíbrio e da harmonia no desenvolvimento das regiões, em favor da unidade nacional.

Agiram — melhor, reagiram — os senadores de forma emocional e contrária aos interêsses econômicos do País, já que a captação de recursos para constituir capital de giro das emprêsas, ainda êste ano, não exclui o Nordeste e o Norte como áreas de aplicação. Além do mais, há quatro anos que o mercado de ações luta para estabilizar-se, depois de sacudido pela borrasca inflacionária, desde 1962. E mal começava a recuperar posição de confiança, desfere-lhe o Senado êste golpe insensato.

Talvez os senadores da República não saibam que estamos numa transição e que a democratização das emprêsas e do capital está se processando. O que houve agora foi um golpe na confiança popular, de Norte a Sul, tão nefasto à região desenvolvida como ao esfôrço de afirmação econômica das regiões atrasadas. São gestos impensados como êste que engordam o preconceito contra a representação política.

Aliás, o Senado que errou agora foi o mesmo que, no ano passado, incorreu na desatenção de prorrogar sem mais nem menos o prazo de declaração do Impôsto de Renda, não por generosidade geral, mas por motivo particular, qual seja, beneficiarem-se os senadores da isenção inconstitucional do tributo na parte variável — por sinal a maior — de seus vencimentos.

Coisas da Política

Govêrno ainda não encontrou solução para as sublegendas

Brasília (*Sucursal*) — *O Ministro da Justiça ainda não sabe como compatibilizará o projeto de lei sôbre as sublegendas e o voto vinculado com a Constituição. Tem o Sr. Gama e Silva confessado suas dúvidas a parlamentares, inclusive da Oposição. E é possível que sua opinião íntima, contrária ao que se pretende estabelecer mediante êsse projeto, pelo menos psicològicamente esteja a agravar seu embaraço jurídico.*

Deputados que se avistaram com o Ministro da Justiça revelam que o Sr. Rondon Pacheco não lhes enviou um texto no qual já se expressassem soluções objetivamente definidas. O trabalho do Ministro não será, portanto, o de apenas ajustar jurìdicamente uma formulação, aprimorando o estilo e a técnica. O problema está ainda por ser resolvido, sobretudo no que concerne à vinculação dos votos.

Do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Sr. Gama e Silva recebeu um esbôço de projeto pela metade. Na verdade, são dois textos, segundo parlamentar que teve acesso ao assunto.

As sublegendas

No primeiro dêsses textos está mais ou menos enunciado o tipo de sublegenda que o Govêrno deseja ver instituído. Admite-se a divisão do Partido em até três frações seis meses antes das eleições, prevendo-se, no entanto, a reunificação automática no momento em que se encerrar o prélio eleitoral.

Assim, quem fôr eleito por uma sublegenda (governador, prefeito ou o que seja) representará todo o Partido, devendo cuidar, desde logo, de contribuir para cicatrizar as feridas resultantes da luta pela obtenção do voto popular. A sublegenda será temporária, destinando-se a atender exclusivamente à emergência das disputas internas na fase pré-eleitoral. Permanente, só o Partido — e com isso o Sr. Rondon Pacheco julgou ter contornado satisfatòriamente o problema constitucional.

O Ministro da Justiça continua a ver dificuldades, entre as quais avultaria a questão da soma dos votos das sublegendas nas eleições majoritárias, o que as transformaria em eleições proporcionais.

A vinculação

Quanto à vinculação, o Sr. Rondon Pacheco não optou entre as diferentes sugestões recebidas da ARENA. Não chegou a articular uma proposta de dispositivo legal — ainda de acôrdo com informações trazidas do Ministério da Justiça por parlamentares. Apenas indicou que espécie de formulação deveria ser adotada no caso de cada hipótese em pauta: vinculação dos votos de governador com os de deputado estadual, dêstes com os de deputado federal, dos votos de governador com os de senador, etc.

Em face das divergências persistentes no seio do Partido oficial, o Chefe da Casa Civil não terá se sentido com autoridade para fazer a opção. Transferido o problema para o Ministro da Justiça, pela mesma razão o Sr. Gama e Silva aguarda que a direção da ARENA o socorra. Aqui, a questão constitucional dependerá, para ser examinada objetivamente, do tipo de vinculação que se resolva estabelecer.

Atritos

Hoje, em diversas reuniões e solenidades, comemorando o primeiro aniversário do Govêrno Costa e Silva, deverão ser ouvidas unânimemente proclamações fervorosas da unidade e da coerência do sistema político oficial. Não bastará isso porém — conforme atesta o pequeno caso das sublegendas — para que se encaminhem soluções tendentes a compor os setores conflitantes da área política situacionista, ajustando-a aos objetivos do Govêrno.

A precedência do mistério

Tristão de Athayde

Um dos grandes méritos do Nôvo Catecismo para adultos, a que ontem nos referimos, é o de não temer os pontos de interrogação, ao passo que o catecismo usual se basecia exclusivamente no ponto final. A cada pergunta pré-formulada corresponde uma resposta categórica e definitiva. A doutrina religiosa é ensinada e decorada sob a forma de tabuada, como se a fé fôsse um raciocínio matemático. Tudo isso pode ser, quando muito, aceitável até os oito anos como um ensino passivo e decorado mecânicamente, por um método meramente autoritário e dedutivo.

De modo inteiramente diverso procedem os autores do Nôvo Catecismo. Como se dirige a adultos parte do pressuposto de uma reação ativa de quem recebe a informação a título de reciprocidade e na base de que a fé é um conhecimento obscuro, onde os pontos de interrogação predominam, mostrando bem que nos achamos no plano do mistério e da revelação. Sem, nem por isso e muito menos, deixar de atender, por outro lado, às exigências de uma inteligência adulta naturalmente interrogativa e de uma experiência já vivida em contato com os acontecimentos históricos correntes. A distinção, por exemplo, no domínio bíblico, entre o que é história a partir de Abraão, e o que é meramente simbólico antes do livro 12, e particularmente tôda a estória parabólica da criação do mundo, de Adão à Tôrre de Babel, é um elemento capital para a compatibilidade entre os dados *revelados*, porque inacessíveis ao conhecimento histórico e científico e tudo o que êstes nos fornecem.

O método geral é do tipo indutivo e não dedutivo, como acontece com o catecismo corrente. Parte do fenômeno mais acessível à nossa experiência, e ao mesmo tempo o mais misterioso de todos, o da própria existência. Não que se trate de um catecismo existencialista, em homenagem a uma filosofia que estêve em moda antes da moda estruturalista... Existencial, sim, porque indutivo e partindo, como tôda atitude do homem adulto, do contato com os dados imediatos da consciência, como diria Bergson. A *existência* é a primeira e fundamental evidência. Mas é também o primeiro dos mistérios, inexplicável como todo mistério. Daí nos colocarmos de chôfre em pleno mistério. Tudo é mistério, como Bernanos dizia: *"Tout est Grâce"*. Longe de ser um ópio, que nos adormeça ou enlouqueça, como o seu onirismo, a religião é água corrente, cristalina como tôda evidência existencial, que é, ao mesmo tempo, a base fundamental de tôda ciência e de tôda religião. A mais moderna filosofia das ciências nos ensina que a ciência é tão misteriosa como a religião. De modo que tôda contradição que o positivismo, lógico, prelógico ou metalógico, procurou demonstrar entre conhecimento científico e conhecimento metafísico ontológico é um ente de razão incompatível com a própria observação da ciência mais requintada, como da atitude religiosa mais sofisticada. Tudo é mistério, tanto para a ciência como para a religião. De modo que a atitude religiosa, perante a vida, é tão natural e tão exigida pela própria vida, como é a atitude científica, que procura desvendar o mistério da existência, mas cada vez mais sabe que não sabe nem pode desvendá-lo integralmente. De modo que o *approach* dêste catecismo coloca à vontade tanto os adultos de espírito positivo e experimental como os de tendências naturalmente transcendentalistas. A primeira parte é dedicada ao "mistério da existência". O fato de existir é o primeiro dos mistérios com que cada ser humano se defronta ao pensar. Penso, logo... existo o mistério.

Fidel anuncia escassez de alimentos e diz que safra de açúcar baixou

Havana (AFP-UPI-JB) — Ao discursar durante 4 horas e 39 minutos nas escadarias da Universidade de Havana, o Primeiro-Ministro Fidel Castro acentuou a necessidade de radicalizar cada vez mais a Revolução, "para extirpar o capitalismo de Cuba", mas admitiu que o país atravessa uma séria escassez de alimentos.

O discurso de Fidel Castro culminou com as comemorações do décimo-primeiro aniversário do assalto ao Palácio Presidencial por um grupo de estudantes que pretendiam liquidar o ditador Fulgencio Batista. Castro anunciou que a safra açucareira dêste ano será inferior a 5,5 milhões de toneladas e culpou a sêca pela baixa. Reafirmou, entretanto, sua determinação de atingir 10 milhões de toneladas, em 1970.

SEQUESTROS

O Primeiro-Ministro disse que Cuba poderia não mais devolver, no futuro, os aviões seqüestrados em vôo que cheguem ao país, porque "os Estados Unidos têm em seu poder várias aeronaves e navios roubados por contra-revolucionários".

A propósito, acrescentou que os norte-americanos "sempre deram boas-vindas a assassinos e tripulantes dos barcos, que não passavam de aproveitadores". Indicou que a Embaixada da Suíça poderia começar a tomar providências para que se torne possível a devolução dos aviões e navios cubanos que se encontram nos EUA. "Os americanos — acrescentou — sempre incentivaram isso. Agora, estão colhendo os frutos de suas sem-vergonhices".

ESCASSEZ

Em certa altura do discurso, referiu-se ao problema da produção, e, acentuando ter sido sempre norma da Revolução explicar ao povo as vicissitudes que tem que enfrentar, revelou que o país está passando por dificuldades reais, principalmente em matéria de abastecimento de produtos de consumo. Lançou a culpa da maioria das falhas na produção agrícola na sêca.

— Afirmou que os problemas poderiam ser menores, se tivesse existido maior ajuda estrangeira.

MOSCOU E HAVANA

Castro não evocou as relações entre Cuba e a União Soviética, bem como as relações entre os diferentes Partidos Comunistas do Mundo. Contràriamente ao que esperavam os observadores estrangeiros, limitou-se a dizer: "Nem todos os problemas podem ser discutidos em público".

Exemplificou a afirmativa com o informe ao PC cubano sôbre a microfacção liderada por Aníbal Escalante, que veio a público depois de cuidadoso levantamento a que procedeu o Comitê Central.

"O problema dêsse grupo — aproveitou Castro — está completamente solucionado. A microfacção como fôrça política carece de significado. E os Tribunais Revolucionários não foram tão severos quanto muitos desejavam".

RUMÔRES FALSOS

A propósito do racionamento, acusou os contra-revolucionários de "lançar rumôres falsos". Negou enfàticamente que o Govêrno projete impor o racionamento do leite e do pão que continuam atualmente com venda livre. "São boatos absurdos e ridículos" — afirmou.

Igualmente classificou como "idiotices propaladas pelos contra-revolucionários" as indicações de que uma escassez de leite se explicaria pelo envio do alimento ao Vietname. "Os vietnamitas nunca nos pediram leite — acrescentou — mas, se o pedirem, nosso mais elementar dever será mandar parte ou tudo quanto necessitam, porque êles estão dando ao mundo algo mais do que leite".

PRIVILÉGIOS

Mais adiante, Castro voltou a denunciar a "nata de privilegiados que vivem melhor do que os demais, na Capital. Êsses parasitas gastam dinheiro em bares, olhando passar os caminhões que levam homens e mulheres para trabalhar no campo". Disse que Havana conta ainda com 6 mil bares, 950 dos quais privados. Deu a entender que êstes serão ràpidamente nacionalizados ou fechados.

Ao concluir, exortou à radicalização da Revolução, afirmando: "Êste é o momento de empreender uma poderosa ofensiva revolucionária, de incrementar a seriedade, o espírito revolucionário e a combatividade das massas."

Guerrilha toma povoado por horas na Guatemala

Caracas e Cidade da Guatemala (AFP-UPI-JB) — Um grupo de dezoito guerrilheiros pertencentes ao comando José Leonardo Chirinos, trocou por várias horas o povoado de Aragua, Estado de Falcón, depois de subjugar o prefeito e dois policiais.

Antes de abandonar a localidade, os guerrilheiros organizaram vários comícios, concitando a população a unir-se ao movimento de insurreição. Tropas do Exército já se deslocaram para a região.

GUERRILHEIRO DETIDO

Na Guatemala, José Inácio Ruiz, chefe guerrilheiro de 23 anos, que participou do ataque do dia 7 último contra a base da Fôrça Aérea da Capital, foi prêso, ontem.

A Polícia fêz a imprensa ouvir uma gravação na qual Ruiz admite ter participado do ataque, que deixou um saldo de um morto e 29 feridos e cujo objetivo era destruir vários helicópteros da Fôrça Aérea.

Renúncia de ministros no Chile causa boatos de um golpe iminente

Santiago do Chile (AFP-JB) — Um golpe militar estaria prestes a ocorrer no Chile, segundo rumôres que indicavam, ontem, a renúncia dos Ministros da Fazenda, Raúl Saez, e da Defesa, Juan de Diós Carmona. Os boatos tiveram origem na divergência havida entre os dois Ministros a propósito da solução dada pelo Presidente Eduardo Frei ao problema dos reajustes salariais, que tem agora o apoio dos comunistas.

Ao assumir a Pasta, no mês passado, Saez disse que estava estudando medidas para remediar o efeito da supressão do artigo da lei que previa o pagamento em bônus dos aumentos salariais superiores à alta do custo de vida. O Ministro da Defesa, por seu lado, não vê com agrado o compromisso obtido com os comunistas. Ontem, o Presidente recebeu os chefes do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Os observadores não acreditam na possibilidade de uma ação anticonstitucional do Exército. Contudo, o Presidente do Senado, o socialista Salvador Allendo, e o Senador comunista Volodia Teitelbom fizeram apêlo, ontem, em defesa da "continuidade do regime democrático" e denunciaram a existência de um "plano subversivo".

Contactos de cúpula encaminham UNCTAD para uma conciliação

Nova Déli (AFP-JB) — Num ambiente de maior conciliação entre os países industrializados e as nações em desenvolvimento, foram reiniciados ontem os contatos de cúpula na Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) para redigir a declaração final da reunião.

Favorecem agora a conciliação até mesmo as personalidades influentes do grupo dos 77 que tinham adotado até agora uma atitude intransigente, como o chefe da delegação brasileira, Azeredo da Silveira, que ocupa a presidência do grupo do Terceiro Mundo.

COMPROMISSO

Segundo meios bem informados, já foi elaborado um esbôço de compromisso sôbre a declaração, em três partes, que constituirá o ato final da Conferência.

A primeira parte desta declaração seria aceita por todos os países presentes e compreenderia quatro pontos principais de acôrdo:

— Afirmação do princípio de concessão de preferências gerais, sem discriminação e não recíprocas, de todos os países industrializados para com todos os países em desenvolvimento, para a exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados.

— Programa de ação para os produtos de base, mediante a fixação de um calendário de reuniões internacionais para o cacau e o açúcar, assim como para as sementes oleaginosas e a borracha

— Reafirmação do objetivo de ajuda aos países em desenvolvimento de 1% da renda nacional dos países industrializados.

— Organização de consultas de usuários e armadores para a fixação do preço do frete dos transportes marítimos.

Vice-Ministro da Defesa da Tcheco-Eslováquia se suicida

Praga (AFP-UPI-JB) — O Vice-Ministro da Defesa da Tcheco-Eslováquia, Coronel-General Vladimir Janko, suicidou-se ontem, com uma arma de fogo, confirmou o Ministério da Defesa, anunciando a abertura de um inquérito para apurar todos os fatos ligados a sua morte. Não foram divulgados detalhes.

Os observadores relacionam o suicídio com a recente fuga do General Sejna para os Estados Unidos e chamam a atenção para o fato de que o General Janko, que estava no comando da Primeira Brigada Blindada, foi quem ordenou a mobilização das tropas durante a reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista, em dezembro e janeiro. Janko tinha 51 anos, nasceu em Nosislav, na Boêmia, e era membro do PC desde 1950.

MISTÉRIO DAS TROPAS

O problema da mobilização das tropas durante as tumultuadas reuniões do PC tcheco em dezembro e janeiro continua sendo dos fatôres mais controvertidos na aparente crise política tcheca.

Ontem, o General Freybert, Comandante da Região Ocidental do país, desmentiu os rumôres de que tinha mobilizado seus homens para favorecer a um grupo no poder, segundo denúncia do jornal *Prace*. Respondendo às perguntas da impresa, Freybert disse: "o Exército não foi utilizado, os soldados cumpriram suas obrigações normais de treinamento militar e político".

Admitiu que houve manobras do Exército, mas disse que não tinham nenhuma relação com as discussões do pleno do Comitê Central. Foi mera coincidência, segundo êle, se estas manobras ocorreram em dezembro.

Concluindo, criticou a direção do Exército por não ter procedido a análise da situação política interna da Tcheco-Eslováquia naquela ocasião, pois se isto tivesse ocorrido, certamente renunciaria às manobras.

DESMENTIDO

O ex-chefe da Administração do Estado junto ao Comitê Central do Partido Comunista da Tcheco-Eslováquia, Mamula, não foi detido, informou-se extra-oficialmente.

Na quarta-feira circularam insistentes rumôres sôbre a prisão de Mamula e do filho do Presidente da República da Tcheco-Eslováquia, Antonin Novotny, que é diretor da Editorial Artia. Êste apareceu pela manhã, como de costume, no escritório.

UM MAL-ENTENDIDO — Radiofoto UPI

Não se confirmou a prisão do filho de Novotny

EUA estudam extradição de Sejna

Washington e Praga (AFP-UPI-JB) — O Departamento de Estado norte-americano comunicou à Embaixada tcheca em Washington que o Govêrno examinará o pedido de extradição do General Jan Sejna — atualmente refugiado nos Estados Unidos — que foi encaminhado oficialmente ontem pelas autoridades de Praga.

A agência noticiosa CTK informou que uma nota oficial do Govêrno foi apresentada pelo Embaixador Karel Duda ao Subsecretário Adjunto para Assuntos Europeus, Walter Stoessel, assim como uma ordem judicial de prisão de Sejna.

O pedido de extradição de Sejna baseia-se no acôrdo mútuo firmado em 1925 pelos Estados Unidos e Tcheco-Eslováquia que estabelece a extradição de criminosos, afirma a nota, acrescentando que "os sérios delitos cometidos por Jan Sejna justificam sua extradição segundo as regulamentações de nosso acôrdo".

O ex-General Sejna foi acusado de "roubo e obtenção de dinheiro ou bens, sob falsos pretextos, ou sabendo que tinham sido conseguidos ilegal e fraudulentamente", diz a nota. Um porta-voz do Departamento de Estado indicou que será necessário que sejam apresentados documentos que provem as acusações ao General para que o pedido seja aceito.

Sejna, de 40 anos, era chefe da seção política do Ministério da Defesa da Tcheco-Eslováquia e fugiu do país, há um mês, para asilar-se nos Estados Unidos. Destituído de seu pôsto, tem sido acusado pela imprensa tcheca de "corrupto" e de levar uma vida de esplendor, às custas dos trabalhadores.

A fuga do ex-General aumentou as dificuldades que o Presidente Novotny já vinha enfrentando uma vez que também é acusado de ter mobilizado grandes unidades do Exército durante uma reunião decisiva do Partido.

Cai outro partidário de Novotny

Praga (AFP-UPI-JB) — O Conselho Nacional Eslovaco recusou ontem o pedido de demissão de seu Presidente, Miguel Chudik, partidário de Antonin Novotny, preferindo destituí-lo do cargo. Foi nomeado para substituí-lo František Barbírek, membro do Comitê Central do Partido Comunista Tcheco-Eslovaco e do Presidium do PC eslovaco.

A carta de demissão do Chudik não continha nenhuma palavra de autocrítica e, por êste motivo, o Conselho decidiu demiti-lo, já que "perdera tôda a confiança", revelaram a agência noticiosa CTK e a Rádio de Praga. Também foi demitido, a pedido, o chefe do Departamento de Belas-Artes do Ministério da Cultura, Antonin Dvorak, assumindo o cargo Vlastimil Fiala.

A substituição de Chudik fôra pedida no dia 23 de dezembro, durante uma tumultuosa manifestação que ocorreu em seu próprio "feudo" de Bratislavaz. Nas sessões do Comitê Central de dezembro e janeiro, nas quais a política do Presidente Antonin Novotny foi severamente atacada, Chudik interveio várias vêzes em seu favor, falando como amigo pessoal. Na época disse que mantê-lo na presidência era a melhor garantia da amizade com a URSS.

Durante a célebre sessão noturna de 4 para 5 de janeiro, quando Novotny teve de se demitir da chefia do Partido, Chudik manteve-se fiel até o fim. Portanto, os observadores não se surpreenderam com a renúncia, estranhando apenas que ela tenha demorado tanto. Soube-se que o Presidente apresentou sua carta na quarta-feira e que ontem foi nomeada uma comissão para estudar o assunto, apresentando suas conclusões em poucas horas.

Esta é a segunda renúncia, nas últimas 72 horas, de um ex-ajudante de Novotny. Na têrça-feira, o Presidente do Conselho Sindical, Miroslav Pastrik, se retirou do cargo, em virtude das críticas do grupo liberal que chefia o órgão.

Uma mensagem do Primeiro-Secretário do PC tcheco, Alexandre Dubcek, agradecendo o apoio dos estudantes às fôrças progressistas do Partido, foi lida ontem durante uma grande concentração de universitários nas ruas de Praga.

Vários líderes da ala liberal do Partido Comunista intervieram durante o comício organizado pelos estudantes. O Presidente da União de Escritores, Eduardo Golsstucker declarou: "o mundo inteiro tem os olhos fixos para os tchecos para ver se são capazes de fazer o que a história jamais viu: unir o socialismo à liberdade".

Otto Sik, economista considerado o pai da reforma da gestão das emprêsas tchecas, pediu aos estudantes vigilância contra "as fôrças conservadoras que ainda têm influência no seio do Partido e que podem desorientar a opinião pública".

Polônia solta mais de cem estudantes e luta diminui

Varsóvia (AFP—UPI—JB) — À exceção de Poznan e Lodz, onde ainda houve manifestações ontem, a situação acalmou-se na maioria das universidades polonesas, depois que o Govêrno readmitiu dois alunos que haviam sido expulsos da Universidade de Varsóvia e libertou 130 dos 450 estudantes detidos nos últimos dias.

Os estudantes de Varsóvia ameaçaram sair novamente às ruas se o Govêrno não atender às outras reivindicações contidas na resolução aprovada por oito mil alunos da Universidade, durante uma reunião quarta-feira, e, enquanto isto, prosseguem as negociações entre a liderança estudantil, as autoridades universitárias e a cúpula do Partido Comunista.

EXIGÊNCIAS

A resolução estudantil exige o cumprimento do Artigo 70 da Constituição, que garante a liberdade de expressão, e que a imprensa divulgue as reclamações da classe e desminta sua versão de que as manifestações são movimentos pró-sionistas.

Os estudantes querem também que os manifestantes detidos sejam julgados com tôdas as garantias legais e que a Polícia não volte a agir como agiu, durante a repressão. O próprio Reitor da Faculdade de Politécnica, Professor Dionizy Smolenski, reconheceu que a milícia "foi além de seus limites".

Embora 130 estudantes tenham sido libertados, pelo menos 14 foram condenados a várias penas — algumas de até seis meses de prisão — e outros seis foram colocadas à disposição da Justiça para julgamento futuro.

FOCOS

Apesar da tranqüilidade reinante na Capital, a Polícia continua mantendo severa vigilância nas imediações da Universidade, onde é grande a efervescência entre os alunos.

Em Poznan, no oeste da Polônia, três mil estudantes realizaram uma manifestação pacífica, sem que se repetissem os choques de quarta-feira. A Polícia limitou-se a ameaçá-los com jatos de água e a patrulhar as ruas.

Em Lodz, outra cidade do oeste do país, houve uma grande concentração, mas não ocorreram incidentes e os estudantes deram ao Govêrno um prazo de cinco dias para que atendam às suas exigências, que são bàsicamente as mesmas que as dos estudantes de Varsóvia: liberdade de expressão e redução do contrôle oficial sôbre a imprensa.

Na antiga cidade de Cracóvia, a situação se normalizou, embora ainda reine um clima de tensão na Universidade e os estudantes continuem boicotando as aulas.

CULPADOS

Enquanto isto, a imprensa de Varsóvia responsabiliza os sionistas e os supostos liberais pelas manifestações. Acusam nominalmente o historiador católico Stefan Kisielewski, o historiador liberal Pavel Jasienica e o Professor Leszek Kilakowski, catedrático de filosofia da Universidade de Varsóvia.

Moscou reinicia os julgamentos

Moscou (AFP-UPI-JB) — Depois de condenar à morte quatro cidadãos soviéticos pelos crimes de guerra cometidos durante a ocupação nazista na segunda Guerra Mundial, a URSS iniciou ontem o julgamento de outros sete cidadãos, acusados de tráfico de divisas e de cumplicidade com a União Nacional de Solidaristas Russos, organização anti-soviética.

S. A. Komokov, S. B. Nukebenov, B. I. Khazhigorov e S. S. Nemigurov serão fuzilados após um processo de dois meses na cidade austral de Elista, por sua "participação direta nas detenções coletivas, torturas e fuzilamentos de cidadãos soviéticos e patriotas da Ucrânia, Kalyk, Moldávia e Polônia" e pelo assassínio em massa de 200 poloneses. Pelo menos 23 soviéticos foram condenados pelo mesmo crime nos últimos quatro meses, e cêrca de 100 nos últimos três anos.

Ignora-se por enquanto a identidade dos sete cidadãos soviéticos que começaram a ser julgados ontem. Foi revelado que alguns dêles pertenceram à entidade ilegal que defende o ensino dos conceitos de Nikolai Berdyayev — filósofo anticomunista que morreu em Paris em 1948.

A imprensa não divulgou informações a respeito do julgamento, cuja abertura foi confirmada oficialmente. Como ocorreu recentemente no processo de Guihzbourg, os sete são acusados de cumplicidade com os solidaristas, que têm sede em Munique, na República Federal da Alemanha. Outros também estão implicados em especulação monetária o que, se em grande quantidade, poderá resultar na pena capital.

Durante o processo de Guihzbourg, realizado entre 8 e 12 de janeiro, as sentenças oscilaram entre sete a dois anos de trabalhos forçados.

O pai do venezuelano Brock Sokolov, acusado durante o processo de Guihzbourg, conseguiu visitar seu filho, informou-se ontem nos meios diplomáticos latino-americanos de Moscou. Não se sabe ainda quando e onde ocorreu a entrevista.

Brock foi detido em [illegible]embro, quando chegou a URSS, por transportar documentos anti-soviéticos e material subversivo para a União Nacional de Solidaristas. Durante o processo, prestou depoimento acusando os chefes da organização de emigrados russos de o terem enganado em Paris, quando pediram que levasse o material para a URSS.

Em suas declarações, divulgadas em fevereiro pela imprensa soviética, Brock afirma que não sabia o que estava transportando para Moscou. Os observadores acreditam que êle será libertado sem processo, apontando como indícios a publicação da carta e agora a entrevista com o pai, uma vez que não é comum um acusado receber visitas antes do processo na URSS.

De Gaulle inicia a 14 de maio viagem de seis dias à Romênia

Paris (UPI-JB) — O Presidente Charles de Gaulle iniciará, no próximo dia 14 de maio, sua visita de seis dias à Romênia, segundo confirmação obtida junto a fontes diplomáticas. Informou-se que De Gaulle pronunciará cêrca de seis discursos em Bucareste e outros em vários centros provinciais.

A viagem — a terceira à Europa Socialista em dois anos — é vista com grande interêsse pelos círculos políticos, diante dos recentes esforços do Govêrno romeno de obter maior independência em relação à União Soviética. Os observadores especulam que a visita poderá gerar conseqüências tão espetaculares quanto às demais que De Gaulle empreendeu nos últimos anos.

VISITA À TURQUIA

Ao mesmo tempo, fontes diplomáticas informaram que a "misteriosa viagem" que o Presidente francês realizará no fim do ano poderá ser à Turquia. Por outra parte, os porta-vozes governamentais procuravam afastar os primeiros rumôres de que essa segunda viagem seria à província canadense de Quebec.

Segundo os analistas políticos, a ida de De Gaulle à Turquia estaria dentro dos planos de obter maior prestígio e influência para a França no Oriente Médio. Outros sugerem que o Presidente poderia estar tentando apresentar sua imagem como a de um líder de uma Europa independente, ao visitar um país aliado do Ocidente e outro do Oriente.

Sôbre a visita à Romênia, os observadores indicam que poderá ameaçar a reaproximação de De Gaulle com a União Soviética, se, como se espera, êle encorajar Bucareste a prosseguir em sua luta por maior independência.

França mantém recusa à entrega dos Mirage ao Govêrno de Israel

Paris (UPI-JB) — Fontes diplomáticas revelaram ontem que o Govêrno francês rejeitou um apêlo de Israel para que revogasse a interdição à entrega de 50 caças-bombardeiros Mirage, encomendados e quase totalmente pagos pelo Govêrno israelense.

O Vice-Ministro da Defesa de Israel, General Zvi Tsur, partiu quarta-feira de Paris com destino a Telaviv, depois de tentar inùtilmente durante uma semana, segundo os informantes, conseguir do Presidente Charles De Gaulle a suspensão da medida.

FALTA

O General Tsur disse que a negativa francesa equivalia à falta de cumprimento de um contrato segundo as fontes, uma vez que o Govêrno israelense já pagou dois terços dos 160 milhões de cruzeiros novos que custaram os aviões.

Os círculos diplomáticos revelaram ontem que as autoridades francesas disseram ao emissário israelense que o seu país dispõe de armas suficientes para a própria defesa e deve ter paciência quanto à interdição, imposta após a guerra dos seis dias, em junho passado.

APROXIMAÇÃO

O Govêrno francês, disseram os informantes, julga que a entrega dos Mirage contraria sua atual política de aproximação, com os árabes. Apesar das objeções de importantes grupos políticos, o Govêrno de De Gaulle convidou vários dirigentes árabes a visitar a França, desfazendo um estremecimento de relações que vinha desde a guerra da Argélia, terminada em 1962.

De Gaulle já recebeu no Eliseu o Rei Hussein da Jordânia o Primeiro-Ministro da Síria, Yusuf Zayien, e o Presidente do Iraque, Abdul Rahman Aref, e comprometeu-se a vender veículos blindados à Arábia Saudita e ao Iraque.

CONVIDADOS

Nas próximas semanas são esperados em Paris os Presidentes do Sudão, Ahmed Mahgoub, da Líbia, Abdul Hamid El Hassoun, e da Somália, Mohamed Ibrahim Egal, além de uma missão militar do Iraque. Foi feito um convite similar ao Presidente Houari Boumedienne, da Argélia.

Nem tôdas as manobras francesas para firmar posição no Oriente Médio tiveram êxito, no entanto. Fontes bem informadas dizem que o Iraque recusou as ofertas francesas para explorar suas ricas jazidas de enxôfre e entregou a exploração a firmas do Kuwait.

Jordanianos atiram contra israelenses em Mandassa

Telaviv, Beirute Nações Unidas (AFP — UPI — JB) — As fôrças da Jordânia dispararam ontem contra uma patrulha israelense às 12h45m, perto da ponte de Mandassa, anunciou um porta-voz militar em Telaviv, acrescentando que as fôrças israelenses replicaram ao fogo de metralhadoras e morteiros e que o incidente terminou às 13h20m.

Um comunicado militar jordaniano, transmitido pela emissora de Amã, dizia por sua vez que os israelenses abriram fogo às 11h40m contra as posições da Jordânia em Mandassa e Bayaret Hayek, na margem oriental do Rio Jordão, com metralhadoras, e que os jordanianos responderam com fogo de morteiros e metralhadoras.

EXPECTATIVA

O breve combate, que não causou baixas, ocorreu exatamente quando o enviado de paz das Nações Unidas, Gunnar Jarring, iniciava uma nova série de discussões com governantes árabes sôbre os atuais rumôres de guerra no Oriente Médio.

A Rádio Amã disse em seu comunicado que Jarring manteve uma entrevista com o Primeiro-Ministro jordaniano, Bahjat Talhouni, sem dar maiores detalhes.

A Rádio Bagdá, enquanto isso, citava artigos da imprensa iraquiano pedindo a mobilização em "preparativos para a próxima batalha" contra Israel.

A emissora do Cairo, reproduzindo trechos de um editorial do **Al Akhbar**, dizia que o violento discurso pronunciado na segunda-feira última pelo Presidente Nasser demonstrou que os árabes estão "dispostos a adotar a luta armada e se preparam para a nova batalha.

O jornal **Massa**, partidário de Nasser, afirmou que o discurso do Presidente egípcio "soou o alerta" para o confronto final com Israel. O Chanceler egípcio, Mahmud Riad, chegou ontem a Ancara, em visita oficial de quatro dias ao Govêrno turco.

As conjeturas sôbre a possibilidade de guerra surgiram à medida que se dissipavam em Beirute as esperanças de acôrdo pacífico árabe-israelense.

BAIXAS

O Embaixador da Jordânia junto às Nações Unidas, Muhammad El-Farra, afirmou ontem ao Secretário-Geral U Thant que 11 civis árabes, incluindo cinco crianças, morreram em conseqüência de quatro ataques diversos de parte dos israelenses, através do Rio Jordão, na semana passada.

El-Farra denunciou em nota a U Thant que os israelenses atacaram "premeditamente e sem provocação" os jordanianos no vale do Jordão, nos dias 5, 7, 8 e 9 de março, usando metralhadoras, morteiros e artilharia em quase todos os casos.

Sete civis morreram, inclusive as crianças citadas, e duas casas foram completamente destruídas, no dia 7 de março, e quatro outros morreram e três ficaram gravemente feridos no dia 9, disse El-Farra.

O número de baixas civis árabes desde novembro último, em conseqüência dos vários tiroteios travados através do Jordão, eleva-se a mais de 90 mortos e 40 feridos graves, afirmou.

Blaiberg completa 72 dias com coração nôvo e pode ter alta hoje

Cidade do Cabo (UPI-AFP-JB) — O dentista Philip Blaiberg, que há mais de dois meses vive com um coração enxertado, poderá deixar hoje o Hospital Groote Schnur, depois que recebeu, ontem, a visita do Dr. Christian Barnard, que regressou de uma viagem pelas Américas e Europa.

As indicações da saída de Blaiberg ganharam fôrça quando sua espôsa disse entusiasmada a um jornalista: "Meu marido voltará amanhã (hoje) para casa, com um coração nôvo".

EXAMES

Ao chegar a Johanesburgo, antes de embarcar no automóvel que o levaria à Cidade do Cabo, o Professor Barnard declarou aos jornalistas que planeja realizar seu terceiro transplante tão logo dê alta a Philip Blaiberg. Disse que o dentista deverá submeter-se a exames médicos três vêzes por semana, depois de sair do hospital.

Afirmou que vários hospitais dos EUA estão preparados para realizar transplantes do coração a qualquer momento.

Guerra e paz ao mesmo tempo

C. L. Sulzberger
do New York Times

Paris — Hanói parece ter adotado para o Vietname uma versão inversa da estratégia militar de Trotsky. Depois da revolução bolchevista, o primeiro Comissário do Exército Vermelho anunciou uma política de "nem paz nem guerra" na esfrangalhada frente alemã. A Rússia não lutaria mais, porém não se renderia até que uma paz formal fôsse arranjada. Isto veio em Brest-Litovsky.

A nova estratégia agora empregada pelo Vietcong sob a direção de Hanói é "lutar e conversar". Antes de muito tempo Hanói pròvàvelmente concordará com alguma espécie de contato direto com os Estados Unidos, mas é aí que a dificuldade começa; porque os comunistas visam a duas manobras paralelas campanhas militares e negociações simultâneas.

Essas manobras seriam diretamente relacionadas. Se as batalhas fôssem bem, mais pressão poderia ser exercida em favor da solução. Se as batalhas fôssem mal, as negociações seriam proteladas. Versões elementares dessa estratégia foram usadas antes por especialistas em guerra revolucionária.

Os contatos secretos entre a França e o Vietminh, precursor do Vietcong, tinham existido por muito tempo antes que a derrota francesa em Dien Bien Phu forçasse o colapso diplomático. A Frente Nacional de Libertação da Argélia lutou enquanto realizava conversações em Belgrado, Lausane e alhures. É de notar que os nacionalistas argelinos foram completamente derrotados no campo de batalha, mas foram inteiramente vitoriosos na mesa de conferências.

A nova estratégia complexa e potencialmente brilhante abraçada pelo General Giap substitui a luta de guerrilha prolongada, acompanhada pelo terror orquestrado e domínio político do campo. Ela favorece o ataque às cidades com a idéia de apressar a desintegração, a despeito das perdas comunistas e forçando Washington e Saigon a aceitar "guerra e negociação".

A fim de se preparar para a nova fase, Hanói inventou uma frente para a Frente Nacional de Libertação (FNL) que é, ela própria, uma frente do Vietcong. O Partido Comunista controla a FNL, agora uma aliança mais ampla de fôrças nacionais e da paz que abrangeriam a FNL e mais outras facções partidárias da paz. A maioria dos sul-vietnamitas deseja a paz, mas o Vietcong em última análise controlaria a aliança pela interwenção na FNL.

A idéia é que uma vez que as negociações comecem, enquanto a luta continua, a aliança podia posar como representante da opinião majoritária. A determinação americana seria enfraquecida quando parecesse que Saigon fala por uma minoria reduzida.

Este parece ser o pano de fundo da ofensiva do Tet feita pelo Vietcong. E indica um desejo de paz de Hanói, mas uma paz sem preço. Esse plano é endossado sinceramente por Moscou. Na sua recente viagem, U Thant encontrou Brejnev firmemente preparado para ajudar Hanói a enfrentar qualquer ulterior intensificação americana da guerra com uma contra-escalada.

A nova estratégia claramente visa à negociação como essencial à vitória final e há indício de que Washington está se mostrando mais disposta a conversações, a despeito da luta intensificada. Em fevereiro de 1967, o Presidente Johnson escreveu a Ho Chi-Minh dizendo que os bombardeios americanos ao Norte cessariam se Hanói pusesse têrmo a tôda ajuda ao Sul. A fórmula atual, esboçada por Johnson em Santo Antônio e por Clark Clifford no depoimento perante uma Comissão do Senado, indica uma suspensão dos bombardeios se Hanói concordar em não elevar a ajuda além do seu nível atual. A brecha está perceptìvelmente se estreitando.

Hanói deu sinais de que está pronta a começar conversações se os Estados Unidos suspenderem os bombardeios, sem compromisso formal, depois de esperar duas ou três semanas para assegurar que sua cessação é real; ou se Washington der a Hanói uma garantia de que a partir de uma certa data os bombardeios terminarão. No último caso, Hanói diz que começaria conversações "imediatamente".

Mas a negociação contemplada é uma continuação da guerra por outros meios. Isto colocaria a diplomacia americana em grande desvantagem, a menos que ela seja extraordinàriamente precavida e hábil. Òbviamente, Saigon se opõe a conversações e reconhece que o seu objetivo derradeiro seria claramente a perda do Govêrno existente. A guerra tornou-se crescentemente "americanizada". Se ela vai continuar, é imperativo que um Govêrno pró-americano em Saigon continue no poder para garantir a segurança das tropas americanas.

As negociações são, em última análise, inevitáveis, mas devem ser abordadas com cautela. Quando as conversações começarem, os negociadores americanos devem estar plenamente cônscios de que vão ter uma longa e árdua experiência. A mera existência de contatos diretos não será um indício necessário de que o derramamento estará terminando. Por algum tempo ainda, êle pode, na verdade, aumentar.

NOS ESCOMBROS DA LUTA

Radiofoto UPI

O mercado negro de Huê funciona na rua, vendendo artigos americanos

Govêrno do Laus teme ataque comunista no sudeste do país

Thakek, Bancoc (UPI-AFP-NYT-JB) — Fôrças comunistas e defensôres do Govêrno do Laus travaram ontem breve e intenso combate perto da cidade de Thakek, situada 240 quilômetros a sudeste da capital, e funcionários lausanos declararam-se convencidos de que será desfechado dentro em breve um ataque comunista de envergadura.

Em Bancoc o Chefe do Estado-Maior da Tailândia, Marechal do Ar Dawee Chullasapya, declarou à imprensa que os norte-vietnamitas e as fôrças do Pathet Laus foram forçados a recuar até uma região montanhosa 19 quilômetros ao nordeste de Thakek pelas fôrças do Govêrno providas de caças-bombardeiros T-28.

Chullasapya disse ontem que não crê que os combates ocorridos nos arredores de Thakek tenham caráter político, embora sejam motivo de séria preocupação. Informações provenientes dessa cidade dizem que reina a calma, com o comércio funcionando e as ruas apinhadas e que não há patrulhas militares à vista.

O Marechal disse que na sua opinião a ofensiva foi desfechada para que os comunistas estejam em situação vantajosa quando tiverem que negociar com os aliados o fim da guerra do Vietname.

Em Washington noticiou-se que a rebelião liderada pelos comunistas, no Camboja, aumentou de intensidade e expandiu-se por novas áreas, segundo as informações. Observadores diplomáticos ocidentais experimentados calculam em mil ou mais o número de pessoas envolvidas na rebelião, inclusive três ex-deputados.

Tanto o Príncipe Sihanouk como a imprensa controlada têm falado em êxitos militares do Govêrno, mas observadores ocidentais notam que o número de escaramuças noticiadas aumentou e que o tamanho dos grupos rebeldes atinge agora cêrca de 50 pessoas, nas armadilhas.

A escala da rebelião, no entanto, segundo observadores ocidentais, é muito inferior às de Burma, Tailândia ou Laus.

Ações militares diminuíram ontem

Saigon (AFP-UPI-JB) — Duas emboscadas vietcongs a comboios norte-americanos, em Pleiku e Gia Dinh, a continuação dos intensos bombardeios dos B-52 em tôrno à base sitiada de Khe Sanh e a descoberta de uma nova fossa comum em Huê, com 100 corpos de civis e militares, foram os fatos mais importantes da guerra no Vietname, ontem, em que não ocorreu a anunciada ofensiva a Saigon.

Uma lista de baixas divulgada em Saigon revelou que, na semana passada, morreram 418 sul-vietnamitas e 500 norte-americanos, contra 4 335 norte-vietnamitas e vietcongs. Outros 2 766 feridos norte-americanos foram hospitalizados e, entre as baixas civis, estão 162 sul-vietnamitas mortos, 378 feridos e 157 seqüestrados.

EMBOSCADAS

A primeira emboscada vietcong ocorreu a 14 km ao norte de Pleiku. O comboio se dirigia para Pleiku, com 132 veículos, quando foi atacado por um batalhão vietcong. Morreram 12 norte-americanos, 4 sul-vietnamitas e 48 norte-vietnamitas. Ficaram feridos 8 norte-americanos e 4 sul-vietnamitas. Os danos materiais foram leves.

Outro comboio caiu em emboscada na província de Gia Dinh, 12 km a nordeste de Saigon. O ataque ocorreu entre o pôrto norte-americano de Long Binh e a grande base de Long Binh-Bien Hoa. Morreu um norte-americano e outros 3 ficaram feridos. O comboio se compunha de 11 veículos militares e 19 civis e também aí os danos foram leves.

B-52 EM AÇÃO

Entre a madrugada de quarta-feira e ontem, os B-52 realizaram um total de 9 missões contra as posições norte-vietnamitas situadas a 12 km a oeste de Khe Sanh, e a 48 km de Dak To, no Planalto Central.

Foram atacadas também fortificações vietcongs na Província de Phuoc Tuy, a 76 km a sudeste de Saigon, e posições norte-vietnamitas a 10 km a nordeste de Gio Linh, na Zona Desmilitarizada, estas por unidades da 7.ª Frota, estacionada em Tonquim.

KHE SANH

Os comunicados militares registraram também uma calma relativa na região de Khe Sanh, onde, nos últimos dias, se travaram violentos combates.

Na frente norte, apenas um helicóptero norte-americano foi derrubado pelos disparos das metralhadoras norte-vietnamitas, no Vale de A Shau. Trata-se de uma zona potentemente fortificada pelos vietcongs, na Província de Thua Thien, que controla o acesso ao Vietname do Sul.

O helicóptero fazia parte de um grupo de 13, que tentava aterrissar em Khe Sanh, levando abastecimentos. Os caças-bombardeiros protegeram-nos lançando napalm. Nenhum soldado norte-vietnamita apareceu. Na densa selva em tôrno à base estão concentradas duas divisões completas e as trincheiras cavadas à noite chegam a pouco menos de 30 metros do perímetro de Khe Sanh.

RECOMPENSA

As Fôrças Armadas de Libertação ocuparam, quarta-feira à noite, uma posição de milícias governamentais próxima a Tra Ku, a 100 km ao sul de Saigon, causando a morte de 75 sul-vietnamitas. Fugiram horas após, levando consigo milicianos, metralhadoras e 65 armas leves.

O Ministro da Defesa Nacional do Vietname do Sul anunciou que recompensará com 5 mil piastras quem denunciar um desertor e, com 2 mil, quem denunciar um insubmisso.

RECORDE

As operações de quarta-feira e ontem, sôbre o Vietname do Norte, constituíram um recorde, desde o início da ofensiva do Tet. Os bombardeios realizaram um total de 94 missões, atacando importantes objetivos na região de Hanói e Haiphong, utilizando bombas de uma tonelada.

Dez alvos principais foram atingidos: um viaduto e a ponte ferroviária de Haiphong, bases dos caças Mig em Cat Bi e Kie Nan, instalações portuárias em Hanói e a estação ferroviária de Pang Giat, que liga a Capital norte-vietnamita aos depósitos de abastecimento e material bélico situados na República Popular da China.

BAIXAS

As vultosas baixas registradas na última semana refletem a intensidade dos combates no Vietname, sobretudo na região setentrional (Khe Sanh, Con Viet e outros pontos fortificados ao sul da Zona Desmilitarizada).

Incluindo as baixas anunciadas ontem, os norte-americanos tiveram, desde janeiro de 1961, 19 760 mortos, 140 958 feridos e 1 087 prisioneiros ou desaparecidos. Nesse mesmo período, as fôrças vietcongs sofreram 310 557 baixas.

Johnson optará por recuperar ofensiva da luta no Vietname

Washington (NYT-JB) — As recentes declarações do Presidente Johnson, a atitude de Rusk no prestar depoimento na Comissão de Relações Exteriores do Senado e os comentários particulares dos funcionários da Casa Branca indicam que a política do Govêrno se orientará no sentido de reconquistar a iniciativa da guerra no Vietname.

Johnson e seus principais assessôres iniciaram uma revisão em detalhes da estratégia da guerra e a mudança da tática comunista nas semanas recentes. É o que Rusk chama uma revisão de A a Z de tôdas as alternativas e que outros funcionários da Casa Branca descrevem como uma reavaliação de táticas e recursos, a fim de que os Estados Unidos se recuperem dos retrocessos militar, político e psicológico das últimas seis semanas.

POSIÇÃO DEFINIDA

Não há qualquer indício de que Johnson aceite as recomendações de uma retirada gradual ou de uma acomodação, que admitiria que as fôrças comunistas se apoderassem do contrôle no Vietname do Sul. Assim falou Johnson numa recepção aos veteranos de guerra, terça-feira à noite:

"Se recorremos às armas, foi apenas para nos defender dos inimigos, agressores e terroristas, para ajudar os construtores da Nação, para tentar proteger os fracos até que, a seu tempo, se tornem fortes. E conter a agressão, construir uma paz duradoura, que é, hoje, o único propósito de nosso país.

Mandamos nossos homens para o exterior porque a paz está ameaçada. Definimos nossa posição para dar estabilidade a um mundo que necessita desesperadamente de estabilidade. Não procuramos intimidar ninguém. Mas tampouco nos deixaremos intimidar e das responsabilidades americanas — Deus sabe — jamais recuaremos".

Verdades do conflito são sete

Phil Newsom
Especial para o JB

Nova Iorque (UPI — JB) — Enquanto os Estados Unidos lutam para recuperar a iniciativa do ataque no Vietname, os oficiais do Alto Comando em Saigon esperam que a guerra atinja seu clímax nas próximas semanas.

Até o momento, tanto a iniciativa militar quanto diplomática está claramente com o Vietcong e Vietname do Norte. São êles quem decidirão quando e onde lutar e quando e onde negociar.

OS FATOS DA GUERRA

Eis algumas verdades inegáveis do atual conflito:

1) Os comunistas sentem a vitória. O ponto baixo da guerra, anteriormente, retrocede à primavera de 1965. Três anos depois, não se pode dizer que a situação deteriorou ao mesmo nível, mas a batalha de Dak To, no Planalto, e a ofensiva do Tet contra as cidades demonstraram claramente que a iniciativa, agora, está com os comunistas. Contam com armas novas e sofisticadas e podem agüentar severas perdas.

2) Com a iniciativa militar e diplomática em mãos dos comunistas, os Estados Unidos têm apenas uma influência limitada sôbre os aliados sul-vietnamitas, para quem o compromisso assumido pelos Estados Unidos é tão grande que não mais pode abandoná-lo.

3) O programa de pacificação, sem o qual não poderá haver uma vitória no Vietname, caminha aos tropeços e ninguém sabe a que levará. Apenas algumas unidades retornaram à tarefa de pacificação, depois que as fôrças sul-vietnamitas abandonaram os campos para defenderem as cidades.

4) Como conseqüência da ofensiva do Tet, o General Westmoreland declarou necessitar de mais tropas, além dos 525 mil homens autorizados. Afirma-se que pediu reforços de 200 mil a 300 mil soldados.

5) Desde agôsto, o Presidente sul-vietnamita, Nguyen Van Thieu, e o Vice-Presidente Nguyen Cao Ky vêm prometendo aumentar seu próprio Exército em mais 60 mil homens. Até agora, a promessa não se materializou.

6) Ambos prometeram também varrer a corrupção do Govêrno nas 43 províncias sul-vietnamitas. Cêrca da têrça parte dos Governos provinciais sofrerão mudanças. Mas até o momento, nada aconteceu, exceto a designação de novos comandos para a 2a. Região Tática (Vietname Central) e a 4.ª Região Tática, no Delta do Mekong.

7 O ex-Secretário de Defesa, Robert McNamara, em relatório ao Congresso, citou as eleições do outono no Vietname do Sul como o único fato encorajador nos meses recentes. O relatório foi escrito antes da ofensiva do Tet. O Govêrno de Saigon não conseguiu estabelecer um apoio popular e, desde a ofensiva, prendeu muitos líderes religiosos, trabalhistas e da oposição.

Cao Ky prepara invasão a Hanói

Bien Hoa, Tóquio, Saigon (AFP-UPI-JB) — Enquanto em Bien Hoa o Vice-Presidente sul-vietnamita, Nguyen Cao Ky, confirmava oficialmente que será formado um exército de voluntários para a reconquista do Vietname do Norte, em Hanói, o Govêrno protestava ao Japão pelo uso da ilha japonêsa de Okinawa como base dos B-52 que bombardeiam o Vietname do Norte.

Cao Ky falou à imprensa, ao final de uma viagem de inspeção na província de Bien Hoa, a 30 km de Saigon, prometendo formar uma divisão de voluntários que, se forem bastante numerosos, invadirão o Vietname do Norte.

PROTESTO

O protesto do Govêrno norte-vietnamita ao Japão foi entregue pelo Ministério do Exterior e seu texto lido em informativo radiofônico. Dizia:

"Ao permitir que os Estados Unidos se utilizem de Okinawa como base de partida dos bombardeiros B-52 em seus vôos de matança ao povo norte-vietnamita, o Govêrno do Primeiro-Ministro Eisaku Sato deu um nôvo e extremamente sério passo em sua cumplicidade com os imperialistas norte-americanos".

O jornal oficial de Hanói, **Nhan Dan**, comentou ontem os debates na Comissão de Relações Exteriores do Senado, sôbre o Gôlfo de Tonquim, dizendo que a discussão provou que começaram a ser compreendidas as grandes derrotas sofridas pelos imperialistas norte-americanos.

Estudantes fazem greve nos EUA

Nova Iorque, Princeton, Nova Jérsei (AFP-JB) — Para protestar contra o serviço militar e a guerra no Vietname, declararam greve, ontem, 3 500 alunos da Universidade de Colúmbia, que realizaram manifestações nos anfiteatros da Universidade, com a participação de cêrca de 100 professôres.

Um inquérito do Instituto Gallup demonstrou que cada vez são mais numerosos os norte-americanos partidários de uma substituição progressiva das fôrças norte-americanas no Vietname por tropas sul-vietnamitas. De 1 500 interrogados 69% foram a favor dessa iniciativa.

PLANO

A substituição e retirada das tropas norte-americanas, segundo o Instituto Gallup, poderia efetuar-se no prazo de um ano, se forem iniciados agora a mobilização e treinamento de recrutas sul-vietnamitas, por grupos de 100 mil homens.

Quando o plano foi, pela primeira vez, submetido ao povo norte-americano, em dezembro de 1966, sòmente conseguiu aprovação de 58% dos interrogados. Prevê o plano, ainda, que os Estados Unidos continuem a fornecer armamento aos sul-vietnamitas e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Sudeste asiático.

LIBERTAÇÃO

Fontes norte-americanas de Saigon informaram que três marinheiros norte-vietnamitas, prisioneiros no Vietname do Sul, e cujo repatriamento foi decidido o mês passado, (como resposta à libertação de três aviadores norte-americanos, poderiam regressar hoje a Hanói, em avião da Comissão Internacional de Contrôle.

Vietname e o futuro do Sudeste asiático

William P. Bundy
Especial para o JB

A presença dos EUA no Vietname deriva de quatro critérios básicos.

O primeiro diz respeito aos problemas do Sudeste asiático. Há ali duzentos e cinqüenta milhões de pessoas habilitadas a desenvolver-se em nações independentes e livres, na posição internacional que desejarem. Essa é a única espécie de Sudeste asiático compatível com o futuro pacífico da Ásia e do mundo.

Segundo, cada um dos países do Sudeste asiático está ameaçado pelas ambições paralelas e mùtuamente crescentes do Vietname do Norte e da China comunista. Uma conquista pela fôrça do Vietname do Sul pelo Vietname do Norte, só poderia estimular essas ambições expansionistas. Ou, ainda pior, poderia enfraquecer vontade e a habilidade de outros países em resistir às pressões e à subversão.

Terceiro, se o Vietname do Sul devesse ser perdido por deixarem os EUA de atender aos compromissos nacionais, enfeixados nos dispositivos da Organização do Tratado do Sudeste da Ásia (SATO) — e em suas leis nacionais desde 1941 —, a diminuição da fé nos compromissos americanos poderia espalhar-se pelo mundo inteiro.

E quarto, um êxito da nova estratégia ou técnica de "guerra popular", ou "guerra nacional de libertação" dos comunistas não apenas estimularia a linha extremista de pensamento nas nações comunistas, mas poderia mudar as tendências mais promissoras que têm aparecido nos anos recentes na União Soviética e na Europa. Isso poderia afetar sèriamente o Oriente Médio, a América Latina, a Ásia — e até mesmo a Europa.

Os esforços dos aliados no Vietname também servem para encorajar os muitos sinais de estabilidade, segurança e desenvolvimento que estão surgindo em tôda a Ásia, atualmente. Empenhamo-nos em assegurar um ambiente no qual essas tendências possam continuar sem que sejam impedidas pela ameaça de interferência das fôrças expansionistas.

Basta examinar-se o progresso conseguido por nações do Nordeste da Ásia, no campo econômico, para ver o que seria possível obter para todo o Leste da Ásia. A história do sucesso econômico do Japão, da Coréia do Sul e da República da China demonstrou o que pode ser realizado num clima de confiança.

O Japão é a terceira potência econômica do mundo, tendo atingido, entre as demais nações, o maior índice de crescimento do produto nacional bruto e do balanço de pagamentos. Desempenha ainda importante papel com a assistência econômica dada ao restante da Ásia e com sua participação em iniciativas regionais.

A República da Coréia, devastada pela guerra a um grau muito além do que aconteceu no Vietname, venceu as dificuldades, realizou eleições verdadeiramente livres e começou a obter um progresso econômico admirável.

Em Formosa, a República da China repeliu a ameaça comunista, expulsando-a da ilha em 1958, e por volta de 1961 havia conseguido realizar uma política econômica saudável e eficiente — inclusive a reforma agrária — capacitando-se a prosseguir por seus próprios meios, na caminhada política econômica. Desde 1961, a República da China vem levando a efeito um significativo programa de assistência técnica à agricultura, na África, na Ásia e na América Latina.

Esses fatos no Norte da Ásia demonstram o que pode ser feito quando é garantida a segurança. No Sudeste da Ásia a situação é mais difícil. As nações aí são menos desenvolvidas e as ameaças do Vietname do Norte e da China comunista, mais imediatas.

Todavia, é possível compreender como a presença dos aliados naquela região já está ajudando a estabelecer uma situação na qual a população pode iniciar o desenvolvimento de seu vasto potencial próprio.

Os três casos mais expressivos no Sudeste asiático são os da Tailândia, Malásia e Cingapura. O índice de crescimento da Tailândia aumentou em média 7 por cento, anualmente, nos últimos 10 anos. A Malásia e Cingapura, depois do Japão, têm a mais alta renda per capita da Ásia. Enquanto procuram diversificar suas economias, êsses países estão simultâneamente criando sociedades multinacionais, pelos processos democráticos.

Um fenômeno encorajador que ocorre na Ásia é êsse espírito de cooperação regional, que está surgindo: o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Conselho do Pacífico Asiático, o Comitê do Rio Mekong, para citar apenas alguns exemplos.

O povo da Ásia Oriental está levando a efeito mudanças como jamais o fêz, e a chave do progresso é a segurança; a chave da segurança é a fé — fé que faz manter a integridade de uma nação; fé em que uma voz ativa poderá ser ouvida pelo Govêrno; fé em que o progresso econômico será conseguido, e não apenas para uns poucos favorecidos; e fé em que a tecnologia disponível será aplicada para o bem-estar de todos.

Com sua presença no Vietname, os aliados ganharam tempo para a Ásia e os líderes asiáticos, de Tóquio a Teerã, de modo geral, simpatizam com a nossa política. Virtualmente sem exceção, líderes e pessoas responsáveis no Sudeste da Ásia partilham do ponto-de-vista dos aliados, de que a luta no Vietname é decisiva para a independência de cada nação e para a possibilidade de trabalhar para o bem-estar de seu povo.

O clima de fé na Ásia de hoje deriva, em grande parte, do progresso que as nações asiáticas, inclusive o Vietname, demonstraram.

O que influenciou vitalmente a obtenção dêsse clima foi o senso de segurança — a fé que pode ser preservada apenas com uma paz honrosa e firme no Vietname do Sul.

Quanto aos EUA, seu objetivo no Vietname é extremamente simples. Conforme declarou o Presidente Johnson, em abril de 1965, e até hoje continua inalterado:

"Nosso objetivo é a independência do Vietname do Sul. Não desejamos nada para nós — apenas que ao povo sul-vietnamita seja permitido governar seu próprio país da maneira que desejar".

ONU vai debater não proliferação nuclear

A maioria dos países que integram o Comitê de Desenvolvimento, entre os quais o Brasil, expressou a opinião de que as modificações finais apresentadas pelos Estados Unidos e pela Rússia ao projeto de não proliferação de armas nucleares, só podem ser levadas à consideração da ONU como um documento de trabalho, suscetível de amplo debate.

Falando ontem em Genebra, o Embaixador Araújo Castro acentuou que o Brasil apóia a idéia de um tratado justo e eqüitativo, que possa efetivamente evitar o risco de proliferação de armas atômicas, mas que estimule a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, em benefício de todos os povos.

RESERVAS GERAIS

As mudanças de última hora introduzidas pelos Delegados russo e norte-americano foram no sentido de incluir, no próprio corpo do Tratado, disposições garantindo contra a agressão e a chantagem atômica, de acôrdo com as pretensões da Índia. Embora apoiando essa disposição, que representa uma modificação na posição anterior de ambos os países, o Delegado brasileiro expressou o ponto-de-vista de que tal fato significa uma mudança substancial, passível de amplo debate.

Apenas cinco países apoiaram a pretensão russo-americana: Canadá, Inglaterra, Polônia, Tcheco-Eslováquia e Bulgária. A Birmânia manifestou-se contra, sem maiores explicações. Mas o Brasil, Etiópia, Itália, Índia, Nigéria, México, República Árabe Unida e Romênia expressaram-se contra o anteprojeto final porque êle não levou em consideração as emendas que cada um apresentou.

O Delegado do Brasil salientou também, em seu pronunciamento, que o Artigo 18 do Tratado do México, de Desnuclearização da América Latina, não impede o desenvolvimento da tecnologia nuclear própria, para fins pacíficos.

PONTO-DE-VISTA DO BRASIL

É o seguinte o pronunciamento do Brasil, em Genebra:

"Senhor Presidente, Minha Delegação deseja resumir, em declaração muito breve, sua posição sôbre o problema da não proliferação de armas nucleares, à luz do nôvo texto diante de nós.

O Brasil apóia, inequìvocamente, a idéia de um tratado de não proliferação justo e eqüitativo, que possa evitar efetivamente o risco da proliferação de armas nucleares, e que, ao mesmo tempo, estimule a mais ampla utilização da energia nuclear, em tôdas as suas formas, em benefício do progresso econômico e social de todos os povos.

A Delegação do Brasil acolhe com satisfação a apresentação pelos representantes dos Estados Unidos da América e da União Soviética de nôvo projeto revisto (ENDC/224/Anexo A), pelo que representa de aperfeiçoamento dos dois documentos anteriores submetidos pelas mesmas Delegações. Êste fato confirma, a nosso ver, a utilidade e a necessidade de que continuem as negociações e revisões, de modo a compatibilizar gradualmente o projeto de tratado com os cinco princípios básicos estabelecidos pela Resolução 2028, da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Êste nôvo texto foi submetido à Conferência dos Dezoito Países para o Desarmamento, na segunda-feira, 11 de março de 1968, quatro dias antes da data prevista para a suspensão dos trabalhos da Conferência e é muito natural, e mesmo óbvio, que os governos representados neste Comitê não tiveram tempo para considerar, examinar e avaliar o documento em todos os seus dispositivos e implicações. *De qualquer maneira, o Comitê não está sendo chamado, antes de suspender seu trabalho, a formar juízo sôbre o já referido projeto.* A Delegação do Brasil, reserva, conseqüentemente, sua posição em relação ao documento ENDC/224/Anexo A.

A Delegação do Brasil deseja referir-se ao documento ENDC/201, Revisão 2, que será anexado ao relatório, e que incorpora nossas emendas e sugestões. O Brasil se reserva o direito de apresentar emendas e de reiterar sua posição ante a Assembléia-Geral das Nações Unidas e, mais especìficamente, no que diz respeito às disposições para contrôle e verificação previstas no artigo III do Projeto.

O Brasil sustenta que o tratado que estamos negociando, além de coadunar-se com os princípios da resolução 2028 (XX), deve reconhecer os direitos e obrigações assumidos pelas nações que, como os Estados latino-americanos, já concluíram um tratado regional para a proibição de armas nucleares. Cumpre-nos reafirmar neste sentido, nossa declaração da 367.ª reunião, de 20 de fevereiro de 1968 (ENDC/PV. 367).

O Brasil expressa sua firme esperança de que, no período compreendido entre o fim dos atuais trabalhos do ENDC e a reabertura da XXII Sessão Regular da Assembléia Geral, os Estados Unidos da América e a União Soviética prosseguirão as negociações que irão permitir uma ampliação da área de acôrdo já alcançada e a preservação dos interêsses fundamentais do mundo não nuclear.

O Brasil está convencido de que sôbre base assim sólida, as nações representadas na Assembléia-Geral poderão obter resultados positivos e seguros. O Brasil irá à Segunda Parte da XXII Sessão da Assembléia-Geral com ânimo negociador e com a convicção de que as mais amplas consultas entre todos os países e governos prepararão o caminho para a obtenção de resultados construtivos que resguardem os interêsses de tôdas as Partes".

Companhia Piratininga de Seguros Gerais

SEDE — SÃO PAULO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Apresentamos aos Senhores Acionistas o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas do exercício encerrado em 29.12.67.

O período foi de fundamental importância para a modernização e conseqüente expansão do seguro no Brasil, criando assim condições para transformar a instituição em fonte de recursos para o desenvolvimento do país, como ocorre em tôdas as grandes nações.

As novas disposições legais que passaram a reger o mercado, em conseqüência da implantação da cobrança bancária, da regulamentação da atividade do corretor e da instituição dos seguros obrigatórios, ocorridas no final do exercício de 1966, geraram alterações substanciais na forma de operar e no comportamento das seguradoras, dos corretores e dos segurados. Assim estão sendo criadas no Brasil, pela primeira vez, condições de ampla competição entre as emprêsas, em benefício da dinamização da atividade e aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos segurados e corretores.

NOSSA POSIÇÃO

Nossa preocupação empresarial tem-se concentrado na adequação da Companhia às novas exigências do mercado, procurando implantar e ampliar, com solidez métodos atualizados de comercialização do seguro. Fixamos políticas e diretrizes para cada setor da organização, aprovamos uma Declaração de Princípios que consubstancia nossa maneira de encarar nossas responsabilidades perante o mercado e a coletividade, criamos Departamentos de Desenvolvimento de Recursos Humanos, de Mercadologia e de Promoção e Propaganda, além de termos dado início à mecanização das nossas operações.

Entendemos as transformações que se operam no mercado como um desafio à nossa capacidade empresarial e um estímulo à boa concorrência que é a base do progresso. Piratininga tem apoiado e mesmo se antecipado a medidas governamentais que visem a manter um alto padrão de comportamento ético para as companhias.

Para tanto nossa preocupação tem sido a de preparar executivos com mentalidade moderna e capacidade de atuar dinâmicamente num mercado em evolução, somando nossos esforços aos de outros empresários que agem no sentido de fomentar uma verdadeira consciência securitária no Brasil, a fim de criarmos uma boa imagem para a instituição do seguro.

Nossa atitude, em relação aos corretores, tem sido de absoluto respeito às funções e prerrogativas dessa importante peça do mecanismo do seguro.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Estabelecidas as condições para a concorrência, criou-se automàticamente o clima para a prestação de serviços através do aperfeiçoamento da estrutura das Companhias. Piratininga nos últimos dois anos tem dado ênfase especial à modernização de tôdas as suas áreas, introduzindo inovações como a criação de um Departamento de Higiene e Segurança para orientação à indústria, assistência permanente aos corretores através de Manuais de Normas Técnicas e Boletins Informativos e campanhas de propaganda.

O resultado dessa política tem sido o apoio dos corretores e a retribuição do mercado.

NOSSAS OPERAÇÕES

Ramo Vida

No segundo semestre de 1966, a Piratininga lançou no mercado o SEGURO DE VIDA COM CORREÇÃO MONETÁRIA, plano pioneiro e único no Brasil, com o objetivo de permitir a recuperação do prestígio dêsse ramo de seguro, através da permanente e automática atualização dos valôres segurados.

O seguro de Vida Individual, pelas suas características Operacionais exige, durante algum tempo, altos investimentos e pesadas reservas legais.

No entretanto, nossa decisão de operar nesse ramo de seguro fundamentou-se na certeza do seu inevitável sucesso conscientes que estamos da evolução da Instituição do Seguro no Brasil.

Nestas condições, os resultados abaixo estão de acôrdo com as nossas previsões.

Nossas vendas, no Seguro de Vida Individual, até o final de 1967, somaram 39.141 unidades de seguros, representando 10.516 apólices, o que já indica uma boa penetração no mercado.

Igualmente o Seguro de Vida em Grupo acusou sensível progressão na sua produção.

RESULTADOS

Receita	2.279.212,01
Despesas	2.483.120,97
Saldo bruto das operações	(203.908,96)
Reversão reservas matemáticas 1966	147.851,83
Sub total	(61.057,13)
Constituição reserva Matemática 1967	532.200,27
Saldo Operacional	(593.257,40)

RAMOS ELEMENTARES E ACIDENTES DO TRABALHO

Os prêmios de seguros dêsses dois ramos no exercício de 1967 totalizaram NCr$ 20.027.689,04 contra NCr$ 13.027.916,02 de 1966, resultando num aumento de NCr$ 6.999.773,02, assim distribuídos:

Ramos	1967	1966	%
Ramos Elementares	10.592.660,16	5.722.491,04	85,11
Ac. Trabalho	9.435.028,88	7.305.424,98	29,15
Total:	20.027.689,04	13.027.916,02	53,73

O resultado operacional abaixo, permitiu-nos corresponder aos investimentos necessários à operação Vida Individual, investimentos já comentados acima.

RESULTADO DA EMPRESA

Receita	21.928.073,79
Despesa	19.095.782,32
Saldo bruto das operações	2.832.291,47
Reversão reservas técnicas 1966	3.823.164,07
Sub total	6.655.455,54
Constituição reservas técnicas 1967	6.434.233,26
Saldo Operacional	221.222,28

RESULTADO DA EMPRESA

Ramos Elementares e Acidentes do Trabalho	221.222,28
Receita líquida de Inversões	581.762,53
Sub total	802.984,81
Resultado Operações Ramo Vida	(593.257,40)
Resultado do exercício	209.727,41

NOSSO CAPITAL, RESERVAS E ÍNDICES

Em novembro de 1967 em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia de NCr$ 2.800.000,00 para NCr$ 5.000.000,00 mediante incorporação de reservas existentes no montante de NCr$ 1.193.000,00 e chamada de capital na importância de NCr$ .... 1.007.000,00. No decurso do mês de dezembro, os acionistas exerceram o seu direito de preferência, tendo sido o capital subscrito e integralizado na sua totalidade. Com êste aumento de Capital foram distribuídos aos nossos acionistas 42,61% em ações novas. Com a constituição das reservas de Riscos Não Expirados de Ramos Elementares (itens A e B) e de Acidentes do Trabalho, de Sinistros a Liquidar, Matemáticas de Contingência e Estatutárias do Exercício de 1967, o capital e reservas da Companhia, elevou-se a NCr$ .... 13.199.479,25, contra NCr$ 7.220.875,00 em 31.12.66, num constante processo evolutivo de fortalecimento econômico da Emprêsa.

Igualmente expressivos são os índices de liquidez apurados:

Índice de Liquidez Circulante : 2,3
Índice de Capital Próprio : 1,8

AGRADECIMENTO

Ao encerrarmos mais um exercício social, agradecemos o apoio e a confiança de todos aquêles que colaboraram com a Companhia. Entre êsses pessos, destacamos os clientes que nos confiaram seus seguros; os corretores, pela contínua colaboração; os funcionários, pela dedicação e identificação com os objetivos da emprêsa; as autoridades e funcionários de entidades oficiais reguladoras do mercado de seguros, pelo empenho em modernizar o mercado. Finalmente, um agradecimento especial aos nossos acionistas, pela confiança que têm demonstrado na diretoria e pelo seu crescente interêsse pelos negócios da Emprêsa.

São Paulo, de fevereiro de 1968

P/ DIRETORIA
Gilberto Huber

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 29 DE DEZEMBRO DE 1967

ATIVO

	Parcial	Total
CIRCULANTE		
Disponível		
Caixa e Bancos		483.267,48
Realizável a Curto Prazo		
Apólices em cobrança em bancos	5.364.218,73	
Devedores Diversos	1.184.689,11	6.548.907,84
Total do Circulante		7.032.175,32
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO INVESTIMENTOS E DEPÓSITOS		
Empréstimos Hipotecários	2.640,66	
IRB — c/Retenção de Reservas e Fundos	168.588,88	
Depósitos Compulsórios — Ações e Títulos	1.586.664,01	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	51.697,90	
Depósito Conta Obrigações Tesouro Nacional	40.259,57	
Depósito à Ordem da SUDENE	22.164,00	
Cauções	54,51	
Total Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Depósitos		1.872.069,53
IMOBILIZADO		
Imóveis	3.333.767,22	
Veículos	17.100,00	
Móveis, Máquinas e Utensílios	453.413,48	
Correções Monetárias	2.660.888,35	
	6.465.169,05	
Reserva para Depreciação	(109.462,58)	
Total do Imobilizado		6.355.706,47
PENDENTE		
Pagamentos antecipados e Despesas Diferidas	380.220,64	
Outros Ativos	749.209,66	
Total do Pendente		1.129.430,30
Total do Ativo		16.389.381,62
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		1.190.663,05
Total Geral		17.580.044,67

PASSIVO

	Parcial	Total
CIRCULANTE		
Exigível		
Instituto de Resseguros do Brasil	392.847,55	
Credores Diversos	2.504.561,93	
Dividendos não reclamados	22.728,88	
Congêneres conta Correntes	184.289,56	
Total do Circulante		3.104.427,92
RESERVAS		
Técnicas	7.158.712,17	
Outras	122.405,25	
Total das Reservas		7.281.117,42
NÃO EXIGÍVEL		
Capital	2.800.000,00	
Aumento pendente de Aprovação Governamental	2.200.000,00	
5.000.000 ações de NCr$ 1,00 integralizadas	5.000.000,00	
Reservas Patrimoniais:		
Reserva Legal	51.862,21	
Fundo de Previdência	240.293,28	
Correções Monetárias	450.083,78	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.827,00	
Saldo à Disposição da Assembléia	157.295,56	
Total não Exigível		5.918.361,83
PENDENTE		
Recebimentos Antecipados e Receitas Diferidas	83.942,45	
Outros Passivos	1.532,00	
Total do Pendente		85.474,45
Total do Passivo		16.389.381,62
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		1.190.663,05
Total Geral		17.580.044,67

São Paulo, 29 de dezembro de 1967.

a) Gilberto Huber — Diretor Presidente
a) Moysés Levy — Diretor Superintendente Geral
a) Nelson Roncaratti — Diretor Administrativo
a) Alberico Ravedutti Bulcão — Diretor Técnico
a) Wanderley de Almeida — Diretor Financeiro
a) Nicolas Theodossiou — Controlador
a) Dr. Werner Fanta — Atuário — MIBA
a) Oswaldo Pasquinelli — Contador CRC. 3.064

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 29 DE DEZEMBRO DE 1967

DESPESAS

	Ramos Elementares e Acidentes do Trabalho	Vida	Parcial	Total
Ajustamento de Reservas com o IRB	109.232,06	439,45	109.671,51	
Prêmios de seguros anulados	1.358.217,32	489.642,23	1.847.859,55	
Comissões de seguros e resseguros	4.019.166,11	392.417,60	4.411.583,71	
Prêmios cedidos em resseguros	2.400.124,92	74.481,26	2.474.606,18	
Sinistros pagos	5.985.593,07	278.923,49	6.264.516,56	
Assistência médica, farmacêutica e hospitalar	1.135.148,40	—	1.135.148,40	
Percentagens e participações com o DRB	50,01	1.092,83	1.142,84	
Contribuições a consórcios	—	41,12	41,12	
Despesas industriais diversas	66.729,18	73.890,25	140.619,43	
Despesas gerais	4.021.521,25	1.177.192,74	5.198.713,99	
Reservas técnicas de 1967	6.434.233,26	532.200,27	6.966.433,53	
	25.530.015,56	3.020.321,24	28.550.336,82	28.550.336,82
Despesas com imóveis				55.493,91
Fundo de depreciação				36.234,22
				28.642.064,95
Distribuição do lucro:				
Reserva Legal			10.486,37	
Fundo de garantia de retrocessões			10.486,37	
Fundo de previdência			31.459,11	
Saldo à disposição da Assembléia			157.295,56	209.727,41
				28.851.792,36

RECEITA

	Ramos Elementares e Acidentes do Trabalho	Vida	Parcial	Total
Prêmios de seguros e resseguros	20.027.689,04	2.228.683,85	22.256.372,89	
Comissões s/prêmios ressegurados	1.175.189,67	5.424,52	1.180.614,19	
Recuperações de sinistros	427.659,59	16.296,92	443.956,51	
Ressarcimentos e salvados	42.794,29	—	42.794,29	
Percentagens e participações com o IRB	1.102,58	6.907,03	8.009,61	
Ajustamentos de reservas com o IRB	87.252,68	1.233,22	88.485,90	
Receitas industriais diversas	166.385,94	20.666,47	187.052,41	
Reversão de reservas técnicas de 1966	3.823.164,07	147.851,83	3.971.015,90	
	25.731.237,86	2.427.063,84	28.178.301,70	28.178.301,70
Rendas de imóveis				280.636,77
Rendas diversas				19.776,94
Renda de capitais				308.064,88
Ações bonificadas				65.012,07
				28.851.792,36

São Paulo, 29 de dezembro de 1967

a) Gilberto Huber — Diretor Presidente
a) Moysés Levy — Diretor Superintendente Geral
a) Nelson Roncaratti — Diretor Administrativo
a) Alberico Ravedutti Bulcão — Diretor Técnico
a) Wanderley de Almeida — Diretor Financeiro
a) Nicolas Theodossiou — Controlador
a) Dr. Werner Fanta — Atuário — MIBA
a) Oswaldo Pasquinelli — Contador CRC. 3.064

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, Membros do Conselho Fiscal da Companhia Piratininga de Seguros Gerais, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Balanço Geral e demais Contas referentes ao Exercício de 1967, cotejando as demonstrações apresentadas com os livros e documentos constantes dos arquivos da Companhia.

Estudaram, também, a forma proposta para distribuição dos lucros apurados no exercício e, por terem encontrado tudo em perfeita ordem e julgarem que o critério adotado satisfaz plenamente os interêsses sociais, são de parecer que o referido Balanço e Contas devem ser aprovados pelos Senhores Acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 21 de Fevereiro de 1968

a) Iris Miguel Rotundo — Américo Oswaldo Campiglia — Fernando Rudge Leite

PARECER DOS AUDITORES

Examinamos o Balanço Geral da CIA. PIRATININGA DE SEGUROS GERAIS, encerrado em 29 de dezembro de 1967, e a Demonstração da Conta de "Lucros e Perdas" correspondentes ao exercício findo naquela data. O exame obedeceu aos padrões usuais de auditoria e incluiu as verificações que julgamos adequadas. Em nossa opinião, o Balanço e a Demonstração de "Lucros e Perdas" refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da emprêsa em 29/12/67, e o resultado econômico de 1967, de acôrdo com os preceitos de contabilidade geralmente aceitos.

São Paulo, 31 de janeiro de 1968

REVISORA NACIONAL LTDA. S/C. — Peritos em Contabilidade — CRC. SP. n.º 210
a) Ernesto Marra — Contador CRC. SP. n.º 338

Informe JB

A um passo apenas

O Brasil está à beira da democracia. Um empurrão é suficiente para cairmos no regime democrático, que é uma espécie de segunda natureza brasileira.

* * *

Mas, não há quem possa dar o empurrão na justa medida. O MDB tem ombros frágeis, à frente ampla falta senso da medida e, em lugar de encestar o Brasil na democracia, pode atirar-nos num despenhadeiro.

* * *

Portanto, o melhor é deixar que o País vá no caminho democrático tangido pela lei das leis dêste País, a lei do menor esfôrço, de muito mais eficácia do que qualquer Constituição.

A outra fôrça determinante de nossa inapelável vocação democrática é o chamado espírito de conciliação, que outro não é senão o instinto acomodatício. Ninguém é de briga, como o prova a multiplicidade de iniciativas pacificadoras.

* * *

O Govêrno que completa um ano tem testado tédio ao autoritarismo e está apto a tanger o País para a democracia, que não é a dos nossos sonhos, na medida em que vai sendo servida, mas ainda assim melhor do que nenhuma.

* * *

Uma concessão aqui, outra ali, uma acomodação, um ronco para disfarçar o sono, e o País se enquadrará numa democracia que vai possibilitar daqui a pouco falar em candidaturas exclusivamente civis e encaminhar pacificamente a volta à eleição direta.

Ou então, o que dá no mesmo, todos estarão de acôrdo em que isso pode ficar para 74 e os candidatos a uma eleição serão candidatos à outra, com as mesmas ilusões e talvez maiores possibilidades.

Perplexidade

Militares efetivamente ligados à Revolução, desde os tempos em que se organizava a resistência que desembocou no 31 de março, estão perplexos com a notícia, já confirmada, da ida do General Adalberto Pereira dos Santos para a Chefia do Estado-Maior do Exército.

* * *

Ainda estão quebrando a cabeça à procura das razões.

Mínimo mesmo

O olho vivo do Ministro da Fazenda viu, bem cedo pela manhã de ontem, um jornal que dava em manchete escancarada a notícia de que o Ministro do Trabalho decretaria hoje o nôvo mínimo, com aumento de 24 por cento.

Não titubeou o Sr. Delfim Neto. Num minuto estava com o Ministro Jarbas Passarinho do outro lado do fio.

Bom dia, formalidades amáveis e em seguida a pergunta sôbre a veracidade da notícia. O Ministro Passarinho desmentiu.

Mais simples

Até segunda-feira estará no Congresso o anteprojeto de lei que faz modificações na lei de duplicatas e que foi tema do despacho do Ministro da Justiça com o Presidente da República, na tarde de ontem.

Faturas e duplicatas serão simplificadas, com vantagens para todos, mas a redução será apenas no processo de tramitação e não no valor a saldar.

* * *

No despacho com o Marechal Costa e Silva, o Ministro Gama e Silva apresentou também o projeto de lei que considera de utilidade pública a Ford Foundation.

O reconhecimento tem de ser feito através de lei, porque a Fundação Ford não é pessoa jurídica brasileira. A decisão será do Congresso.

Líderes

Nova e importante adesão política está sendo lançada à conta corrente da **frente ampla: aparece o nome silenciado do sapateiro Chicão, de Governador** Valadares, como tendo assinado em Montevidéu uma carta de apoio entusiástico às teses sustentadas pelo Sr. Carlos Lacerda.

* * *

Apêlo de **Chicão**, que foi talvez o único líder efetivamente ligado ao trabalho, na preparação dos acontecimentos de março de 64, pede que todos compareçam em massa ao comício de Lacerda hoje em Governador Valadares.

Comício sim, porque não será menos do que isto a conferência que Lacerda fará, ao receber da Câmara dos Vereadores o título de cidadão honorário de Governador Valadares.

Quem é?

Diante da explosão estudantil que sacode a estrutura ditatorial da Polônia e da Tcheco-Eslováquia, o mais estranhável é o que ocorre por aqui, onde os mais solícitos assinantes de memoriais ainda não se dispuseram a juntar seu nome ou solidariedade esquerdista aos manifestantes que ousam erguer a voz contra o regime comunista.

* * *

Temos uma freguesia de signatários que acode até pelo telefone, quando se trata de protestar contra a censura no Brasil, ou de botar banca contra os Estados Unidos. Mas, quando se tratar de lutar contra a censura nos países ditos socialistas, não há um voluntário. Todos desaparecem da praça.

* * *

Que dizer então dos catadores de assinatura? Êstes estão em lugar incerto e não sabido, refugiados no comodismo das posições farisaicas, que já existe também farisaísmo de esquerda.

* * *

Os donos da verdade calam diante do espetáculo encenado na Polônia e na Tcheco-Eslováquia. Escritores e mediocridades sempre dispostas a escrever contra as limitações das sociedades democráticas não escrevem sequer o nome, quando a coerção assume formas muito mais violentas, mas do lado de lá.

* * *

Quem vai abrir o manifesto em defesa dos estudantes dos países comunistas?

EUA e a paz

O Embaixador dos Estados Unidos, Sr. John Tuthill, dando curso ao seu programa de conhecer de perto tôdas as regiões brasileiras, vai agora ver o que a Bahia tem.

Na têrça-feira vai observar a Bahia, como já conheceu o Amazonas e visitou o Sul, e irá até palmilhar todo o mapa brasileiro.

* * *

É inevitável, no entanto, que o proverbial vácuo político brasileiro seja preenchido com mil e uma versões sôbre a viagem.

O mínimo que se dirá é que o Sr. Tuthill foi alistar-se na frente da paz, cuja sede é no Palácio da Aclamação.

Avestruz

Têm tôda razão os pais dos alunos que estão na expectativa do funcionamento do colégio em construção na Praça Arcoverde, já que o mês de março avança e nada autoriza a esperança de que em abril a escola seja risonha e franca.

* * *

Aliás, não é esta a única escola que deixa os pais noites inteiras sem dormir, com mêdo de que os filhos percam um ano em suas vidas, e com prejuízo também para o País. O Colégio Lourenço Filho, na Praça Xavier de Brito, na Tijuca, encontra-se em idêntica expectativa.

* * *

A ôlho nu é possível avaliar que nenhuma das duas estará pronta antes de maio, mesmo assim para funcionamento precário. Continua faltando uma explicação oficial, cuja boa técnica é antecipar-se à queixa popular.

* * *

O Govêrno carioca prefere engordar primeiro o descontentamento, para depois abrir o bico. Por enquanto, está fingindo que não vê o problema.

Lance-livre

• Entrou no trânsito urbano ontem a versão da **próxima saída do Sr. Vieira de Melo**, que deixaria o Teatro Municipal provisòriamente com o **Sr. João de Lima Pádua**. Mas, depois, quem vai assumir é o Sr. Murilo Miranda.

• O editor José Olímpio viajou para Batatais, sua terra natal, aonde foi receber o título de cidadão emérito que a Câmara Municipal lhe deu.

• A antropóloga Marina S. Paulo assumiu a direção do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em substituição ao Prof. Evaristo de Morais Filho.

• O Prof. Flexa Ribeiro, de longe, e o Deputado Rafael de Almeida Magalhães, de perto, estão sendo assediados para manifestarem apoio ao Planalto, pela manutenção do Sr. Eremildo Viana na direção da Rádio Ministério da Educação. Volta e meia, o Diretor balança e fica por um fio.

• Amanhã, depois da sessão das 23 horas, haverá no Teatro João Caetano um debate sôbre a peça **O & A**, ali encenada. A iniciativa do debate coube ao Museu da Imagem e do Som. Críticos e intelectuais tomarão parte ativa.

• O Brasil e o terceiro mundo, Vila-Lobos, Guevara, uma entrevista com Harold Pinter, um estudo sôbre a revolução de 35, outro sôbre Manuel Bandeira, um conto de João Alfonsus são assuntos em **Cadernos Brasileiros**, número dos dois primeiros meses de 68.

• A série **Cultura de Jovens para Jovens**, apresenta dia 20 um concêrto de piano no Palácio da Cultura, às 9 horas da noite. A pianista Adelmana Torreão executará Vila-Lôbos, Brahms e Chopin.

• A Livraria Forense faz inovação, lançando conferência com autógrafo: durante quinze minutos o autor fará um depoimento direto aos presentes. Dia 29, às cinco e meia da tarde, Antônio Olinto autografa **O Diário de André Gide, Jornalismo e Literatura e A Paixão Segundo Antônio.**

• O Marechal Odílio Denis desceu a serra ontem, para cumprimentar o Sr. Ronald James Walters, que é o Subchefe do Gabinete do Ministro da Agricultura e comemorou seu aniversário num almôço de cem amigos. O Marechal Denis fêz comentários sôbre a situação brasileira, mas contornou o assunto político. O ex-Ministro da Guerra está em guarda.

• A Câmara dos Vereadores de Barra do Piraí elegeu seu Presidente o Coronel Eduardo William Syn, que pertence à família de Duque de Caxias e é industrial na cidade.

• Amanhã, às 22 horas, o Costa Brava faz com o maior requinte a Noite do Mau Gôsto, cuja preliminar é o comparecimento em trajes de real mau gôsto, como se diz na gíria de Saquarema. A música da festa é aproveitada de certos autores que escolhem temas horrorosos ou compõem em compasso quadrado.

No meio da Noite de Mau Gôsto haverá uma surprêsa: será transmitida a gravação de um programa de rádio, modelar em matéria de mau gôsto, (aliás, o menos ouvido, segundo o IBOPE).

Artistas interpõem nôvo recurso para a liberação da peça "Cordélia Brasil"

Representando o Teatro do Autor Brasileiro, a atriz Norma Bengell solicitou ontem, oficialmente, que a peça *No Comêço é Sempre Difícil, Cordélia Brasil, Vamos Tentar outra Vez*, que continua interditada, possa ser apresentada para maiores de 21 anos, depois das 22 horas, e que a Censura entre em entendimentos com o autor, Antônio Bivar, sôbre uma possível modificação do texto, nas partes vetadas.

O Ministro Gama e Silva liberou ontem a peça *Volta ao Lar*, de Harold Pinter — apresentada no Rio em 67 — para todo o território nacional, sem cortes, mas só para maiores de 21 anos, ao apreciar recurso interposto pela Companhia Tôrres e Brito.

LAMENTO

O Deputado Alberto Rajão telegrafou ontem ao Ministro Gama e Silva, afirmando:

— Lamento profundamente o epílogo dos episódios da censura teatral. O obscurantismo acabou vencendo o espírito de liberdade, que é inseparável da cultura. Espero ardorosamente, junto com todo o povo brasileiro, que V. Ex.ª seja o vencedor final, para que a inteligência brasileira respire livremente.

DÚVIDA

Antônio Bivar, autor de **Cordélia Brasil**, disse que não modificaria o texto de sua peça. Poderia apenas suavizá-lo. E acrescentou:

— Minha peça não é indecente, tem muito lirismo, muita poesia. Para tornar seu texto mais brando, eu teria de ter antes um diálogo com o Ministro, porque até agora não tenho a menor idéia do porquê de sua proibição. Nos próprios ensaios, nós modificamos muitas vêzes o texto, cortando aquilo que foi considerado desnecessário. Mas acredito firmemente que, nas condições propostas ao Ministro, ela será liberada.

LÓGICA

No despacho em que liberou **Volta ao Lar**, o Ministro Gama e Silva afirmou que "a peça teatral em exame foi encenada, durante 4 meses, no Estado da Guanabara, com autorização da Censura, e nenhuma providência foi adotada pela autoridade, que consentiu, tàcitamente, na orientação adotada pela censura local, razão pela qual não posso considerar a decisão como "atitude insubordinada e dissonante para com a orientação", do Diretor-Geral do DPF. Agora, a essa peça teatral se impõem cortes, para que possa ser levada em São Paulo, critério êste que envolve evidente contradição.

O Ministro finaliza dizendo: "1) A peça **Volta ao Lar** pode ser representada em todo o território nacional, sem cortes, mas proibida para menores de 21 anos.

2) Os produtores da peça e os seus artistas, com a responsabilidade e a sensibilidade que têm para com o público, deverão adaptar o texto, êles próprios, escoimando-o de têrmos ou expressões desnecessárias, tendo sempre em vista não desfigurar a intenção do autor".

PROTESTO

Brasília (Sucursal) — Comentando a interdição pela Censura das peças **Barrela** e **Cordélia Brasil**, o Deputado Gastone Righi disse que "o fato demonstra o desprestígio do Ministro da Justiça e desvenda, mais uma vez, pùblicamente, o diáfano manto que encobre os desígnios reacionários e totalitários do Govêrno".

Afirmou que a Censura exerce "a tutela suzerana de um Estado totalitário, que se abate sôbre nosso povo, exigindo que êle se mantenha na negra noite da ignorância".

"BARRELA"

Disse ainda que **Barrela**, de Plínio Marcos, é uma peça de um jovem escritor, que representa "autêntica esperança do nosso teatro e uma das expressões mais elevadas do pensamento de nossa nova geração". Salientou o Sr. Gastone Righi que a peça foi analisada pelo psiquiatra-chefe do Serviço de Biopsicologia do Serviço Penitenciário da Guanabara, que não poupou elogios à seriedade de seu conteúdo e à importância da agitação dos problemas que se desenvolvem em seu enrêdo.

Voluntárias saíram do Guanabara

A Organização das Voluntárias deixou o Palácio Guanabara, onde estêve instalada durante 22 anos, e já está funcionando nas dependências do prédio n.º 44, à Rua Jardim Botânico, no Parque Laje, cedido pelo Governador Negrão de Lima. Para a inauguração oficial das novas instalações será convidada D. Iolanda Costa e Silva.

Em nota distribuída ontem, as voluntárias apelam para as mulheres brasileiras no sentido de que seja dado um dia de seu trabalho por semana para que as atividades da organização não sejam interrompidas. Informam ainda que a organização precisa de um mínimo de 150 voluntárias por dia para atender aos seus compromissos, apesar de já contar com 16 mil delas trabalhando em todo o País.

USAF toca hoje para cariocas

A Banda da Fôrça Aérea dos EUA, que ontem se apresentou em Brasília, estará se exibindo hoje no Maracanãzinho às 20h30m, em espetáculo gratuito, constando do programa peças do repertório clássico e popular internacional, entre elas **A Banda**, de Chico Buarque de Holanda.

Com a Banda da USAF estará se apresentando, também, o conjunto coral The Singing Sergeants. O espetáculo de hoje será o único que os americanos farão para o público carioca. Amanhã a Banda da USAF estará em São Paulo se despedindo de sua rápida temporada no Brasil.

OEA funda escola de matemática

Até julho estará estabelecida no Rio de Janeiro uma nova Escola Latino-Americana de Matemática, patrocinada pela Organização dos Estados Americanos, com o apoio da Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos, do Conselho de Estudos Brasileiros, do Instituto Brasileiro de Matemáticas Puras e Aplicadas e da Fundação de Apoio às Pesquisas.

J. Thompson tem agência em P. Alegre

Pôrto Alegre (Sucursal) — A Stylos Publicidade Ltda. foi escolhida para operar como correspondente da J. Walter Thompson em Pôrto Alegre. Esta decisão foi tomada em conseqüência dos excelentes resultados obtidos pela Thompson com o sistema de correspondentes em outras cidades brasileiras.

Com a substituição de seus escritórios de serviço em Belo Horizonte, Recife e Pôrto Alegre por agências correspondentes, a Thompson espera exercer um completo atendimento e fiscalização, como já vinha sendo feito por seus escritórios.

PRIMEIRA CRÍTICA

Festival do Cinema Francês

Mouchette, a Virgem Possuída

José Carlos Avellar

Pouco antes de iniciar a filmagem de Mouchette Robert Bresson afirmou que iria procurar neste filme permanecer constantemente sobre um rosto: "O rosto desta jovem, Mouchette, para ver suas reações. E escolherei a jovem mais desajeitada, a menos atriz. Escolherei a mais desajeitada que seja e procurarei tirar dela tudo o que ela não suponha que eu possa retirar. É isto o que me interessa, e evidentemente, a câmara não irá abandoná-la." Nesta afirmação despretensiosa, feita de passagem em meio à discussão do filme anterior de Bresson, Au Hasard Balthazar, *está definida a sua posição diante do cinema: permanecer sobre o rosto das coisas para retratar tôdas as suas reações, captar o menor dos detalhes.*

Certamente o que levou Bresson a adaptar a Nouvelle Mouchette *de Bernanos não foram os dramáticos acontecimentos da história da moça que depois de violentada por um bêbado (após procurar ajudá-lo durante uma crise de epilepsia) volta para casa apenas a tempo de ver morrer sua mãe. O que interessa a Bresson, é que a história de Bernanos lhe oferece um pretexto para permanecer constantemente sôbre o rosto de um personagem que "tem qualquer coisa de maravilhoso no sentido em que está ainda na infância — um período entre a infância e a adolescência — e tem uma vida muito dura", como declarou o próprio Bresson. O que importa na história de* Mouchette *é que ela serve de excelente pretexto para que Bresson volte a descrever detalhadamente um processo de libertação de um ser isolado num meio agressivo. O que importa é que a Mouchette que êle leva para a tela tem muito de comum com o Fontaine de* Um Condenado à Morte Escapou, *ou com o Michel de* Pickpocket, *com a Jeanne de* Le Procès de Jeanne D'Arc *ou ainda com o Balthazar ou a Maria de* Au Hasard Balthazar.

O que importa é que através da história de Bernanos Bresson pode preparar uma armadilha para seu personagem e observar sua luta para libertar-se, como fêz sempre desde que Fontaine, no princípio de Um Condenado à Morte Escapou, *é encarcerado numa pequena cela onde se passa pràticamente tôda a ação do filme.*

Mouchette *é o oitavo filme que Bresson realiza em vinte e cinco anos de atividade. Seus métodos de trabalho, a recusa sistemática de atôres profissionais, criaram um sério obstáculo para uma indústria em grande parte fundada sôbre a promoção de atôres e atrizes. Ninguém quer produzir seus filmes. Mas foi graças à recusa de atôres que Bresson chegou a uma estrutura não dramática perseguida por todos os jovens cineastas de hoje, a um estilo que muito se aproxima daquele dos quadros dos modernos pintores primitivos, onde cada objeto é apresentado através de sua face mais significativa.*

Há em tôda a obra de Bresson, onde os filmes mais expressivos são Mouchette *e* Pickpocket *(já exibido em pré-estréia no Paissandu, e pronto para ser lançado) uma riqueza e uma revolução cinematográfica que os limites de uma apreciação ligeira não podem sequer esboçar.*

Mostra Internacional do Cinema Nôvo

"Filhos e Filhas"

Ely Azeredo

Filhos e Filhas (Sons and Daughters), documentário de longa-metragem contra a guerra do Vietname, não dá bom testemunho do pouco prestigiado "cinema independente" americano. Longe de Hollywood e das unidades de produção estabelecidas, sòmente de raro em raro alguma coisa de real valor cinematográfico aparece nos Estados Unidos. O valor de **Filhos e Filhas** tem outra natureza: documenta a amplitude e a espontaneidade dos movimentos antiguerra do Vietname nos EUA.

As manifestações realizadas em outubro de 1965, por ocasião dos Dias Internacionais de Protesto, constituem o essencial do filme. A técnica do cinema direto, apesar das redundâncias e das irrelevâncias que sempre produz em mãos de diminuto talento, permite uma variedade de momentos felizes como documentação: conflitos com policiais; provocações antiprotesto de integrantes de um grupo de blusões negros (do tipo que inspirou o vigoroso **O Selvagem** / **The Wild One**, de Benedek); e, sobretudo, os flagrantes de calçada ou de campus universitário, com grupos de jovens realizando-se efêmeramente no calor e na fraternidade das canções de protesto. Com êsse material de cinegrafia espontânea, o limitadíssimo Jerry Stoll poderia ter produzido um cativante testemunho jornalístico. O cineasta quis ir muito mais além. Resultado: muito antes de aproximar-se dos marcos da longa metragem, **Filhos e Filhas** tem seu impacto muito amortecido.

A montagem alterna as reportagens das passeatas com cenas autênticas de treinamento de recrutas e — com ênfase especial — da ação bélica no Vietname. Fornecido pela UPI, esta cine-correspondência de guerra é expressiva. Seu aproveitamento alternado com os Dias de Protesto, porém, mostra-se convencional. Stoll estica a metragem com tantas redundâncias que chega a um resultado paradoxal: um filme feito para induzir à ação transmite impressão de estatismo.

Reunião no Rio decidirá na têrça-feira se Festival da Canção vai para São Paulo

São Paulo (Sucursal) — O Secretário Municipal de Turismo, Sr. Tibiriçá Botelho, disse ontem que São Paulo gostaria muito de ser a sede do III Festival Internacional da Canção, mas que o ideal seria uma divisão entre Rio e São Paulo. Acrescentou que terá uma reunião com o Sr. Augusto Marzagão na têrça-feira, no Rio, para solucionar o problema.

— Para o festival dêste ano — afirmou — pretendíamos um patrocínio conjunto, mas com a saída dos Srs. Carlos de Laet e Augusto Marzagão da Secretaria de Turismo da Guanabara, não sei o que será resolvido.

DECISÃO

No Rio, o Sr. Marzagão disse ontem que o III Festival será realizado de qualquer maneira, no Rio ou em São Paulo e que deu um prazo de duas semanas para que o Govêrno Negrão de Lima tome uma decisão a respeito. "Se não fôr possível realizá-lo aqui no Rio — frisou — atenderei ao convite do Prefeito Faria Lima e o levarei para São Paulo.

Sôbre os relatórios dos festivais anteriores, que lhe foram pedidos pelo nôvo Secretário de Turismo, Sr. Levi Neves, o Sr. Marzagão disse que os entregou logo após a realização de cada um dos concursos, aos Srs. João Paulo do Rio Branco e Carlos de Laet, que estavam à frente da Secretaria.

O Sr. Tibiriçá Botelho disse que provàvelmente o Sr. Marzagão aceitará o convite do Sr. Faria Lima para ir trabalhar em São Paulo. Já o diretor da TV Record, Sr. Paulo Machado de Carvalho, disse que nunca cogitou em contratar os serviços do Sr. Augusto Marzagão.

Acrescentou ainda que não concorda com a união dos festivais "porque a nossa exigência, no ano passado, foi de que a parte nacional do Festival da Canção fôsse realizada inteiramente em São Paulo, exigência que continua válida em 68. Acontece que, para o Rio, não é interessante perder essa parte e para nós, que vivemos principalmente da música popular, não há qualquer vantagem em termos a final da parte nacional ser realizada no Rio, como queria o Secretário Carlos de Laet".

Professôres e estudantes procuram solução para 1 171 excedentes paulistas

São Paulo (Sucursal) — A Congregação da Universidade de São Paulo declarou-se ontem em sessão permanente até poder dar uma solução ao problema dos 1 171 candidatos aprovados e não classificados nos vestibulares dêste ano. O Departamento de Ciências Sociais, que tem 383 excedentes, suspendeu as aulas por 15 dias: professôres e alunos estão estudando a reestruturação do curso para permitir mais vagas.

A secretaria da Faculdade de Filosofia chamou ontem 20 candidatos para matriculá-los, mas não foram ainda atendidos os 57 excedentes de Matemática, 236 de Biologia, 383 de Ciências Sociais e 495 de Física, embora o Diretor Erving Rosenthal tenha afirmado que os de Matemática têm matrícula quase garantida.

MOVIMENTO

Grupos de estudantes montaram barracas em frente ao Teatro Municipal e na Estação da Luz, onde estão distribuindo flâmulas e manifestos e recolhendo assinaturas de apoio e dinheiro. Os 194 excedentes de Psicologia da PUC estão também programando ação semelhante para os próximos dias.

Os alunos de Veterinária, em greve há quatro meses, por falta de condições de ensino não poderão se reunir mais na Faculdade, que foi ontem fechada por ordem da direção e agora guarnecida por pessoal do DOPS. Os 128 alunos, que não fizeram ainda os exames finais de 1967, estão se reunindo na casa ao lado da Faculdade, cedida por um médico.

PASSEATA EM RECIFE

Recife (Sucursal) — A Secretaria de Segurança permitiu ontem, que mais de quinhentos estudantes da Universidade Rural de Pernambuco saíam, hoje pela manhã, em passeata pelas ruas da cidade, protestando contra o aumento do preço das refeições e contra a desorganização da escola, que só tem aulas práticas nos programas.

Os estudantes obtiveram permissão para a passeata depois que explicaram ao General Deodato Montalverne que seu movimento nada tinha de subversivo. Mostraram que a situação da Universidade se aproxima do caos e que até agora nada foi conseguido com a greve em que se mantêm há mais de dez dias.

Além dos estudantes da Universidade Rural, deverão fazer passeata paralela os vestibulandos da Universidade Federal, que se consideram massacrados pelo concurso de habilitação realizado êste ano.

PROTESTO GERAL

São Luís (Correspondente) — Mais de 1 500 alunos de 14 escolas da Universidade Federal do Ceará e de duas faculdades estaduais desfilaram pelas ruas centrais em protesto contra o fechamento do Diretório Central de Estudantes e a suspensão imposta a seu presidente, pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, depois do incidente que se verificou na aula inaugural, proferida pelo General Dilermando Monteiro.

A demonstração terminou com comício na Praça José de Alencar, onde os manifestantes realizaram breve comício, queimaram uma bandeira norte-americana e exibiram faixas com dizeres contra o Govêrno. A manifestação, inicialmente declarada ilegal, foi permitida depois que o Secretário de Polícia, Coronel Edilson Rocha, conferenciou pela manhã com o Professor Roberto Martins Rodrigues, patrono dos estudantes. A ação policial ficou restrita somente ao isolamento das ruas por onde passaram os manifestantes, não se registrando qualquer incidente.

MINEIROS ACAMPAM

Belo Horizonte (Sucursal) — Os 26 excedentes da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais acamparão hoje cedo, na porta da Reitoria, na Pampulha, onde irão juntos entregar os relatórios da Congregação da escola favoráveis à sua matrícula desde que sejam liberadas as verbas adicionais.

Os 52 excedentes de Medicina conseguiram do Reitor Gérson Boson a liberação de NCr$ 300 mil para custear os gastos com os professôres e materiais adicionais. Os excedentes matricularam-se e já estão freqüentando as aulas. Os excedentes da Filosofia, dos cursos de Letras, História e Geografia, que já estão freqüentando as aulas, como ouvintes, ficarão acampados na Reitoria até a solução do problema.

POUCA PROCURA

Niterói (Sucursal) — Três candidatos se apresentaram ontem à Escola de Veterinária, no primeiro dia das inscrições para a área biomédica, que exclui apenas a Faculdade de Medicina, cujas vagas já foram preenchidas. Para os cursos de Odontologia, Farmácia e Enfermagem ainda ninguém se inscreveu.

D. Iolanda intercede por Valença

D. Iolanda Costa e Silva está empenhada na criação de uma Faculdade de Medicina, em Valença, no Estado do Rio, a fim de possibilitar a matrícula de 200 excedentes de Medicina de 1968, em contato que manteve com o ex-Prefeito da cidade, Sr. Luís Januzzi, manifestou votos de êxito nos esforços desenvolvidos para instalar um estabelecimento de ensino superior no município.

O ex-Prefeito já tem relacionados 40 professôres universitários que se dispõem a integrar o corpo docente da futura Faculdade e acertou com a Santa Casa local o estágio e aprendizado dos estudantes. D. Iolanda também encaminhou alguns excedentes de 1968 para a Faculdade de Medicina de Vitória, mas as matrículas estão dependendo do parecer final da Diretoria de Ensino Superior.

Supremo empossa nôvo Ministro

Brasília (Sucursal) — O Ministro Carlos Thompson Flôres tomou posse ontem no Supremo Tribunal Federal, em cerimônia simples e usando vestes talares ofertadas pelo Govêrno do Rio Grande do Sul, que o nôvo Ministro recebeu, juntamente com ofício do Governador Peracchi Barcelos, felicitando-o pela investidura no cargo.

Avião cai no Paraná com contrabando

Curitiba (Correspondente) — Um avião bimotor caiu na localidade de Faraday, Município de Capanema, explodindo em seguida, tendo o pilôto morrido carbonizado. O aparelho procedia do Paraguai, ao que tudo indica, e transportava grande quantidade de contrabando. As autoridades policiais da região abriram inquérito e comunicaram o fato à Fôrça Aérea, que determinou o início de diligências especiais.

Goulart escreve relato sôbre os últimos dias de Presidência em 1964

Pôrto Alegre (Sucursal) — Comenta-se em círculos do ex-PTB que o Sr. João Goulart está redigindo depoimento sôbre seus últimos dias de Govêrno, com o qual pretende caracterizar seu exílio no Uruguai como alternativa para a guerra civil.

O documento recordará em detalhes os últimos lances da Presidência João Goulart, com especial ênfase para os dois dias que êle passou em Pôrto Alegre, onde o Sr. Leonel Brizola articulava a resistência. O ex-Presidente tentará provar que não teve outra alternativa que não o exílio.

SAUDE

O cunhado do ex-Presidente, Sr. Luís Moura Vale, e seu primo, o ex-Deputado estadual Marcírio Goulart Loureiro, informam que o estado de saúde do ex-Presidente, embora inspire cuidados, é satisfatório, e que êle se ressente de um estado emotivo decorrente do seu exílio.

Em entrevista concedida em Montevidéu para o **Diário de Notícias** de Pôrto Alegre, o Sr. Goulart declarou que, apesar de seus 49 anos, seu coração é de velho de 80 anos. Já sofreu três crises cardíacas: a primeira no México, poucos dias antes de assumir a Presidência da República, em 1961; a segunda, pouco depois de chegar exilado ao Uruguai, e a última em data recente.

CAUTELA

O ex-Presidente está proibido de qualquer excesso, pelos médicos, e substituiu o cigarro pelo cachimbo. A idéia de consultar o Professor Zerbini, de São Paulo, partiu de seus médicos uruguaios, que consideram o cardiologista paulista como o maior especialista sul-americano. Mas o ex-Presidente não pediu nem pedirá licença para ir a São Paulo. Aliás, não tendo sido processado ou condenado no Brasil, não vê por que tenha de pedir licença ao seu País para consultar médico.

No momento, não pensa em voltar, apenas quando houver franquias democráticas "e o Brasil estiver governado pelo poder civil". Quando isso ocorrer — enfatizou êle — ao invés de ir para São Paulo ou para o Rio, procurará sua terra natal, São Borja. Voltando a falar de seus problemas de saúde, disse que os médicos já o advertiram de que se quiser viver mais alguns anos, deve deixar os problemas de natureza política.

ELOGIO

Mesmo assim, o ex-Presidente fala de política. Acha que o Sr. Carlos Lacerda está-se conduzindo muito bem, "como homem que busca, através de uma oposição firme, devolver aos brasileiros as franquias democráticas". Concluiu seu elogio ao Sr. Lacerda com a ressalva de que, entre ambos, não existe qualquer pacto ou compromisso. Apenas resolveu apoiar o ex-Governador através da *frente ampla* para combater a atual situação no Brasil.

Sôbre o Presidente Costa e Silva, disse o Sr. João Goulart que êle, "ao contrário do ex-Presidente Castelo Branco, não é homem perseguidor". A atual Oposição brasileira, na opinião do Presidente deposto, é fraca, principalmente no Rio Grande do Sul, onde carece de liderança mais positiva.

MDB gaúcho tem programa intenso que começa agora e irá até o dia 1.º de maio

Pôrto Alegre (Sucursal) — O MDB gaúcho está articulando movimentado programa político para o fim dêste mês e decorrer de abril, incluindo concentrações regionais, encontros com parlamentares correligionários em Curitiba e Florianópolis, e romaria ao túmulo de Getúlio Vargas, em São Borja.

Para o dia 1.º de maio estão previstos comícios nos principais redutos do ex-PTB, como Pelotas, Santa Maria, Rio Grande, Caxias do Sul e Cruz Alta.

PROGRAMA

O programa será iniciado no próximo dia 24, com a reunião de deputados do MDB em Curitiba, e evoluirá da seguinte forma: 29, reunião do Diretório Regional; 30, concentração na Cidade de Três de Maio; 31, concentração em Santa Rosa; 7 de abril, reunião com deputados do MDB catarinense, em Florianópolis; 17, reunião do Diretório Nacional, em Brasília; 19, romaria ao túmulo de Getúlio Vargas, em São Borja; 1.º de maio, comícios em várias cidades do interior gaúcho.

DOUTEL

Florianópolis (Correspondente) — O ex-Deputado Doutel de Andrade, que aqui estêve acompanhando sua espôsa, Deputada Lígia Doutel de Andrade, em visita a seus familiares, manteve entendimentos com a seção regional do MDB, tratando, entre outras coisas, do comportamento do Partido oposicionista em relação à **frente ampla**.

Embora ainda exerça influência sôbre seus correligionários do ex-PTB em Santa Catarina, o MDB prefere, no que diz respeito à **frente ampla**, continuar fiel à orientação do Gabinete Nacional da agremiação, a fim de não dispersar esforços.

BIOMBO

Numa reunião social de que participou no Santa Catarina Country Club, o Sr. Doutel de Andrade afirmava numa roda, em tom de discrição, que o Sr. Leonel Brizola, no momento, "tem servido de biombo para todos os omissos" que não querem firmar posição diante do momento político nacional.

Sodré depõe no aniversário de seu Govêrno dizendo que agiu ouvindo sempre o povo

São Paulo (Sucursal) — Numa mensagem de 496 laudas enviada à Assembléia Legislativa, o Governador Abreu Sodré prestou contas ontem de seu primeiro ano de Govêrno, enquanto lia, na abertura da sessão legislativa da mesma Casa, um discurso de 20 laudas, onde disse que "governei ouvindo o povo, por isso foi sedutora a garantia da representatividade".

Numa alusão clara à pacificação política da Revolução, pregada pelo Governador da Bahia, Sr. Luís Viana Filho, o Governador Sodré repetiu que, graças à paz, segundo êle conseguida no Estado, ganhou "autoridade para, no cenário da República, onde a voz de São Paulo não mais poderá deixar de ser ouvida, clamar pelo congraçamento político, pelo entendimento entre os responsáveis pelos destinos do País".

COM O POVO

O Governador Abreu Sodré insistiu, em seu discurso, no fato de ter governado com o povo:

— Isto significa que, dia a dia, o Govêrno se fêz mais presente ao lado do povo, e o povo se identifica cada vez mais com a orientação e as decisões do Govêrno — afirmou êle, após dizer que governou "depondo e justificando, por isso não me furtei à garantia da responsabilidade".

Prosseguindo, não deixou a tônica de estar sempre ao lado do povo:

— Por isso, o Govêrno colocou a tônica da sua política de congraçamento no diálogo permanente com os operários, com os estudantes, com os empresários, com os lavradores e, no plano diretamente político, também com a Oposição.

E também insistiu na paz:

— Nada poderíamos fazer sem paz. Como nada queríamos fazer sem liberdade. Garantimos a paz e criamos condições para que a liberdade se afirmasse. São Paulo serviu ao País, na primeira etapa de um nôvo Govêrno constitucional egresso da Revolução de 64, cuja missão é consolidar a problemática irreversível gerada pelo movimento de março.

MDB não deixou Peracchi falar na parte da manhã

Pôrto Alegre (Sucursal) — O Governador Peracchi Barcelos comparecerá às 14h30m de hoje à inauguração da segunda sessão legislativa da Assembléia para, num documento de 29 laudas datilografadas, apresentar a prestação de contas de seu primeiro ano de Govêrno. Pretendia o Governador antecipar a cerimônia para a parte da manhã, mas não o conseguiu em face da resistência vitoriosa do MDB.

Finda a leitura de sua mensagem voará para Brasília em avião da FAB pôsto à sua disposição pela Presidência da República, para chegar a tempo de participar da reunião de governadores da ARENA, comemorativa do primeiro aniversário do Govêrno Costa e Silva.

SINTONIA

Em seu pronunciamento perante a Assembléia, o Coronel Peracchi mencionara a mensagem que o Presidente Costa e Silva apresentou ao Congresso recentemente, afirmando que existe perfeita sintonia entre os Governos do Rio Grande do Sul e federal e que reina tranqüilidade política e paz social no País.

Negrão ordena a saída de delegado que consentiu com espancamento de advogado

O Governador Negrão de Lima recebeu ontem à noite a Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil e, depois, determinou ao Secretário de Segurança, General Dario Coelho, o afastamento do delegado Mário César, como medida preliminar para a apuração do espancamento do advogado Manuel Gonçalves Fraga Filho, na 23.ª Delegacia Distrital.

A ordem do Governador — para que os fatos sejam apurados em 48 horas — satisfez ao Presidente da Ordem, Professor Celestino de Sá Freire Basílio, que deixou o Palácio Guanabara agradecido pelas providências tomadas.

SURPRESA

O delegado Mário César afirmou ontem que "estava surprêso" com a acusação do advogado Manuel Gonçalves Fraga Filho, acrescentando que tomou conhecimento do incidente só depois que a vítima retirou-se da 23.ª Delegacia Distrital.

— Não conheço o advogado e não acredito nas acusações feitas a meus subordinados — disse o delegado.

O Sr. Mário César insistiu em que não houve agressão, tendo sido informado que o Sr. Manuel Gonçalves Fraga Filho "chegou muito nervoso à Delegacia e destratou o comissário Reinaldo".

Devido ao intenso movimento no Distrito — continuou explicando o delegado — o comissário levou-o ao primeiro andar, a fim de conversarem com mais calma. O Sr. Mário César disse que, sendo advogado, não poderia concordar ou ser conivente com o espancamento de um colega.

Deputado acusa o Prefeito de Brasília de negocista e mostra provas na Câmara

Brasília (Sucursal) — O Deputado Antônio Magalhães (MDB) acusou ontem de negocista o Prefeito de Brasília, Sr. Vadjó Gomide, exibindo ampla documentação para provar "que êle é sócio de diversas firmas comerciais e que está se utilizando do cargo para tirar proveitos pessoais".

O Sr. Antônio Magalhães foi contestado apenas pelo Sr. Sinval Boaventura (ARENA-Minas), recebendo apoio dos Srs. Breno da Silveira (GB), Antônio Bresolin (RGS), Celestino Filho e Paulo Campos (GO).

ACUSAÇÕES

Afirmou o Sr. Antônio Magalhães que o Prefeito Vadjó Gomide, no dia 3 de julho de 1967, enviou à Presidência da República exposição de motivos solicitando autorização para que a NOVACAP pudesse alienar lotes rurais do seu patrimônio e que, no dia 16 de agôsto do mesmo ano, adquiriu, êle próprio, dentro da área do Distrito Federal, 251 alqueires goianos de terras e mais 100 no Estado de Goiás, na divisa de Brasília, que compõem as fazendas Palmeiras e Limoeiro.

Disse que houve "marmelada" no caso das desapropriações, que o Prefeito falseou informações à Câmara e vendeu irregularmente lojas situadas na Quadra 508 e na Avenida W-3.

Beltrão visa mercado de massa e trabalho fabril em 2 turnos

A nova estratégia para o desenvolvimento com um índice superior a 6% ao ano será auto-sustentada pela criação de um mercado de massas, mediante medidas que visam à utilização da capacidade ociosa do parque industrial — inclusive trabalho em dois turnos nas fábricas através de incentivos especiais —, melhor aproveitamento do capital e da mão-de-obra, redução da taxa de juros e dos custos de produção, declarou ontem o Ministro do Planejamento.

Dentro desse conjunto de medidas, destacou o Ministro Hélio Beltrão que a política salarial já teve seu primeiro reajustamento, com a correção do resíduo inflacionário, e terá agora seu segundo reajustamento "procurando evitar que o fenômeno se repita, pois o Govêrno não tem interêsse em que os trabalhadores tenham seus salários deteriorados".

VONTADE DE CRESCER

Depois de demonstrar que os boatos de crise não têm o menor apoio na realidade econômica — "que vai bem e irá cada vez melhor" — anunciou uma pregação que deverá se estender a todos os círculos nacionais "para que o Brasil se dê conta de que existe realmente um projeto brasileiro de desenvolvimento, que atravessamos uma hora decisiva em nossa história, e sobretudo que o brasileiro se impregne da necessidade da formação de uma consciência nacional para esse desenvolvimento".

Explicou que o modelo de crescimento que impulsionou o nosso desenvolvimento a partir da II Guerra, baseado na substituição das importações, se arrefeceu desde 1961, tornando-se necessário criar um nôvo modêlo de expansão, sem o qual o País não conseguirá eliminar seu atraso econômico.

Ressaltou que o desenvolvimento não pode depender da generosidade de outros povos, mesmo porque o panorama internacional não é alentador. A brecha entre os países ricos e pobres, ao contrário de diminuir, se acentua. Na verdade, a tendência da cooperação financeira internacional é de reduzir-se: os financiamentos externos estão cada vez mais vinculados à promoção de exportações que nem sempre coincidem com o interêsse da indústria nacional".

Enfatizou o Ministro do Planejamento que a Nova Estratégia do Desenvolvimento se fundamenta na diversificação dos pólos de dinamismo da economia, na expansão do mercado interno, na conquista do mercado externo, no desenvolvimento tecnológico, na preservação da indústria nacional, na redução dos custos básicos industriais e na elevação da produtividade.

Revelou que o Plano Trienal — 1968/70 — prevê investimentos da ordem de NCr$ 17,5 bilhões, para financiamentos de projetos prioritários. No corrente ano, segundo êle, serão investidos em habitação NCr$ 1,5 bilhão, para construção de 200 mil casas; em energia, NCr$ 1,5 bilhão; em rodovias, também NCr$ 1,5 bilhão. O BNDE vai investir em projetos de desenvolvimento NCr$ 930 milhões.

Em educação o Govêrno gastará NCr$ 850 milhões e, contando com os programas estaduais, êsse setor terá.... NCr$ 3 bilhões no total; os investimentos da SUDENE e SUDAM subirão a NCr$ 700 milhões. Em petróleo e energia elétrica as adições físicas à capacidade instalada serão substanciais; duas grandes refinarias entrarão em operação, em Belo Horizonte e Pôrto Alegre; mais dez usinas elétricas de porte entrarão em funcionamento em todo o País, adicionando 900 mil quilowatts de geração, em 1968. Uma usina de *pellets* de minério de ferro, de 2 milhões de toneladas/ano, também entrará em funcionamento. No plano rodoviário, 2 500 quilômetros de estradas serão construídos e 1 700 quilômetros pavimentados.

Acrescentou o Sr. Hélio Beltrão que o Plano Trienal pretende elevar o Produto Interno Bruto, que nos últimos anos cresceu à média de 4% ao ano, a taxas de crescimento de 7 a 8% ao ano; a agricultura, oscilante nos últimos anos a taxas de 1%, deverá crescer de 5 a 6% ao ano, ressaltando que "os planos do Govêrno não operam o desenvolvimento, sòmente apontam o caminho. Apenas a consciência nacional constrói o desenvolvimento".

Govêrno limita participação de despachantes aduaneiros à importação de mercadoria

Brasília (Sucursal) — Com a sua redação modificada, o Presidente Costa e Silva reencaminhou ao Congresso o projeto de lei que torna facultativa a participação dos despachantes aduaneiros nas operações de comércio exterior, mantendo agora a obrigatoriedade dos seus serviços apenas nas operações de importação de mercadorias, ainda assim — segundo afirma o Ministro Delfim Neto na exposição de motivos que acompanha a mensagem —, "numa atitude de indiscutível tolerância do Govêrno, calcada em razões de interêsse social".

De acôrdo com o projeto anterior que foi retirado do Congresso esta semana por iniciativa do próprio Govêrno, a obrigatoriedade da participação dos despachantes nas operações de comércio exterior em geral seria extinta gradativamente até 1.º de julho próximo.

PROJETO

O nôvo projeto enviado ao Congresso, com apenas cinco artigos (o anterior tinha 11) dispensa a participação dos despachantes aduaneiros na movimentação de mercadorias no território nacional, por qualquer meio, inclusive cabotagem, proibindo ainda que os despachantes operem nas repartições aduaneiras ou que tenham sua remuneração recolhida através dêsses órgãos.

Na exposição de motivos que acompanhou a mensagem presidencial ao Congresso, o Ministro Delfim Neto assinala que com o grau de aperfeiçoamento a que chegou o serviço público no País, mormente depois do movimento revolucionário de 31 de março de 1964, não se justifica a obrigatoriedade da utilização dos despachantes, como intermediários junto às repartições públicas".

Afirma ainda o Ministro que o alto preço cobrado pelos despachantes pelos seus serviços onera o custo das mercadorias, prejudicando, em última análise, o próprio consumidor.

— Convém observar — afirma o Ministro —, que a remuneração atribuída aos despachantes aduaneiros, em base nada modestas, onera sobejamente o custo da mercadoria, joga a sobrecarga dêsse ônus sôbre o consumidor, constituindo inegável ponto negativo às medidas de contenção de preços, parte da política antiinflacionária defendida pelo atual Govêrno."

O texto do nôvo projeto é o seguinte:

"Art. 1.º — A movimentação no território nacional de qualquer mercadoria, por qualquer via, inclusive cabotagem, independe da intermediação de despachantes.

Parágrafo único — As operações a que se refere o presente artigo poderão ser processadas, em todos os seus trâmites junto aos órgãos competentes, pelo dono ou consignatário da mercadoria ou por qualquer pessoa por êle livremente credenciada.

Art. 2.º — A remuneração dos despachantes em nenhuma hipótese poderá ser recolhida através das repartições aduaneiras.

Art. 3.º — É facultativa a utilização dos serviços de despachantes aduaneiros nas operações de comércio exterior em que forem interessados:

a) a União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os municípios;

b) as autarquias e demais entidades de direito público interno;

c) as sociedades de economia mista;

d) as instituições científicas, educacionais e as de assistência social;

e) as missões diplomáticas e repartições consulares;

f) representações de órgãos internacionais e regionais.

Art. 4.º — É vedado às comissárias de despachos operar nas repartições aduaneiras.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Constituída a "Cimento Mauá S. A."

O mesmo grupo empresarial da Cia. Nacional de Cimento Portland acaba de anunciar a constituição da CIMENTO MAUÁ S.A., emprêsa subsidiária que receberá assistência técnica, financeira e equipamentos, para produzir o tradicional cimento "Mauá". Será, ainda, uma companhia de capital aberto, dentro da nova política empresarial brasileira.

Os Srs. Clark G. Kuebler e Cecil Davis, ao anunciarem a constituição da nova emprêsa, informaram que suas instalações já estão em andamento, no Município de Cantagalo, no Estado do Rio, onde existem excelentes jazidas de minérios para a produção de cimento da melhor qualidade.

Esta semana, em reunião dos Conselheiros do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, ao ser comunicada a criação da CIMENTO MAUÁ S.A., o Presidente da FIEGA — CIRJ, Sr. José Ignácio Caldeira Versiani, louvou a iniciativa, frisando que a nova fábrica vem em momento oportuno, pois ajudará o País a atender à demanda de consumo interno, dispondo além disso de um produto da tradição e da qualidade do cimento "Mauá".

BÔLSAS E MERCADOS

MOEDAS

DÓLAR
Compra 3,20
Venda 3,22

LIBRA
Compra 7,60
Venda 7,80

O Banco do Brasil e os bancos particulares operaram às seguintes taxas:

Moeda	Compra	Venda
Dólar	3,20	3,22
Dólar Canad.	2,94300	2,96311
Libra	7,62268	7,66262
Marco Alemão	0,80339	0,81044
Florim	0,88364	0,89359
Franco Belga	0,064464	0,065027
Franco Franc.	0,64926	0,65523
Franco Suíço	0,73737	0,74369
Lira	0,005126	0,005154
Coroa Dinam.	0,42816	0,43244
Coroa Noruêg.	0,44480	0,44919
Coroa Sueca	0,61654	0,62180
Xelim Aust.	0,123520	0,123902
Peso Argent.	0,009000	0,009300
Peseta	0,045606	0,047131
Escudo Port.	0,111130	0,112006
Peso Uruguaio	nominal	nominal

Ouro fino

GR	[illegible]	[illegible]

TAXAS DO MANUAL

Moeda	Compra	Venda
Libra	7,60	7,80
Dólar	3,20	3,22
Peso Argent.	0,009	0,010
Dólar Canad.	2,90	3,00
Marco	0,79	0,815
Coroa Dinam.	0,41	0,45
Xelim Aust.	0,118	0,127
Peso Urug.	0,015	0,017
Coroa Sueca	0,59	0,62
Franco Belga	0,06	0,065
Franco Franc.	0,63	0,66
Escudo Port.	0,110	0,115
Florim	0,87	0,92
Lira	0,005	0,0053
Franco Suíço	0,73	0,75
Peseta	0,045	0,050
Bolívar	0,68	0,71

BÔLSA DE VALÔRES

A Bôlsa de Valôres do Rio de Janeiro não funcionou ontem e não funcionará hoje, em virtude da decisão tomada pelo seu Conselho de Administração.

BÔLSA DE NOVA IORQUE

Nova Iorque (UPI-JB) — Média de Dow-Jones na Bôlsa de Nova Iorque ontem:

Ações	Abert.	Máx.	Mín.	Fin.	Variaç.
30 INDUSTRIAIS	837,72	841,54	824,26	830,91	— 11,22
20 FERROVIAS	212,51	219,26	213,71	217,10	— 2,65
15 CONCESSIONÁRIAS	124,30	124,93	121,90	122,50	— [illegible]
65 AÇÕES	293,93	295,56	[illegible]	291,14	— 2,06

PREÇOS FINAIS:

Nova Iorque (UPI-JB) — Preços Finais na Bôlsa de Valôres de Nova Iorque ontem:

A J Ind	9-1/4	Chrysler	52-7/8	Int Nick	109-1/4	RCA	46-1/8	Union Oil	[illegible]
Allied Chem	34-5/8	Col Gas	26-1/2	Int Tel & Tel	45-3/4	Rep St	42	U S Steel	40-1/2
Allis Chal	31-3/8	Con Ed	32	Johns Manville	53-3/4	Rey Tob	41	U S Gypsum	72
Am Can	45-3/8	Cont Can	47	Kennecott	40-1/4	Sears	60	U S Rubber	[illegible]
Am Forn Pow	—	Cons Stl	49-1/8	Kroger	26	Sinclair	70	U S Smelting	[illegible]
Am Mel Cl	45-5/8	Cord Pd	39-1/8	Lehman	29-1/8	Southern R	41-1/8	Warner Bros	39
Amer Sta	37	Crown Zell	42	Lockheed	41-5/8	Std O Ind	[illegible]	West Alt Br	41-1/2
Amer Smel	73	Curtiss W	21-1/2	Loews Thea	43-7/8	Std O Cal	51	Woolwth	22-3/4
Am T & T	49-3/4	Du Pont	150-7/8	Lonestar Cem	17-5/8	Std O N J	67-1/4	Westg El	29-7/8
Amer Tob	31-1/2	East Air L	22-1/2	Mobil Oil	42-1/2	Stand Brand	37-3/4	Alum Inc	35-5/8
Anaconda	43-1/4	Eastman	135-1/4	Mont Ward	23-7/8	Studebaker	40-3/8	Ark La Gas	38-1/4
Armour	38-3/8	Electron Spe	27-3/4	Nat Cash R	103-3/8	Swift	26	Brit Am Oil	—
Atlan Rich	101-1/4	Ford	47-3/4	Nat Dist	39-3/4	Tech Mat	11	Brit Pet	8-1/2
Atlas Corp	5	Gen Ele	89-1/8	Nat Lead	60-1/8	Texaco	75-1/4	Creole P	35
Balt Ohio	—	Gen Foods	69-1/4	Otis Elev	49-1/4	Texas Gulf	73-1/4	Repsy Mfg	19-1/2
Bendix	37-5/8	Gen Motors	77-5/8	Pac G El	32-3/4	Textron	42-3/4	Giant Yell	14-1/4
Beth Stl	29-1/4	Gillete	47	Pan Am	20	Timken	35-1/2	Home Oil A	18-3/4
Can Pac	40	Goodyear	97-1/3	Paramount	37-3/8	Un Carbide	42	Husky	17-3/4
Case J I	14-1/3	Grace W R	33-3/8	Penn N Y CEN	54-1/8	Union Pacific	38-3/4	Norf So Ry	40-1/40
Cerro	43-3/4	IBM	573	Philips P	31-5/8	United Aircr	60-1/4	Seaman	10
Ches & Oh	62-1/4	Int Harv	31-3/4	Pub S E G	45-5/8	Utd Fruit	46-3/8	Syntex	75-5/8

MERCADORIAS

CAFÉ-RIO

O mercado de café permaneceu ontem sustentado, com o tipo 7, safra 67/68, cotado ao preço de NCr$ 5,50 a saca de 60 quilos. Não foram registradas vendas e o mercado está estável.

AÇÚCAR-RIO

Funcionou firme o mercado de açúcar chegando 2 550 sacos do Estado do Rio e vendidas 10 000, permanecendo em estoque 35 445 sacos. O mercado permanece estável.

ALGODÃO

O mercado de algodão em rama manteve-se firme e inalterado, tendo chegado 106 fardos de São Paulo e 03 fardos de Minas Gerais, num total de 139 fardos, saíram 200 e permaneceu em estoque 1 [illegible] fardos. Mercado firme.

CEREAIS E DIVERSOS

São êstes os preços no mercado atacadista nas praças do Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Pôrto Alegre, segundo dados fornecidos pelo SIMA — Ministério da Agricultura — Departamento Econômico — Serviço de Informação do Mercado Agrícola (Convênios MA-USAID/CONTAP/ETA).

COTAÇÕES DO DIA:

PRODUTOS	14/3/1968 GUANABARA	14/3/1968 SÃO PAULO	14/3/1968 MINAS	14/3/1968 PARANÁ	14/3/1968 R. G. DO SUL
ARROZ (Sc. 60 quilos)	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.
Amarelão Especial	42,00 a 43,00	37,00 a 41,00	x x x	33,00	39,00 a 41,00
Agulha Especial	35,00 a 39,00	35,00 a 38,50	39,00 a 40,00	x x x	x x x
Blue-Rose Especial	39,00 a 40,00	37,00 a 38,00	38,00	x x x	34,00 a 38,00
FEIJÃO (Sc. 60 quilos)	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.
Jalo	31,00 a 32,00	36,00 a 37,50	33,00 a 34,00	19,00 a 20,00	30,00 a 31,00
Prêto	20,00 a 21,00	19,00 a 21,00	23,00 a 25,00	17,00 a 18,00	19,00 a 20,00
Mulatinho	24,00 a 25,00	19,00 a 21,50	23,00 a 25,00	15,00 a 16,00	x x x
FARINHA DE MANDIOCA (50 kg)	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.	x x x	merc. estav.
Fina e Grossa	12,50 a 13,00	11,00 a 12,00	15,00 a 16,00	x x x	11,00 a 12,00
OVOS (Cx. 30 dz.)	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.	merc. firme	merc. estav.
Grande	32,00 a 33,00	33,50	34,00 a 35,00	37,00	33,00 a 34,00
Médio	31,00 a 32,00	32,50	32,00 a 33,00	36,00	32,00 a 33,00
AVES (p/quilo)	merc. estav.	merc. estav.	merc. firme	x x x	merc. estav.
Vivas	1,50 a 1,80	1,35 a 1,55	1,40	x x x	1,40 a 1,50
MILHO (Sc. 60 quilos)	merc. estav.	merc. fraco	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.
Amarelo mesclado	8,00 a 8,50	7,00 7,30	9,50 a 10,00	7,00 a 7,20	9,50 a 10,00
Amarelo híbrido	9,00 a 9,50	8,40 a 8,50	9,50 a 10,00	7,50 a 7,80	x x x
BATATA (Sc. 60 quilos)	merc. estav.	merc. firme	merc. estáv.	merc. estav.	merc. estav.
Comum 1.ª	5,00 a 7,00	3,00 a 6,00	6,00 a 7,00	x x x	x x x
Comum especial	7,00 a 10,00	6,00 a 9,00	8,00 a 10,00	3,00 a 8,00	12,00 a 15,00
TOMATE (Cx. 25 quilos)	merc. firme	merc. fraco	merc. firme	merc. fraco	merc. estav.
Extra	6,00 a 8,00	8,00 a 10,00	7,00 a 9,00	8,00 a 10,00	10,00 a 11,00
Especial	4,00 a 6,00	6,00 a 8,00	5,00 a 7,00	5,00 a 9,00	7,50 a 8,00
LIMÃO (Cx.)	merc. estav.	merc. firme	merc. fraco	merc. estav.	merc. estav.
Galego	2,00	2,00 a 6,00	5,00 a 5,50	8,00 a 10,00	7,00 a 8,00
BOVINOS (Carne — p/ quilo)	merc. estav.	x x x	merc. estav.	merc. estav.	merc. estav.
Traseiro	1,70 a 1,75	x x x	1,36	1,65 a 1,70	1,50 a 1,60
Dianteiro	0,95 a 1,00	x x x	1,05	1,10 a 1,15	0,95 a 1,00

PEIXES (p/ quilo) — COTAÇÕES DO PESCADO — RIO DE JANEIRO — GB

Xerelete	0,56	Enchova	0,81	Badejo	2,23	Maria-mole	0,85
Garoupa	1,63	Goete	0,34	Camarão VG	6,73	Batata	1,26
Pescadinha A 21	0,57	Namorado	2,25	Corvina	0,47	Camarão 7-B	1,21

Galvêas confirma propósito do Govêrno de fortalecer ações

O Presidente do Banco Central, Sr. Ernane Galvêas, falando ontem na Associação dos Diretores de Emprêsas de Crédito, Financiamento e Investimento — ADECIF — reafirmou o propósito governamental de fortalecer cada vez mais o mercado de capitais e de ações, em particular, não apenas mantendo os atuais incentivos fiscais, mas adotando, também outras medidas de estímulo, várias das quais já em adiantada fase de estudos.

O fechamento das Bôlsas de Valôres por 72 horas, diante do veto do Senado, ao Decreto 341, que prorrogava por mais um exercício o Decreto 238, provocou, apenas na Bôlsa do Rio uma queda de movimento de 6 milhões de cruzeiros novos durante os três dias, enquanto os corretores deixaram de faturar em corretagens, por não terem realizado nenhuma operação, cêrca de NCr$ 90 mil.

DESENTROSAMENTO

Brasília (Sucursal) — O Senador Aurélio Viana (MDB-Guanabara), explicou, ontem, no Senado, que a derrubada de Decretos-Leis, ou a derrota do Executivo em outras proposições ocorridas naquela Casa não constituem, de forma alguma, vitória da Oposição, e sim, resultado do completo desentrosamento do Govêrno com a Câmara Alta.

O líder da Oposição condenou como inábil, o recurso a Decretos-Leis por razões diversas, adiantando que o Executivo tem deixado de fornecer esclarecimenots indispensáveis para a compreensão de propostas, às vêzes de importância, forçando o Senado a recusá-las, para não aprová-las inconscientemente.

PERPLEXIDADE

No Rio, ainda continuava ontem a perplexidade nos meios empresariais diante do ocorrido no Senado. No seu entender, a rejeição do Decreto 341, por 32 votos contra 8, cinco minutos depois do mesmo ter sido aprovado por unanimidade e com o parecer favorável de tôdas as Comissões competentes, só porque um Senador pediu verificação de votos por achar a matéria muito importante "para ser votada dêsse jeito", parece provar que, quando o assunto não provoca um interêsse determinado, é tramitado de qualquer jeito.

Espantou ainda os empresários o fato de que um ou vários parlamentares possam se pronunciar dizendo que uma matéria em estudo prejudica ou não determinada região sem nenhum conhecimento de causa. Foi êsse o caso do Decreto 341, rejeitado sob a alegação de que o desconto de 5% no Impôsto de Renda permitido às pessoas jurídicas prejudicava os incentivos da SUDENE e SUDAM, quando ambos favores fiscais são acumulativos.

Inclusive, conforme enfatizou ontem o empresário financeiro Veiga de Freitas, o efeito foi contrário ao alegado pelo Senado — e por isso muito mais grave — porque, na realidade, prejudicou também as emprêsas do próprio Nordeste, que já estão recebendo os benefícios da captação de recursos do Decreto-Lei 157 e 238 — referentes, respectivamente às pessoas físicas e às jurídicas — que os legisladores pensavam defender.

SEM ALTERAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente Jurídica da ADECIF, Sr. Bellini Cunha explicou ainda que o fato de o Senado não ter aprovado o Decreto 341, não afeta a faculdade legal que a pessoa física tem de deduzir 10% do seu Impôsto de Renda para aplicação, através de instituições financeiras, no mercado de ações, de acôrdo com o Decreto 157.

— O Decreto rejeitado, de n.º 341, prosseguiu, estendia para o exercício de 1968, a faculdade concedida pelo Decreto 238 — que reduziu para a pessoa jurídica o abatimento de 10 para 5% e permitiu o abatimento para as pessoas jurídicas de 5% do Impôsto de Renda apenas para o exercício de 1967.

QUESTÃO FECHADA

Durante o encontro tido ontem com empresários financeiros, o Presidente do Banco Central, referindo-se à rejeição do Decreto pelo Senado, disse que os incentivos que se pretendia fôssem prorrogados o serão de qualquer forma, pois o Govêrno fechou a questão com relação a êsse assunto, que deverá ser aprovado pacificamente quando o Congresso examinar o Projeto 1 030, em cujo texto foi incluído emenda solicitando novamente a prorrogação.

Ressaltou, no entanto, o Sr. Ernane Galvêas, que a decisão do Senado serviu como teste à verificação da importância do mercado de capitais, despertando a consciência da opinião pública a respeito. Afirmou ainda que o desenvolvimento do mercado de capitais é essencial para o desenvolvimento nacional e que para isso o Govêrno está disposto a conceder o maior número possível de incentivos.

PARADOXO GROTESCO

Depois de apoiar "como a medida mais acertada" o fechamento das Bôlsas de Valôres, o Presidente da Associação Brasileira dos Investidores nas Bôlsas de Valores, Sr. Irineu Dultra, condenou a atitude do Senado por ter provocado prejuízos insanáveis, por servir, o movimento diário das Bôlsas, de aval para investimentos internacionais, privados e oficiais e transações entre governos.

— No momento em que o Govêrno se prepara para festejar seu primeiro aniversário, afirmou, e pretende reestimular o desenvolvimento, "é um grotesco paradoxo que se frature o mercado de capitais, provocando com a sangria do capital de giro o aviltamento dos preços das ações, e desinterêsse dos investidores e a conseqüente ascensão de juros extorsivos.

O Presidente da Bôlsa do Rio, Sr. Marcelo Leite Barbosa, depois de reafirmar sua esperança de que a emenda apresentada pelo Govêrno para permitir a prorrogação dos incentivos às pessoas jurídicas para 1968 venha a ser aprovada dentro de breve prazo, informou acreditar que as Bôlsas reabram na próxima segunda-feira com a maior normalidade, não achando que se verifique nenhuma baixa significativa na cotação das ações "pois o público já foi bastante esclarecido sôbre os efeitos reais e temos ainda a palavra do Govêrno de que tudo será normalizado".

Na Bôlsa do Rio, tomando por base o movimento diário que é, em média, de NCr$ 1 milhão, num sentido, os três dias de fechamento impediram um movimento em dinheiro superior a NCr$ 6 milhões. Tomando por base a corretagem cobrada pelos corretores apenas nas operações de compra, que é de 1,5%, as Sociedades Corretoras deixaram de ter um movimento em dinheiro que seria superior a NCr$ 90 mil.

TRANQUILIDADE

São Paulo (Sucursal) — O Presidente da Bôlsa de Valôres de São Paulo, Sr. João Osório Germano, informou ontem que a entidade reabrirá segunda-feira próxima os pregões de ações e de outros títulos particulares "pois a ação firme do Govêrno, que decidiu não recuar na questão criada pela rejeição do Decreto 341, assegura o clima de tranqüilidade necessário ao desenvolvimento normal do mercado de capitais".

Entende ainda o Sr. João Osório Germano que o público investidor terá tido bastante tempo para acompanhar o desenvolvimento da questão, através do noticiário da imprensa "podendo se certificar que tudo não passou de uma falha lamentável do Senado, decorrente de uma falta de orientação sôbre o assunto, e de que não há razão para pânico e nem motivo para especulações".

SEM PERDAS

O Presidente da Bôlsa de São Paulo explicou que ninguém, nem a Bôlsa, nem os corretores e nem os investidores, perderá com a paralisação dos pregões durante os três dias. Acrescentou que a Bôlsa deixará de arrecadar cêrca de NCr$ 60 mil, correspondentes a emolumentos da ordem de 3% cobrados dos corretores sôbre o movimento das corretagens, o que é insignificante diante do orçamento anual que é de ... NCr$ 1 milhão e 800 mil.

Leia Editorial "Desvio Regionalista"

COMUNICADO

HOTÉIS REUNIDOS S. A. "HORSA"

Comunicamos às Pessoas Jurídicas contribuintes do Impôsto de Renda que antes de resolver optar por qualquer empreendimento aprovado pela EMBRATUR, com depósito no Banco do Brasil, consulte-nos como aplicar os seus 50 por cento do Impôsto de Renda em projetos de nossa emprêsa — HOTÉIS REUNIDOS S.A. "HORSA" — proprietária dos Hotéis: em São Paulo, Jaraguá, Excelsior, Marabá, Excelsior Apartamentos; Brasília, Nacional-Brasília — dos maiores e melhores da América do Sul; Rio de Janeiro, Excelsior-Copacabana; Belo Horizonte, Del Rey; Belém-Pará, Excelsior Grão Pará, perfazendo um total de 1.500 apartamentos em pleno funcionamento. Existindo há mais de 26 anos, com resultados satisfatórios, a firma possui o capital integralizado de NCr$ 16.300.000,00 (dezesseis milhões e trezentos mil cruzeiros novos).

Os novos projetos de Hotéis Reunidos S.A. "Horsa", já aceitos pela EMBRATUR estão localizados: no Rio de Janeiro, na mais linda praia, a futura "Cote D'Azur" brasileira, ao lado do Gavea Golf Club, com 700 apartamentos, auditórios, cinemas, restaurantes e serviços complementares de hotel internacional de primeira categoria, sendo o projeto arquitetônico do Dr. Oscar Niemeyer; em São Paulo, construção já iniciada, hotel de 400 apartamentos, com modernas e luxuosas instalações, projeto do Dr. Giancarlo Palanti; em Recife, na Praia da Boa Viagem, hotel com mais de 300 apartamentos, da mesma categoria internacional, sendo arquiteto o Dr. Paulo Gustavo da Cunha; na Bahia, no local mais lindo de Salvador — Ondina — hotel com mais de 300 apartamentos, com identicas instalações de estabelecimento de primeira categoria, com projeto do Dr. Gilberbet Chaves, além dos outros projetos em andamento em Porto Alegre, Manaus e Fóz do Iguaçú.

Em nossa Companhia, a sua aplicação valerá milhões. Convém aplicar bem, tomando cuidado não prejudica ninguém.

Maiores informes e detalhes, em São Paulo, Avenida Paulista n.º 2073 — Conjunto Nacional — Telefones 34-9634, 80-6161, 35-6285, 80-2181 ou 36-1738. Caixa Postal n.º 22.001.

HOTÉIS REUNIDOS S. A. "HORSA"
JOSÉ TJURS
PRESIDENTE

Govêrno vai controlar títulos estaduais

O Sr. Ernane Galvêas revelou ontem que já se acha formulado, recebendo os últimos retoques no Ministério da Fazenda, um projeto de lei, instituindo contrôle federal sôbre os títulos públicos estaduais, conforme é previsto na Constituição Federal.

Adiantou que o contrôle será feito sôbre o montante das emissões e sôbre as taxas de rendimento a serem oferecidas por êstes títulos, sendo as cautelas do Govêrno voltadas para a preservação do prestígio dos papéis da dívida pública e para a manutenção da normalidade do mercado de capitais.

O contrôle sôbre as emissões de títulos terá como referência as arrecadações tributárias dos Estados emissôres. Admite-se que um Estado que possua meios de arrecadação tenha, não apenas maiores necessidades de investimento, como maior possibilidade de saldar a dívida pública.

Quanto às taxas de rendimento, espera o Govêrno limitá-las ao nível das que são oferecidas pelas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Belo Horizonte (Sucursal) — Embora o mercado de valôres esteja totalmente paralizado em face da rejeição pelo Senado do Decreto-Lei número 341, que prorroga incentivos fiscais ao mercado de capitais, os meios financeiros desta Capital confiam em que na segunda-feira próxima a queda que haverá na Bôlsa de Valôres de Minas não será tão forte como se esperava inicialmente, por causa dos novos estímulos anunciados pelo Ministro da Fazenda.

Ontem pela manhã, o Presidente da Associação Mineira das Emprêsas de Crédito Investimento e Financiamento, Sr. Antônio Brandão Rodrigues, se comunicou com o Ministro Delfim Neto manifestando "a [illegible] dos financeiros de Minas com a atitude do Senado, que constitui um atentado contra o que de melhor se tem realizado dentro do mercado financeiro para democratizar o capital das emprêsas privadas."

SITUAÇÃO

O Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bôlsa de Valôres de Minas Gerais (que permanecerá fechada) Sr. Rui Laje, informou que "os negócios estão totalmente paralisados, com o mercado sendo [illegible] vendedor mas sem que surja um único comprador. Apesar de o Senado ter tomado uma atitude estranha, confiamos em que as autoridades monetárias encontrarão outros incentivos que possam compensar os oferecidos pelo Decreto 157. O fato é que a situação atual não pode perdurar."

O corretor Geraldo Corrêa Filho confirma a paralisação dos negócios mas, como o Sr. Rui Laje, acredita que no pregão da Bôlsa de Valores de segunda-feira próxima, a queda prevista inicialmente face ao impacto provocado pela atitude do Senado, não será tão grande.

FINANCIAMENTO, CRÉDITO E INVESTIMENTO — FICREI S/A.

FICREI S.A.

Rua Dr. Bozano, 1302 - Santa Maria - RS

Carta de Autorização n.º 164, de 16 de dezembro de 1963 — C. G. C. n.º 95.592.887/1 —

AGENTE FINANCEIRO DO FINAME

Agência de Pôrto Alegre: Av. Borges de Medeiros, 328 — 1.º andar — Conj. 14/15 — Fones: 4-31-18 e 4-08-03
Agência de São Paulo: Rua Dom José de Barros, 177 — 7.º andar — Fone: 35-34-90
Correspondente Particular na Guanabara: Av. Presidente Vargas, 590 — 13.º andar — Fone: 23-0430

BALANCETE REALIZADO EM 05 DE MARÇO DE 1968

ATIVO	NCr$
Caixa e Bancos	1.153.163,17
Depósito em Dinheiro à Ordem do Banco Central do Brasil - Circular n.º 59	146.044,47
Devedores por Responsabilidades Cambiais	21.793.092,64
Financiamento Direto ao Consumidor	6.472.165,36
Refinanciamento de Vendas a Prestação	2.627.075,41
Títulos Mobiliários	1.425.066,88
Títulos Descontados e Negociados	1.236.406,34
Devedores por Refinanciamento - FINAME	919.669,08
Outros Créditos	632.816,78
Investimentos	373.967,12
Acionistas C/Capital a Realizar	166.104,00
Banco do Brasil S/A - Depósitos Legais	128.602,49
Imóveis de Uso da Cia., Móveis, Material de Expediente, etc.	820.907,85
Contas de Resultados	289.690,62
Contas de Compensação	74.205.906,92
Total	112.390.679,13

PASSIVO	NCr$
Capital	4.000.000,00
Reservas	914.007,43
Aceites Cambiais	29.785.907,49
Refinanciamento - FINAME	1.356.536,51
Títulos a Pagar, Credores Diversos e Impostos	717.328,60
Investidores	663.441,91
Dividendos a Pagar	100.999,48
Bonificações dos Acionistas a Pagar	79.928,82
Correção Monetária a Pagar	17.497,48
Contas de Resultados	549.124,49
Contas de Compensação	74.205.906,92
Total	112.390.679,13

DR. ARNALDO RÉQUIA
CYRINEU JOSÉ DA ROCHA
Diretores

ERLY LOPES DO NASCIMENTO
Técnico em Contabilidade
CRC.RS. 8470

EMPRÊSA FILIADA À Adecif

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EMMANUEL WHITAKER - Presidente
ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS
B. BOYD BURNQUIST
PLINIO ANTONIO LION SALLES SOUTO
SÉRGIO PINHO MELLÃO
JEAN GUICHENEY
ANTONIO SOBRAL JR.
DÉCIO RALSTON DA FONSECA
SEBASTIÃO FERRAZ DE CAMARGO PENTEADO
WALDEMAR ALBINO GEHLEN
NICCOLÓ CAISSOTTI DI CHIUSANO
MASAO MORI

ACIONISTAS

BANCA NAZIONALE DEL LAVORO, representado pelo THE ITALIAN ECONOMIC CORPORATION
BANCO ANDRADE ARNAUD S.A.
BANCO BRASUL DE SÃO PAULO S.A.
BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A. (associado ao CRÉDIT LYONNAIS)
BANCO GERAL DO COMÉRCIO S.A.
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO SUL S.A.
DEUTSCHE BANK, representado pelo BANCO ALEMÃO TRANSATLÂNTICO
FIRST NATIONAL CITY BANK
HILL, SAMUEL & CO. LTD.
LION S.A. - Empreendimentos, Administração e Comércio
NEGEPAR S.A. - Participação e Gerência de Negócios
THE FUJI BANK LTD.
UNION DE BANQUES SUISSES

INVESTBANCO

Banco de Investimento e Desenvolvimento Industrial S.A.

Rua Libero Badaró, 293 - 17.º andar — conjunto 17-B — Telefones: 36-6311 e 36-6312 - Caixa Postal 8885 - SÃO PAULO - S.P

BALANCETE ENCERRADO EM 05 DE MARÇO DE 1968

OPERAÇÕES INICIADAS EM 27-04-1967

C.F. N.º A-67349 de 17-3-67 — INÍCIO DAS OPERAÇÕES EM 27/4/1967 — C.G.C. Insc. N.º 61.033.106

ATIVO		
DISPONÍVEL		
Caixa	38.645,92	
Depósitos em Bancos	1.336.026,64	1.374.672,56
REALIZÁVEL		
Devedores p/ Responsabilidades Cambiais c/ Correção	20.101.875,00	
Devedores p/ Responsabilidades — FINAME —	312.571,07	
Repasse de Empréstimos Obtidos no Exterior c/ Paridade Cambial	7.371.851,58	
Financiamentos	33.702.948,60	
Títulos e Valôres Mobiliários	5.298.059,61	
Banco Central do Brasil — Depósito referente Aumento de Capital — Lei 4.595/64	2.325.000,00	
Capital a Realizar	2.675.000,00	
Outros Créditos	91.152,47	[illegible]
IMOBILIZADO		
Móveis e Utensílios	172.393,79	
Instalações	34.500,14	
Amortização	22.333,60	229.227,53
PENDENTES		
Contas de Resultados		4.515.122,73
SUB-TOTAL		78.000.714,20
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Ações Caucionadas	2.000,00	
Valores em Garantia	128.699.302,52	
Mandatários p/ Cobrança	1.800.167,63	
Beneficiários p/ Garantias Prestadas	2.487.048,00	
Valores em Cobrança	71.448,02	
Depositários de Valores em Custódia	1.869.259,00	
Fundo de Investimento Investbanco — Decreto-Lei 157	7.304.747,05	142.234.042,22
TOTAL		220.234.756,42

PASSIVO			
NÃO EXIGÍVEL			
Capital			
Residentes no País	1.750.000,00		
Residentes no Exterior	3.250.000,00	5.000.000,00	
Aumento de Capital		5.000.000,00	
SUB-TOTAL		10.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		14.645,45	
Fundo de Amortização		12.712,86	10.027.357,31
EXIGÍVEL			
Aceites Cambiais c/ Correção		20.101.875,00	
Títulos Cambiais c/ Correção		1.041.000,00	
Refinanciamentos — FINAME —		312.571,07	
Empréstimos Obtidos no Exterior c/ Paridade Cambial		7.371.851,58	
Depósitos a Prazo Fixo c/ Correção		32.329.301,00	
Outras Responsabilidades		642.395,06	62.299.073,71
PENDENTES			
Contas de Resultados			5.674.283,18
SUB-TOTAL			78.000.714,20
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Caução da Diretoria		2.000,00	
Depositantes de Valores em Garantia		130.499.540,17	
Responsabilidades p/ Garantias Prestadas		2.487.048,00	
Depositantes de Valores em Cobrança		71.448,02	
Valores Depositados à Nossa Ordem		1.869.259,00	
Fundo de Investimento Investbanco — Decreto-Lei 157		7.304.747,05	142.234.042,22
TOTAL			220.234.756,42

São Paulo, 06 de Março de 1968

DIRETORIA EXECUTIVA: ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS - Presidente • B. BOYD BURNQUIST - Diretor Vice-Presidente • JEAN GUICHENEY - Diretor Vice-Presidente • PLINIO ANTONIO LION SALLES SOUTO - Diretor Vice-Presidente • SÉRGIO PINHO MELLÃO - Diretor Vice-Presidente • EDMAR DE SOUZA - Diretor • JOÃO BAPTISTA DE CARVALHO ATHAYDE - Diretor • ANTONIO DE ABREU COUTINHO - Diretor

LEOPOLDO GUIMARÃES BARÇANTE - controlador - CRC - M.G. - 8041 - T.S.P. - 277

Febre do ouro ou guerra de nervos

Joseph W. Grigg

Londres (UPI-JB) — A grande corrida do ouro contra o dolar tornou-se uma guerra de nervos total entre os especuladores e o Govêrno dos EUA.

Washington tem feito repetidos compromissos solenes de manter o preço do ouro a 35 dólares a onça, como acontece há 34 anos. A reunião dos mais importantes banqueiros do Ocidente em Basiléia, Suíça, no último fim de semana, prometeu apoiar esta decisão.

Mas os especuladores internacionais estão apostando contra a capacidade de Washington em cumprir a promessa. Se os EUA cederem diante da atual pressão e aumentarem os preços de compra e venda de ouro ou suspenderem simplesmente, suas vendas de ouro, os especuladores que estão comprando ouro agora a 35 dólares a onça, ou pouco mais, deverão obter gordos lucros.

Nestas condições, a grande interrogação é: Quem tem nervos mais fortes e quem pode agüentar mais?

Antes de tudo, quem são os especuladores?

Eles variam de govêrnos a bancos, de xeques do Oriente Médio a camponeses franceses, que transformam suas economias em ouro e o guardam em meias, escondidas nas chaminés ou debaixo dos travesseiros.

Sete governos estão firmemente comprometidos em tentar coibir os especuladores. São membros do pool internacional do ouro. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Holanda, a Alemanha Ocidental, a Suíça e a Itália.

A França retirou-se do pool no ano passado. Muitos países menores, que atualmente mantêm suas reservas em dólares, talvez sejam tentados a trocá-los por ouro agora. A Algéria é um exemplo disto.

Os bancos mercantis da Europa Ocidental e do Oriente Médio estão indubitàvelmente empenhados na grande corrida aquisitiva de ouro. Este é também o caso de aguns xeques do Oriente Médio — milionários de petróleo — que obtêm regularmente gordos lucros com o contrabando de ouro para a Índia — onde é ilegal a importação — e de drogas da Ásia para a Europa.

Finalmente, há "os pequeninos — os camponeses franceses e de outros países europeus, que nunca confiaram no papel-moeda e, tradicionalmente, preferem as moedas de ouro. Êles vêm comprando mais ouro, aumentando os seus estoques particulares.

O que podem fazer os EUA para acabar com a corrida?

A êste respeito, dividem-se as opiniões dos financistas. Mas todos concordam num ponto: declarações não bastam, devendo ser tomadas medidas drásticas já.

Muitos financistas aqui acreditam que a ação com maiores possibilidades de êxito seria a aprovação rápida pelo Congresso da lei de aumento de impostos, solicitada por Johnson.

Os editôres econômicos do autorizado London Financial Times disseram que "isto representaria o gesto mais poderoso de todos".

Outra possibilidade sugerida aqui é de que todos os membros do pool deveriam comprometer-se a utilizar sua reserva comum de 25 bilhões de dólares na defesa do dólar. Se êles concordariam com isto, é outra questão.

Os EUA — acredita-se aqui — poderiam continuar a vender ouro até a última onça de suas reservas em defesa de sua política. Mas os especialistas concordam em que não há garantia de que tais reservas — agora da ordem de 12 bilhões — serão suficientes.

A alternativa mais simples — dizem os especialistas — seria aumentar o preço do ouro para mais de 35 dólares, ou até mesmo duplicá-lo.

Mas isto equivaleria a uma desvalorização, sendo politicamente difícil num ano eleitoral. Representaria também uma vitória para os especuladores, e um lucro tremendo para os soviéticos, que são uns dos maiores produtores de ouro do mundo.

Outra possibilidade — sugere-se — seria Washington suspender a venda e a compra de ouro, deixando que o metal encontrasse o seu próprio preço no mercado livre. Mas isto poderia determinar um verdadeiro caos no sistema monetário mundial.

Todos concordam, porém, em que, a menos que os EUA ajam a guerra de nervos ficará mais tensa e os riscos maiores.

Corrida do ouro causa pânico financeiro no mercado mundial

Londres, Paris, Washington, Genebra, Zurique (UPI-AFP-JB) — A onda de compras de ouro atingiu ontem proporções de pânico financeiro, precipitando-se com uma intensidade sem paralelo na história dos principais mercados monetários do mundo, desde Londres até Hong-Kong, e que provocou nova queda da libra esterlina, enquanto Washington nega que a desvalorização do dolar seja iminente.

O jornal **London Evening Standard** disse em editorial que "o mundo enfrenta a crise financeira mais séria desde a Segunda Guerra Mundial". Acrescentou que em situação tão desesperada e confusa, o mundo busca algo mais positivo do que as garantias da manutenção do preço do ouro em 35 dólares a onça, mantido há 34 anos. Advertiu que, sem uma rápida ação, ruirá tôda a estrutura financeira do mundo.

As transações

Em Londres, os funcionários do mercado oficial de ouro classificaram de frenética a atual onda de compras, calculando que 200 toneladas — possìvelmente mais — foram para as mãos dos especuladores. Acrescentaram que a atividade do dia parece ter superado todos os recordes conhecidos.

Tanto em Londres como em outros centros, os negociantes tiveram de fechar suas portas para conter a afluência de pedidos e normalizar o ritmo crescente dos processos burocráticos.

Em Paris, as transações alcançaram a soma sem precedentes de 263,2 milhões de francos, e 45 toneladas de metal em barras, e lingotes mudaram de mãos em menos de meia hora. Negociaram-se também 150 000 peças de ouro de US$ 20,00.

Normalmente, as operações em relação ao ouro oscilam em Paris entre 3 e 4 milhões de francos. Ao mesmo tempo, o lingote de um quilo foi negociado ao preço inigualado de 5 700 francos, contra 5 640 francos na véspera. Tanto em Londres como em Paris as sessões da Bôlsa tiveram de ser prorrogadas devido a uma demanda excepcional.

Ação nos EUA

Aumentaram ontem as possibilidades de ser adotado pelo Senado norte-americano o projeto de lei relativo à supressão da cobertura-ouro do dólar, ao serem rejeitadas por grande maioria duas emendas ao mesmo projeto. A primeira, rejeitada por 64 votos contra 17, queria que a cobertura não fôsse suprimida até que o Orçamento Federal estivesse equilibrado.

A segunda rejeitada por 64 votos contra 18, pretendia condicionar a supressão à adoção do aumento da sobretaxa fiscal de 10 por cento pedido pelo Govêrno e a uma redução das despesas federais. A votação de outras emendas prosseguiu madrugada adentro, sem se ter idéia até ao primeiro minuto de hoje sôbre o momento da votação final.

Melhor arma

Os meios financeiros londrinos manifestaram uma crescente impaciência em face do imobilismo das autoridades norte-americanas para deter a especulação mundial sôbre o ouro. Esta declaração feita pelo Secretário norte-americano do Tesouro Henry Fowler, ante à Comissão Senatorial de Finanças, em Washington, não bastará para atalhar a especulação apesar de seu caráter positivo, segundo interpretam os peritos.

Fowler reclamou do Congresso a adoção de uma sobretaxa fiscal sôbre os impostos antes de 30 dias, sobretaxa solicitada já desde o verão passado pelo Govêrno de Washington. Do ponto-de-vista britânico, a sobretaxa de 10 por cento é a arma que melhor corresponde à crise atual. Considera, porém, que o prazo de 30 dias dado por Fowler ao Congresso para sancioná-lo é muito assombroso. "Desejar-se-ia aqui uma ação mais enérgica do Govêrno norte-americano, e o mais ràpidamente possível, no plano monetário", disseram em Londres.

Para a Grã-Bretanha seria muito prejudicial que o pânico atual nos mercados mundiais do ouro se prolongue além do próximo fim de semana.

Interpretações

Em Zurique, um dos mercados europeus mais importantes, prosseguiu a atividade febril e as vendas tiveram de ser interrompidas até hoje, em conseqüência da impossibilidade de os bancos satisfazerem à procura.

Os corretores de Zurique, Hong-Kong, Tóquio e Johanesburgo também empregaram têrmos como frenético, fantástico e pânico para descrever o ritmo de compras.

Em Amsterdã, o jornal financeiro **Het Dagblad** pede uma ação concreta para fortalecer o dólar. Um banqueiro suíço declarou em Zurique que os "acontecimentos pressagiam uma confrontação com os Estados Unidos a respeito do ouro e sua relação com o dólar".

Enquanto isso, os EUA continuam negando que seja iminente a desvalorização do dólar. Funcionários do Departamento do Tesouro reiteraram que os EUA não pretendem aumentar o preço do ouro, mantido há 34 anos a 35 dólares a onça, pois o aumento equivaleria à desvalorização da moeda norte-americana.

Queda da libra

A gigantesca demanda de ouro atingiu cifras máximas imediatamente depois da abertura do mercado londrino e em nenhum momento cedeu no resto do dia. O preço, ao fechamento do mercado, era de 35,20 comprador e 35,25 vendedor, o mesmo nível de anteontem, considerado o mais elevado em sete ou oito anos.

A febre do ouro teve também efeitos pronunciados sôbre a libra esterlina, que caiu novamente a seu nível mais baixo em relação ao dólar. Nas primeiras operações o esterlino foi cotado a 2,38-31/33 e finalmente fechou a 2,39, um centavo aquém da paridade de 2,00 e com perda de 7/16 do centavo no dia.

Simultâneamente o dólar se viu sob forte pressão nos centros continentais, apesar de algumas tentativas da Alemanha Ocidental para fortalecê-lo. Em Paris, os especuladores agiram abertamente, impulsionados pela crença de que o dólar norte-americano será desvalorizado e que o preço do ouro subirá a níveis mais altos.

Isto representaria uma grande vitória para o Presidente francês Charles De Gaulle, crítico renitente do papel desempenhado pelo dólar e pelo esterlino como moedas de reserva. De todos os governantes do Ocidente, sòmente De Gaulle vem exigindo a volta ao padrão-ouro nas operações internacionais, em vez do emprêgo de dólares ou libras esterlinas.

O Banco da França vem acumulando ouro à espera dêsse dia e do colapso do preço atual de 35 dólares a onça, que lhe traria enorme lucro.

Em Milão, a tensão aumentou também e a escassez de lingotes obrigou os comissionistas a aceitar ordens para entrega dentro, apenas, de várias semanas.

A corrida se estendeu ao tradicionalmente calmo mercado de Roma, onde os comissionistas começaram a rejeitar os pedidos em meados da semana, enquanto que, em Bruxelas, os vendedores aceitaram apenas os pedidos para entrega dentro de oito ou dez dias.

Na Capital britânica, o preço oficial do **pool** do ouro foi aumentado em 1/8 de centavo, fixado ao máximo em 35 dólares e 19 7/8 centavos por onça. Os cinco bancos que alimentam o mercado livre mantiveram seu preço de venda a 35 dólares e 25 centavos pelo segundo dia consecutivo, ou seja, o mais elevado desde a crise dos foguetes de Cuba.

Em Bruxelas, o lingote de um quilo foi vendido a 59 500 francos mais do que na véspera. A febre do mercado londrino provocou compras sem precedentes, inclusive em Hong-Kong. O preço local passou de 292,50 dólares de Hong-Kong a 305,50 dólares US (o dólar US vale seis dólares HK) por uma onça e um quarto.

Os círculos especializados europeus temem que, se a administração norte-americana não tomar medidas enérgicas imediatas, a especulação se acentuará ainda mais hoje, véspera do fim de semana.

Delfim acompanha crise e analisa

A corrida ao ouro nas principais praças financeiras do mundo e seus eventuais reflexos em relação ao dólar levaram ontem o Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Neto, a divulgar nota oficial, comunicando que "acompanhava os acontecimentos e igualmente vem mantendo informado o Presidente da República, tendo em vista as conseqüências de uma possível evolução do problema".

A Assessoria do Ministro disse ignorar o fato de que um emissário do Govêrno norte-americano teria mantido gestões com as autoridades monetárias em tôrno do problema ouro-dólar, dadas as especulações sôbre o destino que tomaria o valor ao par desta moeda, em que a maior parte dos países ocidentais mantêm suas reservas, sendo que o Brasil detém atualmente em ouro apenas US$ 45 milhões.

As especulações em tôrno do destino do dólar tomaram vulto quando da desvalorização da libra esterlina, que ao lado da moeda norte-americana conservava o papel de moeda de reserva, ou seja: moeda na qual outros países e particulares mantinham seus haveres para efeito de transações internacionais.

Contudo, as reservas em ouro dos Estados Unidos vêm diminuindo consideràvelmente nos últimos dez anos, o que se agravou também como conseqüência dos problemas de balanço de pagamentos dêste país: a rigor, os EUA não têm problema em suas transações comerciais com o resto do mundo, em que usualmente mantêm uma posição superavitária, mesmo os gastos com a ajuda e as despesas militares provocaram um deficit prolongado em seu balanço de pagamentos (resultado do comércio internacional incluindo serviços e o movimento de capitais).

Os dados abaixo, do International Financial Statistics — FMI — mostram a evolução dos haveres em ouro dos Estados Unidos e de outros países ocidentais:

HAVERES EM OURO (bilhões de dólares)

Anos	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967 (*)
EUA	20,5	19,5	17,8	16,9	16,0	15,5	15,4	14,0	13,2	13,1
Europa Industrial	9,2	10,4	12,3	14,0	14,8	16,0	16,8	18,9	19,0	19,0
A. Latina	1,7	1,6	1,3	1,4	1,1	1,1	1,1	1,0	0,9	0,9
Brasil	0,32	0,32	0,28	0,28	0,23	0,15	0,09	0,06	0,04	0,04

(*) Posições em junho de 67.

O BRASIL

O Brasil, segundo o FMI, dispunha em 1962 de US$ 281 milhões em ouro, em 1963, baixou sua posição para US$ 150 milhões, em 64 dispunha de US$ 91 milhões e no quarto trimestre de 1965 US$ 63 milhões.

Segundo o Ministério da Fazenda, as reservas do país em dólares em 31 de dezembro último totalizavam US$ 357,8 milhões, montante êste que aumentou nos últimos meses como conseqüência do movimento de capitais, notadamente o destinado ao financiamento de emprêsas.

No mercado de capitais, uma parte da flutuação dos investidores foi evitada quando as autoridades lançaram Obrigações do Tesouro com cláusula de Correção Monetária ou opcionalmente Correção Cambial, mas a moeda norte-americana continuou a merecer a preferência daquela parcela de investidores que jogava com as garantias oferecidas pela aplicação em um valor de maior liquidez e estabilidade externa.

Ouro para o mal do dólar

Departamento de Pesquisa

Em 132 anos o dólar sofreu uma única desvalorização. Foi em 1934, quando Roosevelt aumentou o preço de uma onça de ouro de US$ 20,67 para US$ 35,00. Em novembro do ano passado, com a queda da libra esterlina, a moeda norte-americana estêve ameaçada pela corrida ao ouro desencadeada nas principais capitais européias. O Ministro das Finanças dos Estados Unidos declarou então que o valor do dólar seria defendido até a última onça de Fort Knox, o depósito da reserva de ouro do país. Comentando essa declaração, o **Financial Times**, de Londres, o mais conhecido jornal especializado em economia do mundo, opinou: "A reavaliação do ouro é inevitável. Os americanos erram ao retardar o momento em que esta medida será adotada. Deveriam fazê-lo antes que as defesas do dólar estejam a níveis tão frágeis que pouca esperança restará para salvar o que quer que seja".

A corrida ao ouro de novembro-dezembro do ano passado acentuou-se a partir de uma entrevista coletiva do General De Gaulle, reafirmando sua opinião sôbre a necessidade da volta do ouro à condição de padrão das transações internacionais, papel desempenhado pelo dólar e pela libra. Em Londres, na semana mais crítica, a venda do ouro chegou a 100 toneladas por dia. Em Paris o mercado registrou 120 milhões de dólares vendidos semanalmente em ouro.

Quando a crise passou, o Departamento do Tesouro revelou o quanto ela custou aos Estados Unidos: só em dezembro o Govêrno norte-americano pôs à disposição dos países do **pool** do ouro US$ 925 milhões. No dia 31 de dezembro de 1967 os estoques de ouro dos Estados Unidos foram calculados em 13 bilhões e 706 milhões de dólares, cifra mais baixa dos últimos três decênios.

No primeiro dia dêste ano o Presidente Johnson anunciou um programa de contenção, para afastar a ameaça de desvalorização do dólar e de agravamento da crise monetária internacional. As medidas principais eram cinco: 1) redução nos investimentos programados para o exterior em pelo menos um bilhão de dólares; 2) redução de 500 milhões de dólares nos empréstimos dos bancos norte-americanos ao estrangeiro; 3) redução das viagens turísticas para fora do país; 4) redução de 500 milhões de dólares nas despesas governamentais no exterior; 5) envio à Europa e Oriente Médio de delegações para discutir novos acôrdos comerciais.

O programa de proteção ao dólar de Johnson foi bem recebido em Wall Street, mas sofreu objeções e críticas na Europa. Otmar Emmingerm, diretor do Banco Federal da Alemanha, afirmou: "A melhor forma e único meio seguro de frear a especulação em tôrno do ouro, e os ataques ao dólar, seria ação enérgica pela melhora da balança de pagamentos dos Estados Unidos".

Alguns analistas viram nessas palavras do financista alemão uma alusão aos gastos militares dos Estados Unidos no exterior, sobretudo com a guerra no Vietname, uma vez que no balanço comercial pròpriamente dito os norte-americanos registram superavits que só têm feito crescer ao longo dos anos.

Fusão entre McCormack e Investing

A City Investing Company, acionista majoritária da emprêsa de maior porte no mundo na produção de tanques de aço para navios, a Rheem Manufacturing Company, acertou as bases de um acôrdo em Nova Iorque para a compra da Moore and McCormack Co. Inc., proprietária de uma das maiores companhias de navegação de bandeira americana, a Moore McCormack Lines, Incorporated.

Os detalhes dessa transação estão sujeitos à aprovação dos diretores e acionistas, bem como ficarão dentro dos limites requeridos pelos principais credores de ambas as partes. A transação prevê oferecimento aos acionistas da M & M de ações ordinárias avaliadas, cada uma, em US$ 32,00.

CREFINAN entre as 25 maiores

A CREFINAN S.A. — Crédito, Financiamento e Investimento — com capital e reservas integralizados de NCr$ .... 2 330 112,26, com um ativo realizável de NCr$ 34 196 912,95 e um disponível da ordem de NCr$ 1 261 090,72 está classificada, segundo balanço encerrado em 31 de dezembro último e publicado na edição de janeiro de 1968 da *Revista Bancária Brasileira*, entre as vinte e cinco maiores instituições do mercado de capitais do País com mais sete emprêsas financeiras e dezessete bancos de investimentos.

Bancos formam rêde nacional

O Banco Aliança do Rio de Janeiro S.A. e o Banco do Comércio de Campina Grande S.A. acabam de se unir, resultando numa organização que cobre todo o território nacional, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas, constituindo uma rêde bancária estratègicamente bem distribuída pelos pontos geográficos irradiadores do desenvolvimento nacional.

A nova organização bancária, resultante da união, se situa entre as mais promissoras do País em potencialidade de crescimento, possuindo NCr$ 10 milhões e um volume de depósitos de NCr$ 70 milhões.

Aeronáutica informa que nada há de positivo sôbre guerrilhas em Barbacena

Belo Horizonte (Sucursal) — O Capitão Araguarino Cabrero, destacado pelo Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar para fornecer informações sôbre os possíveis movimentos de guerrilhas na Serra dos Prados, disse, ontem, que "os dois rapazes presos, Jaques e Valter, estão sendo processados pelo furto do jipe porque, sôbre guerrilhas as informações são ainda gratuitas e superficiais, nada indicando de positivo".

O delegado especial de Barbacena, Coronel Valdomiro Nazaré, informou que nenhuma outra prisão será efetuada, pois Jorge Tobias Half Marcier chegará à cidade, no fim da semana, por livre vontade. "Em Barbacena, onde vive e tem muitos amigos, todos querem acreditar que Jorge não esteja envolvido e que foi levado pelos companheiros a se meter nessa brincadeira de extremo mau gôsto".

ALÇADA

A Delegacia de Barbacena voltou a informar que "tudo passou para a alçada da Aeronáutica" e que nada mais tem a ver com o assunto, não querendo confirmar a notícia de que elementos do Exército estão vasculhando a área para a verificação de existência ou não de guerrilheiros.

O clima em Barbacena é de tranqüilidade absoluta. Poucos comentam o fato, julgado por muitos apenas como uma "brincadeira de mau gôsto". Jorge Tobias, um rapaz muito querido na Cidade, está sendo esperado no final da semana e já telefonou para casa, tranqüilizando a família.

Comissão de Justiça aprova regulamento para profissão das empregadas domésticas

Brasília (Sucursal) — A regulamentação da profissão de empregada doméstica, proposta na Câmara pelo Deputado José Maria Magalhães (MDB-Minas), foi aprovada, ontem, na Comissão de Justiça e será agora apreciada pelas comissões de Legislação Social e de Finanças. O projeto recebeu parecer favorável do relator, Deputado Mata Machado, do MDB mineiro.

Segundo o projeto, empregada doméstica terá carteira profissional, filiação no INPS, repouso semanal remunerado, aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e velhice, pensão aos dependentes em caso de morte, auxílio funeral, assistência médica, um dia de repouso por mês e férias anuais de 15 dias, depois de um ano de serviço.

BENEFÍCIOS

Empregada doméstica é a que presta serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, em caráter permanente e mediante salário, nas atividades de cozinheira, arrumadeira, copeira, passadeira, ama ou lavadeira. Não serão consideradas empregadas domésticas as menores de 14 anos.

A empregada doméstica será segurada obrigatória do INPS, sendo sua contribuição e a do respectivo empregador, calculadas na base de 8 por cento sôbre o salário entre os mesmos ajustados. O INPS prestará os seguintes benefícios à doméstica: auxílio-doença, aposentadoria por tempo de serviço (30 anos para a mulher e 35 para o homem, com salários integrais) e outros previstos na legislação trabalhista.

Porte de entorpecentes mesmo para uso pessoal será considerado crime

Brasília (Sucursal) — Em mensagem ao Congresso, o Presidente Costa e Silva propôs, ontem, que o porte de entorpecentes e substâncias capazes de determinar a dependência física e psíquica do indivíduo, mesmo para uso próprio, seja considerado crime pelo Código Penal e passível de pena de reclusão de um a cinco anos e multa de 10 a 50 vêzes o maior salário mínimo vigente no País.

A referência a "substâncias que determinem dependência física ou psíquica" — abrangendo o ácido lisérgico (LSD), a mescalina, e outros preparados de efeito inebriante mais recentemente divulgados — nos têrmos dêsse projeto, será incluída nos diversos dispositivos do Código Penal que, atualmente, apenas fazem menção ao tráfico e produção ilegal de entorpecentes.

MENORES DE 16

Além de atualizar as penas previstas para os diversos crimes relacionados com entorpecentes, substituindo as expressões "contos de réis" e "mil réis" por "vêzes o maior salário mínimo vigente", o projeto encaminhado pelo Govêrno reduz de 18 para 16 anos o limite de idade de pessoas para as quais a venda, o fornecimento ou a prescrição ilegal de substâncias entorpecentes passa a ser considerada agravante de crime, aumentando a pena cominada em um têrço.

Com a aprovação dêsse projeto de lei, prevê o Govêrno o fim das dificuldades das autoridades policiais e judiciais para a caracterização dos crimes relacionados com a comercialização e a produção de entorpecentes, pois, de acôrdo com a legislação atual, mesmo o porte de maconha, heroína, cocaína e outras substâncias do gênero em pouca quantidade não é considerado crime, uma vez que se presume destinar-se ao uso apenas pelo próprio portador.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECÇÃO DO ESTADO DA GUANABARA

EDITAL

Por êste edital são convocados na forma do disposto no artigo 40, item I, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, e do artigo 46 do Regimento Interno da Seção do Estado da Guanabara, os advogados inscritos nesta Seção e que estiverem no gôzo de seus direitos regulamentares para em Assembléia Geral Ordinária a se realizar na Sala das Sessões do Conselho, no 6.º andar da "Casa do Advogado", na Avenida Marechal Câmara n.º 210, reunirem-se em primeira convocação no dia 20 do corrente, às 13 horas, e, se então não houver número, no dia 27 do fluente às 14 horas. A ordem do dia será a leitura e discussão do relatório e contas da Diretoria referentes ao período de janeiro a dezembro de 1967.

Têm inscrição nesta Seção 16.166 advogados.

Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Guanabara, aos 14 de março de 1968.

as.) **Celestino de Sá Freire Basílio**
Presidente

Deputado quer o fim da Petrobrás

Brasília (Sucursal) — O Deputado Cardoso de Almeida (ARENA — São Paulo) investiu ontem na Câmara contra a Petrobrás, declarando que o Govêrno deve reformular a política petrolífera do País.

Citando pronunciamentos e artigos do Sr. Roberto Campos, o deputado paulista afirmou estar convencido de que é insustentável para o desenvolvimento do País o monopólio estatal no setor do petróleo.

APÊLO

— Faço um apêlo ao Presidente da República — prosseguiu o Sr. Cardoso de Almeida — para que, tomando conhecimento dêsses trabalhos do ex-Ministro do Planejamento, leve êsse assunto para a frente, provoque a discussão, consulte o Conselho de Segurança Nacional e, se na realidade as previsões do Sr. Roberto Campos forem aceitas, que empreenda a campanha de reformulação da política petrolífera do País.

Marido bate e apanha da mulher

Niterói (Sucursal) — O português Manuel Vieira Martins acertou um sôco no ôlho direito de sua mulher, porque quando chegou em casa para almoçar, ontem à tarde, a encontrou de calças compridas, o que êle havia proibido. D. Lucinete Martins, pernambucana, revidou a agressão com um rôlo de pastel e foram os dois para o Pronto-Socorro de São Gonçalo, onde moram.

Do hospital, marido e mulher foram conduzidos para o 1.º Distrito Policial, onde Manuel disse que o que mais o irritou foi a espôsa ter gasto NCr$ 20 na compra da calça, dinheiro que pedira para comprar remédios. Acrescentou: "Ainda por cima a calça era muito avançada".

D. Lucinete disse que, "em primeiro lugar, a calça não era indecente, como êle afirma; depois, êle só tem 34 anos, mas é muito quadrado".

Os dois discutiram muito na Delegacia, mas acabaram por fazer as pazes.

Diretor do Departamento de Estradas do Amazonas acha pedras preciosas no Urucuí

Manaus (Correspondente) — O Diretor-Geral do Departamento de Estradas do Amazonas, Coronel Mauro Carijó, exibiu ao Governador Danilo Areosa e aos jornalistas presentes diversas amostras com características de pedras preciosas, colhidas pelo pessoal da topografia no leito do Rio Urucuí, afluente do Urubu, onde o Departamento constrói uma estrada.

Na entrevista que concedeu à imprensa no Palácio do Govêrno, o Coronel Carijó revelou também que mais da metade da Rodovia Manaus—Pôrto Velho, compreendendo um trecho de 429 quilômetros, já foi desmatada pelos trabalhadores. Falta ainda um trecho de 350 quilômetros para concluir os serviços.

OUTRA ESTRADA

O mesmo ritmo, entretanto, não está sendo seguido na estrada Manaus - fronteira com a Venezuela, segundo disse o coronel, porque lá os trabalhadores temem os índios da região, notòriamente bravios, e por isso não se afastam das máquinas, como medida de segurança.

Espera, contudo, o Diretor-Geral do Departamento de Estradas, que as duas estradas estejam concluídas até novembro de 1970, segundo o calendário que as firmas construtoras estão obrigadas a cumprir.

Advogados reclamam por atraso

Em ofício enviado ontem ao Governador Negrão de Lima, o Sindicato dos Advogados do Estado da Guanabara solicita "urgentes providências" contra o atraso na publicação do expediente da Justiça no órgão oficial, que já passa dos 60 dias, e reivindica uma imprensa oficial própria, "para não viver à mercê de favores da Imprensa Nacional".

Afirmam os advogados que "com o retardamento de 60 dias, um processo que tenha em média seis despachos interlocutórios, dependendo da publicação no órgão oficial, dispenderá sòmente com o atraso publicitário 360 dias, ou seja, um ano". A instalação da imprensa oficial do Estado, segundo êles, é de "necessidade premente e inadiável".

— Diante disso — diz o ofício do Sindicato dos Advogados —, os magistrados estaduais não poderão cumprir o disposto no parágrafo 1.º, do Art. 11, da Lei do Inquilinato, porquanto fixando êsse dispositivo o prazo de 30 dias da citação inicial para que se efetive a purgação da mora pelo locatário, esta, no entanto, não poderá ser realizada nesse prazo, porque a publicação do despacho do Juiz que a conceder e marcar dia e hora precisará de 60 dias.

PLANO DE EXPANSÃO DA CTB RECEBE MAIS EQUIPAMENTO DA STANDARD ELECTRICA

Dentro do intenso ritmo de trabalho que vem caracterizando o Plano de Expansão de Telefones para o Rio, a Standard Electrica S.A. acaba de fazer mais uma entrega de equipamento à Companhia Telefônica Brasileira. A entrega se fêz na estação da Praça Tiradentes, cujos próximos 10.200 terminais virão trazer um considerável desafôgo às necessidades telefônicas de todo o centro da cidade. Ainda êste ano, deverá estar funcionando a estação "Tiradentes", com o moderno equipamento automático "Crossbar Pentaconta", fabricado pela Standard Electrica S. A., em sua grande (56.000 m2) fábrica no bairro carioca de Vicente de Carvalho. Diretores da CTB e da Standard Electrica estiveram presentes ao auspicioso acontecimento

COMPANHIA CEARÁ DE SEGUROS GERAIS

RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

A Diretoria da COMPANHIA CEARÁ DE SEGUROS GERAIS, cumprindo disposições legais e estatutárias, vem à presença de V. Sas. apresentar o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1967.

Outrossim, coloca-se ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos e informações que [illegible].

São Paulo, 28 de janeiro de 1968

Pela Diretoria
a.) Gilberto Huber
Diretor Presidente

BALANÇO GERAL EM 29 DE DEZEMBRO DE 1967

ATIVO

	Parcial	Total
CIRCULANTE		
Disponível		
Caixa e Bancos	67 785,47	
Realizável a Curto Prazo		
Devedores Diversos	196 599,12	
Congêneres Conta Corrente	259 233,65	
Total do Circulante		[illegible] 614,24
REALIZAVEL A LONGO PRAZO INVESTIMENTOS E DEPÓSITOS		
Empréstimos Hipotecários	10 040,00	
IRB c/Retenção de Reservas e Fundos	70 697,18	
Depósitos Compulsórios — Ações e Títulos	215 924,92	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	1 688,69	
Depósitos Conta Obrigações Tesouro Nacional	402,93	
Depósitos à Ordem da SUDENE	4 226,45	
Banco do Brasil S/A. FII	23,23	
Total Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Depósitos		303 081,24
IMOBILIZADO		
Imóveis	[illegible] 111,04	
Móveis, Máquinas e Utensílios	2 186,47	
Correções Monetárias	53 259,4[illegible]	
Reserva para Depreciação	[illegible] 296,26	
Total do Imobilizado		114 370,66
Total do Ativo		936 066,14
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		221 082,90
Total Geral		1 157 149,04

PASSIVO

	Parcial	Total
CIRCULANTE		
Exigível		
Instituto de Resseguros do Brasil	54 897,32	
Credores Diversos	8 438,44	
Dividendos não Reclamados	9 119,38	
Dividendos — 1967	16 000,00	
Total do Circulante		88 4[illegible]
RESERVAS		
Técnicas	562 702,[illegible]	
Outras	18 645,45	
Total das Reservas		581 [illegible]
NÃO EXIGÍVEL		
Capital	[illegible]00 000,00	
Reservas Patrimoniais		
Reserva Legal	7 [illegible]	
Fundo de Previdência	4 753,77	
Fundo para Aumento de Capital	38 [illegible]	
Correções Monetárias	35 338,5[illegible]	
Total não Exigível		[illegible] 213,07
Total do Passivo		936 066,14
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		221 082,90
Total Geral		1 157 149,04

São Paulo, 29 de dezembro de 1967.

Gilberto Huber — Diretor Presidente
Moysés Levy — Diretor Superintendente Geral
Nélson Roncaratti — Diretor Administrativo
Fernando Strachmann — Diretor Secretário
Eurico Moraes Castanheira — Diretor
Nicolas Theodossiou — Controlador
Oswaldo Pasquinelli — Contador CRC. 3.054

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS NO EXERCICIO FINDO EM 29 DE DEZEMBRO DE 1967

DESPESA

Ajustamento de reservas com o IRB	14 283,59	
Comissões de seguros ressegurados	324 795,81	
Prêmios cedidos em resseguros	501 221,14	
Sinistros pagos	290 718,77	
Percentagem e participação com o IRB	21,97	
Despesas industriais diversas	406,52	
Despesas gerais	253 103,70	
Despesas com imóveis	392,78	1 584 946,78
Reservas técnicas de 1967		543 517,33
Fundo de depreciação		178,89
		2 128 643,00
Distribuição de lucros		
Reserva legal	1 251,77	
Fundo de garantia de retrocessões	1 251,77	
Fundo de previdência	1 251,77	
Percentagem da diretoria	3 254,60	
Dividendos — 1967	16 000,00	
Gratificações aos funcionários	1 251,77	
Fundo para aumento do capital	773,72	25 035,40
		2 153 678,40

RECEITA

Prêmios de seguros e resseguros	1 543 557,[illegible]	
Comissões sôbre prêmios ressegurados	174 355,31	
Recuperações de sinistros	82 878,37	
Ressarcimentos de salvados	584,22	
Percentagens e participações com o IRB	613,45	
Ajustamento de reservas com o IRB	9 435,03	
Receitas industriais diversas	113,49	
Renda de Imóveis	6 685,41	
Renda de capitais	10 658,44	
Ações bonificadas	6 516,30	1 835 297,44
Reversão das reservas técnicas de 1966		318 380,96
		2 153 678,40

São Paulo, 29 de dezembro de 1967

Gilberto Huber — Diretor Presidente
Moysés Levy — Diretor Superintendente Geral
Nélson Roncaratti — Diretor Administrativo
Fernando Strachmann — Diretor Secretário
Eurico Moraes Castanheira — Diretor
Nicolas Theodossiou — Controlador
Oswaldo Pasquinelli — Contador CRC. 3.054

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, Membros do Conselho Fiscal da Companhia Ceará de Seguros Gerais, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Balanço Geral e demais Contas, referentes ao Exercício de 1967, cotejando as demonstrações apresentadas com os livros e documentos constantes dos arquivos da Companhia.

Estudaram, também, a forma proposta para distribuição dos lucros apurados no exercício e, por terem encontrado tudo em perfeita ordem e julgarem que o critério adotado satisfaz plenamente os interêsses sociais, são de parecer que o referido Balanço e Contas devem ser aprovados pelos Senhores Acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1968

Iris Miguel Rotundo
Américo Oswaldo Campiglia
Fernando Rudge Leite

PARECER DOS AUDITORES

Examinamos o Balanço Geral da COMPANHIA CEARÁ DE SEGUROS GERAIS, encerrado em 29 de dezembro de 1967, e a Demonstração de "Lucros e Perdas", correspondentes ao exercício findo naquela data. O exame obedeceu aos padrões usuais de auditoria e incluiu as verificações que julgamos necessárias. Em nossa opinião, o Balanço e a Demonstração de "Lucros e Perdas" refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Emprêsa em 29 de dezembro de 1967 e o resultado econômico do exercício de 1967, de acôrdo com os preceitos de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior.

São Paulo, 31 de janeiro de 1968.

REVISORA NACIONAL LTDA. S/C.
Peritos em Contabilidade
CRC. Sp. n.º 210

Ernesto Marra
Contador — CRC. SP. n.º 338

Mário Trindade anuncia que BNH construirá êste ano 400 mil residências

Brasília (Sucursal) — O Presidente do Banco Nacional da Habitação, Sr. Mário Trindade, disse, ontem, em entrevista coletiva, que 400 mil novas residências deverão ser construídas êste ano em todo o País, sendo que sòmente em Brasília o BNH espera entregar dezesseis mil novas unidades.

O Sr. Mário Trindade ressaltou que o Plano Nacional de Habitação tem "gerado empregos, absorvendo completamente a mão-de-obra ociosa e não especializada, a tal ponto, que em Brasília, por exemplo, já existe escassez de mão-de-obra".

CUSTO E POUPANÇA

Acentuou o Sr. Mário Trindade que o plano está sendo desenvolvido em mais de 400 municípios brasileiros e que o custo de administração do BNH é um dos mais baixos do mundo, "não onerando de forma alguma o mutuário", pois era de 1,94 por cento em 1967, e alcançou em 1968 a percentagem de 1,84 por cento.

Informou que no mês de março estão sendo montadas em todo o País, 25 novas associações de poupança e empréstimos, sendo que a primeira começará a operar em Brasília, "por ser a capital do País".

A iniciativa privada, frisou, surgiu através de 104 grupos, que se organizaram para operar com o BNH logo após a publicação dos editais. Essas associações funcionam como verdadeiras caixas econômicas particulares, na área de poupança, passando o depositante a ser uma espécie de associado, que participa dos lucros.

Destacou o Sr. Mário Trindade a importância das associações, que vêm obtendo êxito em vários países, sendo que há mais de cem anos existem nos Estados Unidos e Inglaterra.

Com a presença do Ministro do Interior, Sr. Albuquerque Lima, e outras autoridades e com bênção do Arcebispo Dom José Newton foram inaugurados, ontem à tarde, pelo Sr. Mário Trindade, os escritórios da representação do Banco Nacional da Habitação em Brasília, que será chefiada pelo Sr. Luciano Mesquita.

Ministro chileno volta com "experiência útil"

O Ministro da Habitação e Urbanismo do Chile, Sr. Juan Hamilton, disse ontem que retorna a Santiago com "uma útil experiência", depois de verificar os esforços que o Govêrno da Guanabara e o Banco Nacional da Habitação vêm fazendo para resolver o problema habitacional das classes menos favorecidas.

Salientou que a moradia é um dos grandes problemas da América Latina e acentuou que o Presidente Eduardo Frei vem dedicando especial importância a essa questão, procurando dar às populações mais desamparadas a primeira oportunidade de fugir "à marginalidade urbanística".

Seminário termina com bom saldo de trabalho

O III Seminário Interamericano de Cooperativas de Habitação, encerrado ontem às 18h, discutiu 39 teses, sendo as apresentadas pelo Brasil, Estados Unidos e Chile as que melhor acolhida tiveram por parte do plenário.

O Seminário, realizado de 11 a 14 do corrente, contou com a participação de 162 cooperativas brasileiras, de organismos internacionais e de países do continente americano.

Mil casos de malária e doença desconhecida surgem em Minas

Belo Horizonte (Sucursal) — Aproximadamente mil casos de malária foram constatados até agora na região do Norte de Minas atingida pelas fortes chuvas que inundaram cidades e lavouras, segundo os cálculos dos médicos que trabalham para a CRENOMIG — Coordenação Regional de Emergência do Norte de Minas —, e que ontem foram deslocados para Rio Pardo, onde surgiu uma doença que ninguém sabe se é leichimaniose ou alguma doença tropical, e que já atacou 200 pessoas.

Os responsáveis pelo CRENOMIG — que têm à frente o Bispo de Montes Claros, Dom José Alves Fernandes —, voltaram ontem a apelar para os governos estadual e federal para que sejam enviadas mais vacinas e víveres, e que as grandes companhias de petróleo cedam gasolina para avião, que já acabou, impedindo o trabalho dos aviões que se encontram na região atendendo às vítimas das enchentes.

MAIS SURTO

O médico Geraldo Machado, responsável pelo setor de saúde da CRENOMIG revelou ontem que a malária, doença crônica na região, já atingiu mais de mil pessoas depois que as chuvas terminaram. A parte mais atingida pela doença é o Vale do Jaíba, mas ontem foi constatado outro surto em Jequitaí, onde passa o rio do mesmo nome e que ainda está cheio. Um médico do DNOCS foi enviado para lá para tratar dos doentes, com medicamentos apropriados.

Outros dois médicos do DNOCS seguem para Rio Pardo de Minas em avião da SUVALE para verificar qual é a doença que já atacou mais de 200 pessoas, e que até agora ninguém sabe qual seja.

LEVANTAMENTOS

No mesmo dia em que os órgãos federais DNOCS e SUVALE encerravam os seus levantamentos sôbre a tragédia do Norte de Minas, chegou a Montes Claros uma comissão nomeada pelo Govêrno mineiro para fazer o mesmo trabalho. O Bispo de Montes Claros, Dom José Trindade, quando da chegada da comissão estadual, enviou um telegrama ao Governador Israel Pinheiro solicitando fôsse remetido dinheiro para as residências do DER na região, que têm bom pessoal e máquinas, mas estão sem recurso até para comprar gasolina.

No telegrama Dom José Alves Trindade insistiu com o Governador para que seja enviado também um carregamento de sementes de feijão, única cultura a esta altura do ano que ainda permite replantio, como prometeu o Secretário da Agricultura, Sr. Evaristo de Paula, ao visitar a região flagelada no último sábado.

A CRENOMIG recebeu ontem comunicação do Ministro do Interior avisando que o crédito especial através das Carteiras Agrícolas dos Bancos do Brasil e do Nordeste aos lavradores que tiveram suas terras invadidas pelas águas já foi concedido por ordem do Presidente Costa e Silva.

Um representante do Banco Central chegou ontem a Montes Claros e um inspetor do Banco do Brasil foi a Espinosa, ambos com a missão de tomar conhecimento da situação para tratar da concessão do crédito aos lavradores.

INUNDAÇÃO

Belém (Correspondente) — O Secretário de Segurança do Estado recebeu ontem um telegrama dramático do Delegado de Polícia de Tucuruí, informando que as águas do Rio Tocantins sobem assustadoramente, e que as populações ribeirinhas já estão em pânico, abandonando os lares para se abrigar nos pontos mais altos da cidade.

O telegrama informa também que há centenas de pessoas desabrigadas, que as lavouras foram devastadas e pede urgentes socorros para a população flagelada. Notícias de Marabá dão conta da existência de vários casos de tifo naquela cidade, provocados pelas águas poluídas.

Mal estranho mata 20 crianças em Caruaru

Recife (Sucursal) — A Secretaria de Saúde voltou a desmentir ontem a notícia de que um estranho mal está matando crianças em Caruaru, enquanto famílias daquele município confirmavam que já morreram mais de 20 nos povoados Alto do Moura, Barra de Taquara e Cajàzeiras em conseqüência da doença, cuja sintomatologia é desconhecida.

De acôrdo com informações de famílias residentes naqueles povoados, a primeira vítima do estranho mal foi a criança Leonete Barbosa da Silva, de dois anos, e a última o garôto Damião Rodrigues, de dois meses. Ambos adoeceram repentinamente e morreram em poucas horas, sem que ninguém soubesse a causa.

Além destas, morreram Zélia Maria da Silva, José Reginaldo da Silva e José Laércio da Silva, filhos de um mesmo casal, Manuel Sebastião da Silva, Cosme Rodrigues, Severino da Silva, José Reginaldo Santos, Leonardo Barbosa, Maria Marinete Silva, Valdeci Simplício, Luciano Barbosa e Damião Correia.

Estiagem afeta lavoura de Santa Catarina

Florianópolis (Correspondente) — Continua causando sérios prejuízos em todo o interior do Estado, principalmente no Oeste, Vale do Rio do Peixe e Sul, a prolongada estiagem que desde novembro assola Santa Catarina. O Governador Ivo Silveira está aguardando para os próximos dias o relatório da Comissão Especial que designou para observar *in loco* os danos causados pela sêca, formada pelos Secretários da Saúde, da Agricultura e pelo Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem.

Informações chegadas do Oeste e do Vale do Rio do Peixe dão conta de que já se perderam cêrca de 50% das safras de cereais dêste ano, principalmente do milho e do trigo. De um modo geral, a lavoura tôda está danificada.

Os grandes frigoríficos instalados na região flagelada estão com a industrialização dos seus produtos pràticamente paralisada pela falta de água. A SADIA continua abatendo animais, mas envia as carcaças para São Paulo, a fim de serem industrializadas nas instalações que mantém naquele Estado.

Gaúchos não podem pagar suas dívidas

Pôrto Alegre (Sucursal) — O Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Sr. Nicanor Kramer da Luz, foi encarregado pelo Governador Peracchi Barcelos de transmitir ao Ministro Delfim Neto a apreensão do Govêrno gaúcho ante a situação de centenas de fazendeiros, que estão impossibilitados de resgatar seus empréstimos junto à rêde bancária.

O Govêrno do Estado já está atuando junto aos financiadores para desobrigar os fazendeiros da necessidade de se desfazerem de suas propriedades para saldar dívidas. As autoridades temem o desencadeamento de uma crise social que afetaria milhares de famílias e seria a ruína de inúmeros empreendimentos particulares.

Após um levantamento feito entre os fazendeiros, o Govêrno do Estado apurou que o débito com a rêde bancária atinge o valor de NCr$ 50 milhões, em conseqüência das últimas estiagens e do congelamento de preços dos produtos primários.

EDITAL

Ficam convocados todos os Sócios Titulares e Coletivos da ABRP, para a Assembléia Geral a se realizar no próximo dia 15 de abril, segunda-feira, às 17 horas, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), 7.º andar, sita à Rua Araújo Pôrto Alegre n.º 71.

1. Apreciação do relatório da Diretoria atual referente ao ano anterior.
2. Eleição da Diretoria e Conselho Consultivo para o Biênio 1968/1970.

Poderão votar e ser votados todos os Sócios Titulares que tenham pago suas mensalidades até o mês de fevereiro do corrente ano. Cada Sócio Coletivo terá direito a credenciar um representante para votar.

Os Sócios que não puderem comparecer à Assembléia, poderão votar por procuração, a ser conferida a um Sócio Titular da ABRP. Cada Sócio só poderá ser portador de uma procuração.

A primeira convocação será feita às 17 horas, com a presença de pelo menos 2/3 dos Sócios Titulares. Em caso de não comparecimento de número legal até às 18 horas, a Assembléia Geral será com qualquer número de sócios presentes.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1968.

Maurílio Augusto Silva
Presidente

(P

ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO ESTADO DA GUANABARA

Tendo o Supremo Tribunal Federal resolvido, em sessão do dia 13 do corrente, assegurar a todos os engenheiros e arquitetos do País os benefícios constantes do art.º 82.º da lei 5194 — excluindo, entretanto, os profissionais regidos pelo Estatuto dos funcionários públicos — o Sindicato dos Engenheiros e Arquitetos dá, por meio dêste, conhecimento a todos os interessados, da tabela de vencimentos, que deverá ser respeitada de acôrdo com a lei:

SALÁRIO MÍNIMO PARA OS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E ENGENHEIROS AGRÔNOMOS

6 x NCr$ 105,00 = NCr$ 630,00

Número de horas de trabalho mensal .... =		180 hs.
Remuneração horária: NCr$ 630,00/180 ...... =	NCr$	3,50
Jornada de 6 horas de trabalho diário:		
Remuneração diária: 6 x NCr$ 3,50 ...... =	NCr$	21,00
Remuneração mensal: 30 x NCr$ 21,00 ...... =	NCr$	630,00
Jornada de 7 horas de trabalho diário: (acrescente-se 25% para cada hora extra)		
Remuneração das primeiras 6 horas de trabalho:	NCr$	21,00
Horas extras: 1 x 1,25 x 3,50 .... =	NCr$	4,37
Remuneração total diária:	NCr$	25,37
Remuneração total mensal: NCr$ 25,37 x 30 =	NCr$	761,10
Jornada de 8 horas de trabalho diário:		
Remuneração das primeiras 6 horas de trabalho:	NCr$	21,00
Horas extras: 2 x 1,25 x 3,50 .... =	NCr$	8,75
Remuneração total diária: .... =	NCr$	29,75
Remuneração total mensal: 29,75 x 30 ...... =	NCr$	892,50
Jornada de 9 horas de trabalho diário:		
Remuneração das primeiras 6 horas de trabalho:	NCr$	21,00
Horas extras: 3 x 1,25 x 3,50 .... =	NCr$	13,12
Remuneração total diária: .... =	NCr$	34,12
Remuneração total mensal: 34,12 x 30 ...... =	NCr$	1.023,60

Engenheiros de operação

Salário mínimo para os Engenheiros de Operação

5 x 105,00 = NCr$ 525,00

Número de horas de trabalho mensal ...... =		180 hs.
Remuneração horária: NCr$ 525,00/180 .... =	NCr$	2,9166
Jornada de 6 horas de trabalho diário		
Remuneração diária: 6 x 2,9166 ...... =	NCr$	17,499
Remuneração mensal: 30 x 17,499 ...... =	NCr$	525,00
Jornada de 7 horas de trabalho diário (acrescente-se 25% para cada hora extra)		
Remuneração das primeiras 6 horas de trabalho:	NCr$	17,499
Horas extras: 1 x 1,25 x 2,9166 .... =	NCr$	3,645
Remuneração total diária: .... =	NCr$	21,144
Remuneração total mensal: 21,144 x 30 .... =	NCr$	634,320
Jornada de 8 horas de trabalho diário		
Remuneração das primeiras 6 horas de trabalho:	NCr$	17,499
Horas extras: 2 x 1,25 x 2,9166 .... =	NCr$	6,291
Remuneração total diária:	NCr$	23,790
Remuneração total mensal:	NCr$	713,700
Jornada de 9 horas de trabalho diário		
Remuneração das primeiras 6 horas de trabalho:	NCr$	17,499
Horas extras: 3 x 1,25 x 2,9166 .... =	NCr$	10,937
Remuneração total diária:	NCr$	28,436
Remuneração total mensal: 28,436 x 30	NCr$	853,080

(a) Antonio Arlindo Laviola

Presidente do Sindicato dos Engenheiros e Arquitetos do Estado da Guanabara

BANCO FEDERAL ITAÚ SUL AMERICANO S.A.

Rua Boa Vista, 176
Carta Patente GEMEC-A-1036/66

BALANCETE GERAL EM 05 DE MARÇO DE 1968

Conselho Consultivo
Abilio Brenha da Fontoura
Antonio A. Monteiro de Barros Neto
Benedito Valadares Ribeiro
Genésio Pires
Joaquim Monteiro de Carvalho
José Bonifacio Coutinho Nogueira
Licio Meirelles Ferreira
Luiz Eduardo Campello
Manoel Carlos Aranha
Manoel Ildefonso Archer de Castilho

Inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda n.º 60.701.190

ATIVO

	NCRS	NCRS	NCRS
DISPONÍVEL			28.477.173,93
REALIZÁVEL			
Empréstimos			
À Produção	111.479.172,73		
Ao Comércio	43.852.053,46		
A Atividades Não Especificadas	24.418.041,12		
A Entidades Públicas	95.523,88		
A Instituições Financeiras	—,—		
Em Letras Hipotecárias	—,—	179.854.791,19	
Outros Créditos			
Banco Central — Recolhimento	49.947.345,25		
Cheques, Documentos e Ordens em Compensação ou a Receber	14.491.374,23		
Adiantamentos sôbre Cambiais e Contratos de Câmbio	2.748.639,22		
Acionistas — Capital a Realizar	—,—		
Correspondentes no País	845.488,38		
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	1.354.986,98		
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior Moeda Nacional	—,—		
Departamentos no País	103.134.262,22		
Outras Contas	14.242.616,76	186.764.733,34	
Valôres e Bens			
Títulos à Ordem do Banco Central	12.256.886,85		
Outros valôres	4.895.576,43		
Bens	4.622.623,84	21.775.087,12	388.394.611,65
IMOBILIZADO			
Imóveis de Uso, Reavaliação e Imóveis em Construção		11.374.592,55	
Móveis, Utensílios e Almoxarifado		7.280.454,66	
Instalação da Sociedade		—,—	18.655.047,21
RESULTADO PENDENTE			9.304.354,51
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			241.999.855,32
TOTAL .... NCr$			686.831.042,62

PASSIVO

		NCRS	NCRS	NCRS
NÃO EXIGÍVEL				
Capital:				
De Domiciliados no País		14.998.416,00		
De Domiciliados no Exterior		1.584,00	15.000.000,00	
Aumento de Capital			—,—	
Correção Monetária do Ativo			3.963.233,42	
Reservas e Fundos			7.972.185,13	26.935.418,55
EXIGÍVEL				
Depósitos				
A Vista e a Curto Prazo:				
De Público		246.390.785,63		
De Domiciliados no Exterior		7.063,38		
De Entidades Públicas		12.037.321,12		
A Médio Prazo:				
Do Público				
— A prazo fixo	573.926,18			
— com correção monetária	—,—	573.926,18		
De Entidades Públicas		—,—	259.009.097,31	
Outras Exigibilidades				
Cheques e Documentos a Liquidar		—,—		
Cobrança efetuada, em trânsito		—,—		
Ordens de Pagamento		14.939.788,85		
Correspondentes no País		3.793.946,77		
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras		809.528,19		
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior em Moeda Nacional		148,55		
Departamentos no País		97.404.430,06		
Outras Contas		6.992.619,36	123.940.461,78	
Obrigações (Especiais)				
Recebimentos por c/a. Tesouro Nacional		324.065,51		
Redesconto e Emp. no Banco Central		3.101.597,00		
Depósitos Obrigatórios — F.G.T.S.		9.211.611,26		
Obrigações p/ Refinanc. Repasses Oficiais		8.145.779,01		
Outras Contas		1.727.661,77	22.510.714,55	405.460.273,64
RESULTADO PENDENTE				12.435.495,11
CONTAS DE COMPENSAÇÃO				241.999.855,32
TOTAL .... NCr$				686.831.042,62

São Paulo, 13 de março de 1968

Presidente — **João Nantes Junior**
Diretor Presidente — **Eudoro Villela**
Vice-Presidente Executivo — **Aloysio Ramalho Foz**
Vice-Presidente Executivo — **José Carlos Moraes Abreu**
Vice-Presidente Executivo — **Luiz de Moraes Barros**
Diretor Geral — **Olavo Egydio Setubal**
Diretor-Gerente — **João Baptista Leopoldo Figueiredo**
Diretor-Gerente — **Francisco Finamore**
Diretor-Gerente — **Mario Tavares Filho**
Diretor-Gerente — **Haroldo de Siqueira**
Diretor-Gerente — **Manoel José de Carvalho**
Diretor-Conselheiro — **Hermann Moraes de Barros**
Diretor-Conselheiro — **Rubens Martins Villela**
Gerente Geral — **Walter Leite da Silva**
— **João Baptista de Alvarenga** T.C. — C.R.C. - S.P. 20.348

BANCO FEDERAL ITAÚ DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Boa Vista, 176 — Carta Patente GEMEC-A-1036/66

EXTRATO DO BALANCETE GERAL EM 05 DE MARÇO DE 1968

Inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda n.º 67.532.644

ATIVO

	NCRS	NCRS
DISPONÍVEL		
Em depósito no Banco do Brasil S.A.		846.307,42
REALIZÁVEL		
Empréstimos c/ correção monetária	800.000,00	
Devedores por Responsabilidades cambiais	61.686.676,39	
Ações e Debêntures	8.578.272,96	
Acionistas — Contas de Capital à Realizar	40.211,00	
Outros créditos	1.171.250,32	72.276.410,67
CONTA DE RESULTADOS PENDENTES		401.319,70
CONTA DE COMPENSAÇÃO		75.689.922,81
TOTAL .... NCr$		149.213.960,60

PASSIVO

	NCRS	NCRS	NCRS
NÃO EXIGÍVEL			
Capital		7.500.000,00	
Fundo de Reserva Legal		168.609,43	
Fundo de Previsão		800.000,00	8.468.609,43
EXIGÍVEL			
Títulos Cambiais:			
Com Correção Monetária	46.486.000,00		
Com Paridade Cambial	3.382.245,00	49.868.245,00	
Depósito a Prazo Fixo c/ correção monetária		7.345.700,00	
Dividendos a pagar		7.476,65	
Outros créditos		275.951,53	
FUNDO BANKINVEST — Decreto Lei 157		4.954.731,72	62.452.104,90
CONTA DE RESULTADOS PENDENTES			2.603.323,46
CONTA DE COMPENSAÇÃO			75.689.922,81
TOTAL .... NCr$			149.213.960,60

São Paulo, 13 de março de 1968

Presidente — **João Nantes Junior**
Diretor Presidente — **Eudoro Villela**
Vice-Presidente Executivo — **Aloysio Ramalho Foz**
Vice-Presidente Executivo — **José Carlos Moraes Abreu**
Vice-Presidente Executivo — **Luiz de Moraes Barros**
Diretor Geral — **Olavo Egydio Setubal**
Diretor-Gerente — **João Baptista Leopoldo Figueiredo**
Diretor-Gerente — **Francisco Finamore**
Diretor-Gerente — **Mario Tavares Filho**
Diretor-Gerente — **Haroldo de Siqueira**
Diretor-Gerente — **Manoel José de Carvalho**
Diretor-Conselheiro — **Hermann Moraes de Barros**
Diretor-Conselheiro — **Rubens Martins Villela**
Gerente Geral — **Walter Leite da Silva**
— **João Baptista de Alvarenga** T.C. — C.R.C. — S.P. 20.348

(P

UM ANO DE COSTA E SILVA

O Govêrno Costa e Silva comemora hoje seu primeiro aniversário. Durante êste ano — ano bissexto, de 366 dias — o Presidente considera como maior realização de sua equipe a reforma administrativa, embora ela não esteja sequer perto do fim, imprescindível para que se alcance seus objetivos básicos, anunciados na posse, de desenvolvimento do País e humanização política e econômica.

Com métodos próprios de trabalho — só chega ao Alvorada às 9 horas, quando seu antecessor iniciava o expediente às 7 horas — o Marechal Costa e Silva conseguiu um ano mais tranqüilo do que êle mesmo esperava, mas não tanto quanto o País desejava.

Apesar de sua simpatia e popularidade — pessoal, não das fôrças revolucionárias que representa —, o Presidente teve sérios atritos com as classes políticas, mas manteve os militares mais na expectativa do que o Marechal Castelo Branco. Atritos mais ou menos violentos se deram também com estudantes, clérigos, intelectuais e artistas, via Censura.

Conseguiu manter as discussões mais nos campos administrativos e econômicos do que no da segurança interna — sempre presente no Govêrno anterior. E na contenção do custo de vida pode ostentar algum êxito, embora a chamada diplomacia da prosperidade não tenha conseguido fazer o Brasil exportar mais ou conseguir melhores preços por sua matéria-prima.

No setor de educação, no entanto, muito pouco se conseguiu de positivo. No campo onde devem ser iniciados quaisquer projetos de soerguimento nacional, o IPEA define a má situação do País: "O Ministério da Educação está despreparado e impotente para atender às necessidades do ensino superior no Brasil".

Presidente impôs ritmo menos tenso no Palácio do Planalto

Brasília (Sucursal) — Ao fim do seu primeiro ano de govêrno "um ano muito mais tranqüilo do que esperava", segundo confessou a deputados seus amigos —, o Marechal Costa e Silva já conseguiu impor na Presidência da República os seus próprios métodos pessoais de trabalho, bem menos tensos e rígidos do que os de seu antecessor.

A aversão ao trato dos problemas políticos dentro dos moldes tradicionais, um entusiasmo quase infantil pelas realizações materiais no campo administrativo, a maneira informal de se dirigir a auxiliares e de se apresentar em público são algumas das características pessoais que o Marechal Costa e Silva imprimiu à atividade presidencial nesses 366 dias do seu govêrno.

PRESSA É MÁ CONSELHEIRA

As experiências do Govêrno itinerante, já realizadas com sucesso em São Paulo, Belo Horizonte e Recife, a do veraneio oficial em Petrópolis e a crescente distribuição de podêres entre assessôres e ministros, desfazendo pouco-a pouco a figura do presidente-todo-poderoso, tão bem cultivada por Castelo Branco, são dados evidentes da preocupação do Marechal Costa e Silva em dar à sua administração características próprias.

Para êsse gaúcho de 65 anos de idade, 47 dos quais vividos no Exército, a pressa não é boa conselheira e muito do que pode ser feito hoje ficará mais bem feito se fôr feito amanhã.

Para o Marechal Costa e Silva, o dia de trabalho se inicia habitualmente às 9 horas. É quando chega ao Palácio do Planalto e mantém o primeiro contato com os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar, assina documentos de rotina e se avista com o Chefe do SNI.

Em linhas gerais, repete-se o mesmo esquema observado ao tempo do Marechal Castelo Branco. Com uma única diferença: o expediente do antigo Presidente começava invariàvelmente duas horas mais cedo.

O nôvo governante, porém, estabeleceu um esquema rígido de despachos com os seus Ministros para melhor aproveitar o seu tempo. Os diversos despachos ministeriais são, em princípio, agrupados por afinidade de assuntos. Os Ministros do Planejamento e da Fazenda têm seu encontro semanal com o Presidente marcado para o mesmo dia; os três Ministros militares para outro; os da Saúde, da Educação e da Agricultura para um terceiro, e assim por diante.

AS EXCEÇÕES

São poucos os Ministros do atual Govêrno que aceitam permanecer em Brasília mais do que meia dúzia de horas por semana. Os Srs. Jarbas Passarinho, do Trabalho, e Carlos Simas, das Comunicações, foram os dois primeiros a fazer da Capital a sua sede de trabalho.

Mais recentemente, o Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, instalou no Palácio do Planalto o seu gabinete, arrumou o seu apartamento na Superquadra 114 e tornou mais espaçadas as suas viagens aéreas para o Rio. Sua situação, porém, é diversa da dos demais colegas do Ministério. Êle funciona como um assessor imediato do Presidente da República, e quase todos os assuntos de natureza econômica e Administrativa levados ao Marechal Costa e Silva acabam submetidos ao Sr. Hélio Beltrão.

Também o Ministro do Exército, General Lira Tavares, acrescenta sempre mais um dia às suas visitas periódicas a Brasília. No caso, prevalece o cuidado do General de não realizar viagens aéreas seguidas no mesmo dia.

Em têrmos de pressa, porém, ninguém supera os Ministros Delfim Neto e Magalhães Pinto. Ambos chegam a Brasília sempre com seu tempo de permanência esmagado entre compromissos inadiáveis no Rio.

TEMPO FLEXÍVEL

Não há limites definidos no programa diário do Presidente. Se houve uma viagem ou compromissos mais cansativos na véspera, é provável que o Presidente não compareça ao Planalto para o expediente da manhã seguinte.

É também possível, no entanto, que numa só manhã ocorram reuniões conjuntas com três ou quatro Ministros de Estado, contatos diversos com líderes parlamentares (o Senador Daniel Krieger e o Deputado Ernâni Sátiro são assíduos freqüentadores do gabinete presidencial), a visita de um embaixador estrangeiro, a solenidade de entrega de credenciais de um nôvo chefe diplomático. Nesse tumulto, há apenas uma constante: o número de pessoas que acorrem ao Palácio presidencial nos dias da semana é sempre muito maior nas horas mais próximas ao almôço, para o qual, quase todos os dias o Marechal tem convidados.

Sôbre a mesa de trabalho do Presidente existe um pequeno relógio-despertador automático que emite sinais estridentes de 15 em 15 minutos, podendo ser também regulado para outros intervalos maiores ou menores. É uma defesa suplementar do Marechal contra aquêles que não avaliam o valor do seu tempo.

Em Brasília, normalmente, toma pouco mais de duas horas para o seu almôço no Palácio da Alvorada. Volta ao Planalto às 15h30m e o seu ritmo de trabalho nesse segundo expediente é sempre mais leve do que no da manhã.

Durante todo êsse primeiro ano de Govêrno, salvo quando a administração foi transferida temporàriamente para outras capitais, nenhuma reunião ministerial ou qualquer encontro de maior importância com as lideranças políticas foi programado para a parte da tarde.

HORA DO CINEMA

O dia de trabalho do Marechal Costa e Silva termina invariàvelmente por volta das 19 horas. A última audiência é acompanhada de uma grande movimentação no Palácio, pois a ela se seguem os despachos finais com os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar e a preparação dos motoristas e agentes de segurança — dois de serviço, durante todo o dia — para a saída do Presidente. Ainda assim, essa movimentação é hoje bem menor do que ao tempo do Govêrno anterior, quando o Marechal Castelo Branco fazia questão de entrar e sair do Palácio pela grande rampa de mármore, levando a seu lado, em forma, os assessôres imediatos, numa cerimônia que se repetia quatro vêzes, todos os dias.

O Marechal Costa e Silva, porém, despiu suas entradas e saídas no Palácio de qualquer formalidade. Seu carro — um Galáxie negro, chapa 1 — o leva diretamente à garagem do subsolo, de onde toma o elevador privativo que dá acesso à porta do seu gabinete, no terceiro andar.

À noite, após o jantar, é a hora do cinema no pequeno e luxuoso salão de exibições do Palácio da Alvorada. Nem sempre, no entanto, o Presidente pode assistir ao filme inteiro. A necessidade de pôr em dia o expediente atrasado, esvaziando os malotes de couro que lhe levam dezenas de processos mais urgentes, o obriga a deixar a sala no meio da exibição, depois de fazer as honras da casa aos poucos convidados — deputados e senadores — que lá comparecem.

Ao contrário do seu antecessor, que mantinha o mesmo ritmo de trabalho durante tôda a semana, o Marechal Costa e Silva reserva religiosamente o sábado e o domingo para descanso. Nesses dias o Alvorada muda sua fisionomia, o Presidente liberta-se do paletó e toma um banho de piscina ou — se os seus netos estiverem em Brasília — faz um passeio pelo lago, a bordo da lancha *Gilda*.

Quase nunca o Presidente, durante todo êsse ano de Govêrno, admitiu interrupções nos seus descansos de fim de semana. As únicas exceções conhecidas: a entrevista com um enviado especial de Israel, durante o conflito no Oriente Médio, num sábado, e uma longa conferência com o Ministro Jarbas Passarinho, quando das denúncias de corrupção nos meios sindicais.

Desde que assumiu o Govêrno já por duas vêzes, coincidindo com o período das férias escolares, o Marechal Costa e Silva decidiu reduzir temporàriamente o seu volume de atividades: em julho, reunindo seus quatro netos em Brasília, mudou-se para a Granja do Riacho Fundo, cêrca de 20 quilômetros distante do Centro da Cidade, lá passando tôdas as manhãs e só indo ao Palácio do Planalto na parte da tarde. Em Petrópolis, já agora em janeiro, realizou a primeira experiência de veraneio presidencial que o País assistiu nos últimos oito anos.

PRESIDENTE E OS NÚMEROS

Nesses 366 dias de Govêrno, o Presidente Costa e Silva passou 207 em Brasília, 95 no Rio e os 64 restantes nos Estados. Seu escore de permanência em Brasília, que já se anunciava como um recorde em relação aos governos anteriores, foi reduzido sensivelmente com a temporada de verão no Estado do Rio.

Desde que assumiu a Presidência, o Marechal Costa e Silva voou um total de 119 horas e cinco minutos, cobrindo cêrca de 47 600 quilômetros, o que corresponde a mais de uma volta em tôrno da Terra. Nesse período o Presidente, além das permanências mais demoradas no Rio, visitou e governou de São Paulo, visitou e governou de Belo Horizonte, visitou e governou de Recife, visitou o Paraná, o Rio Grande do Sul, a Paraíba, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia.

Fêz apenas uma viagem ao exterior: a Punta del Este, no Uruguai, para a reunião dos Presidentes das Américas, em abril do ano passado, sendo essa a única vez em que o Vice-Presidente Pedro Aleixo ocupou o Govêrno, pelo espaço de 72 horas.

O Marechal Costa e Silva realizou sete reuniões do Ministério, três reuniões do Conselho de Segurança Nacional, cinco reuniões do Alto Comando das Fôrças Armadas, 28 reuniões isoladas com Ministros de Estado; recebeu 33 embaixadores estrangeiros e três Chefes de Estado; concedeu 625 despachos a seus Ministros, 260 audiências a deputados, 88 a senadores, 77 a governadores estaduais; recebeu 19 membros do Poder Judiciário, 65 autoridades militares (nacionais e estrangeiras), 13 membros do clero, oito estudantes e três trabalhadores.

O Marechal: simpático mas pode virar a mesa

Carlos Castello Branco

Brasília *(Sucursal)* — *O Marechal Artur da Costa e Silva ascendeu ao primeiro plano da vida pública há quatro anos, como um dos chefes do movimento de março de 1964, Ministro da Guerra, membro do Comando Revolucionário que cassou mandatos e suspendeu direitos políticos e, finalmente, desde 15 de março de 1967, como Presidente da República.*

Esse tempo parece ter sido suficiente para que o povo formasse uma opinião da pessoa do Marechal. Êle mostrou, nos episódios em que atuou, decisão e poder de iniciativa nas horas de crise, mas capacidade de relaxar e voltar ao normal na rotina. Com êle estamos longe da tensão permanente do marechal que o antecedeu. Sua figura não é a do pai nem a do bicho-papão, mas a de um homem bom, bem intencionado, embora um pouco embaraçado com as tarefas que o destino lhe reservou. Pessoalmente todos o olham com simpatia, embora todos saibam que há sempre o risco de uma mesa virada. Não o perturbem excessivamente que êle pode ir aos excessos.

Ao fim do seu primeiro ano de presidência, embora chefiando um Govêrno impopular, não se pode dizer que o Presidente seja impopular. Sua imagem é boa e o povo gostaria de que êle marchasse ao seu lado. O Marechal, todavia, não pode ou não quer — de um modo geral acha-se que êle não pode — trocar o fundo do quadro.

O Marechal Costa e Silva é o terceiro gaúcho a chegar à Presidência da República. Os outros dois foram Getúlio Vargas e João Goulart, ambos depostos. Parece que a afabilidade pessoal é uma tônica do temperamento gaúcho, seja qual fôr a característica de cada um, do impulsivo ao missioneiro. O Marechal Costa e Silva é tão cordial quanto Getúlio Vargas e tão ameno no trato quanto João Goulart, com quem tem alguma semelhança física, no pescoço taurino, no corte da cabeça e no conjunto compacto.

A cordialidade não impediu a qualquer dos três demonstrar obstinação nos seus objetivos e nos seus métodos. A capacidade de transigir de cada um, louvada a seu tempo, sempre foi mais aparente do que real. Os três chegaram onde quiseram chegar. Mas tanto Getúlio quanto Goulart, fingindo se adaptarem às contingências, terminaram sendo sacrificados por não saberem mudar — mudar os objetivos e mudar os métodos. Caíram vítimas da própria obstinação.

O humanitarismo parece ser igualmente uma característica comum aos chefes gaúchos. Isso lhes dá uma secreta afinidade com as massas. O Marechal Costa e Silva tem, no fundo, êsse laço com o povo, embora contido e desvirtuado pelo tipo de Govêrno que as circunstâncias lhe impuseram.

O Marechal-Presidente acha que está fazendo um bom Govêrno. Essa opinião não é compartilhada pelos políticos, os quais, embora reconhecendo certa eficiência na administração, a acusam de medíocre, apegada às soluções de rotina, longe da medida de grandeza que seria a única compatível com a natureza dos problemas brasileiros. As maiores dificuldades do Presidente são, todavia, as de comunicação. Comunicação com os políticos e com a opinião pública. Isso não será pròpriamente culpa dêle, mas do estado de espírito criado pela Revolução, hostil aos políticos, e olímpica em relação aos apelos populares.

De qualquer forma, os resultados estão aí, na crise entre o Congresso e o Presidente e na resistência de trabalhadores e estudantes aos esforços limitados feitos não pròpriamente para atraí-los, mas para levá-los a compreender os propósitos do Govêrno. Todos sentem que o sistema revolucionário de governar chegou a um impasse. Daqui por diante, ou há uma volta acelerada à normalidade democrática ou o recurso a novas soluções de fôrça.

É para fugir dessa alternativa e assegurar transcurso tranqüilo de uma situação de emergência para uma situação de normalidade que políticos da própria área do Govêrno propõem a pacificação nacional. A Oposição, no entanto, tende a radicalizar-se cada vez mais, tanto quanto o Govêrno insiste em não fazer concessões.

É sob essa expectativa que o Marechal ingressa no segundo ano de presidência. O primeiro foi relativamente sossegado. Daqui por diante êle vai ter de pôr à prova sua capacidade de articular politicamente ou de dar com êxito um murro na mesa. Essa última perspectiva o entristece. Êle tem dito que tudo quanto ambiciona é governar com eficiência e em paz, para, ao fim de quatro anos, passar a Presidência da República a um civil.

Congresso continua marginalizado

Brasília (Sucursal) — O Govêrno do Marechal Costa e Silva chega ao término do seu primeiro ano sem nada ter feito para aliviar a sensação de desalento a que foi levado o Congresso, que neste lapso viu ampliar-se a sua marginalização, por vêzes até com sinais de desaprêço pelas prerrogativas que lhe seriam inerentes.

Embora nem de perto se aproximasse da pletora do Govêrno Castelo Branco, o Presidente atual desagradou o Poder Legislativo principalmente pela profusa ação legiferante, em particular pelo abuso dos decretos-leis, alguns dos quais geraram grande irritação no próprio Partido oficial.

PONTO DE ATRITO

Foi o caso, entre outros, do decreto-lei em que o Poder Executivo propôs o reajuste automático dos aluguéis, problema que teve o seu desfecho na área da Justiça, com a inconstitucionalidade do ato reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.

O Marechal prometeu então aos seus correligionários dar conhecimento prévio de tôda matéria que pretendesse disciplinar por decreto-lei. Isto, entretanto não aconteceu.

Quando, no final da sessão legislativa de 1967, o Congresso foi convocado para uma sessão extraordinária, o que se viu foi a reincidência no uso imoderado do instituto do decreto-lei — um dos principais fatos de atrito nas relações do Govêrno com o Poder Legislativo.

E no bôjo dessa nova safra vinha uma providência polìticamente tão ou mais objetável que a dos aluguéis: era o Decreto-Lei n. 348, que atribuía ao Conselho de Segurança Nacional a estrutura de um superministério, aprovado finalmente por escassa margem de votos e que será impugnado pela Oposição perante o Supremo Tribunal Federal.

Três decretos-leis foram rejeitados pelo Congresso: o que dispunha sôbre participação dos municípios na quota do Impôsto de Circulação sôbre Mercadorias, o que estabelecia o Impôsto Único sôbre Combustíveis e o dos despachantes aduaneiros.

ÚLTIMAS ILUSÕES

Uma corrente da ARENA sustenta que a Constituição não é de todo má, na medida em que resguarda as liberdades individuais e a estrutura representativa do poder, e aceita a supressão de certas atribuições do Congresso, absorvidas pelo Poder Executivo, com a justificativa da necessidade de aparelhar a administração para a ação rápida.

Ao desalento na área situacionista, equivale na bancada oposicionista a convicção de que o vácuo é profundo nas relações entre o Poder Executivo e o Congresso. A crise, segundo a Oposição, é institucional e depende do próprio regime, mais interessado em aprimorar a legislação revolucionária do que em comunicar-se com a classe política e aproximar-se da opinião pública.

Em muitos casos, pela reação desfavorável no Congresso ou por verificar erros ou imperfeições, o Govêrno se viu obrigado a retirar projetos já entregues ao Congresso. Figuram neste capítulo o nôvo Código Judiciário do Trabalho, o Código de Obrigações, o projeto alterando a lei sôbre a organização básica do Exército.

Além dos 2 095 decretos que baixou e dos 32 decretos-leis que promulgou, o Presidente Costa e Silva encaminhou ao Congresso 183 projetos de lei.

MINISTROS AJUDAM

A presença maciça de Ministros de Estado na solenidade de reinstalação dos trabalhos legislativos, a 1.º de março, foi um fato que chamou a atenção como indício do interêsse que poderia estar surgindo agora no Executivo para melhorar suas relações com o Congresso. Ao mesmo tempo, alguns ministros, como os Srs. Mário Andreazza, dos Transportes; Hélio Beltrão, do Planejamento, e Magalhães Pinto, do Exterior, têm mantido informalmente conversações com os parlamentares, em clima de franqueza e cordialidade, prontificando-se a prestar-lhes quaisquer informações que desejem.

Além disto, o pronunciamento que fêz o Ministro do Exército perante o Senado, antecipando-se à sua anunciada convocação, foi quase surpreendente, pela ênfase com que definiu a precedência do poder civil.

DECISÃO E COMISSÃO

Um cochilo na redação do texto constitucional permitiu que o Sr. Moura Andrade procurasse continuar a presidir o Congresso, como Presidente do Senado, embora na elaboração dos dispositivos que modificaram o sistema de comando do Poder Legislativo tivesse ficado inequivocamente assentado — apesar da obscuridade do texto — que aquela função passaria a ser exercida pelo Vice-Presidente da República. A resistência do Sr. Moura Andrade em ceder o pôsto ao Sr. Pedro Aleixo contribuiu para que o Marechal Costa e Silva exigisse o seu afastamento também da Presidência do Senado.

Já no que se refere à eleição para a escolha do Presidente da Câmara, o Marechal Costa e Silva manteve total alheamento. Se de fato havia de sua parte inclinação para favorecer a reeleição do Deputado Batista Ramos, então terá recuado para evitar o risco de uma derrota, na medida em que sentiu a fôrça da candidatura do Deputado José Bonifácio, afinal realmente eleito.

As derrotas sofridas pelo Govêrno vieram somar-se mais duas, à última hora, com as quais demonstra que o abuso do instituto dos decretos-leis constitui o ponto de maior sensibilidade nas relações entre o Govêrno e o Congresso.

Na Comissão de Justiça da Câmara, caiu por inconstitucionalidade o decreto-lei que isenta do Impôsto de Renda o rendimento dos depósitos feitos por entidades vinculadas ao sistema de financiamento habitacional, ao mesmo tempo em que o Senado rejeitava, por 32 votos contra oito, o decreto-lei permitindo a aquisição de ações nas Bôlsas de Valôres, com desconto no Impôsto de Renda.

Alívio político da posse não se confirmou

Brasília (Sucursal) — Decorrido um ano de sua posse, o Govêrno Costa e Silva, que atingiu o poder sob uma expectativa geral de "alívio político", sobretudo em relação à intransigência do ex-Presidente Castelo Branco para com a Oposição, ainda não atingiu o que se esperava dêle em matéria de um diálogo mais franco com os Partidos.

O alívio político que se esperava deveria atingir os setores de crédito, o salarial, a chamada política de portas abertas, o diálogo com o povo, o nacionalismo, o desenvolvimento e a diplomacia da prosperidade de que falou o Chanceler Magalhães Pinto logo em seus primeiros pronunciamentos. Entretanto, só no setor de crédito se conseguiu qualquer coisa.

ISOLADO DOS PARTIDOS

Mas embora o setor do crédito tenha sido de certa forma aliviado, o empresariado sofreu com a exacerbação tributária. E o Govêrno, que não logrou estabelecer o diálogo com o povo, isolou-se também dos Partidos políticos, que teòricamente são os instrumentos destinados a fazer presente o povo na atividade pública.

Hoje, 15 de março de 1968, a ambição de alívio é reajustar o sistema político de modo a que se processem adequadamente as relações do Govêrno com os Partidos. O Govêrno custou, mas ao cabo de um ano reconhece que aí se localiza a deficiência básica. Se por um lado proclama ter alcançado um êxito que foi "além das expectativas mais otimistas" no plano administrativo, como disse o Marechal Costa e Silva, confessa o Govêrno, por vários de seus membros mais expressivos, o fracasso em convencer a opinião pública dêsse seu suposto sucesso.

RELAÇÕES FORMAIS

Na realidade, as relações com o sistema político revelaram-se defeituosas, além de escassas. Os Partidos políticos foram mantidos rigorosamente à margem das decisões do Govêrno. As relações do Govêrno com a ARENA esterilizaram-se num formalismo surpreendente, porque não condiz com o temperamento comunicativo e informal do Presidente da República.

O Govêrno inclina-se a aceitar como satisfatòriamente realizadas as relações com o Congresso e com os partidos desde que os ministros compareçam a solenidades parlamentares e os deputados e senadores compareçam a recepções oficiais do mundo político.

FRAQUEZA DE SÁTIRO

O contato entre o Govêrno e seu partido na Câmara é feito exclusivamente por uma liderança que só conhece uma "via de mão única". O Deputado Ernâni Sátiro, fiel à compreensão de que só lhe cabe zelar pelo cumprimento da orientação oficial, restringe-se a colhêr, em face de cada problema, o pensamento do Govêrno. Nada leva ao Palácio do Planalto, nem sugestões, nem ponderações, muito menos advertências ou os anseios e as opiniões predominantes na sua bancada.

Ao contrário do Govêrno do Marechal Castelo Branco, o Govêrno Costa e Silva desde o primeiro dia preocupou-se em não ser impopular. Mas, talvez por isso mesmo, foi levado à perplexidade e às contradições internas.

UM ANO PERDIDO

Produto de um quadro institucional gerado pela Revolução, o MDB está contido dentro de limites que o tornam uma Oposição de todo impotente. Estabelecidas no País as condições que levaram a um vazio de liderança, de comando e de oposição, criaram-se as condições para que surgisse a **frente ampla**, que ainda não perdeu nem um **round** de que participou, embora muitos proclamem que ela está em situação de inferioridade. A verdade, porém, é que o Govêrno fêz um "exercício de adestramento militar", com prontidão em todo o País, no dia em que o Sr. Carlos Lacerda, líder do movimento, fêz um discurso de paraninfo em São Paulo.

Perdido no meio dêsse vazio político criado entre os partidos e êle mesmo, o Govêrno viu surgir agora, como era natural, um movimento que procura fortalecê-lo, trata-se da pacificação das fôrças revolucionárias, proposta pelo Governador da Bahia, Sr. Luís Viana Filho.

Na verdade, polìticamente, o Govêrno perdeu um ano. Botou fora o enorme potencial de apoio de que desfrutava no momento da posse.

Fôrças Armadas atuam com mais discrição

Brasília (Sucursal) — Ao completar-se o primeiro aniversário do atual Govêrno, as relações entre o Presidente Costa e Silva e as Fôrças Armadas — das quais é êle o Comandante Supremo — se exprimem em têrmos de uma tranqüilidade algo diversa daquilo que estava nas previsões dos observadores quando o Marechal iniciou seu mandato, ainda sob o impulso inquisitório da linha-dura e sujeito à hostilidade, que então se anunciava, da denominada facção castelista da Revolução.

Um pouco por causa da distância que o movimento de março vai ganhando no tempo, um pouco pela aparente tendência da Oposição em acomodar-se à legalidade instituída pela Revolução e consagrada na nova Constituição, o Marechal Costa e Silva tem podido deslocar para os planos administrativo e econômico o centro do debate político, que sob seu antecessor mantinha os espíritos armados, quase que com exclusividade, em tôrno de temas relacionados com a crise institucional e a segurança interna.

Fato importante a realçar é a discrição com que invariàvelmente têm-se conduzido os Ministros militares na chefia de suas Pastas, todos preocupados em evitar pronunciamentos ou atitudes capazes de sugerir antecipação ou avanço em relação ao pensamento do Chefe do Govêrno. Ao contrário, procuram os dirigentes militares o máximo de engajamento nas diretrizes gerais do Govêrno, disputando com os Ministros civis a formulação e a execução dos programas de desenvolvimento.

Até hoje, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Márcio Melo, não concedeu uma única entrevista à imprensa. Seu colega da Marinha, o Almirante Rademaker Grunewald, teve apenas um contato com os jornalistas, pouco depois de assumir a Pasta. E o Ministro do Exército, General Lira Tavares — embora haja quem denuncie certo "tom de candidato" em sua recente exposição no Senado —, tem igualmente procurado uma posição de retraimento em matéria de publicidade.

Essa harmonia nas relações entre o Presidente da República e as Fôrças Armadas não implica, entretanto, na existência de adesão unânime da classe militar a todos os aspectos da orientação do Executivo. A questão do reequipamento da FAB é um exemplo ilustrativo. Tem sido difícil, ùltimamente, obscurecer o mal-estar, para não dizer certa irritação, que vem se registrando entre a oficialidade da Fôrça Aérea pela demora do Govêrno em aprovar os planos do Ministro Márcio Melo para a compra de jatos militares.

A questão dos vencimentos é outra fonte de mágoas em alguns setores da classe armada. Embora ressalvando que não se furtam ao sacrifício que o Govêrno, em nome do interesse nacional, haja por bem submeter os servidores civis e militares em matéria de proventos, muitos oficiais se queixam da discriminação que sofrem, por exemplo, em relação aos membros e mesmo aos funcionários dos Podêres Legislativo e Judiciário.

Política salarial causa atritos

Apesar de suas promessas de reformular a política salarial e devolver à normalidade a vida sindical do País, o Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, não conseguiu, neste seu primeiro ano de administração, obter a confiança dos trabalhadores brasileiros, que continuam distantes da política governamental.

Ao ser empossado, o Sr. Jarbas Passarinho definiu a nova orientação do Govêrno, afirmando "ter a recomendação de dialogar com os operários, ouvir-lhes as reivindicações e analisar-lhes os pleitos". Tentativas um pouco tímidas foram feitas neste sentido, tornadas sem alcance pelas intervenções nos sindicatos e pela política salarial.

VIDA SINDICAL

O documento básico, que define a política trabalhista do Govêrno, foi lido pelo Ministro Jarbas Passarinho, em nome do Presidente Costa e Silva, em Santos, no dia 1.º de maio do ano passado.

Referindo-se à posição do Govêrno diante das organizações sindicais, disse o Ministro: "Quero as representações de classe livres, autênticas, fortes na dinâmica do processo democrático, mas urge ainda, em seu próprio benefício, defendê-las do assalto permanente dos agentes da luta de classes".

Deve-se ressaltar que a administração atual encontrou 425 sindicatos sob intervenção. Novas intervenções foram feitas, algumas de caráter político, mas a maioria correspondendo a irregularidades nas eleições ou a denúncias comprovadas de malversão da receita ou do patrimônio dos sindicatos.

Hoje, 83 sindicatos permanecem sob intervenção e 81 ainda estão administrados por juntas governativas.

Outro ponto de atrito nas relações Govêrno-sindicatos é o atestado de ideologia criado na administração passada, e que ainda se encontra em vigor. O Ministro Jarbas Passarinho fêz algumas tentativas no sentido de suprimi-lo, por considerá-lo "uma arma perigosa, de dois gumes, e extremamente delicada". Não teve êxito, entretanto.

RELAÇÕES EXTERNAS

Dentro ainda de sua política sindical, o Ministro do Trabalho foi colhido no final do ano passado com uma denúncia de ingerência externa no sindicalismo brasileiro, fato que preocupou o Govêrno durante quase três meses.

Para a apuração das denúncias foi constituída uma comissão de inquérito no Ministério do Trabalho. O relatório final da comissão ainda não foi entregue ao Ministro, mas em conseqüência das investigações o Govêrno já regulamentou, através do decreto do Presidente da República, a instalação e funcionamento de entidades internacionais no Brasil.

Outra medida adotada em função das investigações, e que teve grande repercussão internacional, foi o fechamento da Federação Internacional de Trabalhadores Petroleiros e Químicos e da Federação Internacional de Trabalhadores Químicos e Diversos.

POLÍTICA SALARIAL

Único motivo de reivindicação e aglutinação dos trabalhadores, os salários continuam a definir as relações do Govêrno com a classe assalariada. E é onde se localiza o ponto de maior atrito.

Em sua proclamação de Santos, o Govêrno prometeu repartir igualmente os sacrifícios da política de combate à inflação, "e não atribuí-los apenas ou em maior parte aos assalariados".

A primeira medida tomada nesse sentido pelo Ministro Jarbas Passarinho foi a atualização do resíduo inflacionário. A próxima, que será objeto de mensagem a ser enviada ao Congresso, visa a corrigir um possível êrro na previsão do resíduo.

Estas correções, não alteram, entretanto, a filosofia da política salarial, que o Ministro do Trabalho considera correta e quer manter após o dia 13 de julho, data em que expiram as leis que a regulam.

Funcionalismo

A reforma administrativa fixou pontos referentes ao funcionalismo público, dando a orientação da política governamental nesse setor. Passou as atribuições do DASP para o Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

Desde o início do Govêrno mereceu atenção especial o aproveitamento de todo o pessoal civil da União. Todos os Ministérios informaram quais as necessidades de servidores ou quais os que estavam em disponibilidade, para que fôssem redistribuídos.

São mais de 700 mil os funcionários públicos brasileiros, que representam cêrca de 27% dos empregados do País.

Depois de chegar à conclusão de que são mais de 217 mil os servidores em disponibilidade, classificados pelo Ministro do Trabalho como mão-de-obra ociosa, com a agravante de que 96% foram nomeados sem a observância de qualquer critério seletivo.

Primeiramente o Govêrno procurou reabsorver parte dêsse pessoal através de retreinamento, readaptação e aperfeiçoamento daqueles que já dispõem de determinada qualificação profissional; procura facilitar a transferência dos restantes para o setor privado. Para isso pensa em oferecer uma série de vantagens capazes de induzir o funcionário a requerer licença extraordinária por até seis anos, com 50% da remuneração normal.

Cultura luta contra a Censura

A política cultural do Govêrno esbarrou desde o seu início com o problema da Censura. A Portaria do Serviço de Censura e Diversões Públicas do DFSP estabelecera, no início de março, normas para a censura no setor de teatros, provocando a revolta nos meios teatrais brasileiros.

Desde então, a seqüência dos atos da Censura Federal proibindo peças de teatro, filmes, músicas e livros suscitou protestos nos meios artísticos e intelectuais. O Ministro da Justiça, por cuja intervenção foram liberadas algumas peças, criou um grupo de trabalho para estudar a reformulação da legislação da Censura.

O Govêrno procurou coordenar as atividades culturais através de seu órgão oficial, o Conselho Federal de Cultura.

Foi elaborado o Plano Nacional de Cultura, indicando o que é prioritário. Êste Plano está no Congresso em fase de aprovação.

Sugeriu o Conselho Federal de Cultura a criação dos Conselhos Estaduais, para, com as necessidades regionais e promover a integração nacional com a administração federal.

O Conselho iniciou, em novembro, a primeira etapa do plano de emergência da cultura. Foi liberada e entregue uma verba de NCr$ 902 mil, como adicional ao orçamento, que era deficitário.

Por proposta do Conselho Federal de Cultura, já foram aprovados pelo Plenário: a criação do Serviço Nacional de Música, que virá cobrir uma falha num importante setor cultural, pois a música é a única arte que ainda não tem seu órgão próprio; a fundação de seis orquestras sinfônicas, distribuídas pelas regiões do País, nas cidades em condições culturais. Os Estados contemplados serão: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, já que as atualmente existentes se concentram em São Paulo e no Rio.

Estudantes

O Presidente teve sua atenção voltada para os estudantes e seus problemas, reconhecendo que persistiam os ressentimentos dos jovens, notadamente estudantes, para com a Revolução. Procurou atrair a amizade e confiança dos estudantes: "O que asseguro a todos os estudantes do Brasil é o restabelecimento da ordem democrática, e a minha profunda fé na juventude estudiosa de meu País, no seu idealismo, no seu sentimento do Brasil, na sua inteligência e na sua cultura, e, por igual, o meu propósito de tudo fazer para dar forma concreta e imediata às suas nobres aspirações, que terão em mim, desde agora, executor e defensor dedicado, firme e leal."

OS PROBLEMAS

O primeiro problema a ser enfrentado foi o dos excedentes. O Govêrno liberou verbas, firmou convênios para que fôssem absorvidos por outras universidades do País. Foi um paliativo, o problema continua embora o Govêrno não reconheça a existência do excedente porque o critério do vestibular foi alterado.

Houve durante êste ano demonstrações estudantis em todo o território nacional. Greves, passeatas, comícios prisões, congressos escondidos que tiveram como alvo principal o acôrdo MEC-USAID, má alimentação, extinção do restaurante do Calabouço. Foi nomeada então uma Comissão Especial para Assuntos Estudantis, composta de cinco membros sob a presidência do Coronel Meira Matos. Outro ponto de atrito.

A principal realização do Govêrno em relação aos estudantes foi a execução do Projeto Rondon. O projeto, patrocinado pelo Ministério do Interior com a colaboração de todos os outros Ministérios, iniciou-se em julho de 1967 e já mandou quatro grupos à Amazônia e ao Nordeste.

Educação

No setor de Educação, o Presidente da República prometeu "multiplicar as oportunidades de educação para todos, melhorar o nível de ensino em todos os graus, aumentar o número de escolas industriais e de escolas agrícolas, utilizar integralmente a capacidade ociosa das escolas superiores, ampliar-lhes as instalações e o número de docentes, adotar novos processos de avaliação de capacidade dos candidatos à matrícula nessas instituições, criar anexos às universidades, cursos em que, após consulta do mercado do trabalho, se preparem técnicos de grau intercalado entre o nível médio e o superior, promover a preparação e o aperfeiçoamento de professôres primários e de professôres de escolas normais em grandes centros regionais".

Em sua mensagem de primeiro ano de Govêrno, o Presidente mencionou as realizações que viriam cumprir aquelas promessas: "As transferências de recursos federais aos Estados e Municípios, para expansão e manutenção da rêde escolar primária, da ordem de NCr$ 29 milhões; cursos intensivos de recuperação de professôres leigos para formar professôres de disciplinas específicas dos colégios industriais, agrícolas e comerciais; o treinamento de mestres especializados para os ginásios orientados para o trabalho prosseguiu em ritmo acelerado. No campo de treinamento de mão-de-obra industrial, em programa intensivo de elevado nível, o MEC formou 13 500 operários semiqualificados e qualificados, 7 582 supervisores e 8 381 técnicos diversos; o incremento de matrículas no ensino superior atingiu cêrca de 18%: de 180 109 alunos em 1966, passou a 213 741".

MAIS PLANOS

O primeiro ano de Govêrno do Marechal Costa e Silva foi, como transparece já nos últimos itens, mais de planificação, programas de trabalho, convênios, acôrdos, com efeitos a longo prazo. Quanto às soluções imediatos não se pode dizer que houve o mesmo sucesso.

Em fevereiro dêste ano, o IPEA classificou o Ministério da Educação e Cultura como "despreparado e impotente para atender às necessidades do ensino superior no Brasil" e culpou as universidades pelos excedentes, porque a autonomia de que gozam não permite se intervenha nelas para resolver a questão, sendo que inúmeras universidades não gastaram nem 50 por cento dos recursos que receberam do MEC.

Os princípios básicos do Govêrno

Em sua mensagem à Nação, lida no decorrer da primeira reunião ministerial, o Presidente Costa e Silva delineou os princípios básicos de seu Govêrno. Anunciou a humanização do sistema político-econômico-administrativo, para fortalecer a emprêsa privada, principalmente a nacional, criando condições para a retomada do desenvolvimento a serviço do progresso social.

DIRETRIZES GERAIS

Foi elaborado, em julho de 1967, um Plano de Diretrizes Gerais do Govêrno. O documento consta de três partes: objetivos fundamentais, diretrizes da política econômica e um programa estratégico e prioritário, concentrado em nove áreas estratégicas. São elas: I — Elevação da produção agrícola; II — Ruptura das barreiras do abastecimento; III — Eliminação das principais deficiências e pontos de estrangulamento existentes na Infra-estrutura econômica, compreendendo especialmente a recuperação do transporte marítimo, fluvial e ferroviário, a aceleração do programa de rodovias prioritárias, a modernização e especialização da estrutura de transportes, o aumento da produtividade do transporte aéreo, a aceleração dos programas prioritários de comunicações e o apoio aos programas em curso nos setores de petróleo e energia elétrica; IV — Contenção ou redução dos custos básicos que se encontram sob contrôle direto ou indireto do Govêrno (juros, impostos, taxas, contribuições, energia elétrica, óleo combustível, transportes, matérias-primas e bens intermediários); V — Consolidação das indústrias básicas, como siderurgia, metais não ferrosos, química, bens de capital, mineração de ferro; VI — Ampliação do mercado interno e externo; VII — Aumento de eficiência do setor público (reforma administrativa); VIII — Estímulo à pesquisa científica e tecnológica; IX — Efetivação de programas prioritários nos setores de educação, saúde e habitação.

Custo de vida

Malgrado o aumento nos índices de preços em janeiro e fevereiro últimos, acelerado por fatôres sazonais, a contenção do custo de vida terá sido um dos maiores êxitos do Govêrno Costa e Silva em seu primeiro ano de administração: a taxa média mensal de elevação no custo de vida caiu, com efeito, dos 2,5% verificados nos 12 meses anteriores à sua posse para 1,8% de março de 67 a fevereiro de 68.

FINANÇAS

Na área financeira, contudo, o quadro foi menos tranqüilo: ao contrário do que ocorreu em 1966, os meios de pagamento no ano passado registraram sensível expansão — cêrca de 41% contra 17,4% em 1966 e 75,4% em 1965, confrontando-se sempre um ano com o anterior. Em 66, o aumento do papel-moeda em poder do público foi o principal responsável pela expansão dos meios de pagamento, mas aquêle foi um ano em que os bancos comerciais ofereceram resultados pouco satisfatórios na evolução dos seus depósitos, exatamente o oposto do que ocorreu no ano passado.

Em 66, o aumento global dos depósitos à vista e a prazo na rêde bancária comercial foi da ordem de 17% em confronto com o saldo de 1965. No período janeiro/outubro do ano passado, contudo, já os depósitos haviam aumentado em 38,7%, segundo dados do Banco Central, e continuaram em expansão até o fim do ano. Colocou então o Govêrno em prática uma das mais severas políticas restritivas do crédito, que perdura no início dêste ano, não obstante as promessas de liberalização quando se iniciar em abril a comercialização das safras.

Nas finanças públicas foram também pouco satisfatórios os resultados, sempre que se considere o elevado deficit de caixa do Tesouro, que atingiu a soma de NCr$ 1 bilhão, 225 milhões, contra um deficit de NCr$ 586 milhões em dezembro de 1966. Mas as autoridades observam que em abril de 67, ou seja, mal se instalara o nôvo Govêrno, já o deficit ultrapassava a barreira do bilhão de cruzeiros novos. As emissões em 67 atingiram, por seu turno, NCr$ 758 milhões, contra NCr$ 667 milhões em 1966, ângulo pelo qual o ano passado foi mais satisfatório, desde que se deflacionem os valôres mencionados.

No comércio exterior registrou-se sensível incremento nas importações, e o balanço de pagamentos fechou com um deficit superior a 200 milhões de dólares. Mas as autoridades anunciam um montante elevado de reserva, e o movimento de capitais mostra-se favorável no início do ano.

Para não fugir à regra, o Govêrno Costa e Silva fêz também a sua desvalorização do cruzeiro, que, segundo uma carta econômica (Seripla) é a de número 180 nos últimos vinte anos. A última desvalorização ocorrera em fevereiro de 67, no carnaval, quando o dólar passou de NCr$ 2,20 para NCr$ 2,70. No natal do mesmo ano a moeda americana subia para NCr$ 3,20. Mas o nôvo Govêrno foi responsável apenas por esta última mudança de taxa cambial.

No campo da produção industrial, o Govêrno Costa e Silva instalou-se logo após um trimestre de clara recessão. Teve êxito, sem dúvida, em face dos resultados da indústria de transformação, que evoluiu num crescendo, durante todo o resto do ano. Mas uma diminuição na produção de aço em lingotes entre 67 e 66 significa que nem tudo foram flôres, e o **boom** esperado tarda ainda um pouco.

Política externa

No discurso que pronunciou na primeira reunião de seu Ministério, na manhã do dia 16 de março do ano passado, quando lançou as bases de seu programa de Govêrno, o Presidente Costa e Silva anunciou que o Itamarati desenvolveria uma diplomacia nitidamente orientada no sentido do fato econômico.

Disse o Presidente, textualmente: "A orientação da diplomacia brasileira há de ser sensível ao fato econômico, sem detrimento, é claro, dos seus objetivos pròpriamente políticos e de sua projeção cultural". Tal pronunciamento completava o pensamento que fôra externado, na véspera, pelo Sr. Magalhães Pinto, ao assumir a direção do Itamarati:

"Impõe-se, nesta hora, uma política que reflita no plano internacional as aspirações de um povo firmemente decidido a acelerar o processo de seu desenvolvimento. Daí a necessidade de dar sentido eminentemente realista e o devido conteúdo econômico à nossa diplomacia. Ampliação efetiva dos mercados externos, preços justos e estáveis para os nossos produtos, intensificação de ajuda técnica e econômica, promoção de cooperação científica devem figurar entre os nossos objetivos primordiais".

LENTIDÃO

Ao completar o Govêrno do Marechal Costa e Silva o seu primeiro ano de existência, verifica-se que a implementação dos objetivos da chamada diplomacia da prosperidade, como veio a ser chamada a abertura econômica do Itamarati, "não ocorreu com a rapidez desejável", na própria avaliação do Sr. Magalhães Pinto.

O próprio Chanceler acentuou que as razões por que a diplomacia da prosperidade não se desenvolveu conforme as expectativas do Govêrno foram de ordem externa e interna, já perfeitamente identificadas.

As razões externas podem ser identificadas nos problemas comuns aos países subdesenvolvidos: as dificuldades à maior participação dêles no comércio exterior, devido às barreiras e restrições, vigentes no atual sistema de comércio internacional, que só beneficia as nações desenvolvidas: o aviltamento constante dos preços dos produtos de base, que nulifica, em têrmos econômicos, o aumento das exportações.

Contra essa ordem de coisas o Sr. Magalhães Pinto vem advertindo as nações ricas, primeiramente no discurso com que abriu a XXII Assembléia-Geral das Nações Unidas, em setembro passado, e mais recentemente em Nova Delhi, na II Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (II UNCTAD).

FALTA DE BASE

No plano interno três fatôres contribuiram para os poucos resultados obtidos pelo Itamarati na execução da diplomacia da prosperidade. O primeiro é o desentrosamento entre os diversos órgãos da Administração Pública. Ao Ministério das Relações Exteriores cabe executar, no plano externo, a orientação e as instruções acordadas internamente. Mas, neste ano inicial do Govêrno Costa e Silva, não foi possível entrosar a ação dos Ministérios do Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio e o próprio Itamarati. Basta atentar para o fato de que o CONCEX, criado no Govêrno anterior, transformou-se num órgão inútil, sem fôrça decisória. E a sugestão do Itamarati, de criação de um Conselho de Política Econômica Externa, constituído pelos citados Ministros e mais o Presidente do Banco Central, não encontrou receptividade.

O segundo fator interno é a falta de pessoal na Chancelaria — pessoal burocrático e diplomático —, que impossibilita qualquer esfôrço para tornar ainda mais dinâmica a ação da Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos Econômicos, entregue ao Embaixador Georges Maciel.

E, finalmente, o terceiro fator interno é a falta da mentalidade de exportação de alguns setores industriais brasileiros. Para a indústria do Brasil, exportar é uma preocupação apenas quando o mercado interno não assegura a colocação de tôda a produção. Não há preocupação de aumentar essa produção visando exclusivamente a conquista de mercados externos.

Comunicações

Criado no fim do Govêrno Castelo Branco, o Ministério das Comunicações herdou, há justamente um ano, os planos do Conselho Nacional de Telecomunicações, que já começavam a ser executados, e as falhas da velha estrutura do Departamento de Correios e Telégrafos — os dois órgãos até então responsáveis pelas telecomunicações no Brasil.

A primeira entrevista coletiva do Ministro das Comunicações, Sr. Carlos Furtado de Simas, foi para anunciar o aumento das tarifas telefônicas e telegráficas, em benefício do Fundo Nacional de Telecomunicações, e esta foi a única iniciativa do Ministério em 12 meses de administração.

Ao relatar as realizações de seu Ministério, o Ministro Carlos Furtado de Simas lembra agora a construção dos Troncos Sul e Nordeste e a instalação de novos sistemas de microondas entre as principais cidades do Centro-Sul.

Tôdas essas obras constavam dos planos do CONTEL e já vinham sendo executadas pela Emprêsa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.

O Tronco Sul interligará as Cidades de São Paulo, Curitiba, Blumenau e Pôrto Alegre, com um moderno sistema de microondas com serviços de telefonia, telegrafia, telex, televisão e transmissão de dados. Um sistema semelhante, no Tronco Nordeste, ligará as Cidades de Belo Horizonte, Governador Valadares, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza.

Pelo Plano Nacional de Telecomunicações, o Rio será ligado também, através de novos sistemas de microondas, com São Paulo e Brasília.

No campo dos telefones, o Ministério das Comunicações continuou, ainda através da EMBRATEL, a execução dos planos de expansão da Companhia Telefônica Brasileira, no Rio de Janeiro, São Paulo, Estado do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo. Já foram assinados os contratos de compra de equipamentos para instalação de aproximadamente 400 mil novos telefones nesses cinco Estados.

Outro contrato preparado pelo CONTEL anteriormente e depois assinado pelo Ministério das Comunicações foi o do projeto INTELSAT, para construção de uma estação de satélites no Município de Itaboraí, no Estado do Rio, que fará o Brasil entrar no campo das comunicações por satélites, já no próximo ano.

Na área dos Correios e Telégrafos, onde o Ministro Carlos Furtado de Simas confessou ter tomado medidas apenas de caráter provisório, os serviços não tiveram melhoras sensíveis, continuando tôdas as antigas falhas do DCT.

A atual rêde de telex, que é explorada pelo DCT, está sendo ampliada, no entanto, em 50%. O que o Ministério das Comunicações realizou nesse setor foi iniciar o estudo da "reformulação completa dos Correios e Telégrafos".

Saúde

A nona das áreas estratégicas do Plano de Diretrizes Gerais focaliza a infra-estrutura social da Nação. É a chamada meta-homem.

Prometeu o Marechal Costa e Silva "intensificar por todos os meios os programas de preservação e recuperação da saúde; promover a melhoria, modernização e aumento da rêde hospitalar no interior e combater as endemias em todo o território nacional".

PRIORIDADES

O Ministério da Saúde procurou desde o início executar as metas prioritárias, continuando o combate à malária e à varíola em todo o País. Elevou-se a cêrca de 3 milhões o total de casas expurgadas pela Campanha de Erradicação da Malária, especialmente nos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Maranhão e Piauí, além dos Territórios de Rondônia, Amapá e Roraima, perfazendo um total de mais de 1 milhão de casas borrifadas.

No combate à varíola, estabeleceu o Ministério uma ação coordenada convocando os serviços municipais e estaduais de saúde e desenvolvendo uma campanha de vacinação em massa que já registra, apenas nos primeiros meses, 6 milhões e meio de vacinados, prevendo-se a erradicação da moléstia até 1970.

Uma comissão técnica do Ministério da Saúde está elaborando o Plano Nacional de Saúde, que visa a garantir assistência médica a todos os brasileiros, permitindo ao doente escolher o médico de sua confiança. O Plano vai estimular a interiorização dos médicos e coordenar as suas atividades em todo o Brasil.

Energia

Ao assinar, em junho de 1967, um empréstimo para a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, a segunda das duas unidades do conjunto de Urubupungá, no Rio Paraná, o Presidente Costa e Silva fêz um resumo das diretrizes do Govêrno em relação ao problema energético.

Disse por exemplo que até 1971 o Brasil deverá atingir e superar a meta dos 12 milhões de quilowatts, total em que Urubupungá representará quase a metade.

Quando o plano estiver concluído as hidrelétricas terão assumido definitivamente a dianteira entre as diversas formas de usinas utilizadas para a produção de energia elétrica no País. Terá sido portanto mudada a velha imagem energética nacional, onde durante muito tempo coube às termelétricas a quase totalidade do potencial instalado.

ÁTOMO X ÁGUA

"A determinação de levar o Brasil a integrar-se na era atômica não importa, evidentemente, em descuido no esfôrço pela conquista das fontes convencionais de energia."

Esta afirmação define bem a política do Govêrno a respeito da construção de centrais atomoelétricas no País: O Brasil pretende construí-las e utilizá-las antes para se manter a par de sua tecnologia do que pròpriamente para delas retirar uma parcela importante de energia. A prova é que tôdas as 30 usinas elétricas que estão sendo agora construídas ou ampliadas são de tipo convencional. A explicação está no fato de que até agora o País aproveitou apenas uma fração de seu potencial hidrelétrico e de que suas reservas de combustíveis fósseis estão pràticamente intactas.

O Govêrno vem cumprindo os objetivos a que se propôs em matéria de energia. Na sua mensagem de prestação de contas à Nação, no dia 31 de dezembro de 1967, o Presidente Costa e Silva declarou que sòmente naquele ano haviam sido adicionados mais 700 mil quilowatts à rêde, elevando o total instalado a 8 milhões de quilowatts. Outros 5 mil quilômetros de linhas de distribuição levaram a energia a regiões até então desprovidas de seus benefícios, principalmente no Nordeste, enquanto na região Centro-Sul o Govêrno preocupa-se com a interligação das rêdes locais. Em 1968 outros 4 mil quilômetros estão previstos.

DEFINIÇÃO

O que falta agora é uma definição do problema da usina atomoelétrica. A ação neste setor tem se concentrado até agora na chamada dos cientistas nacionais que estavam no estrangeiro e numa série de estudos que estão sendo conduzidos conjuntamente pela Comissão Nacional de Energia Atômica e a Eletrobrás.

Deve-se notar finalmente que qualquer decisão do Brasil nesse setor deverá ser tomada em comum acôrdo com a Agência Internacional de Energia Atômica de Viena, de que o País é membro, e provàvelmente também com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que sòmente nos últimos anos já aplicou 125 milhões de dólares para ajudar a ampliação do parque energético brasileiro. Será ainda necessário ampliar os meios de extração e preparação de minérios radioativos. O Brasil possui enormes reservas de urânio e, junto com a Índia, os Estados Unidos e o Canadá, as maiores reservas conhecidas de tório.

Transportes

Ao assumir o Ministério dos Transportes, o Coronel Mário Andreazza afirmou que "os transportes são o fator mais importante para o desenvolvimento e manutenção da integridade nacional". Pouco antes o Presidente Costa e Silva havia dito que "uma política racional de desenvolvimento dos transportes é condição indispensável à valorização do homem".

O Govêrno, neste setor, ressalta a duplicação da Rodovia Presidente Dutra, a aplicação de NCr$ 599 milhões na construção e melhoramento de rodovias, a inversão de NCr$ .. 14,7 milhões no setor ferroviário, a construção em estaleiros nacionais de 117 embarcações, a recuperação da navegação de cabotagem e a redução do deficit de NCr$ 20 milhões e 900 mil para NCr$ 8 milhões no setor aéreo doméstico.

ESPINHA DORSAL

O conjunto dos transportes nacionais, que representa cêrca de 8,5% da renda nacional, 18% do produto interno bruto e 29% da formação bruta do capital interno, é encarado pelo Govêrno como a espinha dorsal de qualquer política de desenvolvimento.

Cêrca de 80% da rêde rodoviária nacional são de estradas municipais, de terceira classe, menos de um têrço das rodovias federais e apenas 7,5% das estaduais são pavimentadas, e, em todo o País, só existe uma estrada ligando o Norte ao Sul, de forma incompleta: a Rio—Bahia.

O Ministério dos Transportes informou que desde 15 de março de 1967 foram construídos e melhorados 2 493 quilômetros de estradas, pavimentados ... 1 026 quilômetros, restaurados 5 105 308 metros quadrados e construídos 8 505 metros de obras de arte.

CONSTRUÇÃO NAVAL

No setor de Marinha Mercante o Govêrno destaca, como pontos básicos da política seguida a partir de 15 de março de 1967, a encomenda pelo Ministério dos Transportes de 331 300 toneladas aos estaleiros nacionais; a entrega à Comissão de Marinha Mercante de cinco cargueiros, 117 embarcações e o início de entendimentos com estaleiros e armadores para a construção de 24 cargueiros velozes para longo curso, de12,2 toneladas cada um; dez navios do Lóide Brasileiro operando regularmente na Linha de Integração Nacional e o afretamento de 56 navios para a bandeira brasileira, dos quais 23 destinados à Fronape.

SETOR FERROVIÁRIO

O setor ferroviário, para o Govêrno, é ainda o mais atingido pelas deficiências de sua estrutura. Funcionam no Brasil 24 ferrovias com 33 200 quilômetros de linhas, 19 das quais, com 26 700 quilômetros, pertencem à Rêde Ferroviária Federal. Para que pelo menos uma parte dessas linhas se torne econômicamente rentável será necessário com urgência a retificação do traçado da ferrovia Rio—São Paulo, que reduzirá em cinco horas o tempo de viagem.

Em um ano o Govêrno afirma ter realizado as seguintes obras: entregue ao tráfego do trecho, em bitola métrica, Divinópolis—Costa Pinto (181 km); conclusão do sistema de ferry-boat sôbre o Rio São Francisco; entrega ao tráfego da variante Floriano—Agulhas Negras (16 km); remodelação de mil quilômetros de via permanente; substituição de 200 quilômetros de trilhos; soldagem de 300 quilômetros de trilhos; utilização de 665 vagões metálicos novos, 69 locomotivas diesel-elétricas, 47 trens elétricos com 141 carros para o serviço suburbano do Rio e eliminação de 123 quilômetros de ramais antieconômicos.

TRANSPORTE FLUVIAL

A navegação fluvial no Brasil hoje é feita de forma autônoma, com caráter de atividade marginal e marginalizada e sem estrutura econômica nem empresarial. As opiniões são de que neste setor só será possível uma recuperação dessas formas de transporte se o Govêrno possibilitar financiamentos de embarcações.

TRANSPORTE AÉREO

O Govêrno anunciou uma recuperação financeira dos transportes aéreos, conseguindo reduzir de NCr$ 20 milhões e 900 mil para NCr$ 8 milhões o deficit nas linhas domésticas, enquanto nas linhas internacionais foi conseguido o equilíbrio.

Técnicos do Ministério dos Transportes informam que o objetivo a ser atingido é a eliminação gradual dos deficits operacionais das emprêsas, enquanto os empresários afirmam que para êste objetivo ser alcançado é necessária a melhoria da qualidade dos serviços de transportes e de proteção ao vôo.

Reforma administrativa

Em sua segunda entrevista coletiva, o Presidente Costa e Silva, interrogado a respeito do feito mais importante do Govêrno, indicou como de excepcional relevância a execução da Reforma Administrativa, por ser preparação dos instrumentos para melhor aplicação da política do desenvolvimento.

A Reforma Administrativa foi inspirada em cinco princípios e concepções de caráter permanente: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e contrôle.

A operação está entregue ao Escritório da Reforma Administrativa, no Ministério do Planejamento. Este órgão, além de controlar o andamento da Operação-Desemperramento, se prepara para a análise em profundidade de tôda a máquina administrativa.

ÓRGÃOS TÉCNICOS

Com êsse fim tem buscado, através de convênios, o auxílio de órgãos técnicos em administração, tanto públicos como privados. Procura também organizar um cadastro de todos os funcionários da União que receberam treinamento formal em técnica de administração para aproveitá-los como agentes de reforma espalhados por um sistema nacional de escolas, institutos e centros de administração.

A Reforma Administrativa foi iniciada pelo que é mais rápido e importante, o desemperramento da administração governamental, que está sendo promovido através da criação de grupos e subgrupos de trabalho em todos os Ministérios e órgãos da administração indireta.

Ministros e Diretores de Departamentos já fizeram cêrca de 800 delegações de atribuições, o que trará rapidez de decisão para milhões de processos. O próprio Presidente da República deu início à Operação, delegando aos Ministros atribuições para a solução final de vários assuntos.

Magra e de vestido longo, Carrol Baker chega ao Rio sem lembrar "Baby Doll"

Com um costume de linho vermelho, saia à altura do joelho, muito magra, falando sem vivacidade e aparentando cansaço, chegou ontem ao Rio Carroll Baker, a intérprete de *Babby-Doll*. Ninguém a reconheceu e o motorista do Sr. Jorge Guinle, que fôra esperá-la no Galeão, perguntava a todos "quem é Carrol Baker?"

— Eu hoje não durmo mais de *baby-doll*. Êle está muito velho e por isso eu só uso pijama — afirmou a artista, que ficará por três dias no Copacabana Palace. Carrol Baker chegou de Mar del Plata, onde assistiu ao festival cinematográfico.

ELOGIO A "EDU"

Ela declarou-se "muito impressionada" com o filme brasileiro no festival e considerou "bastante adulto" o brasileiro Domingos Oliveira, diretor de **Edu, Coração de Ouro**. Carrol Baker não concorreu com nenhum filme e foi a Mar del Plata apenas para fazer presença.

Seu vestido vermelho, estampado na face interna, foi comprado em Roma, onde concluiu recentemente **Il Dolce Corpora de Debora**, dirigido por Romulo Guerrieri e contracenado pelo ator Jeal Sorel.

Durante vários minutos, Carrol Baker ficou ao lado do empresário, à espera de que o motorista do Sr. Jorge Guinle aparecesse. Durante êsse tempo todo, ela não aparentava mais que uma passageira comum.

Batida de limão acompanha autógrafos de Osvaldo e de Maria Alice em Niterói

Niterói (Sucursal) — Com muita batida de limão, para justificar o título de um dos livros, foi realizada ontem na Livraria Diálogo, desta Capital, a noite de autógrafos de Osvaldo França Júnior, autor de *Jorge, Um Brasileiro*, e de Maria Alice Barroso, autora de *Um Nome para Matar*.

As batidas, segundo o grupo da Livraria Diálogo, tinham que ser servidas, porque sem isso não haveria sintonia com o lançamento de um livro que tem *um Brasileiro* como título, com o que concordaram plenamente os que compareceram e o próprio Osvaldo França Júnior, que bebeu várias doses, juntamente com Maria Alice Barroso.

O CORONEL E O CASSADO

Os dois autores foram objeto de muitas perguntas e curiosidades de estudantes que queriam saber em que circunstâncias Osvaldo França Júnior foi cassado em 1964, perdendo sua condição de pilôto da FAB, no mesmo tempo em que procuravam constatar com Maria Alice Barroso se de fato o seu personagem principal — o Capitão Oceano — é o político de Miracema e ex-Prefeito de Niterói, Sr. Altivo Linhares.

Osvaldo França Júnior preferiu falar de Guimarães Rosa — que o premiou, com Jorge Amado e Antônio Olinto, no mais importante concurso literário do País, da WALMAP, sob os auspícios do Banco Nacional de Minas Gerais —, enquanto Maria Alice Barroso (segundo lugar) dizia que o Capitão Oceano não retrata qualquer político vivo de sua convivência, mas sim um "coronel" feudal que tanto poderia ter vivido em sua terra — Miracema — como em qualquer outro município do interior do País.

Delegado promove baderna

Niterói (Sucursal) — O Delegado de Polícia desta Capital, Sr. Mena Barreto, e dois colegas seus ainda não identificados, depredaram ontem a buate e churrascaria Sete, em Pendotiba, e espancaram o funcionário da Prefeitura, Nei de Sousa, que se encontrava nas imediações, após tentar obrigar a gerente da casa, D. Jacira Marília, a lhes "arranjar mulheres".

Os policiais, a princípio, se fizeram passar por repórteres do Jornal **Última Hora**, mas acabaram mostrando as carteiras da Secretaria de Segurança, antes de depredarem a buate.

Lagartas "militares" atacam malva

Belém (Correspondente) — Uma praga de lagartas militares está ameaçando o plantio de malva localizado na zona de Bragantina, principalmente no município de Bonito, onde os agricultores estão apavorados com a perspectiva de prejuízos e já solicitaram ajuda ao Govêrno do Estado.

A Cooperativa Central do Pará entrou em contato com o Secretário de Agricultura e com o Serviço de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, a fim de conseguir fungicidas e implementos necessários para combater as lagartas militares.

Empregados da Perfumaria Lopes vão à Justiça para resguardar seus direitos

Os Sindicatos dos Comerciários e dos Trabalhadores nas Indústrias de Perfumaria e Toucador entrarão hoje com uma ação na Justiça do Trabalho para resguardar os direitos dos 250 trabalhadores que ficaram desempregados com o fechamento da Perfumaria Lopes S.A., uma das mais tradicionais do Rio, com 70 anos de existência e fabricante do talco, sabonete e água de colônia Regina e dos sabonetes Dorli e Vale Quanto Pesa.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Perfumarias, Sr. José Ferreira Campelo, afirmou que a fábrica chegou a uma situação de insolvência devido a uma administração fraudulenta, colocando em perigo as famílias de 250 trabalhadores, que não sabem o que fazer.

DIREITO AMEAÇADO

Segundo o Sr. José Campelo, a ação visa a resguardar todos os direitos dos trabalhadores, entre êles a indenização, o aviso prévio, os salários retidos e as férias.

— Êste fato ainda cresce de importância se levarmos em consideração que 90% dos empregados eram estáveis, sendo que a maioria tinha 20 anos de casa.

O patrimônio da emprêsa está calculado em NCr$ 10 milhões, dos quais NCr$ 6 milhões já estão penhorados em função dos seus débitos fiscais, provenientes de dívidas do ICM, IPI, Impôsto de Renda e contribuições atrasadas do INPS. Informou também o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Perfumaria que os trabalhadores vão exigir do Ministério do Trabalho o pagamento do auxílio-desemprêgo a que êles têm direito.

— Esperamos que o Ministério pague logo o auxílio e que não seja necessário esperar os meses como sempre acontece, concluiu o Sr. José Ferreira Campelo.

Médicos são processados em Londrina

Curitiba (Correspondente) — Dois processos de homicídio e outros dois de estelionato serão instaurados contra quatro médicos de Londrina, por determinação do Presidente do Instituto Nacional da Previdência Social, depois de inquérito realizado por uma Comissão que estêve durante meses apurando irregularidades do INPS no Paraná. Os médicos acusados são os Srs. Luiz Bortoni, Antônio de Queiroz, Máximo Donosco e Francisco Wotzseck.

O inquérito acusa os médicos pela "prática de operações diversas que foram executadas sem necessidade, fatos inclusive que provocaram a morte de uma segurada — a Sra. Maria Mendes — uma vez que as intervenções cirúrgicas eram feitas sem as mínimas medidas de segurança".

Autuado por falar "você" a comissário

Niterói (Sucursal) — Por haver chamado o Comissário Valdir Monteiro, do 2.º Distrito Policial, de "você", o guarda Ari Costa está sendo processado por desacato à autoridade na 2.ª Vara Criminal, e ontem teve seu julgamento marcado para o dia 2 de maio pelo Juiz Décio Itabaiana Gomes da Silva, desta Capital.

A DISCUSSÃO INÚTIL

Os médicos Felipe Cardoso, Nova Monteiro e Pedro Wellington se reuniram para discutir a morte da garôta Josélia

Rio terá terminais só para a carga e descarga de caminhões

A Comissão de Estudos de Estacionamento (COESE) presidida pelo Comandante Celso Franco, dedicou quase tôda a reunião de ontem à aprovação de modificações no Código de Obras, na parte de garagens e edifícios-garagem. Ficou decidida a construção de terminais de carga e descarga para caminhões nos acessos ao Rio, especialmente na Rio—Santos.

As sugestões sôbre a construção de edifícios-garagem em terrenos remanescentes de prédios residenciais e fundos de lotes serão encaminhadas à Comissão que redige o nôvo Código de Obras do Estado, para substituir o Decreto 6 000.

DIRETIVA

A norma principal, sugerida pelo Diretor do Departamento de Trânsito e aprovada unânimemente, é criar condições para que o estacionamento em ruas e calçadas seja gradativamente reduzido ao mínimo. Um dado analisado pela COESE indica o registro de 58 mil novos veículos em 1968, no Rio, 33 por cento dos quais são absorvidos por moradores da Zona Sul.

A Subcomissão de Legislação sugeriu a obrigatoriedade de apresentação de certificado de local para guarda, pelos proprietários que emplacarem pela primeira vez seus carros, a partir de 1969. Foi aprovada a sugestão da Subcomissão de Urbanismo, no sentido de que os estabelecimentos industriais e comerciais só recebam alvará de localização se possuírem local para carga e descarga. Estas normas não terão efeito retroativo, atingindo só os novos registros.

Todos os presentes concordaram em dar preferência à periferia dos grandes centros comerciais, para a construção, pelo Estado, de edifícios-garagem, reservando aos centros pròpriamente ditos o estacionamento rotativo, pago e controlado através da hora de chegada e partida. As exceções para empreendimentos particulares serão reguladas pelo nôvo Código de Obras.

A construção de terminais rodoviários para carga e descarga evitará a entrada na cidade de caminhões e carrêtas de grande pêso, que congestionam as ruas e prejudicam o calçamento. Como a tendência é aumentar cada vez mais o pêso dos caminhões, a medida terá efeito preventivo.

As emprêsas de transporte serão consultadas, quando da fixação da tonelagem máxima no perímetro urbano. Os terminais serviriam de centros de triagem e distribuição e o transporte das cargas até a cidade seria feito por caminhões menores. A Fundação dos Terminais Rodoviários, que dispõe de recursos para isso, ficará encarregada de executar a idéia.

GRAVATA

O Deputado Gilberto Sobrinho apelou ontem, na Assembléia Legislativa, ao Comandante Celso Franco, para que seja abolido o uso de gravata pelos motoristas profissionais, substituindo-a por camisas cáqui de mangas compridas.

Argumentou o Sr. Gilbert Sobrinho que, além do perigo que a gravata representa (vários motoristas foram enforcados pelas gravatas), a camisa cáqui "é muito mais higiênica e uniformizará os profissionais".

Tráfego funcionou bem apesar da Chile fechada

O fechamento da Avenida Chile, ontem, não provocou maiores transtornos ao trânsito, graças ao esquema adotado no Largo da Carioca. O Comandante Celso Franco afirmou que o principal problema está na confluência da Avenida Mem de Sá com a Rua Frei Caneca, e que o movimento das ruas próximas está sendo observado, para a adoção das medidas necessárias.

O Diretor do Departamento de Trânsito irá hoje ao Secretário de Obras, engenheiro Paula Soares, para tratar de diversos assuntos, como a cessão de mão-de-obra para a colocação de gradis e o fechamento do Corte do Cantagalo. As modificações do trânsito de Botafogo continuam dependendo de alterações nas linhas de ônibus elétricos.

Mais de 100 táxis foram multados por embarcarem e desembarcarem passageiros do lado direito da Avenida 13 de Maio, contrariando as determinações de anteontem do Departamento de Trânsito.

Quanto à Operação-Tijuca, o Comandante Celso Franco disse que o principal problema poderá surgir na confluência das Ruas Conde de Bonfim e Uruguai, devido ao calçamento da Rua Itacuruçá, que escoará uma parte dos ônibus que trafegam na região. A implantação da próxima etapa da Operação-Tijuca depende da aprovação definitiva das modificações havidas na Praça Saenz Peña.

O PROBLEMA RESOLVIDO

As obras da Av. Chile afetaram muito pouco o tráfego das ruas próximas

Corpo médico do HMC ainda não descobriu causa da morte da menina Josélia

A morte da menina Josélia Wakin, ocorrida têrça-feira última, depois de permanecer 12 dias internada no Hospital Miguel Couto, com fratura exposta do braço, ainda não foi esclarecida, pois o corpo médico do Hospital não conseguiu descobrir a sua causa, supondo ter sido "um quadro infeccioso superagudo, evoluído de uma infecção crônica".

O Secretário de Saúde, Sr. Hildebrando Marinho, determinou ainda ontem a imediata abertura de inquérito para apurar responsabilidades no caso da morte da garôta de 14 anos, devendo a comissão iniciar hoje seu trabalho com tomada de depoimentos dos médicos do HMC.

TALVEZ TÉTANO

O Chefe do Serviço de Ortopedia e Traumatologia do HMC, Sr. Nova Monteiro, depois de se reunir ontem à noite, durante mais de uma hora, com a sua equipe e o Diretor, Sr. Pedro Wellington de Carvalho, afirmou que "é possível ter sido tétano complicado, que favoreceu a infecção", mas que "sòmente daqui a 10 dias a verdadeira causa será revelada através do exame bacteriológico de pedaços de vísceras de Josélia, solicitado ao Instituto Médico-Legal. O exame macroscópico feito logo após a morte pelo IML nada foi capaz de identificar, tendo sido a môça sepultada com atestado de óbito sem a **causa mortis**.

O Sr. Nova Monteiro disse que o hospital dispensou tôda a atenção possível para o caso de Josélia. Foi programada uma correção cirúrgica dos desvios dos dois ossos do antebraço, mas não pôde ser realizada porque "ao examinarem o antebraço, os médicos verificaram que as feridas estavam infectadas".

— Quando o seu quadro clínico se agravou, no dia 11, durante algumas oportunidades ela teve seis médicos no seu lado. Nos dois sábados em que estive de serviço, 2 e 9 de março, a doente foi examinada por tôda a equipe. No dia 9 o seu caso foi amplamente discutido e comentado na presença inclusive, de médicos estranhos ao hospital, mas que se encontravam em visita ao Serviço, entre os quais, o Dr. Wilson Rodrigues, do INPS. Nessa ocasião, chamei a atenção dos médicos residentes em treinamento para a importância do tratamento adequado das fraturas expostas que devem ser conveniente e precòcemente operadas.

Revelou que a doente deu entrada no hospital oito dias após o acidente ocorrido em Rio Bonito, Estado do Rio, no qual caiu de um cavalo, e que embora não pertencesse à jurisdição do hospital foi atendida porque o médico que a examinou no ambulatório, Dr. Varejão, julgou que o seu estado necessitava cuidado.

Disse que dois dias antes de morrer, o estado de saúde de Josélia agravou-se, entrando em convulsões com 42.º de febre, tendo sido removida da enfermaria para o Centro de Tratamento Intensivo, onde permaneceu durante 14 horas. Nesse período, contou, foram-lhe ministrados cinco milhões de unidades de penicilina e sôro antitetânico, pois a princípio julgava-se que fôsse tétano.

Após ter sofrido o acidente, segundo contaram seus pais José e Hercília Wakin, Josélia teve seu braço engessado numa clínica em Rio Bonito, tomando também antibióticos, sendo-lhe recomendado que viesse para o Rio, a fim de se submeter a uma intervenção cirúrgica.

Contaram que, aqui chegando, rondaram os hospitais durante cinco dias, sem conseguir hospitalizá-la, alguns argumentando que não se tratava de caso grave e outro — o Miguel Couto — de que não pertencia à sua jurisdição. Mas afinal ficou neste último, depois que sua mãe registrou-a como residindo em Copacabana — o que foi constatado na ficha de registro — ao invés de em Todos os Santos. Seus pais informaram ainda que apelaram para o Instituto Médico Legal, para que determine a **causa mortis**, feito o que ingressarão na Justiça contra a Direção do Hospital Miguel Couto, responsabilizando-a pela morte da filha.

Pátria e Democracia é chapa da Cruzada para eleições no Clube Militar

A chapa Pátria e Democracia, da Cruzada Democrática, encabeçada pelo Comandante da Vila Militar, General Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa, disputará com a chapa encabeçada pelo Marechal Justino Alves Bastos, ex-Comandante do III Exército, as eleições de maio no Clube Militar.

A chapa será registrada na segunda quarta-feira do mês de maio, com a presença da imprensa carioca, tendo em vista que o prazo para as inscrições termina no dia 22 do corrente. A chapa do Marechal Justino Alves Bastos concentra maior número de oficiais da reserva e ainda não foi formada, segundo se informou nos meios militares.

COMPOSIÇÃO

A chapa Pátria e Democracia, apoiada pela maioria do pessoal da ativa, inclusive o Ministro do Interior, General Afonso Albuquerque Lima foi concluída depois de uma série de conversações que só terminaram esta semana, e sua composição é a seguinte:

Presidente, General Manuel Francisco de Carvalho Lisboa; 1.º Vice-Presidente, General Jair Jerdão Ramos; 2.º Vice, General Fernando Santos Ferreira Coelho; Secretário, Coronel Mário Miquelino Ferreira da Cunha; Tesoureiro, Major Intedente Éder Fogaça Travassos da Rosa; Departamento Social, Capitão José Carlos de Siqueira Amazonas; Departamento Cultural, Coronel Jonas de Morais Correia Neto; Departamento Esportivo, Coronel Renato Moreira Fonseca; Departamento Cooperativo, Major Intendente Bartolomeu da Silva Filho; Departamento de Assistência Social, Coronel Egeu Correia de Oliveira Freitas; Departamento Imobiliário, Marechal Alcir de Paula Freitas Coelho.

Integra o Conselho Deliberativo: General Manuel Mendes Pereira, Vice-Almirante Heitor Lopes de Sousa, Brigadeiro Délio Jardim de Matos, General Newton Fontoura de Oliveira Reis, Coronel Aviador João Paulo Moreira Bournier, Capitão de Mar-e-Guerra José Sá Earp, General José Pinto de Araújo Rabelo e os Coronéis Antônio Carlos de Andrada Serpa, Milton Câmara Sena e Francisco Boaventura Cavalcânti Júnior.

São suplentes do Conselho Deliberativo, os Generais Haroldo Pereira Pinto e José de Melo Mourão, o Brigadeiro Alfredo Correia, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Aristides Leite, os Coronéis Augusto Cid de Camargo Osório, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho e Milton Pedro de Carvalho, o Major Horácio Pereira e o Tenente José Júlio.

São os seguintes os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes: Generais Lauro Alves Pinto, Itiberé Gouveia do Amaral Antônio Jorge Correia, César Montagna e Demóstenes Américo da Silva; os Coronéis Amerino Rapôso, Hélio Mendes e Paulo Vítor da Silva; o Major Tarcísio Célio Carvalho Nunes Pereira e Capitão Gustavo Coutinho de Faria; suplentes: Coronéis José Luís Coelho Neto, Maurício de Sousa Ferreira, Hélio Lemos e Aridi Brasil; Tenentes-Coronéis Antônio Morais e Haurs Gerd Haltemburg; o Major Capitulino de Barros e o Capitão João Carlos de Moura Travão.

Frente fria está em observação

Os meteorologistas esperam hoje poder informar se há possibilidade de alcançar o Rio, até o fim da semana, uma nova frente fria localizada ao sul do Rio da Prata, e cujo deslocamento deverá penetrar no Rio Grande do Sul e determinar, nas próximas horas, a formação de uma linha de instabilidade até o Paraná.

Para hoje, o Serviço de Meteorologia prevê a passagem do tempo de instável com chuvas a bom com nebulosidade, permanecendo a temperatura estabilizada em tôrno dos registros observados ontem que foram 31,0 (máxima), em Santa Cruz e 20,7 (mínima), no Alto da Boa Vista.

PERSPECTIVAS

O Serviço de Meteorologia informa que a massa polar que há dias passou pelo Rio, encontra-se dividida numa parte marítima e outra continental, separadas por uma frente quente que atua sôbre a Guanabara, Estado do Rio, São Paulo e Triângulo Mineiro. No momento ocorre a transição dela para tropical.

Linhas de instabilidade tropical são observadas também sôbre os Estados do Pará, Mato Grosso e Goiás.

Colisão de trens fere 13 pessoas

Treze pessoas ficaram feridas na manhã de ontem, em conseqüência de uma colisão entre os trens da Central do Brasil prefixo US-29, conduzido por Eli Lazali e VP (carro de conservação elétrica), dirigido por Miguel Meneses Vieira, na estação de Deodoro.

O acidente ocorreu quando o trem de passageiros realizava uma triangulação — manobra para passar para outra linha —, por causa de reparos que estavam sendo feitos na rêde elétrica, indo chocar-se com o outro que estava estacionado.

A vítima em estado mais grave é o maquinista Eli Lazali, que sofreu fratura do braço esquerdo. As outras, todos passageiros do elétrico, foram Adilson da Conceição Batista, Pedro Machado de Oliveira, Valdemir Gonçalves Nunes, Pubelio Luís de Sousa, Teresa Glória de Oliveira, Miorcílio Dutra da Silva, Válter Mourão, Orlando Marques Ribeiro, Antônio Carlos de Sousa Ribeiro, José de Sousa Lima, Denize Lima Ferreira e Jussara da Silva Araújo.

São Gonçalo mata quatro por semana

Niterói (Sucursal) — Recordista absoluto no Estado do Rio em incidência criminal — três assassinatos por semana — São Gonçalo conseguiu ontem superar sua própria marca, com a morte do pescador Almir Gonçalves Vaz, de 27 anos, que completou o quarto homicídio em cinco dias.

O pescador foi morto à queima-roupa pelo marginal Alvanir Guimarães, o **Niniu**, no Morro do Oriente. Neste primeiro trimestre já ocorreram em São Gonçalo 55 crimes de morte e mais de 100 assaltos a residências e casas comerciais, segundo estatísticas policiais.

Pai desmaia ao ver mais três filhos

Recife (Sucursal) — Como se não bastasse a sua mulher ter dado à luz três crianças de uma só vez — fato do qual tomou conhecimento e em seguida desmaiou —, o ambulante Miguel de Oliveira, de apenas 20 anos, agora está internado no Hospital Osvaldo Cruz, sob ameaça de tifo, e nem tão cedo poderá ver os novos filhos.

Enquanto Miguel de Oliveira recebe assistência dos médicos, seus três filhos estão fora de perigo, e a mulher, Maria Lúcia, disse que está conformada "porque já que Deus deu, me sinto feliz". Os médicos da Maternidade de Jaboatão, onde se deu o parto, estão preocupados porque a família não tem recursos.

Demitidos por Lacerda podem voltar

O Deputado Alberto Rajão, do Grupo Renovador, apresentou projeto ontem anulando tôdas as punições administrativas aplicadas a servidores estaduais com base no Ato Institucional n.º 1, durante o Govêrno do Sr. Carlos Lacerda. O projeto assegura aos funcionários reintegrados os direitos que gozavam à data da punição.

Ao justificar seu projeto, o Sr. Alberto Rajão afirmou que as punições aplicadas aos funcionários estaduais pelo então Governador Carlos Lacerda, com base no Ato Institucional n.º 1, são nulas de pleno direito à luz da Constituição de 1946, e voltam a sê-lo com a Constituição de 1967, que está em vigor.

Paulielo diz que trabalho de Praieira dá esperança em surpreender favoritas

O bridão J. B. Paulielo não aceita a idéia de que o quilômetro do Grande Prêmio Costa Ferraz seja resolvido pelas concorrentes Good Girl e Ambição, pois admite que sua conduzida Praieira, que estêve há algumas semanas correndo menos do que o esperado, desde o seu último triunfo, melhorou muito e pode surpreender as favoritas.

Jóquei observador e de muitas possibilidades técnicas, Paulielo acha que na grama Praieira corre muito e pode tomar a ponta, obrigando as favoritas a dar o máximo para a derrotarem. Mesmo sem falar em vitória acha que Praieira com o trabalho de 1m4s para os mil metros, deve terminar entre as primeiras colocadas.

BONS NO PLACE

Embora desconhecendo os pupilos de Racine Barbosa, admite J. B. Paulielo que pode conseguir os placês, pelo que o treinador lhe informou. Diante dessas informações é que admite a possibilidade de uma atropelada de Happy Jack, embora tenha maior confiança em Happy Night. Com Happy End afirma que parece acontecer o mesmo que com Happy Jack, pois são animais de características iguais em turma com o mesmo nível de possibilidades.

MONTARIA BOA

Embora sem colocá-lo na mesma situação de Praieira, acha Paulielo que seu conduzido, Expo-67, no sexto páreo de domingo, é uma boa oportunidade. Explicou o bridão que entre um grupo de chances mais ou menos idênticas, como seu conduzido e mais Ucrigio, Urbany, a parelha Icatu-Imperator e Happy Autumn, será decidida a disputa.

— Tenho certeza de que Praieira é a minha melhor corrida, mas Expo-67 também reúne alta possibilidade, pois, mesmo sendo a disputa difícil, não posso esquecer que se trata de uma das maiores fôrças do páreo.

Dogon mostrou melhoras no apronto com 36s 2/5 para a reta muito fácil

Dogon veio sempre mais fácil que um *sparring* no apronto de ontem pela manhã, trazendo no final a marca de 36s 2/5 para os 600 metros na direção de L. Acuña, que tirou, inclusive, seu pilotado para o centro da pista nos 200 metros finais e êste seguiu correspondendo com bastante desembaraço.

Borla foi uma das sensações de ontem com a marca de 42s 4/5 para os 700 metros no govêrno do bridão J. Machado que sòmente a alertou um pouco perto do disco, por sentir as suas reservas físicas. Borla reagiu e J. Machado então se acalmou no seu dorso.

BALSA

Balsa (F. Pereira F.º) os 800 em 52, com rara facilidade e afastada da cêrca. Algaroba (D. Santos) chegou algo ajustada ao lado de um companheiro em 47s1/5 os 700. Silk (M. Silva) melhorou para 45s, com poucas reservas. Revolucionária (A. Ramos) a reta em 38s 2/5, sobrando ao lado de uma outra. Fuziska (E. Marinho) os 700 em 45s, agradando qualquer coisa e Karajaná (J. Pedro F.º) aumentou para 56s, sem muita preocupação de marca.

BORLA

Farama (J. Batista) procurando o caminho mais longo, chegou sobrando no lado de Corcel (H. Vasconcelos) em 44s2/5 os 700. Françoise (A. Ramos) melhorou para 43s, deixando ótima impressão. Borla (J. Machado) baixou para 42s4/5, esperando pela sua companheira Adatis (Lad) Hoco (J. Borja) chegou correndo muito partida de 37s a reta e Iasruana (J. Pinto) os 700 em 45s, muito à vontade.

DOGON

Dogon (L. Acuña) vinha esperando pelo companheiro em 36s2/5 a reta. Jando (J. Santana) deu um passeio na pista, trazendo 24s para os últimos 360. Dorizon (M. Silva) a reta em 37s, com sobras. Golana (J. Pinto) casualmente encontrou uns companheiros e chegou sobrando ao lado dêles em 36s2/5 a reta. Intenso (J. Machado) no gramado, trouxe 36s para a reta com muito boa disposição. Fonfonelo (J. Borja) a reta em 37s, com algum rigor. Just Now (F. Estêves) procurando a cêrca externa, assinalou 37s2/5 para a reta com seu pilôto muito sereno. Soleil du Matin (A. Machado) na grama assinalou 20s2/5 os 360, correndo com muita facilidade e não tomando conhecimento de um companheiro e Gold Finger (A. Ramos) a reta em 39s, suavemente.

USCO

Rasuento (J. Pinto) os 700 em 45s, agradando qualquer coisa. Usco (S. Silva) melhorou para 44s 2/5, com grande facilidade e pelo miolo da cancha. Petrogard (A. Lino) de reta errada, assinalou 37s os 600, um pouco ajustado. Pussy Cat (J. Reis) vindo de mais longe, desceu a reta em 40s, suavemente. Sândalo (S. Silva) vinha muito sereno no lado de Mambrum (Lad.) em 43s 3/5 os 700. Belicoso (A. Ramos) a reta em 40s, suavemente.

KING MADISON

Jocker (P. Alves) os 700 em 46s, muito contrariado pois não o deixaram correr em parte alguma do percurso. Celso (J. Pedro F.) os 800 em 52s 2/5, com algumas reservas e a mais do centro da raia. Ragamuffin (F. Pereira F.) os 800 em 53s, agradando muito e quase colado à cêrca externa. King Madison (J. Gil) melhorou para 51s, dominando com autoridade a Don Gosik (J. G. Martins) e Bom Destino (A. Ramos) os 700 em 45s, com sobras.

HAPPY JACK

Bigurrilho (J. Pinto) vindo de mais distância, completou os 360 em 24s de galope largo. Araranguá (H. Vasconcelos) procurando à cêrca externa chegou voando nesta partida de 44s 1/5 os 700. Rio Negro (L. Carvalho) aumentou para 44s 2/5, deixando muito boa impressão e quase que pelo mesmo caminho. Happy Jack (J. B. Paulielo) com rara facilidade, desceu a reta em 37s 2/5. Resgate (C. Tarouquela) antecipando a partida, percorreu os últimos 400 na reta, em 25s, com algumas reservas. Êste percurso foi dos 1 200 aos 800. Sansoville (A. Ramos) os 800 em 52s 2/5, com sobras.

FORT PRINCE

Geiser (J. Pinto) os 700 em 43s, à moda da casa. Embalo (R. Carmo) a reta em 39s, suavemente. Artisan (H. Vasconcelos) os 700 em 48s, de carretão. Mocani (F. Meneses) a reta em 37s, agradando muito. White Hunter (S. Silva) aumentou para 38s, com sobras. Folgadão (J. Tinoco) a segunda partida, curta feita em 22s os 360, deixando muito boa impressão. Allegretto (J. Paulielo) a reta em 37s 2/5, com reservas. Garbo (L. Carlos) melhorou para 37s 1/5, sobrando ao lado de um companheiro. Gurundi (J. Queirós) a reta em 37s, muito à vontade. Guineu (F. Estêves) juntinho à cêrca externa, chegou correndo muito em 36s 2/5 a reta e Fort Prince (A. Lino) com rara facilidade assinalou 35s 2/5 para a reta.

ISTAMBUL

Istambul (J. Machado) desceu a reta em 37s 2/5, com muita facilidade. Urbaneja (J. Silva) aumentou para 38s, com sobras. Rubirosa (F. Maia) os últimos 360 em 22s 1/5, agradando muito. Hué (D. Moreira) a reta em 41s muito suavemente. Mug (A. Reis) os 360 em 22s, com reservas, e Nimbus (F. Pereira F.) os 700 em 47s, muito contido.

Sebastião Silva fala sôbre grande melhora de Sândalo e acha possível a vitória

O freio Sebastião Silva, entre as suas três oportunidades do fim de semana, destaca sem qualquer hesitação a corrida de Sândalo que, na sua opinião, melhorou muito, tendo um trabalho de 1m34s para os 1 400 e apronto de 39s, sem qualquer preocupação de tempo.

Esclarece o pilôto do Sul que da sua atuação de reaparecimento para a corrida do próximo sábado, Sândalo conseguiu alcançar quase o seu melhor estado e acredita que pela fraqueza da companhia seu conduzido vai brigar pela primeira colocação.

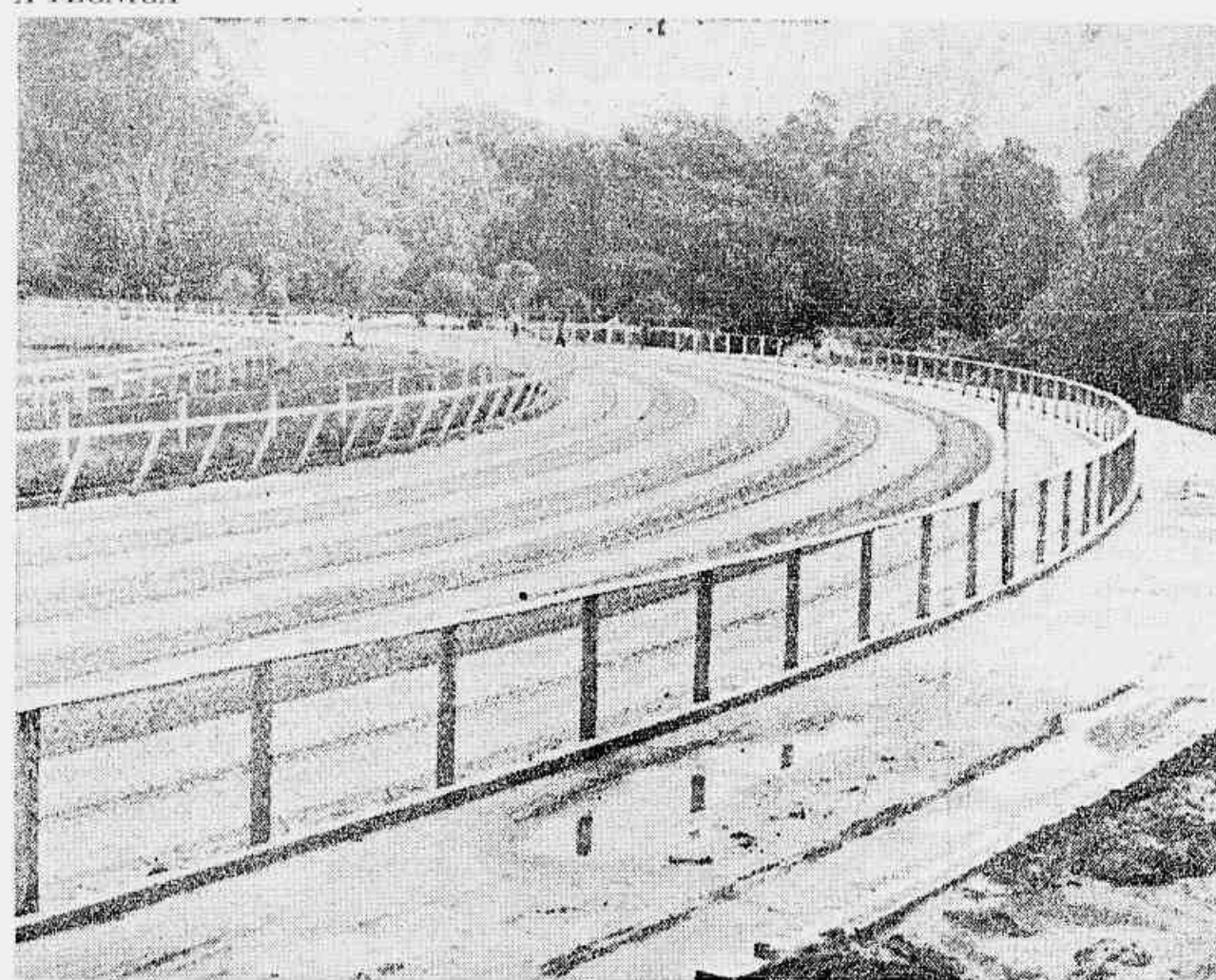
NÃO HÁ FÔRÇA

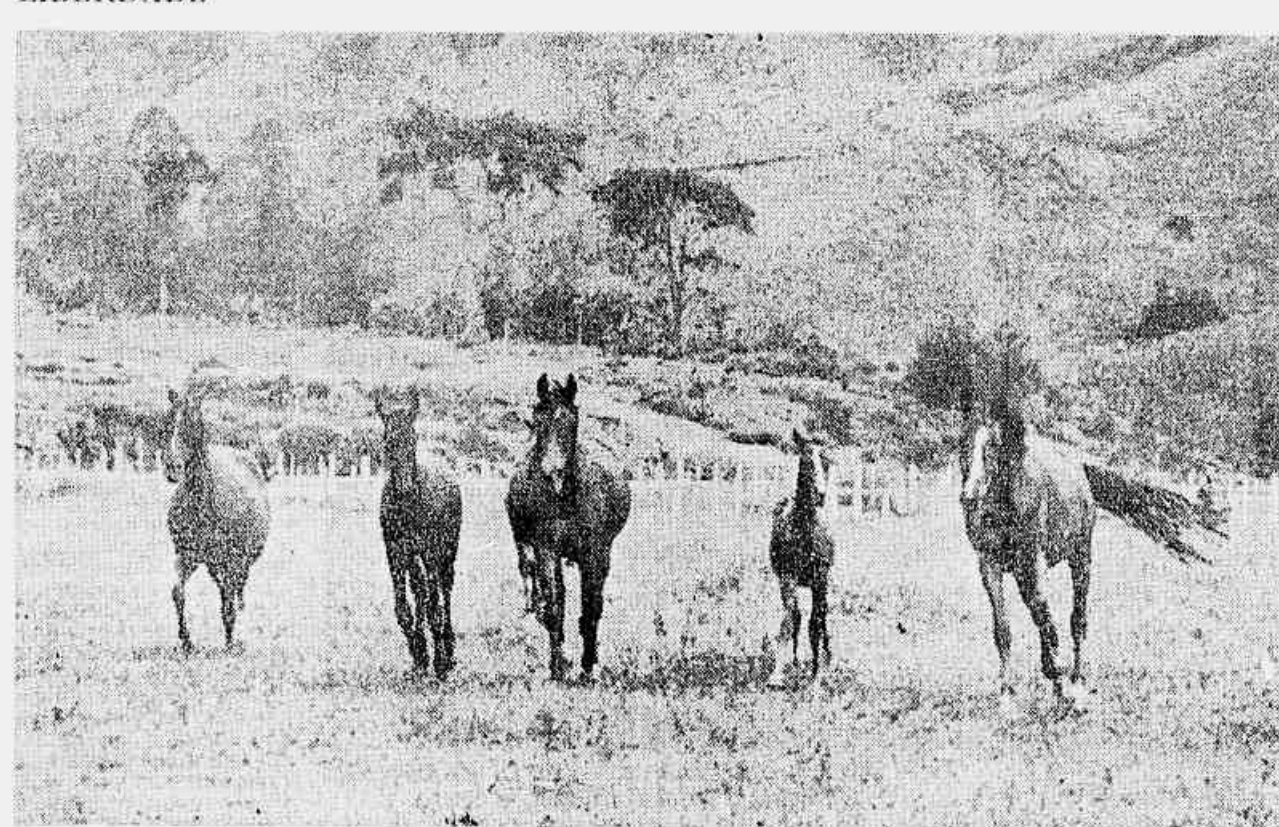
Sebastião aponta o páreo como tão modesto que é difícil indicar uma fôrça e para firmar essa opinião, comenta que Omarim, que vem de segundo na turma, é cavalo em que, observado pelo retrospecto, não se pode ter maior confiança.

Diante dessa modéstia de qualidade, é que S. Silva explica que Sândalo ou qualquer cavalo que tivesse trabalhando 1m34s teria que ser considerado um dos nomes mais certos à vitória.

Mesmo desprezado, acredita Sebastião ainda, na reunião de sábado, em boa situação de White Hunter, embora afirmando que seu conduzido por ser um especialista da grama, não deva ser considerado uma corrida tão boa como a de Sândalo. Mas, acha que White Hunter está em distância favorável, recebe grande vantagem de pêso de Geiser, e é esperança no placê.

A respeito de Chananéu, embora difícil sua vitória, quer deixar claro que é melhor cavalo do que se pensa, e breve estará ganhando na turma, e aprontando 600 em 38s tem agora possibilidade de boa atuação. Declara, no entanto, que Chananéu ainda tem muito que melhorar.

A TÉCNICA

A pista de areia tem uma camada de cimento por baixo, para lhe dar a consistência técnica perfeita

LIBERDADE

Criados em ambiente saudável, os produtos do Haras Vale da Boa Esperança são fortes desde cedo

Boa Esperança é idealismo para orgulho dos Capuas

Jorge Perri

O Haras Vale da Boa Esperança, situado no terceiro distrito de Petrópolis, de propriedade de Júlio Capua, é um dos muitos estabelecimentos de criação que vem sofrendo com a proibição do Ministério da Agricultura em não permitir o trânsito de animais no território nacional, em virtude de a anemia infecciosa ainda fazer vítimas entre os puros sangues. Mas isto não tira a tenacidade dos seus proprietários e funcionários, que aguardam trabalhando pacientemente que a ordem seja mudada, para então determinar a viagem dos nove produtos dêste ano, onde a maior esperança é Tarso, um filho de Ribot e Truite, que, segundo observações de Miguel Gil, deverá fazer muito sucesso nas pistas.

A saúde dos animais é o maior orgulho dos responsáveis pelo Haras Vale da Boa Esperança, tendo mesmo deixado os veterinários do Govêrno perplexos quando lá estiveram, pela alta qualidade das suas linhas harmoniosas e também pelo porte atlético que apresentavam. Os cuidados começam com as éguas reprodutoras — tomam leite diàriamente — e são transferidos aos potros, desde os seus primeiros passos até o fim da campanha. Raramente sofrem qualquer tipo de enfermidade, deixando um saldo favorável sempre que se retiram oficialmente das competições. Para os responsáveis pelo Haras, uma égua-mãe bem alimentada só pode gerar filhos campeões.

ENGRENAGEM

Miguel Gil tem 16 anos de serviços prestados ao Haras Vale da Boa Esperança, quando teve oportunidade de cuidar de animais da categoria de Hyperio, Ribot e outros. A sua simpatia por Hyperio é grande, mas, Miguel acha que Ribot foi melhor e, ainda sente saudades das suas violentas atropeladas na reta final, quando se agigantava e mostrava tôda sua raça de extraordinário campeão. Ao levar para o haras todo seu conhecimento, fêz questão de ter ao seu lado uma equipe de confiança, e foi buscar nos jóqueis J. Julião e F.G. Silva, dois auxiliares preciosos que têm uma tarefa importantíssima na preparação do potro para as carreiras. Cavalariços, ferradores e um veterinário sempre de plantão, completam o campo da engrenagem que Miguel Gil criou para conseguir o melhor num esporte onde sòmente os fortes conseguem realmente o melhor.

Atualmente estão prontos para descer nove potros de dois anos, sendo que dois dêles estão bem adiantados e logo que a proibição de trânsito deixe de vigorar, vão aparecer nas pistas com tôda a confiança do treinador Miguel Gil. Iambo, filho de Rieck e Vante tem algumas partidas, mas até agora não foi realmente apurado a fundo. Kranoir, filho de Krakatoa e Stich-Gal — importado no ventre, filiação francesa — também está sendo levado com muito cuidado e sòmente entrou na raia para os primeiros galopes, agora. Paladinos descende de Hyperio e Harea, tem uma pinta de craque e deverá ser um dos melhores do lote. Cotso, êste é um dos que Miguel Gil espera muito, filho de Hyperio e Sauzete, nos Estados Unidos, ... ter a mesma raça do pai. Jason por Sancy e Soumicion agrada pela estampa e parece muito com a mãe. Faríalo é uma filha de Ribot e Lady Ermine, está dando os primeiros galopes agora e J. Julião diz ser tão boa quanto Princezita. Parnoso, outro filho de Sancy por Pastorela, que falta alguma coisa para ficar na melhor forma. Sisalpina, filha de Roble e Caspedessa vem sendo pouco apurada, preferindo Miguel guardá-la para mais tarde, e Tarso, um descendente de Ribot e Truite que até aqui, é, na realidade, a grande esperança de Miguel Gil entre os potros.

— Tarso mostrou desde cedo que vai ser um dos bons — disse Miguel Gil — tenho a certeza que não vai existir raia nem distância e acredito estar cuidando de um verdadeiro craque. Logo que puder vou lançá-lo entre os da sua geração.

SEM PROBLEMAS

Para preparar os potros convenientemente sem qualquer problema técnico, Miguel Gil tem à sua disposição no Haras Vale da Boa Esperança uma pista de areia com 1 076 metros de extensão, sendo 250 metros de reta. Tem uma pista de grama, muito bem conservada de 800 metros, que é mais fôfa que a da Gávea, pois isto serve para acostumar mais ràpidamente o animal com êste tipo de raia. Carro-transporte, de propriedade do haras, completa a lista das coisas que o treinador julga de primeira ordem para o bom funcionamento do trabalho. A cocheira na Gávea, totalmente remodelada, foi outro cuidado que não passou desapercebido ao treinador, que mesmo não fazendo uso tratou de colocá-la em ordem para receber os potros. Com todos os detalhes estudados, Miguel Gil tem a tranqüilidade necessária para trabalhar e dar o máximo de si para conseguir elevar a criação do Haras Vale da Boa Esperança, que não está interessado na quantidade do que manda à raia e sim na qualidade da raça.

SABINUS ÓTIMO

Outra preocupação constante de Miguel Gil é o 3 anos, Sabinus, que foi na temporada passada o melhor potro da geração — entre os cariocas — só perdendo mesmo para o paulista Cariru. Animal voluntarioso e de muita categoria, Sabinus está atualmente melhor que no ano passado e tão logo seja possível voltará a competir para tentar então se firmar definitivamente entre os melhores nacionais da atualidade.

— Venho cuidando de Sabinus normalmente e quero vê-lo correr no Grande Prêmio Cruzeiro do Sul — 17 de abril — para depois então traçar definitivamente a sua campanha. A questão do jóquei ainda é problema, pois o pensamento do criador Júlio Capua é voltar a corrê-lo novamente no bridão e sob a direção de um dos melhores jóqueis da nova geração carioca.

CRIAÇÃO FORTE

Existem no Haras Vale da Boa Esperança atualmente 11 éguas reprodutoras e quatro garanhões — Sancy, Rieck, Roble e Pollyway — o que, segundo Miguel Gil, é a conta ideal para se tirar produtos de alta qualidade técnica como vem acontecendo já há algum tempo. Como o criador Júlio Capua não gosta de vender seus potros — prefere às vêzes fazer presente a amigos — a preocupação de lucro não existe e isto torna a criação mais emocionante, pois ali existe o idealismo verdadeiro e não uma constante de aumentar o capital de uma emprêsa que no Brasil, com raras exceções, oferece vantagem para quem se lança no campo da criação de animal puro-sangue. O haras tem 30 vacas leiteiras para fornecer leite às éguas reprodutoras e geralmente adquirem mais 100 litros de fora para completar a cota necessária ao consumo diário. Com isto, Miguel Gil diz, orgulhosamente, que a criação é forte, sendo difícil aparecer qualquer tipo de doença nos seus animais, como é comum nos potros.

— Êste ano não tivemos nem caso de tosse. Os veterinários do Govêrno que estiveram aqui examinando os animais não encontraram nada e saíram impressionados com a saúde dos potros. O Sr. Capua é um homem orgulhoso do seu estabelecimento de criação.

J. Borja colocou Sting Ray sempre mandando no páreo e conseguiu vencer fácil

Jorge Borja fêz Sting-Ray partir para a ponta depois que foi dada a partida para a Prova Especial de ontem na Gávea, e fazendo sempre um *train* falso conseguiu iludir os seus adversários para no final então dar a partida violenta e fugir na vanguarda ficando então a luta como a coisa mais difícil da carreira.

Eryma, que era uma das mais visadas na Prova Especial, não correu nada e terminou mesmo no último pôsto quase sem ação, mostrando desta maneira que algo se passou com ela. La Française atropelou juntamente com Bad-Girl e não passou de um terceiro lugar.

E JÓQUEI

Rangel do Carmo com as duas vitórias de ontem à noite passou à categoria de jóquei. Com Luthier correu na expectativa e atropelou na hora certa para derrotar Tobacco Road que tentou fazer um train falso na frente até a metade da grande curva. Com Princesa Valente teve que se desdobrar, pois, Secret Love foi uma adversária teimosa e sòmente perdeu depois de consultado o ôlho mecânico. Rangel do Carmo é um dos bons jóqueis saído da escola de aprendizes e deverá continuar brilhando na Gávea.

Outro aprendiz que brilhou ontem à noite foi M. Alves com Gorja, pois, conseguiu desencabular a filha de Alberico depois de muitas tentativas com outros jóqueis. Foi esta a primeira vez que conduziu a pensionista de José Luís Pedrosa e o fêz com absoluto sucesso. Estêve tranqüilo e no final chegou até a guardar o chicote.

1.º PÁREO — 1 200 metros

1.º Gorja, M. Alves
2.º Marucha, A. Ricardo

Vencedora (8) 0,94 — dupla (24) 1,07 — placês (8) 0,49 — (3) 0,20 — Treinador José Luís Pedrosa — Tempo 1m17s. — Não correu Farpiosa.

2.º PÁREO — 1 600 metros

1.º Luthier, R. Carmo
2.º Tobacco Road, S. Silva

Vencedor (2) 1,08 — dupla (14) 0,43 — placês (2) 0,46 — (8) 0,91 — Treinador Claudemiro Pereira — Tempo 1m45s.

3.º PÁREO — 1 600 METROS

1.º StingRay, J. Borja
2.º Bad-Girl, F. Pereira F.º

Vencedor (5) 0,36. Dupla (25) 0,45. Placês: (5) 0,19, (2) 0,14. Treinador: Geraldo Morgado. Tempo: 1m 43s.

4.º PÁREO — 1 300 METROS

1.º Princesa Valente, R. Carmo
2.º Secret Love, J. Queirós

Vencedor (5) 0,40. Dupla (23) 0,33. Placês: (5) 0,17, (3) 0,13. Treinador: Thiers Ribeiro Gomes. Tempo: 1m 23s. Não correu Eliane A.

6.º PÁREO — 1 200 METROS

1.º Príncipe de Gales, A. Ricardo
2.º Cativante, A. Marçal.

Vencedor (7) 0,18. Dupla (13) 0,43. Placês: (7) 0,13, (1) 0,21. Treinador: José Ricardo. Tempo: 1m 17s. Neste páreo foi retirado o cavalo Concreto que se negou a entrar no partidor elétrico.

6.º PÁREO — 1 000 METROS

1.º Broza Fria, A. M. Coutinho
2.º Payaso, A. Ramos.

Vencedor (2) 1,62. Dupla (13) 0,52. Placês: (2) 0,87, (9) 0,33. Treinador Bertácio Carvalho. Tempo: 1m 03s 4/5. Não correu Liberlio.

7.º PÁREO — 1 600 METROS

1.º Foxbridge, F. Pereira F.º
2.º Vando, J. Queirós.

Vencedor (6) 0,18. Dupla (24) 0,25. Placês: (6) 0,13, (3) 0,14. Treinador: José Luís Pedrosa. Tempo: 1m 43s.

Movimento geral de apostas NCr$ 327 724,024.

Binóculo

Exército comprou 28 animais para reprodução e pólo

J. C. Moraes

O Exército entrou firme no mercado da Gávea, por intermédio do Coronel Freitas Lima e Majores Mário Neves e Ali Zeni, examinando e adquirindo vários animais — cêrca de 28 — para salto, pólo e ainda pela linhagem, para a reprodução. Os parelheiros mais velhos e sem campanha no turfe carioca foram arrematados na base de NCr$ 800,00 a 1 200,00, depois de cuidadosamente examinados.

FE CONTESTA

O Sr. Francisco Eduardo de Paula Machado contestou a informação de que estaria sendo pressionado por diretores na formação do nôvo quadro administrativo para as eleições de maio, afirmando categòricamente "que sempre deu a última palavra na escolha dos seus vice-presidentes, e nem poderia ser de outra maneira".

O presidente do Jóquei Clube Brasileiro revelou que sempre pautou seus atos com o tirocínio necessário, trabalhando num clima de harmonia e respeito, visando o engrandecimento da entidade que preside há vários anos.

PLAYBOY MUDOU NOVAMENTE

O potro Playboy mudou novamente de treinador, passando a responsabilidade de Benedito Figueiredo, segundo-gerente de Manuel de Sousa, que também supervisionará o treinamento do filho de Garboleto.

DACORSO REPRESENTA O JCB

O Sr. Paulo Dacorso Filho, chefe do Laboratório de Anatomia Patológica, foi o indicado para representar o JCB na reunião programada para São Paulo, entre técnicos veterinários, e que poderá permitir a liberação condicional dos produtos dos Haras para os hipódromos. A reunião será presidida pelo Sr. Antônio Luís Ferraz, escolhido recentemente pelo Ministério da Agricultura para orientar os trabalhos.

DUPONT ESPERA VACINA

Otávio Dupont, diretor do Hospital de Veterinária do JCB, revelou que está aguardando de São Paulo a remessa de 350 frascos de vacina, dando cada um para 5 animais, e que substituirão a soroterapia, até então usado.

"O objetivo, explica o professor, é evitar o sôro feito por um animal atravessando forma latente, que dificulta o diagnóstico da anemia infecciosa. Estas formas podem ser agudas, subagudas, crônicas e latentes, sendo as duas últimas as mais perigosas".

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 1/68

O Presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que os itens 5.2.9 e 5.2.10 do edital de concorrência n.º 1/68, publicado no Diário Oficial (Seção I — Parte II), de 13-3-1968 e no Jornal do Brasil, de 13-3-1968, passam a vigorar com a redação seguinte:

5.2.9 prova de que contratou, executou e concluiu a contento, pelo menos, uma obra de construção civil, do tipo residencial, comercial, industrial ou de edifício público, de valor igual ou superior a NCr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros novos).

5.2.10 se a obra a que alude o item anterior tiver sido contratada com emprêsa privada ou pessoa física, além do [illegible] fornecido pelo dono-da-obra, deverão ser apresentados o contrato de construção e o certificado de aprovação da obra pela repartição pública competente, contendo êste último a declaração de que a obra foi executada pelo proponente.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1968.

(a.) OSWALDO PIERUCCETTI
Presidente.

(P

PARA RENOVAR

Nello Baglini acredita que, deixando de importar jogadores, o futebol italiano crescerá

Itália não importa jogador até 1970 pensando na Copa

O Presidente do Fiorentina, Nello Baglini, disse ontem que a lei italiana que proíbe a contratação de jogadores estrangeiros foi prorrogada até 15 de junho de 1970 para levar os clubes da Itália a um cuidadoso trabalho de renovação de valores, cujos efeitos positivos poderão ser sentidos na próxima Copa do Mundo, no México.

O dirigente — que é industrial e também preside a Comissão de Planejamento e Organização do Futebol Italiano — veio ao Rio a negócios e explicou tôda a atual estrutura econômica dos clubes da Itália, dizendo-se totalmente favorável à proibição. No entanto, não esconde sua admiração por jogadores brasileiros, Silva especialmente.

A grande preocupação do futebol italiano, até a realização da próxima Copa do Mundo, será a formação de jogadores jovens e, para tanto, a lei que proíbe a importação de craques estrangeiros será prorrogada, no dia 15 de junho, até 1970.

A informação foi prestada ontem, no Rio, pelo Presidente do Fiorentina, o industrial Nello Baglini, que se encontra no Brasil a negócios, e que é também o Presidente da Comissão de Planejamento e Organização do Futebol Italiano, que inspirou a proibição de importação de jogadores.

PORQUÊ DA LEI

Explicou o Sr. Nello Baglini que o delírio pelo futebol e a facilidade de obter créditos bancários fizeram com que, durante muitos anos, diversos clubes, sem condições financeiras para tanto, adquirissem grandes nomes do futebol mundial.

Qualquer italiano que vinha ao Brasil, à Argentina ou ao Uruguai, mesmo que não se dedicasse ao esporte, não deixava de assistir a uma partida. Em conseqüência, voltava para a Itália, apregoando que havia visto um jogador sensacional", o que, imediatamente, despertava a cobiça nos clubes pelos grandes craques. Evidentemente, quanto mais desconhecido fôsse o nome, mais os clubes italianos poderiam regatear o seu preço. Com isso, muitos clubes italianos, apesar de terem grandes craques, ficaram em posição quase de falência. Convencionou-se, então, que os clubes só poderiam ter dois estrangeiros e que êles poderiam comprar os jogadores que bem entendessem, dentro ou fora da Itália, mas que teriam que arcar com a responsabilidade, ou seja, não poderiam pedir empréstimos a [illegible]

JÁ MELHOROU

[illegible]

Como muitos clubes se encontravam quase em estado de falência, a Federação do Futebol Italiano procurou melhorar os passivos dessas sociedades, concedendo um crédito para pagar ou um prazo de sete anos para restituir os capitais, mediante pequenas taxas de juros. Em conseqüência, obrigou todos os clubes a terem um capital em dinheiro líquido e imediato, proporcionalmente ao crédito oferecido pela Federação. Por exemplo, um clube que possuía 400 milhões de liras (NCr$ 2 milhões, aproximadamente) de crédito da Federação, tinha que fazer uma sociedade mínima de 250 milhões de liras." Mas, se os débitos eram maiores que o total do crédito, êles tinham que aumentar o capital da sociedade até que êste se igualasse ao crédito.

— Dêste modo, todos os clubes partiram do zero — disse Nello Baglini. Agora, quem gasta mais, paga do seu próprio bôlso. Não é proibido comprar Pelé, basta que o clube pague. Deve pagar quem compra o passe do jogador e não a Federação.

NÃO É COMÉRCIO

Explicou, ainda, Nello Baglini que o fato de os clubes estarem sendo inteligentemente administrados, o futebol italiano não deve ser considerado um comércio, pois continua sendo uma manifestação esportiva, se bem que das mais onerosas.

— A organização dos clubes é que foi feita na base administrativa para reprimir um pouco o entusiasmo dos desportistas, que já estava trazendo problemas. Foi como um freio. Por exemplo, o Inter e o Milan são os clubes mais ricos da Itália, porque Milão é uma cidade industrial, muito rica e esportiva. No último jôgo dos dois clubes, êles conseguiram colocar em caixa 142 milhões de liras (NCr$ 610 mil, aproximadamente). A Fiorentina, que é um clube menor, quando joga com o Inter ou com o Milan, consegue ganhar no máximo 60 milhões de liras. Se a Fiorentina jogar com um clube também menor a renda não ultrapassará os 10 milhões de liras — acentuou.

ATRAÇÃO É O JÔGO

Segundo Nello Baglini, estas rendas não sofrem qualquer modificação, se os clubes jogarem com seus nomes mais famosos ou com seus reservas. A atração do torcedor italiano não está nos jogadores, mas [illegible]

[illegible]

O clube deverá [illegible] de amadores. Atualmente, a Fiorentina possui 270 jogadores em treinamento. Muitos, depois de treinados, são vendidos para os clubes menores. O dinheiro da venda é que vem mantendo o amadorismo.

INTERESSE POR SILVA

O Presidente da Fiorentina não acredita que os jogadores estrangeiros prejudiquem os italianos. Se fôsse possível ao seu clube comprar um jogador brasileiro, a escolha da Fiorentina recairia no jogador Silva, do Flamengo, a quem o Sr. Nello Baglini considerou como "a Maria Callas do futebol brasileiro".

Pelé, Garrincha e Silva, segundo o Sr. Nello Baglini, continuam sendo os jogadores mais famosos na Itália. Já ouviu falar em Tostão, porém não conhece o Gérson, a quem confundiu com um jogador sueco que tem o mesmo nome.

— Se a Fiorentina pudesse comprar o Silva, qual seria o preço? — quis saber o repórter.

— Não posso dar nenhum preço. Sou considerado o Martinho Lutero do futebol italiano. Acho que não se deve pagar um dinheirão por um jogador. A minha intenção é fazer baixar os preços.

— Por que a Itália apresentou uma seleção tão indisciplinada na Copa de 62, no Chile?

— Não houve indisciplina. Foi uma invenção política e jornalística. A imprensa italiana vinha atacando a política do Chile e o resultado foi aquela onda contra a nossa seleção. Na Inglaterra, a Itália estava disciplinadíssima. Se perdeu para a Coréia, da mesma forma que a Alemanha perdeu para o Chipre, outro país pequeno.

Indagado se os Estados Unidos poderiam se transformar num grande mercado para o futebol mundial, Nello Baglini respondeu:

— Tenho quase certeza disso. Os americanos se divertem tanto com aquêles jogos imbecis que, quando êles descobrirem o futebol, passarão a se divertir muito mais.

Como Presidente da Comissão de Planejamento e Organização do Futebol Italiano, disse que está preocupado, depois da morte do jogador Maroni, em criar seguros de vida e por invalidez para os desportistas italianos.

— Temos que assegurar o futuro dos jogadores, pois existem grandes craques que ganharam muito e gastaram tudo.

LOTERIA DO ESTADO DA GUANABARA

Decreto n.o 827, de 18 de janeiro de 1962, ratificado pelo Govêrno Federal, conforme Decreto n.o 1.029, de 18 de maio de 1962

284.ª EXTRAÇÃO — PRÊMIO MAIOR: NCr$ 25.000,00 — PLANO "D-L"

Lista de QUINTA-FEIRA, 14 de MARÇO de 1968

As importâncias correspondentes aos prêmios da presente lista estão impressas em Cruzeiro Nôvo — NCr$

Pagamentos sem desconto — 2.505 prêmios — Pagamentos sem desconto

PRÊMIOS	NCR$
1	
1411 ...	10,00
1415 ...	10,00
1777 ...	10,00
1840 ...	10,00
1851 ...	10,00
2	
2003 ...	10,00
2093 ...	10,00
2141 ...	10,00
2172 ...	10,00
2199 ...	10,00
2275 ...	10,00
2347 ...	10,00
2369 ...	10,00
2417 ...	10,00
2495 ...	10,00
2516 ...	10,00
2596 ...	10,00
2614 ...	10,00
2652 ...	10,00
2686 ...	10,00
2710 ...	10,00
2729 ...	10,00
2855 ...	10,00
3	
3123 ...	10,00
3143 ...	10,00
3147 ...	10,00
3279 ...	10,00
3290 ...	10,00
3300 ...	10,00
3323 ...	10,00
3324 ...	10,00
3402 ...	10,00
3512 ...	10,00
3526 ...	10,00
3546 ...	10,00
3634 ...	10,00
3726 ...	10,00
3746 ...	10,00
3891 ...	10,00
3920 ...	10,00
3924 ...	10,00
4	
4001 ...	10,00
4065 ...	10,00
4068 ...	10,00
4089 ...	10,00
4099 ...	10,00
4161 ...	10,00
4168 ...	10,00
4189 ...	10,00
4263 ...	10,00
4293 ...	10,00
4361 ...	10,00
4419 ...	10,00
4465 ...	10,00
4477 ...	10,00
4522 ...	10,00
4697 ...	10,00
4718 ...	10,00
4950 ...	10,00
4969 ...	10,00
5	
5014 ...	10,00
5055 ...	10,00
5127 ...	10,00
5169 ...	10,00
5341 ...	10,00
5427 ...	10,00
5442 ...	10,00
5462 ...	10,00
5481 ...	10,00
5547 ...	10,00
5624 ...	10,00
5645 ...	10,00
5646 ...	10,00
5711 ...	10,00
5727 ...	10,00
5739 ...	10,00
5873 ...	10,00
5925 ...	10,00
5966 ...	10,00
1.º PRÊMIO 5968	300,00 CRUZEIROS NOVOS
5997 ...	10,00
6	
6028 ...	10,00
6096 ...	10,00
6141 ...	10,00
6182 ...	10,00
6192 ...	10,00
6402 ...	10,00
6409 ...	10,00
6511 ...	10,00
6593 ...	10,00
6693 ...	10,00
6731 ...	10,00
6772 ...	10,00
6799 ...	10,00
6814 ...	10,00
6820 ...	10,00
6899 ...	10,00
7	
7038 ...	10,00
7137 ...	10,00
7142 ...	10,00
7290 ...	10,00
7360 ...	10,00
7451 ...	10,00
7476 ...	10,00
7493 ...	10,00
7504 ...	10,00
7518 ...	10,00
7722 ...	10,00
7726 ...	10,00
7779 ...	10,00
7810 ...	10,00
7812 ...	10,00
7867 ...	10,00
7891 ...	10,00
7929 ...	10,00
8	
8017 ...	10,00
8034 ...	10,00
8152 ...	10,00
8170 ...	10,00
8207 ...	10,00
8251 ...	10,00
8298 ...	10,00
8319 ...	10,00
8444 ...	10,00
8452 ...	10,00
8459 ...	10,00
8553 ...	10,00
8679 ...	10,00
8749 ...	10,00
8758 ...	10,00
8889 ...	10,00
8962 ...	10,00
1.º PRÊMIO 8988	200,00 CRUZEIROS NOVOS
8993 ...	10,00
9	
9138 ...	10,00
9158 ...	10,00
9196 ...	10,00
9256 ...	10,00
9317 ...	10,00
9341 ...	10,00
9371 ...	10,00
9445 ...	10,00
9659 ...	10,00
9667 ...	10,00
9732 ...	10,00
9734 ...	10,00
9773 ...	10,00
9823 ...	10,00
9922 ...	10,00
10	
10053 ...	10,00
10118 ...	10,00
10125 ...	10,00
10284 ...	10,00
10311 ...	10,00
10403 ...	10,00
10485 ...	10,00
10676 ...	10,00
10684 ...	10,00
10748 ...	10,00
10809 ...	10,00
10831 ...	10,00
10854 ...	10,00
10883 ...	10,00
10944 ...	10,00
10953 ...	10,00
10991 ...	10,00
11	
11012 ...	10,00
11150 ...	10,00
11420 ...	10,00
11518 ...	10,00
11526 ...	10,00
11561 ...	10,00
11582 ...	10,00
11598 ...	10,00
11731 ...	10,00
11733 ...	10,00
11833 ...	10,00
11892 ...	10,00
11911 ...	10,00
1.º PRÊMIO 11956	1.000,00 CRUZEIROS NOVOS
12	
12019 ...	10,00
12106 ...	10,00
12147 ...	10,00
12177 ...	10,00
12181 ...	10,00
12216 ...	10,00
12269 ...	10,00
12296 ...	10,00
12324 ...	10,00
12388 ...	10,00
12411 ...	10,00
12477 ...	10,00
12633 ...	10,00
12708 ...	10,00
12732 ...	10,00
12801 ...	10,00
12819 ...	10,00
12830 ...	10,00
12924 ...	10,00
APROXIMAÇÃO 12970	100,00 CRUZEIROS NOVOS
1.º PRÊMIO 12971	25.000,00 CRUZEIROS NOVOS
APROXIMAÇÃO 12972	100,00 CRUZEIROS NOVOS
13	
13059 ...	10,00
13098 ...	10,00
13137 ...	10,00
13191 ...	10,00
13213 ...	10,00
13232 ...	10,00
13257 ...	10,00
13295 ...	10,00
13324 ...	10,00
13543 ...	10,00
13547 ...	10,00
13833 ...	10,00
13844 ...	10,00
13853 ...	10,00
13859 ...	10,00
13891 ...	10,00
13901 ...	10,00
13991 ...	10,00
14	
14010 ...	10,00
14070 ...	10,00
14074 ...	10,00
14086 ...	10,00
14092 ...	10,00
14184 ...	10,00
14189 ...	10,00
14190 ...	10,00
14239 ...	10,00
14355 ...	10,00
14396 ...	10,00
14435 ...	10,00
14440 ...	10,00
14451 ...	10,00
14659 ...	10,00
14841 ...	10,00
14989 ...	10,00
15	
15003 ...	10,00
15024 ...	10,00
15095 ...	10,00
15129 ...	10,00
15142 ...	10,00
15223 ...	10,00
15256 ...	10,00
1.º PRÊMIO 15265	500,00 CRUZEIROS NOVOS
15294 ...	10,00
15385 ...	10,00
15403 ...	10,00
15541 ...	10,00
15683 ...	10,00
15688 ...	10,00
15692 ...	10,00
15698 ...	10,00
15712 ...	10,00
15808 ...	10,00
15914 ...	10,00
15926 ...	10,00
15939 ...	10,00
15965 ...	10,00
15997 ...	10,00
16	
16149 ...	10,00
16234 ...	10,00
16292 ...	10,00
16408 ...	10,00
16469 ...	10,00
16475 ...	10,00
16729 ...	10,00
16848 ...	10,00
16913 ...	10,00
16937 ...	10,00

Todos os números terminados em 1 (final do 1.º prêmio) têm NCr$ 9,00

As dezenas 56, 65, 68 e 88 do 2.º ao 5.º prêmios têm NCr$ 9,00

As extrações principiam às 15 horas

284.ª EXTRAÇÃO — Fiscal do Ministério da Fazenda: WANDA RIBEIRO HOLT — 284.ª EXTRAÇÃO

Com os recursos da Sua Loteria, realiza o Govêrno Estadual, Hospitais, Escolas e Obras Sociais.

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETROBRÁS

Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica

Construção da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas

Aviso às firmas de construção civil de grande porte e construtoras de usinas hidrelétricas

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS — pretende solicitar oportunamente propostas para os serviços de construção civil da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, a ser construída no Rio Doce, município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, com capacidade de 115 MW, constando de barragem de concreto, vertedouro e casa de fôrça com três unidades turbo geradoras.

Só serão convidadas a apresentar propostas, as firmas prèviamente selecionadas e que, por si ou como líder de consórcio, apresentarem capital subscrito e integralizado, até 29 de março de 1968, igual ou superior a NCr$ 3.000.000,00.

As firmas interessadas em receber convite para a apresentação de propostas deverão obter a relação da necessária documentação de pré-qualificação no escritório da ENGEVIX-TAMS, com o Engenheiro Walter Mello, na Av. Presidente Vargas, 502 — 6.º andar, Rio de Janeiro — GB, das 14 às 16h30m de segunda a sexta-feira, até o dia 29 de março de 1968. (P

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL
DIVISÃO DE EXPORTAÇÃO

AVISO N.º 3/68

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRA DE SACARIA NOVA DE JUTA

O Instituto do Açúcar e do Álcool avisa que receberá proposta firme para compra de 900.000 sacos novos de juta, de acôrdo com as seguintes especificações:

Altura	92 cm (medidas
Largura	65 cm (internas
Ourela	3 cm
Cinta	4 cm
Urdidura	12,9 fios (por polegada
Trama	11,5 fios (quadrada
Fio	10 libras
Pêso	500 gramas
Costura	Fio duplo de algodão e ou juta
Corte	134 cm

A entrega deverá ser realizada no período de 1 a 31 de maio do corrente ano, para pagamento no prazo de 30 dias, da data de emissão da nota fiscal. O preço se entende pôsto usinas de São Paulo, incluídos todos os impostos e taxas incidentes sôbre a mercadoria, sendo os sacos marcados e enfardados. As ofertas deverão ser entregues em envelopes fechados, às 16 horas do dia 1 de abril do corrente ano, na Divisão de Exportação do Instituto, na Praça 15 de Novembro, 42, 4.º andar, ocasião em que serão abertas e rubricadas por todos os concorrentes. Os proponentes entregarão ao Instituto, com as propostas, um protótipo da sacaria a ser produzida, sendo devolvidos pelas usinas os sacos que forem fabricados em desacôrdo com as referidas especificações, sem que assista ao proponente o direito de qualquer reclamação. O IAA se reserva o direito de fiscalizar a qualidade da sacaria produzida e estocada na fábrica, isto é, antes de sua entrega às usinas.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1968.

a) Ilegível
Pela Comissão Fiscalizadora

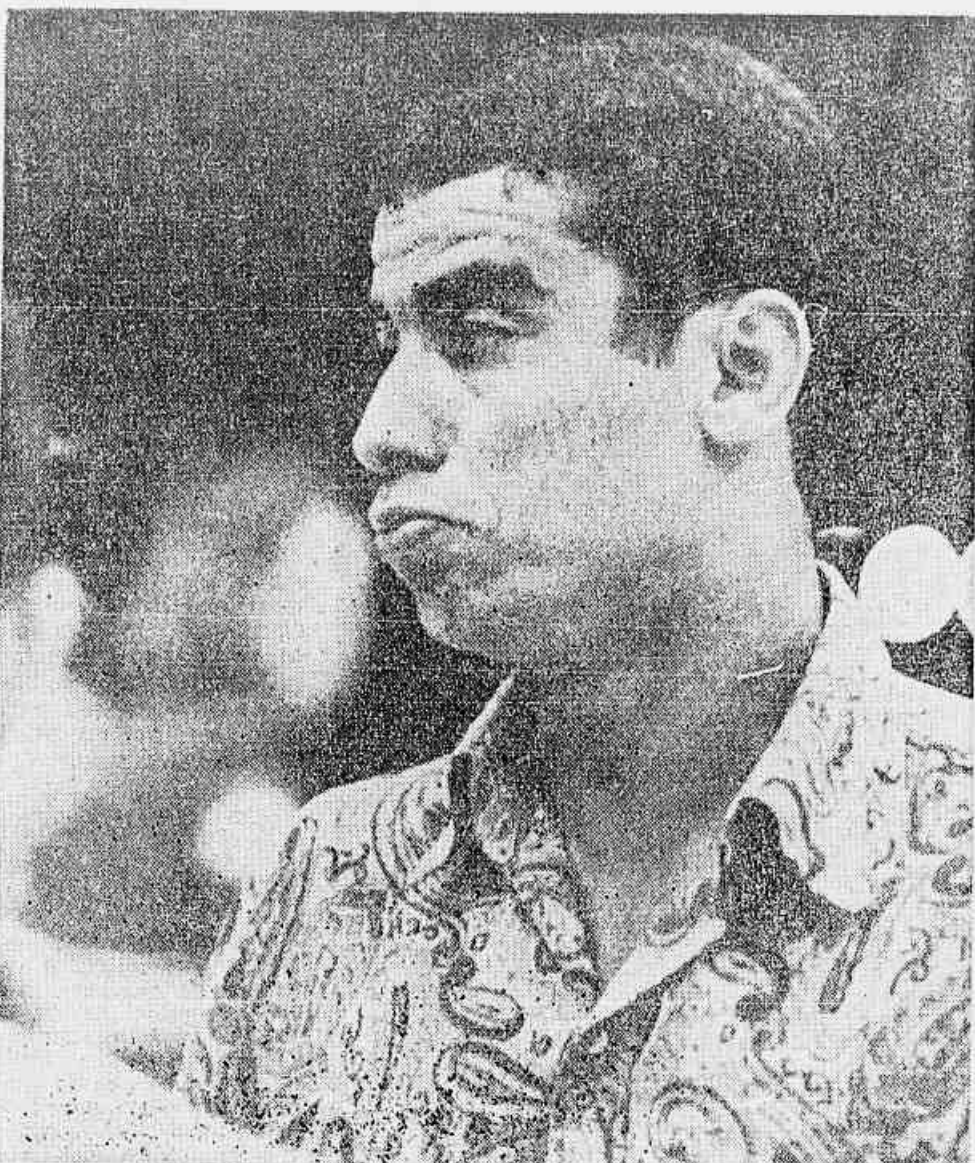
(P

Apresenta-se a seleção de basquete

Os jogadores convocados para a seleção brasileira de basquetebol, que enfrentará a União Soviética, campeã mundial, em quatro jogos amistosos — sendo o inicial marcado para o dia 22, no ginásio do Tijuca TC — apresentam-se hoje, às 18h 30m, na Casa do Atleta, do próprio Tijuca, ao técnico Renato Brito Cunha.

São os seguintes os convocados: Sérgio, Luizinho, César e Gabriel — da Guanabara; Mosquito, Rosa Branca, Emil Rached, Joy, Hélio Rubens, Edvard, Zé Olaio, Zim, Menon e Ubiratã — de São Paulo; e Scarpini — do Rio Grande do Sul. Os cariocas César e Gabriel, por questões particulares, dificilmente se apresentarão.

A CBB reuniu ontem a imprensa num coquetel, durante o qual solicitou apoio para a temporada dos soviéticos no Brasil. O roteiro, por sinal, sofreu nova modificação nas últimas horas: como o ginásio do Minas TC está com o piso em reforma, o jôgo de Belo Horizonte passou do dia 24 para 31 ou 1.º de abril; o de Curitiba foi antecipado de 26 para 25; e os de São Paulo passaram para os dias 26, 28 e 30, sendo só o primeiro dêstes contra a seleção brasileira.

UM NOME A ZELAR

Gílson Pôrto está disposto a fazer boas apresentações para "manter o bom nome"

Gílson Pôrto chegou ontem, treina esta tarde e poderá jogar contra Campo Grande

O ponta-esquerda Gílson Pôrto chegou, ontem às 21 horas, em companhia do funcionário do América, Sr. Hildo Nejar, e já esta tarde estará treinando no campo do Andaraí, e caso os seus papéis cheguem ainda em tempo de dar entrada na Federação Carioca, será lançado por Evaristo na partida de amanhã, contra o Campo Grande.

Gílson Pôrto explicou que só ficará no América por três meses, mas a sua vontade era ficar até o final do ano, mas assim mesmo está disposto a fazer boas apresentações no Rio, "porque tenho meu nome a zelar". O jogador ficou hospedado no Hotel Venezuela e confessou estar em boa forma física.

EDU É DÚVIDA

Evaristo fará um teste com Edu, hoje, durante o treino recreativo que será realizado no Andaraí, mas acredita que o jogador ainda não possa jogar os 90 minutos, pois ainda sente dores na perna direita. Edu treinou 45 minutos, fêz um gol pelo time reserva e depois do treino realizou alguns exercícios de recuperação com o preparador físico Antônio Clemente.

Os titulares empataram com os reservas por 1 a 1 e foram derrotados pelos apirantes por 3 a 0. O time titular treinou assim: Rosã, Zé Carlos, Alex, Veríssimo e Leon (Paulo César); Marcos e Ica, Valdo, Miguel, Delém e Tonel. Os aspirantes com Barreto, Sérgio, Jorge, Mauro e Zé Carlos; Renato e Suquinha; Jonas, Hugo, Castilho e Artur. Os reservas formaram com Arézio, Paulo César, Tião, Sérgio e Zé Carlos; Renato e Suquinha; Mário Augusto, Edu, Clésio e Ramon. Os gols foram marcados por Tonel e Edu, no primeiro tempo e Castilho (3) para os aspirantes.

TADEU MELHOROU

O médico Oscar Santamaria informou que Almir e Badeco estão mesmo fora de cogitações para jogar amanhã, mas que Tadeu melhorou muito de uma contusão no tornozelo e talvez tenha condições de atuar pelo menos um tempo.

A concentração será iniciada, hoje, logo após o treino e Evaristo relacionou os seguintes jogadores: Rosã, Arézio, Zé Carlos, Alex, Veríssimo, Leon, Marcos, Ica, Valdo, Miguel, Delém, Tonel, Sérgio, Mareco, Renato, Edu e Gílson Pôrto.

Na grande área

Armando Nogueira

Belo Horizonte — Assisti, anteontem, a um jôgo de alta qualidade: Botafogo e Atlético. Perdeu o time da casa, mas ganhamos todos nós na beleza da técnica coletiva do campeão carioca e na revelação de um time de personalidade que nasce da categoria de Djalma Dias e da vocação de bola de Neguito e Vaguinho, um garotinho ousado e veloz que fará nome nesse explosivo futebol mineiro.

O angustiado profissionalismo do futebol carioca já pode anotar no seu calendário uma viagem periódica ao Mineirão: o Botafogo tomou um avião no Rio, viajou 50 minutos, jogou 90 minutos e levou de volta, limpos, NCr$ 26 mil. Isso, três dias depois de ter pago NCr$ 6 mil para jogar em seu próprio campo contra o Madureira.

A paixão do povo mineiro por futebol só pode ser avaliada por quem desembarca em Belo Horizonte e passa, na cidade, dois ou três dias: o mineiro está vivendo e amando bola em regime de tempo integral, nas esquinas, nos gabinetes bancários, nas escolas, nas assembléias políticas e nos quartéis. E tôda essa paixão deságua no Mineirão, ponto de encontro esportivo e social da cidade.

Quem tiver interêsse de estudar os fenômenos da comunicação coletiva em Minas Gerais, pode vir a Belo Horizonte, trazendo seus cadernos de sociologia para registrar a revolução que o futebol está provocando na psicologia de um povo.

Estou aqui em Belo Horizonte há dois dias: até agora, ninguém me falou de política, nem de bancos — só de futebol, do Atlético, do Cruzeiro, do América, do Mineirão, entidades que revelam a face lúdica de uma gente que pode considerar o juro, o perfume do dinheiro, mas que preza a bola de futebol como símbolo do seu amor à gratuidade, à brincadeira.

Em nome de sua paixão, o mineiro do Atlético orgulha-se de ter torrado uma bela fortuna na compra do passe do jogador Djalma Dias, que custou NCr$ 455 mil. É evidente que o mesmo Atlético, dias depois, brilhava na outra face de sua alma, vendendo o atacante Buião ao Corintians por NCr$ 400 mil.

A operação da venda de Buião é um episódio notável da astúcia do mineiro: como a poderosa torcida do time (70 por cento do futebol mineiro) não admitiria a saída do jogador, da noite para o dia, o jovem Presidente Naves foi buscar no interior um garôto chamado Vaguinho, de excelente futebol. Mas, como seria possível trocar o ídolo pelo joão-ninguém? Para um bom mineiro, muito simples: o Atlético engessou a perna de Buião, escalou Vaguinho duas vêzes, Vaguinho comeu a bola e Buião, já sem gêsso, pôde seguir, em paz, para o Corintians.

E o futebol mineiro de hoje não tem mêdo de gastar o que tem e o que não tem para fazer um grande time. Ontem mesmo, a Diretoria do Atlético passou oito horas de relógio, tentando convencer o Botafogo a lhe vender o passe do médio Afonsinho: NCr$ 300 mil na ficha. O Presidente do Botafogo, do ponto-de-vista do interêsse do futebol carioca, foi simplesmente bravo: resistiu, como já havia resistido, na véspera, a um lance muito mais tentador do Santos, que chegou à seguinte proposta: NCr$ 300 mil à vista, NCr$ 50 mil trinta dias depois e a renda total de um jôgo Santos e Botafogo, na primeira data.

E note-se, aliás — anote o Fluminense, que não gosta de contrair dívidas —, que o Atlético deve, no momento, um milhão e meio de cruzeiros novos.

Uma do jôgo Botafogo e Atlético: o goleiro Hélio, do Atlético, defendeu a bola com as mãos. Largou-a de propósito para sair tocando com o pé. Legítimo. Deu mais de quatro passos, chutando a bola. Nisso, aparece Jairzinho para disputar-lhe a bola. O goleiro perturbou-se, perdeu a bola para o atacante, gol do Botafogo no lance seguinte. Se Hélio tivesse agarrado a bola com as mãos, novamente, Armando Marques teria marcado tiro livre indireto. É a alteração da regra 12, que ainda vai derrubar muito goleiro, até que os treinadores preparem seus goleiros para a nova realidade do futebol.

Eusébio prefere vender P. Borges para São Paulo

NÔVO TREINO

O individual do Flamengo, dirigido pelo preparador físico Etel Seixas, foi dos mais alegres, e dêle só não participou o lateral direito Murilo, que está gripado

O Presidente do Bangu, Sr. Eusébio de Andrade, disse, ontem, que prefere vender Paulo Borges para o Corintians — apesar da oferta de NCr$ 1 milhão do Vasco — argumentando que venderá seu jogador por menos mas receberá Tales e Bataglia ou Marcos e Prado, que, a seu ver, ajudam muito mais a armar o seu time que a diferença em dinheiro.

A venda de Paulo Borges ainda não foi concretizada, mas Eusébio afirma que a levará a cabo na próxima têrça-feira, quando o Presidente do Corintians, Sr. Vadi Helu, voltará ao Rio, para fechar o negócio, na base de NCr$ 650 mil com dois jogadores ou NCr$ 750 mil sem os dois.

O Sr. Eusébio de Andrade almoçou ontem com os Srs. Vadi Helu e Otávio Pinto Guimarães, ocasião em que o negócio foi feito sob palavra, apesar dos pedidos insistentes do Presidente da Federação Carioca, que defendia a venda de Paulo Borges para um clube do Rio, argumentando que sua ida para o Corintians enfraqueceria as rendas e o próprio futebol carioca.

Os dirigentes do Corintians, no entanto, manifestaram o propósito de, uma vez concretizada a venda, em definitivo, não deixarem Paulo Borges disputar o Campeonato Carioca, como havia sido anteriormente combinado.

Reinaldo quer mudar decisão de Eusébio

O Sr. Reinaldo Reis tentará hoje persuadir o Sr. Eusébio de Andrade a lhe vender o passe de Paulo Borges, num almôço marcado pelo Sr. Otávio Pinto Guimarães na casa do Presidente do Bangu, estando o Presidente do Vasco disposto a chegar até a NCr$ 1 milhão para conseguir o jogador.

Até ontem à tarde, os dirigentes do Vasco já tinham conseguido levantar NCr$ 500 mil em empréstimos bancários e o Sr. Reinaldo Reis já tem inclusive uma fórmula, realizando três partidas amistosas, para recuperar a curto prazo parte do dinheiro que será empregado na contratação de Paulo Borges.

CONFIANTE

Apesar de saber da preferência do Sr. Eusébio de Andrade em vender Paulo Borges para o Corintians, o Sr. Reinaldo Reis declarou:

— O Presidente do Bangu teve uma atitude muito digna e própria mesmo de grandes homens. Embora se tivesse noticiado que o Bangu já tinha fechado em definitivo o negócio com o Corintians, o Sr. Eusébio de Andrade assim não o fêz e está me dando uma chance para o Vasco também mostrar seu interêsse pelo jogador.

Confiante que terá êxito no seu encontro de hoje, o Presidente do Vasco afirmou que seu clube está fazendo um supersacrifício para reforçar sua equipe, mas tem certeza que será recompensado no futuro pela sua própria torcida.

A FÓRMULA

A fórmula, já estudada pelo Vasco, para recuperar parte do dinheiro a curto prazo é a seguinte: Paulo Borges estrearia na equipe num jôgo amistoso, no meio da semana à noite, contra o quadro argentino do Racing; a segunda partida teria como motivação a estréia de Coutinho — que deverá acertar hoje sua vinda para o Vasco — ao lado de Paulo Borges, contra o Santos; o terceiro jôgo teria como adversário o Benfica e seria realizado no dia do aniversário do Vasco.

O Sr. Reinaldo Reis informou que não ficou muito preocupado com as informações que davam Paulo Borges ontem no Corintians porque têve um encontro à tarde com o Sr. Otávio Pinto Guimarães, na sede do Cineac.

— O Presidente da Federação Carioca de Futebol — argumentou — tinha participado do almôço com o Sr. Euzébio de Andrade e o Sr. Vadi Helu e me garantiu que a transação ainda não estava decidida.

O ENCONTRO

Ontem à noite, conforme tinha combinado anteontem, o Sr. Eusébio de Andrade pediu para o Sr. Otávio Pinto Guimarães telefonar para o Presidente do Vasco e marcou o encontro hoje na sua casa, em Bangu.

O Sr. Reinaldo Reis contou que anteontem havia telefonado à noite para o Presidente do Bangu e solicitou a êle um contato para tentar contratar Paulo Borges, se fôsse verdade que realmente êle desejava vendê-lo.

— Pois bem — frisou — o Sr. Eusébio de Andrade me respondeu que no dia seguinte marcaria o encontro e assim o fêz. Por isso, creio que o Vasco tem ainda amplas possibilidades para conseguir contratar o atacante do Bangu.

Nílton Santos viajará com América Mineiro para jogar 30 minutos em cada partida

Belo Horizonte (Sucursal) — Nilton Santos, o lateral-esquerdo bicampeão mundial, que veio a esta Capital tratar de assuntos particulares, acertou com o Presidente do América, Sr. Amador de Barros, participar da excursão ao Japão e aos Estados Unidos que o clube fará após o Campeonato Mineiro.

O ex-jogador da seleção brasileira participaria de todos os jogos da excursão, pelo menos durante 30 minutos, para ajudar o clube mineiro nas arrecadações, graças à sua fama. Nilton Santos combinou com o Sr. Amador de Barros que aguardará apenas a comunicação de quando será a excursão para se apresentar ao América, não sendo revelado quanto êle receberá.

DIRCEU E ENOS

O Santos fêz ontem uma proposta ao América para a troca do médio Dirceu Alves, titular da última seleção mineira, por Oberdã e Mengálvio, não podendo o Sr. Amador de Barros dar uma resposta porque já deu prioridade ao Vasco para a compra do jogador por NCr$ 300 mil.

O atacante Enos, do Bonsucesso está sendo esperado hoje à tarde nesta Capital para conversar com os diretores do América sôbre as possibilidades de sua transferência para Minas. O América oferece NCr$ 40 mil por seu passe e o Bonsucesso quer NCr$ 50 mil, esperando o Sr. Amador de Barros entrar em um acôrdo com o clube carioca, pois o jogador, além de ser solicitado pelo técnico William, foi muito bem recomendado por Nilton Santos.

AMÉRICA INCLUÍDO

O presidente do América anunciou ontem que o seu clube está pràticamente incluído na disputa do próximo Torneio Roberto Gomes Pedrosa porque já conseguiu o apoio do Presidente da Federação carioca, Sr. Otávio Pinto Guimarães, e vários amigos seus, a maioria políticos estão tentando convencer o Deputado Mendonça Falcão a aceitar mais um clube mineiro no Torneio. Segundo o Sr. Amador de Barros, o apoio do Sr. Otávio Pinto foi conseguido sem que êle exigisse a inclusão do América carioca no torneio, o que facilita o aproveitamento do clube mineiro.

Ditão ainda guarda muita mágoa do Fla

Depois de causar espanto nos torcedores que foram a Vespasiano ver o seu primeiro treino no Cruzeiro, porque ninguém acreditava que êle pudesse tomar com classe a bola de um atacante e sair dando passes certos, o zagueiro Ditão, confiante de que será o dono da posição titular, ainda guarda mágoas do Flamengo.

Apesar de não gostar de falar no assunto, preferindo pensar nos planos para o futuro, o zagueiro lembra que no Flamengo sofreu muitas injustiças, juntamente com o seu companheiro Jaime, ambos sendo acusados por fracassos do time após as derrotas, quando tôda a equipe havia atuado mal.

CONFIANÇA

No primeiro treino que fêz no Cruzeiro, Ditão impressionou não só aos diretores e ao técnico Orlando Fantoni como a diversos torcedores que foram a Vespasiano. O zagueiro, sem usar uma vez sequer a violência, principalmente no primeiro tempo, parou o ataque reserva e combinou muito bem com Procópio.

Ele conta que a compra do seu passe pelo Cruzeiro veio na hora, pois estava inteiramente sem ambiente no Flamengo, onde "em qualquer derrota os culpados eram sempre eu e o Jaime, até que fomos afastados com a compra de Manicera e Onça".

— Eu não quis criar caso — diz o zagueiro — porque eu tinha confiança em meu futebol e sabia que um grande clube se interessaria por mim. E tive mais sorte do que pensei, pois fui contratado logo pelo Cruzeiro, um dos melhores times do Brasil, e para o qual todos os jogadores pensam ser contratados.

Ditão chega a dizer que a venda de seu passe foi uma graça de Nossa Senhora Aparecida e, por isto, já pediu ao Diretor de Futebol do Cruzeiro, Sr. Carmine Furleti, para que lhe dê uma licença, a fim de que possa ir a Aparecida do Norte, acender uma vela à Santa, em agradecimento.

Nôvo contrato de L. Carlos lhe dá NCr$ 1200 mensais

Luís Carlos emocionou-se ontem pela manhã, quando o Presidente Veiga Brito lhe chamou para informar sôbre o nôvo contrato que o clube vai lhe oferecer, passando o jogador a receber NCr$ 1 200,00 mensais, salário intermediário entre o menor e o maior do clube, que são NCr$ 350 mil e NCr$ 2 200,00. Silva assinou contrato por dois anos, com ordenados de NCr$ 2 200,00, fora as luvas, e os papéis de sua transferência chegam hoje de São Paulo com o funcionário Aristóbulo Mesquita, que os registrará imediatamente na Federação Carioca, garantindo a presença do jogador na partida de depois de amanhã, contra o Bangu.

Surprêsa

Luís Carlos assinou seu nôvo contrato em branco, mas espera acertar tudo ainda hoje, quando da volta do funcionário Aristóbulo Mesquita, que é o responsável pelos preenchimentos dos contratos.

O atacante confessou-se surprêso quando o dirigente lhe deu a informação da melhoria nos seus salários e ao sair da sala do Presidente mal podia dar a notícia a seus companheiros do time juvenil, que o esperavam do lado de fora.

Depois de prevenir o jogador quanto à má utilização do nôvo salário, que passará a receber a partir dêste mês, o dirigente lhe garantiu uma outra reformulação até o final do ano, caso o jogador continue com suas boas atuações.

Luís Carlos chegou mesmo quase a chorar, quando o dirigente leu para êle uma carta escrita em junho do ano passado para sua mãe, que mora em Três Irmãos, no Estado do Rio, pedindo uma autorização para profissionalizar o jogador e falando sôbre o futuro que o esperava no Flamengo.

Pelo contrato que fêz em junho do ano passado, Luís Carlos recebia NCr$ 480, entre luvas e ordenados, passando para NCr$ 1 200,00, e com perspectivas de chegar a NCr$ 2 200,00 mensais, como Silva, Paulo Henrique, Murilo e Manicera.

Outra reforma

Marco Aurélio disse ontem que receberá cêrca de NCr$ 40 mil de luvas, pela reforma de seu contrato, além de salários de NCr$ 2 200,00.

O goleiro, reclamando de dor nas costas, foi poupado do individual de ontem, o mesmo acontecendo a Murilo, que voltou a ficar gripado.

Os jogadores farão o apronto na tarde de hoje, quando Válter Miraglia voltará a escalar Reyes na equipe titular, uma vez que deseja aproveitar o jogador no segundo tempo da partida com o Bangu.

O problema é que o técnico não sabe ainda se escala o jogador na lateral direita ou no meio de campo, onde as atuações de Carlinhos e Liminha vem lhe agradando.

— Reyes não destrói como Carlinhos — diz o técnico — mas em compensação dá maior agressividade ao ataque. Liminha também vem atuando a meu gôsto e não seria justo afastá-lo da equipe. O mais correto é eu escalar Reyes no lugar de um dos dois no segundo tempo de todos os jogos, o que também serve para reanimar o ataque da equipe, no momento em que alguns jogadores já se sentem cansados.

Válter Miraglia está preocupado com o jôgo do Bangu, pretendendo mesmo tomar suas precauções na defesa, a fim de se resguardar para os contra-ataques de surprêsa, pois acha que a derrota de seu próximo adversário, para o Olaria, não traduz realmente a capacidade técnica do time.

Flu continua sem Altair e Denílson, reprovados ontem no teste de campo

Denílson e Altair foram reprovados no teste de campo a que se submeteram ontem de manhã com o médico Durval Valente e continuarão fora do time do Fluminense na partida de amanhã à tarde contra o Bonsucesso, em Álvaro Chaves.

Desta forma, a equipe será a mesma que derrotou o São Cristóvão por 1 a 0 na primeira rodada do campeonato, continuando Valdez como quarto zagueiro e Rui no meio de campo, ao lado de Serginho.

COM CONTRATO

Denílson, todavia, já está de contrato nôvo, pois assinou seu nôvo compromisso com o clube ontem à tarde e, em dois anos, vai ganhar NCr$ 50 mil de luvas e NCr$ 1 200,00 mensais, dando um ordenado de NCr$ 3 280,00 — a proposta que lhe fôra feita pelo Fluminense.

Altair, por sua vez, declarou que assinará hoje de manhã, em bases idênticas às do companheiro.

A exclusão de ambos da partida de amanhã foi determinada pelo Dr. Durval Valente, porque sentiram novamente suas contusões nos exercícios especiais a que se submeteram, à margem do treino de conjunto.

O TREINO

Os titulares treinaram em dois tempos de 45 minutos, vencendo os reservas por 2 a 0, gols de Serginho, e perdendo dos juvenis por 1 a 0, gol de Carlos Ivã, de pênalti.

A equipe vai-se apresentar com Félix; Oliveira, Valtinho, Valdez e Bauer; Rui e Serginho; Wilton, Cláudio (Amoroso), Samarone e Lula. Os reservas treinaram com Vitório, Carlos Ivã, Silveira, Terziani (Plauska) e Cubatão; Natálio e Oberdã; Roberto, Amoroso (Camilo), Tiguta e Gilson Nunes. A equipe juvenil contou com Peri, Carlos Ivã, Danilo, Plauska e Márcio; Sebastião Sérgio e Ivanir; Cafuringa, Carlos Alberto, Salvador e Reinaldo.

Os titulares treinaram apenas regularmente e o maior problema continuou a ser a falta de agressividade no ataque, pois nem Cláudio nem Amoroso estiveram bem. Contudo, Telê vai manter mesmo Cláudio, explicando que barrá-lo agora seria psicològicamente contraproducente. Amoroso será guardado para uma substituição eventual, como aconteceu contra o São Cristóvão.

Hoje de manhã haverá apenas treino recreativo. Os jogadores já estão concentrados desde ontem à noite, no Hotel Paissandu, porque a casa que habitualmente serve de concentração do clube, na Rua das Laranjeiras, está sem água. Além dos titulares, seguiram para o Hotel Paissandu Vitório, Gilson Nunes, Tiguta, Silveira e Amoroso.

Denílson e Altair foram liberados. Serão guardados para a partida da próxima quarta-feira à noite, contra o Botafogo, quando, segundo o Dr. Durval Valente, estarão em forma.

SEM NOVIDADES

O Sr. Dilson Guedes, Vice-Presidente de Futebol, disse ontem que ainda não tiveram prosseguimento as negociações para a compra do passe do goleiro Félix.

— Já fizemos nossa proposta à Portuguêsa, oferecendo Amoroso e mais NCr$ 80 mil pelo goleiro. Vamos aguardar e não temos também muito interêsse em mexer no assunto no momento para não desprestigiar os goleiros que temos: Márcio e Vitório.

Esta proposta do Fluminense, aliás, já foi recusada pela Portuguêsa de Desportos, de maneira que, se fatos novos não advierem, não haverá mesmo acôrdo entre os clubes.

Quanto ao lateral-esquerdo Jorge Correia, o Sr. Dilson Guedes disse que se recusou a comprá-lo por NCr$ 80 mil, preço pedido pelo Corintians.

— Jorge Correia só nos interessa emprestado, por um período de experiência, porque não sabemos se êle vai aprovar ou não — explicou.

Moreira sentiu o joelho e Dimas será o seu substituto no jôgo contra Portuguêsa

O Botafogo enfrentará a Portuguêsa, domingo próximo, com Dimas na lateral direita, em substituição a Moreira, que voltou a sentir a contusão no joelho direito, durante a partida contra o Atlético Mineiro, e ficará observando rigoroso tratamento, pois há esperanças de que êle possa retornar contra o Fluminense, dia 20.

Paulo César foi operado, ontem, das amídalas pelo especialista Costa Cruz, deixando hoje a Policlínica de Copacabana e indo para casa, onde ficará três dias em completo repouso. Segundo o médico, a operação teve pleno êxito, e o jogador poderá voltar à equipe dentro de cêrca de 15 dias.

CHEGADA

A delegação botafoguense retornou na manhã de ontem de Belo Horizonte, sendo imediatamente liberados todos os jogadores que enfrentaram o Atlético, enquanto os que ficaram na reserva foram ao clube, à tarde, para se exercitar junto com os aspirantes e os demais que não viajaram.

A equipe vai se apresentar na tarde de hoje, quando haverá apenas um ligeiro individual, dirigido por Admildo Chirol. Amanhã, pela manhã, haverá bate-bola e recreação, seguindo todos, depois, para almoçar na concentração do Hotel Argentina.

Além da satisfação pela vitória conquistada, segundo Zagalo, graças à segura atuação da equipe no segundo tempo, os jogadores chegaram contentes com o prêmio de NCr$ ... 300,00 que receberam ainda na capital mineira, quantia correspondente às vitórias sôbre o Madureira e Atlético.

O contrato de Zagalo pode ser assinado esta tarde, quando haverá um nôvo encontro entre o técnico e os dirigentes do clube. Em Belo Horizonte, Zagalo conversou longamente com o Presidente Altemar Dutra de Castilho e, no encontro de hoje, espera-se que as duas partes abram mão de algumas exigências, para que tudo se resolva de uma vez.

Seleção Pré-Olímpica do Brasil chegou a Medellin e começou treinamentos

Medellin, Colômbia (UPI-JB). — A seleção do Brasil, que disputará as eliminatórias do Campeonato Pré-Olímpico de Futebol, começou ontem seu treinamento, depois de uma cansativa viagem de avião do Rio de Janeiro a esta cidade, com breve escala em Bogotá.

O técnico Antoninho, após comandar o individual no Estádio Atanácio Girardot, explicou que os treinamentos intensivos só serão iniciados hoje, enquanto a escalação para o jôgo contra o Paraguai, na terça-feira, só será divulgada na véspera.

OTIMISMO

O treinador reafirmou a sua confiança na equipe para o jôgo de estréia, assim como mostrou-se otimista quanto ao resultado geral do Campeonato, que indicará os dois primeiros colocados para disputar a Olimpíada no México, em 1970.

A delegação veio constituída por 28 pessoas e o Presidente Pedro Fischetti declarou que a viagem até esta cidade foi boa, apesar de longa, permitindo que todos desembarcassem em boas condições.

O representante da CBD, Sr. Péricles Guedes, mostrou-se também otimista em relação aos resultados a serem conseguidos pelo Brasil, além de confirmar que a equipe está em boa forma.

Paulo Machado de Carvalho não fala sôbre a seleção porque "está tudo no ar"

São Paulo (Sucursal) — O Sr. Paulo Machado de Carvalho recusou-se ontem a fazer declarações sôbre a CBD, alegando "não haver nada de positivo sôbre o nôvo esquema, que deverá ser traçado pelo Presidente João Havelange — e enquanto está tudo no ar, não posso dizer nada, pois não saberei do que estou falando".

Quanto à opinião do Presidente da Federação Paulista de Futebol, o Sr. Paulo Machado de Carvalho acredita que esteja bastante afinada com a sua. Embora sem combinação prévia, segundo o dirigente, o Sr. Mendonça Falcão também não deverá prestar declarações sôbre possibilidades, "mas só depois de ter um plano concreto a respeito da organização da seleção".

FALAM DEMAIS

O Sr. Paulo Machado de Carvalho afirmou que estão falando demais no assunto e "nós não temos ainda nada concretizado, em têrmos de programação, o que poderá trazer problemas futuros".

— Estou à disposição da CBD, para o que der e vier. Se precisarem de mim, estarei sempre às ordens. Não gosto e não quero, pelo bem do próprio futebol brasileiro, de especulações em tôrno de meu nome e do Presidente da FPF. Não há motivo para êsses despropósitos. Depois de a CBD programar uma comissão efetiva e as preparações para as eliminatórias, nêsse momento sim, poderei dar uma opinião, pois haverá base para uma crítica honesta. Antes disso, é temerário estarmos falando de uma seleção que ainda não existe, de um programa inexistente, de uma comissão apenas planejada, mas não concretizada.

Clubes cariocas seguem exemplo do Fla e armam times "dentes de leite"

O exemplo do Flamengo — que organizou uma equipe *dente-de-leite* — para meninos de oito a onze anos — será seguido pelos demais clubes do Rio, que se reuniram ontem, na Federação Carioca de Futebol, para estudar um programa de exibições nos intervalos dos jogos no Maracanã.

De todos os clubes, apenas o Flamengo e o Botafogo estão em condições, no momento, de fazer com que os meninos se apresentem nesses jogos de exibição. Assim, domingo, os do Flamengo voltarão a jogar entre si, o mesmo acontecendo com os do Botafogo, no dia 24.

CAUTELA

A principal preocupação dos clubes, agora, é estabelecer uma série de normas para essas exibições, de modo que elas não tenham um caráter competitivo e não ponham em risco os meninos, com disputas violentas de bola. Por isso, os juízes dessas partidas serão do clube que se vai exibir, orientados no sentido de impedir faltas ríspidas e podendo, mesmo, instruir os jogadores quando fôr necessário.

A idade será rigorosamente observada. Além disso, meninos muito altos não poderão integrar as equipes, ainda que estejam no limite de idade. As chuteiras deverão ser especiais, de acôrdo com um estudo que o Departamento Infanto-Juvenil do Flamengo, através do Sr. Francisco Figueiredo, solicitou ao Departamento Médico do clube.

Essas chuteiras têm de ser de tal forma que a ossatura dos pés não seja prejudicada. Por outro lado, várias medidas ligadas à saúde do atleta — horário, tempo de duração dos jogos, etc. — serão tomadas, ficando cada clube responsável por sua equipe.

Severino luta por título sul-americano hoje para depois tentar o mundial

São Paulo (Sucursal) — O campeão brasileiro José Severino tentará tirar do argentino Nélson Alarcon o título sul-americano dos pesos-môsca, numa luta programada para quinze *rounds*, hoje à noite, no Ginásio do Ibirapuera, ficando o vencedor com o direito de enfrentar Horacio Accavallo, também argentino, pelo título mundial da categoria.

José Severino, segundo a Associação Mundial de Boxe, é o segundo do *ranking* mundial, atrás apenas do tailandês Chatchai Chioni e, naturalmente, do campeão Horacio Accavallo. O limite de pêso é 50,802 kg, mas acreditam os dois treinados que nem Severino nem Alarcon encontrarão dificuldades para cumprir essa exigência.

EM SANTIAGO

Em Santiago do Chile, tem início esta noite o Campeonato Latino-Americano Amador, sendo o médio-ligeiro José Leônidas Barbosa o único brasileiro a participar do programa de abertura. José Leônidas enfrenta o argentino Rafael González, enquanto, pela mesma categoria, o peruano Mercedes Espinosa lutará contra o paraguaio Eusébio Rolo.

Outras lutas desta noite: Pesos môsca — Raul Astorga (Chile) x Jaime Cabrera (Equador) e Pastor Azuaga (Paraguai) x Félix González (Argentina). Pesos galo — Miguel Cabello (Venezuela) x Ruben Ramirez (Uruguai) e Rafael Achudia (Equador) x Diego Ramírez (Paraguai). Pesos pena — Francisco Carozzo (Equador) e Félix Delgado (Panamá). Pesos leve — Júlio Paredes (Peru) x Jesus Ramos (Venezuela).

FOTOS TRANSPRESS

QUANDO A MORTE MORA AO LADO

JORNAL DO BRASIL □ RIO DE JANEIRO □
SEXTA-FEIRA □ 15 DE MARÇO DE 1968

caderno B

Na guerra, sob as bombas, envolvidos por epidemias, nas mais dramáticas situações, é preciso viver. E quem vive precisa morar, nem que seja entre os mortos.

Em Saigon os refugiados chegam todos os dias às centenas. Trazem o pouco que conseguiram salvar, buscam o mínimo que possam conseguir. Na cidade de mais de três milhões de habitantes as condições já eram consideradas precárias antes da guerra, as acomodações exíguas para a maioria da população. Agora, o que já não era suficiente tem que ser desdobrado vêzes sem conta, para abrigar os que chegam sem opção, tangidos pela necessidade maior de sobreviver.

Calcula-se em 250 mil o número dos refugiados que atravancam as ruas de Saigon. Mulheres, velhos e crianças, à procura de um lugar onde ficar, enquanto os homens lutam ou, já mortos, desisitiram de qualquer procura. E um dia, alguém descobriu o cemitério católico de Cau Kho, interditado há alguns anos pela municipalidade de Saigon por já ter seu espaço todo tomado.

O primeiro barraco a surgir entre os túmulos foi sinal de partida para os outros. Hoje, nos 400 metros quadrados do antigo cemitério moram cêrca de 19 mil pessoas. As próprias pedras tumulares servem de apoio para as casas improvisadas, são assento, depósito, alvo de brincadeiras. O ambiente de morte é utilizado para a vida, ela também tão ameaçada. Numa cidade em que as bombas e os atentados fazem novas vítimas todos os dias, não é de estranhar a tranqüila domesticidade com que as cruzes surgem por entre as casas.

Nunca uma cidade teve tanta intimidade com a morte. Os cadáveres se acumulam nas ruas, mas até dentro de casa a morte está presente. Em Saigon — e só em Saigon isso seria possível — a precariedade das condições de vida fêz nascer um nôvo tipo de favela, onde os barracos incorporam as sepulturas como peças normais de uma casa. Em Saigon, a morte é o cotidiano

Mário Barata no júri de Resumo

ARTES PLÁSTICAS | WALMIR AYALA

MÁRIO BARATA E O VI RESUMO

Mário Barata, de família paraense, nasceu em 1921. Estudou Museologia, Ciências Sociais, História e Direito no Rio de Janeiro. Licenciou-se em Letras e História da Arte na Sorbonne e diplomou-se em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris. É catedrático de História da Arte, por concurso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Escola de Belas-Artes), sendo chefe do Departamento de História da Arte. É professor efetivo do Curso de Museus e foi, por alguns anos, Conservador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo ainda membro do Conselho do Museu de Arte Brasileira de São Paulo. Antigo professor de Estética da Faculdade de Filosofia da Universidade da Guanabara e da Escola Nacional de Belas-Artes, e da Iconografia do Curso de Biblioteconomia. Pela sua atividade na História da Arte foi eleito sócio-efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e correspondente do Pará e Pernambuco e da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa. Foi relator oficial de temas no Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte (Brasília, 1959) e no VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Universidade de Harvard, 1966). Atuou como membro do júri internacional da II Bienal de Paris e de júris nacionais da Bienal de São Paulo e de Salões de Arte Moderna. Exerceu a função de assessor (para as Artes) da delegação do Brasil à I Conferência Geral da UNESCO. Em 1949 recebeu em Paris a missão de organizar no Rio e em São Paulo a seção brasileira da Association Internationale des Critiques D'Art, que levou a bom têrmo. Foi, por algum tempo, Secretário e Presidente em exercício dessa seção (ABCA) e é hoje Secretário Regional para a América Latina, da AICA (Paris).

Publicou **Azulejos no Brasil**, **Conceito Atual da Natureza da Escultura**, **Ensaios de Numismática e Ourivesaria**, **Artes (1808-1889)** in **História da Civilização Brasileira**, dirigida por S. Buarque de Holanda, e estudos e conferências sôbre estética e arte. A Bloch Editôra lançará seu texto **Post e Eckout**, brevemente. Durante nove anos foi crítico de Arte do **Diário de Notícias**, havendo também iniciado a rubrica especializada em **Última Hora** e **PRA-2**. É hoje crítico do **Jornal do Comércio** do Rio e colaborador efetivo do **Handbook of Latin American Studies** da Biblioteca do Congresso de Washington. Colaborou em **Art International**, **Aujour'hui**, **Art in America**, **Zodiac**, **Opus International**, **Colóquio** e na **Enciclopedia Universalie dell'Arte** (Veneza-Florença).

Seu nome prestigia o júri de seleção do VI Resumo de Arte do JORNAL DO BRASIL em 1968.

Ataulfo Alves em disco da Polidor

DISCOS POPULARES | JUVENAL PORTELLA

ATAULFO, JODACIL E BIESEK

A seriedade e genialidade de Ataulfo Alves, o excelente violão de Jodacil Damasceno e o canto de Ludna Biesek num repertório de Vila-Lôbos são alguns dos lançamentos que apresentamos hoje.

PRELÚDIOS

A Codil distribuiu pela etiquêta Classic um dos mais valiosos discos clássicos brasileiros, o **Vila-Lôbos: Prelúdios e Canções**, RSCL 4006, interpretado pelo corretíssimo violão do jovem Jodacil Damasceno e pelo canto limpo de Ludna M. Biesek. Para os apreciadores de Lôbos é uma peça importante e para quem gosta de música séria, indispensável.

ATAULFO

O velho, às vêzes teimoso, às vêzes zangado, às vêzes brincalhão, mas sempre um gênio da música popular, Ataulfo Alves nos mostra mais um de seus magníficos discos, o LPNG Polidor 44 013, com um punhado de composições que marcaram época e outras mais recentes. Com êle, Diana, com quem trava uma polêmica musical das mais elogiáveis. Um LP de primeira, sem dúvida.

LATINO

Inexpressiva a conduta da orquestra La Paloma, em disco Premier, PRLP 1013, com canções no ritmo latino-americano, mas co[illegible]ntes de uma seleção disforme e até [illegible]racional, pois está presente um baião brasileiro — **Kalu** — que nada tem a ver com o andamento dado às canções de outros países sul-americanos. Fraco.

DE MINAS

Da gravadora mineira Bemol nos chega o sax de Joe Smith, que, se não fôr algo de monumental, pelo menos dá conta do recado, sem comprometer. Como na maioria dos discos editados no Brasil, falta maior número de informações sôbre Joe e o LP, mas o que se ouve dá para sentir o seu trabalho. Disco de gênero romântico apreciável.

FESTIVAL

A equipe de produção da CBD — Philips — reuniu 11 das canções classificadas para a parte final do II Festival Internacional da Canção e fêz um disco que é importante por registrar êste acontecimento. E por mais nada, porque, à exceção de três ou quatro faixas, o resto de nada vale.

R 765019 L é o número para os colecionadores de um disco editado muito depois da realização do festival, mas que não deixa de ter valor.

AMOR

The Billy Vaughn Singers é o LP **I Love You**, com arranjos de Al Capps, dão um bom presente musical aos discófilos. Lançamento da RGE XRLP 6 192, agradável de se ouvir pela magnífica harmonia do vocal.

MÚSICA | RENZO MASSARANI

UM POUCO DE ITÁLIA

As principais instituições musicais italianas, subvencionadas pelo Estado, são 13: a Academia de Santa Cecília e a Ópera em Roma, a Arena de Verona, o Scala de Milão, o Comunal de Florença, a Fenica de Veneza, o São Carlos de Nápoles, o Massimo de Palermo, os Comunais de Bolonha e Gênova, o Regio de Turim, o Verdi de Trieste e os Concertos de Cagliari. Tôdas estas instituições contam com suas massas orquestrais e corais. Há também, além de muitas outras menores, a Sinfônica de Palermo, a Haydn de Trento, o Angelicum, os Pomeriggi de Milão, as orquestras de San Remo e AIDEM de Florença, os grandes conjuntos da RAI-TV: as Corais-Sinfônicas de Turim, Roma e Milão, a Scarlatti de Nápoles, o Côro Polifônico de Roma. A lírica continua também em temporadas da RAI (dedicadas particularmente a repertórios de caráter cultural) e nos velhos teatros sociais e tradicionais de Bari, Bresoia, Catânia, Como, Cremona, Ferrara, Mantova, Modena, Novara, Parma, Piacenza, Pisa, Reggio Emilia, Rovigo, Treviso, Verona, Livorno, Sassari e nas cidades menores.

A tendência comum dêstes teatros líricos é de aumentar o número das óperas da temporada, diminuindo o das repetições. Houve anos, no passado do Scala, em que (1829) Assedio di Corinto, *de Rossini, teve 29 récitas,* Jone, *de Petrella (1861), teve também 29,* Gioconda *(1883) teve 25,* Sigfried *teve 14. Em 1923, o Scala apresentou 24 óperas, com seis récitas cada; em 1938, a média das récitas das 23 óperas foi de quatro. Outro exemplo, o do Comunal de Bolonha: em 1803, deu duas óperas com 36 representações complexivas; em 1830, quatro óperas com 45 récitas; em 1867, três óperas com 30 récitas; em 1906, duas óperas com 25 récitas; em 1920, seis óperas com 31 récitas; em 1949, nove óperas com 24 récitas; em 1966, 15 óperas com 32 récitas. Bolonha — e os outros teatros italianos, em geral — estão-se aproximando do péssimo e antieconômico hábito carioca das óperas apresentadas na sexta-feira e repetidas uma única vez, no domingo seguinte. O aumento do custo dos espetáculos, também na Itália, hoje é enorme. Por exemplo, os corpos estáveis italianos, que em 1949 custaram complexivamente .... 2 178 441 liras (para traduzir em cruzeiros, multipliquem por cinco), em 1956 custaram .... 4 034 389 107 e em 1965 custaram 11 529 323 089.*

Os concertos perderam parte de seu público, mas lá o fenômeno é devido à excelente programação da Rádio-TV e à enorme venda dos discos de música erudita: duas razões consoladoras, que infelizmente o Rio não pode invocar para justificar o crescente desinterêsse dos públicos. Em 1936, houve na Itália 3 508 concertos com 936 502 entradas vendidas; em 1951, 4 663 concertos e ..... 1 453 953 entradas; em 1955, ... 4 190 concertos e 1 070 790 entradas; em 1965, 3 115 concertos e 1 394 229 entradas vendidas.

Muitas são as atividades (na maioria dos casos, amadorísticas) corais e bandísticas. Inúmeros são os grupos corais, particularmente no Norte do país. As bandas, ativas particularmente no Sul, são mais de três mil, reagrupando cem mil executantes. Os coros diletantes preferem as canções dos Alpes; as bandas continuam seu repertório de sempre, formado sobretudo pelos pots-pourris de óperas: atividade ao ar livre, grandemente animadora; fecundos viveiros para os coros profissionais e as orquestras das cidades. Ricardo Allorto (que fornece êstes dados na Revista Musical Italiana*) conclui: "Hoje procura-se divulgar a música entre grupos mais numerosos de cidadãos. Os jovens enfrentam seus problemas criando suas associações, suas juventudes musicais. São estas que souberam canalizar as livres determinações dos jovens para conhecer e executar a música em amplas assembléias que os reúne aos milhares, como acontece pontualmente — nos três últimos anos — no Palazzeto Lido de Milão."*

Quanto às gravações — música de classe e popular — a venda em 1967 aumentou em 15% com relação ao ano precedente, quando foram vendidos 32 milhões de discos. Em 1967, foi alcançado o número recorde de 36 milhões: entre os compradores, a grande maioria é dada pelos jovens.

NO TERRITÓRIO DO ESTILO

JOSÉ PAULO M. FONSECA

I — HOMONIMIA SIGILOSA

A palavra **estilo** sofre — como tantas outras de uso corrente no campo da cultura — uma **espécie de homonimia sigilosa**. Nesse autor significa determinada **noção**, em outro rotula **conteúdo** diverso. Não se trata pròpriamente de uma multiplicidade de interpretações, mas de um **significante** cujo **significado** vive um regime de metamorfose, condicionada em boa parte pela modificação histórica. É algo que está ligado por dentro à concepção de mundo. Assim, no comércio do saber, passa a constituir moeda de extrema ambigüidade. Estamos diante de homônimos cuja diferença, no entanto, não se exibe à primeira vista, mas se situa numa pauta mais íntima. Não resta dúvida de que de tal fato decorre um constante mal-entendimento. Não querem estas notas arrolar as várias acepções de **estilo**, mas, tão-sòmente, insistir numa dada linha de deslinde, que irá provocar no eventual leitor uma aceitação ou a controvérsia, dois resultados que, ao meu ver, coadjuvarão para que se possa fazer uma idéia mais nítida do tema. Enfim, como já foi dito mais de uma vez, nós civilizados somos avarentos no que tange à ampliação do vocabu[illegible]rio, aferramo-nos ao elenco que nos foi legado, especialmente no campo das coisas **abstratas**, daí ser natural essa neblina gênero Babel.

II — "O ESTILO É O HOMEM"

Rouget de Lisle salvou-se com **A Marselhesa**. Buffon encontrou sua tábua contra o naufrágio nesta frase, que se beneficia de seu laconismo. E laconismo com um sujeito e um predicativo extremamente vastos e, portanto, dóceis. Dêsse modo, sem a menor violência, tal juízo dos setecentos se aplica a uma visão atual do fenômeno estético.

O artista transfigura o mundo, a sua **circunstância** (aquilo que se encontra em tôrno de si) de uma maneira específica, pessoal, e esta **maneira** irá, justamente, constituir o **estilo**, que será uma intervenção do criador, o **homem**, pois.

Mas, que homem? Ninguém é um monolito: Degas ou Portinari ao pintar estavam vivendo um aspecto bem determinado da personalidade. Isso me leva a dizer que o **homem do estilo** não é aquêle que imagináriamente julgamos existir como uma peça inteiriça, mas um **eu** observando certos cânones que, estèticamente, lhe parecem convenientes. Trata-se de uma das **espécies** no **gênero-homem** que se vai encontrar em tôda e qualquer personalidade. Não resta dúvida de que se trava um contínuo relacionamento entre as várias espécies de cada **gênero-pessoa**, e, assim, sob certo aspecto, a obra de arte vai revelar boa porção do vulto de quem a fêz. Proponho a seguinte variação da frase: **o estilo é o homem, quando cria uma obra de arte**. Justamente, quando êsse homem não consegue realizar algo de válido como arte, o que se nota é uma ausência ou precariedade de **estilo**. **Estilo** supõe, pois, necessàriamente, dois valôres, o **humano e o estético**.

III — ESTILO, DADO QUALITATIVO

O item anterior nos leva à conclusão de que **estilo** representa um dado positivo. Mau **estilo** é carência de **estilo**. E, mais do que isso, não raro se aplica a palavra fora da órbita estética, diz-se **estilo** como sinônimo de validade ética. O santo, o herói são pessoas que ostentam **estilo** na vida. Trata-se de uma generalização análoga àquela que nos conduz a afirmar que o ato de a foi um **belo ato**, ou que fulano fêz um **papel feio**.

Porém, voltemos à esfera estética. Admitindo-se que **estilo** seja a modificação que o artista imprimiu ao seu modêlo, que seja o **modo** de ele apresentar o seu tema, chegaremos a uma constatação que, aparentemente, contradiz a de que o estilo é o homem. De fato, tal modo tem que atender antes de tudo a uma exigência estética, e, assim sendo, o estilo seria justamente a estrutura **estética** e não a **humana**. O estilo seria a maneira de expressão que **vale**, não como testemunho do homem, mas como observância de cânones artísticos.

Conforme meu entender da arte, essa oposição é um sofisma. Isso porque realmente a validade estética se fundamenta numa validade humana, e é, antes de tudo, um modo perfeitamente humano de o homem se expressar, porque um modo que transmite a intimidade de quem se expressa e, como conseqüência, vai interessar a intimidade do espectador ou interlocutor. No ofício artístico, o homem não se aliena, comparece com tôda a sua **humanidade**, efêmeramente quase realiza aquêle monolito que por candidez supomos que o homem seja. Ter estilo, em última análise, significa ter **humanidade**, ainda que passageira.

IV — O PESSOAL E O HISTORICO

Todo artista ou escritor autêntico tem o seu **estilo**. Mas, também, tôda a época tem o seu **estilo** ou os seus **estilos**. Estamos diante de duas órbitas, e creio que entre ambas há, simultâneamente, uma oposição e uma integração. O criador autêntico se diversifica da linguagem comum de seu tempo, vale-se de uma expressão específica; mas essa expressão pessoal constitui, primordialmente, o desenvolvimento de determinada senda do **estilo** da época. **V. g.**: o Aleijadinho, que foi fiel ao barroco brasileiro, que o aceitou plenamente, e mais que isso, o levou a uma intensidade insólita. Entre a **História** e os **Pioneiros** há uma união visceral. Qualquer grande homem é generosa e violentamente de seu tempo. O personalismo de um **estilo** válido não representa fenômeno que luta contra a linguagem da época, ao contrário, exibe uma densificação de tal linguagem, que, inclusive, vai oferecer ao homem contemporâneo uma ferramenta hábil para fazer sua imagem autêntica do mundo. Lembro aqui o exemplo de Picasso, cujo **estilo** (ou estilos) denuncia com uma **verdade** inquestionável várias faces dêsse nosso contraditório século. Um **estilo**, assim, não é apenas o **homem**, mas, igualmente, a **época**.

PANORAMA

DO CINEMA

AS CÔRES DA CÔRTE — Em tecnicolor e panavision, a Warner promete para breve o lançamento de **Camelot**, filme que vem obtendo grande sucesso internacional. **Camelot** revive o esplendor da côrte do Rei Arthur, protagonizado por Richard Harris, que tem Vanessa Redgrave como companheira.

PETER SCHUMAN NO RIO — Encontra-se no Rio, o cineasta e crítico alemão Peter Schuman que está realizando um filme para a TV Alemã sôbre o atual estágio do Cinema Nôvo brasileiro. Entusiasta do Cinema Nôvo, Schuman esta recolhendo, também, material para o livro que publicará sôbre o assunto. Ontem, nas salas de montagem da Líder, Peter Schuman filmou Paulo César Saraceni e Nelo Melli e seu trabalho em **Capitu**.

CINEMA NÔVO CONTINUA — Dando prosseguimento à Mostra do Cinema Nôvo a Cinemateca do MAM apresentará hoje, em seu auditório no Museu de Arte Moderna, o filme Don Owen, produção canadense de 1964, Despedida Sem Adeus, **interpretada por Peter Kastner e Julio Biggs. Versão original inglêsa. Na próxima semana a Mostra do Cinema Nôvo entrará em sua terceira fase, agora no auditório da Maison de France com a apresentação de** O Silêncio Não Tem Asas (Tobonari Chinmouku) **de Kazuo Kuroki, produção japonêsa de 1966, com Marik Kaga e Minoru Hiranak, legendas em francês, na próxima segunda-feira; têrça-feira —** Antes da Revolução (Prima Della Revoluzione) **de Bernardo Bertolucci, produção italiana de 1967, com Adriana Asti, Allen Midgette e Francesco Barilli. Versão original, sem legendas.**

CINEMA FORTE — Todos os sábados, às 21h, na TV Continental (Canal 9), está sendo apresentado o programa **Cinema Forte**, produzido e dirigido por Flávio Moreira da Costa e Mauro Costa. O programa inclui entrevistas e projeção de curta-metragens brasileiros. Entre os últimos entrevistados figuram Paulo Gil Soares (**Proezas de Satanás na Vila de Leva e Trás**), Iberê Cavalcânti (**A Virgem Prometida**) e Dejean Magno Pellegrin. Da seleção de filmes exibidos constam **Paixão**, de Sérgio Santeiro, e **O Bem-Aventurado**, de Neville De Almeida.

KUBRICK NO PAISSANDU — A Cinemateca do MAM apresentará amanhã, à meia-noite, no Cinema Paissandu, o filme de Stanley Kubrick, A Morte Passou por Perto, **produção de 1955, interpretado por Frank Silvera e Jamie Smith.** A Morte Passou por Perto, **primeiro longa metragem de Stanley Kubrick** (Spartacus, Dr. Strangelove), **é considerado um de seus mais importantes trabalhos.**

A BRAVA DUBLAGEM — Raul Cortez, Isabela, Maria Lúcia Dahl, começaram a dublagem do filme de Gustavo Dahl, **O Bravo Guerreiro**. O filme deverá ser lançado em fins de abril.

PANORAMA DO TEATRO

"QUARENTA QUILATES" — Oscar Ornstein marcou para 9 de abril a estréia de **Quarenta Quilates**, comédia de Barillet & Grédy, que João Bethencourt está dirigindo no Teatro Copacabana, com um bom elenco no qual se destacam, entre outros, os nomes de Cleide Iáconis, Henriette Morineau, Mario Brasini e Cláudio Cavalcânti. A comédia, como pràticamente tôdas as obras da eficiente dupla de comediógrafos, alcançou grande sucesso em Paris.

* * *

CRITICA VÊ CAPETA — Está marcado para esta noite, no Teatro Nacional de Comédia, a sessão especial para a crítica e convidados da comédia **Capeta em Caruaru**, de Aldomar Conrado, dirigida por Amir Haddad, cuja pré-estréia foi realizada anteontem.

* * *

DEBATE SÔBRE "O & A" — O Conselho Executivo de Teatro do Museu da Imagem e do Som vai promover amanhã, depois da apresentação de O & A no Teatro João Caetano, um debate sôbre o espetáculo do TUCA paulista. O & A, um espetáculo que merece ser visto e debatido, deve encerrar a sua temporada no Rio de Janeiro no próximo domingo.

* * *

DIRETOR ESPANHOL FALARÁ NO CONSERVATÓRIO — O diretor espanhol Carlos Miguel Suárez Radillo, que desde 1965 está viajando pela América Latina (tendo visitado, até agora, dezesseis países), a fim de colhêr material para o seu livro **Historia del Teatro Iberoamericano Contemporáneo**, dará um ciclo de conferências no Conservatório Nacional de Teatro sôbre o teatro espanhol e o teatro dos países latino-americanos até agora visitados. O ciclo será inaugurado na próxima segunda-feira, dia 18, com uma palestra intitulada **Vinte e Cinco Anos de Teatro Espanhol**. Depois de encerrada a sua visita ao Rio, Suárez Radillo visitará tôdas as principais capitais brasileiras, numa extensa **tournée** de conferências, patrocinada pelo Serviço Nacional de Teatro.

* * *

DUAS ESTRÉIAS INFANTIS — Dois espetáculos infantis anunciam a sua estréia para o próximo fim de semana. No Arena Clube de Arte, o recém-fundado Grupo Pavilhão apresentará, a partir de amanhã, O Palhacinho Blim-Blim, de Nei Costa, que é também o diretor do espetáculo. E no Teatro Mesbla, o Teatro do Autor Brasileiro promoverá domingo, em co-produção com o Grupo Diálogo, a estréia de Joãozinho Peteleco, **texto de Maria Helena Kühner, que foi dirigido por Luís Mendonça, com música e direção musical de Carlos de Sousa Maria Helena Kühner, foi no ano passado, finalista do I Seminário de Dramaturgia Carioca, e ganhou uma das menções honrosas no Concurso Prêmio Serviço Nacional de Teatro; Joãozinho Peteleco é a primeira montagem profissional, na Guanabara, de uma peça de sua autoria.**

Y. M.

DA MÚSICA

SEMINARIOS PRO-ARTE — Hoje e amanhã, às 10h, serão realizadas nos Seminários de Música Pró-Arte (Rua Sebastião Lacerda, 70) as provas de admissão aos cursos de Harmonia, Contraponto, Fugas, Formas Clássicas e Livres, do maestro Guerra Peixe. — Nos mesmos Seminários, acham-se abertas as inscrições para o curso de impostação de voz, a cargo da professôra Sônia Born.

CLAUDIO SANTORO — O compositor brasileiro acaba de voltar ao Rio, depois de uma ausência de ano e meio durante a qual muito trabalhou; inclusive, numa nova fórmula que une a música à pintura. Também a parte pictórica é de autoria do irrequieto mestre de Manaus.

AINDA NELSON FREIRE — A Nacional do México, sob a regência de Herrera de la Fuente, realizou um concêrto de música latino-americana para as Rádios da Alemanha Ocidental, com músicas de Falla, Henrique, Ginastera, Revueltas e Chavez. **Noites de Espanha** teve como solista o nosso Nélson Freire; o jornal **Die Welt** elogia o planista "pelo seu instinto musical muito seguro e pela espontaneidade de sua primorosa exibição de arte".

FOURNIER — A volta do ilustre violoncelista, acompanhado por seu filho Jean Fonda, será uma das principais atrações da temporada ABC Pro-Arte. Seu recital, fixado para 29 de maio, compreende obras de Schubert, Schumann, Beethoven, Shostakovitch e Chopin. Os sócios de 1967 têm suas localidades reservadas até 4 de abril; são aceitas novas inscrições; os estudantes têm vantagens excepcionais.

R.M.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA | TROPICALISMO (II)

MERGULHO NA SUPERFÍCIE

Caetano Veloso, entrevistado por Fatos & Fotos:

— Quando vi O Rei da Vela, *encontrei tudo aquilo que eu também estava tentando mostrar. O Brasil mais sujo, mais real, um tanto cafona mesmo, uma face real da cultura brasileira.*

Nem tôda sensibilidade há de querer mostrar o Brasil "mais sujo". Muitos desejarão expressar um certo lirismo também tìpicamente brasileiro, que já foi nosso e que perdemos. Mas nisto todos concordarão com Caetano: não estávamos vendo o Brasil verdadeiro.

Creio que tenho do tropicalismo uma idéia (ou intuição) muito especial, mas raramente tenho acreditado tão firmemente em alguma coisa.

Na adolescência, visitando o Convento da Penha, no Espírito Santo, parei na escadaria para contemplar a seguinte cena: a mãe encostada ao muro alimentava o filho. Era um bebê. Desconheço a razão pela qual não estava sendo alimentado a leite. Só sei que a mãe mordia um pedaço de pão, mastigava-o durante algum tempo e depois o pedaço mastigado era transferido para a bôca do bebê.

Tenho hoje a impressão de que passei (nós passamos?) todo êsse tempo engolindo pedaços de pão mastigados por outrem. E sinto que é preciso começar tudo pelo comêço.

Basta-me, naturalmente, abrir um livro qualquer. Os protestantes abrem ao acaso a Bíblia, quando se encontram em alguma dificuldade, e Virgínia Woolf chegara a conferir a isto o valor de uma lei psicológica: qualquer livro, aberto em qualquer página, contém exatamente aquilo que você está procurando.

"Fernão Lopes não foi buscar às letras clássicas, onde, aliás, não era hóspede, nem à cultura estrangeira, os arrebiques do estilo nem o estendal de erudição, que tanto havia de afear a obra do sucessor imediato. Usou de vocabulário rudimentar, mas o seu gênio assombroso conseguiu extrair efeitos maravilhosos de recursos que bem reduzidos pareciam."

O espírito brasileiro, exaurido de tudo aquilo que foi buscar em outros lugares, descobre-se à margem da história. Édipo em exílio voluntário, além de órfão.

E justamente o que eu buscava era isto: a palavra exílio.

LÉA MARIA

"MR. GABLE"

Clark Gable, que nos seus últimos anos de vida vinha fugindo de qualquer aparição ou entrevista na televisão, será agora recordado pela NBC através do documentário **Dear Mr. Gable**, retrospectiva de tôda a sua vida artística. Durante seus anos de glória, Gable fêz 75 filmes. Seu velho amigo Burgess Meredith será o narrador dêste documentário.

ELEGÂNCIA DE INVERNO

Guilherme Guimarães prepara-se para fazer o lançamento de sua coleção para 68. Prevê que as maxi-saias serão o máximo de elegância em matéria de moda de inverno, embora aconselhe apenas as mulheres altas e de quadris estreitos a usá-las, o que limita muito o número de adeptas da nova moda no Brasil. Quanto à moda Bonnie, Guilherme afirma já estar muito vulgarizada e, com raras exceções, não consegue ser uma moda elegante. Outro detalhe adiantado por Guilherme: as mulheres continuarão a usar **pallazzos** para receber.

VERÃO, FIM DE VERANEIO

A temporada de verão fora do Rio está pràticamente encerrada e o grande programa para o mês de abril e final de março é rever os amigos e freqüentar o Country, a Hípica e as discotecas da Cidade. Nas rodas elegantes, os **pallazzos**, pantalonas e terninhos continuam imperando. Os primeiros tecidos de meia-estação nas côres das estamparias africanas (muito tabaco, prêto e marrom) já começam a aparecer.

"GENTE NOVA, NOVA GENTE"

Stands para a venda de livros e discos serão montados no Teatro Toneleros a partir do próximo dia 25, quando tôdas as segundas-feiras será apresentado o show **Gente Nova, Nova Gente**, com espetáculos diferentes cada semana. A direção musical estará a cargo de Dori Caimi.

TEMPORADA COMEÇA COM PAIXÃO

A temporada do Teatro Municipal será iniciada no próximo dia 11, com a apresentação da **Paixão Segundo São Mateus**, de J. S. Bach. Para esta apresentação chegarão ao Rio três solistas americanos e um alemão. São êles: Ingrid Paller (Alemanha), Paul Hotteston, Lily Chokarian e Harold Enns (EUA). A orquestra estará sob a regência do maestro Eleazar de Carvalho.

FILIAL

Um grupo de capitalistas franceses promove uma sondagem do mercado do Rio, a fim de verificar as possibilidades de abrir aqui uma filial da casa Hermès de Paris. Na América do Sul, a única filial existente fica na Argentina.

FÔRÇAS OCULTAS

O Hudson Institute declarou recentemente que as três grandes fôrças financeiras do mundo atual são: a indústria alimentícia, a automobilística e a de confecções **prêt-à-porter**.

"O CAMPO DE BATALHA"

O lançamento do livro de Fausto Wolff, **O Campo de Batalha Sou Eu**, no Veloso, foi um verdadeiro **happening**, com esticada até alta madrugada. O chopinho gelado foi servido durante tôda a noite, animando o acontecimento. Gente de **black tie**, outros à moda **hippy**. Campos de Carvalho muito cumprimentado pela contracapa do livro. O autor passou grande parte do tempo autografando os exemplares de seu livro. Entre as presenças anotadas, as do Embaixador e Sr.ª Válter Sarmanho, José Carlos Galiez, Marise Miranda Freitas.

A COMPRA

Dentre as muitas personalidades que compraram os quadros de Enrico Bianco, em sua última exposição em Roma, o ator Vittorio Gassman. Bianco, que em recente estada na Itália fêz duas exposições, prepara-se agora para uma terceira, a ser realizada na Galeria Borgognona, em novembro.

BREVES

- No Sucata, Danusa Leão chamava a atenção com sua túnica Mao de brocado chinês.
- *Em Nova Iorque um nôvo poster está sendo vendido aos milhares: trata-se de uma fotografia de Lady Bird com os seguintes dizeres: "Se você fôsse casado com esta mulher, faria a guerra ou o amor?"*
- Na ala jovem comenta-se com insistência a formação, para breve, de um nôvo casal — Afraninho Nabuco e Tânia Caldas.
- *A vila onde o pianista Jacques Klein está residindo, na Suíça italiana, chama-se Ascona, e fica a uma hora de carro de Milão. Além de uma enorme piscina, possui chácaras e jardins senhoriais.*
- Lugar que começa a pegar na madrugada do Rio é o restaurante Real Astória, no final do Leblon.
- *Em São Paulo, o Banco Português inaugura, no próximo dia 18, seu nôvo edifício sede na Avenida Paulista. Na mesma data, aquêle estabelecimento estará completando o seu cinqüentenário.*
- Evandro Castro Lima continua sendo solicitado por clubes da Cidade para se apresentar com suas luxuosas fantasias. Hoje êle participará do desfile do clube Vila da Feira e no sábado de Aleluia estará presente ao baile do Hotel Quitandinha.
- *Leila Dinis, Natália Timberg e Márcia de Windsor agora fazem parte da rêde Excelsior de televisão, e as primeiras novelas já estão sendo produzidas com os novos contratados.*

PERFIL DE OLIVIA

Olivia Fasanelo nasceu na Polônia, mas hoje integra a sociedade elegante do Rio. Seu veraneio foi igual ao de todos os cariocas, à beira-mar, no Rio ou em Cabo Frio nos fins de semana. Para ela, a vida em sociedade é agradável porque a põe no meio de gente, de amigos, com quem se diverte tanto num coquetel como num jantar ou numa esticada. Gosta de usar biquíni e roupas divinas e nem sempre muito práticas. Acha os filhos a coisa mais importante, depois do marido, na vida de qualquer mulher. A política a fascina, mas confessa que suas idéias a respeito, além de serem muitas, são confusas. Mora informalmente, os horários só existindo para as crianças. Acha a mulher apenas grã-fina terrivelmente inútil, admira a eficiência das patronnesses em festas de caridade. Dinâmica que é, Olivia passou um verão de muito trabalho também, com a participação nas filmagens de Os Exilados, *de Serginho Bernardes.*

PICADINHO

- Sellar terá bota-fora na quinta-feira em casa de Edila Mangabeira. Parte para Ouro Prêto, onde deverá ter longas férias.
- *A atriz Betty Faria está radiante com a confirmação de seu primeiro baby e se prepara também para ingressar na TV-Rio.*
- Tônia Carrero bronzeadíssima de volta de Cabo Frio após férias de 20 dias.
- *O elenco de* Cordélia Brasil *prepara-se para levar a peça na Praça do Lido, já que a Censura não chega a uma conclusão com respeito ao texto. Assim, Luís Jasmim iniciará sua carreira de ator em praça pública.*
- Comentário de um grupo de maridos a respeito do costureiro Joãozinho Miranda: é ùm dos poucos com quem se pode conversar assuntos sérios, como política e finanças. Em público, êle evita falar em moda.
- *Mais de 300 formulários de inscrição já foram distribuídos pela Domus aos artistas que vão concorrer ao prêmio para o melhor retrato de Carolina, a personagem da música de Chico Buarque. Entre os que já estão com inscrição confirmada, Hilda Goltz, Luci Calenda, Nina Barr.*
- Regressou ao seu Château des Anges, em Antibes, o Marquês de Abadie, após temporada passada na Ilha de Paquetá. Lídia e Neli Ferrari ofereceram-lhe uma recepção de despedida, em que estêve presente o Governador Negrão de Lima, o Secretário Humberto Braga e o Presidente da Caixa Econômica, Sr. Antônio Viana. Na véspera do embarque, o Marquês visitou, a convite do Governador, a Casa da Gávea Pequena, tecendo elogios a D. Ema pela decoração.
- *Nathalie Wood, ainda na semana passada, jantava no Le Chalet Suisse, onde pediu bis para a sobremesa de banana.*
- O Fotocineclube Bandeirante, da Capital paulista, está realizando durante êste mês uma retrospectiva dedicada a Orson Welles.
- *Encontra-se no Rio, a fim de realizar vários filmes documentários para a televisão alemã, o crítico Peter Schumann.*
- Ainda sôbre cinema: o documentarista soviético Naum Kleeman reconstituiu o filme *O Prado de Brejine*, de Eisenstein, através de fragmentos achados há pouco tempo. Durante muitos anos a obra inacabada de Eisenstein andou desaparecida. *O Prado de Brejine* será exibido em programa extra no Festival de Oberhausen, como curiosidade histórica.
- *Bibi Ferreira estêve posando na semana passada para a edição italiana do Harper's* Bazaar, *na rua, o que causou grande sensação em Ipanema. Os modelos eram todos longos e muito bordados, com etiquêta de Zuzu Angel.*
- O almôço que Mariazinha Guinle programou para têrça-feira, em homenagem a Eliane Paternote de La Vallée, ficou transferido, por ter a anfitriona ferido o pé.
- *Têrça-feira a Duquesa de Westminster e os Embaixadores da Inglaterra serão homenageados com um jantar em casa do Major e Sr.ª McCrimmon.*
- O Secretário Cultural e de Imprensa da Embaixada da Holanda e Sr.ª Jonker ofereceram quarta-feira um jantar de despedida ao jornalista Gilberto Cavalcânti, que segue segunda-feira para a Alemanha, onde durante um ano fará cursos de aperfeiçoamento de jornalismo.
- *O Presidente Costa e Silva gravou têrça-feira última, na TV-Globo, uma série de video-tapes destinados a tôdas as estações de televisão, em comemoração ao segundo aniversário de seu Govêrno. O interessante é que a gravação começou às 23h e terminou sòmente às 6h da manhã.*
- A balada de *Bonnie and Clyde* obteve o primeiro lugar nas paradas de sucesso na Inglaterra, numa gravação de Georgie Fame, cantor que representou aquêle país no último Festival da Canção.

PASSARELA

GILDA CHATAIGNIER

O PODER MÁGICO DO FOGÃO

O peixe morre pela bôca, mas uma interpretação irreverente do velho ditado afirma que o homem também. Na escala da conquista existe um capítulo à parte dedicado à culinária. Por incrível que pareça, alguns alimentos têm um poder mágico, quase erótico, de provocar paixões. No século XIX, Brillat-Savarin já prescrevia, no seu livro Fisiologia do Gôsto, galo velho e sopa de boi como uma combinação fantástica e afrodisíaca, cujo preparo poderia levar de cinco a seis horas, mas que produzia resultados bem mais duradouros. O absinto, consagrado à deusa-caçadora Artemis, foi largamente empregado pelos franceses. Mas no fogão, o altar da Vênus moderna, também podem acontecer milagres espantosos. E aqui estão algumas receitas que são consideradas o máximo em matéria de técnica de conquista.

SANDUICHES DE COGUMELOS

Cogumelos *sauté* num pouco de manteiga, com suco de limão, até ficarem levemente dourados. Tire do fogo, transforme o conjunto numa p a s t a, utilizando o liquidificador. Acrescente sal e pimenta. Depois, misture a pasta com uma quantidade igual de manteiga.

Cogumelos são particularmente eficazes se reunidos a um pouco de luar. Se o seu *menu* começar por sopa, esta deverá ser servida bem quente, e ser, de preferência, de peixe. Podera ser inclusive uma *bouillabaise*, que só tem peixe e representa uma refeição completa. Mas há também sopas geladas deliciosas.

SOPA GELADA

1k de camarões cozidos e descascados
1/4 de pepino descascado e cortado em rodelas finas
1 colher das de chá de tempêro em pó
1 colher das de chá de mostarda
1/ colher das de chá de sal
1/2 colher das de chá de açúcar
2 xícaras de leite com alto teor de gordura

Misture os camarões, o pepino e os temperos; mergulhe tudo no leite e esfrie.

O PRATO PRINCIPAL
(uma peça irresistível)

Como a carne não tem propriedades afrodisíacas, utilize peixe ou ovos, que são admiràvelmente leves também e podem formar um excelente prato principal.

PEIXE COM COGUMELOS

1/2k de filé de peixe
250g de cogumelos frescos
manteiga
1 colher das de sopa de farinha
sal e pimenta
paprika
1/2 xícara de leite
1/4 de xícara de *sherry* sêco
2 colheres das de chá de cebola ralada
salsa
1 xícara de parmesão ralado.

Derreta a manteiga numa fôrma. Coloque dois filés de peixe, virando-os uma vez para ficarem com manteiga de ambos os lados. Salpique de sal, pimenta e *paprika*. Leve ao forno durante cinco minutos. Corte os cogumelos em fatias e faça-os *sautés* em manteiga. Tire o peixe do forno. Espalhe os comumelos sôbre o peixe. Na mesma frigideira em que os cogumelos foram *sautés*, derreta a manteiga e acrescente a farinha. Junte o leite e o *sherry* e deixe cozinhar até engrossar. Acrescente a cebola ralada, a salsa e o queijo. Deixe cozinhar por mais dois ou três minutos. Acrescente sal a gôsto. Jogue o môlho sôbre os cogumelos e o peixe e acrescente alguns pingos de manteiga. Leve ao forno por vinte minutos.

GALINHA FRIA AO "CURRY"

4 metades de peito de galinha — cozidas, sem pele e sem ossos
1 xícara de creme fresco
1 xícara de caldo de galinha
manteiga
1 colher das de sopa de farinha
2 colheres de chá de pó de *curry*
1 gema de ôvo levemente batida

Derreta a manteiga, agite na farinha, acrescente o caldo de galinha, aos poucos, mexendo até unir. Junte o pó de *curry*, o creme, pimenta e sal. Deixe cozinhar até engrossar. Acrescente um pouco do caldo à gema; depois, acrescente a gema misturada ao môlho. Misture bem e tire do fogo. Deixe esfriar, coberto, e jogue sôbre a galinha. Deixe na geladeira por várias horas. Sirva com arroz quente. Para você, uma receita especial, um vestido nôvo e algumas gôtas de *Fraccard*.

SOBREMESA SÍRIA COM LARANJAS

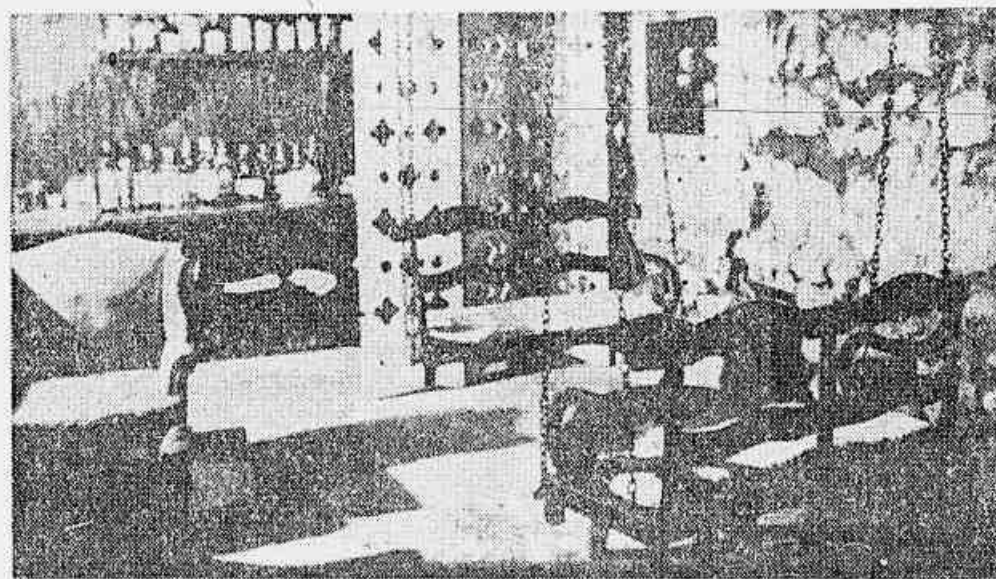
Empregue quatro laranjas bem suculentas. Descasque uma delas. Depois de tirar cuidadosamente a pele branca, corte-a em fatias bem finas. Deixe cozinhar aos poucos, em pouco mais de uma xícara de porções iguais de mel e água, e algumas pétalas de rosas. Quando a casca estiver bastante cozida e translúcida, tire do fogo. Descasque as outras três laranjas, removendo a pele branca. Corte as quatro laranjas, removendo os caroços. Esquente as fatias no xarope e na casca cozida, depois deixe esfriar. Acrescente algumas gôtas de extrato de rosas. Polvilhe com amêndoas tostadas e creme batido. Sirva com pastelaria sabor canela.

PÃO DE OSTRA

Corte a parte superior tostada de um pão de fôrma e tire fora o miolo. Unte de manteiga por dentro, e coloque dentro do forno para cozinhar e tostar levemente. Mergulhe ostras de tamanho médio em ovos batidos e depois em migalhas de pão. Frite em gordura quente até dourar. Encha o pão com as ostras, ponha de volta a parte superior do pão e corte em dois.

"Nada é mais delicioso na vida que o canto da lareira, uma salada de lagosta, champanha e uma palestra."

Lorde Byron

Se você é destas pessoas que apreciam e preferem a qualquer outro programa um jantar em um local tranqüilo, de ambiente romântico, onde é possível se conversar calmamente enquanto se saboreia as delícias do chefe, eis aqui o roteiro feito para você, de Botafogo à Floresta da Tijuca. Agora só lhe resta escolher ou, se não resistir, conhecer cada um.

Os balanços, o barzinho, o ambiente aconchegante, fazem do La Palette um dos restaurantes mais românticos e simpáticos do Rio

AS MESAS ROMÂNTICAS DO RIO

Sol e Mar — Av. Nestor Moreira, 11. De lá se tem uma bela vista sôbre a Baía, Pão de Açúcar e Urca. No terraço, servem-se bebidas e coisas ligeiras; no primeiro andar, fica o restaurante.

O forte, em comida, são as coisas do mar. Especialidades: siri recheado, camarão no côco, mariscada carioca, muqueca de peixe. Aberto das 18 às 2 horas da manhã, ininterruptamente.

A Floresta — Estrada Bom Retiro, Floresta da Tijuca. Especialidades: camarão à baiana e franguinho à Floresta (que já tem 25 anos de tradição), acompahado com arroz, farofa brasileira e feijão Aos sábados e domingos, feijoada completa. No inverno, o bom é ir tomar chá com bolinhos, diante da lareira acesa.

Maison Suisse — Rua Cândido Mendes, 157. Ambiente típico com bancos e mesas em madeira e pequenos abajures iluminando cada mesa. Especialidades: a famosa **fondue** de queijo, **geschnetzeltes roesti** traduzindo: **strogonoff de carne de vitela**, acompanhado de batata suíça — além do **berner platt**, que vem a ser três tipos de carne defumada.

La Palette — Avenida Copacabana, 1 142. Bonita decoração em estilo colonial. No subsolo, um bar que não poderia ser mais romântico. Cozinha francesa. Especialidades: **pâté de caneton** (feito pela casa), lagosta grelhada, filé de **lapin, tarte Demoiselle** — é uma torta quente, recheada com maçã e assada no caramelo. Os garçons falam francês.

Fado — Rua Barão de Ipanema, 156. Pratos portuguêses, é claro. Os mais pedidos são: bife à Malhoa, bacalhau a Zé do Pipo e lulas à Fregateira. De segunda a sábado, fados e guitarradas, às 22 e 23 horas, com Maria Alcina, Antônio Campos e Adélia Pedrosa. A direção é de Antônio Mestre.

Chalé — Rua da Matriz, 54. Decoração colonial. O serviço é todo feito por mulatas vestidas de baianas. Baiana também é a cozinha. Especialidades: vatapá, xinxim de galinha, quindim, papo de anjo, baba de môça. A atração é a voz agradável de um cantor prêto, que se acompanha ao violão.

Le Mazot — Rua Paula Freitas, 31-A. Cozinha francesa. Especialidades: **fondue bourquignonne** (feita de carne), **chateaubriand** e **escalopine tartare**.

Mário — Avenida Ataulfo de Paiva, 706-B. Durante a semana, abre às 19 horas. Almôço, só aos domingos e feriados. A sua cozinha é internacional. Sugestões do chefe: siri **Mornay**, coelho **chassé**, medalhão de filé à piemontesa, **soufflé Grand-Marnier**.

Candelabre — Rua Xavier da Silveira, 13. Sua especialidade são os pratos **flambés** como: **crêpes Suzette**, pêssegos e cerejas. E ainda: **tournedos** moscovita (passado na **vodca**, com môlho de caviar), e **crêpe Caraibe** (recheada com môlho de **champignons**). No subsolo fica a boate.

Boate das Canoas — Estrada das Canoas. Vista panorâmica sôbre o Atlântico e música a partir das 21 horas. Aos sábados e domingos as sugestões são coelho com **champanha** e pato com laranja, respectivamente.

Chateau — Rua Anita Garibaldi, 9-A. Cozinha francesa Especialidades: filé Chateau (acompanhado de batata gratinada e espinafre **à la crême**), **foie-gras** e **pâtisserie: gâteau Saint-Honoré, biscuit glacé.**

UM MENU PARA DOIS

RUTH MARIA

Para um jantar a dois, criamos para você um menu especial. Daqueles que merecem ser servidos à luz de velas e acompanhados de música suave.

CAMARÕES A LA REINE

1 quilo de camarões graúdos
1 cálice de conhaque
1 ramo de cheiros verdes
pimenta, limão, cebolas, queijo parmesão
leite gelado, creme de leite e noz-moscada.

Modo de preparar: cozinhe os camarões em água e sal. Escorra bem e derrame sôbre êles um cálice de conhaque. Flambe. Corte rodelas bem finas de cebola e ponha-as de môlho em leite gelado. Coloque os camarões num pirex, cubra com as rodelas de cebola, polvilhe com noz-moscada. A seguir cubra com creme de leite batido e bastante parmesão ralado. Leve ao forno para gratinar. É uma entrada deliciosa, ligeira e fácil de preparar.

FRANGO AO CHAMPANHA

1 frango
cenouras picadas
1 galho de salsa, cheiro verde, segurelha
sal, pimenta-do-reino e alho
1 colher (sopa) farinha de trigo
azeite de oliva
5 colheres de manteiga
1 xícara de creme de leite gelado
½ garrafa de champanha sêco
champignons
rodelas de palmito

Modo de preparar: coloque os pés, as asas, a moela e o pescoço do frango numa panela, com água suficiente para cobrir. Junte a cenoura e todos os outros temperos, deixando ferver durante uma hora. Se, por acaso, formar gordura, retire com uma concha. Tempere os outros pedaços do frango com sal e pimenta-do-reino. Ponha a manteiga e um pouco de azeite no fogo e frite os pedaços de frango até que fiquem bem corados. Retire do fogo e coloque os pedaços do frango no forno, em prato refratário. Na panela em que êles foram fritos, despeje o champanha e deixe ferver por uns 10 minutos. Ponha uma colher de manteiga, uma de farinha de trigo, em outra panela, e mexa até ficar bem dourado. Junte o caldo da outra panela e mexa não deixando encaroçar. Misture o champanha fervido e por último o creme de leite gelado, e despeje sôbre os pedaços de frango frito. Enfeite com rodelas de palmito e champignons e leve ao forno só para aquecer.

BEIJO DE MORANGO

morangos frescos
1 lata de creme de leite
2 fôlhas de gelatina de morango
1 tijolo de sorvete de baunilha
creme de Chantilly

Modo de preparar: ponha o creme de leite numa vasilha e bata até que adquira certa consistência. Em um pouco de leite dissolva as fôlhas de gelatina, adicione o creme de leite e adoce. Deixe esta mistura descansar 10 minutos. Deixe em uma vasilha de louça o tijolo de sorvete derreter um pouco e faça a seguinte arrumação: para cada taça, uma porção de sorvete, uma camada de morangos e termine de encher com o creme de leite. Em cima, coloque uns morangos.

SERVIÇO FEMININO 1968

HOJE É DIA DE COMPRAS

E continuam as liquidações, apresentando saldos tentadores e preços mais ainda. Para você, duas sugestões, dois endereços para suas pesquisas e compras:

☆ TECIDOS FINOS E O FINO DO ESPORTE

A Barbosa Freitas começou a sua grande liquidação. Na Gonçalves Dias, selecionamos alguns artigos: sêda pura estampada, em côres alegres e combinações extravagantes, está por NCr$ 15,80 o metro; fustão listrado, no gênero crepom, NCr$ 7,80; saida-de-praia em atoalhado marinho, NCr$ 9,90; calça comprida estampada sob fundo rosa-shocking, em fustão, NCr$ 26,90; conjunto de calça comprida e blusão em brim, com detalhes em pespontos, NCr$ 49,00; camisetas de malha, com motivos psicodélicos pintados a mão, NCr$ 12,70; maiôs duas-peças, em helanca estampada ou tipo atoalhado, entre NCr$ 27,00 e NCr$ 29,00.

☆ TUDO POR MUITO POUCO

Você pode ir à Príncipe de Gales da Gonçalves Dias, ou à da Av. Copacabana, 659. E vai encontrar: sapatos abotinados, em verniz e camurça, atacado, por NCr$ 9,00; sapatos com a etiquêta Dener, em verniz gêlo com fivela na gáspea, NCr$ 15,00; *minaudière*, em gobelino francês, NCr$ 20,00; blusas de *dralon*, com decote em V, NCr$ 20,00; *tailleur* em tergal xadrez, NCr$ 40,00; vestidos de jérsei, com estamparia Pucci, NCr$ 35,00; capas de chuva em sêda natural NCr$ 20,00 e em gabardina, a partir de NCr$ 25,00; *chemisier* de sêda pura, com punhos e golas com detalhes em relêvo, NCr$ 50,00; calcinhas biquinis, em jérsei enfeitado com rendas e fitas, NCr$ 1,50; blusas em piquê, no estilo militar, NCr$ 9,00.

JB-PUC OFERECEM DUAS BÔLSAS PARA O CURSO DE PREPARAÇÃO PARA O LAR

Você tem apenas alguns dias para se inscrever no nosso concurso. Basta escrever para o Instituto Social da PUC, Rua Humaitá 170, Botafogo. Nome, enderêço, idade, também não devem ser esquecidos. Aguarde maiores detalhes breve no JORNAL DO BRASIL. Podemos adiantar que vale a pena tentar uma das duas bôlsas que vamos oferecer às leitoras. As matérias do currículo são, entre outras, Psicologia Infantil, Culinária, Decoração, Primeiros Socorros, Corte e Costura. Tôdas as aulas do Curso de Preparação para o Lar são práticas e teóricas.

Lamiel, a Mulher Insaciável, **de Jean Aurel, é o filme de hoje do Festival do Cinema Francês, no Paissandu, que tem o patrocínio do JORNAL DO BRASIL, Unifrance Film, Air France e Cinemateca do MAM. Hoje, no Tijuca Palace,** Mouchette, a Virgem Possuída, **de Robert Bresson.**

LAMIEL, SINÔNIMO DE AMOR

MIRIAM ALENCAR

Lamiel (Anna Karina) e Valber (Robert Hossein)

Um dos escritores que maior ressonância universal suscitou com seus romances foi Henrique Beyle, mais conhecido pelo pseudônimo de Stendhal. O cinema não poderia ficar alheio a êsse fato e o *Vermelho e o Negro* foi um dos melhores exemplos. Mas não ficamos aí, e *Lamiel* veio provar o interêsse sempre crescente dos diretores pela obra de Stendhal, que viveu em dois séculos, de 1783 a 1842. O amor foi uma de suas grandes preocupações, com as suas íntimas características que agitam as emoções, suas essências naturais, quando dizem respeito às relações do ser humano e da sociedade de seu tempo.

Lamiel é a camponesa que, tendo o amor como ponte, alcança a projeção dos salões. Sua história começa quando é descoberta pelo Doutor Sansfin, que, apaixonado, inicia a sua educação sentimental, levando-a a Paris. Daí em diante, "saber amar" será sua divisa, e com ela inicia a conquista de um jovem duque. O ciúme de Sansfin afasta-a dêste amante, mas logo surge outro, o Comandante d'Aubigné, que a transforma numa das figuras mais brilhantes do momento. Um duelo sangrento põe fim a mais um caso de amor.

Sempre insatisfeita, Lamiel obtém agora os favores do Marquês d'Orpiez e, com êsse jôgo, ela consegue casar-se com d'Aubigné. Mas os amantes continuam se sucedendo, dois, três, quatro, até surgir Valber. Mas, quem era Valber? Um bandido célebre pela sua coragem e ousadia. Por amor ou para satisfazer mais um capricho, Lamiel a êle se entrega. Êste seria seu verdadeiro amor, mas também o último. Sentindo que desta vez não será um simples capricho, o Doutor Sansfin enlouquece de ciúme e procura matá-lo. Mas o escudo de Valber é Lamiel, que ao defendê-lo morre pelo amor que tanto procurara.

Jean Aurel procurou captar em *Lamiel*, todo o espírito do romantismo que dominou uma época. A sensibilidade, as grandes paixões que levavam à morte, os ciúmes alucinantes, a feminilidade e a sedução estão em Lamiel, que cria vida na figura de Anna Karina, que, segundo um crítico, está mais feminina e bela do que nunca. Envolta em rendas, ela deixa de lado os indecifráveis personagens de Godard para ser apenas a fêmea em busca do prazer. Michel Bouquet é o Doutor Sansfin e o grande amor, Robert Hossein.

Lamiel, A Mulher Insaciável é co-produção Roma Paris Films-Les Films Copernic. Baseado nos romances *De l'Amour*, de Stendhal, e *La Fin de Lamiel*, de Cécil Saint-Laurent. Adaptação de Cécil Saint-Laurent e Jean Aurel. Direção de Jean Aurel. Em Eastmancolor. Com Anna Karina, Jean-Claude Brialy, Michel Bouquet, Robert Hossein, Claude Dauphin, Bernadette Lafont, Pierre Clementi, Denise Gencem, Jean-Pierre Moulin, Alice Sapritch, Christian Barbier. Produção de Georges Beauregard.

Um mestre da pintura, um artista que recusa a impostura e a concessão, e tem permanecido como um exemplo de disciplina e dignidade num tempo em que imperam a sofisticação e niilismo

IBERÊ CAMARGO:
ABAIXO A MASSIFICAÇÃO DA ARTE

Entrevista a **WALMIR AYALA**

Transcrevemos hoje, sem maiores comentários, o depoimento do pintor Iberê Camargo sôbre a arte, seu impasse e utilidade, sua natureza e destino. A palavra de Iberê se reveste da maior importância e seriedade, sendo êle um mestre de pintura, um artista que recusa a impostura e a concessão, e tem permanecido como um exemplo de disciplina e dignidade num tempo de sofisticação e niilismo. Com a palavra Iberê Camargo:

ASSIM FALOU IBERÊ

"Minha pintura, em tôdas as suas fases, permanece fiel à arte, como expressão das necessidades do homem. A arte não pode, sem deixar de ser arte, subordinar-se à ciência e a seu instrumento, a técnica, porque delas independe e lhes é superior. A subordinação significa o seu esvaziamento e a sua desumanização. Isto equivale a negar-se como arte. Êste esvaziamento e esta desumanização ameaçam também o fenômeno religioso e o pensamento filosófico.

O marxismo considera a obra de arte como um produto social, impregnado de conteúdo da sociedade que o produz. Na experiência soviética a arte tem servido principalmente como instrumento ideológico. Sua pintura refaz o decadente academicismo do oitocentos. Outros países socialistas, como a Polônia e Tcheco-Eslováquia, acompanham a arte do Ocidente. No mundo ocidental, especialmente nos Estados Unidos, sociedade capitalista, a produção artística tende a identificar-se com a produção industrial, que se caracteriza pela objetividade e utilidade prática. Artistas e críticos, principalmente êstes, pretendem colocar a arte de acôrdo com a ciência e a técnica, despojando-a do seu conteúdo subjetivo para transformá-la em instrumento de publicidade ou de ideologia."

ARTE-JOGO

"Outros há que pretendem transformá-la num jôgo, numa caixa de surprêsa, numa curiosidade para entreter pessoas cuja sensibilidade artística não foi desenvolvida e cultivada. Então, para alcançarem a comunicação da arte-jôgo ou vivencial, como a chamam, estimulam todos os sentidos, procurando superexcitar o aparelho da percepção humana. A arte-jôgo que não pertence ao mundo da criança — feito de realidade e fantasia — apela ao sentido lúdico do homem. Como é óbvio, sua vivência não cria o quadro estético, a forma, que só existe objetivada na obra: será apenas um "... cismar sòzinho à noite"... Objeto de finalidade ociosa, poderá ser artístico, porém jamais obra de arte: talvez uma espécie de estesiômetro. Melancólico para o homem se Picasso, em vez de responder a um poderoso III Reich, que o inqueria sôbre a *Guernica* — "foram os senhores que a fizeram" —, o convidasse a espiar uma obscenidade pelo buraco de uma caixinha, como fazem camelôs na Praça Pigalle. A percepção estética do fenômeno estético, que inclui o estado de complacência, é diversa da percepção da vida cotidiana".

NÔVO, NÔVO

"A obra de arte é uma outra maneira de ser, pertence a uma outra realidade. Essa realidade será acessível a todos os homens, quando forem devidamente cultivados. A arte tem sido para poucos porque nossa educação é deficiente. Para experimentar o fenômeno artístico é desnecessário usar outros sentidos além dos que lhe são específicos. Tocar um quadro, lambê-lo ou digerí-lo não são os meios adequados para recriá-lo na sua vivência. Se o tato, o gôsto e o olfato, implícitos na visão e na audição, fôssem necessários à percepção da arte, as obras executadas em materiais inodoros ou impalpáveis como a luz, ou insípidos como o ferro, não poderiam ser percebidas pelos críticos olfativos, gustativos e bolinadores. Como conseqüência teríamos obras especìficamente ou preponderantemente tácteis, especìficamente gustativas, olfativas. As obras de protesto certamente seriam fedorentas. Como se vê, por êste caminho chega-se ao empobrecimento, à limitação e à volta à própria realidade, à percepção cotidiana. Parece que o cinema, no afã de objetivar-se, caminha na mesma direção. A possível criação da terceira dimensão ou o uso do espaço real fará confundir realidade e ficção. Misturará atôres e espectadores. Carlitos será, então, o Giotto do cinema. Nesse dia, se a poesia ainda viver no coração do homem, voltar-se-á às origens. Quanto mais nos aproximamos do espelho da natureza, mais nos afastamos da arte. A história nos ensina isto. Já sei, a vanguarda de cadeira cativa vai clamar pelo nôvo, sempre nôvo, supernôvo.

O Sr. Hermann Kahn, de dentro da sua meia tonelada de carne bem cevada, destilou a idéia de cravar e fazer explodir uma bomba atômica no centro da terra para dividi-la em dois pedaços. Idéia nova sem dúvida, mas... posso responder-lhes com outra equivalente e, convenhamos, não menos imaginativa: coloquem um poderoso jato na cauda da terra, transformem-na num foguete, e a dirijam de encontro ao sol. Isto é nôvo e também... Se isto fôr possível — afirma-se que todo o pensado é possível de realizar — é mais imaginativo e prático do que gastar tempo e dinheiro, jogando foguetes para o ar".

PERMANÊNCIA

"Eu permanecerei fiel à arte e à geração de grandes pintores que me antecederam. Nunca imaginei que Léger tivesse já criado o quadro estético ao agrupar seus modelos: cordas, galhos e mulheres nuas. Êle, certamente, morreu sem saber que a pintura realizada era redundância... F. Léger, membro do Partido Comunista francês, empenhou-se na educação da massa operária. Procurou aproximá-la dos museus. Seu ideal de pintor era realizar obra clássica, que significa permanente. Êle não se deixou contagiar pelo episódico, pelo circunstancial, nem pelas necessidades de consumo da economia capitalista. Também não teve necessidade de aguçar a sua fantasia com bolinhas ou experiências psicodélicas. Goeldi é outro exemplo. Desejo ser digno dêles.

O homem é o logos do tempo. Nêle se estruturam o presente, o passado e o futuro. A arte só se pode renovar incorporando a tradição, que assegura a sua identidade. A ninguém é dado avançar sem que um pé fique atrás. Pretender a comunicação com o povo através da arte, usando meios que lhe são alheios, é corromper a arte e o povo. E mais: representa um retrocesso na transmissão das idéias, principalmente se as mensagens forem urgentes. Seria como usar o tantã dos tambores indígenas na era do jato, do rádio e da televisão. Transformar a arte numa arma de protesto, de combate, é desservir a arte e a evolução ou a revolução, se assim se desejar: a representação de uma bomba não mata. Destruir a arte é atentar contra a humanização do homem.

O ato criador só é possível quando o artista desrealiza (Hegel) o objeto real e o integra na nova realidade da obra. Êste fenômeno da criação tanto se dá na mimese como na *imaginação produtiva*, mas para ser obra de arte é necessário existir como forma. Refazer o objeto na sua exterioridade é criar uma réplica, um duplo (os acadêmicos sempre fizeram isto); usar o ser natural é colocar a realidade num pedestal, como se a posição e o rótulo modificassem a substância. Os lambe-lambes do Passeio Público há muito que compreenderam esta verdade elementar. Fotógrafos e cineastas há muito que sensibilizaram o ôlho mecânico e impessoal das suas câmaras, elaborando surpreendentes imagens".

FORMA IMUTÁVEL

"A arte é afirmação do homem. É a expressão da sua existência e da sua cultura. Ela é universal e intemporal. Se não o fôsse, a obra de arte não permaneceria como arte no tempo e não seria sentida fora da sua época. Ela se dirige a todos os homens da mesma cultura porque nasce desta e da sua humanidade e, por isto, nela o homem se encontra, se reconhece. A forma da arte permanece idêntica a si mesma através da história, sob as mais variadas formas sociais e políticas, porque os conteúdos da forma são as necessidades existenciais do homem. Por isto a arte só morrerá com o homem ou com a sua desumanização. A forma da arte é permanente e imutável no espaço e no tempo. E é a imutabilidade da sua forma (ser espiritual) que faz, sem nenhuma implicação transcendente, com que se possa sentir a obra de arte independente de gênero e assunto, seja êste significativo ou não para nós. Convencemo-nos disto percorrendo as galerias do mundo: da pintura rupestre a Giotto, de Giotto a Goya, de Goya a Braque. É pela existência da forma e pela possibilidade de objetivá-la que o cotidiano se transforma no universal, independente das contingências circunstanciais. Se a forma da arte não fôsse permanente, imutável, seria impossível a arte realizar a sua dinâmica, que desdobra novas possibilidades, que revela novos aspectos da sua realidade — impressionismo, cubismo, abstracionismo, etc., — sem desnaturar-se, sem transformar-se em algo que não seja mais a arte. A forma, portanto, é permanente no espaço e no tempo, variando os seus conteúdos, nascidos da vivência do artista que realiza a obra de arte e das experiências do seu meio cultural. É óbvio que regimes políticos poderão impor diretrizes à arte, mas a verdade própria da arte, que é a verdade do homem, os trairá: ôcas são as estátuas neoclássicas do forum mussolínico, pagãs as virgens das igrejas de Roma.

Não se queira entender que eu coloque a forma como um conceito transcendente, metafísico, como no mundo das idéias de Platão. A forma foi criada pelo homem e é, portanto, concreta, está presente e objetivada — pode ser palpada pelo ôlho da percepção estética — no acervo da arte, que também é a história do homem. Existe como forma absoluta porque não pode ser aumentada: a expressão não pode tornar-se mais expressiva, como a vida não pode se tornar mais vida. Esta impossibilidade de ultrapassar-se, do ser ser mais ser, como diria a metafísica, dá a categoria e a medida à obra, determinando o que lhe está aquém, o que não é arte, mas apenas *surrogato*, sucedâneo, como Heidegger classifica. Quando o artista consegue tornar a sua obra mais expressiva, é porque esta não havia ainda alcançado a sua plenitude, ou seja a forma (expressão) da arte. Ir além da forma da arte é impossível porque êste além não existe, não pode ser objetivado, nem pensado. Ultrapassar a forma seria o mesmo que fazer que a água fôsse mais água, o fogo mais fogo, o homem mais homem. Pode-se — as bienais e os salões estão abarrotados de sucedâneos — permanecer aquém da forma da arte. Julgar que a pintura acabou, que a escultura acabou, que a gravura acabou é confundir as possibilidades da matéria com o fenômeno da arte."

Iberê Camargo: "a matéria também sonha"

A CRÍTICA E O VALE TUDO

"Felizmente para o mundo é o artista que produz a arte. A crítica não a pode fazer nem a pode orientar (esta jamais foi a função da crítica), embora certos críticos exerçam influência, como acontece, atualmente, em salões e bienais, distribuindo prêmios e salvo-condutos a *brinquedos* e a obras engajadas que conceituam alienação, bomba etc., etc., contrapasso de subversão e corrupção, idéia fixa dos papagaios. Esquecem-se, entretanto, de que arte não é conceito, nem experimento. E como sabemos, as obras que não são participantes e comunicantes (participação e comunicação no sentido dado pela referida crítica) são sumàriamente expurgadas dos salões, e seu julgamento torna-se rigoroso. É curioso observar que esta mesma crítica participante silencia, aplaude ou participa de imposturas como a melancólica criação de escultura em expansão, realizada no MAM, onde se revelaram apenas as propriedades físico-químicas de certo material. Então, não se distingue mais a matéria da forma? A ausência de discernimento destrói os valôres, a consagração do vale-tudo conduz à sandice e até à fogueira: hoje queima-se a poesia, amanhã o poeta. Ainda sôbre o critério de julgamento, é oportuno assinalar a inviabilidade de um julgamento judicioso entre obras que não pertencem à mesma categoria ontológica. Dizem — não sou eu que afirmo — que hoje se faz ou se pretende fazer a antiarte ou seja, a não arte. Será honesto o crítico decidir-se pela escolha da obra que encarna a não arte — supondo que êle a considere como tal — quando se instituem prêmios à arte? Será que esta contradição não lhe arranha a consciência de homem probo? Ou será a consciência coisas ultrapassada? Em razão da contenda entre acadêmicos e modernos — não estava em questão a natureza da arte — criaram-se dois salões, o moderno e o acadêmico. Ainda sôbre prêmios e condecorações: acho mais criterioso e proveitoso para os artistas que se adquiram suas obras em seus *ateliers* para povoarem nossos museus pràticamente vazios, em vez de se estimularem disputas vãs, semelhantes a corridas de cavalo e desfiles nas passarelas. A Comissão de Cultura, se existe de fato, e o Ministro de Educação e Cultura, se não pertence àquela geração do Rio Grande do Sul, nosso Estado, que, segundo meu querido amigo Érico Veríssimo, considerava a arte como coisa imprópria a *hombres muy machos*..., deveriam pensar nisto. A Europa e os Estados Unidos, modêlo supremo do nosso Brasil, dão o exemplo.

Oponho-me frontalmente, com o meu trabalho criador, impregnado de valores humanos, à massificação, à automação do homem. Desejo contribuir para um mundo nôvo, livre e justo, que preserve o homem e seus valôres culturais. Para permanecer homem, aceito a sua contingência. Não se queira que o robô pouse a sua mão pesada sôbre o ombro do homem para dizer: esta noite vou dormir com a tua mulher... Não esqueçamos que a matéria também sonha. Esta é também uma das suas dimensões".

O QUE HÁ PELO MUNDO

CINEMA MOSTRA ÚLTIMO CZAR — Sam Spiegel e George Stevens, dois veteranos produtores cinematográficos de Hollywood, juntos pela primeira vez, colaboraram para a apresentação na tela, da obra **Nicolau e Alexandra**, uma produção de Robert K. Massie, baseada na história da queda do último Czar e Czarina da Rússia.

George Stevens dirigiu anteriormente as superproduções **A Place in the Sun (Um Lugar ao Sol)**, **Giant (E Assim Caminha a Humanidade)** e **Shane**.

Sam Piegel produziu **Bridge on the River Kwai, (A Ponte sôbre o Rio Kwai), On the Waterfront, The African Queen** e **Lawrence da Arábia**.

CÂMARA DOS LORDES COM TV — Está sendo feita uma experiência de televisamento das sessões da Câmara dos Lordes. Os trabalhos serão televisados em circuito fechado e gravados. Com êsse material se editará um programa de 55 minutos, a ser transmitido depois pela TV de British Broadcasting Corporation e rêdes de televisão comercial.

Se a experiência alcançar êxito, o televisamento de debates parlamentares poderá tornar-se um aspecto regular da televisão britânica.

CASAMENTO EM NATAÇÃO — Linda Ludgrove, estrêla da natação britânica, casou-se com o nadador norte-americano John Collins, em Dulwich, Londres.

Linda, antiga recordista mundial, campeã britânica e ganhadora de três medalhas de ouro nos Jogos da Commonwealth, conheceu John na Flórida, Estados Unidos, quando cada um defendia seu respectivo país numa competição.

O noivo tem 22 anos, é estudante de Direito, e seu pai, como também o de Linda, é treinador de natação.

O casal vai morar nos Estados Unidos.

BEETHOVEN EM NOVAS OBRAS — A Sociedade Beethoven, na Tcheco-Eslováquia, com sede no Castelo de Hradec u Opavy, onde o compositor permaneceu durante sua estada na Morávia, desenvolve atividades pesquisadoras, publicitárias e de divulgação, devendo editar uma coleção de obras selecionadas de autores tcheco-eslovacos como contribuição aos estudos beethovenianos. Além disso, considera a edição de um catálogo de recordações beethovenianas na Tcheco-Eslováquia, que incluirá uma lista de manuscritos, cópias da época e os incunábulos de composições, bem como uma lista de monumentos tcheco-eslovacos relacionados com Beethoven.

No próximo verão, a Sociedade promoverá um simpósio científico na Cidade tcheco-eslovaca de Piestany, que tratará de dois problemas: data, lugar e destinatário da carta dirigida à **querida imortal**, e as primeiras execuções da **Missa Solemnis**.

OSBORNE COM NOVA TRILOGIA — John Osborne, um dos mais conhecidos teatrólogos britânicos, vem de escrever uma nova trilogia de peças para serem produzidas pelo Royal Court Theatre, de Londres. O Royal Court foi o teatro que encenou a pré-estréia de uma das mais famosas peças de Osborne, **Look Back in Anger**.

As duas primeiras peças da nova trilogia, **A Hotel in Amsterdam** e **Times Present** serão encenadas no Royal Court, em maio. O título da trilogia é **Plays of the Meantime**, que é descrita por Osborne como um estudo retrospectivo do seu próprio trabalho.

A Hotel in Amsterdam é uma história de fugitivos. **Times Present** é a respeito de uma atriz não muito empenhada em procurar trabalho e a terceira peça é uma versão moderna de **Coriolanus**, passada na África contemporânea e inevitàvelmente, segundo Osborne, com tema racial.

TORIBIO EM PRAGA — Apresentou-se, em Praga, o violonista brasileiro Toribio Santos, que foi entusiàsticamente aplaudido pelo público. Entre os assistentes encontravam-se o Encarregado de Negócios do Brasil na Tcheco-Eslováquia, Sr. Ivã Batalha, e senhora. Toribio Santos interpretou, principalmente, prelúdios de Vila-Lôbos.

PERGUNTE AO JOÃO

TRABALHO/BIBLIOTECA

ALBERTO REIS — Del Castilho. — "Na Guanabara, o Ministério do Trabalho ainda mantém a assistência jurídica de graça para os trabalhadores e a biblioteca para o público?"

Sim. No edifício do Ministério do Trabalho (Rio) funciona no 6.º andar a Assistência Jurídica inteiramente grátis, com expediente das 12 às 17 horas —, funcionando no 2.º andar e nesse mesmo horário a Biblioteca do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, aberta aos estudiosos.

LAS VEGAS/FILME

IVO SANTOS — Méier. — "Por que o filme americano Las Vegas 500 milhões com assunto dos Estados Unidos foi realizado na Espanha?"

Tendo Elke Sommer, Jack Palance e Lee Cobb nos principais papéis, o filme **Las Vegas 500 Milhões** foi rodado em Madri (com cenários americanos) por causa da alta taxa do impôsto de renda vigente nos Estados Unidos na indústria cinematográfica.

FISCAL/1889

NILO HEISCHAN — Leblon. — "Quando foi na Ilha Fiscal o célebre baile do Brasil-Império?"

Foi a 9 de novembro de 1889, dias antes da Proclamação da República, sabendo-se que o govêrno imperial brasileiro homenageava com um baile na Ilha Fiscal a oficialidade do navio chileno **Almirante Cochrane.**

GÓTICO/OGIVAL

ALBINO ROCHA — Leblon. — "Por que na Arquitetura o estilo gótico é também chamado estilo ogival?"

Por se caracterizar pelas ogivas entrecruzadas —, remontando tal estilo à Idade Média, iniciado na França por volta do ano 1150 e depois se estendendo da França para tôda a Europa.

RUBÉN DARÍO

LENIRA MENESES — Petrópolis. — "Quantas vêzes Rubén Darío estêve no Brasil?"

O autor da **Balada de la Bella Niña del Brasil**, Rubén Darío (falecido em 1916 e célebre poeta nicaragüense), visitou duas vêzes o Brasil, a primeira em 1906, a segunda em 1912.

TICO-TICO

ALFREDO CHAVES — Bauru. — "Por que a ave tico-tico é das mais protegidas no sertão?"

Inclui-se o tico-tico entre as aves que gozam de maior proteção no interior brasileiro por duas razões, sendo a primeira o fato de seu canto lembrar a frase **Jesus, meu Deus!**, e, a outra, ser o tico-tico uma ave muito útil à agricultura por se alimentar de sementes de capim e também de insetos —, o que não impede gostarem as crianças de capturar o tico-tico em arapucas, visgos ou peneiras (coisa sempre de lamentar).

DESRESPEITO

ALVARO RESENDE — Niterói. — "... Em que parte de nossa Código Penal é prevista punição para o desrespeito às cerimônias fúnebres?"

No Artigo 209, que dispõe o seguinte: "... Impedir ou perturbar entêrro ou cerimônia funerária: PENA — detenção, de um mês a um ano, ou multa, de quinhentos cruzeiros a três mil cruzeiros. — Parágrafo único: Se há emprêgo de violência, a pena é aumentada de um têrço, sem prejuízo da correspondente à violência."

CROCODILO

VLADIMIR TOSTES — Rocha Miranda. — "Como era o crocodilo primitivamente caçado pelos indígenas e como passou a ser caçado pelos homens brancos?"

Gênero de grandes répteis aquáticos existente na África, Ásia e América do Norte, o crocodilo tem vista e ouvido muito afiados e é temido por sua voracidade —, sabendo-se que os indígenas costumavam caçá-lo com arpões presos em bóias (servindo estas para localizar o crocodilo arpoado), sendo que o homem abate o grande réptil a tiros com armas de maior calibre ou com balas explosivas.

PIRARUCU

LUÍS SANTOS — Gávea. — "Realmente é o pirarucu nosso maior peixe de água doce?"

É. É o pirarucu (**Arapaima gigas**), podendo medir mais de 2 metros e pesar cêrca de 100 quilos, foi chamado **O gigante de escamas das águas doces do Brasil**, pelo célebre escritor e sertanista General Couto de Magalhães. Sôbre a pesca do pirarucu, registra Câmara Cascudo o seguinte: "No verão, quando as águas baixam, surgem povoados às margens dos rios onde o pirarucu vai ser pescado, a arpão, anzol-de-espera ou a flecha."

MENTE-MATÉRIA

NELSON TELES — Vila Militar. — "É de que filósofo a teoria mente-matéria?"

É de William James, pensador e psicólogo norte-americano. A teoria da mente-matéria **(mind-stuff)** encontra-se na obra **Princípios de Psicologia**, de 1891, na qual James traça as linhas mestras do Pragmatismo, doutrina filosófica que adota como critério da verdade o valor prático do conhecimento.

CHATEAUBRIAND

EUNICE VALE — Copacabana. — "O Sr. Assis Chateaubriand foi catedrático de Filosofia do Direito por concurso?"

Foi —, classificado em primeiro lugar. Tinha Assis Chateaubriand a idade de 23 anos, quando, em 1915, concorreu à cátedra de professor de Filosofia do Direito da Faculdade de Recife, sendo classificado em 1.º lugar.

KARDECISMO

AMAURI TAVARES — Penha. — "Qual é o principal órgão dirigente do espiritismo kardecista no Rio e qual o seu enderêço?"

Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira — Avenida Passos, 30, 2.º andar.

MOSAICO/PLANTAS

JORGE AZEVEDO — Manhumirim. — "O que é mosaico em doenças de plantas?"

O mosaico, na patologia vegetal, é uma virose que ataca diversos tipos de plantas, sendo que uma de suas variedades, **o mosaico do fumo**, foi encontrado sob forma cristalina por Thomas Stanley, que, ao lado de outros cientistas, conseguiu desintegrar o vírus em dois componentes inativos.

ONU/CASAMENTO

RUI FREITAS — Santos Dumont. — "Em qual de seus artigos a Declaração Universal dos Direitos do Homem se refere ao casamento?"

É no 16.º de seus 30 artigos que a **Declaração Universal dos Direitos do Homem** ocupa-se do casamento nos seguintes têrmos: A partir da idade núbil, o homem e a mulher, sem nenhuma restrição quanto à raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de casar e de fundar família. Possuem direitos iguais em face do casamento durante o casamento e quando de sua dissolução. O casamento não pode ser contraído senão com o livre e pleno consentimento dos futuros esposos. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado —, lê-se no Artigo 16 da **Declaração Universal dos Direitos do Homem.**

FAHRENHEIT

JAIME SEIXAS — Barra Mansa. — "Quando Fahrenheit inventou o termômetro usado na Inglaterra e nos Estados Unidos?"

Em 1714. Célebre físico alemão estabelecido muito jovem na Holanda, Fahrenheit criou a escala termométrica largamente usada na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Gabriel Daniel Fahrenheit morreu em 1736 com a idade de 50 anos.

PAULO I: PAPA/CZAR

LAERTE PIRES. — Copacabana. — "Houve de fato a coincidência de reinarem à mesma época o Papa Paulo I e o Czar I da Rússia?"

Não. O Papa reinou de 757 a 767 —, o Czar teve seu reinado de 1796 a 1801. O Papa São Paulo I sucedeu no trono pontifício a seu irmão Estêvão II. O Czar Paulo I era filho de Pedro III e Catarina II.

CONJURAÇÃO BAIANA

RENATO BARRETO — Itapiru. — "Foi no século XVIII ou no XIX a Conjuração Baiana?"

No século **XVIII**, em 1798. A Conjuração Baiana, que tinha por objetivos a libertação dos negros escravos e a proclamação da República, era encabeçada pelo alfaiate João de Deus do Nascimento e pelos soldados Lucas Dantas Tôrres e Luís Gonzaga das Virgens, que, denunciados, morreram na fôrca em 8 de novembro de 1799, acompanhando-os no martírio, também enforcado, o liberto de apenas 18 anos de idade, Manuel Faustino dos Santos Lira.

RESPOSTAS

Muitas das respostas do **Pergunte ao João** desde 1960 estão no livro **Pergunte ao João**, agora lançado o 3.º volume nas livrarias. — **Pergunte ao João**, três volumes, Editôra Conquista: Avenida 28 de Setembro n.º 174, Rio.

O QUE HÁ PARA VER

Cinema

ESTRÉIAS

A VIRGEM PROMETIDA (subtítulo: **As Histórias de Luísa e Leninha, essas Noivas tão Iguais**), brasileiro, de Iberê Cavalcânti. A noiva Luísa, convidada a viver em filme a noiva Leninha, e seu conflito com a [illegible] criada pelas [illegible]. Estréia na longa-metragem de Iberê Cavalcânti. Com Sandra Barsotti, Itala Nandi [illegible], Arduíno Colasanti, Paula [illegible]. Exclusividade no **Odeon**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h (14 anos).

ACONTECE CADA COISA! (**The Happening**), americano, de Elliot Silverstein. Um ex-gangster dá um jeito de ser raptado para tirar dinheiro de sua esposa milionária. Em Technicolor. Com Anthony Quinn, Michael Parks, George Maharis, Martha Hyer, Oscar Homolka e Faye Dunaway (a estrêla de **Bonnie and Clyde**). **São Luís** (desde 14h) e **Madri**: 16h, 18h, 20h, 22h. **Santa Alice**: 15h, 17, 19h, 21h. (18 anos).

A QUADRILHA DO KARATÊ (**The Karate Killers**), americano, de Barry Shear. Os agentes Napoleon Solo (Robert Vaughn) e Illya Kuryakin (David McCallum) numa aventura ao redor do mundo. Com Joan Crawford, Curd Juergens, Herbert Lom, Terry-Thomas e, entre outros, vários especialistas em caratê. Metrocolor. **Pathé** (desde meio-dia), **Metro-Copacabana, Metro-Tijuca, Pax, Paratodos, Mauá**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. **Lagoa Drive-In**: 20h30m e 22h30m. (14 anos).

TODO HOMEM É MEU INIMIGO, de Frank Shannon, em coprodução ítalo-francesa. **Gangsters.** Com Robert Webber, Elsa Martinelli, Jean Servais. Technicolor. **Condor-Largo do Machado**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

A RAINHA DOS VIKINGS (**The Viking Queen**), inglês, de Don Chaffey. Os bárbaros em guerra com o imperialismo romano. Côres. Com Don Murray, Carita, Donald Houston, Adrienne Corri, Niall MacGinnis. **Palácio, Ricamar, Miramar, Carioca**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

UMA BALA PARA RINGO (**Uccidi e Muori**), italiano, de Amerigo Anton. Western clichê-italiano, com Robert Mark, Elina de Witt, Fabrizio Moroni. Technicolor-Techniscope. Exclusividade no **Opera** (14 anos).

OS DOIS FILHOS DE RINGO (**I Due Figli di Ringo**), italiano, de Giorgio Lumanelli. A dupla de chanchada Franchi & Ingrassia se faz passar por prole do pistoleiro Ringo, para fins de herança. Côres. Com Gloria Paul. **Plaza** (a partir de 10h). **Condor-Copacabana, Olinda e Mascote**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (10 anos).

O REVÓLVER DESCONHECIDO (**Chuka**), americano, de Gordon Douglas. Western. Com Rod Taylor, Ernest Borgnine, John Mills, Luciana Paluzzi. Côres. **Bruni-Flamengo** (14 anos).

O MASSACRE DE CHICAGO 1929 (**The St. Valentine's Day Massacre**), de Roger Corman. A guerra entre as **gangs** de Al Capone e Bugs Moran pelo domínio dos negócios do Crime. Corman reconstitui [illegible] verdade [illegible]. Com Jason Robards, George Segal, Ralph Meeker, Jean Hale, Frank Silvera. Panavision-De Luxe Color. **Império**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (16 anos).

UM PEDAÇO DE MAU CAMINHO (**La Voglia Matta**), italiano, de Luciano Salce. Comédia na dependência da personalidade de Ugo Tognazzi, desta vez no papel de um industrial milanês [illegible] de sua rota por um bando de jovens libertinos. Com Catherine Spaak, Jimmy Fontana. **Coral e Paris-Palace**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

EDU, CORAÇÃO DE OURO, brasileiro, de Domingos de Oliveira. O **cinemanovismo** se metamorfoseia pela mão do autor de **Todas as Mulheres do Mundo**, para quem a comédia é uma coisa séria. Edu, um **vitalícuo** destinatário de tudo, numa corrida louca em busca do prazer. Mais uma admirável atuação de Paulo José, com participações expressivas de Leila Diniz, Norma Bengell, Amilton Fernandes (suprema e impecável), Joanna Fomm, Ziembinski e outros. No cinema de arte **Alvorada**. (18 anos).

OS SELVAGENS — Melodrama com participação brasileira, alemã. No elenco, Milton Lesi, Emma Penella. Côres. **Leblon**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (10 anos).

DEPOIS DO CARNAVAL, brasileiro, de Wilson Silva. **Cinear**: 14h, 15h40m, 17h20m, 19h, 20h40m, 22h20m.

EL DORADO (**El Dorado**), de Howard Hawks. O veteraníssimo Hawks fica a meio caminho de seu fôlego passado neste **western** liderado por John Wayne e Robert Mitchum, em Technicolor. Com Charlene Holt, James Caan, Paul Fix, Arthur Hunnicutt, Michele Carey. **Bruni-Ipanema, Presidente, Britânia, Alfa, São Pedro e Paraíso.** (14 anos).

FUNERAL EM BERLIM (**Funeral in Berlin**), inglês, de Guy Hamilton. Harry Palmer (Michael Caine), agente secreto sem armas secretas, vai a Berlim para propiciar a fuga de um elemento importante dos serviços secretos do Kremlin. Com Oskar Homolka, a nova estrêla alemã Eva Renzi e Paul Hubschmid. Technicolor/Panavision. Exclusivamente no **Scala**: 14h, 16h, 18h, 20h e 22h — (16 anos).

GRAND PRIX (**Grand Prix**), de John Frankenheimer. Os personagens são meras peças no motor dêste engenho tècnicamente brilhante em Cinerama. A tela côncava era a menos indicada para o **show** automobilístico (assistido por James Garner, Yves Montand, Eva Marie Saint, Toshiro Mifune, Brian Bedford, Jessica Walter, Antônio Sábato, Françoise Hardy e um perfeito Adolfo Celi. Fanavision/Metrocolor. **Roxy**: 15h10m, 18h15m, 21h20m. (10 anos).

REAPRESENTAÇÕES

BLOW-UP — DEPOIS DAQUELE BEIJO... (**Blow-up**), produção ítalo-americana, realização de Michelangelo Antonioni. A incomunicabilidade já como fato banal, corrente, integrante da vida **normal**, em cenários londrinos. Tomando como idéia uma história de Júlio Cortázar, Antonioni metamorfoseia seu estilo numa trama até certo ponto policial. Um filme excepcional. Com David Hemmings (interpretação exemplar), Vanessa Redgrave, Sarah Miles, Verushka. Technicolor. Fotografia (obra-prima) de Carlo di Palma. Cinema de arte **Alasca**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

Blow Up, Antonioni em nôvo estilo

CANGACEIROS DE LAMPIÃO, brasileiro, de Carlos Coimbra. Melodrama com Milton Rodrigues, Milton Ribeiro, Jacqueline Myrna, Vanja Orico. **Rex**: 15h, 17h, 19h, 21h. (18 anos).

MINNESOTA CLAY (**Minnesota Clay**) — Western italiano, com Cameron Mitchell. **Tijuca**: 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (14 anos).

KATU NO MUNDO DO NUDISMO, de Zygmunt Sulistrowski. Produção americana filmada no Brasil, com elenco local sob pseudônimos. Uma história idiota a serviço de cenas de nudismo. Côres. **Art-Palácio-Copacabana, Art-Palácio-Tijuca, Art-Palácio-Méier, Art-Palácio-Madureira**: 14h, 15h40m, 17h20m, 19h, 20h40m, 22h20m. (18 anos).

O ENGANO, de Mario Fiorani. — Personagens perdidos numa noite confusa. No aristocrático exercício de estilo (cinemanovista) agitam-se Mariza Urban, Cláudio Marzo, Zózimo Bulbul, Italo Rossi. **Rian**. 14h, 15h40m, 17h20m, 19h, 20h40m e 22h20m.

AVENTURA NA RÚSSIA (**Russian Adventure**) — Documentário longo, conseqüência do acôrdo de intercâmbio cultural russo-americano. Uma promoção das atrações soviéticas: o Ballet Bolshoi, o Circo de Moscou, o conjunto de danças Moseiev, o metrô etc., com música de Lokshin, Schweitzer, Efflmov. Narrado em português. Nessa produção o menos importante deve ser a direção, a cargo de Leonid Kristy, Roman Karmen, Boris Dolin, Oleg Lebedev, Solomon Kogan, Vassily Missiura. Em fita de 70 mm, som estereofônico, e côres. **Vitória**: 14h, 16h30m, 19h, 21h30m. (Livre).

CONTINUAÇÕES

CINDERELO SEM SAPATO (**Cinderfella**), de Frank Tashlin. Jerry Lewis, sempre divertido, numa ingênua comédia, com Ed Wynn, Judith Anderson, Anna Maria Alberghetti. Technicolor. **Bruni-Saens Pena, Flórida, Presidente e Paraíso.** 14h — 15h40m — 17h20m — 19h — 20h40m e 22h30m.

MEU NOME É PECOS — Faroeste de **gang** européia, com Robert Wood. Technicolor. **Rio e Bruni-Copacabana**: 14h, 15h40m, 17h20m, 19h, 20h40m, 22h20m. (14 anos).

THOMPSON 1880 — **Western** europeu, com George Martin, Gia Sandri, Gordon Mitchell. Eastmancolor. **Regência, Matilde, Bruni-Méier e Marrocos.** (14 anos).

CASSINO ROYALE (**Casino Royale**) — Extravagância multitelar aproveitando o personagem James Bond, longe da equipe responsável pelo êxito cinematográfico do **herói** de Ian Fleming. Dirigido por uma equipe: John Huston e os menos votados Ken Hughes, Val Guest, Robert Parrish, Joe McGrath. Com Peter Sellers, Ursula Andress, David Niven, Woody Allen, Joanna Pettet, Orson Welles, Dahlia Lavi, além de célebres convidados especiais. Technicolor/Panavision. **Veneza**: 16h30m, 19h, 21h30m. (16 anos).

QUANDO DUAS MULHERES PECAM (**Persona**), de Ingmar Bergman. Um dos trabalhos mais fascinantes do genial cineasta sueco. Entre a atriz que perdeu (ou abdicou ao) o uso da voz e a enfermeira que se dedica a curá-la se estabelece mais do que uma relação de amor: o duelo da palavra com o silêncio se transforma numa luta brutal, na qual a loucura se aplaca e a razão se transtorna. Apesar dos problemas de cópia e projeção, a fotografia (preto e branco, Sven Nykvist) se mostra prodigiosa. No elenco, quase um **duo**, a maior atuação de Bibi Andersson e a revelação (norueguesa, teatro & cinema), Liv Ullmann. Com Gunnar Bjornstrand. **Kelly.** — 14h, 16h, 18h, 20h, 22h. (18 anos).

POSITIVAMENTE MILLIE (**Thoroughly Modern Millie**), de George Roy Hill. Divertida visão da década de vinte, musical, com Julie Andrews, Mary Tyler Moore, Carol Channing, James Fox, John Gavin, Beatrice Lillie. Canções de Jimmy Van Heusen e Sammy Cahn. Technicolor. **Capitólio, Copacabana e América**: 13h20m, 16h, 18h40m, 21h 20m. (10 anos).

EXTRA

PROGRAMA DE CURTOS E DESENHOS — Sessões [illegible] com documentários, comédias, desenhos — 60 minutos — a partir das dez da manhã, diàriamente, no **Cine Hora**. Livre.

MOSTRA INTERNACIONAL DO CINEMA NOVO — Um filme por dia, sessões às 20h30m e 22h30m. — Auditório do Museu de Arte Moderna. Promoção da Cinemateca do MAM e do Bienal de São Paulo.

DESPEDIDA SEM ADEUS — Produção canadense de 1964. Versão original inglêsa, sem legendas.

SEMANA DO CINEMA FRANCÊS — Promoção conjunta do JORNAL DO BRASIL, Cinemateca do MAM, Air France e Unifrance Filmes. Programação simultânea no Paissandu e Tijuca-Palace. — **Paissandu**: A MULHER INFACIAVEL (**Remiel**), de Jean Aurel. 14, 16h, 18h, 20h e 22h. **Tijuca-Palace**: A VIRGEM POSSUÍDA (**Mouchette**), de Robert Bresson. 14h, 16h, 18h, 20h e 22h.

Música

BANDA DA FÔRÇA AÉREA EUA — Regente A. Gabriel — **Maracanãzinho**, sábado, às 20h30m.

ÓPERA AMERICANA — Conferência de Alfredo Melo — Embaixada Americana, têrça-feira, às 18h.

ÂNGELO CAMIN — Recital de órgão — Igreja Cristo Redentor domingo, às 21h.

CONCERTO DA JUVENTUDE — Marília Soren e Solistas do Rio — maestro N. N. Cach — **TV Globo**, domingo, às 10h.

JORGE DEMUS — Maestro Karabtchevsky — **OSB** — Beethoven, Mozart, Braga e Frank, **Cecília Meireles**, domingo, às 21h 30m.

JORGE DEMUS — Recital de piano — Bach, Mozart, Schumann, Chopin, Schubert. — **Cecília Meireles**, dia 22, às 21h.

CONCERTO PARA A JUVENTUDE — OSN — maestro Komlós — regente Beethoven — **TV Globo**, dia 24, às 20h.

DISCOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA GUANABARA — Música erudita. Aberta das 9h às 19h — Avenida Almte. Barroso, 81, 7.º andar.

RÁDIO

RÁDIO JB

MARCA DO SUCESSO — 7h25m — 12h25m — 18h25m e 21h25m.

REPORTER JB — 8h30m — 9h30m — 10h30m — 11h30m — 14h30m — 15h30m — 16h30m — 17h30m — 20h30m — 23h30m — 0h30m.

INFORMATIVO AGRÍCOLA — 6h 30m — de segunda a domingo.

Teatro

O & A, a revolução do TUCA, nos seus últimos dias no João Caetano

O & A — Volta ao Rio o TUCA de São Paulo. Responsável pela premiada **Morte e Vida Severina**, traz agora um espetáculo onde mais uma vez a pesquisa, finalidade essencial de um teatro universitário, está presente. Música de Chico Buarque. **Teatro João Caetano** — (Praça Tiradentes) — 43-4776 — Diàriamente às 21h. Sáb., às 20h30m e 22h15m — Descontos especiais para estudantes. Só até domingo.

O CAPETA EM CARUARU — O Apocalipse. Comédia de Aldomar Conrado, terceiro lugar no último concurso de peça do SNT. Dir. de Amir Haddad. Com Maria Esmeralda, Maria Pompeu, Telma Reston, Rafael de Carvalho, Érico de Freitas, Carlos Vereza e outros. **Nacional de Comédia.** — Av. Rio Branco, 179 (22-0367); 22h; vesp. dom., 18h.

DURA LEX SED LEX, NO CABELO SÓ GUMEX — Comédia musical de Oduvaldo Viana Filho, com música de Dori Caymmi, Francis Hime e Sidnei Waisman. Espetáculo inaugural do nôvo Teatro do Autor Brasileiro, dirigido por Gianni Ratto, com cenários de Carlos Fonte e Armando Costa. Dir. musical de Sidnei Waisman e interpretação de Paulo Silvino, Isabela, Oduvaldo Viana Filho, Maria Gladys e outros. **Opinião** (36-3497 e 57-2339) — R. Rua Siqueira Campos, 43. Diàriamente, às 21h30m.

SENHORA NA BOCA DO LIXO — Comédia de costumes, de Jorge Andrade, cujo lançamento mundial se deu em Lisboa em 1966, mas que só agora chega aos palcos brasileiros. Produção da Cia. Eva Todor. Dir. de Dulcina de Morais. Com Eva Todor, Alzira Cunha, Elsa Gomes, Susy Arruda, Cirene Tostes, Carlos Eduardo Dolabella e muitos outros. **Gláucio Gill**, Praça Cardeal Arcoverde (37-7003).

RODA-VIVA — Comédia musical de Chico Buarque de Holanda (texto e música), criticando a fabricação de ídolos pela televisão. Dir. de José Celso Martinez Corrêa. Com Marieta Severo, Heleno Prestes, Antônio Pedro, Paulo César Pereio, Flávio São Thiago e outros. **Princesa Isabel**, Avenida Princesa Isabel, 186 (Tel. 36-3724); 21h30; sáb. 19h30m e 22h30m;

SURMENAGE — Comédia de Ninfinha Rocha em apresentação do Grupo Teatro Itinerário. Direção de Luís Fernando Sá Leal, com Ninfinha Rocha, Nélia Renaud e Edgar Monteiro. **Teatro Carioca** (25-9915 e 22-7271) — Rua Senador Vergueiro, 222. Diàriamente, às 21h30m; sáb. às 20h e 22h; dom., às 17h e 19h30m.

O APARTAMENTO — Comédia inglêsa, de Keith Waterhouse e Willys Hall. Dir. de Antônio de Cabo; com Rubens de Falco, Leina Krespi, Diana Morel e Ênio de Carvalho. **Serrador** — Rua Senador Dantas, 13 (32-8531). Diàriamente, às 21h15m.

REVISTAS

OH, QUE DELÍCIA DE BONECAS — Show de travestis, apresentando Rogéria. **Teatro Rival**, Rua Álvaro Alvim, 33/37 (22-2721); 20h e 22h; vesp., quinta e dom., 16h.

MULHERES COM SABOR PRA FRENTE — com Dina Sfat — **Carlos Gomes** (22-7581) — Diàriamente às 20h e 22h.

MUSICAIS

SHOW DO CRIOULO DOIDO — O samba de Ponte Preta transforma-se em **show** com a participação de Sérgio Pôrto, Quarteto em Ci, Oscar Castro Neves e Alegria. **Teatro Tonelero** .... (37-3960). Diàriamente às 21h 30m.

A FINA FLOR DO SAMBA — **Show** de samba popular, organizado por Teresa Aragão. Com elementos das Escolas de Samba Mangueira, Império Serrano, Portela e Salgueiro. **Opinião** — Diàriamente às 21h30m.

MUDANDO DE CONVERSA — Produção de Hermínio Belo de Carvalho com, Ciro Monteiro, Nora Ney e Clementina de Jesus. — **Teatro Santa Rosa.** Diàriamente às 21h30m.

NARA LEÃO — e Momento Quarteto-Musical com direção de Oscar Castro Neves e direção geral de Aluísio de Oliveira. — **Bôlie** — Diàriamente, às 21h30m; sáb. 21h e 22h30m e dom., 18h e 21h. — Últimos dias.

"Show"

MARIA DA FÉ e ELEN DE LIMA — **Lisboa à Noite** — Rua Cinco de Julho, 305. **Couvert**: NCr$ 3,00.

EU SOU ASSIM — Show, com Ataulfo Alves, pastôras e ritmistas. Participação especial de Luís Reis e Raul de Barros. No **Sarau**, diàriamente à 1 hora. **Couvert** NCr$ 15,00 — Rua Gustavo Sampaio, 840.

MARIA DA GRAÇA — **Adega de Évora** — **Show** com Sebastião Robalinho. **Couvert**: NCr$ 1,00. Fechado às segundas-feiras — Rua Santa Clara, 292. Tel. 37-4210.

WALESKA — Cantora de música romântica — violão de Jozemir. **PUB.** — Rua Antônio Vieira, 17-B — Leme.

LUCIANO — **Show**, no **Katakomba**, diàriamente, às 24h30m, com Loretti, Joel e Ceci. — Sem **couvert**.

RIO ZÉ PEREIRA — Direção de Haroldo Costa, com Elen de Lima, Irmãs Marinho e Jonas Moura. **Golden Room** do Copacabana Palace. **Couvert**: NCr$ 12,00. Sáb. e dom.: NCr$ 15,00.

O SAMBA, PRONTIDÃO E OUTRAS BOSSAS — **Show** de Cláudio Ferreira, com Araci de Almeida, Neide Mariarrosa e Nanai. **Arena Clube de Arte** (Rua Barata Ribeiro, 810) - Diàriamente às 21h30m.

PAULO AUTRAN E MARIA BETÂNIA — Espetáculo-show com texto e música. Apresentando ainda Rosinha de Valença. **Casa Grande** — Av. Afrânio de Melo Franco, 300. Diàriamente, às 22h30m.

DEU A LOUCA EM HOLLYWOOD — Produção de Carlos Machado, com Grande Otelo, Lilian Fernandes, Julio, Rogéria, Nestor de Montemar e outros. **Fred's** — Av. Atlântica. Consumação NCr$ .. 12,00.

POSITIVAMENTE ELIANA — Eliana Pittman, Trio 3-D e o violonista Geraldo Azevedo. **Teatro Copacabana**, diàriamente às 21h 30m.

O show é positivamente Eliana Pittman, no Copacabana

Artes Plásticas

Heitor dos Prazeres e a visão colorida do Rio, na Galeria Gemini

ACERVO — Pintura, desenho e gravura — Mabe, Wakabayashi, Inimá, Schaeffer, Iza Tereza, Lazzarini, Heitor dos Prazeres, Tarsila etc. — **Galeria Gemini** — Av. Copacabana, 335-A (57-0188).

ACERVO — Djanira, Bandeira, Flexor, Martins, Mathieu, Valentim, Zaluar e outros — **Bonino** (Rua Barata Ribeiro).

SETE NOVÍSSIMOS — Pinturas de Ascânio M.M.M., Eraldo Mota, Euripeldo Tinoco de Sousa, Gilberto Jimenez, Inácio Rodrigues, Nirete Sampaio, Ricardo Gatti, na **Galeria IBEU** (Av. Copacabana, 690 — 2.º).

BANDEIRAS — Bandeiras de Luís Gonzaga — **Galeria Goeldi** — Prudente de Morais, 129, Praça General Osório (47-9371).

BIENAL NO MUSEU — Representação inglêsa — Richard Smith (grande prêmio da IX Bienal de S. P.), William Turnbull, Patrick Caulfield, David Hockney e Allen Jones. **Argentinos e Alemães**, no **Museu de Arte Moderna** — Avenida Beira-Mar — Aterro.

JUSSARA CIRNE — Tapeçaria — **L'Atelier.**

TAPEÇARIA — Madeleine e Patrick — Tear manual — **Hotel Olinda** — Av. Atlântica, 2.230.

ACERVO — Inimá, Djanira, entre outros — **Galeria Copacabana Palace** — Av. Copacabana, 291 — (57-1818).

HÉLIO EICHBAUER — Cenografia, desenhos e maquetes — MAM (Bloco Escola) — Av. Beira-Mar.

QUATRO PINTORES — Visconti, Guignard, Pancetti, Djanira — **Gabinete de Arte Botafogo** — das 16 às 22 horas — (46-1294 e .. 27-7715) — Rua Pinheiro Guimarães, 71.

ACERVO — **Galeria Varanda** — Rua Xavier da Silveira, 39 — (36-4601).

COLETIVA — Zélia Salgado (Escultura), Rubem Dário (Tapeçaria) e Vera Mindlin (Gravura) — **Galeria Zitrim** — Rua Buenos Aires, 110 — (52-5303).

COLETIVA — José Paulo M. Fonseca, Scliar, João Henrique e Carlos Leão. Pinturas. Facilidades de cinco pagamentos — **Galeria Santa Rosa** — Rua Visconde de Pirajá, 22 — diàriamente das 14 às 24 horas (47-5641).

COLETIVA — Alunos de Dalvina Cavalcânti, Celina, Celia, Dirmaria, Eloísa, Luci, Maria Lúcia, Marília, Pedrini e Tais. **Galeria Dezon** — Avenida Copacabana, 1133.

QUATRO ARTISTAS — Grupo Diálogo: Urian, Serpa Coutinho, Benavento, Germano Blum, na **Petite Galerie**, Praça General Osório, 53 (tel.27-5206).

Museus

MUSEU DA CIDADE — Relíquias históricas e curiosidades referentes à fundação da Cidade do Rio de Janeiro. — Parque da Cidade. (Telefone 47-0357). — Horário de 10h30m às 17 horas, exceto às segundas. Entrada franca.

MUSEU DE BELAS-ARTES — Pintura, escultura, desenho e artes gráficas, mobiliário e objetos de arte em geral. Galerias permanentes: estrangeiras e brasileiras. Galeria de exposições temporárias. — Av. Rio Branco n.º 199. Hora de têrça a sexta das 12 às 21 horas; sábados e domingos, das 15 às 18 horas. Fechado às segundas-feiras.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM — Mais de 100 mil fotografias, discos e gravações raras. — Arquivo completo do Almirante — Praça Marechal Âncora, ao lado da Igreja Nossa Senhora de Bonsucesso. — Horários das 12 às 19 horas, exceto às segundas.

MUSEU DA REPÚBLICA — Antigo Palácio do Govêrno, até a mudança da Capital para Brasília. Recordações de mais de 70 anos de vida republicana. Rua do Catete s/n (tel.: 25-4302). Horários de 13 às 19 horas, de têrça a sexta-feira; de 15 às 19 horas, sábados e domingos. Fechado às segundas-feiras.

MUSEU NACIONAL — Seções de Botânica, Etnografia, Antropologia, Geologia e Mineralogia. — Quinta da Boa Vista — (telefone 26-7010). Horário das 12 às 16h 30m, exceto às segundas.

Parques e jardins

PARQUE DO ATERRO DO FLAMENGO — Passeios e atrações — Pista de Aeromodelismo, Tanque de Regatas, Teatro de Marionetes e Fantoches, Monumento aos Mortos da Segunda Grande Guerra Mundial, Cidade dos Brinquedos, Quadras de Voleibol e de Futebol de Salão e Trenzinho p/ criança. Visitas ao Monumento, diàriamente até às 19h — Entrada franca.

PARQUE SHANGAI — Centro de Diversões Infantis — Sáb., 18h; dom. e feriados, 13h — Largo da Penha, 19 — Penha.

JARDIM ZOOLÓGICO — Variadas espécies de animais da fauna mundial, da africana e asiática. Rica coleção de pássaros do Brasil. Quinta da Boa Vista (em São Cristóvão). Horário: das 9 às 17h30m, exceto às segundas-feiras. Entrada paga — NCr$ 0,20 adultos e NCr$ 0,15 crianças.

PARQUE DA CIDADE — Um dos mais belos e pitorescos. Principal atração: o Museu da Cidade — Estrada Santa Marinha, Gávea — (27-3061). Horário das 9 às 17h30m, diàriamente.

QUINTA DA BOA VISTA — Antiga chácara pertencente aos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II. Entrada por São Cristóvão.

PARQUE LAJE — Rua Jardim Botânico, a 200 metros da entrada do Túnel Rebouças. Horário: 9 às 17h. Entrada franca.

JARDIM BOTÂNICO — Fundado em 1808 por D. João VI, possui cêrca de sete mil espécies de vegetais, numa área de 550.000 metros quadrados — Rua Jardim Botânico, 920. (Tel. 27-3806) — Horário das 9 às 17h30m, diàriamente. Entrada: NCr$ 0,05.

Bibliotecas

Fotos e documentos em exposição na Casa de Rui Barbosa

BIBLIOTECA DA CASA DE RUI BARBOSA — Especializada em Direito, Filologia, Literatura, História, Ciências Sociais e Vida e Obras de Rui Barbosa. Horário: diàriamente das 12 às 17h. — Fechada às segundas-feiras. — São Clemente, 134.

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA — Especializada em Direito. Rua Dom Manuel, 29, 3.º (31-1068). Diàriamente, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h 30m. Franqueada ao público.

BIBLIOTECA CASTRO ALVES — Avenida Treze de Maio, 23-D — Tel. 52-9865. Horário: 12 às 18 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA POPULAR DA PENHA — Rua Uranos n.º 1.326 — (30-6713) — Horário: 12 às 18 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA NACIONAL — Avenida Rio Branco n. 219 (22-0821) — Horários 10 às 22 horas. Para o salão de leitura, exige-se cartão de consulta. Informações na portaria.

BIBLIOTECA DO CLUBE DOS DECORADORES — Sôbre arte em geral. Av. N. Sra. de Copacabana, 1.108, sala L, aberta diàriamente no horário de 14h às 18h.

BIBLIOTECA POPULAR DE BOTAFOGO — Rua Farani n.º 35 — (26-2445) — Horário: 8h30m às 21 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA POPULAR DA GÁVEA — Praça Santos Dumont, 160, (27-7814). Horário 8 às 20 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA ESTADUAL — Avenida Presidente Vargas, 1621 (tel. 43-0233). Horário: 8 às 20 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA POPULAR DO RIO COMPRIDO — Rua Haddock Lobo n.º 163 — Telefone 28-5173 — Horário: 12 às 21 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA POPULAR DE COPACABANA — Avenida Copacabana, n. 702, 3.º and. Telefone 37-3607. — Aberta até às 20 horas.

BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA — 12.º andar do Edifício do M. F. — Tel. 22-3169. — Horário 10 às 17h30m. Fechada aos sábados. Especializada em Direito, Economia e Finanças.

BIBLIOTECA DO FOLCLORE — Rua Pedro Lessa, 35 — 6.º, sala 601 — Órgão do Ministério da Educação (MEC). Aberta diàriamente das 13 às 18h.

BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Especializada em Educação, Cultura e Arte. Horário: diàriamente das 11h às 18h — Rua da Imprensa n.º 16, 4.º andar.

ANO I N.º 20

EDITOR: ROBERTO PEREIRA

JORNAL DO FUTURO

PULSARS

NÔVO MISTÉRIO NO CÉU

Os astrônomos têm decididamente trazido muita novidade nos últimos anos. Ainda não nos refazemos da descoberta dos **Quasars** (Fontes de Rádio Quase Estrelares) e eis que êles nos acenam com os **Pulsars** (de **pulsating stars**, ou estrêlas que pulsam). São corpos astronômicos situados dentro da nossa galáxia, a Via Láctea, e que emitem estranhos sinais de rádio modulados, pulsantes, com tôdas as características de serem artificiais. Alguém já os comparou às emissões de uma espécie de radiofarol, como as que se usam para orientar aviões em seu vôo.

A história dos **Pulsars** começa no dia 6 de agôsto de 1967, quando o radiobservatório Mullard, em Cambridge, na Inglaterra, começou a captar estranhos sinais modulados e aparentemente artificiais. A fonte que os produzia, invisível pela distância, foi batizada LGM (de **little green men**) e para ela voltaram-se outros instrumentos em todo o mundo.

"Logo de início pensávamos haver descoberto alguma civilização inteligente sinalizando para nós", explica **Sir Martin Ryle**, Diretor do Observatório Mullard, "e até agora esta idéia não pode nem deve ser afastada".

Quatro outras fontes semelhantes de sinais foram desde então descobertas. Elas pulsam seus sinais com regularidade matemática, o que permite supor sua origem artificial. Acostumados a ouvir a **estática celeste**, os astrônomos sabem como é irregular o sinal de estrêlas naturais.

Nos Estados Unidos e na Europa diversos outros observatórios já estão concentrados na caça aos **Pulsars**, e o simples fato de um astrônomo importante vir a público admitir como **possível** sua origem artificial já é um progresso extraordinário desde os tempos de Kardaschev, em que o jovem radioastrônomo russo foi escarnecido por seus colegas de todo o mundo, depois de haver afirmado coisa semelhante: foi até censurado por seus compatriotas.

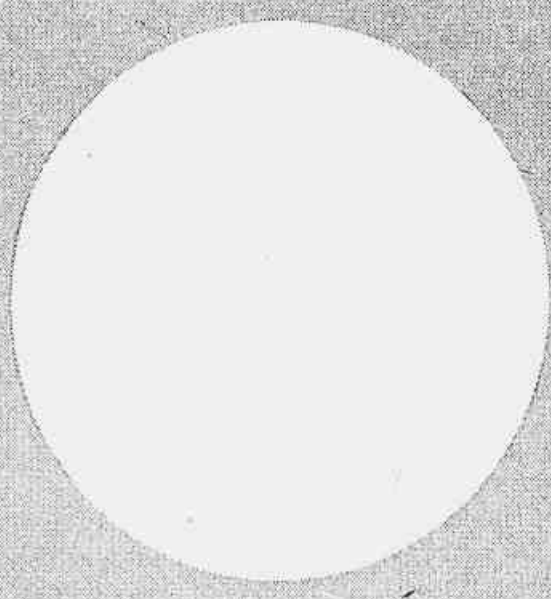
VISOR ELETRO-ÓTICO

INIMIGO VISTO – INIMIGO MORTO

No comêço combatia-se a tiros de revólver e cada avião levava um pilôto e um *artilheiro*. Isto foi em 1914, quando a aviação dava seus passos iniciais como arma. Em 1918, já se transformara num instrumento mortífero, armado com duas metralhadoras sincronizadas, disparando através da hélice. Mas ainda era uma *guerra cavalheiresca* e os grandes ases conheciam-se pelo nome e pela pintura da máquina do adversário. Os combates travavam-se quase em câmara lenta e pelo inimigo derrubado sentia-se tanto quanto pelos amigos. A pontaria era feita por um anel fixo com cruzeta de metal, prêso ao *capot* do motor. Veio a II Guerra e com ela aviões que voavam entre 700 e mil km por hora, na estratosfera, armados com canhões de alta cadência de tiro. A cruzeta já não bastava e para substituí-la surgiu o *visor giroscópico*. "Não combato homens; destruo máquinas que giram loucamente a distância", desabafou certa vez Pierre Closterman, o maior dos ases franceses.

Depois o conflito coreano. O pilôto de um Sabre e o de um Mig-15, voando em sentido contrário a 1100 km/h dispunham de apenas meio segundo para atirar quando se cruzavam. Cada vez mais rápido e cada vez mais alto. Para que alguém pudesse destruir alguém surgiu o *visor por radar*, onde ao pilôto são eletrônicamente fornecidos a distância real e o ângulo de tiro para atingir seu adversário.

Mais rápido; e mais alto. A tal ponto que se o radar acusa instantâneamente, os músculos não reagem em tempo. Seria necessário um sistema de pontaria que visasse o alvo e acionasse as armas com a velocidade do pensamento... ou quase. E os americanos acabam de produzi-lo. É o *visor ocular automático*, e até Flash Gordon se espantaria ao vê-lo.

Embora deva no futuro equipar aviões de alta velocidade, o visor automático foi concebido inicialmente para assegurar aos pilotos de helicópteros liberdade de movimentos nas mãos. Manobrado ao nível das árvores a 300 km por hora, um helicóptero pode cair se o pilôto esbarrar de leve — no momento errado — no manche de comando de sua máquina. Por outro lado, precisa ter ação rápida para atacar alvos inesperados que desfilam sob seus olhos. E o nôvo visor preenche diabòlicamente bem estas funções.

Trata-se de uma espécie de capacete maior que o tripulante enverga. A pontaria é automàticamente feita por instrumentos ultra-sensíveis que rastreiam feixes invisíveis de luz, indicativos da direção exata em que olha o operador. Basta olhar para o alvo para ter instantâneamente apontadas sôbre êle as armas do avião.

O equipamento está sendo submetido a testes e poderá revolucionar a técnica militar neste setor. Custou mais de quatro anos de estudo e muito dinheiro.

Afirmam os engenheiros que o idealizaram que no futuro sua *mira* eletro-ótica encontrará outras aplicações na indústria, nos transportes e para as pessoas paralíticas, às quais permitirá acionar sua cadeira de rodas simplesmente olhando para a direção em que desejam ir.

O visor eletro-ótico usa recursos óticos e eletronicos para apontar as armas na direção em que olha o pilôto. Tem a forma de um c a p a c e t e maior

CRATERAS LUNARES

Estas são algumas pequenas crateras lunares, cada uma delas com poucos metros de diâmetro, fotografadas pela câmara de TV do satélite Surveyor-6, pouco depois de haver êle descido suavemente no satélite natural da Terra. A nitidez das fotos foi obtida graças ao emprêgo de filtros especiais da Kodak e à ausência de atmosfera da Lua. Observe-se a quantidade de pedras que juncam o solo lunar. São destroços de rocha atirados à distância tôda vez que um meteoro maior cai na Lua e se desagrega com a pancada. Pequenos meteoros, de 15 a 20 cm de diâmetro, cavam crateras como as que aparecem na foto, e para escapar a esta ameaça já se decidiu que as futuras bases e colônias lunares serão subterrâneas

Será assim o monotrilho elétrico francês

MOTOR LINEAR DE INDUÇÃO

O ôvo de Colombo elétrico

Um motor é tanto mais interessante quanto mais simples fôr. O sonho dos engenheiros, motor sem peças móveis, já existe há muito tempo, relegado à humilde tarefa de carregar malas nos grandes aeroportos ou mover cortinas nos teatros. Agora, porém, tôdas as atenções se voltam para êle e depois de muito tempo seus entusiastas recebem bastante dinheiro para aperfeiçoá-lo.

Tudo indica que finalmente o motor linear — o ôvo de Colombo elétrico, *como muitos o chamam — ocupará nos transportes a posição que lhe cabe por direito.*

E em que consiste?

Um sistema de bobinas, conectadas alternadamente e colocadas em linha dos dois lados do trilho, permite criar um campo de fôrça diagonal que empurra a armadura *metálica interna no sentido contrário. Quando esta armadura é um trilho ferroviário prêso ao solo, o que se movem são o motor e o veículo a êle prêso.*

Simples, terrìvelmente simples.

Na realidade, alguns estranham porque esta forma propulsora recebeu até agora tão pouca atenção. A explicação talvez esteja no seu baixo rendimento (apenas 10%, contra mais de 45% para os motores elétricos normais). Os que o defendem porém afirmam que se tem esquecido o fato de que êle não tem peças móveis e é extremamente simples de operar e construir. Além disso, presta-se maravilhosamente como propulsor para os trens monotrilhos, que se aperfeiçoam agora. É silencioso, não solta f u m a ç a nem trepida. Ideal para uso urbano.

DE CORTINAS PARA TRENS

Há mais de dez anos pequenos motores lineares são utilizados industrialmente. Há uma firma nos Estados Unidos — Garrett Corporation — que os fabrica em série, já tendo vendido milhares de unidades.

Mas não se trata agora de fazê-los impulsionar silenciosamente as cortinas de um teatro luxuoso, nem deslocar barras de ferro dos laminadores para os depósitos, nas indústrias metalúrgicas. O motor linear elétrico entra agora em fase mais dinâmica, como fonte propulsora ideal para veículos de passageiros.

Nos Estados Unidos, o Departamento dos Transportes acaba de destinar um milhão de dólares, por contrato, para a Garrett. Com esta verba, ela aperfeiçoará um motor linear maior, de 2 500 cavalos, capaz de mover trens de 250 a 350km por hora. Enquanto isso, na França, a Société de L'Aérotrain começa a construção de um trecho experimental de três km de trilho para sua máquina. Espera testar ali, muito breve, uma versão elétrica de seu bem sucedido aerotrem. Acreditam os franceses que esta unidade propulsora, de 400 cavalos, silenciosa e livre de gases de escape, deverá impulsioná-lo dentro ou nas proximidades das cidades, enquanto um segundo motor, turbina a jato, será engrenado fora das cidades.

Finalmente, na Inglaterra, a National Research Development Corporation entregou nada menos do que cinco milhões de dólares à firma Hovercraft Co., que faz agora construir um trecho experimental de linha, de 18 milhas de comprimento, perto de Cambridge. Testará ali um nôvo tipo de trem rápido, equipado com o motor linear e capaz de desenvolver 430km por hora. Os inglêses acreditam que o terão rodando comercialmente por volta de 1970.

A G e n e r a l Electric e a Westinghouse a m e r icanas também o estudam, independentemente, e todos se entusiasmam com as possibilidades desta máquina que foi inventada há meio século e só a g o r a recebe aplicações dignas de suas potencialidades.

UMA IDEIA BEM ANTIGA

O motor de indução elétrica linear foi inventado — ou m e l h o r — descoberto, em 1907, na Europa. Era então uma simples curiosidade mecânica e permaneceu pràticamente esquecido até o fim da II Guerra Mundial. Em 1947, o Professor Eric Leithwaite, do London Imperial College of Sciences & Engineering, construiu um modêlo de trem equipado com uma f o r m a moderna do motor. Eis por que muitos tratados o apontam como seu inventor.

O motor de Laithwaite tinha um rendimento de 8%. Hoje, porém, acredita-se que seja possível dar a êle rendimento superior a 80%. Pelo menos isso é o que dizem os engenheiros da firma francesa Merlin & Gerin.

— Mesmo 10% de rendimento, neste tipo de motor, já seria um sucesso — afirma o Sr. James A. Ford, Presidente da f i r m a americana Kirsch, que também os desenvolve.

Seja como fôr, o motor linear de indução parece haver a s s e g urado definitivamente seu lugar no mundo de amanhã.

MOTOR LINEAR

bobinas

Sentido do movimento

trilho encapado

Sentido da corrente elétrica

revista econômica jb

UM SUPLEMENTO ESPECIAL DO JORNAL DO BRASIL/RIO DE JANEIRO, 15 DE MARÇO/1968

o que está faltando para impulsionar o Brasil

A infraestrutura brasileira e as medidas necessárias para o fortalecimento da atividade econômica no País são os temas principais da Revista Econômica JB 67/68 que o JORNAL DO BRASIL edita pela nona vez consecutiva com a cooperação da APEC.

A contenção do processo inflacionário em tôrno de 25 %, dentro das previsões governamentais, a recuperação industrial no último quadrimestre de 1967, a política habitacional, são assuntos minuciosamente estudados, juntamente com outros como transportes, comércio exterior, agricultura e educação, em artigos assinados por Antônio Delfim Neto, Nestor Jost, Felipe Herrera, Otávio Bulhões, Jaime Magrassi de Sá, Mário Henrique Simonsen, Victor da Silva, Mário Trindade, entre mais de 70 nomes intimamente ligados à economia, às finanças e à administração pública.

Nossa idéia é mostrar como se processou o crescimento da economia brasileira em 1967 a uma taxa de 5 %, apesar dos inúmeros óbices que teve de vencer, tais como pressão tributária, carência de crédito e processo inflacionário ainda latente. Com êste levantamento da conjuntura nacional pretendemos indicar os caminhos e responder ao tema escolhido para êste número "O que está faltando para impulsionar o Brasil".

Da leitura da Revista Econômica pretendemos que nossos leitores fiquem motivados para esta verdade: falta muito pouco.

1967: os fatos

ANTONIO DELFIM NETTO
Ministro da Fazenda

Uma das mais notáveis características da comunidade constituída pelos economistas reside no fato de que êles podem discordar sôbre certas proposições e, ainda assim, respeitarem-se e continuarem respeitados dentro da própria comunidade. É evidente que essas discordâncias não podem subsistir quando se trata de um processo dedutivo (porque um reduzirá o outro pela lógica) ou de uma questão de fato bastante precisa (porque é difícil resistir à inferência estatística). Quando, entretanto, as proposições são suficientemente gerais ou atrás delas se escondem os juízos de valor de cada economista, as discussões podem prolongar-se, sem que nenhuma das partes se sinta obrigada (pela lógica do argumento) a aceitar a proposição da outra.

Essas discordâncias se acentuam quando se trata da política econômica, que é a arte de combinar a teoria e realidade econômicas e transformá-las em resultados desejados. Tais discordâncias não são, portanto, estranhas ao próprio exercício profissional e não deveriam merecer maiores atenções daqueles que em cada momento têm a responsabilidade de exercer a política econômica.

É sempre útil, entretanto, aumentar o volume de informações, de forma a reduzir a um mínimo as discussões sôbre questões de fato. É o que se pretende com a análise a seguir, a respeito do aumento de meios de pagamentos em 1967 e que tem sido objeto de algumas críticas nem sempre perfeitamente fundadas.

AS CAUSAS DA EXPANSÃO

Para se explicar a disparidade entre as taxas de acréscimo dos meios de pagamento ocorrida nos anos de 1966 (17%) e 1967 (43%), torna-se necessário situar o nível de liquidez ao início daqueles dois anos e mensurar a menor ou maior intensidade que fatôres significativos exerceram sôbre a oferta monetária durante os anos em aprêço.

Em 1966, a expansão dos meios de pagamento refletiu menores pressões, *que resultaram de:*

1) — Nível de liquidez no princípio do ano;
2) — Menores recursos para financiamentos agrícolas em face dos volumes das safras;
3) — Redução da renda dos produtores de café e do nível dos financiamentos ao produto;
4) — Represamento dos gastos do Govêrno Federal, especialmente no fim do ano;
5) — Declínio da atividade industrial no segundo semestre.

É evidente que numa comparação entre taxas de expansão monetária tem-se de levar em conta o nível de liquidez ao início dos períodos considerados. Nos primeiros trimestres de 1966 e 1967 a economia estêve sujeita a pressões sôbre os custos de grande intensidade. Enquanto que em 1966, dado o excesso de liquidez recebido de 1965, essas pressões foram atendidas sem se elevar os meios de pagamentos, em 1967 o baixo nível de liquidez em confronto com maior necessidade de crédito, ensejada por aumento de custos, determinou tensões sôbre o sistema bancário, com reflexos sôbre os meios de pagamento, que se expandiram de 5,1%.

A menor drenagem de recursos para o setor agrícola seja por declínio de financiamentos de safras, seja por perda de renda do setor café, determinou, como é óbvio, menor pressão sôbre o sistema bancário. *Deve-se ressaltar que a renda real do setor café caiu de cêrca de 50%.*

Outro fator que contribuiu para a menor expansão monetária foi o represamento da despesa pública em todo o ano e em especial no final do exercício. A proporção do deficit de caixa sôbre a receita do Tesouro caiu de 18,3% em 1965 para 9,9% em 1966. É certo, entretanto, que foram transferidos para 1967 e pagos no 1.º trimestre dêsse ano cêrca de 600 bilhões de cruzeiros.

Se a menor renda do setor agrícola e a protelação de pagamentos e contenção de despesa por parte do Govêrno por um lado propiciou taxa fortemente declinante dos meios de pagamento, por outro lado atuou adversamente sôbre a atividade industrial, gerando recessão econômica a partir do último trimestre de 1966, a qual se agravou no início de 1967 e se prolongou até abril dêsse ano.

Em contraposição ao verificado em 1966, no ano de 1967, êsses mesmos fatôres significativos exerceram pressão ascensional sôbre os meios de pagamento. O nível de liquidez herdado de 1966 era baixo. A maior demanda de moeda nos primeiros meses de 1967 foi atendido pelo impulso monetário das emissões de fins de 1966 e pela mudança do comportamento do público, ensejada pelos gastos governamentais no período.

COMPORTAMENTO DO PÚBLICO E DOS BANCOS

DATAS		BANCOS Relação encaixe, voluntário/depósitos. (%)	PÚBLICO Relação moeda em poder do público/moeda escritural. (%)
1966	dezembro	17,7	28,6
1967	janeiro	15,2	29,0
	fevereiro	17,6	17,5
	março	20,0	25,2
	abril	16,9	25,1
	maio	16,9	24,0
	junho	15,7	21,9
	setembro	13,4	22,4
	dezembro	12,8	24,3

O represamento do deficit de caixa do Tesouro em 1966 transbordou para 1967. Ao final do primeiro trimestre tal deficit atingiu a cifra de NCr$ 636 milhões, *superior*, portanto, a deficit verificado *em todo o ano* de 1966, cujo valor foi de NCr$ 587 milhões.

A relação do deficit de caixa/receita, que foi de 9,9% em 1966 subiu para 47,1% no primeiro trimestre de 1967.

É relevante ressaltar que a colocação líquida de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional alcançou em 1966 a cifra de NCr$ 606 milhões e ainda foram utilizados NCr$ 170 milhões de recursos externos na cobertura do deficit de NCr$ 587 milhões do Tesouro Nacional. O valor dessas parcelas de financiamento maior do que o deficit indica que as Autoridades Monetárias obtiveram NCr$ 190 milhões de recursos em suas operações com o Tesouro, ou seja, o financiamento do deficit por essas autoridades foi *negativo.* Em 1967, para um deficit de 1 225 o financiamento foi efetivado por 699 milhões das Autoridades Monetárias e 526 milhões junto ao público, através da colocação líquida de ORTN.

Outro aspecto que merece realce é o que diz respeito ao serviço da dívida pública. O quadro abaixo mostra a participação crescente dêsse serviço (resgate do principal, correção monetária e juros) em relação à receita federal. Em 1966 o serviço da dívida pública alcançou a cifra de NCr$ 171 milhões, ou seja, 2,9% da receita da União, enquanto que em 1967 cresceu para 796 milhões, ou seja, 11,7% da receita, com reflexos evidentes sôbre a administração das finanças públicas nesse ano.

NCr$ milhões

Anos	Receita	DESPESA				% da despesa sôbre a receita
		Resgate	Correção Monetária	Juros	Total	
1965	3.223	—	—	3	3	0,1
1966	5.910	94	35	42	171	2,9
1967	6.814	483	183	130	796	11,7

O maior volume das safras agrícolas e a elevação de renda dos cafeicultores determinaram forte impacto monetário, mas paralelamente contribuiram para a recuperação da atividade industrial e, conseqüentemente, para o crescimento de 5% no Produto Interno Bruto. Essa maior oferta de bens anulam parte dos efeitos da oferta adicional de moeda sôbre os preços.

Apesar dessa forte pressão inflacionária o Govêrno, em 1967, manteve sob contrôle o foco primário de inflação, ou seja, o papel-moeda em circulação. Suas taxas de acréscimo foram de 32,2% em 1966 e 26,1% em 1967.

Embora, como se vê acima, a componente básica do processo de expansão monetária tivesse sido menor em 1967 do que em 1966, os meios de pagamento responderam com taxas altamente díspares, naqueles dois anos.

O maior acréscimo dos meios de pagamento em 1967 foi condicionado por fatôres fora do alcance direto das Autoridades Monetárias, ou seja, o comportamento do público e dos bancos. As alterações dêsse comportamento podem ser mensuradas pela relação encaixe livre/depósitos dos Bancos Comerciais que caiu de 17,7% em 31-12-66 para 12,8% em 31-12-67 e pela relação moeda em poder do público/moeda escritural, que mostrou o declínio de 28,6% para 24,3% naquelas duas datas.

O PAPEL DAS RESERVAS INTERNACIONAIS

Um fator que, se diz, teria minimizado o acréscimo do papel-moeda em circulação em 1967 foi a perda de reservas internacionais acumuladas em anos anteriores, ou seja, o Banco Central recebeu cruzeiros pela venda de moedas estrangeiras de que dispunha.

Efetivamente, o deficit de US$ 237 milhões (estimado) no Balanço de Pagamentos ensejou a entrada de recursos. Entretanto, houve outros fatôres que contrabalançaram essa entrada de cruzeiros como veremos a seguir:

CONTRAVALOR EM CRUZEIROS DAS OPERAÇÕES CAMBIAIS

NCr$ milhões

RECEITA		DESPESA	
Aquisição líquida	800	Prejuízos de câmbio	188
Receita operacional	176	Despesa operacional	504*
Outras receitas	6	Outras despesas	9
			701
		Redução depósitos de câmbio	168
			869
		SALDO LÍQUIDO	113
	982		982

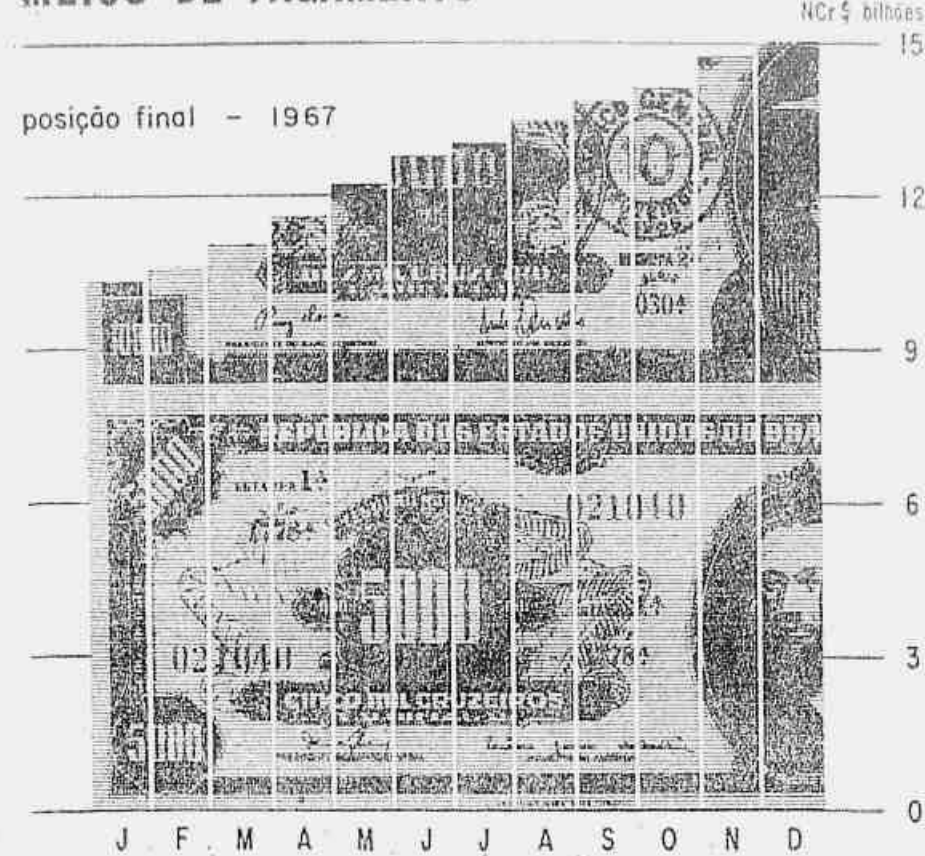
* — Parte destas despesas constituem lucro do Banco do Brasil, não pressionando, portanto, a caixa das Autoridades Monetárias.

FONTE: BANCO CENTRAL — GERÊNCIA DE CÂMBIO (DIESP)

É preciso considerar, por outro lado, que a demanda por moeda estrangeira em face das expectativas de desvalorização cambial é da própria natureza do sistema de reajustamento das taxas por degrau, e ocorreu nos dois anos, na proporção que os custos internos cresciam. As medidas de contrôle físico tomadas em 1967 tenderam a criar maiores pressões sôbre o crédito bancário, uma vez que as emprêsas procuravam cobrir-se dos riscos cambiais fechando câmbio antecipadamente e aumentando o seu endividamento junto às instituições financeiras não bancárias.

O desequilíbrio do Balanço de Pagamentos não foi portanto tão relevante, como era suposto, para o financiamento não inflacionário das operações ativas dos Bancos Central e do Brasil, e poderia essa contribuição ter sido substituída por outro tipo de financiamento ou simplesmente antecipada a medida monetária tomada no fim do ano.

Por outro lado, o Balanço de Pagamentos apresentou desequilíbrio, bàsicamente, por:

1) — declínio receita de US$ 91 milhões por queda de preços de produtos de exportação, dos quais cêrca de US$ 60 milhões decorrentes de decréscimo de preços de café. Outros produtos sofreram a conjuntura internacional pouco favorável e tiveram seus preços em queda;
2) — aumentados gastos com importações no montante de US$ 105 milhões, aparecendo a parcela de US$ 90 milhões no item *maquinaria e veículos*, ou seja, 25% acima da importação de 1966, sinal de que através da componente externa dos investimentos aumentou-se a capacidade produtiva do País;
3) — o item *Serviços* apresentou o gravamento de US$ 33 milhões, refletindo maiores dispêndios em transportes e transferências de rendas de capitais. Os maiores gastos em transportes decorreram do maior volume importado e da elevação dos fretes, após a guerra do Oriente Médio.

A soma dêsses três itens alcançou a cifra de US$ 229 milhões próxima, portanto, do deficit estimado.

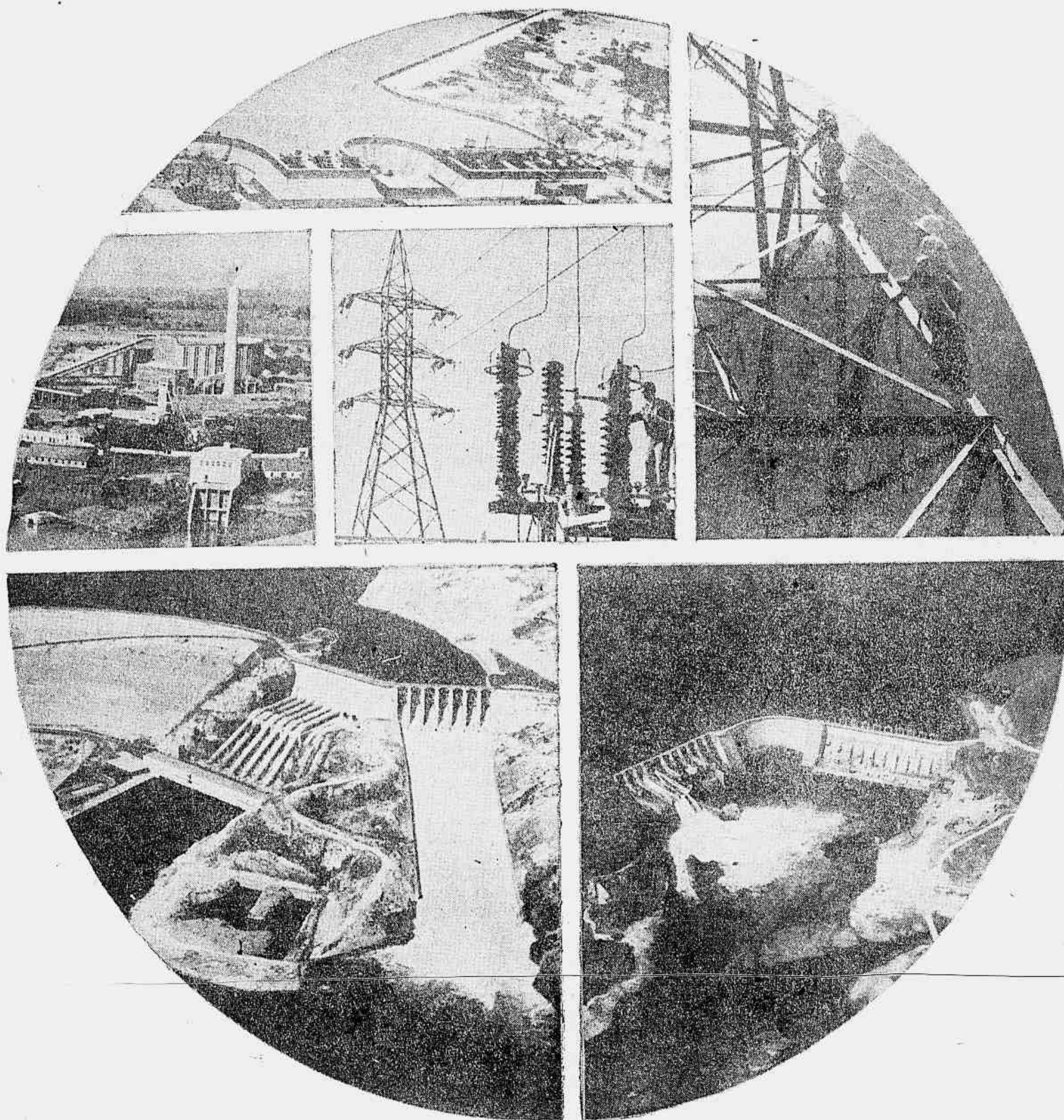
A despeito do recrudescimento da taxa de expansão dos meios de pagamento, o Govêrno foi bem sucedido em seus objetivos últimos de política: aumento da taxa de crescimento econômico e redução gradual da taxa de inflação.

Ademais, o ritmo de expansão dos meios de pagamento estêve sob contrôle permanente das Autoridades Monetárias, e estas estiveram sempre vigilantes e prontas a tomar medidas assim que o excesso de liquidez pudesse pôr em risco a política antiinflacionista do Govêrno. No final do ano de 1967, quando a atividade econômica era intensa e o potencial monetário poderia criar um ambiente favorável a nôvo impulso nos preços, em face de pressões nos custos previstos para o início de 1968, as medidas monetárias foram tomadas, contendo-se o crédito bancário no nível alto a que atingiu em fins de 1967.

Uma das pressões monetárias previstas para o início de 1968 é a que se refere à reconstituição das reservas internacionais do País, após a desvalorização cambial. Essa pressão tem sido mantida sob contrôle, embora o nível das disponibilidades e aplicações no exterior já tenham atingido o mesmo nível a que se situavam nesta época no ano passado.

A função principal da política monetária é compatibilizar a demanda monetária com a crescente capacidade produtiva do País, evitando as alternâncias de expansão e declínio da produção que se tem verificado nos últimos anos, procurando caminhar no sentido da estabilidade interna e externa do cruzeiro.

Dessa compatibilidade, estão cientes as Autoridades Monetárias, dependerá a repetição do sucesso de 1967. Fatôres favoráveis nesse início do ano são o nível elevado da atividade industrial e as previsões de melhores safras agrícolas do que as de 1967, o que conjugados com bem dosada oferta de moeda poderá elevar o Produto Interno Bruto a níveis mais altos do que o do ano anterior e manter declinante a taxa de inflação.

MEIOS DE PAGAMENTO
posição final - 1967
NCr$ bilhões
15 12 9 6 3 0
J F M A M J J A S O N D

A ENERGIA CHEGA PARA TODOS

As grandes obras de geração de energia elétrica,
iniciadas após a criação da ELETROBRÁS,
no dia 11 de junho de 1962, começam agora
a entrar em operação em todo o País.
É energia mais abundante para as regiões desenvolvidas
e que aciona o progresso das regiões
em desenvolvimento.

Energia elétrica que chega para todos,
elevando a potência instalada no Brasil, em 1968,
para mais de 9 milhões de kW,
pelo trabalho de uma emprêsa nova, que enfrenta um
gigantesco desafio: duplicar o consumo
de energia elétrica no País, até 1971.
Êsse trabalho, além de exigir esfôrço permanente,
sòmente poderá apresentar todos os resultados
com o ritmo crescente de atividades
nas áreas do planejamento
e nas diferentes etapas de execução.
É isso que a ELETROBRÁS está fazendo;
com um passado de seis anos,
crê no futuro e trabalha sempre para que todos os
brasileiros tenham uma vida melhor.

ELETROBRÁS
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

O crescimento do setor público na economia brasileira

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN

Desde o término da Segunda Guerra Mundial até a presente data, o setor público brasileiro cresceu a taxas verdadeiramente espantosas. Entre 1947 e 1965, em percentagem do Produto Interno Bruto, a despesa do Govêrno aumentou de 10,7% para 14,2%. A formação bruta de capital fixo pelas entidades públicas (inclusive autarquias e sociedades de economia mista), de 3,2% para 8,0%. A carga tributária bruta, de 14,7% para 25,1%. E o dispêndio total do Govêrno (inclusive subsídios e transferências), de 18,0% para 31,0% tendo em vista que nesse período o produto real cresceu 3,64% vêzes. Conclui-se que, em têrmos reais, as despesas de consumo do Govêrno se multiplicaram por 3,5: os investimentos, por 6,6: o dispêndio total e os impostos por 4,5. Estima-se que os índices de estatização ainda se tenham acentuado em 1966 e 1967.

Essa evolução acelerada do setor público é das mais rápidas de que se tem notícias no mundo não socialista, e contrasta com a virtual proporcionalidade entre despesas do Govêrno e Produto Interno Bruto verificada entre 1920 e 1947. Os índices de pressão do setor público sôbre a economia situam-se, entre nós, nas faixas mais altas registradas para o mundo ocidental, sendo ultrapassados apenas nuns poucos países como a Suécia e a Inglaterra. É interessante examinar as causas dessa hipertrofia econômica do Estado, e as suas conseqüências sôbre a política de desenvolvimento do País.

O crescimento da despesa de consumo às vêzes tem sido atribuído a uma demanda elástica dos serviços prestados pelo Govêrno — com o desenvolvimento econômico expandir-se-iam mais do que proporcionalmente as necessidades de educação, defesa nacional e demais serviços fornecidos pela administração pública. Essa hipótese é até certo ponto confirmada pelas *cross-sections* internacionais, que mostram que, de um modo geral, quanto mais alta a renda *per capita* de um país, mais elevada costuma ser a proporção do consumo do Govêrno, no produto nacional. Mas o que essas *cross-sections* não explicam é que as despesas de consumo do Govêrno tenham crescido tão ràpidamente, e absorvam uma parcela tão grande do produto de um país com pouco mais de 300 dólares de renda anual *per capita*. Essa dimensão tem que ser explicada por um fenômeno muito mais prosaico, a tradicional propensão do Govêrno brasileiro a distribuir empregos sem dar trabalho. Entre 1947 e 1964, as despesas de pessoal da União, Estados e Municípios mais do que quadruplicaram, em têrmos reais. Isso não parece corresponder a qualquer resposta endógena às necessidades da economia, a menos que se classifique o empreguismo como enômeno endógeno.

No tocante aos investimentos é que o crescimento do setor público foi mais espantoso, não só pelo aumento da formação de capital da administração centralizada, mas particularmente pela proliferação de autarquias e Sociedades de Economia Mista. Quantitativamente, isso corresponde a uma acentuada tendência a estatização de investimentos — a participação das entidades públicas na formação bruta de capital fixo do País passou de 28%, no período 1947/1956 para 45% no período 1957/1964, e para cêrca de 65% nos últimos três anos. Mais uma vez há que distinguir a explicação qualitativa da quantitativa. Qualitativamente era natural que os investimentos do Govêrno crescessem mais ràpidamente do que o produto real. De fato, de um lado era necessário reforçar as obras de infra-estrutura (em estradas, por exemplo); de outro lado, num país em crescimento rápido, onde as poupanças privadas eram bastante pulverizadas, e onde os empresários se revelavam pouco propensos à associação (dentro da tradição da Sociedade Anônima fechada), o Govêrno teria que desempenhar importante papel como investidor supletivo, em certos setores para os quais a tecnologia moderna exige a mobilização de grandes capitais. Contudo, a dimensão dessa tarefa supletiva parece ter sido violentamente exacerbada. Teòricamente caberia ao setor público investir naqueles setores onde houvesse desinterêsse do setor privado ou onde a concentração da produção em emprêsas públicas fôsse imposição da segurança nacional. Na prática, ao conceito de segurança nacional, mesclou-se a emoção nacionalista, a qual esquecia que uma emprêsa privada bem administrada pode ser mais segura para o País do que uma unidade estatal pouco eficiente. E o desinterêsse do setor privado por inúmeros setores foi artificialmente criado pelo próprio Govêrno, com a mistura de inflação e contrôles de preços. Tome-se, por exemplo, o caso dos serviços de utilidade pública. É possível que o setor privado, mesmo dispondo de condições favoráveis, não tivesse fôlego para os ampliar com a velocidade exigida pelo mercado. Em todo o caso êsse teste não foi realizado. De um lado a inflação impossibilitava qualquer previsão orçamentária, tornando financeiramente perigosos os investimentos de longo prazo de maturação. De outro lado os contrôles de preços, como a remuneração das concessionárias pelo custo histórico sem correção monetária, tornava a rentabilidade dêsses empreendimentos irrisória ou até negativa. Não surpreende que nesses casos o setor privado se mostrasse desinteressado, e que o Govêrno acabasse tendo que intervir no circuito como investidor supletivo.

Igualmente intenso foi o crescimento das transferências e subsídios, que passaram de 4,1% do Produto Interno Bruto em 1947 para 8,8% em 1965. No caso das transferências (aposentadorias, pensões etc.) a expansão se explica pela entrada em regime permanente dos benefícios pagos pela Previdência Social. Quanto aos subsídios, seu crescimento se deveu à mistura do aumento quantitativo com a deterioração qualitativa da atividade empresarial do setor público: os absorventes deficits de certas autarquias e sociedades de economia mista. Conquanto tècnicamente êsses gastos constituam mera redistribuição de renda, e não dispêndio efetivo do Govêrno, êles correspondem a mais um tipo de interferências do setor público no sistema econômico.

Nesse quadro de aumento galopante das despesas governamentais, era inevitável que a carga tributária crescesse consideràvelmente — de 14,7% para 25,1% do Produto Interno Bruto entre 1947 e 1965. Como o sistema tributário se mostrava pouco elástico em relação à renda, a solução encontrada foram as sucessivas revisões legislativas, sistemàticamente dirigidas no sentido do aumento das alíquotas dos impostos. E note-se que os dados acima só vão até 1965. Atualmente, se levarmos em conta a reforma constitucional, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e outros encargos criados nos últimos anos, a carga tributária bruta deve estar bem mais alta.

Quais as conseqüências dêsse crescimento acelerado do setor público brasileiro? A mais imediata, pelo menos até 1964, foi a exacerbação das pressões inflacionárias. Como era muito popular aumentar despesas e muito desagradável elevar impostos, gerou-se um deficit desmedido nos orçamentos públicos e que não tardou em se transformar na mola mestra da inflação. Em 1965 e 1966 o Govêrno conseguiu imprimir razoável austeridade à sua política financeira, menos pelo corte de despesas do que pelo aumento de impostos. Contudo o problema do deficit alarmante ressurgiu desde o ano passado, em boa parte por causa do Fundo de Participação dos Estados e Municípios criado pela nova Constituição, e das despesas de pessoal crescidas à sombra da lei de reforma administrativa.

O segundo corolário natural foi a debilitação do setor privado, que passou a receber uma fatia cada vez menor do bolo. Freqüentemente as autoridades tentam adocicar os aumentos de im-

EMISSÕES

NCr$ MILHÕES - ACUMULADO

1967

800 700 600 500 400 300 200 100 0 -100

J F M A M J J A S O N D

APEC-M. Duarte

postos alegando que o que se está retirando do setor privado logo lhe será devolvido com o aumento das compras do Govêrno. Essa é uma confusão de contabilidade que cumpre evitar, entre o volume da renda e da despesa global e os titulares dessa renda e despesa. A valer êsse argumento, a legislação penal deveria perdoar todo ladrão que se comprometesse a aplicar a quantia roubada comprando no estabelecimento comercial da vítima. É do consenso geral que nos anos mais recentes tanto os assalariados quanto boa parte das emprêsas emagreceram sensìvelmente em matéria de renda real. Essa era a contrapartida inevitável da engorda do setor público.

O impacto do crescimento do setor público sôbre o nível de atividade econômica é menos claro do que às vêzes se supõe. Considera-se pacífico, pelo menos desde que Keynes escreveu a sua Teoria Geral, que um aumento de despesas públicas multiplica a procura de bens e serviços, assegurando a melhor absorção da capacidade produtiva. Êsse é um argumento contra a queda de participação do Govêrno na despesa freqüente relembrado pelos que se assustam com a capacidade ociosa da indústria brasileira. O problema, todavia, não se situa nesses têrmos. Ressalvados os períodos de grande tolerância inflacionária, seria perguntar qual o impacto do aumento simultâneo de impostos e despesas públicas. Essa inclusive seria a questão pragmática para um programa de desestatização, que deverá reduzir equilibradamente a pressão de despesas e a carga tributária. Os textos de economia costumam fornecer uma resposta a essa pergunta — o aumento equilibrado de impostos e despesas públicas excitaria a procura global, pois o setor privado não chegaria a despender tudo aquilo que lhe foi retirado através dos impostos. Êsse é o chamado Teorema do Multiplicador do Orçamento Equilibrado, de Haavelmo, mas a sua validade está condicionada a certas hipóteses especiais. Trata-se, em primeiro lugar de uma proposição relativa à demanda global mas não à sua composição por setores. Por exemplo, se o Govêrno eleva impostos para pagar maiores salários aos funcionários públicos não há nenhuma razão para se prever o aumento da procura de máquinas-ferramenta. Além disso, até no âmbito global, o multiplicador do orçamento equilibrado pode não funcionar se os investimentos privados se encontram deprimidos pela escassez de lucros e se a carga tributária excessiva é uma das razões dessa baixa rentabilidade. Com um pouco de imaginação teórica é possível construir alguns modelos de funcionamento perverso do multiplicador do orçamento equilibrado — um aumento simultâneo de tributos e despesas públicas no mesmo valor deprimiria, ao invés de ativar o sistema econômico. Se êsses modelos se adaptam ou não à atual situação brasileira é uma questão de verificação empírica. Em todo o caso, o fato de que a capacidade ociosa é setorial e não global, e o de que vários setores andam com os lucros reais minguados (descontados os lucros ilusórios gerados pela inflação) sugerem que essa hipótese não deve ser abandonada *a priori*.

Resta examinar o que significa para o futuro desenvolvimento econômico brasileiro a concentração de dois terços dos investimentos nas mãos do Govêrno. O problema não deve ser encarado apenas sob a perspectiva ideológica, pois um país pode crescer dentro de uma opção socialista (embora isso exija maior volume de poupanças e maior eficiência do setor público do que aquilo que se tem conseguido no Brasil). A questão é saber se os setores atualmente a cargo do Govêrno deveriam contar com dois terços do investimento do País num programa de crescimento equilibrado. É muito possível que, nos últimos anos, o Brasil tenha passado a incidir num êrro comum de planejamento setorial que conduz à hipertrofia de alguns setores e à atrofia de outros. Tem-se procurado assegurar às entidades sob o contrôle do Estado um volume de recursos que lhes permita investir de acôrdo com um programa de crescimento acelerado. Para tanto, retiram-se fundos do setor privado, ora por intermédio de tributos, ora através do sistema de preços, de modo a garantir o financiamento dêsses projetos. Resta saber se o setor privado, desfalcado dêsses recursos, terá ânimo e condições para crescer tão depressa quanto o setor público. Corre-se o risco de que, ao cabo de alguns anos, se assista a outro surto de capacidade ociosa setorial, o de uma infra-estrutura que cresceu às expensas da atrofia da superestrutura.

INDICADORES DO COMPORTAMENTO DO SETOR PÚBLICO

(percentagem)

Ano	T/Y	T'/Y	Cg/Y	Ig/Y	Dg/Y	D'g/Y	SG/Y	Ig/I
1947	14,7	14,3	10,7	3,2	14,0	18,0	4,1	19
1948	15,2	15,7	11,7	4,2	15,8	19,7	4,0	26
1949	15,8	15,7	12,6	4,8	17,4	21,5	3,1	32
1950	15,8	15,5	12,6	4,8	17,5	21,7	2,9	36
1951	17,7	17,3	12,4	4,2	16,6	21,2	4,9	26
1952	17,6	16,5	12,8	4,2	17,1	23,7	3,7	28
1953	17,0	16,1	15,1	3,9	19,0	23,5	1,0	30
1954	18,8	17,1	13,5	4,7	18,2	22,9	3,6	29
1955	17,4	15,5	13,5	3,8	17,3	22,3	2,0	27
1956	18,7	15,5	14,7	3,5	18,2	24,2	0,8	27
1957	19,4	15,9	14,4	5,4	19,8	27,2	1,5	41
1958	21,8	18,2	13,7	6,7	20,4	27,3	4,5	48
1959	22,6	18,3	13,8	6,6	20,4	27,3	4,5	42
1960	22,5	20,5	15,3	7,4	22,8	29,4	5,2	45
1961	21,6	17,3	15,5	7,5	23,1	31,7	1,8	44
1962	21,2	15,7	15,5	8,5	24,0	33,1	0,2	52
1963	22,0	17,0	16,3	7,0	23,3	32,7	0,7	43
1964	23,3	15,9	15,5	6,7	22,1	31,4	0,4	47
1965	25,1	19,3	14,2	8,0	22,2	31,0	5,1	68

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e estimativas do IPEA para 1965

T = impostos diretos e indiretos (inclusive contribuições para previdência social)

T' = impostos diretos e indiretos, mais outras receitas correntes do Govêrno, menos subsídios e transferências

Cg: consumo do Govêrno

IG: investimento fixo do Govêrno, inclusive Sociedades de Economia Mista

Dg: dispêndio do Govêrno (consumo mais investimento)

D'g: despesa corrente do Govêrno (inclusive subsídios e transferências) mais investimento

SG = T' — C = poupança do Govêrno em conta corrente

Y — Produto Interno Bruto

I — Formação Bruta de capital fixo.

Uma experiência de educação para o desenvolvimento

NESTOR JOST
Presidente do Banco do Brasil

Nos últimos tempos, a problemática do desenvolvimento vem sendo objeto da mais variada ordem de especulações, dela emergindo a convicção de que o ensino é o mais importante fator de expansão da economia.

Pesquisas extremamente interessantes têm procurado medir a contribuição relativa dos diversos fatôres da produção, que não pode mais ser explicada, apenas, em têrmos de absorção de capital físico, homens-hora e recursos naturais.

Não há dúvida que a escalada pela conquista científica e tecnológica, que empolga o mundo contemporâneo, constitui o grande desafio aos dirigentes da coisa pública e das emprêsas privadas.

Sendo válida a atenção dispensada pelos países mais adiantados aos problemas educacionais, maiores devem ser as nossas preocupações, já que a produtividade extremamente baixa da economia brasileira se deve mais à deficiência de conhecimentos que à falta de instrumentos.

Se não quisermos permanecer na platéia dos subdesenvolvidos — simplesmente admirando ou invejando os paladinos do progresso, situados no palco das atividades econômicas e do bem-estar social — precisamos, sem perda de tempo, generalizar, qualificar e aprofundar a educação para a juventude e renová-la, constantemente, para os adultos.

Diagnosticar essa necessidade torna-se, hoje, lugar-comum, porquanto ninguém desconhece sua importância para uma nação constituída por mais de metade da população em idade escolar. Impõe-se, pois, partir para a terapêutica adequada, revendo velhas fórmulas que se têm mostrado incapazes de produzir os resultados almejados.

Um dos mais angustiantes problemas que enfrentamos, neste momento, é o de aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas produzidos no País, facilitando sua transformação industrial e comercialização nos mercados interno e internacional.

Entretanto, modernos métodos de trabalho, extremamente avançados, têm concorrido, nas nações mais adiantadas, para que cada vez menor número de pessoas produza maior quantidade de bens, tanto na lavoura, como na indústria.

Como a população rural tende a manter-se constante, ou a diminuir, apesar do acelerado crescimento demográfico, para aumentar a produção torna-se imperioso melhorar os métodos de trabalho. Mas, a introdução de técnicas modernas pressupõe um mínimo de assistência que, por sua vez, exige um contingente elevado de pessoas convenientemente preparadas para indicarem, aos produtores, as soluções mais econômicas aos seus múltiplos problemas.

Da mesma forma, dispondo de demanda interna relativamente reduzida, às indústrias se impõe a necessidade de melhorar seus meios de produção e produtividade, de forma a capacitá-las a conquistar, pela oferta em massa a baixos preços, a garantia de mercados cada vez mais amplos.

Igualmente, os "serviços" e as múltiplas atividades de qualquer sociedade só podem desenvolver-se através de adequada formação especializada, para as respectivas finalidades.

Técnicas agrícolas nem sempre podem ser importadas, uma vez que as experiências nos campos tropicais não têm o desenvolvimento já atingido pelas práticas agrárias dos países de clima frio ou temperado. Por outro lado, a importação da tecnologia constitui pesado tributo cambial e, muitas vêzes, deficiências estruturais ou razões de segurança impedem o acesso às últimas inovações, fazendo com que as nações mais atrasadas se limitem a fabricar sòmente os produtos tradicionais de economias dependentes.

A possibilidade de, a curto prazo, diminuir as distâncias que nos separam dos povos mais adiantados encontrará sérias dificuldades, se pensarmos em preparar nossos quadros técnicos na forma clássica, nos moldes da escola tradicional. Necessitamos acelerar a formação de mais engenheiros, técnicos e trabalhadores especializados, vencendo, através de engenho e arte, algumas etapas.

Êsse raciocínio nos leva à procura de algo nôvo no campo educacional, pois, se o mundo atual é sobretudo dinâmico, o processo de transmissão de conhecimentos deve ser igualmente evolutivo.

Não temos a veleidade de, nesta oportunidade, indicar as transformações a imprimir no sistema educativo brasileiro, mas sim o intuito de expor algumas apreensões, pois apesar do sensível progresso alcançado na última década, mercê das reformas introduzidas na legislação pertinente, continua flagrante o divórcio entre o que se ensina, na maioria das escolas, e aquilo que interessa à futura vida profissional do estudante.

Os erros se acumulam, da escola primária à superior, fazendo com que grande número de alunos desiludidos abandone os estudos. Os constantes descompassos entre estudantes e professôres devem ser debitados à impaciência dos que "sentem" que os programas, métodos e, até mesmo, alguns educadores ficaram desatualizados, sem atentar para as necessidades da conjuntura em que vivemos.

O mesmo se pode dizer em relação ao conteúdo do ensino, que se deve diversificar e aperfeiçoar para atender às necessidades fundamentais do País. Os currículos precisam ser ajustados aos reclamos do progresso tecnológico e a pesquisa elevada à posição de contribuir efetivamente para o aprimoramento do nosso processo de desenvolvimento econômico.

Dentro do conceito inovador em que deve ser encarada a nossa sistemática educacional, impõe-se a coordenação de esforços entre a emprêsa e a escola, porque aquela é, sem dúvida, a grande beneficiária dos resultados do ensino. Essa colaboração seria reciprocamente benéfica, porque a eficiência empresarial que, no regime de livre concorrência, assegura maiores rendas poderia capitalizar recursos para a melhoria e ampliação do sistema educacional ainda que êste não deva ser regido por objetivos pecuniários imediatos.

É na escola, na boa escola, que se hão de conseguir os meios técnicos e científicos para o nosso desenvolvimento. Mas, tendo em conta que a própria segurança nacional depende do grau de ajustamento do ensino às necessidades básicas da sociedade e como, apesar da evolução assinalada, a escola brasileira parece não estar respondendo plenamente às exigências do progresso do País, cabe às lideranças políticas e empresariais somar esforços com os técnicos e professôres para definir os objetivos a serem alcançados pelo sistema educacional.

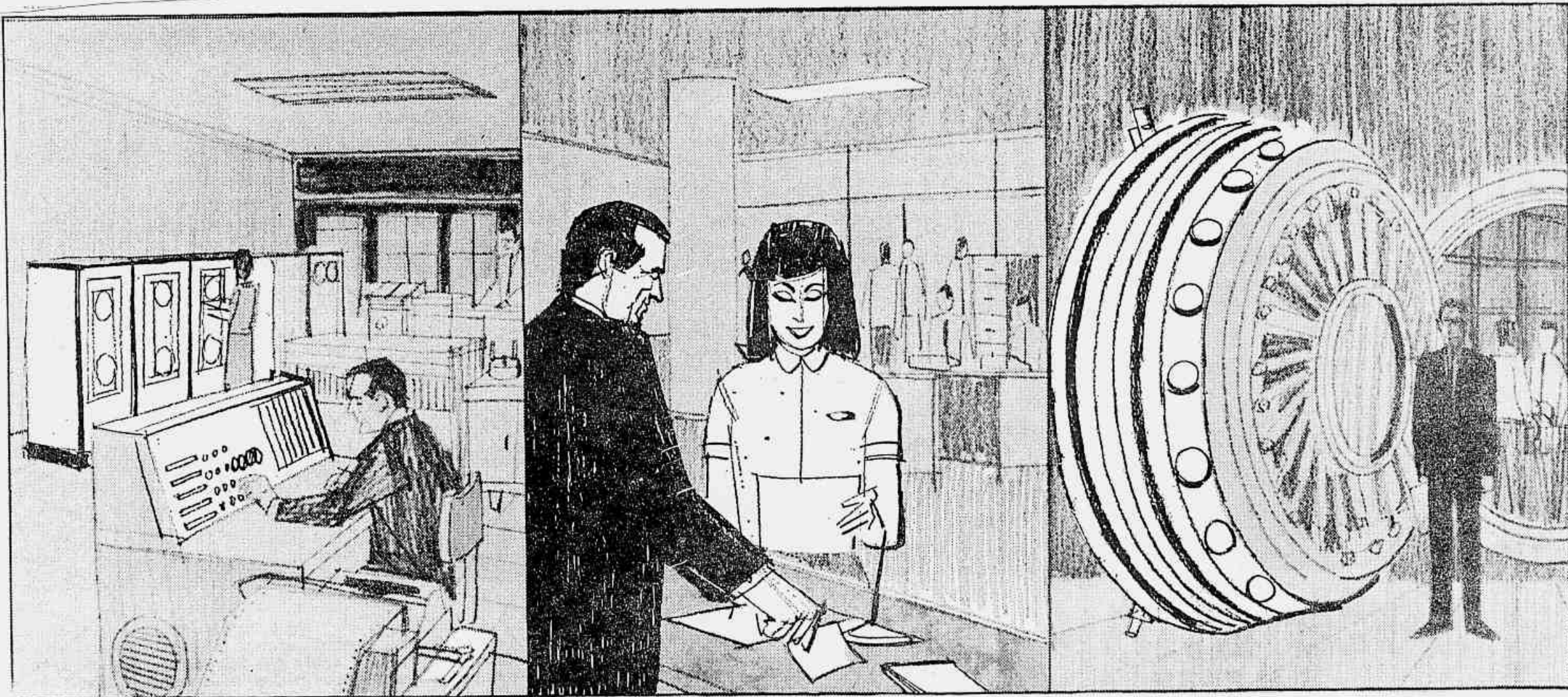
Enquanto, porém, a escola brasileira não evoluir para solucionar os grandes problemas da produção e da produtividade dos múltiplos ramos de atividade econômica, em que se baseia o desenvolvimento nacional, cumpre ao empresariado preencher a lacuna, preparando o seu pessoal através do treinamento em serviço, a fim de atender com eficiência às crescentes aspirações de confôrto e bem-estar, reclamados, cada dia, por maior número de brasileiros.

Por isso, e a exemplo das grandes emprêsas mundiais, vem atualmente o Banco do Brasil despendendo recursos ponderáveis com a instituição de treinamento intensivo e sistemático de seu pessoal, em vários níveis, já contando com razoável experiência demonstrada em têrmos de melhoria de eficiência e economia de custos operacionais.

Assim, e de acôrdo com o programa estabelecido pelo novel Departamento de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal, foram realizados, no Banco do Brasil, em 1967, 83 cursos, dos quais participaram 3 215 funcionários. Êsses cursos se destinaram a vários fins, tais como: Administração, Crédito Agrícola e Industrial, Mecanização, Comunicações, Relações Humanas.

Destacou-se, em princípio, pelo alcance e significação que teve o Curso de Crédito Rural e Industrial, no qual se transmitiram ensinamentos visando à eficiência do crédito especializado e que foi freqüentado não só por funcionários do Banco do Brasil, como também por diversos técnicos pertencentes a estabelecimentos congêneres, oficiais e privados, e a instituições governamentais.

Ênfase especial está sendo dada aos cursos intensivos para Administradores, idealizados para colocar ao alcance dos funcionários mais categorizados instrumental básico para o melhor desempenho de suas funções executivas e, em conseqüência, aumentar a eficiência dos serviços, através do aprimoramento do processo decisório, melhor utilização do pessoal e dos recursos físicos e maior compreensão do ambiente em que atua o Banco. As disciplinas fundamentais que compõem o currículo dêsses cursos — Organização e Métodos, Administração de Pessoal, Relações Humanas, Análises Contábil e Financeira, Noções de Direito e Fundamentos de Economia — foram selecionadas com o propósito de capacitar os funcionários com funções de direção no Banco do Brasil, que tendem a crescer em virtude da progressiva descentralização dos serviços, a utilizarem as mais modernas técnicas de Administração e, ao mesmo tempo, ministrar-lhes conhecimentos indispensáveis à interpretação e melhor avaliação dos problemas bancários e econômicos.

Não menor destaque tem sido dado aos cursos de mecanização, que visam a proporcionar profundo conhecimento e perfeito domínio das modernas máquinas contábeis e equipamentos eletrônicos àqueles que estão incumbidos de manipular êsses instrumentos indispensáveis à Instituição, que precisa apresentar serviços cada vez mais eficientes, sem necessidade de ampliação exagerada dos quadros de pessoal.

Orçamento e paternalismo do Estado

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

A indicação da taxa de variação do produto nacional passou a ser ato de rotina. É contudo rotina que desperta vivo interêsse. Quando o acréscimo é positivo, isto é, quando a taxa de aumento da renda supera a taxa de acréscimo da população, a notícia é recebida com agrado, embora o fato seja pouco expressivo, se considerado isoladamente.

O acréscimo do produto nacional pode ocorrer em bases frágeis. É de desconfiar-se da fragilidade do acréscimo do nosso produto nacional, uma vez que continuamos sob o impacto de uma inflação, não desprezível, originada do deficit do Tesouro. O deficit determina a ampliação dos meios de pagamento, cabendo ao Ministro da Fazenda a ingrata tarefa de evitar que a ampliação se multiplique, através da rêde bancária. Daí a exigência dos depósitos compulsórios dos Bancos, no Banco Central.

Precisamente porque se trata de medida eficaz, sua utilização, por tempo indeterminado, tende a reduzir a atividade das emprêsas. Os empresários brasileiros que antes de 1964, por defesa própria, produziam em regime de baixa produtividade, com o declínio da inflação modificaram sua atitude. Há nítida preocupação de melhoria da eficiência produtiva, na indústria e no comércio. É, pois, um despercício econômico impor obstáculos à esfera da atividade particular, em favor da manutenção do deficit do Tesouro. Vencidas as etapas iniciais do combate à inflação, está o Govêrno apto a eliminar definitivamente o deficit. Os efeitos depressivos, resultantes dêsse ato, serão sobejamente compensados pela amplitude e intensidade da expansão econômica.

Mas teremos a coragem de suprimir o deficit orçamentário?

O Presidente Kennedy, ao assumir o poder, em janeiro de 1961, declarou que no desenrolar da História, na sucessão dos séculos, sempre coube a pequeno número de gerações o papel de assegurar a liberdade, no auge do perigo. "Não me esquivarei dessa responsabilidade", disse o Presidente, e acrescentou a frase que se tornou famosa: "Por isso, meus concidadãos da América, não perguntem o que o país lhes pode oferecer; antes, perguntem o que podem fazer pelo país".

Não há, para nós, perigo iminente. Corremos, entretanto, o perigo de retôrno a uma inflação acelerada, se prolongarmos a manutenção do deficit orçamentário. O prolongamento do deficit está ligado à mentalidade do Estado paternalista, proteção que se apresenta consideràvelmente dispendiosa. Consideràvelmente dispendiosa, porque no ambiente do paternalismo estatal maior é a preocupação de receber favores do que a vontade de prestar serviços.

Tal compreensão da função pública advém da radical oposição ao liberalismo. Os liberais, por fôrça de seus exagêros, provocaram reação igualmente exagerada: "Tudo se passa", diz-nos Gustavo Corção, "como se a vigência do êrro criasse uma tensão elástica que levasse ... ao êrro contrário".

Tão forte é a repulsa aos exageros dos liberais que Gustavo Corção, ao formular o maravilhoso exame filosófico, da antiguidade aos nossos dias, em **Dois Amôres e Duas Cidades**, coloca Adam Smith no capítulo das Filosofias da Inimizade, ao lado de Maquiavel de Hobbes. Ora, o grande trabalho de Adam Smith é o de combater o mercantilismo, que permitia ao Estado intervir para favorecer a alguns em detrimento de outros. Opõe-se Adam Smith às medidas monopolísticas da Inglaterra contra a América do Norte e critica o monopólio de comércio de Portugal e da Holanda. Suas páginas são a favor de uma economia livre, ou seja, libertada de entraves dos interêsses constituídos e de outros obstáculos à produção em massa. É no sentido de liberdade para produzir que se manifestam os liberais. Se descambaram para o exagêro do automatismo dos mercados, cegos a interferências egoísticas, é adendo de secundária importância. Podemos rejeitá-lo, no todo ou em parte, sem prejuízo do aspecto principal do liberalismo que, essencialmente, consiste na conquista da livre emprêsa.

Desde que ressalva não seja feita, condenando-se, como se condena, o liberalismo em tôda a sua extensão, não haverá como sustentar a liberdade de iniciativa no campo econômico. Gustavo Corção sabe ressaltar a importância da livre emprêsa. Não obstante criticar Quesnay e Adam Smith, como responsáveis pela eclosão do individualismo, em outras passagens de seu trabalho, assinala a grandeza da liberdade de produzir, liberdade essa plenamente compatível com a valorização da pessoa e não com a exteriorização do indivíduo. Mas, sem as indispensáveis ressalvas, a repulsa ao liberalismo leva ao Estado paternalista, fonte perene de subdesenvolvimento.

Balança comercial inglêsa

Londres (BNS-JB) — Todos os meses, pouco antes de serem anunciados pelo **Board of Trade** os lucros do comércio exterior, um clima de verdadeira neurose parece acometer tôda a comunidade empresarial britânica. Serão êsses lucros iguais, menores ou maiores que os do ano anterior? A libra reagirá favoràvelmente ou irá perder ainda alguns pontos?

Esquecem-se todos, entretanto, que êsses problemas respeitam apenas uma metade da questão e, justamente, a sua face mais sombria. O que freqüentemente não se nota é que, à parte a situação do chamado comércio físico — a chegada dos produtos importados e os embarques dos produtos exportados — existe sempre um cada vez mais firme e proveitoso lucro advindo do que se convencionou chamar "comércio invisível".

Êsses lucros derivam de uma grande variedade de serviços de natureza financeira e comercial tais como os prestados por bancos, companhias de seguros, de navegação, de licenciamento de processos de manufatura, o êxito de uma peça britânica na Broadway — em suma, uma vasta gama de serviços que ajudaram a tornar Londres o segundo centro financeiro do mundo.

E uma vez que os deficits mais ou menos regulares assinalados mês a mês sôbre o comércio físico britânico, justificados ou não, tendem a deturpar a verdadeira imagem da situação britânica, é assim da maior importância que maiores luzes sejam lançadas sôbre os ganhos não aparentes ou invisíveis.

A VERDADEIRA PERSPECTIVA

Um estudo especial do Comitê de Exportações Invisíveis deu uma imagem das mais corretas dos lucros no setor de invisíveis em um relatório de 270 páginas publicado a 18 de outubro último.

O relatório, muito bem acolhido por todos os círculos, foi um dos mais completos estudos de análise econômica de seu gênero, tendo sido o resultado do trabalho incansável durante cêrca de 12 meses de um grupo de especialistas.

O documento revela também que êsses lucros invisíveis mostraram um superavit regular e que se vem expandindo mais ràpidamente que as exportações físicas.

Acima de tudo, o relatório colocou o que se convencionou chamar "desequilíbrio comercial" dentro de suas devidas limitações.

Não existe, certamente, nada de nôvo no desequilíbrio entre as importações e exportações físicas. Mesmo quando a Grã-Bretanha se encontrava no mais alto ponto de seu poderio comercial, um deficit era um acontecimento de certa forma normal em suas relações comerciais com o resto do mundo.

Com efeito, apenas em 7 (sete) dos últimos 175 (cento e setenta e cinco) anos a Grã-Bretanha exportou mais do que importou e dois dêsses anos foram relativamente recentes: 1956 e 1958.

O que tradicionalmente tem permitido a Grã-Bretanha custear suas despesas são seus lucros invisíveis. Residiu aqui, certamente, a base de um contínuo superavit comercial até os princípios da década de 1950 quando se iniciou um processo de erosão, dêsse superavit em decorrência de múltiplos e incontornáveis compromissos britânicos no exterior nos setores de defesa, ajuda e vários outros.

AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES

Assim, o comportamento das exportações britânicas não é tão irregular como algumas vêzes faz supor. Quando se começa de um nível relativamente elevado, expansões acentuadas, em têrmos percentuais, são bem mais difíceis de serem obtidas.

Não obstante, ainda hoje o Reino Unido paga cêrca de 96 por cento de suas importações com produtos manufaturados que vende no exterior. As exportações, na verdade, cresceram em cêrca de 41 por cento no período de 10 anos encerrado em 1965; os lucros no comércio invisível, elevaram-se, no mesmo período, em 54 por cento, respondendo agora por 37 por cento do total dos lucros britânicos no exterior.

No último ano, assinala o relatório, as receitas privadas invisíveis foram superiores a 2 800 000 000 de libras esterlinas contra 5 100 000 000 provindas de exportações e reexportações. Isto dá uma medida exata da importância dos invisíveis no quadro geral do comércio britânico.

Energia elétrica: investimentos

O Estado de São Paulo estêve investindo, no setor de energia elétrica, 400 milhões de cruzeiros sòmente em 1967 e foi responsável por mais de 50% do plano energético nacional. Essas obras vêm sendo feitas pela CESP — Centrais Elétricas de São Paulo, a única emprêsa nacional que tem capital superior a 1 bilhão de cruzeiros novos, dos quais 90% representam recursos do próprio Estado e 10% da Eletrobrás.

Essas, as principais informações do professor Lucas Nogueira Garcez, em conferência sôbre o plano de eletrificação de São Paulo.

"Se quisermos verificar o que representava, o que representa e o que deve representar São Paulo no Brasil, quanto à energia elétrica, é suficiente lembrar que em 1910 a potência instalada nesta unidade da Federação representava apenas 6,5% do total do País. Em 10 anos, de 1910 a 1920, essa proporção passou de 6,5 para 28%. Em 1940, graças aos empreendimentos realizados pela São Paulo Light, nosso Estado passou a ter aproximadamente 40% da potência instalada no Brasil. Em 1955, essa participação caiu a 32,5, devido ao início das atividades estatais no setor de energia elétrica também em outros Estados. Hoje, o nosso potencial instalado representa 32,5%, ou seja, 1/3 da potência total do País. E para mostrar a responsabilidade que pesa sôbre a CESP, lembro que em 1970 deveremos elevar essa participação de São Paulo a 40,5% do total da potência instalada do País. A CESP tem um prazo de apenas três anos para realizar isso, e terá que investir muito."

Na última parte de sua palestra o professor Lucas Nogueira Garcez apresentou um quadro das obras que vão ser realizadas pelo Estado, até 1970. Assim, será complementado o sistema do Rio Tietê, instalados pelo menos 900 mil quilowatts em Jupiá (Urubupungá), será entregue a Usina de Xavantes (300 dos 400 mil kW totais) e a Usina de Jaguari, de apenas 24 mil quilowatts, no Vale do Paraíba.

Em resumo, o Govêrno do Estado está dando andamento, em caráter prioritário, às seguintes obras:

1 — complementação da Usina de Bariri — 3.º grupo — de 41 000 kW;

2 — conclusão da Usina de Ibitinga, 114 000 kW;

3 — conclusão da Usina de Xavantes, 400 000 kW;

4 — conclusão de Jaguari, 24 000 kW;

5 — início de Promissão, 430 000 kW;

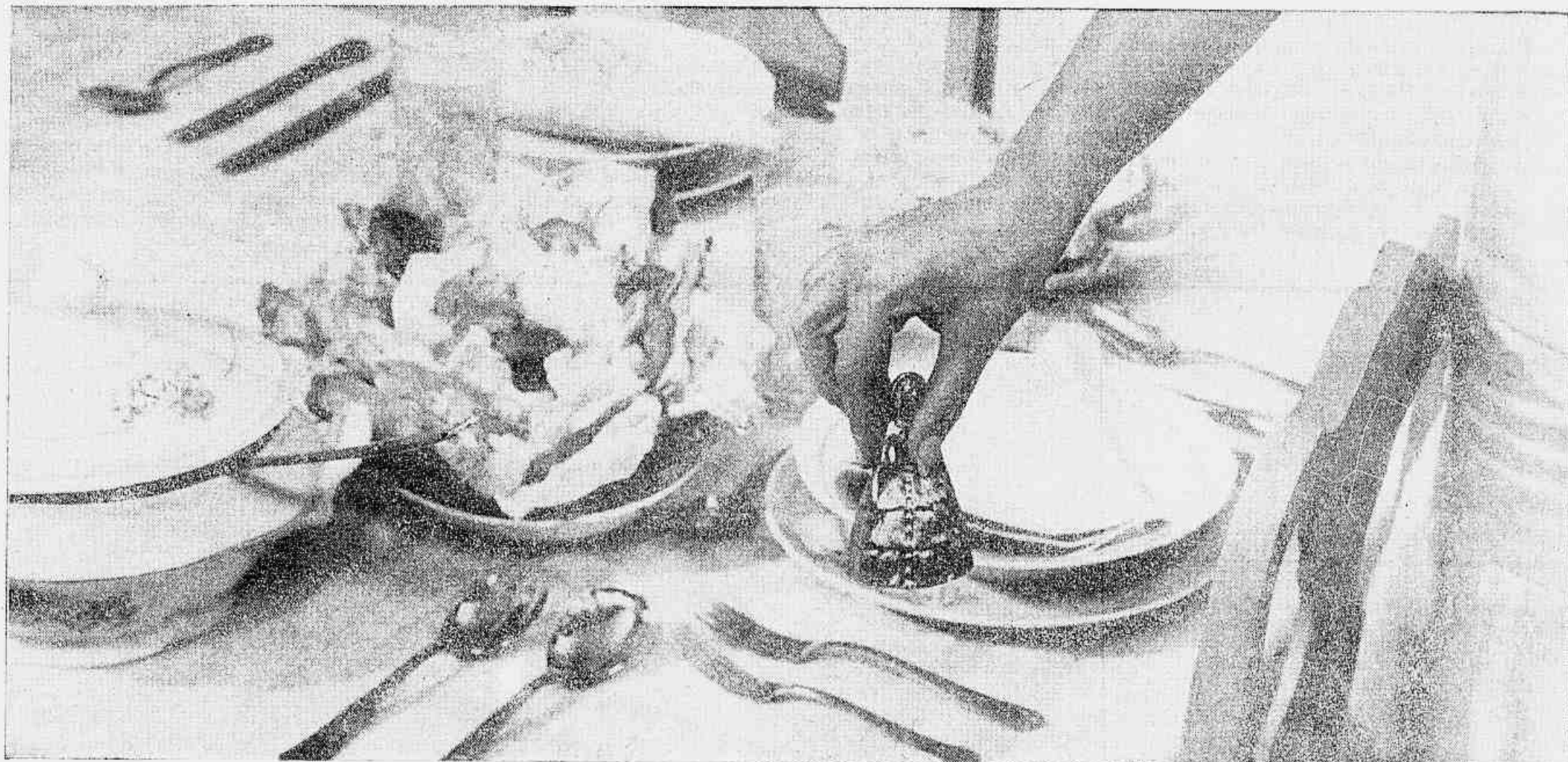
6 — construção de Jupiá e entrega das primeiras unidades em 1968;

7 — construção de 849 quilômetros de linhas de transmissão;

8 — obras no Vale do Paraíba, de forma a instalar, se o Govêrno federal devolver a concessão, da Usina de Caraguatatuba, com 680 mil quilowatts.

Os recursos externos existem, pois a confiança no exterior é grande, como o demonstra o exemplo de Urubupungá. Conseguindo-se os recursos em cruzeiros, será possível atender à demanda de energia em 1970.

O ano de 1968 será um ano crítico, pois somente no seu final entrarão em produção os três geradores de Jupiá. Até lá, se as condições hidrológicas não forem favoráveis, haverá possibilidade de surgir mais uma crise no abastecimento de energia na Região Centro-Sul.

(APEC — n.º 125)

Taxa de juros e desenvolvimento

DENIO NOGUEIRA

Em recente artigo (*) o Embaixador Roberto Campos abordou com sua reconhecida competência e extraordinário **savoir dire** a questão do atraso de nossa demarragem, imprensada de um lado pela explosão demográfica e de outro pelo que denominou "intoxicação nacionalóide". Clamava o ilustre economista mais uma vez por uma série de medidas de política econômica que permitissem atingirmos a fase da decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado — na terminologia de Rostow — ao invés de chegarmos ao ano 2000 na companhia da Índia, Paquistão e China como um dos poucos "países em transição". Vale dizer, ainda em 2000 o Brasil continuaria a ser o "país do futuro".

Entre as medidas sugeridas destacamos a que propõe "cessar os subsídios mais importantes à utilização excessiva do fator capital: taxas de juros negativas e taxas de câmbio preferenciais."

O objetivo dêste artigo é analisar as conseqüências de uma política de taxas **reais** negativas de juros, sôbre o desenvolvimento econômico. O assunto parece ter ganho em oportunidade e importância, após a divulgação das Resoluções 79 e 80 do Banco Central e das que as retificaram (85, 86 e 87). Tôdas insistem na tentativa de regular a taxa **nominal** de juros, mantendo-a em nível que, admitida sua obediência pelas instituições financeiras, levaria a uma taxa **real** de juros negativa.

Entre as muitas características que distinguem os países industrializados dos subdesenvolvidos destaca-se a da inversão, em matéria de custo, entre os dois principais fatôres de produção: capital e trabalho. Enquanto nos países industrializados a mão-de-obra tende a ser relativamente mais cara que o capital, nos subdesenvolvidos a regra é exatamente o contrário: a mão-de-obra tende a ser barata, cabendo ao capital a primazia em têrmos de custo.

E não admira que assim seja. Isto é o mesmo que dizer que o capital é relativamente abundante nos países industrializados e, inversamente, escasso nos países subdesenvolvidos. É por isso que os primeiros são normalmente exportadores de capitais e os últimos importadores.

Há mesmo, poder-se-ia afirmar, uma certa racionalidade nessa inversão de posições. Sendo a mão-de-obra mais barata que o capital, o empresário encontra vantagem em usar tecnologia que exija maior absorção de mão-de-obra. E assim fazendo, estará contribuindo para a ampliação do mercado consumidor e, conseqüentemente, abrindo novas oportunidades de investimentos, importante ingrediente do progresso.

Contrário senso, isto é, se por via de orientação governamental se procura encarecer o custo total da mão-de-obra — inclusive encargos sociais — e reduzir o do capital através de medidas que levem a taxas negativas de juros, o resultado será desastroso: os empresários tenderão a limitar a procura do fator mais abundante e a exacerbar a procura do mais escasso.

É evidente que não estamos advogando uma política salarial de fome para manter baixo o custo da mão-de-obra, nem seria possivelmente a melhor solução, depois de o capital de giro das emprêsas ter sido quase inteiramente liquidado após tantos anos de inflação acelerada, deixar que a taxa **nominal** de juros encontrasse seu nível de equilíbrio entre a oferta e a procura de capital. Entre os dois extremos há milhares de posições intermediárias perfeitamente aceitáveis.

Deixemos, porém, a explosiva questão salarial para tratarmos do custo do capital, isto é, da taxa de juros.

Ainda não se descobriu uma forma eficiente de limitar a procura de um bem e, conseqüentemente, racionalizar sua utilização, sem que o respectivo preço seja tão livre quanto possível. Paralelamente, se se deseja estimular a poupança interna e até mesmo atrair a que foi investida no exterior, a procura de uma taxa real de juros, há que oferecer ao investidor uma renda que o leve a abdicar do consumo corrente em proveito do futuro. Tudo isso só é possível efetivar-se se a taxa de juros fôr suficientemente elevada.

É conhecida dos economistas a expressão "eficiência marginal do capital" que, em têrmos simplificados significa a diferença entre a taxa de lucratividade de um empreendimento e a taxa de juros. Quanto mais elevada essa diferença tanto mais provável é a realização do empreendimento. Se a taxa de juros é negativa, todos os empreendimentos passam a ser automàticamente lucrativos e, portanto, ilimitada a procura de capital. Não admira, pois, que na inflação brasileira tenha havido tantos empresários improvisados e tantas falências e concordatas ao primeiro sinal de inversão da tendência ascendente dos preços.

Resistir à pressão dos que querem iniciar novos empreendimentos ou expandir os existentes, ou ainda, e o que talvez seja mais difícil, dos que querem salvar seus empreendimentos mal estruturados financeiramente da falência ou concordata, é extremamente difícil. O argumento de que os bancos são os únicos que apresentam resultados enquanto tôdas as demais emprêsas têm dificuldades, sôbre ser falacioso, coloca o Govêrno em situação extremamente difícil para aceitar tal contingência como indispensável para o desenvolvimento econômico.

Trata-se, porém, de uma opção das mais importantes. Ou se impede que a taxa de juros se torne positiva e, ao mesmo tempo que se desestimula a poupança, se exacerba a procura de capital para investimentos de viabilidade discutível, deslocando os mais úteis para o desenvolvimento do País, ou se reconhece que o custo do capital, como o dos derivados do petróleo, as tarifas de serviços públicos etc., deve ser trazido à realidade. Se isso fôr feito, não será de admirar que a poupança interna venha a ser suficiente para financiar os investimentos nacionais, deixando a poupança estrangeira para acelerar a formação de capital. Ao mesmo tempo, as emprêsas que superutilizam recursos financeiros de terceiros, terão que melhorar sua estrutura financeira, aumentando a participação de recursos próprios.

Nada disso é fácil de fazer. Pelo menos não tão fácil como escrever. Mas não reconhecê-lo implica na tomada de uma posição que se concilia com os propósitos **desenvolvimentistas** que todos os políticos juram defender...

(*) Roberto de Oliveira Campos, **O Panorama Visto da Fossa...**, **O Globo**, 20/2/68, pág. 2.

Política habitacional

HENRIQUE FLANZER

O ano de 1967 foi marcado por um acontecimento de particular relevância para a história econômica do País: a definitiva implantação da mentalidade da correção monetária como instrumento indispensável à correção das distorções ocasionadas pela inflação.

O mérito dessa grande conquista pode ser atribuído ao Plano Nacional de Habitação. O entendimento das vantagens e da necessidade da correção monetária foi difundido a lorgos setôres da população e a idéia foi *vendida* de forma concreta: centenas de milhares de famílias da classe baixa e classe média puderam finalmente adquirir, no ano que passou, sua casa própria, sonho que lhes parecia inatingível.

Em nossa opinião os resultados do trabalho desenvolvido pelo Banco Nacional da Habitação, órgão propulsor e fiscalizador do Plano Habitacional, representa um dos aspectos mais positivos da revolução de março de 1964.

A redução do deficit habitacional é um significativo indicador do esfôrço empreendido. 167 000 habitações foram financiadas em 1967, o que por si representa um dado auspicioso, principalmente se atentarmos para o fato de que, em 26 anos (de 1938 a 1964), apenas 120 000 unidades habitacionais foram financiadas pelos Institutos de Previdência.

Outros fatos, como os que abaixo se relacionam, marcaram com significação não menos profunda a aplicação do Plano Habitacional, no ano que passou:

- a definitiva implantação da mentalidade de correção monetária, acima mencionada, possibilitando a criação de poupanças privadas a médio e longo prazos;
- a participação efetiva da iniciativa privada na solução do problema habitacional brasileiro;
- a absorção de mão-de-obra não qualificada e as perspectivas de utilização de capacidade ociosa das indústrias de construção civil e de materiais de construção.

OS EFEITOS DA INFLAÇÃO NO SETOR HABITACIONAL

Os efeitos distorsivos de inflação têm sido sobejamente analisados e descritos na literatura econômica brasileira. A menos que se admitisse a possibilidade de supressão imediata e completa da inflação — e essa hipótese é afastada, inclusive em pronunciamentos oficiais das autoridades governamentais, que manifestam não obstante o maior empenho em combatê-la e debelá-la — salta aos olhos de qualquer pessoa de bom senso que é necessário criar e utilizar mecanismos de *convivência* com a inflação.

A poupança privada procurou, ao longo dos anos em que a inflação foi mais aguda, conduzir suas economias para aplicações que a resguardassem contra a desvalorização da moeda, tais como aplicação no capital de giro das emprêsas, aquisição de moedas estrangeiras, valôres mobiliários de curto prazo e renda fixa, ou ainda, aquisição de imóveis para uso próprio ou com fins especulativos.

Com o desenvolvimento da inflação, foram desaparecendo, gradativamente, até se tornarem praticamente inexistentes, os financiamentos a longo prazo: os investidores, de um lado, corriam sério risco de se descapitalizar, por mais elevada que fôsse a taxa de juros preestabelecida, e os tomadores, de outro lado, não podiam assumir a longo prazo encargos financeiros pesados, que passariam a se tornar ruinosos quando e se a inflação reduzisse seu ritmo.

Um dos setores mais atingidos pelo virtual desaparecimento dos financiamentos a longo prazo foi o habitacional. Devido ao relativamente grande período de maturação do investimento (tempo de construção) e à elevada relação investimento/renda, representada no caso pela proporção entre o custo de uma unidade habitacional e a capacidade de amortização mensal de seu utilizador, o setor da habitação é, notòriamente, um dos que mais demandam financiamentos a prazos dilatados. Em todos os países desenvolvidos o assunto é encarado com prioridade pelos Governos, que procuram estimular a canalização de poupanças privadas e complementá-las com recursos públicos, quando necessário.

No Brasil, a inflação e a conseqüente carência de financiamentos a longo prazo acarretou uma atrofia da indústria da construção civil para fins habitacionais, com duas não muito brilhantes exceções: os financiamentos governamentais através das Caixas Econômicas, Institutos etc., a juros baixos e constantes (e portanto negativos, em têrmos reais), e o fenômeno especulativo das *incorporações* e das obras por administração, nas grandes cidades e nos terrenos mais valorizados. Cabe uma pequena menção a êsses dois fenômenos, à guisa de registro, porque ambas pertencem felizmente ao passado.

OS FINANCIAMENTOS SEM CORREÇÃO MONETÁRIA

Os financiamentos habitacionais sem correção monetária, que eram concedidos por organismos como as Caixas Econômicas, Institutos de Previdência, Fundação da Casa Popular etc., passaram a ser, com a aceleração da espiral inflacionária, um excelente negócio para os felizes aquinhoados com o que passou a ser uma verdadeira subvenção velada. É óbvio que a conseqüente descapitalização das entidades acima mencionadas forçou a progressiva redução da quantidade de financiamentos, que se restringiram, por fim, a reduzidas castas de apadrinhados e membros selecionados de classes sociais que ao Govêrno convinha contentar. São esses aquinhoados, muitos dêles em excelente situação econômica, hoje amortizando seus apartamentos comprados há 15 ou 20 anos atrás com prestações mensais fixas da ordem de NCr$ 10,00 ou NCr$ 20,00, que mais invectivam contra o mecanismo da correção monetária, lamentando os *bons tempos* e procurando ignorar o custo social dos financiamentos de que foram beneficiados.

AS INCORPORAÇÕES A PREÇO FIXO E POR ADMINISTRAÇÃO

A outra exceção do fenômeno de atrofia da indústria de construção civil para fins habitacionais foi motivada pela excepcional valorização de terrenos nas grandes cidades, conjugada à carência de habitação para a classe média e superior.

Uma legislação falha e uma inflação pertinaz permitiram o florescimento da indústria da *incorporação*, pela qual uma pessoa ou um grupo financeiro obtinha a opção de compra de um terreno e promovia a venda das cotas ou frações ideais, antes mesmo de concretizar a compra do terreno. Essa venda ou lançamento era promovida através de intensa campanha publicitária que anunciava, ao lado do preço do terreno, um custo de construção barato, e às vêzes a preço fixo.

Concretizada a venda das frações de terreno, o que era facilitado pela carência de habitações e pela ilusão dos compradores de que a inflação lhes aumentaria os salários e portanto facilitaria o pagamento do imóvel, iniciava-se a construção, já agora orientada pelo condomínio constituído e sem a participação ou responsabilidade do *incorporador*, que quando muito mantinha em seu poder algumas unidades do imóvel. Poucos meses depois evidenciava-se que o custo da construção, inicialmente previsto, não podia ser mantido devido ao aumento generalizado dos preços, e uma de duas ocorria: ou iniciava-se uma orgia de reajustamentos das parcelas de construção, que acabavam não podendo ser suportadas pelos condôminos, ou a obra simplesmente parava.

O panorama que acabamos de descrever passou a se tornar a tônica do mercado de construção civil nas principais cidades do País. Ao lado de poucas e honrosas exceções, a maioria das incorporações lançadas sob êsse esquema fracassou por incapacidade financeira dos condôminos ou vem-se arrastando, em ritmo lento e anti-econômico, há muitos e muitos anos. Êsse estado de coisas gerou desânimo e revolta nos milhares de proprietários, que, iludidos em sua boa-fé ou simplesmente ignorantes do mecanismo inflacionário, enterraram suas poupanças em esqueletos de concreto armado e tijolo.

Para pôr côbro aos flagrantes abusos que continuavam se processando, o Govêrno revolucionário adotou duas medidas básicas: a promulgação da Lei n.º 4 591, conhecida como "lei das incorporações", que atribui responsabilidade ao incorporador até a conclusão da obra, e disciplina o mecanismo de venda de frações ideais de terreno; e a implantação da correção monetária e conseqüente possibilidade de financiamentos a longo prazo, através dos Agentes Financeiros do BNH.

Hoje em dia, pràticamente desapareceu a incorporação chamada *tradicional*, a não ser para unidades residenciais de alto valor. Com os recursos captados pelas letras imobiliárias, edifícios estão sendo construídos em 12 a 18 meses e entregues aos compradores que passam a pagar a construção após estarem nele residindo, em prestações mensais comparáveis a um aluguel.

Outro fator que contribuiu para o aumento do deficit habitacoinal foi a demagógica *lei do inquilinato*. Se até alguns anos atrás ainda existiam investidores privados que se dispunham a aplicar seus recursos na construção de habitações com o fito de auferir renda de aluguéis, êsses poucos *heróis* terminaram por desaparecer em face da sucessiva prorrogação da lei de congelamento de aluguéis. Também essa lei distorsiva foi revogada, dentro do esquema global de incentivo a novas construções.

A MENTALIDADE DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Como dissemos no início deste artigo, o ano de 1967 marcou a definitiva implantação da política nacional de habitação e, através dela, a consagração do mecanismo da correção monetária como instrumento de *convivência* com a inflação indispensável ao ressurgimento dos financiamentos a longo prazo.

Por várias vêzes havia tentado o Govêrno a generalização da mentalidade da correção monetária,

Volta Redonda encontra caminho da recuperação

Coroando um ano de sacrifícios e esforços, a Companhia Siderúrgica Nacional encerrou o exercício de 67 apresentando números que estão sendo justamente considerados como francos sinais de recuperação.

No ano anterior, a CSN chegara a uma situação de extrema dificuldade financeira. O mercado entrara em recesso continuado, desde 1963, afetando a sua produção ao tempo em que a contenção dos preços de venda dos seus produtos, limitados a níveis baixos enquanto subiam os custos dos seus fatôres de produção, levara-a a operar deficitàriamente.

Pela primeira vez em sua história, depois de poder recorder orgulhosamente sua extraordinária influência no desenvolvimento industrial brasileiro, a ponto de ser cognominada matriz de técnica, e de ter vivido sempre em regime superavitário, a Siderúrgica Nacional trabalhara no vermelho. No comêço de 1967 fôra obrigada a rever seu programa de produção, reduzindo-o para 850 000 toneladas de laminados. E antevia um deficit de cêrca de noventa bilhões de cruzeiros para o exercício (moeda corrigida).

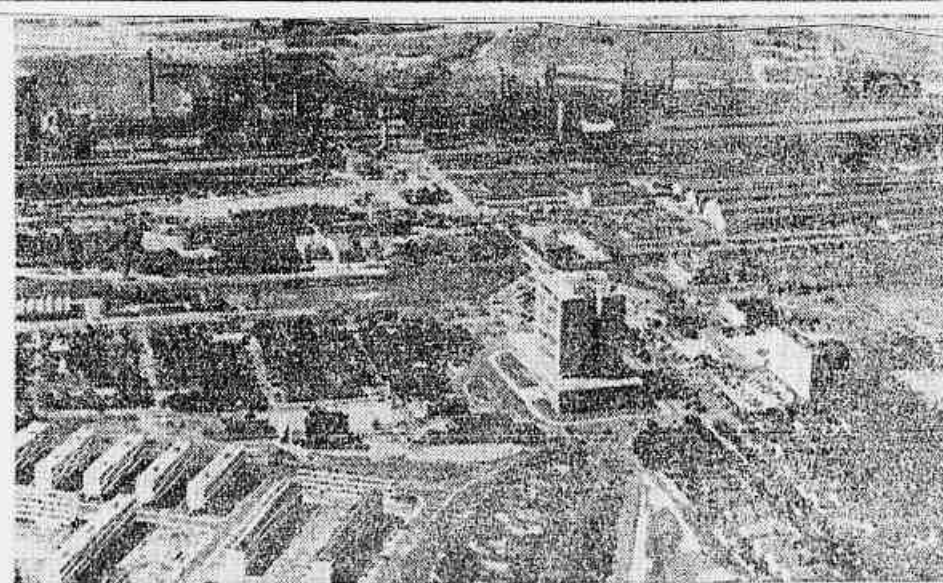
Nesta perspectiva, o General Alfredo Américo da Silva, seu Presidente a partir de abril passado, e a sua Diretoria decidiram impor à emprêsa uma firme política de austeridade nas despesas e melhoria da produção e da produtividade.

Tôda a Companhia Siderúrgica Nacional se empregou a fundo nesta política de restauração, reduzindo custos, produzindo mais e melhor, vencendo obstáculos e procurando aproveitar convenientemente a reação favorável do mercado consumidor e de exportação, esboçada a partir do segundo semestre. O êxito desta ação está agora evidente, e já no seu discurso de fim de ano o Presidente Costa e Silva pôde anunciar o reingresso de Volta Redonda no seu constante caminho do progresso.

SEM DEFICIT E SEM FAVORES

A Companhia Siderúrgica Nacional suplantou as perspectivas de graves prejuízos financeiros. No seu balanço, a ser publicado em breves dias, não se verifica deficit, pelo contrário, atesta-se um pequeno lucro.

O relatório que a Diretoria apresentará à reunião de Assembléia-Geral de abril próximo analisará profundamente o ocorrido e marcará êste fato, que por certo satisfaz todos os brasileiros.

Outro fato destacável é que a Companhia Siderúrgica Nacional não se beneficiou de favores oficiais para chegar a êstes resultados. Vivendo como qualquer emprêsa privada, teve os preços de seus produtos reajustados em bases mínimas, e, há poucas semanas, o General Alfredo Américo da Silva revelou que a CSN pagou, só em 1967, impostos federais no valor de NCr$ .... 19.676.178,79; de impostos estaduais NCr$ 50.974.208,17 (ao Estado do Rio) e à Prefeitura Municipal de Volta Redonda NCr$ 481.961,98, num total de NCr$ 70.532.348,94, dos quais NCr$ 16.649.958,87, relativos ao IPI, foram recuperados por transferência aos compradores de seus produtos.

A CSN cumpriu, em prosseguimento, aliás, a procedimento tradicional, tôda a legislação pertinente às emprêsas privadas do ramo.

NÚMEROS DE 67

A produção ultrapassou o programa de laminados, atingindo 854 699 toneladas. A entrega de produtos siderúrgicos em geral, entretanto, superou novecentas mil toneladas, no valor de 414,9 milhões de cruzeiros novos, com alívio dos estoques remanescentes do ano anterior.

A produção de lingotes de aço foi de 1 186 045 toneladas, significando menos 4,9% do que no ano anterior. Como se sabe, isto se verificou em conseqüência da redução do programa, operada no comêço do ano, em face das graves perspectivas a que nos referimos, com redução do consumo. A reação posterior do mercado e as medidas de ordem interna melhoraram substancialmente a posição da Siderúrgica.

Merecem destaque os números referentes ao carvão nacional, que a CSN produziu mais barato em 1967 através de sua subsidiária, a Cia. Carbonífera Próspera, de Santa Catarina, e à importação de carvão estrangeiro, na qual foi obtida uma economia em frentes de um milhão e meio de dólares em virtude da entrada em funcionamento do novo terminal marítimo de carvão do Caju, que ela construiu, com a colaboração de outras emprêsas, e que financiou, parcialmente, para a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro.

GRANDES VENDAS AO ESTRANGEIRO

Cêrca de seis milhões de dólares foram carreados pela Siderúrgica ao orçamento cambial brasileiro, com a venda de produtos siderúrgicos nos mercados externos, inclusive uma partida de 55 000 toneladas de gusa para o Japão.

Os principais mercados compradores foram a Argentina e os Estados Unidos da América, que importaram, respectivamente, 29 610 e 16 413 toneladas.

A exportação de placas e laminados atingiu a 50 368 toneladas, concorrendo a de gusa para que o total se elevasse a 165 379 toneladas.

ATENDIMENTO À INDÚSTRIA NACIONAL

Um fato realçante nas atividades da CSN é a sua preocupação de atender da melhor maneira possível à demanda da indústria nacional, realizando para isto uma rigorosa observância na qualidade dos produtos, ponto saliente na política administrativa do seu Presidente, General Alfredo Américo da Silva.

Observando-se detalhadamente a produção verifica-se substancial aumento no que diz respeito às fôlhas-de-flandres, que, no ano passado, atingiu a 266 712 toneladas. A entrada em funcionamento da segunda linha de estanhamento eletrolítico na usina de Volta Redonda permitiu esta produção, superior em 36 036 toneladas à do ano anterior, fato de benéfica repercussão, porquanto o País ainda importa mais de cem mil toneladas anuais de fôlhas-de-flandres, material indispensável a indústrias vitais, como a de alimentação.

A produção de trilhos alcançou a 66 823 toneladas, que poderia ter sido maior se maiores fôssem as encomendas. Em 1966, a produção de trilhos fôra de 87 312 toneladas. A produção de perfilados alcançou 77 557 toneladas, ultrapassando em 22,4% a do ano anterior.

EXPANSÃO DE VOLTA REDONDA

Em perfeito atendimento às diretrizes governamentais quanto à política siderúrgica, a CSN prosseguiu as providências para a realização do seu programa de expansão para .... 2 500 000 toneladas anuais de lingotes de aço. A propósito, é de salientar o entendimento com o Eximbank para um empréstimo no valor de 30 milhões de dólares, que está na iminência de ser concluído, tendo mesmo o Ministro Delfim Neto, ao regressar de recente viagem aos Estados Unidos, anunciado a sua inclusão no total de empréstimos que o Brasil obterá êste ano no estrangeiro.

Há 25 anos passados, neste local existia apenas uma fazenda com uma pequena estação da Central. A visão panorâmica atual mostra o impressionante progresso de Volta Redonda vendo-se parte da cidade e da Usina Presidente Vargas

em operações financeiras a médio e longo prazos, não conseguindo, entretanto, seu intento, devido à incompreensão do grande público e à pressão de setores interessados na preservação do mecanismo de taxas de juros nominais preestabelecidas. Na administração Castelo Branco as autoridades monetárias tentaram suprimir as letras de câmbio com deságio, substituindo-as por letras de câmbio com correção monetária, sob a fundada alegação de que a prefixação da taxa, por 6 ou 12 meses, *contratava* a taxa futura de inflação. Terminou o Govêrno admitindo, por fim, a "correção monetária prefixada", eufemismo que só difere do mecanismo do deságio pelo nome...

Pela primeira vez, e em grande escala, um papel funcionou — e bem — com a verdadeira correção monetária: as letras imobiliárias emitidas pelas Sociedades de Crédito Imobiliário atingiram um volume de vendas de NCr$ 203 milhões, em 1967.

Essa cifra, embora modesta em têrmos absolutos, tem alta significação, pois representa uma prova de que existe mercado de investidores a médio e longo prazos. Em 1967 a letra imobiliária conseguiu se impor apesar da pertinaz concorrência de títulos de renda fixa e curto prazo, inclusive de emissão governamental (Obrigações dos Estados de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul).

Muito embora a legislação básica do Plano Nacional da Habitação (Lei 4 380) tenha sido promulgada em setembro de 1964, sòmente em 1966 o BNH, sob a administração do Presidente Nascimento Silva, conseguiu se organizar internamente, preparando as bases para a verdadeira decolagem do sistema, já sob a administração Mário Trindade.

Se, por um lado, essa decolagem pode ser atribuída à canalização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a partir do 2.º trimestre de 1967, não se deve, de outro lado, diminuir o mérito das duas últimas administrações do BNH, que conseguiram dinamizar o sistema em bases racionais, evitando ao máximo as peias burocráticas e injunções políticas que têm pôsto a perder tantas iniciativas sadias em nosso País.

AS SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Em 1967 foram postos em execução diversos programas visando financiar projetos habitacionais e dar estímulos à indústria de materiais de construção. Entre êles, podem ser citados: o Plano Impacto, que teve por objetivo permitir a conclusão de obras paradas por insuficiência de recursos dos condôminos, pelas razões que apontamos mais acima; e o FIMACO (Plano de Financiamento de Materiais de Construção), com seus subprogramas RECON (financiamento aos consumidores) e REINVEST (financiamento às indústrias de material de construção, para reequipamento do seu parque fabril).

Para ativar o Plano Habitacional, foram mobilizados todos os Agentes Financeiros do BNH, entre os quais as Caixas Econômicas, as Cooperativas Habitacionais, as Carteiras de Habitação dos Institutos de Previdência, as Sociedades de Crédito Imobiliário e os Bancos Comerciais.

A pluralidade dos programas lançados e executados em 1967 dá idéia da potencialidade do sistema, da sua flexibilidade e capacidade de adptação aos novos problemas que surgirem.

Um dos aspectos mais marcantes do Programa Habitacional, em 1967, foi o surgimento das Sociedades de Crédito Imobiliário, entidades privadas destinadas a conceder financiamentos para fins habitacionais a longo prazo, mediante a captação de poupanças privadas também a prazo longo. As SCI's são controladas e fiscalizadas pelo Banco Central e pelo Banco Nacional da Habitação, do qual são Agentes Financeiros.

Sua existência e razão de ser, só se tornou possível graças à real implantação da mentalidade da correção monetária, que possibilita poupanças e empréstimos a longo prazo.

A captação de recursos das SCI's se dá fundamentalmente através dos seguintes mecanismos, além do capital próprio e reservas:

a) — *Letras imobiliárias*

A colocação, no mercado financeiro, de letras imobiliárias de sua própria emissão, sob condições de prazos, taxas, montantes e critérios de correção monetária definidos pelo Banco Central e pelo BNH, foi a principal fonte de recursos das SCI's. Ainda em 1967, ano em que se fundaram quase tôdas as SCI's, foram emitidos e vendidos NCr$ 203 milhões de letras imobiliárias, o que é altamente auspicioso visto tratar-se de um papel nôvo, sem tradição no mercado financeiro nacional, competindo com papéis a curto prazo e renda fixa, e lutando contra o receio do investidor comum de aplicações a longo prazo, correção desconhecida etc. Os resultados alcançados em 1967 pelas L.I. permitem prever um grande sucesso de vendas em 1968.

b) — *Depósitos de poupança*

Em 1967 iniciou-se a captação, pelas Sociedades de Crédito Imobiliário, de depósitos de poupança junto ao público, com juros anuais de 6% e correção monetária, livremente movimentáveis após um período de carência. O BNH estimulou a implantação dêsse sistema permitindo que os proprietários de imóveis alugados substituíssem suas letras imobiliárias compulsòriamente adquiridas nos últimos anos, resgatáveis em 20 anos, por depósitos de poupança livremente movimentáveis após um ano.

c) — *Auxílios do BNH*

Com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o BNH estimulou materialmente a implantação das Sociedades de Crédito Imobiliário, mediante a aquisição de letras imobiliárias de sua emissão, refinanciamento de empréstimos, assinatura de convênios etc. Além disso, desenvolveu uma inteligente campanha publicitária de esclarecimento público e explicitou a garantia do BNH no resgate das letras emitidas pelas SCI's.

Em contrapartida a êsses auxílios, as Sociedades de Crédito Imobiliário colocaram à disposição do mercado habitacional o dinamismo da iniciativa privada, a eficiência e profissionalismo das equipes técnicas que se montaram para atender ao apêlo do Govêrno, de dinamização do sistema e combate ao deficit habitacional.

d) — *Repasse de recursos do exterior*

A fim de possibilitar a captação de recursos externos para o financiamento de projetos habitacionais, a Lei n.º 4 864, de 29-11-65, criou um fundo de compensação de variações cambiais e monetárias, a ser mantido pelo Banco Central, que teria por função cobrir as eventuais diferenças entre as variações da taxa de câmbio e o produto da correção monetária aplicada aos financiamentos habitacionais.

O Decreto-Lei 283, de 28-2-1967, reforçou aquêle dispositivo legal. Todavia o Banco Central até o presente momento não promoveu a constituição do fundo, que sem dúvida possibilitaria a captação de consideráveis recursos para ajudar a resolver o problema habitacional. Em janeiro de 1968 o BNH divulgou as condições em que poderia assumir os encargos inicialmente atribuídos ao Banco Central, porém as condições de prazo (mínimo de 5 anos além da carência) e a conjuntura financeira internacional não possibilitaram a obtenção de financiamentos externos.

PERSPECTIVAS PARA 1968

Raras vêzes um programa de largo fôlego conseguiu em nosso País, em curto período de tempo, se afirmar em bases sólidas, criando raízes profundas e sadias e assegurando seu desenvolvimento, como o Plano Habitacional.

Isto se deve às bases realistas em que se fundamentou, principalmente no que tange — não é demais repetir — à implantação do mecanismo de convivência com a inflação, representado pela correção monetária, e ao decidido apoio que o BNH obteve do Govêrno Federal.

A meta de 1 000 000 de residências novas até 1969, fixada pelo Marechal Costa e Silva ao assumir a Presidência da República, parece-nos possível de ser atingida, desde que o apoio do Govêrno à administração do BNH não seja alterado, e desde que algumas medidas corretivas e dinamizadoras sejam tomadas. Entre elas, ocorre-nos mencionar uma maior flexibilidade na aplicação da legislação que possibilita a contratação de recursos no exterior, principalmente no que diz respeito a prazos. O prazo mínimo de 5 anos pelo qual o BNH se propõe a contratar empréstimos no exterior nos parece em assintonia com o mercado financeiro internacional. Dificilmente os investidores estrangeiros se disporiam a aplicar recursos no Brasil por prazo tão longo, apesar de excelente garantia que representa o BNH, pois na conjuntura atual existe escassez de recursos nos próprios países de origem. Na fase de demarragem em que se encontra o Plano Habitacional, o BNH deveria admitir financiamentos externos a prazos mais curtos, cobrindo o prazo restante da amortização dos projetos com recursos alocados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, muito embora haja boa possibilidade de renovação dos empréstimos externos quando de seu vencimento.

Maiores estímulos à participação da iniciativa privada no financiamento habitacional deveriam ser adotados, através de medidas tais como a possibilidade de aplicação de letras imobiliárias como caução nas concorrências públicas e na constituição de reservas técnicas das companhias de seguro, a exemplo do que já sucede com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional; maiores verbas e mais flexibilidade nos esquemas de refinanciamento do BNH seriam recomendáveis, pelo menos na fase inicial do sistema, até que as emprêsas privadas possam, com o giro propiciado pelo retôrno das aplicações, entrar em regime de funcionamento normal e prescindir do impulso governamental.

Outro aspecto a ser considerado é o risco de burocratização e emperramento administrativo a que está sujeito o BNH, por fôrça de sua condição autárquica. Seria realmente de lastimar que o ímpeto e eficiência demonstrados em 1967 se arrefecessem e prejudicassem o esquema que tantos resultados vem mostrando.

É ainda recomendável a simplificação e a aceleração do processo de registro imobiliário das escrituras de compra, venda e créditos hipotecários em que haja interveniência do Sistema Financeiro da Habitação.

Finalmente, devem ser estimulados os acôrdos e convênios com organismos internacionais vinculados à poupança e a empréstimos, tanto no que diz respeito à assistência técnica e treinamento específico, como a auxílios financeiros sob forma de empréstimos e participação nas entidades nacionais.

Um banco cresce com idéias novas

Idéias novas quando plantadas em bom terreno também dão bons frutos. Esta é a filosofia que vem trazendo cada vez mais para a frente o Banco Andrade Arnaud, estabelecimento que nasceu carioca e que hoje se expande no sentido de vir a ser um dos maiores do País.

Em 1967, com um crescimento de 140%, o Banco Andrade Arnaud foi o que mais cresceu entre os 50 maiores estabelecimentos bancários do Brasil. Eis a relação dos 10 que mais cresceram em 1967:

1.º)	— Andrade Arnaud	140%
2.º)	— Estado de São Paulo	107%
3.º)	— Bandeirantes do Comércio	105%
4.º)	— Aliança do Rio de Janeiro	104%
5.º)	— Brasileiro de Descontos e Federal Itaú Sul Americano	92%
6.º)	— Minas Gerais	83%
7.º)	— Sotto Maior	82%
8.º)	— Português do Brasil	79%
9.º)	— Indústria e Comércio de Santa Catarina	76%
10.º)	— Nacional do Norte	75%

No período de 31-12-63 a 31-12-67, o índice de crescimento dos estabelecimentos bancários é o seguinte:

1.º)	— Andrade Arnaud	1 053
2.º)	— Mineiro do Oeste	965
3.º)	— Português do Brasil	892
4.º)	— Brasileiro de Descontos	813
5.º)	— Estado de São Paulo	775

(índice 100 — 1963; Fonte: Revista Bancária Brasileira).

Êstes índices de crescimento aqui apontados são fruto de muito esfôrço e, principalmente, de um particular estado de espírito que se poderia definir de pioneirismo permanente. É o terreno onde as idéias novas encontram condições para se desenvolver. Graças a êsse espírito de pioneirismo permanentemente estimulado, idéias, como por exemplo, a do incentivo ao crédito pessoal, numa época em que aquela modalidade pràticamente inexistia, foram ampliadas e aperfeiçoadas até alcançar rumos e soluções inteiramente originais, exclusivas para os clientes do Banco Andrade Arnaud. Outro exemplo de pioneirismo no ramo bancário foi o lançamento do sistema "direto-ao-caixa" pelo qual os cheques são resgatados no balcão no prazo máximo de 50 segundos. E, mais recentemente, o cartão bancário de crédito — CBC — que permite aos clientes do Banco fazerem suas compras, nas lojas, tranqüilamente, sem precisar tocar em dinheiro.

CAMPANHA DO SORRISO

Em 1967 o Banco Andrade Arnaud lançou um desafio aos seus funcionários: poderia ser assumido com o clientes o compromisso de pagar uma "indenização de cortesia" tôda a vez que o cliente reclamasse a falta de um sorriso, um "bom dia" ou um "obrigado" ao ser atendido em qualquer Agência? O assunto foi estudado com os próprios funcionários em cada uma das cinqüenta Agências do Banco, e ficou acertado que a comunicação ao público seria feita através de uma campanha publicitária.

Lançada a campanha, em jornais e na televisão, a resposta da clientela veio imediata, através de centenas de formulários preenchidos com elogios aos funcionários, lamentando não ter sido dada pelos mesmos a oportunidade para o recebimento da indenização. E a *campanha de cortesia* marcou época entre os funcionários e os clientes, além de ter proporcionado a abertura de muitas novas contas.

EFICIÊNCIA

É evidente, porém, que a cortesia, sòmente, não opera milagres. Atrás de um sorriso de um funcionário estão muitas horas e dias de intenso treinamento e preparação. É um sorriso confiante de quem sabe o serviço que está prestando, um sorriso que não se fabrica, pois é formado através do conhecimento dos propósitos e objetivos de um trabalho de equipe que cada vez mais se amplia e se aprimora.

E para os clientes, também, nem tudo é cortesia. Esta é o elo final de uma cadeia operacional que permite o atendimento certo e oportuno. De que adiantaria o sorriso gentil se os problemas do cliente não fôssem atendidos com rapidez nas decisões, se os cheques e ordens de pagamento não fôssem pagos no menor tempo materialmente possível e, principalmente, se as linhas de crédito não fôssem ampliadas continuamente?

CRESCENDO COM O BANCO

A ampliação das linhas de crédito é automática, pois acompanha o crescimento do Banco. O cliente é assim cada vez mais amplamente atendido, no ritmo do seu próprio crescimento. Crescem os clientes e cresce o Banco. É por êste motivo que ao anunciar o lançamento de um nôvo serviço, o desenvolvimento de uma nova idéia pioneira, o Banco Andrade Arnaud pode concluir com esta frase, que é um apêlo para todos os seus clientes, atuais e futuros: "Venham crescer conosco..."

Pesquisa revela: não há esvaziamento econômico na Guanabara

A impressão, manifestada em certos setores, de que a Guanabara está sofrendo um processo de esvaziamento econômico não corresponde à realidade, segundo as conclusões do Diagnóstico Preliminar elaborado por um acreditado escritório de pesquisas, atendendo a estudo pedido pelo Govêrno do Estado.

O estudo — do qual participaram renomados economistas e analistas — admite apenas que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, notadamente a partir de 1957, uma perda de posição relativa da Guanabara em relação ao Brasil e, sobretudo, em relação a São Paulo. Essa perda não implica *esvaziamento* em têrmos quantitativos absolutos, nem em têrmos qualitativos, visto que tal tendência nem parece ser permanente, nem específica da conjuntura carioca.

Na realidade, todo o País, à exceção de São Paulo, perdeu posição relativa, em confronto com a taxa brasileira de crescimento. Graças aos investimentos ali realizados de 1957 a 1961, São Paulo cresceu mais do que o Brasil e influiu consideràvelmente na taxa de crescimento nacional.

O estudo conduz a uma nítida possibilidade de reação e reativação da economia da Guanabara no setor industrial, contrabalançando a perda de renda originada da mudança da Capital da República para Brasília.

PREOCUPAÇÃO

O Diagnóstico Preliminar procura responder às dúvidas e inquietações produzidas pela tese do propalado esvaziamento econômico da Guanabara. Realizou-se um exaustivo e minucioso trabalho de pesquisa junto a diversas emprêsas da área, de maneira a abranger o problema nos seus mais diferentes aspectos e implicações.

A análise demonstrou a inexatidão de afirmar-se que o Estado tenha entrado em processo de deterioração econômica. A expansão do mercado carioca não foi, de modo algum, inferior à observada nos demais Estados da Federação. Adverte o Diagnóstico que se inicialmente a teoria do esvaziamento apresentou aspectos positivos, pela atenção que chamou para problema, hoje ela começa a representar papel bastante negativo, por transmitir desencorajamento e insegurança aos próprios empresários e aos investidores potenciais.

DEFINIÇÃO

O esvaziamento — observa o estudo — tanto pode ser tomado como queda no nível absoluto da renda ou produto, quanto pode significar uma expansão dessas variáveis em ritmo inferior à média nacional. Conforme o critério adotado e podem ser vários os usados, os resultados obtidos serão diferentes. Neste sentido, nada impede que a Guanabara registre uma expansão do produto global e um declínio do produto *per capita*; ou mesmo um crescimento nessas duas quantidades, mas em ritmo inferior à média nacional.

De fato, adianta o Diagnóstico, para que tenha significação operacional, a expressão *esvaziamento* deve ser interpretada dentro de certos parâmetros qualitativos. A configuração de um fenômeno de *esvaziamento* na Guanabara, exige que estejamos (a) diante de uma tendência de longo prazo e (b) que se trate de algo específico do nosso Estado.

Aplicar-se o têrmo a dificuldades de ordem passageira e que tenderão a desaparecer espontâneamente, ou pelo menos, independentemente do que faça o Govêrno local, parece um exagêro. Tratar, por outro lado, em têrmos de *esvaziamento da Guanabara* de dificuldades que atingem, com gravidade igual ou maior, uma extensa região do País, parece, pouco apropriado.

FENÔMENOS NORMAIS

Assinala ainda o Diagnóstico Preliminar não ser tampouco lícito enquadrar em tal caso fenômenos perfeitamente normais como o deslocamento espacial de certas indústrias e serviços. Explica que a experiência concreta e a literatura especializada mostram que, no decorrer do crescimento de um pólo econômico, surgem fenômenos de *saturação*, que provocam o deslocamento para a periferia, seja de indústrias, seja de serviços, que inicialmente se situavam no que os urbanistas chamam C.B.S. (Central Business District).

Em nosso Estado, afirma o documento, a linha de fôrça dêsse deslocamento tende a ser para as cidades vizinhas do Estado do Rio. Se essa realidade nos traz problemas (menos arrecadação tributária estadual), isso se deve ao fato peculiar de constituirmos uma Cidade-Estado. O mesmo deslocamento em São Paulo — da Capital para o ABC — não apresenta qualquer inconveniente. Donde ser lícito afirmar que, se problemas existem êstes são de natureza institucional e não econômica.

RENDA INTERNA

Diante da inexistência de cálculos sôbre os setores da indústria e de serviços a partir de 1962, o Diagnóstico, para poder apresentar os índices sôbre a Renda Interna de diferentes Estados, supôs, para conseguir uma série mais extensa, que, no período 1962-1964, o setor de serviços tivesse mantido, na Renda Interna, participação igual à registrada no triênio 1958-1960.

TABELA 1

Verifica-se, pela tabela acima, que, a preços de 1953, a Renda Interna da Guanabara (valôres nominais deflacionados pelo índice geral de preços) subiu de 42,5 bilhões de cruzeiros antigos para 75,9 bilhões. Do ponto-de-vista dos valôres globais não houve, portanto, esvaziamento na Guanabara.

RENDA "PER CAPITA"

Passando à renda interna por habitante, o quadro é o seguinte:

TABELA 2

Em 1947, a renda *per capita* do Estado, em cruzeiros constantes de 1953, era de Cr$ ... 19 578,00 e, em 1960 de Cr$ 19 541,00. Em 1957, 1958 e 1959, ela estêve, todavia, acima de 21 mil cruzeiros, o que permitiria falar de um pequeno progresso no conjunto do período. Êsse progresso confirma-se se considerarmos o resultado encontrado para 1964, ou seja, de Cr$ 20 525.

Na verdade, porém, os dois primeiros anos da série contida na tabela foram anormais, marcados ainda pelas conseqüências da Segunda Guerra Mundial. Tomando por base o triênio 1949-1951, verifica-se que êle é superado pelo triênio 1958-1960, mas situando-se aproximadamente ao mesmo nível do triênio 1962-1964. Obtém-se assim o seguinte quadro:

GUANABARA: RENDA INTERNA MÉDIA POR HABITANTE

(Preços de 1953)

1949-1951	20 362
1958-1960	21 622
1962-1964	20 033

Levando em conta, todavia, que o período após 1961 foi anormal, podem-se considerar mais significativos os anos imediatamente anteriores a 1960. Donde ser possível afirmar que, em têrmos absolutos, tanto levando em conta os dados globais quanto os por habitante (êstes até 1960) não se caracteriza um esvaziamento da Guanabara.

TÊRMOS RELATIVOS

Já em têrmos relativos, o diagnóstico admite que a Guanabara se expandiu em ritmo inferior à média brasileira e à maioria dos Estados da Federação. Para caracterizar essa perda relativa de substância, utilizaram-se dados em valor corrente, o que livra da margem de arbitrariedade ligada a qualquer deflacionamento:

EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA EM VALÔRES CORRENTES

GUANABARA E BRASIL

	1949 Índice	1949 Participação	1960 Ind.	1960 Partic.	1964 Ind.	1964 Partic.
Guanabara	100	15,3%	927	13,6%	7 676,1	14,1%
Brasil	100	100%	1 045,8	100%	8 310,4	100%

Tanto os dados para 1960 como os relativos a 1964 mostram que o crescimento da renda na Guanabara foi inferior ao conjunto do País, e que a sua participação no total estêve sempre abaixo dos 15,3% de 1949.

Aspecto que não deixa de ter importância, conforme lembra o Diagnóstico, quando se fala em *esvaziamento* é o fato de que a evolução da renda interna de São Paulo, quer em têrmos absolutos quer *per capita*, também estêve abaixo da brasileira conforme nos mostra o quadro a seguir:

EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA EM VALORES CORRENTES

São Paulo e Brasil

	1949 Global	1949 por HB	1960 Global	1960 por HB	1964 Global	1964 por HB
São Paulo	100,0	100,0	1 023,7	707,4	8 151,3	4 965,8
Brasil	100,0	100,0	1 045,8	746,5	8 310,4	5 269,4

Não há dúvida de que a expansão paulista manteve-se sempre acima da guanabarina. O fato, contudo, de também aquêle Estado ter-se expandido abaixo da média brasileira tira muita fôrça do argumento que compara simplesmente a expansão da Guanabara com a média nacional.

PRODUTO REAL

Informa o Diagnóstico Preliminar que a Guanabara registrou um claro aumento de seu Produto Real total. De 100 em 1959, passou para 157,59 em 1960 e 142,92 em 1964. Quanto ao Produto Real por habitante, seus índices registraram também um crescimento entre 1949 e 1960 declinando, porém, em 1964. São os seguintes os dados:

EVOLUÇÃO DO PRODUTO REAL

Guanabara

	1949	1960	1964
Total	100	157,59	142,92
por habitante	100	109,89	88,12

Completando as informações, o Diagnóstico Preliminar levanta dados dos últimos quinze anos relativos à arrecadação dos Impostos de Renda e de Consumo. No levantamento foi abandonado o Impôsto de Vendas e Consignações, dado que a mudança periódica de taxas nos diversos Estados introduz um elemento de dúvida que inexiste nos impostos federais.

O quadro abaixo mostra que tanto num como em outro impôsto, a expansão do Estado revelou-se inferior à média brasileira. E não apenas isso: sua arrecadação nos dois casos foi superada pela de quatro Estados significativos:

TABELA 7

DESLOCAMENTO INDUSTRIAL

Outro levantamento feito pelo documento do Govêrno da Guanabara mostra que, com o passar do tempo, as indústrias vêm-se deslocando, no Estado, do centro para a periferia. Mas, que o eixo do deslocamento não é no sentido que seria mais conveniente para nós, isto é, em direção a Campo Grande e Santa Cruz, e sim para as cidades-dormitórios do Estado, ou seja, Caxias, Nova Iguaçu e Nilópolis.

De acôrdo com o Diagnóstico, isso permite concluir que parte ou a totalidade do suposto *esvaziamento* resulte apenas de uma transferência de unidades produtivas para o Estado vizinho. Se assim fôsse, estaríamos diante de um fenômeno natural que apenas se tornaria perceptível e desvantajoso por ser a Guanabara um Estado de dimensões territoriais arbitràriamente pequenas.

O trabalho passa a considerar, a seguir, o conjunto Guanabara—Estado do Rio, partindo de que a ligação entre as duas unidades se assemelha à existente entre São Paulo-Estado e São Paulo-Cidade. Esclarece, nesse sentido, que a área vem revelando um dinamismo não apenas superior à média brasileira como mais acelerado que o do próprio São Paulo.

O quadro abaixo mostra o que se obtém agregando as duas unidades da Federação devidamente ponderadas pelo valor das respectivas rendas internas:

TABELA 9

Afirma o documento que o alargamento da área de observação não modifica as conclusões anteriores. Mas revela que o declínio da Guanabara, relativo, quando inserido na sua área geo-econômica, é bastante menor. Isso aconselha a ter sempre presente o fato de que uma Cidade-Estado apresenta características especiais que devem ser levadas em conta, quando a compararmos com outras unidades da Federação.

ESPÍRITO NEGATIVISTA

Em 14 dos 19 setores analisados pela pesquisa não se notou qualquer tendência a uma expansão no mercado da GB inferior à observada nos demais Estados.

No entanto, algumas dessas mesmas emprêsas que declararam isso opinaram por um *esvaziamento* da Guanabara, o que representa uma contradição flagrante, pois o declínio do mercado ou seu crescimento mais lento é que constitui a própria essência do propalado *esvaziamento*.

Tôda esta noção negativista se deve, porém, à supervalorização do fato de ter o Produto Real da GB sofrido uma expansão relativamente lenta nos últimos anos. Pela tabela abaixo, que reúne os seis Estados que em 1950 registravam a maior participação na produção industrial do Brasil, verifica-se, entretanto, que todos, com exceção de São Paulo, registram expansão do produto real inferior à média brasileira em 1961. Além disso, os que se colocaram em melhor situação foram exatamente a Guanabara e o conjunto GB-RJ.

TABELA I-1

RENDA INTERNA EM ALGUNS ESTADOS E BRASIL

1947/1964

EM VALORES DE 1953

CR$ 1.000.000

ESTADOS	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
BAHIA	14.276,3	14.487,5	14.641,1	15.016,2	13.792,1	14.016,3	15.171,6	16.032,5	16.996,3
R. JANEIRO	12.743,3	13.482,1	14.671,6	14.622,9	14.141,5	15.407,0	16.048,6	15.268,4	16.947,2
GUANABARA	42.485,7	44.366,4	47.942,6	49.652,5	48.876,5	49.917,0	51.777,3	50.517,9	55.943,5
SÃO PAULO	92.840,8	97.741,9	103.503,6	107.769,0	110.170,9	116.717,0	122.162,5	121.873,1	132.231,2
R.G. SUL	28.177,6	27.900,7	28.849,2	29.161,8	27.530,1	29.453,2	34.456,1	34.056,1	39.348,9
BRASIL	286.265,3	298.992,4	313.380,0	324.860,0	322.132,6	337.011,0	360.451,7	350.650,3	393.925,3

ESTADOS	1956	1957	1958	1959	1960	1962	1963	1964
BAHIA	17.482,2	18.802,3	20.697,4	20.530,3	22.291,3	21.479,9	19.742,6	23.257,5
R. JANEIRO	19.594,0	20.371,6	21.825,0	21.341,8	21.704,3	22.539,5	24.604,8	24.781,2
GUANABARA	63.061,8	63.884,1	72.077,6	68.184,4	64.621,6	69.556,3	77.879,0	75.881,5
SÃO PAULO	134.689,5	141.611,3	156.486,7	150.127,7	154.790,3	168.393,5	177.564,7	173.968,2
R.G. SUL	43.344,6	43.667,9	44.061,5	42.227,6	43.887,3	49.682,2	49.938,5	50.775,8
BRASIL	419.229,0	442.583,1	477.938,3	465.065,7	476.491,9	528.259,4	531.111,2	537.061,0

FONTE: - REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA (MARÇO/62 e MARÇO/66)

TABELA I-2

RENDA INTERNA PER CAPITA EM ALGUNS ESTADOS E BRASIL

1947/1964

EM CRUZEIROS DE 1953

E S T A D O	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
B A H I A	3.147	3.126	3.093	3.105	2.796	2.785	2.956	3.062	3.182
RIO DE JANEIRO	5.926	6.132	6.529	6.365	5.929	6.222	6.244	5.636	6.115
GUANABARA	19.578	19.832	20.790	20.888	19.933	19.745	19.860	18.786	20.174
S Ã O P A U L O	10.927	11.226	11.602	11.788	11.665	11.953	12.102	11.678	12.250
RIO GRANDE DO SUL	7.249	7.015	7.088	7.002	6.446	6.722	7.668	7.392	8.327
B R A S I L	5.927	6.047	6.191	6.250	6.020	6.115	6.352	6.000	6.545

E S T A D O	1956	1957	1958	1959	1960	1962	1963	1964
B A H I A	3.209	3.382	3.652	3.551	3.737	3.446	3.105	3.585
RIO DE JANEIRO	6.813	6.824	7.043	6.634	6.378	6.147	6.463	6.270
GUANABARA	22.057	21.663	23.702	21.742	19.541	19.777	21.472	20.289
S Ã O P A U L O	12.074	12.279	13.124	12.179	11.931	12.143	12.384	11.735
RIO GRANDE DO SUL	8.944	8.786	8.644	8.079	8.054	8.669	8.496	8.423
B R A S I L	6.763	6.933	7.043	6.869	6.714	7.018	6.851	6.727

FONTE: Revista Brasileira de Economia (Março/62 e Março/66) - F.G.V.
Anuários Estatísticos do Brasil (População de 1950, 1960/1964)-IBGE
Estudos Demográficos Nº 17 (População de 1947/49) - IBGE
Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (População de 1951/59)-IBGE

TABELA 11

Isso prova que de 1950 a 1961 não aconteceu nenhum fenômeno específico na Guanabara, mas que esta apenas participou de um processo que foi pràticamente geral e que atingiu todos os Estados mais industrializados do País, à exceção de São Paulo.

Após 1961, a causa básica dos problemas da Guanabara se situa na grave crise que atingiu o País e que foi sentida em todos os Estados brasileiros e não apenas na GB. Portanto, não se verifica nenhuma tendência a longo prazo que justifique a palavra esvaziamento, tão amplamente empregada em relação à GB, embora esta tenha sido epecialmente afetada pela crise nacional.

O que realmente poderá trazer resultados negativos a longo prazo é êste espírito de desencorajamento existente entre os empresários guanabarinos que se declaram insatisfeitos com sua localização.

POR QUE MAIS?

Acima dissemos que a Guanabara foi mais atingida pela crise nacional sofrida a partir de 1961, registrando uma queda que superou a observada em todos os demais Estados da Federação. Qual a razão disto?

Em primeiro lugar deve-se observar que, durante tal período, o fenômeno mais importante registrado em têrmos nacionais foi o declínio do desenvolvimento industrial, cuja taxa de incremento se tornou três vêzes menor do que a do qüinqüênio anterior, como se pode depreender pelos dados abaixo:

SETOR	1957-61	1961-66
Agricultura	4,9	3,8
Indústria	12,5	4,0
Serviços	5,6	3,6

Sòmente êste fato já explica em parte as grandes dificuldades da Guanabara — Estado eminentemente industrial, já que êste setor em 1964 representa 24,1% de sua Renda Interna, enquanto a Agricultura não vai além de 1,5%.

É fácil compreender que uma economia, com um setor secundário excepcionalmente importante, será mais afetada que as demais quando uma recessão tem como base as dificuldades industriais.

A MAIS RESPONSÁVEL

O Diagnóstico demonstra que a situação da indústria foi a maior responsável pelas dificuldades, sem ser a única. E por quê?

Em primeiro lugar, ao examinar os dados referentes ao Brasil neste período, verificou o estudo que os setores industriais mais afetados foram o Têxtil, o de Produtos Alimentares e Fumo, todos êles pertencentes à chamada indústria tradicional. Como na GB êste é particularmente importante, pode-se entender por que foi mais atingido.

Em síntese, pode-se dizer, portanto, que a Guanabara sofreu mais com a crise nacional do que os demais Estados da Federação por três grandes motivos:

1 — tem um setor industrial bem importante;

2 — seus ramos tradicionais têm grande pêso entre suas manufaturas;

3 — sua indústria de bens de produção, que em todo o País resistiu relativamente bem à recessão, na Guanabara declinou ainda mais fortemente que as outras, porque não participou com a devida amplitude na expansão dêste setor que se verificou em todo o País, após 1956.

Esta última afirmação baseia-se em dados relativos ao período após 1949, quando o surto industrial passou a comandar todo o processo dinâmico nacional e especialmente depois de 1956, quando entramos firmemente na indústria de bens de produção e de bens de consumo durável.

Uma análise mais acurada demonstra que foi a partir de então que a predominância paulista se firmou definitivamente e os Estados que detinham parcelas relativamente importantes da indústria nacional ou se mantiveram nos setores tradicionais ou participaram insuficientemente no crescimento de novos ramos, vendo-se, portanto, distanciados de São Paulo. Em conseqüência do não aproveitamento dessa potencialidade dinâmica passaram a crescer menos que a média brasileira, como aconteceu na Guanabara.

Tal afirmação é confirmada pelos dados abaixo:

GB: COEFICIENTE DE EFICIÊNCIA RELATIVA PONDERADA DOS GRANDES SETORES INDUSTRIAIS (Período: 1949-1962).

	Absoluto	Média
Bens de Produção	36 781,487	3 065,123
Equip. Veículos e Máq.	14 513,434	3 628,358
Matérias-Primas	22 268,053	2 783,506
Bens de Consumo	13 280,506	2 213,417

Assim, entre os motivos fundamentais da perda de posição relativa da Guanabara encontra-se o fato de que o Estado não pôde participar dos setores de maior dinamismo da fase recente da economia brasileira. Junte-se a isso a inexistência de uma Agricultura significativa que pudesse suportar o embate da crise que assolou o País a partir de 61 e tem-se um quadro mais ou menos claro da situação da GB, demonstrativo de que o Estado passa por uma fase que de modo algum tem características de recessão a longo prazo e sim que é nitidamente cíclica. Basta que o Govêrno Federal prossiga na sua política de retomada do desenvolvimento para que o problema desapareça para a Guanabara.

O GOVERNO DA GB EM FACE DO PROBLEMA

A preocupação em face do decantado esvaziamento econômico levou o atual Govêrno da Guanabara a adotar determinadas linhas de ação, tôdas elas dirigidas à reversão de qualquer tendência econômica negativa existente na Guanabara. Uma das primeiras providências foi a contratação do Diagnóstico Preliminar por técnicos isentos, estranhos ao Govêrno. Além da fecunda atuação da COPEG (comércio, indústria, setor habitacional etc.) que ampliou e dinamizou as suas atividades, o Govêrno criou o Banco de Desenvolvimento e Investimentos, para ser a COPEG em ponto grande e corresponder às necessidades e aos impulsos desenvolvimentistas do Estado, em competição com as demais unidades da Federação.

Em carta recente ao Professor Eugênio Gudin, o Governador Negrão de Lima aborda importantes problemas da economia da Guanabara dentro dêsse contexto.

Eis alguns trechos:

— Ajude-nos a formar uma opinião pública favorável às reivindicações nacionais do Estado da Guanabara. Quais são elas? O reator atômico de fins energéticos, como compensação da perda da condição de Capital; e ainda como compensação, a localização no Estado do Aeropôrto Internacional Supersônico; a devolução gradual e harmoniosa ao Estado das áreas federais inativas existentes na Guanabara, para ocupação estritamente industrial e tendo como fim o barateamento dos terrenos para a indústria.

— Existe o problema da concorrência do Estado do Rio, a atração natural que aquêle Estado exerce sôbre as indústrias que, no processo migratório normal, do centro para a periferia, procuram localizar-se em áreas de terreno mais barato, ou áreas de maior espaço, dotadas de infra-estrutura. A migração industrial da Guanabara para o Estado do Rio seguiu o eixo das estradas que daqui saem para o Norte. A verificação da tendência leva o meu Govêrno a uma política de ocupação das três grandes planícies do Oeste do Estado. Isto é, vamos tentar mudar a orientação migratória, criando na região de Santa Cruz um pólo de atração industrial, amparado em usina termoelétrica e aproximado de nós pela duplicação da Avenida Brasil até Santa Cruz e pelo fechamento, ao Sul, do Anel Rodoviário.

— Anoto, com tôda a atenção, a advertência que faz relativamente à importância da Central do Brasil e do Pôrto do Rio de Janeiro para o progresso da Guanabara. São duas áreas de ação administrativa federal e nossa capacidade de influir diretamente é limitada. Todavia, não estamos indiferentes ou passivos. Realiza o Governador gestões junto ao Govêrno federal, visando a compensar as deficiências do Pôrto do Rio, através da criação de uma nova janela da Guanabara para o mundo — o Pôrto de Sepetiba, para o qual solicitei o interêsse federal e para cuja construção empenho todos os esforços disponíveis. Também é certo que o projeto do metrô, em fase de estudo de viabilidade, será um elemento decisivo a forçar a reformulação da política de transporte da Central do Brasil.

—— **O trabalho, que foi denominado** Diagnóstico Preliminar da Guanabara — Volume I, inclusive **a pesquisa junto às emprêsas cariocas, foi realizado pela equipe da Astel-Assessôres Técnicos Limitada.**

TABELA I-5

BRASIL

ÍNDICES DO PRODUTO REAL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO

1947/1964

(BASE: 1949 = 100)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Amazonas	74,96	81,60	100,00	94,06	107,79	100,86	105,75	120,28	114,37	169,71	202,36	201,21	210,18	220,50	232,39	240,40	251,87	273,23
Pará	108,60	97,28	100,00	90,42	117,55	99,32	124,17	109,27	118,09	123,05	128,11	126,86	107,15	143,20	189,59	149,69	126,62	206,48
Maranhão	80,18	104,39	100,00	108,14	112,75	132,29	128,07	153,72	156,63	172,78	178,54	187,80	188,09	191,24	241,40	278,63	295,75	312,24
Piauí	99,77	110,61	100,00	107,78	101,31	117,27	104,04	122,56	140,90	125,15	164,30	140,54	173,29	173,75	210,45	225,50	261,72	272,11
Ceará	92,04	106,04	100,00	116,85	99,92	117,12	94,80	104,35	118,20	129,46	125,15	99,21	118,54	155,43	179,56	191,98	229,86	249,39
Rio Grande do Norte	125,53	109,28	100,00	114,01	109,40	122,41	101,22	107,73	121,15	138,13	129,13	112,72	147,09	167,42	175,20	176,82	192,16	167,78
Paraíba	86,21	103,59	100,00	112,77	105,13	109,99	97,75	112,75	134,59	136,20	138,21	108,40	129,33	165,19	177,65	182,39	190,37	189,97
Pernambuco	89,40	90,00	100,00	105,90	107,25	102,04	100,32	111,85	116,71	123,03	125,95	120,13	122,28	132,01	134,45	139,93	147,46	156,49
Alagoas	89,37	94,38	100,00	93,90	94,02	93,30	95,52	96,76	103,40	111,04	129,84	130,96	138,13	143,27	159,48	159,55	121,51	158,05
Sergipe	106,18	105,96	100,00	104,26	121,93	115,63	121,42	119,75	116,54	123,65	126,04	133,79	135,47	143,23	147,65	148,86	161,39	162,22
Bahia	94,92	96,64	100,00	108,57	107,81	95,62	109,41	125,93	119,91	120,13	135,71	134,14	140,25	142,60	136,36	139,80	149,73	169,68
Minas Gerais	84,01	91,55	100,00	106,37	116,49	107,67	118,65	117,09	131,43	130,05	134,05	136,24	149,73	159,96	165,95	172,32	148,33	172,52
Espírito Santo	85,48	83,06	100,00	88,70	97,43	83,21	100,27	104,65	114,32	108,96	132,01	142,37	149,11	161,03	167,54	170,62	207,50	221,46
Rio de Janeiro	92,03	91,95	100,00	108,19	117,73	122,70	131,40	135,44	146,33	164,08	171,13	196,79	197,33	198,16	215,09	248,00	229,58	256,88
Guanabara	97,70	83,30	100,00	105,94	115,23	103,83	118,23	133,38	113,22	139,74	137,28	162,28	144,39	157,59	169,42	170,53	166,19	142,92
São Paulo	86,72	86,76	100,00	106,76	105,42	111,53	110,69	121,39	143,60	145,98	158,08	181,54	194,06	211,63	226,04	243,77	239,92	241,85
Paraná	89,43	86,82	100,00	118,08	125,44	150,89	137,47	135,73	191,63	156,70	184,64	251,32	320,55	350,90	388,95	449,23	368,39	375,87
Santa Catarina	107,60	95,96	100,00	103,31	113,78	120,38	128,43	133,39	145,79	147,86	156,11	168,87	185,31	192,60	211,79	216,83	220,66	225,84
R.G. do Sul	104,76	99,68	100,00	107,94	116,40	124,2	138,38	147,34	153,31	166,03	155,70	164,08	168,73	160,75	167,98	160,13	180,79	189,81
Mato Grosso	90,60	103,33	100,00	104,38	114,42	124,48	128,49	136,65	151,90	162,24	176,58	205,22	235,89	250,33	285,60	315,70	343,24	387,99
Goiás	78,59	86,80	100,00	116,28	139,14	139,63	149,00	154,11	189,93	206,06	252,21	240,49	266,02	335,21	367,12	383,58	418,62	527,52
BRASIL	86,50	94,70	100,00	105,00	110,40	116,60	120,30	129,60	138,40	141,00	150,70	160,70	172,50	184,00	197,40	208,00	211,30	217,90

FONTE: Centro de Contas Nacionais, IBRE/FGV.

TABELA I-7

ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS DE CONSUMO E RENDA EM ALGUNS ESTADOS E BRASIL

N.ºS ÍNDICES - 1950 = 100

A N O	PERNAMBUCO		RIO DE JANEIRO		GUANABARA		SÃO PAULO		RIO G. SUL		BRASIL	
	Consumo	Renda	Consumo	Renda	Consumo	Renda	Consumo	Renda	Consumo	Renda	Consumo	Renda (*)
1950	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1951	120,9	138,4	126,6	148,5	124,9	138,9	131,3	156,3	126,9	129,1	128,2	145,2
1952	136,1	158,9	137,8	164,8	134,5	163,1	145,8	185,6	150,1	187,6	142,3	179,1
1953	162,3	189,0	171,3	206,7	150,6	191,2	173,5	218,2	187,4	231,7	168,1	208,5
1954	211,4	230,2	219,3	261,5	201,3	248,7	241,2	292,5	246,4	336,3	226,9	274,8
1955	261,4	280,4	259,9	330,6	220,9	294,3	296,0	367,3	320,0	461,0	271,9	345,0
1956	308,8	402,0	391,6	416,7	294,7	378,5	387,5	457,8	418,6	610,8	358,6	439,7
1957	373,1	454,4	481,2	509,4	402,0	434,1	510,9	491,0	554,1	660,0	475,5	484,1
1958	451,0	458,1	639,4	595,5	499,8	542,8	681,8	568,6	695,9	727,2	616,5	570,7
1959	635,0	532,6	879,5	760,5	629,2	780,2	960,8	866,3	894,2	897,3	839,6	831,0
1960	954,2	676,2	1.245,4	969,8	951,6	981,1	1.520,3	1.186,2	1.350,8	1.152,1	1.302,9	1.114,9
1961	1.45,5	888,5	1.724,5	1.307,4	1.424,1	1.222,0	2.247,7	1.631,5	1.949,7	1.440,8	1.914,1	1.499,5
1962	2.42,7	995,2	2.815,0	1.668,6	8.226,0	1.666,9	3.837,2	2.312,4	3.226,3	1.995,5	3.186,3	2.070,5
1963	4.47,5	2.010,4	5.696,5	3.392,0	4.274,1	3.403,8	7.924,5	5.091,0	6.178,2	4.437,9	6.366,2	4.352,6
1964	9.11,6	3.759,4	11.827,9	6.738,1	8.808,5	6.922,0	17.513,8	9.481,5	13.064,5	9.009,7	13.728,9	8.642,9
1965	16.119,0	9.460,4	17.758,6	18.573,1	14.602,5	14.192,3	24.209,3	20.805,3	21.423,3	19.481,5	20.398,8	18.321,3

FONTE: Contadoria Geal da República

(*) Inclui Arrecadaão Efetuada Pela Delegacia do Tesouro em Nova Iorque

TABELA I-9

BRASIL, RIO DE JANEIRO, GUANABARA E CONJUNTO RIO-GB

PRODUTO REAL E RENDA INTERNA

ESPECIFICAÇÃO	1949	1960	1964
RENDA INTERNA GLOBAL (*)			
RIO DE JANEIRO	100,0	1.017,7	8.191,7
GUANABARA	100,0	927,2	7.676,1
RIO + GUANABARA	100,0	948,4	7.797,0
BRASIL	100,0	1.046,0	8.310,4
RENDA INTERNA PER CAPITA (*)			
RIO DE JANEIRO	100,0	672,0	4.657,7
GUANABARA	100,0	646,6	4.733,1
RIO + GUANABARA	100,0	643,6	4.615,3
BRASIL	100,0	746,0	5.763,6
PRODUTO REAL GLOBAL			
RIO DE JANEIRO	100,0	198,2	256,9
GUANABARA	100,0	157,6	142,9
RIO + GUANABARA	100,0	167,7	171,4
BRASIL	100,0	184,0	217,9
PRODUTO REAL PER CAPITA			
RIO DE JANEIRO	100,0	130,9	146,1
GUANABARA	100,0	109,9	81,1
RIO+GUANABARA	100,0	120,5	117,6
BRASIL	100,0	131,2	138,1

FONTE: Veja Quadros Específicos

(*) - Em Valôres Correntes

TABELA I-11

ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

PRODUÇÃO INDUSTRIAL E PRODUTO REAL

E S T A D O	PERCENTAGEM DA INDÚSTRIA NO TOTAL DO BRASIL	PRODUTO REAL	
	1960	1949=100	1961
SÃO PAULO	43,4	100,0	226,0
RIO + GUANABARA	21,8	100,0	179,4
GUANABARA	16,2	100,0	169,4
MINAS GERAIS	7,6	100,0	166,0
RIO G. SUL	7,4	100,0	168,0
PERNAMBUCO	3,5	100,0	134,3
BAHIA	2,8	100,0	136,4
TOTAL	86,5	—	—
BRASIL	100,0	100,0	197,4

FONTE: Centro de Contas Nacionais, IBRE (F.G.V.)

Realidade e perspectiva do desenvolvimento do Brasil: participação relativa dos setores

RUBENS VAZ DA COSTA
Presidente do BNB

A produção agropecuária do Brasil vem aumentando consideràvelmente nos últimos anos. O produto bruto da agricultura, a preços constantes, dobrou entre 1950 e 1964. A população cresceu 54% no mesmo período, do que resulta considerável aumento no produto bruto *per capita* da agricultura.

A indústria vem se desenvolvendo, no entanto, a ritmo mais acelerado do que a agricultura, pràticamente o duplo. Assim, enquanto a agricultura crescia à taxa de 5,7% ao ano, entre 1957 e 1962, a indústria se expandiu a 10,6 por ano.

Apesar do diferencial de crescimento, a agricultura manteve sua posição relativa na formação do produto nacional bruto, ao redor de 28%, enquanto decrescia a participação relativa do setor serviços.

A população empregada na agricultura continua aumentando em números absolutos, embora represente parcela decrescente da fôrça de trabalho total, passando de 75% em 1920, para 54% em 1960.

Os 6,4 milhões de pessoas ocupadas na agricultura em 1920, aumentaram para 9,7 milhões em 1940, para 10,4 milhões em 1950 e para 12,3 milhões em 1960.

O aumento da produção se tem destinado quase que exclusivamente ao consumo interno. Com efeito, as exportações brasileiras de produtos agrícolas pouco têm aumentado nos últimos 25 anos. Tomando-se como 100 o volume médio das exportações de matérias-primas agrícolas em 1938-39, êsse índice eleva-se para 128 em 1948, caindo até atingir 91 em 1960, para recuperar-se até o índice 128 em 1964.

A situação dos "gêneros alimentícios e bebidas" é ainda pior. Do índice 100, correspondente à média das exportações em 1938-39, chega a atingir 47 em 1950, para recuperar-se em 1963 ao índice 97, caindo em 1964 para o índice 61.

O valor em divisas das exportações de gêneros alimentícios, caiu constantemente entre 1953 e 1966, de acôrdo com dados da Fundação Getúlio Vargas. Do índice 100, em 1953, decresceu a 81 em 1966, tendo chegado ao índice 62 em 1962, quando o valor total das exportações de gêneros alimentícios começou lenta recuperação.

Ao contrário da produção agrícola para exportação, cujo comportamento dista muito de ser satisfatório, a produção para os mercados internos tem-se expandido consideràvelmente. Os dados da Tabela II são muito significativos.

O aumento da oferta de produtos agrícolas para consumo interno não poderia deixar de se refletir nos seus preços, apesar do crescimento da renda e da aceleração do processo de urbanização.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que o tempo de trabalho necessário (em têrmos de salário mínimo) para adquirir uma unidade de determinados gêneros alimentícios diminuiu consideràvelmente entre 1948 e 1966.

Assim, em 1948 era necessário trabalhar 1 hora e 42 minutos para comprar um quilo de açúcar. Em 1966, se adquiria aquêle produto com 44 minutos de trabalho. Uma dúzia de ovos em 48 custava o equivalente a 6 horas de trabalho; em 66, a 2 horas. Dos 19 produtos relacionados, apenas dois não apresentavam redução: a carne-sêca, cujo preço se manteve inalterado em têrmos de salário mínimo, e a carne fresca, que subiu de 3 horas e 50 minutos de salário mínimo, em 1948, para 5 horas e meia em 1966, por quilo.

Embora esta análise esteja influenciada pelo aumento do salário mínimo em têrmos reais, as reduções de preços relativos são muito substanciais para serem explicadas apenas por aquêle fator. Houve uma redução real no valor dos preços dos produtos agrícolas em relação aos níveis de salário mínimo.

Uma comparação entre o aumento dos preços dos gêneros alimentícios e dos produtos industriais evidencia que êstes subiram mais que aquêles. Tomando-se a média dos preços nos anos 1949-1952 (igual a 100), tem-se que o índice dos preços de gêneros sobe para 5 191 em 1963, enquanto o índice dos preços dos produtos industriais sobe para 7 092. Êste comportamento é indício, ao contrário do que muitas vêzes se propala, que a eficiência relativa da agricultura brasileira não é menor que a da indústria, fazendo-se abstração da elasticidade preço da procura.

COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Apesar de analisado objetivamente, o comportamento da agricultura brasileira é bem satisfatório, é comum alegar-se que o crescimento agrícola do nosso País se faz apenas com a incorporação de mais mão-de-obra e de novas terras, sem aumentarem os rendimentos e a produtividade.

Dados levantados pelo Professor Ruy Miller Paiva demonstram que de 15 produtos agrícolas estudados, 8 apresentaram aumentos de rendimento médio por hectare de cinco a cinqüenta por cento, entre 1947/49 e 1961 a 1963. Está fora de dúvida que a incorporação de novas terras ao processo produtivo agrícola e responsável por substancial parcela do crescimento dos rendimentos, devido à sua maior fertilidade. Sem embargo, os aumentos do rendimento por hectare de algumas das grandes culturas (cana-de-açúcar, batata, algodão), que são fatôres de relevância no desenvolvimento da nossa agricultura, não dependeram apenas de terras novas, mas também de maior uso de fertilizantes, de melhor tecnologia e de outros elementos.

Comparações entre onze países, feitas pelo Prof. Theodore Schultz, colocam a produção agrícola brasileira entre as que mais cresceram no mundo, no período 1935 a 1962, com exceção do México e de Israel. Com efeito, o índice da produção agrícola brasileira aumentou de 73 em 35-39 para 150 em 1962, enquanto o do Japão aumentou de 83 para 159, o de Formosa de 73 para 143, o da Índia de 83 para 130, o do México de 45 para 157, o de Israel de 70 para 212 e o da Europa Ocidental de 81 para 121. Estes dados desmentem qualquer noção de crise na agricultura global, que em têrmos de produção dificilmente poderia ter sido melhor.

CRÉDITO A AGRICULTURA

A maior oferta de crédito à agricultura explica parte do aumento de produção agropecuária. Entre 1960 e 1966, o Banco do Brasil, que é a principal fonte de crédito institucional à agricultura, aumentou os recursos da CREAI e da CREGE em apenas 3% em têrmos reais, passando de 184 milhões de cruzeiros novos, para NCr$ 190 milhões, de poder de compra de 1960.

A distribuição desses recursos entre os diversos setores modificou-se consideràvelmente. A participação da lavoura e pecuária nos créditos para investimentos (através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial — CREAI) aumentou do índice 100, em 1960, para 135, em 1966. Nesse mesmo período, os empréstimos à indústria para investimentos (também através da CREAI) aumentaram do índice 100, para 108.

No que toca ao crédito para capital de giro e apoio à comercialização (através da Carteira de Crédito Geral — CREGE) à lavoura e pecuária constata-se que aumentou do índice 100, em 1960, para 258, em 1960, para 80, em 1966.

Assim, enquanto o "bolo creditício" do Banco do Brasil permaneceu aproximadamente do mesmo tamanho, a parcela destinada à agricultura e à pecuária aumentou, e a dos demais setores diminuiu.

No Nordeste, onde o comportamento da produção agrícola é ainda mais positivo do que nos País como um todo, o aumento do crédito à agricultura foi mais acentuado.

Tomando-se o total dos financiamentos do sistema bancário regional, o crédito ao comércio diminuiu de 100, em 1954, para 83, em 1966, enquanto o crédito à indústria aumentou de 100, para 147, e o crédito à agropecuária de 100, para 226, no mesmo período. O aumento da oferta total de crédito no Nordeste foi do índice 100, em 1954, para o índice 142, em 1966.

O SETOR AGRICOLA

Os dados aqui apresentados evidenciam um excelente comportamento da agricultura brasileira, com exceção do que se refere às exportações de produtos agropecuários. O problema da estagnação das exportações pode ser visto de diversos ângulos, desde a instabilidade dos preços dos produtos primários, até à baixa elasticidade-renda da procura daqueles produtos nos mercados importadores, e ao aumento da procura interna de produtos de exportação.

Mas convém não esquecer que nossa agricultura vem sendo submetida a um regime cambial que lhe é sempre desfavorável, pois, enquanto a alta dos custos internos é constante devido à inflação, as desvalorizações do cruzeiros se fazem a intervalos longos e nem sempre em momentos que beneficiem o agricultor; em muitos casos não compensando a alta geral dos preços.

Cumpre considerar que talvez não haja outro exemplo de um produto ser submetido a um confisco cambial de cêrca de 50% das suas receitas em divisas, como é o caso do café, através de longo pe-

Instalação da indústria petroquímica no Brasil

I — PETROQUIMICA CONCEITO, CARACTERISTICAS

Com o funcionamento da Petroquímica União, o Brasil vai, afinal, implantar uma indústria que começa a penetrar na infra-estrutura da economia, e cujos rumos se tornam espetacularmente promissores, em todo o mundo.

O mercado internacional de fertilizantes, plásticos e fibras sintéticas se amplia sem cessar; o desenvolvimento econômico já se pode medir pela maior ou menor capacidade que cada país apresenta, de fazer frente a êsse mercado. É o milagre da petroquímica, considerada hoje tão indispensável quanto a própria siderurgia. O que vem a ser, o que pode produzir essa indústria que, com pouco mais de meio século de existência, cria novas dimensões na elevação do padrão de vida dos povos e se converteu ràpidamente em prodigiosa mola propulsora os progresso?

Uma definição concisa, que tem o mérito de orientar fàcilmente o leitor é esta: petroquímica é a ciência, a técnica e a indústria dos produtos químicos derivados do petróleo ou do gás natural. Entre tais produtos convém destacar os que são básicos e os de mais conhecida utilização comercial, obtidos dos primeiros através de diferentes etapas intermediárias:

BASICOS		PRODUTOS DE UTILIZAÇÃO COMERCIAL
1. Acetileno	—	Impermeáveis, brinquedos, calçados, isoladores, eletricidade, lençóis, fibras têxteis **(orlon)**, borrachas resistentes.
2. Amônia	—	Fertilizantes, adesivos, compensados de madeira, tratamento de água.
3. Etileno	—	Plásticos, anticongelantes, líquido para freios, madeira laminada, cimentos, massas para calafetar, chapas, caixas, garrafas, condutores plásticos, botões.
4. Propileno	—	Lâminas plásticas transparentes, detergentes, películas, válvulas.
5. Butileno	—	Borracha e negro-de-fumo: pneumáticos, solas, correias, borrachas resistentes a óleo.
6. Benzeno	—	Têxteis, baquelita, fórmica, resinas de recobrimento, tintas, esmaltes, **nylon**, cabos e correias de transmissão, larvicidas, inseticidas.
7. Tolueno	—	Espumas plásticas flexíveis, matérias anticorrosivas, explosivos industriais e militares.
8. Xileno	—	Fibras têxteis **(dacron)**, recobrimentos plastificados.

A petroquímica nasceu da necessidade de aproveitamento dos excedentes de gás queimados nas refinarias. Comumente classificada como indústria química, em face de sua tecnologia, sempre renovada, e de suas características econômicas, a verdade é que ambas — tecnologia e características — a aproximam sobremodo da refinação. Graças à adoção de uma tecnologia revolucionária, ela se expande em ritmo vertiginoso. Sendo uma atividade cujo aparecimento, em têrmos industriais, ocorreu no curso da Segunda Guerra, cresceu, nos últimos 20 anos, em progressão geométrica. O mercado mundial assinala presentemente mais de 1 200 produtos de consumo final, oriundos dela; só em 1965 surgiram 400 — mais de um por dia. A indústria, extremamente dinâmica no tocante à evolução de sua técnica, faz com que esta se torne obsoleta em poucos anos. Daí não haver possibilidade de instalá-la sem que se possa dispor de uma poderosa aliança entre capital e **know-how**.

II — A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA E A BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL

Faces importantes do problema petroquímico são a economia de divisas e as perspectivas de novos recursos que a solução dela trará para o País. Pois a instalação da indústria significa que o Brasil deixará de ser mero importador dos produtos básicos ou dos derivados, passando a produzi-los e exportá-los.

Com relação à economia de divisas, é certo que, entrando em operação, a **União** poupará ao País uma despesa média anual nunca inferior a US$ 30 milhões (mais de 100 bilhões de cruzeiros antigos).

Quanto à exportação, supridas as necessidades de consumo do mercado interno, a ALALC poderá promover a colocação dos excedentes da produção nacional, fortalecendo os laços econômicos que devem ligar as ações do Hemisfério.

Tendo como ponto de partida a reciprocidade de benefícios, a petroquímica é um campo ideal para o sucesso do programa de complementação e integração das economias dessas nações, no esfôrço que realizam para dar execução ao Tratado de Montevidéu, onde se estabeleceram as linhas gerais da política de formação de uma zona de livre comércio entre os países da América Latina.

III — A SOLUÇÃO BRASILEIRA

O nascimento da petroquímica nacional vinha sendo anunciado há pelo menos 15 anos. Na área do mercado latino-americano, o Brasil começa agora, com atraso em relação ao México e à Argentina. Mas é certo que perdeu em tempo o que poderá ganhar em tecnologia, pois esta, como já foi dito, se renova através de processos revolucionários.

Para desfazer o impasse que retardava a implantação da indústria, o Govêrno fixou objetivos e traçou com decisão as diretrizes contidas no Decreto n.º 61 981, de 28 de dezembro de 1967, reafirmando que as atividades da petroquímica não constituem monopólio estatal; e que êste se define na Constituição de 1967 e na Lei n.º 2 004, sem restrições, mas também sem ampliação. O mesmo Decreto teve por finalidade:

— Criar incentivos e condições de implantação da indústria petroquímica em grande escala, de tal forma que sua produção alcance preços competitivos com os do mercado internacional;

— Assegurar o fornecimento de nafta, pela Petrobrás, a preços de mercado internacional ou, se fôr necessário, mediante importação;

— Permitir a associação da Petrobrás às emprêsas privadas que visem ao objetivo de dotar o País de um grande parque petroquímico.

Da definição dessa política resultou a Petroquisa, subsidiária da Petrobrás e sob contrôle acionário desta, instituída a fim de associar-se, como minoritária, às emprêsas privadas do ramo petroquímico. E logo se fizeram sentir os resultados positivos da ação governamental, consubstanciados no acôrdo que assegurou a construção de um grande complexo petroquímico pioneiro, reunindo a Petrobrás, a refinaria União e as organizações Moreira Sales e Peri Igel.

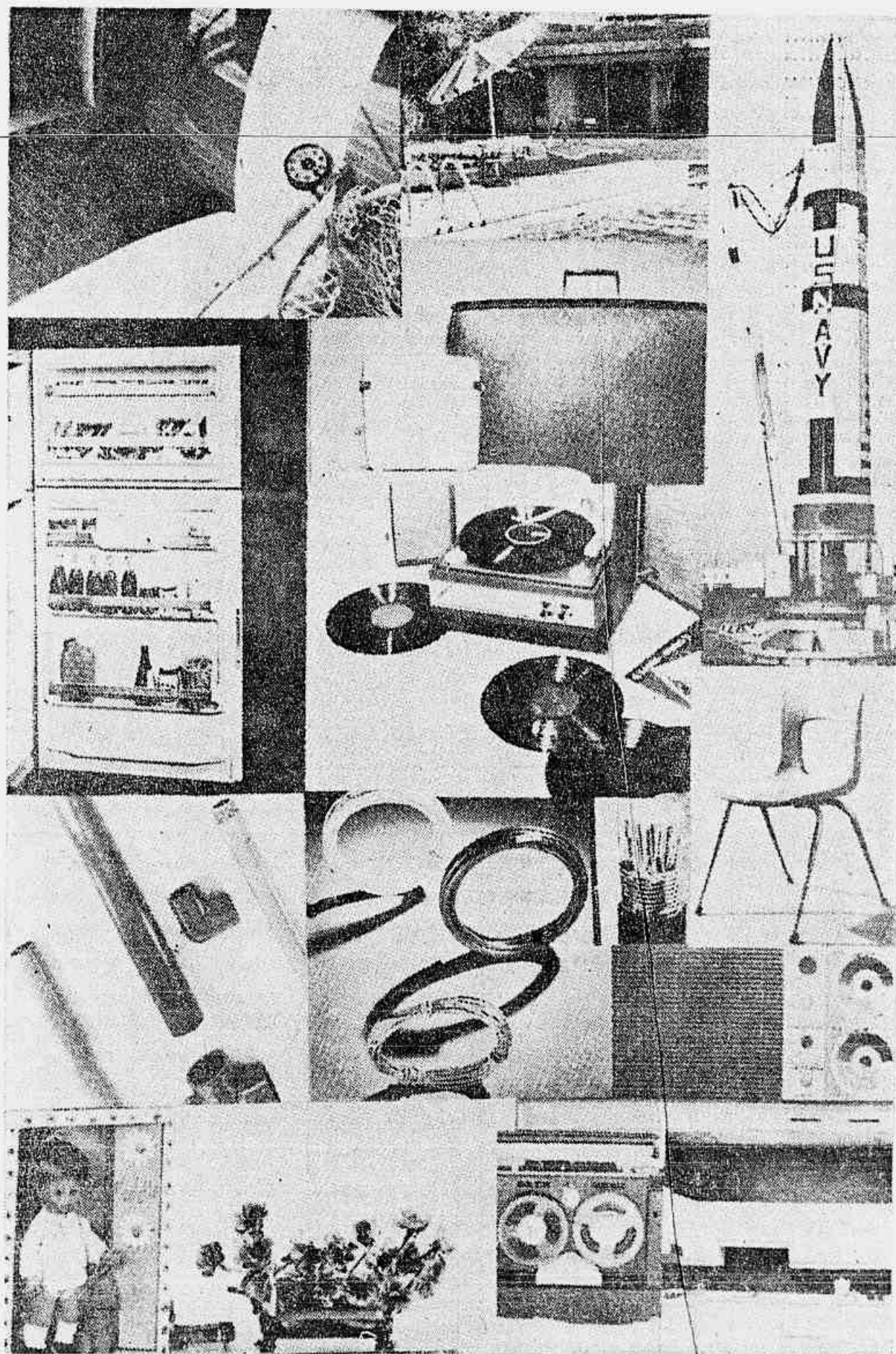
Eis como se porá a funcionar a Petroquímica União, que acarretará a instalação de novas indústrias e a criação de novos empregos, prevendo-se que tais indústrias significarão um investimento total de US$ 475 milhões, realizado dentro dos próximos seis anos.

Suprida de nafta pela Petrobrás, a **União** produzirá cêrca de 600 mil toneladas anuais de produtos básicos; e terá sua construção iniciada de imediato, para entrar em início de operação em 1970.

A solução encontrada, que abre horizontes pràticamente ilimitado à petroquímica nacional, se coloca sob o signo de benefícios vultosos e de grande alcance, entre os quais cumpre destacar:

— Reação em cadeia para o crescimento de outros setores da produção, provocando, com a construção de novas fábricas, oportunidades resultantes de 33 000 empregos que essas fábricas oferecerão a operários especializados;

— Aumento da capacidade exportadora do Brasil, com reflexos altamente positivos sôbre os resultados da balança comercial;

— Impacto psicológico, que favorecerá a atividade do empresariado brasileiro.

O desenvolvimento econômico já se pode medir pela produção e pelo consumo de plásticos. É o milagre da petroquímica, considerada hoje tão necessária ao progresso quanto a própria siderurgia

ríodo, e ainda produzir excedentes consideráveis. Em menor escala, estêve até recentemente a carne bovina no centro-oeste sujeita a uma "quota de contribuição" de 30%. O cacau em amêndoas paga "quota de contribuição" de 15%.

A "quota de contribuição" representa pesado impôsto direto sôbre o produtor, com a qual se procura "compensar" sua elevada produtividade e evitar que o estímulo de preços internos elevados resulte em aumento da produção e na conseqüente formação de maiores estoques de excedentes, ou na depressão dos preços internacionais e internos, por excesso de oferta. É bem verdade que os recursos obtidos através da "quota de contribuição" revertem em benefícios gerais para os agricultores, através de certos programas governamentais.

Se o panorama da agricultura brasileira pode ser descrito de maneira tão favorável, é justo perguntar qual o seu futuro, se as atuais tendências persistirão, e de que maneira contribuirá para o desenvolvimento do País no futuro.

PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

Para pôr em foco esta pergunta, vale a pena analisar o modêlo do desenvolvimento de alguns países industrializados, e a participação relativa de sua agricultura no processo de desenvolvimento econômico e social.

O desenvolvimento da agricultura dos países industrializados se caracteriza, depois de certo estágio, por intensa utilização dos fatôres capital e terra, pela constante liberação de mão-de-obra, por consideráveis incrementos da produtividade e por uma participação decrescente da agricultura no emprêgo total e na formação do produto nacional bruto.

Vejamos, inicialmente, o caso dos Estados Unidos, cuja agricultura é a mais eficiente e importante do mundo. O setor agrícola daquele país empregava 4,9 milhões de pessoas em 1850. Aumentou o emprêgo rural até a década de 1910, quando atingiu 11,6 milhões, mantendo-se nesse nível até 1930, quando começou a diminuir. Em 1965, a agricultura dos Estados Unidos empregava apenas 4,7 milhões de pessoas, ou seja, menos do que em 1850, 115 anos antes. Projeções feitas pelo Ministério do Trabalho daquele país, indicam que o número de pessoas ocupadas na agricultura em 1970 será 4 milhões. No Nordeste teremos, então, 5,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura.

O capital empregado na agricultura dos Estados Unidos aumentou de 13,7 bilhões de dólares em 1850, para 56 bilhões em 1965, quadruplicando em pouco mais de um século.

A produção agrícola, naquele período, passou de 1,6 bilhão de dólares, para 16,5 bilhões, ou seja, decuplicou-se. A participação da agricultura no Produto Nacional Bruto, que era de 8,3% em 1929, caiu para 3,5% em 1966. Mas, convém ter presente que o produto bruto de US$ 22,6 bilhões é o equivalente ao PNB do Brasil.

As exportações agrícolas dos Estados Unidos vêm aumentando consideràvelmente. Nota-se, ao mesmo tempo, uma modificação estrutural do comércio externo de produtos agrícolas daquele país. Até 1956, o valor das importações agrícolas excedia o valor das exportações. Em 1958, os valôres pràticamente se equilibraram, para, em 1964, as exportações superarem as importações em 50%, de acôrdo com dados do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos.

Em 1880, a agricultura dos Estados Unidos empregava 50% da fôrça de trabalho daquele país, ou aproximadamente, a mesma porcentagem que a agricultura brasileira empregava em 1966. Aquela porcentagem declinou constantemente para, em 1966, atingir apenas 5,5% da fôrça de trabalho total dos Estados Unidos.

Seria êste modêlo de crescimento econômico característico apenas dos Estados Unidos? A resposta é negativa. O desenvolvimento da Europa, do Canadá e do Japão e de muitos outros países, segue linhas semelhantes.

Vejamos o comportamento do emprêgo agrícola. A porcentagem do emprêgo agrícola no Japão diminuiu de 46% do emprêgo total em 1950, para 33% em 1960, ou seja uma redução de 28% numa década apenas. A redução na Bélgica foi de 46%, na Tcheco-Eslováquia de 31%, na Hungria de 27%, nos Países Baixos de 48%, na Austrália de 15% etc. No Brasil a redução foi de 15%.

No caso do Brasil, a redução em têrmos relativos não correspondeu a uma diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura. Ao contrário, o número de ruricolas aumentou. Nos demais países subdesenvolvidos, a situação é semelhante. Mas nos países industrializados, a redução relativa da fôrça de trabalho agrícola corresponde também a uma diminuição do efetivo humano engajado em labôres agropecuários.

Vejamos alguns exemplos: a Alemanha tinha, em 1950, uma fôrça de trabalho de 21,6 milhões de trabalhadores, dos quais 5,0 milhões na agricultura. Em 1962, a fôrça de trabalho alemã era de 27 milhões de obreiros, enquanto o número de trabalhadores na agricultura havia caído para 3,4 milhões. Fenômeno idêntico ocorreu na França. A fôrça de trabalho francesa, era, em 1950, 15,5 milhões, aumentando para 19,7 milhões em 1962. Sua agricultura, caracterizada pela pequena propriedade, dava emprêgo em 1950 a 5,6 milhões, em 1962 a 3,9 milhões. Êste padrão se repete em tôda a Europa industrializada, inclusive na Itália. A fôrça de trabalho daquele país era, em 1950, de 20,4 milhões. Em 1962 empregava a Itália 20,8 milhões, registrando-se ali o menor aumento verificado nos países do mercado comum. Mas a agricultura italiana que em 1950 empregava 8,1 milhões, em 1962 apenas dava emprêgo a 5,8 milhões. A migração de trabalhadores italianos para outros países europeus se fêz ou foi compensada com os excedentes de mão-de-obra liberados pela agricultura.

No Japão verificou-se uma redução no número de dependentes da agricultura de 1870 a 1940, e o número decresceu de 14,5 milhões para 14,2 milhões entre 1940 e 1960. Durante o mesmo período, isto é, de 1870 a 1960, o emprêgo não agrícola aumentou de 3 milhões para 18 milhões. O emprêgo agrícola no Japão nunca excedeu 14,5 milhões de pessoas em nenhum momento de sua história; estima-se que o número de pessoas ocupadas na agricultura no Brasil será de mais de 14,5 milhões em 1970.

A contribuição do setor agrícola para a formação da Renda Nacional dos países industrializados da Europa segue o mesmo padrão dos Estados Unidos: representa parcela cada vez menor da renda nacional.

O desenvolvimento da União Soviética está-se processando de acôrdo com o mesmo padrão, apesar de as magnitudes serem muito maiores. Assim, a população empregada no setor agrícola em 1940, era de 48 milhões de pessoas, correspondendo a 61% da fôrça de trabalho ocupada. Em 1962, os trabalhadores no setor agrícola haviam diminuído para 39,5 milhões, representando 40% da fôrça de trabalho. O produto nacional agrícola a custo de fatôres, diminui de 37% do produto nacional total em 1937, para 28% em 1948, e para 23% em 1953, conforme estimativas do Prof. Herbert Block.

Na Alemanha, a agricultura contribuiu com 12% da Renda Nacional em 1950, em 1955 com 9%. Na Noruega, em 1950, a agricultura representou 7,7 da Renda Nacional. Essa porcentagem caiu para 4,6% em 1955. Na Itália de 28,3% em 1950, a parcela do setor agrícola diminuiu para 21,3% em 1955. Não há exceção nos países industrializados, para êsse comportamento.

Não seria o caso discutir quais os fatôres determinantes dêsse padrão de desenvolvimento. O importante é que, seja a organização da economia capitalista ou socialista, o processo de desenvolvimento se caracteriza por um crescimento muito mais rápido da indústria e dos serviços, de desenvolvimento, torna-se setor desempregador de mão-de-obra, enquanto a indústria e os serviços passam a ser os grandes absorvedores da fôrça de trabalho.

E não são os países desenvolvidos os que têm qualquer problema para alimentar suas populações com dietas variadas e amplas. Embora pareça paradoxal, é precisamente em alguns países subdesenvolvidos que empregam parcela mais elevada e maior número de trabalhadores na agricultura, e cujos setores agropecuários representam porcentagem maior de sua renda nacional, onde se verifica o problema da fome, das dietas inadequadas, e de grandes importações de gêneros alimentícios. No qüinqüênio 1934/38, os países subdesenvolvidos exportaram 11 milhões de toneladas de cereais para os países industrializados. A partir de 1948, tornaram-se grandes importadores. Entre 48-52, importaram 6 milhões de toneladas de cereais, no ano de 1960, 20 milhões e em 1966, 31 milhões, de acôrdo com dados do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos.

A Índia representa, talvez, caso extremo a ser destacado. Grande potência populacional, hoje com mais de 500 milhões de habitantes, já em 1931 tinha 111 milhões de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Em 1960, a produção agrícola da Índia, insuficiente para alimentar sua população, representava quase 50% da sua Renda Nacional.

Deverá o Brasil procurar repetir o padrão de desenvolvimento dos países industrializados, ou será levado a uma "indianização" demográfica e o insuficiente dinamismo do setor não agrícola? Se a perspectiva de "indianização" parecer exageradamente pessimista, convém recordar que ao atual ritmo de nosso crescimento demográfico, o Brasil deverá ter, em apenas 60 anos, — ou seja no ano 2027 — 500 milhões de habitantes.

A parcela da fôrça de trabalho agrícola do Brasil diminuiu de 64% em 1950, para 52% da fôrça de trabalho total em 1960. Mas o número de pessoas ocupadas na agricultura aumentou, como dissemos antes, de 10,4 milhões para 12,3 milhões entre 1950 e 1960, ou seja quase 2 milhões de pessoas.

A participação do setor agrícola no Produto Nacional Bruto, também aumentou. De 26,9% que era em 1947, elevou-se a 29,2% em 1964, tendo chegado a representar 31,1% do PNB, em 1962, apesar de nossa rápida industrialização. Este aparente paradoxo é explicado pela redução da participação dos serviços e pelo fato de que o setor industrial do Produto Nacional Bruto, em comparação com a agricultura e com os serviços.

É evidente, pois, que o crescimento do setor não-agrícola da economia brasileira não foi suficientemente rápido na década de 1950, quando o País experimentou forte surto desenvolvimentista, para que sua contribuição relativa à formação da renda aumentasse e para que absorvesse todo o excedente de mão-de-obra liberado pela agricultura em empregos produtivos e remuneradores.

Se tomarmos como paradigma as modificações estruturais ocorridas nas economias dos países industrializados, teremos que chegar à conclusão de que nosso País ainda não atingiu o estágio do desenvolvimento auto-sustentável. Dêle talvez estejamos nos aproximando lentamente, mas nem disso há evidência, no que toca a modificações fundamentais da nossa estrutura econômica.

No caso do Nordeste, a situação é ainda mais dramática. A participação da agricultura que era de 37,2% na formação do produto regional bruto em 1947, aumentou para 46% em 1964, último ano para que há dados. Não é que a agricultura tenha produzido mais. Os outros setores é que não cresceram suficientemente.

Para aquêles que consideram o aumento da produção agrícola como o principal elemento do desenvolvimento econômico, esta situação pode parecer desejável ou satisfatória. E, também, para os que pregam a "fixação do homem do campo", expressão pouco feliz e de sabor antidesenvolvimentista, como solução para os nossos problemas agrícolas...

Para os que vêem o desenvolvimento da economia como um todo, a participação crescente ou constante da agricultura na formação do produto nacional bruto é motivo de grave preocupação. Nós, os brasileiros, não estamos criando um novo modêlo econômico, nem inventando uma nova teoria de desenvolvimento: os dados aqui analisados demonstram uma deterioração da estrutura econômica, que, enquanto não fôr corrigida, será fator de retardamento da nossa independência econômica.

A verdade é que nossa industrialização se está fazendo com tecnologia que economiza mão-de-obra e emprega capital intensamente.

Prova disso está em que a indústria brasileira que empregava 2,6 milhões de trabalhadores em 1950, passou a empregar 2,8 milhões em 1960, ou seja, contribuiu com apenas 200 mil empregos numa década de grande expansão da produção industrial, na qual criamos ou consolidamos importantes indústrias como a automobilística e a de bens de capital, entre outras.

Pôsto o problema nestes têrmos, a solução aparente seria forçar a indústria a empregar mais gente. Não há, entretanto, maneira mais simples e rápida de cometer suicídio econômico, num mundo cada vez mais competitivo e integrado econòmicamente.

É lícito perguntar a quem apresenta quadro sombrio como êste, qual a solução? Infelizmente não há respostas fáceis nem soluções de algibeira. A redução do ritmo de crescimento da agricultura, que é setor dinâmico da nossa economia, obviamente complicaria o problema e reduziria o crescimento global do País. Não seria crescendo menos, que nos desenvolveríamos. Não estaria a solução em adotarmos políticas que nos levem a trilhar os mesmos caminhos seguidos pelos países desenvolvidos?

Também não será a reforma agrária que nos colocará no caminho da industrialização mais acelerada. Na verdade, necessitamos de uma revolução agrária pacífica que permita à agricultura modernizar-se, tornar-se mais eficiente e liberar mais mão-de-obra e, ao mesmo tempo, manter ou ampliar sua atual taxa de crescimento.

Parcela importante da responsabilidade pelo dilema do nosso desenvolvimento a longo prazo está no rápido aumento populacional. Os países atualmente industrializados, tomados em conjunto, começaram a desenvolver-se ràpidamente a partir de 1850, sendo claro que alguns dêles muito mais recentemente. Considerando-se seu crescimento demográfico global nos 110 anos entre 1850 e 1960, suas populações aumentaram a uma taxa média de 0,9% ao ano. A população do Brasil está crescendo três vezes mais ràpidamente, ou seja, à taxa de 3,1% ao ano. Em nosso processo de desenvolvimento, a expansão demográfica está começando a dominar as demais variáveis.

Não me proponho, neste momento, a oferecer respostas para as questões levantadas. Desejo, em vez disso, provocar um debate sôbre o caminho a ser seguido em nosso desenvolvimento. Não pretendo ter o monopólio dos dados e informações nem o domínio total dos instrumentos de análise.

Espero, no entanto, haver dado uma contribuição para a identificação de alguns problemas fundamentais da atual conjuntura do nosso País. Outros, melhor dotados, poderão levantar a luva e demonstrar que estou equivocado. Ou, se assim não fôr, buscar as soluções que o desenvolvimento futuro do Brasil e do Nordeste estão a exigir.

O mercado de capitais 1967

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

"O ano de 1967 foi marcado por maior estabilidade. Tivemos sensível redução na taxa de inflação que baixou a níveis mais suportáveis (em nível de 24,5% contra 41% em 1966) graças aos esforços das autoridades monetárias que deram em linha geral seqüência aos esquemas básicos desenvolvidos pelo Govêrno anterior.

Apesar de havermos observado uma Bôlsa mais ativa, lançamentos de novas ações pelo Decreto-Lei 157, não notamos qualquer modificação sensível nos hábitos dos investidores ainda predominantemente concentrados nas aplicações de renda fixa."

Para aquêles que acreditam nos méritos do investimento em ações o ano recém-findo fechou com saldo positivo. O resultado de uma aplicação em ações feita no início do ano com liquidação em 29-12-67 apontaria através de dois índices de valôres comumente aceitos IBV (sòmente ações do Rio) e IND (ações do Rio e São Paulo) rendimento que variaria na faixa de 70 a 90% enquanto os dois maiores fundos de investimentos que operam no País, respectivamente Crescinco e Condomínio Deltec mostravam rentabilidade para o mesmo período sem reaplicação das distribuições trimestrais (e portanto em desvantagem com os índices de valôres acima citados) de 44,9% e 57,6% respectivamente. Além da indiscutível importância do recuo da inflação para o favorecimento do investimento em ações o fator mais importante para os resultados alcançados foi sem dúvida a publicação do Decreto-Lei 157 em fevereiro.

O citado diploma legal logo a seguir alterado pelo Decreto-Lei 238, veio permitir que pessoas físicas e jurídicas pudessem abater respectivamente 10% e 5% do Impôsto de Renda devido, para aquisição de um certificado de compra de ações emitido por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central e que por sua vez viesse a organizar um fundo de investimento para aplicação daqueles recursos numa carteira diversificada de ações de emprêsas devidamente registradas pela Gerência do Mercado de Capitais.

CLIMA FAVORÁVEL

Muito embora os recursos carreados não tivessem correspondido as previsões iniciais (no máximo devem ter chegado à casa dos NCr$ 50 milhões, quando as estimativas eram da ordem de NCr$ 100 milhões) e, à exceção de determinado período, não ter havido o fluxo direto daqueles recursos para a Bôlsa, ainda assim o Decreto-Lei 157 criou um clima favorável para o mercado de capitais, possibilitando a capitalização de diversas emprêsas tradicionais cujas ações freqüentam os pregões de Bôlsa, e permitindo ainda a abertura ou reabertura de emprêsas de porte, que sem a existência daquele sistema de incentivos não teriam tido em 1967 a oportunidade de se capitalizar e dar um passo para a democratização do seu capital. Entre outras convém citar a Fundição Tupy, FNV, Eletromar, Cacique de Café Solúvel, Morro do Níquel, T. Janer, Paraná Equipamentos, ISAM e Brasmotor para citar as de maior porte.

BANCOS DE INVESTIMENTO

Os bancos de investimento criados pela Lei de Mercado de Capitais (Lei 4 728-1965) tiveram papel preponderante no carreamento daqueles recursos, respondendo pela maior parte das arrecadações feitas, e a bem da verdade devemos registrar ter sido o único setor em que conseguiram obter algum destaque. No mais, as novas instituições financeiras de que muito se esperava (cêrca de 20 Bancos de Investimento tiveram carta patente expedida pelo Banco Central) pràticamente se limitaram a ampliar as operações tradicionais das companhias de crédito, financiamento e investimento. A isto foram levados pela inexistência de alternativas, pois o imediatismo dos aplicadores em títulos de renda fixa continuou com franca preponderância comandado pelo comodismo do sistema distribuidor de valôres, que com raras e honrosas exceções não quer sair da faixa operacional das letras de câmbio com vencimento em 180 dias e também pelo desinterêsse dos empresários levantarem capital de giro, as taxas então vigentes, para prazos acima de 6-9 meses. Assim é que, sòmente em contratos de financiamento ao consumidor e FINAME, foram emitidas Letras até 540 dias, em sua maior parte armazenadas nas prateleiras das financeiras até chegarem aos prazos de sabor do mercado, muito embora as taxas de rentabilidade fôssem estimuladas para os prazos mais longos. A Resolução 63 que veio regular o repasse de recursos externos para emprêsas brasileiras, uma das faixas privativas em que os bancos de investimento deveriam atuar com agressividade, chegou com muito atraso (aos bancos comerciais também foi permitido operar na faixa do repasse até 1 ano!) e de forma incompleta e em época pouco propícia, quando os comentários sôbre uma nova desvalorização do cruzeiro se tornavam mais freqüentes (agôsto de 1967) e quando portanto os riscos para os prestamistas eram muito maiores, eliminando pràticamente qualquer interêsse pela operação. Sòmente agora após a desvalorização ocorrida em dezembro e com a publicação das Resoluções 78 e 83 (isenção de encargos de natureza cambial e garantia de cambiais para o retôrno) poderá realmente haver a demarragem do repasse de dólares via bancos de investimento, mas certamente muito aquém da expectativa pelas dificuldades vigorantes no exterior para remessa de recursos.

Voltando ao mercado de ações, devemos mencionar que, se em têrmos de resultado de investimento, 1967 foi um ano propício, o mesmo não se pode dizer quanto ao ingresso de novos investidores na Bôlsa e também a respeito da entrada de novas emprêsas para o pregão.

A média diária de transações na Bôlsa de Valôres do Rio de Janeiro foi superior a NCr$ 680 mil (Índice BV de Volume de Transações), que mostra progresso em relação ao movimento de 1966 (média de NCr$ 290 mil) não devendo no entanto ser esquecido que êste incremento foi em muito devido ao Decreto 157 e Resolução 60, aparentando ter sido inexpressiva a entrada de novos investidores em Bôlsa, (a não ser aquêles motivados pelas sensacionais altas do Banco do Brasil e Petrobrás), apesar das campanhas institucionais feitas simultâneamente pelas Bôlsas do Rio e São Paulo, que diga-se de passagem não pouparam esforços no ano findo para se modernizarem. Além das referidas promoções institucionais dirigidas não só à coletividade conclamando-a à compra de ações como também aos empresários chamando atenção para as vantagens de ser sociedade aberta, a Bôlsa do Rio patrocinou cursos para investidores e operadores, criou serviços de informações, facilitou as transações criando o sistema de *trading posts* e o pregão contínuo, além de ter tomado medidas moralizadoras nos negócios para melhor proteção dos investidores. Em São Paulo a Bôlsa e alguns patrocinadores passaram a transmitir em caráter experimental, através de um canal de televisão os pregões diários e passando também a imprimir boletim informativo distribuído antes do meio-dia com as tendências do mercado.

Como notas de destaque ainda no setor de Bôlsa devemos mencionar a adoção de uma tabela regressiva de corretagens posta em prática primeiro pela Bôlsa do Rio e mais tarde pela Bôlsa de São Paulo (variando de 2,5% aos 0,5% tradicionais) recebida com certas restrições pelos especuladores, mas depois assimilada sem maiores problemas, e também a entrada em funcionamento das novas sociedades corretoras (que como é sabido foram autorizadas pela Lei de Mercado de Capitais, acabando com o monopólio dos corretores oficiais de Bôlsa). Devido ainda ao desinterêsse pelo investimento em ações, as novas corretoras, parece-nos, vieram a dividir com os corretores oficiais já existentes, as ordens de ações e outras operações de sua competência. Aquêles por sua vez continuaram tentando reconquistar antigos e novos privilégios, que lhes possibilitassem manter a mesma fatia do bôlo. (A participação obrigatória nas operações de câmbio que se extinguiria no período foi renovada e posteriormente cancelada). No mais, os novos corretores assim como os antigos operaram mais como distribuidores de valôres, principalmente de letras de câmbio, que lhes permitem remuneração compensadora e mínimo esfôrço.

Fora dos lançamentos feitos com a absorção dos recursos do Decreto 157 sòmente uma tentativa de certo vulto foi feita com êxito. Referimo-nos a uma oferta secundária de ações ordinárias da Magnesita S/A (emprêsa líder na produção de refratários com fábrica em Minas Gerais) feita pelo BIB-Deltec em consórcio com a Bahia Investimentos e Investimentos BMG, da qual 2/3 (800 000 ações aproximadamente) foram colocados entre o público e 1/3 entre os fundos de investimento autorizados a operar dentro do Decreto 157. Fora disso, os únicos esforços no campo de ofertas de ações que merecem registro, dizem respeito ao lançamento de ações de emprêsas localizadas na área da SUDENE, para pessoas físicas, visando o benefício do desconto de até 50% da renda bruta das importâncias investidas. Calcula-se que uma soma entre NCr$ 2,5 milhões e NCr$ 3 milhões tenha sido investida nos últimos dias do ano, visando principalmente aquêle incentivo fiscal.

Os fundos de investimento tiveram em geral um ano negativo com os resgates superando as vendas. Sòmente a deficiência do nosso sistema distribuidor de valôres e as ainda atraentes taxas prefixadas de correção monetária com que foram oferecidas as Letras de Câmbio com tratamento fiscal privilegiado, podem explicar a fraqueza das vendas dos fundos mútuos num ano de resultados positivos em Bôlsa.

Os títulos de renda fixa (agora com correção monetária) continuaram como nos anos anteriores dominando o mercado. As Letras de Câmbio com correção monetária aceitas pelas instituições financeiras recuperaram no ano em curso uma parte do terreno perdido para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional em 1966. Atualmente se estima que pelo menos NCr$ 1,752 bilhão em aceites cambiais esteja em circulação no mercado (cifra obtida tomando como base balancetes publicados pela *Revista Bancária* em novembro) e que se compara com o total de NCr$ 736 milhões para o mesmo período em 1966. Fator importante no crescimento do volume de Letras foi certamente a dinamização de operações de crédito ao consumidor que tomou grande impulso no ano recém-findo, conhecendo-se mesmo diversas financeiras que antecipando-se à política sugerida pelo Banco Central vão concentrando suas atividades de financiamento exclusivamente nas operações de crédito ao consumidor.

Vale relembrar que a Resolução 77, do Banco Central, estipulou que a partir de março de 1968, (prazo posteriormente prorrogado pela Resolução 85 para maio do mesmo ano), as operações de financiamento direto ao consumidor passassem a representar nas companhias mistas de crédito, financiamento e investimento, pelo menos 50% de suas operações (a Resolução 45 de janeiro havia estabelecido em 40%) e com um incremento trimestral de 10%.

TAXAS

As taxas oferecidas pelas Letras de Câmbio aos investidores tiveram pode-se dizer um comportamento relativamente estável, tendo havido um certo nervosismo no último trimestre quando uma Instituição financeira das mais importantes do mercado, aumentando abruptamente seis pontos no rendimento anual de suas letras, provocou reação imediata das autoridades monetárias, que inclusive ameaçaram baixar Resolução limitando o teto da correção monetária. As discussões foram acaloradas entre as associações de classe e Banco Central, tendo sido inclusive nomeadas pela ADECIF e ACREFI comissões permanentes para autopoliciamento das taxas oferecidas no mercado pelas associadas.

Felizmente foi possível chegar-se a um *gentlemen agreement* — entre as mesmas, sem a indesejável intervenção do Govêrno no tabelamento das taxas. A única medida tomada pelo Banco Central, correta na nossa interpretação, foi a de proibir cláusulas de recompra nas Letras antes do vencimento, fato êsse que parece ter sido o estopim que originou a guerra de taxas e que ia criando sérios problemas em novembro-dezembro.

De uma maneira geral, o custo para as emprêsas estêve mais barato como de costume no primeiro semestre, quando foi possível operar com instituições financeiras tipo *A* com um custo real de dinheiro variando na faixa de 2,5 a 3,0% ao mês. No último quadrimestre as taxas subiram com uma maior procura dos sacadores, e o custo real do dinheiro se situou entre 3,0 a 4,0% ao mês. Para o

aplicador a rentabilidade variou entre 13 a 16% para um período de seis meses, dependendo naturalmente da época do ano e da tradição da Instituição Financeira.

CORREÇÃO

O sistema de correção monetária prefixada se institucionalizou. Aparecendo com uma fórmula provisória que permitisse que as financeiras vendessem suas letras com correção monetária sem deságio e com um custo certo para o sacador e uma garantia de rentabilidade para o aplicador, essas Letras acabaram se perpetuando. Dentro dêsse esquema as financeiras conseguiram contornar o problema do deságio que passaria a ser tributado como renda a partir de 1967 pela Lei de Mercado de Capitais, fato êsse que era dado como capaz de aniquilar o sistema. A única diferença existente entre o sistema que hoje vigora e o anterior do deságio é que, verificando-se no vencimento de Letras ter sido a correção monetária prefixada superior ao da correção das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional para o mesmo período, essa diferença será tributada como juro.

No auge das discussões quanto às taxas prefixadas de correção monetária que em novembro, na opinião de muitos, não estavam guardando relação com a expectativa real de desvalorização da moeda para o período seguinte, foi muito comentado o impacto na determinação daquelas taxas causado pelas emissões de Letras com deságio dos Governos estaduais. Efetivamente, assistimos no segundo semestre a grandes emissões do Estado de Minas Gerais destinadas à obtenção de fundos para resgate de séries anteriores e que em determinado momento chegaram a proporcionar rendimentos entre 3,5% a 4% ao mês. O Estado do Rio Grande do Sul também se fêz presente no mercado e uma segunda emissão já em franco processo de colocação foi sustada atendendo ao apêlo da União que considerara tais emissões como prejudiciais ao contrôle da inflação. Dos NCrS 20 milhões programados sòmente NCrS 7 milhões foram emitidos (juros de 3% a.a.).

Continuaram também a circular os bônus rotativos do Estado de São Paulo oferecendo no entanto rendimento mais condizente com as taxas dos papéis privados.

A situação do Govêrno Federal é delicada perante tais emissões pois de um lado o próprio Govêrno está no mercado brigando por sua quota nas poupanças disponíveis com suas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com prazos de 1, 2 e 5 anos. Por outro lado, o cerceamento da liberdade de os Estados colocarem suas emissões será recebido como uma injunção na área estadual e cabendo-lhe portanto fornecer os recursos que deveriam ser obtidos com a colocação das Letras. Como se vê não é um problema de fácil solução. Parece-nos que a melhor fórmula de resolver o assunto seria a formação de um consórcio com bancos de investimento e sociedades corretoras que se encarregariam de fazer o registro dessas emissões no Banco Central, providenciando a seguir sua colocação no mercado de forma mais harmoniosa. A outra idéia já tentada pelo Govêrno Federal é fornecer Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional para que os Estados as coloquem, revertendo o produto da venda em benefício do Estado.

Muito embora tenham se firmado no mercado, as Obrigações do Tesouro Nacional não tiveram o vedetismo de 1966, mormente após maio quando se resgataram as obrigações de um ano que haviam sido emitidas de acôrdo com o esquema da Resolução 21, e que, graças à opção de resgate com base na paridade cambial (ver desvalorização do cruzeiro em fevereiro de NCrS 2,2 para NCrS 2,7), proporcionaram rendimentos na ordem de 50%. Em maio, o Govêrno preocupado com o saque em sua caixa que os resgates maciços daquelas obrigações provocariam criou um sistema de incentivos para reaplicação cujos resultados pode-se dizer foram satisfatórios.

No segundo semestre houve redução nas taxas de juros e nas comissões pagas aos intermediários colocadores das obrigações, de acôrdo com Resolução do Ministro da Fazenda tomada em 24 de junho. Abaixo apresentamos o esquema que passou a vigorar após aquela data:

Prazo	Juros (%) Antigos	Juros (%) Novos	Comissões (%) Antigas	Comissões (%) Novas
1 ano	6	4	2,0	1,5
2 anos	8	5	4,0	3,0
5 anos	10	7	5,0	4,0

Portanto, a concessão feita pelo Govêrno para colaborar na luta pela diminuição das taxas de juros talvez tenha tido um efeito oposto ao desejado, pois através das Obrigações o Govêrno estava se abastecendo de recursos não inflacionários para corrigir deficit orçamentário, sabidamente um dos principais focos inflacionários. Desnecessário frisar que sòmente através da contenção da inflação poderemos baixar realmente a taxa de juros.

Dados globais provisórios para o ano de 1967 indicavam um fluxo de recursos líquidos para o Tesouro de cêrca de NCr$ 483 milhões, com subscrições de .. NCrS 1,234 bilhão de Obrigações, para o que é certo contribuíram as subscrições dos bancos comerciais, dentro das experiências de *money market* adquiridas dentro do esquema da Circular 85, com cláusula de recompra, visando dar aos bancos recursos disponíveis em períodos de excesso de liquidez. Estima-se que até outubro tenham sido subscritos NCrS 220 milhões em Obrigações dêsse tipo, das quais NCrS 70 milhões retornaram pela cláusula de recompra, restando portanto um saldo favorável de NCr$ 150 milhões.

Foram resgatados durante o ano NCrS 625 milhões enquanto a parcela de juros somava NCrS 126 milhões.

Achamos interessante transcrever o quadro seguinte mostrando como estavam distribuídas as obrigações em circulação em 30-06-67 entre as diversas categorias de investidores:

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO

Quadro de possuidores até 30-06-67

Discriminação	NCr$ milhões	%
Total	2 034	100
1 — Bancos:		
1.1 — Oficiais (149)		
1.2 — Privados (477) (total)	626	31
2 — Caixas Econômicas	103	5
3 — Bancos de Investimento e Emprêsas de Crédito, Financiamento e Investimento	13	1
4 — Firmas	499	24
5 — Entidades Públicas	16	1
6 — Outros	777	38

Fonte: Banco Central

Certamente em 1968, a persistir a desaceleração da curva inflacionária e a vigorar a portaria ministerial que reduziu as taxas de juros oferecidas pelas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, o Govêrno terá em nossa opinião problema sério em preservar sua fatia de bôlo.

Outra explicação para uma perda de terreno das Obrigações do Tesouro em 1967 pode ser encontrada com a participação mais agressiva no mercado das sociedades de crédito imobiliário colocando suas letras com correção monetária trimestral, taxa de juros de 8% e garantia de liquidez antes do vencimento, oferecida pela emprêsa emissora respaldando-se naturalmente nos ombros fortes do BNH. As Letras de três anos (Letras imobiliárias de renda) têm o juro e a correção monetária pagos trimestralmente, com índices idênticos às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Podem ser emitidas ao portador ou nominativas, sendo que as aplicações nestas últimas poderão ter até 30% do valor de sua subscrição utilizados para o desconto da renda bruta de pessoas físicas (deverão ficar em seu poder dois anos). Existem ainda as Letras de poupança, com prazo mínimo de 1 ano. Nos dois casos, tanto os rendimentos de juros e correção estão isentos de qualquer tributação de Impôsto de Renda, tanto para pessoas físicas como jurídicas.

Segundo informação recente, o total de Letras Imobiliárias emitidas por sete instituições de crédito imobiliário (foram autorizadas 33 Sociedades de Crédito Imobiliário das quais 14 estão sediadas em São Paulo) totalizaria cêrca de NCrS 96 milhões, que a rigor foram colocadas exclusivamente em 1967, dando assim uma medida de sua importância. Desde seu lançamento inicial em julho de 1966 até dezembro de 1967 o total de vendas de 28 Sociedades de Crédito Imobiliário atingiu NCrS 156 milhões.

Para completar êste quadro descritivo do comportamento do mercado de capitais em 1967 seria oportuno um pequeno comentário a respeito dos certificados de depósito emitidos pelos bancos de investimento e bancos comerciais. Muito embora o balancete daquelas instituições financeiras aponte a existência de alguns recursos daquele gênero no seu exigível, pràticamente êles não funcionaram como instrumento captador de poupanças. No caso dos bancos de investimento, muito embora pudessem ser emitidos a um prazo de seis meses, sua endossabilidade só era tolerada para os que tivessem o prazo de 18 meses. Por seu turno a nominatividade obrigatória restringiu ainda mais o possível interêsse dos subscritores em sua maior parte intransigentes aplicadores no anonimato. Quanto aos bancos comerciais, autorizados a receber depósitos com correção monetária, as taxas de correção estabelecidas foram subestimadas carreando inexpressivos depósitos dessa natureza.

Podemos assim concluir que, muito embora com maior estabilidade, o ano de 1967 não fugiu à regra de anos anteriores com franco prevalecimento dos títulos de renda fixa desta vez, mostrando um revigoramento extraordinário das Letras de Câmbio cujo atestado de óbito já havia sido passado.

Um comentário especial deve ser feito mais com propósito informativo e sem intuito polêmico sôbre a discussão havida quanto à conveniência ou não, de na fase atual de combate à inflação haver uma diminuição de taxa de juros, carro chefe de programa econômico-financeiro do atual Govêrno. Observadores ilustres expressaram opinião que em têrmos de política monetária não há cabimento em baixar o preço do dinheiro em fase de inflação, pois a alta da taxa de juros estimula a poupança (?) com duplo aspecto favorável já que reduziria a demanda de bens de consumo (?) e aumentaria a oferta de recursos financeiros e que também o alto custo do dinheiro desencorajaria a demanda de crédito e portanto a demanda de bens. Isto partiria do pressuposto de que existe uma inflação de demanda, ou pelo menos uma inflação complexa em que a maior parcela pode ser identificada como inflação de demanda.

Na opinião dos mesmos (e nesse caso na nossa também) a baixa da taxa de juros terá de ser sobretudo um subproduto da redução do índice de inflação, estando portanto depositado nas mãos do Govêrno o instrumental que permitirá a execução de tais objetivos.

O caminho apontado seria o da capitalização das emprêsas com lançamentos públicos de suas ações, aliviando-as do recurso de taxas de juros elevadas para financiar seu capital de giro. Mas não foi explicado como uma emprêsa poderia lançar ações no mercado persistindo as atuais taxas de juros e enquanto o imediatismo ainda comandar as decisões de investimento dos aplicadores. E, se fôsse possível, desafiar o mercado com uma emprêsa de primeira grandeza, não foi explicado como poderiam ser pagos os altos custos de intermediação que vigoram no mercado, custos êsses institucionalizados pela posição privilegiada dos distribuidores de Letras de Câmbio, acostumados à tradição de juros altos e pouco esfôrço de vendas.

Portanto parece-nos acadêmica a discussão se devemos ou não reduzir a taxa de juros, o que aliás trocado em miúdos significaria dizer que o Govêrno perdeu seu tempo em 1967, pois a tônica do programa do Ministro da Fazenda foi como dissemos a da redução da taxa de juros. Sem a redução da taxa de juros não vemos condições da emprêsa encontrar condições para a abertura do seu capital equilibrando permanentemente a relação entre capital fixo e capital de giro. Sem a redução da taxa de juros o imediatismo continuará prevalecendo no mercado, não havendo condição para que as instituições financeiras criadas para mobilizar recursos a médio-longo prazo tenham condições operacionais.

Na medida em que a inflação declina, o público poderia ser motivado para aplicar em ações, que favoreceriam o capital fixo de que necessita a emprêsa nacional. Mas êle só terá uma motivação na medida em que os intermediários financeiros também se interessem em vender ações, o que nunca ocorrerá enquanto prevalecerem opiniões que fortalecem ainda mais a posição predominante de determinados papéis no mercado, que inclusive contam com tratamento fiscal privilegiado.

Foram fatos ainda dignos de menção no mercado no ano de 1967: 1. As campanhas feitas pelas Bôlsas do Rio e São Paulo contra o mercado de balcão; 2. O I Congresso e Forum do Mercado de Capitais patrocinado pela Bôlsa de Valôres do Rio de Janeiro; 3. O reaparecimento do *mercado negro* de cambiais estrangeiras em vista da proibição de vendas de moedas a não ser para viajantes e assim mesmo com identificação obrigatória; 4. O registro da primeira emissão de debêntures conversíveis feita pelo Banco Central (CBR-Decreto-Lei 157); 5. A regulamentação das sociedades distribuidoras de valôres; 6. A possível emissão de títulos brasileiros para colocação no exterior expressos em dólares (falava-se numa emissão de USS 20 a USS 25 milhões para canalização de recursos — Vale do Rio Doce); 7. A publicação das Resoluções 56 e 57 aumentando o capital mínimo das financeiras e bancos de investimento; 8. A não promulgação de legislação específica já prometida por Govêrno anterior para facilitar compra de ações em Bôlsa de Valôres para residentes do Exterior; 9. A publicação das Resoluções 79 e 80 ao apagar das luzes de 1967, tentando através de mecanismos monetários contrabalançar as pesadas emissões de papel-moeda ocorridas em dezembro, colaborando para uma expansão dos meios de pagamento da ordem de 40% em 1967 e òbviamente com reflexos perigosos sôbre o nível da inflação para 1968. A Resolução 80 foi liberalizada em princípios de janeiro através da Resolução 85, descongelando as operações de crédito ao consumidor e FINAME, permitindo assim que os limites fôssem estabelecidos com base em 27-12-67; 10. A eficiência da GEMEC nos registros provisórios de emissões dentro do Decreto-Lei 157/238.

IRB, do fortalecimento do mercado interno à melhoria das relações externas de seguros

Um lucro operacional, a obtenção de um declínio percentual das cessões de prêmios ao mercado mundial, o fortalecimento do mercado interno, a melhoria das relações externas do nosso mercado segurador, o início da aplicação dos princípios da Reforma Administrativa e a elaboração de um intenso programa para o corrente ano foram os principais resultados obtidos pelo Instituto de Resseguros do Brasil em 1967.

O fato essencial que sintetiza e testemunha o êxito da atuação do IRB em 1967, terá sido o declínio percentual das cessões de prêmios ao mercado mundial, conseguido graças à reformulação iniciada em 1964 no sistema legal brasileiro que permitiu, mantendo as finalidades que haviam ditado a criação do Instituto, o emprêgo de métodos e processos em condições de suscitar maior rendimento prático da sua missão.

DECLÍNIO PERCENTUAL

De acôrdo com o relatório preliminar enviado pelo IRB ao Ministro da Indústria e do Comércio, são os seguintes os números que permitem prever a queda percentual das cessões de prêmios ao exterior:

		NCr$
a) Arrecadação do mercado interno		487.000.000,00
b) Resseguros no IRB		
23,4% da arrecadação do mercado interno, assim distribuídos:		
Retrocessões		
no País (18,2%)	88.760.000,00	
no exterior (2,6%)	12.606.000,00	
Receita do IRB (2,6%) ..	12.841.000,00	114.207.000,00
c) Retenção de receitas pelas seguradoras		372.793.000,00

A transferência de Prêmios para o Exterior, tomando-se como têrmo de comparação a massa de resseguros cedidos ao IRB, é, de acôrdo com o relatório preliminar, da ordem de 11% (equivalentes a 2,6% da arrecadação global do mercado interno), revelando um declínio ocorrido em 1967, conforme o seguinte quadro:*

ANOS	% em relação ao prêmio do resseguro no IRB	% em relação ao prêmio arrecadado pelo mercado do País
1963	31,7	6,1
1964	22,7	4,6
1965	13,1	2,7
1966	12,0	2,6
1967	11,0 (estimativa)	2,6 (estimativa)

É ainda o relatório que esclarece ter sido a reformulação iniciada em 1964 no sistema legal brasileiro que permitiu a obtenção de tais resultados. Afirma que, mantendo as finalidades que haviam ditado a criação do Instituto, a reforma legislativa veio, entretanto, criar novos e mais atualizados instrumentos de ação, capacitando o órgão a empregar métodos e processos em condições de suscitar maior rendimento prático de seus objetivos.

Êstes, adianta, têm sido, principalmente, a melhoria das relações externas de modo a serem alcançadas cotações mais favoráveis para os excedentes transferidos ao mercado internacional e, também, de modo a ser ativada e incrementada a participação do Brasil nas trocas externas de excedentes nacionais.

MERCADO INTERNO

Por estar a dependência externa do nosso mercado, na razão inversa do seu fortalecimento interno, o IRB promoveu em 1967, não só a atualização dos limites operacionais das sociedades seguradoras, para habilitá-las a uma absorção máxima da renda do sistema de previdência privada, como cuidou, também — através do aperfeiçoamento de planos de cobertura e de resseguros — de capacitar o mercado interno a dar melhor atendimento possível à demanda de proteção securatória, tão dinâmica como a própria evolução do sistema econômico nacional.

Nesse sentido, foram tomadas ainda diversas medidas que fortalecessem a citada orientação entre as quais se incluem: a) a implantação do plano de seguros em moedas estrangeiras; b) a elaboração de planos dotados de condições para incentivar a expansão de diversas modalidades de seguro de crédito no setor interno da economia; c) a complementação dos mecanismos institucionais necessários à implantação do seguro de crédito à exportação.

NOVAS POSSIBILIDADES

O esquema de operações de seguros em moedas estrangeiras, restrito a determinadas modalidades — entre as quais se destaca a que tem por objeto os riscos de viagens internacionais — veio a fornecer, segundo explica o relatório preliminar do IRB sôbre as suas atividades em 1967, ao mercado brasileiro novas possibilidades na sua antiga luta pela conquista de justa posição no próprio setor externo da economia nacional.

Enfatiza que o horizonte aberto com tal política é de suma importância, pois em tal setor se localiza uma das fontes tradicionais de evasão de divisas, acusando, "o nosso balanço de pagamentos, grandes e sistemáticos resultados deficitários no item relativo ao serviço de seguros".

SEGURO DE CRÉDITO

O seguro de crédito, no setor interno da nossa economia, com a evolução e melhor ordenação do mercado de capitais, e de todo o sistema financeiro nacional, está destinado a cumprir importante função. Por isso o IRB tem dedicado, esclarece o relatório, a melhor atenção a tôdas as modalidades dêsses ramos de seguros, cumprindo salientar, em relação a 1967, a larga aceitação que encontrou o plano aprovado para as emprêsas de crédito, financiamento e investimento e para os bancos de investimento.

Com êsse plano objetiva-se garantir operações de financiamento de capital de giro de emprêsas e operações de financiamento, ao consumidor final, de bens de consumo duráveis. Já em relação ao seguro de crédito à exportação, acredita o IRB que êste venha a tornar-se peça de grande importância na estrutura financeira do nosso comércio exterior que se está reestruturando para que as manufaturas passem a ocupar lugar predominante na nossa pauta de exportações.

BÔLSA DE SEGUROS

A implantação do sistema de concorrências e consultas para a colocação externa de riscos sem cobertura, total ou parcial, no mercado interno, possibilitou, diz o IRB, a melhoria das relações externas do nosso mercado segurador. Registrou-se, com tal orientação, queda substancial das cotações internacionais para êsses riscos e diminuiu, com isso, o gasto de divisas relativo à transferência de tais riscos.

Outra medida apontada pelo IRB como fator preponderante na melhoria das relações externas foi a criação, pelo Instituto, da Bôlsa de Seguros, mantida como órgão indispensável de incentivo à absorção, pelo mercado interno, de operações que de outra maneira seriam canalizadas para o exterior, dado o caráter incomum dos riscos e, em conseqüência, pelas desfavoráveis condições técnicas e qualitativas.

MERCADOS INTEGRADOS

Lembra também o relatório que durante 1967 o IRB se empenhou a fundo na tarefa de promover a integração final dos mercados regionais, que possibilite a criação de um mercado latino-americano de seguros e resseguros, iniciativa que vem sendo apoiada pela ALALC para melhorar o intercâmbio externo de todos os países da região. Foi com essa idéia que o Instituto compareceu, em setembro último, à reunião convocada pela ALALC e durante a qual promoveu as demarches iniciais para a instauração ou desenvolvimento do intercâmbio de resseguros na América Latina.

O IRB deu ainda em 1967 os passos iniciais para a implantação dos princípios da Reforma Administrativa a qual, promovida pelo Decreto-Lei n.º 200/67, criou novos e importantes instrumentos de dinamização e aumento de eficiência do setor público, tal como a delegação de competência, que tem por objetivo incentivar a descentralização administrativa com o fim de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões.

MODERNIZAÇÃO DO IRB

A título de exemplo, e como prova das alterações efetuadas pelo Instituto com o sentido de descentralizar e desburocratizar seus serviços, modernizando-os a tal ponto que já propiciaram a efetuação de serviços a outros setores da vida nacional, o relatório cita alguns trabalhos efetuados em 1967, como o cálculo da reserva matemática de uma sociedade seguradora em liquidação, com uma carteira de seguros de vida de 80 000 segurados; a elaboração de tôdas as apurações mecanizadas dos concursos públicos realizados pelo Banco Nacional da Habitação e as apurações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com a preparação das listagens mensais de recolhimento ao Banco do Brasil.

No que toca à descentralização administrativa do IRB, a primeira etapa consistiu, mediante aplicação do instituto legal da delegação de competência, numa redistribuição de tarefas e atribuições, em moldes que capacitassem a entidade a manter e ampliar seus tradicionais índices de eficiência administrativa. No setor do processamento eletrônico de dados —, fundamental para a natureza e complexidade da missão institucional do IRB, o equipamento disponível foi modernizado e ampliado.

PROGRAMA PARA 68

Depois de esclarecer que no investimento de suas disponibilidades o órgão deu preferência às Obrigações Reajustáveis do Tesouro e às Letras Imobiliárias, informa o relatório preliminar que o programa do Instituto para 1968 foi baseado na mesma política de desenvolvimento do mercado interno, indispensável — enfatiza — ao fiel cumprimento da sua missão, que é a de evitar o escoamento de divisas para o exterior.

O IRB destaca, nessa programação, os seguintes trabalhos e objetivos:

a) implantação de normas e planos capazes de permitirem a plena realização das finalidades visadas pelo Govêrno do Presidente Costa e Silva, com a regulamentação dos seguros obrigatórios;

b) reformulação do seguro de vida em grupo, para melhor atender às necessidades do ramo, que é de grande alcance social;

c) incremento da capacidade de operação do mercado nacional para reduzir ainda mais os excedentes transferidos ao exterior;

d) aperfeiçoamento dos planos de seguro de crédito interno e de seguro de crédito à exportação, para a expansão dessas modalidades em benefício da economia nacional;

e) aperfeiçoamento dos serviços de liquidação de sinistros, cujos processos, em 1967, chegaram a totalizar, em indenizações, a elevada quantia de NCr$ 41.000.000,00;

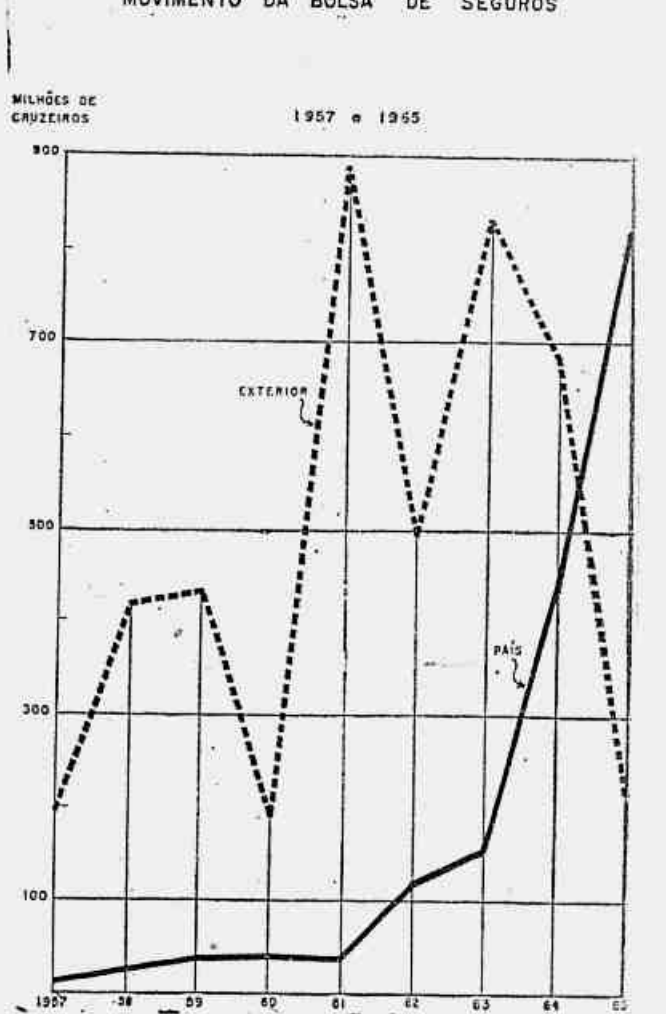
f) ampliação e modernização do equipamento convencional ainda utilizado nos serviços mecanizados; e

g) aperfeiçoamento das normas que regem a colocação dos seguros de órgãos do poder público, visando uma distribuição de operações que concorra, ainda mais, para o fortalecimento do mercado interno.

MOVIMENTO DA BÔLSA DE SEGUROS

MILHÕES DE CRUZEIROS — 1957 e 1965

EXTERIOR

PAÍS

* As cifras e percentagens do quadro acima referem-se às operações nas quais o IRB tem participação direta, como ressegurador e retrocedente. Fora dessa área existe a faixa operacional das colocações diretas no exterior, de riscos sem cobertura, total ou parcial, no mercado interno.

A ação desenvolvida pelo Instituto, no último caso, consiste em estimular o incremento da participação do mercado brasileiro em tais operações e em procurar a redução das cotações internacionais, através de mecanismos e processos especiais já citados anteriomente. O IRB não possui estatística dessas operações, que são controladas pelas autoridades monetárias.

O papel do empresário no desenvolvimento econômico

JAYME MAGRASSI DE SÁ
Presidente do BNDE

Num regime democrático e de livre iniciativa, o papel do empresário no processo de desenvolvimento é de transcendental importância. É o empresário que, em largas faixas da atividade econômica, mobiliza e combina os fatôres de produção, para transformar as potencialidades em bens e serviços. É da ação do empresário e de suas expectativas que decorre grande parte do volume de inversões e é ainda de sua atitude ou comportamento que depende o ritmo conjuntural.

Na época atual, dêle depende também, em larga margem, a evolução técnica aplicada aos sistemas de produção, hoje o traço mais destacado do progresso econômico. E da atitude própria do empresário depende ainda a própria formação da mão-de-obra, quer através de ação específica no âmbito da emprêsa, quer através de contribuição consciente para o sistema educacional da coletividade a que pertence.

Nas áreas subdesenvolvidas, o papel do empresário é muito mais significativo, por razões óbvias. A fragilidade de estrutura econômica dessas áreas e a propensão natural que ostentam para os regimes inflacionários requerem uma ação empresarial definida e racional, sem o que a naturalmente penosa marcha do desenvolvimento mais rude e difícil se torna.

No Brasil, na fase em que atravessamos, a ação empresarial ganha relêvo especial, podendo ser aferida através de um aspecto que é, êle mesmo, uma espécie de fulcro do desenvolvimento — a melhoria dos índices de produtividade. A melhoria constante de rendimento faculta a um só tempo, o crescimento do produto e arrefecimento das pressões para a alta de custos e preços.

Produtividade é conceito relativo, pois seria difícil admitir-se, de fato, um rendimento **ótimo** ou **ideal** de modo permanente ao longo do tempo. A própria mutabilidade dos fatos e das coisas indica que o conceito de produtividade obriga à busca constante de um maior rendimento no esfôrço empregado para produzir-se alguma coisa. Busca que cobre tôda a gama de elementos usados ou envolvidos no processo de produzir e que vai sendo, ela mesma, um dos elementos dinâmicos de progresso nessa era da ciência e da técnica.

Objetivamente, podemos apreciar a questão da produtividade na emprêsa em seus dois aspectos: 1.º) a produtividade física ou técnica; e 2.º) a produtividade monetária ou financeira.

A primeira liga-se **ao produto real em bens ou serviços** que decorre do ato físico ou técnico de produzir. A segunda, ao maior resultado financeiro que se obtém pela venda ou troca dêsse produto. Num dado momento, os dois aspectos se podem confundir; para a análise, porém, vamos mantê-los separados.

A produtividade física ou técnica pode decorrer, ou é função:

a) **das "economias externas"**, isto é, da melhoria de funcionamento de setores como o da energia, e do transporte etc., de uso genérico e básico ao esfôrço geral de produção. b) **da incorporação de tecnologia nova**, quer dizer, da evolução racional no uso do fator capital através da utilização de equipamentos de maior densidade tecnológica. c) **do aprimoramento da mão-de-obra**, ou seja, de trabalho mais capacitado, técnica, física e disciplinarmente. d) **da racional combinação dos fatôres de produção**, isto é, do emprêgo técnico e econômicamente correto dos fatôres trabalho e capital, fenômeno denominado, em Economia, de composição dos fatôres. e) **das mudanças de escala**, vale dizer, da produção em largas dimensões, ou em série, que é função, por sua vez, das mudanças de dimensão dos mercados; e f) **da organização satisfatória da unidade de produção, unidade que se denomina habitualmente de emprêsa** — essa organização satisfatória depende eminentemente: I) da capacidade gerencial; II) do preparo do administrador; e III) da introdução de métodos racionais de administrar e de controlar o funcionamento e os resultados do sistema de produção da emprêsa.

Podemos ter ganhos reais de produtividade física ou técnica de uma maneira simples, do ponto-de-vista econômico:

1.º) através de maior rendimento obtido com uma mesma quantidade de fatôres empregados; 2.º) através de menor quantidade de fatôres utilizados para um mesmo resultado ou rendimento; e 3.º) pela interação dos fatos acima, ou seja, quando se aumenta o resultado ou o rendimento simultâneamente à diminuição da quantidade de fatôres empregados; neste caso, temos uma espécie de alvo ou meta dentro do sentido **ótimo**.

O resultado social do aumento de produtividade pode ser expresso de modo simples — maior quantidade de bens e serviços com esfôrço menor; é a própria consecução do sentido econômico do bem-estar coletivo, eliminadas, naturalmente, as injustiças na distribuição social da Renda.

Econômicamente, o aumento de produtividade significa: 1.º) maior volume de riqueza ou de bens para consumo e investimento, simultâneamente a uma disponibilidade maior de fatôres para usos alternativos no ato de produzir bens e serviços; 2.º) menor custo real e, portanto, maior capacidade de oferta à economia como um todo, a preços mais absorvíveis pelo poder aquisitivo da Renda distribuida, donde decorre maior amplitude de consumo, e, portanto, de mercado; e 3.º) maior capacidade competitiva, interna e externamente.

A produtividade monetária ou financeira pode ser **real ou falsa**. Em ambos os casos é traiçoeira, todavia. Em têrmos usuais entre os economistas, chamâmo-la **de lucratividade monetária**.

Pode ser definida do seguinte modo: aumento de lucros via aumento de preços, sem qualquer aumento de produção ou mesmo com o aumento desta, mas sem melhoria no resultado físico ou técnico da produção. Significa dizer que a taxa de lucro cresce, sem que se reduzam os custos por unidade do produto real e sem que se aumente o rendimento por unidade de fatôres empregados.

A produtividade monetária é ilusória, quando decorre de conjuntura inflacionária, pois, então, ao longo do tempo ainda que sob um estado de euforia, a descapitalização induzida das emprêsas — tanto do capital fixo, quanto do de capital de giro — como que lhes corrói as bases e alicerces, pelo menos para sua expansão, quando não para a sua própria preservação. A produtividade monetária é **real**, quando emana de uma posição monopolística ou oligopolística no mercado, mas, nesse caso, não é menos perigosa, pois tal situação — de monopólio ou oligopólio — é sempre precária em têrmos econômicos e, hoje em dia, até mesmo em têrmos políticos. A produtividade monetária é, porém, **real e efetiva**, quando resulta de ganhos físicos ou técnicos de produtividade; portanto, com esta se confunde. Aí temos, para o empresário, o benefício real, pois sua lucratividade aumenta, sem encarecimento dos preços de seus produtos.

Dessa forma, o aspecto fundamental a considerar é o da produtividade técnica ou física, pois é esta que econômicamente interessa, quer à coletividade como um todo, quer aos empregadores e empregados em particular. À coletividade, por maior disponibilidade de bens a custos relativamente menores. Aos empregadores, pela melhoria de receita financeira sem pressão sôbre os preços, melhorando, assim, sua posição no mercado; para os empregados, porque, de um lado, podem aspirar salários reais melhores e, de outro, por contarem com a posição firme da emprêsa no mercado, o que lhes assegura a subsistência e melhores perspectivas.

Temos observado, no caso brasileiro, que o empresariado ainda vive um tanto apegado ao conceito estrito e exclusivo da produtividade monetária como tal. O empresário brasileiro tem arrôjo e espírito de iniciativa. Tem-se debatido num contexto de fenômenos que muito tem concorrido para afastá-lo de preocupações mais profundas quanto ao seu regime de produção. Mas, tal não impede que se registrem o que parecem ser insuficiências verdadeiras, a começar pelo fato de que o ponto de partida para o sucesso é exatamente o de constatarem-se os erros e as imperfeições que ostentamos ou cometemos. Tomar consciência do problema, representa, quase sempre, 50% da sua solução, pelo menos.

Devemos reconhecer que pequenas ou quase nulas têm sido, de um modo geral, as atenções de nossos empresários para a magnânima questão da produtividade técnica ou física. Afastando-se o aspecto das **"economias externas"**, hoje pràticamente aos cuidados do setor público, e o das **mudanças de escala**, que são função precípua das dimensões de mercado e, portanto, de inúmeras circunstâncias, todos os demais aspectos aqui mencionados — incorporação de tecnologia, aprimoramento da mão-de-obra, racional combinação dos fatôres e, sobretudo, organização satisfatória da emprêsa caem no âmbito da gestão empresarial. E a evolução, no que concerne a êsses aspectos, depende de dois pontos:

a) da capacidade gerencial; e b) da habilitação gerencial.

A capacidade gerencial é, em boa margem, um predicado nato, ainda que possa ser cultivada, bastante cultivada. A habilitação, porém, é, nitidamente, uma questão de **querer saber**, de apreender, portanto. Assim, a incorporação de tecnologia nova, o aprimoramento da mão-de-obra, a racional combinação dos fatôres e a boa organização da empresa são aspectos que, hoje, devem ser submetidos a preceitos técnicos e científicos no âmbito da própria emprêsa, preceitos êsses já à mão dos empresários também no Brasil.

O alheamento a êsse fato, sôbre deixar os esquemas de produção órgãos de racionalidade, subtrai aos empresários elementos preciosos para a evolução de suas unidades, dificultando a melhoria e até mesmo a consolidação de sua posição no mercado. Ao mesmo tempo, e como conseqüência, ficam os empresários cada vez mais prisioneiros de recursos alheios ou de terceiros, principalmente dos que advêm do sistema bancário, agravando o regime financeiro de suas emprêsas. Não se erra muito ao dizer que em amplos setores econômicos, maior racionalidade no âmbito da emprêsa, neste País, ajudaria a reduzir sensivelmente, por via de conseqüência, o vulto dos encargos financeiros que agravam seu regime operacional por obra de sua grande e crescente dependência de crédito bancário.

De modo sumário, parecem ser os seguintes, os pecados maiores em nossas emprêsas, como conseqüência da situação apontada acima:

a) **do ângulo de seus dispêndios:** 1) excesso de despesas diretas e indiretas de fabricação; 2) irracionalidade em matéria de dispêndios administrativos; 3) dispêndios desnescessários em têrmos de tempo e de material; 4) inexistência de contrôles contábeis cerceadores ou disciplinadores de gastos; e 5) excessivos encargos ou ônus financeiros pelo largo uso de créditos de terceiros, em boa margem ligados a fracos índices de produtividade.

b) **do ângulo da posição de mercado**: 1) fraca capacidade de aferir a marcha da conjuntura; 2) relativa insensibilidade às modificações estruturais da economia, sempre importantes porque se refletem na estrutura da demanda global e da setorial no mercado; 3) crescente descapitalização relativa; 4) forte rigidez de linhas de produção, com reflexos negativos sôbre a resistência financeira das emprêsas às modificações conjunturais; e 5) precário poder de concorrência.

Se, para a emprêsa, é sério o resultado dêsses fatos, para a coletividade se transforma êle em obstáculos a:

1) mais ativo o combate à inflação de custos e preços; e 2) maior esfôrço ou a esfôrço mais significativo em favor do desenvolvimento econômico.

O esfôrço empresarial consciente e racional no sentido da melhoria de produtividade representaria extraordinário impulso no processo de desenvolvimento da economia brasileira, donde a importância de um esfôrço verdadeiramente nacional nesse sentido.

PRODUÇÃO DE VEÍCULOS

acumulado

1967

1000 veículos

200 · 150 · 100 · 50 · 0

J F M A M J J A S O N D

APEC-M.Duarte

Produção de automóveis e tratores

(UNIDADES)

1960	133 078	37
61	145 674	1 678
62	191 194	7 586
63	174 126	9 908
64	183 735	11 534
65	185 173	8 123
66	224 575	9 069
67	225 364	6 377

	1966		1967	
Janeiro	19 051	698	14 219	329
Fevereiro	16 626	649	14 596	498
Março	21 009	860	19 028	498
Abril	17 964	918	17 026	488
Maio	20 986	857	19 824	569
Junho	19 838	946	21 234	641
Julho	19 968	861	20 870	670
Agôsto	20 780	919	23 255	662
Setembro	19 625	691	19 267	553
Outubro	17 690	687	21 713	577
Novembro	15 733	545	18 479	540
Dezembro	15 305	537	15 853	302

AMECIF promove incremento do mercado de capitais

No início era apenas uma entidade como tôdas as demais criada para cultivar as relações entre as emprêsas financeiras de Minas Gerais e do País, e amparar os legítimos interêsses dessas emprêsas. Hoje, a Associação Mineira das Emprêsas de Crédito, Investimentos e Financiamento — AMECIF — assumiu importância fundamental, não apenas para o crescimento de suas associadas, mas principalmente para promover o incremento do mercado de capitais.

Sua história tem apenas três anos e meio, mas foi a partir de sua criação que o mineiro, de modo geral, veio tomar conhecimento do que é o mercado de capitais como fator de criação de poupanças e de promoção do desenvolvimento econômico.

A ação dinâmica das promoções, dos estudos e da atuação junto aos setores financeiros, públicos e privados, acabaram por transformar a AMECIF num organismo essencial para contribuir no próprio sucesso da política governamental de incremento e consolidação do mercado de capitais. As autoridades monetárias federais reconheceram esta importância e ampliaram a sua área de jurisdição para o Estado de Goiás e Distrito Federal.

LUTA INICIAL

A AMECIF foi criada nesta capital no dia 18 de agôsto de 1964 e, dois dias depois, foi instalada em solenidade presidida pelo diretor da extinta SUMOC, Sr. Dênio Nogueira. A sua primeira diretoria era composta dos Srs. Sílvio Grandinetti, como Presidente, Álvaro Cardoso de Meneses, como Diretor Financeiro, e Hugo Alves Garcia, como Diretor Secretário.

A partir daí seus diretores passaram a agir. Foram dezenas as reuniões realizadas com as entidades congêneres de outros Estados e com as autoridades federais responsáveis pelo mercado de capitais. Foi uma luta árdua no início. Mas aos poucos foi demonstrando sua importância para o sucesso da política preconizada pelas autoridades monetárias no campo do mercado financeiro.

Com estudos, análises e observações da realidade do mercado a AMECIF fazia suas sugestões para a solução de problemas. Entrosou-se perfeitamente com as entidades que congregam as financeiras em São Paulo e na Guanabara — a Associação de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI), de São Paulo, e Associação dos Diretores das Emprêsas de Crédito Investimento e Financiamento (ADECIF), da Guanabara.

Com apenas um ano de existência a AMECIF já era respeitada pelas autoridades monetárias, quase que como órgão consultor, na mesma proporção das demais entidades que reúnem as financeiras. O Banco Central do Brasil, antes de adotar uma determinada medida, submetia-a à apreciação da AMECIF e das demais entidades das financeiras. Dos estudos as entidades davam na medida pretendida pelo órgão, o toque da experiência que tinham no mercado de capitais.

CONTRIBUIÇÃO

Assim é que, com a ajuda da AMECIF, a Carteira de Amortização pôde lançar em Minas Gerais as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, obtendo um sucesso que superou tôdas as previsões feitas por aquêle órgão para o mercado mineiro.

Após estudos profundos feitos por seus técnicos, a AMECIF ofereceu inúmeras sugestões ao Banco Central no sentido de obter a redução do custo do dinheiro fornecido pelas financeiras. Sua contribuição para o incremento e consolidação do mercado de capitais não foi feita apenas sugerindo medidas, mas também fazendo muita divulgação do que é o mercado, conseguindo, com isto, a criação de novas áreas de poupança.

As sugestões apresentadas pela AMECIF aos dirigentes do Banco Central e a outros órgãos federais, sempre revelaram uma preocupação de manter a "perspectiva das boas modificações" no mercado. Elas sempre foram elaboradas no sentido de atender aos princípios da filosofia da política financeira, embora procurando um caminho gradual para aquelas modificações, de modo a não tumultuar o processo em desenvolvimento.

O que se observa ainda nas sugestões feitas pela AMECIF às autoridades monetárias, é que em tôdas elas, de modo geral, o objetivo é ativar o mercado de valôres através da criação de condições para o equacionamento de novos sistemas — embora em caráter intermediário — que, ao invés de desestimular o empresário, facilite o seu engajamento no setor de investimentos.

Estas transformações, entretanto, contidas nas sugestões, sempre eram defendidas no sentido de que devem ser feitas à medida que o mercado vai absorvendo êsses sistemas intermediários, criando, êle próprio, técnicas operacionais compatíveis com a experiência adquirida e com a prática em execução.

I ENCONTRO

Entre as principais contribuições da AMECIF para a ativação e consolidação do mercado de capitais no País, destaca-se a idealização, organização e promoção do I Encontro das Associações de Crédito, Investimentos e Financiamento, realizado em Belo Horizonte em fins de novembro de 1966. O I Encontro teve o mérito de reunir, pela primeira vez, os principais funcionários dos organismos federais ligados ao mercado de capitais num diálogo sem limitações com os dirigentes e técnicos das emprêsas financeiras de todo o País.

O I Encontro convenceu, definitivamente, os técnicos e autoridades federais, que a prática e a teoria devem estar harmoniosamente interligadas, sob pena de deterioração dos processos novos criados para normalizar o mercado de capitais. Dêle partiram dezenas de sugestões que hoje se transformaram em importantes medidas do Govêrno federal, como é o caso da Resolução 45 do Banco Central que instituiu o sistema do crédito direto ao consumidor.

Pela primeira vez conheceu-se a realidade do Mercado de Valôres do Brasil, conhecimento que permitiu às autoridades monetárias, principalmente o Banco Central, a sentir a necessidade de criação de sistemas dentro dos quais a modificação do Mercado de Crédito para Mercado de Investimentos (de capitais) se fizesse gradualmente. O I Encontro serviu, também, para mostrar ao Banco Central do Brasil a fonte inesgotável de recursos que possui para introduzir modificações no sistema: "Não só no que respeita às medidas de natureza legal, como as de ordem técnico-práticas, as autoridades monetárias podem trabalhar o sistema sem provocar a sua debilitação".

O seu sucesso foi tão grande que as financeiras decidiram realizar o II Encontro, ano passado, patrocinado pela ADECIF. Agora, em maio próximo, na Cidade de Pôrto Alegre, será realizado o III Encontro das Associações de Crédito, Investimentos e Financiamento, desta vez patrocinado pela Associação Gaúcha das emprêsas de Crédito Investimento e Financiamento — AGECIF.

A AMECIF DE HOJE

O entrosamento entre a AMECIF e as demais entidades congêneres do País é perfeito, seja através do telefone, de ofícios ou contatos pessoais. Basta para isto que surja alguma sugestão, ou que haja necessidade de adotar qualquer providência.

Depois de ser dirigida pelo Sr. Sílvio Grandinetti, durante quase três anos, a AMECIF de hoje é uma entidade consolidada e respeitada nos setores financeiros, público e privado. A sua atual direção é constituída pelo Diretor-Presidente, Sr. Antônio G. B. Rodrigues dos Santos; Diretor Vice-Presidente, Sr. Roberto Rabello Guimarães; Diretor Financeiro, Sr. Francisco Jaime Lobato, Diretor-Secretário, Sr. Fernando César Cabral; e Diretores-Técnicos, Srs. Antônio Machado, Mário Lucas de Araújo Silva e Raul de Araújo Filho.

A AMECIF tem hoje um representante junto ao Conselho Monetário Nacional, na Comissão Consultiva de Mercado de Capitais, que é o Sr. Ivan Vasconcelos Barros. Os contatos com o Banco Central e as demais autoridades monetárias ligadas ao Mercado de Capitais, são freqüentes, seja para opinar sôbre proposições que venham a ser adotadas, seja para receber esclarecimentos e comunicações. Muitas vêzes por iniciativa própria da entidade e outras a convite do Banco Central.

Tôda a sua atuação é comunicada às financeiras suas associadas e tôda e qualquer alteração ou inovação que venha a ser adotada pelas autoridades monetárias, é levada pela AMECIF às financeiras, seja através de reuniões ou de circulares, explicando, detalhadamente, a novidade introduzida no Mercado de Capitais.

As emprêsas financeiras associadas da AMECIF são hoje em número de 17: ALTEROSA — Crédito, Investimentos e Financiamento S.A.; BRACINVEST S.A. — Crédito Financiamento e Investimentos; CGC — Companhia Geral de Crédito, Investimento e Financiamento; Capital de Minas — Crédito Financiamento e Investimentos; COFIMIG — Companhia de Crédito Investimentos e Financiamento de Minas Gerais; Companhia Mineira de Investimentos; ECONOMISA S.A. — Economisa — Crédito Investimentos e Financiamento; Hércules S.A. — Crédito, Investimento e Financiamento; Inconfidência S.A. — Crédito, Investimento e Financiamento; INTERCRED S.A. — Crédito, Investimento e Financiamento; Investimentos BMG S.A. — Crédito e Financiamento; MERCAMINAS S.A. — Crédito, Investimentos e Financiamento; Minas Oeste S.A. — Crédito, Investimentos e Financiamento; PREVISA — Previsão S.A. — Crédito, Investimentos e Financiamento; Transamerica S.A. — Crédito, Investimentos e Financiamento; e UBERCRED S.A. — Crédito, Financiamento e Investimentos.

Hoje, a AMECIF, como as demais entidades congêneres, encontra-se em plena luta para defender a primazia de atuar no mercado com faixa de crédito de 180 a 360 dias. O que se observa é que estas entidades e as financeiras suas associadas lutaram muito e enfrentaram tôdas as situações difíceis para consolidar êste mercado. A Resolução número 18, do Banco Central, determina que as financeiras operem naquela área, enquanto os bancos de investimento atuarão na área com faixa de crédito superior a 360 dias. É a tese das especializações dos agentes financeiros e de desenvolvimento, no Mercado de Capitais, defendida durante o I Encontro das Associações de Crédito, Investimentos e Financiamento, realizado em Belo Horizonte.

Vários entendimentos estão sendo mantidos pela AMECIF e as demais entidades congêneres, no sentido de se encontrar uma solução, através de debates e consultas que permitam confrontar idéias e ajudem a harmonizar posições e interêsses de fôrças que atuam dentro do setor financeiro.

Paternidade irresponsável e frustração nacional

GLYCON DE PAIVA

A inquietude brasileira, econômica e social acusada em agôsto de 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, perdurante ainda, tem provocado ensaios de interpretação.

Êsses classificam-se em duas naturezas: ensaios fundados sôbre a ideologia de esquerda; e ensaios que responsabilizam a inquietude nacional como desvios da ordem capitalista e democrática, decorrentes do andrajo gerencial dos Governos.

O presente ensaio aponta terceira categoria de explicação para a **Frustração Brasileira**, desvinculado de fundo ideológico, mas calcada apenas no balanço entre a atividade econômica demonstrada na conjuntura e a crescente pressão demográfica que, coincidentemente, tornou-se crítica a partir de 1960. Por outras palavras, busca explicar o desconfôrto nacional como excesso de gente sôbre a economia possível, na conjuntura.

Eis a essência das anteriores explicações ideológicas da nossa crise essencial:

a) Espoliação capitalista da economia brasileira, principalmente espoliação estrangeira, com a tônica sôbre a espoliação americana.

Os representantes dessa maneira de pensar têm procurado remediar a crise criando obstáculos ao capitalismo do Exterior, fazendo promulgar determinadas leis, supostamente hábeis para estancá-lo: lei de remessa de lucros; declaração de haveres no Exterior; declaração obrigatória de bens; certas leis delegadas do Govêrno Brochado da Rocha, e leis recentemente solicitadas ao Parlamento que limitariam a alienação de terras a estrangeiros; que impediriam o exercício de estudos de organizações estrangeiras em terras interiores, principalmente a Amazônia; além de outras que buscariam vedar a estrangeiros a normal disputa capitalista em território nacional.

Imaginam os defensores dessa maneira de explicar ser a espoliação a causa da crise crônica do Brasil Moderno. O remédio seria o Estado ficar dono de tudo, substituindo a iniciativa privada pela iniciativa governamental monopolista, para que a crise possa se resolver ainda que a longo prazo.

Estão certos que assim procedendo a quietude se instalará no ambiente nacional; a Nação fruirá justiça, uma vez esvaídas as tensões sociais, graças ao nivelamento do relêvo social, obra que o totalitarismo do Estado Socialista tão bem sabe fazer. Não haverá luta pelo Poder, sob qualquer de suas formas, porque simplesmente não haverá **Poder Disponível** para ser disputado.

b) Outras pessoas imaginam que a causa da crise crônica brasileira é a desordem financeira, oriunda da má gerência governamental e da corrupção. Bastaria o restabelecimento da boa ordem pública, o império do bom gerente; a austeridade na dispensação da moeda; o estímulo ao trabalho produtivo; uma campanha firme capaz de despertar os valôres humanos dormentes, a confiança e a segurança públicas, e o País retomaria, sem esfôrço, o ritmo de progresso do passado, que aliás lhe permitiu período de progresso econômico-social e político, de que o Govêrno do Marechal Dutra é exemplo.

c) Finalmente cabe uma interpretação neutra, despida de fundo ideológico, a qual caracteriza a crise como um excesso de população sôbre a economia possível na conjuntura. Êsse excesso cria um motivo responsável por uma situação estrutural de desconfôrto social inarredável e insolúvel, quer pela cirurgia ideológica comunista, quer pela clínica democrática.

Segundo êsse ponto-de-vista, o grande espoliador da economia brasileira não é o ianque, nem o homem de emprêsa nacional, nem tão sòmente o mau gerente da coisa pública, mas a criança não desejada, o adolescente que invade nossas vidas em números geomètricamente crescentes, frenando o desenvolvimento e exaurindo a Nação.

De fato, aos poucos nos convencemos da nossa incapacidade definitiva de resolver em tempo hábil os seguintes problemas: educar a avalancha jovem brasileira para fazê-la produtiva; construir os oito milhões de lares capazes de substituir as favelas, os mocambos, as cabeças-de-porco, os tapiris e os ranchos que coalham a paisagem brasileira; finalmente, incapacidade de oportunamente oferecer os serviços infra-estruturais, permanentemente faltantes, de água, esgotos, energia, transporte, limpeza pública e saúde, no volume necessitado.

Assim, a maneira de resolver a crise seria a regulação dos nascimentos, de modo a atrasar o crescimento populacional e permitir que a economia vença a diferença de fase com a população, queimando etapas para atravessar o hiato denominado subdesenvolvimento.

Seria preciso, assim, estender, entre nós, a prática do comportamento nacional de contenção natal que já se encontra em realização em vários países do mundo. No Japão, desde 1948, existe uma Lei Eugênica permitindo limitar legalmente o número de nascimentos e, dêsse modo, criar uma componente de desenvolvimento econômico oriunda da contenção natal. Em outros, como Coréia do Sul, Formosa, Ceilão, Índia e China, além dos países da Europa socialista, a motivação nacional para a contenção natal é um instrumento de desenvolvimento econômico.

Nesses países há motivação nacional para o estabelecimentos de clínicas anticoncepcionais, no sentido de fazer decrescer as taxas de incremento demográfico e fazer diminuir o divisor da renda nacional, permitindo enriquecimento adicional da população existente.

Como mostram as cifras abaixo, as explicações puramente ideológicas da frustração brasileira não contêm, em si mesmas, o remédio definitivo para o problema do indivíduo, objetivo fundamental do esfôrço desenvolvimentista.

O que espera um povo do regime sob o qual vive?

Em princípio, um regime de convivência social é tanto melhor quanto maiores as vantagens e reduzidas as desvantagens da convivência sob os ângulos de:

a) Maneira de viver;
b) Eficiência econômica do regime;
c) Justiça social.

O regime democrático proporciona maneira de viver que permite ao indivíduo gozar das vantagens de uma liberdade responsável: pensar da maneira que lhe fôr possível; falar e escrever o que quiser, deslocar-se para onde desejar; viajar até onde lhe permitam os recursos; trabalhar ou deixar de fazê-lo, ao sabor dos seus desejos e dentro das circunstâncias; acumular proventos derivados do trabalho para posterior dispêndio. A eficiência da economia no regime democrático depende da livre iniciativa que a agencia. Bem conduzido o povo pode acumular poupanças substanciais necessárias ao investimento; bem educado passa a dispor de tecnologia para emprestar produtividade conveniente às poupanças aplicadas. O comércio livre fará chegar os produtos aos que dêles necessitam.

Se igualmente um bom Govêrno consegue manter o poder de compra da moeda, com o correr do tempo se completará o quadro de fortalecimento da paisagem econômica e social armando-se a resultante da prosperidade crescente.

Cumpre ressaltar todavia que o regime democrático caminha muito lerdamente para a equalização social. É que os homens nascem desiguais; são diferentemente dotados; e principalmente esbarram com oportunidades diferentes ao sabor da sorte de cada um. Dêsses pontos de partida, por si desnivelados, atiram-se à competição que caracteriza a economia capitalista. O natural é que alguns sejam bem sucedidos e se enriqueçam de poder econômico; outros, menos afortunados, não se beneficiam plenamente das vantagens recusadas pelas oportunidades que mal tiveram.

Dêsse modo o quadro democrático é capaz de respirar muita crueldade para os despreparados para a luta competitiva e para os desafortunados. Sistema automático algum existe, nivelador do relêvo social abrupto, e suavizador da tensão social, oriunda do fato de terem, uns, outros não. Se a população cresce imoderadamente em relação à economia, diminuem as poupanças, a educação não alcança a todos, a produtividade baixa, a liberdade se restringe, a tensão social aumenta, apesar das virtudes próprias da maneira de viver democráticas.

Sob o regime comunista é o Estado o único agente econômico. A maneira de viver enquadra-se na obediência: ninguém pensa o que pode pensar, mas aquilo que o Estado deixa pensar; ninguém fala ou escreve o que quer; nem se desloca para onde deseja, sem permissão prévia do Govêrno; nem viaja, ainda que no interior do país, sem satisfazer exigências impostas pela Administração; ninguém trabalha quando e como quer, mas da maneira que o Poder determina; ninguém dispõe de poupanças substanciais ou delas pode se utilizar da maneira que entender, se vier a acumulá-las.

Tem-se comparado a maneira de viver sob o regime comunista à vida da caserna, onde o sargento diz o que se deve fazer a cada instante. Ninguém precisa pensar, porque tudo consta ou do Regulamento ou do Boletim.

Sob o ponto-de-vista econômico o comunismo é muito eficiente no que concerne à capacidade de poupar, e isso por dois motivos:

Primeiro, porque a produção dos bens de consumo é fruto de um plano. Não decorre da iniciativa do produtor individual, mas do programa figurado no plano governamental. Freqüentemente, poupa-se sem querer, porque não há o que comprar na linha que se pretende. Segundo, porque o Estado compele a poupança na fonte de salários do indivíduo, retendo aquilo que normalmente lhe seriam economias. Com êsse mecanismo, até 30% da renda nacional podem, episòdicamente, ser cobrados como poupanças. Mas a produtividade só é aquela de que qualquer Govêrno é capaz; isto é, produtividade baixa, fazendo imediatamente diminuir o mérito da poupança elevada. No final, as cifras de crescimento da economia, sob o regime comunista, não superam a dos países capitalistas bem administrados, e freqüentemente, são inferiores à dêstes. O regime, apesar de tudo, tem conhecido sucesso no campo industrial, embora não seja estranho a todos os fracassos no campo da atividade agrícola e da pecuária, o que vem determinando privatização incoercível dessas atividades na Rússia e demais países satélites.

Há supostamente superioridade do regime comunista sôbre o regime democrático, no campo da justiça social. Porque, **no regime comunista todos são simultâneamente privados da mesma categoria de bens**, os quais não figuram no programa de produção do Estado. **Não existe pois, tensão oriunda do fato de terem uns e outros não, porque todos carecem.**

De outro lado, a diversidade de empregos é reduzida no regime comunista, de modo que os empregos básicos são ocupados pelos dois sexos, lado a lado, o que desperta impressiva noção equalitária. É sabido o exemplo da alta percentagem de mulheres, trabalhadoras das obras hidráulicas dos Planos Qüinqüenais russos. Isso acontece porque numerosos empregos de exercício suave, correntes no regime capitalista, (cabeleireiros, manicura etc.) simplesmente não existem sob regime comunista. O relêvo social é de fato menos acusado, mas a cota média da sociedade é mais baixa.

Só há um ingreme desnível na paisagem social comunista: o que se despenha entre o povo sem classes e os membros do Partido que são Govêrno e constituem a chamada **Nova Classe.**

Se a população cresce desmesuradamente sob regime comunista, como ora acontece em certas repúblicas soviéticas e na China, de nada adianta a eficiência da poupança, nem a suavidade do relêvo social, porque de qualquer modo passa a sobrar menos para cada um.

Acima dos regimes, portanto, paira agigantado e, infelizmente, soberano, o fato agressivo e impertinente do crescimento geométrico da população. Pelas próprias virtudes, qualquer dos regimes de base ideológica é incapaz de solver a questão social implícita no aumento imoderado da população decorrente da chamada **paternidade irresponsável.**

Apreciemos em maiores detalhes, êsse aspecto do crescimento irresponsável da população, para justificar a importância que ora se lhe atribui na gestação da frustração brasileira.

O nosso País tem 38 milhões de habitantes. Sua população cresce à taxa anual de 3,1%. Isto quer dizer: seremos quase 100 milhões em 1970, daqui a três anos; 150 milhões, em 1982; 200 milhões em 1990 e 225 milhões de pessoas no ano 2 000, daqui a 32 anos apenas, quando nossos filhos em idade universitária tiverem nossa idade.

Atualmente, com quase 90 milhões de habitantes, o País se encontra deficitário em quase tôdas as necessidades da vida: casas, hospitais, escolas, universidades, comunicações, energia, água, esgotos, trigo, petróleo, carvão, aço e a maioria dos metais. É fácil imaginar-se o que poderá acontecer daqui para a frente.

Os deficits de bens e de serviços se traduzem, financeiramente, sob forma de inflação estrutural: excesso de meios de pagamento, sem correspondência com bens ou serviços. Há por tôda a parte, o propósito de tentativamente fazer o normalmente necessário à vida social, utilizando-se dêsses meios de pagamento sem correspondência com fatôres de produção. A tentativa resulta em toxicose financeira; a inflação destrambelhada.

Socialmente, êsse desiquilíbrio entre a massa de população e potencialidade da economia se revela por indisfarçável sentimento de inquietação: insatisfação com o regime; rebeldia contra princípios democráticos; tendência suicida ao nivelamento aritmético das desigualdades humanas que faz desaparecer o gerente qualificado em favor do gerente político.

Individualmente, sofrem os valôres humanos; esmorecem a coragem e a bravura; busca-se sobreviver, ainda que indignamente; sacrificam-se princípios de modo a acomodarem-se pressões; inventam-se artimanhas e habilidades para racionalizar a conduta. Desaparecem a franqueza e a ação. As decisões necessárias não se as tomam; a hierar-

quia social se esvai com a autoridade soçobrante o respeito e a admiração esfumam-se no ar; cria foros de cidade a liderança falsa; o caos se instala com a progressiva subversão de valôres que fazem valiosa a vida. Concedem-se coisas que nossos pais jamais teriam consentido fôssem formuladas; encaram-se até servidões próprias no campo da honra alheia.

O fenômeno do crescimento imoderado da população, desequilibrando as posições de compatibilidade relativa entre número de habitantes e meios de subsistência, é universal, embora particularmente agravado no Brasil. Também é histórico, no sentido de que se acentua com o passar dos anos. A tabela abaixo, exemplificadora, mostra o aumento mundial da taxa de crescimento demográfico de 1650 para cá, e as previsões até o ano 2 000.

ANOS	Crescimento Percentual Anual
1650 a 1750	0,3
1750 a 1900	0,5
1900 a 1930	0,9
1930 a 1940	1,0
1940 a 1961	2,0
1961 a 1975	2,1
1975 a 2000	2,6

Do mesmo modo, a tabela seguinte alista os períodos de duplicação de determinada população, conforme a respectiva taxa de crescimento.

Acréscimos Percentuais Anuais	Período para Duplicação da População (anos)
1,0	70
1,5	46
2,0	35
2,5	28
3,0	23
4,0	17

O exame dos quadros anteriores evidencia o rápido crescimento na taxa demográfica nos últimos 20 anos em virtude do surgimento de técnicas para contrôle da morte. Essa alta taxa demográfica decorreu do aparecimento de inseticidas como o DDT, antibióticos, vacinas, sulfanilamidas e outras drogas miraculosas que pràticamente liquidaram as infecções das massas nos países subdesenvolvidos e as moléstias contagiosas oriundas da promiscuidade e da má qualidade das águas.

A aplicação generalizada dessas drogas miraculosas deu lugar a declínio drástico de mortalidade, simultâneo com aumento notável da esperança de vida das populações. As taxas de mortalidade caíram de mais de 30% no Chile e Costa Rica nos últimos 30 anos, e de mais de 60% em Pôrto Rico. Nos últimos 15 anos, a redução foi de mais de 30% na Índia, Malásia, Ceilão e Paquistão.

A aplicação de drogas miraculosas goza de alta popularidade. — É relativamente barata, não requer iniciativa por parte do povo e não depara resistência alguma de sua parte.

Assim o problema da desigualdade entre população e economia possível, que já era grave até a última guerra passou a tomar características catastróficas a partir da descoberta e da aplicação generalizada das drogas miraculosas.

Essa situação mereceu o seguinte comentário de Aldous Huxley:

"A todo aquêle que pensa ao mesmo tempo em têrmos biológicos, políticos e sociais parece evidente que a sociedade que pratica o contrôle da morte deve simultâneamente pôr em prática o contrôle da natalidade e que o corolário da higiene e da medicina previdente é a técnica anticoncepcional."

É por isso que o Sr. Wymbeley Coerr, antigo subsecretário de Estado para Negócios Interamericanos, assim se pronunciou perante o Senado dos Estados Unidos:

"A América Latina como um todo experimenta um acréscimo populacional que ultrapassa o produto nacional bruto e se nivela com o produto per capita. Nestas condições, e a longo prazo, haverá mais e mais gente para partilhar de menos e menos renda".

Essa opinião decorre das taxas de aumento populacional da América Latina, espantosamente altas, com exceção da Argentina e do Uruguai, países que já ultrapassaram o estágio de subdesenvolvimento, conforme se pode ler na tabela abaixo, com cifras referentes a 1 000 habitantes:

País da América Latina	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa de Incremento Anual de População
México	46	12	34
Salvador	45	11	34
Costa Rica	43	9	34
Guatemala	50	18	32
Brasil	45	14	31
Chile	36	13	23
Argentina	22	8	14
Uruguai	22	9	13

A assertiva de Marriner S. Eccles corrobora na justificativa da interpretação apresentada para a crise permanente sob a qual no Brasil vivemos e vamos viver até que se estabeleça consenso nacional para contenção natal a exemplo do que se faz no Japão desde a Lei Eugênica de 1948.

"Nada mais importante do que dar-se conta dos perigos econômicos, políticos e sociais para o mundo da incapacidade de contrôle do crescimento populacional. A democracia não sobreviverá e muito menos se expandirá, a menos que os padrões de vida dos países atrasados venham a ser substancialmente melhorados. Ora, essa tarefa é impossível a menos que se restrinja o crescimento populacional."

"A esperança comum dos povos subdesenvolvidos de rápido alcance do padrão de vida tende a ser frustrada pela incapacidade da economia de atender ao anseio, especialmente estimulado pelo efeito demonstração. Acumulam-se, desta maneira, pressões sociais poderosas, oriundas do descontentamento, capazes de gerar revolução violenta e até agressões externas. Ainda mais, com possíveis auxílios externos maciços, a tarefa de elevação dos padrões de vida, na rapidez desejada pelos povos subdesenvolvidos, jamais seria atingida, e o hiato entre êstes padrões prevalentes nas diversas regiões tenderia a alargar-se e a mais acuradamente caracterizar o descontentamento universal, pois a renda per capita de cêrca de 2 bilhões de pessoas é de apenas de 100 dólares, de 850 dólares na Europa Ocidental e de 2 350 dólares nos Estados Unidos."

"No decênio 1951/1960 a riqueza pessoal do subdesenvolvimento cresceu de 10 dólares, ao passo que a do habitante do Mercado Comum cresceu 275 dólares e a do americano médio de 225 dólares."

"Acendem-se cada vez mais os incêndios da violência e da guerra. Enquanto crescer a taxa de aumento populacional, não haverá paz mundial."

O Brasil oferece a singularidade de se achar em condições de take-off no sul do País, interessando uma população de 40 milhões de habitantes e uma área de mais de um milhão de quilômetros quadrados e, simultâneamente, de profundo engajamento em subdesenvolvimento no tocante a 30 milhões de habitantes do Nordeste, em área de um milhão de quilômetros quadrados, por si só área subdesenvolvida das mais afflitivas do mundo. A tragédia é que a mera aplicação de investimentos privados e governamentais, desde que mantida a taxa de crescimento demográfico do Nordeste, não modificará substancialmente a conjuntura social e econômica que lá persiste, nem dará a substância aos planos da SUDENE.

Tudo isso porque a poupança tem limites, porque a relação capital-produto é grande e que, portanto, em áreas como o Nordeste, dificilmente o produto territorial, tôdas as coisas correndo idealmente, poderá atingir 7% ao ano como pretende a SUDENE. Se daí subtrairmos 4% de crescimento demográfico sobrarão 3% para enriquecimento per capita, cêrca de 5 a 6 dólares por ano e por pessoa, o que, francamente, não alterará a vida de ninguém nos anos que estão por vir. O pior é que o limite de despesas com educação, calculado em percentagem do produto nacional, já foi ultrapassado no Brasil, das cifras habituais em outros países, segundo estudos aqui procedidos pela Universidade de Harvard. Em suma, o esfôrço financeiro que normalmente se poderia fazer para escapar da alta de analfabetismo foi feito e esta não foi reduzida, senão que ainda cresce. Êste é um dos sinais mais gritantes do excesso de gente em relação à nossa economia.

A gravidade da crise populacional é tal que o povo espontâneamente procura aliviá-la através da prática generalizada e criminosa do abôrto voluntário, de que média científica se processa no momento, sob a orientação do professor Rodrigues Lima.

Certos dados preliminares indicam que 30% das mulheres férteis do Brasil se engravidam anualmente; que apenas 20% levam a gravidez a têrmo com 10 000 nascimentos diários e 10% abortam voluntàriamente. Todo o problema populacional no Brasil se resolveria com a redução da taxa de prenhez para 10% em vez de 30%, isto é, uma mulher grávida em 10 férteis, em vez de 1 em 4.

A noção da explosão iminente da bomba populacional aos poucos convence a todos: Dwight E. Eisenhower, ex-Presidente dos Estados Unidos respondeu, a 22 de junho de 1965, à consulta do Senador democrata do Alasca, Ernest Gruening, sôbre a matéria com as seguintes palavras, como as publicou o New York Times:

"Seremos justamente sentenciados pela História se, pelo nosso despreparo em agir corretivamente sôbre o crescimento populacional desregrado, desconhecermos da sina das gerações nascituras a quem, e de antemão, negamos oportunidades maiores do que mero sofrimento e pobreza abjeta."

São êsses os motivos que nos levaram à colaboração com a Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre o Contrôle de Natalidade com a seguinte sugestão de Projeto de Lei:

CONSIDERANDO que, de acôrdo com levantamentos científicos procedidos pelo SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) e pela Maternidade-Escola da Universidade do Rio de Janeiro, e outras indicações, a prática do abortamento provocado já atingiu, em nosso País, proporções ameaçadoras da própria nacionalidade, tendo em vista que ampla parcela da população nacional, dela habitualmente se utiliza como método rotineiro de regulação de número de filhos;

CONSIDERANDO, ainda que pessoas, entidades e organizações diversas, nem sempre tècnicamente idôneas, ainda que [illegible] pelo doloroso espetáculo do diário extermínio de vidas humanas que se processa em nosso País, pelo mecanismo do abortamento voluntário, vêm agindo no sentido de orientar os casais para que deixem de se utilizar dessa prática ilegal, como reguladora de nascimentos;

O CONGRESSO NACIONAL

Art. 1.° — A lei reconhece que a decisão sôbre o número de filhos é privativa e soberana do casal, que a formulará atento às suas responsabilidades perante Deus, perante os filhos que já possuem e aos quais se obrigam, e perante a comunidade a que pertencem e sôbre a qual, indevidamente, podem vir a pesar.

Art. 2.° — O Estado, gratuitamente, dispensará aos casais que as solicitem, através das repartições competentes, já estabelecidas, do Ministério da Saúde, e dos médicos e enfermeiras contratados em regime de tarefa e tempo parcial, assistência, orientação e educação específica de que necessitarem para prevenir a prática do abortamento voluntário e darem curso racional às decisões que houverem formulado no que concerne à constituição das respectivas famílias.

Art. 3.° — Cabe, ao Ministério da Saúde, a fiscalização das entidades que se propõem assistência e orientação da família, submetendo-lhes a atividade ao fiel cumprimento de que constar do regulamento desta lei.

Art. 4.° — Ficam revogados os dispositivos contrários ao espírito da presente lei.

Política de Comércio Exterior

ERNANE GALVÊAS
Presidente do Banco Central

Com a Lei n.º 5 025, de 10-6-66, iniciou-se no Brasil uma nova etapa em matéria de comércio exterior, definindo uma política de Govêrno que considera sumamente importante e de alto valor estratégico o papel das exportações no processo de desenvolvimento da economia nacional.

A idéia de que a partir de 1930 as exportações deixaram de ser o elemento propulsor do desenvolvimento deu margem à interpretação destorcida de que encontrando-se, agora, êsse elemento na capacidade de expansão do próprio mercado interno, o correto seria praticar uma intensa política de substituição de importação, a qualquer preço. Favorecia essa posição o fato de se encontrarem pràticamente estagnadas as exportações brasileiras, desde 1946, ao que se afirmava, sem possibilidades de expansão.

Dentro de um modêlo simplificado de desenvolvimento econômico, confrontava-se a inelasticidade renda e preço na procura pelos nossos produtos primários de exportação com o aumento explosivo da população, de tal forma que os nossos contingentes de mão-de-obra não encontravam emprêgo nas atividades tradicionais de exportação. Na impossibilidade de se produzir e vender mais café, cacau, minérios etc., a única alternativa válida de emprêgo localizava-se na industrialização dos centros urbanos, que o Govêrno se viu, de certa forma, forçado a favorecer, de início, mediante restrições cambiais e quantitativas e, posteriormente, através de elevada proteção tarifária.

As potencialidades da exportação foram, pois, negligenciadas, em nome de uma política de substituição de importações, realizada, muitas vêzes, com inteira ausência de programação e, geralmente, sem qualquer preocupação de produtividade, acobertada por uma barreira protecionista — tarifas, categoria especial, sobretaxas cambiais, depósitos prévios, depósitos de garantia — que, sob a forma de preços excessivamente elevados, transferia ao consumidor nacional a ineficiência das indústrias e reduzia as possibilidades de contínua expansão do próprio mercado interno.

Não se pode negar — ainda hoje — a necessidade indispensável de continuar praticando uma política de substituição de importações, quando a situação do mercado internacional permanece desfavorável à expansão das exportações dos países subdesenvolvidos, apesar das promessas registradas nas reuniões internacionais.

É imprescindível, porém, que essa política não seja levada ao exagêro de conduzir à redução nos níveis de comércio, sem atentar que a realização do ritmo de desenvolvimento programado para os anos vindouros, pela natureza dos investimentos requeridos, vai exigir substancial incremento da capacidade de importar.

Já no Plano Trienal para 1963/65, reconhecia-se que a taxa programada de crescimento de 7% teria de ser reajustada para baixo se não fôsse possível pelo menos manter a atual capacidade de importar, de que resultava indispensável o refinanciamento da dívida externa.

No programa de Ação Econômica para 1964/66, foi particularmente destacada a importância do comércio exterior como fator estratégico no desenvolvimento da economia nacional, consignando-se que êste demandará inevitàvelmente uma expansão simultânea das exportações, o que equivale a aceitar a crescente dificuldade de continuar o desenvolvimento econômico do País com base nas características recentes, isto é, na substituição das importações.

Impunha-se, pois, passar do reconhecimento de uma estratégia considerada fundamental em importância na programação do desenvolvimento das exportações a níveis compatíveis com as necessidades da economia nacional, principalmente em têrmos de importações de máquinas, equipamentos e materiais intermediários.

MEDIDAS ADOTADAS

Dentro de uma concepção renovada, que repunha e destacava a importância do comércio exterior como fator estratégico de desenvolvimento econômico, iniciou-se em 1964 uma série de medidas visando a criar uma mentalidade nitidamente exportadora e a transformar a exportação em comércio regular e permanente. Profundas modificações foram introduzidas na sistemática do regime cambial e no processamento burocrático do intercâmbio, restituindo a liberdade de ação do mercado, estabelecendo o crédito de confiança aos exportadores e importadores, simplificando o volume e a tramitação dos papéis.

A importação foi simplificada e desonerada dos excessivos gravames cambiais e fiscais que impediam uma benéfica e razoável concorrência dos produtos estrangeiros com os similares nacionais, e que asseguravam privilégios e proteção excessiva, em detrimento do consumidor.

No campo das exportações, introduziu-se, como norma, a liberdade de venda, isenta de qualquer formalidade burocrática, inclusive, com exceção de uns poucos produtos básicos, até mesmo do licenciamento prévio. Abriu-se assim, ao exportador brasileiro, o crédito de confiança que por tantos anos lhe fôra negado.

O exportador passou a ser tratado como um agente do progresso e do desenvolvimento: um criador de empregos, um fomentador de riquezas. A associação de exportadores de um mesmo ramo foi estimulada, como medida de disciplina e maior resistência às manobras baixistas no mercado internacional.

Com exceção do ICM, que acaba de ser devidamente equacionado na recente reunião do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda com os Secretários de Finanças estaduais, em Pôrto Alegre, todos os impostos, comissões, taxas e emolumentos que oneravam a exportação foram extintos, reduzindo-se, paralelamente, grande número de despesas portuárias.

A exportação de produtos manufaturados foi estimulada e incentivada, a exemplo do que ocorre nos grandes países exportadores. Atualmente, o exportador de manufatura não paga, absolutamente, qualquer tipo de impôsto, nem na esfera estadual, nem na federal. A exportação de manufaturas está isenta de impôsto sôbre transações financeiras no contrato de câmbio, do ICM, do IPI e, até mesmo, do Impôsto de Renda. O financiamento das exportações e da produção exportável, especialmente de bens de capital e de consumo durável, foi consideràvelmente ampliado. Reforçando, ainda, essa orientação, foram tomadas, recentemente, duas novas medidas, de real transcendência para as exportações de produtos industrializados: a Resolução n.º 71, do Banco Central, e a Portaria n.º 578, do Ministério da Fazenda. A Resolução 71 estabeleceu para a produção de manufaturados exportáveis refinanciamento bancário na base de 8% ao ano, equiparando, assim, o custo financeiro da produção nacional aos dos similares estrangeiros, abrindo, pois, novas perspectivas para a venda de manufaturas no exterior. Do mesmo modo, a Portaria Ministerial n.º 578 visou a ressarcir o exportador de produtos industrializados do pagamento de impostos que, sem incidir diretamente sôbre a exportação, oneravam os insumos de produção.

Ambas providências vêm reafirmar a disposição firme do Govêrno na prática de uma política agressiva de fomento às exportações, principalmente com o sentido de assegurar aos produtos nacionais as melhores condições possíveis de concorrer nos mercados internacionais. À medida que se desenvolve a exportação de manufaturas e se diversifica a pauta de nossas exportações, aumenta a resistência da economia brasileira às flutuações do mercado internacional, como se fortalece o parque manufatureiro brasileiro, pelo aumento da produção e melhor utilização da capacidade industrial instalada, do que resultarão certamente menores custos unitários de produção, melhoria de preço para o consumidor e ampliação das faixas de consumo interno.

A cultura da juta

Em menos de trinta anos a juta asiática, transplantada pelos imigrantes japonêses para a Amazônia, passou a dominar a paisagem econômica do Baixo e Médio Amazonas, substituindo a extração de borracha silvestre, indústria em progressiva deterioração que deixou de ser o elemento dinâmico da economia amazonense.

A experiência pioneira foi realizada por Riota Oyama e Kotaru Tuji no município de Parintins. A adaptação alcançou pleno êxito e logo se estendeu pelas várzeas do sistema do Baixo Amazonas, cobrindo os municípios de Santarém, Alenquer, Óbidos e Oriximiná e abrangendo depois os da calha central: Barreirinha, Urucurituba, Urucará, Maués, Itacoatiara, Careiro, Manaus e Manacapuru.

A cultura da juta é uma atividade de pequeno ciclo agrícola, largo rendimento e rápida rotação.

Ao contrário da borracha silvestre, cuja estrutura baseava-se em regime latifundiário, a juticultura funda-se na pequena e média propriedade familiar, estabelecendo estritas vinculações de interêsse, contato e intercâmbio com os centros urbanos.

No ano de 1965, mais de 40 000 pequenos produtores participaram dos 13 bilhões de cruzeiros de renda gerada pela juticultura.

Por outro lado, o processo de industrialização, através das fábricas de fiação e tecelagem nas cidades de Manaus, Santarém, e Belém, constitui grande contribuição para o desenvolvimento da região, conservando maior parcela do valor final do produto e aumentando as oportunidades de emprêgo para a mão-de-obra local.

A juta é uma fibra vegetal, por muito tempo considerada como sendo de origem chinesa; porém, a espécie mais cultivada, a *Corchorus Capsularis* é, ao que tudo indica, nativa da Indo-Burma. A outra espécie principal, a *Corchorus Olitorius* é encontrada em estado selvagem na África, seu provável centro de origem.

Atualmente, os dois maiores produtores mundiais são o Paquistão e a Índia.

As primeiras tentativas de industrialização da juta foram realizadas por volta de 1820 em Dundee, Escócia, mas foi só em 1838 que as fábricas tiveram êxito no aperfeiçoamento da tecnologia.

Na Índia, a primeira fábrica foi instalada em 1855 perto de Calcutá. Nos EUA, a Cidade de Ludlow, (Mas.) foi pioneira em 1848; na França a atividade se iniciou em 1857 e na Alemanha em 1861.

Atualmente os maiores produtores mundiais de tecidos de juta, por ordem de importância, são: Índia, Reino Unido, França, Alemanha Ocidental, Brasil, Bélgica, Itália e EUA.

A produção de fibra no Brasil registrou constante expansão — ressalva feita de certas variações cíclicas ligadas a fatôres climáticos e a provável incidência das enchentes dos rios amazônicos.

A CODEAMA — Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — deu especial relêvo à agroindústria juteira, com o objetivo de alcançar, dentro de curto prazo, a meta de cem mil toneladas anuais.

Reforma Agrária já tem 5 áreas marcadas

No mapa do Brasil existente no gabinete do Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, engenheiro César Cantanhede, estão demarcadas cinco grandes áreas territoriais para a implantação da reforma agrária no País, assinalando o extraordinário esfôrço já feito por aquêle órgão nesse sentido: quatro milhões de imóveis rurais cadastrados, mais de três milhões e meio de guias para arrecadação do Impôsto Territorial Rural distribuidas e projetos de colonização beneficiando mais de seis mil familias.

O Sr. César Cantanhede, que comanda o processo desenvolvimentista deflagrado pelo Estatuto da Terra, sem os vícios das tentativas anteriores, sabe da grande responsabilidade do IBRA, como órgão executor da reforma agrária e afirma que o processo em marcha vai reformular em têrmos definitivos a estrutura econômica do país, no campo e nos centros urbanos, acelerar o desenvolvimento das comunidades, e prover o bem-estar social e a prosperidade da grande familia brasileira.

A FILOSOFIA

Tôda a alma do IBRA está na Lei n.º 4 504, que ficou mais conhecida como Estatuto da Terra, fundamentado em três principios básicos: 1) criação de uma legislação autônoma de Direito Agrário; 2) criação de um instrumento de impacto social e econômico — o Impôsto Territorial Rural — com fatôres de progressividade e regressividade, e 3) criação de títulos especiais (Títulos da Dívida Agrária Nacional), para pagamento da indenização da desapropriação das terras, por interêsse social. Continua a indenização das benfeitorias a ser paga em dinheiro.

— É do espirito da reforma agrária — disse o Presidente do IBRA — transformar, progressivamente, os trabalhadores do campo, os arrendatários e os parceiros numa classe média rural, incentivando a criação de pequenas propriedades, congregadas em cooperativas, que possam se responsabilizar pela pequena industrialização agropecuária. Elas estimularão e incentivarão, técnica e financeiramente, a iniciativa privada e a democratização das médias e grandes emprêsas rurais, visando sempre ao aumento da produtividade.

O CAMINHO

Para execução dessa filosofia, a lei previu um zoneamento prévio do País, a fim de delimitar regiões homogêneas, tanto do ponto-de-vista sócio-econômico, como da estrutura agrária, compreendendo regiões críticas, regiões em adiantado estágio de desenvolvimento social e econômico, regiões já econômicamente ocupadas e, finalmente, regiões ainda em fase de ocupação econômica.

— Para delimitação do zoneamento do País — explicou o Sr. César Catanhede — e para a caracterização das áreas homogêneas, a regulamentação da lei estabeleceu um índice sintético. Êle foi calculado para cada unidade geográfica do País, considerando-se o produto da média geométrica de três índices específicos, por uma função demo-econométrica, relacionada com o sentido econômico da área, em face de sua posição geográfica, relativamente aos centros econômicos de várias ordens, existentes no Brasil.

O índice sintético calculado para cada município permitiu a elaboração de um cartograma do País, pelo qual se evidenciou a necessidade de desdobrar os dois primeiros grupos de regiões em três classificações cada um, e o terceiro grupo em duas classificações. Surgiram assim nove zonas razoàvelmente homogêneas, do ponto-de-vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária.

— Estruturado em princípios de 1965 — continuou o Sr. César Catanhede — e instalado em meados daquele mesmo ano, o IBRA iniciou, ainda antes de 1966, o levantamento cadastral e programou os trabalhos a serem executados, nas três áreas prioritárias de então: Nordeste, Brasília e Rio de Janeiro. Em 1966, criou-se a área prioritária do Rio Grande do Sul. Começaram então a ser implantados os programas previstos, a saber: os planos nacionais de cadastramento e tributação, o plano nacional de discriminação de terras públicas e os planos regionais.

O cadastramento das propriedades rurais foi, sem dúvida, um dos trabalhos mais sérios do IBRA. Êsse levantamento, já concluído, apurou a existência, no Brasil, de aproximadamente quatro milhões de propriedades rurais, dado que supera tôdas as estatísticas até agora existentes.

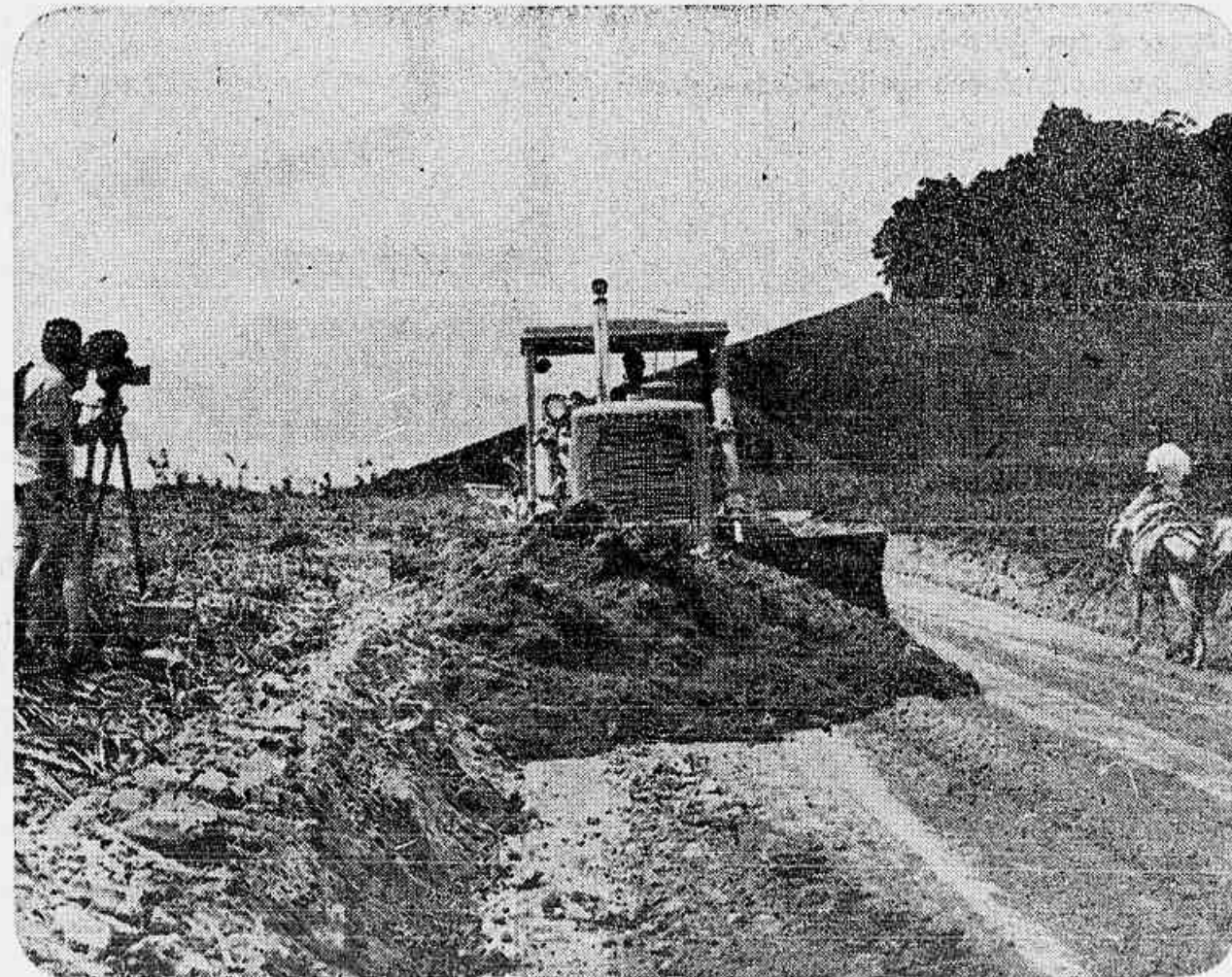
O IBRA conseguiu êsses resultados não só através do seu pessoal especializado, mas também graças a convênios firmados com 26 Estados e Territórios e quatro mil municípios. Nesse levantamento trabalharam mais de cem mil homens.

— Alguns dados dão idéia — declarou o Sr. César Cantanhede — do esfôrço que vem sendo realizado pelo IBRA para cumprimento das fases de um processo por si mesmo multiplicador, em têrmos de perspectivas: o cadastro técnico está sendo sistematizado e realizado em 3 300 000 hectares; a discriminação de terras públicas está sendo feita em 100 000 hectares; está sendo promovida a regularização de 64 509 lotes rurais, dos quais já foram ratificados 39 230 títulos; foram desapropriados 88 500 hectares para implantação de Distritos de Colonização e outros 35 000 hectares estão em fase de desapropriação para o mesmo fim. Já se iniciou, por outro lado, o assentamento de famílias em projetos de colonização que totalizam seis mil parcelas familiares. As Cooperativas Integrais de Reforma Agrária — instrumentos fundamentais para garantir o êxito da colonização — estão em desenvolvimento. As áreas de demonstração já implantadas, selecionadas ou em preparo, no Rio Grande do Sul, Brasília, Rio de Janeiro e Nordeste, iniciam a difusão de práticas e métodos tecnológicos adequados para cada zona fisiográfica abrangida. A elevação dos níveis de saúde, educação, habitação e economia doméstica vem sendo progressivamente planejada e executada.

Segundo o Presidente do IBRA, os centros de comunidade vão tornando possível a participação mais efetiva de agricultores no processo de sua promoção pessoal e no da promoção das respectivas comunidades, enquanto a capacitação de pessoal, em todos os níveis, vai abrindo caminho para apressamento do conjunto de medidas capazes de imprimir maior eficiência e dinamismo ao desenvolvimento global do setor agropecuário brasileiro.

Nas Áreas Prioritárias faz-se sentir a ação regional do IBRA pela aplicação da colonização, da assistência e proteção à economia rural, da assistência técnica, da mecanização agrícola, da produção e distribuição de sementes e mudas, da criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial e do cooperativismo, da assistência financeira e creditícia, da assistência à comercialização, industrialização e beneficiamento dos produtos agrícolas, da eletrificação rural e do seguro agrícola.

Não se trata, pois, de simples desapropriação e distribuição de terras, como no conceito em moda antes do movimento revolucionário de 1964. De acôrdo com a filosofia do Estatuto da Terra, o IBRA pode desapropriar, distribuir e redistribuir terras, mas vai muito mais além: prepara o homem que se transforma em nôvo proprietário rural e preocupa-se com sua capacidade de produzir na exploração da terra que recebe.

Foram criadas cinco áreas prioritárias: no Nordeste, compreendendo parte dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, no entôrno de Brasília, no Vale do Paraíba (Estado do Rio de Janeiro), no Rio Grande do Sul e, finalmente, no Ceará. O Estado do Ceará foi incluído entre as áreas prioritárias já em 1967. Em tôdas essas áreas, estão em execução os trabalhos de criação e organização de núcleos para entrega a parceleiros. Nelas o IBRA faz um levantamento sócio-econômico (já concluído no Estado do Rio Grande do Sul), para elaboração dos projetos próprios a cada uma, a serem executados pelo IBRA mesmo ou pelos Governos estaduais.

No Distrito de Alexandre de Gusmão, por exemplo, que é um dos núcleos de colonização da área prioritária de Brasília, fêz-se uma seleção dos parceleiros que ocupavam a área anteriormente e criaram-se 4 300 parcelas novas. A mesma coisa se faz em outros distritos de áreas prioritárias.

— Em obediência aos decretos que criaram essas áreas prioritárias — informou o Sr. César Cantanhede — deverão estar localizados, dentro de três anos, no mínimo, vinte mil parceleiros com seus familiares, assistidos pelas Cooperativas Integrais de Reforma Agrária, em tôdas as modalidades acima descritas.

Outra inovação da Reforma Agrária brasileira, que tornou possível uma lei de caráter nacional, atendendo às diversidades regionais do País, foi o conceito de módulo rural. O módulo foi definido com a finalidade primordial de estabelecer uma unidade de medida que exprimisse a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica, dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento econômico e de sua exploração social.

O MODULO RURAL

O módulo pode-se definir, como conceito físico, pela área agriculturável a ser considerada em cada região e para cada tipo de exploração, de modo a permitir que um imóvel isolado constitua uma propriedade familiar.

Nos têrmos do Estatuto da Terra, propriedade familiar é aquela que:

1) é direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua familia, com a eventual ajuda de terceiros;

2) absorve, na sua exploração, tôda a fôrça de trabalho dos membros ativos do conjunto familiar;

3) garante à família a subsistência e o progresso social e econômico.

O módulo é, assim, uma unidade de medida variável, calculado em função das regiões em que se situa o imóvel e do tipo de exploração predominante nêle. E esclarece, mais, o Presidente do IBRA:

— O módulo é uma unidade de medida econômica da propriedade agrícola. É a quantidade de terra necessária para que uma família naquelas condições de local, naquelas condições de posição, naquelas condições de assistência da infra-estrutura, com aquêles tipos de produção adequados àquela região, possa ter asseguradas as suas condições de sobrevivência e de progresso social.

Para se fixar a dimensão dos módulos, a regionalização do país foi determinada em função das características ecológicas e econômicas homogêneas, levando-se em conta o nível de tecnologia compatível em cada uma das zonas típicas, definidor do tipo de exploração intensiva ou extensiva a ser admitido.

MINIFÚNDIO E LATIFÚNDIO

Partindo-se de identificação do módulo (que é uma unidade de referência), pode-se determinar o latifúndio e, em extremo oposto, o minifúndio. Com o conceito de módulo, tomaram um significado ao mesmo tempo elástico e objetivo as definições básicas admitidas ao Estatuto da Terra.

— Minifúndio — explica o Presidente do IBRA — será todo imóvel que tiver área agriculturável inferior à do módulo fixado para a respectiva região e tipo de exploração. Latifúndio, ao contrário, será a área que exceda as dimensões admitidas como máximas para emprêsa rural ou que, não as excedendo, seja mantida inexplorada em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio. Emprêsa rural, um conceito intermediário, será o imóvel que constitui um empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que o explore econômica e racionalmente, dentro das condições de rendimento econômico da região em que se situe, e em porcentagem igual ou superior a 50% de sua área agriculturável, não excedendo em sua dimensão a 600 vêzes o módulo médio ou a 600 vêzes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona típica.

OS INSTRUMENTOS

Os principais instrumentos de que dispõe o IBRA para execução da Reforma Agrária são os seguintes: o cadastramento rural obrigatório, a tributação progressiva e regressiva da terra, o contrôle dos contratos agrários, a discriminação e cadastramento das terras públicas, a desapropriação por interêsse social e pagamento em títulos, a colonização pública e particular, integrada no cooperativismo e no associativismo rural e, finalmente, as várias formas de assistência e proteção à economia rural.

Segundo o Sr. César Cantanhede, o cadastramento visa, entre outras coisas, a permitir o conhecimento da estrutura agrária brasileira, a classificar cada um dos imóveis rurais como minifúndio ou emprêsa rural, fornecendo aos proprietários certificados de cadastro que os habilitem a obter as várias formas de assistência e proteção à economia rural. Além disso, permite controlar o sistema do desmembramento de áreas rurais, evitando a criação de novos minifúndios no país, e orientar os trabalhos de identificação de terras públicas e de terras devolutas, bem como a regularização de títulos das áreas ocupadas por posseiros, ou dar-lhes a classificação como emprêsa rural.

— Já foram cadastrados 3 732 000 imóveis rurais — salientou o Presidente do IBRA — podendo-se afirmar que não se notam deformações significativas nos dados coletados. A cobertura dos imóveis rurais parece ter sido total, de acôrdo com os dados de censos nacionais ou estaduais, relativos às atividades agrícolas do país. Está em curso, também, o cadastramento de cêrca de 1 milhão e 500 mil arrendatários e parceiros e conseqüente registro dos contratos agrários.

O IMPÔSTO RURAL

O Impôsto Territorial Rural, criado também pelo Estatuto da Terra, é um dos principais instrumentos do IBRA para incentivar a produtividade e promover a reforma agrária. O impôsto aumenta ou diminui, de conformidade com o aproveitamento da terra: emprega o princípio universal da tributação progressiva, através de um sistema que leva em consideração fatôres que fazem variar o impôsto, em função de características do tamanho, localização, condições sociais e econômicas de exploração.

— O valor básico do impôsto — disse o Sr. César Cantanhede — determinado por uma alíquota de dois décimos por cento do valor da terra nua, é acrescido ou diminuído, conforme os valôres que traduzam a influência das características acima referidas.

A emissão de 3 milhões e 300 mil guias para arrecadação do ITR, acompanhadas do respectivo Certificado de Cadastro, foi feita em computador eletrônico. Pertence ao município e é a êle entregue pelo banco arrecadador o produto da arrecadação dêsse tributo. A cobrança se faz através de uma rêde bancária autorizada pelo IBRA. Os dados constantes das declarações de propriedade, transportados para cartões e fitas magnéticas, permitiram a obtenção de mais de 30 relatórios estatísticos para cada Estado, fornecendo dados atuais e reais da estrutura agrária do país, sem cujo conhecimento não é possível fazer a reforma agrária.

Graças ao levantamento feito para cadastramento e tributação dos imóveis rurais, o IBRA já conseguiu um retrato agrário do Brasil, muito próximo do real, que supera tudo o que, anteriormente, se realizou nesse campo.

O levantamento topográfico é um fator da maior importância

Companhias de Prestação de Serviços levam a mecanização à lavoura

As áreas prioritárias recebem obras de infra-estrutura

Caminhos para o desenvolvimento integral do homem

CARLOS DA SILVA
Presidente da ENGEFUSA

Com a finalidade de servir operando em atividade de engenharia civil, uma emprêsa nacional, fundada em 1951, vem demonstrando de forma prática a viabilidade da doutrina social cristã. Aplicando pioneiramente modernas técnicas e atualizados processos de produção, baseados na racionalização e mecanização, consegue esta emprêsa, a ENGEFUSA, com sua correta Filosofia Empresarial, conciliar lucratividade com eficiência e justiça social.

A ENGEFUSA, de propriedade de 1 045 acionistas, dentre os quais 725 pertencem à sua comunidade humana de trabalho, estabelece em seus estatutos a obrigatória participação dos empregados nos lucros líquidos da Emprêsa e a existência, com funções consultivas, de um "Conselho de Emprêsa" constituído de 30 acionistas-empregados. Começam a ter repercussão, no exterior, os resultados que vêm sendo obtidos com essa orientação, pois sua comunidade humana de trabalho, assim motivada, integra-se na Emprêsa e tem particular interêsse no aumento da produtividade.

S.S. Paulo VI, em recente carta ao diretor-presidente da ENGEFUSA, eng.º Carlos da Silva, comunicou que tomando conhecimento dêsses "esforços para a concreta aplicação da doutrina social da Igreja, no setor da indústria especializada" e exprimindo o aprêço por "tão importante iniciativa", o Santo Padre formulou "votos de que o exemplo, dado pela ENGEFUSA, seja imitado também pelas demais Emprêsas do Brasil, em benefício da própria sociedade brasileira".

Neste artigo, o eng.º Carlos da Silva, fundador desta Emprêsa, com visão cristã dos problemas da atualidade, justifica as razões da Filosofia Empresarial, aplicada na ENGEFUSA.

A Sociedade atual participa da mais profunda e extraordinária revolução que o mundo já presenciou. Os efeitos desta revolução, de sinais ainda quase imperceptíveis, prenunciam que não será apenas científica, técnica e social, mas afetará, irreversìvelmente, todos os aspectos da vida humana, inclusive o espiritual. Para ter uma clara visão do mundo de hoje, em sua potência e nova realidade, pleno de progressos técnicos e científicos de tôda a sorte, torna-se indispensável obter imagens dinâmicas e projetadas para o futuro. O homem do final do século XX dispõe, para esta tarefa, de novos meios de observação e de previsão cada vez mais científicos e eficientes, que podem ser explorados, desenvolvidos e aperfeiçoados em todos os seus aspectos, para proveito do Homem e da Sociedade.

Analisar se somos ou não capazes de, consciente e verdadeiramente, dirigir esta revolução, para finalidades compatíveis com o destino último dos homens, passa a ser então um dos mais angustiantes problemas da atualidade.

A análise sócio-econômica dos problemas do mundo contemporâneo foi enriquecida, no fim do ano de 1967, com a publicação de 2 livros, de universal atualidade, a *Nova Sociedade Industrial*, de John Kenneth Galbraith, e o *Desafio Americano*, de Jean Jacques Servam Schreiber.

No primeiro, um dos pontos importantes abordados pelo economista americano, antigo consultor de Kennedy, digno de atenção quanto ao aspecto de previsão do comportamento humano sob os efeitos da revolução tecnológica, foi a conclusão de que os homens, em pensamento e ação estão se tornando servos da máquina que criaram para os servir. A não ser que passem conscientemente a agir, os homens permitirão que os objetivos econômicos venham a exercer um monopólio indevido sôbre suas vidas e "à custa de outros legítimos e mais preciosos interêsses". Lembra êle ainda a verdade, que os homens parecem querer esquecer, de que "o que vale não é a quantidade de nossos bens, mas a qualidade de nossa vida".

No outro livro, de autoria do Diretor de *L'Express*, é analisada a grande revolução tecnológica e empresarial realizada nos últimos 5 anos pelas emprêsas americanas na Europa, contra a qual Schreiber lamentàvelmente não se revolta, apenas alertando para a perda de contrôle de sua própria civilização, pois as decisões últimas são sempre tomadas de acôrdo com os interêsses globais de grupos estrangeiros. A importante observação é que êste indiscutível domínio exercido sôbre a indústria européia, não foi resultado de maciças aplicações financeiras, mas o que os americanos levaram, de fato e de diferente, para a Europa, ainda em cinzas da guerra, foi o poder de criação, o espírito da grande emprêsa e a aplicação dos dólares necessários e suficientes ao contrôle acionário de suas organizações. É o poder que *technical gap* confere àqueles que, devidamente informados e com elementos suficientes, passam a proferir as decisões de maior importância no desenvolvimento ou não das demais nações.

O problema reduz-se, portanto, a uma questão de poder científico e tecnológico, muito mais resultado de adequada formação de homens, do que a simples poder econômico. A expansão da economia dos últimos tempos, segundo o diretor de *L'Express*, é devida essencialmente à rápida e crescente melhoria da produtividade, na qual o fator mais importante foi a Educação do povo americano.

CRESCIMENTO E DESAFIO

Ao concluir seu interessante *livro de ação*, Schreiber, após salientar — que "para as Sociedades como para os homens, não há crescimento sem desafio", apresenta em anexo algumas importantes notas sôbre as características das experiências japonêsa e sueca, que bem ajudam a compreender porque Hermann Kahn viria a incluir aquêles países entre os que terão no ano 2000 as maiores rendas *per capita*.

Neste livro, apresenta o autor os primeiros estudos elaborados pelo Hudson Institute sôbre a situação mundial nos próximos 30 anos, ou seja, até o ano 2000. "Uma sensacional mutação histórica nos é tranqüilamente anunciada". Não haverá mais, no espaço de uma geração, ùnicamente diferença de grau entre a maioria dos países e aquêles que farão parte das Sociedades pós-industriais (Estados Unidos, Japão, Canadá e Suécia), porém uma verdadeira diferença de natureza das Sociedades.

Hermann Kahn e seus companheiros do Hudson Institute, mesmo assegurando em suas profecias que o ano 2 000 vai trazer riqueza e lazer, sem precedentes para os países desenvolvidos, admitem uma série de outras conseqüências: aumentará o egoísmo humano e haverá grande declínio no interêsse em relação ao Govêrno e à Sociedade como um todo. A civilização do "mais possuir" desencadeará um desejo insaciável em todos os homens, como já previa Lebret ao analisar o drama do século XX.

Portanto, o maior problema a ser enfrentado, pela próxima geração dos países, como o nosso, em desenvolvimento, será a luta entre a opulência e os inconformados, pela revolta ante o imobilismo social dos privilegiados, que continuarão a usar de todos os recursos para assegurar suas vantagens materiais sôbre as grandes massas que não poderão acompanhar a revolução tecnológica, provocando incessantes insatisfações e crescentes tensões sociais. A resultante e inevitável demanda crescente de justiça, terá, então, de ser satisfeita, caso queiramos verdadeiramente garantir o funcionamento de uma ordem social.

É oportuno e alentador lembrar o diferente pensamento de Teilhard de Chardin, profeta de uma nova humanidade, considerado o precursor daqueles que, mais tarde, viriam revelar ao mundo as enormes possibilidades e também os enormes perigos da civilização técnico-científica projetados para o futuro e objetos desta nova ciência: a prospectiva. Na visão teilhardiana, notável síntese de humanismo e ciência, uma nova ordem existirá, pela maior consciência que adquirirá uma humanidade, a um tempo mais complexa e mais concentrada sôbre si mesma. Para Teilhard, o século XX, com sua explosão técnico-científica, constitui um verdadeiro "ponto crítico" de transformação; entretanto, êle firmemente acreditava que a nova humanidade, cada vez mais personalizada, consciente e livre, saberá encontrar o caminho para a vida: "O espírito jamais recuará". "Uma imensa potência espiritual dormita no íntimo de nossas multidões e só aparecerá quando soubermos forçar as paredes de nossos egoísmos e de nossos pequenos amôres..."

Contra tudo isto, porém, bem o sabemos, opõem-se aquêles que, usando as vigorosas fôrças da dinâmica sócio-econômica, das tradições e dos privilégios, parecem preferir a destruição suicida da competição e da guerra sem piedades, à necessidade inadiável de modificarem os respectivos processos políticos e sócio-econômicos de suas atividades. Continuam a formular suas teorias econômicas, artificialmente, renunciando a aceitar os reais motivos dos atos humanos, individuais ou coletivos, baseando-se, portanto, na ficção de um *homo oeconomicus*, egoístico e voltado para seus interêsses próprios.

Freqüentemente, são reiteradas as crenças de que foi o vigoroso espírito desta luta de competição a causa do gigantesco progresso de nossos dias, mas a maioria, todavia, esquece de atentar como, ainda hoje, se processam êstes choques de interêsses, nos quais todos lutam angustiados pela conquista dos melhores lugares na escalada social, embora muito poucos possam ser os escolhidos para ocupá-los. O que não podem êles ocultar é que, nesta batalha inglória pelo sucesso, continuarão a ruir muitas das regras morais, sociais e de solidariedade humana, pois a condição básica da participação sócio-enconômica, êmulo das principais atividades contemporâneas, continua a ser o desejo de galgar os primeiros lugares na interminável e ilusória corrida competitiva da vida, motivada por um egocentrismo destruidor e intolerável.

A pesquisa científica e a evolução tecnológica estão conduzindo, como conseqüência da falta de preparo intelectual adequado dos homens, à grande revolução social, caracterizada pelo protesto e inconformismo dos jovens ante o conservadorismo de muitos que procuram, por todos os meios ao seu alcance, manter e justificar seus privilégios. Generaliza-se a angústia social, traduzida pela preocupação dos jovens que decididamente querem saber para onde os responsáveis pela direção os estão levando. É fora de dúvida que as novas descobertas irão modificar a estrutura social, marcada pela injustiça e pela violência, exigindo dos dirigentes cada vez mais capacidade administrativa, a fim de verdadeiramente conduzir os fatos e para que todos possam usufruir vantagens da evolução da ciência e da técnica.

O mundo, pelo impacto da comunicação, toma assim imediato conhecimento do prospectivo perfil de uma nova humanidade, fruto da extraordinária evolução científica e tecnológica de nossos dias; todavia, é necessário não aceitar a posição de homens inermes, sem fé, que desprezando o que pode ser criado por seus próprios podêres alienam-se de concretizar aquilo que a pessoa é capaz como ser superior. Como bem afirmou Gunnar Myrdal: "O futuro não é uma fatalidade cega; pelo contrário está entregue à nossa responsabilidade. Temos o poder de analisar os fatos e de aplicar racionalmente as conseqüências práticas de nossos ideais. Temos a liberdade de reajustar nossas políticas e, pelo fato mesmo, de desviar e modificar as tendências".

Nossa qualidade de cristãos e dirigentes de emprêsa nos impõe o dever ético de analisar e refletir sôbre os efeitos desta revolução científica e tecnológica de maneira tôda particular. Cabe-nos a nobre e ingente tarefa de, como homens caracteristicamente inovadores, preparar o advento de uma Sociedade mais justa, mais humana e autênticamente cristã.

No Cristianismo, de base essencialmente profética e prospectiva, voltada para a eternidade, encontramos aquela orientação marcada por uma fidelidade absoluta ao que há de mais primitivo em Sua Mensagem. Essa linguagem perene do Cristianismo não está ligada a nenhuma cosmovisão histórica limitada ao século XX, e é o único caminho para uma nova ordem social.

IDADE NOVA

O que define uma civilização vitalmente cristã, utilizando as palavras de Maritain, são os valôres humanos de que é portadora. O humanismo cristão, graças às reservas inexauríveis de energia criadora do amor fraterno, permanecerá atual para sempre, independentemente de tôdas as transformações científicas e tecnológicas, porque somente haverá no mundo paz quando as relações de convivência entre os homens forem ordenadas na verdade, na justiça e no amor.

Erich Fromm colocou-nos, clara e objetivamente, diante dos problemas da atualidade, ao formular a questão de que "se tôda a nossa organização social e econômica se baseia em procurar cada qual sua própria vantagem, se é governada pelo princípio de egoísmo, temperado apenas pelo princípio ético da probidade, como se poderão fazer negócios, como se poderá agir dentro da moldura da sociedade existente e, ao mesmo tempo, praticar o amor?" Êste notável psicólogo e sociólogo afirma que "o princípio que alicerça a sociadede capitalista e o princípio do amor são incompatíveis..." e ainda que "aquêles que se preocupam sèriamente com o amor, como a única resposta racional ao problema da existência humana, devem, então, chegar à conclusão de que importante e radicais mudanças em nossa estrutura social são necessárias, para que o amor se torne um fenômeno social".

É ainda Erich Fromm quem afirma, ao analisar o problema do homem na Sociedade Industrial do século XX: "Ele corre o perigo de tornar-se uma coisa, de estar cada vez mais alienado, de perder de vista os problemas reais da existência humana e de não se interessar mais pelas suas soluções. A questão central, hoje, é reconhecer êsse perigo e lutar pelas condições que ajudem a trazer o homem de volta à vida. Essas condições estão na esfera das modificações fundamentais da estrutura sócio-econômica da sociedade industrializada (tanto capitalista como socialista) e de um renascimento do humanismo que se centralize na realidade dos valôres concretos."

Ainda há pouco, o Segundo Concílio Vaticano reconheceu claramente o caráter revolucionário do mundo contemporâneo, em direção a "uma idade nova da história humana". Número cada vez maior de homens toma consciência do grande papel que tem a desempenhar como "autores e artífices da cultura de sua comunidade" e então "somos assim testemunhas do nascimento de um nôvo humanismo, no qual o homem é definido, antes e acima de tudo, por uma responsabilidade em relação a seus irmãos e à História".

Os apelos de S.S. Paulo VI, expressos na Encíclica *Populorum Progressio* e a todos dirigidos "em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade", indicam que é premente uma ação intensa de todos os que desejam colaborar para a formação de uma sociedade mais justa e humana.

Êstes apelos significam o pressentimento de graves perigos para a nova Humanidade e o grito de alerta do Pastor Supremo da Cristandade como que se resume nestas palavras: "Dignem-se ouvir os responsáveis, antes que se torne demasiadamente tarde".

Estamos vivendo ainda uma época de verdadeira transição do liberalismo econômico, para uma sociedade planificada que se pode revestir de várias formas. Nem a tolerância democrática, nem a nossa formação cristã permitem-nos abster de assumir a defesa daqueles princípios que julgamos ser verdadeiros, ou evitar, por simples comodismo egoístico, o debate acêrca dos valôres e objetivos últimos da vida humana.

Torna-se imperioso, pois, agir. Não desperdicemos, de forma irrecuperável, o tempo com simples manifestações de teóricas adesões às profundas verdades contidas naquela encíclica social. É necessário passar das idéias aos fatos, da vontade à ação concreta e encontrar os meios e modos de afastar as causas ou pretextos que impedem sejam eliminadas as injustiças existentes.

Grandes serão, entre nós, as dificuldades a vencer, até que se consiga uma transformação da egoística mentalidade de grande parcela das classes conservadoras, que se preferem orientar pelo que é habitual e não pela ética. Entendem elas que o desenvolvimento econômico constitui, por si só, o único meio eficiente de atender ao aspecto social. Sòmente admitem que maiores encargos sociais podem ser aceitos à medida que as estruturas econômicas forem adquirindo maior resistência. Assim, não se cansam de repetir que o "prioritário é a produção de riquezas, pois sem elas só será possível distribuir miséria".

É triste e provocador constatar que, justamente neste momento de evolução, em que o desenvolvimento econômico, ordenado e orientado èticamente, deveria permitir atenuar as desigualdades sociais, ao contrário, ainda ocorrem, com demasiada freqüência, atitudes de endurecimento dos detentores do poder, pelo não reconhecimento dos direitos de tôdas as criaturas humanas a uma vida mais digna. Não se trata de saber quem tem a culpa de tudo isso, mas o que deve ser feito para extirpar as raízes do mal.

O que afirmamos, em contraposição aos egoístas conservadores, é que a justa distribuição não deve suceder à criação de riquezas, mas sim acompanhá-la *pari passu*, desde o princípio de sua formação. Produção e justa distribuição podem e devem ser concomitantes e não sucessivas, como maliciosamente êles defendem. Não podemos esquecer o preceito de justiça social que expressamente exige que o desenvolvimento econômico e o progresso social se operem mùtuamente ligados e ajustados, de modo que tôdas as classes sociais se beneficiem, harmoniosamente, com o aumento da riqueza nacional.

Embora claramente demonstrem as conclusões do Hudson Institute que o sistema econômico, hoje existente, se entregue a si mesmo, tende a incrementar, em prazos cada vez mais curtos, as diferenças de renda e de riqueza entre as várias classes das sociedades, para nós, brasileiros, estas análises não deverão originar sentimentos de frustrações, conseqüências de nosso reduzido e quase irreal poder de decisão, mas firmemente nos impelir a agir, sem perda de tempo, procurando soluções adequadas à nossa realidade histórica e às nossas potencialidades.

A REESTRUTURAÇÃO URGENTE

Precisamos reconhecer, com base nas verdades da *Populorum Progressio*, que no Brasil são urgentes e legítimas as inovações sociais para a evolução da economia humana, que, respeitando princípios democráticos e cristãos, procurem de forma prática, obedecendo aos conceitos de ordem e justiça, através do desenvolvimento, obter a verdadeira paz entre os homens.

Dias Leite, em *Caminhos do Desenvolvimento*, define simples e claramente os elos críticos do círculo vicioso da baixa eficiência do nosso desenvolvimento: escassez de capital, resultante de reduzida poupança, decorrente de um nível médio de renda nem sempre suficiente para a garantia da subsistência da maioria da população, e baixos índices de produtividade. O rompimento dêsse processo circular deve, pois, ser provocado com ampliação do volume de poupança interna e aumento da eficiência do trabalho humano através da educação e corretas motivações.

Indicamos como uma das mais importantes ações concretas, para atender a êstes objetivos, a reestruturação das emprêsas, permitindo-se através da co-propriedade, pela participação acionária dos empregados, sem contradição e simultâneamente, aumentos de poupança e de eficiência, atingindo, assim, os caminhos para o "desenvolvimento integral do Homem".

A co-propriedade das emprêsas e a correta e harmoniosa colaboração das comunidades humanas de trabalho poderão contribuir eficazmente para a obtenção da poupança e melhoria da produtividade. O homem terá, desta forma, interêsse real no aumento da rentabilidade, garantindo o desenvolvimento das emprêsas nas quais se baseia a economia nacional. "Será dar ao trabalhador o senso de que também êle é um elemento criador do mundo em que vive". Os princípios de incentivo à produtividade são reconhecidamente muito mais morais e sociais do que econômicos. A emprêsa moderna, para ser produtiva e eficiente, necessita da capacidade, da iniciativa e cooperação de cada um dos seus membros, mais do que qualquer outro sistema de produção. Os recursos humanos do trabalho, um dos mais importantes fatores de produção, são paradoxalmente os menos usados. Inúmeras indústrias modernas aumentaram a lucratividade e expandiram-se não através de novas e espetaculares invenções, mas, sobretudo, através da maior produtividade das comunidades de trabalho. O trabalhador que assume suas responsabilidades e que é chamado a entrar em diálogo, a ser informado e consultado, a criticar, sugerir e colaborar, torna-se consciente de que também êle é responsável pelas condições do mundo em que vive; só assim êle se diferencia das coisas, máquinas ou ferramentas, realizando-se como Ser superior, sendo agente do Bem Comum e não simples executor de tarefas.

Esta, segundo o indicado no Desafio Americano, de Schreiber, parece ser uma das verdadeiras razões do extraordinário desenvolvimento industrial verificado no Japão e na Suécia: a integração do trabalhador na emprêsa. O significativo exemplo japonês, totalmente diverso do modêlo americano, de potência industrial que se vem desenvolvendo nos últimos 20 anos em ritmo maior que o da América do Norte, nos parece valioso e merecer cuidadosa análise. O Japão oferece, assim, ao mundo a lição de uma grande nação que atinge o mais alto nível de industrialização sem renunciar à originalidade dos seus traços sócio-culturais e sem adotar um processo de pura imitação.

As análises apresentadas por Schreiber, das experiências vividas por êstes países, cada um com suas características próprias, confirmam que os padrões de comportamento humano, necessários ao desenvolvimento dos povos, não são definidos ùnicamente pelas vantagens econômicas mas, principalmente, pela estrutura social das emprêsas e pelo consenso político das comunidades.

Diferentes podem ser os caminhos convergentes para o desenvolvimento integral dos homens mas para encontrá-los é preciso ter uma visão nova e prospectiva do mundo em evolução, certos de que nem o bom nem o mau resultado são preestabelecidos automàticamente.

O futuro será o que nós formos. A decisão estará sempre nas mãos do Homem, na sua disposição de corajosamente lutar por uma nova ordem social colocada a serviço da Verdade, do Amor e da Justiça.

A Emenda do Rio de Janeiro e o Fundo Monetário Internacional

ALEXANDRE KAFKA

Em sua última reunião anual, celebrada no Rio de Janeiro, em setembro de 1967, a Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) resolveu pedir aos Diretores Executivos que elaborassem emenda ao Convênio do Fundo criando o mecanismo para emissão de uma moeda internacional de reserva. Essa moeda suplementaria o ouro e as tradicionais moedas reservas, o dólar, a libra e (em pequena escala) o franco francês; êstes constituem a liquidez incondicional dos Bancos Centrais, ao passo que os créditos que êsses podem obter do FMI e os que êles se outorgam reciprocamente constituem a respectiva liquidez condicional, já que êsses créditos exigem o cumprimento de certas condições quanto à política econômica.

A emenda acima referida basear-se-á num esbôço formulado pelos Diretores do Fundo Monetário Internacional e será conhecida como a Emenda do Rio de Janeiro. Embora a emenda ainda não haja sido aprovada pela Diretoria Executiva, já se pode precisar, com bastante acêrto, a forma que tomará o nôvo mecanismo.

OS DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE

A nova moeda servirá — à semelhança do ouro — para saldar deficits de balanço de pagamentos. Só será transferida entre Bancos Centrais. Constituirá, assim, uma pura moeda reserva, ao contrário do dólar (etc.) o qual serve não só como reserva internacional, mas também como moeda de intervenção e para transações comerciais.

Por insistência de alguns países, que preferiam que a nova moeda internacional se aproximasse — pelo menos na aparência — o mais possível dos créditos outorgados atualmente pelo Fundo, a nova moeda será chamada Direito Especial de Saque (DES) para distingui-la dos tradicionais direitos de saque outorgados pelo Fundo aos respectivos países membros.

Os DES serão distribuídos a cada país, gratuitamente, mediante crédito, nos livros do Fundo. Uma vez creditados, poderão ser utilizados para transferência a outros Bancos Centrais pràticamente com a mesma liberdade que o ouro, com apenas três restrições:

1) Na média de cada período de cinco anos, o saldo de DES de cada país não poderá ser inferior a 30% do total que lhe tenha sido gratuitamente distribuído. Isso significa simplesmente, que, quando se parece criar 100 DES, se está criando, efetivamente, 70;

2) Os DES não poderão ser usados a não ser para fazer face a um deficit de Balanço de Pagamentos; não poderão, por exemplo, ser usados para adquirir ouro ou dólares (etc) simplesmente porque um país prefere manter suas reservas em dólares ou ouro, em vez de DES;

3) Normalmente, a transferência de DES não se combinará diretamente entre Bancos Centrais, mas far-se-á de acôrdo com instruções do Fundo, destinadas a assegurar a distribuição adequada dos DES entre os diversos países participantes.

Posteriormente, poderão ser modificadas ou abolidas as três restrições.

Cada país, participante do nôvo esquema, compromete-se a aceitar os DES que lhe forem oferecidos pelos demais países até um máximo de três vêzes a quantia que lhe haja sido distribuída gratuitamente, dando como contrapartida ouro, sua própria moeda ou outras moedas (conversíveis).

A distribuição dos DES aos diversos países será feita proporcionalmente às quotas no FMI. De uma maneira geral, a fórmula de distribuição é muito mais favorável aos países menos desenvolvidos do que aos industrializados. A razão disso é que as quotas dos últimos, no FMI, em relação às demais reservas, são muito mais baixas do que as dos primeiros: 42% contra 26% em média. Essa fórmula constitui uma vitória importante dos países subdesenvolvidos nos longos e árduos debates que levaram à resolução do Rio de Janeiro.

Entretanto, é uma fórmula justa: os Bancos Centrais dos países industrializados têm acesso muito mais fácil a vários tipos de créditos especiais do que os Bancos Centrais dos países menos desenvolvidos.

Interessante observar, por outro lado, que as reservas dos países subdesenvolvidos como um todo, da mesma forma como as dos industrializados como um todo, mantêm idêntica relação com o valor das importações: a saber, o equivalente de 5 meses destas. Talvez seja conveniente lembrar aqui, também, que a idéia original de certos países industrializados fôra a criação da nova moeda internacional exclusivamente em benefício dêles próprios e que, posteriormente, ainda desejavam ter fórmulas discriminatórias de distribuição que os beneficiassem, quer quantitativa, quer qualitativamente (como, por exemplo, a distribuição aos países industrializados de DES nos moldes atuais, enquanto que os subdesenvolvidos sòmente teriam direito se observassem certas regras de bom comportamento que lhes seriam impostas pelo FMI). As decisões sôbre criação e administração de DES serão tomadas pelo voto ponderado dos participantes, exigindo-se, para as questões importantes, maioria de 85%. Ao contrário do desejo inicial de alguns dos países industrializados, entretanto, os países subdesenvolvidos conseguiram derrubar a idéia de que as decisões sôbre DES fôssem também aprovadas por uma maioria dos países grandes, ou principais países credores, uma espécie de SENADO DOS GRANDES OU RICOS.

Aprovada a emenda pela Diretoria do Fundo, o que se espera para fins de março, será ela submetida ao voto dos Governadores do Fundo e, após a respectiva aprovação, que é tida como certa, à ratificação pelos diversos Congressos e Parlamentos. Uma vez em vigor, só começará a ter efeito prático, entretanto, se e quando se ativar o mecanismo de criação de DES. Para esta, há três "pré-condições": sinais de generalizada falta de liquidez internacional, melhor equilíbrio de pagamentos internacionais e melhor funcionamento do processo de reajustamento dos pagamentos internacionais. A primeira condição é a única que poderá ser aplicada efetivamente. Infelizmente já há numerosas restrições comerciais e outras que entravam a liberdade do movimento de capitais, tudo isso refletindo um sentimento bastante generalizado de falta de liquidez internacional. A segunda condição, "melhor equilíbrio de pagamentos internacionais" visa evitar a criação do DES enquanto a liquidez do mundo continuasse sendo acrescida de dólares, moeda reserva, como conseqüência dos deficits americanos; nessa hipótese porém a condição é desnecessária, porque não faltaria liquidez e por outro lado não tem nenhum sentido na medida em que os deficits americanos, por qualquer razão, embora subsistam, deixem de criar liquidez. A terceira condição "melhor funcionamento do processo de reajustamento etc." é vaga e por isso inútil.

REFORMA DO FMI

O efeito do nôvo esquema dependerá não sòmente do volume de DES a ser criado e da época em que tiver lugar a primeira criação, mas também de certas reformas do atual mecanismo de operações do FMI que estão sendo debatidas simultâneamente pela Diretoria Executiva conforme também recomendado pela resolução do Rio de Janeiro dos Governadores do FMI.

Uma dessas reformas é puramente formal: visa tornar legalmente incondicionais os saques no Fundo até 100% da quota de cada país (tranche-ouro); êsses saques já são de fato, mas não *de jure*, automáticos.

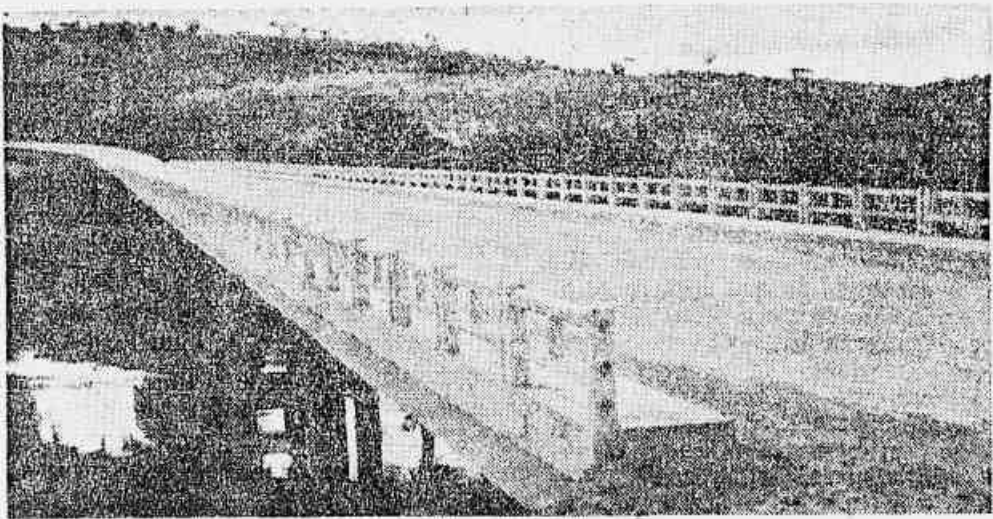
As demais reformas propostas visaram principalmente controlar melhor o acesso ao crédito do Fundo nas demais tranches (acima de 100% das quotas) e bem assim dificultar a elevação geral das quotas. Tudo isso corresponde ao receio infundado de alguns países industrializados de que a liquidez condicional proporcionada pelo FMI precisará ser melhor controlada, uma vez que êste irá agora criar também liquidez incondicional (os DES), havendo, pois, perigo de aumento excessivo da liquidez total, condicional e incondicional. O receio é infundado porque, conforme vimos, a maioria necessária para criação da liquidez incondicional dos DES é extremamente elevada — sem falar da razão básica de que ninguém no mundo deseja provocar uma inflação mundial desenfreada. Pouco a pouco os proponentes das reformas estão cedendo a êste ponto-de-vista. Embora estejam procurando ligar a ratificação da emenda sôbre DES à aprovação das reformas aqui referidas é provável que, no fim, estas resultem mais formais do que substantivas.

CONCLUSÃO:

A Emenda do Rio de Janeiro, sob mais de um aspecto, terá profunda repercussão.

Em primeiro lugar, é a primeira vez que o mundo se une para criar artificialmente uma moeda internacional. A Emenda do Rio equivale, no plano internacional, à primeira emissão de papel-moeda, ou à fundação do 1.º Banco Central com faculdade emissora, no plano nacional.

Em segundo lugar, a Emenda do Rio restabelece o equilíbrio entre liquidez condicional e incondicional, prometendo aumentar a disponibilidade desta em relação à daquela. Êste fato é especialmente importante e proveitoso do ponto-de-vista dos países subdesenvolvidos.

A criação do DES ainda apresenta um problema difícil de ordem técnica, além dos políticos. É que a teoria da liquidez internacional é pràticamente inexistente e não nos fornece nem a orientação (também imperfeita) que nos dá no campo interno a teoria monetária ou de liquidez doméstica. É provável que saberemos diagnosticar falta ou excesso de liquidez internacional, mas no momento não dispomos de nenhuma teoria mesmo aproximada para determinar o *quantum* dêsse excesso ou dessa insuficiência.

A ponte sôbre o Rio Pará tem 230 metros de extensão

O trecho entre Realeza e Rio Casca da BR-262 foi recentemente inaugurado

BR-262 estimula turismo de mineiros e capixabas

O lado turístico da rodovia aparece quando consideramos a utilização das praias do Espírito Santo pelos mineiros e também quando sabemos que a BR-262 servirá ao balneário de Araxá, ligando-o aos principais centros do País, além de contribuir para a integração do Triângulo Mineiro com a Capital do Estado e interligar o sistema rodoviário já existente naquela região, como a BR-050 e a BR-153.

RODOVIA MODERNA

A BR-262 tem as características de rodovia federal de primeira classe, sendo a rampa máxima de 6% e o raio mínimo de 101 metros, aliás, pouco encontrados. A plataforma é de 14 metros de largura, enquanto que a pista de rolamento, depois da pavimentação, será de sete metros.

EXTENSÃO

A BR-262, de Vitória a Uberaba, tem uma extensão total de 990 quilômetros, sendo de 790 quilômetros o trecho mineiro, de Pequiá a Uberaba.

A parte oeste da BR-262, de Belo Horizonte a Uberaba, cujo asfaltamento está prestes a ser iniciado, tem uma extensão de 442 quilômetros.

Na parte leste, já se encontra asfaltado o trecho Belo Horizonte—Monlevade (Jacuí), com 108 quilômetros de extensão e mais 66 quilômetros entre Rio Casca e Realeza.

Os dados mencionados dão uma idéia da importância da BR-262 para o desenvolvimento de Minas e justificam o lema do eng. Eliseu Resende, Diretor do DNER e do Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, no sentido de que o DNER antecipa o progresso.

A implantação básica Rio Casca—Monlevade, com 41 quilômetros, a cargo da Construtora Andrade Gutierrez, dos quais 14 já executados, está sendo feita em ritmo acentuado, pelo que se espera a conclusão dos trabalhos no prazo programado.

BR-262-OESTE

A parte BR-262-oeste, ligando Belo Horizonte a Uberaba, deverá estar com a pavimentação concluída em fins de 1969, já que o diretor do DNER, eng. Eliseu Resende, tem assegurado os recursos para a obra, através de financiamento concedido pelo Banco Mundial.

Nessa parte está localizada a maior obra de arte especial da rodovia, que é a ponte sôbre o Rio Pará, com 230 metros de extensão, entre Pará de Minas e Bom Despacho.

Além dessa, diversas obras de arte de menor vulto estão construídas ao longo do trecho Belo Horizonte—Uberaba, o mesmo ocorrendo, aliás, com o trecho Divisa Espírito Santo—Belo Horizonte, onde se destaca a ponte-viatudo sôbre o Rio Casca, com 150 metros de comprimento.

ECONOMIA, TURISMO E INTEGRAÇÃO

A BR-262, em tôda a sua extensão, apresenta aspectos que a caracterizam como rodovia de sentido econômico, turístico e de integração.

Ligando dois Estados centrais a um pôrto de mar, o sentido econômico da estrada se evidencia, particularmente no que diz respeito a Minas Gerais, cujo minério de ferro é exportado pelo pôrto de Vitória, o que acarreta um intercâmbio intenso com a capital capixaba.

Dentro do programa rodoviário do Govêrno Costa e Silva, com a característica de prioritário, destaca-se a BR-262, que liga o pôrto de Vitória a Cuiabá, em Mato Grosso, cortando Minas Gerais de leste a oeste e fazendo a ligação Uberaba—Capital do Espírito Santo, com passagem por Belo Horizonte.

Essa obra, segundo reiteradas declarações do Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, e do Diretor-Geral do DNER, eng. Eliseu Resende, deverá estar concluída até o final do atual Govêrno.

BR-262-LESTE

O trecho BR-262-leste, que vai de Belo Horizonte rumo à fronteira com Espírito Santo, já está parcialmente asfaltado, como Belo Horizonte—Monlevade e, mais recentemente, Rio Casca—Realeza, onde se encontra com a rodovia Rio—Bahia (BR-116).

De Realeza até próximo de Martins Soares, os trabalhos de pavimentação se desenvolvem em ritmo acelerado e o trecho, com a extensão de 30 quilômetros, sob responsabilidade da Construtora ETEGE, deverá estar asfaltada ainda no corrente ano, ficando concluída mais uma etapa de pavimentação da rodovia.

O subtrecho compreendido entre Rio Casca e Monlevade, com 87 quilômetros de extensão, está sendo construído e sua conclusão pràticamente representará o asfaltamento completo da BR-262 em Minas, já que o trecho Belo Horizonte—Uberaba começará a ser asfaltado em breve, com sete frentes de serviço.

Banco Regional de Brasília S/A.

CADASTRO GERAL CONTRIBUINTES N.º 00.000.208/1
CARTA PATENTE N.º 1-321 DE 12/07/66
ED. BNDE — 10.º ANDAR — BRASÍLIA — D.F.

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:

Face às prescrições da Lei e de nossos Estatutos, submetemos à sua apreciação Relatório pertinente às atividades do Banco, durante o exercício de 1967, acompanhado dos balanços semestrais, demonstrativos das contas de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal.

Caracterizou o ano findo, por uma tomada de posição visando à consolidação do BRB, com várias medidas de importância que vão desde a sua organização administrativa até a dinamização do crédito especializado a médio e longo prazo, o que ocorreu com a implantação da Carteira de Crédito Rural e estruturação da Carteira de Crédito Industrial, para entrar em funcionamento a partir de janeiro de 1968.

Destarte, do papel de principal órgão de crédito bancário do Distrito Federal, impôs-se, pela racional diversificação da ajuda financeira ao setor privado, sempre norteado pelos princípios de seletividade, afora a segurança e liquidez necessária às suas operações de estabelecimento bancário, tarefa esta desempenhada pela Carteira de Crédito Geral.

Por outro lado, reafirmou o papel marcante que exerce na região do Distrito Federal e áreas programas, dentro do conjunto da rêde bancária local, e sua valiosa colaboração às responsáveis pela política econômico-financeira do país, não só operando numa faixa de juros e serviços, média de 1,8% ao mês, como de destaque pelo pioneirismo na padronização contábil, recomendada pelo Banco Central.

No ensejo, registra a atual Diretoria, que o sucesso do Banco, muito fica a dever a decidida e patriótica política de consolidação de Brasília, implantada por sua Excelência Presidente Arthur da Costa e Silva, e bem assim ao apoio constante do Senhor Prefeito do Distrito Federal, engenheiro Wadjô da Costa Gomide e à competência e espírito laborioso do funcionalismo da Casa.

PAULO LIMIRIO MALHEIROS — Presidente
FERNANDO BARCELOS MAGALHÃES — Diretor
WAGNER ULYSSES COSTA NETTO DE SOUZA — Diretor

BRB reflete fôrça e prosperidade

Os índices de crescimento do Banco Regional de Brasília harmonizam-se com o poder de expansão da própria Cidade em que se instalou. Evidentemente, excluir esta instituição de crédito do processo de formação econômica da Capital brasileira corresponderia a um gesto de estrangulamento da sede da União. Não seria justificável implantar-se um centro governamental sem a presença de um dispositivo creditício capaz de deflagrar a batalha da criação da riqueza em suas áreas rurais, mesmo circunvizinhas. A máquina da administração do Estado só pode, na sua faixa de atuação, livrar-se de colapsos sociais quando há condições que bastem à tranqüilidade ambiente. No caso, o Banco Regional de Brasília supriu uma necessidade transcendente, porque veio levar a prosperidade ao campo, armando o lavrador ou o criador com os instrumentos do crédito. O critério de operações, fácil e planejado, abriu a um conjunto populacional recém-instalado no Quadrilátero Cruls a perspectiva de que a nova Cidade iria, logo mais, garantir-se a si mesma, mediante a formação de expressiva infra-estrutura.

E SEGURO O RITMO

O ritmo de progresso que experimenta o Banco Regional de Brasília — criado pela Lei 4 545, de 10 de dezembro de 1964 e instalado em setembro de 1966 — mostra-se seguro e configura a fôrça de um exemplo. No momento, êste Banco já alcançou, em depósitos, a soma de NCr$ 40 000 000,00 e 19 722 clientes. O seu capital — que, inicialmente, foi da ordem de NCr$ 500 000,00 — é atualmente de NCr$ 1 500 000,00. Os Srs. Paulo Limírio Malheiros, Presidente; Fernando Barcelos Magalhães, Wagner Ulysses Costa Netto de Souza e Gastão de Matos Müller, diretores, e a equipe de servidores nos diversos escalões constituem um elenco a refletir dedicação e dinâmica. A matriz situa-se no Edifício do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — 10.º andar — aí funcionando também, no andar térreo, a Agência Central. Há ainda a Agência da Avenida W-3 e de Taguatinga; encontrando-se em fase final de implantação as Agências do Núcleo Bandeirante, de Sobradinho, Gama e Setor de Indústria e Abastecimento. O Banco, no exercício passado, registrou uma receita de NCr$ 3 257 739,71, contrapondo-se a uma despesa de NCr$ 1 600 351,21, do que resultou o crédito de NCr$ .... 1 657 388,40.

OBRA DA REVOLUÇAO

O Banco Regional de Brasília é um êxito do movimento revolucionário de 31 de março. Criado no Govêrno Castelo Branco, pelo então Prefeito Plínio Cantanhede, êste instituto de crédito encontrou na gestão do Marechal Artur da Costa e Silva, e na administração do Prefeito Wadjô da Costa Gomide, todo o apoio. Racionalizou-se a sua sistemática de atuação, alargando-se o seu poder de atendimento. E já se constata a floração de uma nova economia, com os aplausos de tantos quantos, no âmbito rural, colaboram para a imediata afirmação de Brasília.

"No orçamento para o exercício corrente podemos sintetizar os seguintes valôres previstos:

a) *Aplicações*:

Indústria	NCr$ 22 000 000,00
Comércio	NCr$ 66 845 000,00
Agricultura e Pecuária	NCr$ 20 000 000,00

b) A presente previsão prende-se às recentes recomendações do Banco Central do Brasil, no sentido de minimizar o custo do dinheiro, capacitando ao sistema financeiro nacional um financiamento mais efetivo nos setores dinâmicos de sua economia.

Para cálculo da Renda dos Empréstimos foram consideradas taxas múltiplas das quais a mais elevada atingiu o valor igual a 2% a.m. sôbre o financiamento.

Os demais fatôres, levados em consideração na elaboração do presente planejamento financeiro, foram os seguintes:

I — O saldo dos depósitos previstos em 31/12/68, representando um acréscimo de NCr$ 20 300 000,00 (vinte milhões e trezentos mil cruzeiros novos), provém da elevação dos índices depositários provenientes dos podêres públicos.

A estimativa é pessimista, tendo em vista o total geral da despesa fixada no Orçamento-Programa do Distrito Federal para o ano em curso, na ordem de NCr$ 373 701 927,00 (trezentos e setenta e três milhões, setecentos e um mil, novecentos e vinte e sete cruzeiros novos).

II — A Reversão do capital empregado foi determinada a partir dos coeficientes numéricos da velocidade de circulação verificada no período anterior, referentes aos recursos constituídos pelos depósitos.

III — As aplicações são inteiramente constituídas pelos itens designativos de imobilizações e empréstimos. Como imobilizações está prevista a operação de recurso para o financiamento da aquisição do equipamento periférico na computação eletrônica, a ser utilizado por ocasião da modernização do sistema contábil.

O restante dos recursos está distribuído entre as Diretorias do Crédito Geral, Industrial e Rural, na proporção de 60%, 20% e 20% respectivamente.

Balanço Geral levantado em 29 de dezembro de 1967

ATIVO

A — *DISPONÍVEL*			
Caixa			
Em moeda Corrente		515.542,90	
Em depósito no Bco. do Brasil S.A.		14.218.589,33	
Em Obrigações do Tesouro Nacional		523.600,00	15.257.732,23
B — *REALIZÁVEL*			
Depósito em Dinheiro à ordem do Bancentral		1.346.133,00	
Títulos Descontados:			
Ao Comércio	5.291.066,12		
À Indústria	7.995.012,82		
À Lavoura	252.565,00		
À Pecuária	1.339.331,24		
A Particulares	3.435.802,29	18.313.777,47	
Empréstimos em C/ Correntes		5.066.848,79	
Correspondentes no País		712.659,39	
Outros Créditos Realizáveis		5.364.065,54	
Ações e Obrigações		4.839,01	30.808.323,20
C — *IMOBILIZADO*			
Móveis e Utensílios		523.323,23	
Material de Expediente		30.402,59	
Instalações		36.902,57	590.628,39
D — *RESULTADOS PENDENTES*			
E — *CONTAS DE COMPENSAÇÃO*			
C-Valôres em Custódia		4.991.145,50	
Títulos em Cobrança		342.239,39	
Outras Contas		1,00	5.333.385,89
			51.990.069,76

PASSIVO

F — *NÃO EXIGÍVEL*		
Capital	500.000,00	
Aumento de Capital	591.330,00	
Fundo de Reserva Legal	66.055,48	
Fundo de Amortização do Ativo Fixo	52.332,32	
Outras Reservas	163.826,49	1.373.544,29
G — *EXIGÍVEL*		
Em Depósitos à vista e Curto Prazo:		
De Podêres Públicos	5.103.078,27	
De Autarquias	27.926.562,72	
Em C/C S/ Limite	5.039.484,24	
Em C/C Populares	1.616.260,22	
	39.685.385,45	
OUTRAS RESPONSABILIDADES		
Ordens de Pagamentos	445.907,99	
Outros Créditos	4.051.358,53	44.182.651,97
		1.100.487,61
H — *RESULTADOS PENDENTES*		
I — *CONTAS DE COMPENSAÇÃO*		
Depositantes de Valôres em Garantia e em Custódia	4.991.145,50	
Depositantes de Títulos à Cobrança no País	342.239,39	
Outras Contas	1,00	5.333.385,89
		51.990.069,76

Fc. Brasília — DF, 29 de dezembro de 1967

PAULO LIMIRIO MALHEIROS — Presidente
WAGNER ULYSSES COSTA NETTO DE SOUZA — Diretor
FERNANDO BARCELLOS MAGALHAES — Diretor
JAIRO TÔRRES — CRC-DF 188

Demonstração da Conta Lucros e Perdas

DÉBITO

DESPESAS OPERACIONAIS			
Juros s/ Depósitos à Vista		13.968,09	
Despesas de Comissões		4.074,80	18.042,89
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
Honorários da Diretoria e Conselho Fiscal		37.865,02	
Despesas de Pessoal		546.201,98	
Materiais de Expediente		89.631,49	
Despesas Gerais:			
Aluguéis	54.668,09		
Propaganda e Publicidade	109.092,75		
Outras	146.875,82	310.636,66	984.335,15
PERDAS DIVERSAS			
Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios		37.755,41	
Outras		5.440,00	43.195,41
			1.045.573,45
DISTRIBUIÇÃO LUCRO LÍQUIDO			
Fundo de Reserva Legal		49.584,23	
Fundo de Reservas Especiais		99.168,47	
Gratificação a Funcionários		107.554,86	
Percentagem à Diretoria		68.554,34	
Percentagem à Sociedade Assistencial dos Regiobancários		19.833,89	
Dividendo à Razão de 8% ao Ano		20.000,00	
Bonificação a Acionistas à Razão de 4% ao Ano		10.000,00	374.695,59
Subtotal			1.420.269,04
Saldo à Disposição da Assembléia Geral			878.331,87
Total			2.298.600,91

CRÉDITO

SALDO DO SEMESTRE ANTERIOR		261.342,73
RENDAS OPERACIONAIS		
Juros e Descontos	1.126.146,06	
Comissões e Taxas	1.106.521,30	
Total	2.232.667,36	
Menos Rendas de Semestres Futuros	222.155,74	2.010.511,62
OUTRAS RENDAS		
Diversas		17.870,58
LUCROS DIVERSOS		
Diversos		8.875,98
		2.298.600,91
Total		2.298.600,91

Reconhecemos a Exatidão da Presente DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS, cujo DÉBITO E CRÉDITO totalizam a importância de NCr$ 2.298.600,91 (Dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos cruzeiros novos e noventa e um centavos).

Brasília — DF, 29 de dezembro de 1967. — Fc.

PAULO LIMIRIO MALHEIROS — Presidente
WAGNER ULYSSES COSTA NETTO DE SOUZA — Diretor
FERNANDO BARCELLOS MAGALHAES — Diretor
JAIRO TÔRRES — CRC-DF 188

PARECER DO CONSELHO

Senhores Acionistas.

As contas relativas ao exercício de 1967, consubstanciadas nos balanços de 30-06-67 e 29-12-67, agora submetidas a essa Assembléia-Geral Ordinária, foram examinadas por êste Conselho, na forma da Lei. O exame se estendeu, progressivamente, aos balancetes mensais levantados durante o período.

Em seu conjunto, revelam tais documentos o auspicioso desenvolvimento das operações e das outras atividades do Banco, além de adequada apropriação contábil das verbas, em plena conformidade com as disposições legais, fiscais e estatutárias.

Os negócios do Banco, fundamentados já em significativos esforços na captação de recursos do público e integrados na política global de crédito orientada pelas Autoridades Monetárias, sem prejuízo das particularidades regionais e locais, se constituem, sem dúvida, em fatôres de decisiva importância para o desenvolvimento e solidificação da Economia do Distrito Federal.

Sôbre os resultados alcançados, quer no desempenho da importante função de Agente Financeiro do Complexo Administrativo do Distrito Federal, quer na positiva e não menos importante missão de orientação e difusão das operações de crédito, inclusive na área rural, diz bem a reputação e o renome já conquistados pelo Banco.

Recomendando o Conselho à aprovação dos Senhores Acionistas as contas apresentadas nos balanços e demonstrações de "Lucros e Perdas" que reproduzem, fielmente, os valôres patrimoniais inventariados e as responsabilidades sociais vigentes, recomenda também, por entendê-la plenamente identificada com os interêsses sociais, a aprovação da proposta da Diretoria de destinação do saldo verificado na conta "Lucros e Perdas", à disposição dessa Assembléia-Geral Ordinária.

Finalmente, prevendo a alínea "e", Artigo 42 do Estatuto Social que a Assembléia fixa sem caráter de obrigatoriedade, mas prévia e anualmente, a dedução de percentagem sôbre o lucro líquido para gratificação aos membros da Diretoria e aos funcionários, lembra o Conselho a oportunidade de pronunciamento da Assembléia sôbre a matéria, quanto aos Diretores, por isso que já foi regulamentada a participação dos funcionários. Ante o resultado financeiro do exercício que se encerrou e por ser de justiça, sugere o Conselho que, mesmo "a posteriori", seja considerada a participação dos Diretores no lucro líquido.

Brasília (DF) 22 de janeiro de 1968.

Samuel Cohen Cohen

José de Souza Barros

Romulo Martins Lage.

Bahia é líder no progresso

Absorvendo 42,3% do total dos investimentos em projetos industriais aprovados pela SUDENE até 1967, o Estado da Bahia assumiu uma posição definida de liderança dentro do programa de industrialização do Nordeste, com um volume de recursos de NCr$ 773 296 000,00, até dezembro último.

Os projetos industriais em análise na SUDENE e no Banco de Desenvolvimento do Estado (BANDEB) e as cartas de opção de terrenos já fornecidas pelo Centro Industrial de Aratu já elevam para 187 o número de empreendimentos, num investimento global de um bilhão, quatrocentos e onze milhões e 629 mil cruzeiros novos, e que irão permitir a criação de 28 146 empregos diretos.

ALTERAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

O Secretário de Indústria e Comércio, Sr. Ângelo Calmon de Sá, avaliando os resultados desse planejamento industrial, está convencido de que as medidas adotadas pelo Govêrno para o desenvolvimento provocarão profundas modificações na estrutura sócio-econômica do Estado, aumentando a renda *per capita*, incrementando a criação de mais 120 mil empregos indiretos e melhorando as condições de vida de mais de 700 mil baianos, a curto prazo.

A par das iniciativas do Govêrno federal para favorecer o desenvolvimento industrial do Nordeste — a criação do Banco do Nordeste do Brasil (1952), o início de operação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso (1954) e a criação da SUDENE (1959) — há outros fatôres regionais que influíram decididamente nessa arrancada baiana para a industrialização, como a implantação da Petrobrás (1954), a fundação da Comissão de Planejamento Econômico (1955), a pavimentação da BR-116 (Rodovia Rio—Bahia) e, principalmente, a criação do Centro Industrial de Aratu (1966/67).

Cada um dêsses fatôres regionais teve sua parcela de contribuição considerável: a Petrobrás pelos investimentos maciços para ampliar o parque de produção e refino de petróleo, além da pesquisa na área petrolífera; a Fundação Comissão de Planejamento Econômico (CPE) como o primeiro órgão de planejamento estadual implantado no Nordeste; a Rio—Bahia, integrando a Bahia no mercado do Centro-Sul e eliminando o isolamento em que o Estado vivia.

Mas as autoridades costumam indicar o Centro Industrial de Aratu como o fator de maior influência para a aceleração do processo de industrialização do Estado.

A MECA DE ARATU

No rol dos argumentos, destaca-se que o Centro Industrial de Aratu, além de ser um elemento objetivo na provocação do processo de industrialização, se constituiu também no principal responsável pelo aparecimento de um fator de ordem subjetiva, que os técnicos consideram fundamental na obtenção do desenvolvimento de uma região: a mudança de atitude do Govêrno e do empresário local, que passaram a lutar unidos pelo desenvolvimento industrial da Bahia, cuja economia sempre se caracterizou pela predominância das atividades mercantis e de prestação de serviços.

Os empresários baianos se destacaram, principalmente, nos setores de bancos, companhias de seguros, firmas de exportação, de construção civil e de estradas, exploração agrícola e atividades comerciais em geral. Sendo a Bahia um grande exportador de matérias-primas, sua receita bàsicamente dependia, e ainda depende, das atividades dos setores primário e terciário — afirma o Secretário de Indústria e Comércio, Sr. Ângelo Sá.

A rentabilidade a curto prazo de tais atividades levava o empresário baiano, com muito poucas exceções, a reagir sempre à realização de empreendimentos industriais, seja pela demorada maturação das iniciativas, seja pelos riscos que elas envolviam.

AÇÃO DO GOVERNO

Foi então necessário que o Governo tomasse a si a responsabilidade de estimular as iniciativas do setor privado, agindo em função de acelerar a industrialização do Estado, resolvendo estabelecer uma política de localização industrial ordenada. E em novembro de 1965 o Govêrno estadual contratou com uma emprêsa baiana de planejamento — a Empreendimentos da Bahia S.A. — a elaboração do Plano Dirètor do Centro Industrial de Aratu.

Em 1967, foi criada a autarquia Centro Industrial de Aratu, incumbida da coordenação do Plano Diretor e das obras de infra-estrutura a serem implantadas na área industrial. Nesse esfôrço, o Govêrno recebeu um apoio substancial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, que na época desenvolveu um trabalho eficiente de promoção industrial, não só entre os empresários locais, mas especialmente entre os do Centro-Sul, visando atraí-los para inverter recursos no programa industrial da Bahia.

CONDIÇÕES IDEAIS

A chamada *revolução industrial* baiana começou no final do Govêrno Lomanto Júnior, mas coube ao Govêrno Luís Viana Filho oferecer as condições ideais para que o processo "viesse a tornar-se uma realidade irreversível", diz o Sr. Ângelo Sá.

— Os recursos destinados ao Centro Industrial de Aratu, no decorrer dos primeiros dez meses do Govêrno Luís Viana Filho, permitiram a realização de tal volume de obras de infra-estrutura naquela área que os empresários puderam ter asseguradas as condições visualizadas no Plano Diretor do CIA.

INVESTIMENTOS

Até 31 de dezembro último, o atual Govêrno baiano investiu no Centro Industrial de Aratu — que fica a 17 quilômetros de Salvador — NCr$ 8 milhões e, até o fim de 1968, aplicará mais NCr$ 25 milhões, inclusive NCr$ 10 milhões financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil, em obras de infra-estrutura física e social, representadas por estradas de rodagem, pôrto, sistema de abastecimento de água, telecomunicações, habitação, saúde e educação.

— Não é difícil imaginar o esfôrço e o sacrifício que o Govêrno está realizando para investir tão vultosa soma naquela área. No entanto isso é feito conscientemente, pois a resposta em benefícios sociais e econômicos que o Govêrno está obtendo de muito justifica tal inversão — frisa o Sr. Ângelo Sá, que espera aplicar no Centro Industrial de Aratu NCr$ 20 milhões até o fim do semestre.

IMPLANTAÇÃO

As razões estão substanciadas em dados concretos. Até o momento 62 emprêsas firmaram carta de opção de terrenos no CIA, compreendendo um investimento total previsto em NCr$ 932 780 408,00, e que criarão 13 000 empregos diretos. Vinte dessas emprêsas já estão instaladas, representando um investimento de NCr$ 390 000 000,00. Elas já criaram 4 200 empregos diretos.

Dois outros empreendimentos de vulto, em cuja implantação o Govêrno também está empenhado, constituem fatôres de influência germinativa, determinando a criação de numerosas outras indústrias: a Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA), projeto que tem a SUDENE na liderança, e o Conjunto Petroquímico da Bahia, COPEB, de responsabilidade da Petrobrás. A primeira se localizará no Centro Industrial de Aratu e o segundo em Camaçari.

PROGRAMA DO INTERIOR

Mas, Aratu não é o único pôrto em que o Govêrno Luís Viana Filho ancorou seus objetivos de desenvolvimento industrial. O espírito de integração econômica do Estado também tem influenciado as definições neste campo. E assim é que, através da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) e do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, concebeu, estruturou e já começou a executar o Programa de Fomento à Industrialização no Interior.

O Govêrno estadual sentiu-se estimulado a realizar êste empreendimento por saber antecipadamente que haverá uma forte tendência a uma aglomeração industrial na região em tôrno de Aratu, diante das condições vantajosas que lá são oferecidas para a localização de indústrias, e por conhecer as dificuldades que enfrentavam as pequenas e médias emprêsas situadas em alguns dos principais pólos de desenvolvimento da Bahia.

O Programa foi concebido com os seguintes objetivos:

1. Impulsionar um desenvolvimento equilibrado em todo o Estado, através dos diversos *pólos de desenvolvimento* já identificados.
2. Fixar o homem no interior, criando-lhe empregos na região em que vive.
3. Reduzir os problemas sociais em tôrno de Salvador — e hoje também em redor do Centro Industrial de Aratu —, anulando, em grande parte, o ritmo do êxodo rural desenfreado.
4. Dar maior rendimento à infra-estrutura econômica já existente no interior do Estado.
5. Proporcionar o melhor aproveitamento das matérias-primas locais, visando a aumentar o valor a estas acrescido.

A formulação do Programa de Fomento à Industrialização no Interior decorreu da compreensão pelo Govêrno de que os investimentos oriundos dos Artigos 34/18 têm se concentrado em grandes empreendimentos, criando demanda de matéria-prima suplementar e oferecendo bens intermediários, que irão elevar conseqüentemente o coeficiente de geração de renda da economia baiana.

Serão justamente as pequenas e médias emprêsas que irão difundir — no entendimento dos técnicos governamentais — a prosperidade gerada pelos grandes empreendimentos.

PLANO EM EXECUÇÃO

A política de apoio à pequena e média emprêsa do interior baiano está sendo executada conjuntamente pela Secretaria da Indústria e Comércio e pelo BANDEB. O trabalho das equipes técnicas incumbidas de desenvolver o Programa de Fomento à Industrialização no Interior compreende as seguintes iniciativas.

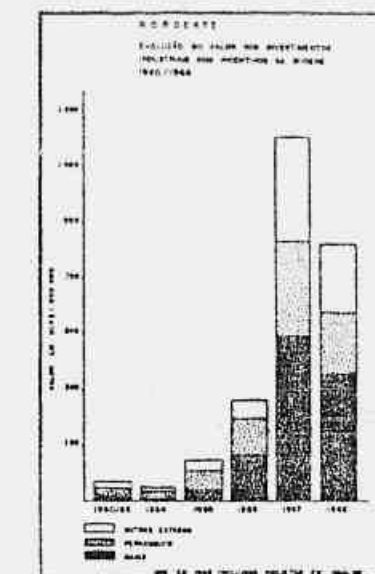
1. Assistência técnica às emprêsas em aspectos administrativos, contábeis, financeiros, legais e tecnológicos.
2. Divulgação dos incentivos fiscais e das facilidades de financiamento, orientação para obtenção de tais benefícios, inclusive preparação e encaminhamento de projetos, além de acompanhar posteriormente a implantação do empreendimento.
3. Concessão de financiamento para implantação, ampliação, modernização e refôrço de capital de giro, com recursos da Portaria 170, do Ministério do Interior (Banco do Nordeste), FIPEME (BNDE) e recursos próprios do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia.

Ao fim de 90 dias de trabalho, as três equipes técnicas em ação visitaram 20 municípios e mantiveram contatos com 135 emprêsas. O Departamento de Indústria e Comércio da SIC já prepara 54 projetos, referentes a 13 municípios, cujos investimentos se elevam a quatro mil, cento e quatro cruzeiros novos, distribuídos pelos municípios de Feira de Santana, Cruz das Almas, Mata de São João, Santo Antônio de Jesus, Morro do Chapéu, Itamaraju, Cachoeira, Ribeira do Pombal, Conquista, Jequié, Itabuna, Una e Juàzeiro.

Tais projetos permitirão a criação de 1 208 empregos, sendo que Feira de Santana mantém a liderança em número de emprêsas (20), de empregos (391) e no montante do financiamento (NCr$ 1 452 000,00), vindo em seguida Itabuna com 15 emprêsas, 168 empregos e NCr$ 969 mil de financiamento. Além disso, o Departamento de Indústria e Comércio estuda a elaboração de mais 25 projetos.

MAIS VANTAJOSO

O Govêrno Luís Viana Filho não se deteve sòmente nessas iniciativas para desenvolvimento do programa industrial do Estado. Por isso, visando também à melhoria do nível tecnológico das emprêsas industriais baianas, solicitou através da Secretaria de Indústria e Comércio o envio de técnicos da ONU para colaborarem na elaboração dos projetos do Instituto de Pesquisa Industrial e do Centro de Assistência Técnica e Administrativa à Pequena e Média Emprêsas, com início previsto para 1968, e que receberão assistência técnica e financeira da UNIDO, órgão especializado em assistência à pesquisa tecnológica.

As autoridades se convenceram não só da oportunidade como da importância social do Programa de Fomento à Industrialização no Interior, ao constatarem, através de levantamentos e estudos, que, enquanto no Centro Industrial de Aratu, para cada milhão de cruzeiros novos investidos em indústrias criam-se apenas 14 empregos diretos, no Interior, com investimento igual, são criados 150 novos empregos.

DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO

O número de empregos criados no Interior é dez vêzes maior que no CIA, para o mesmo investimento. O Govêrno resolveu, assim, atuar simultâneamente em duas áreas para obter um desenvolvimento econômico e social harmônico em todo o Estado, considerando a necessidade de criar grande número de empregos no Interior, por fôrça da repercussão econômica do Centro Industrial de Aratu, gerada pela magnitude do investimento ali concentrado.

O propósito da Secretaria da Indústria e Comércio, com o fomento à industrialização no Interior, é criar 40 novos *pólos de desenvolvimento* no Estado, além de revigorar os já existentes.

LIDERANÇA BAIANA

O processo de industrialização efetiva da Bahia se reflete na análise do comportamento dos investimentos industriais aprovados pela SUDENE, oriundos dos incentivos fiscais dos Arts. 34/18, no período 1960/67. A Bahia ocupa a liderança dêsses investimentos, totalizando NCr$ ...... 747 641 000,00 (setecentos e quarenta e sete bilhões, seiscentos e quarenta e um milhões de cruzeiros antigos), segundo dados da própria SUDENE.

A posição da Bahia representa 42,3% do total de investimentos industriais aprovados pela SUDENE, neste período, (NCr$ 767 024 000,00), ficando Pernambuco em segundo lugar com 30,3% (NCr$ 544 103 000,00).

A partir de 1966, num salto espetacular, o Estado da Bahia dobrou o valor percentual de sua participação nos investimentos industriais aprovados pela SUDENE, com um total de NCr$ 537 513 000,00.

DISCRIMINAÇÃO

A discriminação dêsses investimentos totais para a indústria apresentava na Bahia, em dezembro de 1967, o seguinte quadro: Projetos industriais aprovados pela SUDENE — 72, criando 16 746 empregos diretos, num investimento total de NCr$ 773 296 000,00. Dêstes, 57 projetos se destinam à implantação, num investimento de NCr$ ...... 701 360 000,00, gerando 13 043 empregos diretos, e 15 envolvendo programas de ampliação, numa inversão de NCr$ .. 71 936 000,00, para criação de 3 703 empregos diretos.

Em análise na SUDENE, a Bahia possui 30 projetos industriais, num investimento de NCr$ 276 649 000,00, que prevêem a criação de 5 339 empregos. Mas o volume de empreendimentos industriais não pára aí, pois o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia estuda a elaboração de 54 projetos para o Interior, num investimento de NCr$ 4 104 000,00, e que irão criar 1 208 empregos diretos; e já foram feitas 31 cartas de opção de terrenos no Centro Industrial de Aratu, num valor total de NCr$ 357 530 000,00, que irão gerar 4 853 empregos diretos.

Com base na magnitude dêsse investimento global previsto para o setor industrial, no valor de NCr$ .... 1 411 629 000,00 (quase um trilhão e meio de cruzeiros antigos), as autoridades baianas prevêem profundas modificações na estrutura sócio-econômica do Estado, com "o aparecimento de uma nova classe — a dos empresários industriais — que se juntará aos atuais, dedicados tradicionalmente às atividades mercantis e do setor primário. Os 187 projetos — vários dêles já implantados e com as indústrias operando — possibilitam a criação de 28 146 empregos diretos.

MAIS POSSIBILIDADES

As autoridades do Govêrno baiano estão convencidas de que a oferta de empregos, quer direta ou indireta, crescerá ainda mais, em função não só da própria indústria, como também em decorrência do surgimento de novas oportunidades no setor de serviços, cujo crescimento, segundo os técnicos, geralmente acompanha de perto o ritmo de industrialização.

O funcionamento de todos os projetos industriais relacionados dentro de quatro anos proporcionará ao Estado da Bahia uma receita tributária cinco vêzes superior ao valor da receita atualmente gerada pela produção de cacau, produto responsável por cêrca de 20% da receita tributária estadual, mesmo deduzindo as isenções fiscais (60% do ICM) concedidas às indústrias pioneiras.

As autoridades baianas prevêem que sòmente o Centro Industrial de Aratu, quando em pleno funcionamento, proporcionará um incremento anual de pelo menos NCr$ 100 milhões na receita tributária do Estado. Alterações profundas ocorrerão, todavia, no campo social, pois deverão ser criados nada menos de 140 730 empregos, entre diretos e indiretos, proporcionando uma melhoria de condições de vida a 703 650 baianos, segundo as estimativas, nos próximos anos.

MÃO-DE-OBRA PREPARADA

Compreendendo os resultados do programa de industrialização e suas implicações imediatas, o Govêrno Luís Viana Filho não se tem descuidado de um aspecto importante do problema: a preparação de mão-de-obra especializada, semi-especializada e não especializada. Recentemente, o Superintendente do Centro Industrial de Aratu, engenheiro Rivaldo Guimarães, advertiu que sòmente as indústrias que se instalam no CIA terão a necessidade de empregar 10 000 pessoas, nos próximos dois anos, diretamente.

Assim é que, articulada com a Secretaria da Indústria e Comércio, o Centro Industrial de Aratu e a Federação das Indústrias da Bahia, a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES) já começou a executar planos de pesquisa de mão-de-obra, para atender à grande demanda em perspectiva.

Na elaboração dêsse programa de pesquisa de mão-de-obra, visando à formação e ao treinamento, para a indústria, a SETRABES tomou por base os esforços governamentais para a atração de novas indústrias, a industrialização do interior e a preparação do elemento humano para melhor participar do processo ao mesmo tempo de industrialização e modernização sócio-cultural.

PREPARO ESPECIALIZADO

A SETRABES tomou a si a tarefa de preparar o elemento humano para a integração, como cidadão e fôrça produtiva, na nova sociedade industrial da Bahia, determinada por todo um sistema de fatôres em que entram a riqueza estadual em têrmos de matérias-primas e insumos, a possibilidade de acesso ao mercado nacional, os incentivos federais à industrialização, a dimensão alcançada pelo mercado estadual e outros motivos locacionais.

O programa partiu da consideração de que o processo de industrialização baiana cria uma demanda crescente de mão-de-obra qualificada e semiqualificada. Assim foram colocadas em ordem de prioridade duas pesquisas: a primeira para fixar a situação, distribuição, características e demanda e área de recrutamento da mão-de-obra estadual; a segunda para levantar as condições atuais e as potencialidades do sistema existentes no Estado, de formação, em todos os níveis de mão-de-obra.

PESQUISA

Atualmente em conjunto com a Fundação de Planejamento Econômico, a SETRABES realizou no ano passado uma pesquisa de mão-de-obra que não se restringiu ao mercado de Salvador, mas abrangeu os principais centros industriais do interior do Estado. As áreas selecionadas incluíram, considerando a importância do desenvolvimento industrial baiano, o Centro Industrial de Aratu, bàsicamente, Salvador, Recôncavo, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Cruz das Almas, Maragogipe, Valença, Jequié e Vitória da Conquista.

A seleção para a pesquisa foi feita levando em conta não só os recursos disponíveis, mas, principalmente, a representatividade da área, inclusive sua posição estratégica dentro do plano geral de desenvolvimento do Estado, a massa de operários industriais que são empregados e o número de estabelecimentos industriais de cada área. Os levantamentos indicaram que estas áreas abrigam 60% do total de indústrias do Estado e dos operários industriais existentes.

O propósito da pesquisa foi municiar o Govêrno do Estado de informações concretas para a mobilização de recursos humanos destinados à industrialização, com o mais alto rendimento social possível, e estabelecer um ponto de partida para o desenvolvimento de programas, orientando inclusive o setor privado.

Depois de quatro meses de intenso trabalho, a SETRABES concluiu pela necessidade de serem implantados programas de preparação de mão-de-obra operária industrial diante da grande demanda que se verificará nos próximos dois anos, especialmente na área do Centro Industrial de Aratu, incluindo problemas de recrutamento e treinamento, de educação e qualificação, de organização do setor industrial e de estudo das relações entre empresário e operário, considerando a perspectiva do empresário.

Os caminhos indicados para que se alcancem resultados satisfatórios a curto prazo ressaltam a necessidade de maior assistência técnica e financeira às instituições que se dedicam à formação e treinamento de mão-de-obra na Bahia.

Considerando os esforços no sentido da pesquisa de mão-de-obra industrial e o quadro desalentador do Estado nesse campo, apesar do que já foi feito, o Govêrno estadual, através da SETRABES, Secretaria da Indústria e Comércio e do CIA, resolveu apoiar o Seminário de Mão-de-Obra que se realizará em Salvador em maio, sob o patrocínio da Federação das Indústrias, destinado a estudar todos os aspectos da mão-de-obra industrial da Bahia e oferecer sugestões para os programas de formação e treinamento.

Integrando tais atividades à política de crédito orientado à agricultura, o Governo promoverá a efetiva presença da Comissão de Financiamento da Produção no Estado da Bahia e propiciará o financiamento aos comerciantes que atenderem à formulação técnica da programação de sementes, inseticidas, fertilizantes e máquinas.

Em essência, o Govêrno, prestigiando a atividade privada e aplicando estímulos de crédito, iniciará a revolução dos métodos assistenciais presentes na política da produção, sem tentar retirar dos empresários parcelas de sua lícita atividade.

PROJETOS ESPECÍFICOS

A Secretaria de Agricultura vem obtendo a colaboração de órgãos nacionais e internacionais para elaboração de projetos específicos. A Agência Internacional USAID através do FINEP, órgão do Ministério do Planejamento, vem inclusive concedendo apoio financeiro ao projeto de crédito rural em desenvolvimento por ser também o primeiro em realização no País que procura equacionar essa política setorial.

A decorrência natural da racionalização da atuação técnica será o crescimento da demanda de serviços e recursos por parte dos lavradores. No interêsse de propiciar aos mesmos um serviço de montagem de projetos ao nível de propriedade agrícola está adotando a Secretaria de Agricultura providências iniciais para estabelecer um escritório próprio de projetos específicos que principalmente deverá elaborar projetos de exploração bovina, suína e avícola. Tais projetos serão indispensáveis à obtenção, por parte dos criadores, de recursos já mobilizados pela rede bancária e outros já em negociação, inclusive em associação com os governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo com vistas ao financiamento internacional.

APROVEITAMENTO DE VALES FÉRTEIS

Apesar de reconhecermos que ainda existem no território baiano amplas áreas de solos capazes de aproveitamento, em condições naturais, bem assim a necessidade de melhor aproveitamento de cultivos adaptáveis às regiões sêcas, entendemos que a solução definitiva, no clima tropical, para a estabilização da oferta agrícola, está intimamente relacionada com o aproveitamento dos vales irrigáveis, condicionado naturalmente à economicidade da exploração. O vulto dos investimentos em estudos, projetos e obras infra-estruturais coloca, òbviamente, o problema dentre aquêles que carecem de efetiva participação financeira do Govêrno Federal. Dos entendimentos havidos e em conseqüência da alta compreensão do Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, para com os problemas em foco, já se encontram, na Bahia, equipes de técnicos nacionais e estrangeiros, que iniciarão um amplo programa de estudos de viabilidade econômica de irrigação nos vales dos Rios Vaza-Barris, Itapicuru e Rio de Contas, em cujos estudos serão investidos cêrca de 10 milhões de cruzeiros novos. É óbvio que êsse é, sobretudo, um trabalho que só poderá oferecer efeitos a médio e longo prazos, mas, ao mesmo tempo, e objetivando obter respostas econômicas a curto prazo, o Govêrno estadual empreende, com recursos próprios, pesquisas e estudos especializados visando a facilitar a implementação de alguns projetos regionais de irrigação. Dêsse modo, encontram-se em pleno exame de pré-viabilidade irrigatória os vales dos Rios Utinga e Catolèzinho e investigações preliminares para a identificação das potencialidades de outras áreas. Na mesma linha de esforços, realizam-se trabalhos técnicos especializados objetivando a conclusão e ampliação do sistema de irrigação que utiliza as águas dos Rios Taquari e Vereda.

PRODUÇÃO DE SEMENTES SELECIONADAS

Assume primordial importância para elevação da produtividade agrícola uma ampla oferta de sementes de alto valor genético, resistentes às moléstias e sem impurezas. Até o momento a agricultura baiana não está sendo suprida por sementes com essas características, com especial enriquecimento para as culturas de subsistência. Por esta razão a Secretaria de Agricultura assumiu a liderança da realização de programa específico, de caráter plurianual, estando já instalados cêrca de 500 hectares de campos de produção de sementes das lavouras de feijão, milho, arroz, algodão, amendoim, girassol e mamona, com a produção prevista de 300 toneladas de sementes selecionadas. Para o corrente ano, está planejada a implantação de 850 hectares de campos de cooperação e uma produção estimada de 1 000 toneladas. Como providências complementares para consolidação dessa política, já estão sendo instaladas unidades de beneficiamento e, em fase final de estudos, a montagem de um laboratório de análise de sementes, no Instituto Biológico. As providências referidas,

ao lado do pioneirismo do programa, deverão criar as condições necessárias e suficientes para ulterior criação de emprêsas privadas produtoras de sementes e, por conseguinte, um nôvo campo de ação para a iniciativa privada no setor agrícola.

COMBATE À FEBRE AFTOSA

Consciente o Govêrno dos elevados prejuízos causados ao rebanho bovino pela febre aftosa, fêz elaborar no decorrer de 1967 projeto técnico-econômico-financeiro de campanha a ser estruturada conforme os condicionamentos de lei específica. O projeto prevê a implantação da campanha, em 1968, através de vacinação compulsória e controlada, devendo a etapa primeira atingir os municípios de Itapetinga e Itambé. O projeto estabelece alcançar, até novembro do corrente ano, 9 municípios do sudeste baiano com alta concentração pecuária, o que implicará na imunização de 80% das 1 100 000 cabeças de rebanho nessa área. Até fins de 1971 deverão estar imunizadas 2 000 000 de cabeças do sudeste e área cacaueira.

A campanha deverá custar, em recursos globais, NCr$ 19 500 000,00, com participação dos cofres do Estado de 20%. A relação benefício-custo da campanha, a partir de 1970, quando se completará a instalação, será de 1:9, e, se considerados exclusivamente os recursos originários do Govêrno baiano, de 1:40. O benefício aos pecuaristas será da ordem de NCr$ 40 000 000,00 anuais.

Já selecionados por apurados testes, 16 veterinários estarão implantando a campanha nas próximas semanas e o seu órgão controlador — o GERFAB — constituirá instrumento do Estado na futura ampliação das áreas a proteger e das atribuições de defesa sanitária, estando-lhe reservado, no futuro próximo, posição destacada na proteção dos rebanhos bovinos.

ABASTECIMENTO

Vinculado o abastecimento de maneira íntima ao comportamento da produção, adotou o Govêrno a diretriz de solucionar o problema do abastecimento pela via da melhoria da oferta e pela racionalização dos processos de comercialização, o que exige a eliminação das distorções institucionalizadas e da intermediação ociosa. Pela via de melhoria da oferta o Govêrno está restabelecendo os sistemas de estímulo e dinamização dos produtos que deverão surtir efeito real em tempo médio. Não considerou o Govêrno conveniente aguardar os resultados de sua atuação via produção e, desde logo, empreendeu trabalhos que levarão à correção dos processos comerciais, inclusive contratando, com o apoio financeiro do BD, via FINEP/BNDE, o estudo básico para a implantação do Centro de Abastecimento de Salvador em tempo próximo. Atuações setoriais também foram desencadeadas notadamente no relacionado com a distribuição de leite que, a par de inconvenientes interferências, era oferecido em más condições sanitárias à população. A ação da Secretaria da Agricultura possibilitou a criação de um moderno esquema de varejo, utilizados 150 postos de vendas e com redução de cêrca de 20% do preço final para o leite, agora pasteurizado e envasado. Em via geral de implantação está o sistema cooperativista de produção, beneficiamento e comercialização dêsse produto, quando então estará colocado, em têrmos racionais, o problema do abastecimento de leite a Salvador. Também nesse setor ampliou-se a rêde de postos fixos e móveis da CASEMBRA, possibilitando melhor capilaridade de distribuição de gêneros alimentícios na capital e municípios do recôncavo

A realização das tarefas precedentemente apontadas efetivou-se em paralelo à execução das atividades permanentes da Secretaria de Agricultura, algumas notadamente dinâmicas como a ampliação das atividades de pesquisa e defesa sanitária animal e vegetal do Instituto Biológico da Bahia que atendeu no ano próximo passado a 160 municípios. Foi também concluído e pôsto em funcionamento o Centro de Introdução de Cacau resultante de convênio entre o Instituto Biológico e a CEPLAC, sendo êste Centro a única Estação de Quarentena existente, no Brasil, para o produto.

Embora o trabalho básico do Govêrno baiano reflita-se, principalmente, no extraordinário surto de desenvolvimento industrial que êste Estado apresenta, atualmente, o estabelecimento de diretrizes para uma atuação planejada junto ao setor agropecuário, realizado em 1967, atesta, perfeitamente, a preocupação governamental com os problemas agrícolas, ainda considerados como de maior pêso na sua economia.

Consciente, inclusive, da necessidade básica de uma infra-estrutura agrícola para sustentação do desenvolvimento econômico, carente êle mesmo de um forte contingente de matérias-primas e de um dinâmico sistema de abastecimento, o Govêrno Luís Viana Filho tem desenvolvido, no setor, um grande volume de estudos em profundidade visando a dimensionar as necessidades de estímulos e identificar os campos em que êsses estímulos são da sua responsabilidade específica e aquêles em que a ação do Govêrno deve assumir formas diversificadas de colaboração com os agentes da administração pública e da iniciativa privada

INFLUÊNCIA

Apesar das características peculiares ao planejamento indicativo e à interferência indireta, o Poder Público influi de forma significativa no comportamento da exploração agrícola, através de mecanismos de elevado efeito indutor, tais como o crédito agrícola, o estabelecimento de preços mínimos, as inversões para a formação do capital social básico, o ensino técnico, a pesquisa especializada, as políticas cambial e fiscal, a formulação de procedimentos para desobstrução dos canais de comercialização, os acôrdos para defesa dos preços dos produtos de exportação, a assistência técnico-educativa, a correção de óbices institucionais ligados à estrutura de propriedade, além de outros mecanismos de menor efeito. Tem-se constituído em uma das preocupações fundamentais do Govêrno coordenar esquemas coerentes e capazes de elevar a eficiência dos complexos mecanismos referidos e, sobretudo, buscar a adesão do Govêrno federal para a elaboração de políticas agrícolas válidas no âmbito estadual, uma vez que vários dos instrumentos de atuação do Poder Público, antes relacionados, são de preponderante responsabilidade do Poder Central. Por outro lado, ainda inexistem delimitações formais de responsabilidade entre os órgãos do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura, em relação aos diversificados problemas agrícolas. Desta situação resulta quase sempre a superposição de atividades num mesmo campo de trabalho e falta de atendimento a outros, com sensível redução do custo-benefício dos programas encetados. A solução dêste problema será definida em protocolos que deverão ser assinados, com o objetivo de estabelecer as áreas de competência de cada organismo

Apesar de vários esquemas de trabalho visando ao atendimento de necessidades que se tornaram flagrantes já estarem formulados e em fase de execução, as informações técnicas disponíveis e relativas à economia agropecuária baiana são ainda parciais e incompletas. É que o Govêrno preferiu sentir a dimensão integral dos problemas e ampliar as informações técnicas para fundamentar projetos mais detalhados, durante a execução dos programas em curso, a fim de não retardar soluções de questões evidentes. Em vista disso é que, através da execução de determinados projetos, o Govêrno está elevando a produtividade do setor agrícola que, ao lado da racionalização dos métodos de comercialização, deverá criar as condições básicas para o aumento da renda *per capita* da população rural, incremento da produção de alimentos e ampliação do mercado de consumo para os produtos industriais.

CRÉDITO ORIENTADO

Preocupado com a insuficiente produção de alimentos nas áreas do Estado e convencido da possibilidade de dinamizar as potencialidades de sua agricultura, o Governador Luís Viana Filho determinou a execução, no ano passado, de detalhada pesquisa básica destinada a esclarecer fatos econômicos da produção e da comercialização de alimentos. A pesquisa indicou inclusive estímulos prioritários e áreas de provável melhor resposta a uma operação inicial de crédito orientado.

Tecnologia moderna leva cultura e progresso à juventude baiana

A educação na Bahia é encarada pelo seu Govêrno como elemento inseparável do desenvolvimento, portanto, matéria prioritária. O Estado, com o advento da industrialização está experimentando um grande surto de crescimento econômico, que estaria irremediàvelmente ameaçado se ao lado do desenvolvimento industrial não se cuidasse com igual ênfase da preparação da juventude baiana para as novas tarefas criadas pela tecnologia avançada levada pelas dezenas de fábricas que começam a se instalar na Capital e nas cidades do interior.

Além disso, o quadro da educação da Bahia era, no comêço de 1967, desolador, em que pêse as tradições de cultura do povo baiano. Com efeito, a despeito do esfôrço que cada Govêrno fêz no passado, o setor educacional baiano ainda é, hoje, dos mais atrasados do País. Assim é que a Bahia possui atualmente mais de 700 mil crianças, em idade escolar, sem escolas primárias. Dos 408 mil jovens, de 12 a 19 anos, na zona urbana do Estado, apenas 28% freqüentam os cursos de nível médio.

REVOLUÇÃO EDUCACIONAL

Não menos desolador é o quadro do professorado primário. A Secretaria de Educação calcula que mais de 9 mil professôras leigas — dessas cêrca de 4 000 não possuem sequer o curso elementar completo — lecionam em centenas de escolas primárias.

Ao empossar-se, em abril do ano passado, o Govêrno Luís Viana estava realmente diante de um grande desafio: promover a revolução educacional na Bahia, sob pena de prejudicar o próprio processo de desenvolvimento econômico do Estado.

O DEFICIT QUE CRESCIA

Do diagnóstico do setor feito pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado pode-se verificar a partir de 1965 que o deficit de matrículas nas escolas primárias se acelerou, apesar do grande número de escolas construídas e dos professôres nomeados no período de 1964 a 1966.

O quadro abaixo dá uma idéia de como, em números absolutos, caiu a matrícula no ensino primário, sòmente recuperada em 1967:

ANOS	Matrícula geral
1960	236 932
1961	240 766
1962	241 783
1963	229 621
1964	———
1965	219 664
1966	222 329
1967	256 903

A elevação das matrículas verificada em 1967 corresponde à admissão de 3 100 professôres durante o ano de 1966.

Entretanto ela é inexpressiva em face do incremento que seria estimado de 108 500, admitida a média de 35 alunos por cada nôvo professor nomeado.

De fato, observa-se apenas um acréscimo de 36 574 alunos em relação ao ano anterior, ou seja, um têrço do incremento que deveria ter sofrido a matrícula no sistema estadual de ensino primário, como natural decorrência da ampliação do corpo docente. As estimativas demonstram que o deficit de matrícula no ensino primário, de 1962 a 1966, é de cêrca de 40 mil alunos por ano. Deficit, portanto, acumulado da ordem de 200 mil alunos para 1967.

Levantamentos feitos pela Secretaria de Educação demonstram que em 1967 mais de 1 500 professôres se encontravam fora da regência de classe, em tarefas administrativas, disponibilidade etc., determinando, em conseqüência, a falta de assistência a 52 500 alunos.

Por outro lado, agravando o problema havia a caracterização de um nôvo fenômeno — a regência subutilizada — ou seja, professôres indicados formalmente para a regência e na realidade desviados de suas funções, isto é, da efetiva regência.

Verificava-se que enquanto as escolas nos bairros ricos estavam superlotadas de professôres, as dos bairros proletários de Salvador estavam vazias. Da mesma forma que enquanto dezenas de municípios estavam — e muitos ainda estão — sem professôres, o mesmo acontecendo em centenas de distritos, havia excedentes nas grandes cidades.

Outro elemento condicionante do deficit crescente vinha sendo a falta de preparo do professor. A oferta era maior do que a demanda, situação ainda em correção pela nova política educacional do Estado.

O diagnóstico feito pelo Secretário Luís Navarro de Brito revelou, ainda, que outro fator de desaceleração da matrícula no ensino médio primário é a inadequação do currículo. O primeiro ano primário na Bahia corresponde ao 3.º ano primário na Europa — determinando um elevado índice de fracassos — nas primeiras séries do curso primário.

UM PLANO DE EMERGÊNCIA

Enquanto fazia o diagnóstico do setor, para conhecer na sua profundeza os males do setor educacional do Estado, a Secretaria de Educação elaborou um Plano de Emergência, para ser executado de abril de 1967 a abril de 1968, enquanto era preparado o Plano Trienal de Educação, a ser executado pelo Govêrno Luís Viana Filho nos próximos três anos.

Tôdas as metas dêsse plano de emergência foram atingidas nos últimos onze meses, muitas delas até superadas, como foi o caso da construção de salas de aula. A média dêsses meses foi de duas salas por dia.

Era essencial, porém, que se operassem no setor educacional reformas de estrutura. Com a colaboração da Assembléia Legislativa o Govêrno obteve a Lei Orgânica do Ensino, o Estatuto do Magistério e a Reforma Administrativa.

A Lei Orgânica do Ensino dotou a Secretaria de Educação de instrumento próprio para dar uma organicidade realista ao sistema de ensino do Estado, ao mesmo tempo em que permite uma articulação escolar flexível, adaptada às contingências do interior da Bahia e às naturais limitações de recursos e meios.

A reforma administrativa da Secretaria de Educação, ajustando-a à nova organização administrativa do Estado garante, através de adequado planejamento e racional esquema de execução, o melhor rendimento do sistema educacional, seja pelo fornecimento de pessoal especializado para as tarefas do crescimento econômico, seja pela ação indireta de suas instituições e agentes na reorientação dos valôres e atividades sociais co-responsáveis pela dinâmica do processo de desenvolvimento.

O Estatuto do Magistério, recentemente aprovado pela Assembléia Legislativa, constitui eficaz instrumento de justiça, cuja idéia central é a valorização do professor. Vale lembrar, a propósito, que em 1967 a Bahia estava arrolada entre os Estados brasileiros que pior pagavam os seus professôres. Apenas 9 Estados possuíam níveis de vencimentos mais baixos e 16 Estados e Territórios pagavam vencimentos superiores ao da Bahia. Com o nôvo Estatuto, ao contrário, excetuados São Paulo e Distrito Federal, a Bahia proporcionará aos seus professôres os melhores vencimentos do País.

DUAS SALAS DE AULA POR DIA

A partir do início da execução do Plano de Emergência um programa acelerado de obras foi desdobrado, visando absorver parte dos alarmantes deficits de escolaridade. Considerando os recursos existentes, o Govêrno deliberou continuar e concluir as obras para o ensino primário no interior do Estado, iniciadas na administração anterior, ao tempo em que iniciava a construção de 36 salas de aula em 11 municípios, com recursos do Convênio SUDENE-MEC-USAID-Govêrno do Estado. Até dezembro haviam sido construídas 645 salas de aula em 130 municípios e outras estão sendo concluídas para serem inauguradas em abril e mais 31 cidades do interior, apesar de os recursos do Plano Nacional de Educação, em 1967, só terem atingido 30% do previsto.

Na Capital foram terminadas 67 salas para o primário e outras 44 estão em fase de construção para serem inauguradas de abril a junho.

Paralelamente ao esfôrço realizado no sentido de ampliar a oferta de salas de aulas nos cursos primários, também se fêz um outro visando a pôr fim ao problema dos excedentes nos cursos de Ginásio. Assim é que foram construídas 74 novas salas de aulas em Salvador, abrindo oportunidades de matrícula nos cursos ginasiais a 7 880 jovens, absorvendo, dêsse modo, tôda a demanda apresentada em 1967. Hoje não há um só excedente no ensino médio de Salvador. No setor do ensino primário o Plano de Emergência criou em um ano vagas para 53 445 novas crianças, adolescentes e adultos.

Num projeto pioneiro no País foi adotado o sistema dos Centros Integrados, o primeiro dos quais, em construção em Salvador, já começará a funcionar êste ano com a parte de Ginásio. Esses centros vão reorientar o ensino médio no Estado da Bahia, dando aos alunos uma formação adequada para o processo de desenvolvimento que atravessa o Estado.

AMPLIAÇÃO DAS MATRÍCULAS

Visando a elevar a capacidade de matrícula a Secretaria de Educação criou ou revitalizou diversos serviços, do mesmo modo que foram adotadas medidas administrativas buscando elastecer a capacidade de absorção de alunos pela rêde escolar existente.

Vale destacar no conjunto dessas providências o setor de rádio-televisão educativo, o setor de adolescentes e adultos e o setor de ensino por correspondência.

Com o rádio educativo atingiu-se um universal escolar que ultrapassa as limitações do sistema formal de ensino, alcançando objetivos reais de democratização e popularização educacional. A área de atendimento dêsse sistema de rádio abrange quase tôdas as regiões administrativas do Estado e a sua zona de influência estende-se aos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas, limítrofes da Bahia.

Os dois cursos de madureza pelo rádio receberam 8 000 inscrições, sendo que 75% dos alunos participantes submeteram-se aos exames finais. Com a ajuda de sindicatos, emprêsas e paróquias, estão funcionando na Bahia 59 Centros de recepção organizada, denominadas *Ginásio do Ar*, em sedes municipais e certos distritos. Também pelo rádio foram realizados cursos de treinamento de monitores, seminários de professôres de rádio-educação, palestras, publicações, etc.

ESCOLA NA TV

A parte relativa à televisão encontra-se em fase de planejamento. A Bahia já dispõe de um canal de TV-Educativa — o Canal 2, concedido à Secretaria de Educação, já tendo sido ministrado pelo professor Gilson Amado um curso para 64 professôres de TV-Educativa.

Êste mês a Secretaria de Educação deu início aos cursos por correspondência, obedecendo a um plano bem elaborado destinado a se constituir em valioso suporte ao programa geral de Educação do Estado.

O setor de Adolescentes e Adultos fêz funcionar 123 classes, em 14 Municípios, com a matrícula de 5 450 alunos e 6 treinamentos de monitores para 372 participantes. Durante os cursos foram distribuídas 800 apostilas, 3 479 diários de classe e 1 346 cartilhas *Família Feliz*.

Quanto às medidas administrativas visando a ampliação acelerada de matrículas destacam-se: regularização de matrícula e cursos de recuperação, nôvo currículo do ensino primário e *relotação* de professôres.

Objetivando a regularização da matrícula de acôrdo com as faixas etárias, foram levantadas 78 escolas da Capital, computando-se 1 026 classes num total de 26 433 alunos. A partir de setembro do ano passado implantaram-se 429 classes de recuperação, com 11 679 alunos em escolas primárias da Capital e do interior, que revelaram, no final do ano, um resultado satisfatório: 78% das crianças foram recuperadas voltando, assim, à classe regular no ano de 1968.

INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO

Nenhum Estado investe, hoje, em educação, mais do que o da Bahia. O orçamento de 1968 destina, da renda tributária do Estado, 22% para a execução dos programas educacionais, excluídas as despesas com o pessoal. Trata-se, assim, de um investimento de fato na construção de salas e melhorias das condições do ensino.

O Govêrno baiano pretende ir elevando êsse percentual para que, em 1970, os investimentos na educação sejam de pelo menos 30% da renda tributária do Estado. O quadro abaixo mostra a situação em matéria de investimentos educacionais nos últimos três anos:

1965		1966		1967	
Pessoal	Invest. e custeio	Pessoal	Invest. e custeio	Pessoal	Invest. e custeio
18 352 274	300 594	38 242 535	1 066 291	49 116 000	5 759 000

DER de Minas tem projeto para 3 000 km de estradas

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais — DER/MG — está elaborando um projeto para a construção e melhoramento de três mil quilômetros de "Estradas Rurais", que se interligarão às rodovias principais, para facilitar e aperfeiçoar as condições de transporte da produção das regiões agrícolas para os grandes centros consumidores. O projeto será apresentado a uma agência financeira internacional, possìvelmente à USAID, solicitando um empréstimo da ordem de US$ 5 milhões para a sua execução.

Este projeto será a segunda fase de um programa do DER/MG que objetiva dar a Minas Gerais uma maior e mais perfeita rêde das chamadas "Rodovias da Produção", de forma a que esteja preparado para oferecer as condições ideais de transporte que satisfaça às exigências do aumento da produção agropecuária, previsto pela política de desenvolvimento agrícola do Govêrno federal. A fase inicial do programa já está em execução, com as primeiras providências do DER/MG para importar máquinas e equipamentos que trabalharão em convênio com as Prefeituras municipais.

A RÊDE RODOVIÁRIA

Minas Gerais é hoje um Estado que possui 16 040 quilômetros de rodovias estaduais e 100 mil quilômetros de rodovias municipais, além das federais que ligam Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Brasília, bem como a Rio—Bahia e as que cortam o Triângulo Mineiro, no sentido Sul-Norte e outros trechos de menor expressão, totalizando 6 mil quilômetros de rodovias pavimentadas, de boas características técnicas e consideradas de primeira classe.

Embora sugerindo uma situação privilegiada no Estado, o fato é que todos êstes milhares de quilômetros ainda não oferecem as condições ideais de transporte da produção agrícola.

As chamadas rodovias principais — as BRs e as MGs — sòmente permitem o transporte fácil da produção agropecuária situada numa pequena faixa de terra ao longo das suas margens. O sistema rodoviário municipal, que se interliga nestas rodovias, é constituído, em sua maioria, de estradas de terra ou caminhos construídos sem requisitos técnicos.

Os 16 040 quilômetros de rodovias estaduais, que se interligam às federais e às municipais, estão classificados em quatro categorias, de acôrdo com os critérios e quilometragens abaixo:

Classe I — 2 020 quilômetros de rodovias pavimentadas;

Classe II — 4 310 quilômetros de rodovias não pavimentadas, apresentando boas características técnicas e com superfícies encascalhadas, ou outras rodovias com mais de 200 veículos por dia;

Classe III — 4 890 quilômetros de rodovias com características técnicas inferiores, superfícies parcialmente encascalhadas e com tráfego entre 100 e 200 veículos por dia;

Classe IV — 4 280 quilômetros de estradas de terra, com menos de 100 veículos por dia.

OBJETIVOS

As vantagens de boa disposição geográfica e a dimensão da rêde rodoviária em Minas Gerais permitiram ao DER/MG elaborar um programa para dar ao Estado uma perfeita rêde de "Rodovias da Produção". Êste programa será executado em duas fases: a primeira, prevendo a melhoria ou mesmo construção de estradas municipais ligando as fontes de produção do Estado às rodovias principais, através de convênios com as prefeituras municipais; e uma segunda fase prevendo um projeto de construção de 3 mil quilômetros de estradas rurais, com financiamento de organismo internacional, possìvelmente a USAID, no total de US$ 5 milhões.

A ligação das "rodovias-tronco" é fundamental não apenas para facilitar o escoamento da produção agropecuária, ou ampliar a área que passará a ficar sob sua influência, mas também se constitui em fator de infra-estrutura essencial para incentivar o aumento da produção e a interiorização do desenvolvimento. A facilidade de transporte, além disso, provoca, inevitàvelmente, maior interêsse do meio rural para se manter e se desenvolver no interior do Estado, já que as dificuldades de comunicação se constituem, hoje, num dos principais desestímulos à fixação do homem no campo.

Por outro lado, o DER/MG, ao elaborar êste programa, levou em consideração o fato de que a política de desenvolvimento rural projetada pelos Governos federal e estadual, proporcionará grandes excedentes regionais de produtos agropecuários. Assim, é necessário preparar uma infra-estrutura de transportes que permita o perfeito e ininterrupto escoamento daqueles excedentes de produção.

ESTRADAS RURAIS

Para a primeira fase do seu programa, o Estado já está providenciando a importação de 24 unidades de máquinas e equipamentos de terraplenagem, através da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais. Essas unidades vão formar as chamadas "Patrulhas Mecanizadas" para a construção e melhoramento das rodovias municipais. Tão logo sejam constituídas o DER/MG firmará convênios com as prefeituras dos municípios, que participarão do programa com recursos oriundos possìvelmente das quotas do Fundo Rodoviário Nacional, ou do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias. As rodovias municipais são também classificadas como "Estradas Rurais", já que ligam as fontes de produção às "rodovias-tronco".

Enquanto estiver executando esta primeira fase do programa o DER/MG elaborará o projeto definitivo para a construção e melhoramento de 3 mil quilômetros de "Estradas Rurais", a ser encaminhado a um organismo internacional solicitando financiamento de US$ 5 milhões.

O esbôço preliminar do projeto, que já se encontra concluído no DER/MG, prevê a aquisição de equipamentos, divididos em dois tipos de unidades: o de terraplenagem e compactação que custará US$ 284 mil, compondo-se de três tratores de lâmina, duas carregadeiras, uma unidade lubrificadora e uma mecânica de campo, cinco caminhões, duas camionetas, duas motoniveladoras e um rôlo combinado tipo pé de carneiro; e um segundo tipo de unidade, de revestimento, que custará US$ .. 446 mil, compondo-se de um britador, dois tratores de lâmina, uma carregadeira Michigan, 10 caminhões, uma máquina de solda, uma unidade de lubrificação, um rôlo liso e uma motoniveladora tipo patrol.

Estas unidades de equipamentos poderão produzir, em média de 600 a 800 quilômetros de dois tipos de "Estradas Rurais" por ano; a do tipo I, que é uma estrada com 7 metros de plataforma mais 1,20 metro de acostamento; e a do tipo II, com 3,60 metros de plataforma mais 1,20 metro de acostamento. Os dois tipos terão rampa máxima de 9%, e revestimento de 15 centímetros de cascalho britado.

RECURSOS FINANCEIROS

As fontes de receita para a execução do projeto, segundo o esbôço preliminar elaborado, serão obtidas dentro do seguinte esquema: o DER/MG contribuirá, durante a fase de projeto, com pessoal de escritório e campo (salário, ajuda de custo, diárias etc) necessário para os trabalhos, pesquisas e projeto definitivo, necessário para apresentação do relatório final a ser submetido à aprovação do órgão financeiro internacional, possìvelmente a USAID. Durante a fase de construção, o DER pagará salário, diárias, ajuda de custo etc., do seu pessoal envolvido na construção, fazendo, ainda, a manutenção do equipamento, quer no campo, quer na residência mais próxima, com seu próprio pessoal, mas apenas no que se refere à mão-de-obra. O DER programará ainda os trabalhos e o estabelecimento das prioridades e avaliações das estradas propostas pelos municípios e outros órgãos ou particulares.

Quanto ao órgão financeiro internacional, sua contribuição será com fundos para trabalho e pesquisas de campo, durante o período de projeto, ficando excluído o pagamento de salário de pessoal, ajuda de custo, diárias etc. Êstes fundos serão aplicados também no cadastramento, na aquisição de equipamentos para construção de estradas e manutenção, que ficará a cargo dos municípios após concluída a estrada. Os recursos do fundo serão aplicados também na operação do equipamento durante a construção, incluindo combustíveis, lubrificantes, peças, pneus, componentes e materiais de construção, bem como em despesas de honorários de consultoria durante a fase de projeto e durante a de construção.

O esbôço do projeto faz, ainda, uma estimativa de custo aproximado para cada 600 a 800 quilômetros de rodovia construída, dentro do seguinte esquema financeiro: para aquêle total de quilômetros, o custo será de US$ 3,5 milhões, assim distribuídos: o DER/MG contribuirá com US$ 400 mil; a AID com US$ 1 833 mil; os municípios com US$ 185 mil; os particulares com US$ 700 mil; e o estado de Minas Gerais com US$ 382 mil.

Prefeito de Contagem adota desenvolvimento planejado

Adotando o conceito moderno de **Planejamento Integrado Municipal**, a Prefeitura de Contagem está elaborando, pela primeira vez na história dos municípios mineiros, sob a coordenação e liderança do Prefeito Francisco Matos, o **Plano de Desenvolvimento Integrado do Município**, que lhe permitirá, através da racionalização e dinamização da estrutura administrativa e institucional, obter um desenvolvimento harmônico dos setores físico, econômico e social de tôda a comunidade.

Criado pela Prefeitura em junho de 1967, de acôrdo com a mentalidade planejadora dos que dirigem a comunidade, o Escritório de Planejamento Urbano de Contagem — EPUC — já providenciou o levantamento preciso da situação existente e as tendências sócio-econômico-urbanísticas do município e da região na qual está inscrido, de forma a ter os elementos reais para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado.

O MUNICÍPIO

A 10 quilômetros de Belo Horizonte, Contagem é um município que possui cêrca de 50 mil habitantes, onde se localiza a Cidade Industrial, o maior parque industrial de Minas Gerais, com mais de 100 indústrias. Contagem sòmente foi elevada à condição de município em 1911 e em 1959 foi incluída, em um trabalho elaborado pela equipe da SAGMACS, na **Great Belo Horizonte**, definida como área que apresenta acentuadas vinculações sócio-econômicas e urbanísticas.

No **Reconhecimento Preliminar** — trabalho elaborado pela Hidroservice a pedido do EPUC — é feita uma comparação de Contagem com duas cidades que apresentam características comuns a ela: São Bernardo do Campo e Guarulhos, no Estado de São Paulo. O trabalho chega à conclusão de que em 1980 Contagem terá uma população de 280 mil habitantes e que ela "representa, para Belo Horizonte, em têrmos industriais, mais do que São Bernardo, Santo André, São Caetano e Guarulhos, somados, representam para São Paulo".

PLANEJAMENTO

Dentro da concepção de **Planejamento Integrado Municipal**, o que a Prefeitura Municipal de Contagem se propõe a realizar, através do EPUC, é um esquema metodológico dirigido para a formulação de planos que considerem perspectivas mais amplas, que definam uma estratégia de desenvolvimento, com programas de inversão e política econômica em todos os setores de atividade.

Os planos parciais serão elaborados dentro das perspectivas e objetivos do **Planejamento Integrado Municipal** para indicar, com precisão, as necessidades de crescimento e as medidas que o setor público deve empreender junto aos respectivos setores da atividade econômica. Êstes planos devem permitir, com isto, a localização geográfica daquelas medidas, definindo as responsabilidades diretas do setor público e orientando a aplicação dos diversos instrumentos de política econômica.

ELABORAÇÃO DO PLANO

Para a elaboração do **Plano de Desenvolvimento Integrado do Município**, de acôrdo com aquela conceituação, o EPUC coordenou as seguintes providências: 1 — **Reconhecimento Preliminar** já elaborado pela Hidroservice e entregue ao EPUC; 2 — Estudo de viabilidade econômico-técnico-financeira do abastecimento de água no município — em fase de conclusão pela Planidro Consultores de Engenharia Hidráulica e Sanitária; 3 — Reorganização Administrativa da Prefeitura em realização pela Consultoria de Planejamento e Administração Ltda. — CPA; 4 — Cadastro Fiscal — em execução pela Levantamentos Aerofotogramétricos S.A. — LASA; 5 — Levantamento aerofotogramétrico — em fase de trabalho de campo pela Aerofoto (Cruzeiro do Sul); 6 — Planta da Cidade, em que aparecerão todos os loteamentos, não só os executados mas também os aprovados, — (trabalho a ser entregue êste mês); 7 — Organização do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgotos, em execução pelo Escritório Técnico de Administração, Planejamento e Assessoria — ETAPA; 8 — Estudo de viabilidade econômica e financeira do novo Centro Industrial, do Centro Comercial e das atividades agropecuárias, a ser realizado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas, que já elaborou o roteiro de trabalho; 9 — Contatos com o Plano Nacional de Educação e a Comissão Estadual do Salário Educação, para a construção imediata de novos prédios escolares para Contagem. Além desta medida de urgência, a Prefeitura firmará convênio com aquela Comissão para realizar uma pesquisa educacional no município, possibilitando o planejamento a longo prazo; 10 — Solicitação da participação do DNER e DER/MG na execução do **Plano Rodoviário de Contagem**; 11 — Planejamento de dois centros recreativos: um na sede do município e outro na Cidade Industrial, com campos esportivos em geral, piscina pública, cinemas, locais para instalação de circos e parques de diversões etc. Além disso, serão reservadas duas áreas verdes de grande extensão para futuro aproveitamento recreativo, quando o crescimento populacional exigir; 12 — Projeto de rêde de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, que já está em fase de execução pela CEMIG.

RESULTADOS OBJETIVOS

O Planejamento Municipal, assim conceituado, segundo os técnicos, virá possibilitar ao Poder Executivo municipal acelerar o desenvolvimento de suas metas e planos, através da programação, dos serviços e obras a empreender, fixar prazos de execução, de disciplinar a ampliação de recursos e de melhorar a produtividade dos investimentos.

O Planejamento Urbano terá, portanto, uma função eminentemente dinamizadora, porque representará a melhor e mais efetiva maneira de tornar a ação do setor público do município mais racional e de alto sentido operacional, capaz de intensificar o desenvolvimento econômico e social da comunidade e de assegurar um crescimento físico de forma equilibrada.

PROVIDENCIAS PRELIMINARES

A fase inicial do trabalho para formular um plano global de desenvolvimento se constitui no **Reconhecimento Preliminar** do município, cuja elaboração foi solicitada pelo EPUC à Hidroservice. O Reconhecimento faz um diagnóstico preliminar que permita: identificar, em primeira aproximação, as necessidades e problemas fundamentais; formular recomendações preliminares, e rever o programa de trabalho apresentado na proposta inicial para a elaboração do plano integrado do município. Êste reconhecimento, após descrever o trabalho efetuado, faz uma análise preliminar do município, mostra os aspectos do meio natural, os aspectos econômicos, sociais, físico-territoriais, administrativos e legislativos.

Depois dêste levantamento, o trabalho faz uma série de **Recomendações Preliminares**, que decorre da análise sumária dos problemas locais e do contato com a equipe técnica do EPUC. Entre essas recomendações, que ainda serão submetidas a discussão, destacam-se as seguintes:

Sistema viário municipal proposto

No setor econômico — agropecuária: implantação de um sistema empresarial de exploração do meio rural, através de cooperativas de produção e de consumo; implantação no município de uma área de demonstração e ensino; instalação de núcleos de ensino visando à disseminação de conhecimentos agrícolas, de preferência junto às escolas primárias de bairro;

Indústria — implantação de um nôvo setor industrial no município como elemento gerador de novas oportunidades de emprêgo, aumentando, assim, as fontes de receita da Prefeitura.

No setor social — criação de um conselho comunitário que participe de tôdas as fases do planejamento do município, composto de representantes de tôdas as instituições e organismos que atuam no município; construção, a curto prazo, de 52 salas de aula cuja localização dependerá de uma verificação, e até 1970, 146 salas de aula. Essas salas, a serem construídas segundo as exigências da Secretaria de Educação, seriam oferecidas ao Estado para a instalação de escolas; construção imediata de quatro postos de saúde para inicialmente operar na assistência materinfantil, na educação sanitária, na imunização e no contrôle de moléstias transmissíveis.

O reconhecimento faz, ainda, recomendações sôbre a Implantação Urbana, Organização da **Estrutura Urbana**, Utilização do Solo Rural, Uso do Solo Urbano, Sistema Viário, Sistema de Abastecimento e Habitação. No que se refere a Vias Urbanas, o Reconhecimento recomenda a seguinte política: "Os investimentos municipais na infra-estrutura, numa primeira fase de implantação, deveriam ser distribuídos não em superfície, mas linearmente, segundo uma rêde de vias locais, existentes ou novas, conjugadas com o sistema viário principal".

Habitação tem 7,1 bilhões no trienal

O Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, revelou que o Plano Trienal de Govêrno, em fase final de elaboração, prevê investimentos da ordem de NCr$ 7,1 bilhões, para a construção de 691 mil novas unidades residenciais, em todo o País, no período 1968/70.

Os recursos a serem utilizados, segundo o Superintendente do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada — IPEA, Sr. João Paulo dos Reis Velloso, são originários do Sistema Financeiro da Habitação, Banco Nacional da Habitação e outras entidades, poupança privada induzida e empréstimos externos.

GASTOS NO TRIÊNIO

Os estudos preliminares coordenados pelo IPEA prevêem, para o corrente ano, investimentos da ordem de NCr$ 2 bilhões, passando para NCr$ 2,3 bilhões em 1969 e a NCr$ 2,7 bilhões em 1970. Êsses recursos serão distribuídos pelos programas existentes, atendendo às necessidades de habitação das diferentes camadas da população, classificadas por seus níveis de renda.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Ministro Hélio Beltrão informou ainda que em consonância com as Diretrizes de Govêrno, o Plano de Habitação deve atender, com maior prioridade, ao principal objetivo que é o desenvolvimento econômico-social. E acentuou: — Os investimentos em habitação, na área pública como na privada, contribuirão para êsse crescimento, direta ou indiretamente.

De acôrdo com os estudos coordenados pelo IPEA, é lícito esperar que, além do êxito direto, os investimentos em habitação induzam novos investimentos na indústria de materiais de construção, bem como na de utilidades domésticas (móveis, utensílios, equipamentos do lar).

Paralelamente — diz o documento — o programa habitacional estimulará maior formação relativa de poupança na área das famílias, das quais se pedirá contrapartida monetária inicial para obtenção de financiamento, e poupança *a posteriori* no pagamento dos financiamentos obtidos.

PROGRESSO SOCIAL

O documento assinala que, ao lado do desenvolvimento econômico, os programas habitacionais constituem um fator de progresso social, mediante a melhoria das condições de vida das populações, pelos seguintes fatôres: ampliação da oferta de emprêgo, decorrente dos investimentos maciços na construção residencial e nas indústrias de materiais de construção; pelos mecanismos específicos de financiamento, diversificados conforme a classe social (mais baixas taxas de juros e mais largos prazos de amortização para as camadas de menores recursos), o que permite uma transferência de renda das classes mais favorecidas; pela diminuição dos custos de produção e pelo aumento da oferta de habitações.

Especificamente — diz o documento — a atuação do Govêrno no setor habitacional deverá procurar criar condições para que a oferta de moradias se aproxime o mais possível das necessidades da população; melhorar as condições das habitações existentes, classificadas como rústicas, ou seja, sem as condições mínimas de higine e saneamento.

INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Os estudos preliminares do IPEA mostram que a execução dessa Política estará a cargo, principalmente, do Sistema Financeiro de Habitação, que compreende o Banco Nacional da Habitação, o mais importante órgão do setor, e os demais agentes financeiros nas áreas pública e privada. Acentua o documento:

— Na área pública, além do BNH, tem-se o IPASE e outros órgãos de Previdência estaduais, as Caixas Econômicas (federais e estaduais) e as COHABs (estaduais e municipais). Na área do setor privado, mas ainda dentro do Sistema Financeiro da Habitação, existem as Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimo.

O documento informa que o Sistema Financeiro de Habitação dispõe de vultosos recursos provenientes, principalmente, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aos quais acrescenta-se a contrapartida dos demais órgãos, federais, estaduais e municipais. Conta, ainda, com recursos externos e a poupança induzida, proveniente do setor privado (famílias interessadas na aquisição de casa própria).

OUTROS RECURSOS

Além dos recursos constantes do Sistema Financeiro de Habitação — diz o documento do IPEA — conta-se, ainda, com recursos orçamentários federais e outros investimentos internos, alocados aos Ministérios e demais órgãos da Administração Centralizada, à Câmara dos Deputados e ao Poder Judiciário.

Para 1968 — segundo o documento — é prevista a construção de 171 mil moradias; em 1969, 238 mil e em 1970, 282 mil.

Lembra o documento que êsse número de unidades a serem construidas com recursos do setor público representa notável realização, uma vez que, até há pouco tempo, era pràticamente nula a contribuição governamental à solução do problema habitacional brasileiro.

Detalhe do refeitório do Moinho Recife, dotado de ar condicionado

O Moinho Recife e o Nôvo Nordeste

Mudando sua denominação, em fins do ano passado, por deliberação da Assembléia Extraordinária então realizada, para **Grandes Moinhos do Brasil S/A. — Indústrias Gerais**, êsse tradicional núcleo industrial pernambucano reafirmou sua posição de emprêsa moderna, em constante atualização de métodos de trabalho e correspondência total com a dinâmica do Nôvo Nordeste.

Aliás, essa integração na vida e no desenvolvimento da Região é uma constante na trajetória funcional dessa Emprêsa, vivida intensamente pelos seus próprios idealizadores já nos começos da vida da mesma, quando asseguraram ao Recife um estabelecimento fabril adiantado à sua época, numa crença no futuro que passaria a constituir um legado aos continuadores do empreendimento.

Quanto deve ter custado em lutas, canseiras, esforços titânicos de contribuição ao bem-estar geral, difícil será precisar, sabido o que representa, em potencial de trabalho, tôda obra pioneira, particularmente na região nordestina, onde a capacidade do homem tem de superar os empecilhos de várias espécies, da hostilidade do solo às incompreensões e tôda uma gama de desinterêsse de governos, fixando o panorama terrível do subdesenvolvimento.

O Moinho Recife, nestes cinqüenta e quatro anos de fundado, incluiu-se entre as emprêsas que plantaram os rumos novos do Nordeste dos dias de hoje, com lugar de destaque entre as que jamais mentiram à sua Região, à sua gente, incentivando em todos os sentidos o progresso, estimulando as transformações da paisagem econômica regional e, como exemplo a tôdas, fixando-se como emprêsa atualizada amplamente.

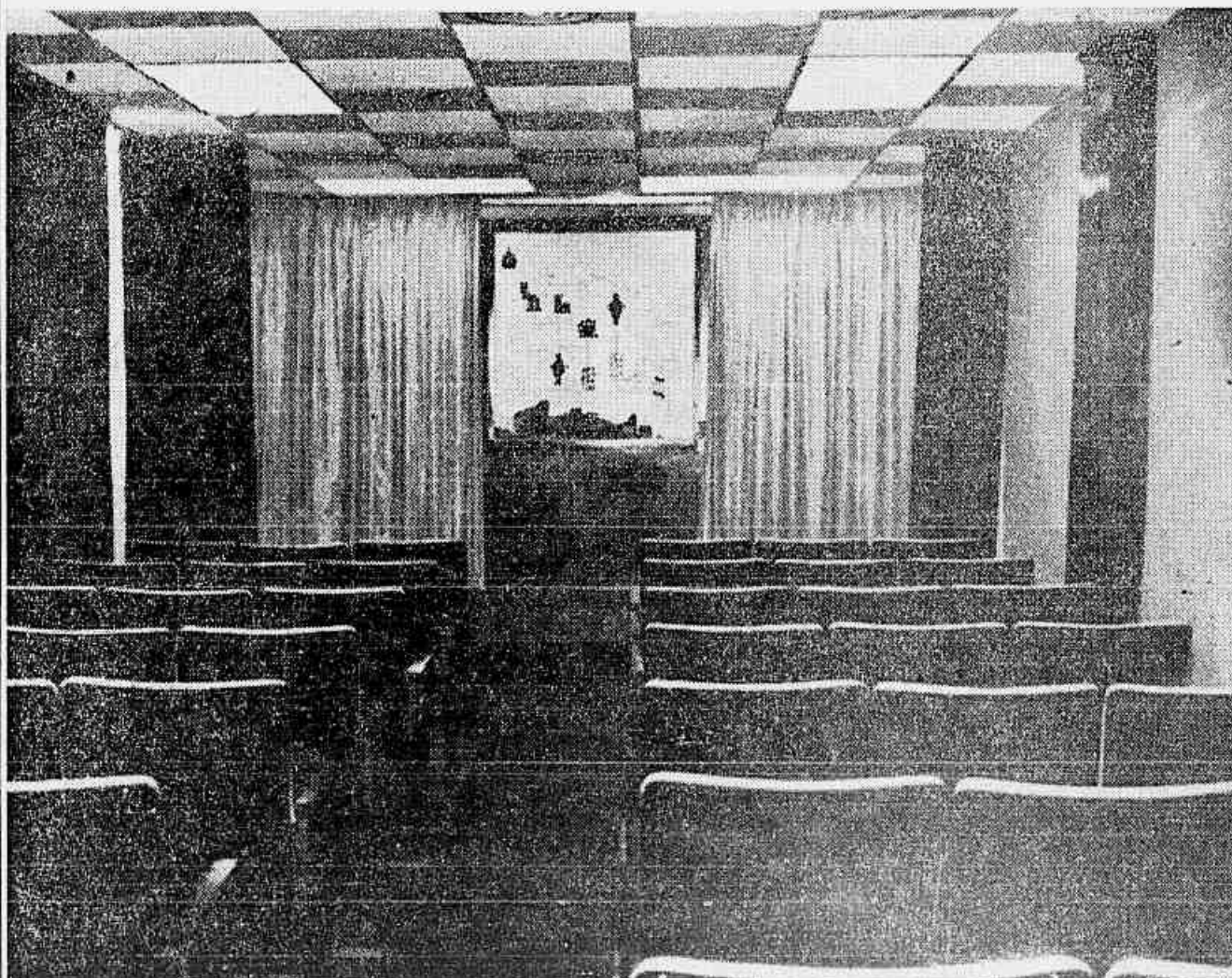
PROJEÇÃO REGIONAL

Participando acionàriamente de várias indústrias locais, algumas das quais lhe deve a chama incentivadora para vir implantar-se na Região, o Moinho Recife, veio, recentemente, a estender essa sua vinculação ao desenvolvimento da Região, no próprio setor industrial de sua especialidade, atraindo para a órbita de sua eficiente organização, três dos mais importantes moinhos dos Estados vizinhos. São êles, o Moinho Cabedelo, na Paraíba, de Teone Moinhos do Brasil S/A.; o Moinho de Natal, no Rio Grande do Norte, da Moinhos Brasileiros S/A. "Mobraza"; e o Moinho Fortaleza, no Ceará, de J. Macedo S/A. Comércio, Indústria e Agricultura, emprêsas cujo contrôle acionário passou, assim, ao Moinho Recife, com excepcional vantagem para o abastecimento de tôda a Região, permanentemente a braços com as dificuldades atuais de distribuição de trigo, que um esquema melhor elaborado, decorrente da união dos três parques fabris, é bem possível que conduza ao atenuamento, superando em parte os obstáculos.

APERFEIÇOAMENTO

A atual administração do Moinho Recife levará igualmente àquelas novas emprêsas de que passou, acionàriamente, a participar, a admirável experiênci técnico-industrial de que é portadora, valioso **know-how** e o sentido reformista de organização moderna, notadamente no campo de assistência social, que a coloca entre as mais progressistas do País.

Aliás, não queremos concluir êsse registro sôbre as atividades do Moinho Recife no atual cenário econômico do Nôvo Nordeste, sem uma referência a mais à ampliação por que passam os setores de assistência social aos seus empregados, constantemente, a fim de melhor corresponder a uma das metas consideradas prioritárias pela emprêsa, a da valorização do homem. Condições de trabalho mais favoráveis, alimentação, saúde, aperfeiçoamento cultural e técnico são essenciais às relações entre emprêsas e seus empregados e, no Moinho Recife, isto tem-se afirmado não só em instalações técnicas e de ordem médico-dentária, modelar refeitório sob contrôle de nutricionista e fornecendo refeições a preço simbólico, — mas, e notadamente, em cada vez menores índices de acidentes, no aumento de produtividade, no bem-estar geral para todos, com progresso individual no aproveitamento dos cargos e funções disponíveis e extensão da assistência médica à família do empregado.

Nesse ambiente de entendimento social cresce o Moinho Recife, levando a todo o parque industrial nacional um exemplo de emprêsa moderna, onde os distintivos de tempo de serviço que mais de 70 empregados trazem à lapela, indicando 15 anos, 20, 25 e, um bom número dêles, mais de 30 anos de trabalho na Emprêsa, — confirmam essa unidade de esforços pelo progresso constante da organização e sua liderança, melhor afirmada a cada ano, no desenvolvimento da Região a que serve.

O nôvo auditório do Moinho Recife, onde são feitas, inclusive, palestras técnicas para os funcionários

Exportação de manufaturados — financiamento e incentivos

MAURÍCIO FERREIRA BACELLAR

A partir de 1964 as autoridades monetárias brasileiras passaram a emprestar a maior atenção aos estímulos indispensáveis à colocação de nossas manufaturas no exterior, o que se tornou possível graças à adoção de uma política de câmbio realista, sem a qual todos os instrumentos e incentivos se tornam inoperantes. Exemplo típico dessa situação está perfeitamente configurado no comportamento das exportações financiadas brasileiras, que vêm tendo, ano a ano, a partir de 1964, um incremento acentuado, já se constituindo, inclusive, na sistemática do financiamento, matéria do inteiro conhecimento das emprêsas brasileiras que necessitam outorgar créditos aos seus compradores no exterior, o que não ocorria anteriormente a 1964, quando tal instrumento não tinha ainda no Brasil as suas bases consolidadas.

Embora prevista em lei desde 1953, sòmente em 1962 a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) autorizou a primeira exportação a crédito, referente a uma venda de ônibus no valor total de cêrca de .. US$ 4,5 milhões, dos quais aquela Carteira refinanciou, em números redondos, US$ 2 600 000. Em 1963 — ainda numa operação isolada, desta vez de material ferroviário — foram financiados US$ .... 1 200 000. Em 1964 as exportações financiadas alcançaram a inexpressiva cifra de US$ 36 645,24. Até então, não será demais ressaltar, as operações do gênero estavam sobremodo dificultadas em virtude de a taxa de câmbio não corresponder à realidade dos custos internos.

De 1965 em diante, porém, as exportações financiadas brasileiras já não guardavam a sua característica de operação episódica, diversificando-se, também, a natureza dos produtos exportados, conforme se pode constatar pelos quadros abaixo:

PAÍSES DE DESTINO	Valor da Exportação (US$ 1.000) 1965	1966	1967	Valor Financiado (US$ 1.000) 1965	1966	1967	N.º de Operações 1965	1966	1967
Alemanha Ocidental			54			54			3
Alemanha Oriental			14			14			1
Angola			43			35			1
Argentina	923	3.436	3.507	824	2.584	3.662	15	39	50
Bolívia	40	65	118	28	52	102	1	3	3
Chile		450	181		326	143		20	4
Colômbia	2	56	298	2	42	69	1	4	7
Costa Rica		9			8			1	
Equador			8			7			1
Guatemala		96			72			2	
Holanda			19			14			1
Honduras		33	46		26	45		1	1
México		206	399		138	312		7	27
Nigéria		11	8		9	8		1	1
Paraguai		127	16		101	16		5	3
Peru	45	28	71	43	20	65	7	2	10
São Salvador		20	75		17	66		1	2
Uruguai			470			444			4
Venezuela		64			56			1	
TOTAL	1.011	4.607	5.327	897	3.451	5.056	24	87	119

NOTA:

No valor financiado estão incluídos os juros do financiamento.

MERCADORIAS	Valor da Exportação (US$ 1.000) 1965	1966	1967	Valor Financiado (US$ 1.000) 1965	1966	1967
— Produtos siderúrgicos			2.065			2.256
— Máquinas e equipamentos para indústria:						
de papel e celulose		206	285		141	51
de cigarros	51		295	39		235
têxtil		174	159		117	138
mecânica	16	351	442	19	278	347
outras	42	106	128	34	70	95
— Máquinas rodoviárias	132	943	372	98	676	364
— Veículos diversos	69	334	648	51	258	619
— Matrizes diversas e componentes para fabricação de veículos	578	2.166	614	578	1.650	632
— Material diverso	123	320	272	78	254	273
TOTAL	1.011	4.607	5.327	897	3.451	5.056

NOTA:

No valor financiado estão incluídos os juros do financiamento.

É notória a necessidade de a taxa cambial corresponder à realidade dos custos internos com vistas a alcançar um bom índice de exportações; essa condição, contudo, assume maior importância para as exportações de bens de capital e de consumo durável, justamente os que se beneficiam do refinanciamento da CACEX, por estarem sujeitos a uma competição mais acirrada no mercado internacional.

De outra parte, a gradual contenção do surto inflacionário também tranqüiliza os empresários brasileiros de que os seus preços de venda hoje ofertados aos seus compradores não serão amanhã ultrapassados pelo custo final de seus produtos, sujeitos a dilatado ciclo de produção, particularmente os bens de capital. Dessarte, no campo das exportações conduzidas ao amparo de financiamento, a médio e longo prazos, normalmente outorgados aos bens de capital e de consumo durável, a certeza quanto aos custos finais é condição imperiosa para a sua concretização. Configura-se, por exemplo, uma concorrência internacional para fornecimento de um equipamento pesado de ciclo de produção acima de seis meses. Como pode o exportador brasileiro fazer uma oferta em bases sólidas, se desconhece qual será o grau de incidência da inflação no seu custo de produção no decurso do processo produtivo? Ainda que possa fixar estimativamente essa incidência, com o máximo de aproximação possível, restaria saber se o ônus proveniente da elevação dos custos internos será por sua vez compensado pelo ajustamento da taxa cambial. Provàvelmente em face disso é que as exportações financiadas brasileiras têm-se circunscrito aos bens de capital com rápido ciclo de produção e reduzido valor unitário, o que se tem refletido nos prazos de financiamento concedidos, no máximo de até dois anos para a quase totalidade das exportações autorizadas, conforme se pode constatar pelo seguinte quadro:

EXPORTAÇÕES FINANCIADAS PELA CACEX, SEGUNDO OS PRAZOS OUTORGADOS

PRAZO DE FINANCIAMENTO	Valor Financiado (US$ 1.000) 1965	1966	1967	Número de Operações 1965	1966	1967
1 ano	101	1.231	2.111	4	46	53
1,5 anos	26	42	1.526	6	2	9
2 anos	146	709	762	9	28	47
2,5 anos						
3 anos	624	1.416	151	5	10	5
3,5 anos			70			2
4 anos		53	60		1	1
4,5 anos						
5 anos			376			2
TOTAL	897	3.451	5.056	24	87	119

O procedimento, os aspectos considerados e a maneira pela qual o exportador se habilita à percepção do refinanciamento são sobremodo simples. Normalmente, ao ensejo do entendimento preliminar com o interessado no refinanciamento, ou mesmo quando o financiamento é simplesmente analisado em tese, volta-se o empresário, após discutir os ângulos atinentes à parcela à vista e o prazo a ser outorgado, para o problema relacionado com a garantia da operação. Quando consultada a respeito, expressa a CACEX a sua preferência pelo aval bancário, embora inteirada de que a obtenção dêsse tipo de garantia no exterior nem sempre é possível. Por isso, é sempre indicado ao exportador outras maneiras de se assegurar, quanto possível, da perfeita liquidez dos créditos a serem outorgados. Informa-se, então, que o aval de uma terceira firma, quando dotada de bom conceito econômico-financeiro, o aval pessoal de diretores da firma compradora (quando possuidores de recursos próprios), o penhor mercantil do equipamento a ser exportado e a caução de legítimos efeitos comerciais podem também vir a constituir-se em outras tantas modalidades de garantias satisfatórias.

A CACEX não refinancia exportações apenas quando resguardadas por uma das garantias apontadas, visto como também participa de transações em que a segurança do financiamento repousa exclusivamente no conceito, capacidade financeira e patrimonial das firmas intervenientes. De fato, a Carteira de Comércio Exterior tem dado acolhimento a negócios de reduzido valor e a médio prazo, desde que o exportador e importador disponham de excelente conceito e de sólida capacidade econômico-financeira e esteja convencida de que o exportador esgotou tôdas as possibilidades de obtenção de garantia subsidiária.

De um modo geral a CACEX está sempre convencida de que o exportador tentou todos os recursos para obter uma garantia suplementar, uma vez que tem assegurado contra êle o direito regressivo, na hipótese de as cambiais não virem a ser liquidadas com pontualidade. Daí a preocupação da CACEX em fazer sentir aos exportadores a necessidade de conduzirem seus negócios com tôda a segurança, para que não se vejam eventualmente surpreendidos com a necessidade de reporem o produto correspondente ao título refinanciado e não resgatado.

As taxas de juros variam de 7% a 8,5% a.a. A de 7% é reservada para as operações que contenham aval bancário, a de 8% é aplicada aos negócios respaldados por alguma outra modalidade de garantia, ficando a de 8,5% para ser utilizada nas transações em que a segurança do crédito repousa exclusivamente no patrimônio moral e financeiro das firmas intervenientes. O nível das taxas de juros vigentes para as exportações financiadas brasileiras, se comparado com o índice inflacionário, que alcançou em 1965 e 1966 a casa dos 40%, explica a razão pela qual até o momento não foi possível integrar a rêde bancária particular no sistema de financiamento às exportações brasileiras, embora nas disposições regulamentares esteja prevista a sua participação. A cooperação espontânea da rêde bancária, com recursos próprios, no processo de financiamento à exportação, sòmente parece tornar-se viável na oportunidade em que a inflação brasileira esteja integralmente contida, uma vez que, como é óbvio, os bancos particulares encontram nas transações do mercado interno uma colocação mais remunerativa para os seus capitais.

O financiamento de exportação já representa na

EXPORTAÇÃO DE
MANUFATURADOS

1962
1963
1964
1965
1966
1967

cada símbolo representa US$ 10 milhões

atualidade brasileira, embora modestas as suas cifras em relação ao valor global da pauta de nossas vendas para o exterior, um valioso instrumento de apoio para a colocação de nossas manufaturas nos mercados externos, particularmente os da América Latina. Paralelamente a êsse instrumento, contudo, outros pontos de sustentação têm-se feito necessários, pois o sucesso no comércio exterior depende de providências conjugadas e não apenas de medidas isoladamente adotadas.

Ainda no campo da assistência creditícia ao exportador e constituindo-se mesmo no instrumento complementar da exportação financiada, merece referência o financiamento da produção para a exportação, também conhecido como pré-financiamento, pois antecede o de exportação pròpriamente dito. Nessa modalidade de financiamento os exportadores brasileiros vêm sendo assistidos pela Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, que mantinha aplicada, em novembro de 1967, a cifra de NCr$ ...... 17 100 000,00, processando-se tais operações, todavia, a juros bancários.

Recentemente, contudo, o Banco Central do Brasil baixou a Resolução n.º 71, pela qual foi estabelecido um sistema especial de financiamento aos industriais, destinado a ampará-los na produção de determinados tipos de manufaturas para exportação. Com essa finalidade o Banco Central colocou à disposição da rêde bancária uma linha especial de refinanciamento — até 10% dos tetos normais de redesconto fixados para os estabelecimentos bancários —, a juros de 4% a.a., desde que a taxa de financiamento cobrada pelos bancos — juros e comissões — não exceda a 8% a.a. Essa medida, fadada a lograr, com o tempo, a maior penetração nos meios empresariais de exportação, veio preencher uma lacuna há muito pressentida pelas autoridades ligadas ao comércio exterior. Dada a falta de tradição em assuntos de pré-financiamento, particularmente tendo em conta as características da realidade brasileira, a implantação do sistema far-se-á forçosamente com algumas dificuldades, esperando-se que o aperfeiçoamento dessa prática creditícia seja alcançado, inclusive, com a colaboração que venha a ser prestada pela rêde bancária e pelos próprios exportadores.

Numa primeira tomada de posição adotou-se o critério de eliminar do valor da exportação fob estimado pela emprêsa, com base no qual se outorga o financiamento, uma parcela de 20% a título de contribuição do capital próprio do empresário mais margem de lucro presumível. Além disso, como as necessidades de capital de giro das emprêsas exportadoras guardam íntima relação com o próprio ciclo de produção de suas manufaturas, pois o seu término coincide normalmente com a exportação e conseqüente recebimento dos cruzeiros, tornou-se imperioso fixar-se, com base no ciclo de produção das manufaturas, uma escala percentual de financiamento utilizável pelos exportadores, imaginada de forma a não permitir o desvirtuamento do sistema pela reaplicação dos recursos, depois de recuperados, em outras finalidades que não as do pré-financiamento.

Nessas condições, e para que o esquema não ficasse condicionado ao exame do ciclo de produção de cada manufatura, o que tornaria impraticável o sistema, passou-se à adoção do ciclo médio, estimado no caso em 120 dias. A partir dessa estimativa é permitido ao exportador levantar o financiamento na proporção de 80% pelo prazo de 120 dias, ou, se elevado o prazo, mediante redução percentual do financiamento para 53%, 40% e 27%, respectivamente para um mútuo de 180, 240 e 360 dias.

Para fins de fruição do benefício o interessado deve assumir perante a CACEX prévio compromisso de exportação, com base no qual é calculado o financiamento. De posse da segunda via dêsse documento, devidamente autenticado, dirige-se o exportador ao banco de sua preferência onde então se processa o financiamento.

O nôvo instrumento de assistência creditícia pròvàvelmente ainda passará por diversos estágios de aperfeiçoamento, particularmente no que respeita à inclusão de novos produtos entre os contemplados pelos favores da 71, estudo mais minucioso acêrca do ciclo de produção a ser adotado por grupo de manufaturas, com conseqüente ampliação da rotatividade dos recursos disponíveis e maior número de emprêsas beneficiadas. Dependendo do alcance e da repercussão que êsse tipo de financiamento possa proporcionar aos nossos exportadores, não será demais esperar que o Banco Central eventualmente venha a elevar a linha especial de refinanciamento.

O grau de receptividade com que foi acolhida a Resolução n.º 71 é fàcilmente perceptível pelo fato de em pouco mais de 45 dias as Agências do grupo CACEX do Banco do Brasil terem autenticado têrmos de responsabilidade com previsão de exportação fob aproximada de US$ 31 000 000, já se prevendo, por isso, não venha a dispor a rêde bancária, dentro do limite que lhe foi atribuída, de recursos suficientes para atender à tamanha solicitação de crédito para amparar a produção de manufaturas para a exportação.

As autoridades monetárias, no entanto, estão atentas ao problema. Além de o financiamento à produção já vir sendo atendido pelo Banco do Brasil e agora nos têrmos formulados pela Resolução n.º 71, não seria surprêsa se as nossas autoridades, com apoio no Fundo de Financiamento às Exportações-FINEX, criado pelo Banco Central do Brasil para suprir de recursos o Banco do Brasil S.A., para realizar, entre outras operações, por intermédio de sua Carteira de Comércio Exterior, a de financiamento à produção para a exportação, viessem a dotar a CACEX, por essa maneira, de recursos suplementares indispensáveis ao pré-financiamento. Nesse terreno, portanto, as autoridades governamentais não têm poupado esforços no sentido de ir ao encontro das principais reivindicações da classe exportadora, entre as quais se situa bàsicamente à de assistência creditícia.

Quando da publicação dêste artigo já deverá estar em funcionamento o seguro de crédito à exportação. Sua implantação no País se deu por intermédio da Lei n.º 4 678, de 14-6-65, regulamentada pelo Decreto n.º 57 286, de 18-11-65. Mais recentemente, pelo Decreto n.º 61 867, de 7-12-67, que regulamenta os seguros obrigatórios no País, ficou estabelecido que às instituições financeiras públicas caberá exigir do exportador a comprovação do seguro de crédito de suas vendas para o exterior, obrigatoriedade que deverá passar a prevalecer a partir de março de 1968. A CACEX, a quem está afeto o refinanciamento de nossas exportações a médio e longo prazos, deverá passar a exigir o cumprimento do dispositivo legal, tendo em vista que, quando opera nesse campo, é considerada uma entidade financeira pública, por utilizar recursos postos à sua disposição pelo Govêrno federal.

O regime brasileiro de seguro de crédito à exportação, a ser coordenado pelo Instituto de Resseguros do Brasil, também prevê a participação das emprêsas de seguro privado e obedece, em linhas gerais, ao seguinte esquema:

a) — os riscos cobertos são os riscos comerciais e os riscos políticos e extraordinários;

b) — a cobertura dos riscos comerciais será concedida para a totalidade ou parte das responsabilidades por sociedades de seguro autorizadas a operar em ramos elementares; nenhuma apólice poderá ser emitida pelas sociedades de seguro, senão depois de aceitos os respectivos resseguros pelo IRB;

c) — os critérios de taxação são fixados tendo em conta os seguintes aspectos:
- — nos riscos políticos e extraordinários, em relação a cada país:
  - I — a situação econômico-financeira;
  - II — a situação política e social;
  - III — probabilidade de catástrofe;
- — nos riscos comerciais:
  - I — a natureza da mercadoria;
  - II — a natureza das atividades do importador;
  - III — a situação do mercado, com relação às mercadorias objeto da transação no país de destino;
  - IV — volume dos negócios do exportador;

d) — ao exportador caberá uma participação obrigatória mínima de 20% nas eventuais perdas líquidas definitivas.

Embora pairem algumas dúvidas no seio das classes interessadas sôbre se o seguro de crédito no Brasil, dentro da fórmula esquematizada, terá condições de alcançar o sucesso desejado, visto como são formuladas algumas ressalvas em relação ao nível de suas taxas, ao seu caráter de obrigatoriedade e a outros pontos de importância para o perfeito funcionamento do sistema, é fora de qualquer dúvida que se trata de mais um instrumento a serviço dos exportadores brasileiros de manufaturados. Eventuais percalços, comuns a tôdas as iniciativas destituídas de tradição, podem ser perfeitamente superadas se para tanto se propuserem as organizações vinculadas ao seguro de crédito.

Afora a assistência financeira já concedida aos exportadores sob as modalidades de crédito aqui focalizadas, além do amparo ao crédito sob a forma de seguro especializado, resta ainda registrar tôda a sorte de incentivos fiscais postos a serviço de nossas exportações de manufaturados. Acêrca dêsses últimos, a isenção de impostos é quase que completa, indo desde a dispensa do ICM, no âmbito da tributação estadual, até à do IPI e à do Impôsto de Renda, da alçada federal, sem nos referirmos às isenções de menor porte, mas nem por isso de menor significação, relacionadas com taxas, quotas, emolumentos e contribuições de tôda a ordem, concedidas em caráter geral ou específico.

Projeto do edifício da Administração Central do Metrô de São Paulo

Metrô de São Paulo será iniciado ainda êste ano

Ainda êste ano, a Administração Faria Lima iniciará em São Paulo os trabalhos de construção do Metrô, que impulsionarão diversos setores da economia do País — cujas indústrias deverão fornecer a maior parte do material necessário para a realização da obra —, além de solucionar definitivamente o problema dos transportes na Capital.

Ao lado do incremento que proporcionará à indústria nacional de construção civil e de equipamentos elétricos e mecânicos, com a incorporação necessária de novas técnicas de planejamento e execução ao processo de desenvolvimento do País, o Metrô propiciará a absorção de mão-de-obra altamente especializada, da engenharia nacional, e criará novas frentes de trabalho. O Metrô é uma obra que se insere no estilo da Administração Faria Lima, cuja atuação é voltada, fundamentalmente, para a transformação de São Paulo numa cidade nova, uma cidade humana.

RESPOSTA AO DESAFIO

A Cidade de São Paulo conheceu um extraordinário surto de crescimento nas últimas décadas. Sua população, em apenas trinta anos, passou de um milhão para 5,5 milhões de habitantes. Sua pujança econômica, fruto da atividade incessante, da vitalidade e da capacidade criadora de seu povo, transformou-a no maior centro industrial e comercial, não só do País, mas de tôda a América Latina.

Êsse crescimento, contudo, operou-se à margem de qualquer planejamento: sem contrôle e sem disciplina. À medida que a Metrópole se agigantava, explodindo em seu crescimento desordenado, o Poder Público, sem fôrças e sem fôlego para acompanhar êsse ritmo de expansão, rendia-se à própria inércia.

As necessidades insatisfeitas da população, multiplicando-se, acumulando-se, gerando frustrações e desencantos, e fazendo de São Paulo uma Cidade extremamente desumana, reclamavam da Administração Pública projetos ousados, empreendimentos de vulto, compatíveis com as dimensões dos problemas e da grandeza da Metrópole.

Entre êsses empreendimentos, verdadeiros desafios à capacidade, à coragem dos técnicos e administradores de São Paulo, dois destacavam-se e vinham exigindo, há longos anos, indiscutível prioridade: de um lado, a radical remodelação da estrutura viária da Cidade; de outro, a implantação de um sistema de transporte coletivo rápido: o Metrô. A seu respeito, cabe dizer o que foi, o que está sendo e o que se pretende fazer, a curto, médio e longo prazos.

UM RAPIDO HISTÓRICO

Para a elaboração do pré-projeto de engenharia e dos estudos sócio-econômicos necessários ao planejamento do Metrô foi aberta concorrência internacional, à qual se apresentaram as mais conceituadas firmas estrangeiras que operam no setor, tendo a escolha recaído sôbre o consórcio teuto-brasileiro Hochtief-Montreal-Deconsult. A realização dêsses trabalhos custou à Prefeitura 4,5 milhões de dólares.

Para a realização daqueles estudos foram empregados os mais modernos métodos de pesquisa, planejamento e estatística. Cêrca de 100 000 moradores de São Paulo foram ouvidos a fim de que se pudesse apurar quais as linhas que deveriam receber prioridade.

Com base nas conclusões a que se chegou, através dessa pesquisa e de levantamentos correlatos relativos à densidade do tráfego urbano, ao crescimento demográfico previsto para os próximos quinze anos e a outros fatôres, projetou-se uma rêde básica para o Metropolitano, de aproximadamente 60 quilômetros de expansão futura.

A primeira linha a ser construída será a Norte-Sul, ligando o bairro de Santana ao do Jabaquara, com 17 quilômetros, e mais um provável ramal para o bairro de Moema, de 3,5 quilômetros. Terá vinte estações e seu custo está orçado em 200 milhões de dólares. O Prefeito Faria Lima já assinou contrato de detalhamento técnico dêsse trecho, no valor de 10,5 milhões de dólares.

Outras linhas pràticamente definidas são a Sudesde-Sudoeste, que ligará o Bairro do Ipiranga ao de Pinheiros, com 18 quilômetros de extensão, e a da Avenida Paulista, com 4,5.

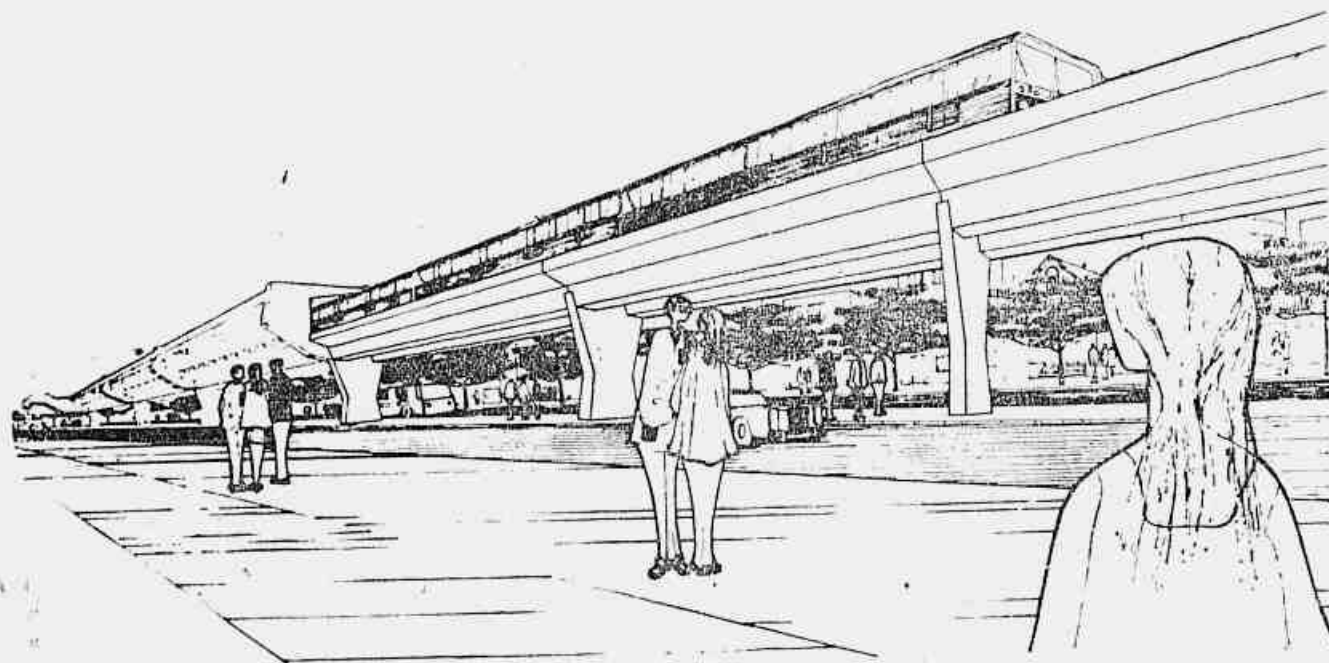
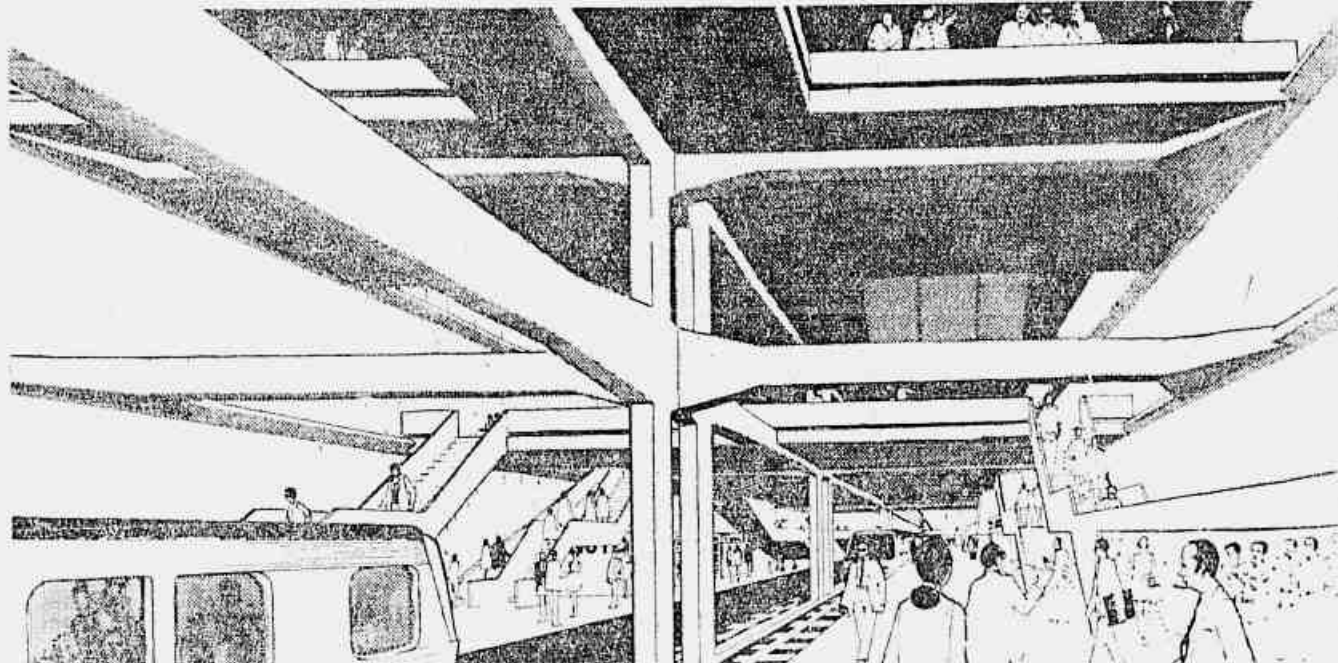
Encontra-se em fase de estudos a linha Leste-Oeste e outra que irá do Bairro de Santo Amaro a Vila Bertioga.

LEVEZA E RAPIDEZ

Os veículos serão leves, modernos, de grande capacidade de transporte, forte aceleração e desaceleração, com velocidade máxima, em superfície plana, de 100km/h.

Considerando a urgência da obra, a Prefeitura pretende iniciar a construção da primeira linha Norte-Sul no segundo semestre dêste ano. Para tanto, contará com recursos financeiros próprios, já previstos no programa orçamentário do presente exercício, num montante de vinte milhões de dólares. Nessa linha, 14 quilômetros serão subterrâneos e quatro quilômetros correrão em elevado. A linha seguinte, Leste-Oeste, deverá começar dois anos após o início da primeira, ou seja, no segundo semestre de 1970, e assim sucessivamente em relação aos demais trechos: Sudeste-Sudoeste e Paulista.

O Metrô de São Paulo, além de representar a solução definitiva para os angustiosos problemas de tráfego e transporte coletivo na Capital, terá profundas e benéficas repercussões em amplos setores da economia nacional, já que propiciará a criação de novas frentes de trabalho, a formação e absorção de mão-de-obra altamente especializada, a incorporação de novas técnicas de planejamento e execução ao processo de desenvolvimento do País, a expansão do mercado de vendas, o incremento da indústria nacional de equipamentos elétricos e mecânicos etc.

O Metrô já não é um desafio e já deixou de ser um sonho.

O problema da circulação do trânsito em São Paulo — atualmente de 10km/h no centro — será solucionado com os veículos leves do Metrô, que poderão correr até a 100km/h em superfície plana, como neste trecho em elevado

No interior das estações do Metrô de São Paulo, a funcionalidade será completa, possibilitando o escoamento de passageiros em poucos minutos

Plano Diretor é solução definitiva

O crescimento desordenado de São Paulo, com implicações negativas as mais diversas, terá, ao lado da providência do Metrô, uma solução definitiva: o Plano Diretor da Cidade.

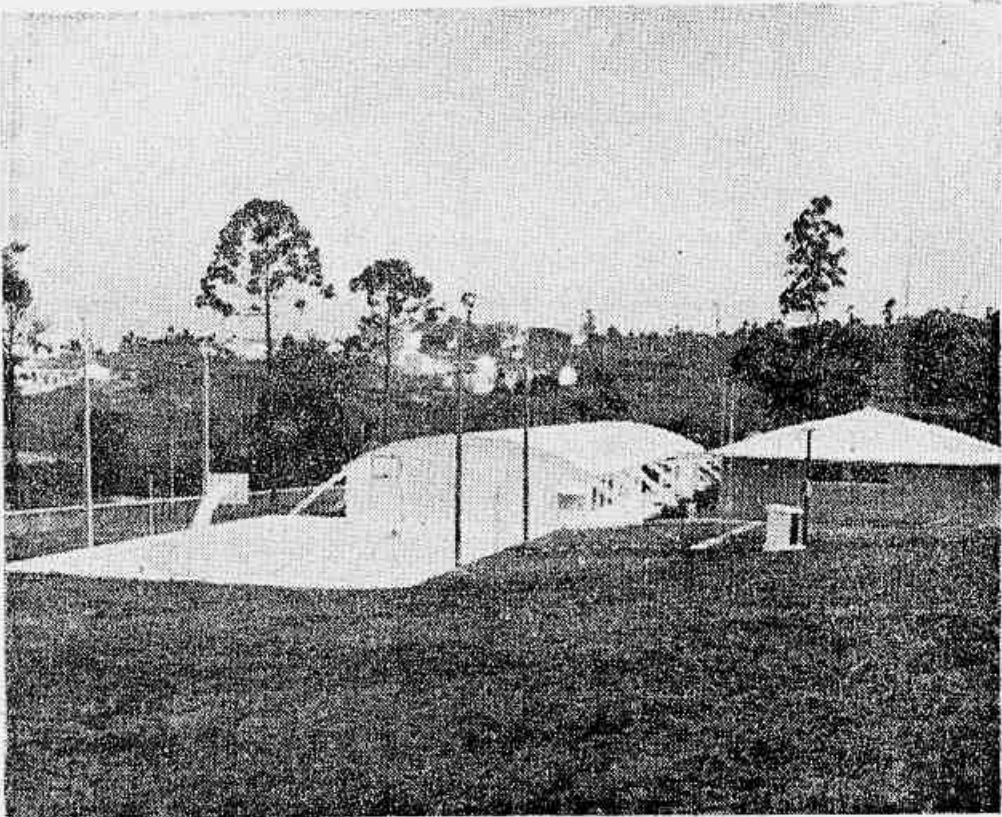
A concorrência internacional aberta recentemente para a realização do Plano, da qual participaram firmas especializadas de todo o mundo, foi vencida por uma emprêsa nacional de assessoria e planejamento, a ASPLAN, com a qual o Prefeito Faria Lima assinará brevemente um contrato no valor de três milhões de dólares.

A finalidade do Plano Diretor será a de disciplinar e orientar definitivamente o crescimento da cidade, que se regulará pelos resultados de um levantamento global da vida da Capital em todos os seus aspectos.

Com a elaboração do Plano, São Paulo terá pela primeira vez um estudo sôbre tôdas as suas necessidades, desde o aspecto educacional e hospitalar até o energético, de transportes, de abastecimento e de circulação.

O conhecimento e o planejamento de São Paulo, desde sua infra-estrutura, possibilitarão dar continuidade ao tipo de trabalho que vem sendo imprimido às obras públicas municipais pela Administração Faria Lima, com vistas, essencialmente, à construção de uma cidade nova, uma cidade humana.

Faria Lima veio para criar uma nova São Paulo

Ponte Vila Guilherme

A Administração Faria Lima construiu mais em trinta meses, no setor da Educação, do que em tôda a história da Cidade de São Paulo. O padrão das mais de cem escolas edificadas é o mais moderno, como os aplicados nas Escolas Agrupadas Conde Pereira Carneiro

Centro Esportivo de Vila Maria

O Brigadeiro Faria Lima assumiu a Prefeitura do Município de São Paulo em abril de 1965, com o propósito de edificar uma Nova Cidade, que em sua campanha prometera ao povo.

Assumiu consciente de que, para atingir êsse objetivo, se impunha desde logo a adoção de uma doutrina de govêrno voltada para três pontos fundamentais: a superação do atraso de cêrca de um quarto de século em que se encontravam amplos setores da administração pública do Município, o atendimento das necessidades do presente e o lançamento das bases do futuro: os alicerces de São Paulo do ano 2000.

UM PROGRAMA GLOBAL

Um programa global de obras e serviços, que atendesse às metas propostas, foi elaborado. Sua execução, entretanto, exigia, como primeira e essencial condição, a eliminação de dois graves obstáculos que se opunham à concretização dos planos estabelecidos. De um lado, a extrema pobreza do tesouro municipal, resultante da desatualização de seus tributos e da ruinosa discriminação a que estavam submetidas as Capitais de Estado, alijadas da participação do excesso de arrecadação estadual pelo artigo 20 da Constituição Federal de 1946. De outro, as deficiências que condenavam a máquina administrativa da Prefeitura ao imobilismo.

A gradativa atualização das taxas e impostos municipais, e os efeitos positivos da reforma tributária procedida pelo Govêrno Castelo Branco — que proporcionou sensível melhoria da situação financeira dos Municípios brasileiros, ao lado das profundas medidas de reestruturação administrativa adotadas — abriram caminho para a execução do maior programa de realizações da história da administração paulistana.

As obras em tôda a extensão de São Paulo evidenciam que a simples promessa eleitoral da Nova Cidade se concretizou, com a Capital se transformando a cada dia, pelas mãos de seu Prefeito, em realidade palpável. São Paulo moderniza-se com novas avenidas, pontes e viadutos.

EDUCAÇÃO, UM RECORDE

No setor da Educação, construiu-se em trinta meses mais do que em tôda a história da cidade: cêrca de cem prédios escolares, com aproximadamente 1 600 salas de aulas, possibilitando o atendimento de mais de 120 000 crianças. Além das realizações materiais, a Administração Faria Lima melhorou o padrão de ensino, inclusive desdobrando o currículo do curso primário, ampliando-o com a criação de dezenas de cursos pré-vocacionais. Partiu-se do ponto-de-vista de que é incompreensível que numa cidade industrial como São Paulo, não haja a preocupação com a formação de mão-de-obra especializada — ainda que lançando os seus embriões —, atendendo ao mesmo tempo as necessidades do mercado de trabalho e criando condições para a formação de jovens para ofícios qualificados.

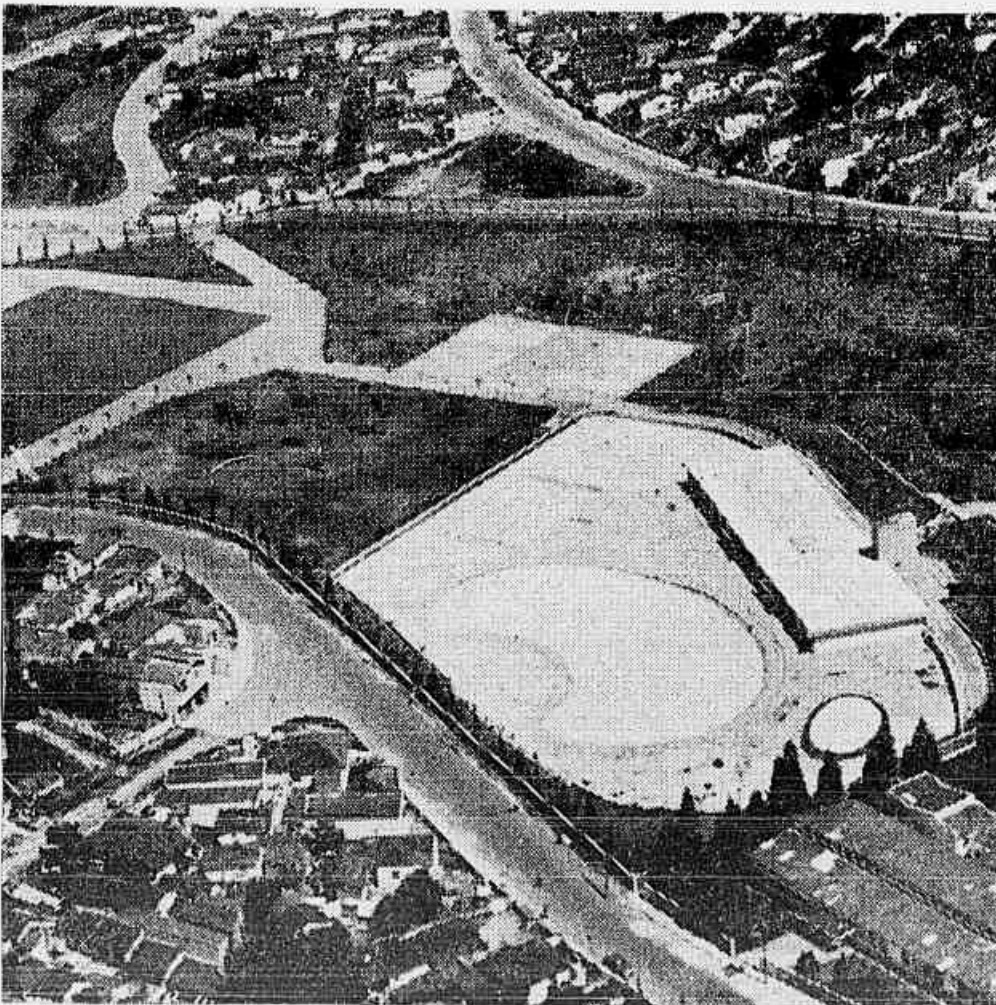
Fornecendo mais de 100 000 refeições diárias — balanceadas segundo os melhores critérios dietéticos — aos alunos das escolas municipais, busca-se melhorar o nível sanitário da infância, principalmente a menos favorecida.

Criando bôlsas-de-estudo para crianças reconhecidamente pobres e que mais se distinguiram no curso primário, a Prefeitura de São Paulo procura incentivar valôres e evitar que vocações futuras se frustrem. Para crianças excepcionais foi criada a Escola do Itaim, que possui até Clínica Psicológica Infantil, conferindo a São Paulo uma posição de liderança no setor. O mesmo ritmo foi imprimido aos campos da assistência médico-hospitalar e do bem-estar social.

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

No setor de comunicações, a expansão da rêde telefônica — objetivando dar a São Paulo mais de 300 000 novos telefones, quase triplicando o número existente em 1965 — prossegue aceleradamente e dezenas de milhares de pedidos (alguns com mais de 40 anos) já foram atendidos. Êsses contratos são da ordem de 370 bilhões de cruzeiros antigos — cêrca de 150 milhões de dólares — e apresentam-se como os mais vultosos do mundo no gênero.

A CMTC — Companhia Municipal de Transportes Coletivos —, recuperada, melhora e amplia seus serviços, enquanto o problema de habitação está sendo atacado amplamente pela COHAB — Cooperativa Municipal de Habitação. A coleta de lixo estendeu-se a mais uma grande parte da cidade, com equipamentos modernos, e a iluminação pública avança por áreas até então submersas na escuridão.

Por todos os cantos da cidade são construídos centros educacionais, creches, bibliotecas, parques e jardins. É a obra de humanização das condições de vida e trabalho do povo de São Paulo.

QUADRO SINTÉTICO DAS REALIZAÇÕES, EXECUTADAS E EM ANDAMENTO

36 MESES DA ADMINISTRAÇÃO FARIA LIMA

Realização		Valor
PARQUES E JARDINS		
Reformas, serviços e construções de novas unidades	NCr$	20.930.425,00
CONSTRUÇÕES ESCOLARES		
Creches, escolas pré-vocacionais, clínicas psicológicas, centros educacionais, parques infantis, bibliotecas, reformas e ampliações	NCr$	94.275.908,00
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
Instalação de 20 000 novos focos de luz	NCr$	24.000.000,00
GUIAS E SARJETAS		
2 290 ruas — 698 quilômetros	NCr$	48.000.000,00
PAVIMENTAÇÃO		
Grandes avenidas, ruas e estradas municipais — 1 090 quilômetros	NCr$	206.471.000,00
VIADUTOS E PONTES		
21 unidades	NCr$	31.500.000,00
PONTILHÕES		
197 unidades	NCr$	7.306.000,00
TELEFONES		
Expansão da rêde, para instalação de 300 000 novos telefones, prevendo investimentos superiores a	NCr$	370.000.000,00
GALERIAS E CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS		
135 obras nos Rios Tietê, Tamanduateí e córregos	NCr$	49.103.289,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA		
Públicas e veículos	NCr$	34.396.760,00
Edifícios e obras diversas	NCr$	50.421.654,00
COHAB		
Recursos destinados à construção de núcleos residenciais populares, em convênio com o BNH	NCr$	84.092.000,00
CMTC		
Aquisição de novos ônibus, trolebus e recuperação de veículos em tráfego	NCr$	50.845.524,00
METRÔ		
Recursos orçamentários reservados para o início das obras no segundo semestre do corrente ano	NCr$	64.000.000,00
TOTAL	NCr$	1.135.342.560,00

Saldo positivo anima Luís Viana no 1º ano

Apesar das dificuldades com que se defrontou na área financeira — uma receita tributária superior à do ano anterior, mas 20% inferior ao previsto no Orçamento e uma queda superior a 49%, entre o estimado e o realizado, nos recursos oriundos da União — o Governador Luís Viana Filho conclui seu primeiro ano de administração com saldos positivos em vários setores e uma nota de otimismo quanto às possibilidades para o presente exercício.

Além de manter rigorosamente em dia o pagamento do funcionalismo estadual e de lhe conceder um aumento de vencimentos, o Govêrno conseguiu aplicar em setores básicos do Estado mais de NCrS 20 milhões, e espera no exercício de 1968 realizar inversões de aproximadamente NCr$ 124 milhões, "numa substancial contribuição para acelerar a implantação da infra-estrutura, condição básica para o desenvolvimento baiano".

— Se tal acontecer, como esperamos, teremos dado, não um passo, mas verdadeira arrancada na construção da *Grande Bahia* — disse o Sr. Luis Viana Filho, na exposição que fêz para a Assembléia Legislativa sôbre a situação do Estado.

TENDÊNCIA DINÂMICA

Na análise do primeiro ano de sua administração, o Governador baiano fixou os aspectos conjunturais — positivos e negativos — que influiram no desenvolvimento das atividades governamentais.

Tomando por base "o desenvolvimento incomum" que, nos últimos anos, experimentam as atividades econômicas do Estado, o Governador Luis Viana Filho destacou que "o ano de 1967 acelerou essa tendência dinâmica".

— Tivemos a satisfação de observar que a Bahia, durante aquêle período, cresceu de importância na industrialização nordestina, havendo absorvido, só naquele exercício, 45,4% dos investimentos aprovados pela SUDENE, para os benefícios dos recursos dos artigos 34/18. Para que aquela tendência, contudo, não se interrompesse, e ganhasse mesmo maior aceleração, mister se fazia que o Govêrno estadual também partisse para uma ação dinâmica, a fim de que os estímulos da SUDENE e a receptividade do empresariado fôssem devidamente complementados com a ação pública local.

O Governador da Bahia coloca como um dos instrumentos que favoreceram tais perspectivas o amparo governamental à estruturação e dinamização do Centro Industrial de Aratu.

Considerando ser ainda o setor agropecuário o de maior representatividade na economia estadual, pois ainda persiste em grande parte a dependência da renda interna ao setor exportador de bens agrícolas, o Sr. Luis Viana Filho enfatizou a posição da safra cacaueira 67/68 que, favorecida pela conjuntura do mercado internacional, beneficiou-se de uma substancial elevação de preços, com uma cotação interna de NCrS 14,00 por arrôba, subindo no fim da safra o produto para NCrS 21,00.

As perspectivas continuam alvissareiras para o próximo ciclo comercial do cacau, em escala mundial, devido a um deficit de produção da ordem de cem mil toneladas, que se repete pela segunda safra consecutiva.

Todavia, o mesmo não ocorreu com outras áreas ligadas às exportações, como o sisal e a mamona, mas é dramática a situação daquele produto, cujas fibras "tiveram brutalmente deteriorados seus preços no mercado internacional", levando o Govêrno a promover esforços para aliviar as dificuldades sofridas pelas populações diretamente ligadas à economia sisaleira.

Os dados globais referentes ao comércio de cabotagem entre a Bahia e o resto do mundo apresentaram um aumento de 17%, quanto ao volume exportado, mas o valor respectivo em moeda estrangeira cresceu em 1967 em apenas 7,6%.

No setor financeiro, verificou-se uma tendencia ascensional no movimento dos negócios, graças às perspectivas da economia do Estado e as iniciativas do Govêrno federal visando à expansão do crédito e ao conseqüente estímulo às transações. Assim é que, em 1967, os negócios bancários subiram de NCrS 1,2 bilhão em janeiro para NCrS 1,9 bilhão em novembro.

Ésse quadro da conjuntura econômico-financeira dava ao Govêrno esperanças e incertezas, estas agravadas pela implantação da Reforma Tributária Nacional, com o surgimento do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, "concebido em bases radicalmente diferentes da sistemática anterior, e que representava na verdade uma diminuição na capacidade fiscal dos Estados da Federação".

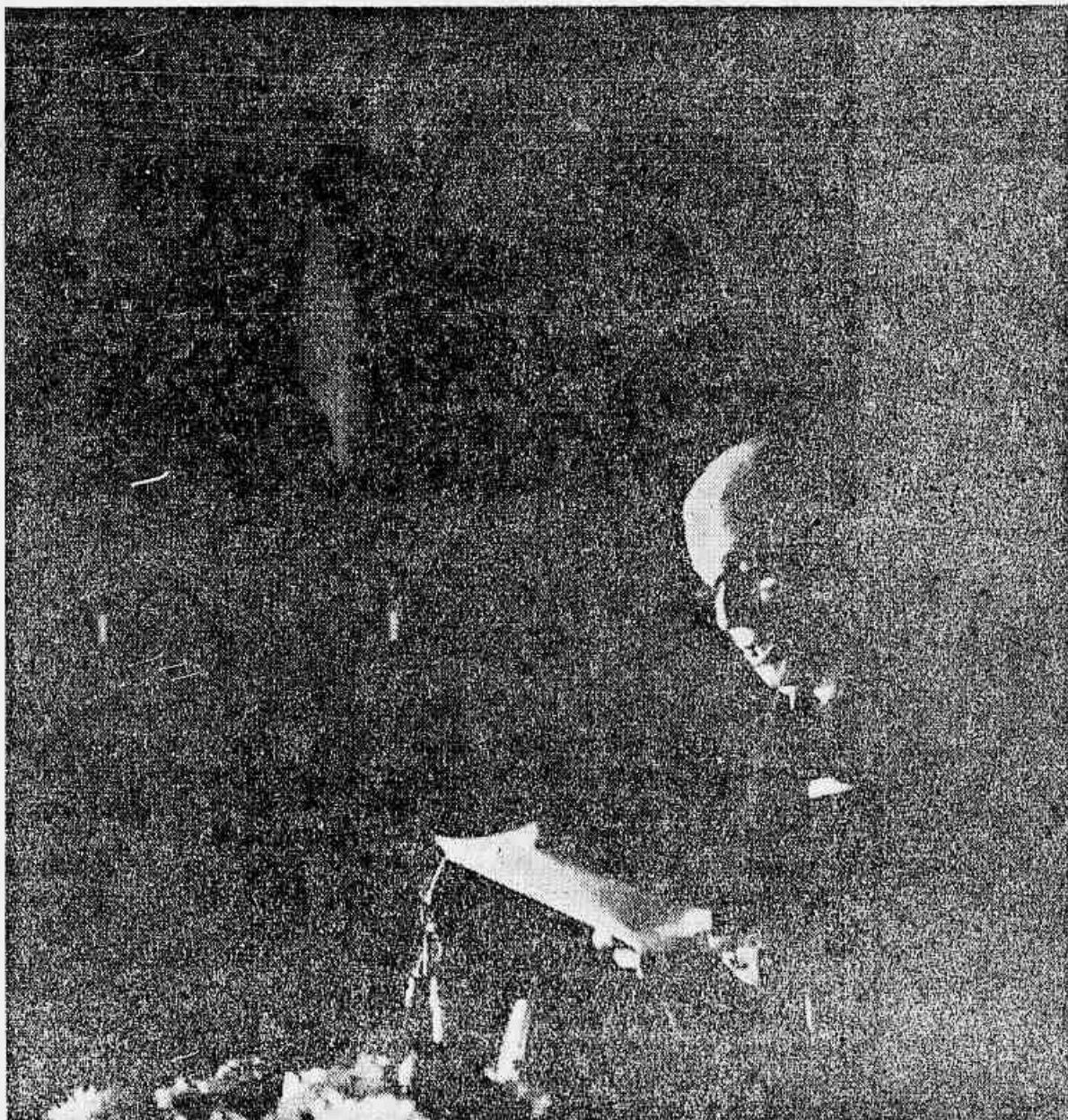
Diante disso, o Govêrno viu-se compelido a promover uma revisão das previsões de receita e despesa, nos seus primeiros meses: de um lado adotando normas rigorosas de contenção, com a finalidade de manter em dia o funcionalismo e prover o custeio mínimo dos serviços públicos; de outro, providenciando a intensificação das atividades arrecadadora e fiscalizadora em todo o território do Estado.

Tais medidas fazendárias permitiram uma gradual recuperação no final do exercício, pois o Govêrno conseguiu obter um aumento de 34% na receita tributária com relação ao exercício de 1966.

INVESTIU NCRS 20 MILHÕES

A recuperação da receita no segundo semestre permitiu que o Govêrno colocasse em prática uma programação financeira para os setores básicos, empenhado em realizar uma administração para o desenvolvimento.

— Os maiores desembolsos, excluídas despesas de pessoal, foram destinados aos setores "econômicos" (principalmente em infra-estrutura) e "sociais" (educação e saúde), num total superior a NCrS 20 milhões, excluídos dêsse valor os recursos com destinação específica, tais como os fundos especiais, *royalties* e impôsto sôbre petróleo.

Tratando-se de empreendimentos de grande significação econômica e social, o Govêrno, através da Secretaria de Fazenda, estabeleceu uma ordem decrescente nas aplicações dêsses recursos, destinando-os à Saúde Pública, Transporte e Comunicações, Indústria e Comércio, Habitação e Saneamento Básico, Energia, Educação e Agricultura.

Na exposição feita para os Deputados, o Governador mostrou os rumos do desenvolvimento

Ao lado da ação direta, o Govêrno ainda contou com valiosos instrumentos financeiros do poder público, como o Banco de Estado da Bahia e o Banco de Desenvolvimento, cada qual atuando no seu próprio setor de atividades.

— O Banco do Estado atuou em perfeita integração com a ação governamental, dando a seus recursos aplicação adequada às metas básicas do crescimento econômico, inclusive na criação de pólos de desenvolvimento no interior. Com depósitos num montante de 65 milhões de cruzeiros novos, realizou agressiva política de aplicação que lhe permitiu investir NCrS 88 milhões, tendo investido só nos setores industrial e agropecuário, em obras de infra-estrutura, mais de 80% de seus investimentos.

O Banco de Desenvolvimento (BANDEB) iniciou suas atividades efetivamente em 1967, mas, já a esta altura, colheu resultados altamente positivos com o programa de apoio financeiro às indústrias de pequeno e médio porte, expandindo seus negócios em quase 80%, tendo comprometido recursos no apoio aos industriais baianos — pouco mais de NCrS 13,8 milhões, distribuídos em três tipos de operações: financiamentos, participação societária e concessão de avais.

Além disso, atuou como agente financeiro no repasse de recursos oriundos do FIPEME, do FINAME e do Banco do Nordeste do Brasil.

— Mais promissoras são as perspectivas para o ano em curso. Realmente, mantidas as previsões que tudo indica perfeitamente realizáveis, pensa o Estado investir aproximadamente 124 milhões de cruzeiros novos, numa substancial contribuição para acelerar a implantação da infra-estrutura, condição básica para o nosso desenvolvimento. Se tal acontecer, como esperamos, teremos dado, não um passo, mas verdadeira arrancada na construção da *Grande Bahia* — disse o Governador Luis Viana Filho, na sua mensagem.

ENERGIA E COMUNICAÇÕES

Voltado para os empreendimentos nos setores básicos, o Govêrno Luís Viana Filho dedicou especial atenção ao programa energético, atuando através da COELBA (Companhia de Eletricidade da Bahia S. A.), da CERC (Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A.) e do Departamento de Energia, organismos pertencentes à Secretaria das Minas e Energia.

A COELBA, graças ao apoio do Govêrno do Estado, encerrou o balanço de 1967 com um lucro de NCrS 511 678,99 — um resultado inédito desde sua criação, pois antes sua despesa de custeio mensal era bastante inferior à arrecadação das tarifas de energia que fornece a várias cidades do interior baiano.

A CERC, emprêsa constituída para o aproveitamento da Cachoeira de Funil no Rio das Contas, levando a energia captada a 34 cidades e 27 vilas, encerrou seu balanço com um saldo positivo superior a NCrS 34,5 milhões. Presta um alto serviço às regiões Sul e Sudoeste do Estado, no seu programa de expansão.

Em 1967, o Govêrno do Estado, através da COELBA, da CERC e do Departamento de Energia, realizou reconhecimentos e levantamentos topográficos para determinação de diretrizes, e perfis de linhas de transmissão, no total de 969,270 quilômetros; procedeu levantamentos semicadastrais numa área de quase 20 milhões de metros quadrados; elaborou projetos e orçamentos de rêdes de distribuição com extensão primária e secundária em 74 cidades, vilas e povoados; e sob a responsabilidade técnica e financeira da COELBA executa um programa de 88 obras de linhas de transmissão de alta, média e baixa potência, rêdes de distribuição, de estações transformadoras e usinas de geração, servindo a mais de 90 municípios.

Sob os auspícios do Govêrno estadual e com a colaboração financeira da Eletrobrás, está em vias de concluir-se a ligação direta Paulo Afonso—Salvador e a interligação Catu—Bananeiras—Funil, em alta tensão, levando energia do Rio São Francisco ao Sul e Sudoeste do Estado.

O Govêrno também mobilizou esforços para que o Govêrno federal conclua as obras da Barragem de Pedras e se comprometeu a complementar os recursos federais, contribuindo com a soma de NCrS 6 milhões para que o projeto se conclua em dois anos.

Estando empenhado num vasto programa de transportes, o Govêrno também não esqueceu outro aspecto fundamental do problema — as comunicações.

— No campo das telecomunicações está em elaboração, graças a convênio de financiamento firmado com o BANDEB e a eficiente colaboração da TEBASA, o mais amplo projeto a ser executado em todo o País. Visa êle, pela utilização dos mais avançados sistemas, a instalação de centrais telefônicas automáticas, pelo menos em cem cidades baianas, que estarão interligadas, inclusive com a Capital. Estima-se o custo do investimento em NCrS 120 milhões.

SAÚDE E SANEAMENTO

Por iniciativa direta e através de convênios e acôrdos, o Govêrno da Bahia executa um vasto programa de saúde pública, que exigiu inclusive uma reformulação do sistema de assistência sanitária por uma ação integrativa em todo o Estado.

— Atualmente, podemos dizer que a assistência médica estatal à população está confiada à Fundação Hospitalar, que tem a seu cargo nove unidades hospitalares, e à Assistência Ambulatorial, que compreende 229 unidades sanitárias disseminadas por todo o Estado, muitas delas padecendo dos males oriundos da falta de comunicações e transporte — indicou o Governador Luis Viana Filho, referindo-se à organização sanitária.

A Secretaria de Saúde tem-se empenhado num programa em profundidade de combate às doenças transmissíveis, através de campanhas de vacinação em massa, tanto na Capital como no Interior, e, visando a uma ação educativa a longo prazo, realizou um curso de educação sanitária para professôres. Além disso, iniciou o processo de regionalização administrativa com a instalação de Centros Executivos Regionais abrangendo oito macro-regiões, das quais só falta instalar uma, a de Barreiras, no Oeste Baiano.

Foram assinados convênios e acôrdos com o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), SUDENE, CEPLAC, Campanha de Erradicação da Varíola e com a Organização Sanitária Pan-Americana, para aplicação de recursos em vários setores do programa de saúde.

— Contudo, cumpre reconhecer ainda estarmos distante do mínimo de assistência médica reclamada pela nossa população. Acreditamos, entretanto, que possibilitados maiores recursos e reformulado o sistema hospitalar, que exige novas unidades, estaremos em condições de melhorar apreciàvelmente os índices de atendimento.

Por estar intimamente vinculado ao problema de saúde pública, o Govêrno empreendeu esforços na área do saneamento básico, "tantas as enfermidades provenientes da má qualidade da água ou das deficiências dos sistemas de esgôto".

O Govêrno espera, até 1970, dobrar o número de baianos que hoje bebem água tratada — apenas 600 mil.

A Superintendência de Água e Esgotos do Recôncavo (SAER) e a Superintendência de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia (SESEB) são os dois instrumentos.

— A SAER, por exemplo, que divide com a SESEB as responsabilidades de tão importantes atividades, em dez meses assentou 85 quilômetros de rêde de água, o que representa cifra igual ao realizado nos quatro anos anteriores. Beneficiamos assim especialmente os bairros mais modestos da cidade do Salvador, onde se fizeram 3 000 ligações domiciliares, que equivalem ao dôbro do realizado no ano anterior e metade do que se fará em 1968.

Está também a cargo da SAER a solução do problema de abastecimento de água ao Centro Industrial de Aratu e o de Salvador, até o ano 2000, com a duplicação da capacidade atual pela construção da segunda barragem de Joanes.

— Bem mais ampla, entretanto, é a tarefa da SESEB, que pela primeira vez contou com recursos tributários do Estado para seu plano de obras. Dentre estas, destaca-se a de Vitória da Conquista, populosa cidade baiana ainda sem qualquer serviço de abastecimento, e que no mês próximo verá jorrar a água trazida através de uma adutora de 29 quilômetros. Em pleno sertão, outra grande cidade, Senhor do Bonfim, também conhecerá em abril os benefícios de tão grande melhoramento.

Depois de ter inaugurado serviços de abastecimento de água em três cidades, o Govêrno empenha-se na execução de um programa de saneamento que irá beneficiar 60 municípios. As obras estão orçadas em NCrS 60 milhões, dos quais o Estado custeará metade, esperando obter o restante da SUDENE, CEPLAC e FISANE (Fundo de Saneamento do BNH).

Mas, já em 1968, estarão terminados os serviços em pelo menos 25 cidades.

O Sr. Luis Viana Filho e orgulha dessas perspectivas, tomando por base a circunstância de que, quando iniciou o Govêrno, existiam apenas 70 cidades do interior "com algum serviço de água".

HABITAÇÃO

Entre as grandes preocupações do Govêrno, situa-se o problema da habitação — para o Governador "certamente inseparável da melhoria de condições de vida para o povo".

Em 1967, foi concluído o núcleo Sete de Abril com 500 casas pela URBIS (emprêsa estadual para o setor de habitação), que terminou também o conjunto do Solar Boa Vista com 125 apartamentos. O Govêrno iniciou também a construção de 128 casas populares em Juàzeiro, que se deverá concluir em maio.

Mas, para 1968, o Govêrno tem grandes perspectivas, confiante no apoio do Banco Nacional da Habitação, especialmente a construção da Cidade Presidente Castelo, nas cercanias de Salvador, que terá cêrca de três mil habitações. O BNH também já aprovou parcialmente o projeto para construção de mais mil apartamentos populares nas glebas remanescentes do Conjunto Solar Boa Vista, em Brotas, e o Govêrno já desapropriou no subúrbio de Periperi área para 200 casas. No Centro Industrial de Aratu, 800 habitações populares serão edificadas para receber seus operários.

O Estado já dispõe de projetos habitacionais para instalação de núcleos no interior, abrangendo as Cidades de Feira de Santana, Jequié, Castro Alves, São Sebastião do Passé, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Paulo Afonso.

— No setor de habitação — diz o Sr. Luis Viana Filho — o Govêrno não deseja limitar sua ação às casas populares. De vistas largas, pretende propiciar a várias camadas da população a oportunidade de adquirir a sua casa, por preço acessível e a longo prazo. Daí, haver determinado ao IAPSEB (Instituto previdenciário dos servidores estaduais) projetar casas e apartamentos para os servidores estaduais, a serem construídas em convênio com o Banco Nacional da Habitação.

Neste sentido, o IAPSEB já adquiriu terrenos em vários pontos da Capital baiana e outros no interior.

SUDENE E BNB AJUDAM

Tratando-se de um Govêrno empenhado num programa de desenvolvimento integrado da Bahia, com ênfase na industrialização, o Sr. Luis Viana Filho ressaltou o apoio que tem recebido da SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil, "ambos integrados no extraordinário papel que lhes cabe na redenção do Nordeste".

Aliada ao esfôrço governamental, a SUDENE tem grande responsabilidade no surto de desenvolvimento que a Bahia experimenta nos últimos anos, mas que ganhou nova dimensão durante o ano de 1967.

INCENTIVOS INDISPENSÁVEIS

Depois da análise dos vários aspectos de seu primeiro ano de administração, que incluiu o exame da implantação de reformas administrativas que influiram grandemente na mecânica institucional do Estado, o Governador Luis Viana Filho encerrou suas palavras com uma nota de otimismo, apoiado nas perspectivas que se abrem para 1968.

— Diremos, em suma, que, apesar do quadro geral desanimador que exprime uma região subdesenvolvida como a nossa, mantemos nossas expectativas de crescente progresso para a Bahia, principalmente se permanecerem os sistemas de estímulos especiais beneficiando a região em que estamos inseridos. Tal permanência de incentivos é, para o País, um dever de patriotismo uma vez que, sem os mesmos, estará ameaçada a própria integração brasileira por que todos ansiamos. De nossa parte, tivemos já oportunidade de declarar que, de mãos dadas com os podêres públicos da União e com a iniciativa privada, o Govêrno do Estado propõe-se a construir a *Grande Bahia*, com o que contribuiremos para a obra maior e gigantesca do progresso nordestino e da integração nacional.

A Indústria Petroquímica Brasileira

L. KELVIN

O advento da indústria petroquímica no Brasil ocorreu a partir de 1957 e foi amparada inicialmente por resoluções esparsas emitidas pelo Conselho Nacional do Petróleo. E foi apenas em 1965 que o Govêrno começou a encarar sèriamente a realidade dêste importante setor de atividade econômica, através os seguintes dispositivos legais:

a) a 15.2.65, o Decreto n.º 55 759, que "instituiu estímulos ao desenvolvimento da indústria química", referiu-se, no § único do art. 6.º, à indústria petroquímica, determinando que os projetos relativos a essa indústria, "nos quais esteja prevista a utilização direta de gás natural ou *residual de refinarias de petróleo, petróleo cru* ou o *primeiro derivado da refinação do petróleo* ou do processamento dos referidos gases, sòmente serão apreciados pelo Grupo Executivo da Indústria Química, depois de aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo";

b) a 6.5.65, a Resolução n.º 5-65 do CNP, dispôs sôbre "a implantação e o desenvolvimento da *indústria petroquímica* no País';

c) a 9.7.65 a referida Resolução foi quase literalmente transformada no Decreto n.º 56 571, "fixado diretrizes e bases para a expansão da *indústria petroquímica*";

d) a 16.12.65, a Resolução n.º 11-65 do CNP, estabeleceu "as diretrizes que devem condicionar a outorga de título de autorização para a expansão ou a ampliação no País, de indústrias petroquímicas". Desta Resolução, merecem destaque, tendo em vista a finalidade da presente exposição, os seguintes considerandos:

"considerando as disposições relativas às emprêsas permissionárias do refino do petróleo";

"considerando a necessidade de serem fabricados, no País, produtos petroquímicos a preço de competição internacional, e que é da competência do Conselho Nacional do Petróleo fixar o preço dos derivados oriundos do gás natural, do petróleo e do xisto".

Em tôda a legislação do ano de 1965, é curioso e ao mesmo tempo primordial localizar-se um esquecimento que se constituiu até em contradição flagrante da própria legislação, e que simplesmente impedia a instalação no País da indústria petroquímica de base.

Com efeito, se por um lado se considerava — racional, sadia e até indispensàvelmente — "a necessidade de serem fabricados, no País, produtos petroquímicos a preço de competição internacional", por outro lado esquecia-se que:

a) — não havia, como não há, disponibilidade no País de gás natural ou gases residuais de refinarias para a instalação de uma indústria petroquímica;

b) — não havia, como não há, disponibilidade de nafta no mercado internacional, de forma que se tornava impossível instalar no País um complexo petroquímico de vulto, com base em nafta importada;

c) — restando, assim, como única via possível para a produção de produtos petroquímicos *a preço de competição internacional*, o caminho da produção local de nafta pelo refino de petróleo cru, o qual, porém, estava com seu preço sobrecarregado dos seguintes ônus:

9% sôbre o preço CIF do petróleo cru, destinado ao Fundo de Pesquisas da Petrobrás (Lei n.º 2 004);

20% sôbre o preço CIF do petróleo cru, como Impôsto Único com a destinação prevista pela Lei n.º 2 004;

50% do lucro líquido das permissionárias, ainda para o Fundo de Pesquisas da Petrobrás.

Como se vê, tôda uma legislação destinada a incentivar a implementação da indústria petroquímica no País, e que, para isto, ainda era complementada com uma série de outras leis concedendo incentivos, tais como: depreciação acelerada do ativo imobilizado etc., trazia em seu próprio bôjo o impedimento da sua própria finalidade por não ter distinguido e definido o refino de petróleo cru destinado à produção de combustíveis e lubrificantes, do refino destinado à produção petroquímica — retirando dêste os ônus que pesavam sôbre aquêle.

O Govêrno para sanar esta tremenda contradição expediu o Decreto-Lei n.º 61, de 21.11.66, que fixou uma nova sistemática para cálculos das estruturas dos preços de combustíveis e lubrificantes, eliminando finalmente todos os ônus relacionados anteriormente, que pesavam sôbre o valor do óleo cru, transformando-os numa parcela adicional de Impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes.

Pelo mesmo Decreto-Lei 61, no seu Art. 10.º, foi dado o mais amplo favorecimento fiscal à indústria petroquímica, com a intenção nítida de incentivar o desenvolvimento dêste importante setor em nível capaz de suportar a concorrência internacional, principalmente de países mais bem dotados de recursos naturais (petróleo e gás natural).

Por outro lado, por êste dispositivo legal expresso no Art. 10, evitava-se a tributação múltipla na indústria petroquímica brasileira, pois ao contrário do que acontece nos outros países, onde, via de regra, há uma integração vertical entre a indústria de petróleo e a indústria petroquímica, no Brasil há uma separação distinta entre as duas. Significa isto que, do ponto-de-vista fiscal, a tributação só se faz sentir no final do processo, naqueles países de integração vertical, ao passo que no Brasil, devido a existência do monopólio estatal e da iniciativa privada, a tributação incidiria sôbre tôdas as fases da produção, encarecendo sobremodo os produtos finais de origem petroquímica.

Desta maneira, sòmente com o Decreto-Lei n.º 61 de 1966, ficaram as indústrias petroquímicas brasileiras *habilitadas econômicamente a funcionar* em nível de competição internacional, pois poderiam receber suas matérias-primas livres dos pesados ônus que sobrecarregavam sobremodo o custo final dos produtos.

É interessante frisar que em 1967, com a mudança do Govêrno, a indústria petroquímica privada ficou à espera de uma definição a respeito do Decreto 61, o que só aconteceu em fins de dezembro através do Decreto n.º 61 981, que criou a Petroquisa.

Por êste Decreto .... 61 981, à Petrobrás ficou o encargo de fornecer as matérias primas para todo setor petroquímico e ao Conselho Nacional do Petróleo a função do contrôle e disciplina de tôda a indústria que eram até então da alçada do Ministério da Indústria e do Comércio.

A análise da produção no Brasil dos principais produtos de base da petroquímica demonstra de maneira clara a gravidade do problema. O etileno e o propileno são produzidos exclusivamente pela Petrobrás, desde 1958 e 1959, respectivamente nas seguintes quantidades expressas em toneladas:

ANO	ETENO	PROPENO
1953	360	—
1959	4.050	1.095
1960	4.478	1.430
1961	6.195	1.435
1962	5.010	1.610
1963	5.344	2.590
1964	5.540	3.315
1965	6.030	2.371

Desta forma a indústria ligada à produção dêstes dois produtos está totalmente estagnada, pois êstes dois produtos básicos não são econômicamente transportáveis das fontes externas de suprimento.

No que se refere a butanos e butenos não existe ainda produção nacional.

Quanto aos aromáticos, a produção nacional é ainda totalmente derivada das coquerias. A produção nacional de aromáticos, por isto mesmo, é insuficiente, havendo necessidade de recorrer substancialmente à importação como mostrado a seguir:

DEMANDA AROMÁTICOS (Toneladas)

	1960	1961	1962	1963	1964
Benzeno					
Produção das coquerias nacionais	5.700	5.900	7.000	7.200	7.600
Importação	9.700	10.500	10.000	10.300	7.400
Tolueno					
Produção	1.100	1.400	1.300	1.400	1.400
Importação	3.600	4.400	5.100	7.200	4.200
Xilenos					
Produção	200	300	500	200	400
Importação	2.600	2.800	2.100	6.000	4.900
Naftalenos					
Produção	1.800	1.800	2.200	2.800	2.900
Importação	800	900	1.900	2.700	2.700

Apesar da elevada essencialidade da amônia, como elemento para a produção de fertilizante, existe apenas um produtor nacional que é a Petrobrás. A fábrica de amônia da Petrobrás está integrada ao conjunto da Refinaria Presidente Bernardes, e tem produzido de maneira muito irregular e muito longe das necessidades efetivas do País:

ANO	PRODUÇÃO DE AMÔNIA (Toneladas)
1958	2.809
1959	13.238
1960	17.636
1961	15.320
1962	18.759
1963	20.310
1964	14.452
1965	27.283

O metanol é produzido no Brasil por uma única firma, havendo necessidade de importação considerável:

Ano	Produção	Importação
1959	4.000	2.500
1960	5.000	2.400
1961	7.200	1.300
1962	7.400	6.700
1963	8.000	2.900
1964	8.900	4.200

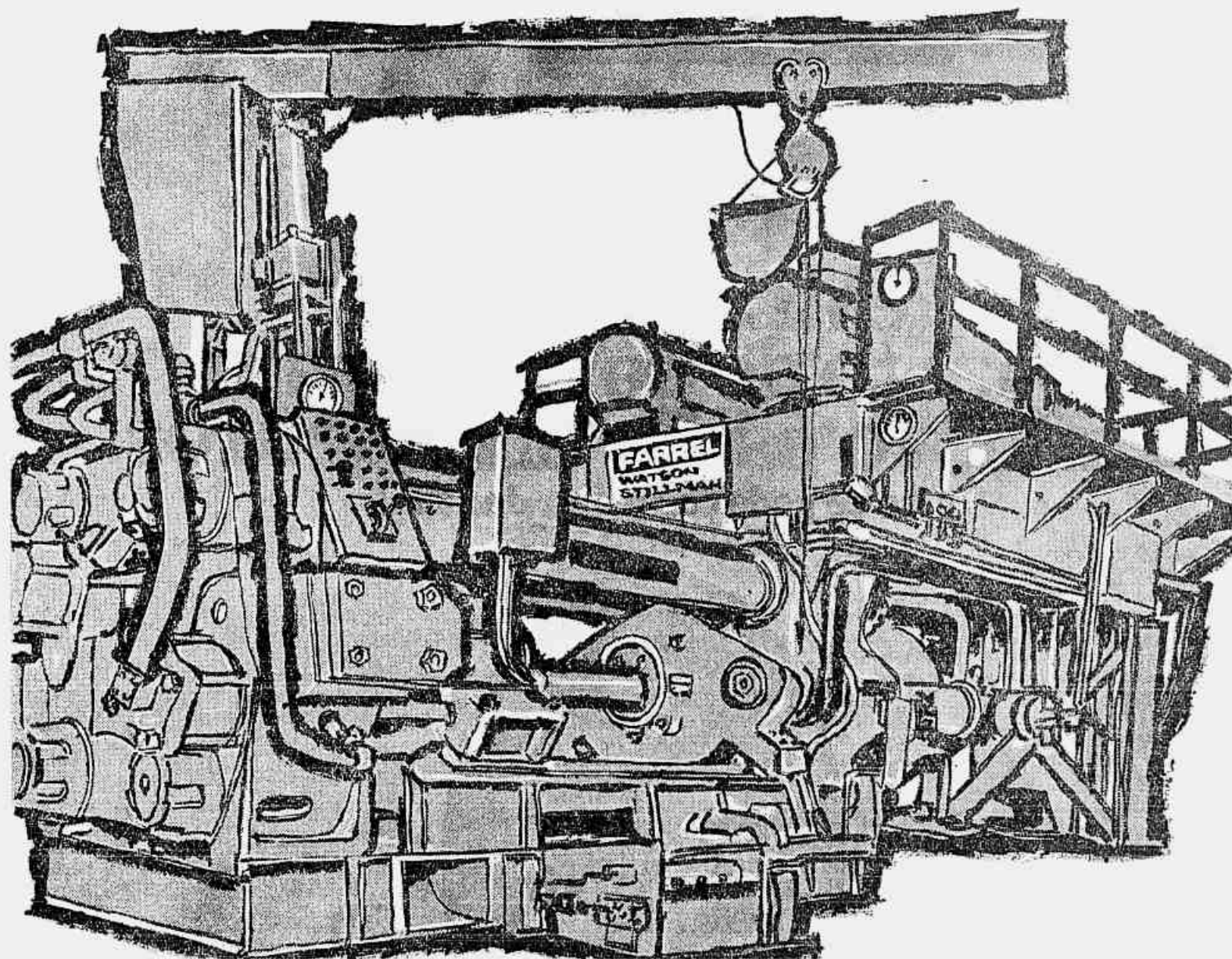
O único produto básico cuja demanda interna é atendida com a produção nacional é o *acetileno*. É interessante frisar, entretanto, que a produção brasileira é feita a partir do carbureto de cálcio, e assim não é produção petroquímica.

Nas estatísticas transcritas acima, há, ainda, um fator da mais relevante importância a ser considerado para julgar-se da melancólica situação em que se encontra a indústria petroquímica no Brasil: é que refletem elas um consumo altamente reprimido por duas condicionantes, seja a ausência de ampla disponibilidade dos produtos, seja os de produção nacional como os importados.

Essa situação é claramente refletida nas comparações de consumo *per capita* do Brasil com o de outros países. Veja-se, por exemplo, a situação dos termoplásticos:

PAÍS	POLIETILENO	PVC	POLIESTIRENO	TOTAL
Estados Unidos	5.34	3.53	4.60	13.48
Alemanha	2.92	4.30	2.55	9.77
Reino Unido	2.81	3.54	1.59	7.94
Benelux	2.71	2.38	1.50	6.59
Holanda	2.66	4.23	1.33	8.22
Japão	2.56	3.80	1.05	.7.51
França	2.30	3.35	1.72	7.37
Itália	1.51	2.70	1.79	6.00
Venezuela	0.84	0.83	0.12	1.79
Espanha	0.64	0.80	0.50	1.94
Argentina	0.52	0.46	0.28	.1.26
México	0.46	0.32	0.23	1.01
Chile	0.44	0.41	0.45	1.30
Colômbia	0.26	0.17	0.07	0.50
Brasil	0.21	0.36	0.17	0.74

Do exposto até aqui pode-se concluir que a solução brasileira, diante do quadro que se vem de descrever, é extremamente difícil, pois além do mais, diversos países da ALALC, muito mais bem dotados de recursos naturais do que o Brasil, no período de 1960 a 1968, instalaram enormes complexos industriais petroquímicos, visando em grande parte o suprimento do mercado brasileiro, pois enquanto o Brasil perdeu quase 10 anos em discussões pouco técnicas e emocionais, os outros países da ALALC agiram de forma objetiva e prática no equacionamento da implantação desta importante indústria e estão hoje com produção interna e consumo *per capita* muito superior ao nosso País.

O ensino superior no Brasil

DAVID CARNEIRO JR.

"The practical man is the man who practices the errors of his forefathers." — Thomas Huxley.

A mim, mais que a qualquer outra pessoa, surpreendeu a celeuma levantada pelo depoimento que fiz na CPI que investiga o ensino superior, no dia 6 de fevereiro de 1968, em Brasília. Em tempo oportuno, prestarei ao público, através da Imprensa, que tão favoràvelmente comentou aquêle depoimento, alguns esclarecimentos menos técnicos sôbre minha posição em um debate que foi conduzido com bastante emotividade. É mesmo possível que tais esclarecimentos já tenham sido publicados ao sair êste artigo.

Tenho sempre procurado, mas nem sempre conseguido, manter-me frio em tôdas as minhas ações. Este foi, muito particularmente, o caso quando analisei as Universidades Brasileiras e, posteriormente, prestei depoimento sôbre alguns resultados dessa análise. Neste artigo, restrinjo-me a apresentar certos aspectos do que talvez se possa chamar "contribuição positiva", científica e não apenas prática, decorrente dos trabalhos que em uma emprêsa de consultoria (1) fizemos sôbre o tema. Com uma pequena equipe selecionada, colhemos dados, analisamo-los e apresentamos os resultados ao IPEA, então EPEA, antes de eu passar a prestar contribuição direta àquele órgão. Em todos os nossos trabalhos tínhamos deliberado apoiar todos os juízes em amplo material estatístico, colhido nas fontes mais categorizadas que foi possível atingir: o Serviço de Estatística de Educação e Cultura, do MEC e as Reitorias e Faculdades das várias universidades e escolas cobertas pela análise.

AS UNIVERSIDADES

Meu principal objetivo foi o de contribuir com elementos concretos que permitissem utilização cada vez mais adequada dos recursos disponíveis para aplicação nas unidades de ensino superior. A superficialidade e a subjetividade das argumentações que sempre ouvimos (ou lemos) empregadas para justificar os programas de criação ou ampliação de cursos ou apenas de construção de novos edifícios ou de seu equipamento, sugeriram-nos que talvez o *ôlho clínico* do economista, preocupado com melhor alocação de recursos, auxiliado por algumas técnicas estatísticas elementares, veria luzes mais claras.

Senti-me motivado pela flagrante amplitude dos problemas que o ensino superior vinha e vem enfrentando. O estado de coisas interno às universidades precisava ser mais uma vez pôsto a nu. Isto, os dados fizeram de forma irrefutável: o diagnóstico apresentado é baseado em fatos e espelha a realidade objetiva. Mas, se esta foi a parte que mereceu algum destaque, a contribuição para uma eventual programação da universidade parece ter passado despercebida. Tentarei aqui realçar êste aspecto.

O CONHECIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO

E claro que a *melhor* utilização dos recursos impõe, como condição prévia, o conhecimento adequado do mercado de trabalho, de um lado, e detalhadas informações estatísticas relativas ao funcionamento dos vários cursos individuais. Em certos setores essa imposição é da maior urgência, conforme ficou patenteado no estudo que fizemos das faculdades de economia. (2)

Entendemos por conhecimento do "mercado de trabalho" neste contexto como sendo alguma estimativa quantitativa da adequação (ou inadequação) entre a procura de mão-de-obra especializada na economia, tanto a nível regional quanto a nível nacional, e a sua oferta pelas universidades, escolas isoladas de nível superior ou outras fontes (principalmente externas).

Vários modelos podem ser concebidos, dotados de distintos graus de sofisticação, que forneçam as necessidades (procura) de mão-de-obra. Não há, aqui, dificuldade de monta a ser superada; é apenas necessário e indispensável realizar os inquéritos adequados, que são de concepção fácil e não custam muito caro. As informações colhidas complementariam as demais que porventura houver disponíveis. Elas devem, de preferência, ser regionalizadas para ter maior valor prático em nosso País.

Em nosso primeiro trabalho, preparado para o IPEA (3) conseguimos realizar, em primeira aproximação, algumas estimativas dêsses elementos. Já o Plano Decenal de Educação (4) contém projeções mais detalhadas das necessidades de mão-de-obra em distintas categorias profissionais de nível superior. Minha tentativa anterior consistiu em aplicar ao Brasil (5) com algumas adaptações indispensáveis, a metodologia adotada por Tinbergen em estudo que dirigiu para os países da África. (6)

Na ausência de estudos de mercado apropriados, e enquanto não se decide sôbre sua realização, como as universidades não podem esperar, e muito menos o País, há que tentar vias mais rápidas empregando informações que aí estão, conspícuas. Quer me parecer que a simples observação das disparidades entre os números de candidatos, de vagas e de alunos matriculados, disponível anualmente e mesmo sôbre uma série considerável de anos, poderia ser um bom orientador para ação menos desordenada. Estes dados existem (se não são abandonados, por serem considerados desnecessários) em vários cursos e em várias unidades. Relativamente a êles há duas observações importantes a fazer. Refere-se a primeira ao mercado que então se passa a considerar e que não é o de mão-de-obra com qualificação de nível superior; mais apropriadamente aquelas disparidades refletem a situação no mercado de vagas para o ensino superior. A segunda, ao fato corriqueiro de que o indicador passa a ser uma inadequação constatada, que em nosso País vem se mantendo persistente há muitos anos.

Conforme é público e notório, vivemos durante mais de um século com distorções evidentes, que, não obstante sua existência, permitiam ao mercado satisfazer as necessidades de uma sociedade cuja economia estava dedicada, bucòlicamente, à auto-suficiência das atividades primárias. Quaisquer necessidades um pouco mais sofisticadas eram satisfeitas com a importação de profissionais estrangeiros, como ocorreu durante a implantação das estradas de ferro, das primeiras indústrias e mesmo para a composição do corpo docente de algumas escolas de engenharia mais antigas.

De que forma se pode basear uma política de aplicação de recursos apenas na constatação dos desequilíbrios, apesar de serem êstes precisamente mensuráveis? A resposta apesar de simples, para ser aplicada exige das nossas universidades muito maior flexibilidade administrativa do que de fato elas gozam. E os empecilhos ou inflexibilidades não têm origem, necessàriamente, como se pretende fazer crer de maneira simplória, só no MEC ou no Conselho Federal de Educação.

Consiste a resposta em transferir recursos, principalmente financeiros, para despesas correntes e sob forma de instalações já existentes, dos cursos menos procurados aos mais procurados. Isto significaria transferir recursos e adaptar as instalações respectivas de certos cursos para Medicina e Engenharia, principalmente. (É indispensável acentuar que o sistema dos Institutos centrais, associado ao Vestibular unificado obviaria alguns problemas resultantes dessa simplificação). Tal solução não significa que eu esteja manifestando preferência por um ou outro curso; representa mais uma solução lógica, mas de emergência, visando a resolver um problema premente — o dos excedentes, e encontra apoio no fato conhecido de que as profissões de médico e engenheiro encontram maiores estímulos de mercado sob forma de maior número de empregos melhor remunerados. Por outro lado, maior concentração de esforços e recursos em um número menor de faculdades, devotadas a outras especialidades, aumentar-lhes-ia a eficiência: uma universidade de 1 000 a 3 000 alunos pode e deve *fechar o leque* abrangido por seus cursos mediante adequada programação regional. Isto pode ser feito com grande facilidade entre, por exemplo, as Universidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (incluindo ou não São Paulo) ou as do Nordeste, consideradas em dois ou três grupos.

Vejamos alguns dos óbices que se anteporiam a tais medidas. Não posso crer que o CFE se oponha à redução das matrículas nos cursos menos procurados desde que se vise à ampliação das matrículas nos que o são mais, compensando, ao menos parcialmente, a redução de um lado com a ampliação de outro. As reações surgiriam internamente, nas Congregações, nos Conselhos Universitários ou de Curadores e poderiam ser excessivamente fortes. Poder-e-ia mesmo esperar alguma reação estudantil, de vez que os cursos menos procurados, com não pequena freqüência, o são por candidatos que fracassaram nos vestibulares de Engenharia ou Medicina.

Na hipótese de se conseguir algumas especializações regionais, concentrando recursos humanos, financeiros e materiais em número menor de unidades maiores, provàvelmente sairia mais barato para o Govêrno (e para o País, certamente) manter os alunos da cidade A cujo curso de Matemática, por exemplo, foi extinto, estudando na cidade B com bôlsas-de-estudo, do que tentar manter cursos isolados em ambas as cidades.

Muitas outras medidas dêste tipo, sugeridas por simples princípios de Economia, podem ser adotadas, desde que se disponha de tenacidade para enfrentar as reações que

certamente virão. Mas hoje, mesmo algumas universidades novíssimas, que implantaram desde início o sistema viciado de escolas aglomeradas, típico de nossa estrutura tradicional, estão sem condições para resolver êsse problema.

ESTATÍSTICAS INTERNAS

A análise crítica às conhecidas deficiências das estatísticas universitárias, que exigiu de nossa parte um esfôrço maior de compatibilização das inúmeras disparidades, permitiu, no entanto, que obtivéssemos um resultado altamente positivo. Consistiu na constatação da existência de algumas relações bastante estáveis entre certas variáveis e que permitem programas, mantendo os valôres históricos observados, ou alterar êsses valôres provocando alterações visando a efeitos favoráveis de natureza qualitativa principalmente.

O material estatístico interno às universidades foi, por isso, incomparàvelmente mais rico de conteúdo que as séries históricas que nos permitiram elaborar algumas projeções de procura de graduados em diferentes áreas profissionais.

A principal conseqüência prática de que nossas observações haviam sido corretamente formuladas foi um projeto solicitado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para correção e formulação de um sistema estatístico para as universidades (7).

Esta fonte inesgotável, e até então virgem, de preciosas informações foi que nos levou a afirmar que as Universidades Brasileiras não estavam utilizando as informações de que dispunham sôbre si próprias para, baseadas nelas, elaborarem seus programas de trabalho.

Vale a pena dar uma vista de olhos sôbre êsse material. Consideremos os dois grupos principais de participantes (ou insumos em sentido econômico) no desenvolvimento do processo de formação universitária: discentes e docentes. Sôbre êles há longas séries disponíveis, algumas necessitando adequadas correções (por exemplo, acrescentar outros docentes além dos catedráticos apenas ou eliminar dupla contagem), que permitem observações extremamente úteis.

O corpo discente é extremamente móvel e sua permanência na universidade varia de quatro a seis anos. Por êsse motivo é de interêsse acompanhar o estudante ao longo de sua trajetória em cada curso e em cada turma. Êsse trabalho foi desenvolvido por nós, minuciosamente, curso por curso, em várias turmas completas, nas nove universidades cobertas pela análise. Algumas particularidades dos resultados são apresentadas no *quadro abaixo*.

Estes valôres fornecem, em têrmos percentuais, a relação entre o número de estudantes que abandonou o curso e o número que foi matriculado na primeira série da mesma turma. Foram obtidos pela média geral de todos os cursos para as universidades individuais e pela média de tôdas as universidades para os cursos individuais. Neste último caso, os valôres foram ordenados no sentido crescente para efeito de apresentação. Nota-se então que a maior evasão ocorre na Universidade Federal do Rio de Janeiro (quase 40%) e a menor na de Minas Gerais (cêrca de 20%).

Quanto aos cursos, constata-se uma evasão ínfima nos de Medicina (menos de 4%) e muito alta nos de Economia (cêrca de 47%).

Há muita observação útil a fazer com êstes números, algumas das quais apenas mencionaremos. Evasão elevada pode significar rigor excessivo com os estudantes, assim como, má formação intelectual haurida no curso médio. *Mutatis mutandis* se explica a evasão baixa, destacando-se os cursos de Medicina onde parece haver hoje a melhor seleção, tanto em têrmos de qualificação intelectual quanto de aptidões profissionais. A análise cuidadosa de cada curso individual dá idéia do comportamento de cada turma e qualquer perturbação é logo notada, sendo fácil encontrar sua origem. Os dados parecem indicar, mas não chegamos a comprovar a hipótese, de que tôda vez que a matrícula nas primeiras séries ultrapassa um valor *normal* (na linha de tendência) a evasão aumenta. Isto sugere que não se pode, senão com muito cuidado, elevar ràpidamente as vagas o que faria com que baixasse muito o nível intelectual dos novos ingressantes. Mas, confirma talvez a hipótese de que o excesso de candidatos seja boa motivação para aumentar as vagas.

As relações apresentam estabilidade suficiente para se poder prever, com razoável grau de precisão, a composição de cada turma, dado o número de alunos matriculados na primeira ou na última série. Uma programação cuidadosa de matrículas, curso por curso, turma por turma, é, então, perfeitamente possível. Êste exercício foi feito no Plano Decenal com as matrículas agregadas referentes a todo o País.

Considerando-se, por outro lado, apenas a relação entre número de graduados e de alunos matriculados em um mesmo ano, podem-se fàcilmente programar também as matrículas partindo da necessidade de profissionais obtida em levantamentos de mercado. Estas relações, que são distintas de curso a curso, apresentam também suficiente estabilidade para tornar úteis, para fins práticos, as previsões necessárias.

Finalmente, as relações entre números de alunos matriculados e de docentes permitem prever a necessidade docente de vários cursos, sob diferentes hipóteses de trabalho. Um plano que visasse à implantação do tempo integral e ao simultâneo aumento de salários e vencimentos a níveis condizentes, poderia ser fàcilmente detalhado a partir destas relações, *sem ser necessário* apelar para comparações com situações prevalecentes no estrangeiro, apesar de que não há mal nenhum em tê-las em mente, como pontos de referência. Vale a pena observar que salários e tempo de trabalho devem convergir para o tempo integral bem remunerado.

UTILIZAÇAO DAS INSTALAÇOES

Em face da precariedade das informações, só nos foi possível obter dados detalhados relativos à área útil disponível para diferentes cursos. Em alguns casos concretos a universidade não dispunha, na Reitoria, de informação sôbre a área ocupada. Isto significa que a administração só pode formular, em tais casos, juízos subjetivos sôbre a capacidade ociosa ou sôbre a insuficiência das instalações.

Apesar de têrmos desejado, não foi possível, em caso algum, colhêr dados detalhados sôbre disponibilidade de laboratórios ou sua densidade de ocupação. Reconhecemos que não é missão tão fácil, principalmente se se desejar avaliar sua utilização em trabalhos docentes. Entretanto, com algum esfôrço adicional e um pouco de imaginação, tais avaliações podem ser feitas nos casos de atividades exclusivas ou, principalmente, docentes.

O importante a destacar é que conhecidas as áreas por aluno matriculado, hoje sendo utilizadas nas unidades mais eficientes, em distintos regimes de trabalho (um, dois ou três turnos diários), que podem ser tomadas como padrão, em caráter preliminar, pode-se programar a utilização mais efetiva do espaço disponível. A partir do mesmo critério, as expansões podem ser projetadas de forma bem mais disciplinada.

Cabe mencionar, também, que os dados já disponíveis permitem que se proceda a uma programação preliminar que deve ir sendo ajustada mediante aproximações sucessivas. O trabalho partiria das unidades primárias (Institutos, Escolas ou Faculdades) e procuraria abranger as universidades, os Estados e as regiões, devendo mesmo cobrir todo o País. Os convênios entre universidades, relativos à especialização de alguma delas em áreas específicas, devem ser estimulados.

PROGRAMAÇAO FINANCEIRA

Desde que se conheçam as instalações disponíveis, a composição das turmas e sua distribuição horária, o número de docentes distribuídos por categorias, é perfeitamente possível a elaboração de programas de trabalho detalhados. A partir dêsses programas a programação financeira, tanto no que se refere a gastos correntes quanto a despesas de capital, pode ser minuciosamente preparada. Que me conste, nada foi feito que se aproxime dêste esquema. A escolha dos cursos é subjetiva, resulta da pressão de algum grupo profissional ou apenas do pretígio que eventualmente possa ser atribuído a um ou outro.

A composição do corpo docente se baseia na idéia de *quadro* de funcionários, com um catedrático e seu acompanhamento, por cadeira e alguns funcionários administrativos com funções nem sempre bem definidas. Cada escola tem uma secretaria e em poucas universidades o serviço administrativo foi centralizado para permitir maior eficiência e custos reduzidos. Também prevalece a autonomia das unidades isoladas para a programação de seus gastos correntes, não havendo, em geral, um almoxarifado central para tal fim (até os impressos chegam a ser encomendados em locais diferentes).

É bem verdade que tem havido algum progresso na área de contabilidade e administração e mesmo em decorrência do advento das imprensas universitárias já surgiu alguma padronização... de impressos.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de nosso trabalho que consistiu em uma análise crítica mas factual da universidade brasileira trouxe também uma contribuição positiva, apesar de preliminar, que consistiu na identificação de algumas variáveis estratégicas e da quantificação de importantes relações entre elas. Isto permite que se possa considerar disponível um ponto de partida para a programação objetiva do ensino superior. Esta foi, ao menos em parte, nossa contribuição positiva para o equacionamento das soluções que estão a afligir tôda a opinião pública brasileira. Muitas destas idéias já foram incorporadas aos Planos Decenal e Trienal. Há ainda um esfôrço considerável a desenvolver, mas o que já se conhece é suficiente para se dar um passo inicial considerável!

NOTA: O País conta com quarenta e sete universidades (talvez já haja mais hoje do que na data a que os nossos dados se referem). São: 21 federais, 14 católicas, 5 particulares, 4 rurais e 3 estaduais.

As escolas superiores (inclusive unidades isoladas) são: Filosofia, Ciências e Letras, 100; Direito, 74; Economia, 69; Medicina, 43; Engenharia, 42; Enfermagem, 40; Odontologia, 34; Serviço Social, 33; Música, 34; Agronomia, 23; Belas-Artes, 19; Farmácia, 17; Química, 14; Biblioteconomia, 9; Arquitetura, 8; Administração Pública e de Emprêsas, 7; Farmácia e Odontologia, 5; Geologia, 3.

A simples enumeração dos cursos e das universidades mostra a existência de algumas distorções evidentes sugerindo a urgência de imediatas providências conducentes a uma programação global do ensino superior.

(1) ERGO — Consultora Econômica e Estatística

(2) **Análise do Ensino de Economia no Brasil** — ERGO, estudo preparado para o Miniplan, IPEA, 1966.

(3) **Análise Econômica das Universidades Brasileiras** — ERGO, estudo preparado para o Miniplan, IPEA, 1966.

(4) **Plano Decenal**: Tomo VI 2 — Educação e Mão-de-Obra

(5) D. Carneiro, Jr. **Análise Econômico-Estatística do Ensino Superior no Brasil**. (Tese apresentada em concurso não realizado e, portanto, não divulgada).

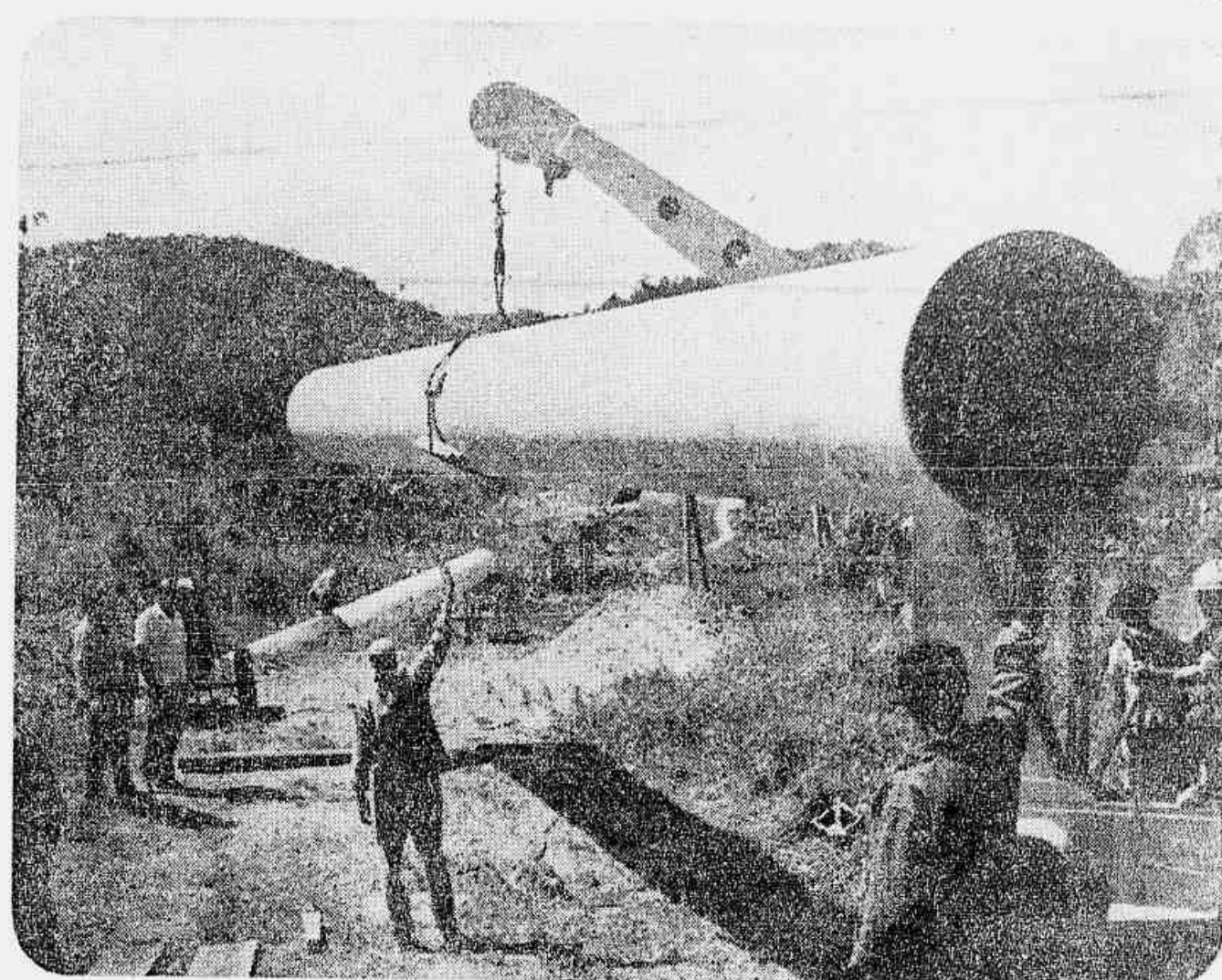
(6) **The Financing of Higher Educations in Africa**, trabalho dirigido pelo Prof. Tinbergen, Roterdã.

(7) **Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras** — ERGO, elaborado para o Conselho de Reitores, projeto CR-9-PT-4.

EVASÃO ESCOLAR POR UNIVERSIDADE E POR CURSO

(Média 1955/64)

(%)

Universidade	%	Curso	%
1 — U.F. Ceará	23,4	Arquitetura	21,4
2 — U.F. Pernambuco	22,4	Engenharia	22,0
3 — U.F. Bahia	28,8	Agronomia e Veterinária	25,3
4 — U.F. Minas Gerais	20,8	Direito	26,0
5 — U.F. Rio de Janeiro	39,7	Química	26,2
6 — Univ. São Paulo	27,7	Nutricionismo	26,5
7 — Univ. Mackenzie	26,1	Geologia	27,6
8 — U.F. Paraná	22,0	Enfermagem	30,9
9 — U.F. Rio Grande do Sul	25,5	Biblioteconomia e Documentação	32,0
		Farmácia	40,5
Cursos		Filosofia (Ciência Básica)	43,3
Medicina	3,4	Filosofia (demais cursos)	44,2
Odontologia	19,1	Economia	46,9

Já estão bem adiantados os trabalhos da nova adutora que terá 9 750 metros de extensão

Juiz de Fora soluciona problema da água para acelerar desenvolvimento

O Prefeito Itamar Franco, de Juiz de Fora, está equacionando os problemas fundamentais da segunda cidade de Minas, com 300 mil habitantes, preparando a infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento econômico. Com a construção da Adutora Menelik de Carvalho e a substituição da rêde de distribuição da cidade, em Juiz de Fora não haverá problema de abastecimento de água pelo menos nos próximos 20 anos.

Em 1934, o Prefeito Menelik de Carvalho, que construiu a atual adutora e reprêsa João Penido, previu a necessidade de nova linha de adução 15 anos depois. Essa previsão confirmou-se na década de 40, agravando-se, a partir de 1950, o problema da água, só agora equacionado pela administração do Município, através de convênio com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e financiamento do FISANE — Fundo de Financiamento para Saneamento e Abastecimento de Água.

A OBRA

A adutora em construção, denominada Menelik de Carvalho em homenagem à memória do Prefeito que em 1934 construiu o serviço de água que até hoje abastece a cidade, terá, da reprêsa João Penido ao reservatório Henrique de Novais, 9 750 metros de extensão, dos quais 1 690 aparentes e 8 060 enterrados, com diâmetro de 800 milímetros e capacidade de adução de 600 litros por segundo.

A Construtora Minas Sul S/A. de Belo Horizonte, que venceu a concorrência pública para realização da obra, iniciou os serviços dia 27 de setembro de 1967, devendo entregar pronta a adutora dia 27 de março de 1969, incluindo, além da preparação do terreno e assentamento dos tubos, ligação entre a barragem existente e a caixa de partida que construirá e obras de arte: Stand Pipe, aquedutos, pilaretes, caixa para ventos e registros e ligação ao reservatório Henrique de Novais.

CUSTO

A Adutora Menelik de Carvalho custará NCr$ 2 milhões (dois bilhões de cruzeiros antigos) ao Município de Juiz de Fora, dos quais NCr$ 400 mil (quatrocentos milhões de cruzeiros antigos) representam doação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. O restante será pago pelo Departamento de Águas e Esgotos do Município, através de financiamento do FISANE.

POLÍTICA REALISTA

Em recente solenidade no canteiro de obras da Construtora Minas Sul S/A, emprêsa de Belo Horizonte, o Prefeito de Juiz de Fora, Sr. Itamar Franco, depois de percorrer os primeiros 400 metros de tubulação assentada, afirmou que a Adutora Menelik de Carvalho "está sendo construída graças à mudança da política de saneamento do Govêrno federal, que substituiu o tradicional sistema paternalista de doação de obras públicas pelo realismo do financiamento através do FISANE, com o qual tôdas as cidades com mais de 40 mil habitantes pagarão seu serviço de água, permitindo que as cidades pequenas, sem viabilidade econômica para empreendimento de tal vulto, resolvam seus problemas através de doação do Govêrno".

DESENVOLVIMENTO

O Prefeito de Juiz de Fora, Sr. Itamar Franco, entende que com a solução do abastecimento de água, além de melhores condições de vida para a população, Juiz de Fora disporá de infra-estrutura capaz de permitir o aceleramento de seu desenvolvimento, podendo atrair novos investimentos, principalmente no setor industrial que deu fama ao Município mas desenvolveu-se modestamente nos últimos anos e agora apresenta sinais de maior desenvolvimento, graças ao estabelecimento de melhores condições de infra-estrutura.

LEVANTAMENTO RETRATA CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

O Prefeito de Juiz de Fora, Sr. Itamar Franco, recebeu da SPLAN — Sociedade de Pesquisas e Planejamento — o relatório preliminar do levantamento sócio-econômico de Juiz de Fora, o primeiro realizado em Minas Gerais.

O levantamento custou NCr$ 100 mil (cem milhões de cruzeiros antigos) e foi pago com verba doada à Prefeitura de JF pela Confederação Nacional da Indústria, sendo um retrato em números e palavras de todos os setores da Cidade, revelando a posição de liderança de Juiz de Fora na região denominada Zona da Mata de Minas.

O MUNICÍPIO

Com 2 014 quilômetros quadrados, o Município de Juiz de Fora ocupa 5% da área da Zona da Mata de Minas. Em 1960 foi considerado o 21.º do País, incluídas as capitais estaduais, e tem 91 habitantes por km2, enquanto o Estado de Minas acusa o índice de 17 habitantes por km2.

A população de JF foi estimada em 126 989 habitantes em 1960, hoje elevada a quase 300 mil. 70% residem na sede do Município, havendo predominância de mulheres: 51%. Dos viúvos, 81% são mulheres. A Cidade apresenta bom índice de alfabetização: 64%, contra 38,2% do Estado. Em 1964, 72% de suas crianças freqüentavam escolas.

CENTRO REGIONAL

Vila em 1853 e cidade em 1856, Juiz de Fora mantém desde o comêço a liderança da Zona da Mata, sendo considerada importante centro regional. Sua liderança na economia cafeeira, primeiro, depois como centro coletor da produção leiteira da região fêz de JF a cidade líder da vida rural regional.

A imigração do fim do século passado, quando em 1893 JF possuía 2 276 estrangeiros, principalmente alemães e italianos, contra apenas 1 806 hoje, a construção da Estrada União e Indústria e da ferrovia consolidaram a posição do Município, que se industrializou e se equipou para a prestação de serviços de tal sorte que a conclusão do levantamento sócio-econômico afirma que "o nível do equipamento de Juiz de Fora em serviços equivale ao de uma capital de um pequeno Estado e, em têrmos macrorregionais, só fica a dever ao Rio e a Belo Horizonte".

COMUNICAÇAO

A boa situação de Juiz de Fora como centro de comunicações, em meio ao Rio e a Belo Horizonte, facilitou o seu desenvolvimento, embora o aparecimento da Rio—Bahia tenha contribuído para pequeno desvio de JF como eixo de vasta região. O levantamento aponta como urgente, para maior desenvolvimento, a ligação com o oeste, o que faz de JF a principal cidade a reivindicar a imediata construção da BR-267, que a ligará ao Sul de Minas, partindo de Campos, RJ, e morrendo em Araraquara, SP.

EDUCAÇAO

No setor educacional, JF é líder absoluta da Zona da Mata de Minas. A rêde primária do Estado e Município conta cêrca de 100 escolas, avultando o ensino médio, liderado pelos tradicionais estabelecimentos Instituto Granbery, Academia de Comércio e Machado Sobrinho. Mais duas dezenas de colégios de grau médio garantem matrícula a perto de 20 mil estudantes, destacando-se a rêde da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos que, em conseqüência de convênio celebrado ano passado com a Prefeitura Municipal, construirá 4 ginásios por ano em JF.

A Universidade Federal, com as Faculdades de Direito, Medicina, Ciências Econômicas, Engenharia, Farmácia e Odontologia, Filosofia (8 cursos e o Ginásio de Aplicação João XXIII) e o Curso Técnico Universitário, ensina a mais de 3 mil estudantes e está começando a construção da Cidade Universitária.

MEDICINA

Juiz de Fora presta, com mais de uma dezena de clínicas e hospitais, assistência médica à Zona da Mata de Minas, a algumas cidades do oeste e às populações mais próximas do Estado do Rio. A Agência local do INPS também atende à região, o que explica o grande movimento de passageiros nas linhas de ônibus, fazendo circular na Estação Rodoviária 6 mil pessoas por dia.

ESTRUTURA AGRÁRIA

No Município de Juiz de Fora há 1 200 estabelecimentos agrícolas em 160 429 hectares, representando 20% do total da Zona da Mata, que tem 5% de sua área ocupada por estabelecimentos agropecuários, índice que se eleva em Juiz de Fora a 30%.

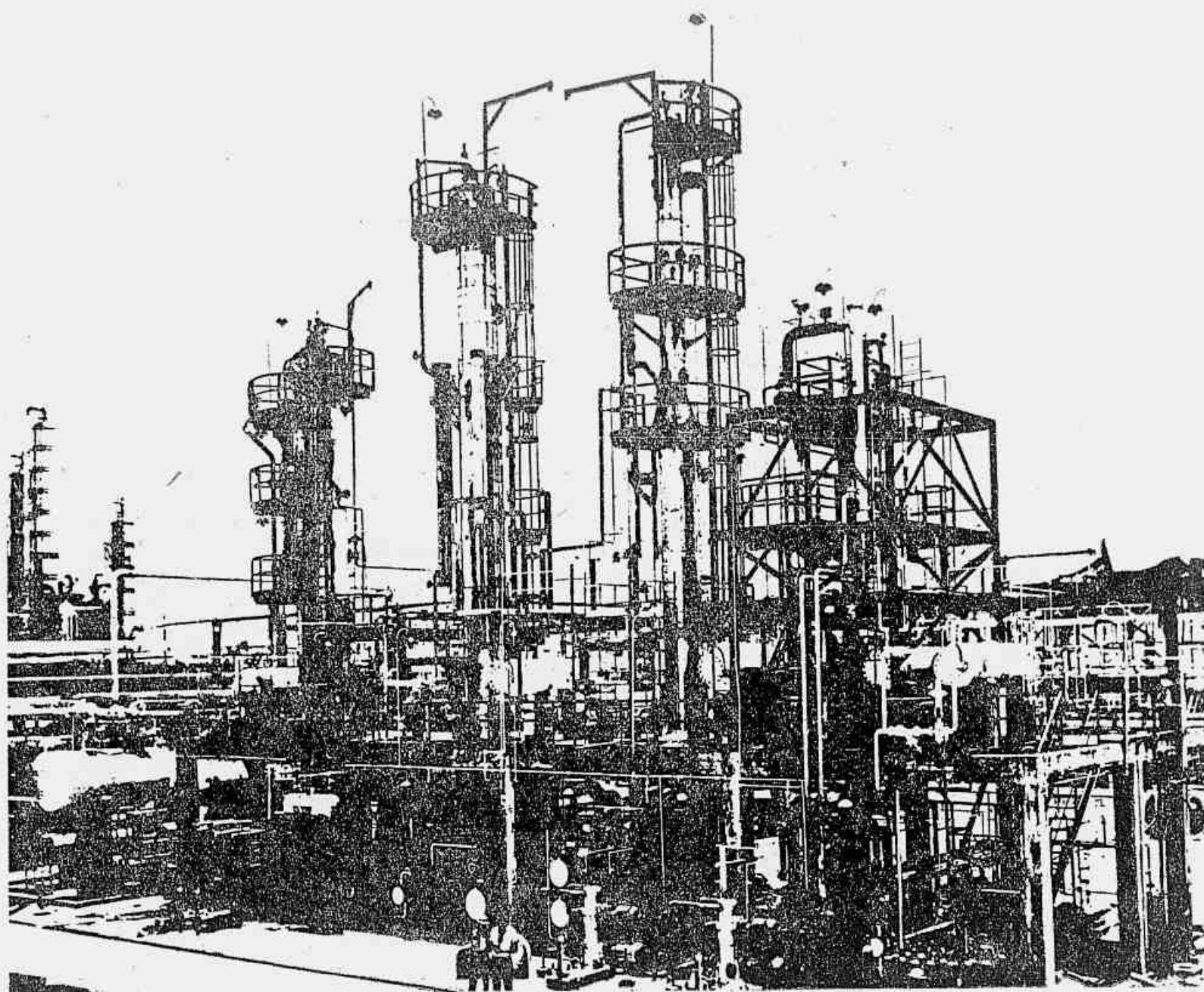
Em lavouras, JF tem 6,4% de sua área rural, superior ao índice estadual, de 6,2%, mas inferior ao da Zona da Mata, de 10%. 51% das propriedades têm de 10 a 100 hectares, 36% de 100 a 1 000 hectares (73% da área rural) e 12% têm menos de 10 hectares, chegando a preocupar a fragmentação da propriedade rural, onde começam a aumentar os sítios de profissionais liberais, comerciantes e industriais, embora 84% da área estejam aproveitados.

INDÚSTRIA

As atividades industriais são o forte da economia do Município, onde se destacam as indústrias têxteis, alimentares, curtumes, malharias. Após 1960 houve uma retomada de crescimento do setor têxtil em JF, superior ao da indústria de alimentos, papel, papelão e bebidas, mas inferior ao de artigos de couro e peles e ao da indústria mecânica. Para isso concorreram os esforços de modernização, apoiados na existência de fontes nacionais de suprimento de maquinário novo necessário.

PLANO DIRETOR

O Prefeito de JF, Sr. Itamar Franco, pretende, completado o levantamento sócio-econômico, criar uma Assessoria do Plano Diretor da Cidade, para o que conta com o apoio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, órgão do Ministério do Planejamento.

Desenvolvimento fluminense tem planejamento a prazos médios

Niterói (Sucursal) — Objetivando contribuir para o desenvolvimento da população fluminense — através do aumento significativo da disponibilidade de bens e serviços a essa população — decidiu o atual Govêrno fluminense elaborar sua programação administrativa segundo um sistema de planejamento a médio prazo.

A decisão — imperativo, hoje, da própria Constituição Federal que exige o sistema de orçamento-programa plurianual — possibilitou ao Govêrno um conhecimento amplo dos problemas estaduais, dos recursos com que conta o Estado e sua projeção, resultando numa disciplina interna adequada à frutificação de sua presente capacidade de realizar, mas, também, profícuo diálogo com a União, estabelecendo uma sistemática de reivindicações estaduais em adequamento com os planos e programas nacionais.

DESENVOLVIMENTO

O Governador Jeremias Fontes já anunciou o propósito de "abrir o Estado do Rio aos investimentos nacionais e internacionais", contando, com base de seu programa de ação, com as possibilidades estaduais — localização geográfica no eixo mais desenvolvido do País (Rio—São Paulo), sede das principais indústrias de base e facilidade de mão-de-obra pela grande concentração demográfica.

Entre as medidas já adotadas — a par do planejamento integrado — o Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A., com pouca capacidade operacional até o início do último ano — vem realizando um programa de expansão, com aumento considerável de depósitos, abertura de novas agências e, principalmente, com "nôvo conceito para aquêles que dependem do organismo de crédito para desenvolver suas atividades de produção de riquezas para o Estado do Rio".

MEDIDAS NOVAS

Em fase de elaboração encontra-se o anteprojeto de criação do Banco de Desenvolvimento, que atuará inclusive na área internacional conseguindo financiamentos que servirão de repasse, para o desenvolvimento do parque industrial do Estado, terceiro em grandeza, atualmente, em todo País. A criação do Banco de Desenvolvimento será apreciada, ainda êste mês, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio.

SETOR PRIMÁRIO

Embora com boa potencial industrial o território fluminense tem sido, através dos anos, reconhecido como de valor agropecuário, razão pela qual, na atual administração, procura-se valorizar o trabalho no setor primário da economia, facilitando o sistema de empréstimos para o pequeno, médio e grande produtor, ao mesmo tempo em que se procura garantir, pela criação do veículo de comercialização, a colocação do produto.

Utilizando-se de métodos já empregados na Europa, nos centros de grande densidade demográfica, o Govêrno fluminense partiu para um programa de criação dos Centros de Abastecimentos, sendo que, o primeiro, a ser localizado na região Niterói-São Gonçalo, já se encontra na fase de viabilidade econômica, enquanto o segundo, na Baixada, já está com área escolhida e para desapropriação.

Os Centros de Abastecimentos, com financiamento garantido pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento — BID — serão grandes centros de comercialização da produção rural, contando com armazéns, frigoríficos, agências bancárias e tôda a aparelhagem indispensável à conservação e revenda dos produtos originários do interior do Estado do Rio.

INDÚSTRIA

Mesmo sem contar, ainda, com um Banco de Desenvolvimento, no último ano, através da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado — CODERJ — a iniciativa oficial beneficiou 63 emprêsas, resultando num montante de financiamento superior a NCrS 6 milhões, o que representa a implantação de novas indústrias nas diversas regiões estaduais.

Utilizando, ainda, a produção do setor primário da economia fluminense, o Govêrno, em convênio com a Dinamarca, nos próximos 18 meses, colocará em funcionamento uma Usina de Leite com capacidade de industrialização de 200 mil litros diários, numa linha de manteiga, queijo, iogurte etc. O sistema Cooperativo vem sendo incentivado como meio de valorização da atividade nos pequenos municípios.

FINANCIAMENTO

Durante o ano de 1967, a CODERJ recebeu 28 novos pedidos de financiamento que, acumulados aos recebidos no ano anterior, elevou a 63 o número de projetos que deram entrada naquela Companhia de Investimento, dos quais 53 foram analisados, 22 aprovados e 9 se encontram em fase de análise, valendo ressaltar, que dos 22 aprovados, 20 foram contratados no decorrer do ano.

O volume de aplicações com recursos próprios e de terceiros, possibilitou inversões globais da ordem de NCrS 6 756 230,93, em que a CODERJ participou com 20,3%, ou seja, NCrS 1 374 641,91. Paralelamente, o FIPEME e o FINAME participaram com 11,8 e 3,7% respectivamente, enquanto o BNH contribuiu com 37,6%.

A diversificação espacial permitiu que vários municípios fôssem beneficiados, cabendo a Campos a liderança na apropriação dos recursos, cujo montante se elevou a NCrS 3 434 000,00 derivados preponderantemente de repasse do BNH. A seguir, Petrópolis e Caxias conseguiram carrear maior volume de recursos, cabendo ao primeiro, NCrS 1 168 344,10 e ao segundo, NCrS 679 160,00. Em menor escala de participação, situam-se, Nova Iguaçu, com NCrS 577 648,61; Itaocara com NCrS 98 592,81; Niterói com NCrS 61 830,78; Nova Friburgo com NCrS ... 47 822,64 e São João da Barra com NCrS 15 017,56.

Igual propósito teve a CODERJ em relação aos setores contemplados. Sete ramos da atividade industrial tiveram seus projetos aprovados, destacando-se o de minerais não metálicos com 52,8% do total investido, seguindo-se o de produtos alimentares com participação de 38,6%. Os demais setores, isto é, borracha e plásticos, metalurgia, gráfica, mecânica e extração mineral, absorveram os 8,6% restantes.

O acêrto das atividades da CODERJ é demonstrado, desde que comparemos os investimentos realizados pela emprêsa em 1966 e em 1967 com os investimentos globais respectivos. No primeiro ano, para um investimento de NCrS 2 731 504,26, a CODERJ carreou recursos da ordem de NCrS ... 1 484 920,76, enquanto que no segundo, para um investimento de NCrS 1 374 641,91, verificou-se um carreamento de recursos de terceiros da ordem de NCrS 5 381 589,02.

Mais sucintamente, diríamos que o fator multiplicador de 1966, que era de 1,54 alcançou 4,91 em 1967, ou em outros têrmos, que a produtividade dos recursos do Govêrno destinados a investimentos, sob a égide da CODERJ, aumentou em mais de 300%.

Com a nova estrutura administrativa que o Estado vem desenvolvendo, através da criação de outros órgãos de planejamento e incentivos ao desenvolvimento econômico, caberá à CODERJ o papel de intermediário financeiro. A possibilidade de obter recursos fora do Tesouro do Estado, de fundos especiais, de poupanças privadas, de resíduos de Impôsto de Renda e de Instituições Internacionais, será sem dúvida, à semelhança do que tem acontecido noutras unidades da Federação, a mola mestra do desenvolvimento econômico fluminense.

Deve-se notar que o montante de financiamentos da CODERJ — com real valor para a expansão do parque industrial — será multiplicado com a criação do Banco de Desenvolvimento e a possibilidade de repasse internacional. A CODERJ continuará o seu papel de emprêsa financiadora jogando, no entanto, com maiores recursos o que garantirá maiores possibilidades à iniciativa privada.

UMA FILOSOFIA

O Estado do Rio de Janeiro, por seus setores oficiais, desperta, agora, para a importância da iniciativa privada dentro do desenvolvimento, firmando, como filosofia de seu plano, a não competição com aquêle setor, mas, acima de tudo, a intercolaboração, com medidas infra-estruturais para capacitá-la, a médio prazo, a um programa de expansão que permita o crescimento da renda interna estadual.

É bom que se note que o programa de construção dos chamados parques industriais, nas proximidades das grandes indústrias de base — Volta Redonda e Cabo Frio, por exemplo — darão aos investidores não o estímulo de menores impostos, mas a certeza de que, por baixo preço operacional, a sua atividade de indústria encontrará tôdas as condições de expansão, com mercados próximos e garantidos.

HISTÓRIA

O Estado do Rio de Janeiro teve papel preponderante no período de colonização, porque, por seu território, na demanda das Minas Gerais, os desbravadores seguiam a caminho das riquezas da terra, retornando e encaminhando, pelos portos de Cabo Frio e Parati, ou ainda pelo próprio pôrto do Rio de Janeiro, o ouro e os minérios para o exterior.

Café e caña-de-açúcar foram ciclos de ouro para a economia fluminense, que, a partir do declínio dos dois produtos, sofreu a estagnação econômica motivada pela implantação da agropecuária, hoje com excesso de produção, por falta de veículos de comercialização.

A RENDA INTERNA E SUA EVOLUÇÃO

A renda interna do Rio de Janeiro passou a preços correntes, no período de 1947 a 1964, de seis para mais de setecentos milhões de cruzeiros novos. Comparando-se com a renda interna do Brasil, constata-se que a participação do Estado vem apresentando tendência ascensional, passando de 4,3% em 1947 para 4,9% da renda gerada no País em 1964. Em média, essa participação situou-se ao nível de 4,5%.

Já, o produto real fluminense comparado ao produto interno do Brasil no mesmo período, não apresenta igual otimismo, uma vez que passou de 4,3% no início para 4,5% no final, registrando um declínio bastante significativo em 1961-1962, quando caiu para 3,9%. Conclui-se daí que a renda gerada no Estado do Rio vem apresentando crescimento sustentado no tempo, a uma taxa pouco superior àquela verificada para o País como um todo. Assim é que, enquanto o Brasil crescia no período 1947-1964 a uma taxa anual de 4,9%, o Estado do Rio mantinha a taxa média de 5,1% no crescimento do seu produto real.

A renda **per capita** estadual vem aumentando a, aproximadamente, 1,2% ao ano inferior, portanto, a do Brasil (1,7%), em virtude de a taxa de crescimento demográfico fluminense ser mais alta do que a brasileira (3,9 e 3,2% respectivamente).

ANÁLISE DA RENDA INTERNA, SEGUNDO SUA ORIGEM

Analisando-se a renda interna fluminense, observa-se que ela se encontra relativamente bem distribuída entre os setores primário, secundário e terciário. Enquanto o setor primário e o secundário geram aproximadamente 30% da renda, cada um, o setor terciário contribui com 40%, divididos entre serviços e Govêrno. Essa diversificação na geração da renda, evitando que um setor apenas seja responsável pela sustentação do crescimento global do Estado, certamente colabora para que a economia do Estado, como um todo, apresente um desenvolvimento contínuo e independente de crises que eventualmente atingem um ou outro setor, o que, geralmente, não acontece com a maioria dos Estados brasileiros.

A agricultura vem mantendo sua participação ao nível de 27% em relativa estabilidade. Apresentou sua participação mais elevada (29%), nos anos de 1949 a 1960, atingindo seu nível mais baixo em 1963 (22,5%). Dentro do setor, nota-se que a produção animal e derivados participam com maior intensidade, enquanto que as lavouras decrescem ligeiramente.

A indústria apresenta uma tendência ascendente, passando sua participação na renda interna de 24% em 1947 para 27% em 1964. Em 1954 registrou sua maior contribuição, que foi de 30%.

Por outro lado, o setor de serviços vem apresentando perdas na sua posição relativa, em favor do Govêrno e da indústria. De 41% em 1947, caiu para 29% em 1964, ao passo que a participação do Govêrno mais do que dobrou no mesmo período passando de 8 para 17%.

MODERNIZAÇÃO

O Govêrno fluminense, com base nos dados diagnosticados de sua economia, partiu, também, para um programa de modernização dos seus serviços, ao tempo em que conseguia junto ao Ministério do Planejamento a constituição de um Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Açucareira, responsável pela economia do maior município do Estado — Campos — base da economia de todo o Norte do Estado.

A modernização da máquina administrativa — que não sofria qualquer reparo desde a redemocratização do País — procura reduzir o alto custo operacional do serviço público, que vinha deixando, apenas, 2,3% para investimentos, o que impossibilitava ao Estado a execução de qualquer grande programa de realizações.

O HOMEM

O homem também não foi esquecido dentro do Planejamento Integrado do Govêrno, porque, nos setores de Saúde Pública e Educação e Cultura desenvolve-se, em todo o território do Estado, uma campanha de preparação para o desenvolvimento. A média de 0,5 leitos hospitalares por mil habitantes está sendo elevada pela construção de leitos junto ao Postos e Centro de Saúde e pela ampliação dos hospitais existentes.

Com a utilização dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação e do Plano Trienal de Educação o Govêrno fluminense, até 1970, eliminará o deficit de salas de aula, que era estimado na casa dos 200 mil alunos sem escolas. Enquanto isso, com o apoio da Cruzada ABC, num programa prioritário, êste ano, 96 mil adultos serão alfabetizados.

INTERMEDIÁRIO

A constatação de que a mão-de-obra especializada era pràticamente inexistente no Estado do Rio, originando dificuldades para as indústrias, levou o Govêrno fluminense à elaboração de um programa de construção dos ginásios dirigidos para o trabalho, cujas primeiras unidades — São Gonçalo e Três Rios — êste ano serão entregues ao funcionamento.

Além disso, em convênio com o MEC, será implantado o programa de formação de mão-de-obra especializada, com cursos intensivos, em unidades volantes, atendendo à necessidade de acôrdo com o tipo de demanda de trabalho. Para os pequenos municípios, sem atividade industrial, desenvolve-se a construção dos artesanatos, uma atividade educacional e rentável.

O FUTURO

O Governador Jeremias Fontes vem procurando um diálogo cada vez mais próximo com os representantes de classes produtoras mostrando que "o Estado do Rio procura novos investimentos, oferecendo, como garantia, suas condições próprias e a certeza de que seu Govêrno não quer perder tempo no século das coisas ultra-sônicas".

Aparelhando o Estado para receber um progresso real espera o Governador mostrar ao Brasil que "os fluminenses já têm consciência da necessidade de progresso, encontrando nêle o único veículo que leva à verdadeira justiça social". O empresariado fluminense atendeu ao chamado do Govêrno e vem ajudando-o a encontrar o caminho do desenvolvimento.

Ò desafio brasileiro

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
Superintendente do IPEA

"Se deres um peixe a um homem, êle se alimentará uma vez. Se o ensinares a pescar, êle se alimentará a vida inteira" — Kuan Tzu

O Desafio Americano, de Servan-Schreiber colocou dramàticamente o problema do confronto entre a emprêsa americana e a emprêsa européia, na Europa de hoje. E, no mesmo passo, do hiato entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Hiato em que o autor acentua notadamente as dimensões econômico-financeira e tecnológica, e em que o debate recente salienta a dimensão "organizacional".

Por fácil associação de idéias, fica-se tentado a explorar, numa nota esquemática, a natureza do desafio brasileiro, nas dimensões econômica e tecnológica. O problema foi colocado, principalmente, em *A Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectivas* e no documento da Estratégia do Plano Trienal. A questão fundamental é: como sair do círculo vicioso de uma tendência a insuficiente ritmo de crescimento em que se vem debatendo a economia brasileira, a partir de 1962?

A análise pode ser conduzida através de duas indagações:

a) quais os principais fatôres determinantes da perda de dinamismo ocorrida na economia brasileira, que de uma taxa média de crescimento do produto global de 6,1% no período 1948/61, passou a uma taxa média de 3,3% no biênio 1962/1963;

b) qual a causa das reduções periódicas no nível de atividade verificadas no período 1964/1966, a despeito do esfôrço de retomada de desenvolvimento então realizado.

Quanto à primeira indagação, na perspectiva adequada a esta avaliação, deve ser destacada a perda de substância do modêlo de crescimento industrial do após-guerra. Modêlo que apresentou grande dinamismo, permitindo à indústria brasileira crescer em têrmos reais de 194% num período de 12 anos (1950/61); e que se baseou essencialmente na substituição de importações.

Oportunidades amplas de substituir importações haviam permitido ao produto industrial crescer mais ràpidamente que o produto interno e a renda disponível. O estímulo ao setor industrial dependia muito menos do valor do coeficiente de importações (que era baixo no Brasil) do que da *dimensão absoluta* do mercado interno. E altas taxas de rentabilidade na indústria resultaram dessa reserva de mercado, conjugada com os amplos incentivos da política de Govêrno e a disponibilidade de oferta elástica de mão-de-obra.

Ao mesmo tempo em que representou, sem dúvida, uma *alternativa de estratégia econômica de grande dinamismo*, aquêle processo passou a arrefecer, na altura de 1962/1963. E tal arrefecimento foi agravado por fatôres que não permitiram ao processo assumir um caráter autopropulsionado. Tais fatôres foram, principalmente:

a) o crescimento excessivo das diferenças setoriais de produtividade, sem que o aumento extremamente rápido da produtividade industrial se transmitisse consideràvelmente aos demais setores, através dos preços relativos;

b) a absorção relativamente lenta de mão-de-obra, resultante do quadro exposto;

c) a proteção excessiva a certas áreas, permitindo a permanência de formas de mercado ineficientes;

d) o superdimensionamento de certos ramos e emprêsas;

e) a difusão excessiva do processo, levando a uma diversificação além do racional e à produção de certos componentes, que acarretam elevações de custos substanciais nos produtos finais.

A conjugação dêsses fatôres significou uma limitação de mercado que conduziu ao mais rápido arrefecimento do modêlo baseado na substituição de importações. Em conseqüência, o crescimento industrial passou a depender principalmente, não mais da dimensão absoluta do mercado interno, mas da *taxa de expansão do mercado* interno e externo.

A resposta *à segunda indagação*, está ligada ao debilitamento da emprêsa privada, em conseqüência particularmente do contrôle de demanda e da correção de distorções associados à política desinflacionária, ainda que gradualista, executada no período 1964/1966.

Se é verdade que certos aspectos do diagnóstico ainda precisariam ser mais bem analisados, na continuação da pesquisa, o que é crucial agora é partir para uma definição do *que* fazer e *como* fazer. Em suma, definir uma estratégia. E que exigir dessa estratégia? Vejamos:

a) que ela represente uma saída viável, no médio prazo, do círculo vicioso a que nos referimos;

b) que seja capaz de produzir um impulso para taxas de crescimento da ordem de 6% ao ano;

c) que tenha auto-sustentação.

A saída é, òbviamente, no sentido da criação do mercado de *massa*. Mas — e daí? Daí a necessidade de um primeiro passo, que consistirá na armação de um "bloco de setores dinâmicos" (indústria, grande porção da agricultura e infra-estrutura), que se atendam recìprocamente nos aspectos de demanda e oferta de *insumos*. Êsse *bloco*, mais amplo que aquêle no qual repousou o processo de substituição de importações, tanto na dimensão setorial como regional, é que deverá permitir progressivamente a expansão de mercado, com uma abertura para o exterior através da intensificação das exportações.

Isso implica diversificação das fontes de dinamismo, de uma única linha básica (substituição de importações, até há pouco) para três ou quatro (os setores do *bloco* integrado), a fim de tornar exeqüível a taxa média de 6%. Isso só se alcançará com taxas ainda bem elevadas de crescimento industrial (7 a 8%) e taxas de crescimento agrícola e de infra-estrutura superiores às da média do pós-guerra.

Não é esta a oportunidade de uma discussão ampla dessa estratégia, notadamente quanto às suas implicações para o crescimento dos setores e para o uso dos instrumentos de ação (políticas fiscal, monetária e de balanço de pagamentos, principalmente). Mas será necessário, pelo menos, indicar como colocar em funcionamento êsse mecanismo, pela apresentação das linhas de ação a desenvolver. Do ponto-de-vista dos fatôres autônomos, a orientação a adotar será no sentido de, sem aumento da participação do Govêrno no produto (participação medida pela relação despesa pública consolidada/PIB), aumentar a eficiência do setor público, para redução de custos reais e aumento da participação do investimento público na despesa governamental. A programação de investimentos nas *Áreas Estratégicas* obedece a essa diretriz.

Do ponto-de-vista da aceleração do desenvolvimento industrial; principalmente, procurar-se-á atuar sôbre os fatôres de que depende a rentabilidade dos setores cuja produção e investimento se deseja intensificar. Tais fatôres se concentram, de um lado, na expansão de mercado, e de outro na redução dos custos industriais. Quanto a esta última, impõem-se medidas destinadas a elevar a produtividade industrial (modernização de indústrias, política de tarifas), a reduzir os custos de matérias-primas básicas, a reduzir custos financeiros e, quando possível, a carga tributária (de forma direcionada), a proporcionar programas de treinamento de mão-de-obra, a racionalizar a política de componente importado. No tocante à ampliação de mercado, segundo já indicado, ganham prioridade as medidas destinadas a aumentar a produtividade da Agricultura e outros setores, a explorar de forma mais adequada a dimensão geográfica do mercado industrial, a expandir o financiamento dos bens de capital, a incentivar as exportações e promover a substituição de importações ainda exeqüível, econômicamente.

Nessa visão de conjunto, fica evidente a significação do progresso tecnológico, seja quanto aos setores de mais baixa produtividade (agricultura, notadamente), seja quanto à própria indústria. O desafio que se lança, em relação a esta última, é no sentido de passar da fase de *substituição de importações* para a de *substituição de tecnologia*. Em particular, será importante adaptar a tecnologia às nossas necessidades, em têrmos de dotação de fatôres e preferência do consumidor, para que realmente se evolua no sentido da expansão do mercado interno. Daí é um passo para a definição da Educação como instrumento poderoso de preparação de recursos humanos e do quadro institucional indispensáveis à evolução tecnológica.

Procurou-se, até aqui, sugerir linhas de atuação. A etapa seguinte é a de sua elaboração operacional, em têrmos de políticas instrumentais e de programas e projetos, na área pública e privada. O Plano Trienal procurou avançar consideràvelmente nessa programação concreta. Que se passe, então, à execução, enquanto se aprofundam certos aspectos da estratégia, e se definem melhor os instrumentos. Já existe, efetivamente, um programa de Govêrno, elaborado com a preocupação permanente de fazê-lo exeqüível para a implementação, dentro do quadro institucional brasileiro. É chegado o momento do nôvo desafio, igualmente vital: o de fazê-lo acontecer. Para isso deve-se promover a grande mobilização social de que o País necessita.

O Sr. João Amado Réquia, experiente planejador de emprêsas e homem de negócios, quando fazia suas declarações ao Jornal do Comércio, *nos escritórios da Ficrei S.A., à Avenida Borges de Medeiros. Sua entrevista aborda, com autoridade, importantes aspectos da problemática financeira nacional e estadual*

O Govêrno só deve emitir títulos para suas obras

"O público deveria participar do capital das emprêsas. Mas não participa, a não ser em pequena escala. E não participa, também, porque nossas organizações não são rentáveis. Pagam dividendos que não oferecem nenhum atrativo."

As declarações foram formuladas pelo economista João Amado Réquia ao **Jornal do Comércio**.

Além de economista, professor universitário, experiente planejador de emprêsas financeiras (dentre as quais a Ficrei S/A., situada em 6.º lugar dentre os grupos que mais cresceram no País, em 1967), o Sr. João Amado Réquia (Presidente, ainda, do Montepio da Brigada Militar) manteve uma interessante palestra com a reportagem, respondendo com objetividade e clareza a uma série de perguntas sôbre a problemática financeira nacional e estadual.

Prosseguindo em seus comentários sôbre por que o público investe pouco em ações, afirma o Sr. João Amado Réquia:

"As emprêsas, na sua quase totalidade, não remuneram o capital. Os principais inversores compram ação com fins especulativos. Compram e vendem a curto prazo, quase nunca a longo prazo. Além do mais, até há pouco tempo, existiam emprêsas fantasmas, onde o público foi ludibriado. Grandes inversões foram feitas em organizações que nunca iniciaram suas atividades. Isso afastou a poupança do investimento. É, portanto, uma questão de confiança, é preciso dar, para receber.

É preciso que se diga também que poucas são as sociedades que podem pagar uma renda fixa superior à inflação. Os dividendos, normalmente, são inferiores a 18%. Quem pode pagar mais não vai ao mercado. As emprêsas de capital aberto não oferecem vantagem maior a não ser vantagens fiscais.

As reavaliações compulsórias têm prejudicado o mercado de ações, porque dão anualmente uma correção que se reflete nos preços. Por essa razão, a cotação das ações das grandes emprêsas baixam nos pregões das Bôlsas de Valôres: aumenta o número de ações no mercado para os mesmos tomadores.

Nas nações de economia líder as ações pagam altos rendimentos. Nelas o povo tem ações. Os Fundos de Investimentos Fiscais, criados pelo Decreto 157, entre outras vantagens têm fins lucrativos. Os tomadores, vendo o lucro que as ações em boas emprêsas oferecem, podem continuar no futuro a inverter, levados pelos resultados. Não há nação desenvolvida sem uma sólida organização de emprêsas particulares, bem estruturadas, tècnicamente aparelhadas e com grandes recursos financeiros próprios. Para desenvolvermos nosso mercado de ações é necessário: 1.º — que existam melhores e mais arrojados estímulos fiscais; 2.º — que os dividendos pagos sejam superiores à inflação; 3.º — que as Bôlsas de Valôres e os Bancos de Investimentos, através de uma campanha esclarecedora, ofereçam condições para o público investir."

CAMPOS DE ATUAÇÃO

— Há quem julgue existir no campo financeiro, confusão nas áreas de atuação das financeiras, bancos etc. Como há, igualmente, quem julgue ser excessivo o número de financeiras que operam atualmente. O Sr. João Amado Réquia responde:

— Não há confusão alguma. Grupos interessados em tirar melhor proveito para suas organizações tentam a confusão. Senão, vejamos: os bancos comerciais atuam em prazos que vão até quatro meses. As Companhias de Investimentos de seis a 24 meses. Os Bancos de Investimentos acima de um ano. Existe um espaço em branco entre quatro e seis meses: essa área devia ser ocupada pelas financeiras.

A divisão ideal de áreas seria, em nosso entender, a seguinte: — Bancos Comerciais, até 120 dias; Financeiras, de 120 a 360 dias; Bancos de Investimento, acima de 360 dias.

Quanto à segunda parte da pergunta, nos parece que existem poucas financeiras operando no País. Essas instituições não são adversárias. São irmãs de um mesmo ideal e têm um objetivo comum: o engrandecimento do País, através do crédito, que é o instrumento de trabalho. Nos EUA existem mais de seis mil instituições financeiras. Aqui não temos ainda trezentas.

ÁREAS DAS FINANCEIRAS

"As Financeiras — explica o economista João Amado Réquia — não teriam condições, em nosso entender, de operar exclusivamente com o crédito ao consumidor. Necessitam financiar o capital de giro da indústria e comércio sob pena de reduzir, substancialmente, sua capacidade creditícia. O crédito ao consumidor não é suscetível de grande ampliação. O consumo depende do poder aquisitivo, do consumidor, que decresce à medida que o custo de vida aumenta. O crédito direto ao consumidor não modifica em nada a situação econômica dos vendedores, nem o limite de risco coberto pelas garantias que podem oferecer. É necessário existir uma precaução contra o otimismo exagerado que pode levar a uma aplicação perigosa e descontrolada do crédito a ser concedido.

A única faixa que vem sendo ampliada é a de financiamentos para compra de veículos. Essa modalidade tende para a saturação, pois as financeiras estão lançadas para essa modalidade de crédito.

Cremos que as autoridades monetárias, dentro em pouco, fixarão uma política definitiva nesse setor, o que será do maior interêsse para o mercado de capitais."

AS LETRAS DO TESOURO

Sôbre a emissão de Letras do Tesouro e se as mesmas perturbam o mercado financeiro, contesta o entrevistado:

— Como tôdas as coisas, existem interêsses subalternos. Uns são contra, outros a favor do Govêrno. Alguns querem prestigiar o poder público, outros desprestigiá-lo. As Letras do Tesouro podem perturbar ou não o mercado. Quando oferecem rendas superiores às correntes no mercado, o perturbam realmente. Caso sejam iguais às fluentes, como ocorre atualmente, não influem. O público tem, no caso, mais confiança num título que oferece uma emprêsa particular do que aquêle licitado pelo Govêrno. Uma financiadora, não pagando uma letra exatamente no dia do vencimento, cabe recurso ao Banco Central e o título será fatalmente pago. Caso não seja paga uma Letra do Tesouro, onde reclamar? Nos países mais adiantados, os governos emitem títulos numa proporção vinte vêzes superior ao papel moeda em circulação; aqui não temos 30% do meio circulante. Criamos, para atender às crises monetárias, a duplicata e a letra de câmbio e nunca mais se encontrou melhor solução. Estamos sempre em estado de emergência. Os investidores estrangeiros, nos seus países, investem com grande confiança em títulos do govêrno e recebem rendas compensadoras. Quando devem investir em entidades particulares, compram ações nos Bancos de Investimentos ou entidades similares. Isso pôsto, somos daqueles que entendem estar, no futuro, reservado às instituições financeiras, o papel de reguladoras e distribuidoras dos títulos do govêrno, entre as funções mais importantes. Para isso, elas necessitam estar altamente capitalizadas e auxiliadas por poderosa rêde de distribuição. O Govêrno só deveria emitir títulos para realizar obras. Nunca para pagar funcionários ou letras que estejam vencendo. No momento em que o Ministro e os Secretários da Fazenda se reúnem em Pôrto Alegre, oferecemos estas idéias; na certeza de estarmos semeando a boa semente.

Os títulos particulares e do Govêrno devem estar livremente no mercado, sem medidas drásticas e programas de limitações, para que se estabeleça o nível exato do equilíbrio. O que entrava o desenvolvimento é a inflação de contrôles que não atendem às reais necessidades da conjuntura.

Se quisermos, realmente, plantar os alicerces do nosso crescimento, devemos conhecer as reais necessidades e efetuar mudanças organizadas na estrutura financeira.

Mais cerveja de Minas e São Paulo

No momento em que a fábrica que está sendo construída na Cidade paulista de Pedreiras começar a funcionar, 13,2 milhões de garrafas de cerveja estarão sendo produzidas mensalmente em Minas Gerais e São Paulo, porque a fábrica de Belo Horizonte já terá triplicado sua produção e a de Governador Valadares iniciado seu funcionamento.

Este é o grupo da Companhia Mineira de Cervejas, que há quase três anos começou, com alguns poucos milhões de cruzeiros, uma luta para superar inúmeros obstáculos, principalmente o da concorrência de capital estrangeiro no mercado de consumo. Hoje a CMC — um dos maiores grupos da indústria nacional de cervejaria — leva a tôdas as regiões do País 2,4 milhões de garrafas das cervejas Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto.

Seu capital agora é de 12 milhões de cruzeiros novos, sua técnica de produção da cerveja é exclusiva no Brasil, já possui em funcionamento a Companhia Industrial de Bebidas Vale do Rio Doce — CIBEVAL — em Governador Valadares, com produção inicial de 150 mil caixas de cerveja por mês, e está implantando, em Pedreiras, a Companhia Industrial de Bebidas do Estado de São Paulo — CIBESP — para fabricar, no início, 150 mil caixas de cerveja mensalmente.

TÉCNICA EXCLUSIVA

Tudo foi previsto e planejado para a construção da fábrica de Belo Horizonte. Desde o tipo da água — que iria condicionar a localização da fábrica — até a côr das garrafas. Várias prospecções e análises químicas de fontes de água foram feitas em tôda a área ao redor e dentro de Belo Horizonte. Até que no quilômetro 20 da rodovia que liga a Capital mineira ao Rio de Janeiro, os técnicos encontraram mananciais de água pura e cristalina, que satisfazia plenamente as exigências da técnica de fabricação de cerveja do alemão Manfred M. D. Brandt. Lá foi construída a fábrica.

A sua construção obedeceu aos mais modernos e rigorosos requisitos técnicos de funcionalidade e racionalização do trabalho. Tôda a fábrica foi projetada para funcionar com os mais modernos equipamentos automáticos existentes. De tal forma que o homem apenas fiscaliza e comanda a produção, através de botões.

A técnica de fabricação da cerveja da CMC é de sua exclusividade no Brasil e é ela que consegue uma leveza e um paladar peculiares às Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto. Mantida em sigilo, esta técnica depende diretamente da qualidade da água, da matéria-prima empregada, do tipo do levêdo, da fermentação, do resfriamento e de uma série de pormenores. O lúpulo e o malte, por exemplo, vêm dos principais produtores mundiais.

A FÁBRICA

A fábrica da CMC, no quilômetro 20 da Rodovia BR-135, começou produzindo 80 mil caixas de cerveja, já atingiu a 100 mil caixas e até julho próximo estará fabricando mensalmente 250 mil caixas, ou seja, 6 milhões de garrafas. São 100 funcionários e 500 operários, que, divididos em turmas, trabalham 24 horas por dia.

Na área da fábrica está sendo construído um centro social para os funcionários e familiares e os salários pagos são sempre superiores ao mínimo regional, numa autêntica política de justiça social. Lá existe também uma escola de aprimoramento do pessoal especializado.

A fonte de água tem nascente em terrenos próximos ao da fábrica e sua vazão atinge a cem mil litros por hora. Uma construção circular de concreto e vidro protege o manancial, havendo sido urbanizada e ajardinada tôda a área circundante, para consolidar a proteção à fonte. Por um aqueduto de mil e duzentos metros de comprimento a água é bombeada para um reservatório instalado no alto do edifício de adegas e brassagem, sendo daí distribuída para a fábrica inteira.

O GRANDE MERCADO

São êstes mínimos detalhes, tanto de produção quanto de técnica moderna de administração, que estão permitindo à Companhia Mineira de Cervejas conquistar todo o mercado nacional. As Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto são aceitas em tôdas as camadas sociais de Belo Horizonte, Guanabara, São Paulo, Brasília e em todo o País. Por exemplo, quando o Rei Olavo visitou o Brasil e tomou uma Ouro Fino, oferecida pelo Itamarati, solicitou, imediatamente, do Hotel Nacional, em Brasília, a encomenda de 10 caixas da cerveja da CMC.

São êstes fatos que demonstram a excelência das cervejas da CMC, cujo mercado consumidor é muito superior à sua capacidade de produção. E é êste grande mercado que determinou ao grupo mineiro a ampliação de sua produção com tôda a urgência.

BOA AÇÃO

Até princípios de novembro do ano passado o capital da CMC era de NCr$ 2 milhões. Mas a necessidade de triplicar sua produção levou a emprêsa a aumentar seu capital para NCr$ 3 225 mil em fins de dezembro passado e, em fevereiro último, atingia a NCr$ 6 450 mil. Hoje seu capital é de NCr$ 12 milhões, aumento aprovado pela assembléia-geral da emprêsa no dia 8 do mês passado.

A Companhia Mineira de Cervejas foi das primeiras a se democratizarem, transformando-se em emprêsa de capital aberto. Hoje ela possui pouco mais de 11 mil acionistas, mas com sua expansão atingirá até final dêste ano a 15 mil acionistas.

A demonstração do crescimento sólido e vertiginoso da CMC, foi dada pela Resenha S/N de Investimentos, Boletim Semanal de 14-6-67: "Levando-se em consideração que a Mineira opera industrialmente há pouco mais de dois anos, seus resultados estão em pé de igualdade com as outras emprêsas. O lucro por ação da Mineira foi o que mais cresceu no último ano." Outro exemplo está no fato de que apenas cinco meses após entrar no mercado paulista para produzir, suas ações já estão sendo cotadas em São Paulo a NCr$ 1,50.

OBJETIVOS

O grupo da CMC tem como diretor-presidente o industrial Antônio Simão Firjam, o empresário experimentado e responsável pelo empreendimento pioneiro de Minas Gerais. O diretor-superintendente, Sr. José Antônio Kemper, é o homem que definiu a CMC como "um grupo que não cruza os braços, pois não vive apenas dos resultados já conquistados". O alemão que trouxe para a CMC a exclusividade da sua técnica de fabricação de cervejas é o diretor-industrial Manfred M. D. Brandt. E, além dêstes, a CMC tem também como diretores-executivos os Srs. Francisco Volpini, Antônio Firjam Filho, Viterbino B. Franco e Mário Sampaio.

São homens simples, mas objetivos, que entram para os escritórios ou a fábrica às 8 horas da manhã e só saem depois das 20 horas. Todos se dizem apaixonados pela indústria de cerveja e têm como único objetivo o crescimento da emprêsa, pois sabem que a Companhia Mineira de Cervejas crescendo, tudo que gira em tôrno de sua fôrça econômica também cresce.

CIBEVAL ATINGIRÁ 150 MIL CAIXAS

Em novembro do ano passado os equipamentos já tinham sido comprados e a emprêsa possuía um capital de NCr$ 300 mil. Hoje a Companhia Industrial de Bebidas Vale do Rio Doce — CIBEVAL — em Governador Valadares, já está produzindo 75 mil caixas de refrigerantes por mês e seu capital é de NCr$ 2 milhões. Dentro de alguns meses ela já estará fabricando 150 mil caixas de cervejas por mês.

É assim que trabalha o grupo da Companhia Mineira de Cervejas. O planejamento seguro de seus empreendimentos é que lhe permite êste crescimento rápido.

A CIBEVAL está levando à extensa região do Vale do Rio Doce uma nova atividade industrial, que, pela lei natural do desenvolvimento, provocará o aparecimento de outras indústrias, abrindo novos mercados de trabalho para a região e dando a Governador Valadares um nôvo impulso para se transformar num dinâmico pólo de desenvolvimento econômico.

NOVA CONQUISTA

Antes de pensar em construir a CIBEVAL a Companhia Mineira de Cervejas, obedecendo à moderna técnica empresarial, determinou o levantamento do mercado de consumo do Vale do Rio Doce, Estados do Rio, Bahia e Espírito Santo: são 20 milhões de consumidores, num mercado insuficientemente servido, onde as vendas são seguras. Em Minas Gerais, por exemplo, para um consumo anual de 17 milhões de dúzias, há uma produção que não chega a 2 milhões de dúzias.

Constatado o mercado, partiu a CMC para o projeto de construção, elaborado pelo engenheiro Mário Sampaio. Como ocorreu com a fábrica de Belo Horizonte, também a construção da CIBEVAL obedeceu aos mínimos detalhes e aos mais modernos e rigorosos requisitos técnicos de funcionalidade, racionalização do trabalho de produção e obtenção da matéria-prima.

A fábrica está implantada num terreno de 25 mil metros quadrados, na Vila Isa, bairro do São Raimundo, em Governador Valadares. Nesta primeira fase a área coberta é de 2,5 mil metros quadrados. Sua localização geográfica lhe dá tôdas as condições necessárias e suficientes para o escoamento da produção, pois está às margens da rodovia BR-16 (Rio—Bahia), permitindo-lhe fácil acesso à Bahia, Espírito Santo e Estado do Rio.

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

A CIBEVAL, produzindo 75 mil caixas de refrigerantes e 150 mil caixas de cerveja Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto, tem alto significado econômico e social para tôda a região, principalmente porque está intimamente ligada ao plano de desenvolvimento integrado do Vale do Rio Doce, em que se empenha o Govêrno mineiro.

O seu sucesso é tão grande que a CIBEVAL está agora lançando no mercado — prèviamente pesquisado — 1,7 milhão de ações à subscrição pública, pois também é uma emprêsa de capital aberto. Dêste total 1 milhão são ações preferenciais e as 700 mil restantes são ordinárias, com direito a voto por grupo de 100 ações.

Além de se constituir num fator natural de desenvolvimento econômico, a CIBEVAL exerce uma outra função importante: leva ao interior uma nova mentalidade empresarial com repercussões intensas em tôda a região, pois são inúmeros os benefícios que o setor industrial tem capacidade de agregar à economia regional.

A sua diretoria é a mesma da CMC e sua técnica de fabricação da cerveja será a mesma trazida para o Brasil pelo diretor-industial Manfred M. D. Brandt.

PEDREIRA COMEÇA DENTRO DE UM ANO

Agora é a vez de São Paulo começar a produzir refrigerantes da Companhia Mineira de Cervejas e as cervejas Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto. Isto ocorrerá dentro de um ano, no Município de Pedreira, que fica apenas a 136 quilômetros da Capital paulista e a 36 quilômetros da Cidade de Campinas. Lá, a CMC está construindo uma fábrica, cujo investimento previsto é da ordem de NCr$ 10 milhões.

A Companhia Industrial de Bebidas do Estado de São Paulo — CIBESP — terá uma capacidade inicial para produzir mensalmente 150 mil caixas das cervejas Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto. Sua localização é o ponto ideal para a distribuição dos produtos a um dos maiores mercados consumidores da América Latina, que vai do litoral de São Paulo ao Sul de Minas Gerais.

MERCADO E DA CMC

Através do diretor-presidente, Sr. Antônio Simão Firjam, e do diretor-superintendente, Sr. José Antônio Kemper, o grupo da CMC se uniu a forte grupo de empresários paulistas, que é liderado pelos Srs. Válter Moreira da Costa e Luís Augusto de Matos (êste ex-presidente da VASP, ex-presidente do Banco do Estado de São Paulo e atual presidente da Companhia de Seguros Ipiranga). O resultado foi a constituição da CIBESP.

Para esta decisão, como sempre ocorre nos empreendimentos da CMC, foi feita uma pesquisa de mercado, constatando-se que o paulista já aprovou o paladar das cervejas produzidas pelo grupo mineiro. A pesquisa demonstrou, ainda, que o mercado do Sul do País também já está conquistado pelas Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto.

A pesquisa feita pela CMC foi mais além: constatou-se que a sua cerveja sendo produzida em São Paulo, poderá diminuir o preço do produto para os paulistas, uma vez que haverá redução de custos de transportes. Isto porque hoje tôda a cerveja da CMC fornecida a São Paulo e aos Estados do Sul do País é produzida na fábrica que fica a 20 quilômetros de Belo Horizonte.

A MESMA CERVEJA

Os paulistas podem estar tranqüilos, pois a mesma técnica de produção das cervejas da CMC em Belo Horizonte também será usada na fábrica de São Paulo. Tôda a maquinaria é alemã e a aquisição das matérias-primas já está contratada. As cervejas Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto produzidas em Minas Gerais serão as mesmas que a fábrica paulista produzirá. Isto é garantido pelo diretor-industrial Manfred M. D. Brandt, o alemão que trouxe para a CMC a exclusividade da sua técnica de fabricação de cervejas.

A CIBESP está sendo construída numa fazenda do Município de Pedreiras, que fica a 36 quilômetros de Campinas. O abastecimento de energia elétrica é garantido por duas usinas hidrelétricas próprias, sendo uma de 500 e outra de 100 KVA. Mais uma usina de 2 000 KVA deverá ser construída nas proximidades. O terreno adquirido pela Companhia Industrial de Bebidas do Estado de São Paulo pertencia a uma das maiores tecelagens do interior de São Paulo. Sua área é de 64 alqueires paulistas e lá já estão construídos uma vila de operários e vários outros edifícios. Os mananciais de água são da melhor qualidade e satisfazem todos os requisitos da técnica utilizada pelo Sr. Manfred, para dar a leveza de paladar que é a característica das Ouro Branco, Ouro Fino e Ouro Prêto.

Inflação e preços

JOÃO MUNIZ DE SOUZA
Editor de Economia do JB

O aumento do índice do custo de vida no Estado da Guanabara em 24,5% em 1967 foi considerado por muitos, especialmente pelas autoridades governamentais, como um bom indicador de que a luta contra a inflação estava sendo vencida. Embora represente em si forte elevação de preços, em têrmos comparativos o aumento teve ritmo bem menos intenso que o de 1966, quando a alta de preços atingiu 41,1%.

Se essa expansão de preços, com alta de apenas 0,4% em dezembro, representa inegável êxito em relação a 1966, os reajustamentos altistas dos primeiros meses do corrente ano não constituem motivo para preocupações.

O próprio Govêrno precisa não deixar envolver-se no eterno círculo vicioso, em parte fortalecido pelo gradualismo e pela correção monetária, dos quais não consegue libertar-se fàcilmente. E disso tudo surge o paradoxo que o homem comum não chega a compreender: se a inflação em 1967 foi menor, por que elevar impostos, taxa cambial, preços de combustíveis que logo no início do ano ameaçaram anular os reajustamentos salariais cujo fim é reconstituir o valor real ou o poder aquisitivo da renda da população em grande parte aguada pela alta de preços ano anterior?

A melhoria do comportamento dos preços em 1967, em relação ao ano anterior, foi resultado em grande parte do maior rigor da política financeira, especialmente do contrôle da expansão do crédito bancário. Contribuiu também para o mesmo êxito a melhora das safras agrícolas.

Os diversos reajustamentos de preços que se têm verificado no corrente ano não invalidam as previsões otimistas, entre as quais as do próprio Ministo da Fazenda, de que 1968 registrará uma taxa de inflação inferior à do ano passado, com aumento dos investimentos. Não se pode considerar otimismo exagerado a afirmação do Ministro de que a inflação deverá cair para 20%. Ao contrário, poderá ser até menor se as safras agrícolas forem abundantes, de modo que não surjam perturbações, sempre agravadas pela especulação em tempos de escassez no setor de abastecimento.

Igualmente, importante fator de menor taxa de inflação constituirá uma política de crédito que neutralize hàbilmente, sem prejudicar o financiamento dos aumentos reais de produção e de comercialização, os efeitos potenciais de expansão dos meios de pagamento resultantes das emissões de 1967, que chegaram a quase 800 milhões de cruzeiros novos.

Entre os fatos de maior importância que estão indicando tendência satisfatória de restauração da economia cabe mencionar, de um lado, o andamento favorável das atividades industriais durante o mês de janeiro e, de outro, o aumento do emprêgo, o que também significa expansão da produção.

ATACADO

Os índices de preços por atacado também indicaram razoável tendência descensional, registrando 21,7% em 1967, em comparação com 37,4% de 1966. Nos primeiros meses de 1968, os números também foram mais favoráveis no setor de atacado. Êste fato também desmente previsões pessimistas de que 1968 registraria recrudescimento da inflação.

Bàsicamente existem, por conseguinte, condições para que no ano corrente a inflação seja menor que em 1967 e consolide a confiança geral no êxito da política antiinflacionista que se vem seguindo desde 1964. Isso não significa, entretanto, que não haja ainda problemas críticos: quase 50% do orçamento federal são gastos com o pessoal, o que realmente exige correção, com o que se reconhece oficialmente. Se se levar em consideração a improdutividade de parte dêsses gastos (como o correspondente à remuneração do pessoal excedente e sem função) será fácil concluir a gravidade do que isso representa em têrmos de menores recursos destinados aos investimentos.

A austeridade salarial, por seu turno, se constitui numa poderosa arma para moderar a tendência crescente dos preços, também representa fator de limitação da expansão do mercado consumidor, o que, como se ignora, limita o crescimento das atividades produtoras. No entanto, a expansão dessas atividades é essencial não apenas por exigência do próprio crescimento da produção em si, mas também para absorver os novos contingentes de população que entram seguidamente para o mercado de trabalho.

LUTA CONTINUA

Apesar de um certo otimismo na área governamental, o certo é que a luta contra a inflação ainda êste ano não será muito fácil. Os resultados até agora podem ser considerados razoáveis. Vimos que a diferença entre um ano e outro foi realmente sensível, mas o problema de reduzir a taxa de inflação se torna mais difícil à medida que esta diminui. As pressões inflacionistas não cessarão êste ano. Enquanto em 1967 o ano teve início com uma situação monetária boa, pois os meios de pagamento sofreram um aumento relativamente pequeno em 1966, em 1967 o aumento dos meios de pagamento foi bem acentuado (cêrca de 40% em relação a 1966). É certo que o Govêrno tomou medidas para conter uma expansão maior no comêço do corrente ano, com efeitos inflacionistas sôbre os preços, através das Resoluções 79 e 80, mas tais restrições podem ter efeitos adversos sôbre as atividades econômicas em geral nos primeiros meses de 1968.

Outros fatôres de natureza ainda inflacionista poderão exercer influência negativa nos primeiros meses do ano. Além da elevação da taxa cambial, o recente aumento dos derivados de petróleo e a elevação de certos tributos, notadamente o Impôsto sôbre Produtos Industrializados e o Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, terão efeito inflacionistas.

Enquanto em 1967 as autoridades procuravam aliviar os encargos tributários, reduzindo o Impôsto de Renda para as pessoas físicas, diminuindo a tarifa alfandegária, postergando o pagamento do Impôsto sôbre Produtos Industrializados, vemos êste ano um aumento da carga tributária que irá refletir-se, necessàriamente, nos custos de produtos e nos preços. Inicialmente, será a repercussão do aumento das alíquotas do IPI sôbre certos produtos. Mais tarde, a do ICM.

Os produtos de exportação que são também consumidos no País vão indicar a mesma tendência. Quando a elevação dos preços atinge grande número de produtos, os demais preços tendem a nivelar-se com os que sofrem alta, mesmo porque os que fabricam produtos não afetados pela desvalorização consomem os demais e vão ter que pagar preços mais elevados para seus suprimentos.

ÍNDICES DO CUSTO DE VIDA NA GUANABARA

VARIAÇÃO EM PERCENTAGEM

AGREGADOS	1966								1967							
	1.º Semestre	Jul.	Agô.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Até Dez.	1.º Semestre	Jul.	Agô.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Até Dez.
Alimentação	27,1	1,9	1,9	1,2	1,6	2,2	1,2	40,2	10,4	1,8	0,2	—0,4	1,2	1,1	—0,5	14,1
Vestuário	16,5	4,1	3,5	1,4	2,0	1,6	1,3	33,6	17,5	1,5	0,9	1,1	2,2	1,9	1,9	29,3
Habitação	32,4	13,8	1,8	7,8	1,6	1,6	1,5	73,0	18,7	7,7	1,3	7,3	1,4	1,2	1,0	44,1
Art. de Residência	15,2	1,9	2,0	1,5	2,6	0,7	0,7	28,5	16,8	1,5	2,3	1,3	0,8	1,3	0,9	26,5
Assist. Saúde e Hig.	8,8	1,4	2,4	2,3	2,0	0,8	0,4	19,3	26,4	0,7	0,6	0,3	0,7	2,9	2,1	35,9
Serviços Pessoais	23,9	3,4	1,1	1,4	1,8	1,5	2,2	38,5	23,9	1,9	2,3	0,4	0,8	1,1	0,7	32,0
Serviços Públicos	24,6	5,7	10,3	3,0	—	—	—	46,8	22,9	—	—	2,2	—	—	—	25,7
GERAL	24,2	3,7	2,7	2,3	1,6	1,5	1,2	41,1	16,0	2,3	0,9	1,3	1,1	1,2	0,4	24,5

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ÍNDICES DE PREÇO POR ATACADO

VARIAÇÃO EM PERCENTAGEM

DISCRIMINAÇÃO	1966								1967							
	1.º Semestre	Jul.	Agô.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Até Dez.	1.º Semestre	Jul.	Agô.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Até Dez.
GERAL	23,2	3,1	1,9	2,5	2,5	0,7	0,4	37,4	10,1	2,7	1,4	1,6	2,2	0,5	1,7	21,7
Geral exc. café	25,0	3,9	2,3	2,7	2,7	0,8	0,3	41,6	9,8	3,3	0,9	1,5	2,1	0,5	1,5	21,0
Produtos Agrícolas	24,9	4,9	2,5	3,8	2,2	0,6	—0,2	42,3	4,6	3,5	2,0	2,4	3,3	0,4	2,2	19,7
Produtos Industriais	21,5	1,2	1,1	1,8	2,9	0,8	1,0	33,2	16,2	1,2	0,7	0,9	1,2	0,6	1,2	23,2
Matérias Primas	24,4	4,3	2,3	2,7	1,8	0,3	—0,4	38,6	5,7	3,7	1,8	2,0	3,3	0,5	2,1	20,6
Gêneros Alimentícios	27,4	4,5	2,2	3,2	3,5	0,1	—0,2	45,3	5,6	3,5	1,0	1,0	3,8	—1,2	—0,2	14,9

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação em 1967

MÁRIO TRINDADE
Presidente do BNH

A presença do Banco Nacional da Habitação no processo de desenvolvimento econômico e social do País adquire características de inegável relêvo e inafastável realidade. Acreditamos, assim, ser proveitoso êste depoimento sôbre a ampla experiência advinda da inserção do Plano Nacional de Habitação no contexto da problemática econômica brasileira. E é mais válido o depoimento quando prestado através das páginas autorizadas da Revista Econômica do JORNAL DO BRASIL.

Convirá mencionar que as principais tarefas da atual administração do Banco — aí compreendida, em têrmos de unidade programática, a gestão de meu eminente antecessor — foram conduzidas para a consecução dos seguintes objetivos dominantes.

1. Implantação do Sistema Financeiro da Habitação;

2. Previsão e estabelecimento do apoio logístico ao Plano Nacional de Habitação.

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

Com base no instrumento legal criador do BNH (Lei n.º 4 380/64), a primeira e grande missão constituiu-se na caracterização de uma unidade filosófica, com a própria legislação subseqüente. A estratégia global foi o consectário natural e da qual se deu partida a procedimentos táticos, cuja índole principal residia na extrema flexibilidade dos instrumentos utilizados.

Ao lado de realizações executivas de natureza conjuntural, os programas foram montados visando à implantação de um Sistema que lhes proporcionasse aporte técnico e respaldo financeiro. Era o Sistema Financeiro da Habitação, cujos pontos mais expressivos estão assentados em:

I. Indução à poupança livre;

II. Estabelecimento da poupança compulsória;

III. Otimização da rentabilidade;

IV. Efeito multiplicador dos investimentos.

Cumpre referir, ainda que de modo sucinto, alguns dêsses pontos.

INDUÇÃO À POUPANÇA LIVRE

Como órgão central do Sistema Financeiro da Habitação, o BNH coordenou a captação de recursos realizada por um sistema de poupança e empréstimo, representado pelas Caixas Econômicas e Sociedades de Crédito Imobiliário. Deu início, ainda, às providências que ora se ultimam para o ingresso em regime das Associações de Poupança e Empréstimo.

Ocorreu, assim, a implantação dêsse Sistema em escala nacional, mobilizando expressivo número de Agentes. Os primeiros resultados são ainda imprecisos, conforme indica o quadro n.º 2, embora o BNH lhe atribua inquestionável importância.

A POUPANÇA COMPULSÓRIA

No curso do mês de fevereiro de 967 foram concluídas as medidas para a implementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O produto de sua arrecadação passou a ser depositado na rêde bancária e estaria à disposição do BNH a partir de 15 de abril, nos têrmos do dispositivo legal que assegurou aos bancos arrecadadores tal prazo de giro.

A partir de então, pôde o BNH contar com os ingressos constantes do Quadro n.º 1, tendo sido transferida à sua conta, até 31 de dezembro, importância da ordem de NCRS 596.968.333,50.

Começava a funcionar o Sistema de Poupança Compulsória.

QUADRO N.º 1

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS PARA O BNH

REGIÃO	TOTAL ARRECADADO	ATÉ DIA
1.ª	6.114.798,80	28/12/67
2.ª	6.884.278,76	28/12/67
3.ª	19.437.927,77	29/12/67
4.ª	19.216.091,42	29/12/67
5.ª A	7.980.190,66	28/12/67
5.ª B	46.369.095,62	28/12/67
6.ª	142.115.766,45	29/12/67
7.ª	278.664.539,70	29/12/67
8.ª A	30.803.237,98	27/12/67
8.ª B	39.382.406,34	28/12/67
TOTAL	596.968.333,50	

OTIMIZAÇÃO DA RENTABILIDADE. EFEITO MULTIPLICADOR

As primeiras grandes conseqüências advindas da institucionalização de um mecanismo de poupança compulsória foram o estímulo à poupança livre e o aumento do efeito multiplicador dos recursos através da poupança induzida. Assim se promoveriam os investimentos necessários à gradativa solução do magno problema habitacional sem lançar mão de recursos externos e buscando maior eficiência na utilização dos recursos mobilizados. Para tanto, ocupa-se agora o BNH em sistematizar os seus programas. Utiliza a experiência adquirida, imprimindo maior flexibilidade a êsses programas e, do mesmo modo, universalizando a atuação de seus Agentes.

A nova sistemática dos programas está consubstanciada no Quadro n.º 2.

QUADRO N.º 2

PROGRAMA	SUBPROGRAMA	OBJETIVO
1 — Financiamento do mercado rural	1.1 - Produção de Habitações 1.2 - Comercialização de Habitações 1.3 - Prod. e Comerc. de Habitações 1.4 - Complementação de Habitações 1.5 - Colonização 1.8 - Infra-estrutura 1.9 - Outras	Financiar a habitação no meio rural
2 — Financiamento do mercado Urbano de Baixa Renda	2.1 - Produção de Habitações 2.2 - Comercialização de Habitações 2.3 - Prod. e Comerc. de Habitações 2.4 - Complementação de Habitações 2.5 - Subst. Habitações Deficientes 2.8 - Infra-estrutura 2.9 - Outras	Financiar a habitação para famílias de renda familiar igual ou inferior a 1,15 o valor do salário mínimo.
3 — Financiamento do mercado Urbano de Renda Média	3.1 - Produção de Habitações 3.2 - Comercialização de Habitações 3.3 - Prod. e Comerc. de Habitações 3.4 - Complementação de Habitações 3.8 - Infra-estrutura 3.9 - Outras	Financiar a habitação para famílias de renda familiar superior a 1,15 vêzes o valor do salário mínimo
4 — Programas de Estímulo e Garantia	4.1 - Estímulo e Garantia às SCI 4.2 - Estímulo e Garantia às APE 4.3 - Estím. e Garantia às C. Econôm. 4.4 - Garantia e repasse dos Recursos Externos 4.9 - Outras	Estimular e garantir o desenvolvimento das entidades do Sistema Financeiro da Habitação destinadas à captação e aplicação da poupança livre popular.
5 — Financiamento de Materiais de Construção (FIMACO)	5.1 - Financ. ao Consumidor (RECON) 5.2 - Refinanc. do Invest. (REINVEST) 5.3 - Refinanc. Capital de Giro 5.4 - Refinanciamento Assistência Técnica 5.9 - Outras	Dinamizar o mercado de materiais de construção com vistas ao equilíbrio entre a demanda e oferta e a redução de preço através do incremento e da racionalização da produção.
6 — Financiamento para Saneamento (FISANE)	6.1 - Abastecimento de Água 6.2 - Esgotos 6.3 - Drenagem 6.4 - Irrigação 6.5 - Contrôle de Inundação 6.9 - Outras	Viabilizar a implantação e melhoria do sistema de águas e esgotos através do financiamento das obras e serviços para isso necessários.
7 — Programas complementares	7.1 - Infra-estrutura Urbana 7.2 - Planejamento local e integrado 7.3 - Assistência Técnica ao SFH 7.9 - Outras	Garantir o apoio logístico e de infra-estrutura, necessários ao desenvolvimento do plano habitacional

Como vemos, os programas que passam a resumir os objetivos do BNH abrangem os campos da Habitação, Indústria de Materiais de Construção, Saneamento e Planejamento Urbano.

No campo da Habitação, êles resumem as atividades de estímulo e garantia, ao Sistema Financeiro da Habitação, e de inversões através dos agentes, classificando-se segundo os mercados que atendem e a forma de atendimento.

Desvincula-se, assim, o objetivo ou fim, que é o atendimento ao mercado, do meio que é o agente.

No campo de materiais de construção, estimula-se o mercado através dos refinanciamentos ao consumidor, a oferta por meio dos refinanciamentos dos capitais fixo e de giro, e assistência técnica aos produtores, transportadores e distribuidores de materiais de construção.

No campo de Saneamento, fomos honrados com a confiança do Sr. Ministro do Interior para gerir o FISANE (Fundo de Financiamento para o Saneamento). Já iniciamos os empréstimos para implantação ou melhorias dos sistemas de abastecimento de água, em seguida iniciaremos a aplicação nos sistemas de esgotos.

Para relato e apropriação dos resultados de 1967, usaremos, no entanto, a classificação vigente nesse exercício.

Os quadros anexos evidenciam e detalham, por ano, até 1966 e por trimestre em 1967, os resultados previstos nos convênios e contratos de financiamento.

Torna-se útil aduzir agora algumas considerações sôbre episódios de inafastável relêvo, antes da menção ao apoio logístico estabelecido para o Plano Nacional de Habitação.

Ao iniciar-se o ano de 1967, havia o BNH pelos seus órgãos próprios — Conselho de Administração e Diretoria — cumprido a montagem do instrumental necessário ao pleno funcionamento do Sistema Financeiro da Habitação. A essa altura tinha êle assinado convênios e contratos para a construção de 60 382 unidades habitacionais, com empréstimos de ... NCrS 241 000 000,00, no valor total de investimentos da ordem de .... NCrS 515 000 000,00.

Foi nessa oportunidade que o nôvo Govêrno definiu sua estratégia geral de administração. Inteiramente compatibilizada com ela, inseriu-se-lhe a própria estratégia do Plano Nacional de Habitação, que se resume em:

a) absorção de fatôres ociosos na economia, por meio da ativação da produção e da comercialização da habitação;

b) ativação da indústria de materiais de construção;

c) absorção, em conseqüência, da mão-de-obra disponível, qualificada ou não, de modo a atingir os objetivos do FGTS;

d) início de atividades do FIPLAN — Fundo de Financiamento do Planejamento Urbano e Local Integrado — a fim de que, nas novas comunidades criadas, houvesse condições de autodesenvolvimento, assegurando a sua integração nos planos de desenvolvimento regional;

e) montagem do FIMACO — Financiamento de Materiais de Construção — com os subprogramas: RECON — Refinanciamento ao Consumidor de Materiais de Construção; REINVEST — Refinanciamento dos Investimentos no capital fixo das indústrias, para produção de materiais de construção; REGIR — Refinanciamento do Capital de Giro necessário a essas mesmas indústrias.

Com essa definição, preparam-se as bases para a integração do BNH no sistema de órgãos vinculados ao Ministério do Interior e para sua participação efetiva na realização dos programas do nôvo Govêrno.

Com efeito, em consonância com tal orientação, o Decreto-Lei 200, que estabeleceu a reforma administrativa da União, vincula o BNH ao Ministério do Interior, integrando-o no conjunto das unidades que, naquele Ministério, devem efetivar programas de desenvolvimento setorial ou regional. Permaneceram,

contudo, as relações do BNH, na área financeira, com o Ministério da Fazenda e Conselho Monetário Nacional; com o Ministério do Trabalho, quanto a assuntos pertinentes ao Fundo de Garantia; com o Ministério da Indústria e Comércio, em providências de estímulo à construção civil; com o Ministério do Planejamento nas atividades ligadas ao planejamento global e suas respectivas operações. O planejamento do desenvolvimento urbano, juntamente com a política habitacional, deslocou-se para a competência do Ministério do Interior. O BNH, a partir de então, passou a integrar as suas realizações no campo habitacional com o planejamento regional realizado pelo complexo administrativo do Ministério do Interior.

Avolumou-se, a certa altura, uma campanha que visava à derrubada da correção monetária, movida por interêsses de várias ordens. A firme atuação do Ministério do Interior e o advento de resolução própria do Conselho de Administração do BNH conduziram ao rápido esvaziamento dessa campanha, com a eliminação dos inconvenientes apregoados. Ao ensejar a dissociação do mecanismo da correção monetária na captação e nas aplicações dos recursos, a resolução em aprêço possibilitou a eliminação dos principais óbices argüidos. Permite, outrossim, um grande desenvolvimento do programa de aplicações no segundo semestre, aumentando a liquidez do sistema e a velocidade de giro dos capitais nêle aplicados e propiciando, da mesma sorte, maior tranqüilidade ao adquirente.

A partir de então, foram intensificadas a montagem do Sistema Financeiro da Habitação e as aplicações do mesmo.

Concedeu-se plena ênfase às operações no programa denominado Mercado de Hipotecas, obtida a autorização do Conselho Monetário Nacional para que os refinanciamentos ao empresariado da construção civil fôssem realizados pela rêde bancária comercial. Com o funcionamento desta no repasse de recursos, atingiu o BNH não só seu objetivo de propiciar crédito para a comercialização das habitações, mas também para a sua produção. Estava montado o instrumento necessário à reativação da indústria da construção civil.

A LOGÍSTICA DO PLANO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Com adequada implementação e a plena execução dos programas, verificou-se nítida reativação da indústria da construção civil, expressa em demanda progressiva de materiais, procura de mão-de-obra e conseqüente absorção dêsses fatôres ociosos na economia do País. Tais resultados foram atingidos principalmente graças ao Mercado de Hipotecas, aos financiamentos concedidos pelo Sistema de Poupança e Empréstimo, aos quais vieram somar-se as iniciativas dos demais agentes promotores e financiadores do Plano Nacional da Habitação, mas, sobretudo, intensificado nos seus efeitos pela política de indução aos investimentos, utilizando-se como base desta os recursos próprios do BNH e os provenientes da arrecadação do Fundo de Garantia. Diferentes técnicas foram utilizadas no sentido de multiplicar o efeito do investimento de uma unidade de capital do Banco, por meio de aplicações *pari passu* do Agente e do mutuário final. Dêsse modo foi possível atingir ao final de 1967, os resultados constantes do Quadro n.º 5. Nêle se observa que, com empréstimos no valor de NCr$ .... 1 503 000 000,00 mobilizaram-se investimentos da ordem de NCr$ ..... 2 535 000 000,00, atingindo o número de 227 673 unidades financiadas. O volume de investimentos assim gerado permite não só a absorção dos fatôres ociosos já aludidos, mas igualmente enseja medidas de reativação do apoio logístico assecuratório da continuidade e eficiência dêsse nível de investimentos.

O êxito decorrente da montagem do Sistema Financeiro da Habitação, a captação de recursos em escala considerável e o efeito multiplicador inerente à política de investimentos redundaram em desequilíbrio conjuntural nas indústrias produtoras de materiais de construção. Desde 1966, vem o BNH estimulando providências relativas à ativação dessas indústrias, estudando sua capacidade de produção e as medidas necessárias a que possam fazer face ao aumento de demanda gerado pelo advento do Plano Nacional da Habitação. Foi promovida uma série de estudos setoriais; estabeleceram-se organizações de pesquisa de desenvolvimento e de formação de recursos humanos; criou-se o CENPHA — Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais; junto aos Centros das Indústrias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Guanabara, foram estimulados núcleos de coordenação industrial para o plano habitacional; tomaram-se as primeiras providências para a criação de um Centro Brasileiro da Construção.

Em conseqüência de estudos realizados abrangendo tôdas as áreas consumidoras e em cujo contexto se insere o BNH, verificou-se que a indústria cimenteira nacional não seria capaz de atender a todo o aumento da procura. Daí a conveniência da ativação de investimentos nessas indústrias, a fim de evitar-se uma crise a prazos médio e longo, já esboçada ao final do ano de 1967. O BNH está em condições de financiar as indústrias produtoras de cimento, preocupado em assegurar a normalidade do fornecimento dêsse produto básico.

De outra parte, já em novembro do ano passado, verificava-se em alguns centros principais certa escassez, não só de mão-de-obra especializada, mas até mesmo daquela não qualificada, o que há longos anos não ocorria no País.

Na complementação das medidas destinadas ao desenvolvimento da logística do Plano Nacional de Habitação, foram assinados convênios com o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação para a acelerada formação de mão-de-obra.

Além do complexo de pesquisas, mencionado anteriormente, julgou-se conveniente imprimir particular relêvo à coordenação modular e à coordenação industrial da produção de componentes para a habitação, de modo a perseguir objetivos que consubstanciassem a redução de custo para o usuário final. No acompanhamento da aplicação dos diferentes sistemas verificou-se que a redução dos custos financeiros seria possibilitada através da expansão dos investimentos ao longo do tempo, com redução igualmente dos custos de administração durante o processo de produção, quer dos materiais e componentes da habitação, quer da própria habitação. Pela economia de escala e garantia de continuidade da produção, inclusive com a racionalização desta e conseqüente eliminação dos desperdícios de mão-de-obra e de materiais, deu-se ênfase à coordenação modular, à coordenação industrial e à racionalização de métodos e processos de construção. Concluiu-se, outrossim, que, obtida uma redução de 10% no custo da habitação, com o mesmo nível de investimentos já atingido, seria exeqüível o atendimento de mais 40 000 famílias em um ano. Do mesmo modo, se reduzido de 59 para 55 por cento o percentual médio de financiamento, outras 36 000 famílias seriam contempladas com a casa própria, tal a escala já atingida e a prevalência dessas variáveis no resultado final.

Para completar o sistema de pesquisa, foram ultimadas, ainda, durante o ano de 1967, as providências necessárias à realização de um programa conjunto entre o CENPHA, a Pontifícia Universidade Católica da Guanabara e a Universidade de Colúmbia. Essa colaboração permitirá estender-se a investigação a tôdas as áreas do País com o concurso das diferentes Universidades locais, uma vez estabelecida sua metodologia e preparados os elementos humanos indispensáveis à sua continuidade.

Fixou-se igualmente um programa de pesquisas operacionais com o Fundo Especial de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Como foi dito, com os investimentos atingindo apreciável volume e com cêrca de vinte programas em execução, seria válido buscar agora o aprimoramento dos resultados, já tão expressivos no segundo semestre de 1967. Objetiva-se melhor ativação regional das aplicações do BNH, conforme demonstrado a seguir.

RESULTADOS REGIONAIS

A análise de resultados refletirá, sobretudo, a maior ou menor eficiência dos agentes em cada estado ou região. A relativa pequena massa de dados, principalmente até o primeiro semestre de 1966, dispersa entre 25 unidades federadas, torna ainda precárias as conclusões a respeito dos resultados referentes a Estados e Territórios.

Esforça-se o BNH para atender as diversas regiões do País na medida de suas necessidades. Seria mesmo desejável que as áreas meno favorecidas recebessem maior fluxo de benefícios, visando a redução dos desníveis regionais.

Até o primeiro semestre dêste ano, porém, isso não havia sido possível pela precariedade da atuação dos agentes, precisamente nessas áreas, como se pode depreender do quadro abaixo:

Regiões	Acréscimo demográfico %	Residências financiadas %
Norte	4	0,7
Nordeste	15	13,2
Leste	29	34,1
Sul	44	43,8
Centro-Oeste	8	8,2
BRASIL	100	100,0

À luz dêsses resultados procurou o BNH corrigir a situação anterior, apesar dos obstáculos representados pelo despreparo do mercado financeiro, e das indústrias de construção civil e de materiais de construção para absorver os recursos que o BNH poderia aplicar nas regiões menos desenvolvidas.

O esfôrço despendido já começou a produzir resultados como se pode verificar, comparando os dados abaixo, em 31 de dezembro p.p. com os de 30 de junho de 1967.

Regiões	Acréscimo demográfico %	Residências financiadas %
Norte	4	3,45
Nordeste	15	14,58
Leste	29	34,72
Sul	44	37,50
Centro-Oeste	8	9,75
BRASIL	100	100,00

Verifica-se que, em curto prazo, conseguiu-se melhorar substancialmente o volume de contratações nas regiões Norte e Nordeste, havendo até um certo excesso na região Centro-Oeste em virtude de maciço financiamento concedido a Brasília.

O número de unidades financiadas, sòmente no 2.º semestre, responsável pela alteração dos resultados, foi o seguinte:

Regiões	Unidades financiadas %
Norte	9,00
Nordeste	18,66
Leste	36,59
Sul	24,87
Centro-Oeste	10,88
BRASIL	100,00

A difusão do FIMACO (Programa de Financiamento e Refinanciamento de Materiais de Construção), através da rêde bancária comercial, e o melhor aproveitamento dos agentes, que se revelarem mais aptos, atribuindo-se-lhes a execução de vários programas, facilitarão certamente a distribuição eqüitativa da oferta de novas habitações nas diversas regiões do País.

O quadro a seguir nos dá idéia da evolução do número de unidades financiadas em 1967, em relação às que o foram em 1966, ou até 31 de dezembro dêsse ano.

Regiões	1967 (a)	1966 (b)	Até 1966 (c)	a b	a c
Norte	6 911	132	928	52,36	7,45
Nordeste	19 256	9 664	13 940	1,99	1,38
Leste	58 114	14 301	20 944	4,06	2,77
Sul	66 756	13 354	18 629	4,99	3,58
Centro-Oeste	16 254	2 979	5 941	5,45	2,74
BRASIL	167 291	40 430	60 382	4,14	2,77

A participação do BNH e o rendimento social das operações assim se distribuiram regionalmente em seus valôres, simples e acumulados:

Regiões	Participação do BNH		Rendimento social	
	simples	acumulado	simples	acumulado
Norte	69	69	410	431
Nordeste	62	64	629	725
Leste	60	54	334	370
Sul	62	60	391	450
Centro-Oeste	69	69	236	274
BRASIL	62	59	364	415

A parte do BNH nos financiamentos, em valôres acumulados, apresenta o mínimo no Leste e o máximo no Norte e no Centro-Oeste. O maior Rendimento Social é obtido no Nordeste, atingindo o seu ponto mais baixo no Centro-Oeste, em virtude dos financiamentos concedidos em Brasília.

A distribuição, por unidade federada, dos valôres de empréstimos e de investimentos, assim como o número de unidades até o fim do último semestre, segundo os convênios e contratos, foi a que se segue:

Unidade federada	Valor empréstimo	%	Valor dos investimentos	%	N.º de unidades	%
Rondônia	82	0,01	82	0,01	10	0,04
Amazonas	32 501	2,16	39 783	1,57	4 322	1,90
Roraima	110	0,01	219	0,01	24	0,01
Pará	16 783	1,12	31 514	1,24	3 376	1,48
Amapá	356	0,02	855	0,03	107	0,05
Maranhão	5 226	0,35	7 722	0,30	816	0,36
Piauí	4 299	0,29	5 394	0,21	1 159	0,51
Ceará	2 382	0,16	3 615	0,14	689	0,30
Rio G. Norte	15 635	1,04	20 893	0,82	3 610	1,59
Paraíba	23 247	1,55	39 834	1,57	7 330	3,22
Pernambuco	64 999	4,32	105 064	4,14	16 283	7,15
Alagoas	10 241	0,68	13 829	0,55	3 303	1,45
Sergipe	1 232	0,08	1 561	0,06	420	0,18
Bahia	9 802	0,65	12 622	0,50	1 773	0,78
Minas Gerais	148 399	9,87	243 545	9,60	23 746	10,42
Esp. Santo	5 969	0,40	12 841	0,51	1 403	0,62
Rio de Janeiro	58 428	3,89	115 626	4,57	7 376	3,24
Guanabara	361 362	24,04	690 332	27,23	44 340	19,47
São Paulo	330 367	21,98	548 586	21,64	52 226	22,93
Paraná	29 073	1,93	47 176	1,86	6 480	2,85
Sta. Catarina	13 745	0,91	19 111	0,75	3 349	1,46
Rio G. do Sul	146 886	9,77	253 894	10,01	23 330	10,24
Mato Grosso	5 450	0,36	6 599	0,26	1 189	0,52
Goiás	61 194	4,07	115 735	4,56	8 512	3,74
D. Federal	155 464	10,34	199 326	7,86	12 494	5,49
BRASIL	1 503 162	100,00	2 535 606	100,00	227 673	100,00

A área mineira do Polígono das Sêcas

DARCY BESSONE

Incluem-se no Polígono das Sêcas, no todo ou em parte, 10 Estados nordestinos, desde o Maranhão até o seu extremo meridional, em Minas Gerais. Tôda a área compreende 1 669 373 km2. A parte mineira do Polígono, com 120 701 km2, isto é, 7,2% dessa área, demora à margem direita (do norte para o sul) do Rio São Francisco e se estende até um ponto bem próximo de Três Marias. É maior do que o território de Pernambuco (93 000 km2) ou do que a soma das áreas territoriais dos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. Sendo de 587 172 km2 o território do Estado de Minas Gerais, corresponde a 20,5% dêle o trecho mineiro do Polígono.

A população, na região, não é densa. Estima-se em um milhão de habitantes, equivalendo, portanto, à população de Belo Horizonte, embora ali se encontrem 42 municípios. Explica-se a rarefação populacional por dois motivos, principalmente: 1.º — tratando-se de zona de vocação pecuária, o número de empregos é pequeno, circunstância que libera mão-de-obra para mercados mais atraentes e contribui para os movimentos migratórios que ali se notam; 2.º — a expectativa de vida ao nascer é da ordem de 35 anos, quando a média, no País, anda em tôrno de 50 anos. O deficit escolar é de cêrca de 40%.

Trata-se de região caracterizadamente subdesenvolvida, com ecologia típica do Nordeste. Apontam-se, ali, dois pólos de desenvolvimento: Montes Claros e Pirapora, o primeiro situado no centro da área e o segundo à margem do Rio São Francisco, onde se acha o primeiro pôrto mineiro do *rio da unidade nacional*. No planejamento das chamadas Cidades Industriais (ou Distritos Industriais), feito pelo Govêrno de Minas, êsses dois pólos logo se impuseram, para a localização de duas delas. Ambas já estão projetadas e em execução, embora em ritmo menos satisfatório. Nas duas cidades, existem subestações da CEMIG, com energia elétrica de Três Marias, o que quer dizer que o problema energético está resolvido. A sua comunicação com o Sul se faz por rodovias modernas. A BR-135, que liga Montes Claros a Belo Horizonte, está asfaltada até Curvelo, mas o restante da pavimentação se realizará em breve, pois goza de prioridade nos programas do DNER. Pirapora se liga à BR-40 (Belo Horizonte—Brasília). Montes Claros e Pirapora são servidas pela Rêde Ferroviária Federal. Espera-se que seja concedida prioridade, também, à ligação da BR-116 (Rio—Bahia) à BR-40 (Belo Horizonte—Brasília), através de Salinas, Montes Claros, Pirapora e Três Marias.

A área mineira do Polígono das Sêcas foi tratada com reservas nos dois primeiros Planos Diretores da SUDENE. A partir do terceiro, elaborado na gestão do Superintendente João Gonçalves de Sousa, a situação se modificou. Instalou-se um escritório da entidade em Montes Claros, realizando-se ali duas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE. Essa presença estimulou os mineiros e suscitou iniciativas. Em Montes Claros, projetos industriais importantes, como o do FRIGONORTE (frigorífico de carne de boi) e o da MATSULFUR (fábrica de cimento), foram aprovados e se acham em fase final de implantação. Também alguns projetos industriais foram aprovados para Pirapora, destacando-se, dentre êles, o de Ligas de Alumínio. Como a pecuária de corte constitui a principal atividade rural da região, foram aprovados, ou se encontram em tramitação, dezenas de projetos agropecuários. As esperanças da área acentuam-se progressivamente. Grandes contribuintes do Impôsto de Renda estão promovendo empreendimentos, industriais ou pecuários, para a área. Confia-se em que, achando-se a área mineira no extremo sul do Polígono, isto é, sendo a mais próxima do centro-sul, onde se encontram capitais mais expressivos e mercados consumidores mais amplos, a tendência natural dos investidores será, agora, já que as economias externas se tornam sempre mais propícias, em favor dessa área. Tal tendência está se tornando nítida, aliás.

O Govêrno de Minas realizou levantamentos e estudos econômicos da região, que se encontram impressos em volumes. O conhecimento econômico da área é, agora, bastante satisfatório. Foram identificadas oportunidades industriais, sôbre as quais se carecia, antes, de informações. Trata-se, convém registrar, de estudos preliminares, que devem ser desenvolvidos, mas, de qualquer modo, já não é desconhecida a área, no aspecto econômico.

O levantamento aerofotogramétrico da região, de iniciativa principalmente da ex-Comissão do Vale do São Francisco, a cobre quase totalmente. O mapeamento geológico da área está em cogitações. Mas já são conhecidas ocorrências, ainda não prospectadas, de caulim (Salinas, Montes Claros, Bocaiúva, Porteirinha), argila (Montes Claros e Bocaiúva), quartzo (Montes Claros), feldspatos (Salinas), berilo (Salinas), amianto (Janaúba, Porteirinha, Monte Azul), calcita (Montes Claros), silex (Jequitaí), diamante (Grão Mogol e Jequitaí), manganês (Jequitaí), mica (Salinas), talco (Monte Azul), chumbo (Januária e Jequitaí), prata (Januária), vanádio (Januária), cromo (Porteirinha e Janaúba). A vegetação, de caatinga e cerrado, não é expressiva, qualitativamente, embora seja abundante.

O Plano de Industrialização da Pecuária, elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais em 1964, estimou o rebanho bovino da área em 1 812 600 cabeças, com o desfrute estimado de 194 000 cabeças, segundo o coeficiente de 10,71%, que se adota para o Brasil Central. A pastagem típica de 80% da região constitui-se por colonião (Panicum Maximum). A ausência de métodos técnicos no tratamento do gado bovino (rotação de pastagens, formação de forrageiras, alimentos para os períodos de estiagem, correção do solo, adubação das pastagens etc.) explica o baixo índice da relação cabeças/ha: 0,64, apenas. O ganho de pêso, em condições tão desfavoráveis, é também pequeno: 230 gramas/dia.

A produção média de algodão, no período 60/64, exprimiu-se em 552 kg/ha. A da mamona em 911 kg/ha. A da cana-de-açúcar em 29 913 kg/ha. Em 1966, a produção de algodão foi de 61 011 t, em 109 931 ha. A de cana, em 1963, foi de 271 560 t, em 11 303 ha. A da mandioca, em 1966, foi de .... 401 201 t, em 26 509 ha.

Em 1965, o volume dos depósitos bancários foi, na área, de NCr$ 10 024 546 e, em Montes Claros, de NCr$ 6 688 367. O de aplicações foi, respectivamente, de NCr$ 23 165 693 e NCr$ 12 055 660.

As pretensões dêste artigo são restritas: propõem-se, apenas, a levar aos círculos interessados as informações mais importantes, em tema de economia, relativamente à área mineira do Polígono das Sêcas, incluída na jurisdição da SUDENE. E, com êste modesto *desideratum*, parece bastante o que acaba de ser exposto.

FIPEME

Formando o que o Sr. Roberto de Oliveira Campos denomina de instrumentalidade do desenvolvimento, os fundos de financiamento criados para vários fins, nos últimos três anos, revelam pelo montante das operações contratadas o quanto estava desguarnecido o sistema econômico brasileiro, no setor que modernamente determina a escala de sua eficiência: o crédito. Poder-se-ia mesmo afirmar que a inexistência dêsses instrumentos de política econômica foi em grande parte responsável pelo superdimensionamento de um sem-número de emprêsas. Surgindo do pequeno estabelecimento manufatureiro e crescendo pelo processo de superposição não controlada de equipamentos e máquinas, funcionam no País emprêsas de porte médio, em apreciável contingente, que precisam passar pelo crivo dos departamentos de análise de projetos, para se ajustarem às condições típicas da estabilidade monetária. O estilo de análise e avaliação de projetos, adotado pelo Programa de Financiamento à Pequena e Média Emprêsa, é justamente aquêle que conduz os empresários, que recorrem ao seu apoio financeiro, à procura da eficiência e da produtividade. Assim é que, quando se tenta uma avaliação da atividade desenvolvida pelo FIPEME, deve-se adicionar, ao montante dos financiamentos concedidos, o fator eficiência ganho pelas emprêsas cujos projetos são por êsse organismo aprovados.

A aprovação de projetos que implicam desembolsos, por parte das agências financeiras, no valor de 119 milhões de cruzeiros novos, dá a justa medida do papel que êsse Fundo vem desempenhando no sistema econômico nacional. Na verdade, o FIPEME, criado e gerido pelo BNDE, protege um dos flancos antes desguarnecido do setor do crédito industrial especializado. Suas aplicações, somadas às parcelas que tocam aos mutuários e aos agentes financeiros, representam inversões que totalizam 238 milhões de cruzeiros novos, em seus primeiros vinte e seis meses de existência, a partir de abril de 1965. Distingue-se êsse Fundo, de outros em operação desde 1965, pelo fato de que seus agentes financeiros são bancos do setor público ou companhias estaduais de desenvolvimento econômico. O BNDE abre a lista de agentes, seguido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, da Companhia Progresso do Estado da Guanabara, do Banco do Estado de Mato Grosso e outras agências que redistribuem recursos financeiros captados pelo BNDE no exterior. De acôrdo com as fontes de recursos, as aplicações do FIPEME, até junho do corrente ano, demonstram que o Banco Interamericano de Desenvolvimento assume posição de liderança com aproximadamente US$ 30 milhões. Embora já existam outras fontes externas com recursos à disposição do Fundo, até agora, além do BID sòmente o Fundo Alemão de Desenvolvimento teve recursos efetivamente utilizados, no valor equivalente a US$ 9,5 milhões. Os recursos próprios do BNDE equivalem, até junho, a US$ 6,7 milhões totalizando as aplicações US$ 45 980 244.

A estimativa dos recursos em dólares não significa, entretanto, que as aplicações do FIPEME apenas sirvam para dar cobertura a importações de máquinas e equipamentos importados, sem similar nacional. Na realidade, do total acima, sòmente US$ 16,1 milhões representam importações de componentes para os projetos examinados e aprovados pelo Fundo. Dêsse modo, cêrca de trinta milhões de dólares foram convertidos em moeda nacional para aplicação no País, o que revela êsse outro aspecto positivo da atividade do organismo como incentivador da produção manufatureira interna.

No período de abril de 1965 a junho de 1967, o Fundo indeferiu 61 pedidos de financiamento, recomendando 314 projetos, o que na prática significa a sua aprovação, tendo em estudo 75 outros. Pela distribuição setorial dos financiamentos, as pequenas e médias emprêsas da indústria mecânica ocupam o primeiro lugar, seguindo-se pela ordem, as têxteis, alimentares, metalúrgicas e químicas. Não obstante, muitas emprêsas gráficas, de borracha e plásticos, de fibras vegetais, couros e peles, vestuário, mobiliário e calçado tem-se beneficiado de recursos do FIPEME.

Cia. Docas coloca Pôrto do Mucuripe em destacada situação em todo País

Tomando por base o aumento anual da movimentação das mercadorias pelo Pôrto do Mucuripe à razão de 20%, a partir da criação da Companhia de Docas do Ceará, em 1965, sua diretoria prevê ultrapassar a casa de um milhão de toneladas movimentadas, o que colocará o Pôrto do Mucuripe entre os maiores do País, passando a merecer tratamento prioritário nos programas do Govêrno Federal. Durante o exercício de 67, a movimentação de mercadorias no Mucuripe foi superior a 900 mil toneladas, conforme relatório das atividades da Companhia de Docas.

Durante o ano passado, a Companhia iniciou a exploração dos serviços de Capatazia, anteriormente desenvolvidos pelas Agências de Navegação. A absorção se processa em etapas, tendo a primeira alcançado pleno êxito, embora tenha atingido apenas as mercadorias de longo curso. A segunda também alcançou grande sucesso, atingindo mercadorias oriundas do Norte do País e a terceira será implantada tão logo o Pôrto do Mucuripe disponha de mais um armazém, quando a absorção alcançará o serviço de carga e descarga das mercadorias provindas do Sul do País.

RESULTADOS SATISFATÓRIOS

OS resultados de semelhante política vêm sendo os melhores possíveis e a Companhia desenvolve todos os esforços para atender com maior segurança e presteza a movimentação das mercadorias pelo Pôrto do Mucuripe, com o pleno reconhecimento dos seus usuários, que são os maiores incentivadores do trabalho.

O MOVIMENTO DE 67

No exercício de 67 o Pôrto do Mucuripe atingiu uma rapidez de operações em níveis que poucos portos nacionais conseguem alcançar. A entrada de navios somou 675, superando em 112 o total de 66, sendo 72% do aumento originado da cabotagem, o que indica o acêrto das medidas adotadas pelo Govêrno Federal para o soerguimento da navegação costeira.

Um dado de destaque do ano de 67 é que mais de 80 por cento dos navios esperam, em média, apenas um dia para atracar, um índice que situa o Pôrto do Mucuripe em posição privilegiada entre os portos brasileiros.

MAIOR RECEITA

A elevação da receita da Companhia de Docas atesta os bons resultados obtidos pela Companhia em sua tarefa de dinamizar e dar maior dimensão ao Pôrto do Mucuripe. A receita de 67 representou um aumento de 154% sôbre a do ano anterior, perfazendo um total de NCr$ .... 1 916 865,35.

Contribuíram ainda para a sensível elevação da receita o aumento da carga movimentada e a alteração da tarifa, que vigorou a partir de 17 de maio de 67, ressaltando-se, ainda, os efeitos da absorção dos serviços de Capatazia.

MUCURIPE, PORTO QUE CRESCE

Os dados relativos à utilização do Pôrto apresentam uma significativa visão do ritmo de crescimento do Pôrto do Mucuripe em conseqüência do esfôrço de racionalização dos serviços portuários empreendido pela Companhia de Docas que vai dando bons e crescentes frutos.

A produtividade por metro linear de cais cresceu em 142,83 toneladas de 66 para 67, registrando-se um índice de 958,92 toneladas por metro em 67, quando no ano anterior a produtividade foi de 816,09 toneladas por metro.

A movimentação de mercadorias por dia teve um crescimento de 3 640 toneladas/dia, registrando-se um movimento de 24 433 toneladas por dia em 67 e de 20 793 toneladas/dia no ano anterior

Os índices referentes à atração também revelam um crescimento de 67 em relação ao exercício de 66. No último ano, a atração situou-se ao nível da relação de 652,19 metros por dia, enquanto em 66 o relacionamento estêve em 571,40 metros por dia, resultando num crescimento de 80,79 metros por dia de um ano para o outro.

O percentual de ocupação do cais sofreu uma elevação de 9% em 67, quando 70% do cais permaneceu ocupado cada dia e em 66 a percentagem de ocupação não ultrapassava à média de 61% ao dia.

Tôda a relação de crescimento do Pôrto do Mucuripe em têrmos de produtividade linear do cais, movimentação de mercadorias por dia, índice diário de atracação e índice de operação é devido aos bons efeitos da política da Companhia de Docas no sentido de dinamizar o aproveitamento e racionalizar a utilização do Pôrto, dentro do esquema de desenvolvimento da navegação marítima do País.

ENTROSAMENTO

O Diretor-Presidente da Cia. Docas, engenheiro Raul Cabral de Sá, afirma que todos os êxitos alcançados pela Companhia se sustentam, em larga escala, no entrosamento mantido com os organismos que orientam a política portuária nacional e a constante e indispensável ajuda recebida das autoridades federais.

Não teria sido possível, salienta, sem a profunda dedicação que tem caracterizado a administração do Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, e a do Diretor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Almirante Luís Clóvis de Oliveira. Ambos tiveram grande empenho no pronto encaminhamento dos problemas vinculados ao Pôrto do Mucuripe, circunstância que contribuiu para oferecer à Companhia Docas do Ceará invejável situação no cenário administrativo do Estado.

Considera ainda que um destaque significativo merece a valiosa atuação dos engenheiros Lourival de Almeida Castro, Diretor da 4.ª Diretoria Regional de Portos e Vias Navegáveis, e Cláudio Marinho de Andrade, Inspetor Fiscal do Pôrto do Mucuripe.

META 68 E MAIS PROGRESSO

A Companhia Docas do Ceará pretende, durante o presente exercício, dinamizar cada vez mais o progresso do Pôrto do Mucuripe, levando avante seu plano de assegurar ao Estado uma infra-estrutura portuária capaz de atender às suas necessidades de desenvolvimento, garantindo uma eficiente via de escoamento para as suas riquezas.

Dentre as obras programadas para êste ano destacam-se a Dragagem do Canal de Acesso ao Pôrto do Mucuripe, com um volume de 400 000 m3: a dragagem da bacia de evolução total (1 400 000 m3); a consolidação do molhe de abrigo; o prolongamento do espigão de retenção de areia; mais 160 metros de cais com — 10m de profundidade; 290 metros de cais para petroleiros; aquisição e montagem de equipamento pneumático, inclusive correias transportadoras destinadas a granéis; instalações para óleos vegetais; aquisição de um guindaste com cabina elevada para 25 t.; aquisição de empilhadeiras de 8 mil libras; conclusão dos serviços de captação, adução, reservatório e distribuição; prosseguimento da rêde de drenagem no nôvo trecho do cais; construção da rêde de distribuição de energia elétrica, inclusive estação abaixadora; e prosseguimento e conclusão do prédio da Estação de Passageiros e Administração. Tôdas essas obras contam com recursos já postos à disposição do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis pelo Ministério dos Transportes, totalizando um investimento de NCr$ 10 160 000,00.

Além das inversões financeiras, a Companhia de Docas pretende prosseguir no programa de melhoria dos serviços do Pôrto do Mucuripe, de modo a prestar cada vez mais um melhor serviço dos seus usuários, diretamente interessados no sucesso do programa de melhoria constante daquela via portuária.

DIRETORIA

O engenheiro Raul Cabral de Sá é Diretor-Presidente da Companhia Docas do Ceará, sendo o engenheiro Rudolf Langer seu Diretor-Administrativo e o engenheiro Danilo Dalmo da Rocha Correia, o Diretor-Técnico.

O mercado financeiro e o setor habitacional

Dois fatos caracterizaram, do ponto-de-vista quantitativo, o mercado financeiro brasileiro no ano de 67.

O primeiro dêles foi o crescimento extraordinário dos aceites das financeiras que captaram cêrca de 50% da Poupança Financeira Nacional do período, comparados com cêrca de 20% no ano de 66.

O segundo fato foi, certamente, a implantação e a promoção inicial do sistema financeiro da habitação, ou seja, das letras imobiliárias e dos depósitos em cadernetas com correção monetária que já, em seu primeiro ano de funcionamento, conseguiram captar um volume total da ordem de 200 bilhões de cruzeiros antigos, cêrca de 8% da Poupança Financeira Nacional.

É sôbre êsse segundo fato que trataremos neste artigo.

OBJETIVOS

O Sistema de Poupança e Empréstimo Brasileiro é um sistema que se propôs os seguintes objetivos:

— em 1.º lugar, a concessão de financiamentos para a construção e aquisição de habitações destinadas à classe média brasileira;

— em 2.º lugar, um sistema cujas instituições fôssem capazes de remunerar a poupança nêle depositada quer sob a forma de caderneta de depósitos com correção monetária, quer sob a forma de letras imobiliárias, com uma remuneração real, remuneração que fôsse sempre mais alguma coisa do que a inflação. A taxa de juros real do sistema é atualmente de 3% para as letras imobiliárias e de até 6% para os depósitos em caderneta com correção monetária.

— em 3.º lugar que o sistema seja capaz de operar a custos administrativos não superiores a 3% ao ano, isto é, um sistema que tenha um elevado grau de eficiência operacional de modo a que os financiados não sejam excessivamente onerados pela ineficiência administrativa das instituições.

— em 4.º lugar, que êste sistema seja capaz de captar poupanças em volume suficiente para satisfazer ou pelo menos equilibrar a demanda de habitação das classes que dêle se utilizam.

Dentro dessa ordem de idéias podemos verificar que alguns dêsses objetivos se enquadram dentro de objetivos maiores da sociedade brasileira, objetivos êsses estratégicos para o processo do desenvolvimento econômico. Assim, o restabelecimento do hábito de poupança, induzido forçosamente pela utilização de seus instrumentos, é algo maior do que o fornecimento de habitações. Transcende mesmo ao objetivo social da casa própria. É algo que é vital para o processo de desenvolvimento brasileiro, uma vez que êsse processo depende fundamentalmente do volume global de poupanças que é feito cada ano. Êste objetivo é o que redunda do financiamento da construção de habitações novas, ou seja, da utilização de mão-de-obra ociosa, da utilização de capacidade industrial também ociosa existente no País, com isso provocando uma reativação da economia e a retomada do desenvolvimento.

Não se deve deixar de notar que, pelo fato de as habitações serem financiadas a largo prazo, ou seja, de que o pagamento da habitação consome uma parcela menor da renda familiar, há liberação de recursos para utilização em outros setores, recursos êsses que poderão ser poupados, ou que poderão ser utilizados na aquisição de bens de consumo durável ou na aquisição de bens de consumo.

Isto significa que o Sistema Habitacional Brasileiro provoca uma redistribuição da utilização da renda familiar, o que certamente poderá ser bem utilizado por outros setores da economia do País.

Além disso não devemos esquecer o objetivo pròpriamente habitacional de dar casa a quem não a tem, objetivo êsse de natureza social mas também importante para o bem-estar da população brasileira. Todos êsses aspectos apóiam-se, no entanto, sôbre um problema da maior importância para o País e que é o problema do mercado financeiro, do mercado da poupança do público, da sua utilização e dos instrumentos que a mobilizam.

Instituições. Existem hoje no País operando no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo três tipos de instituições. As Caixas Econômicas (que são federais ou estaduais), as sociedades de Crédito imobiliário e as carteiras de crédito imobiliário das sociedades de crédito e financiamento e as APE — Associações de Poupança e Empréstimo. Estas últimas instituições só no ano de 68 começarão a funcionar, mas já foram devidamente regulamentadas e estão em processo de constituição. As duas primeiras (caixas econômicas e sociedades de crédito imobiliário) tiveram o seu ano de implantação em 67 e os resultados alcançados é que serão examinados e comparados seus instrumentos de captação com os instrumentos utilizados por outros setores da economia, por outros tipos de instituições.

SITUAÇÃO

O ano de 67 viu, pràticamente, tôdas as caixas econômicas, que são 26, colocarem em funcionamento as suas carteiras de habitação. Elas começaram a receber depósitos com correção monetária em caderneta e a aplicar êsses depósitos, juntamente com os refinanciamentos do BNH e com as suas próprias disponibilidades de recursos de outra natureza, em financiamentos habitacionais. As Caixas Econômicas federais e estaduais conseguiram captar no ano de 67 cêrca de 47 bilhões de cruzeiros antigos na chamada poupança livre, isto é, depósitos com correção monetária em caderneta sem nenhuma vinculação à obtenção de empréstimos habitacionais.

Se a isto adicionarmos os depósitos de poupança vinculada, chegaríamos a um total de cêrca de 70 bilhões de cruzeiros antigos. Êstes resultados não correspondem, òbviamente, a um ano inteiro de trabalho para tôdas as caixas econômicas. Muitas delas começaram a operar no meio ou no fim do ano. Mesmo assim, os resultados são significativos e espera-se que uma vez estendido o processo a tôdas as caixas e feita uma campanha promocional adequada com a criação da mística do depósito com correção monetária, êle venha a crescer de maneira sustentada e firme. Êsses recursos somados aos 83 bilhões de cruzeiros antigos de refinanciamentos obtidos do BNH, além dos recursos próprios das caixas econômicas, permitiram que essas instituições emprestassem no ano de 67 valor superior a 200 bilhões de cruzeiros antigos, em financiamentos de habitações.

Quanto às sociedades de crédito imobiliário, temos estatísticas bastante mais precisas, que indicam que, começando o ano com cinco instituições em funcionamento e terminando o ano com trinta e cinco pôde o sistema captar poupanças do público evoluindo mensalmente de pouco mais de 2,5 bilhões de cruzeiros antigos em janeiro, chegando a mais de 20 bilhões de cruzeiros antigos em novembro num total de 133 bilhões de cruzeiros antigos durante o ano de 67.

Com essa captação e com os refinanciamentos obtidos do BNH através da venda de letras ou de contratos de refinanciamento puderam as sociedades e carteiras de crédito imobiliário assinar contratos de financiamentos do valor global superior a 300 bilhões de cruzeiros antigos.

O MERCADO

Nos últimos anos tem-se constatado um crescimento constante da parcela da poupança do setor privado que é destinada aos investimentos em instrumentos financeiros. A média nos últimos 20 anos das poupanças financeiras oscilava em tôrno de pouco mais de 1% da renda pessoal disponível de cada ano. Essa percentagem, nos últimos 3 a 4 anos infletiu para cima e está hoje em tôrno de 4%, cifra a que quase se atingiu no ano de 66 e que pelos resultados preliminares relativos a 67 foi atingida. Isto significa que o tamanho do famoso bôlo da Poupança Nacional, que se diz sempre ser um bôlo constante, não tem nada de constante: é um bôlo em expansão. Não é um bôlo do tamanho do universo em expansão mas é um bôlo que está em crescimento bastante rápido.

A ordenação da utilização da poupança nacional é algo que, certamente, beneficiará a todos, evitando uma concorrência excessiva que só beneficia os intermediários e que traz prejuízos tanto para os usuários quanto para as instituições financeiras e para os poupadores e investidores.

A ORDENAÇÃO

Como fazer essa ordenação? Como organizar um mercado que muitos, com um sorriso de falsa sabedoria nos lábios, afirmam ser por definição sujeito a "bonecos" e condenando a selvageria?

Para responder a estas perguntas devemos deixar claro que o funcionamento livre da lei da oferta e da procura, no caso do mercado financeiro, pode conduzir a deformações sérias. Pode levar a poupança para setores que são diferentes dos setores aos quais é atribuída prioridade pela comunidade brasileira. Como exemplo citaríamos o caso da habitação. É um setor que, do ponto-de-vista estratégico da sociedade brasileira e do atual Govêrno, tem uma grande importância. Êste setor, no entanto, é um setor que deve conceder crédito a longo prazo, e que não obstante serem suas taxas de juros reais, devem ser seus empréstimos contratados e suas condições fixadas por longo prazo. Como conciliar êste fato com a existência de um mercado financeiro errático, cuja taxa real em certos instrumentos oscilou, em pouco mais de 3 anos, de menos de vinte por cento para mais dez ou mais 15% ao ano? Êsse comportamento do mercado financeiro é para todos altamente maléficos. Não seria muito mais interessante trabalhar a uma taxa real de juros relativamente estável? Taxa que oscilasse, mas dentro de limites razoáveis? A única forma de obter êstes resultados é através da interferência do Estado no mercado.

Essa interferência pode ser feita de várias maneiras, tôdas perfeitamente eficazes.

A interferência pode ser feita através de instrumentos fiscais que são instrumentos bastante eficientes para provocar o deslocamento da poupança de um instrumento para outro.

Essa interferência pode também ser feita através da criação de mecanismos de garantia e de liquidez.

Essas e outras formas de intervenção governamental produzem os seus resultados, e são instrumentos utilizados por todos os países do mundo.

Países muito mais capitalistas do que o Brasil, fixam tranqüilamente tetos para a remuneração de determinados instrumentos financeiros. Isto pode parecer um absurdo, uma afronta aos princípios da livre emprêsa e às leis do mercado. Mas são técnicas usadas largamente em países com economias muito mais estáveis que a brasileira. Por que não utilizar êstes mesmos instrumentos aqui no Brasil, que dêles muito mais precisa? Verificamos, no ano de 67, os transtornos causados no mercado financeiro pelo lançamento em prazo curto de quantias que em si não eram grandes, mas que, dada a exigüidade do prazo em que foram colocados no mercado, provocaram tumulto. Refiro-me aos títulos de governos estaduais. Se houvesse coordenação e contrôle, pelas autoridades monetárias, do mercado da poupança financeira, os resultados maléficos dessas colocações de títulos não teriam havido. Se houvesse sido reservada, no orçamento da Poupança Financeira Nacional, uma parcela razoável para os governos estaduais, a colocação dos títulos feita em épocas apropriadas e com rentabilidade apropriada não teria havido o menor mal-estar no mercado financeiro. Não teria jogado, como jogou, para cima as taxas das letras de câmbio. Vimos no ano passado, em poucos dias, um trabalho de meses de declínio na taxa de rendimento das letras de câmbio ser prejudicado pelo lançamento intempestivo de papéis estaduais.

Êste é um tipo de problema que pode ser perfeitamente resolvido através da adoção de uma série de medidas que, apenas a título de sugestão, gostaríamos de deixar aqui registradas.

ANÁLISE DOS USOS

Todo mercado financeiro e de capitais, no fundo, destina-se a financiar alguém, ou governos ou emprêsas ou pessoas (consumidores). São êstes os três tipos de usuários dos recursos captados no mercado de capitais. E para cada um dêsses tipos de usuários existem vários usos do dinheiro. Temos, no caso dos consumidores, o crédito ao consumidor de bens duráveis e o crédito para aquisição de habitação. São dois tipos de crédito ao consumidor. Temos, no caso das emprêsas, o financiamento da produção de habitações, o financiamento do capital estável das emprêsas industriais e comerciais e o financiamento das vendas para outras emprêsas. E no caso dos governos, o financiamento dos governos federal, estaduais e municipais.

OS INSTRUMENTOS

Existem atualmente vários instrumentos que financiam essas necessidades das pessoas, das emprêsas e dos governos. Êstes instrumentos são as reservas das Cias. de Seguro, os títulos governamentais, os depósitos movimentáveis por cheque e os não movimentáveis por cheque dos bancos, das caixas econômicas e das sociedades de crédito imobiliário, as letras de câmbio, as letras imobiliárias, as ações, as debêntures e as cédulas hipotecárias. Existe, portanto, um número bastante grande de instrumentos que poderia ser mesmo ampliado se nos detivéssemos mais sôbre as possibilidades que existem, em matéria de instrumental financeiro. Alguns instrumentos têm vocação determinada quer por causa das instituições que os utilizam, quer por causa das suas próprias características, que indicam que êsses instrumentos devem ser utilizados para o atendimento de uma das necessidades de crédito mencionadas anteriormente.

AS VOCAÇÕES

Para o financiamento dos governos, além do instrumento não muito correto do atraso nos pagamentos, o clássico é a colocação de letras ou obrigações do Govêrno. Êsse é o instrumento clássico, que é utilizado normalmente e cujo uso naturalmente deve ser continuado.

Para o financiamento do capital próprio das emprêsas não há outro instrumento que não sejam as ações. Para o financiamento do consumidor de bens de consumo durável o instrumento indicado são as letras de câmbio, podendo já aí, no entanto, ser utilizado também o crédito bancário correspondente aos depósitos a prazo. Para o financiamento das habitações, quer da construção, quer da venda, não há outro instrumento senão os depósitos com correção monetária nas instituições do Sistema Financeiro de Habitação e as letras imobiliárias. Restam ainda, no entanto, alguns setores da economia e alguns tipos de necessidade de crédito, que, se bem que os instrumentos já existam, já estejam disponíveis, não estão hoje bem abastecidos de crédito, ou melhor, cujos instrumentos adequados ainda não entraram na competição que existe pela poupança nacional. Refiro-me, especìficamente, às necessidades de crédito do setor de serviços, necessidades essas que normalmente deveriam ser resolvidas pelo crédito hipotecário (o financiamento de hotéis, financiamento de rádios, da imprensa, da televisão).

Êsse tipo de financiamento de serviços, por créditos hipotecários, é suprido exclusivamente através de orgãos governamentais ou através de uma forma não mencionada de captação de poupança que é a venda de cotas imobiliárias, forma essa perigosa e até hoje não bem aceita pelas autoridades. Refiro-me também à necessidade das emprêsas que não sejam para desconto de duplicatas. Em todos os países industriais do mundo, principalmente aquêles que conseguiram se desenvolver ràpidamente, como o Japão e a Austrália, e os países que já estão desenvolvidos, mas cuja economia continua em expansão, existem instrumentos que não financiam as vendas, que não financiam o capital de giro, que é representado por efeitos comerciais, e sim que financiam estàvelmente o ativo fixo dessas emprêsas. Verificamos que certos setores, mesmo em países altamente capitalizados, como os Estados Unidos, são largamente financiados por debêntures e *bonds* com garantia hipotecária, por empréstimos a prazo médio (dez anos) da rêde bancária ou por companhias de seguros. Esta é, portanto, uma modalidade de crédito que está faltando no Brasil. Vemos pois que existem na legislação brasileira todos os instrumentos necessários a todos os usos que existem para crédito, e que êstes instrumentos não estão sendo eficazmente utilizados para atender às necessidades que existem e que não estão satisfeitas.

Verificamos, por outro lado, como já foi mencionado, um comportamento errático, muitas vêzes irracional do mercado financeiro que se desloca de um lado para outro, de um instrumento para outro, com excessiva velocidade e com custos que são muitas vêzes absolutamente insuportáveis para as pessoas ou onerosos aos governos que os estão utilizando..

O PROBLEMA DA TAXA DE JUROS

Dizem os teóricos da economia que existe uma taxa de juros-pura em um mercado, num determinado instante. A esta taxa de juros pura que corresponderia a uma taxa de risco zero e a um grau de liquidez perfeito seriam adicionadas parcelas correspondentes a uma menor liquidez e a uma menor garantia de modo que a rentabilidade fôsse aumentando. Isto é uma afirmação teórica que na prática não se observa integralmente. Existe certa deformação que chamaríamos de viscosidade do mercado financeiro. Nos últimos dez anos apareceram instrumentos de poupança que ofereciam uma rentabilidade muito maior, teòricamente, ninguém deixaria mais dinheiro depositado em cadernetas sem correção monetária das caixas econômicas. No entanto existem, só aqui no Estado da Guanabara, 70 bilhões de cruzeiros antigos depositados em cadernetas de Caixas Econômicas pagando 3% ao ano de juros — só. E êsses depósitos são crescentes. Isso demonstra que existe também, na localização da poupança, uma questão de tradição, de hábito que é durável, que muda mas muda lentamente.

É necessário no entanto que seja estudado o problema da taxa de juros, que seja fixada uma taxa de juros base a que corresponderia um grau máximo de liquidez, um grau mínimo de rentabilidade e um grau máximo de segurança.

A esta taxa e em função dela seriam determinadas as taxas dos vários tipos de instrumentos que existem atualmente e examinada, em cada caso, a necessidade ou não de se darem condições adicionais de segurança ou de liquidez a fim de que a taxa baixasse ou aumentasse de modo a que ficasse adequada à capacidade de pagamento do setor que estava financiando.

Isto é uma frase comprida e teórica mas que, na prática, é bastante simples de ser utilizada. Se interessar, por exemplo, ao govêrno estimular o consumo de bens de consumo durável êle deverá, além de isentar de quaisquer impostos a captação e a aplicação de poupanças nessa área, criar mecanismos que garantam e que dêem liquidez a êsses papéis, com isto baixará o custo dêste dinheiro para o público consumidor, aumentado o mercado dos bens de consumo. Esta é uma decisão que em cada caso deverá ser tomada mas de uma maneira coerente, em conjunto, examinando-se instrumento por instrumento, uso por uso, custo por custo, fazendo portanto que o mercado financeiro brasileiro seja homogêneo, isto é, que os rendimentos sejam compatíveis com os graus de liquidez, e de segurança e de tradição do instrumento financeiro, de modo que o seu custo seja adequado às pessoas que estão utilizando os recursos por êle captados. Isto não é complicado, é, pelo contrário, relativamente simples de ser feito, e será o primeiro passo para a execução de um orçamento de poupança financeira nacional.

O ORÇAMENTO DA POUPANÇA FINANCEIRA NACIONAL

Esse orçamento seria feito com base na evolução, ano a ano, desta poupança e com base nas previsões, já feitas, da evolução dos índices de preços e, portanto, da evolução da renda pessoal disponível e do percentual desta renda que está sendo destinado à poupança. A partir dêsse dado seria feita a distribuição, entre os vários instrumentos, do quantum que deverá ser captado por cada um dêles em função das necessidades. Com esta quantificação e com a fixação da rentabilidade que está sendo paga a cada instrumento seria feito um planejamento para a poupança financeira nacional que fôsse exeqüível. É claro que existe margem de êrro. Trata-se de projetar o futuro e um futuro que se baseia nas decisões de milhões de pessoas (os poupadores e investidores). Mas isto é processo permanente e recorrente, acompanhados periòdicamente os resultados e retificados os incentivos de um ou outro instrumento de modo que a poupança esteja sempre sendo canalizada e distribuída de acôrdo com o que é desejado e que consubstancia, na verdade, a política nacional nesse campo. Existem várias maneiras de fazer com que essa quantificação seja mais precisa. Podem-se imaginar mecanismos de contingenciamento, permitindo a criação de direitos de colocação de títulos, transacionáveis entre agentes de mesma natureza.

Existem também uma série de outros mecanismos que poderiam ser imaginados e que a fertilidade da imaginação brasileira não deixará de ter. Mas, repetimos, tudo isso deverá ser feito baseado na quantificação, na previsão do volume global da poupança financeira e na determinação das taxas de juros reais obtidas através de cada instrumento.

Um dos resultados dêsse tipo de atuação do Govêrno seria certamente baixar dràsticamente as despesas de intermediação na colocação de papéis (corretagem) que hoje em dia é o maior fator do custo excessivo do dinheiro para muitos dos instrumentos que são utilizados.

OS FATÔRES A CONSIDERAR

Nessa análise não se deveria perder de vista em primeiro lugar o interêsse dos poupadores, dos investidores. A ascensão rápida da parcela da renda disponível do setor privado que é destinada à poupança no setor financeiro nos últimos tempos não é causada por outra razão senão a de que êsses instrumentos passaram a apresentar rendas reais positivas.

Enquanto antigamente era muito mais interessante tanto para as emprêsas quanto para os indivíduos gastar e comprar, mesmo aquilo que não era no momento necessário, como forma de usar suas disponibilidades financeiras, a partir do momento em que começaram a descobrir que existe uma renda real positiva nos instrumentos que estão hoje à disposição do público é que se notou esta inflexão. *É portanto essencial* que se preserve a renda real positiva. O que não se deve permitir é o oposto, é passarmos de uma época em que todos os instrumentos financeiros davam uma renda real substancialmente negativa (em muitos anos chegou a *menos 20%*) para uma época em que êstes mesmos instrumentos passam a dar rendas reais positivas de *mais de 15% ao ano.* Êste custo é insustentável do ponto-de-vista dos usuários. É portanto necessário que se estabeleça um equilíbrio, que se preserve o rendimento real, que êste rendimento real seja crescente à medida que a liquidez seja menor, à medida que a garantia seja menor, mas que êste rendimento seja em tôdas as hipóteses um rendimento razoável. Não é possível que seja um rendimento jamais encontrado em nenhum mercado financeiro de nenhum país do mundo.

Precisaremos nesta análise também verificar qual é, hoje em dia e de fato, a utilização feita dos recursos captados, pelos vários instrumentos. Nota-se no Brasil, pela falta de financiamento direto às emprêsas do uso desvirtuado de alguns dêsses instrumentos. As letras de câmbio financiam pesadamente o capital fixo das emprêsas, através do disfarce do penhor mercantil. Dever-se-ia eventualmente estudar o financiamento das emprêsas industriais com garantia hipotecária e mediante saque de letras de câmbio rotativas. Isto deveria ser feito com tôda a clareza para que em primeiro lugar as financeiras fôssem capazes de julgar o tipo de operação que estão fazendo e em segundo lugar para que fôsse dado às emprêsas, que estão utilizando êsse tipo de crédito, a possibilidade de fazê-lo claramente e de uma maneira permanente. Isto não teria o menor risco, seria talvez um instrumento excessivamente caro aos atuais custos do mercado financeiro brasileiro, mas, obtida a nivelação ou pelo menos a compatibilização das taxas em função das características dos empréstimos e dos instrumentos, êsse custo certamente seria muito mais baixo. O fato é que instrumentos que sirvam para esta finalidade existem (existem pelo menos 2 que são as debêntures e as cédulas hipotecárias, e um terceiro que seria a forma mencionada de aceite rotativo com garantia hipotecária). Qualquer um dêsses três instrumentos resolveria o problema, mas deveria ser claramente regulamentado e estimulado.

CONCLUSÕES

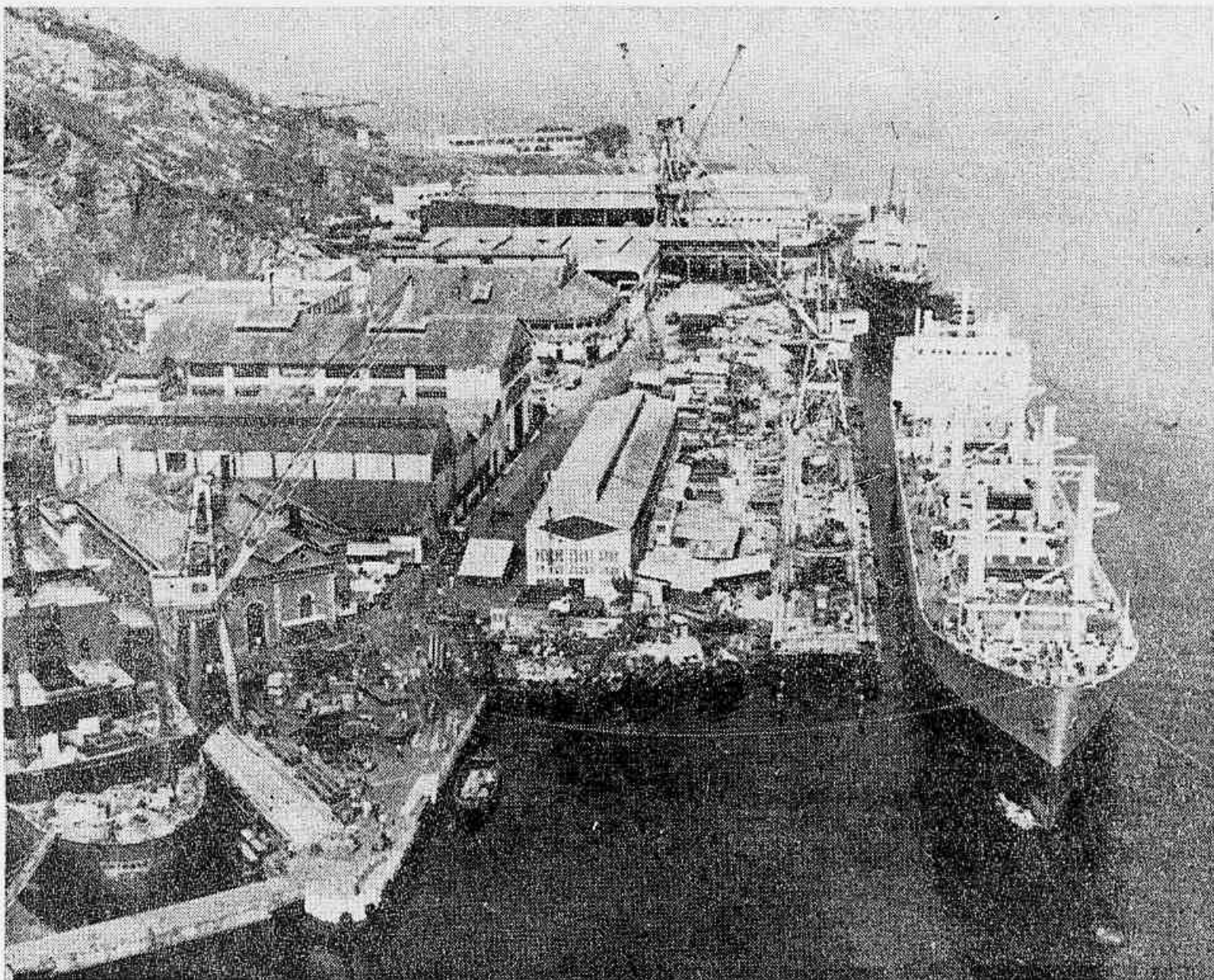
Chegamos ao final dêste artigo com o leitor talvez indagando o que tem a habitação a ver com tudo isto. A resposta é muito simples: o setor habitacional é um dos usuários da poupança financeira nacional. O outro grande supridor de recursos para o Plano Nacional de Habitação, que é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, não é suficiente para a totalidade das necessidades habitacionais do País. Estamos todos presenciando os excelentes resultados que a economia brasileira obteve no ano de 67, certamente causados pelos investimentos no setor da construção civil. Mas não são suficientes. O problema habitacional brasileiro é excessivamente grande e agudo para que, pelo menos durante um bom número de anos, êle possa ser contornado apenas com os recursos do fundo. São necessários mais recursos.

O Sistema Habitacional Brasileiro é, em têrmos racionais e reais, perfeitamente capaz de remunerar bem os capitais nêle empregados. Pode pagar 6 a 8% ao ano de juros reais, o que é um rendimento excelente, superior aos rendimentos de quaisquer investimentos financeiros dos últimos 20 anos. Mas com um mercado financeiro errático como o nosso, em que certos instrumentos, em determinados momentos, passam a pagar 15% ao ano de renda real anual, o sistema cresce aos saltos ao invés de crescer continuamente. Aliás essa é uma das características dos vários elementos de captação de poupança brasileiros: êles são de crescimento espasmódico ao invés de crescimento continuado. Em determinado momento um ou vários Estados lançam letras de seus tesouros no mercado e depois cessam sua atuação. Em outra ocasião é o próprio Govêrno federal que lançou uma quantia enorme de obrigações do tesouro e depois saiu do mercado. Doutra vez são outros instrumentos que pressionam os mercados, jogando a taxa de juros real, de uma maneira violenta, de um lado para outro.

É certamente possível a ordenação dêste mercado, a coordenação da sua utilização em função da época do ano e em função das necessidades de um ou outro setor (que em muitos casos são cíclicas). É pois perfeitamente possível haver a uniformização de taxas e a criação de um mercado financeiro regular e tranqüilo no Brasil.

Trabalho do Estaleiro Mauá responde desafio do Govêrno

A Companhia Comércio e Navegação atua bàsicamente em dois setores: construção naval e produção de sal. Das carreiras do Estaleiro Mauá, na Ponta D'Areia, em Niterói, já saíram dezessete navios, de grande porte, sendo que a maioria dêles já foi entregue aos armadores nacionais.

Nas Salinas Unidos, em Macau, no Rio Grande do Norte, a CCN desenvolve um grande programa de expansão da indústria salineira. Além da mecanização da produção, meta já plenamente realizada, o objetivo agora é racionalizar o transporte do sal até os navios que o transportam, com o auxílio de um moderno terminal. Essas medidas contribuirão para baratear o custo do sal e possibilitarão o aumento da produção, que é vital à economia do Rio Grande do Norte.

Em 1958, quando o Govêrno brasileiro resolveu a c e l e r a r o reinício das atividades de construção naval no Brasil, a Companhia Comércio e Navegação, com 60 anos de experência em diverss setores marítimos, aceitou o desafio. Até o momento o Estaleiro Mauá, da Companhia Comércio e Navegação, único estaleiro de grande capacidade totalmente nacional, lançou ao mar dezessete navios, desde graneleiros e petroleiros, até frigoríficos, além de uma plataforma de perfuração de poços de petróleo marítimos, recebida pela Petrobrás.

O Estaleiro Mauá está situado no sope do Morro da Armação, em Niterói, e tem capacidade para construir navios de até 60 mil toneladas de porte bruto. Estende-se por uma área de 150 mil metros quadrados, sendo que têrça parte é coberta ou construída, incluindo a carreira de construção naval, duas grandes oficinas estruturais, pátios de pré-fabricação e diversas outras oficinas, além de almoxarifados, escritórios, refeitórios e outras instalações.

SERVIÇOS

Um dique flutuante, o Almirante Ladário, e a Companhia Auxiliar de Construção e Reparos Navais — CACREN — funcionam integrados ao Estaleiro Mauá, possibilitando a execução dos mais variados serviços, desde a rotineira limpeza do casco dos navios até verdadeiras reconstruções de barcos sèriamente avariados, como foi o caso, há pouco tempo, do transatlântico do Lóide Brasileiro, *Ana Néri*, abalroado na Baía de Guanabara.

A construção naval no Estaleiro Mauá obedece às mais modernas técnicas, sendo todos os seus navios já entregues portadores dos mais altos índices de qualidade conferidos pelas sociedades internacionais de classificação. O estaleiro está cuidando agora da construção ou entrega de mais 167 mil toneladas, ou seja, 15 navios, para armadores brasileiros, contribuindo para a remodelação de nossa frota mercante.

Integrando-se no espírito renovador que, a partir de 1958, começou a estimular o desenvolvimento da indústria de base brasileira, a Companhia Comércio e Navegação obteve autorização do GEICON — Grupo Executivo da Implantação da Construção Naval — em novembro daquele ano, para ampliar o Estaleiro Mauá e equipá-lo para a construção de navios. Até então, as instalações da CCN, na Ponta D'Areia, incluíam o dique sêco Lahmeyer — o maior da América Latina — oficinas de reparos navais, distribuídas em uma área de 40 mil metros quadrados.

Uma antiga tradição no setor da indústria de construção naval, remontando ao pioneirismo de Irineu Evangelista de Sousa — o Barão de Mauá — voltou a se manifestar intensamente em todos os setores do Estaleiro a ponto de, já em maio de 1961, ser entregue o primeiro navio — o *Ponta d'Areia* — com capacidade para 1550 toneladas, seguido de três do mesmo tipo. O Estaleiro Mauá foi também responsável pela construção de navios de 18 110 toneladas do porte bruto, os maiores encomendados até então à indústria de construção naval brasileira.

O Estaleiro Mauá possui uma carreira de construção de 140 metros de comprimento por 42 de largura, com duas linhas de lançamento para navios de até 36 mil toneladas de porte bruto.

O sistema de construção dos navios é feito pelo processo de pré-fabricação, em que as partes do navio são pré-montadas nas melhores condições, e só depois levadas para bordo, em seções de 30 toneladas cada uma.

A oficina mecânica do Estaleiro Mauá, além de atender às necessidades normais de construção naval, está aparelhada para revisões completas de motores diesel, dispondo, entre outras facilidades, de banco de provas para motores até 3 mil H.P. e tôrno para eixo de manivelas de até 10 metros.

UNIDADE INTEGRADA

Funcionando como uma unidade inteiramente integrada, o Estaleiro Mauá possui a sua própria fundição de ferro, bronze, e alumínio, caldeiraria de cobre e forjaria, oficinas de eletricidade e carpintaria, ferraria, serralheria e velames, com operários especializados em todos os ofícios.

As condições de assistência ao homem que trabalha é preocupação básica da Companhia Comércio e Navegação em todos os seus setores de atividade, seja na indústria salineira, seja na construção naval. No Estaleiro Mauá, a emprêsa mantém uma escola para filhos de operários e também para o aperfeiçoamento dos próprios operários, dando-lhes gratuitamente a possibilidade de se desenvolver nos setores em que pretendem especializar-se. Não raro, os homens da CCN são enviados ao exterior, para complementar sua especialização, no caso de não haver o curso necessário no Brasil.

O Estaleiro Mauá possui um refeitório capacitado para servir até 1700 refeições simultâneas. Mantém um serviço de assistência médica, com ambulância própria, um completo serviço de proteção contra incêndio, uma cooperativa de crédito e uma associação recreativa para seus operários. Além de dar ao homem que trabalha o máximo de possibilidades de recuperar-se do esfôrço despendido, a CCN procura também criar condições para que um número cada vez maior de operários se capacite a dirigir sempre mais empreendimentos, com o apoio e simpatia da emprêsa.

Periòdicamente são feitas avaliações de mérito, com base em entrevistas, exames, informações dos superiores e resultados obtidos nos cursos, com vistas ao estabelecimento de um sistema de acesso justo e eficiente.

Unidos expande produção de sal em Macau

A 20 de agôsto de 1605, Jerônimo de Albuquerque concedia a seus filhos Antônio e Matias "uma data que são duas salinas que estão corenta leguas daquy para a banda do norte... nem a terra serve para cousa nenhuma mas que pera o sal que por sy se cria".

Nesta mesma área onde Jerônimo de Albuquerque previa a exploração fácil de um produto indispensável à vida de uma nação, erguem-se hoje as instalações da Salina Unidos, da Companhia Comércio e Navegação, em Macau, Rio Grande do Norte.

A Unidos, totalmente mecanizada e dotada do equipamento mais moderno atualmente utilizado no mundo para a produção do sal, fornece 360 mil toneladas do produto anuais para o Brasil, ou seja, quase 20 por cento do total produzido em nosso País.

As salinas da Companhia Comércio e Navegação — CCN — às margens do Rio Açu, se estendem por uma área de 18 milhões de metros quadrados. O sal se deposita lentamente em oito cristalizadores, com 400 metros de lado cada um, perfazendo uma área total de 1.280 mil metros quadrados.

A colheita se faz com uma máquina muito semelhante aos *bulldozers* usados na Europa para desimpedir as estradas cobertas de neve. Essa máquina possibilita colhêr 400 toneladas de sal por hora, colocando o produto diretamente nas esteiras que o levam ao lavador.

Durante todo êsse processo, a mão do homem não toca nem uma vez no sal. O lavador, que trabalha em processo contínuo, liberta o sal bruto de suas impurezas, conseguindo até 99 por cento de cloreto de sódio. A operação de lavagem tem uma dupla função benéfica.

Em primeiro lugar, o sal é libertado de bactérias — sarcinas — as causadoras do rânço, na manteiga que se come, e da deterioração de carnes e outros alimentos.

Do ponto-de-vista da indústria de transformação, o lavador consegue baixar o teor de magnésio do sal para 0,08 por cento, que é o máximo aceitável no Brasil. Sem o lavador seriam necessários vários meses até que o teor de magnésio satisfizesse exigências da indústria.

Nesse ponto o sal está pronto para ser embarcado rumo as refinarias, que farão dêle diversas utilizações, principalmente para o consumo do homem.

AUMENTO DE PRODUÇÃO

Mas o consumo de sal cresce ràpidamente. A indústria se une aos que não podem prescindir do sal, o homem, o gado bovino, e as salinas precisam produzir mais. Calcula-se que a demanda de sal, dentro de dois anos, será de 2.360 mil toneladas, sendo que o homem consumirá 476,3 mil toneladas dêsse total.

A produção brasileira, no ano passado, ultrapassou ligeiramente 1,5 milhões de toneladas. Isto quer dizer que urge incrementar a produção das salinas brasileiras para atender a êsse aumento de consumo.

A Salina Unidos, ciente das necessidades crescentes do mercado, já elaborou sua duplicação. A área passará para 38 milhões de metros quadrados, com 16 cristalizadores, produzindo anualmente mais de 720 milhões de toneladas.

Além disso, em pleno coração do Nordeste, a Companhia Comércio e Navegação acaba de instalar a única refinaria de sal da região, a Companhia Industrial do Rio Grande do Norte S A. — CIRNE — com capacidade para produzir 7 toneladas por hora de sal puro refinado, p a r a consumo humano, e outros produtos derivados do sal.

Com esta iniciativa, o Nordeste será abastecido de sal mais barato, de primeira qualidade -- a CIRNE lançou há pouco tempo o Sal Marlin, produzido com equipamentos mais modernos que os utilizados atualmente na produção em outras regiões garantindo maior pureza do produto. A CIRNE está instalada nas proximidades da Salina Unidos, o que possibilita um aproveitamento imediato da matéria-prima, seu acréscimo no custo de produção.

Outra conseqüência da duplicação da Unidos, alem de satisfazer ao aumento do consumo brasileiro, será a entrada do Brasil no mercado internacional de sal.

MODERNO PROCESSO

A construção de portos adequados ao escoamento do sal nordestino é uma antiga reivindicação dos salineiros da região. Depois de estudos de viabilidade técnico-econômica dos vários processos de escoamento, resolveu-se construir terminais marítimos nos dois principais pontos produtores do Nordeste e do Brasil: Macau e Areia Branca.

É bom que se relembre o processo antigo de escoamento. O sal, produzido mecânicamente, lavado e empilhado, é colocado em lentos saveiros, com pequena capacidade de carga. Os saveiros levam o sal até o navio, ancorado ao largo, por falta de condições de atracar. Um navio leva em média 10 a 15 dias para ser carregado...

A conseqüência prática dêste método obsoleto é fácil de entender. O sal, até o momento de ser colocado nos velhos saveiros, com o auxílio de modernas esteiras mecânicas, está por um preço altamente competitivo no mercado internacional. Quando chega ao centro de consumo, seu preço aumentou até dez vêzes, impossibilitando o Brasil concorrer no mercado mundial, além de onerar o produto para o consumidor nacional.

Graças ao esfôrço concentrado dos salineiros e do Govêrno, Macau e Areia Branca vão se ver livres, muito em breve, dos pitorescos saveiros.

Foi criada em Macau a TERMASA — Terminal de Macau S. A. — para explorar o sistema terminal de escoamento do sal da Salina Unidos.

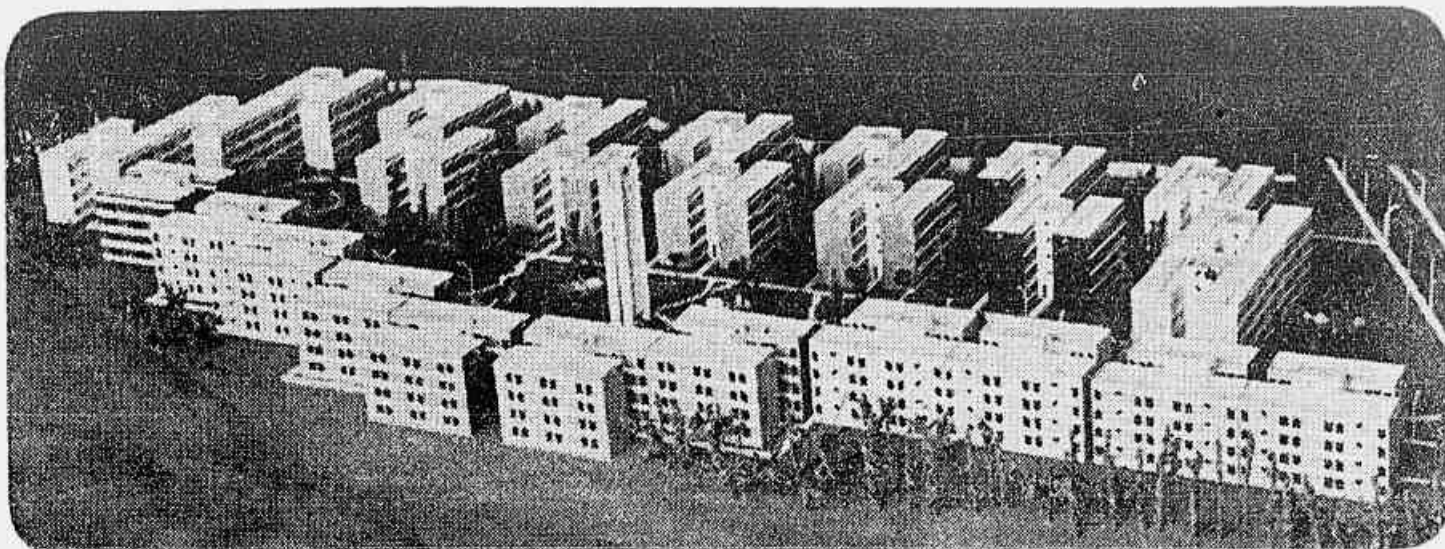
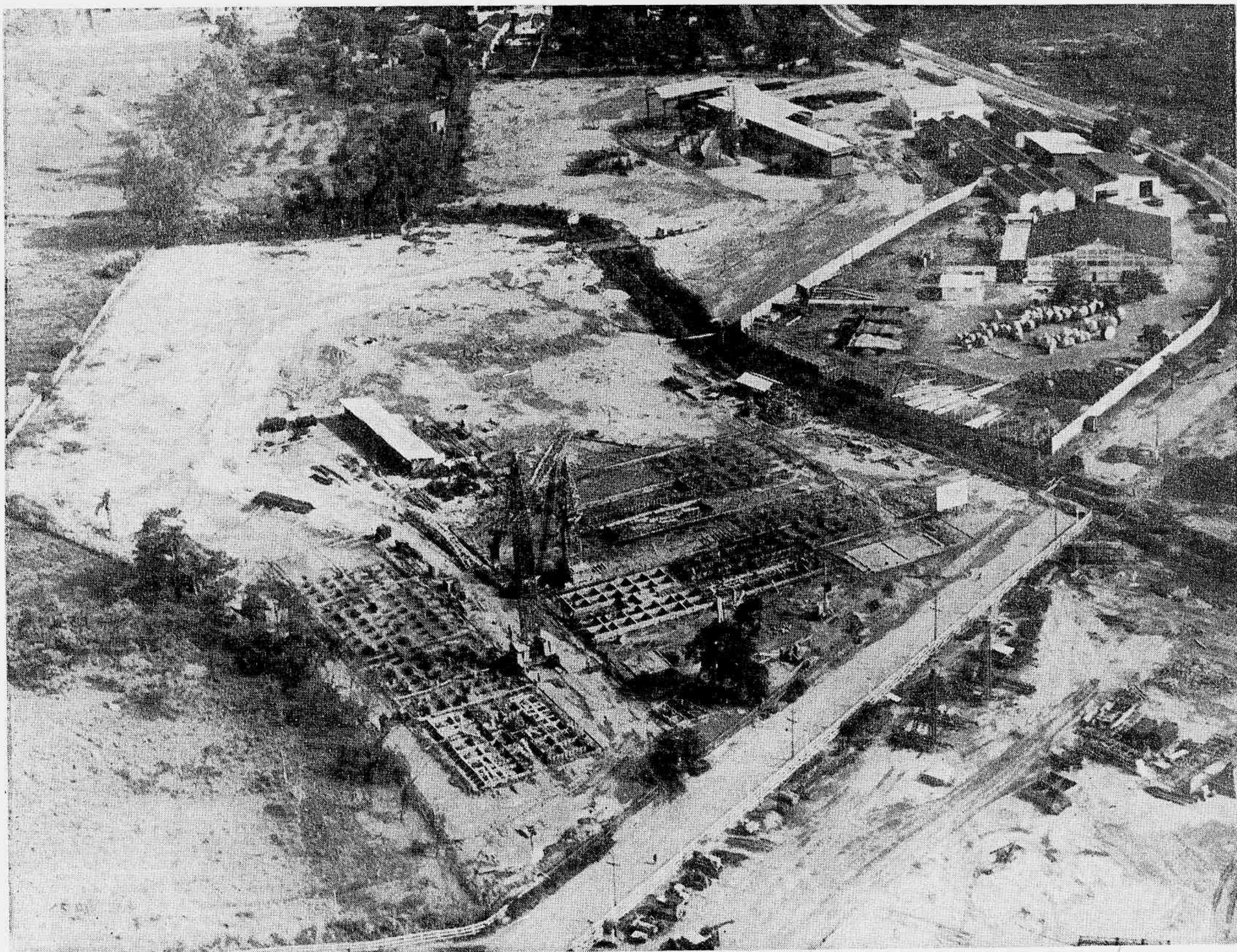
O terminal de Macau consiste em um sistema teleférico de 9,6 quilômetros de extensão, sendo que 8,1 quilômetros sôbre o mar. As caçambas do teleférico, com capacidade para 2 800 quilos cada uma, permitirão escoar mil toneladas de sal por hora.

O sistema compreende 19 tôrres de sustentação do sistema, duas estações de embarque, e possibilitará carregar em questão de horas o navio que levava 14 dias para ser carregado.

A redução no preço do sal para o consumo e a entrada franca do Brasil no mercado internacional, com condições de competir com qualquer dos grandes produtores de sal, são as conseqüências imediatas da construção dos terminais salineiros do Nordeste.

Os estudos de viabilidade elaborados pela TERMASA estão aguardando agora o financiamento do Govêrno que será de caráter supletivo. O próprio Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, ficou entusiasmado com o projeto, quando visitou a Salina Unidos em Macau, que resolveu cuidar pessoalmente do aceleramento da execução dos planos, que já era prioritário dentro do programa de desenvolvimento do Nordeste, juntamente com a ampliação das salinas.

W. Pereira

Pré-fabricação, a solução para o problema habitacional

Assim será o conjunto habitacional que a MONTHAB está construindo

Na estrada Vigário Geral 126, as obras caminham em ritmo acelerado

Comprar casa própria é hoje muito mais fácil graças ao sistema financeiro da habitação, que sob o comando do Banco Nacional da Habitação capta poupanças populares para financiar moradias para o público em geral, seja individualmente ou em cooperativas habitacionais.

Mas solucionar o problema habitacional no Brasil não era uma questão apenas financeira. Esta parte foi equacionada e resolvida através de leis de estímulo à construção civil — dentre elas o descongelamento dos aluguéis. Era necessário também uma racionalização dos métodos de construção, pois neste setor o Brasil figurava como um dos paises mais atrasados do mundo, embora tivesse uma arquitetura entre as mais avançadas, assim como a engenharia pesada.

Esta racionalização de métodos tem seu exemplo maior na pré-fabricação de edifícios, que traz como vantagem primordial o barateamento dos custos da construção e, conseqüentemente, do preço final dos apartamentos ou casas para o povo. Êste barateamento, aliado ao financiamento a longo prazo permitido pela captação de poupanças através das letras imobiliárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, é que estende às camadas de menor renda da população o direito de morar condignamente, e não mais em favelas e cortiços subumanos.

UM EXEMPLO

Um exemplo de racionalização é o que dá a Construções e Montagens Habitacionais MONTHAB S.A., que está começando a construção de um conjunto de 27 prédios de quatro andares na Estrada Vigário Geral n.º 126 — um terreno plano e ajardinado, com áreas para estacionamento de veiculos e para recreação e um castelo dágua para abastecimento do conjunto. A entrega est prevista para outubro, mas os primeiros apartamentos estarão prontos dentro de 60 dias.

São 432 apartamentos de sala e dois quartos ou sala e três quartos (cozinha e banheiro), com projeto do arquiteto Stephan Eleutheriadis. O acabamento é bastante superior, embora numa zona suburbana, ao encontradiço nas construções chamadas populares — esquadrias de aluminio, piso em vinilico, pias e tanques em fibra de vidro e outros detalhes mais bem cuidados.

O projeto conta com o financiamento do Banco Nacional da Habitação, em convênio com o Banco Andrade Arnaud S.A. Sua concretização espelha a nova era que se implanta no Brasil, quando Govêrno e empresários, unindo seus esforços, procuram solucionar racionalmente os problemas da vida nacional, cada um em seu setor, com responsabilidades e atribuições perfeitamente definidas, trabalhando em prol da comunidade.

Em uma segunda etapa do projeto serão construidos outros 27 prédios no terreno ao lado, com caracteristicas semelhantes, totalizando 864 apartamentos entregues até meados de 1969, todos financiados pelo sistema financeiro da habitação e vendidos diretamente ao público.

Os 54 prédios serão todos executados pelo sistema de pré-fabricação integral pesado. Os elementos são fabricados em usina da própria MONTHAB, que produz de 15 em 15 minutos uma parede ou laje do conjunto.

A MONTHAB foi criada há dois anos e durante êste periodo implantou uma infra-estrutura eficiente para a construção de edificios pré-fabricados, com pessoal bastante experimentado em engenharia civil. A firma foi constituída com a participação de diversos grupos ligados à industrialização e comercialização de moradias e a direção executiva está a cargo dos engenheiros Carlos Eduardo Sabóia Gomes, Renato Graça Couto e Luis Ernesto Sabóia de Albuquerque.

A PRÉ-FABRICAÇÃO

O sistema de fabricação e montagem — de que a MONTHAB tem exclusividade no Brasil — é o Gerola, desenvolvido pelo arquiteto italiano Luciano Gerola, que êste ano recebeu em seu pais o Prêmio INARC pelo seu trabalho na nova técnica de pré-fabricação.

Os painéis de concreto utilizados no sistema Gerola são produzidos em usina Kesting, importada também da Itália, que tem a vantagem de estar montada no próprio canteiro da obra — e de poder ser deslocada para outras quando esta terminar —, o que evita o problema do transporte de imensas lajes e paredes através desta cidade de trânsito intenso.

A produção é em linha de montagem semelhante à de uma fábrica de automóveis. A fôrma do painel percorre diversas etapas, recebendo os seus componentes, passa por um forno a vapor durante quatro horas e sai pronta para uso, faltando apenas montar e pintar com pistola. Esta usina Kesting é o maior investimento inicial, mas ela produz um prédio de 16 apartamentos por semana (1 000m2 de construção).

O sistema Gerola é constituido por painéis de concreto armado de dois tipos principais: externos, que são uma espécie de sanduiche de tijolos vasados e concreto, para permitir o isolamento térmico, e internos, simplesmente de concreto armado. Ambos podem ser estruturais ou não, de acôrdo com o critério do calculista. As lajes são construidas em concreto nervurado, onde se encaixam tijolos do mesmo tipo perfurado.

A MONTHAB decidiu-se pelo sistema Gerola de pré-fabricação integral devido às seguintes vantagens que êle apresenta em relação a métodos tradicionais: 1.º — fabricação em usina desmontável, quando outros exigem instalações fixas; 2.º — a usina Kesting custa um têrço das clássicas européias, com a vantagem de ficar no local da obra; 3.º — preocupação quanto ao isolamento térmico, através da utilização de tijolos perfurados (que mantém sempre uma camada isolante de ar) nas paredes externas, ao contrário de outros sistemas que empregam painéis de concreto armado puro, material muito sensivel às variações de temperatura; e 4.º — preocupação com o isolamento acústico, através do uso de lajes nervuradas e também entremeadas de tijolos perfurados.

Êste é o sistema utilizado pela MONTHAB, que ajuda na solução de um problema tão grave quanto o da carência de habitações incentivando a padronização dos materiais de construção, o que além de reduzir os custos permite oferecer mais empregos e, em conseqüência, melhorar as condições de vida de uma boa parte da população.

Portugal e a "diplomacia da prosperidade"

GARRIDO TORRES

Continua na ordem do dia a questão da ratificação dos acôrdos firmados entre Brasil e Portugal e maciçamente confirmados pelos dois Congressos.

Depois de longo silêncio, que provocou justificável reação de estranheza por parte da opinião pública brasileira, surgiram os primeiros passos no sentido de levar a têrmo o que houvera sido livremente negociado.

Houve quem quisesse amesquinhar a importância de tais acôrdos e até quem, de boa-fé, mas à luz de noções ultrapassadas e sob ângulo estático, não alcançasse o enorme interêsse que encerram os tratados para o Brasil, se só quisermos olhar o problema sob o prisma de nossa exclusiva conveniência.

Afinal, o acôrdo de cooperação técnica foi sancionado e prometeu o Embaixador Sérgio Correia da Costa, na qualidade de Chanceler interino, igual procedimento, a breve prazo, com o acôrdo cultural. Adiantou, entretanto, que o comercial, o mais importante dêles, aguardaria a ultimação de cuidadosos estudos, exigidos por sua *complexidade*.

Anteriormente a êsse pronunciamento oficial, várias razões haviam sido sucessivamente invocadas para a protelação da ratificação, sempre, aliás, por linhas travessas, mas tôdas improcedentes, carecendo de real fundamento, sem que houvesse manifestação clara e inequívoca a respeito, por parte das autoridades competentes. Alegar, nesta altura, a complexidade do acôrdo (por sinal simples e bem lançado, e para cuja execução criou-se, especialmente, a Comissão Mista Luso-Brasileira, que se deveria ter reunido, pela segunda vez, em Lisboa no ano passado, não fôsse a procrastinação brasileira), não convence tampouco. À Comissão referida cabe encontrar as formas de aplicação mais aceitáveis para ambas as partes contratantes.

Não obstante as explicações ministeriais, a situação de indefinição, ou de confusão, aparentemente vai continuar e o indício desta expectativa é dado pela nota publicada na imprensa no dia seguinte às declarações citadas, nota que as tenta neutralizar, com base, supostamente, em afirmações de outros elementos também oficiais. Divulga a nota:

"Uma mudança sensível da política do Brasil em relação a Portugal foi confirmada ontem, por fonte governamental, que viu o desmentido do Chanceler Interino, Emb. Sérgio Correia da Costa, como medida destinada a evitar atritos diplomáticos e afirmou que se considerar os atuais acôrdos injustos e prejudiciais ao País". Ora, apontar tais acôrdos como "injustos e prejudiciais" ao Brasil é ir realmente muito longe, mostrar falha de boa-fé ou de visão política, além de constituir grave injustiça para com os diplomatas brasileiros que negociaram aquêles tratados, pois insinua-se que não pesaram devidamente os compromissos em que engajaram seu país. Esta é a última versão daqueles que, por má compreensão do problema, por mera ignorância, ou até por motivos ideológicos, se têm empenhado em anular principalmente o acôrdo comercial e que, agora, estariam tentando fazê-lo por via de alterações que terminarão por torná-lo anódino.

Diante de um tal estado de cousas, é difícil silenciar, não só porque idêntica situação não ocorre em outras circunstâncias (inclusive relativamente a negociações com os países socialistas ou comunistas, os quais comerciam com Portugal e não desejam a Comunidade), como porque êsse procedimento não condiz com os foros da diplomacia brasileira, com as nobres tradições da Casa de Rio Branco, com os ideais da Revolução, nem com o senso de dignidade nacional. Não é possível que o Brasil seja comprometido dessa maneira, sobretudo tendo por objeto dêsse procedimento justamente Portugal. Convém frisar que nenhuma das afirmativas até agora surgidas fundou-se em fatos, dados, evidências que contrariassem, efetivamente, o interêsse brasileiro. Na realidade, o acôrdo comercial se inspirou, precisamente, no propósito de promover êsse interêsse no mundo, de mãos dadas com a Nação-irmã ou a Pátria-mãe. Aludo aqui tão-sòmente ao aspecto econômico, pois a aproximação com Portugal tem implicações políticas da maior transcendência para o mundo luso-brasileiro e expressa caráter geopolítico da maior importância ao Brasil como Nação, isto é, do ponto-de-vista da segurança nacional, a que já me referi em outros escritos.

Quando está tão em voga o *slogan* da "diplomacia da prosperidade", é profundamente desconcertante que não nos apressemos a garantir os frutos dessa política externa, para correr, ao invés, atrás de miragens ou para servir, dócil, ainda que involuntàriamente, de instrumento de terceiros, sejam êstes países desenvolvidos (de olhos cobiçosos nos recursos do ultramar lusitano), ou de subdesenvolvidos, cujos votos cortejamos nas assembléias internacionais. Interessa isso ao Brasil?

Afinal, nada há de mais compatível com os desígnios da "diplomacia da prosperidade" do que um efetivo entendimento econômico com Portugal, por si e pelas portas e janelas que nos pode abrir nos quatro cantos do Planêta em matéria de comércio e de promoção de nossos interêsses. Dizer que seremos *lesados* significa não só desconhecer o que está em jôgo para o Brasil e o Ocidente, mas também não se dar conta de que, ao contrário do que ocorria no passado, nosso intercâmbio exclusivamente com Portugal e províncias tenderá a ser mais favorável ao Brasil. O respaldo político que nosso país pode e deve dar a Portugal na Europa e fora dela, onde Portugal também existo como fruto de uma colonização multi-secular, é muito pouco em troca de tanto.

Como tentarei demonstrar uma vez mais, embora de modo conciso, a ratificação do acôrdo comercial e o que há de mais afim com aquela política, não só pela complementariedade hoje existente entre Brasil e Portugal, como porque o acôrdo contém conseqüências econômicas e financeiras da maior relevância para uma nação que já se apresenta com problemas de exportar manufaturas (inclusive equipamento e máquinas) e de assegurar-se das matérias-primas que lhe faltam, ou de que não dispõe adequadamente, em têrmos qualitativos ou quantitativos (como petróleo e metais não-ferrosos).

Desde que voltei, em novembro de 1965, da viagem que fiz a Portugal metropolitano e às Províncias de Angola e Moçambique, não me tenho poupado ao esfôrço de promoção da base econômica de uma comunidade que abrangesse o Brasil, Portugal e suas Províncias do Ultramar.

Eis como o problema se me afigura:

Seguindo uma linha de pensamento eminentemente pragmática e projetada no tempo, advoguei a denúncia, pura e simples, dos acôrdos comerciais então ainda vigentes, verdadeiras camisas-de-fôrça, que reduziam os níveis de intercâmbio a cifras inexpressivas — 3 milhões de dólares por ano! Eram acôrdos bilaterais ultrapassados, fundados em listas de produtos, pagáveis em moeda inconversível, cujo maior pecado era o de refletirem uma realidade de há muito inexistente em ambos os lados do Atlântico.

Tais acôrdos não refletiam um comércio, fruto de estruturas econômicas profundamente modificadas. Ressentiam-se, ao invés, da preocupação generalizada na Europa, no imediato após-guerra, com o balanço de pagamentos. Partiam, ademais, do pressuposto da competitividade entre a produção primária do Brasil e a das províncias portuguêsas, bem como do caráter não-essencial das exportações de Portugal metropolitano.

Que revela, entretanto, a geografia econômica do triângulo Brasil-Portugal-Províncias Ultramarinas? Revela que a industrialização ocorrida dentro dêsses territórios alterou fundamentalmente a composição do possível comércio, podendo emprestar-lhe nova e ambiciosa dimensão. A tal ponto que, da posição estruturalmente devedora, de outrora, o Brasil poderá vir a alcançar posição *estruturalmente credora*. Bastará, para tanto, confrontar as necessidades de importação de manufaturas do território português com as possibilidades de que dispõe atualmente o Brasil de atendê-las. Sem subestimar o que Portugal europeu e ultramarino nos possa fornecer em produtos industriais, creio que o intercâmbio se inclinará no sentido de proporcionar saldos favoráveis ao Brasil.

Esta é uma razão, já por si suficientemente forte, para que o Brasil volte a abrir seus portos — desta vez a Portugal — procurando atrair novamente o imigrante lusitano e deixando entrar livremente, também, os tradicionais produtos da agricultura portuguêsa, que aqui sempre contaram com procura ativa e que poderiam constituir um mercado de qualidade. Creio que se trata de preço que, gostosamente deveríamos pagar, indo mesmo ao ponto de promover a exportação de nossos produtos concorrentes, se necessário. Não se pode atingir tão grande objetivo político — como o da Comunidade — com espírito de barganha.

Esse estado de coisas foi compreendido e, após laboriosas negociações entre os dois Govêrnos, foi possível ao Chanceler brasileiro firmar com seu colega português os tratados de Lisboa em 7 de setembro de 1966.

Os novos tratados, comercial, de cooperação econômica e técnica e cultural com Portugal e províncias, foram feitos com imaginação e audácia, representando passo agigantado na aproximação a algo que poderia vir a ser mais orgânico no futuro, como, por exemplo, uma união aduaneira, a qual poderá ser negociada se não vier a ser impedida por novos e maiores compromissos regionais, de parte a parte. Assim, na ordem de inovações, previram os novos tratados a figura dos acordos de complementação industrial. Êstes acôrdos, em si mesmos importantes, crescerão de significação pelo aspecto do investimento misto que podem ensejar. Em primeiro lugar, desejo destacar a possibilidade que tais acôrdos podem criar, não só de promover a exportação de produtos desmontados ou inacabados, reciprocamente para os mercados de consumo de Portugal e do Brasil, mas também no sentido da reexportação, seja para os mercados da EFTA, seja para os da ALALC. Na medida em que Portugal complemente produtos originários do Brasil, cujo insumo importado não exceda, em média, 50% do valor da mercadoria reexportada, poderá êle acrescer a suas divisas, com o que não só adquirirá maior volume de meios de pagamento (parte dos quais porventura necessários a saldar compromissos com o Brasil), como estará ampliando, indiretamente, exportações da indústria brasileira para mercados da Europa que discriminam contra nós.

Mas, outro aspecto igualmente relevante é a possibilidade que esses acôrdos de complementação industrial poderão abrir ao investimento misto de capitais portuguêses e brasileiros, parte dos quais expatriados. Podem vir a ser tais investimentos mistos eficientes ferramentas de promoção da Comunidade, pelo que representam de orgânico para a integração das economias e deverão, por isso, contar com o apoio financeiro das instituições bancárias, comerciais e de fomento existentes ou que se fundarem em ambos os países.

Ocorrências de complementariedade surgirão, sem dúvida, sobretudo se se proceder ao estudo, em profundidade, das economias em presença no triângulo, como tive oportunidade de sugerir, o que também vale para a cooperação tecnológica.

Vemos, portanto, que o futuro quadro do intercâmbio com Portugal há de ser o de relações dinâmicas, com perspectivas amplas, que terá pouco em comum com o tipo de comércio muito limitado e pouco diferenciado que prevaleceu até agora.

Se êsse é o quadro no que respeita à Metrópole, também no tocante às relações comerciais e de investimentos do Brasil com as províncias do Ultramar há perspectivas de extraordinário interêsse.

Cumpre assinalar, desde logo, o que representa para o Brasil explandir-se como grande nação marítima e comercial, à qual está fadado, inclusive por sua condição de herdeiro da tradição portuguêsa. Se a projeção mundial do Brasil terá de ocorrer um dia, isto poderá ser de muito facilitado e apressado na medida em que nossa política portuguêsa o propicie e seu território europeu e ultramarino nos sirva de pontos de apoio. Daí a importância das zonas francas a que os tratados nos dão acesso em portos bem aparelhados. Em Macau, teríamos um entreposto para o Extremo Oriente, em Timor para a Oceania e na África, essas zonas não só funcionariam para atender aos fornecimentos dos mercados de Angola e Moçambique, mas também para, de seus portos, abrir um leque à exportação de produtos brasileiros, acabados ou por acabar, para mercados vizinhos. Esse esfôrço de penetração comercial poderia ter como veículos as excelentes estradas de ferro existentes. Bastaria citar a meta do acesso ao importante mercado sul-africano para atingir o qual ter-se-ia em Lourenço Marques um pôrto ideal.

Como pagariam essas províncias o que elas próprias consumissem do Brasil — e o que poderiam consumir é bastante em matéria de manufaturas, tendo em vista que apenas ensaiam os primeiros passos na senda da industrialização? Na realidade, podem obter êsses meios de pagamento em medida talvez bem maior do que hoje se imagina. Tomemos o caso de Angola, por exemplo. É sabido que possui petróleo, o qual, ao contrário do brasileiro, não é parafínico, prestando-se ao refino para gasolina. Ao que se informa, as reservas localizadas na plataforma submarina de Cabinda são tão grandes que rivalizam com as do Oriente Próximo. Quem está informado do quanto pesa em nossa balança comercial o óleo cru importado, não ignora o que isso poderá representar como meio de pagamento para Angola. Acresce a circunstância de que estaríamos trazendo petróleo, em zona protegida do Atlântico Sul, a fretes reduzidos pela menor distância, ao invés de transportá-lo de regiões mais longínquas, que pouco ou nada nos compram e que, de uma hora para outra, poderão tornar-se inacessíveis. Mas Angola não tem sòmente petróleo. Parece rica também em cobre, fosfatos, mármores etc., todos produtos que o Brasil pode utilizar.

Não faz muito tempo, tentamos produzir petróleo na Bolívia e, a despeito da comoção nacional havida em tôrno do direito de pesquisa, estamos ainda à espera dêsse petróleo que julgávamos certo. Pois bem, certeza existe em relação a Angola e lá, como o capital brasileiro será bem-vindo (segundo declarações feitas pelas autoridades portuguêsas), poderemos obter o que não logramos no país vizinho. Tudo isto feito sem desconfianças de imperialismo, mas no interêsse recíproco ou triangular do Brasil, de Portugal e de Angola, como cumpre, graças ao espírito comunitário, sob a forma de investimentos mistos, com o respaldo de agências financeiras do Brasil e de Portugal, as quais poderão ainda acolher recursos de terceiros países interessados nas oportunidades que se apresentarão.

Por outro lado, não há por que exagerar os problemas criados pela produção similar. Além de nem sempre ser suficiente essa produção, o que nos cumpre é equacionar os interêsses comerciais em jôgo e atendê-los da melhor forma, com a coordenação das políticas comerciais dos dois países.

A presença do Brasil na África Portuguêsa só pode assumir a feição de um país irmão empenhado em contribuir para o desenvolvimento desta ajudando-a, inclusive, com a técnica aperfeiçoada pela experiência adquirida no trato de problemas semelhantes. Pollticamente, o Brasil vale como o exemplo, por excelência, da obra colonizadora dos portuguêses.

Em recente congresso promovido pela União das Comunidades de Cultura Portuguêsa, foram tôdas estas idéias incluídas nas recomendações votadas.

Como parece claro, trata-se de uma política identificada com os altos interêsses do Brasil e de Portugal, para a qual foram concebidos os atos diplomáticos firmados a 7 de setembro de 1966. Contudo, decorrido mais de ano, e não obstante haverem êles sido aprovados pelos Parlamentos brasileiro e português unânimemente, sem restrições, não foram ainda trocados os instrumentos de ratificação, sem que se saiba a razão disso. Ao que tudo indica, é o Brasil que tem tergiversado, como se o atual Govêrno discordasse da posição assumida por seu antecessor. O problema seria, assim, antes político do que econômico.

Parece que voltamos a atitudes observadas em passado recente, inteiramente dissociadas de nossos mais legítimos interêsses. Tal só é possível pelo fato de não se haver criado entre nós a consciência da relevância dos objetivos a alcançar, inclusive os pertinentes à política internacional do Brasil. Uma forma de o fazer é a informação recíproca, que permita a correção das imagens que Brasil e Portugal se fazem mùtuamente. Carecemos de veículos de informação que atualizem os dois países sôbre a real situação de cada qual. O Portugal moderno precisa tornar-se conhecido dos brasileiros para impor-se ao nosso respeito. Isto representará meio caminho andado para criar-se o clima favorável à compreensão e aceitação da concepção da Comunidade.

COFINORTE: crédito para o progresso

A COFINORTE — única emprêsa cearense que se dedica ao financiamento — tem como sua filosofia de atuação fazer com que as poupanças do Ceará sejam aplicadas no giro comercial cearense. Iniciando suas atividades em 13 de junho de 1964, com o intuito fundamental de servir para uma política de investimento, em 1967 a emprêsa se atualizou às leis então editadas sôbre o mercado de capitais...

Daí em diante, a COFINORTE endereçou suas atividades para o financiamento direto ao consumidor, através da assistência aos compradores a crédito no comércio fortalezense, expandindo seu raio de ação, e, obedecendo às diretrizes e limites operacionais ditados pelo Banco Central, desenvolveu seus esforços, hoje oferecendo um aceite mensal de NCr$ 600 mil, através da colocação de letras de câmbio.

Quase noventa por cento de suas operações visam o consumidor final, pelo que, além da parte diretamente beneficiada em suas transações, verifica-se ainda o aproveitamento tributário pelo Estado e a manutenção no Ceará dos recursos que, de outra forma, teriam evasão para outros centros.

A COFINORTE S. A. — Financiamento e Investimentos, que conta com a Carta Patente 163 do Banco Central da República é a emprêsa financeira do grupo J. Macêdo, um dos mais sólidos do Ceará e que tem sido uma das molas mestras no desenvolvimento do Estado, pioneiro em diversos empreendimentos no processo de industrialização que atravessa a região Nordeste do País.

Suas metas para o futuro residem principalmente na execução plena e total de sua filosofia de, auxiliando o desenvolvimento, fixar no Estado as poupanças, enquanto a sua Direção está firmemente empenhada, em, vinculando Financiamento e Investimentos, ver o Ceará integrado no desenvolvimento nacional, como participante e não apenas como mero espectador dessa arrancada para o futuro.

Federação das Indústrias vai ao STF contra o ICM

A Federação das Indústrias de Minas Gerais, juntamente com as Federações dos Estados da Região Centro-Sul e a Confederação Nacional da Indústria, pedirá ao Supremo Tribunal Federal, através de uma representação, a declaração de inconstitucionalidade do aumento da alíquota do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, tendo em vista que "a elevação foi uma atitude jurídica, econômica, social e politicamente errada."

Minas, Estado importador por excelência, seria o mais prejudicado com o aumento da líquota, porque, enquanto em São Paulo e na Guanabara, a mercadoria é taxada em 15 por cento, aqui ela sofreria gravame de 18 por cento, colocando-o em situação pior do que a dos Estados do Nordeste, beneficiados por diversos incentivos fiscais.

ARGUMENTOS

Três argumentos foram debatidos, durante a última reunião das Federações das Indústrias dos Estados da Região Centro-Sul, realizada na Guanabara, e servirão de base para fundamentar o ingresso, na próxima semana, da representação ao Procurador Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

O pedido da ação declaratória de inconstitucionalidade — fundamentado na ilegalidade, na extemporaneidade e na falta de assentimentos das Assembléias Legislativas dos Estados da Região Centro-Sul — foi aprovado, pela unanimidade dos Departamentos Jurídicos das Federações das Indústrias e da Confederação Nacional da Indústria.

Além da representação ao Supremo Tribunal Federal, a Federação das Indústrias de Minas, com o apoio da Associação Comercial, da Federação do Comércio, da União dos Varejistas, do Clube dos Diretores Lojistas e outras entidades de classe, ajuizará na Justiça local, em procedimento conjunto a ser adotado, no mesmo dia, nas demais capitais dos Estados da Região Centro-Sul, outra ação declaratória argüindo não só a inconstitucionalidade, mas principalmente a ilegalidade e a ausência de pressuposto econômico para a decretação do aumento.

A elevação da alíquota do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, de 15 para 18 por cento, por faltar-lhe o pressuposto econômico, é prejudicial a Minas, devendo o Govêrno estadual, através da Secretaria da Fazenda, atentar para êsse fato importante para a economia interna, do ponto-de-vista da instalação de novas indústrias e ampliação das já existentes.

A indústria, uma das principais atividades econômicas de Minas, senão a principal, deve ser beneficiada e, quando não beneficiada, pelo menos deve ser mantida com tôdas as proteções naturais para o seu desenvolvimento. A elevação da alíquota do ICM, prejudicial às indústrias e ao Estado, ao comércio e ao consumidor, é, por isso, uma medida econômica, social, jurídica e politicamente errada.

As repercussões negativas de caráter social que podem advir do aumento da alíquota do ICM levam a Federação das Indústrias de Minas e as Federações dos outros Estados da Região Centro-Sul a adotarem uma atitude de impugnação, com base nos argumentos debatidos e aprovados por unanimidade na Reunião da Guanabara.

INCONSTITUCIONALIDADE

A argüição de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, na próxima semana, será fundamentada em três pontos básicos: a contrariedade à norma constitucional vigente, a extemporaneidade ou o fato do aumento ter sido proposto fora do prazo e a falta de assentimentos das Assembléias Legislativas dos Estados.

A decretação do aumento, amparada nos atos complementares n.ºs 35 e 36, não tem sentido porque, após a publicação da Constituição de 1967, nenhum ato poderia ser praticado com base na legislação excepcional do Govêrno revolucionário, pois estando em vigor o nôvo texto, a êle deveria ficar adstrita tôda a produção normativa legal posterior. Portanto, as medidas discricionárias do Govêrno, constantes dos Atos Institucionais e Complementares, aprovados pelo legislador constituinte, que as exclui inclusive da apreciação judicial (Constituição, Art. 173, item I), foram aquelas consumadas antes da Constituição de 1967, perdendo, naturalmente, a eficácia quaisquer medidas assentadas posteriormente por meio excepcional.

PRESSUPOSTO ECONOMICO

A Federação das Indústrias de Minas Gerais ajuizará, na Justiça mineira, no mesmo dia em que tôdas as outras Federações, uma ação declaratória argüindo a inconstitucionalidade, a ilegalidade e a falta do pressuposto econômico para a decretação do aumento da alíquota do ICM, de 15 para 18 por cento.

Nesta ação, a FIEMG discutirá a questão da ilegalidade da elevação da alíquota, principalmente porque, na forma dos Atos Complementares, ela sòmente poderia ocorrer se houvesse queda da arrecadação no exercício de 1967, em comparação à do Impôsto de Vendas e Consignações em 66, no conjunto da Região.

O Artigo 6.º do Ato Complementar n.º 35 dispõe, expressamente, que "Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios Federais, na eventualidade de queda da arrecadação, ficam autorizados a reajustar, durante o exercício de 1967, a alíquota do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias até o limite máximo de 18 por cento, mediante convênio celebrado entre as unidades federativas pertencentes a uma ou mais regiões geo-econômicas".

O Parágrafo 3.º do Artigo 6.º do mesmo ato diz o seguinte, com a redação que lhe dá o Ato Complementar n.º 36: "A queda de arrecadação a que se refere êste Artigo será apurada confrontando-se o comportamento médio das arrecadações do ICM, no conjunto da Região, com a do IVC, em iguais períodos de 1966, reajustados os respectivos valôres pelos índices de correção monetária".

A Federação das Indústrias de Minas Gerais, em conjunto com as demais Federações dos Estados da Região Centro-Sul, promoveu o levantamento das arrecadações em cada unidade federativa, como exige o Ato Complementar, constatando que não houve queda e sim aumento na arrecadação, sendo totalmente infundado o reajustamento, sob esta alegação, promovido pelos Estados.

Como exemplo, a FIEMG elaborou o quadro comparativo das arrecadações em 1966 e 1967, em Minas Gerais, computando dados oficiais fornecidos pela Secretaria de Fazenda, pelo qual pode-se constatar que o aumento, apurado através da aplicação dos índices de correção monetária sôbre o montante obtido em 1966, foi superior a 22 por cento.

ARRECADAÇÃO MENSAL A PREÇOS CORRENTES DO IVC E ICM EM MINAS GERAIS

MESES	IVC/1966	ICM/1967	
		PARTE DO ESTADO	+ 20% do Município
JANEIRO	14.598.220,14	27.132.715,29	32.560.458,35
FEVEREIRO	16.825.200,29	20.132.133,56	24.158.560,27
MARÇO	14.441.246,27	18.247.628,37	21.897.154,04
ABRIL	18.712.121,29	19.284.431,36	23.131.317,63
MAIO	17.938.265,33	21.852.422,06	26.222.906,47
JUNHO	19.537.176,32	21.548.701,91	25.858.442,29
JULHO	18.999.300,38	27.469.905,95	32.963.887,14
AGÔSTO	20.446.251,37	29.054.932,57	43.845.919,44
SETEMBRO	21.866.773,47	28.867.366,43	34.640.839,78
OUTUBRO	19.029.312,26	30.586.704,21	36.704.045,05
NOVEMBRO	22.189.099,13	31.054.617,10	37.265.540,52
DEZEMBRO	22.639.372,76	31.187.039,20	37.424.447,04
TOTAL	227.222.400,36	306.419.598,36	367.673.518,02

FONTE: Diretoria de Rendas da Secretaria da Fazenda do E.M.G.

Numa hora em que Minas caminha para a sua redenção econômica, no setor industrial, principalmente, a elevação da alíquota do ICM, de 15 para 18 por cento, sòmente poderá ser prejudicial. Os argumentos estão aí e os representantes das entidades de classe de Minas confiam no bom entendimento do Govêrno no trato dos setores importantes do Estado. A elevação nada traz de benéfico, prejudicando as indústrias, o comércio, o consumidor e o próprio Estado.

São Paulo vai investir NCr$1,370 bilhão até 1970

A Centrais Elétricas de São Paulo S. A. — CESP deverá aplicar êste ano NCr$ 523 milhões, cifra considerável se se pensar que a Eletrobrás investira cêrca de NCr$ 420 milhões no Brasil todo; que é maior que os orçamentos de pelo menos doze Estados brasileiros; e que é superior, ainda, ao total investido pela Argentina. Contribuem para essa realização recursos nacionais da ordem de NCr$ 448 milhões, obtidos quer pela forma de participação acionária ou financiamentos, quer pela reinversão das receitas operacionais e recursos externos no montante equivalente a NCr$ 75 milhões, através dos organismos financiadores internacionais, mediante empréstimos amortizáveis a longo prazo.

No triênio 1968/70, a CESP vai investir nos sistemas de geração, transmissão e distribuição quase 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros novos (a preços de 1967), assim distribuídos:

Geração	NCr$ 1.100 milhões
Transmissão	NCr$ 140 milhões
Distribuição	NCr$ 70 milhões
Outros	NCr$ 60 milhões
Total	NCR$ 1.370 milhões

Ao definir quantitativamente tais investimentos prioritários, a emprêsa visa como principal objetivo a redução, ao nível mínimo possível, das dificuldades orçamentárias dos anos de 1967 e 1968, que se apresentam como críticos no que diz respeito à origem dos fundos necessários para a execução do programa de obras de grande porte que se encontram em fase final de conclusão, como Jupiá (fins de 68 e início de 1969), Ibitinga (fins de 1968) e Xavantes (fins de 1969), segundo o programa de eletrificação elaborado pelo Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil e aprovado pelo Govêrno Federal pelo Decreto n.º 26.262, de 23 de fevereiro de 1967. O Govêrno Federal outorgou tratamento prioritário às aplicações de recursos dos organismos financiadores e da União aos projetos da área e aprovou o programa de obras e seus projetos. Tornou-se necessário, também, o imediato reinício da construção da Usina de Ilha Solteira, a fim de não comprometer o mercado de energia elétrica de São Paulo e da região Centro-Sul do País.

EM 1968

Êste ano, o Govêrno do Estado de São Paulo consignou à CESP recursos da ordem de NCr$ 350 milhões que, somados aos recursos provenientes de outros acionistas, entre os quais a Eletrobrás, mais os gerados pela própria emprêsa, através da receita própria (em 1967, a CESP recebeu NCr$ 62 milhões, renda líquida, pela venda de energia), representam vigoroso esfôrço no sentido de não comprometer o crescimento da economia paulista e mesmo nacional, já que a disponibilidade de energia elétrica é função vital daquele desenvolvimento.

Por outro lado, não obstante o Orçamento plurianual do Estado para 1968/70, objeto de decreto do Governador Abreu Sodré, recentemente, ter destinado à CESP aquela soma global de 350 milhões de cruzeiros novos e apesar de sòmente destinar-lhe, em 1969 e 1970, 212 milhões e 224,760 milhões de cruzeiros novos, respectivamente, o vulto dos investimentos em energia não vai diminuir (como se depreende do Quadro I anexo), pois algumas usinas já estarão concluídas e a CESP começará a ter gradativamente condições de autofinanciamento, situação propícia com a entrada em funcionamento de suas várias usinas hoje em construção.

O critério de fixar os valôres limites para 1969 e 1970 foi o de considerar o valor orçamentário de 200 milhões de cruzeiros novos (apenas o valor inicial e especificamente destinado à CESP no orçamento de 1968, posteriormente modificado) mais 6% em cada ano, sendo esta a taxa de crescimento do movimento econômico admitido para aquêles dois anos.

Mas, nos contatos mantidos com a Secretaria da Fazenda, a diretoria financeira da CESP pôde constatar que o que realmente prevalece é a lei orçamentária votada para o ano, ou seja, 1968. O Orçamento plurianual, que resultou do decreto do Governador, repetiu os recursos total (DAEE + Secretaria da Fazenda) destinados ao 1.º ano (1968) e apenas traz estimativa de aplicações nos dois anos seguintes. Os valôres dêsses dois últimos anos (1969 e 1970) deverão, portanto, ser *revistos e atualizados* por ocasião da elaboração da lei orçamentária para 1969, o que deverá ocorrer em meados dêste ano.

QUANTO SE INVESTIU EM 67

No ano passado, a CESP aplicou cêrca de NCr$ 416 milhões, com fundos resultantes de uma renda líquida de exploração de NCr$ 62 milhões, NCr$ 33 milhões recebidos do Govêrno Federal, através da Eletrobrás, e NCr$ 321 milhões recebidos do Govêrno do Estado de São Paulo (na forma de integralização da capital).

Especificamente em obras civis, no período de janeiro a setembro de 1967 (os únicos dados disponíveis — quadro abaixo) foi investido o total de NCr$ 187.063.000,00, sendo que os dispêndios para com a aquisição dos equipamentos eletromecânicos e outras antecipações para os fornecedores atingiram a NCr$ 34 806.000,00.

Discriminam-se abaixo os valôres de execução das obras civis durante o período considerado, pelas principais obras:

Obras	% sobre o total	Valor NCr$ mil
Jupiá	55,29	103.427
Ibitinga	15,39	28.789
Xavantes	11,86	22.185
Ilha Solteira	8,82	16.499
Promissão	3,08	5.761
Linhas de transmissão	2,16	4.040
Bariri	1,22	2.282
Subestações	0,61	1.141
Usinas de Jurumirim, Euclides da Cunha, Graminha, Armando Sales de Oliveira e Barra Bonita, ampliações e reformas	1,17	2.186
Estudos e projetos de Agua Vermelha, Capivara e Ourinhos	0,40	753
		187.063

Nesses onze primeiros meses de 67, dos recursos recebidos pela CESP, 89,2% provieram do Govêrno do Estado de São Paulo, 10,75% do Govêrno Federal através da Eletrobrás e 0,01% de outros acionistas menores. Os recursos recebidos da Eletrobrás (de janeiro a novembro inclusive) somaram NCr$ ...... 32.576.000,00.

A partir de fins do corrente ano e mais intensamente de 1969 a 1970, os investimentos no setor elétrico de São Paulo deverão ser cobertos essencialmente com recursos provenientes da venda de energia pela CESP, como já foi ressaltado acima. Como conseqüência imediata, ficará aliviado o orçamento geral do Estado, podendo o Govêrno paulista intensificar os investimentos em outras áreas de sua infra-estrutura econômica e ampliar outros investimentos de alcance social.

A ser mantido êsse fluxo de recursos para a CESP, aquelas obras consideradas prioritárias poderão ser executadas no prazo previsto em seu cronograma, de modo a não se comprometer o suprimento de energia elétrica à região Centro-Sul, fator básico de desenvolvimento econômico e social do País.

PREVISÃO FINANCEIRA DA CESP

(milhões de cruzeiros novos)

	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
FONTES DE RECURSOS											
I - Receita própria	49	93	126	142	164	211	248	282	318	334	365
II - Participação acionária (Govêrno Estado, União, Outros)	359	270	256	157	157	4	-	-	-	-	-
III - Financiamentos externos	75	86	86	100	32	15	[illegible]	-	-	-	-
Soma	523	448	448	405	[illegible]	212	251	282	[illegible]	[illegible]	[illegible]
APLICAÇÕES											
I - Investimentos	472	361	383	328	286	173	96	71	68	40	36
II - Amortização de Financiamentos	36	38	43	35	34	49	44	42	38	32	31
III - Administração, etc.	15	12	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Soma	523	411	435	373	330	232	152	123	116	82	77
Disponível para novos investimentos	-	38	13	32	23	-	99	159	202	272	291

(APEC) — n.º 139

Cais do Mucuripe dá mais pesca ao Ceará

A construção do Cais Pesqueiro do Mucuripe é considerada pela Ceará Pescas S.A. — Companhia de Desenvolvimnoento (CEPESCA) como uma obra de elevada significação para o desenvolvimento da pesca que, não obstante venha sendo secularmente exercida nos mares nordestinos, sòmente agora vem sendo operada em escala industrial. As atividades pesqueiras nordestinas, particularmente do Ceará, a partir da última década, vêm crescendo de importância, graças ao sensível crescimento de sua produção e ao elevado contingente humano direta e indiretamente ocupado no setor. Sensíveis transformações vêm-se operando na estrutura de produção, motivadas pela modernização e ampliação das embarcações, decorrentes inclusive da identificação de novos recursos explorados em escala industrial.

Em que pêse o significativo aumento de produção, o desenvolvimento pesqueiro nordestino vem-se processando de maneira desequilibrada, haja vista que, sòmente agora, o Govêrno está sendo atraído para as inversões de natureza infra-estruturais. Como indústria nascente, a pesca requer os incentivos indispensáveis à sua consolidação pois se caracteriza como uma atividade onde os riscos ainda são acentuados. Visando coordenar os investimentos governamentais neste setor, bem como criar novos incentivos a fim de acelerar o índice de industrialização pesqueira na região, o Govêrno do Ceará criou a Ceará Pescas S. A. — Companhia de Desenvolvimento (CEPESCA).

CEARÁ, O ESTADO QUE MAIS PESCA

O desenvolvimento que se vem operando no setor pesqueiro é devido fundamentalmente às explorações lagosteiras, em escala industrial. Iniciadas a partir da segunda metade da última década, deram no Ceará a condição de maior produtor brasileiro do crustáceo, sendo responsável por dois terços das suas exportações.

Com a captura de crustáceos estabeleceu-se uma demanda derivada, exigindo dos empresários vultosos investimentos em embarcações e unidades de frio. Encontra-se baseada no Pôrto do Mucuripe a maior frota pesqueira industrial da região, estando em Fortaleza a maior rêde de frio do Nordeste, fábrica de gêlo, túnel de congelamento e câmara frigorífica.

O PARGO

Outro produto pesqueiro que vem sendo largamente explorado na região é o pargo. As suas pescarias em escala industrial tiveram início na presente década, concentrando-se suas operações, principalmente, nos mares fronteiriços ao Ceará. Não obstante seja um peixe de preço relativamente elevado vem sendo largamente aceito pelo consumo local, destinando-se às exportações para outros Estados, notadamente a Bahia, e, para o exterior.

Com o pargo estabeleceu-se maior equilíbrio operacional das indústrias, haja vista que com suas pescarias foi sensivelmente reduzida a ociosidade das embarcações e unidades de frio, no período de entressafra da lagosta. Tem permitido, ainda, um intercâmbio entre as regiões Nordeste e Centro-Sul do País, graças à importação de sardinha para consumo humano e isca e às exportações de lagosta e pargo.

CEARÁ COMANDA EVOLUÇÃO DA PESCA

Situado numa área de rápido crescimento demográfico e carente de alimentos proteinados de origem animal, pressionada, muitas vêzes, pelas irregularidades pluviométricas, caracterizada como potencial consumidora de peixe, o Ceará apresenta índices de produção mais elevados que dos demais Estados Nordestinos, superando inclusive os índices regionais.

No ano de 1965, a pesca continental contribuiu com cêrca de 25% do pescado produzido no Ceará, correspondentes a 7 015 toneladas de peixe pescados dos açudes, sôbre um total de 28 457 toneladas que foi a pesca global do Estado naquele ano. Destaque-se, ainda, a identificação de excelentes estoques de atuns e afins nos mares fronteiriços ao Estado.

O CAIS PESQUEIRO DEPENDE DA SUDENE

Identificando-se com os problemas da pesca, lançou-se a CEPESCA em articulação com a SUDENE à elaboração de um projeto de construção de um Cais Pesqueiro do Mucuripe, já tendo sido elaborada, para tanto, a justificativa técnico-econômica. Considerando a importância que vem assumindo a atividade da pesca na região, a construção de um cais pesqueiro se reveste de elevada significação, mormente tendo sua localização em Fortaleza, para onde têm sido carreados os maiores investimentos privados, dada a piscosidade dos mares fronteiriços do Ceará. As economias externas ensejarão não sòmente o fortalecimento das emprêsas atuais, mas a captação de recursos para surgimento de novas indústrias de pesca na região.

Os estudos iniciais foram elaborados, carecendo o seu prosseguimento do tratamento prioritário que a SUDENE venha a dispensar. Vale ressaltar que, após a realização das sondagens geológicas e, posteriormente, dos estudos parciais com vistas à decorrocagem submarina, onde, mais uma vez, ficou evidenciada a viabilidade técnica, a SUDENE retraiu-se numa atitude duvidosa e até certo ponto prejudicial, pois, dado o volume das inversões, o Govêrno do Ceará necessàriamente terá que recorrer a financiamentos externos, constituindo-se o parecer daquela Autarquia um dos elementos necessários à ajuda a ser pleiteada.

Em sua política de trabalho, a CEPESCA define, entre seus principais objetivos, a criação de uma infra-estrutura pesqueira; o desenvolvimento da pesca industrial; realização de pesquisas; elaboração de perfis e projetos industriais; treinamento de pessoal; ampliação do mercado de pescado e derivados, e assistência técnica e financeira à pesca.

Resultados e perspectivas das exportações brasileiras

JOSÉ RIBAMAR SANTOS LIMA

O exame, mesmo superficial, da estrutura de nossa pauta de exportação mostra que a economia brasileira não fugiu ao modêlo clássico para os países em desenvolvimento.

Até a década dos anos trinta, economia tipicamente de exportação, baseada em produtos primários notadamente café, cujas vendas no quadriênio 1926/1929, alcançaram 72% do valor de nossas remessas ao exterior. De então para cá, a pauta de exportação não apresenta diferenças dignas de nota, apesar da profunda depressão que assolou a economia mundial e pelas transformações qualitativas sofridas pela economia nacional, sobretudo após o término da Segunda Guerra.

A composição de pauta de exportação continua constituída em sua quase totalidade de gêneros alimentícios e matérias-primas, bàsicamente de origem agrícola, em percentagem em redor de 70%. Essa circunstância, a exemplo do que ocorria no passado, torna-a extremamente vulnerável, não só à ação de fatôres naturais, mas sobretudo aos efeitos conjunturais do mercado internacional de natureza sumamente instável para os produtos derivados da agricultura.

Sem aprofundar a análise, estudada com proficiência, entre outros, pelo Dr. Hélio Schilittler Silva (*in Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. II, n.º 1), damos a seguir visão de seu comportamento em período mais recente.

No quadro adiante transcrito examina-se sua composição, nos últimos seis anos, dando-se ênfase à participação dos produtos manufaturados assim entendidos aquêles grupados pela CACEX, nas classes 5, 6, 7 e 8 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

No qüinqüênio 1955/59, as exportações de gêneros alimentícios e matérias-primas, inclusive os de origem mineral, alcançavam aproximadamente 95% do valor de nossas exportações, restringindo-se a participação de produtos manufaturados a aproximadamente a 1,7% do seu total.

Embora no cômputo global a estrutura básica permaneça pràticamente inalterada, análise mais detalhada revela modificações de certa significação. Observa-se, a longo prazo, uma tendência à diversificação da pauta de exportação, decrescendo a importância relativa das vendas de café em grão, enquanto multiplica-se lentamente o número de novos produtos, embora sua maioria também de origem agrícola. Contribuíram de modo especial para essa diversificação o aumento das exportações de pinho, minério de ferro e de manganês, manteiga de cacau e, mais recentemente, produtos manufaturados.

A participação das exportações de café em grão que no qüinqüênio acima referido (1955/59) correspondia a 71,7% de seu total, teve sua importância relativa reduzida para 50,6%, em 1961, e 43,9%, em 1966. Por outro lado as manufaturas que, naquela data, participavam de forma incipiente 1,7%) assim permanecendo até muito recentemente (em 1961, sua contribuição foi de apenas 2,5%), cresceram paulatinamente, a partir de 1964 para atingir em 1966 cêrca de 5,5%, ou seja, US$ 96,5 milhões. Também apresentou tendência favorável a contribuição dos chamados "pequenos produtos", que embora isoladamente cada um dêles tenha valôres pràticamente desprezíveis, no seu conjunto, somam montante apreciável. No ano de 1966, por exemplo, atingiam 20% de seu total, com receita de US$ 587,6 milhões.

Essa mudança de comportamento deveu-se bàsicamente a criações de condições estruturais e sobretudo ao restabelecimento da capacidade de concorrência de nossos produtos no mercado externo, pelo estabelecimento da paridade efetiva do cruzeiro perante as demais moedas.

POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO

Antes de 1964 não dispunha o País de uma política de exportação coerentemente formulada com objetivo de conquistar o mercado internacional. Embora reconhecido por todos que a economia nacional, para continuar a crescer dependia de adequado e regular suprimento de bens e serviços importados e de ser sobejamente conhecida a rigidez de nossa pauta de exportação, as medidas adotadas com relação ao comércio exterior eram quase sempre de emergência e muitas vêzes de caráter nitidamente antagônico.

Em face dessa deformação básica carecíamos também de órgão especìficamente voltado ao planejamento e fiscalização de nossas relações comerciais com o exterior, multiplicando-se, nos diversos escalões da Administração Federal, os Conselhos, Comissões etc. incumbidos de aplicar e fiscalizar o cumprimento das medidas reguladoras do intercâmbio comercial. Gerou-se, em conseqüência, desmesurada burocracia representada pelas *guias* e *vistos* exigidos nos mais diversos lugares, que transformava qualquer esfôrço para conquista de novos mercados no exterior em autêntica aventura capaz de desencorajar o mais persistente exportador.

As autoridades econômicas que assumiam o poder naquele ano procuraram inicialmente adotar providências de emergência para obter, a curto prazo, a expansão de nossas exportações, preocupados que estavam em fazer frente aos vultosos compromissos que asfixiavam nosso Balanço de Pagamentos. O restabelecimento da paridade cambial aliada à extinção das taxas e encargos que oneravam as exportações foram as principais providências tomadas nesse campo.

As medidas postas em prática apresentaram resultados apreciáveis elevando as exportações entre dezembro/1964 a novembro/66 em 26% tendo efeitos benéficos não apenas sôbre o Balanço de Pagamentos, mas também sôbre tôda a economia nacional, então enfrentando severo processo de depressão.

A par dessas providências, que ainda poderiam ser classificadas como de emergência, cuidaram as autoridades federais de dotar o setor exportador de infra-estrutura adequada às necessidades do estágio atual de nosso processo de desenvolvimento econômico.

Com êsse objetivo a ação do Govêrno se fêz sentir nos campos tributário, creditício, cambial e dos transportes e, com redobrada ênfase, sôbre a estrutura administrativa.

Dessa forma foram tomadas várias providências podendo ser destacadas:

a) isenção de Impôsto sôbre Produtos Industrializados, reduzindo-se, conseqüentemente, seus custos;

b) isenção do Impôsto de Renda sôbre os lucros auferidos pela exportação de produtos manufaturados;

c) regulamentação efetiva do *draw back;*

d) fixação de normas para a exportação de produtos industrializados em consignação (Instrução 284 da extinta SUMOC), criando dessa forma condições para a exportação de produtos ainda sem tradição no mercado internacional.

Todavia, a mais importante de tôdas as medidas foi a unificação do comando da política de comércio exterior através da Lei n.º 5 025 que criou o Conselho de Comércio Exterior, em junho de 1966, e cuja atribuição principal é formular a política de comércio externo, bem como orientar e coordenar a execução das medidas necessárias à expansão das operações comerciais com o exterior.

Os principais instrumentos introduzidos com o CONCEX foram: nova regulamentação das normas de comércio exterior simplificando, reduzindo e eliminando contrôles nas operações de exportação; criação de incentivos e isenções, estabelecendo critérios para a eliminação dos impostos que recaiam sôbre a exportação; criação de um fundo de financiamento à exportação, que, sem dúvida, prestará relevantes serviços a nossa indústria elevando sua competência nos mercados estrangeiros.

Os resultados obtidos com a política de comércio exterior mostram que os exportadores nacionais corresponderam plenamente aos incentivos propiciados pela ação governamental. Em 1964 as exportações foram de US$ 1 430 milhões, superando ligeiramente o nível alcançado no ano anterior — US$ 1 406 milhões. Nos anos seguintes, 1965 e 1966, o crescimento foi ainda mais acentuado, atingindo a US$ 1 596 milhões e US$ 1 746 milhões, respectivamente.

Um dos aspectos de maior significado na política de exportação foi o crescimento das receitas cambiais provenientes dos produtos manufaturados. Enquanto no período 1960/1963 as vendas dêsses produtos representaram apenas 2,8% do valor total das exportações brasileiras, em 1964 e 1965 em virtude dos incentivos recebidos atingiram 4,9% e 6,9%, respectivamente. O valor dessas exportações aumentam de US$ 40,1 milhões, passando de US$ 69,9 milhões em 1964 para US$ 110 milhões em 1965.

Em 1966 verificou-se uma ligeira queda (US$ 4 milhões) provocada pelo processo recessivo que afetou o mercado argentino, que no ano anterior importara grande quantidade de produtos siderúrgicos. Entretanto, a exportação de outras manufaturas foi de tal monta que compensou em grande parte a retração de US$ 25 milhões verificada nas exportações de produtos siderúrgicos para a Argentina.

EXPORTAÇÕES EM 1967

As exportações brasileiras no ano passado alcançaram, segundo as estimativas preliminares divulgadas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, US$ 1 662 385 mil, montante ligeiramente inferior (US$ 89 057) ao alcançado em 1966, quando nossas vendas atingiram US$ 1 741 442 mil. Em têrmos relativos houve um decréscimo da ordem de 5,1%.

O volume embarcado cresceu de 3,4% em relação a 1966, tendo sido remetidas para o exterior 20 788 mil toneladas, contra 20 103 mil, naquele período, aumentando, por conseguinte, em 685 mil a tonelagem exportada.

Essa situação refletiu-se, como era de esperar, no valor *per capita* das exportações que passou de US$ 86,62 por tonelada para US$ 79,48. Nesse particular deve-se destacar o problema do minério de ferro, cuja quantidade embarcada cresceu de 7,8% enquanto o valor baixou de 0,2%; assim como o comportamento dos produtos manufaturados, cuja receita subiu de 48,1%, quando a tonelagem embarcada cresceu de 181,4%.

A contribuição principal coube ao café em grão, que proporcionou ao País US$ 710 172 mil, contra US$ 763 983 mil. Foram embarcados 1 030 mil toneladas, em 1967, enquanto que no ano anterior êsse volume foi de 1 009. Em resumo: embarcamos a mais 20 mil toneladas de café e recebemos US$ 53,8 milhões a menos, tendo o preço médio por tonelada baixado de 6,7%, passando de US$ 756,49 para US$ 705,23. Em têrmos percentuais remetemos para o exterior mais 2,0% e recebemos, em retribuição, menos 7,6%.

As exportações de minério de ferro, outro importante item de nossa pauta de exportação, alcançaram US$ 99,9 milhões, ligeiramente inferior ao nível de 1966, que foi de US$ 100,2 milhões. O volume exportado, entretanto, superou o do ano anterior, em 1 012 mil toneladas. Em 1966 remetemos para o exterior 12 929 mil e, no ano passado, 13 910 mil toneladas.

Comportamento similar apresentam outros componentes significativos da pauta de exportação. Tais são: algodão em rama e açúcar demerara. As exportações de algodão, em 1967, foram de US$ 90,9 milhões, em 1967, em contraposição a US$ 111,6 milhões no ano anterior. As vendas de açúcar alcançaram US$ 79,5 milhões contra US$ 80,5 milhões no mesmo período. As quantidades em ambos os casos foram inferiores aos níveis alcançados em 1966, tendo sido exportados, respectivamente — 19,7% para algodão e — 0,1% para açúcar.

As exportações de pinho serrado reduziram-se de 113 mil toneladas: as remessas em 1967 foram de 602,8 mil/t, contra 716,2 mil/t, em 1966; o valor, por sua vez, baixou de US$ 56,2 milhões para US$ 47,8 milhões, no mesmo período. As dificuldades por que passam a economia argentina podem ser apontadas como a principal responsável pela redução apresentada nos negócios madeireiros.

Contrastando com a tendência cadente de quase a totalidade dos produtos que compõem nossas exportações o cacau em amêndoas superou as vendas de 1966. A receita atingiu, em 1967, US$ 59,1 milhões, contra US$ 50,7 milhões no ano anterior, ou seja, um crescimento da ordem de 16,6%. O volume exportado, embora tenha crescido (16%) não foi o único responsável pela melhoria ocorrida na receita. Essa foi causada pelo aumento experimentado pelo preço médio da tonelada de cacau, que passou de US$ 450,25, em 1966, para US$ 517,35, ou seja, 14,7%.

FIEB leva empresário baiano a ver desenvolvimento como missão social

Consciente do papel da iniciativa privada no processo de desenvolvimento, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) transformou-se nos últimos anos — graças ao trabalho de sua atual diretoria — num órgão dinâmico de mobilização do empresariado baiano para o cumprimento da missão social que lhe está reservada dentro do programa de industrialização do Estado, como um corolário da ação que se promove em todo o Nordeste.

O Presidente da FIEB, Sr. Ulisses Barbosa Filho, logo que iniciou sua administração, reconheceu a necessidade imperiosa de reformular o sistema de atuação da entidade, imprimindo-lhe uma filosofia de ação que a retirasse da posição meramente contemplativa que a caracterizava, convencido de que ela não nascera para ser apenas um órgão de cúpula da representação sindical, mas um instrumento de apoio e orientador dos industriais na promoção do desenvolvimento econômico.

— Um programa de desenvolvimento, com base na industrialização e na livre emprêsa, a ser implantado em região extensa do País, exige, para sua eficácia, a organização, também programada, das entidades de cada zona ou sub-região — afirma o Sr. Ulisses Barbosa Filho, definindo a política dos organismos privados numa experiência de desenvolvimento planificado como a do Nordeste.

REALIDADE E LIDERANÇA

A FIEB coloca-se hoje como um organismo perfeitamente identificado com o esfôrço regional pelo desenvolvimento do Nordeste e orienta sua política pela constelação de iniciativas que modificam a fisionomia econômico-social da região.

Foi justamente considerando a nova realidade do Nordeste que o Sr. Ulisses Barbosa Filho compreendeu as responsabilidades com que se defrontava a FIEB, despertando-a para a tarefa de preparação do empresariado baiano. Notou que a arrancada desenvolvimentista do Nordeste havia surpreendido o empresário baiano numa posição de quase neutralidade, e tornava-se premente a necessidade não só de dotá-lo de uma nova mentalidade, como de arregimentá-lo para o desenvolvimento.

Tornava-se também necessário o exercício de uma liderança efetiva, que respondesse à convocação de uma realidade, cujos problemas não aceitavam as soluções impressionistas, nem as manifestações do velho egoísmo mercantilista. A FIEB tomou a si o leme do barco, que conduziria a iniciativa privada nas águas do desenvolvimento e passou a exercer uma liderança totalmente voltada para a implantação de uma mentalidade empresarial mais agressiva e mais firme.

Para levar à consciência de suas responsabilidades históricas dentro do processo de industrialização da Bahia, o Sr. Ulisses Barbosa Filho apoiou sua linha de ação numa série de teses que têm sido a base doutrinária de sua gestão.

AÇÃO EM VÁRIOS CAMPOS

A FIEB, no entender de seu presidente, não poderia cumprir a missão que lhe fôra destinada na atual conjuntura da economia regional, sem passar por uma reforma administrativa de base que lhe desse uma nova dinâmica e lhe fornecesse os instrumentos capazes de incentivar as atividades industriais e orientar o empresário.

A valorização do empresariado baiano, retirando-o do poço de marginalização em que estava mergulhado, era uma exigência do próprio desafio que o desenvolvimento lançara. Fugir a essa realidade representaria uma ameaça à sobrevivência do empresário, como tal.

Estando o empresário inserido no processo de desenvolvimento regional, a êle fôra reservada uma missão social que não poderia conviver com uma visão egoísta dos problemas que afetam a coletividade. Fundamentando essa tese, o Sr. Ulisses Barbosa Filho sustenta que a principal finalidade de uma sociedade desenvolvida é o bem comum, desde quando resulta no aumento do poder aquisitivo do povo e na ampliação do mercado, conseqüentemente.

Segundo êle, não pode haver industrialização sem um entrosamento entre o poder público e o setor privado. Por isso, advoga uma política de **mãos dadas**, com a FIEB desempenhando um papel de assessoria às iniciativas governamentais para aceleração do desenvolvimento.

É o que tem acontecido na Bahia, pois a FIEB situa-se tanto entre os organismos que mais contribuíram para a criação e implantação do Centro Industrial de Aratu, o principal instrumento de ação do Estado na promoção do desenvolvimento industrial baiano.

A FIEB, todavia, não se restringe ao apoio decidido às iniciativas de industrialização na área da Capital e do Centro Industrial de Aratu. Promove esforços no sentido do fomento à industrialização do Interior e, para isso, em cooperação com a FUNDINOR mantém comitês de desenvolvimento em vários municípios baianos, numa iniciativa de motivação do homem do Interior para a industrialização.

A FIEB também elegeu entre suas preocupações essenciais a luta em defesa do Nordeste para a consolidação de seu desenvolvimento. Assim, o Sr. Ulisses Barbosa Filho, fiel à sua consciência de empresário, empunhou desde cedo à frente da FIEB a bandeira da luta em defesa dos incentivos fiscais concebidos como fórmula adequada e patriótica para favorecer a industrialização regional, e de redenção de 30 milhões de nordestinos.

O Presidente da FIEB reconhece que a maior responsabilidade pelo desenvolvimento do Nordeste deve-se ao esquema especial de incentivos, sob a forma de recursos concedidos pelos artigos 34/18 das Leis da SUDENE, mas, ao lado disso, destaca a importância dos recursos próprios dos investidores, que representam quase 30% dos investimentos totais.

Acha êle, e por isso está empenhado na defesa dêsses incentivos, que a eliminação do sistema até agora pôsto em prática faria o Nordeste retroceder à sua posição anterior de região decadente ou, no mínimo, restaria como uma obra inacabada, eternizando-se o quadro de uma vocação para sempre frustrada.

FIEB SE RENOVOU

Preocupado com o papel da FIEB na conjuntura do desenvolvimento regional — e, no particular, da Bahia —, o Sr. Ulisses Barbosa Filho empreendeu a tarefa de dar uma nova definição às suas finalidades promovendo uma profunda reforma de sua estrutura. O trabalho começou com uma portaria baixada pela atual Diretoria em novembro de 1966. O objetivo era a reorganização dos serviços e a utilização racional de pessoas e recursos.

A reforma trouxe consigo a implantação de vários departamentos voltados para a promoção industrial, assistência às indústrias pequenas e médias, incremento da sindicalização, assessoria técnica e jurídica e assessoria de comunicação.

O Departamento de Assistência Técnica presta serviços de alto nível às indústrias, nos setores de orientação financeira para elaboração de projetos de financiamentos e obtenção de favores fiscais, racionalização de métodos de trabalho, treinamento de pessoal, recrutamento e seleção, estudos de mercado.

O Departamento de Promoção Industrial, que se constitui de um Centro de Pesquisa e Documentação e de um Centro de Promoção, executa programas de fomento à industrialização no Interior e captação de recursos externos pelo Estado. Foi graças ao trabalho do DPI que a FIEB conseguiu publicar em 1967 o primeiro Cadastro Industrial da Bahia, e agora prepara nova edição ampliada por novas pesquisas de campo e estudos.

Dinamizou também a FIEB o Departamento Sindical, que realiza um intenso programa de incremento à sindicalização, atuando através de campanhas pelo Interior do Estado, de renovação dos quadros sindicais e assistência integral aos sindicatos filiados.

A política de sindicalização da FIEB, pelo sentido social de que se reveste, tem recebido inteiro apoio do Ministério do Trabalho e por outros setôres do Govêrno federal.

A organização de uma Assessoria Técnica permitiu maior fluxo e mais eficácia no processo de deliberações da cúpula diretiva da FIEB, pelo trabalho executado por advogados e economistas.

A Assessoria de Divulgação favoreceu, através de publicações, maior comunicação entre as decisões da FIEB e a comunidade dos empresários industriais, e até com o grande público.

A reforma estrutural implantada pelo Sr. Ulisses Barbosa Filho tornou a FIEB numa entidade mais dinâmica, perfeitamente identificada com suas finalidades, e mais apta uma assistência racional e eficiente nas suas relações com o empresariado.

INTERIORIZAÇÃO AFINAL

A renovação empreendida pelo Presidente Ulisses Barbosa Filho não se limitou à FIEB. Atingiu também o Departamento Regional do SESI e o Departamento Regional do SENAI.

No caso do SESI, preocupou-se em elevar a faixa de atendimentos, pela implantação de nôvo sistema. Mas a iniciativa de maior envergadura registrou-se na ação desenvolvida visando à interiorização e descentralização das atividades do órgão. Neste sentido, já assinou o contrato para construção do Centro Social Reitor Miguel Calmon, no bairro operário do Retiro, em Salvador, cujo terreno o SESI acaba de adquirir à Prefeitura da Capital.

Este Centro Social destina-se a prestar serviços a uma comunidade de cêrca de 200 mil pessoas, sendo que o projeto foi calcado nos resultados de pesquisas sócio-econômicas promovidas em vários setores da área, onde reside metade da população operária de Salvador.

No momento, funda também o SESI o Centro Social João Marinho Falcão, em Feira de Santana, a maior cidade do Interior baiano, que está dando sua arrancada para a industrialização. Devido à sua localização êste Centro Social irá servir a cêrca de 100 mil pessoas.

Não se descuidou também o SESI de suas responsabilidades nos setores de assistência social — incrementando a Medicina preventiva e realizando palestras e cursos de educação sanitária e prevenção de acidentes — e de recreação, executando um amplo programa de divertimentos, festas, esportes para trabalhadores.

Além disso, através de sua Seção de Recrutamento e Seleção de Pessoal, o SESI atende às emprêsas, promovendo exame prévio de candidatos e realizando posteriormente a recuperação de incapazes.

No SENAI, a ação que se desenvolve tem resultado na realização de cursos de formação profissional, cada vez mais aperfeiçoados, através de convênio com a SUDENE e o Ministério da Educação. Não se descuidando de sua finalidade básica — a preparação do homem para a profissão industrial —, o SENAI executa vários convênios celebrados com organismos federais e até internacionais. O SENAI também está implantando em Feira de Santana um centro de formação profissional, cumprindo também sua meta de interiorização, que deverá dentro em pouco atingir outras localidades.

RECONHECIMENTO GERAL

Por fôrça da filosofia adotada e dos conceitos que tem procurado aplicar, para integrar o empresariado cada vez mais no processo de desenvolvimento regional, a atual administração da FIEB só tem colhido manifestações de reconhecimento e aplausos tanto do setor privado, como do setor público.

O perfeito entendimento que a FIEB mantém, por exemplo, com o Govêrno do Estado vem contribuindo intensamente para a aceleração do processo de desenvolvimento da Bahia. Os planos governamentais para dotar o Centro Industrial de Aratu de uma infra-estrutura necessária ao funcionamento das indústrias que ali serão implantadas recebe todo o apoio da FIEB, que freqüentemente realiza um trabalho de assessoramento de iniciativas. É um exemplo o Seminário de Mão-de-Obra que a FIEB patrocinará em maio próximo, que se destina a discutir um dos problemas mais cruciantes da conjuntura industrial baiana, de interêsse direto do CIA.

Durante o II Encontro de Investidores do Nordeste, que a Confederação Nacional da Indústria realizou na Bahia em novembro último, atendendo a uma reivindicação da FIEB, foi também unânime o reconhecimento de investidores de outros Estados, que viram na entidade um paradigma de representação da classe industrial no Brasil.

O entrosamento da FIEB com as iniciativas governamentais no campo industrial faz com que o Presidente Ulisses Barbosa Filho expresse, no exercício da liderança empresarial que a entidade assumiu, aquela mesma tônica de otimismo que o Govêrno estadual manifesta, ao encarar as perspectivas de 1968.

A razão dessa atitude advém do inventário das obras de infra-estrutura que o Govêrno do Estado e a SUDENE deverão realizar êste ano, em diversos pontos do território baiano, em setores básicos, além das perspectivas do programa de fomento à industrialização no Interior que a Federação das Indústrias da Bahia e a Secretaria de Indústria e Comércio vêm empreendendo, numa ação agressiva, para implantação e modernização de pequenas e médias emprêsas, com o apoio financeiro do Banco de Desenvolvimento do Estado (BANDEB).

As solicitações repetidas de assessoramento que são dirigidas à Federação das Indústrias do Estado da Bahia trazem-nos também a certeza de que, em 1968, com a definitiva implantação de grandes investimentos (USIBA, Conjunto Petroquímico da Bahia e outros) e com a complementação básica de infra-estrutura no Centro Industrial de Aratu, deveremos alcançar a etapa de irreversível decolagem do nosso processo industrial — assegura o Sr. Ulisses Barbosa Filho.

A melhoria observada decorre da tendência altista verificada nos preços internacionais, em decorrência, principalmente, da incerteza quanto ao volume da safra africana para 1968. Por outro lado, no terceiro trimestre do ano passado ocorreu substancial aumento nas aquisições das fábricas norte-americanas que até então vinham restringindo suas compras com o objetivo de influenciar as negociações para a assinatura de eventual Acôrdo Mundial de Cacau. O fracasso dessa negociação coadjuvado pelas dificudades sociais e políticas por que atravessam os principais produtores africanos concorreram para o fortalecimento dos preços internacionais, posição logo aproveitada por alguns exportadores para restringir suas vendas.

Resultados negativos apresentou a maioria dos chamados pequenos produtos, de cujo comportamento, quase sempre decide a tendência de nossa balança comercial. Esses formam o comportamento de itens tais como: couros e peles (—15,7%), minério de manganês (—48,3%), carne bovina (—36,1%), castanha-do-pará (—32,8%), arroz (—87,4%), erva-mate (—29,3%), óleo de oiticica (—47,7%), sisal (—29,7%), cêras de carnaúba (—22,8%), banana (—9,4%).

Dentre os itens cujas vendas ultrapassaram os índices do ano anterior merecem destaque: soja em grão (127,5%), manteiga de cacau (21,6%), madeiras (jacarandá) (16,1%), pimenta-do-reino (14,7%).

Fato auspicioso contudo é o comportamento das exportações de produtos manufaturados, que apresentaram, em 1967 sôbre 1966, crescimento da ordem de 48,1% no seu valor e de 181,4% com relação ao volume. Foram embarcadas para o exterior no ano passado 755,1 mil toneladas de produtos diversos contra 268,3 mil em 1966; o valor cresceu de US$ 96,8 milhões para US$ 143,4 milhões do mesmo período. Em face da recuperação de nossas exportações de aço e outros produtos de metal, responsável pelo desmensurado crescimento do volume embarcado, o valor médio por tonelada baixou de US$ 360,89 para US$ 189,94, no período em exame.

A importância do crescimento de nossas vendas de produtos manufaturados é fàcilmente compreensível quando se tem em mente a inelasticidade da pauta de exportação dos países em desenvolvimento, exportadores de matérias-primas e gêneros alimentícios.

Adequada política de incentivo às exportações de produtos manufaturados permite não apenas tornar a economia nacional menos vulnerável às flutuações cíclicas do mercado mundial, como também faz com que se diversifiquem nossas exportações, tornando menos rígidas nossas fontes de divisas. Ademais essa exportação permite que se dê integral utilização à capacidade de nossas fábricas, concorrendo destarte para o barateamento dos produtos industriais de origem nacional.

Outro item de nossas exportações que merece destaque especial são as vendas de café solúvel, cujas receitas passaram de US$ 9,5 milhões em 1966 para US$ 28,2 milhões no ano passado, crescendo, por conseguinte, em 196,9%; as quantidades enviadas para o exterior foram no mesmo período 3 973 mil/t e 11 831 mil/t (197%).

As exportações de café solúvel, entretanto, têm acarretado sérios problemas para os países produtores de café, especialmente o Brasil, em face da posição dos Estados Unidos, na Conferência Internacional do Café. O impasse entre as delegações brasileiras e norte-americanas impediu que fôsse, até agora, prorrogado o Convênio Internacional do Café, cujo prazo de validade expira em outubro próximo.

Nesse particular o Brasil deverá agir com redobrada prudência, pois, embora sejam respeitáveis e perfeitamente justificadas suas posições, não se pode perder de vista que as exportações de café solúvel são insignificantes em comparação com as exportações de café em grão, cujo mercado entraria em forte baixa caso se concretizasse a hipótese de derrogração do Acôrdo Internacional do Café.

PERSPECTIVAS DAS EXPORTAÇÕES

Como foi dito no início dêste trabalho as autoridades incumbidas de traçar a política do comércio exterior, a partir de 1964, tiveram duas ordens de preocupação: buscar, a curto prazo, aumentar nossas receitas de divisas para fazer face aos compromissos que oneraram nosso Balanço de Pagamentos a longo prazo e criar os instrumentos que permitissem o desenvolvimento natural de nossas transações com o exterior, admitindo-se como adequadas as políticas cambial, creditícias, fatôres que afetam o comércio exterior.

Como vimos também estão cumpridas ambas as fases, tendo sido a criação do Conselho de Comércio Exterior o coroamento dessa política.

Pressupondo a institucionalização dêsses instrumentos estimou-se que as exportações tenderiam a crescer, na hipótese menos favorável, de aproximadamente 3,0%. Nessas circunstâncias as nossas vendas ao exterior, no corrente ano são estimadas em US$ 1 850 milhões, cifra que se traduziria em um aumento de 8,4%, com relação ao nível do ano passado.

As perspectivas do mercado internacional de produtos primários não são de certa forma encorajadoras dando margem a previsões otimistas, principalmente para alguns dos itens mais importantes de nossa pauta de exportações, como café, açúcar e cacau.

Com relação ao café as dificuldades surgidas, em Londres, entre as delegações brasileiras e norte-americanas, com relação ao café solúvel, impediram até agora que fôsse renovado o Acôrdo Internacional do Café determinando em conseqüência sérias apreensões aos países cuja economia depende fundamentalmente desse produto, visto que a não renovação do Acordo acarretaria o enfraquecimento do mercado e a baixa nos preços do produto. Anuncia-se, contudo, que o Brasil e Estados Unidos encontraram um ponto comum, salvando o Acôrdo Internacional do Café, sem prejudicar mais profundamente a indústria do café solúvel.

Quanto ao cacau, as dificuldades políticas que assolam os principais produtores na África, assim como as reduzidas colheitas em perspectivas transformaram o mercado em comprador, tudo fazendo prever que os preços manter-se-ão em alta para o próximo ano, apesar do fracasso das negociações para a assinatura do Acôrdo Internacional do Cacau.

Para o açúcar são esperados bons resultados, pois anuncia-se que para 1968 a produção mundial será inferior ao consumo em mais de um milhão de toneladas e como os estoques em mãos dos exportadores estão estimados em tôrno de dois milhões de toneladas espera-se que se mantenham firmes, senão em alta, os preços no mercado livre. Quanto ao mercado preferencial norte-americano espera-se que seja, no mínimo, mantida a atual participação brasileira. São bons também as perspectivas de um acôrdo mundial de açúcar, pois, por opostas razões, Cuba e Estados Unidos — maior produtor e maior consumidor — favorecem um convênio dessa natureza.

A essas perspectivas otimistas, entretanto, opõem-se as dificuldades por que passa a economia norte-americana, principal mercado de nossos produtos, cujas restrições podem acarretar sérios prejuízos para os países latino-americanos.

Moagem de trigo: indústria bitolada

ELEMER JANOVITZ

Por motivos circunstanciais decorrentes da II Guerra Mundial, o Brasil modificou em 5 de janeiro de 1944 o *modus operandi* da Indústria Moageira do País criando o Serviço de Expansão do Trigo subordinado ao Ministério da Agricultura (Decreto-Lei 6 170), que lhe dava competência (segundo parágrafo III do Artigo 2.º) a "fiscalizar e orientar o comércio e a industrialização do trigo no País".

Se bem que êste Decreto-Lei originou-se, na ocasião, para disciplinar tudo relacionado à produção, comercialização e industrialização do trigo nacional, o Decreto-Lei n.º 8 873, de 24 de janeiro de 1946, ampliou essa disciplina também para o trigo de importação.

A partir dessa legislação a indústria moageira do País passou da situação da livre iniciativa para uma economia semidirigida, iniciando-se posteriormente a economia dirigida mediante as disposições e normas estabelecidas pela Circular n.º 3 52 do Serviço de Expansão do Trigo (de 7 de novembro de 1952) que determinava "seja importado pelo Banco do Brasil todo o trigo que tiver de ser adquirido no estrangeiro".

Desde aquela época o Banco do Brasil passou a ser o único fornecedor de trigo importado aos moinhos do País, tornando-se, mais tarde, também o único comprador de trigo nacional e por sua vez, único fornecedor dêsse cereal à citada indústria.

A intervenção no domínio econômico, por parte das autoridades, não parou aí. Amparada pela Lei n.º 1522, de 26 12 1951, o Govêrno e suas dependências, através de atos consecutivos (Decretos, Portarias, Resoluções, Instruções e Comunicados) enfeixou sob sua égide tudo o relacionado à atividade comercial e industrial do trigo, convertendo-se num verdadeiro dirigente dessa categoria econômica.

O jornalista Marco Aurélio de Alcântara focalizou muito bem êsse aspecto no seu *Informativo Econômico* (*Diário de Pernambuco*, 30/12/65) objetivando divulgar a forma como é feito o contrôle do trigo e como se processam a entrega, moagem e comércio da farinha no Brasil.

Voltando para trás as páginas da história, deparamos com o fato, muito significativo, de que anteriormente às disposições de índole estatizante, os moinhos no País operavam em função da lei da *oferta e procura*, em livre concorrência, que obrigava, como defesa dos objetivos industriais, aprimoramento de qualidades nos produtos e autodeterminação dos preços de venda, em função das possibilidades do mercado consumidor, de características competitivas.

Não faltou — cabe esta referência como uma menção de justiça aos esforços da livre iniciativa — não faltou, repetimos, durante o difícil período da última Guerra Mundial, o "pão nosso de cada dia".

Como dizíamos, a Indústria Moageira ficou enquadrada, dentro da Economia dirigida, a: 1.º) pagar o preço do trigo de acôrdo com o determinado pelas Autoridades; 2.º) fabricar os produtos derivados, de acôrdo com o disposto pelas Autoridades; 3.º) vender e entregar ao consumo os seus produtos de acôrdo com normas e preços tabelados pelas Autoridades.

Como decorrência do tabelamento do preço de venda, fixaram as Autoridades em 5% (cinco por cento) o lucro permissível aos moinhos, percentagem esta calculada sôbre o custo do produto a granel (farinha). Mais adiante ver-se-á a relevância dêste particular.

Êsse lucro estabelecido oficialmente, entretanto, contràriamente ao que deveria inferir-se (pois lucro é igual a ganho líquido) não se comporta, na prática, como um fator fixo e constante, desde que os demais itens que compõem a formação dos custos não estão tabelados, sofrendo constantemente — um ou outro — as oscilações decorrentes do mercado e de atos do Govêrno (impostos, taxas, etc.), e modificações (sempre ascendentes, num País em que ainda são presentes os fatôres inflacionários) de preços nos itens não tabelados (sacaria, energia, salários, despesas várias etc.).

Ao sofrer qualquer destas modificações, sem um reajuste automático, como seria viável na fórmula C. L. D. (Custo — Lucro — Despesas), evidentemente o lucro sofre o impacto de uma redução.

Conseqüentemente, falar de *lucro* — ao menos na indústria moageira — é desvirtuar a realidade. *Margem teórica* seria a denominação mais adequada, devido a sua inconstância provocada por fatôres alheios à sua consolidação.

Não é difícil, pois, chegar à conclusão de que a indústria moageira se debate num *modus operandi* asfixiante, bitolada como está, pelo dirigismo estatal.

Mas êsse dirigismo poderia usufruir maior proveito para o Estado e a Comunidade se devidamente dimensionado. Bastaria, para isso, mudar da posição de *intervenção coordenadora e fiscalizadora* para *ingerência elucidativa e construtiva*.

Elucidativa para conhecer os processos e procedimentos, o que equivaleria a uma ação fiscalizadora em têrmos de orientação e cooperação; e *Construtiva* para estudar e achar soluções capazes de resolver os problemas que venham a beneficiar a comunidade em geral, e o bom andamento industrial, em particular.

Em momentos em que o Brasil procura estabilidade conjuntural, atravessando períodos difíceis para lograr seu objetivo de brecar a inflação (enquanto não é possível nem recomendável pensar numa *deflação*), verifica-se a possibilidade de aumentar a *receita*, propiciando uma maior produção em benefício da comunidade. Basta as Autoridades atentarem para a solução global de um problema latente, melhorando o abastecimento de trigo e aplicando o sistema C. L. D. (Custo, Lucro, Despesa) para a formulação dos preços.

Uma declaração de Herrera em Nova Déli

O Presidente do Banco Interamericano do Desenvolvimento, Dr. Felipe Herrera, em declaração perante a II Reunião da UNCTAD citando a encíclica *Populorum Progressio*:

"Temos esperança de que os países menos desenvolvidos aproveitem cada oportunidade para organizarem entre si grandes áreas de desenvolvimento estabelecendo programas em comum, investimentos coordenados, dividindo possibilidades de produção e organizando o comércio. Também temos esperança de que as instituições multilaterais e internacionais, através de necessárias reorganizações, encontrem meios de ajudar mais ainda os países subdesenvolvidos a encontrar uma saída para as suas dificuldades e a descobrir por êles mesmos, embora permanecendo fiel aos respectivos modos de vida, os meios para atingirem o progresso social e econômico."

A citação supra descreve uma das tendências mais importantes entre os países em desenvolvimento em geral, ou seja, a de superar o subdesenvolvimento pelo fortalecimento das ligações econômicas e políticas através de acôrdos regionais e sub-regionais. Nesse sentido, a primeira sessão da UNCTAD proporcionou o encorajamento necessário.

O BID nota com satisfação, na qualidade da primeira organização financeira regional, que se acentua a criação de instituições similares na África e na Ásia e registra o estabelecimento do Banco Centro-Americano para a Integração Econômica e, também, os preparativos adiantados para o estabelecimento de bancos de desenvolvimento para as áreas do Caribe e da região andina.

Os países latino-americanos já estão colhendo os primeiros frutos da cooperação e interdependências entre as respectivas economias. Entre 1962 e 1966, o comércio na área do Mercado Comum Centro-Americano cresceu de 36% por ano e na área da ALALC em 18% anualmente. O significante é que o aumento representado pela participação de manufaturas foi substancial. Em 1966, na região centro-americana a exportação de manufaturas representou 68% do total. Na ALALC a exportação de manufaturas tem aumentado em cêrca de 20% por ano e constitui 70% das comissões do comércio negociadas por êsses países.

A integração latino-americana fêz também progressos nos setores de pagamentos intrazonais, no estabelecimento de indústrias complementares e na identificação, elaboração e financiamento de projetos de interêsse para a região em seu conjunto. O BID se transformou dessa forma no Banco Latino-Americano para a Integração.

Contudo, é reconhecido que o caminho para o Mercado Comum Latino-Americano está cheio de dificuldades. Isto porque o desenvolvimento industrial da região foi baseado na substituição de importações o que torna a liberalização do comércio exterior bem difícil. A mudança de orientação na direção de exportação exigirá a solução de problemas relacionados com escala de produção e organização promocional do comércio externo.

Outro problema reside na disparidade entre os graus de crescimento das economias dos vários países.

A América Latina está tentando um crescimento harmonioso garantindo aos países mais atrasados um tratamento preferencial e um prazo maior para ajustamento das respectivas economias. Sofre a região do chamado *estrangulamento externo*. Isto pode ser observado no fato de que a participação da A. Latina no comércio mundial foi reduzida de 10% em 1950 a menos de 6% no ano passado. A taxa de crescimento de nossas importações que é de 3% ao ano equivale apenas ao crescimento populacional e representa apenas a metade do que seria necessário para manter o crescimento de 5% do produto nacional bruto. Análises do *Trade Gap* projetadas até 1975 indicaram que uma integração econômica completa poderia reduzir o deficit em 50%. Os Chefes de Estado do sistema interamericano reunidos em Punta del Este em abril de 1967 adotaram o objetivo da criação do Mercado Comum Latino-Americano até 1985 através de uma política geral de redução das barreiras tarifárias, uma tarifa externa comum, uma política de investimento adequada e, em geral, através da coordenação de política e da atuação de instituições interessadas nessa tarefa. Reuniões posteriores enfatizaram a tendência para integração regional e a ação no sentido de dar à região maior pêso nas relações econômicas internacionais.

O BID, através de seu sistema de cooperação com os Estados Unidos e mais recentemente com outros países industrializados tem desempenhado uma atuação importante no processo de desenvolvimento da área. Até o fim de 1967 foram financiados 450 projetos no valor de 2 bilhões e meio de dólares. O custo total dêsses projetos monta a seis bilhões de dólares. Em dados físicos representa uma importante contribuição: 2,4 milhões de hectares irrigados; 4,5 milhões de quilowatts adicionais; cêrca de 20 000 km de estradas principais e de acesso; 3 km de sistemas novos de aquedutos rurais e urbanos servindo uma população de 40 milhões de dólares para 120 instituições de educação superior onde estão matriculados 150 mil estudantes. No setor habitacional foram financiadas 300 mil habitações. Através de empréstimos globais o BID financiou 3 000 emprêsas pequenas e médias. Além disso, o BID despendeu cêrca de 200 milhões de dólares em assistência financeira em cooperação com outras instituições interessadas no desenvolvimento nacional e em tarefas relacionadas com a integração. Administra também um sistema de exportações que permitiu a seis países competir com países industrializados em vendas de equipamento no valor de 40 milhões de dólares.

As recentes dificuldades de liquidez dos países industrializados têm constituído um motivo para redução da assistência financeira aos países em desenvolvimento. Não só o *goal* de 1% de transferência de recursos por parte dos países desenvolvidos não tem sido atingido como essa assistência tem diminuído e tornado mais restrita quantitativa e qualitativamente. A situação está atingindo aspectos frustrantes porque os países à custa de muito sacrifício estabeleceram uma instrumentalidade de planejamento e projeto. Por sua vez, as organizações financeiras internacionais não estão obtendo recursos suficientes para atender à capacidade de absorção dos países membros.

A América Latina aprendeu a mobilizar seus próprios recursos. É verdade que a taxa de formação de capital não excedeu de 18%, o que é insatisfatório. Contudo, os recursos externos têm se mantido numa proporção de 10% e se acentua a geração de recursos decorrentes da atividade nacional. De 1960 em diante os recursos derivados de taxação aumentaram de 25%, exceto no caso do Brasil e México, que aumentaram de 50%, e a luta contra a inflação também tem progredido. Dois países que atingiram altas taxas em 1964 tiveram essas taxas reduzidas à metade no ano passado.

Obstáculos no caminho da ajuda financeira multilateral devem ser removidos. Entre êsses se situam o acesso difícil aos mercados internacionais de capital e às taxas altas de juros que atingiram 5 a 7 e 8%. É evidente que a transferência de capitais privados prevista há alguns anos não está funcionando adequadamente. Essa situação dá uma fôrça nova à proposta do Dr. Horowitz, Somador do Banco de Israel, no sentido de que as taxas de juros deveriam ser subdivididas, quando utilizadas através de instituições financeiras multilaterais.

O BID tem se empenhado em conseguir recursos adicionais de países não membros, através de emissão de obrigações, empréstimos públicos diretos, participações nos empréstimos e administração de fundos e outras operações. Recentemente, foi adotado o sistema de tornar elegível para importações por parte dos mutuários do BID os países que contribuírem para a estrutura financeira do Banco. Vale recordar aqui que quase 50% dos custos externos dos projetos representam compras efetuadas em países não membros.

Para fortalecer a mobilização de recursos financeiros foi sugerido pelo Banco ao Comitê Executivo do Mercado Comum Europeu o estabelecimento de um Fundo Multilateral a ser administrado pelo Banco Europeu de Investimentos. O mesmo sistema poderia ser utilizado para a criação de um Fundo Multilateral para ser administrado pelo BID.

A comunidade internacional tem estado preocupada com o enfraquecimento do setor externo dos países em desenvolvimento. O débito em divisas fortes de 4 bilhões e 300 milhões de dólares em 1955 aumentou para 12 milhões e 600 mil dólares em 1966. Isto significa um aumento de 6% em 1955 para 18% em 1966 proporcional à renda da América Latina. O BID tem se esforçado no sentido de prover assistência financeira em têrmos brandos. Assim é que até 1967, apesar dos juros cobrados nos empréstimos a seus mutuários não excederem a casa de 4%, a metade das amortizações tem sido paga em moeda local.

Registraram com prazer o apoio generalizado a idéias de preferências gerais para a exportação de manufaturas provenientes de países em desenvolvimento. Contudo, essa preferência não gera automàticamente um grande aumento nas exportações, o que só pode ser obtido com o aumento na eficiência da base industrial. Nesse sentido, a integração econômica representa um estímulo para a criação de uma significativa base industrial. Recentemente a A. Latina tem sido capaz de compensar sua fraqueza externa através do aumento de taxa de crescimento à base de 6% ao ano. A melhor ilustração dêsse fato reside nos seguintes dados de crescimento verificados nos últimos 15 anos. A produção de aço aumentou de dois milhões para nove milhões de toneladas por ano; cimento de 7 milhões para 22 milhões e energia elétrica de 26 para 100 km hora. A agricultura embora menos dinâmica aumentou de 4% ao ano aproximadamente e não foi observada a existência de *crise malthusiana* no sentido de produção *per capita* decrescente e aumento de deficit de produção de alimentos. Êsses dados encorajadores admitem a possibilidade de terminarmos êste século com uma população de 600 milhões de habitantes e uma renda *per capita* de 700 dólares e um produto de aproximadamente 400 bilhões de dólares.

Um outro fator positivo que alicerça uma posição otimista é que entre 1960 e 1966 as matrículas nas escolas primárias e universitárias aumentaram em cêrca de 80%. Acesso à água e esgotos hoje cobre 110 milhões de pessoas ao invés de 60 milhões de pessoas, num período em que a população cresceu apenas de 20%.

A América Latina, juntamente com o Terceiro Mundo tem esperança de que a segunda sessão da UNCTAD fará uma contribuição decisiva para a criação das bases de uma ordem econômica internacional que encorajará os esforços de nossos homens e mulheres e os mostrará à luz de seu verdadeiro valor.

Mexa no comutador e Mário Reis, o homem da "grande potência" ficará satisfeito

Tôda vez que você mexe no comutador para acender a luz — o fim de um longo processo de geração de energia — um homem em São Paulo tem razões suficientes para ficar satisfeito o resto do dia, todos os meses, até o fim do ano, pois êle é o responsável por uma parte dêsse processo. Esse é o homem que fala com orgulho do Brasil e sempre sonha em torná-lo uma **grande potência**. Isso até virou fixação.

Esse homem existe, tem 43 anos, mora bem, lá numa casa assobradada no meio de Osasco, uma cidade de operários encostada em São Paulo, muitos filhos e trabalha numa fábrica de equipamentos pesados — uma **indústria de base** — onde tem 2 669 amigos-operários, cheios de esperança, que conversam com êle todos os dias sôbre **grande potência**. Eles são homens politizados: até ficam mudos e difíceis de tratar, tôda vez que sua fábrica (o Brasil) p e r d e uma concorrência internacional que poderia ajudar o sonho de seu grande amigo e a indústria de **bens de capital**, expressão que já conhecem. Há mais de um mês foi assim, quando depois de muita discussão nosso preço não foi o melhor e perdemos uma grande encomenda para vender uma subestação para uma indústria de fertilizantes.

ESSE MUNDO É MEU

O homem, Mário Reis, operário-padrão, surge à porta de uma **indústria de base** — óculos de tartaruga, calça amarrada abaixo da barriga, camisa dobrada até o cotovêlo, gravata desfeita. — Esta é a **minha** fábrica, diz êle, e abre os braços para mostrar três pavilhões bem arrumados, gente uniformizada andando de um lado para o outro. — Eu trabalho aqui há 20 anos e fico orgulhoso tôda vez que chego cedinho para trabalhar. Por aqui — é o primeiro pavilhão — o setor de montagem de pequenos e grandes transformadores. Até as mulheres trabalham nisso, uma atividade que exige mais cuidado e atenção, enrolando fios de cobre de todos os tamanhos e espécies.

— É aqui que as coisas começam a ficar ruins. Imagine que o Brasil produz muito pouco cobre — em 1966 só produziu três mil toneladas que correspondiam a uma baixíssima porcentagem de nossas necessidades — enquanto o cobre e n t r a como componente em pêso e volume de mais de 30% n u m transformador, qualquer que seja o seu tamanho e capacidade. Mário Reis usa os dedos para não errar na c o n t a, apresenta alguns operários que trabalham na seção e mostram um transformador importado "porque o Brasil ainda não tinha condições de produzir". — Essa é mais uma falha, porque parte do princípio de que o Brasil não tem **condições de produzir**, quando é muito claro que temos técnicos suficientemente bons para planejar e depois montar todo e qualquer tipo de transformador, mesmo êsse que foi importado. Por quê? O Govêrno faz afirmações assim e eu tenho certeza de que desconhece totalmente, com uma ignorância fria, qual a nossa capacidade real de criação no campo da indústria pesada. Não nos dão muitas oportunidades para o aumento da pesquisa tecnológica e ficamos limitados. Sempre limitados.

Mário Reis já viajou muito. Estêve várias vêzes na Europa, enviado pela direção de sua fábrica para conhecer novos métodos de fabricação, normas e processos técnicos. E nos meios industriais que visitou e com quem conversou quando viajou, sempre ouviu a mesma história em relação ao Brasil. É a história que vai demorar muito até sairmos do subdesenvolvimento.

— Até lá fora já sabem que nós optamos pelo imediatismo. Até que é mais fácil, a curto prazo. Veja: o Brasil tem uma necessidade anual comprovada de 100 a 150 locomotivas para repor e padronizar o material rodante das linhas férreas em todos os setores. O Brasil pode produzir essas locomotivas. Há uma série de problemas de caráter econômico-financeiro tais como financiamentos, investimentos etc. Incapaz de superar êsses problemas — porque não cria condições para tanto — o Brasil acaba importando ê s s e s equipamentos diversos para funções diversas e soluciona-os a curto prazo. É o imediatismo. É contra o Brasil. Dois trabalhadores levantam discretamente a cabeça e quase erram um ponto de solda numa caldeira gigante. — Mas tenho certeza de que fica tudo transferido a longo prazo, causando grande atraso industrial ao Brasil, na tecnologia e no know-how, aumentando a capacidade ociosa, diminuindo o pleno emprêgo e o produto nacional bruto.

Dentro do transformador, qualquer que seja seu tamanho, os principais componentes são o cobre e o aço silício, que não são produzidos no Brasil. Mário entra num pequeno escritório onde operários especializados reúnem os dados de testes e com lápis e papel na mão prova que tôda vez que o Govêrno — o grande cliente — faz uma encomenda à indústria brasileira de base, está multiplicando o dinheiro investido cinco ou seis vêzes. Se essas encomendas aumentarem, provàvelmente as indústrias siderúrgicas brasileiras aumentarão sua produção para novos campos como o aço silício, de uma forma tal que dê para compensar o alto investimento p a r a instalações que êsse tipo de aço requer. Do lado de fora da fábrica, um pátio armazena mais de 50 mil toneladas de aço de vários tipos.

A ARTE DE FAZER NAÇÃO

Mário Reis anda firme, balança pouco o corpo e, se provocado, fala muito. Mas pode ficar calado muito tempo, como naquele momento em que apreciava três operários supervisionados por seu mestre acabarem a montagem de uma complicada peça que vai se perder no meio de um grande g e r a d o r que está sendo construído para a hidrelétrica de Ilha Solteira, no complexo de Urubupungá.

— Todos nós ficamos satisfeitos quando da diretoria da fábrica vem a notícia de que recebemos ou estamos para receber uma grande encomenda de nossos produtos que servem para usinas hidrelétricas, termoelétricas, transmissão de energia, distribuição de energia, siderurgia, indústrias químicas e petroquímicas, indústria do petróleo, mineração, ferrovias, portos e navios. Uma alegria geral domina todos os cantos da fábrica, pois a notícia corre dos mestres mais especializados até o simples varredor. Há uma preparação geral, todos querem estar prontos para receber os encargos da encomenda e dar conta dela. Por exemplo sabíamos que tinha muita gente empenhada em ganhar para nós (B r a s i l) uma concorrência para projetar e construir uma subestação para uma grande indústria de fertilizantes em São Paulo. Éramos informados de todos os passos que os diretores davam para ganhar a concorrência. De repente tivemos a notícia de que por uma mágica da legislação brasileira, por falta de cobertura do Govêrno, acabamos perdendo tudo. Foi uma consternação geral. Os operários emudeceram, era difícil t r a t a r com êles. E q u a n d o recomeçaram o diálogo, era sempre para fazer uma pergunta só: por que não nos coube a tarefa de fazer a subestação? Será que não temos condições para isso? Os nossos técnicos e engenheiros não sabem projetar ou planejar? Então, por quê? Alguém acaba de cometer mais um atentado contra o desenvolvimento brasileiro, diz um técnico. Tem gente interessada em manter a indústria brasileira de base — a indústria pesada — subutilizada e ociosa, atrasar cada vez mais o avanço tecnológico que é multiplicável a médio e longo prazos.

ARTE DE FALAR EM PÚBLICO

Tôda vez que isso acontece, Mário Reis tem vontade de explicar com palavras fáceis alguma coisa sôbre indústria pesada, de base, de equipamentos, enfim tudo o que aprendeu nos vinte anos que trabalha no ramo, onde começou como simples operário para agora ocupar as funções de homem de ligação entre todos os corpos da indústria e seus órgãos diretores.

Mário sabe de coisas assim: o Brasil organizou ou está organizando um plano para o desenvolvimento da indústria elétrica, petroquímica, ferroviária etc., para atender todos os campos de infra-estrutura e de base, mas está perdendo a oportunidade de consolidar e afirmar, ao mesmo tempo, a sua indústria de equipamento fornecedora natural para êsses projetos. Realmente — pensa Mário — a "parte do leão" das listas de compras correspondentes aos vários planos segue, invariàvelmente, o caminho das importações, deixando a indústria brasileira do setor que já pode ser considerada importante, muito importante, condicionada ao funcionamento em níveis de produção que, freqüentemente, não passam de 50% da capacidade total instalada.

Mário Reis para e pergunta: será isso por desatualização da nossa engenharia, por falta de contacto da nossa indústria com o que há de mais atualizado e adiantado, ou ainda por falta de um corpo técnico e de mão-de-obra especializada, treinados e capazes de executar os equipamentos necessários? Mas todo mundo sabe que não. Até o Govêrno. Acho que a explicação para êsse fato estranho pode ser encontrada no seguinte conjunto de circunstâncias:

1 — os planos organizados para a infra-estrutura e para as indústrias de base não são acompanhados de um planejamento global financeiro capaz de prever a mobilização de recursos em moeda nacional necessários à execução dêsse plano;

2 — os meios exportadores dos países adiantados usam como pressão de vendas a oferta de financiamentos a prazos longos. Sim, freqüentemente a oferta de um empréstimo estrangeiro apresentado como aspecto de contribuição não egoística ao desenvolvimento do país está mal escondendo o interêsse de venda de um grupo industrial daquele país que, na sua fábrica, precisa encher a sua programação, dar trabalho ao seu departamento de engenharia e ocupar a sua mão-de-obra;

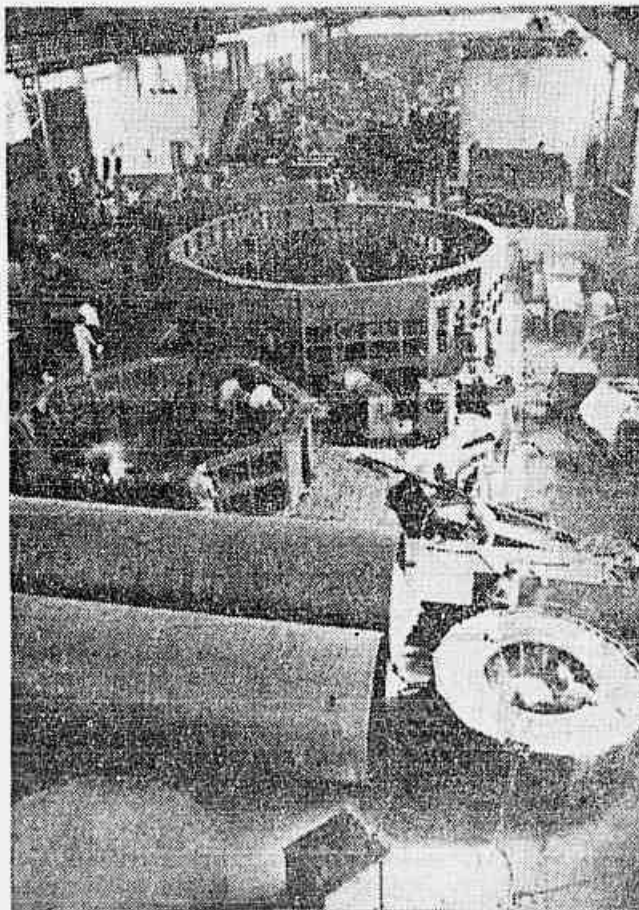
3 — as dificuldades naturais à organização de um plano financeiro orgânico levam o planejamento brasileiro a seguir uma linha de maior declive e aceitar a oferta do financiamento e s t r a n g e i r o. Além disso, como de todos os planos consta uma parte correspondente a obras gerais como terraplenagem, construções, captação de água etc, a parcela de recursos nacionais passa a ser destinada a essas obras não sobrando ao final do plano senão a possibilidade de importação dos equipamentos;

4 — freqüentemente a parte de engenharia básica dos grandes projetos é importada e nesses casos é comum, também, o elemento engenharia tender a dificultar a concorrência do produto nacional por especificação ou desenho fora dos padrões usuais do País.

O mestre Mário prossegue, dá um caráter quase didático. Todos sabem que existem órgãos de financiamento internacionais, o principal dos quais é o Banco Mundial. Nesses casos, os projetos brasileiros financiados por êste banco têm as suas aquisições sujeitas à concorrência internacional da qual podem participar as indústrias de equipamentos brasileiras. Mas, ainda aí, a possibilidade de nossas firmas é muito pequena, principalmente porque a taxa de câmbio nacional é fixada por razões não direta e necessàriamente ligadas aos custos internos. Além disso, todos os países adiantados ajudam e incentivam com recursos extremamente fortes a exportação de equipamentos para a indústria de base, sempre que ocorrer uma ociosidade nesse setor. Assim não nos restam, de fato, possibilidades muito grandes. Entretanto, em muitos casos a nossa indústria tem conseguido vencer concorrências internacionais subordinadas às condições do Banco Mundial. — Pode ter certeza — diz Mário Reis — que essa situação desestimula a indústria nacional já estabelecida e a vinda para o Brasil de novos capitais estrangeiros, pois um grupo internacional que esteja em sua filial brasileira lutando com os prejuízos advindos com o pequeno mercado em moeda nacional, ficará fatalmente, em pior situação diante de uma encomenda em moeda estrangeira do que um concorrente que não tenha filial no Brasil. Simples, não é?

Mário Reis se entusiasma com uma ferramenta de corte que sua fábrica acabou de comprar e pode trabalhar menos tempo com mais rendimento. — Há uma corrente que tenta diminuir a importância da indústria de base no País, alegando que sua participação na formação do produto interno bruto é pequena. É verdade: a indústria de base corresponde a alguns poucos por cento do produto interno bruto mas isso é o que considero **a fração estratégica para a continuidade do desenvolvimento n a c i o n a l**. Assim, nenhuma indústria é mais moderna do que o parque de indústria de equipamentos que a serve. Uma indústria dependente da importação de seus equipamentos é uma indústria reflexa, incapaz de originalidade, de criar os seus tipos e, portanto, a longo prazo sem condições no jôgo da concorrência internacional. Além disso, a indústria de equipamentos é rica em elementos técnicos e é nos seus quadros funcionais que se formam as vocações de projetistas, chefes de produção, mestres etc, que depois são requisitados pela indústria em geral do País. Ninguém pode esquecer o que a produção de equipamentos significa em têrmos de segurança nacional principalm e n t e se como segurança nacional entendemos não sòmente a capacidade de defesa bélica do País, mas como a estrutura militar, técnica, cultural e espiritual que um povo apresenta nas suas relações com outros países. Até o Ministro do Exército, General Lira Tavares, falou disso, outro dia.

— Saibam todos, Mário levanta a voz e se mostra inquieto, que a indústria de máquinas e equipamentos necessita de continuidade. Suas programações são feitas com um ano e até mais de antecedência. Antes da fase de produção pròpriamente dita há um enorme e paciente esfôrço de projetos, especificação das matérias-primas, sua encomenda, planejamento de execução dos projetos, que implica na mobilização durante meses de grandes equipes de trabalho. A produção de um equipamento complexo segue normas completamente diferentes da produção dos produtos seriados e repetitivos. É preciso que todos os planos de desenvolvimento de infra-estrutura sejam corajosamente formulados, em parte ou no todo, para levar em conta a necessidade de atendimento das indústrias de equipamentos nacionais dentro de nível de ocupação razoável. Essa reformulação, todavia, não implica, num cancelamento completo da idéia de um auxílio exterior ao nosso desenvolvimento. Acredito sèriamente que um estudo setor por setor deverá levar à conclusão de quem quer que seja que uma reserva criteriosa de uma fração do mercado total satisfará a mim e a nossas indústrias possibilitando seu desenvolvimento técnico sem atraso, de outro lado, a execução dos investimentos básicos. Bato pé, agora, neste último ponto: a política econômica brasileira não pode incentivar, com preferência, o desenvolvimento das indústrias seriadas em prejuízo das de equipamento, pois estará contribuindo para que o brasileiro, como técnico ou como trabalhador, só encontre empregos menos nobres de executante afastando-lhe a possibilidade de uma carreira ascensional na qual se empregue menos fôrça física e mais fôrça mental.

Mário Reis vai almoçar. Sorri, feliz, quando vê enorme carrêta sair de sua fábrica, carregando um gerador que seus operários e os técnicos que trabalham no andar de cima conseguiram tornar algumas toneladas mais leve e facilitar o transporte.

Essa linha de montagem pode parar em agôsto quando terminam as encomendas para essa fábrica. E depois: quem pagará a capacidade ociosa?

Eixo de um gerador de energia elétrica encomendado pela CESP para Ilha Solteira

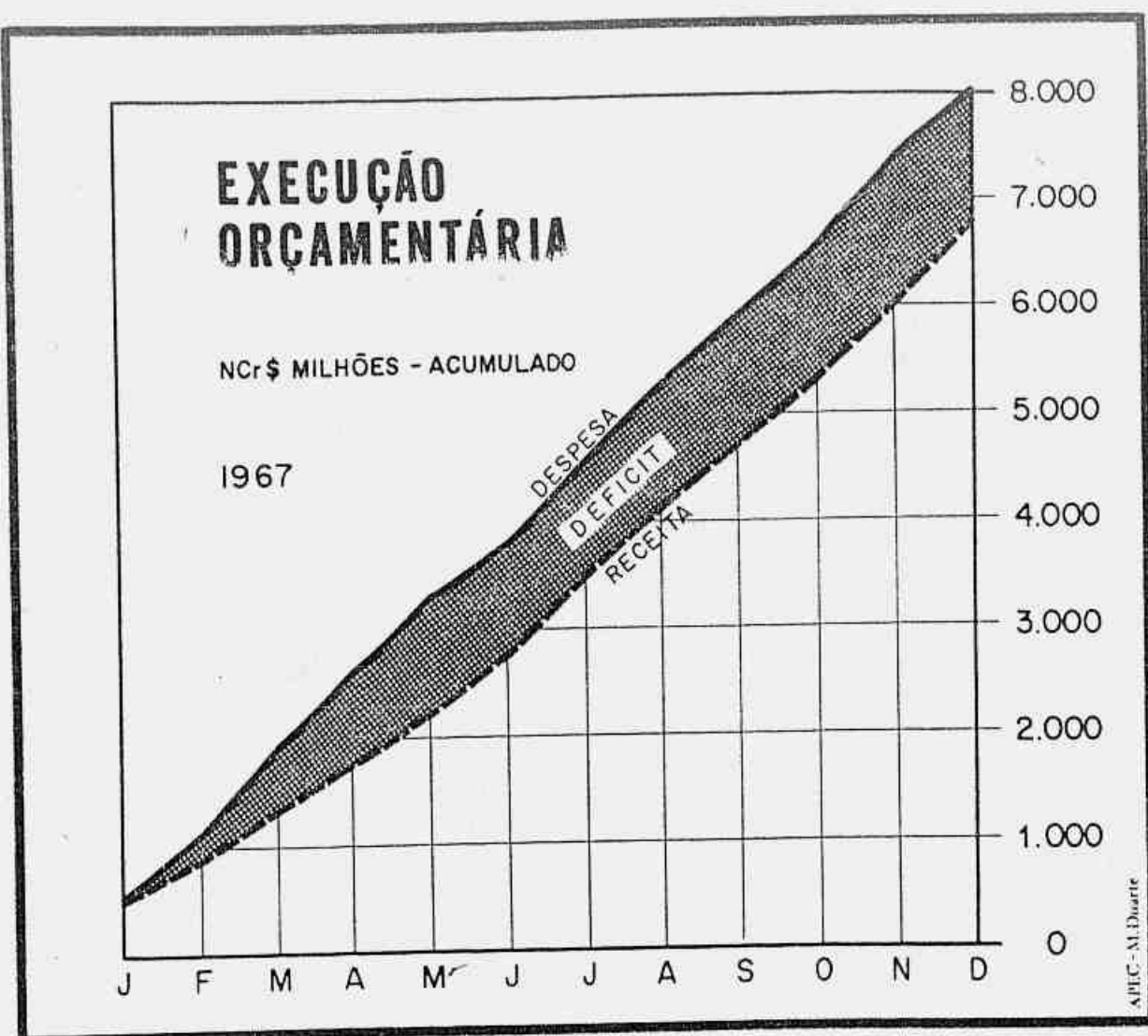
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

NCr$ MILHÕES - ACUMULADO

1967

DESPESA — DÉFICIT — RECEITA

8.000 / 7.000 / 6.000 / 5.000 / 4.000 / 3.000 / 2.000 / 1.000 / 0

J F M A M J J A S O N D

Orçamento plurianual, orçamento anual

ANTÔNIO AUGUSTO VELOSO

Vem o Govêrno Federal, a contar de 1964, desenvolvendo um importante esfôrço no sentido do aperfeiçoamento e da racionalização da ação governamental, implantando em caráter efetivo um sistema de planejamento, introduzindo o Orçamento-Programa, desencadeando o processo de Reforma Administrativa, aperfeiçoando os seus mecanismos de programação financeira. A êsse apreciável conjunto de realizações de natureza institucional, nem sempre perceptíveis para a grande maioria, junta-se agora a instituição do Orçamento Plurianual de Investimentos, cujo primeiro projeto, abrangendo o triênio 1968/1970 e prevendo a realização de despesas de capital no valor de NCr$ 17,6 bilhões, vem de ser submetido à consideração do Congresso Nacional.

Trata-se, como se sabe, de atendimento a preceito da atual Constituição brasileira (Artigo 63, parágrafo único), objeto da Lei Complementar n.º 3, de 7 de dezembro de 1967. A elaboração do citado documento representou, de fato, considerável esfôrço do Executivo no sentido de identificar e quantificar, para o período considerado, os projetos e programas prioritários, em consonância com os objetivos do Programa Estratégico de Desenvolvimento e dentro da nova etapa em que procura o Govêrno assegurar ao processo de desenvolvimento brasileiro condições de auto-sustentação e aceleração, já agora sem o suporte de rápida expansão industrial com base na substituição de importações, em fase de visível arrefecimento. Fisicamente, tal esfôrço correspondeu a um penoso e complexo trabalho de coordenação e ajustamento realizado pelo Ministério do Planejamento, através de seus órgãos técnicos, envolvendo orçamentos, programas e projetos oriundos de mais de 1 000 unidades administrativas, dentro de prazo exíguo. Intrìnsecamente, o sentido da implantação do Orçamento Plurianual deve ser colocado, pelo menos nessa fase inicial, em têrmos de uma tentativa séria de quantificação dos programas prioritários de investimento, refletindo a nova imagem da administração pública brasileira, voltada para a melhoria da eficiência de seus mecanismos de ação.

Como trabalho pioneiro em nosso País, deve ser entendido dentro de suas limitações. O alcance de seus objetivos, como fator de maior eficiência da ação do poder público, dependerá bàsicamente, de um lado, da implantação de um sistema adequado de acompanhamento de sua execução; e de outro, de que se admita grau suficiente de flexibilidade para efeito das reformulações que se fizerem necessárias ao longo de cada exercício financeiro.

Acima de tudo isso, há, como entendemos, um outro ponto decisivo: o da necessidade, urgente, de reformulação e aperfeiçoamento dos métodos de elaboração orçamentária. Não faz sentido, decididamente, falar-se em Orçamento Plurianual de Investimentos — um passo adiante no sentido da racionalização da conduta do poder público federal — sob a vigência de uma estrutura completamente irrealista de preparação orçamentária. A experiência recente da execução financeira da União no exercício de 1967, com todo o seu rosário de reflexos indesejáveis, reforça claramente êsse nosso ponto-de-vista. Senão, vejamos.

De acôrdo com a Lei de Meios, a receita da União para o ano de 1967 estava estimada em NCr$ 6 684 milhões, fixando-se a despesa em NCr$ 6 943 e prevendo-se, em conseqüência, um deficit da ordem de NCr$ 259 milhões. O acréscimo das despesas extra-orçamentárias, porém — tais como as decorrentes de créditos adicionais autorizados, reajustamento de salários do funcionalismo público civil e militar, resíduos passivos de exercícios anteriores, transferências de 1966 etc — colocavam o deficit potencial do exercício em nível insuportável. Nessas condições, a primeira programação de desembôlso estabeleceu o princípio de que o deficit de caixa final não deveria ultrapassar o nível de NCr$ 554 milhões, proveniente de uma receita estimada em NCr$ 7 380 milhões e uma despesa admitida em NCr$ 7 934 milhões.

Já em março, contudo, o confronto com a realidade mostrava um desequilíbrio da ordem de NCr$ 636 milhões, ou seja, superior em NCr$ 137 milhões ao previsto para todo o período. Tal situação se agravou em abril e maio (deficit acumulado de NCr$ 1 143 milhões), levando a uma nova programação, consubstanciada no Decreto n.º 61 005, de 13/7/67, quando ficou estabelecido:

	NCr$ milhões
Receita	7 387,0
Despesa	8 141,0
Deficit	754,0

Essa 2.ª versão admitia, pois, agravamento do deficit em NCr$ 200 milhões, esperando-se, em face da execução até maio, o seu declínio nos meses subseqüentes, como resultado das medidas de contrôle impostas à liberação de despesas.

Tais perspectivas foram frustradas pelo comportamento desfavorável da receita. Em setembro, o deficit da Caixa do Tesouro elevava-se para NCr$ 1 330 milhões. Partiu-se, então, para uma terceira projeção, compreendendo o último trimestre do ano:

	NCr$ milhões
Receita	6 900,0
Despesa	8 100,0
Deficit	1 200,0

A execução efetiva registrou, finalmente, os seguintes números: receita, NCr$ 6 814,1 milhões; despesa, NCr$ 8 038,8 milhões; deficit, NCr$ 1 224,7 milhões.

As estatísticas não revelam, naturalmente, todos os efeitos indesejáveis decorrentes de tais desvios, em têrmos (a) de descontinuidade administrativa, (b) de cortes súbitos de planos de investimentos, com prejuízo de sua eficiência e atraso do próprio desenvolvimento, (c) de divergências entre o órgão liberador dos recursos e as respectivas unidades operacionais, além de outros. Ressalte-se ainda o fato de que êsses fatôres negativos não se restringem, em seus efeitos, ao próprio exercício financeiro, uma vez que acarretam também sérias dificuldades na programação do período seguinte. É o que se pode ver do recente Decreto que fixou as normas para a execução financeira do Tesouro no corrente ano, quando estabelece cortes nas despesas da ordem de NCr$ 600 milhões, além de considerar provisòriamente indispensáveis mais NCr$ 300 milhões.

É, pois, de tôda oportunidade e conveniência a adoção de um sistema mais realista de elaboração orçamentária, que previna as distorções assinaladas, eliminando os desvios maiores entre o orçamento anual e a sua execução. Como nos parece, é condição prévia para a adequada realização do Orçamento Plurianual de Investimentos. E como isso representaria, em última análise, um esfôrço de todos os Ministérios em têrmos de adaptação de seus programas àquelas bases realistas, vale aqui um apêlo no sentido de que participem êles ativamente dêsse entendimento, colaborando com decisão no empenho a que ora se dedicam os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL
Exercício de 1967

Em NCr$ milhões

CONTAS	Lei de Meios	1.ª Programação (dezembro/66)	2.ª Programação (Dec. 61 005/67)	3.ª Programação (setembro/67)	Execução
Receita	6 684,0	7 380,0	7 387,0	6 900,0	6 814,1
Despesa	6 943,0	7 934,0	8 141,0	8 100,0	8 038,8
Deficit	259,0	554,0	754,0	1 200,0	1 224,7

Fontes: Comissão de Programação Financeira e Banco Central.

Atendam a 13 pedidos e proclamem a independência do Brasil

Mais de vinte mil operários, seus dependentes e industriais que produzem equipamentos — indústria de base — pensam dia e noite se os Governos federal e estadual continuarão comprando e encomendando mercadorias que levam sempre dois anos para fabricar, dão pleno emprêgo e sempre multiplicam o valor aplicado inicialmente por seis.

Os operários, os diretores, a indústria que depende dessa indústria esperam um dia ver atendidos os 13 pedidos reais para uma indústria da maior importância para países em desenvolvimento. E repetem sempre a frase daquele industrial para terem certeza de que um dia será provada que não é verdadeira: nosso povo está pagando caro o preço da energia elétrica, com a esperança de tornar-se mais independente do estrangeiro. Mas os financiamentos do Banco Mundial estão transformando êsse sacrifício num instrumento de refôrço do mercado para a indústria estrangeira, que virá tirar da nossa qualquer possibilidade de concorrência num futuro previsível.

Tudo começou porque, um dia, a industrialização surgiu no cenário econômico brasileiro, como decorrência natural do processo de substituição das importações, que se acelerou durante a guerra e permitiu o desenvolvimento rápido das indústrias produtoras de bens de consumo durável. Só depois — numa segunda etapa — é que se iniciou a substituição de bens intermediários e de capital, que exigem tecnologia mais avançada. Foi assim que se criou a siderurgia, que juntamente com a necessidade de atenuar o desequilíbrio da balança de pagamentos deram as condições favoráveis à instalação de novas indústrias, cujos produtos vieram substituir outros, até então importados. Depois de 1950, foi em 1955 que surgiu a mais aguda crise de equipamentos pesados do País, quando a Petrobrás foi a grande prejudicada numa questão cambial e optou pela decisão de que só no Brasil poderia conseguir êsses equipamentos. O primeiro levantamento sério das possibilidades de nossa indústria para o fornecimento à Petrobrás para a Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe. A partir daí o estímulo à indústria pesada ou de equipamentos aumentava na medida em que crescia a economia do País, pois tornavam-se cada vez maiores os pedidos nos setores de refino de petróleo, petroquímica, energia elétrica, siderurgia, cimento, papel, celulose e outros.

Num certo estágio de seu desenvolvimento, essa indústria acabou sendo dividida em grandes ramos: maquinaria elétrica, mecânica, equipamentos industriais, construção naval e material ferroviário. E desde logo, todos perceberam que os produtos fabricados por estas indústrias diferiam dos da indústria de bens de consumo durável e até mesmo dos de outros bens de capital, por não serem produzidos em série a comercialização de sua produção está sempre sujeita a projetos específicos e respectivos orçamentos, conseqüentes contratos de compra e venda e freqüentemente serviços de montagem e instalação.

No conjunto, o valor da produção dos setores enumerados acima representa grande parte do valor da produção de bens de capital. De 1960 a 1963 a produção somou o valor acumulado de quase 1.130 milhões de dólares, representando cêrca de 50 por cento do valor total daqueles bens. No mesmo período o grau de participação do valor agregado dessa produção variou de 0,73 a 1,14% no produto interno bruto e entre 9,5 a 14,5% no total de produção da tôda a indústria mecânica e elétrica.

No setor de bens de capital, a substituição de importações nunca será total, pois será sempre necessário importar algum produto cuja fabricação interna não seja favorável. Mas, ainda assim, os ramos industriais que se ocupam da produção dêsses bens estão aumentando sua participação no suprimento interno numa proporção sempre crescente, que atingiu 60 por cento em 1965. Essa produção pode aumentar porque a indústria nacional tem capacidade instalada que agora é ociosa. O know-how, adquirido e a experiência acumulada durante os últimos anos de atividades, permitem a êsse setor projetar e fabricar a maior parte dos equipamentos exigidos pelo nosso desenvolvimento e dispõe de instalações e maquinaria que garantem ao Brasil a condição de líder no mercado latino-americano para êsses equipamentos. Mas há muitas razões que condicionam a oferta interna e a exportação dêsse tipo de mercadoria.

O GRANDE CLIENTE

O Govêrno, sob tôdas as formas, é direta ou indiretamente, o maior comprador dessas indústrias na realização de seus projetos de infra-estrutura e em setôres básicos da economia. O alto valor dêsses produtos, geralmente cifrados em têrmos de milhões de dólares e os longos prazos de maturação que caracterizam os investimentos nesses setôres, tornam quase obrigatória a concessão de maiores prazos de pagamento aos compradores. Mas a indústria, por seus próprios meios não tem condições para oferecer tal financiamento geralmente concedido por organismos especializados. Como no Brasil ainda não há nenhum estabelecimento em condições de atender êsse tipo de operação e por isso o Govêrno recorre cada vez mais aos financiamentos externos com empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Agência Internacional para o Desenvolvimento, além de grandes organizações bancárias oficiais ou privadas do exterior. Os programas de desenvolvimento dos setores básicos da economia e os projetos de infra-estrutura são bastante beneficiados com êsses financiamentos que não favorecem diretamente à indústria nacional, pois para serem concedidos os homens do dinheiro exigem a realização de concorrências internacionais ou, caso, os créditos são provenientes de países exportadores êsses financiamentos ficam vinculados à compra no próprio país outorgante.

Até 1964 era assim. Depois conseguiu-se diminuir, em alguns casos até 50% do valor das aquisições no país de origem do financiamento, mas a situação mudou outra vez, no comêço de 1967. A culpa era da guerra no Vietname. Os Estados Unidos principais fornecedores de moedas fortes fizeram voltar brutalmente para a situação anterior com um enrijecimento de suas posições, a elevação da taxa de juros e a exigência de que a colocação da encomenda seja nos Estados Unidos, financiada à indústria local com pagamento à vista e mantendo o nível (ou carga) de suas encomendas. Essa situação — segundo previsões — deverá continuar até 1972. Nas concorrências internacionais, nas quais o Brasil dependendo do caso pode passar a exportador, os fabricantes brasileiros são amparados pelo Decreto-Lei n.º 37, que os protege com uma margem de 15%. Mas essa taxa, além de ser insuficiente — queixam-se êsses industriais — para garantir condições de competitividade à indústria nacional acaba sendo anulada pelo tempo com a manutenção inalterada da taxa cambial por muito tempo ao contrário da constante elevação dos custos internos. Isso coloca os nacionais em posição de desigualdade em relação aos competidores estrangeiros que têm tecnologia mais avançada por sua maior experiência e recebem como incentivos à exportação, em várias ocasiões, subvenções de seus respectivos Governos.

Foi por isso que um grupo de técnicos reuniu-se um dia, pensou, pensou e surgiu êsse documento:

"Em vista de a indústria nacional estar gozando atualmente de tôdas as isenções fiscais além de 15% de proteção para poder competir nas concorrências internacionais com financiamentos a longo prazo, das entidades financeiras e governamentais;

em vista da proteção e isenções existentes não serem suficientes para possibilitar a competição justa na atual situação econômica mundial, principalmente quando a maioria dos países exportadores oferece vantagens especiais para os seus produtores;

em vista da impossibilidade de conseguir uma proteção maior que 15% do Banco Mundial e conseqüentemente de outras entidades financeiras e

em vista da política atual ter resultado na colocação de mais de 90% das encomendas financiadas nos países de origem em prejuízo da indústria nacional e do País,

SUGERIMOS que seja concedida isenção adicional de ICM sôbre o valor da vida normal de companhias, igual ao valor de venda das concorrentes internacionais. Assim, a indústria nacional poderá gozar dos benefícios fiscais iguais ao dôbro do valor atual, possibilitando sua competição com a indústria estrangeira".

Os órgãos do Govêrno ainda não sabem dêsse estudo mas podem recebê-lo a qualquer momento.

Mas o que mais espanta êsses técnicos é a seguinte coincidência: nos grandes empreendimentos como usinas termelétricas e hidrelétricas, principalmente, que entram no capítulo dos projetos de infra-estrutura, os organismos de financiamento internacional com moeda forte financiam sòmente 18 a 20% do total. Ora, essa porcentagem corresponde exatamente à soma das partes elétrica e mecânica do valor total da obra, assim especificada: estudos e projetos 5%; obras civis como desapropriações, obras complementares, estradas, alojamentos até 52%; parte elétrica 12%; parte mecânica 8%; administração, juros, etc. 18%; diversos, como montagem, fiscalização, testes, etc. 5%. Às partes elétrica e mecânica correspondem os seguintes equipamentos: geradores, transformadores, subestação elevadora, quadros, motores para comportas, bombas, pontes etc., e na mecânica, turbinas, pórticos rolantes, estruturas, pontes rolantes, comportas, tubulações, válvulas e tôda uma série de componentes que o Brasil está em condições de fabricar e fornecer e que vai à concorrência internacional para o financiamento à sua produção. E na concorrência, a tendência é perdermos ou nos associarmos em grandes consórcios nos quais geralmente ao Brasil cabe a menor parcela.

Em resumo,

a indústria de base ao contrário das outras não tem como comercializar o papel decorrente de sua venda nas instituições financeiras do País pelas seguintes razões:

a) volume de contratos

b) prazo de um a dois anos

c) taxa de juros altíssima

d) banco ou instituição de crédito que faça êsse tipo de operação (inexistente)

e) cláusulas de reajuste existente nos mesmos com que o comprador concorda, mas acaba sempre discutida durante sua execução

f) multas contratuais

POR QUE PERDEMOS

Geralmente os industriais brasileiros perdem as concorrências internacionais para o fornecimento de equipamentos por dois fatôres dos quais os estrangeiros são a sua função principal: 1) não há uma produção nacional ou capacidade de atender os "picos" de demanda em prazo e preço e 2) os produtos estrangeiros têm produção e capacidade técnica-industrial de produzir determinado equipamento. No momento tem havido excesso de capacidade mundial de produção de equipamentos pesados levando os grandes fabricantes internacionais a sacrificarem seus preços para conseguir de alguma forma carga para suas fábricas. Êsse sacrifício não representa geralmente prejuízo financeiro para o fabricante, pois é muito freqüente que a indústria estrangeira receba total isenção de impostos em seus países e subvenções de seus governos como incentivo da exportação chegando a pagar-lhes os fretes para os países compradores.

Na comparação de preços então, a indústria nacional é inteiramente esmagada pelos competidores estrangeiros, não adiantando nem mesmo as eventuais associações de emprêsas nacionais com internacionais para suprir encomendas que darão atendimento à sua indústria a curto prazo mas que poderão trazer prejuízos incalculáveis a longo prazo. É por isso que muitos industriais sugerem que o Govêrno brasileiro comporte-se como o norte-americano. Em 1933 foi promulgado nos Estados Unidos o Buy American Act, que determinava a compra de produtos de mineração e manufaturados por entidades públicas somente na própria indústria norte-americana. Em 1954 êsse documento foi modificado por um ato do executivo permitindo a importação mas concedendo (para fins de comparação de preços) proteção de 6 a 10% sôbre o preço CIF do produto importado. Depois o Secretário de Defesa norte-americano determinou que a comparação de propostas em concorrências internacionais dentro do país seria feita através de dois critérios adotando-se a que originasse maior preço do material estrangeiro: a) — excluindo-se todos os direitos aplicados e adicionando-se 50% ao preço CIF ou b) — adicionando-se 6% ao preço da proposta estrangeira, já acrescido de tôdas as despesas e direitos.

O QUE SE PEDE

Esta a relação de tôdas as queixas transformadas em pedidos da indústria nacional de base:

1—) imediata liberação de tôdas as verbas e fundos ainda retidos, ligados a projetos já estudados e que poderão dar origem rápida a novas encomendas;

2) obrigatoriedade de compra de uma determinada parte dos equipamentos ou componentes na indústria nacional sem concorrência internacional mesmo nos casos em que houver financiamento externo. Esta participação deveria ser no mínimo de 50%. Criação pelo Ministério da Indústria e do Comércio de um "Indice Nacional Representativo dos custos internos de fabricação das indústrias de base", que represente a distorção real entre a taxa de câmbio de dólar e a evolução dos custos internos da indústria nacional de base;

3) quantificação da capacidade instalada no País por linhas de produção identificadas suas limitações tecnológicas;

4) aferição da grandeza do mercado de bens de capital;

5) estudo de certas economias externas como fundições, forjarias, e certas matérias-primas como aços-ligas, não ferrosos etc.

6) reserva de uma fração do mercado para garantir o funcionamento em nível razoável da capacidade já instalada;

7) estudo para a criação de meios e fundos de financiamentos que permitam a execução do item anterior;

8) comparação das linhas de produção já instaladas com as demandas prováveis do mercado para evitar a excessiva capacidade de produção em certos setores e a escassez em outros;

9) fixação de índices de nacionalização crescentes e compatíveis com cada linha de produção;

10) estudos e adoção de medidas tendentes ao desenvolvimento crescente do know-how engineering necessários a cada ramo;

11) formulação de plano diretor da expansão da indústria mecânica pesada nacional como foi realizado com a indústria automobilística, de motores diesel etc.;

12) complementar a regulamentação do Artigo 18 do Decreto-Lei n.º 37 definindo o que deve ser "indústria nacional", para gozar dos benefícios nêle previstos e

13) pela capacidade ociosa do setor e do número de fabricantes existentes não conceder nenhum incentivo fiscal ou cambial, através do CDI, às novas indústrias que pretendem instalar-se.

Os fabricantes brasileiros e seus assessôres econômicos já apresentaram várias sugestões ao Govêrno redigindo e dando prontos anteprojetos de lei, portarias e decretos estabelecendo medidas que visariam a atender os interêsses e a segurança nacionais.

MAIS VALE PREVENIR

Se o Govêrno aceitar essas sugestões poderão ser evitados casos como êsse que trouxeram prejuízos incalculáveis:

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL

Em fevereiro do ano passado a RFF prometeu uma modesta compra de 720 vagões a serem financiados com o fundo proveniente do Impôsto Único sôbre Combustíveis Líquidos. Em agôsto a Rêde conseguiu colocar a metade da encomenda para em janeiro dêste ano. A verba do fundo foi reduzida à metade e adiada. Conclusão: as indústrias do setor não receberam nenhuma encomenda substancial.

COMISSÃO DA MARINHA MERCANTE

O Govêrno anunciou pelo Presidente desta comissão um plano de compra de 24 navios. A Comissão disse que 80% do montante a ser gasto correspondiam à compra de partes e de equipamentos especializados que seriam adquiridos na nossa indústria. Depois essas indústrias foram avisadas de que a comissão teve que reduzir o índice de nacionalização por falta de recursos em cruzeiros. Sòmente os cascos serão feitos no Brasil, pois a maior parte dos equipamentos será importada com financiamentos.

PETROBRAS E PETROQUÍMICA

Só um dos grandes projetos da Petrobrás está sendo executado — o da COPEB — com um financiamento do BNDE. Para os outros projetos não há fundos internos, só externos. A negociação de um pequeno oleoduto mostra o aspecto contraditório de nossa política em relação às indústrias de base. Dessa concorrência participaram uma firma japonêsa e uma nacional. A proposta japonêsa refletia a política de subsídios daquele país em relação ao produto manufaturado e a nacional era baseada nos preços de aço vigentes no País, embora na mesma época nosso Govêrno estivesse subsidiando a exportação de grandes quantidades de aço. Assim, preferimos exportar matérias-primas e importar manufaturados. Enquanto que de parte da PETROBRÁS os projetos aguardam a sua possibilidade de financiamento, os grandes projetos de petroquímicas particulares estão parados aguardando maiores e mais amplas negociações do Govêrno brasileiro para sua instalação final. As encomendas começaram em 1966 e até agora nada ocorreu de concreto.

ALUMÍNIO

O único projeto em vias de realização é o da ALCOA, com financiamento do BIRD e vinculado à concorrência internacional ainda agravado pelo fato da concorrência se realizar em Pittsburgo. Assim, uma firma estrangeira vem produzir alumínio no Brasil e com os resultados pagar os equipamentos que vai importar.

SIDERURGIA

Nenhum projeto a curto ou médio prazo embora todos os cálculos demonstram que sòmente à custa de novos investimentos seria possível aumentar a competitividade internacional dessa indústria.

HIDRELÉTRICAS

Quase todos os empreendimentos no setor estão sendo financiados pelo BIRD e submetidos à concorrência internacional. O Govêrno federal não dá nenhuma proteção fiscal e o próprio julgamento das concorrências é realizado sob pressões que parecem ser contrárias ao interêsse nacional. Por exemplo: firma brasileira havia cotado seu preço em cruzeiros. Na data do julgamento da concorrência com a taxa do câmbio vigente no dia uma firma estrangeira ganhava em preço. Dias depois modificou-se a taxa cambial e fêz com que o preço da firma brasileira tivesse larga margem de vantagem. Representou-se o caso, mas apesar da encomenda não ter sido ainda então adjudicada à firma estrangeira, a representação foi denegada e a compra colocada no exterior.

Outro caso: O Banco Mundial ofereceu financiamento a longo prazo. Na situação atual do mercado mundial de equipamentos elétricos, a indústria nacional com mais de 50 fabricantes de transformadores não participa de uma encomenda de mais de 10 milhões de dólares que foi colocada nos concorrentes internacionais.

Frase de um industrial amargurado: "nosso povo está pagando caro a energia elétrica, com a esperança de se tornar mais independente do estrangeiro. Mas os financiamentos do Banco Mundial estão transformando êsse sacrifício num instrumento de refôrço do mercado para a indústria estrangeira, que virá tirar da nossa qualquer possibilidade de concorrência num futuro previsível".

E o fim.

Os produtos que a Artefatos de Aço fabrica na Cidade Industrial de Contagem levam ao exterior um bom conceito de um empreendimento mineiro.

Produção da Artefatos de Aço tem gabarito mundial

Implantada na Cidade Industrial de Contagem há 16 anos, numa área de 42 mil metros quadrados, a Artefatos de Aço S.A. conquistou um gabarito mundial graças ao seu pioneirismo, à seriedade e à honestidade que orientam a produção da emprêsa, condições suficientes para que seus produtos sejam de primeira qualidade, pois são fabricados com o mais alto padrão da técnica moderna e rigorosamente dentro das especificações internacionais, estabelecidas de acôrdo com as maiores indústrias do mundo.

As 10 mil toneladas anuais de quatro tipos de produtos são fabricadas pela Artefatos com aço de primeira qualidade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira — tão bom quanto o sueco — e com os mais modernos equipamentos.

As máquinas especiais de testes que a emprêsa possui dão as condições necessárias para os seus técnicos exercerem um rigoroso contrôle da matéria-prima e do produto acabado, resultando daí a alta qualidade de sua produção.

O conceito moderno de emprêsa, aplicado por seus dirigentes, permite a constante modernização da indústria e a racionalização dos custos de produção, com a conseqüente elevação do índice de produtividade.

Foram êstes os fatôres que permitiram à Artefatos de Aço S.A. superar as inúmeras crises conjunturais da economia nacional, manter seu ritmo de crescimento e ampliar os mercados interno e externo para seus produtos.

A FÔRÇA DO MODERNISMO

Desde 1952, quando iniciou sua produção, a principal preocupação dos dirigentes da Artefatos de Aço S.A. era dar à emprêsa as condições necessárias para se manter em permanente atualização com a técnica mais moderna de produção. A indústria vem, assim, acompanhando tôdas as inovações da técnica industrial e planejando sua expansão de acôrdo com métodos racionais de produção.

A Artefatos de Aço já atingiu, hoje, depois de uma produção inicial modesta, uma capacidade de 10 mil toneladas anuais. A sua implantação foi feita num terreno da Cidade Industrial de Contagem de 42 mil metros quadrados e a indústria possui 12 mil metros quadrados de área construída. Emprega atualmente 300 pessoas entre funcionários e operários, dando-lhes tôdas as condições físicas e psicológicas para a obtenção de um maior rendimento no trabalho. Sua diretoria é composta de homens que têm tradição empresarial: diretor-presidente: dr. Joseph Hein; diretor-superintendente, Dr. Isien Coutinho; e diretor, Henry Meyers.

A PRODUCAO

Os produtos da Artefatos de Aço S.A. são fabricados com os mais modernos equipamentos, inclusive com algumas máquinas fabricadas na Alemanha Ocidental especialmente para a indústria mineira. A emprêsa possui, ainda, um conjunto de fornos contínuos de têmpera, que é o mais moderno do Brasil e que dá a seus produtos uma característica particular e inigualável aos demais simalres produzidos no País.

Assim é que a Artefatos de Aço S.A. mantém a seguinte linha de produtos, no total de 10 mil toneladas anuais:

1 — Lâminas para tratores, motoniveladoras, **scrapers** etc., fabricados de acôrdo com as especificações das normas SAE, ABNT e ARBA;

2 — Molas semi-elípticas rodoviárias, de acôrdo com as especificações das normas SAE, e fabricadas em aço-cromo SAF 5 160;

3 — Molas helicoidais e semi-elípticas para veículos ferroviários, de acôrdo com as epecificações da AAR;

4 — Peças para implementos agrícolas e usinas de açúcar.

Tôda a linha de produção é rigorosamente controlada e testada antes de ser entregue ao consumidor. Para cumprir as exigentes especificações internacionais — SAE, ABNT, ARBA e AAR — a Artefatos de Aço S. A. utiliza aço de primeira qualidade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e mantém rigorosa fiscalização da matéria-prima empregada.

MERCADO

Do mercado da Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC — a Artefatos de Aço S. A, recebe periòdicamente dezenas de pedidos para colocar seus produtos, principalmente na Argentina, Uruguai, Venezuela e Bolívia. No mercado nacional a Artefatos fornece seus produtos a todo o Brasil.

A conquista desta posição somente foi possível devido à qualidade dos produtos que são fabricados pela Artefatos de Aço S. A. obtida através da seriedade e honestidade empresarial.

REFLEXOS

Para Minas Gerais o reflexo da Artefatos de Aço S. A. não se traduz apenas no pagamento de impostos, ou na capacidade que um empreendimento industrial tem em agregar inúmeros benefícios à economia regional, mas, principalmente, no excelente conceito que capitais alienígenas passam a fazer de um empreendimento mineiro. Êste fato é condição essencial para uma região atrair para si novos investimentos industriais. É assim que a Artefatos de Aço S. A. contribui para o crescimento do parque industrial de Minas Gerais e o desenvolvimento da economia mineira.

O trabalho do menor

O Capitalismo Liberal é acusado por muitos como um sistema político que considera o lucro motivo principal do progresso econômico, a concorrência com a lei suprema do progresso da economia e a propriedade privada dos meios de produção como um direito absoluto e ilimitado, não trazendo dessa maneira as correspondentes obrigações sociais para com o operário e sua família.

Mas se é verdade que um tipo de capitalismo foi a fonte de grandes problemas sociais, seria também errado atribuir à própria industrialização todos os males que acompanharam o nôvo sistema.

Pelo contrário, é preciso reconhecer com justiça a inegável contribuição proporcionada pela indústria ao desenvolvimento social e econômico dos povos.

Vejamos apenas um exemplo: o trabalho do menor.

Na Inglaterra, durante a Revolução Industrial nos fins do século XVIII e comêço do XIX, as fábricas então surgidas forneceram a dezenas de milhares de menores um meio de ganhar a vida juntamente com um meio de sobrevivência, pois a taxa de mortalidade e a expectativa de vida da época indicavam um crescimento da população muito lento e com uma distribuição etária predominando as idades mais avançadas.

Substituiu-se um tipo de trabalho doméstico (tecelagem caseira) de colocação incerta, por fábricas (produção têxtil) que dispunham de melhores condições de trabalho e mercado assegurado, oferecendo, assim, emprêgo a todos os membros da família.

Não faltaram, naquela época, os abusos, que provocaram uma inteira literatura de protestos e reclamações. Com o decorrer dos anos foram surgindo leis regulando os diferentes tipos de trabalho, dando assim maior proteção ao trabalho do menor.

Quando se tornou econômicamente desnecessário que os menores ganhassem salários para sobreviver, pois a renda de seus pais se tornou suficiente para mantê-los, tal tipo de ocupação foi diminuindo gradativamente na Inglaterra, principalmente com a adoção de novas técnicas e grandes investimentos pelos industriais que puderam oferecer uma crescente abundância de produtos a preços baixos, o que levou também a um aumento geral de salários.

No Brasil, também, o trabalho do menor teve e tem grande importância para o desenvolvimento nacional, pois, com o incremento demográfico considerável e com deficiências muito grandes na formação da mão-de-obra especializada, fatôres êstes responsáveis pela diminuta absorção de contigentes populacionais nas diversas atividades econômicas, o que levou à fixação de dispositivos legais e constitucionais que amparassem tal tipo de trabalho.

Assim, sòmente aos menores aprendizes e tão-só a êles, poderá o salário mínimo ser pago pela metade. Os demais menores deverão receber o salário integral como se adultos fôssem.

Para que o menor de 18 e o maior de 14 anos seja aprendiz e como tal remunerado em seu emprêgo, é essencial que esteja sujeito à formação profissional metódica do ofício em que trabalha. Foi o que estatuiu o Artigo 80 da Consolidação das Leis do Trabalho, de 1.º de maio de 1943.

Por sua vez, a Constituição de 1946, no item II de seu Artigo 158, referendando princípio de Versalhes, proibia a diferença de salário para o mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Aliás, tal mandamento já repetia o estatuído na Constituição de 1934, que encerrava igual princípio no seu Art. 121, § 1.º, letra *a*.

O Artigo 80 da C.L.T. foi regulamentado pelo Decreto n.º 31 546, de 6 de outubro de 1952. Êste último diploma, ao definir o menor aprendiz, assim conceitua aquêle submetido à formação profissional metódica do ofício ou ocupação.

Tal formação será feita em cursos do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) ou do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), ou no próprio local de trabalho, quando submetido à aprendizagem metódica e em ofícios ou ocupações em que não haja vagas ou cursos daquelas duas entidades assistenciais.

A Constituição atual, promulgada em 24 de janeiro de 1967, passou a admitir o trabalho de menores de 14 anos, tanto que só proibiu dito trabalho aos menores de 12 anos.

O Decreto-Lei n.º 229, de 28-2-1967, guardando harmonia com a nova Carta Magna e regulamentando o mesmo Art. 80 da C.L.T., determinava que o menor, quando aprendiz, receberia salário nunca inferior a meio salário mínimo durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício, enquanto, na segunda metade, passava a perceber pelo menos 2/3 do referido salário mínimo.

Aconteceu, todavia, que mais recentemente a Lei n.º 5 274, de 24-4-67, derrogou o Decreto-Lei n.º 229 e o Art. 80 da C.L.T., cuidando apenas do trabalho dos menores entre 14 e 18 anos e deixando sem qualquer regulamentação a faixa de idade entre 12 e 14 anos.

(APEC n.º 128)

A Constituição Brasileira — a iniciativa privada

ARTHUR CARLOS CHAGAS DINIZ

Quando a jovem Constituição brasileira completa o seu primeiro aniversário, achamos importante comparar algumas premissas do Estado, sôbre a ordem econômica, enunciadas em sua Carta Magna, com o comportamento do Govêrno em algumas áreas significativas. Quase desnecessário acentuar que o trabalho não tem a menor pretensão de abordar o assunto através todos os possíveis prismas.

A coerência única do trabalho se prende, pois, à análise das atitudes do Govêrno afetando a iniciativa privada em vários campos de atuação.

Sob o Título III — Da ordem econômica e social, o art. 163 enuncia:

Art. 163 — Às emprêsas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

Parágrafo 1.º — Sòmente para suplementar a iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica.

Parágrafo 2.º — Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as emprêsas públicas, as autarquias e sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às emprêsas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e das obrigações.

Parágrafo 3.º — A emprêsa pública que explorar atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às emprêsas privadas.

É insistentemente propalada a ansiedade governamental em privatizar a economia brasileira. Os encargos do Govêrno, consistentemente com o enunciado na Constituição Federal, consistiriam em fornecer uma infra-estrutura compatível, com as necessidades do desenvolvimento.

Algumas falhas conceituais sérias podem dificultar e, mesmo, impedir que a iniciativa privada se comporte de forma compatível com os desejos de crescimento de tôda a comunidade. Na verdade ela vem participando, em têrmos percentuais, cada vez menos, na formação do Produto brasileiro.

A cada atividade "nova" de que o Govêrno participa, o faz com a justificativa de incompetência, de indolência ou de falta de seqüência do setor privado.

Na maioria das vêzes, acreditamos, o absenteísmo do setor privado é o corolário de uma série de hipóteses que êle não assumiu e para as quais já não tem alternativa.

Esta é a motivação básica dos comentários que seguem:

O SISTEMA TRIBUTÁRIO

Em defesa do sistema tributário brasileiro tem sido repetido, com inexplicável persistência, que a tributação em outros países do mundo é bem mais contundente. São citados especificamente os EUA e alguns países europeus, como comprovantes supostamente válidos de nível de eficiência e compatibilidade entre um desenvolvimento sadio de economias privadas e tributação elevada. Em outras palavras, que se pode tributar fortemente sem prejudicar um desenvolvimento privatista. Tem sido esquecido, com a mesma inexplicável persistência, que a transposição pura e simples da experiência de outros países, principalmente em estágios de desenvolvimento e capitalização incomparàvelmente mais avançados, conduz a enormes distorções.

A estrutura de distribuição de renda, em países mais desenvolvidos, é normalmente mais equânime, permitindo que as rendas mais elevadas possam ser fortemente tributadas sem grandes prejuízos para o volume de poupanças privadas.

Êste nos parece particularmente o problema brasileiro. **Constitucionalmente** alicerçado na iniciativa privada todo o pseudo-instrumental para aplicação de uma filosofia privatista nos vem conduzindo, hìbridamente, a uma economia de elevado grau de estatização. Na verdade, o nosso mosaico tributário se vem comportando como um potente descapitalizador da economia privada. É inegável que a simples impassividade das autoridades, ignorando a existência **tributária** da inflação, representou e representa uma clara, senão intenção, pelo menos concordância tácita com o aumento da influência do Estado na economia. Assiste-se hoje, com relativo espanto, à hesitação do Ministério da Fazenda em regulamentar o Decreto-Lei n.º 62, que permitiria às emprêsas o não pagamento de Impôsto de Renda sôbre a parte fictícia dos seus rendimentos. A hesitação é fruto do receio de uma **queda** violenta na arrecadação federal.

O simples fato de se admitir uma **perda elevada** de receita, gerada pela isenção de tributo sôbre ganhos contábeis ou fictícios é a aceitação implícita da descapitalização que a falta de regulamentação vem imprimindo ao setor privado. A falta de imaginação do Estado o levará fatalmente a "provar a racionalização preconcebida": o Estado assume um papel cada vez mais preponderante na economia, desde que a iniciativa privada se mostre "incapaz" de fazê-lo. A distorção constitucional encontra logo a justificativa pela afirmação de que o Estado **suplementa** a iniciativa privada em setores onde lhe falta "competência". Faltou, certamente, e continua faltando ao Govêrno a ousadia de reduzir seus gastos de capital, já que as despesas correntes, a curto prazo, são dificilmente compressíveis. Contentar-se-á o Govêrno em melhorar a relação despesas correntes/despesas de capital mantendo, simplesmente, o nível real das primeiras e aumentando a Receita da forma menos imaginativa: aumento de tributos.

Não se defende, é evidente, a manutenção do volume de pessoal nos quadros governamentais. Constatamos e aceitamos apenas a dificuldade que encontra o Govêrno de reduzir, em curto prazo, seu número de funcionários. As tentativas, até agora feitas pecaram pela timidez. É claro ainda que, enquanto tivermos uma administração pública tão à feição da "Lei de Parkinson", não haverá a menor chance de se utilizar ou manter bons profissionais no Govêrno, desde que a êles não se poderia dar um tratamento salarial adequado, e o nível atual, que pressupõe a utilização preferencial de quantidade, não admite sua contratação.

É evidente que uma redução de volume de despesas de capital deverá se fazer acompanhar de uma racionalização nos gastos públicos (tanto nas despesas correntes como de capital). Também é óbvio que o objetivado é aumento **real**, no nível de investimento do setor privado, e não privatização de economia com redução do ritmo de atividades. O que se pretende é uma maior produtividade na utilização dos recursos advindos da redução no nível de tributação. A intenção final seria a de fazer uma mudança na estrutura de canalização de poupanças. Isto implica na abertura de um crédito de confiança do Estado em relação à iniciativa privada. O Govêrno se veria compelido, em têrmos positivos, a "acreditar" na iniciativa privada. Dela se poderia esperar, inclusive, alguma timidez inicial.

Paralelamente a êste desafôgo tributário sôbre a iniciativa privada algumas outras medidas devem ser olhadas pelo Govêrno como de impacto benéfico sôbre a mesma.

Definições conceituais mais precisas no que respeita a capitais externos de risco deveriam ser olhadas como única forma de se manter uma política consistente neste setor. Entre o enunciado pelo escalão mais alto do Govêrno e o interpretado pelos outros níveis governamentais, no estímulo à importação de capitais, há um grande volume de equívocos a romper.

MERCADO DE CAPITAIS

Especial enfoque deve ser dado aos problemas concernentes ao mercado de capitais. Esta área, bàsicamente, regulamentada pelo Banco Central, tem sido continuamente tumultuada por resoluções ora inadequadas ora conflitantes. A boa intenção original de se manter um corpo diretivo de Banco Central, para um período de tempo mais dilatado do que o período de troca de Govêrno, já se perdeu nesses primeiros quatro anos de criação.

Evidente que a descontinuidade administrativa conduz ou facilita a descontinuidade de orientação.

A divisão das áreas de captação de poupanças, entre as Financeiras, os bancos comerciais e, os os nascentes, bancos de investimentos, tem sido alterada com uma velocidade realmente espantosa e alarmante.

As tentativas de tratar a mercadoria **dinheiro** como um produto marginal à lei da oferta e da procura, evidentemente, só tem um destino. A iniciativa privada precisa, mais ainda do que acêrto de política, um pouco de **ausência** do Govêrno nesta área. É interessante conceituar que o papel do Govêrno deve-se restringir a correção de abusos.

INCENTIVOS FISCAIS

Outro tópico extremamente importante a rever é aquêle referente à Legislação que dispõe sôbre a concessão de incentivos fiscais em favor das regiões Norte e Nordeste do País. A ação, especialmente da SUDENE, na área do Nordeste brasileiro, tem sido meritória sob vários pontos-de-vista. Inegàvelmente o produto nordestino tem crescido a uma velocidade maior do que a verificada para o produto bruto brasileiro. O afluxo maciço de capitais do Sul vem sendo a mola propulsora desta arrancada. Mas a euforia do resultado imediato não pode prescindir de algumas observações.

O Nordeste industrial vem-se comportando de forma semelhante ao Brasil na época juscelinista. A arrancada industrial brasileira, na fase 1955/1960, mostrou não ser auto-sustentável. Condenou, implìcitamente, a concentração de recursos na indústria, em detrimento do setor agrícola. Parece estar havendo uma tendência pronunciada para a negação da melhor combinação natural dos fatores de produção no Nordeste. Desenvolve-se ali uma indústria, em grande parte, de alta intensidade de capital, baixa criação de empregos e pequena economia de escala. Os projetos aprovados pela SUDENE consideram como fator importante o balanço de importações com o Centro Sul do País. Ao mesmo tempo, as atividades agropecuária e mineira não vêm sofrendo o mesmo processo evolutivo que caracteriza a indústria na região. Lembre-se de que estas últimas atividades podem oferecer uma excelente relação entre recursos utilizados e empregos criados.

Alguns Estados nordestinos pleiteam indústrias que nada têm de características regionais. É o caso, em especial, de siderúrgicas e refinarias. Sendo, fundamentalmente, indústrias que exigem um mercado amplo, têm sua produtividade limitada pela baixa economia de escala dos custos de capital. Como criadoras de emprêgo não se pode dizer que sejam representativas. A orientação da SUDENE para êstes aspectos poderia ser um pouco mais enérgica. O preço a ser pago por essas indústrias, caracterìsticamente de alta concatenação progressiva, será uma condenação a um baixo nível de produtividade. Por outro lado o Govêrno federal deve procurar manter um mínimo de coerência entre as suas intenções de formação de mercado latino-americano e o comportamento regional da admissão de uma estanqueidade de economias regionais. De outra forma em pouco tempo se verá obrigado, ou à criação de tarifas aduaneiras regionais ou subsídios permanentes à ineficiência de escala ou de tecnologia. Esta distorção no uso dos fatôres de produção não será, certamente, a forma mais correta de suplementar o setor privado.

EMPRÊSAS PÚBLICAS

A anunciada reforma administrativa do Govêrno Federal poderia dar atenção, ainda, às emprêsas estatais e paraestatais. Atuando fortemente em campos como petróleo, energia elétrica, aço, carvão e álcalis, limita aprioristicamente a eficiência da emprêsa privada que absorve forçosamente alguns dêsses insumos. O desmembramento da Petrobras em várias unidades e que aparentemente traria uma maior eficiência ao conjunto vem sendo sistemàticamente retardada. Não parece que a lucratividade da Petrobras seja comparável a emprêsas de outras partes do mundo. A Cia. Nacional de Álcalis sofre de uma crônica ineficiência. As razões são várias e as soluções distantes.

A igualdade constitucional, entre emprêsa pública e privada, conceitualmente perfeita, encontraria sérias dificuldades de explicar a existência, por exemplo, da Fábrica Nacional de Motores e da Cia. Nacional de Álcalis. Ainda recentemente foi dado um tratamento inteiramente diferente à correção monetária de ativos fixos de emprêsas privadas e públicas.

CONCLUSÕES

A exemplificação é extensa. O Brasil, em todos os aspectos é um País de contrastes.

Certo, no entanto, é que de nada adianta a discussão estéril dos efeitos sem uma indagação precisa das causas. Igualmente certo que estas nos vão conduzir a discussões conceituais. Uma revisão entre o que o Govêrno vem fazendo e o que o Estado pretenderia fazer, ou não fazer, seria positivamente bastante saudável.

Parece-nos que as soluções híbridas, continuamente adotadas, não vêm conduzindo o Brasil com a velocidade possível e desejada.

Vamos insistir que, pelo menos em têrmos de **conceitos**, o Brasil não pode ser mais um País do Futuro.

Aratu é experiência inédita na indústria

Por sua envergadura excepcional, abrangendo virtualmente tôda uma região; como por seu planejamento, combinando a audácia das concepções com o rigor técnico das diretrizes, o Centro Industrial de Aratu, na Bahia, constitui experiência inédita no processo da industrialização brasileira.

E são precisamente essas características, a grandiosidade do empreendimento, o planejamento global a que obedece a sua implantação, aliadas à férrea decisão do Govêrno baiano em concretizar as metas estabelecidas, que explicam o seu êxito, a sua consolidação, pouco mais de um ano após a sua instalação já representando investimentos industriais formalmente comprometidos superiores a um bilhão de cruzeiros novos.

INFRA-ESTRUTURA COMPLETA

Quando, em novembro de 1964, o Govêrno da Bahia declarou, através de decreto, de interêsse social para fins de futura desapropriação, uma área de 140 quilômetros quadrados destinada à implantação da cidade industrial, poderia, seguindo o exemplo do que já se fizera antes em outras regiões, ter-se limitado a êsse passo inicial.

A região, localizada junto à Baía de Aratu, a uma distância média de 16 quilômetros de Salvador, já contava, então, com as condições mínimas de infra-estrutura, cortada por rodovia-tronco federal (a Salvador—Feira de Santana), pelos trilhos da Leste Brasileiro, com as linhas de Paulo Afonso chegando até Cotegipe, nas proximidades, além de recursos dágua satisfatórios.

Definida a destinação da área, poderia ainda o Govêrno baiano cruzar os braços e aguardar que investidores interessados viessem ocupar os terrenos com suas indústrias. Obviamente, se tal houvesse ocorrido, a concretização do empreendimento seria forçosamente lenta, e com êxito bastante duvidoso. Por outro lado, mesmo que os investidores se interessassem pela oferta de terrenos com vantagens naturais para localização industrial, o resultado seria não um Centro Industrial, não um complexo integrado de indústrias, mas apenas um aglomerado de unidades industriais, tendo como único ponto de contato a proximidade da localização.

NOVA COMUNIDADE

Por outro lado, os objetivos do poder público na Bahia ultrapassavam os da pura localização industrial, abrangendo a urbanização regional da área metropolitana da Grande Salvador, prevendo o surgimento de uma nova comunidade urbano-industrial em Aratu, a desenvolver-se paralelamente e harmoniosamente com a quadricentenária Salvador, com sua beleza paisagística, seus monumentos históricos, seu folclore inconfundível.

Daí a decisão, sobremodo acertada, embora de características pioneiras no País, de implantar a cidade industrial baiana à base de rigoroso planejamento. Em fins de 1965, um grupo técnico local, a Empreendimentos da Bahia S.A., foi contratado para a elaboração do Plano Diretor de Implantação do Centro Industrial de Aratu, procedendo-se os seus trabalhos ao longo de todo o ano de 1967.

PLANO DIRETOR

Equipes técnicas especializadas, de renome nacional e mesmo internacional, foram contratadas, procedendo-se a estudos setoriais detalhados, de geologia e geotécnica, hidrologia, pluviometria, aerofotogrametria, cadastramento das propriedades existentes, pesquisas sociais, etc. Disponibilidades preliminares e energia elétrica, de água, de acessos rodoviários e ferroviários, condições da orla marítima para funcionamento de instalações portuárias, foram estudadas a fundo.

O Escritório Sérgio Bernardes foi incumbido de traçar o planejamento físico da futura cidade industrial. Considerando que um centro industrial é, no essencial, a oferta de terrenos de baixo custo e devidamente equipados com uma infra-estrutura de serviços industriais, era essencial assegurar, às indústrias que resolvessem localizar-se em Aratu, nos limites de cada terreno, os acessos indispensáveis, os serviços de água, de energia, de telecomunicações.

Mas pretender fazê-lo numa área de 140 quilômetros quadrados, construindo rodovias, ramais ferroviários, barragens, adutoras, rêdes de distribuição elétrica, sem um Plano, sem as indicações rigorosas do planejamento, seria condenar-se de antemão ao fracasso.

URBANIZAÇÃO REGIONAL

Por outro lado, já no decorrer da elaboração do Plano Diretor, a necessidade de atender a exigências de caráter urbanístico e social levou a que a área inicial fôsse expandida, passando o planejamento físico a abranger tôda uma região, com 436 quilômetros quadrados. Dessa área imensa, 7,5 quilômetros quadrados destinam-se, especificamente, à localização de indústrias, sendo 3,3 quilômetros quadrados para indústrias leves e médias e 4,2 quilômetros quadrados para indústrias pesadas.

A delimitação dessas duas áreas levou em conta fatôres diversos, tais como a necessidade de localização das indústrias pesadas nas proximidades do transporte ferroviário e marítimo, o menor consumo de água pelas indústrias leves e médias, problemas de contrôle de poluição de águas e atmosfera, e assim por diante.

DISTRIBUIÇAO

Outro 1,3 quilômetro foi destinado à Zona Portuária, cujos estudos preliminares foram procedidos por uma firma holandêsa, a NEDECO. Para a Zona de Habitação e Comércio, a nova comunidade urbana que surgirá, vinculada ao complexo industrial, foram destinados 8,8 quilômetros quadrados.

A preocupação em evitar que a excessiva concentração de unidades industriais tornassem a região, como já ocorre em outras metrópoles industriais de formação espontânea, condenada para o funcionamento normal de comunidades urbanas, levou o Plano Diretor a destinar 90 quilômetros quadrados para a Zona de Transição, e outros 170 quilômetros quadrados que serão mantidos como espaços verdes e comuns, possíveis de aproveitamento agrícola, principalmente hortigranjeiro, para abastecimento da própria cidade industrial como da Capital baiana.

PREOCUPACAO URBANISTICA

As preocupações urbanísticas foram além ainda. O Pôrto de Salvador conta com equipamento moderno e passa atualmente por programa de ampliação. Contudo, suas ligações com os sistemas ferroviário e rodoviário atravessam a cidade, são por isso deficientes. Seu aproveitamento, em função da cidade industrial, seria insatisfatório para as indústrias localizadas em Aratu e representaria prejuízo insuportável para as condições urbanísticas de Salvador.

Provém disso a decisão de aproveitar as condições favoráveis da Baía de Aratu, que permitem a atracação de navios de grande calado, para a construção de um pôrto independente, diretamente ligado ao complexo rodo-ferroviário, partindo da instalação, em etapa inicial, de um terminal marítimo para cargas a granel e equipamentos pesados.

SISTEMA RODOVIARIO

Também as preocupações urbanísticas determinaram a construção da rodovia que, saindo da Baía de Aratu, onde se localizarão as instalações portuárias, após cortar a estrada Salvador—Feira, vai até o aeroporto Dois de Julho, em Ipitanga. Essa rodovia, que será inaugurada em abril próximo, integra, num sistema único, os transportes rodoviário, marítimo e aéreo.

Além disso, abre para Salvador um nôvo acesso rodoviário, correndo paralelo às belas praias de sua orla marítima. E ainda orienta o crescimento urbano, tanto de Salvador como da cidade industrial, permitindo que diretores, administradores e técnicos das novas indústrias fixem suas residências na faixa de praias, de Pituba a Itapoã, a menos de vinte minutos, por rodovia asfaltada, das zonas de localização industrial.

CRITERIO DE PRIORIDADES

Seria um óbvio absurdo pretender-se que o Plano Diretor detalhasse, em minúcias técnicas, tudo o que deverá ser feito em tôda a vasta área da cidade industrial. E ainda mais absurdo seria exigir-se que tôdas as obras, as de infra-estrutura como as de caráter acessório, fôssem executadas simultâneamente, para, depois de tudo pronto, aguardar-se a vinda de investidores interessados.

Aliás a própria realidade dinâmica da elaboração do Plano Diretor incumbiu-se de condenar tal concepção. Os estudos preliminares ainda estavam sendo feitos e já grupos empresariais escolhiam terrenos e iniciavam obras de instalação de suas indústrias. E para atendê-las, seguindo as diretrizes básicas apenas esboçadas do Plano, bem antes de sua conclusão definitiva, já as primeiras estradas e barragens começavam a ser construídas.

Vias de acesso asfaltadas servem às indústrias de Aratu.

Uma das fábricas que já funcionam no parque industrial baiano

Progresso da Bahia começa com Plano Diretor do CIA

A execução das obras de infra-estrutura, segundo as indicações do Plano Diretor, e a administração do funcionamento da cidade industrial baiana, estão entregues a uma autarquia, o Centro Industrial de Aratu, subordinada à Secretaria de Indústria e Comércio do Govêrno da Bahia.

Ainda em 1966, com o Plano Diretor em fase de elaboração, já era intensa a repercussão, em outras regiões do País, do grandioso empreendimento, com suas características inéditas de envergadura e planejamento. Assim, evidenciando uma animadora confiança na Bahia e em seu Govêrno, numerosos grupos investidores, já então, mostravam interêsse em localizar-se na área de Aratu, muitos dêles assinando as respectivas cartas de opção para reserva de terrenos, e mesmo alguns, como Novopan e outros, iniciando serviços de terraplenagem e execução de obras de instalação.

A NECESSIDADE

Esse fato determinava obrigações novas, paralelas aos trabalhos de elaboração do Plano Diretor, pela necessidade de atender aos grupos investidores que afluíam em onda crescente, como ainda pela exigência de obras imediatas para atendimento àquelas indústrias já em instalação. Assim, para evitar que a elaboração do Plano, a cargo da Empreendimentos da Bahia, fôsse prejudicada pelo acúmulo de tarefas paralelas, o engenheiro Angelo Calmon de Sá foi convocado pelo Govêrno da Bahia para à frente de grupo técnico, atender aos investidores visitantes e executar as obras de caráter imediato, tais como estradas e barragens. Era, contudo, uma solução de caráter temporário, cuja precariedade se evidenciava à medida em que os encargos cresciam.

Assim, a 12 de janeiro de 1967, foi criada, por decreto estadual, a autarquia Centro Industrial de Aratu. No dia 20, assumia, como seu primeiro superintendente, o Engenheiro Angelo Calmon de Sá. Assumindo o Govêrno da Bahia, em abril, e preocupado em evitar qualquer solução de continuidade nos trabalhos da cidade industrial, o Governador Luís Viana Filho indicou o Engenheiro Angelo Sá para seu Secretário de Indústria e Comércio. Para substituí-lo na superintendência do Centro Industrial de Aratu, foi convocado o Engenheiro Vivaldo Gomes Guimarães.

O Centro Industrial de Aratu tem suas instalações principais localizadas no Edifício do BANEB, 7º andar, em Salvador. Além disso, a necessidade de supervisão cotidiana das obras em execução como de atendimento a problemas novos que surgem, de parte das indústrias, levou à instalação de sua sede de campo, na antiga Fazenda Aratu, e recentemente foi instalado em São Paulo um escritório na Rua da Assembléia, 83 incumbidos de prestar às indústrias locais maiores informações sôbre o CIA.

Apenas um ano atrás, o Centro Industrial de Aratu reunia sòmente um limitado grupo de técnicos. Atualmente, pelo orçamento que movimenta, pelo volume de suas responsabilidades como por seu quadro de funcionários, em sua maioria profissionais especializados, economistas, engenheiros, arquitetos, urbanistas, geólogos, técnicos em planejamento, o CIA se constitui numa das principais organizações do Govêrno da Bahia. Suas tarefas são múltiplas e complexas, abrangem a elaboração de estudos econômicos, de projetos técnicos, a realização de pesquisas, o atendimento a grupos de investidores interessados, o assessoramento às indústrias em instalação ou em funcionamento, a promoção das vantagens locacionais de Aratu realizada tanto na Bahia como em outras regiões do País e mesmo no exterior.

O Centro Industrial de Aratu, autarquia do Govêrno Luís Viana Filho, está capacitado a fornecer quaisquer informações aos investidores interessados como a prestar todo o assessoramento necessário às indústrias que se localizem em sua área.

Aratu é meta prioritária no Govêrno Luís Viana Filho

A construção do Centro Industrial de Aratu simboliza, de modo mais expressivo, a nova mentalidade e o comportamento positivo e atuante da Bahia, através de seu Govêrno, classes empresariais e população, em face do acelerado processo de desenvolvimento e industrialização da região Nordeste.

Êsse processo relaciona-se, sem dúvida, com a política federal de desenvolvimento nordestino e integração nacional, que, já em 1952, dava origem ao Banco do Nordeste do Brasil, assegurando ao empresariado privado financiamento de baixo custo e longo prazo para investimentos industriais. Em 1954, começava a funcionar a CHESF, oferecendo energia elétrica abundante a preços favoráveis. E, em 1959, surgia a SUDENE, autarquia federal, responsável pelo sistema de incentivos fiscais (artigos 34/18) que é, indubitàvelmente, o mais poderoso sistema de incentivo ao desenvolvimento atualmente em vigor no mundo ocidental.

CONDIÇÕES

A Bahia oferecia condições naturais as mais favoráveis para uma pronta reação a êsses fatôres de estímulo: um vasto território, ampla variedade de matérias-primas, um mercado consumidor em potencial de seis milhões de habitantes, disponibilidade de mão-de-obra, além de uma localização privilegiada, como o único Estado nordestino já integrado (através da Rio—Bahia) com o mercado do centro-sul. A par disso, os projetos da USIBA — Usina Siderúrgica da Bahia — e do COPEB — Conjunto Petroquímica da Bahia —, ambos de alto poder germinativo, deveriam exercer forte influência no sentido da industrialização.

Apenas a ação de fatôres exógenos e a existência de condições naturais favoráveis, contudo, não bastariam para desencadear um processo de industrialização no ritmo e envergadura desejáveis, conforme se evidenciava pela lentidão com que surgiam os novos empreendimentos industriais no Estado. Impunha-se uma resposta local, unindo Govêrno, classes empresariais e população, dominadas por nova mentalidade, atuante e positiva. Essa resposta afirmou-se, em bases racionais de planejamento rigoroso, através do programa de construção de uma nova e sólida infra-estrutura, estradas, linhas de eletrificação, programas de saneamento básico, de saúde, de educação. Afirmou-se, também, através do Programa de Fomento à Industrialização do Interior, já em plena execução. Afirmou-se, ainda, e principalmente, através da construção do Centro Industrial de Aratu, hoje uma realidade vitoriosa e irreversível, em processo definitivo de consolidação.

Graças a essa ação enérgica, com o planejamento assegurando os melhores índices de produtividade aos investimentos e esforços do poder público, a Bahia assumiu, a partir de 1966, a liderança nos investimentos industriais da região Nordeste. Com efeito, ainda em 1965, couberam à Bahia apenas 23,6% dos investimentos industriais aprovados pela SUDENE, contra 47,8% atribuídos a Pernambuco. Mas já em 1966 a situação invertera-se, com a Bahia respondendo por 45,2% dêsses investimentos, contra 35,2% aprovados para Pernambuco. No total de investimentos industriais aprovados pela SUDENE, para tôda a região Nordeste, no período 1960/67, 42,3% estão localizados na Bahia.

MAIOR COMPLEXO

Considerando as indústrias já em funcionamento, em instalação ou com cartas de opção assinadas para reserva de terrenos, aguardando aprovação dos projetos respectivos pela SUDENE, o Centro Industrial de Aratu, pouco mais de um ano após oficialmente constituído, já representa um total de investimentos industriais superior a um bilhão de cruzeiros novos. Resultados de tal modo impressionantes, alcançados em tão curto prazo, e ainda o fluxo constante de novos grupos investidores que procuram o CIA, permitem prever que, em futuro bem próximo, a cidade industrial baiana ter-se-á transformado no maior complexo industrial do Norte—Nordeste do País, afirmando-se como um polo de desenvolvimento de importância nacional.

O Govêrno Luís Viana Filho proclamou a construção do Centro Industrial de Aratu como meta prioritária de sua administração, mobilizando, para êsse fim, não só os recursos necessários como também a ação efetiva de todos os setores de seu Govêrno, para realização de programas específicos na cidade industrial. Mais ainda, através da autarquia Centro Industrial de Aratu e da Secretaria de Indústria e Comércio, dirigidas, respectivamente, pelo Superintendente Rivaldo Guimarães e o Secretário Angelo Sá, o Governador Luís Viana Filho assumiu pessoalmente o comando dos trabalhos de construção do CIA, tornando-se constante em Aratu, inspecionando freqüentemente as obras, estimulando com o seu apoio as novas indústrias projetadas para a região.

A Bahia, e principalmente o Centro Industrial de Aratu, oferecem, atualmente, em tôda a região Nordeste, as condições mais favoráveis, não só de localização industrial, como de segurança e rentabilidade para novos empreendimentos industriais.

Uma das diversas barragens executadas no Centro Industrial de Aratu.

Aratu oferece às indústrias vantagens inéditas no País

As vantagens naturais que a região de Aratu, na Bahia, oferece à localização de indústrias, acrescentam-se os serviços de infra-estrutura que o Govêrno da Bahia está implantando, a ritmo acelerado, assegurando a cada nova indústria que se instala na área as condições essenciais para seu funcionamento.

E isto o que explica o fluxo crescente de grupos de investidores que, atraídos pela repercussão do Plano Diretor da cidade industrial baiana e pela promoção agressiva que se vem fazendo de suas vantagens e facilidades, procuram o CIA, para um conhecimento pessoal e direto, fazem a reserva de terrenos assinando as respectivas cartas de opção, definem sua localização na Bahia.

GRANDE EMPREENDIMENTO

Indústrias que já tinham localização aprovada para outras regiões, como a ALCAN — Alumínio do Brasil-Nordeste —, que deveria instalar-se em Pernambuco, decidiram transferir sua localização para Aratu. A Goodyear abandonou seus planos de instalar uma fábrica de borracha sintética na Argentina, iniciando entendimentos com o CIA. O volume de obras de infra-estrutura já executadas ou em execução, como as indústrias já em regime de produção ou em fase de instalação, na área de Aratu, são o melhor atestado de que Aratu é empreendimento irreversível, e de que os compromissos assumidos pelo Govêrno da Bahia serão rigorosamente cumpridos (aliás, já estão sendo cumpridos) dentro dos prazos marcados.

TERRENOS

Numa área global de 436 quilômetros quadrados, o Centro Industrial de Aratu conta com uma disponibilidade de 75 quilômetros quadrados especificamente destinados à localização de indústrias pesadas, médias e leves, com terrenos de condições geológicas favoráveis à implantação de construções industriais. Uma das primeiras preocupações do Govêrno da Bahia foi, através de decreto, declarar êsses terrenos de interêsse social para fins de desapropriação, evitando, dêsse modo, que seus preços fôssem afetados pela especulação imobiliária. Os terrenos de Aratu são oferecidos, assim, aos investidores interessados, a preços acessíveis. O único limite de área a ser adquirida é o das exigências fixadas para execução de cada projeto. A única exigência formulada aos investidores, em contrapartida à venda dos terrenos, é que sua destinação obedeça rigorosamente aos respectivos projetos. A reserva dos terrenos é feita através de assinatura de carta de opção, com prazo de validade de três meses, e que pode ser protelado, desde que seja informado o estágio do projeto em questão.

TRANSPORTES

A região de Aratu, escolhida para localização da cidade industrial baiana, é privilegiada em matéria de transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos.

A região é cortada pela BR-324 (Salvador—Feira) que, em Feira de Santana, se integra com a BR-116, assegurando comunicação fácil com o Centro-Sul, através da antiga Rio—Bahia, e com o Norte-Nordeste, através da antiga Transnordestina. A região é beneficiada, ainda, com uma rêde de considerável extensão de estradas pavimentadas de primeira classe. Já seguindo as diretrizes do Plano Diretor, o CIA construiu, até agora, cêrca de 16 quilômetros de rodovias de acesso, e está executando outros 38,5 quilômetros. Em abril, durante as comemorações do primeiro aniversário do Govêrno Luís Viana Filho, será inaugurada a estrada de ligação entre a baía de Aratu e o Aeroporto Dois de Julho, em Ipitanga, integrando assim num sistema único os transportes rodoviário, marítimo e aéreo.

A região é cortada, ainda, pelos trilhos da Leste Brasileiro, que se ligam, ao Norte, com a Rede Ferroviária do Nordeste, e para o Centro-Sul, com a Central do Brasil. O Plano Diretor prevê a construção de ramais ferroviários, para atender às indústrias pesadas que requeiram transportes por ferrovias de cargas pesadas a longas distâncias.

Os estudos preliminares para o futuro pôrto da cidade industrial e que figuram no Plano Diretor do CIA foram elaborados pela Netherlands Engineering Consultants, firma holandesa de renome mundial nessa especialidade. Entendimentos estão sendo encaminhados com a mesma firma, NEDECO, para elaboração do projeto definitivo do pôrto, que será apresentado ao BID, com solicitação de financiamento.

Em qualquer caso, o CIA assegura, a cada indústria que se instalar na região, os necessários acessos até o limite do terreno respectivo.

AGUA

O aproveitamento dos recursos de água da região, assegurando atendimento satisfatório ao complexo industrial que se está implantando, foi plenamente esquematizado no Plano Diretor do CIA. Além do Tanque U, de menor porte, já está concluída, também, a Barragem de Cobras, armazenando 400 milhões de litros, com vazão regularizadora de 20 litros por segundo. Em abril próximo serão inauguradas as Barragens do Guipe (capacidade para 3,5 bilhões de litros, com vazão de 35 litros por segundo) e ainda a do Cutelo. Paralelamente, o CIA dá prosseguimento ao programa de perfuração de poços, para pesquisa de água subterrânea, cujo lençol de água tem sua espessura estimada em 800 metros, numa extensão de quase mil quilômetros quadrados, constituindo-se em reserva quase inesgotável.

Paralelamente, como solução de médio prazo, estão sendo ultimadas providências para construção de uma linha adutora de 8 quilômetros de extensão, com respectiva estação de tratamento, para aproveitar a água do Reservatório do Ipitanga (seis bilhões de litros, vazão de 360 litros por segundo).

Finalmente, como solução de longo prazo, de caráter definitivo, estão sendo elaborados pelo Escritório Saturnino de Brito os estudos preliminares para construção da Barragem II do Joanes, que, acumulando 140 bilhões de litros e com uma vazão de 2 000 litros/segundo, que se somarão aos 1 000 litros/segundo da Barragem I, assegurará, por longo período, o abastecimento de Salvador e do Centro Industrial de Aratu.

O CIA assegura, a cada indústria, o fornecimento da água necessária a seu funcionamento, por preço acessível e nos limites do terreno respectivo.

ENERGIA

Da Estação Termoelétrica de Cotegipe, ligada ao sistema CHESF (Paulo Afonso), partirão as linhas que abastecerão o Centro Industrial de Aratu. Considerando-se o próximo início de operação da nova subestação de 220 KV que a CHESF está construindo em Catu, estima-se a disponibilidade total do CIA, a curto prazo, em 60 MW. A energia será fornecida às indústrias em 60 Hz. Na Zona de Indústria Pesada, o fornecimento realizar-se-á na tensão de transmissão disponível. Nessa zona, como nas demais, a energia elétrica estará disponível na tensão de distribuição de 13,2 KV e em baixa tensão de 220/230 volts.

A Eletrobrás assumiu responsabilidade pela execução de tôdas as obras de eletrificação, na cidade industrial baiana, já tendo executado através de sua subsidiária local, a CEEB, algumas linhas de transmissão provisórias. Uma linha de transmissão definitiva já está instalada, assim como o projeto de duas subestações, uma para ZIML e ZIP em Aratu. Assim como em relação aos acessos e à água, o CIA assegura às indústrias instaladas em sua área o fornecimento de energia elétrica, nos limites de cada terreno.

TELECOMUNICACÕES

O sistema de telecomunicações de Aratu está sendo instalado pela TEBASA (Telefones da Bahia S.A.), através de convênio firmado com o CIA. A primeira etapa do projeto, com sua conclusão prevista ainda para a primeira quinzena de abril, inclui uma central telefônica automática, em Aratu, com capacidade para 100 ligações diretas e simultâneas, fazendo-se a comunicação entre Aratu e Salvador através de 12 canais de microondas. Integrando-se no sistema da TEBASA, as indústrias de Aratu terão comunicações asseguradas com Salvador e demais cidades importantes do Estado, com o Centro-Sul do País e com o exterior. O projeto de telecomunicações prevê, ainda, os serviços do cabo submarino e de telex, êste através da Central de Telex de Salvador, já em operações.

OUTROS PROGRAMAS

A orientação adotada pelo Plano Diretor, prevendo a implantação de uma grande comunidade urbano-industrial em Aratu, exigiu que, ao lado das obras de infra-estrutura, relacionadas com serviços essenciais ao funcionamento das indústrias, fôssem enfrentados outros programas, de caráter urbanístico e social.

Assim, através da URBIS, emprêsa habitacional do Govêrno da Bahia, já foi encaminhado ao Banco Nacional da Habitação, com solicitação de financiamento, projeto de construção de 800 moradias de tipo popular, em Aratu, representando a primeira etapa do programa habitacional do CIA.

O programa de saúde da Cidade Industrial, já aprovado, prevê em têrmos imediatos, a instalação de um pôsto de pronto-socorro e um ambulatório, anexos à sede de campo do CIA, e em caráter definitivo, um centro hospitalar integrado, capaz de prestar atendimento a tôda a região, às novas indústrias como às comunidades urbanas já existentes.

O programa de educação também já foi aprovado, em caráter ainda preliminar, devendo centralizar-se em tôrno de um Ginásio Orientado para o Trabalho, integrando-se assim na política educacional do Govêrno Luís Viana Filho, que enfatiza a atividade educacional em função do desenvolvimento.

Técnicos do CIA e da Secretaria de Agricultura estão elaborando conjuntamente o programa de aproveitamento das áreas verdes de Aratu, que se fará através de projetos de colonização, fomentando a produção hortigranjeira para abastecimento à nova comunidade urbano-industrial de Aratu, como à Cidade de Salvador.

As obras que estão sendo executadas em Aratu, pelo próprio CIA (infra-estrutura) como pelas indústrias em instalação, já motivaram a criação da primeira linha de ônibus, pela Breda, entre Salvador e Aratu, com veículos modernos e horários regulares.

•

O Govêrno da Bahia já aplicou até agora em obras de infra-estrutura, para construção da Cidade Industrial, cêrca de 14 milhões de cruzeiros novos. O programa de obras prioritárias para o triênio 1968/70 prevê a aplicação de recursos da ordem de 65 milhões de cruzeiros novos. Além de recursos próprios do Estado da Bahia, a construção da Cidade Industrial baiana deverá merecer o apoio de entidades financeiras tanto nacionais como internacionais, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco Nacional da Habitação e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

INDÚSTRIAS JÁ LOCALIZADAS EM ARATU

A melhor garantia da irreversibilidade do Centro Industrial de Aratu são as próprias indústrias que já se localizam em sua área, algumas já em pleno funcionamento, outras executando obras de instalação, outras ainda aguardando aprovação de seus projetos pela SUDENE ou ultimando providências para também iniciarem suas obras de implantação.

E sobremodo expressivo que, a pouco mais de um ano decorrido desde a criação da autarquia Centro Industrial de Aratu, mais de 62 indústrias estejam localizadas em sua área, em regime de produção, em instalação ou com cartas de opção assinadas para reserva de terrenos. Essas 62 indústrias totalizam investimentos superiores a um bilhão de cruzeiros novos.

IMPORTANCIA NACIONAL

Esses investimentos abrangem tanto indústrias pesadas (químicas e petroquímicas, siderúrgicas, metalúrgicas, cimento etc.) quanto médias e leves (alimentares, de tecidos e confecções, aglomerados de madeiras e outras mais). A esta altura, tão pouco tempo decorrido, elas já representam o mais importante complexo industrial do Norte-Nordeste do País, crescendo em ritmo dinâmico, marchando para tornar-se um pólo de desenvolvimento de importância nacional.

As seguintes indústrias, instaladas em Aratu, já ingressaram em fase de funcionamento:

1. INDÚSTRIA DE AUTOMOTORES DO NORDESTE — MAGIRUS DEUTZ, fabricando chassis para ônibus interurbanos, investimento de NCr$ 17 500 000,00.
2. ETERNIT BAHIANA S. A. — INDÚSTRIA DE CIMENTO AMIANTO, produzindo materiais de construção em cimento amianto.
3. POSTES NORDESTE S. A., fabricando postes e outros artefatos de cimento, investimento de NCr$ 1 465 000,00.
4. TINTAS RENNER S. A., fabricação de tintas.
5. ESPREC — ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO, fabricando produtos de concreto protendido e centrifugado, investimento de NCr$ 1 500 000,00.

Vale assinalar que os projetos citados se referem apenas às indústrias instaladas na região depois de constituído o CIA. Não abrange, por conseguinte, as numerosas indústrias que, antes disso, já se localizavam na área da cidade industrial e adjacências, como a Cimento Aratu (atualmente em processo de ampliação), o Centro de Reparos Navais de Aratu (CERNE), unidades industriais da Petrobrás, cerâmicas etc.

INDUSTRIAS EM INSTALAÇÃO

São as seguintes indústrias que estão executando obras de instalação, em Aratu, discriminando respectivos investimentos e ramos de produção:

1. USIBA — USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S. A., investimento de NCr$ ...... 249 119 000,00, produção de laminados planos.
2. ALUMÍNIO DO BRASIL — NORDESTE S. A., investimento de NCr$ 8 200 000,00, será a maior fábrica de cabos de alumínio condutores elétricos na América do Sul.
3. CELANESE — TECELAGEM DO BRASIL S. A., investimento de NCr$ .... 10 700 000,00, fiação e tecelagem de fibras sintéticas (nylon e jérsei).
4. CIA. INDUSTRIAL NOVOPAN S. A., investimento de NCr$ 11 730 000,00, fabricação de aglomerados de madeira.
5. GATINOR CALÇADOS DO NORDESTE S. A., investimento de NCr$ ...... 500 000,00, produção de calçados infantis.
6. MABASA — MADEIRAS DA BAHIA S. A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA, investimento de NCr$ 3 100 000,00, produção de laminados de madeira de lei.
7. NORDISA — NORDESTE INDUSTRIAL S. A., investimento de NCr$ .... 11 000 000,00, fiação e tecelagem de popelina crua.
8. S. A. WHITE MARTINS NORDESTE — Investimentos de eletrodos de grafita.
9. SAFRON S. A. — Indústrias Brasileiras de Fibras, investimento de NCr$ .... 30 000 000,00, produção de fibras acrílicas e poliestéricas.
10. SIBRA — ELETRO-SIDERÚRGICA BRASILEIRA S. A., investimento de NCr$ 20 000 000,00, fábrica de ferroligas (ferro, manganês e silício). Será, no seu ramo, a maior da América Latina.
11. TERMOLIGAS METALÚRGICAS S. A., investimento de NCr$ 4 030 000,00, produção de ligas siderúrgicas especiais.
12. OIAMETA S. A. — Organização Industrial e Artefatos Metálicos, investimento de NCr$ 1 060 000,00, fabricação de rolhas metálicas.
13. REFISA — Agro-Refinações Industriais e Comerciais S. A., investimento de NCr$ 2 060 000,00, moagem de milho e refinação de açúcar.
14. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS DE PRECISÃO DA BAHIA LTDA. 3. G. investimento de NCr$. 350 000,00, fabricação de aparelhos de precisão.
15. KATAN — Indústria de Calçados Ltda., investimento de NCr$ 350 000,00, produção de calçados masculinos de luxo.
16. QUIMBASA — Química Industrial da Bahia S. A., investimento de NCr$ 250 000,00, fabricação de éter, solução eletrolítica, sulfatos, soda etc.
17. REIVAX — Indústria de Plástico S. A., investimento de NCr$ 1 000 000,00, fabricação de calçados plásticos.

OUTRAS INDÚSTRIAS

Além dessas 22 indústrias, em funcionamento ou em instalação, várias com inauguração já programada, numerosas outras indústrias, que relacionamos em seguida, estão formalmente comprometidas a se localizarem em Aratu, várias delas anunciando o próximo início de obras:

1. AÇOS DO BRASIL S.A., laminação a frio, NCr$ ...... 13 000 000,00.
2. ALFRED NORDESTE S. A. — Indústria de Vestuário, NCr$ 2 000 000,00.
3. AGLOPLAC S. A., fabrica de madeiras aglomeradas, NCr$ 3 800 000,00.
4. ALLIS CHALMERS MFG. COMPANY, fábrica de sistemas rotantes de tratores, NCr$ 8 100 000,00.
5. BACRAFT S. A. — Indústria de Papel.
6. BAHIA FRUTOS S. A., sucos e doces de frutas tropicais, NCr$ 1 700 000,00.
7. BRASTEMP NORDESTE S. A., condicionadores de ar, NCr$ 4 300 000,00.
8. BATOR — Cia. Baiana de Metais S. A., [illegible], NCr$ 2 000 000,00.
9. CIA. PAINÉIS E FIBRAS DO NORDESTE S.A., painéis e fibras de coco, NCr$ 1 950 000,00.
10. CAREL — Ind. e Com. de Meias Ltda., meias para homens e senhoras, NCr$ .. 11 313 000,00.
11. CIMENTO ITAÚ DA BAHIA LTDA., cimento portland, NCr$ 27 385 000,00.
12. COCIBA — Cia. de Cimento da Bahia.
13. CYANAMID QUÍMICA DO NORDESTE S. A., inseticidas, laminados plásticos e papel decorativo, NCr$ ..... 65 385 000,00.
14. CIA. INDUSTRIAL DE FILMES DUPIL, filmes virgens, NCr$ 13 000 000,00.
15. CIA. INDUSTRIAL DE LAJES S. A., lajes pré-moldadas, NCr$ 240 000,00.
16. CONCRETO PREMIX DA BAHIA S. A., concreto pré-misturado, NCr$ .... 300 000,00.
17. CONSOLIDATED ELETRONICS, equipamentos eletrônicos, NCr$ 8 000 000,00.
18. DUFRIO — Engenharia do Frio S. A., aparelhos de refrigeração comercial, NCr$. 500 000,00.
19. ELETRA S. A. — Indústria e Comércio — NCr$ 7 800,00.
20. FISIBA — Fibras Sintéticas da Bahia S. A., fibras acrílicas, NCr$ 98 400 000,00.
21. FHAM — Indústria Plástica Ltda., meias, escôvas e artigos de utilidade doméstica em plástico, NCr$ ...... 300 000,00.
22. INSTALUX DO NORDESTE S. A., luminárias, tôrres, ferragens e outros materiais elétricos, NCr$ ...... 2 200 000,00.
23. INDÚSTRIA DE PAPÉIS FRANCO S. A., papéis de embalagem, NCr$ .... 800 000,00.
24. INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO CONSUL S. A., condicionadores de ar, NCr$ 3 000 000,00.
25. INDÚSTRIA DE ELEVADORES APOLO S. A., elevadores, monta-cargas, escadas rolantes etc., NCr$ ...., 800 000,00.
26. MADEPAN NORDESTE S. A., fitas de audiovídeo, NCr$ 8 530 000,00.
27. MAGNOTAPE S. A. — Ind. e Com., fitas de audiovídeo, NCr$ 1 391 000,00.
28. MARGRAN — Mármores e Granitos do Nordeste Ltda., mármores em chapas, NCr$. 240 000,00.
29. OYWIIK HOGLUND CHEMICALS, tubos de polietileno, NCr$ 150 000 000,00.
30. — PASKIN S. A., indústria petroquímica (metacrilato de metila), NCr$ ...., 35 000 000,00.
31. PAN — Produtos Alimentícios do Nordeste, beneficiamento de cereais, NCr$. 6 000 000,00.
32. PROFERTIL — Emprêsa de Produtos Químicos e Fertilizantes S. A., ácido sulfúrico e fertilizantes, NCr$ .. 2 500 000,00.
33. ROBERT BOSCH BRASIL LTDA., autopeças, NCr$ 6 000 000,00.
34. RESBA S. A., formol e resinas sintéticas, NCr$ ...... 4 800 000,00.
35. SIGMA S. A. — Ind. e Com., Metalurgia e Calefação, NCr$ 1 000 000,00.
36. TUPERBA — Tubos Perfilados da Bahia S. A., tubos galvanizados, NCr$ ... 4 361 000,00.
37. VIGORELLI DO NORDESTE S. A., máquinas de costura.
38. WORK S. A., medidores de água e luz, NCr$ .... 8 000 000,00.

O engenheiro Rivaldo Guimarães mostrou o CIA ao Governador Luís Viana e ao Secretário Ângelo Sá.

Linha de produção da Fábrica Magirus Deutz

Produção brasileira de açúcar e perspectivas do Mercado Mundial

Segundo os analistas da economia açucareira, a produção mundial de açúcar, em 1968, está estimada entre 66 milhões e 200 mil toneladas e 65 milhões e 300 mil, o que corresponde à média aritmética de 65 milhões e 750 mil toneladas. Nesse ano, o consumo deverá atingir 67 milhões e 200 mil toneladas métricas, equivalente à média **per capita** de 19 500 quilogramas.

De janeiro a dezembro do ano passado, o Brasil exportou o total de 994 mil e 900 toneladas de açúcar, das quais 408 mil e 600 para o mercado livre mundial. Em 1967, as condições foram as mais favoráveis para o açúcar brasileiro no mercado dos Estados Unidos, que importou o volume de 586 mil e 300 toneladas do produto.

PRODUÇÃO E ESTABILIDADE

As estimativas sôbre a produção mundial de açúcar na safra de 1967/68, iniciada a 1.º de setembro, oferecem pequenas flutuações. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos avalia a colheita mundial em 65 milhões e 300 mil toneladas métricas, ao passo que os estatísticos açucareiros de renome mundial, F.O. Licht's, chegam a um número ligeiramente superior, de 66 milhões e 200 mil. Na última safra — 1966/67 — encerrada a 31 de agôsto, foram produzidas 65 milhões 233 mil e 153 toneladas. O confronto das diversas cifras evidencia a tendência à estabilidade, sintoma positivo depois de alguns anos de escala.

Pelo menos o volume produzido na última safra e o previsto para a safra em curso são ligeiramente inferiores à demanda estimada, razão que leva os peritos de Nova Iorque e Londres a admitirem que, depois de haverem se aproximado de 28 milhões e 500 mil toneladas, os excedentes acumulados começam a sofrer redução, ainda que moderada.

SISTEMA DE DEFESA

Persistem, porém, alguns fatores de desconfiança influindo no mercado e os mais graves são os decorrentes do desconhecimento efetivo das possibilidades de Cuba e a preocupação indisfarçada do estímulo à produção nos países do Mercado Comum Europeu, com o apoio de um sistema de defesa sem paralelo.

As autoridades de Havana têm difundido notícias sôbre sua safra já iniciada, de que a mesma poderá atingir até 6 milhões de toneladas, enquanto as estimativas de diversas fontes cingem-se a cifras mais moderadas, em tôrno de 5 milhões e 200 mil. Há, porém, indicações pessimistas de que a produção cubana dificilmente atingirá os 5 milhões, e se fundamentam para tanto nas informações sôbre as condições climáticas que prevaleceram na ilha desde começos do ano: estiagens prolongadas interrompidas por períodos de precipitação pluviométrica excessiva.

No Mercado Comum Europeu, onde entra em vigência, progressivamente, a política agrícola comum, a produção foi programada com preço garantido para um nível superior às necessidades da demanda interna. Os excedentes serão exportados, especialmente para países da zona de influência do franco. Com a expansão da produção, as compras realizadas por alguns países do grupo para refinação e reexportação deverão ser bastante reduzidas.

mercados, num total em tôrno de 60 mil toneladas anuais, dificilmente poderá manter esta posição.

O Brasil, que, nos últimos anos, vem fornecendo açúcar às refinarias francesas para beneficiamento e colocação em outros

COMPORTAMENTO DO MERCADO

A análise das cotações médias mensais do disponível na Bôlsa de Café e Açúcar de Nova Iorque, no período de janeiro a dezembro, evidencia o comportamento irregular, sensível a influências as mais diversas. É o que se pode observar no quadro seguinte:

	Centavos de US$ p/libra
Janeiro	1.35
Fevereiro	1.72
Março	1.61
Abril	2.09
Maio	2.59
Junho	2.52
Julho	1.90
Agôsto	1.68
Setembro	1.80
Outubro	2.15
Novembro	2.31
Dezembro	2.17

As médias mensais acima relacionadas expressam, também, uma perspectiva de recuperação. Não obstante alguma perda de terreno em dezembro, a comercialização do açúcar, no mercado livre mundial, nos últimos meses, está se fazendo em condições mais favoráveis do que no primeiro trimestre. É verdade que o açúcar, como outros produtos primários, estêve à mercê de fatôres diversos, destacando-se a elevação dos fretes marítimos, sensível já nos primeiros meses do ano, e os efeitos psicológicos do conflito do Oriente Médio.

Em contraste com o verificado no mercado livre mundial, no mercado preferencial dos Estados Unidos observou-se uma pressão constante da demanda sôbre a oferta e, em conseqüência, as cotações para o disponível estiveram, de janeiro a dezembro, em níveis superiores aos que prevaleceram desde maio de 1964:

	Centavos de US$ p/libra
Janeiro	5.93
Fevereiro	6.01
Março	5.98
Abril	6.02
Maio	6.05
Junho	6.12
Julho	6.10
Agôsto	6.13
Setembro	6.14
Outubro	6.16
Novembro	6.19
Dezembro	6.10

Não obstante as medidas adotadas pelo Govêrno dos Estados Unidos durante o ano, permitindo antecipação de embarques, elevando a estimativa de consumo e proporcionando outros estímulos, os preços subiram sempre.

EXPORTAÇÃO E FRETES

Em 1967, o Brasil não pode cumprir a **performance** inicialmente considerada de exportar em tôrno de 1 milhão e 200 mil toneladas métricas.

Conquanto tenha realizado vendas suficientes para chegar até aquêle ponto, viu-se prejudicado pelas dificuldades que se fizeram sentir no mercado de fretes. As condições mediante as quais se vêm processando os negócios no mercado livre mundial, fazem por onde o frete seja o grande fator decisivo da competição. Não é de estranhar, assim, que muitos compradores não tenham podido retirar os açúcares adquiridos no Brasil dentro dos prazos previstos, sem que isso tenha implicado em qualquer prejuízo para o País ou mesmo para o Instituto do Açúcar e do Álcool, pois, de acôrdo com os contratos, vencido o prazo de embarque e não tendo sido retirado, o açúcar é pôsto em armazém à disposição do comprador, por sua conta e risco.

No ano passado, as condições foram as mais favoráveis para o açúcar brasileiro no mercado preferencial dos Estados Unidos, que importou o volume de 586 mil e 300 toneladas do produto. As exportações de açúcar do Brasil para os Estados Unidos, iniciadas em 1959, evoluíram como se vê:

	Toneladas
1959	10 537
1960	103 423
1961	293 237
1962	361 532
1963	417 633
1964	161 993
1965	322 934
1966	489 836
1967	536 300

No volume exportado até dezembro último, está compreendido o açúcar adquirido fora do sistema preferencial, para refinação e reexportação ou destinado a outros fins industriais, tais como a produção de álcool e a produção de rações para alimentação animal.

De janeiro a dezembro, o Brasil exportou um total de 994 mil e 900 toneladas, das quais 408 mil e 600 para o mercado livre mundial.

PRODUÇÃO E CONSUMO

Para 1968, o consumo mundial de açúcar está estimado em 67 milhões e 200 mil toneladas métricas, o que corresponde a média **per capita** de 19 500kg. A produção mundial, para o mesmo ano, está estimada entre o máximo de 66 milhões e 200 mil e 65 milhões e 300 mil toneladas e a média aritmética dos dois extremos é 65 milhões e 750 mil toneladas.

Se as duas estimativas — de consumo e de produção — se confirmarem, haverá um deficit na produção de 1 milhão e 450 mil toneladas, a ser coberto com uma parcela retirada dos excedentes acumulados. Em princípio, pois, se confirma a tendência de recuperação verificada em 1967. Caso isso aconteça, é de esperar que o progressivo saneamento da oferta se traduza no restabelecimento da confiança no mercado, condição indispensável para que os preços traduzam o melhor comportamento dos fatôres.

Analisando as estimativas de diversas origens, verifica-se entre elas uma coincidência: a previsão de produção de açúcar de cana para 1967/68 é inferior à de 1966/67, circunstância devida, em sua quase totalidade, a Cuba. Todavia, a área de açúcar de beterraba apresenta um cálculo superior à produção realizada, conseqüência das estimativas mais amplas dos países do bloco socialista.

A produção brasileira para 1968 figura nas estimativas internacionais orçada entre 4 milhões e 150 mil e 4 milhões e 300 mil toneladas (69 milhões e 200 mil e 71 milhões e 700 mil sacos, respectivamente), sendo que o primeiro dêsses números aproxima-se melhor das previsões elaboradas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool. Considera-se, no plano interno, que no ano vindouro deverão prevalecer ainda os dispositivos de contenção da produção, tendo em vista o escoamento lento dos excedentes da safra de 1965/66 no Centro-Sul, ao passo que, em 1966/67, se fêz sentir a expansão dos estoques no Norte-Nordeste.

MERCADO INTERNO

O comportamento do consumo interno tem sido discreto, sofrendo a influência do baixo índice de crescimento do Produto Interno Bruto, face à política de contenção salarial, o que impõe ao consumidor a seleção dos gastos, inclusive no que tange à alimentação.

Não obstante o açúcar seja o produto de alimentação de preços estáveis a mais longo prazo dentro do processo inflacionário, êle sofre a discriminação do consumidor, no emprêgo de sua receita frente a outras necessidades alimentares. Além disso, é indiscutível a influência sôbre o consumidor da massa publicitária que beneficia os adoçantes sintéticos, cujo uso está se desenvolvendo em detrimento do consumo de açúcar.

O consumo aparente de açúcar, em 1967, elevou-se a 48 milhões e 800 mil sacos, o que representa um incremento de 1 milhão e 800 mil sacos sôbre o verificado no ano anterior.

NEGOCIAÇÕES

Ao ensejo da última sessão do Conselho Internacional do Açúcar, onde a delegação brasileira estêve sob a chefia do Dr. Evaldo Inojosa, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, foi anunciada a convocação, pela Secretaria da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, da Conferência Internacional do Açúcar, a se reunir em abril vindouro, para proceder às negociações com vistas a um nôvo Convênio Internacional do Açúcar.

Embora persistindo ainda algumas dificuldades, sobretudo de natureza política, é grande a expectativa em tôrno do êxito das negociações. Os países exportadores, quase todos em vias de desenvolvimento, são os maiores interessados na existência de um pacto que seja capaz de ajustar os movimentos do mercado, racionalizando a oferta e os preços em bases econômicas.

O entendimento das autoridades açucareiras do Brasil, no entanto, é de que a Conferência somente deverá se realizar na medida em que sejam reconhecidas possibilidades de êxito para o seu trabalho. O insucesso das duas últimas conferências negociadoras — 1961 e 1965 — foi muito nocivo ao mercado, não havendo dúvida sôbre o fato de que um nôvo insucesso provocará prejuízos consideráveis.

Considera-se importante que um nôvo Convênio reúna o maior número possível de países exportadores e importadores e seja uma súmula de compromissos e responsabilidades mútuas, devidamente equilibradas e harmônicas, a fim de que possa produzir os resultados desejáveis.

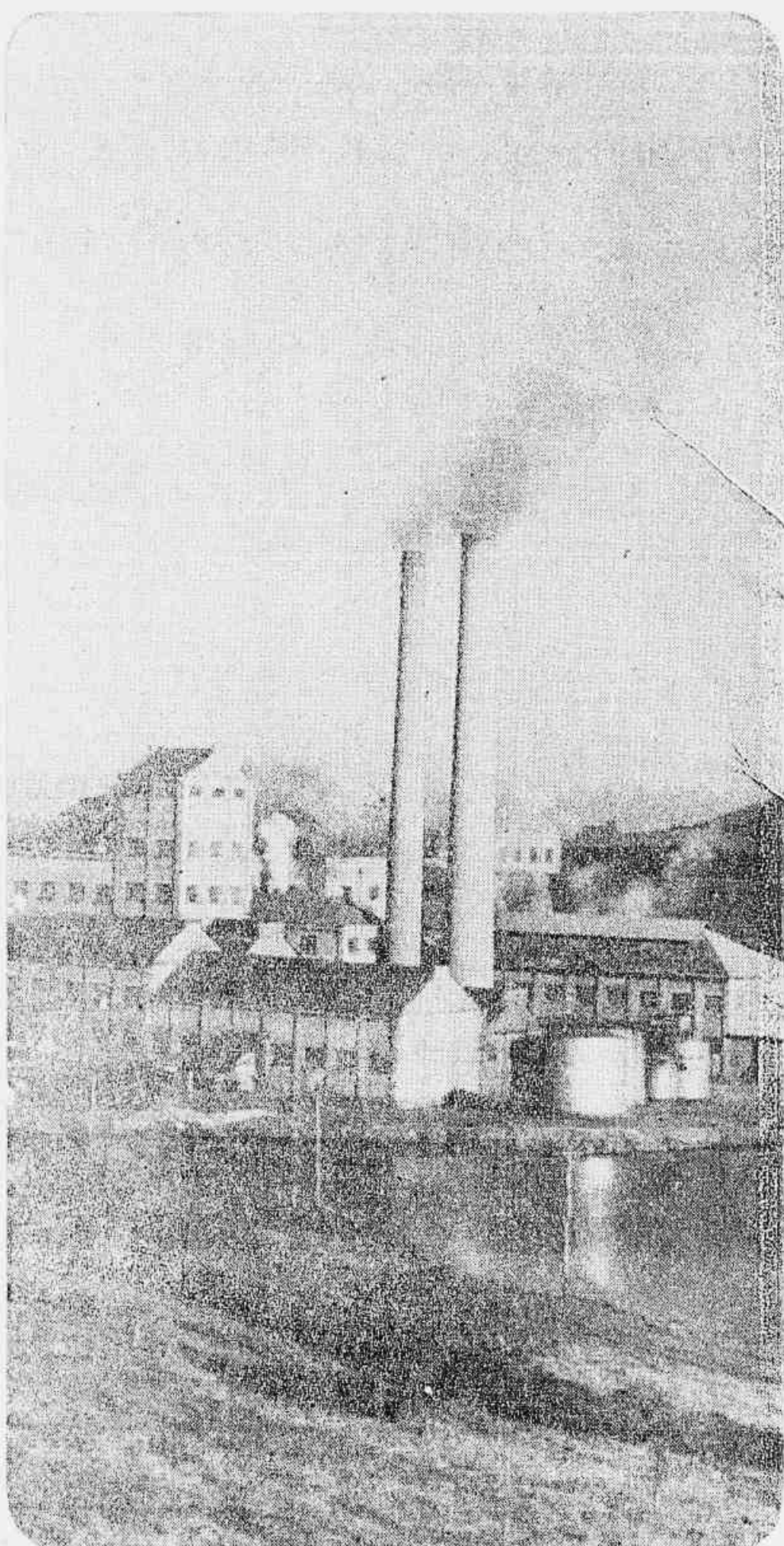
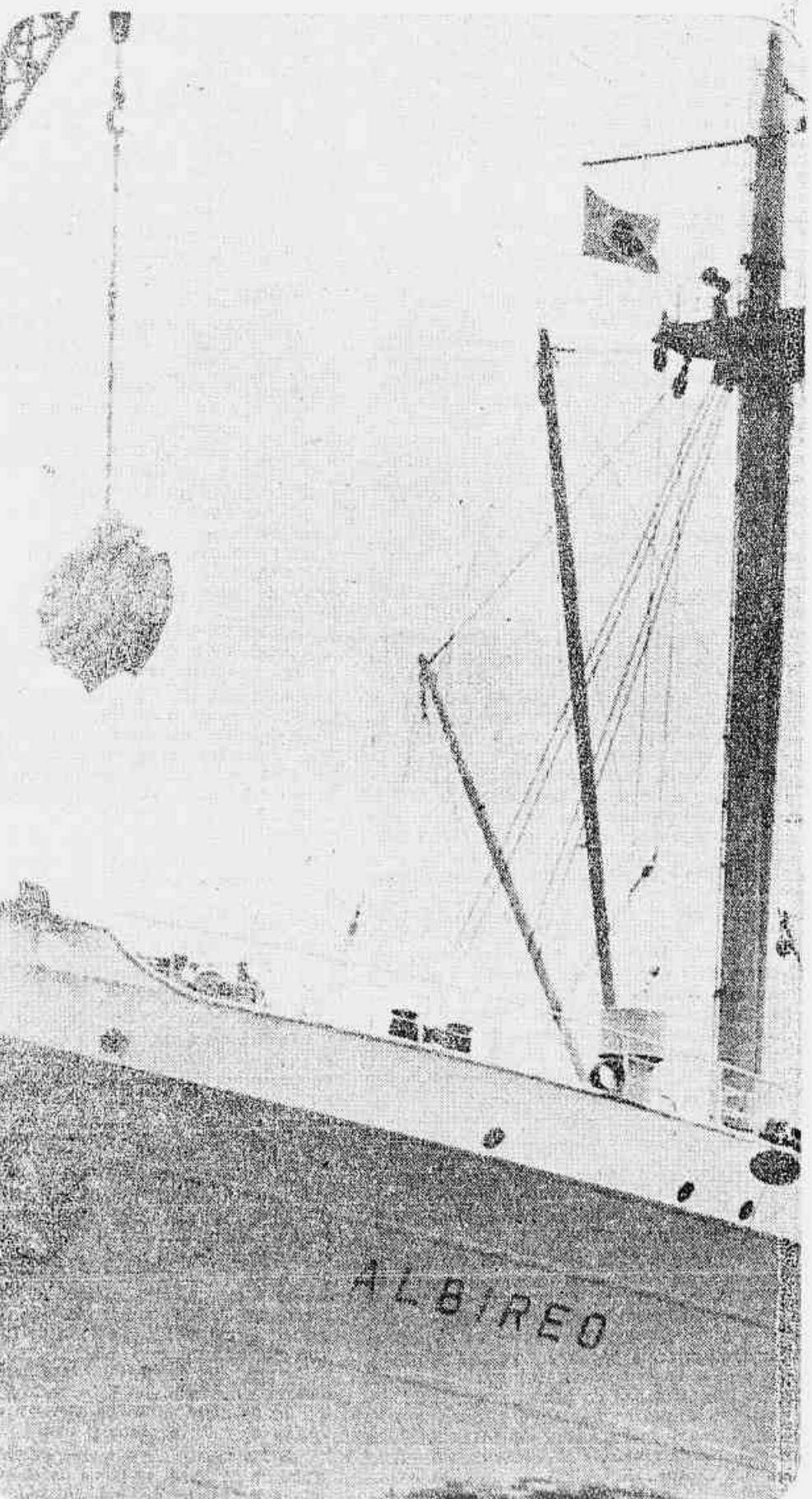
REFORMA DE ESTRUTURA

No plano interno, 1968 deverá ser um ano muito importante para a revisão e o revigoramento da política de defesa do açúcar. O Instituto do Açúcar e do Álcool vem trabalhando com vistas à adequação de sua estrutura à Reforma Administrativa e um dos pontos altos considerados é o projeto de criação da Fundação Açucareira, organismo que deverá proporcionar condições para o desenvolvimento do trabalho técnico-científico naquilo que interessa à produção, aos usos e à comercialização do açúcar.

Por outro lado, o início das obras de construção do terminal açucareiro de Recife, previsto para os primeiros meses de 1968, encurta as distâncias para um processo de racionalização da comercialização do açúcar, visto que o Brasil é o único grande exportador que não dispõe ainda de instalações de armazenagem e embarque de açúcar a granel.

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR
JANEIRO/DEZEMBRO 1966/67

TONELADAS MÉTRICAS

PAÍS	1966	1967
Chile	89 147	80 335
Estados Unidos	489 836	586 363
Finlândia	—	10 566
França	62 404	43 039
Grã-Bretanha	166 650	13 279
Iraque	20 000	10 561
Japão	—	13 005
Líbano	19 315	10 412
Malásia	—	21 404
Marrocos	—	52 196
Portugal	10 909	—
Síria	9 575	—
Tunísia	58 441	50 965
Uruguai	67 111	47 071
Vietname do Sul	—	29 619
Zâmbia	10 412	21 126
TOTAL	1 004 350	994 941

A produção de açúcar no País vem-se mantendo em ritmo estável, tendo atingido, no período de junho a janeiro dêste ano, o volume de 63 milhões e 682 mil sacos

No período de janeiro a dezembro do ano passado, o Brasil exportou 994 mil e 900 toneladas de açúcar, destinando-se ao mercado preferencial norte-americano o volume de 586 mil e 300 toneladas

Produção de açúcar e elementos que influem no consumo interno

De junho a dezembro do ano passado — safra de 1967/68 — a produção de açúcar atingiu o volume de 59 milhões e 896 mil sacos, contra 56 milhões e 524 mil, em igual período do ano anterior. Dêsse volume, 41 milhões e 894 mil sacos se referem a açúcar dos diversos tipos e 18 milhões são de açúcar demerara, destinado à exportação.

Para a produção de junho-dezembro, a Região Centro—Sul contribuiu com 45 milhões e 434 mil sacos, enquanto a Região Norte-Nordeste produziu 14 milhões e 462 mil. Em relação à safra anterior, a média de produção foi de 9 milhões e 68 mil sacos, contra 8 milhões e 498 mil em 1966/67.

CONSUMO INTERNO

Enquanto a produção de açúcar se mantém num ritmo estável, assegurando um perfeito atendimento das nossas necessidades de exportação, o consumo interno também evoluiu, animado por diversos fatôres, dentre os quais se destacam: 1) melhoria dos sistemas de transportes; 2) substituição dos tipos não centrifugados por centrifugados; 3) liberação dos contrôles.

Em 1966/67, o consumo de açúcar excedeu o total de 50 milhões de sacos, contra 46 milhões e 400 mil, em 1965/66 e 10 milhões e 900 mil sacos, em 1937/38.

No período de 1949/50, o consumo interno atingiu o volume de 21 milhões e 400 mil sacos, em relação a 1937/38, havendo, portanto, um acréscimo de 100% no consumo do produto. Em 1960/61, êste fato viria a repetir-se, com uma produção global de 43 milhões de sacos.

TAXA DEMOGRAFICA

De acôrdo com estudos realizados pelos técnicos da economia açucareira, a evolução do consumo de açúcar no País guarda uma relação muito estreita com o aumento da taxa demográfica. E natural que assim aconteça, visto tratar-se de um produto de uso sempre crescente na alimentação.

Em 1962/63, o consumo *per capita* de açúcar era de 37,3 quilogramas, contra 16,4kg em 1937/38, acompanhando, sem dúvida, o aumento da taxa demográfica. Entretanto, em 1965/66, o consumo declinou para 33,9 kg.

Evidentemente — assinalam os técnicos — êste declínio tem a sua origem no agravamento do processo inflacionário, seguido pela fase de combate gradualista da inflação. Naqueles dois períodos, os preços do açúcar no mercado interno sofreram consideráveis reajustamentos, tornando-se inevitável a influência da redução da renda individual em valôres correntes.

Considerado igual a 100 o preço do açúcar e o índice de custo de vida na Guanabara em 1954, o valor do produto, em 1961, era igual a 643, e a taxa de custo de vida equivalente a 583. Em 1963, o preço do açúcar atingia o índice de 2 207 e o custo de vida alcançava o valor de 1 567.

CAPACIDADE INSTALADA

Estudando o período de 1937/38-1956/57, observamos que a produção de açúcar manteve íntima correlação com a demanda interna, situando-se, em algumas safras, em níveis inferiores à própria demanda. Todavia, a partir de 1957/58, a produção passou a exceder o consumo, com o objetivo de assegurar ao açúcar brasileiro um lugar de destaque no mercado internacional.

Esta situação era imposta, a princípio, pela conveniência da utilização da capacidade instalada e, posteriormente, como medida indispensável ao escoamento da parte de produção do Nordeste, aí retida em decorrência da perda dos mercados consumidores do Centro-Sul.

Em 1957/58, produzimos 44 milhões e 400 mil sacos, contra 37 milhões e 580 mil da safra de 1956/57. Daquele total, os Estados de Pernambuco e São Paulo contribuíram, respectivamente, com 11 milhões e 400 mil sacos e 17 milhões e 960 mil.

Quanto ao consumo interno, em 1957/58 absorvemos 33 milhões e 520 mil sacos, contra 33 milhões e 496 mil da safra de 1956/57, isto é, para um acréscimo de produção de 7 milhões de sacos, tivemos um aumento do mercado interno da ordem de 24 mil sacos.

POLITICA DE INTERVENCAO

Prosseguindo em sua análise, lembram os técnicos do IAA que em 1958/59, a produção de açúcar apresentou o total de 53 milhões e 860 mil sacos, significando um acréscimo de 9 milhões em relação à safra anterior. Ao mesmo tempo, o consumo interno acompanhou o aumento da produção com o montante de 38 milhões e 240 mil sacos, contra 33 milhões e 520 mil da safra de 1957/58.

Embora a produção tenha declinado de 3 milhões de sacos na safra de 1959/60, o consumo manteve-se estável, permanecendo entre 45 e 46 milhões de sacos durante o qüinqüênio 1961/66.

Quando começou a política de intervenção, em 1931/32, o consumo interno de açúcar foi de 8 milhões e 500 mil sacos, elevando-se a cêrca de 46 milhões e 400 mil em 1965/66. Neste período, produzimos 73 milhões e 947 mil sacos. Entretanto, em 1964/65 produzimos 59 milhões e 400 mil sacos, consumindo o total de 46 milhões e 790 mil, superior ao consumo da safra de 1965/66.

Na realidade — frisam os técnicos —, o consumo não tem sido constante ao longo dos diversos períodos devido à influência de diversos fatôres como renda e preço, taxa demográfica, distribuição e circulação. Em sua grande maioria, êstes fatôres são difíceis de discernir sem uma análise aprofundada da conjuntura econômico-financeira do País.

TRANSPORTE E CONTROLE

Procurando todavia, distinguir aquêles fatôres numa rápida análise, dizem os técnicos da autarquia açucareira que os diversos períodos de crescimento do consumo interno foram influenciados do seguinte modo:

1 — De 1937/38-1944/45, substituição por tipos não centrifugados por tipos centrifugados.

2 — De 1945/46-1951/52, a liberação dos contrôles impostos durante a guerra e melhoria e ampliação do sistema de transportes, com uso das novas estradas construídas durante o último conflito mundial e os trechos pavimentados na mesma época.

3 — De 1954/55-1962/63, maiores facilidades de acesso da produção de São Paulo aos mercados do Centro-Sul, pelas vias interiores.

No período de 1965/66, a demanda interna deu indícios de recuperação, após o declínio sofrido em 1963/64, em face da limitação das disponibilidades e até mesmo de escassez do produto.

Considerando o consumo de 1937/38 igual a 100, encontramos para o período de 1965/66 o índice de 426. Em trinta anos, ou seja, de 1937/38 a 1966/67, o valor é de 368%, o que corresponde à taxa média anual de 12,8%.

Na medida em que os investimentos da Região Norte-Nordeste se refiltam no crescimento da renda individual, o mercado de açúcar gozará dos benefícios do incremento do consumo.

MUDANCA DE TIPOS

Salientam ainda os técnicos que "a substituição dos tipos de açúcar é uma das mutações a que está sujeito o mercado". Està substituição se processou de forma intensa no período de 1932/47.

Em 1932, de um consumo global de 16 milhões e 500 mil sacos de açúcar, 8 milhões e 500 mil foram de tipos centrifugados e 8 milhões de tipos não centrifugados. Em conseqüência, registrou-se a média *per capita* de 14,6 e 13,6 kg, respectivamente, numa média global de 28,2 kg *per capita*.

Em 1947 — continuam os analistas — a participação dos tipos centrifugados elevou-se a 17 milhões e 600 mil sacos e a dos não centrifugados baixou de 5 milhões e 300 mil, aumentando o consumo *per capita* global para 28,3 kg, ou seja, 100 gramas a mais que em 1932. Por outro lado, o consumo de todos os tipos elevou-se a 17 milhões e 600 mil sacos.

É interessante acentuar, porém, que o consumo *per capita* dos tipos centrifugados montou, em 1947, a 21,7 kg, isto é, 7,1 kg a mais que em 1932, ao passo que os dos tipos não centrifugados situou-se em 6,6 kg, ou sejam, 7 kg a menos do verificado em 1932.

CONSUMO INDUSTRIAL

Para os especialistas do IAA, o índice do consumo de açúcar, nos países mais desenvolvidos, é tomando como base sob a forma de produtos industrializados. Entretanto no Brasil, a tendência do consumo é considerada sob a forma do consumo direto, ou doméstico.

Segundo trabalho realizado pelo Centro de Estudos Industriais da Fundação Getúlio Vargas, "a indústria de alimentos não acompanhou o acelerado crescimento industrial registrado nos últimos tempos".

Com efeito, enquanto a indústria de transformação cresceu a uma taxa anual de 8% entre 1940/50 e de 9% entre 1950/60 e os ramos não alimentares de 9,6% no primeiro período e de quase 10% na última década, a indústria de produtos alimentares não foi além de 3% na década de 40 e quase 6% na década subseqüente.

Em números relativos, o consumo direto de açúcar (doméstico) representa, aproximadamente, 84% da demanda global, cabendo os 16% restantes ao uso industrial.

PERSPECTIVAS

Continuando, o estudo da Fundação Getúlio Vargas revela que o consumo industrial de açúcar está compreendido nos seguintes ramos básicos: leite pasteurizado e laticínios; produtos de padaria, confeitaria e sorvetes; massas alimentícias; balas, caramelos e congêneres; conservas e frutas.

Conforme observação de setores ligados à indústria açucareira, na produção de alimentos e bebidas é utilizado um volume de aproximadamente 3 milhões de sacos de açúcar, considerando-se ainda a quantidade absorvida pelas indústrias de refrigerantes e indústrias químicas que produzem ácidos cítrico, lático e oxálico.

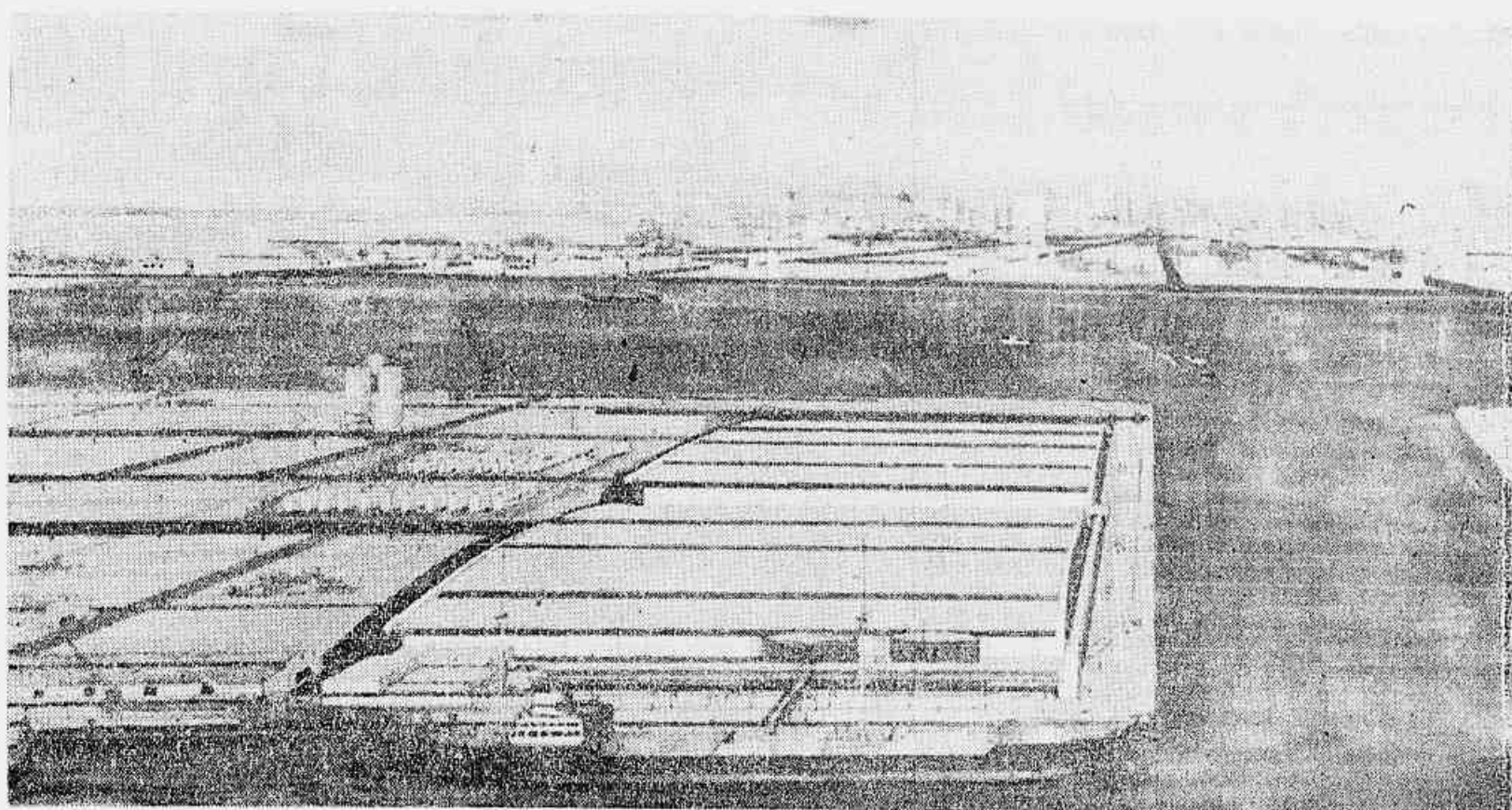
Com um sistema nacional de produção e comercialização de frutas e melhoria das condições de produção de leite *in natura*, as indústrias do ramo terão o seu progresso acelerado, contribuindo para o aumento do consumo de açúcar.

CONJUNTURA ECONOMICA

Na opinião dos técnicos da economia açucareira, as análises até agora feitas sôbre o comportamento do mercado interno têm-se limitado ao confronto de dados quantitativos, tal como acontece nas projeções do consumo absoluto em face do crescimento demográfico.

Ao mesmo tempo, as tentativas de definição do grau de elasticidade da demanda, em função da renda e do preço, levadas a efeito circunstancialmente, têm conduzido a resultados vários, em decorrência dos dados estatísticos disponíveis ou da inconstância das séries utilizadas.

Não há dúvida, porém, de que o consumo é sensível aos fatôres renda e preço, como também à melhoria dos meios de distribuição e circulação, aos fluxos emigratórios e a outros movimentos que possam conduzir à elevação dos níveis de vida ou à modificação de hábitos alimentares.

Por outro lado, o consumo interno de açúcar ainda depende muito da conjuntura econômico-financeira do País. Assim é que a grande crise econômica de 1929/30 se refletiu consideràvelmente no período açucareiro de 1932/38. Nessa época, — concluem os analistas — o consumo *per capita* declinou de 28,2 para 24,1 kg, sòmente se recuperando em 1941, quando voltou a 28,9 kg. Nesse último ano, a produção atingiu 13 milhões e 200 mil sacos, contra 8 milhões e 90 mil, em 1932.

Com capacidade de estocagem de 200 mil toneladas de açúcar e 10 mil m3 de melaço, o terminal açucareiro do Recife é uma das grandes realizações da atual administração do IAA. Esse terminal proporcionará no País uma economia global de 12 milhões e 936 mil cruzeiros novos

Terminal açucareiro proporciona melhor condição para o embarque

Em janeiro dêste ano, o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis assinaram dois contratos da mais alta significação para a economia açucareira do País: os convênios para a construção dos terminais açucareiros do Recife e de Maceió.

No primeiro contrato, em que também tomou parte o consórcio liderado pela Construtora Nacional S. A., foram estipuladas as normas para o início da construção do terminal de açúcar e melaço do Recife. Enquanto, no segundo contrato, o IAA e o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis estabeleceram as normas para a construção de uma faixa de cais acostável no pôrto de Maceió, onde será construído o segundo terminal açucareiro.

PRODUCAO E EMBARQUE

Do total de 1 milhão e 754 mil toneladas de açúcar exportado para os Estados Unidos, no período de 1962-65, Pernambuco contribuiu com 860 mil e 667 toneladas. Em 1967, o embarque de açúcar pelos portos do Recife e de Maceió atingiu 600 mil toneladas, sendo que 550 mil se destinaram ao mercado preferencial norte-americano.

Segundo os técnicos da economia açucareira, para 1968 a estimativa do consumo norte-americano é de 10 milhões e 400 mil toneladas curtas, cabendo ao Brasil exportar 418 mil e 965 toneladas. Entretanto, em face das considerações gerais do mercado norte-americano o consumo deverá ultrapassar aquela previsão, tendo o Brasil reservado em suas disponibilidades um contingente de 600 mil toneladas.

E claro, portanto, que as possibilidades sempre crescentes do mercado preferencial dos Estados Unidos tornavam imperiosa a melhoria do sistema de embarque de açúcar pelos portos do Recife e de Maceió.

Para o embarque, por exemplo, de 10 mil toneladas (lotação média de um navio), o período exigido atualmente é de 12 a 20 dias, o que concorre para a elevação das despesas com sacaria, empilhamento, capatazia, perda de açúcar e outras, constituindo pesado ônus para a economia açucareira.

CONCORRÊNCIA E CONVENIO

Em 3 de julho de 1966, o Instituto do Açúcar e do Álcool publicou no **Diário Oficial** da União o primeiro Edital de Concorrência para a construção do terminal açucareiro no Recife. Entretanto, houve algumas alterações nos objetivos a serem atingidos pelo IAA, encerrando-se o prazo da concorrência no dia 11 de julho de 1967.

Em agôsto, data de instalação do Govêrno Costa e Silva no Nordeste, foi firmado o convênio entre o Instituto do Açúcar e do Álcool e o Govêrno de Pernambuco para a cessão, por arrendamento, de uma área de 34 mil metros quadrados destinada à construção do terminal.

Participaram da assinatura do acôrdo o Governador Nilo Coelho, o Ministro da Indústria e do Comércio, Macedo Soares, o Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, Evaldo Inojosa, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Almirante Luís Clóvis de Oliveira e o Superintendente da Administração do Pôrto do Recife, Coronel Moreira Lima.

Para a construção do terminal, candidataram-se sete grupos ou consórcios de firmas nacionais e estrangeiras. Por outro lado, a presidência do IAA constituiu uma Comissão de Concorrência para estudo e análise das propostas.

Submetidas as propostas à Comissão de Concorrência obteve qualificação a Construtora Nacional S. A., que lidera o consórcio Construtora Oxford Ltda., Engebrás-Engenharia Especializada Brasileira e Fives Lille do Brasil, apresentando o preço global de 26 milhões e 385 mil cruzeiros novos.

CARACTERISTICAS DO TERMINAL

Em conformidade com o projeto aprovado pelo IAA, o terminal será construído na área atualmente aterrada do pôrto do Recife, entre o cais em frente à barra, o enrocamento e o cais do canal com alternativas para a primeira e última etapas da obra.

Quanto à estocagem, o projeto baseia-se em armazém hermèticamente fechado, transporte através de correias horizontais ou inclinadas, e retomada do açúcar estocado por meio de pás carregadeiras sôbre trilhos, com automatização.

Para o estocamento de melaço, serão empregados tanques de aço-carbono, sem aquecimento, e bombas de engrenagem.

Por outro lado a Comissão de Concorrência levou em consideração os seguintes aspectos básicos:

1 — características físico-químicas do açúcar demerara e do melaço da Região Nordeste e seu comportamento quanto a transporte, estocagem a curto e longo prazos e manuseio de retomada de embarque.

2 — capacidade de estocagem e duração da obra.

3 — escoamento ou retomada do açúcar estocado a granel e o fluxograma operacional.

No que se refere à realização das obras do terminal, foram fixados os prazos de 600 dias para a primeira etapa e 180 dias para a segunda. Enquanto o terminal de melaço tem o prazo de 180 dias.

Ao mesmo tempo, foi prevista a importação de equipamentos estrangeiros e o emprêgo de grande parte dêsses, de fabricação nacional, cujo volume varia de acôrdo com as alternativas a serem apresentadas.

VANTAGENS ECONOMICAS

Considerando estudos realizados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, a construção do terminal açucareiro do Recife é uma das maiores realizações em benefício da economia nacional. É ainda uma exigência da nossa condição de terceiro produtor mundial de açúcar, visto que a prática do embarque pelo sistema a granel já é adotada pela maioria dos países produtores.

Se tomarmos como base de cálculo um volume de 400 mil toneladas de açúcar, correspondentes a 6 milhões e 680 mil sacos a economia com a dispensa de sacaria proporcionará uma receita de 5 milhões e 344 mil cruzeiros novos, enquanto a dispensa da descarga dos sacos, derrame, empilhamento etc., reduzirá as despesas em cêrca de 1 milhão e 736 mil cruzeiros novos.

Para o mercado preferencial norte-americano, o escoamento da nossa produção de açúcar é feito através do pôrto do Recife. Em 1961, Pernambuco havia exportado para os Estados Unidos o total de 74 mil e 301 toneladas de açúcar. Em 1967, êste volume atingiu a 600 mil toneladas. Diante dêste quadro, o terminal açucareiro proporcionará, portanto, uma economia global de 12 milhões e 936 mil cruzeiros novos.

Segundo o consórcio liderado pela Construtora Nacional, o anteprojeto dos terminais de açúcar e de melaço foi concebido pela Société Fives Lille-Cail e sua incorporadora Apllevage, em Paris, que assessorará e coadjuvará as consorciadas durante tôda a obra e o período de operação experimental até a entrega definitiva.

EXIGENCIA DE MERCADO

Se a construção de um terminal de açúcar em Recife era, sobretudo, uma exigência do mercado preferencial norte-americano, beneficiando de um modo geral a economia canavieira, tornava-se evidente que o pôrto de Maceió não poderia ficar à margem de uma providência idêntica. E isso porque Alagoas compartilha com Pernambuco para o suprimento do mercado estadunidense.

Em 6 de novembro do ano passado, isto é, quinze meses, após a publicação do Edital para a construção do terminal do Recife, o Instituto do Açúcar e do Álcool publicou no *Diário Oficial* da União o Edital de Concorrência para a construção de um terminal de armazenagem e embarque a granel de açúcar demerara no pôrto de Maceió.

Segundo as normas do Edital, poderão concorrer firmas, consórcios de firmas nacionais ou estrangeiras, satisfeitas as exigências constantes da legislação brasileira. Para a execução das obras, os concorrentes deverão atender aos seguintes aspectos fundamentais:

1 — técnica especializada na construção de terminal açucareiro ou similar, indicação discriminada de obras dêsse gênero realizadas no País ou no estrangeiro.

2 — viabilidade do projeto em relação à qualidade do açúcar e do melaço a exportar.

3 — técnica de construção civil e industrial, inclusive montagem e operação.

O Instituto do Açúcar e do Álcool assinala que as emprêsas concorrentes deverão indicar nas propostas os sistemas que melhor atendam à técnica mais moderna de terminal açucareiro e às condições locais.

GRANDE PRODUTOR

No contexto da economia canavieira, Alagoas é um dos Estados que têm apresentado os melhores índices de produção de açúcar.

Do total de 534 milhões e 500 mil sacos de açúcar produzidos no País, nas safras de 1956/57 e 1965/66, Alagoas contribuiu com o volume de 42 milhões e 400 mil sacos. Em 1956/57, a sua produção era de 3 milhões e 233 mil sacos, atingindo, em 1961/62, a 5 milhões e 87 mil. Na safra seguinte, houve uma ligeira queda de produção de 1 milhão e 274 mil sacos, ocorrência também verificada nos Estados de Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1963/64 Alagoas voltou a ocupar posição das mais destacadas, apresentando o volume de 4 milhões e 574 mil sacos, atingindo, no ano passado, cêrca de 7 milhões.

Grande produtor da Região Norte-Nordeste, Alagoas juntamente com São Paulo e Pernambuco, é ainda produtor de açúcar demerara, destinado à exportação, contribuindo consideràvelmente para a nossa receita cambial.

No período de janeiro a novembro de 1965, 1966 e 1967, a exportação de açúcar demerara pelo Estado de Alagoas foi, respectivamente, de 2 milhões e 580 mil sacos, 4 milhões, 2 milhões e 670 mil sacos.

ANALISE TECNICA

Embora o Edital de Concorrência tenha fixado os prazos de 8 de janeiro e 16 de abril de 1968 para, respectivamente, o recebimento da documentação relativa à qualificação dos proponentes e as propostas de execução de projetos e realização das obras, o Instituto do Açúcar e do Álcool resolveu adiar aquelas datas para os dias 12 de fevereiro e 31 de maio.

Para o julgamento das propostas, o IAA constituiu também uma Comissão de Concorrência, a qual designará uma subcomissão para a análise técnica das propostas. Baseada nos trabalhos da subcomissão, a Comissão de Concorrência dará seu parecer final, proclamando a classificação dos proponentes.

Quanto às obras da faixa de cais acostável do pôrto de Maceió, serão realizadas dentro do prazo de um ano pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Elas possuem as seguintes características: a) 290 metros lineares de cais acostável para menos de 10 metros de profundidade com 780 metros de largura; b) 1 200 000 metros cúbicos de aterro hidráulico; c) 70 000 metros cúbicos de enrocamento de contenção; d) 3 000 metros cúbicos de cascalho para vedação de enrocamento.

Ao mesmo tempo, o DNPVN compromete-se a entregar ao Instituto do Açúcar e do Álcool, no prazo de 10 meses, o terrapleno em condições de permitir o início da construção do terminal.

CONTRIBUICÃO CAMBIAL

Em princípios de janeiro, as Capitais do Recife e de Maceió constituíram-se em pontos de atração da economia nacional. Na primeira Capital, foi assinado o contrato para a construção do terminal açucareiro, participando da solenidade o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, o Governador Nilo Coelho, o Presidente do IAA, Evaldo Inojosa, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, Almirante Luís Clóvis de Oliveira e o representante do consórcio liderado pela Construtora Nacional S. A.

Logo após, era assinado em Maceió o convênio entre o Instituto do Açúcar e do Álcool e o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, para a construção de uma faixa de cais acostável no pôrto daquela Cidade, onde será construído o terminal açucareiro. Esta obra será financiada pelo IAA, na importância de 7 milhões e 595 mil cruzeiros novos.

Com a assinatura dêstes dois contratos, o Instituto do Açúcar e do Álcool possibilitará um melhor escoamento da produção de açúcar pelos portos do Recife e de Maceió, contribuindo consideràvelmente para o equilíbrio da nossa receita cambial.

Por outro lado, proporcionará uma grande redução nas despesas com o embarque de açúcar através daqueles portos, em benefício global da economia canavieira.

No plano internacional, a construção dêsses terminais coloca o nosso País em posição de destaque junto às grandes nações produtoras de açúcar, as quais adotam há muito tempo embarque de açúcar pelo sistema a granel.

Suprimento de energia à Guanabara

A recente crise de energia elétrica no Estado da Guanabara, decorrente de um lado do acidente ocorrido durante as chuvas de janeiro na usina de Nilo Peçanha — a principal fonte geradora da Rio Light — e por outro lado do relativo isolamento dêsse sistema elétrico, veio, mais uma vez, alertar os meios empresariais para a precariedade do fornecimento de energia a essa área e para a urgência de sua integração no grande sistema da Região Centro-Sul, única forma de beneficiar-se das grandes instalações hidrelétricas que estão sendo aí construídas, além de poder ainda contar com socorros de outras áreas, em situações de emergência como essa.

Quando da construção da usina de Furnas a idéia da sua imediata interligação com a Guanabara foi posta de lado em virtude da diferença de ciclagem entre o sistema da Rio Light e o restante da região, pois que o problema da mudança de freqüência no Rio de Janeiro e regiões adjacentes não estava então devidamente amadurecido.

Somente durante recentes estudos do Comitê Energético da Região Centro-Sul, consubstanciados no relatório da CANAMBRA, o assunto foi definitivamente equacionado, forçando tanto o Govêrno Federal como o Estadual a darem especial atenção ao problema de mudança de ciclagem na área do sistema da Rio Light.

Concomitantemente, a Central Elétrica de Furnas, apoiada em empréstimo da USAID, iniciava a construção de uma linha de transmissão de 345KV, das usinas de Furnas e Peixoto até a Guanabara, com terminal em Jacarepaguá. Por outro lado, o Govêrno Federal, por intermédio da antiga CHEVAP, havia iniciado as construções da usina hidrelétrica de Funil, no Rio Paraíba, para uma potência instalada de 210 MW e da usina termelétrica de Santa Cruz, de 160 MW, ambas para a freqüência de 60 hertz — e também destinadas ao refôrço de suprimento nessa área.

Recentemente, essas duas obras foram transferidas pela Eletrobrás para a jurisdição de Furnas. Uma vez que a Rio Light não tem programa próprio para expansão de sua capacidade geradora, cabe a esta subsidiária da Eletrobrás, doravante, a total responsabilidade pelo atendimento futuro de energia à Guanabara, responsabilidade essa extensiva ainda à região do chamado *Grande Rio* e a outras áreas no Estado do Rio de Janeiro.

Furnas, com 900 MW atualmente instalados na usina que lhe dá o nome, já está interligada à usina de Peixoto (em fase de expansão para 475 MW) e com a qual opera em regime de *pool*. Está, além disso, construindo no mesmo Rio Grande a usina hidrelétrica de Estreito para uma potência inicial de 600 MW. Com a ligação Furnas-Guanabara, a área do Rio de Janeiro poderá receber energia de tôdas essas fontes.

O nôvo papel dos organismos internacionais de financiamento

HERCULANO BORGES DA FONSECA

A estrutura econômica mundial está atravessando uma fase de transformações extraordinárias, em ritmo cada vez mais acelerado, em têrmos de tempo histórico. Ainda não se pode vislumbrar, com precisão, a imagem que terá o mundo no princípio do século XXI; mas já é possível perceber-se os contornos que deverá assumir a sociedade internacional, depois de ultrapassada a presente fase de reajustes e alterações profundas das posições relativas de certas potências industriais e de alguns importantes países atrasados, que emergem do subdesenvolvimento.

Parece certo, entretanto, que dada a multiplicação dos problemas, das necessidades e das expectativas das populações que cresceram vertiginosamente, como nunca, a partir da segunda década dêste século — não mais será possível esperar-se que o atendimento adequado das cada vez maiores necessidades mundiais de financiamento e de crédito seja provido por algumas potências industriais líderes, como vem ocorrendo desde o início da primeira Revolução Industrial. Isso porque elas — a braços com seus problemas de pagamentos — se mostram cada vez mais incapazes de atender à demanda crescente que existe quer nos países em desenvolvimento, quer nas nações industriais. Além disso, a concomitância paradoxal da interdependência dos povos com o nacionalismo econômico e político faz com que sòmente organismos internacionais, representativos da totalidade ou quase totalidade das nações da Terra, sejam encarados como os únicos capazes de equacionar e resolver o problema do suprimento de um fluxo adequado de créditos e financiamentos para o desenvolvimento, desvinculados de compromissos de compras em mercados predeterminados.

De outro lado, há de reconhecer-se que, embora se tenha verificado, no último quarto de século, um crescimento ímpar da renda nacional e da renda *per capita* em todos os países do mundo, não tem aumentado o grau de felicidade nem de tranqüilidade das populações. Bem ao contrário, verifica-se que a maré montante das frustrações e das reivindicações ameaça transformar-se numa das principais causas de uma guerra mundial, tão temida por todos. É bem verdade que Hegel sustentava:

"A história do mundo não é o teatro da felicidade; os períodos felizes são suas páginas em branco, por serem períodos de harmonia". Embora possamos não concordar com o autor da Filosofia da História, devemos reconhecer que uma porção cada vez maior da humanidade parece concordar com êle quando considera a felicidade inglória como indigna do homem e quando acha que a História se cria sòmente nos períodos em que as contradições da realidade se dissipam pelo desenvolvimento, assim como as hesitações e desazos da mocidade se transmudam na eficiência e na ordem da idade adulta.

Hegel entendia que, sendo a História um movimento dialético, quase uma série de revoluções em que povo após povo, gênio após gênio se tornam o instrumento do Absoluto, nenhuma condição permanente existe, pois em cada fase das coisas há uma contradição que só o "conflito dos contrários" pode resolver.

O fato é que a busca do desenvolvimento por todos os povos entrou na fase da consciência coletiva. O que, antes, era uma aspiração das elites ou um desejo de poder e glória de uma minoria situada na cúpula da sociedade, passou a ser uma obsessão da coletividade.

Para que essa obsessão não se transforme em hecatombe, faz-se mister o desenvolvimento ordenado e planejado das economias de todos os países, principalmente daqueles que se encontram mais afastados em têrmos de progresso.

Interpretando a realidade atual dentro do princípio hegeliano de que, de tôdas as relações, a mais universal é a de contraste ou oposição (cada idéia e situação do mundo levam irresistivelmente a sua contrária e unem-se, em seguida, com esta para formar um todo mais elevado e mais complexo), vemos que alguns eventos recentes indicam que diversas teses e antiteses foram postas e que já se vislumbram as possíveis sínteses dessas situações. Assim deverão ser examinadas as profundas alterações que se operam nos principais centros financeiros do ocidente — os Estados Unidos e a Inglaterra.

No primeiro daqueles países foi pôsto em prática, a partir de 1.º de janeiro, um programa destinado a melhorar substancialmente a situação deficitária do balanço de pagamentos. Com isso propõe-se o Presidente Lyndon Johnson a conseguir uma economia de 3 bilhões de dólares, por ano, como medida heróica para enfrentar o deficit, previsto para 1968, de 3,5 a 4 bilhões de dólares.

Tornando mais drásticas as medidas voluntárias que já vinham sendo adotadas, o atual programa se reveste de caráter obrigatório, como que num reconhecimento de que as medidas voluntárias, em vigor desde 1963, não surtiram os efeitos esperados. De qualquer forma, se o programa evitou uma desvalorização do dólar em seguida à da libra, o que teria efeitos catastróficos sôbre o sistema mundial de pagamentos, êle não deixa de suscitar graves apreensões: quais serão as repercussões sôbre o crescimento da economia mundial e sôbre o sistema monetário internacional?

Para que se tenha uma idéia da importância e do alcance das providências que foram adotadas pelos Estados Unidos, convém r e c o r d a r seus principais pontos: foi estabelecido o limite de 110% sôbre a média de 1965/1966, para novas inversões e reinversões diretas nos países em desenvolvimento. Entretanto, como é sabido que as grandes emprêsas já vinham sendo pressionadas no sentido de repatriarem o máximo possível de lucros, êsse limite aparentemente m a i o r pode i m p o r t a r numa completa paralisação de novos investimentos, em tôdas as emprêsas que hajam desinvestido mais do que investido no período citado. Já com relação aos países que exigem novas inversões estrangeiras, tais como a Grã-Bretanha, o Japão, a Austrália, o Canadá e os produtores de petróleo, entre outros, os limites tolerados foram de 65% sôbre a média observada no período de 1965/1966. Em p i o r e s condições ficaram os restantes países, principalmente os da Europa Ocidental — com limites de 35% ou uma moratória de investimentos —, em favor dos quais foi permitida uma reinversão equivalente a 450 milhões de dólares, sem nenhuma nova inversão, o que representa uma perda de cêrca de 800 milhões de dólares em relação a 1967.

O programa também se propõe a promover um repatriamento não inferior a 500 milhões de dólares, semelhante à média observada nos anos de 1965/1966. A s s i m, calcula-se que serão repatriados para os Estados Unidos fundos no montante de 750 milhões de dólares, procedentes da Europa Ocidental; de 1 600 milhões de outros países desenvolvidos e de 2 600 milhões dos países em desenvolvimento.

Comentando o alcance das repercussões d ê s s e programa assinalou *Comércio Exterior*, excelente publicação do Banco Nacional de Comércio Exterior S.A., do México: "É claro que, nestas circunstâncias, em 1968 haverá uma notável escassez de fundos de investimentos norte-americanos no exterior. Aquêles países q u e dependem em grande parte da inversão norte-americana p a r a manter e assegurar seu desenvolvimento industrial e técnico — tais como o Canadá, os da Europa Ocidental e grande número de países em desenvolvimento — ver-se-ão submetidos à ação de um fator de atraso grave em seu ritmo de crescimento e se ampliará, ainda mais, a *"brecha tecnológica"* que separa os Estados Unidos do resto do mundo". "Não é necessário insistir a respeito da desfavorável repercussão que sôbre o setor menos desenvolvido da economia mundial exerce uma moderação do ritmo de crescimento nos países industriais, via redução das vendas de matérias-primas e outros insumos que aquêle país faz a êstes últimos, principalmente".

"Se aos efeitos das restrições estabelecidas para as novas inversões se adicionar o das limitações sôbre os empréstimos ao exterior impostos aos bancos e outras instituições financeiras norte-americanas — que por ora têm um caráter voluntário, mas que se poderão tornar obrigatórias quando a Junta de Reserva Federal o julgar necessário —, não é difícil concluir que haverá grande tensão nos mercados internacionais de capitais e que se fortalecerá a tendência no sentido da alta das taxas de juros".

A seguir, comenta o editorial daquela revista mexicana a repercussão que pode produzir o fato de que as emprêsas norte-americanas no exterior ampliem o volume de seus gastos, com fundos obtidos nos mercados financeiros dos países em que atuam. E aduz: "esta tendência, apreciável há alguns anos, pode resultar p a rticularmente negativa para os países em desenvolvimento, onde são escassos os fundos disponíveis e onde a emprêsa n o r t e-americana pode competir m u i t o vantajosamente para obtê-los".

Mas não ficou apenas aí o programa de economia rígido adotado pela nação líder do comércio e das finanças internacionais. Foi solicitado aos cidadãos norte-americanos que a d i e m para os próximos dois anos tôdas as viagens não necessárias fora do hemisfério ocidental, com a finalidade de s e r e m conseguidas economias de 500 milhões de dólares na conta de viagens internacionais. Além disso, foi estabelecido um programa de fomento às exportações norte-americanas, de fortalecimento e melhoria dos mecanismos oficiais e privados para financiar as exportações e de suprimento de crédito para a exportação.

O Congresso dos Estados Unidos já estuda um sistema de devolução de impostos indiretos às exportações e de novas tarifas alfandegárias para as importações, o que significará um barateamento dos produtos americanos nos mercados internacionais e um encarecimento dos produtos importados pelos Estados Unidos. Também, neste caso, s e r ã o particularmente atingidos os países em desenvolvimento, que tanto dependem de suas exportações para aquêle país.

Tudo isso acontece no momento em que a Inglaterra atravessa talvez sua crise econômica mais séria dêste século e dá os p a s s o s necessários para abandonar seu papel de super potência.

Concomitantemente, o J a p ã o emerge na Ásia como o provável substituto da Inglaterra no tabuleiro das grandes fôrças internacionais, com uma população duas vêzes maior do que a da Alemanha Ocidental, com uma produção siderúrgica pràticamente igual à da Grã-Bretanha e da Alemanha Ocidental juntas e com uma taxa de crescimento que tem feito dobrar sua renda nacional em cada decênio.

O crescimento da China Continental, que já ingressou no clube das potências nucleares, faz com que uma revista tradicional como *The Economist* haja e s c r i t o: "Pois se na próxima década dão grandes passos para a frente tanto a China como o Japão, o eixo da política mundial continuará a transladar-se em direção à Ásia."

Acreditamos menos na translação do eixo da política mundial do que no surgimento de uma situação internacional em que grandes organismos, de natureza política, econômica e social realizem a síntese das oposições do mundo presente. No campo econômico-financeiro, os organismos internacionais de financiamentos deverão tornar-se cada vez mais poderosos e independentes da vontade particular de cada um de seus países membros. Serão os verdadeiros intérpretes da vontade coletiva do mundo, olhado como um todo e de u m a humanidade mais humana, que não esteja dividida pelas paixões do domínio e do imperialismo, mas que viva, irmanada, em harmonia, em busca do amor, da prosperidade e da justiça.

A busca de realizações cada vez melhores, despidas da influência dos poderosos interêsses de grupos e facções, é que deverá ser o objetivo dos organismos i n t ernacionais de financiamentos, que, só assim, desempenharão seu nôvo papel de estruturas universais destinadas a reger os destinos do homem integral, que surgirá no próximo século.

Os Bancos Privados de Investimentos no Brasil

JULIO CESAR B. VIANNA

Uma das características básicas dos países de economia subdesenvolvida é o baixo nível das poupanças internas em relação às necessidades de capital. Tal deficiência pode no entanto ser minimizada pela existência de um sistema financeiro capaz de captar as poupanças disponíveis e de dirigi-las para as atividades de maior produtividade.

No Brasil a Lei do Mercado de Capitais de 14-7-65 representa um instrumento fundamental nesse sentido, através da criação de um sistema financeiro integrado e dotado de meios hábeis para orientar os recursos escassos para o fortalecimento das atividades econômicas.

Dentre as inovações introduzidas pelo referido diploma legal merece especial destaque a criação dos Bancos Privados de Investimento, instituições destinadas a captação de poupanças para aplicações em emprêsas nacionais a prazo superior a um ano.

As atividades dos Bancos de Investimentos foram regulamentadas pela Resolução do Banco Central de n.º 18, de 18-2-66, que estabeleceu as modalidades, prazos e limites das operações, bem como normas para constituição de tais entidades.

Já em fins de 1968 seis Bancos de Investimentos estavam em funcionamento. No entanto, suas atividades iniciais se limitaram àquelas tradicionalmente exercidas pelas sociedades de crédito e financiamento, quais sejam as de financiamento de capital de giro, através da colocação no mercado de letras de câmbio com prazo de 6 meses. Essa tendência se explica pela ainda elevada taxa de inflação que prevalecia naquela época, que não encorajava nem tomadores nem investidores a assumirem compromissos acima de 1 ano de prazo, e, pelo atraso na regulamentação de dispositivos básicos da Lei do Mercado de Capitais, tais como o repasse de recursos obtidos no exterior, o lançamento público de ações, a emissão de debêntures conversíveis em ações e a coobrigação de entidades financeiras na colocação de debêntures com correção monetária.

No ano de 1967 assistimos a importantes alterações nesse quadro, não só pelas melhores condições dominantes na economia como também pela existência de um maior campo de atividades em função de novos regulamentos baixados pelo Banco Central. Treze novos Bancos de Investimentos foram constituídos, em sua grande maioria incorporados por tradicionais grupos bancários interessados em operar em tôdas as faixas do mercado financeiro. O quadro abaixo apresenta a posição dos Bancos de Investimentos em 31-12-67.

O Decreto-Lei n.º 157 de 10-2-67, que permitiu a dedução de 5 a 10% do Impôsto de Renda devido para aplicação em ações através da intermediação de entidades financeiras, foi contudo o principal acontecimento do ano que passou na área dos Bancos de Investimentos. O referido decreto aproximou de forma definitiva os Bancos de Investimentos de sua área típica de atuação, que é o mercado de ações.

A captação do benefício fiscal em 1967 foi da ordem de NCr$ 45 milhões, dos quais NCr$ 33 milhões feita por 15 Bancos de Investimentos. Assim, essas organizações que eram em sua maioria alheias ao mercado de ações passaram a ser parte ativa no movimento das Bôlsas e nas subscrições de aumentos de capital. De outro lado, o sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 157 possibilitou a alguns bancos de investimentos liderarem a colocação de dezesseis lançamentos de ações, com um valor total da ordem de NCr$ 15 milhões. Tal experiência se reveste de fundamental importância, pois certamente os Bancos de Investimentos deverão ter nas operações de *underwriting* seu principal campo de atuação em futuro que acreditamos não muito distante.

Os depósitos a prazo mínimo de 1 ano com correção monetária representaram considerável parcela dos recursos captados pelos Bancos de Investimentos em 1967. O seu desenvolvimento está porém na dependência da criação de um ativo mercado secundário para os Certificados de Depósito, que teria a possibilidade de atrair disponibilidades a curto prazo de grandes emprêsas. As condições e as normas para o aparecimento dêsse mercado devem merecer regulamentação específica do Banco Central no corrente ano.

Pela Resolução do Banco Central de n.º 63 de 21-8-67, as operações de repasse a emprêsas nacionais de empréstimos obtidos no exterior a prazo superior a um ano foram atribuídas aos Bancos de Investimentos. Em fins de 1967 o valor total das operações concretizadas era modesto, o que se explica pela expectativa de alteração na taxa cambial e por algumas dificuldades de ordem jurídica que só foram esclarecidas em janeiro último, através da Resolução n.º 83 do Banco Central. É de se prever que essas operações já em 1968 representem parcela importante das quantias movimentadas pelos Bancos de Investimentos.

As operações de aceite de letras de câmbio foram a principal atividade dos Bancos de Investimentos em 1967, sendo interessante destacar o desrespeito quase generalizado às limitações contidas na Resolução n.º 18, de prazo médio mínimo de 1 ano e montante não superior a 4 vêzes o do capital realizado mais reservas livres. A Resolução n.º 87 de 24-1-68, que concedeu em caráter privativo aos Bancos de Investimentos as operações de financiamento de capital de giro através da colocação de letras de câmbio, ao que tudo indica consolida a posição dos Bancos de Investimentos no mercado de aceite. Essa medida, que contraria fundamentalmente o texto da Resolução n.º 18 e o espírito da Lei do Mercado de Capitais, representa uma modificação considerável no papel que havia sido estabelecido para os Bancos de Investimentos. Certamente que a concentração e especialização dos Bancos de Investimentos no setor de aceite e colocação de letras de câmbio serão feitas em prejuízo de suas atividades típicas, quais sejam operações de *underwritings*, repasse de empréstimos externos e financiamento para capital fixo.

Algumas atividades previstas para os Bancos de Investimentos na Resolução n.º 18 ainda não foram iniciadas pela inexistência de regulamentação do Banco Central. Nesse caso destacam-se a emissão e colocação de debêntures conversíveis em ações e a coobrigação dos bancos em debêntures com correção monetária. Êsses dois tipos de títulos já deveriam estar regulamentados, pois êles têm o papel de aproximar o tradicional investidor de títulos de renda fixa do mercado de ações.

Tudo indica que o corrente ano será altamente favorável para os Bancos de Investimentos, tanto no aspecto de rentabilidade operacional como no de expansão de negócios. A abertura de novas áreas de trabalho está na dependência de Resoluções a serem baixadas pelo Banco Central, assim como também qualquer nova alteração nas atividades de aceite. As operações de repasse de empréstimos externos e as relativas ao Decreto-Lei n.º 157 serão grandemente aumentadas, enquanto as contas de depósitos com correção monetária deverão conservar a tendência crescente manifestada em 1967. E tôda essa expansão reverterá em benefício da economia brasileira, com melhores alternativas de investimentos para os detentores de poupanças e maiores disponibilidades de recursos a prazo superior a 1 ano para as emprêsas nacionais.

Em NCr$ 1.000.000,00

	BRADESCO	CREFISUL	BOZANO	FINASA	SAFRA	FEDERAL ITAU	FINACIONAL	BIB	INVEST-BANCO	HALLES
RECURSOS PROPRIOS										
Capital	10.0	5.0	15.0	7.5	5.0	7.5	5.0	5.0	10.0	7.0
(a realizar)	(0.5)	(0.4)	(7.5)	—	(0.1)	(0.1)	(2.0)	—	(5.0)	(0.7)
Reservas & Provisões	5.7	9.0	0.6	5.6	3.6	1.0	1.9	0.4	—	0.2
Result. pendentes (1)	1.5	1.1	1.4	1.4	4.1	1.0	1.0	2.0	1.5	1.3
Total	16.3	14.7	9.5	14.5	12.6	9.4	5.9	7.4	6.5	7.8
RECURSOS DE TERCEIROS										
Letras de câmbio	58.8	24.3	60.9	61.2	49.6	51.9	48.9	21.6	17.5	34.5
FINAME	3.9	22.9	0.4	0.1	3.2	—	1.0	3.1	0.1	4.3
Resolução 21	—	0.4	0.1	—	0.6	—		4.7	—	—
Resolução 63	—	—	7.6	—				—	1.4	
Depósitos c/corr. monetária	2.0	19.3	—		2.4	2.0	—	9.1	20.5	0.4
Fundo Decreto-Lei 157	2.8	2.6	1.2	2.7	1.0	4.3	1.3	5.4	3.5	2.2
Outras Contas	3.0	2.3	2.5	1.3	4.3	1.2	3.1	3.0	2.1	4.3
Total	70.5	71.8	72.7	65.3	61.6	59.4	54.3	46.3	47.1	45.7
APLICAÇÕES										
Disponível	3.8	2.8	1.6	1.2	2.4	0.8	2.4	0.8	0.8	1.8
Imobilizado	1.1	1.4	1.1	1.8	1.8		0.2	0.1	0.2	0.5
Contratos de Aceite	63.9	24.3 (3)	60.8	58.7	47.1	59.2	49.7	21.0	17.5	33.2
Refinanciamento FINAME	1.6	22.9 (3)	0.5	0.1	5.8	—	1.0	3.3	0.1	4.5
Refinanciamento Resol. 21	—	0.4 (3)	0.1	—	0.6	—	—	4.8	—	—
Refinanciamento Resol. 63	—	—	7.6	—	—				1.4	
Títulos mobiliários e ORTN	3.2	6.1	5.7	6.5	4.0	3.3	2.5	4.7	2.6	4.4
Outras contas (2)	3.2	28.6	4.8	11.5	12.7	5.5	4.3	19.0	31.0	9.1
Total	86.8	86.5	82.2	79.8	74.2	68.8	60.2	53.7	53.6	53.5

	AYMORE	BGI	BRASILIA	FIDUCIAL	INDUS-CRED	BRASCAN	CREDISAN	GUANA-BARA	BAHIA	TOTAIS
RECURSOS PROPRIOS										
Capital	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	122.0
(a realizar)	(2.5)	(2.5)	—	—	(2.5)	—	(2.5)	(2.5)	(2.3)	(31.5)
Reservas & Provisões	0.7	0.2	1.2	1.1	0.7	1.3	1.3	0.8	0.2	33.5
Result. pendentes (1)	0.1	0.2	2.8	0.8	0.2	3.7	0.6	—	0.2	24.0
Total	3.3	2.9	9.0	6.9	3.4	10.0	4.4	3.3	3.1	150.9
RECURSOS DE TERCEIROS										
Letras de câmbio	38.0	29.3 (4)	12.9	12.4	14.3	1.1	6.7	5.8	1.1	350.2
FINAME	0.2	1.0	2.1	0.4	—	—	—	—	—	42.7
Resolução 21	—	—	0.2	—	—	—	—	—	—	6.0
Resolução 63	—	—	—	1.9	—	—	—	—	0.2	11.1
Depósitos c/corr. monetária	2.0	—	7.3	0.9	—	6.9	—	—	—	72.8
Fundo Decreto-Lei 157	0.9	0.5	1.1	1.3	—	—	—	—	0.9	33.7
Outras Contas	6.6	2.1	2.6	7.9 (5)	2.2	0.2	0.1	0.7	1.4	45.4
Total	41.7	32.9	26.2	24.8	16.5	8.2	6.8	6.5	3.6	761.9
APLICAÇÕES										
Disponível	1.1	1.2	1.2	1.0	0.5	0.6	0.3	0.7	0.1	25.1
Imobilizado	0.1	0.1	0.1	1.3	2.7		—	0.3	0.3	13.0
Contratos de Aceite	38.0	29.3 (4)	11.2	12.1	14.0	1.1	6.4	5.7	1.2	354.4
Refinanciamento FINAME	0.2	1.0	2.1	0.4	—	—	—	—	—	43.5
Refinanciamento Resol. 21	—	—	0.2	—	—	—	—	—	—	6.1
Refinanciamento Resol. 63	—	—	—	1.9	—	—	—	—	0.2	11.1
Títulos mobiliários e ORTN	0.1	0.4	6.4	2.4	0.8	9.0	—	2.3	2.3	65.7
Outras contas (2)	5.5	3.3	20.0	12.8 (5)	1.9	7.5	4.5	0.8	2.6	193.9
Total	45.0	35.8	35.2	31.7	19.9	18.2	11.2	9.8	6.7	912.3

(1) Inclui lucros suspensos e o saldo nas contas de resultados pendentes. (2) Inclui recursos do Decreto-Lei n.º 157 e empréstimos diversos. (3) Valores estimados, pois no balanço estas contas aparecem agrupadas. (4) Inclui recursos da Resolução 31.
(5) Inclui valôres do "Fundo Induscâmio".

Recuperação das ferrovias

A sobrevivência das emprêsas ferroviárias nos Estados Unidos, em face da violenta competição de outros meios de transporte, só tem sido possível porque o desafio tecnológico e operacional que enfrentam tem encontrado uma resposta adequada, inspirada pelos princípios da livre iniciativa. As emprêsas que não conseguem vencer a concorrência tendem a desaparecer, fundindo-se a outras ou suspendendo seus serviços. Lá não há subsídios governamentais, deficits pagos pelo Tesouro e falaciosas teorias de benefícios indiretos que supostamente compensariam prejuízos de operação. Normalmente, nada se transporta de graça: cada tipo de usuário, inclusive todos os órgãos governamentais, paga as tarifas relacionadas ao custo do transporte. Além do enorme progresso tecnológico introduzido na via permanente, no material rodante, nos meios de comunicação, sinalização e contrôle de tráfego, um avanço permanente de conceitos operacionais tem sido o fundamento da sobrevivência e do progresso das ferrovias americanas. Vagões de grande capacidade, usando materiais de alta resistência, reduzem ao mínimo as despesas de conservação. Locomotivas de grande potência, elétricas ou diesel, permitem a formação de grandes trens, superando em parte os inconvenientes dos traçados menos favoráveis. Infra-estruturas adequadas a trens pesados circulando com velocidade elevada permitem aumentar a capacidade das linhas. Sinalização e contrôle automáticos de trens elevam e aumentam a segurança e a utilização das vias. Êsses e outros aperfeiçoamentos abriram a possibilidade de novas técnicas de operação que representam enormes economias.

Um dos mais espetaculares progressos vem sendo observado no uso do **piggy-back**. Caminhões **trailers** concentram-se em grandes pátios ferroviários onde são carregados por meio de guindastes em plataformas. Saem fechados e lacrados de sua origem e são transferidos para novos caminhões nas estações terminais que os despacham a seu destino. A entrega de mercadoria de porta a porta, que vem sendo o elemento essencial da competição rodoviária, é combatida com êsse sistema misto.

Todavia, onde maiores e mais espetaculares resultados vêm obtendo as ferrovias é no uso de trens-unidades. Sempre que um volume substancial de tráfego pode ser mantido entre um ponto de origem e um terminal de destino, a formação de trens especiais que circulam sem qualquer operação de manobra, recomposição ou desvio entre êsses dois pontos, conduz a uma operação altamente econômica.

Os exemplos mais conspícuos de trens-unidades são encontrados no transporte de carvão mineral entre a região das minas e os grandes centros de consumo — usinas termelétricas, siderurgias etc. Nos Estados Unidos mais de 100 milhões de toneladas de carvão por ano já eram transportadas em trens-unidades em 1965. Os resultados da operação de trens-unidades tem conduzido a reduções de tarifas equivalentes a cêrca de 50% das tarifas de vagões isolados. No quadro anexo indicamos alguns exemplos de tarifas cobradas para transporte de carvão. Se quisermos comparar essas tarifas com o frete cobrado pela Central do Brasil no transporte de minério entre Alberto Flôres e Rio.

FISANE — programa solução para abastecimento de água

HUGO ANTONIO ALVARENGA OLIVEIRA

A Carta de Punta del Este firmada em 1961 propunha, em uma de suas principais Resoluções, que os países latino-americanos deveriam atingir níveis de atendimento às suas populações urbanas e rurais, nos setores de água e esgotos, em 1970, da ordem de 70% e 50% respectivamente.

Imbuído dêsse espírito, o Govêrno brasileiro iniciou na administração passada, através do "Grupo Executivo do Fundo Nacional para Abastecimento d'Água", uma nova política de saneamento, criando assim os meios que permitiriam a execução do Acôrdo de empréstimo DNOS/USAID.

Coube, entretanto, ao atual Govêrno, através do Ministério do Interior, introduzir uma pequena, porém, importante modificação na política que vinha sendo adotada, pois que, amparado na experiência de outros países que já haviam executado tal sistemática, optou pela substituição do órgão executivo que vinha realizando tal política, por um organismo financeiro. Dessa maneira, em 16 de agôsto de 1967 foi criado por Decreto o FISANE — "Fundo de Financiamento para Saneamento", de acôrdo com o artigo 69, da Lei 4 728, de 14-6-65, cabendo sua gestão a uma Superintendência do Banco Nacional da Habitação.

NOVA FILOSOFIA

A nova política que vem sendo empreendida pela Superintendência do FISANE, principalmente no setor de abastecimento de água, reformulou inteiramente a sistemática adotada desde o Brasil-Colônia, pois que, as doações paternalistas concedidas pelo Govêrno destinadas a saneamento, eram insuficientes para o solucionamento do crescente problema que aflige a população brasileira. Esta nova política, entretanto, passou a considerar os serviços de abastecimento de água como de cunho rentável, face à série de utilidades geradoras de capital que os mesmos propiciam. Adotou-se uma política onde os usuários dos serviços passam a pagar o preço justo do benefício que usufruem ou, em outras palavras, o Abastecimento de Água passava a ser executado através da mecânica do autofinanciamento.

Tal filosofia e tais objetivos devem ser alcançados através de investimentos racionalmente planejados, mediante empréstimos aos próprios beneficiados, convocando-os a participarem do empreendimento, inclusive com uma contrapartida financeira para a integralização dos recursos necessários à sua execução.

Cabe ainda observar que o equacionamento proposto através dessa nova filosofia ampara-se na adoção de tarifas capazes de assegurar o reembôlso do investimento, bem como de cobrir os custos de operação, administração e ampliação dos sistemas de água implantados ou ampliados, desde que a comunidade beneficiada disponha de recursos suficientes para ressarcir o empréstimo concedido.

FINALIDADES

Com a criação da Superintendência do FISANE, o Govêrno brasileiro se propõe a desenvolver um programa de trabalho no setor de serviços de água (principalmente), procurando solucionar êsse angustiante problema de caráter nacional.

Não obstante, para que êsse programa seja cumprido é necessária a mobilização de recursos, só viável com a participação dos Municípios, dos Estados e da União, utilizando inclusive linhas de crédito internas e externas.

METAS E PROGRAMAÇÃO

O programa trienal (1968-1970) elaborado pela Superintendência do FISANE tem, como meta básica, elevar até 1970 os percentuais atuais de atendimento das populações urbanas brasileiras por serviços de água de 40% para 60% e, por serviços de esgotos, de 17% para 20%.

Admitindo um custo médio unitário *per capita* de aproximadamente NCr$ 133,00 para as obras programadas em sistemas de água, e um custo médio unitário *per capita* de aproximadamente NCr$ 274,00 para as obras programadas em sistemas de esgotos, o programa trienal da Superintendência do FISANE estima um investimento cujo custo total está orçado em NCr$ .. 1 100 400 000,00 (um bilhão, cem milhões e quatrocentos mil cruzeiros novos) a fim de que seus objetivos sejam atingidos. O demonstrativo abaixo discrimina o total da população urbana beneficiada, bem como o custo das obras programadas:

SISTEMAS	POPULAÇÃO URBANA BENEFICIADA	CUSTO DAS OBRAS PROGRAMADAS
Abastecimento de água	21.839.000	896.000.000,00
Esgotos Sanitários	6.991.000	204.400.000,00

Torna-se evidente que, para a execução de um programa de tal envergadura, é imprescindível uma conjugação das disponibilidades existentes no mercado interno, bem como de uma suplementação captada nos mercados externos de financiamento.

Dessa maneira, foi programada a distribuição dêsses recursos nos anos de 1968, 1969 e 1970 segundo o demonstrativo seguinte:

FONTES	VALÔRES			
	1968	1969	1970	Soma
FISANE:				
BNH	60.000	30.000	30.000	120.000
Orçamento da União	40.000	70.000	70.000	180.000
Empréstimos Externos	40.000	50.000	68.000	158.000
CONTRAPARTIDA:				
Organismos Regionais	22.000	31.500	35.100	88.600
" Estaduais	66.000	94.500	105.300	265.800
" Municipais	84.600	96.000	107.400	288.000
TOTAIS	312.600	372.000	415.800	1.100.400

O quadro acima apresenta (em NCr$ .... 1.000,00) um resumo dos valôres dos compromissos que a Superintendência do FISANE está autorizada a assumir, nada tendo a ver com os desembolsos a serem efetuados nesse período.

Êsse programa não computou as necessidades das populações da Guanabara, Distrito Federal, Território de Fernando de Noronha e da cidade de São Paulo — que deverão integrar um plano específico.

As unidades da Federação a serem beneficiadas por êsse programa são: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

As localidades dessas Unidades previstas pelo programa deverão situar-se na faixa de mais de .. 10 000 habitantes.

MECÂNICA DE FUNCIONAMENTO

Os financiamentos destinados a abastecimento de água e esgotos sanitários serão concedidos pela Superintendência do FISANE mediante o atendimento das exigências abaixo, segundo as normas e regulamentos internos: 1 — apresentação de relatório preliminar, estudo de viabilidade econômico-financeira e elaboração de projeto técnico de empreendimento a financiar; 2 — participação do mutuário nas despesas relativas às obras e serviços programados; 3 — participação do Estado ou órgão regional quando se trata da constituição de fundo estadual para subempréstimo; 4 — adoção de sistema de tarifas reais ou taxas atualizáveis segundo critérios pré-estabelecidos e de forma a assegurar arrecadação suficiente para o reembôlso do financiamento e respectivos juros e taxas, bem como para as despesas de operação, de manutenção e de administração do sistema financiado; 5 — atualização do valor do empréstimo mediante correção monetária, de acôrdo com os critérios legais aplicáveis às operações do sistema financeiro de habitação; 6 — pagamento de juros e taxas incidentes sôbre as quantias financiadas; 7 — existência de órgão autônomo responsável pela administração, manutenção e operação do sistema financiado; 8 — rentabilidade superior aos custos financeiros e operacionais dos recursos do FISANE.

CONCLUSÕES

Acredita-se que, com essa nova filosofia, o Govêrno brasileiro está capacitado a oferecer a curto e médio prazo, uma solução definitiva para êsse problema, de tão profundas repercussões para a vida econômica e social do País.

O Canadá e o desenvolvimento econômico da América Latina

FELIPE HERRERA
Presidente do BID

Nos últimos vinte anos a América Latina vem dependendo cada vez mais de financiamento externo para atender às necessidades decorrentes do processo de desenvolvimento. Depois da Grande Guerra ficou evidenciada a crescente dificuldade para atender ao crescimento, baseado apenas na poupança interna e na receita de exportação. Conseqüentemente, também mais se evidenciou a importância do financiamento externo no processo de desenvolvimento da América Latina. No setor do capital público houve um aumento líquido de empréstimos de 330 milhões de dólares em 1956 a 715 milhões em 1960 e 1,7 bilhão em 1965. Contudo, a entrada de capital privado externo caiu ràpidamente, de uma média de 920 milhões no período de 1956/1960 a 330 milhões por ano em ... 1961/1965. No conjunto, o aporte externo foi reduzido de 1,7 bilhão no período de 1956/1960 a uma média de 1,3 bilhão por ano no período de .. 1961/1965. O decréscimo na entrada média anual nos dois períodos de cinco anos citados montou a 770 milhões no setor privado, enquanto os aumentos no setor de capital público foram de .. US$ 380 milhões.

Da cifra total de financiamento externo, 715 milhões correspondem a instituições financeiras multilaterais, 720 milhões ao EXIMBANK, AID e excedentes agrícolas, e 155 milhões a outros financiamentos bilaterais, incluindo acôrdos de refinanciamento com alguns países europeus.

Os financiamentos provenientes das agências multilaterais aumentaram substancialmente. De uma participação de 23% no período de 1956/1960 subiram para 54% no período 1961/1965, quando atingiram uma média anual de 304 milhões. Em 1967 êste total alcançou 493 milhões de dólares. Durante o período de 1956/1965 os principais setores financiados foram os seguintes: energia e transportes: 43,1%; indústria: 14%; agricultura: 9,3%. Ùltimamente, devido aos esforços do BID, os projetos agrícolas e de educação estão aumentando seus volumes. Recentemente, o BID concedeu ao Brasil o maior empréstimo para expansão e aperfeiçoamento do ensino superior feito até hoje.

A necessidade de recursos financeiros para eliminar o atraso secular da América Latina tende a crescer. De acôrdo com informações obtidas das Nações Unidas, a América Latina será a área mais populosa do Ocidente no ano 2 000, pois terá 9,4% da população mundial comparada com uns 5% da América do Norte, 9,1% da Europa e 6% da União Soviética.

O BID está cônscio de seu papel como instrumento no financiamento de projetos. Até 31 de dezembro havia financiado 2 400 bilhões de dolares em projetos cujo custo total é de 6 bilhões. Esta contribuição representa a têrça parte do financiamento público concedido à América Latina durante o período 1961/1967.

— Estrutura Financeira

A importante contribuição do Banco para o desenvolvimento econômico da nossa região tornou-se possível graças à sua estrutura de capital. De fato, é interessante notar que, se as suas disponibilidades fôssem comparadas às dos bancos comerciais no mundo inteiro, colocar-se-ia o BID entre os 10 mais importantes.

O Banco foi estabelecido com duas fontes de fundos completamente separadas — os recursos de Capital Ordinário e o Fundo para Operações Especiais. Os recursos do Banco originalmente autorizados foram de US$ 1 bilhão; hoje em dia, entretanto, os seus recursos globais disponíveis alcançam aproximadamente a US$ 5.5 bilhões. Êste rápido aumento dos recursos foi possível graças à determinação dos governos dos países membros do Banco de proteger suas instituições financeiras do desenvolvimento regional, inclusive, no caso do BID, através da adoção de resoluções para aumentar o capital autorizado e para elevar as suas contribuições ao Fundo para Operações Especiais. Desta forma, o primeiro conta atualmente com US$ 2.15 bilhões, enquanto os recursos do Fundo, no final do ano passado, chegaram a um total de US$ 2.3 bilhões. Além disso, mercê do convênio assinado em 1961 e modificado em 1964, o Banco administra o Fundo Fiduciário de Progresso Social, que totaliza US$ 525 milhões.

As contribuições de capital recebidas dos países membros não representam as únicas fontes de recursos para o Banco. Sua posição financeira foi fortalecida através de acesso aos vários mercados mundiais de capital e por meio de outros acordos feitos com países não-membros a fim de canalizar assistência técnica e financeira para a América Latina.

— Mobilização de recursos adicionais

A magnitude das necessidades de financiamento externo dos países latino-americanos deixou claramente evidenciado ao Banco, desde o início de suas operações que, para o adequado desempenho de suas funções, lhe seria conveniente complementar as contribuições de seus países membros com fundos adicionais provenientes de países não-membros exportadores de capital.

Dando curso a esta política, o BID enviou várias missões à pràticamente todos os países da Europa Ocidental, Canadá e outras nações industrializadas do mundo, e entrou em contacto com instituições multilaterais, particularmente na Europa. Nestas ocasiões, foram mencionadas as razões básicas da necessidade da cooperação das áreas mais desenvolvidas do mundo, na tarefa de financiar o desenvolvimento das economias latino-americanas. Também foram apontadas várias modalidades de possível cooperação entre o Banco e os países não-membros, que são as seguintes: a) venda de bônus e obtenção de crédito público direto; b) venda de participações em empréstimos a bancos comerciais e outras instituições financeiras; c) administração, pelo Banco, de fundos em custódias e outros acordos similares e operações de financiamento paralelo entre o Banco e instituições públicas e privadas de países não-membros.

Êstes mecanismos foram usados ou explorados em várias formas e o Banco considera que sua experiência e seus contatos na Europa, Japão e Canadá, durante os últimos anos, pode proporcionar uma idéia realística do grau de cooperação que é possível esperar dos países não membros exportadores de capital.

Naturalmente, atribuímos ênfase especial à emissão de nossos bônus nos diversos mercados de capital do mundo industrializado, já que êste é, indubitàvelmente, o mecanismo mais conveniente de que dispõe uma instituição internacional de crédito para reabastecer seus recursos. Empregando êste sistema, pudemos levantar US$ 335 milhões do mercado de capital estadunidense, onde nossos bônus estão classificados como tipo A, que é a mais elevada categoria concedida pelas duas organizações líderes que taxam bônus nos Estados Unidos. Além disso, o Banco levantou até agora US$ 88.8 milhões através de seis emissões de bônus a longo prazo, colocados em cinco países da Europa Ocidental: Itália, Alemanha, Reino Unido, Suíça e Bélgica. Da mesma forma, o Banco vendeu bônus a curto prazo num total de US$ 70 milhões dos quais US$ 62 milhões foram comprados por Bancos Centrais e outras agências financeiras públicas em 16 países latino-americanos, e o saldo pelas mesmas agências em Israel e Espanha.

Ademais, o Banco recebeu em 1965 um empréstimo direto da Espanha no valor de US$ 12.5 milhões e em junho de 1966 o Export-Import Bank do Japão concedeu ao BID um crédito equivalente a US$ 10 milhões, em ienes conversíveis ao câmbio livre.

Em resumo, através das operações de emissão de bônus e créditos diretos, o Banco pôde levantar US$ 516 milhões em fundos totalmente conversíveis, os quais foram incorporados aos seus recursos de capital ordinário para serem utilizados

Expansão em Fortaleza e no interior é plano do Banco Mercantil do Ceará

O Banco Mercantil do Ceará S.A. é hoje uma das potências financeiras do Estado, graças ao emprêgo da moderna técnica bancária e à confiança que milhares de depositantes têm para com o seu trabalho, resultado de muitos anos.

Falando a respeito de seus planos, o Presidente Jaime Pinheiro declarou que pretende dar ênfase ao programa de expansão de agências do Banco Mercantil do Ceará em Fortaleza por entender que alguns bairros da Capital já começam a ganhar vida própria, com atividades comercial e industrial particularizadas, pelo que se justifica plenamente o estabelecimento de vida financeira autônoma.

É ainda obedecendo a essa orientação que aquêle estabelecimento de crédito tem iniciado estudos e pesquisas sôbre ambientação e atividade nos municípios mais importantes do Ceará, especialmente aquêles considerados "pólos de desenvolvimento", pois que pretende facilitar o atendimento à agricultura e ao comércio, indo operar na faixa própria, acentuando os dados globais de seus financiamentos, e não esquecendo aquêle setor que mais o empolga em Fortaleza — o da Indústria.

O Vice-Presidente Manuel Cavalcânti, o Diretor-Gerente Luís Nogueira Pinheiro e o Diretor-Secretário Inácio Gomes Parente comungam todos da realidade dessas diretrizes adotadas pela Presidência do Banco Mercantil do Ceará.

em suas operações habituais de empréstimo.

Para pôr em funcionamento os outros mecanismos acima mencionados, o Banco mobilizou US$ 53.6 milhões adicionais, administrando fundos do Canadá, Suécia e Reino Unido e mais US$ 23.9 milhões por meio do estabelecimento de acôrdos de cooperação com as agências governamentais do Canadá e com os Países-Baixos.

Nesta oportunidade, a título de demonstração, estudaremos as relações existentes entre o Canadá e a América Latina e a participação do BID no estreitamento das mesmas.

— Relações entre o Canadá e a América Latina

Incontestàvelmente, o Canadá tem servido como um exemplo notável e inspirador para a América Latina no que se refere a iniciativa, dedicação e espírito progressista. A evolução dêsse País, desde uma economia bàsicamente agrária até um alto grau de desenvolvimento industrial, comercial e financeiro, em poucas décadas, oferece um conceito-modêlo para a América Latina como o Continente do futuro. E estamos certos de que não é preciso examinar a importância das perspectivas de mercado apresentadas por uma próspera América Latina a países como o Canadá, cujas exportações de bens de capital para nossa área têm-se expandido substancialmente nos últimos anos e continuarão no futuro.

É bem verdade que a presença canadense na América Latina não é um fato nôvo. Por exemplo, ainda que o valor do intercâmbio entre o Canadá e a América Latina durante o período 1960/1966 tenha representado uma fração bastante menor do que o valor total do intercâmbio internacional realizado pelas duas áreas, vem êste crescendo ràpidamente e pudemos observar, durante esta visita, um ativo interêsse nos vários setores da economia canadense, em expandir as relações comerciais entre as duas regiões. Estamos convencidos de que a América Latina é, potencialmente, um vasto mercado para o Canadá, o qual, por sua vez, pode absorver um fluxo crescente de mercadorias latino-americanas.

Durante o período 1960/1966, o nível do comércio exterior entre o Canadá e a América Latina aumentou em.... 23,9%, isto é, de US$ 496 milhões para US$ 615 milhões. As exportações do Canadá se expandiram muito mais ràpidamente que as importações, com o efeito de reduzir substancialmente o deficit comercial que o Canadá mantinha por alguns anos com a América Latina. As cifras de 1966 indicam que as exportações do Canadá para a América Latina alcançaram US$ 285 milhões, enquanto as importações chegaram a US$ 330 milhões, aproximadamente.

Os investimentos canadenses na região, vinculados principalmente aos serviços públicos e recursos naturais, ainda que tenham sido um fator útil para vários países, têm sido moderados. Mesmo que a América Latina não tenha sido um dos principais objetivos do fluxo de investimentos do Canadá, aquêles que já foram realizados demonstram um crescente interêsse dos setores financeiros público e privado do país no nosso Banco e seus países membros.

O estado atual do desenvolvimento econômico do Canadá e a prosperidade dos seus mercados comercial e financeiro indubitàvelmente asseguram maiores possibilidades para a expansão de suas relações econômicas com a nossa região. Por outro lado, o crescente desenvolvimento da América Latina e o movimento acelerado de sua integração econômica oferecem um panorama mais amplo para o comércio e o investimento. Em reconhecimento dessas possibilidades, o Banco Interamericano, desde seu estabelecimento, vem mantendo estreitas relações com as autoridades canadenses em busca de possíveis mecanismos financeiros que facilitem encaminhar assistência técnica canadense para a América Latina.

— O Banco e o Canadá

O Canadá tem estado mais estreitamente vinculado às operações do BID do que qualquer outro país não-membro, e tem sido um importante fornecedor aos mutuários do Banco. A partir de 31 de março de 1967, nossos mutuários despenderam quase US$ 16 milhões na aquisição de equipamento e serviços no Canadá, com fundos de empréstimos recebidos dos recursos próprios do Banco. Entre as aquisições se incluem: equipamento para uma fábrica de papel para o Chile; equipamento elétrico para um projeto hidroelétrico no Brasil; serviços técnicos para vários projetos na Bolívia, e equipamento eletrônico para a Guatemala.

Ainda que o Canadá não seja um país membro do Banco, o alto espírito de cooperação das autoridades governamentais e seu interêsse no bem-estar das áreas subdesenvolvidas do mundo levaram-no à criação de um sistema de financiamento à América Latina utilizando o BID como principal instrumento.

O acôrdo inicial com o Govêrno canadense, assinado em dezembro de 1964, estabeleceu um fundo de desenvolvimento de 10 milhões de dólares canadenses a serem administrados pelo Banco em consulta com o Escritório de Ajuda Externa do Govêrno Canadense e para ser usado em empréstimos aos países latino-americanos membros do Banco. Como resultado de três operações subseqüentes, o Fundo cresceu até o seu atual nível de 40 milhões de dólares canadenses, com a perspectiva de futuros ingressos. As compras efetuadas com empréstimos do Fundo devem ser feitas no Canadá. Como foi mencionado anteriormente, o aspecto "brando" dêsses fundos é altamente satisfatório pois permite aos países-membros do Banco utilizar êsses recursos sem taxar sua capacidade de repagamento a pequeno e médios prazos.

O desenvolvimento econômico do Canadá e a prosperidade dos seus mercados comercial e financeiro asseguram, por certo, a possibilidade sempre crescente de expansão de suas relações econômicas com os nossos países. Por sua vez, o desenvolvimento da América Latina e sua integração econômica permitirão perspectivas mais amplas de aumentar o comércio e investimento canadenses.

Atualmente, 21.2 milhões de dólares canadenses provenientes do Fundo foram empregados em 10 empréstimos, e existem boas perspectivas de uma aprovação rápida de 16.5 milhões de dólares adicionais perfazendo um total de 34.7 milhões de dólares. Os 10 projetos já financiados incluem a construção de um pôrto em Salvador; estudos para construção de uma estrada no Paraguai; empréstimos para bancos de desenvolvimento da América Central e Bolívia; empréstimos de pré-investimento na Argentina, México e Peru; uma universidade técnica e um sistema de microonda no Chile; e estudos da bacia de um rio do Equador. Quase todos êstes projetos receberam também fundos dos recursos próprios do Banco.

Tem sido muito compensador observar que o Canadá, desde 1962, vem utilizando o Banco para canalizar parte de sua ajuda à América Latina, pois acredita na vantagem de utilizar a experiência de uma organização multinacional como a nossa. As relações começaram com a compra de participações nos nossos empréstimos pelos bancos comerciais canadenses, e continuaram com os fundos do Govêrno Canadense que o Banco administra, e com os acôrdos de financiamento paralelo com o ECIC.

O Canadá acredita firmemente na necessidade de abrandar os têrmos de ajuda às regiões subdesenvolvidas do mundo, como está exemplificado nos têrmos e condições da ajuda externa que administramos. Neste sentido, é relevante notar que o BID procura dosar a concessão de seus empréstimos **duros** e **brandos**, de acôrdo com a necessidade dos diferentes países-membros. Da assistência financeira do BID, cêrca de 60% foram concedidos na forma de empréstimos **brandos**, repagáveis em moeda local e concedidos a baixas taxas de juros e mais da metade se destinou a financiar custos locais. Naturalmente, como uma instituição internacional de crédito, devemos satisfazer também as necessidades de nossos países-membros no que respeita a certos projetos de desenvolvimento econômico que podem absorver têrmos mais duros de empréstimos. Neste particular, temos também grande interêsse em lançar bônus no mercado financeiro canadense, como forma de aquisição de recursos para financiar êsses projetos.

O Banco começou a aumentar o número de seus países-membros. Trinidad e Tobago foram admitidos como membros do nosso Banco durante a Assembléia Anual, realizada em abril e Barbados, já se havendo tornado um membro da Organização dos Estados Americanos, está sendo considerado como um futuro país-membro do Banco. Acreditamos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento pode atuar como mais um vínculo para a continuação de relações ativas entre o Canadá e êstes países do Caribe que estão perto dos interêsses canadenses.

Cremos que o Banco vem representando um importante papel como um vínculo entre o Canadá e a América Latina, completando assim o sistema pôsto a serviço da grande causa da eliminação de diferenças chocantes no padrão de vida das nações de um mesmo continente.

COHEBE prepara população do Nordeste Ocidental para receber êste ano energia de Boa Esperança

O mais importante fato físico gerador de profundas transformações sociais e econômicas de uma área, possivelmente, ainda é a sua energização, isto se considerado que a disponibilidade de energia elétrica permanente e a baixo custo, dá condições para modificações no sistema econômico, pelo surgimento de indústrias, na estrutura de empregos, assim como na introdução de novas tecnologias, tanto no setor primário como no setor secundário. Seus efeitos, da energização, atingem diretamente à comunidade, nos aspectos sócio-culturais, bem como a própria família, modificando-lhes os hábitos, a estrutura de consumo e até mesmo alguns de seus valôres.

Ainda que se atribua a maior importância ao setor de energia elétrica, tanto sua produção, como sua transmissão, não estão, via de regra, ao alcance das municipalidades e, até mesmo, em alguns casos, dos podêres estaduais, cujas poupanças são diminutas para o vulto de investimentos exigidos.

Em razão disso, o Poder Público Federal, através do Ministério das Minas e Energia, tem-se preocupado fundamentalmente com a implantação de sistemas energéticos — tanto regionais como estaduais —, ora investindo, ora financiando tal implantação, chegando ainda a utilizar recursos externos, dado mesmo a magnitude dos investimentos.

Na região Nordeste, o primeiro grande projeto instalado foi o da CHESF, principal fator de desenvolvimento dessa pobre área do Brasil. Infelizmente, por questões técnicas e econômicas, a área de ação da CHESF não alcançou o chamado Nordeste Ocidental, continuando desassistida, pelo menos a parte setentrional do Maranhão e Piauí, região onde se verifica maior densidade demográfica e onde estão concentradas as principais atividades econômicas daqueles Estados.

Foi quando surgiu o projeto de Boa Esperança, hoje de responsabilidade da COHEBE — Companhia Hidrelétrica Boa Esperança que, por uma feliz coincidência, o nome bem expressa o espírito de que está possuída a população daqueles dois Estados.

UM PROGRAMA QUE SE CUMPRE

O aproveitamento hidrelétrico de Boa Esperança teve início, sob a responsabilidade do DNOCS — Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — Posteriormente transferido para a COHEBE, em 1964.

Graças à absoluta compreensão dos podêres federais, bem como a vontade férrea dos que fazem a COHEBE, do mais modesto operário ao seu Presidente, o cronograma de obras vem sendo cumprido à risca, com etapa por etapa sendo vencidas rigorosamente nos prazos determinados, fato que torna Boa Esperança já uma realidade para o nordestino de sua área de ação, se considerado que o cronograma determina o mês de novembro para os primeiros testes de operação.

Em 1964, precisamente, entre fins de julho e começo de agôsto, é que foi dado início às obras de Boa Esperança. Por conseguinte, 43 meses são passados de obra, num ritmo de trabalho de 22 horas por dia e sem ter, até a presente data, um único dia de paralisação, o que representa gigantesco esfôrço do Govêrno Federal, numa região subdesenvolvida.

Trata-se de uma barragem de terra com cinco quilômetros de extensão e vai gerar energia de 220 KW. Ela tem o objetivo de procurar desenvolver a região mais subdesenvolvida do País.

FILOSOFIA DE DESENVOLVIMENTO

A COHEBE procurou conduzir sua obra dentro de uma filosofia que pudesse desenvolver o Nordeste Ocidental. Muitas vêzes fugindo do papel exclusivo de uma companhia geradora de energia, para o papel de uma emprêsa que deseja o desenvolvimento de uma área, procurou, num exemplo pioneiro, fazer uma obra com planejamento integrado.

Dentro dessa diretriz básica, iniciou uma série de programações setoriais, tendo como meta a valorização do homem. Paralelamente, traçou uma política habitacional dirigida, para que a relocação de 10 mil pessoas que vivem, presentemente, na área a ser inundada, seja feita de maneira humana. Essa política foi traçada, baseada em: construir cidades para elevar essas populações; cidades modernizadas, com água, esgôto, luz, hospital, escola, não permitindo que existam cidades-satélites, cidades favelas em tôrno da obra.

POLÍTICA TARIFÁRIA REALISTA

Um dos pontos cruciais do atual estágio sócio-econômico da Região Nordeste Ocidental é o pertinente às tarifas de energia elétrica, pois sendo de origem térmica a totalidade do potencial instalado, tem o seu custo, conseqüentemente, elevado, com reflexos naturais nas tarifas em vigência.

Com o advento de Boa Esperança, produzindo energia de origem hidráulica, forçosamente será determinado um decréscimo significativo nas atuais tarifas da região, desde que o Ministério das Minas e Energia e a ELETROBRÁS, juntamente com a COHEBE, definiram uma política tarifária, em bases realistas, consentânea com o *status* regional de modo a permitir um desenvolvimento, estimulado pela presença de energia abundante e barata.

No Nordeste, região sócio-econômica de séria complexidade, as tarifas das fontes produtoras devem ser equivalentes. Assim sendo, e não poderia ser de outra forma, as tarifas da COHEBE terão os mesmos níveis das tarifas da CHESF, de modo que, sob o aspecto tarifário, a partir da existência da energia de Boa Esperança, estarão desaparecidos os desníveis de preço de energia, fator decisivo para o maior ou menor desenvolvimento de uma região.

O GRANDE MOMENTO

De acôrdo com o cronograma de obras da COHEBE, a partir de dezembro do corrente ano, sua energia já poderá estar percorrendo os lares, o comércio e a indústria dos Estados do Maranhão e Piauí. Nessa ocasião, estará vencida a primeira grande etapa e a outra muito maior tem o seu início: a do aproveitamento da energia produzida para o desenvolvimento da área de sua atuação.

O Nordeste Ocidental, infelizmente, ainda não está suficientemente preparado para o desenvolvimento e não seria lícito esperar que a energia trouxesse por si mesma o desenvolvimento à Região.

É preciso criar uma mentalidade na Região, uma mentalidade de desenvolvimento e isso já preocupa a COHEBE, pois é o seu Presidente, Eng. César Cals, quem assim expressa sua apreensão:

"Na ocasião em que a COHEBE se prepara para entregar ao Nordeste Ocidental a energia de Boa Esperança, quando estão iniciadas as montagens de turbinas da Usina Presidente Castelo Branco, cremos que o nosso dever é alertar as fôrças vivas da região da necessidade de seu engajamento no trabalho de divulgação das oportunidades regionais, a fim de que o grande esfôrço do Govêrno federal em fazer tão importante obra a curto prazo não fique frustrado por falta de um aproveitamento adequado da energia.

Estou certo de que quando o Govêrno se dispôs a realizar Boa Esperança, teve em mira dar condições para o desenvolvimento, através da criação de novos empregos.

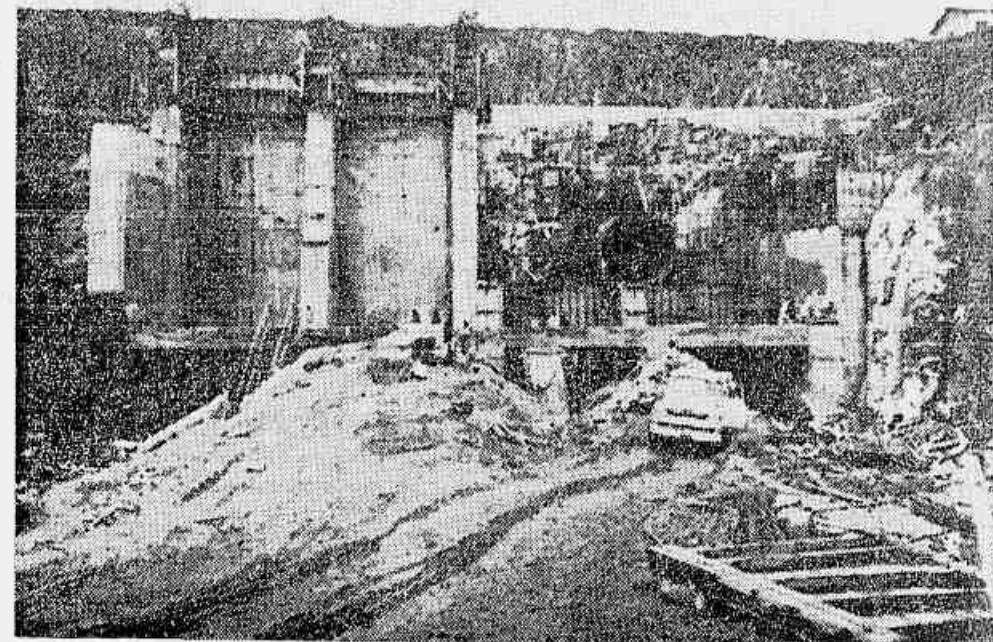
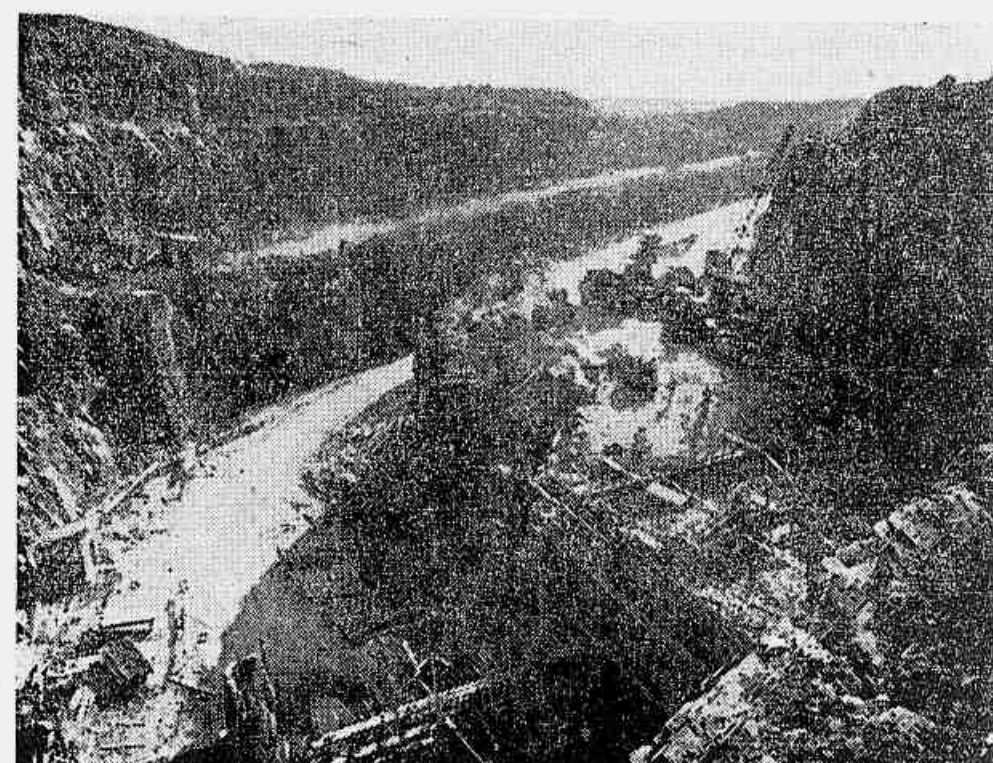
É pois de um esfôrço comum entre Govêrno e povo que depende a mudança de fisionomia dessa grande área brasileira."

A AÇÃO DA SUDENE

Com o advento da SUDENE, duas novas indústrias estão sendo instaladas em média, a cada dia, no Nordeste. A palavra de ordem é industrializar e essa febre tomou conta dos governantes da região, passando a figurar como meta prioritária, em todos os programas administrativos dos prefeitos nordestinos.

Tôdas as administrações — estaduais e municipais — resolveram modernizar seus métodos de ação desenvolvimentista.

Com o decorrer do tempo, no entanto, a ausência de alguns suportes infra-estruturais, o Norteste Ocidental foi gradativamente ficando para trás, na corrida para o desenvolvimento instaurada na região. Enquanto todo o resto do Nordeste, já anteriormente menos subdesenvolvido, por fôrça das condições climáticas, tinha agora êsse desnível cada vez mais acentuado, pois êle tinha a CHESF e o Nordeste Ocidental vivia ainda submetido, como ainda vive, ao regime de energia de natureza térmica, de alto custo.

Já agora, a simples expectativa de Boa Esperança inspira confiança nos investidores, faltando, no entanto, um último e maior esfôrço, partido das fôrças vivas da região, na divulgação das oportunidades regionais, do extraordinário futuro do Nordeste Ocidental, potencialmente uma das mais ricas regiões do País.

Concretagem da casa de fôrça, onde serão instaladas as turbinas

Aqui neste canal de adução serão instaladas as comportas das duas primeiras turbinas

Implantando distrito industrial CODEC iniciou o futuro do Ceará

O I Distrito Industrial do Ceará, localizado em Mondubim, está apresentando sensíveis progressos na sua fase de implantação de responsabilidade da CODEC — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará, e, no presente momento, já pode oferecer aos investidores realizações expressivas.

Foram indenizados 764 hectares, no valor de NCr$ 1 162 000,00. Com a inclusão dessa gleba o total da área indenizada alcança 75 por cento do Distrito Industrial. Enquanto isso, a CODEC já elaborou um plano para dar prosseguimento nas indenizações em observância ao cronograma de desembôlso para êsse setor. As disponibilidades de recursos com essa destinação alcançam em 1968 a quantia de NCr$ 530 000,00.

ENERGIA

Já está em funcionamento, pela CENORTE — Companhia Centro Norte de Eletrificação — a subestação abaixadora que tem capacidade para atender a demanda de 10 000 KVA, suprimento que é equivalente à metade do abastecimento de Fortaleza até 1964, enquanto a rêde de distribuição interna está sendo implantada, estando prevista a aplicação de NCr$ ..... 210 000,00 nesse setor para êste ano.

ÁGUA

O Serviço Autônomo de Abastecimento D'água já garantiu à CODEC o funcionamento da nova adutora do Acarape com 1 000 metros cúbicos diários, enquanto prossegue, pela própria CODEC, a fase de sondagem para perfuração de poços superficiais. Ainda dentro do espírito de garantir às indústrias que ali se instalem o suprimento d'água, êste ano serão aplicados NCr$ 320 000,00.

Estudos técnicos realizados determinam que a CODEC construa uma rêde coletora de 6 a 10, com a extensão de 18 quilômetros de esgotos para escoamento dos dejetos industriais. Para prosseguir nos trabalhos já iniciados, há uma previsão de NCr$ 60 000,00 a serem gastos ainda em 1968.

PAVIMENTAÇÃO

Dos 130 000 metros quadrados para a primeira etapa de implantação do setor industrial, já foram executados cêrca de 125 000 metros de calçamentos. As principais ruas e vias de acesso internas dessa primeira etapa estão sendo ultimadas, enquanto já foram construídos 20 000 metros de meio fio dessa área pavimentada.

TELEFONES

Em abril, a CODEC inaugurará os 20 primeiros telefones do I Distrito Industrial do Ceará, já tendo mantido entendimentos com o Serviço Telefônico de Fortaleza objetivando a instalação de 100 ramais telefônicos através de um concentrador de linhas.

Ao mesmo tempo, mantém contato com a direção da Rêde Ferroviária Federal com o fim de contratar a construção de ramais de penetração.

HABITAÇÃO

Foi encaminhado ao BNH um projeto solicitando a colaboração financeira para a construção de 1 000 residências no valor de .. NCr$ 4 000 000,00 aproximadamente.

Através de estudo preparado pela CODEC, foi solicitado ao Ministro dos Transportes a inclusão no orçamento da União de verbas destinadas à construção da Avenida de Contôrno, que ligará a BR-116 à BR-222, atravessando o Distrito Industrial. A obra se reveste da maior importância por propiciar a desobstrução das vias urbanas de Fortaleza, o desvio do tráfego pesado, além de criar um mecanismo de circulação amplo e flexível para o Distrito.

A LEI

A aprovação e sanção da lei n.º 8 892 de 31 de agôsto de 1967, publicada no Diário Oficial do Estado de 5 de dezembro do mesmo ano, autorizando a venda de terras desapropriadas para emprêsas industriais se revestiu da maior importância para êsse empreendimento da CODEC.

Ao mesmo tempo, eram feitas reservas de áreas para as emprêsas ARTACO — 38 700 metros quadrados (já implantada); ALGIMAR com 60 000 metros quadrados; CELACO 32 000 metros quadrados (e com o início das construções marcado para ainda êste mês); INDUCHENIL 40 000 metros quadrados; HIDRÔMETROS 10 000 m2; LIOFINOR 10 000 m2; IPLAC ... 10 000 m2; NORPLAST ... 10 000 m2 e DIATOMITA com 10 000 m2, num total de 338 570 metros quadrados.

O DISTRITO

O I Distrito Industrial do Ceará ocupa uma área de 1 031 hectares e está localizado na zona sul da Capital, entre a Estrada de Ferro Baturité e a Rodovia Ce-1. Dista 15 quilômetros de Fortaleza e 22 quilômetros do pôrto do Mucuripe, sendo de 12 quilômetros sua distância do Aeroporto Pinto Martins. A temperatura observada no local atinge uma média anual de 27,1 ° C e a umidade relativa do ar é de 74 por cento. A pluviometria registra uma precipitação média mensal de 100 a 300 milímetros de variação.

O Distrito já conta com uma sede provisória que funciona como centro de informações sôbre assuntos relacionados com indenizações de glebas desapropriadas bem como na orientação dos trabalhos de campo.

Para a realização dessa obra de significativa importância para a economia estadual, a Diretoria da CODEC, composta do seu presidente Eliseu Pereira, do superintendente Dirceu de Figueiredo Neto, e dos Diretores setoriais Francisco Adeodato, Luís Montenegro e João Jacques Ferreira Lopes, tem contado com o apoio decidido do Governador Plácido Castelo, que tem orientado todos os esforços no sentido de que o ingresso das verbas pleiteadas de fontes externas represente a concretização dêsse moderno parque industrial do Ceará.

Titânio em expansão

O consumo brasileiro de dióxido de titânio, pigmento branco, largamente utilizado na indústria de tintas e plásticos, hoje da ordem de 11 485 toneladas, poderá ser, em alguns anos, totalmente atendido pela produção nacional, com a entrada em operação da fábrica que a TIBRÁS — Titânio do Brasil S. A., instala na Bahia.

Trata-se de um conjunto industrial, com capacidade efetiva de produção de 20 mil toneladas por ano, integrada, também, por uma fábrica de ácido sulfúrico que irá fornecer ao sistema 100 toneladas anuais, pois o dióxido de titânio será obtido pelo processo de sulfatagem.

As diretrizes fundamentais que orientaram o projeto podem ser assim resumidas:

1 — aproveitamento das matérias-primas brasileiras disponíveis, como a ilmenita do norte do Estado de Santa Catarina e do sul do Estado da Bahia e a pirita de Santa Catarina;

2 — a produção de dióxido de titânio será feita segundo os padrões de qualidade da Laporte Industries Limited, emprêsa cujo **know-how** foi adquirido pela TIBRÁS;

3 — pretende-se adquirir no Brasil a maior quantidade possível de máquinas e equipamentos, dispensando-se despesas maiores em moeda estrangeira;

4 — produzir dióxido de titânio em volume tal que permita atender integralmente ao consumo nacional.

MERCADO É AMPLO

Recentes estudos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico assinalam que o consumo atual de dióxido de titânio é de 11 485 toneladas, mas, em virtude do desenvolvimento das indústrias de tintas, vernizes, esmaltes, lacas, plásticos, couro, papel e borracha (que utilizam o produto) a demanda em 1970 será da ordem de 18 660 toneladas. Assim, o Brasil surge como tradicional importador de dióxido de titânio, uma vez que a produção interna tem-se mantido estável em 1 800 toneladas (apenas uma indústria produtora, a Companhia Química Industrial — CIL). O estudo feito pelo BNDE apresenta os seguintes dados — que são estimativos a partir de 1965:

ano	*produção*	*consumo*	*deficit*
1953	987	1.698	711
1954	1.118	4.005	2.887
1955	1.315	3.074	1.759
1956	1.359	2.927	2.568
1957	1.054	3.527	2.473
1958	1.524	4.068	2.544
1959	1.815	4.586	2.771
1960	1.650	5.188	3.538
1961	1.510	5.856	4.346
1962	1.820	7.277	5.457
1963	1.648	8.841	7.193
1964	1.800	9.010	7.210
1965	1.800	10.172	8.372
1966	1.800	11.485	9.685
1967	1.800	12.966	11.166
1968	1.800	14.639	12.839
1969	1.800	16.528	14.728
1970	1.800	18.660	16.860

Uma análise dêsses dados revela que há tendência ao aumento do consumo e estabilização da produção, o que obrigará a importações crescentes.

A fábrica que a TIBRÁS vai instalar na Bahia, corresponde ao crescimento da demanda interna, pois terá uma capacidade de produção de 20 mil toneladas por ano e deverá operar a plena carga a partir de 1971. A escolha do tamanho econômico da fábrica foi feita com base na capacidade dos calcinadores que, juntamente com os equipamentos auxiliares, constituem o item de custo mais elevado.

Já mencionamos os principais setores industriais que consomem dióxido de titânio. Entretanto, é oportuno salientar como é êsse produto utilizado, para que se tenha uma idéia mais exata do seu mercado:

1 — Indústria de tintas — São várias as funções, principalmente o **quebra-côr**, notadamente quando se pretende obter as chamadas côres **pastel**. A mais importante, porém, está na sua utilização para conseguir tintas que objetivem imprimir à superfície a ser pintada, o aspecto branco permanente (impedir o amarelecimento) e brilhante.

2 — Esmaltação a fogo — O pigmento tem excelentes características para êste caso, pois apresenta grande resistência ao calor. A chapa, ao sair do ambiente de elevada temperatura, consegue manter a mesma película de cobertura, não correndo o risco de apresentar rachaduras.

2 — Elétrodos — Nos elétrodos a solda elétrica e, ainda, nos elétrodos de grande penetração tipo **solda casco**, o dióxido de titânio encontra aplicação relevante, mesmo sob a forma de titanatos de sódio e de potássio.

4 — Lonas — Também na fabricação de lonas utilizadas na composição de pneus, êsse material tem uso obrigatório, funcionando como lubrificante sólido.

5 — Papéis — A indústria de papel emprega o dióxido de titânio com certa regularidade, principalmente na produção de papéis de qualidade superior (papéis finos).

6 — Nos revestimentos de assoalho, pisos, na produção de tecidos, de borracha na industrialização do couro, na produção de sabões e cosméticos de modo geral, nas bandas brancas dos pneus etc.

O desenvolvimento no Vale do Rio Pardo

A Usina de Pôrto Colômbia, a cargo da Central Elétrica de Furnas, subsidiária da Eletrobrás, será construída no Rio Grande, alguns quilômetros a montante da foz do Rio Pardo, a fim de impedir a inundação de extensas terras férteis às margens do mesmo rio.

O Ministro das Minas e Energia, General Costa Cavalcânti, informou que a pequena redução na potência da usina com essa alteração no projeto será amplamente compensada com a continuidade da exploração agrícola da área que seria coberta pelas águas da reprêsa.

A ALTERAÇÃO NO PROJETO

O projeto previa a construção da barragem, no Rio Grande, após a confluência com o Rio Pardo, cujo vale é uma das zonas mais férteis da região. Agora, a Usina será construída a montante da confluência com o Rio Pardo, beneficiando comunidades agrícolas ribeirinhas, cujo desenvolvimento será, ainda, facilitado pela abundância de energia.

A decisão ministerial foi comunicada ao Govêrno de S. Paulo e às autoridades da região, durante o recente encontro de sete governadores, em Urubupungá.

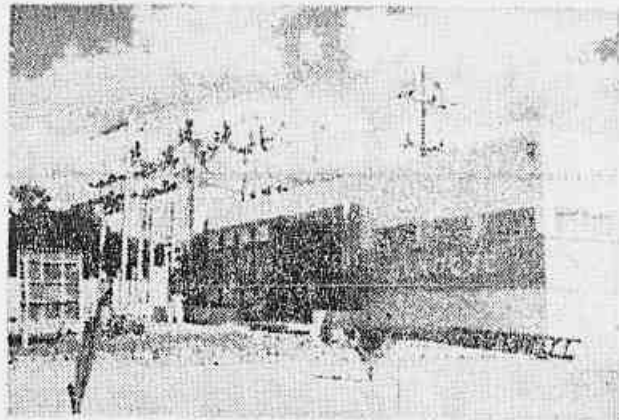
BALANÇO DA REGIÃO

Fazendo um balanço dos resultados da reunião de governadores, a que estêve presente, disse o Ministro das Minas e Energia que os estudos referentes ao trecho do Rio Paraná a jusante de Urubupungá estão afetos exclusivamente à Eletrobrás, no trecho brasileiro, e, no trecho internacional, à Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, instalada em março de 1967. A criação desta comissão resultou de acôrdo entre Brasil e Paraguai, na chamada Ata das Cataratas.

Ainda assim, destacou o General Costa Cavalcânti a importância do acervo de dados reunido pelos técnicos da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, acentuando:

— Nem só energia elétrica produzirão as portentosas obras que estão sendo realizadas e as que ainda serão executadas nessa extensa região. Em muitos casos, permitirão a melhoria das condições de navegabilidade, o abastecimento de água aos centros populacionais, irrigação à lavoura e a regularização das cheias, proporcionando mais segurança à produtividade às comunidades ribeirinhas.

— Um planejamento integrado — acrescentou — deve levar judiciosamente em conta todos êsses fatôres e o seu grau de importância, dentro das peculiaridades locais.

A decisão tomada no caso de Pôrto Colômbia é, na opinião do Ministro, um exemplo da aplicação dessa regra.

Subestação de Cherirê, onde se bifurca a linha de transmissão Araras, Cariré e Sobral

CENORTE, a audácia cearense

Depois de concluir em menos de cinco anos, de 1963 a 67, um total de 1366,2 km de linhas de transmissão, 78 rêdes de distribuição e sete subestações, eletrificando uma área de 97 mil km2 com energia de Paulo Afonso, a Cia. de Eletrificação Centro-Norte do Ceará — CENORTE — constitui um símbolo da audácia do cearense em sua arrancada definitiva para o desenvolvimento. O resultado de todo o seu trabalho, nesses cinco anos, é que, em 62, na sua área de atuação sòmente duas cidades possuíam energia como base para a infra-estrutura: Sobral e Maranguape. Hoje, são 78 localidades com energia de 24 horas em abundância a desafiar os homens de ação a promoverem o progresso.

Estando pràticamente concluído o esquema de eletrificação das zonas urbanas, a CENORTE lança-se agora à expansão de seu sistema até o meio rural, em convênios com o INDA, SUDENE, Ministério das Minas e Energia, Banco do Nordeste, SUDEC e Secretaria do Planejamento do Ceará, organismos a cuja compreensão se deve significativa parcela dos êxitos da CENORTE.

O QUE JÁ FOI FEITO

A área de atuação da CENORTE compõe-se de três sistemas regionais: o Regional Centro-Norte do Ceará, o Regional Centro-Litoral do Ceará e o Regional de Banabuiu, abrangendo um território de 97 mil km2, onde se localizam 83 municípios. Em tôda a região, a CENORTE construiu extensas linhas de transmissão, não só em alta tensão de 69 000 volts como em 13 800 volts. Atualmente, tôdas as suas linhas de 69 kV estão pràticamente concluídas, pois a última delas, que atingirá Sobral e as zonas salineiras de Camocim e Chaval, com 350 km de extensão, terá sua inauguração ainda êste mês de março.

O seguinte quadro demonstrativo nos dá uma visão do progresso alcançado pela CENORTE desde o início de suas atividades, a partir de 1963:

Linhas de Transmissão construídas:

1963	25 km
1964	77 km
1965	240,3 km
1966	378,5 km
1967	645,5 km
1968	600,3 em construção
1968	830,0 km previsão total

Rêdes de Distribuição construídas:

1962	1	com	86	postes
1963	4	com	656	"
1964	4	com	974	"
1965	15	com	3493	"
1966	25	com	3901	"
1967	29	com	6121	"

Subestações construídas:

1964	2	com	10 MVA
1965	1	com	5 MVA
1966	2	com	5 MVA
1967	2	com	15 MVA

Consumo de Energia Elétrica (venda de energia) — em kWh

1963	37 000
1964	221 147
1965	2 029 594
1966	5 642 253
1967	14 700 000
1968	30 000 000 — Previsão.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Ultimamente, a CENORTE vem construindo linhas tìpicamente rurais com auxílio dos proprietários interessados. No ano de 67, porém, começou a grande arrancada para eletrificação rural pròpriamente dita, com o financiamento parcial do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário para a Linha de Transmissão Rural Distrito Industrial — Núcleo Colonial Pio XII. Esta linha eletrificou duas cidades, o Núcleo Colonial Pio XII e mais seis grandes propriedades rurais, podendo ser aproveitada ainda para o mesmo fim em tôda a sua extensão de 39 km.

Ao final de 67, a CENORTE elaborava e enviava ao INDA um plano que prevê a execução de 400 km de linhas de alta tensão e 250 em baixa tensão a ser executado no decorrer do exercício de 68 e mais as mesmas quantidades para o biênio 1969/70.

PROGRESSO CONTAGIANTE

No presente momento, a CENORTE ultima a conclusão de mais 600 km de linhas de transmissão, devendo iniciar, brevemente, outras linhas que totalizam mais de 100 km. Todo o progresso alcançado pela Companhia é digno de nota, levando-se em conta que, sendo uma emprêsa genuinamente cearense, pertencente a um Estado pobre, luta com dificuldades de tôda a sorte a fim de obter os recursos necessários à sua sobrevivência.

Impera na CENORTE uma abnegação ímpar e contagiante de todos que compõem a sua equipe, desde os mais graduados até aos mais humildes.

COMO SURGIU

A CENORTE foi criada em 1960 com o objetivo de eletrificar a Região Centro-Norte do Ceará, pois na Região Centro-Sul operava a CELCA, subsidiária da CHESF, para que houvesse um desenvolvimento harmonioso da eletrificação de todo o Estado.

Autorizada a funcionar pelo Decreto Federal n.º 565 de 2-2-62, passando a atuar plenamente só a partir de 1963. Hoje sua Diretoria é assim constituída: Waldir Xavier de Lima, Diretor-Presidente, Alberto Tavares Silva, Diretor-Superintendente, Francisco Aldemir Carneiro Frota, Diretor do Programa Rural e Francisco Bastos, Diretor de Operações.

Indústria do açúcar em Pernambuco reclama do GERAN ação e reformas

O Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco, Sr. Gustavo Colaço Dias, dirigiu carta ao GERAL — Grupo Especial de Reformulação da Agroindústria Açucareira, do Nordeste —, reclamando em nome dos produtores açucareiros, ação efetiva daquele órgão do Poder Público.

A carta faz um histórico da participação dos usineiros pernambucanos em tôdas as iniciativas em prol das reformas estruturais na Zona da Mata daquele Estado e narra as providências tomadas por êles próprios, com o objetivo de tornar econômica a produção e modificar a fisionomia da área canavieira.

INTERPELAÇÃO OPORTUNA

O documento encaminhado ao Secretário-Geral do GERAN, redigido em linguagem serena, mas muito incisiva, foi interpretado pelos círculos econômicos como uma interpelação não sòmente oportuna como legítima.

O usineiro estava sendo acusado — aliás, é um velho hábito, em Pernambuco e fora dêle, responsabilizá-lo por todos os males e problemas da Zona da Mata — de não promover projetos de modernização e de ter entravado o trabalho do GERAN.

Está evidenciado, agora, que os fatos são outros e bem diversos, pois os produtores de açúcar desejam operar uma reformulação de sua atividade. Ainda em 1963, instituíam o GEA — Grupo de Estudos do Açúcar —, que é o precursor de tôdas essas idéias reformistas, e, desde a primeira hora, apoiaram e prestigiaram o GERAN.

Era inconcebível, aliás, que na atual ordem política vigente no País, com um Govêrno forte e desvinculado de grupos, um organismo oficial, de iniciativa federal, deixasse de funcionar ante a pressão de usineiros pernambucanos. Este refrão está velho e surrado. A opinião pública não acredita nêle.

UMA GRANDE MENSAGEM

A carta contém, inclusive, uma grande mensagem: o empresário sabe, melhor do que ninguém, que é essencial ao florescimento econômico, ao fortalecimento da livre emprêsa e à própria estabilidade das instituições políticas e jurídicas do País, o bom entendimento entre o capital e o trabalho, entre o empregador e o empregado.

Sabe o produtor de açúcar que é essencial ao bom êxito do seu negócio a paz social, a justiça social. Isto está dito com tôdas as letras.

A interpelação conclui com algumas perguntas que são da maior oportunidade sôbre as normas para formulação de projetos, registro de escritórios capacitados para tarefas dessa envergadura, disponibilidade do GERAN para financiamento de projetos e dos investimentos com êles relacionados. A última pergunta — quanto foi arrecadado por fôrça da contribuição fixada pelo Decreto-Lei 308 e se a receita está em poder do GERAN, como determina a Lei 4 320 — tem uma importância fundamental.

A essa altura e em conseqüência das vinculações sociais e econômicas da agroindústria açucareira, a interpelação dos usineiros está revestida de um grande interêsse para tôda uma comunidade e a opinião pública — que participa da legítima impaciência em que esse problema se resolva com objetividade — aguarda que o GERAN responda ao que, na carta, se lhe pergunta.

O QUE SE PRETENDE

O que a opinião pública está querendo não é, sequer, respostas, nem diálogos. Está querendo que os órgãos oficiais se integrem e se somem para o cumprimento de uma política fixada, há quase dois anos, pelo Govêrno e que não vem sendo cumprida. Não vem sendo cumprida, diga-se a verdade nua e crua, porque êsses organismos raciocinam em têrmos rígidos de autarquias e não abrem mão de suas prerrogativas; em vez de raciocinarem como peças e instrumentos de um sistema, de um govêrno.

Não pode haver uma política açucareira do IAA, outra do GERAN, outra do IBRA, outra do INDA, outra do Banco do Brasil. O que há e deve haver é uma política açucareira do Govêrno.

A CARTA-INTERPELAÇÃO

Está redigida nos têrmos que abaixo publicamos a carta encaminhada ao GERAN pelo Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco:

"Recife, 28 de fevereiro de 1968.

Senhor Secretário-Geral:

1. A Diretoria dêste órgão de classe tem sido procurada por diversos produtores, seus filiados, desejosos de formular projetos de modernização de suas emprêsas e que fizeram indagações a respeito da efetivação do programa de ação dessa entidade.

2. Como é do conhecimento de Vossa Senhoria e do ilustre Conselho Deliberativo, a maioria dos industriais do açúcar, desde a primeira hora, deu o mais decidido apoio à criação do GERAN e ao seu programa setorial, valendo como expressiva demonstração da nova mentalidade empresarial os trabalhos pioneiros do Grupo de Estudos do Açúcar (GEA).

3. O GERAN se originou, como todos sabem e como reconhece a exposição de motivos n.º 0135, de 22-7-1966, do Ministro João Gonçalves de Sousa ao Presidente da República, do Grupo de Trabalho Interministerial do Açúcar (GTIA), que teve a mais larga participação e a mais entusiástica colaboração dos produtores e cujo Secretário-Geral foi o próprio Secretário-Executivo da Fundação Açucareira do Nordeste.

Essa mesma participação, idêntica colaboração dos produtores de açúcar e daquele Secretário-Executivo, houve quando dos trabalhos preparatórios, inclusive a elaboração da minuta do Decreto Presidencial, à instituição dêsse Grupo Especial, que todos desejavam e reclamavam como indispensável à efetivação do programa que se tinha em vista.

Tanto isso é verdade que, ainda naquela mesma exposição de motivos (0135), o Ministro João Gonçalves escrevia: "Pela primeira vez, abre-se a perspectiva nítida de uma solução real, econômica, social e sobretudo objetiva para a agroindústria açucareira do Nordeste, em têrmos competitivos com as demais regiões produtoras do País. A aprovação de Vossa Excelência ensejará imediata instalação e funcionamento pleno do Grupo, possibilitando resultados a curto e médio prazos".

4. Conhecendo de perto os produtores de açúcar, com os quais debateu, longamente, a problemática açucareira, quando Superintendente da SUDENE, o Ministro João Gonçalves afirmava ao Presidente da República, em outra oportunidade (exposição de motivos n.º 0145 de 6-8-1966), com a responsabilidade do seu cargo: "Tão logo haja por bem Vossa Excelência, Senhor Presidente, aprovar estas diretrizes que são a carta de princípios de ação do recém-proposto GERAN, estaremos em condições de fazer aplicar as diretrizes aqui propostas, podendo mesmo adiantar que alguns empresários, de espírito mais progressista, já estão se capacitando com projetos destinados a modernizar suas indústrias para produzirem em têrmos competitivos com os mercados açucareiros do Sul do País".

Em mais de uma oportunidade, ficou evidenciado o decidido apoio dos usineiros de Pernambuco ao GERAN, o seu interêsse no cumprimento do programa de racionalização, o seu empenho em que se operasse a reformulação da agroindústria açucareira local.

Outros produtores de açúcar estão convencidos da necessidade e da urgência de que sejam dadas, em profundidade, soluções econômicas e sociais aos problemas da agroindústria açucareira. Ninguém desconhece a interdependência e complexidade dêsses problemas e, conseqüentemente, a interdependência das soluções. Os produtores não ignoram, por outro lado, que são essenciais ao florescimento econômico e ao fortalecimento das suas emprêsas, a paz social, o equilíbrio entre as diferentes classes e maior nível de renda para todos, possibilitando uma crescente participação em bens considerados essenciais a um confôrto mínimo e à dignidade da pessoa humana. Sabem os empresários que quanto maior seja o poder aquisitivo da comunidade, melhores serão as possibilidades da produção. Sabem, igualmente, que, para uma perfeita integração entre capital e trabalho, essencial à prosperidade econômica, é indispensável a paz social.

5. Por conseqüência, os produtores de açúcar não poderiam estar à margem dessa nova consciência social e ignorar uma realidade que é do conhecimento de todos. Pelo contrário, de há muito que vêm dando testemunho de sua integração naquela mentalidade reformista, como o reconheceu e proclamou um Ministro de Estado da isenção e do civismo do sociólogo e economista João Gonçalves de Sousa, em documento ao Presidente da República.

6. Por essas razões, os industriais do açúcar participam da preocupação e da impaciência reveladas no plenário do GERAN por alguns dos Senhores Conselheiros, no que diz respeito à ação eficaz dêsse instrumento eminente da reformulação da sua economia. Prisioneiro do formalismo burocrático incompatível com sua finalística, o GERAN, com mais de um ano de existência, quase nada produziu capaz de justificar sua criação. Vários são os fatôres a que se pode atribuir tal improdutividade, mas, sem dúvida, como já se assinalou em reunião plenária, o mais preponderante teve origem na sua inadequada implementação legal, resultante do empenho com que cada órgão convenente procurou preservar suas prerrogativas de competência. Dêsse pacto, a cuja adesão houve indisfarçável relutância por parte de alguns dos seus participantes, nasceu um órgão incapacitado, de origem, a atender o seu programa de trabalho. Por outro lado, a estrutura, assim deformada pela visualização parcial do mesmo problema, sofreu nôvo processo de radicalização, ao se debater a fixação das normas para projeto, distanciando-se o GERAN de suas diretrizes básicas. Isto porque sua filosofia de ação não pode abrir mão da prevalência dos princípios normativos da economia canavieira na solução dos problemas sociais, agrários, técnicos e financeiros da agroindústria. Qualquer inversão na definição dêsse critério e na exata colocação do problema constituirá fonte de novas distorções.

7. Isto pôsto, permita, Senhor Secretário, que, para esclarecimento de vários associados dêste Sindicato, sejam formuladas, com o melhor espírito de colaboração, as seguintes indagações:

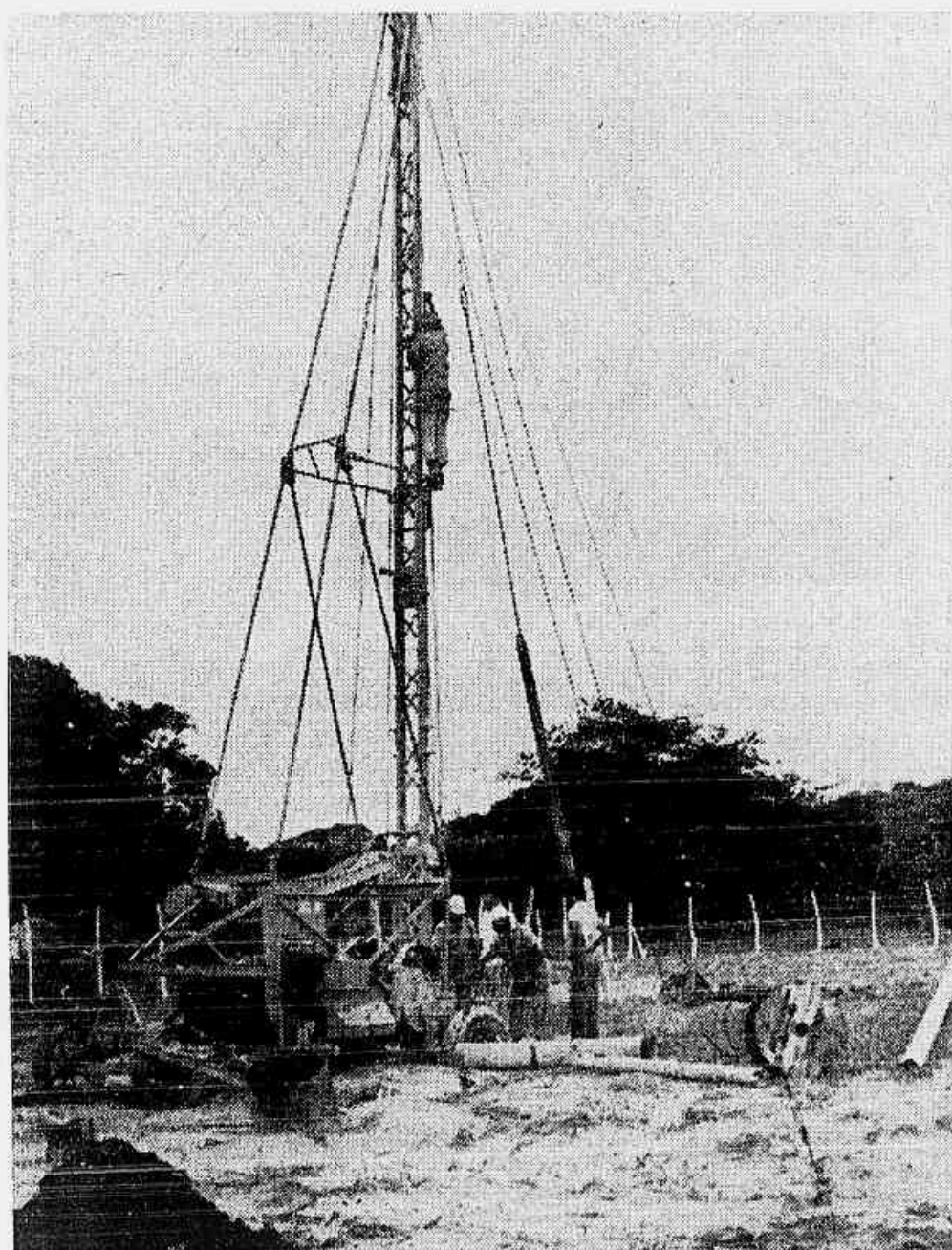
1.º) As normas para elaboração de projetos estão vigorando sem caráter rígido, conforme indicação do INDA aprovada no plenário, de modo a possibilitar a cada emprêsa o equacionamento de seus respectivos problemas?

2.º) Os projetos demandam grandes despesas, razão por que é do interêsse dos empresários entregá-los a escritórios de idoneidade técnica e moral. Indagamos, então, se o GERAN irá providenciar o registro dêsses escritórios, a exemplo do que está sendo feito pela SUDENE e Banco do Nordeste;

3.º) Dispõe o GERAN de receita específica para financiamento dos projetos e dos investimentos com êles relacionados?

4.º) Quanto foi arrecadado, em 1967, relativamente à participação do GERAN na contribuição do Decreto-Lei 308? Essa receita está em poder do GERAN, conforme estabelece a Lei 4 320?

Nesta oportunidade, permita Senhor Secretário-Geral, que lhe reiteremos as esperanças e a confiança que depositamos na ação do GERAN e no seu firme propósito de, com segurança e sabedoria, demarrar um programa de reformulação que garanta a todos quantos estão engajados no complexo sócio-econômico açucareiro melhores perspectivas e um futuro mais identificado com os ideais de progresso e de paz social que todos desejamos para esta Região."

COCESP se integra na rota da prosperidade

COCESP faz o trabalho de perfuração e captação de águas subterrâneas

A Cia. Cearense de Sondagens e Perfurações (COCESP), emprêsa de economia mista, dispondo do maior parque de máquinas perfuratrizes do Nordeste, integra-se no surto desenvolvimentista do Estado do Ceará, emprestando parcela ponderável de trabalho no setor da captação das águas subterrâneas, tanto para o consumo das populações interioranas quanto para as áreas industriais.

Com recursos financeiros do INDA, DNOCS e SEVOME, a COCESP em 1967 perfurou 108 poços tubulares profundos, com uma vazão diária de ... 11 898,6m3, estando previsto, para o ano em curso, a execução de obras públicas na ordem de .. NCr$ 1 500 000,00, tôdas constantes do Plano Integrado do Govêrno Plácido Castelo (PLAIG), que tem dado ênfase especial ao aproveitamento das reservas aqüíferas do Estado.

No Setor das Obras Especiais faz-se mister destacar a construção de 41 chafarizes, 11 casas de bomba, instalação de 59 conjuntos moto/eletrobombas e rêde hidráulica da COHAB, execuções estas em 1967. Vale ressaltar que em 1968 a gama de obras programadas superará, de muito, a do ano anterior, considerando-se que, além dos recursos outorgados pelos órgãos com os quais mantém Convênio, novos recursos financeiros serão disponíveis através de uma operação financeira com o Govêrno alemão, cujo início dar-se-á, ainda, no primeiro trimestre de 1968.

A COCESP, colaborando com as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, obteve do BNB, BEC e INDA financiamento de poços tubulares profundos em diversos planos de pagamento, de 20 meses a 10 anos, facilidade que irá permitir a difusão de tais obras com resultados os mais expressivos para todos os setores de economia cearense.

A COCESP recebe o irrestrito apoio de sua Excia. o Sr. Governador Plácido Castelo, sem o que não poderia alcançar o êxito inconteste que obteve em 18 meses de atividades em prol do desenvolvimento do Ceará.

COCESP — Presidente, Cel. José Armando Mendonça

Superintendente — Dr. Edilson Mattos.

Ceará quer progresso com obras de infra-estrutura

No desenvolvimento econômico a etapa mais árdua é a de armar a infra-estrutura. A administração do Governador Plácido Castelo acelerou as obras de pavimentação rodoviária, a construção de novas estradas, o avanço da montagem de novas linhas de eletrificação rural e urbana, a ampliação dos meios de telecomunicação, incrementou os trabalhos de instalações de água, aumentou o número de escolas e tem favorecido muito a montagem de novas fábricas.

Completando esta base estrutural, o PLAIG estabeleceu o esquema do adiantamento agropecuário com a intensificação das atividades do fomento agrícola e da extensão rural mediante a cooperação da Secretaria de Agricultura, Ministério da Agricultura e da ANCAR. A experimentação agrícola está articulada na ação da Secretaria de Agricultura com a Escola de Agronomia, Institutos de Tecnologia e de Zootecnia e o Ministério da Agricultura.

Na lavoura irrigada está sendo incrementada com a cooperação do DNOCS, do Ministério da Agricultura e as repartições estaduais.

Quando o Conselho Deliberativo da SUDENE resolveu aplicar os depósitos do Impôsto de Renda, no BNB, no desenvolvimento rural, o Governador Plácido Castelo compreendeu logo a necessidade dos estudos básicos das fazendas a fim de que os respectivos projetos fôssem encaminhados à SUDENE em condições de aprovação.

Teve, então, o Sr. Governador a feliz idéia de criar a Companhia Cearense de Desenvolvimento Agropecuário (CODAGRO) — com a finalidade de proceder aos estudos fundamentais das fazendas e preparar os projetos respectivos com os propósitos de financiamento através dos arts. 34/18 da lei da SUDENE, de introduzir novas técnicas nas propriedades e de melhoria administrativa destas células da produção.

Além destas atribuições compete à Companhia: prestar orientação e supervisão para a consecução de financiamentos, ampliação de créditos rurais ou outras formas de assistência financeira; prestar serviços de assistência técnica na implantação, execução e acompanhamento até a fase produtiva, de projetos agropecuários; contratar serviços destinados à implantação de projetos agropecuários, bem como trabalhos de mecanização agrícola, terraceamento, armazenamento ou coleta de água, irrigação, drenagem, abertura de pequenas estradas e outros de interêsse rural; e colaborar na distribuição e revenda de materiais e bens de produção de interêsse para a agropecuária; colaborar com os órgãos de finalidade específica para a comercialização dos produtos agrícolas, para produção e distribuição de mudas e sementes, para a proteção e melhoramento das culturas e dos rebanhos e para quaisquer outras atividades atinentes ao melhoramento do meio rural; elaborar projetos de colonização das terras devolutas do Estado; adquirir áreas rurais adequadas à instalação e fixação de núcleos coloniais de exploração agropecuária, para melhoramento e revenda a agricultores e criadores, visando inclusive o abastecimento dos centros urbanos; cooperar com outros órgãos estaduais ou federais para o aproveitamento de áreas por êstes beneficiadas, inclusive através da construção de açudes públicos; promover o beneficiamento ou industrialização de produtos agrícolas diversos, visando, sobretudo, ao desenvolvimento de novas fontes de rendas para os agricultores e criadores; sugerir e colaborar com formas de apoio financeiro às atividades agropecuárias compatíveis com as exigências do meio.

Os estudos básicos de cada fazenda consistem dos levantamentos agrológicos para adequação dos solos para lavouras, para pastagens e para florestas; no inventário dos recursos de água, de florestas, de gados, de maquinaria, de prédios, de mão-de-obra etc.

Os fazendeiros solicitam por escrito à CODAGRO êstes estudos e os respectivos projetos com o compromisso de pagar as despesas. Em apenas seis meses de trabalho, os técnicos da CODAGRO estão empenhados nos levantamentos de dados de diversas fazendas abrangendo uma área total de 34 000 hectares. Com apenas 7 (sete) Agrônomos e 3 (três) Economistas, a Companhia preparou 3 (três) projetos, está confeccionando mais 4 (quatro) outros e mais de uma dezena de fazendeiros aguardam as turmas para os estudos de campo.

Além da preparação da infra-estrutura econômica para acelerar o progresso industrial e o setor terciário, a Administração Estadual tem dispensado atenção especial à organização interna das fazendas porque elas são as verdadeiras células da criação das riquezas.

O Nordeste vinha carecendo muito dos estudos fundamentais das propriedades agrícolas. Os agrônomos velhos sentiam, nas décadas passadas, a escassez de dados reais para orientar os agricultores e criadores. Doravante, os mapas, as análises, e os dados dos recursos naturais, de mão-de-obra, as necessidades detalhadas dos financiamentos etc. de cada fazenda estarão catalogadas, disponíveis e acessíveis aos agrônomos e técnicos federais, estaduais e particulares para a boa assistência aos agricultores e criadores.

No futuro não remoto as 122 800 fazendas do Ceará serão bem conhecidas nas suas minúcias internas e, à medida que cada projeto seja terminado, implantar-se-á um sistema de assistência, de ajuda e de cooperação mais rápido, seguro e econômico do que as *adivinhações* do passado quando o agrônomo procurava auxiliar o produtor dispondo apenas do cérebro e das mãos.

É imenso e variado o instrumental moderno de que carece o agrônomo para ajudar o produtor nas suas tarefas. São tantos e tão complexos os fatôres da produção agrícola que se torna necessário um conhecimento largo dos recursos naturais, uma série de insumos, o capital fácil, os operários preparados e o mercado conhecido. Nos tempos passados, raramente coincidiram êstes fatôres para o bom êxito da agricultura, em tempo e em grau.

Grande parte destas dificuldades se deveu à não organização da infra-estrutura geral e agrícola.

Êste atraso não foi privilégio nosso. Muitas nações sofrem ainda êste estrangulamento: a arrancada inicial é o ponto mais difícil para vencer a inércia.

E, para maior sobrecarga, na atualidade, o desenvolvimento agrícola está envolvido, também, com as questões de ordem político-social com as quais não arcaram, no século findo, as nações adiantadas.

Mas, em compensação, os viventes do século XX contam e dispõem dos conhecimentos avançados e do vultoso instrumental científico que a civilização acumulou para a geração atual. Resta aos governantes e governados a missão de juntar e fazer coincidir os fatôres físicos, técnicos, econômicos, políticos e sociais que determinam o sucesso da produção e da sua distribuição para o bem-estar geral.

Conforta-nos saber que o Govêrno do Ceará está no caminho certo. A celeridade do progresso depende do grau de cooperação do povo.

A diretoria da CODAGRO é presidida pelo General Raimundo Teles Pinheiro, tendo como superintendente o Dr. José Guimarães Duque e os Drs. Marcelo Caracas Linhares, Augusto César Montenegro Castelo e Francisco Jorge de Abreu como diretores. Foi eleita em dezembro de 1966, quando a CODAGRO foi constituída.

Desenvolvimento e a coragem de investir

CAIO MARCELLO MANO GALLO

O ano de 1967 ofereceu bons resultados às instituições financeiras privadas: tanto os bancos comerciais, como os bancos de investimento e as emprêsas de crédito e financiamento viram crescer substancialmente os seus depósitos ou os seus aceites. Disso resultou, como é óbvio, uma revitalização da emprêsa privada, que vinha de um fim de ano difícil e de perspectivas pouco animadoras no primeiro trimestre de 67.

Estaremos então diante de um nôvo surto de desenvolvimento? Os mais otimistas não vacilam sequer em responder afirmativamente; os pessimistas — o que é um bom sinal — afirmam que fatôres adversos se farão sentir mais cedo ou mais tarde, mas não parecem estar suficientemente convictos disso para cair num negativismo total.

O ESTADO E A ECONOMIA

Uma das críticas que com mais freqüência se faz refere-se à relativa indecisão e indefinição de uma linha política econômica e financeira privatista ou estatística. Os radicais privatistas têm muitos exemplos para citar como prova de que "o Estado se intromete cada vez mais nos campos antes reservados à livre iniciativa". Não ficam êstes totalmente sem razão. Vejamos:

A análise do crescimento da receita carreada para o Tesouro através do sistema das Obrigações Reajustáveis cresceu em mais de cem por cento entre os exercícios de 1966 e 1967, conforme se pode constatar à vista do quadro anexo. Trata-se de um crescimento desproporcional ao incremento na captação de poupança pelas emprêsas de crédito e financiamento, pelos bancos de investimento ou pelas próprias sociedades anônimas através do lançamento de ações e outros valôres mobiliários.

O fim a que se destinam êsses recursos é conhecido: trata-se de obter meios para financiamento do deficit de caixa do Tesouro, um dos focos mais problemáticos de inflação. Vemos, pois, que de 1964 para 1965 os recursos captados pelo sistema da Dívida Pública cresceram de NCr$ 40 milhões para NCr$ 338 milhões, e de 1965 para 1966 cresceram dêste último montante para NCr$ 839 milhões. Efetivamente a poupança disponível para o setor privado viu-se desfalcada dessa apreciável soma de recursos, que no triênio 65/67 totalizou 3 002 milhões de cruzeiros novos (aí incluídos os NCr$ 40 milhões de 1964, ano que pràticamente não conta por ter sido o de implantação do sistema).

OBRIGAÇÕES DO TESOURO

Receita oriunda de subscrições.

Unidade: NCr$ milhão.

Anos	1964	1965	1966	1967	1964/67
Receita	40	338	839	1.785	3.002
Despesa	—	33	628	1.328	1.989

Este é, contudo, um ângulo isolado no âmbito de um quadro muito maior e cujo melhor índice para aferição da medida em que participa o Estado na vida econômica será o percentual dos seus investimentos sôbre o total do capital aplicado em determinado período. O assunto é complexo e foge aos limites de uma análise mais rápida sôbre o quadro que de perto nos interessa, ou seja, o financeiro, e aí a área de atividade das emprêsas de crédito, financiamento e investimento.

A menção que fizemos ao aumento no volume de recursos captados pelo sistema da Dívida Pública vale, nesse caso, apenas como ponto de referência para que se possa avaliar sob muitos ângulos o quilate real dos resultados obtidos em 67 pelas instituições financeiras privadas. Os números são claros: evoluímos bem, sem dúvida, mas o Estado retirou para si um quinhão em percentual muito maior.

Por suposto isso não quer dizer que o Estado não deva participar do mercado de capitais nem que deva deixar de recorrer ao empréstimo interno para fazer face a despesas cuja cobertura por meios inflacionários só resultaria em prejuízo da própria iniciativa privada. Êste é, sem dúvida, o ângulo pelo qual os que preferem construir a destruir encaram êste ou outros fenômenos semelhantes.

O QUE SE FÊZ E AS PERSPECTIVAS

Saímos no início de 1967 de um ano bom, encarado sob o aspecto da poupança disponível. Nos primeiros meses do trimestre em curso é natural que haja uma diminuição na oferta de papéis, e daí a excessiva liquidez, em alguns casos, cujos efeitos eventualmente negativos as autoridades houveram por bem prevenir mediante resoluções e circulares restritivas do crédito.

Contudo, a esta altura do ano, estamos verificando uma demanda crescente de recursos, tanto para investimentos como para suprimento de capital de giro, o que se insere no ciclo normal de evolução da economia para o meado do ano, quando se espera uma nova aceleração do processo de desenvolvimento. Isso pode ser mensurado tanto ao nível das financeiras, como dos bancos comerciais e dos bancos de investimento, e as próprias resoluções baixadas pelo Banco Central previam o relaxamento de medidas restritivas acompanhando a curva ascendente dos negócios esperada para esta época.

Estaremos, então, êste ano, diante de um quadro semelhante ao do ano passado? Ao nosso ver, em parte, sim, e em parte não. Sim enquanto o primeiro trimestre de todos os exercícios tem peculiaridades que levam a curva dos negócios a uma evolução muito semelhante; não na medida em que estamos, êste ano, capitalizando os resultados positivos obtidos no ano passado nas mais amplas faixas de atividades econômicas. Eis por que a meta *desenvolvimento* deve estar em primeiro lugar, e a coragem de investir em um plano imediato.

OS JUROS

É óbvio, também, que num quadro como o descrito as taxas de juros tenderão a subir — e a comprometer o desenvolvimento — se a demanda cresce e as fontes de suprimento de dinheiro continuam bloqueadas. O Estado tem problemas? Ninguém desconhece isso, mas se faz urgente, então, eliminar os focos públicos de pressão inflacionária, de modo que não se comprometa o desenvolvimento com a captação de recursos que irão pagar setores improdutivos.

A tendência que verificamos até meados de fevereiro foi de redução nas taxas de juros cobradas pelas emprêsas de crédito, financiamento e investimento, isso não obstante as medidas restritivas adotadas pelas autoridades. Estaremos, contudo — voltamos a reafirmar —, diante de novas pressões de alta sempre que não se atente para o fato de que cresce a demanda para financiamento de capital de giro e do crédito direto ao consumidor.

As próprias autoridades têm reconhecido que houve no passado um freio impôsto ao consumo, em benefício da estabilização e da contenção do processo inflacionário. Agora seria o momento exato para corrigir as distorções que isso provocou. O crédito é também mola e peça fundamental.

Por uma agricultura melhor

MILCIADES SÁ FREIRE

Os órgãos internacionais, e especialmente a FAO, das Nações Unidas, têm continuamente chamado à atenção os governos em geral, sôbre o problema da carência de alimentos no mundo, para um futuro não muito remoto.

Cumpre-nos ouvir as ponderações destas autoridades reservado a nós que está o compromisso de abastecer o mundo em alimentos e matérias-primas.

Situado em região tropical, com apenas algumas poucas áreas em clima temperado, possui nosso País hoje, no mundo, o lugar de maior destaque entre as nações que poderão produzir os indispensáveis alimentos para uma população mundial estimada em mais de 6 bilhões de habitantes no ano 2000.

A citação de nosso clima tropical tem grande importância no caso, porquanto sòmente êle, com a utilização de tecnologia avançada e sem maiores ônus, permite o fenômeno das safras múltiplas no mesmo ano, aumentando assim o desfrute do fator terra na função de suporte da produção.

A REALIDADE ATUAL

Nosso País possui uma área global superior a 800 milhões de hectares, dos quais são agricultados atualmente algo em tôrno de 30 milhões, um pouco mais de 3% da área territorial. Mesmo assim a agricultura, desenvolvida nesta pequena superfície, com baixos índices de produtividade, apresenta resultados quantitativos suficientes para atender à demanda nacional, contribuindo ademais com a presença permanente em nossa exportação. Como exceção, temos apenas o caso do trigo, produto de elevado consumo interno — perto de 3 milhões de toneladas — e do qual produzimos pouco mais de 350 mil toneladas, demandando portanto êste item alimentar, uma definição nacional de política própria, tendente ou ao aumento da produção e da produtividade vigorosamente, ou a drástica limitação do consumo, pela utilização de sucedâneos (especialmente milho e arroz). Excluindo o café, cuja posição brasileira é notória, temos um tranqüilo panorama na produção de açúcar, onde o consumo interno beira 90% do total produzido. Milho e arroz apresentam colheitas superiores ao consumo sempre, sendo produtos de inscrição garantida na pauta de exportação. Nos óleos vegetais, destaca-se o crescimento acentuado de nossa produção de soja, onde o alto percentual da safra se destina ao mercado externo, enquanto o amendoim tem experimentado flutuações na produção, mantido sempre o nível de atendimento à demanda interna, em situação tranqüila.

Carne e leite são também dois componentes de segurança no abastecimento nacional, havendo sempre excedente de produção (considerado o atual nível de demanda como normal), sendo absolutamente inexistente a crise de oferta dêstes produtos; embora muitos afirmem isto, certamente por não diferençarem a crise de oferta da crise de preço, esta oriunda da estacionalidade da produção.

Mas se é êste o panorama da produção primária nacional, por que se fala tanto em alto custo de vida, em crise no setor, em ineficiência do Ministério da Agricultura, no papel da SUNAB etc.? A interpretação dêste fenômeno está intimamente ligada de um lado à própria organização da produção, e a estrutura da comercialização, enquanto o baixo índice de renda da população responde pelo resto.

COMERCIALIZAÇÃO À MODA ANTIGA

O processo integrado de comercialização rural apresenta-se atualmente como o maior entrave ao melhor desenvolvimento do meio. E desta forma, inibe a expansão da produção, desejável a cada vez que se considere a missão abastecedora do Brasil em têrmos mundiais.

A ineficiência do processo é identificável sem maior esfôrço, tanto pelas crises de oferta em plena safra, quanto pela absoluta falta de relação entre as flutuações dos preços a consumidor e a produtor, a certo instante, em determinado produto.

Diversas causas conduzem a êste ponto. No primeiro elo da cadeia, estão nossos agricultores, despidos em esmagadora maioria de senso de organização comunitária. Isolados, não sabem se defender, ficando às ordens do primeiro comprador.

Segue-se então uma série interminável de operações de compra e venda, que oneram em cada passo o produto. Estamos ainda longe, embora já existam pequenas experiências a respeito, de possuir as grandes organizações de mercado, que adquirindo na fonte o produto, encarregam-se de sua distribuição a consumo, reduzindo o número de operações no processo de comercialização.

O esquema de transporte também não corresponde, pela característica brasileira de grande predominância rodoviária sôbre o trem. Isto mais uma vez onera o custo, por razões conhecidas.

O panorama de armazenamento segue de perto as ineficiências anteriores. Os esforços da CIBRAZEM ainda não trouxeram os resultados desejados, permanecendo a paradoxal capacidade ociosa em certas regiões, paralelamente à desassistência de outras, uma decorrência da localização *política* de muitas unidades armazenadoras.

Finalmente só agora, começa-se a despertar a atenção para a necessidade dos mercados terminais de produtos agrícolas juntamente com Centrais de Abastecimento, último elo da cadeia de comercialização entre o produtor e o consumidor.

Cooperativas, estradas vicinais e de escoamento, organizações fortes de comércio agrícola, mercados terminais e centros de abastecimento são soluções indicadas no caso, a demandarem estímulos do govêrno, para mais rápida estruturação.

COMO SE DEVE FAZER AGRICULTURA

Como dissemos anteriormente, a produção agropecuária brasileira é fruto da atividade privada que a ela se dedica. Como se porta ela atualmente?

É verdade que a produção primária vem satisfazendo, já se disse, e com certa margem até, à demanda básica do País; isto, no entanto, é insuficiente para atestar seu melhor funcionamento. Salvo casos específicos, onde já existe organização básica, como, para citar um só exemplo, ocorre na orizicultura gaúcha, a verdade é que a agropecuária brasileira ainda está longe de ter uma estruturação condigna. Não existe ainda hoje entre nós, no ramo, uma estrutura tipicamente empresarial, onde a racionalização de princípios e métodos possa conduzir a uma produção marcadamente econômica. Um dos fatôres determinantes dessa situação é o baixo índice de capitalização na agricultura. Também o tradicionalismo do regime de sucessão, que passa aos filhos as terras dos pais, evidentemente não garante que essa gleba venha a ser explorada de forma desejável. Deve-se associar a esta observação o fato de que o alto custo da tecnificação adequada (pois muitos insumos são importados e de elevados preços) contribui a que haja menor propensão à inversão no setor. A manutenção, por outra parte, de um elevado teor da população no meio rural, associada a seu baixo nível cultural, resulta em tendência resistente à tecnificação da atividade.

Para que nossa produção agrária possa atingir, competindo, os mercados externos, uma profunda modificação na estrutura fundiária se faz mister. E que tenda ao incentivo à propriedade econômica, sem preocupações teóricas como as que assaltam o IBRA no seu conceito de *módulo*, de duvidosa aplicação. A propriedade ideal é aquela que, econòmicamente montada, tècnicamente explorada, e suficientemente capitalizada, traz como resultado o lucro indispensável ao empresário, para que êste se anime a novas inversões por novos lucros. Longe disto no entanto, e para maior tristeza, está o conceito que nossa Reforma Agrária endossa, da criação e estímulo à propriedade familiar, socialmente simpática, embora econòmicamente fracassada.

Haverá o dia, em que todos vão bendizer a felicidade do êxodo rural, tão necessário à nossa modernização primária, quanto hoje é combatido. Teremos uma agropecuária moderna e eficiente, quando 10% da população, vivendo no meio rural, produzirão para si, para o mercado interno, para o mercado externo e até para a constituição de reservas excedentárias, como fazem os países de agropecuária evoluída.

Mas para tanto, precisamos que o Govêrno proporcione meios para eletrificação rural, estradas vicinais, irrigação e drenagem, armazéns e silos, crédito agrícola apropriado e condições básicas de mercado. O estímulo eficiente à exportação seria o corolário dessa nova estrutura, onde o produtor seria o bastante competente para exportar seu produto, fazer sua contabilidade e publicar as contas de lucros e perdas de seu negócio.

Isto poderá nos capacitar a atender ao compromisso histórico de abastecer o mundo de alimentos.

ABASTECIMENTO INTERNO

Admiramos profundamente a vocação heróica que a SUNAB possui de apagadora de incêndios; à falta de uma política nacional de abastecimento, nada lhe resta senão tomar providências diante de fatos consumados. Proíbe-se então, a exportação de um produto momentâneamente em falta, quando deveria ter sido estimulada anteriormente, sua maciça produção. Muito embora como exemplo citemos países como Uruguai e a Argentina, que têm a coragem de racionar o consumo interno de carne, o principal alimento de seus povos, para garantir sua presença nos mercados internacionais.

A solução está em se estimar realìsticamente as necessidades de produção, para atender o consumo interno e a formação dos estoques reguladores, utilizando-se para isto os sistemas de incentivos, associados à garantia de comercialização. Feito isso com necessária antecedência, seria necessário complementarmente o conhecimento da nossa capacidade de exportação no ano, cuja estimativa gira muito próximo à realidade, para se encontrar os volumes desejáveis de nossas colheitas.

A simplicidade dêste raciocínio não rouba no entanto sua eficácia. Fica evidente, no entanto, que fatôres aleatórios ocorrem, a alterar sempre os dados básicos da igualdade. Sôbre êstes, sim, é que se deve fazer sentir a ação do órgão controlador, corrigindo a cada passo as tendências de derivação, para que, a tempo, se tenham condições de evitar desfalques nos mercados a serem atendidos.

A antecipação do conhecimento dos quantitativos a serem produzidos é em última análise o fator preponderante na certeza de um abastecimento tranqüilo. Porque antes do contrôle de preços, é a certeza do pleno abastecimento o que garante a estabilidade do sistema abastecedor, que, funcionando estável, abre as comportas para uma presença habitual do País no mercado indispensável da exportação; e é bom não esquecer, a venda externa continuada dá o necessário ponto de equilíbrio aos preços internos dos produtos agropecuários.

UM NÔVO MINISTÉRIO

Dentro de um esfôrço conjugado no sentido de se assegurar uma produção agrícola e pecuária condizentes com as necessidades de um consumo intensivo, interna e externamente, faz-se mister uma radical transformação no Ministério da Agricultura.

A realidade atual tem demonstrado haver muito pouca relação entre a produção agropecuária e a atuação do Ministério da Agricultura. Diga-se logo que não é por culpa dos titulares da pasta, que bons ou medíocres têm procurado navegar o barco dentro das dimensões que êle possui. Mas o que está errado é a própria (ou imprópria) dimensão do barco. Assim, a forte predominância dos serviços ditos de Promoção Agropecuária (e em especial o fomento agrícola) incumbe-se de tornar ineficaz qualquer esfôrço que nêle se concentre, pela mera razão de que fomento é atividade ultrapassada, como hoje se faz. A distribuição de mudas, o empréstimo de reprodutores, a manutenção de fazendas de criação e Postos Agropecuários, atividades centro do processo fomentista, não têm influência nenhuma sôbre agropecuária, e, ademais, absorvem grande parte das verbas do próprio Ministério.

Para que venha a haver relação eficiente entre a ação governamental e a atividade agrícola, dentro do nosso regime de livre emprêsa, deve-se adotar a filosofia moderna de que ao Govêrno compete executar as obras de infra-estrutura, às quais se devem associar os trabalhos de pesquisa e experimentação, enquanto uma especial atenção é voltada aos insumos agrícolas, em especial os fertilizantes e defensivos, e à mecanização.

Dentro desta formulação, entendemos deva prender a atenção do Ministério da Agricultura problemas básicos de infra-estrutura, como o da eletrificação rural, a abertura de estradas vicinais de escoamento da produção, a edificação de terminais e de centrais de abastecimento.

No campo da pesquisa agropecuária, onde o cientificismo exagerado e utópico deve ceder lugar a experimentação aplicada, intimamente relacionada com a função econômica a ser exercida, é indispensável a produção das variedades básicas, que, entregues às emprêsas privadas do Setor, servirão de ponto de partida para sua reprodução e distribuição aos produtores, função esta a que tais entidades estão plenamente aptas.

Sôbre fertilizantes e defensivos agrícolas, parece ser boa a idéia em vigor do FUNFERTIL, que carece, no entanto, de aperfeiçoamento, principalmente a necessária segurança por parte do agricultor e do fornecedor do adubo, de que a venda implica em registro automático no processo do subsídio. A mesma tese do subsídio deve ser adotada para tratores, implementos e máquinas agrícolas, cujo baixo índice de utilização por parte de nossa agricultura assegura o atraso tecnológico em que ela se encontra. Tal procedimento também serviria para eliminar a crise crônica da indústria especializada, cujos índices de venda êste ano (pouco mais de 6 mil unidades) foram os mais baixos de sua curta e difícil história.

No aspecto conjuntural, devemos atribuir ao Ministério da Agricultura a missão de grande delineador da política agrícola nacional, decorrendo de sua definição tôdas as demais atividades de todos os demais órgãos que se ligam à atividade rural, em especial a GECRI, a CREAI, o BNCC, o FUNFERTIL e a CFP.

Finalmente, no setor de serviços à comunidade agrícola, um papel importante cabe ao Ministério da Agricultura que deverá manter, com plena eficiência, uma consciente atividade de previsão de safras, com atualização contínua, enquanto promoveria a difusão diária das informações de mercado ao produtor, cuja inexistência é um sério entrave à atividade produtora.

Dada esta dimensão ao Ministério, seus demais ramos ineficazes se obscureceriam na medida em que sua pouca funcionalidade fôsse se tornando evidente, a um tempo em que passaria a existir uma saudável ligação entre aquêle órgão e a produção agropecuária do País. Porque a colonização, o fomento, a defesa, a inspeção, a classificação cairiam para as áreas de atuação dos Estados e das emprêsas privadas, que fariam disso o que julgassem útil.

A própria extensão rural, contando com êste esquema nôvo, ver-se-ia rejuvenescida em sua função, livre dos erros de tradução, e dando eficiência maior à boa máquina que possui. Daí por diante, o grande nome da agricultura brasileira seria o do Ministro da Agricultura, com tôdas as honras, de direito e de fato, com assento conquistado, pela sua própria expressão, em todos os pontos chaves da administração federal, e certamente também no próprio Conselho Monetário Nacional.

EXPORTAR É O "SLOGAN"

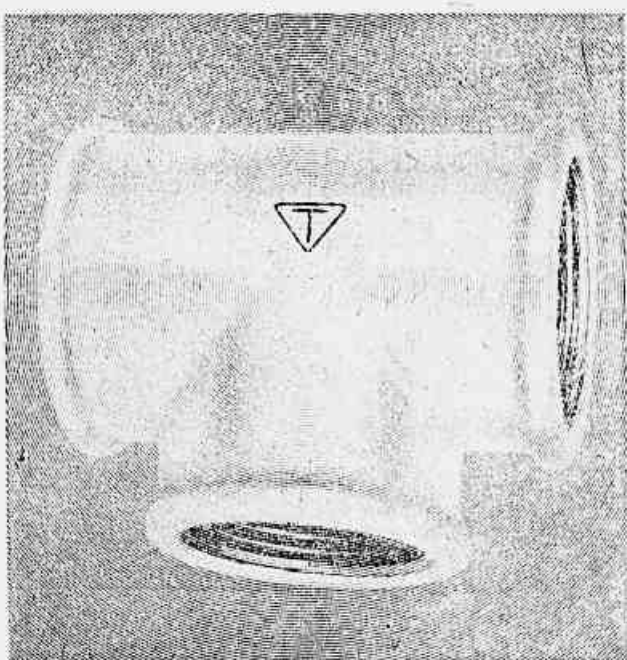
Se efetivamente implantado um sistema que vincule internamente a programação agrícola nacional, e a conseqüente produção do Setor, será preciso, ato contínuo, lançar-se uma política de exportação maciça. Que se baseie, em primeiro lugar, na segurança comprovada de que, mesmo havendo flutuações internas de oferta e preço, o fluxo de exportação não será interrompido. Se praticada esta primeira condição, efetivamente, em breve o País passará a ser considerado um fornecedor certo, passando a obter com isto, sobrepreço em todos os itens de sua exportação. Ainda com esta mesma finalidade, impõe-se o real funcionamento do fundo compensatório de exportação (FINEX), assegurando que mesmo quando o preço internacional seja insuficiente ainda aí estaremos presentes ao mercado, pela complementação com recursos do Fundo da diferença de preço verificada.

Se quanto à filosofia da exportação esta seria a linha, é verdade que medidas complementares deverão ser consideradas. A mais fácil, talvez, mas ainda pouco cuidada (salvo honrosas exceções) é a da *padronização* do produto a ser exportado. Esta medida se impõe como decorrência do amadurecimento de uma mentalidade exportadora, capaz por si de perceber a enorme vantagem da melhor satisfação do mercado comprador; em preferência e pagamento.

A infra-estrutura portuária para a exportação de produtos agrícolas é outro entrave, na realidade brasileira. Afora Santos, inegàvelmente aparelhado para exportar, pouco sobra ao País no campo. Paranaguá, o pôrto de um grande Estado produtor, como o Paraná, mal consegue colocar 7 mil toneladas em navios de 10,5 mil toneladas de capacidade, exigindo portanto complementação de carga em outro pôrto, custando tempo e dinheiro. Rio Grande, Rio de Janeiro, Recife, Salvador pouco melhor podem representar-nos neste pauperismo portuário. O milho que o Brasil possui hoje, se embarcado em grandes navios graneleiros de 18 mil ou mais toneladas, poderia competir (pelo reduzido frete) em qualquer pôrto europeu, com idêntico produto de outra procedência. Mas que pôrto brasileiro pode receber um graneleiro de 18 mil toneladas?

Finalmente, para agravar a situação, seguem os administradores querendo tomar um produto não padronizado, mal embarcado e eventualmente fornecido, e sôbre êle jogar 15% de impôsto de circulação de mercadoria; que poder de competição terá êste produto? Nas condições descritas, quem compreende que ainda se queira exportar impostos?

É preciso reformar; é preciso ter coragem e fazer um programa coordenado de exportação, onde estas medidas apontadas possam ser tôdas apresentadas pelo CONCEX, e com fôrça de resolução. Aí sim, poderemos sair pelo mundo com uma expressiva política de fomento à exportação porque ela estará fundamentada na indispensável consciência interna de que exportar é mesmo a solução.

E estaremos nos habilitando a dar cumprimento ao compromisso histórico que o Brasil tem.

Como inventar o futuro do Brasil

LUCAS LOPES

Agora que está-se tornando moda pensar no que será o ano 2000, parece oportuno criar-se no Brasil um núcleo de estudos capaz de investigar o nosso futuro, usando os novos instrumentos de pesquisa que estão dando à futurologia o caráter de ciência respeitável. Já é hora de tentarmos esboçar, com seriedade, uma análise das tendências gerais de evolução e das alternativas de desenvolvimento econômico e político que nos defrontam.

O esfôrço de especular sôbre o futuro, com seriedade, representa um exercício que talvez conduza a uma certa uniformidade de entendimento sôbre alguns aspectos essenciais da nossa evolução. Êle tenderá a tornar menos dispersiva a ação de nossas elites.

Os políticos e administradores decidem sôbre o futuro longínquo por intuições ou fantasias. A curto prazo pensam em têrmos de programas de metas ou modelos e estratégias, que se aplicam ao lapso de seus mandatos e são abandonados cada vez que um nôvo Govêrno se instala. Em sua tôsca objetividade são exercícios primitivos de futurologia, sòmente melhores do que a tradição da esquerda populista de programação por *slogans*. As experiências de planejamento macro-econômico, ainda que representando ponderável elaboração intelectual, não têm sido entendidas pelas elites nem trazem uma mensagem, uma idéia-fôrça, algo que polarize a ação coletiva.

Apesar de já têrmos acumulado um bom cabedal de cultura, realizado excelentes estudos setoriais sôbre os fundamentos geográficos da nação, e elaborado uma grande massa de memórias sôbre nossa evolução demográfica, econômica, social e política, ainda não sedimentamos um elenco de conhecimentos que pudessem servir de base ao esfôrço coletivo de elaboração de um *Projeto Brasil — Ano 2000*.

Ainda que, para alguns desenganados, devêssemos começar por destruir a estrutura social que vimos criando, o certo é que, para construir o futuro, deveríamos conduzir estudos mais amplos e profundos dos fatôres condicionantes de nossa evolução. Acredito que um esfôrço de análise a longo prazo de alguns problemas cruciais do nosso desenvolvimento poderia reunir em tôrno de uma mesa os líderes de quase tôdas as correntes de pensamento do País e poderia conduzir a um elevado grau de desarmamento de espírito e objetividade. Alguns exercícios de futurologia poderiam ser um bom método de educar nossas elites. Quase todos os povos desenvolvidos estão aperfeiçoando instrumentos metodológicos que permitam perscrutar, planejar e inventar o futuro. Seria oportuno tentarmos algo semelhante, para não continuarmos perplexos perante o Mundo e encantados perante o futuro.

Naturalmente, seríamos tentados, de início, a visualizar nosso porvir no contexto da evolução mundial, e ficaríamos surpreendidos de constatar que a velha fórmula — *Brasil, País do Futuro*, não tem mais conotação de elogio. No momento parece a alguns que devemos aspirar apenas à posição de líder empavonado do lamuriento Terceiro Mundo. Para outros devemos nos contentar na descoberta do caminho e do momento de ascendermos ao clube dos desenvolvidos. Para Herman Kahn, em seu já famoso livro — *Ano 2000*, no último têrço do Século XX o nosso País estará, pròvàvelmente, emergindo como um nôvo *intermediate power*, uma potência intermediária classificada na 5.ª *Categoria — "Países Grandes e Parcialmente Industrializados"* com população de ordem de 200 milhões de habitantes e renda por habitante de 500 dólares. Precisaríamos de 103 anos para atingir a renda *per capita* atual dos Estados Unidos. Não figuraríamos na lista dos 10 grandes, mas ocuparíamos o 13.º lugar da lista dos 19 aspirantes à promoção à categoria dos "importantes". Continuando a aceitar o desastroso crescimento de sua população, no Século XXI não será surprêsa que o Brasil tenha-se elevado à categoria de Grande Potência, do tipo chinês ou hindu, indonésio ou nigeriano.

Será necessário um grande esfôrço e muita lucidez se quisermos buscar destino menos medíocre. E êsse esfôrço tem que ser planejado por todos nós, deve resultar de uma decisão coletiva, do consentimento e do apoio de nossas elites.

Precisamos planejar nosso futuro demográfico. Precisamos controlar a natalidade nas regiões em que se amontoam excedentes intoleráveis de população. Temos que planejar as migrações internas para melhor ocupação de espaços vazios. Não devemos cultivar a ilusão de que poderíamos construir uma nação feliz se não reduzirmos o ritmo de multiplicação da população. E não temos tempo a perder, porque os que nascerem na próxima década serão jovens de 20 a 30 anos no ano 2000, e serão infelizes, como o chinês de hoje, se não reduzirmos nosso crescimento populacional.

Sob muitos aspectos o Brasil já está em condições de fazer um balanço sério de suas possibilidades e alternativas, para em seguida tomar uma atitude decidida de quebra de obstáculos e rompimento de novas linhas de evolução.

Nosso balanço energético aponta o caminho do impasse, em face do fracasso de nossa busca de petróleo e do monopólio dos minerais atômicos. Nosso balanço de recursos minerais revela medíocre resultado de exploração do subsolo de um país de proporção continental. A política de transportes conduz, há décadas, a uma hipertrofia rodoviária que é incompatível com a integração econômica a custos baixos. Lamentamos nosso atraso tecnológico no setor atômico, ou no espacial, em vez de concentrar esforços na modernização de nossa tecnologia básica: siderúrgica, química, eletrônica, mecânica, eletrotécnica e, por êsse método, multiplicar nossa produtividade atual. Na moderna tecnologia do *management*, da administração racional, revelamos enorme atraso que sem grandes custos poderia ser superado. A modernização da agricultura e a expansão das pesquisas de agronomia tropical poderiam nos dar, em poucos anos, resultados de excepcional valia. O exemplo do Japão é altamente educativo. Abandonou fantasias, copiou e incorporou tudo que pôde de tecnologia alienígena e hoje é pioneiro em setores essenciais como o siderúrgico, o eletrônico, o óptico e muitos outros.

Creio que tentarmos inventar nosso futuro, aprender a caminhar depressa sem invejar os que caminham na frente, colhêr as lições que os pioneiros viveram, são tarefas que poderiam unificar os esforços de nossa elite para a construção do *Projeto Brasil — Ano 2000*. Se isto não fôr possível é porque nosso destino é ser uma nova China — que até já tem uma *bomba atômica para usos diversos*...

Fertilizantes

Entre as várias causas tidas como responsáveis pelos baixos índices do consumo de adubos químicos no Brasil, os estudiosos do assunto arrolaram como principais as seguintes: deficiência dos trabalhos de experimentação, inexistência de eficientes serviços de extensão, preços elevados dos fertilizantes, dependência de abastecimento externo. As estações experimentais deixaram de cumprir o seu papel em relação à diversidade de condições das áreas agrícolas, ao passo que, ao longo do tempo, não se fêz esfôrço sério para institucionalizar um sistema capaz de transmitir aos agricultores conhecimentos úteis, quanto às vantagens da adubação. Por sua vez, a relação entre os preços dos adubos e os dos produtos agrícolas desestimulam maior emprêgo de fertilizantes. Não se pode deixar sem menção a irregularidade do suprimento externo, afetado por sucessivas alterações na política cambial.

Todos êsses fatôres negativos são, entretanto, de correção a longo prazo. Se se pretende enfrentar o problema com vistas ao curto prazo, há, certamente, uma indagação pertinente. Que é que, na verdade, transforma os fertilizantes (potássicos, nitrogenados e fosfatados) em insumo crítico da produção agrícola? A resposta, dada pelo Sr. Roberto de Oliveira Campos, foi a chave para a criação do Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais. *Mais do que em qualquer outro período do ano, os agricultores acham-se descapitalizados justamente nas vésperas do plantio.* Significa que, se se tem por objetivo o uso ampliado de fertilizantes, a solução residiria na abertura de uma frente de crédito específico para adubos químicos. Funcionando segundo normas que sòmente se tornam conhecidas ao término do período de entressafra, o crédito agrícola, para um apreciável número de culturas, chega aos agricultores com impontualidade. Não só isto: chega mitigado, bastando apenas para aquêle mínimo imprescindível de necessidades que assediam os homens da lavoura. Ainda não se havia tentado o crédito específico para a aquisição de fertilizantes e suplementos minerais. Agora existe, com prazo aproximado de 210 dias, que equivale ao período de safra acrescido de 45 dias. Assinale-se, outrossim, que êsse crédito, pôsto ao alcance dos agricultores que já conhecem as vantagens da adubação, é portador de um subsídio não inferior a 12% do valor de cada compra.

Na falta de estatísticas rigorosas, que permitam medir os efeitos da atuação dêsse Fundo sôbre a produção agrícola, adota-se como critério para julgar de sua eficiência o número de contratos de financiamento a compra de fertilizantes nos dois últimos anos. Em 1966, foram concluídos 43 100 contratos pelos bancos oficiais e privados, que formam a rêde de agentes financeiros do FUNFERTIL. No ano anterior, foi de apenas 11 700 o número de contratos concluídos pelos bancos oficiais. Não obstante, o Fundo operou durante tão-sòmente quatro meses do ano passado, de setembro a dezembro, embora o decreto de sua criação date de 14 de abril de 1966. Os poucos meses seguintes foram absorvidos na montagem do seu aparelho, cuja função específica consiste em aplicar seus recursos exclusivamente na concessão de estímulos financeiros aos produtores rurais, que empreguem adubos na formação de lavouras e pastagens; assim como suplementos minerais na alimentação de rebanhos leiteiros e de corte.

No citado período de quatro meses, o FUNFERTIL cobriu suas despesas bancárias relativas à venda de fertilizantes e suplementos minerais no valor de cêrca de NCr$ 20 milhões. Dêste total, os bancos oficiais de Minas e São Paulo distribuíram cêrca de 50%, cabendo à rêde bancária privada cêrca de um têrço do total de recursos aplicados. Observa-se, tendo em vista o montante das operações em 1967, que o Banco do Brasil sòmente ingressou no sistema, como agente do Fundo, em meados de novembro. Mas coube-lhe a soma de NCr$ 2,1 milhões.

O número de contratos de financiamento veio revelar que os fertilizantes e suplementos minerais constituem um insumo crítico da agropecuária por falta de assistência da rêde bancária aos produtores. Bastou que se acenasse com um estímulo eficaz para que o número de contratos quase fôsse elevado ao quádruplo, não obstante, como salientamos, ter o FUNFERTIL iniciado suas operações sòmente em setembro.

APEC n.º 129

A substituição das importações e as indústrias mecânicas e elétricas

J. L. ALMEIDA BELLO

É necessário, antes de entrar no assunto, dar ao leitor uma idéia global e generalizada dos ramos industriais que constituem o setor mecânico e elétrico, caracterizando as peculiaridades de sua estrutura funcional, a fim de que melhor se possa avaliar as implicações que o processo de substituição de importações imprime ao seu desenvolvimento.

O setor abrange alguns produtos metalúrgicos tais como as peças fundidas e forjadas, equipamentos industriais e maquinaria inclusive elétrica, os equipamentos para transporte — autoveículos, navios, vagões ferroviários e locomotivas — máquinas rodoviárias, tratores e implementos agrícolas e as utilidades domésticas.

Embora seja muito grande a diversidade de produtos, para facilidade de tratamento, podem ser grupados em bens de capital e bens duráveis de consumo; observe-se ainda que, sendo um setor de típica integração horizontal, os diversos ramos e sub-ramos constituem de per si, bens intermediários para a composição dos produtos finais. Para qualquer dêles, a tecnologia mecânica impõe fases de fabricação de peças e fases de montagem.

Assim, por exemplo: a indústria de autopeças cujos produtos se destinam à fabricação de automóveis, caminhões, tratores e máquinas rodoviárias; de motores, chaves e contrôles elétricos que compõem as máquinas operatrizes, máquinas transportadoras e elevadoras ou aparelhos eletrodomésticos; a fabricação de esferas ou cilindros de aço, anéis e outros acessórios que devidamente montados constituem os rolamentos.

O destino ou uso final do produto irá caracterizá-lo como bem durável ou de capital.

Entretanto para efeito de sua estrutura de produção — sua tecnologia de produção — a principal característica é a quantidade de unidades produzidas em d e t e r m i n a d o período, o que define a dimensão das séries de fabricação. S e r ã o então indústrias de peças seriadas — grandes séries — ou indústrias de maquinaria projetada para casos específicos e portanto fabricada em pequenas séries ou mesmo em algumas unidades.

Como exemplo das primeiras tomem-se os automóveis, os eletrodomésticos, os motores elétricos, os rolamentos de esferas, os motores automotivos. Para o segundo grupo, os grandes transformadores, as turbinas hidráulicas, os guindastes portuários, os vagões e locomotivas, os navios, motores diesel marítimos.

Todo e qualquer produto mecânico e elétrico, intermediário ou final, é sempre representado por um ou mais desenhos de fabricação que por sua vez são fruto de um projeto concebido por um técnico ou corpo de técnicos; é o que se chama de engenharia de produto.

O valor dessa engenharia dependerá do volume de trabalho — horas/homem — empregado em sua elaboração, das pesquisas aplicadas, dos protótipos construídos e dos conhecimentos e experiência técnica — *know-how* — acumulado sem realizações anteriores.

Obviamente quanto maior fôr a quantidade de unidades a produzir — dimensão da série — com o mesmo projeto ou desenho, menor será a parcela de engenharia, componente do custo unitário do produto.

Essas rápidas explicações procuraram demonstrar a importância da engenharia de produto nas indústrias mecânicas e elétricas, o valor intrínseco que ela representa e como é amortizada em função das unidades produzidas. Há, portanto, uma estreita correlação entre a concepção do projeto e dos desenhos de fabricação, e as características e dimensões do mercado; é êste que irá influenciar sôbre as decisões relativas à organização — mais ou menos complexa — de um escritório de engenharia e também sôbre a realização de pesquisas aplicadas, se fôr o caso.

As chamadas economias de escala determinam o custo do produto em função das quantidades produzidas; conhecida a capacidade de absorção do mercado deduz-se qual o custo mínimo da produção, o que por sua vez permitirá calcular o valor de cada parcela componente dêsse custo, entre elas a da engenharia do produto.

SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

São conhecidas as três etapas fundamentais que caracterizam o desenvolvimento industrial através do processo de substituição de importações. Após a implantação das indústrias tradicionais de bens de consumo gerou-se a necessidade de manter em operação essas unidades fabris; surgiram as oficinas mecânicas e elétricas com a fabricação incipiente de peças para manutenção e partes complementares.

Essa semente germinou ativada pelo desequilíbrio da balança de pagamentos iniciando-se a substituição dos bens duráveis de consumo, o que por sua vez aumentou sensivelmente a demanda de maquinaria e equipamentos. Persistindo as dificuldades para importação passou-se então a fabricar êsses bens de capital. Obviamente as etapas não apresentaram contornos nítidos em virtude da influência variável de diversos fatôres.

Segundo Hirschman, (1) são quatro os principais fatôres geradores do processo de substituição de importações: 1) guerra; 2) problemas de balança de pagamentos; 3) expansão do mercado interno por fôrça do aumento das exportações; e 4) política dirigida de desenvolvimento.

Entretanto, para o caso brasileiro, a balança de pagamentos parece ter sido a decisiva influência na aceleração do processo, precipitando a adoção de uma política desenvolvimentista, que culminou, especialmente para o setor mecânico e elétrico, com a implantação da indústria automobilística nos últimos anos da década dos 50.

O efeito multiplicador gerado pela instalação de doze fábricas de veículos automotores, os quais, por sua vez, motivaram a organização de cêrca de 1 600 emprêsas de autopeças, fêz-se sentir especialmente sôbre o desenvolvimento tecnológico decorrente das normas, especificações técnicas e avançados métodos de produção exigidos pelo nôvo ramo industrial.

Assim, a elaboração de matérias-primas e produtos intermediários em maiores quantidades e melhores níveis de qualidade, levou à implantação de indústrias que incentivaram vigorosamente a produção em outros ramos estimulando a oferta de bens de capital (máquinas e equipamentos).

Não se pretende debater a sistemática da implantação nem tampouco o custo social de todo o processo, mas sòmente a evolução da substituição de importações e suas implicações ao atingir-se um ponto de aparente declínio e desprezível efeito estimulante.

Observe-se que a implantação de tôdas essas indústrias mecânicas e elétricas provocaram uma transfusão maciça de tecnologia sob a forma de engenharia de produto, provocando de imediato a elaboração no País da e n g e n h a r i a de fabricação — desenhos de fabricação — com a conseqüente capitalização dêsses conhecimentos pelos escritórios técnicos de cada emprêsa. Êsse esfôrço foi aplicado nas indústrias de bens duráveis e também nas de bens de produção.

Entretanto a substituição das importações de maquinaria fêz-se nas camadas menos complexas, isto é, para aquêles bens cujo índice tecnológico girava em tôrno de 500 a 600 dólares por tonelada. Com a melhoria dos padrões produtivos e a absorção de novas tecnologias o índice aumentou ràpidamente atingindo nos primeiros anos da década dos 60 cêrca de 800 a 1 000 dólares por tonelada.

Por outro lado as importações de máquinas e equipamentos também tiveram seus índices tecnológicos aumentados substancialmente, situando-se hoje em tôrno de 3 000 dólares por tonelada.

Assim, pelas estatísticas de importação do Ministério da Fazenda — SEEF, referidas à classificação de bens de produção adotada pelo IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, os índices tecnológicos em US$/t, sofreram as seguintes variações:

	1953/56	1957/60	1961/63	1964/67
Maquinaria Mecânica	2 172	2 380	2 253	2 718
Maquinaria Elétrica	1 943	2 051	2 619	3 751
Equipamentos Industriais	517	1 255	1 310	2 464
Autopeças (veículos e tratores)	1 765	1 950	2 221	2 583

É necessário considerar que os valôres CIF das importações representam a tendência internacional em regime de livre concorrência e a eventual expansão dos preços em dólares foi relativamente reduzida não afetando a variação real do índice tecnológico expresso em dólares por toneladas. (2)

Houve portanto um crescimento gradativo do conteúdo de engenharia nos produtos adquiridos, sejam de fabricação local, sejam de importação.

Além dos males causados pela inflação na economia empresarial, outras implicações conjunturais conturbaram durante os períodos críticos da implantação das indústrias mecânicas e elétricas, a evolução do processo de substituição de importações: 1) crise aguda da capacidade de importar; 2) taxas de câmbio irreais ou artificiosamente corrigidas; 3) proteção alfandegária desequilibrada e estática, não acompanhando o desenvolvimento do parque industrial; 4) transportes marítimos e ferroviários com o baixo nível operacional deslocando o fluxo de carga para as rodovias cujos fretes eram indiretamente subsidiados; 5) tarifas de energia elétrica irreais; 6) instabilidade política.

O processo de substituição de importações passou também por períodos de excessivos estímulos seguidos por épocas depressivas, provocando marchas e contramarchas, não só em têrmos de produção, mas especialmente quanto à política de investimentos do empresário privado, dirigindo-os para a solução de risco mínimo, isto é, para os empreendimentos que exigissem menor prazo de maturação.

Ora, como a inflação progredia com voracidade, não havendo preocupação com os preços de venda, uma vez que os acréscimos de custo eram transferidos ao consumidor, a solução aparentemente indicada, era a de ganhar tempo para realizar com rapidez a necessária remuneração do capital empatado.

Foram assim relegados a segundo plano, salvo alguns honrosos esforços isolados, os investimentos em engenharia de produto, de longo prazo de maturação.

Amorteceu-se o esfôrço de concepção — criatividade — substituindo-o pela importação de projetos e técnicas de produção, numa simples cópia e adaptação às peculiaridades locais. Êsse foi em geral, o processo evolutivo: a indústria só encontraria mercado para seus produtos se pudesse oferecer qualidade e garantia de funcionamento que por sua vez sòmente podem ser obtidas com a capitalização dos conhecimentos e o hábito de pesquisa tecnológica. A solução natural foi a fabricação local de produtos habitualmente importados cuja reputação internacional compensasse a desconfiança normal do utilizador nacional.

ENGENHARIA DE PRODUTO

Após um determinado nível de industrialização — atual estágio de desenvolvimento brasileiro — quanto maior fôr o degrau (*gap*) tecnológico mais intenso se torna o fluxo de transferência de tecnologia. Entretanto, como as dimensões do mercado, através das economias de escala limitam a expansão industrial, segue-se que, para o consumidor poder dispor de produtos de elevado nível tecnológico, torna-se necessário importar aquelas peças ou partes complementares que não apresentem possibilidades de fabricação local.

Constata-se que, na medida em que a oferta nacional melhora o conteúdo tecnológico de seus produtos, cresce a importação de componentes e de produtos intermediários de maior complexidade, assim como de equipamentos e de máquinas especializadas e de maior precisão ou maior produtividade. Em outras palavras a importação desloca-se para produtos cujo valor agregado contenha maior parcela de serviços de engenharia e de pesquisa aplicada.

A tendência, portanto, para a substituição de importações em futuro próximo, dependerá essencialmente da capacidade de desenvolvimento da tecnologia própria — engenharia de produto — a qual por sua vez dependerá diretamente da expansão e do comportamento dos mercados consumidores. É uma etapa difícil de vencer uma vez que tendências antagônicas conduzem, senão à estagnação, pelo menos à lenta evolução do nível tecnológico dos produtos.

Assim, as economias de escala dos estabelecimentos produtores, agindo negativamente sôbre os investimentos em engenharia de produto, geram a importação de complexas partes complementares das máquinas e equipamentos fabricados pela indústria nacional, de-

sinteressando portanto o desenvolvimento da tecnologia local, para êsses componentes.

Por outro lado, essas importações possibilitam oferecer ao mercado, produtos de nível técnico adequado, compatível com os modernos métodos de produção e por preços comparáveis aos índices internacionais, condições essas que são essenciais para permitir a adequação econômica do capital fixo das emprêsas utilizadoras dêsses bens de produção.

Uma simples análise do problema permite concluir sôbre a extrema interdependência entre os índices de nacionalização dos produtos 3/ e o desenvolvimento da engenharia de produto. Êsses índices, quando fixados para fins de programas de implantação de indústrias, não poderão ser rígidos nem excessivamente elevados, pois conduziriam à oferta de bens de produção tècnicamente inadequados, de baixa produtividade ou de preço excessivo; entretanto não devem ser tão baixo que desestimulem a fabricação local dos elementos complexos.

Daí a necessidade de se influir no sistema, a fim de desenvolver a formação de técnicos, o hábito da pesquisa e a rápida absorção de tecnologia para adaptá-la às peculiaridades do mercado brasileiro. Em face dos investimentos em engenharia de produto terem custos elevados e prazos longos de maturação, sòmente a relativa segurança de uma demanda crescente leva a emprêsa privada a investir nesses serviços. Note-se que é sempre mais interessante para a emprêsa uma taxa de demanda crescente, mas moderada, do que rápidas expansões seguidas de períodos de relativa recessão.

Na evolução do processo, mesmo depois de atingir altos níveis de industrialização sempre haverá necessidade de importar máquinas e componentes de elevada especialização, os quais não reúnem condições capazes de interessar à produção local. Mesmo nos países industrializados essa importação existe, sendo entretanto compensada pela exportação de produtos de índices tecnológicos equivalentes. O intercâmbio entre os países é promovido pelas características industriais de cada um, aproveitando os recursos próprios e suas tendências produtivas.

Os investimentos maciços em obras de infra-estrutura com a participação da indústria nacional, respeitado o nôvo conceito de similar, estimula a formação de tecnologia local, através da transferência e rápida absorção da engenharia de produto, importada. As concorrências internacionais na área de energia elétrica, realizadas ùltimamente, têm propiciado a formação de interessantes consórcios, entre emprêsas nacionais e estrangeiras, atuando favoràvelmente sôbre o volume, o conteúdo tecnológico e o preço dos fornecimentos.

Quando os investimentos são dirigidos para as indústrias de bens de consumo, o próprio empresário local não contempla favoràvelmente a aquisição de bens de produção de origem nacional. Seja por facilidades de financiamento, seja por imposição de ordem técnica (máquinas, equipamentos ou processos cobertos por patentes não exploradas no País), seja por desconhecimento da indústria local (deficiências promocionais do fabricante de maquinaria), volta-se o investidor para a importação dos bens necessários à implantação de sua emprêsa.

As isenções fiscais, quando excessivas, oferecidas como estímulo ao desenvolvimento de determinados setores considerados prioritários, agem em detrimento da expansão da indústria local de bens de produção. Entretanto essa mesma importação, devidamente dosada, irá fomentar a formação da tecnologia nacional através da concorrência saudável entre a maquinaria importada e a fabricada no País.

Em todos os ramos das indústrias mecânicas e elétricas poderão ser mencionados números vultosos de exemplos de importação de partes complementares ou produtos intermediários e também de engenharia de produto sob a forma de licenças de fabricação; é a utilização da experiência acumulada por terceiros em intensas pesquisas aplicadas e conhecimentos profundos da fabricação e utilização do produto em causa.

Cada empresário, ao projetar seu produto, procura as melhores soluções técnicas e econômicas a-fim de maximizar o rendimento operacional de sua indústria com vistas à realização de negócios a curto e médio prazos, mas principalmente atentando para garantir, a longo prazo, sua posição nos mercados.

Torna-se portanto de interêsse para a própria indústria brasileira, quando por necessidades conjunturais devam ser fixados os índices de nacionalização, que sua conceituação seja realística, encarada com espírito aberto e em têrmos amplos e flexíveis, a fim de atender à evolução tecnológica, extremamente dinâmica da própria indústria, não cerceando seu poder de competitividade em têrmos técnicos e de custo, mas também atentando para o desenvolvimento local de engenharia de produto.

DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTADO

Ao atingir suficiente grau de maturidade as indústrias mecânicas e elétricas tendem a especializar-se fabricando em cada emprêsa alguns ou mesmo apenas um produto. As grandes emprêsas organizam-se em departamentos ou divisões de forma a reunir em cada unidade fabril os produtos cujos processos de fabricação, insumos de matéria-prima e componentes, sejam os mesmos.

É o setor em que os princípios da integração horizontal se fazem mais pronunciados. A tecnologia de produção, ou em outras palavras, a engenharia de produto, conduz a um modêlo de estrutura industrial que tende a minimizar custos e maximizar a utilização dos serviços técnicos — projetos e desenhos de fabricação — não apenas ocupando as horas de trabalho, mas particularmente aproveitando a total capacidade criativa do corpo de engenheiros projetistas.

A reforma tributária modificou o sistema de arrecadação do Impôsto de Vendas, passando-se a calculá-lo sôbre o valor agregado ao produto e não em *cascata*, isto é, sôbre o valor global do produto sem o crédito correspondente à operação anterior. Dessa forma o grande obstáculo fiscal foi removido, para que a horizontalização da estrutura do setor pudesse efetivar-se. Os benefícios ainda não foram plenamente atingidos uma vez que as modificações estruturais foram apenas iniciadas, embora o recolhimento do impôsto se faça pela nova legislação; em outras palavras: durante o período de transição, o impôsto do sistema ICM grava uma estrutura ainda do tipo IVC.

O principal fator de retardamento da evolução é o lento desenvolvimento do mercado. No início do período de industrialização mecânica (1950/1960) aproveitando de uma conjuntura de demanda interna reprimida, a expansão do setor foi rápida. Esboçou-se a estrutura horizontal da indústria, entretanto, não se atingiu um nível suficiente para que as economias de escala se fizessem sentir com mais intensidade determinando a definitiva especialização dos diversos sub-ramos da produção.

Daí a importância de concentrar esforços no sentido de expandir o mercado interno, promovendo os desenvolvimentos regionais, e complementá-lo pela exploração, em caráter permanente, dos mercados externos. É a forma de estabelecer a condicionante necessária para que as emprêsas industriais possam acelerar o desenvolvimento das próprias engenharias de produto.

Como é natural, todo o sistema possui sua inércia; no caso das indústrias mecânicas e elétricas ela é bastante elevada podendo em alguns sub-ramos atingir limites que não podem ser superados senão por processos de ação intensiva 4/. É necessário que se rompam essas barreiras para que o desenvolvimento passe a ser auto-sustentado.

O estágio de transição caracteriza-se pelo aumento da importação de tecnologia sob a forma de projetos, desenhos e assistência técnica e também de produtos intermediários complexos e matérias-primas especializadas. Nada há a temer, pois em geral o fabricante de um equipamento, máquina ou aparelho, prefere sempre abastecer-se no mercado interno. Sòmente recorre à importação quando houver grande diferença no preço do insumo ou seu nível de qualidade não fôr adequado. Uma política realística de proteção aduaneira com a necessária flexibilidade e rapidez em sua aplicação é suficiente para conduzir a bom têrmo a evolução do processo.

Assim sendo o índice de nacionalização de alguns produtos pode baixar, eventual e transitòriamente, isto é, durante o tempo necessário para que a tecnologia possa ser absorvida e venha a constituir a reserva necessária de conhecimentos para a concepção local da engenharia de produto.

Em outros casos, dada a impossibilidade de fabricação no País de determinadas máquinas, equipamentos e componentes complexos, por condições de economia de escala ou carência de insumos específicos, a pauta de importação cresce, devendo ser compensada pela exportação de produtos manufaturados cujas condições peculiares de fabricação garantam uma posição internacional competitiva.

Essa exportação compensatória pode ser realizada no âmbito da própria emprêsa; com essa finalidade foi criado o mecanismo de *draw back* sôbre o impôsto de importação e outras isenções fiscais. Diversas organizações industriais já se utilizam amplamente do processo com resultados interessantes, esperando-se que pela sua intensificação, os mecanismos fiscais se autolubrifiquem eliminando arestas e entrando em plena operação. Porém, sòmente será lograda a maximização do rendimento quando a emprêsa elaborar sua própria engenharia, utilizando a componente de importação como coroamento do produto ofertado para assegurar-lhe uma posição autônoma no mercado internacional.

O mesmo se passa, de forma mais simplificada, no mercado interno. Tanto os bens de capital como bens duráveis encontrarão maior receptividade quando suas características técnicas atenderem às peculiaridades exigidas pelo comprador e que necessàriamente não são idênticas às de outros países, de onde provieram os desenhos e especificações do produto original.

É todo um estudo mercadológico e de promoção de vendas que deve acompanhar a elaboração da engenharia de produto para que se consigam os resultados almejados. Sòmente a especialização, que conduza à efetiva estruturação horizontal das indústrias mecânicas e elétricas com a plena utilização de seus recursos produtivos, permitirá a auto-sustentação do processo de desenvolvimento promovendo a evolução equilibrada — em têrmos de índices tecnológicos — da substituição de importações.

Torna-se necessário observar ainda que a reserva de capacidade de produção instalada, típica das indústrias mecânicas e elétricas — não confundir com capacidade ociosa — deve ser estabelecida em função das dimensões do mercado interno complementado por uma parcela destinada à exportação. É claro que a maioria dos produtos não terá ainda condições para competir internacionalmente, porém é sempre possível pesquisar mercados externos regionais — ALALC, por exemplo — onde uma eficiente promoção de vendas poderá lançar o produto com resultados palpáveis.

A simples tomada de posição para enfrentar concorrências externas leva a emprêsa industrial a encarar com profundidade os problemas relativos à elaboração da engenharia de produto assim como os problemas de fabricação, especialmente os índices de produtividade, para as necessárias análises de custo de produção. Dessa forma estará aparelhada para enfrentar com segurança o desenvolvimento do mercado interno, reservando-o para a colocação de seu produto e evitando, portanto, as eventuais importações indesejáveis.

NOTAS

1 — Prof. Albert O. Hirschman — Universidade de Harvard — Política de Substituição de Importações.

2 — As estatísticas demonstraram que em 1967 (até setembro), especialmente nos ramos de maquinaria e equipamentos, houve uma importação intensiva, geralmente financiada a médio e longo prazos, destinada provàvelmente a investimentos em infra-estrutura e outros considerados de interêsse prioritário para a economia nacional. Êsse fator, aliado às exportações indiretamente subsidiadas (dumping), provocou um fluxo de importação de bens de capital cujo índice tecnológico médio apresentou-se inferior aos de 1965 e 1966. Trata-se de um efeito episódico, corrigido pela nova conceituação de similar nacional e por medidas tomadas pelo Conselho de Política Aduaneira.

3 — Considera-se índice de nacionalização a participação da somatória das parcelas de fabricação nacional no produto final. É geralmente expresso em percentagem e referido ao valor ou pêso próprio do produto.

4 — A reforma tributária, reavaliação dos ativos e do capital de giro das emprêsas, disciplinação do mercado de capitais, atualização progressiva das proteções aduaneiras, estímulos fiscais e outros, realizados em período curto (1964-1966) podem ser considerados processos intensivos capazes de superar as inércias e promover a necessária reestruturação industrial.

Sousa Lima recupera em um ano as finanças de Belo Horizonte conseguindo superavit

Vencendo um quadro deficitário que já se torna crônico, a Prefeitura de Belo Horizonte, pela primeira vez em muitos anos, encerra sua execução orçamentária com superavit. Êste resultado positivo, alcançado em apenas doze meses pela administração Luís Sousa Lima, é tanto mais de salientar quanto foi obtido após receber o mais vultoso deficit dos últimos 5 anos, e ainda pagar elevados compromissos em atraso, reduzir cêrca da quarta parte da dívida flutuante, pagar em dia o funcionalismo com aumento de 25 por cento, diminuir apreciàvelmente as despesas de custeio administrativo e aumentar o investimento em obras e serviços públicos. É o que revelam os dados do balanço referente ao exercício findo, como deixam patente os números e gráficos aqui estampados, testemunhando a eficiência do trabalho realizado pelo Prefeito Sousa Lima e sua equipe administrativa, com destaque para a firme e dinâmica atuação do titular de sua pasta financeira, o Secretário Eugênio Klein Dutra.

A SITUAÇÃO INICIAL

Poder-se-á compreender melhor a magnitude do esfôrço desenvolvido pela administração Sousa Lima em seu primeiro ano à frente da Municipalidade belo-horizontina considerando-se a situação que o atual Prefeito encontrou, ao lhe ser transmitido o cargo, a 31 de janeiro de 1967. Esta era a seguinte, com referência aos créditos:

	NCr$
Em caixa	40 359,29
Depósitos bancários	1 668 120,17

No reverso da medalha, entretanto, em contraposição a êsses créditos, que totalizavam NCr$ 1 708 479,46, havia compromissos a pagar no total de NCr$ 5 373 939,59, assim repartidos:

	NCr$
Promissórias vencidas em bancos	1 800 181,15
Pessoal, empreiteiros e fornecedores	3 573 758,44
além da Dívida flutuante, no montante de	24 105 908,40

A recuperação financeira da Municipalidade, em face disto, tornou-se uma preocupação fundamental da atual administração, que agora, ao término de seu primeiro período anual, vê coroados de êxito os seus esforços, numa eloqüente demonstração de como foram acertados os rumos que se traçou e as providências que tomou de maneira eficiente e segura.

SALDO SIGNIFICATIVO

Como demonstram os números abaixo, foi significativo o saldo positivo registrado na execução orçamentária de 1967.

	NCr$
Receita arrecadada:	37 771 752,93
Despesas	36 770 382,16
Superavit	1 001 370,77

Uma comparação com o exercício anterior mostra os seguintes dados:

	NCr$
Receita orçamentária	35 432 455,33
Despesa do exercício	41 062 911,31
Deficit	5 630 455,97

Êste deficit, deixado à administração Sousa Lima, foi o maior registrado nos vários exercícios desde 1963.

Cumpre ainda salientar que a situação econômica da Municipalidade, que era negativa no exercício anterior, passou a ser positiva no agora encerrado. Êste é o quadro comparativo:

1966: NCr$ — 9 746 485,20 (negativo)
1967: NCr$ + 15 429 617,20 (positivo)

Êste saldo econômico positivo representa mais um resultado da rigorosa moralização dos gastos públicos, com rígido critério e racional contrôle das aplicações, que é norma constante da administração Sousa Lima.

VULTOSAS DÍVIDAS RESGATADAS

Compromissos cujo resgate se impunha de imediato compunham grande parte das dívidas encontradas pela atual administração, constando de promissórias já vencidas em bancos e de atrasados a pessoal, empreiteiros e fornecedores. Com o pagamento das dívidas de exercícios anteriores, a atual administração da Capital mineira despendeu NCr$ 8 119 394,89, e mais, com as despesas do exercício, NCr$ 28 650 987,27.

Foi substancialmente reduzida a dívida flutuante, que desceu de 24 bilhões de cruzeiros antigos para cêrca de 18 bilhões.

A administração Sousa Lima, além disso, manteve constantemente, em caixa, a disponibilidade financeira aconselhável, em nível nunca inferior a 2 bilhões de cruzeiros antigos e correspondente ao numerário necessário ao pagamento de pessoal e compras à vista. Deve-se pôr em relevo que a efetuação de compras à vista vem importando em apreciável economia para a Prefeitura nas despesas de material.

MENORES DESPESAS DE CUSTEIO

É importante salientar que êsses resultados positivos não foram alcançados em razão de qualquer aumento de tributos. Foram, sim, conseqüência da racionalização dos serviços da Municipalidade, em razão da reforma administrativa que o Prefeito Sousa Lima realizou, desburocratizando e tornando mais eficientes os serviços internos, bem como da rigorosa contenção dos gastos supérfluos. Ao mesmo tempo que se obtinha maior produtividade, conseguia-se também maior economia reduzindo-se as despesas de custeio da administração.

Estas, de fato, que haviam sido de NCr$ 21 318 044,03, em 1966, baixaram, em 1967, para NCr$ 21 267 970,00.

Registrou-se tal diminuição apesar de haver a administração atual efetuado o pagamento de todo o seu funcionalismo com o aumento de 25 por cento. Os gastos de Govêrno e Administração Geral, que em 1966 tinham sido, em números redondos, de NCr$ 9 600 000,00, desceram em 1967 para NCr$ .... 7 600 000,00.

AUMENTA O INVESTIMENTO EM OBRAS PÚBLICAS

Mais ainda: todo êste esfôrço de recuperação econômica e financeira da Prefeitura de Belo Horizonte se operou sem paralisação dos investimentos em obras e serviços, e mesmo sem qualquer redução substancial nos mesmos. Ao contrário: houve aumento dêsses investimentos, tanto nas aplicações normais da rotina administrativa, quanto em obras e serviços novos que estão beneficiando numerosas áreas da Capital de Minas. É o que demonstra uma comparação entre o que se investiu em obras no exercício anterior e no agora encerrado, do seguinte modo:

Investimento em 1966: NCr$ 20 100 000,00
Investimento em 1967: NCr$ 21 000 000,00

E o programa de obras públicas vai ser cada vez mais intensificado, graças à recuperação econômico-financeira que a Municipalidade conseguiu efetivar. No programa para o corrente ano, entre as obras de maior vulto, destacam-se as seguintes, algumas já em andamento, outras para breve início:

Prosseguimento da Avenida Afonso Pena, no Cruzeiro;

Abertura da Avenida Pedro Paulo Penido, ligando a Avenida Antônio Carlos à Praça Bagatelle, em frente ao Aeroporto da Pampulha;

Prosseguimento da abertura da Avenida Teresa Cristina;

Prosseguimento da Avenida Prudente de Morais;

Asfaltamento da Avenida das Bandeiras (Estrada Velha da Pampulha);

Construção do Túnel da Lagoinha;

Obras do nôvo Cemitério da Paz, com área de 600 000 metros quadrados;

Canalização do Córrego do Zoológico, no bairro São Pedro;

Canalização do Córrego da Serra — entre as Ruas Desembargador Drumond e Maranhão;

Canalização do Córrego da Avenida Francisco Sá — trecho entre Rua Erê e Platina;

Levantamento aerofotogramétrico do Município, sua interpretação e mapeamento;

Extensão da rêde de energia elétrica, bem como da iluminação pública com lâmpadas a vapor de mercúrio.

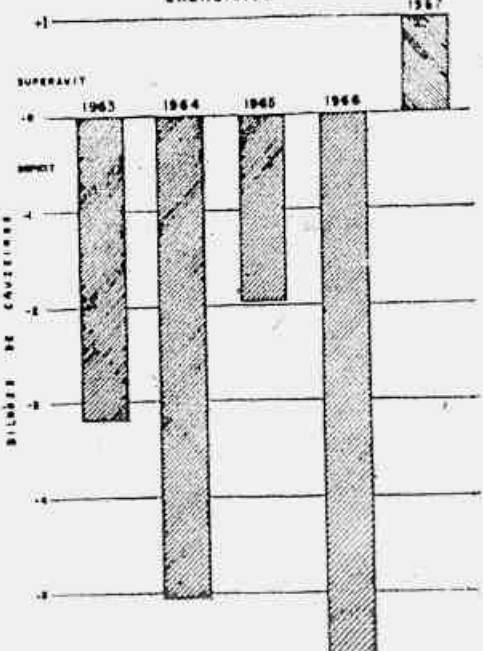
Conclusão das obras da adutora do Rio das Velhas, que assegurarão à Capital, no ano vindouro, farto abastecimento de água para três milhões de habitantes, isto é, o triplo de sua população atual, bem como remodelação e ampliação das rêdes de água e esgotos, para o que a Municipalidade já assegurou todos os recursos, conseguindo os empréstimos necessários;

Construção do metrô de Belo Horizonte, cujos estudos e planos já estão prontos, já havendo propostas de grandes emprêsas do exterior para construí-lo com financiamento a longo prazo.

NOVAS PERSPECTIVAS

São, realmente, novas e alvissareiras as perspectivas que se abrem para a Capital mineira, em face dos resultados alcançados pela Prefeitura no primeiro ano da administração Sousa Lima. Como se depreende claramente do que em síntese acabamos de expor, refletem êles a execução de uma sadia política financeira, que se baseou principalmente na redução geral dos gastos com pessoal, com material de consumo burocrático e com serviços de terceiros. Moralizaram-se e contiveram-se as despesas. Pagaram-se as dívidas. Restaurou-se o crédito da administração pública. Equilibrou-se a execução orçamentária. O dinheiro arrecadado dos contribuintes frutifica na maior aplicação em obras públicas, cujo ritmo e amplitude se intensificam, em razão da solidez da situação atingida. E, nas novas frentes de trabalho que se abrem, vai-se traduzindo em sensível realidade o lema que sintetiza, em têrmos de expressão popular, o programa e o objetivo da administração Sousa Lima: fazer de Belo Horizonte uma Cidade melhor para se viver.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE
EVOLUÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO/EXERCÍCIOS

1963 · 1964 · 1965 · 1966 · 1967
SUPERAVIT · DEFICIT
BILHÕES DE CRUZEIROS

Os deficits que se vinham registrando sucessivamente e aqui mostrados desde 1963, pela primeira vez, dão lugar a superavit na execução orçamentária

Seguro de Crédito no Mercado de Capitais

As organizações de financiamento (intermediários financeiros) ao recolherem poupanças do público, assumindo a responsabilidade de devolvê-las dentro de certo prazo, acrescentadas de uma determinada remuneração, preocupam-se em igualar os fluxos de (1) retôrno dos recursos aplicados e (2) a devolução das poupanças captadas. Certos fatôres inerentes ao mercado creditício podem contrariar o sucesso dêsse ideal equilíbrio. Há que enfrentar o problema dos atrasos previstos e imprevistos, a necessidade do resgate antecipado de um emprestador, assim como os riscos de insolvência dos financiados.

É evidente que a soma dêsses fatôres pode prejudicar o equilíbrio entre o fluxo das entradas e o fluxo das saídas. Para contrabalançá-las surge a necessidade operacional de criar e manter certas reservas de segurança, obrigando a imobilização de recursos próprios.

A avaliação dessas reservas procede-se em bases estimativas, devido à incerteza dos fatôres mencionados, sendo importante que a estimativa seja feita com a maior habilidade possível (a) por questão de segurança (insuficiente imobilização) e (b) em razão de seu custo (excessiva imobilização).

Então, se houver meios de transformar um procedimento estimativo, do qual está em jôgo certa segurança de trabalho, em elemento exato e prèviamente conhecido, a capacidade de gerência dessas entidades tornar-se-á mais sólida.

Entre os fatôres de desvio do equilíbrio dos fluxos financeiros, tem papel atuante o risco de insolvência dos financiados. Individualmente, cada entidade de financiamento estima suas reservas para enfrentar o risco, esperando que o comportamento do mercado se conforme com a sua expectativa. Entretanto, a instituição do seguro oferece a vantagem de aceitar a responsabilidade dêsse risco por um custo predeterminado, retirando do empresário-financeiro êsse ônus de segurador.

Paralelamente à maturidade do mercado de capitais, vem se desenvolvendo o seguro de crédito, procurando preencher a lacuna que lhe cabe nesse mercado. O advento da resolução 45 do Banco Central ampliou a área de atuação. O sistema de crédito direto ao consumidor tem sido o grande aliado do seguro de crédito no setor. Por sua vez, o seguro de crédito cria condições de maior desenvolvimento das operações, por fornecer ao organismo financeiro um apoio na retaguarda.

A recuperação do mercado de eletrodomésticos, registrando excelente expansão de vendas; o financiamento da compra de veículos de passageiros ou de transportes de carga, como também de equipamentos e máquinas industriais; ou mesmo do capital de giro com garantia da alienação fiduciária de estoques, pressionam os recursos das fontes de financiamento de crédito. Em qualquer dessas faixas o Seguro de Crédito está capacitado para absorver os riscos naturais de insolvência crecitados.

A concessão de financiamento para a compra de veículos pelo usuário final tem fornecido apreciável demanda pela garantia dêsse tipo de seguro. Quer esteja apoiado no aval do devedor ou mesmo sem êle, pode-se recorrer ao Seguro de Crédito. Em regra geral, o preço do seguro incorpora-se ao custo da operação, transferido, portanto, ao tomador do financiamento. Algumas financeiras chegam a utilizá-lo como veículo de propaganda da liquidez, registrando nas próprias Letras de Câmbio a garantia do seguro.

Do ponto-de-vista de uma financeira o custo do seguro é variável, dependendo do tipo de garantia sob a qual assenta-se o crédito. Temos abaixo as taxas que se aplicam ao valor do crédito de uma operação de financiamento pela venda de veículos, aparelhos eletrodomésticos ou de qualquer outro bem de consumo durável.

Prazo do Financiamento (meses)	Taxa aplicável sôbre o total devedor — Com aval do Vendedor ou Distribuidor %	Taxa aplicável sôbre o total devedor — Sem aval do Vendedor ou Distribuidor %
6	0,390	0,600
12	0,585	0,900
18	0,780	1,200
24	0,975	1,500

Vê-se que a ordem de grandeza dessas taxas não constitui embaraço ao desejo de adicionar ao custo da operação o ônus do seguro. Em uma operação de 24 meses, a taxa maior de 1,5% (note-se que não se trata de uma taxa mensal, mas apenas de uma taxa que se aplica sôbre o total do crédito em risco) desaparece quando se a compara com juros e correção monetária. Entende-se também garantidos pelo seguro os encargos do financiamento tais como juros, correção monetária etc.

Algumas financeiras exigem que o financiado avalize os títulos e, êle mesmo, para obter a aprovação do crédito, faça o seguro. Entretanto, êsse sistema é um pouco mais oneroso, e não conduz à melhor garantia para o financiador.

Naturalmente, as condições contratuais de um seguro de crédito impõem certas obrigações ao segurado, para manter o espírito do seguro. Delimita prazos, estabelece obrigações e cláusulas que corporificam o contrato.

A participação do segurado nos prejuízos (perdas líquidas definitivas) é uma das normas universais que regem seguros dessa natureza. Nas condições das apólices brasileiras essa participação em geral é de 20% em cada prejuízo, sendo de 10% nos financiamentos do tipo Finame.

Os limites da responsabilidade do seguro, previstos nas condições, estão acima da média operacional do mercado financeiro. Sempre que fôr necessário pode-se obter elevação do limite em casos específicos, mediante solicitação prévia. Os limites básicos, aprovados pelo Instituto de Resseguros do Brasil e em vigor no mercado, estão obedecendo à seguinte escala:

a) Pessoa física — NCr$ 50.000,00
b) Pessoa jurídica — NCr$ 200.000,00 400.000,00
c) Avalista — NCr$ 1.000.000,00

A cobertura da pessoa física só é admitida se o financiamento estiver apoiado em uma garantia real, que pode ser alienação fiduciária, hipoteca, contrato de reserva de domínio etc.

Em caso de prejuízo o segurado, para habilitar-se ao direito da indenização, se obriga a tomar tôdas as providências judiciais na defesa do crédito em risco, isto é, protestar os títulos, executar a reintegração de posse etc. Nesta modalidade de seguro, cobrindo créditos vinculados com garantias reais, a recuperação dos prejuízos se faz com maior eficiência, pois o objetivo do processo judicial é recuperar a posse da garantia do crédito. Os que têm experiência nesse campo, revelam não haver, sob o ponto-de-vista prático e, conseqüentemente, financeiro, têrmos de comparação entre a ação de reintegração de posse e a liquidação de uma concordata ou falência. Apesar disso, as condições do seguro possuem a figura do Adiantamento dos Débitos Atrasados antes que o prejuízo esteja legalmente definido.

O mecanismo do Adiantamento faz o seguro funcionar antes da definição do prejuízo, enquanto a situação estiver situada na área da expectativa do prejuízo. Após ter sido comprovado o necessário procedimento judicial para garantia do direito ao crédito em risco, a Seguradora se obriga em até 30 dias da data da comprovação, a começar a adiantar o valor dos créditos não liquidados, dentro da cobertura máxima do seguro que é de 80%, pois 20% correspondem à participação do segurado. Quando fôr definido o prejuízo efetivo processa-se o acêrto da eventual diferença.

Um ponto fundamental do seguro, básico para sua sobrevivência, é o de obrigar à averbação da totalidade dos créditos cobertos pelo seguro, designado especificamente nas condições do contrato emitido. Sendo assim, não é admitido ao segurado selecionar certos créditos para segurar, evitando que só sejam incluídos no seguro aquêles créditos carregados de alta dose de risco. Aprovado um seguro de crédito para cobrir operações-Finame, tôdas as operações dêsse tipo devem ser averbadas no seguro, entretanto não é obrigatório que operações de outro tipo sejam incluídas, a não ser que também estejam especificamente garantidas pelo seguro.

Por questões de precaução, para determinados tipos de bens que constituem a garantia do crédito, torna-se importante conjugar o seguro de crédito com o que garanta os danos materiais do objeto contra riscos aleatórios, procurando preservar a integridade física da garantia. Isto é muito utilizado no caso de financiamento de veículos, máquinas, equipamentos, móveis etc. Especificamente, em contratos de alienação fiduciária, a propriedade do objeto é do financiador até que o débito seja liquidado. Em planos de financiamento é normal adicionar uma importância ao valor básico para cobrir o custo do seguro, facilitando sua realização pelo comprador. A conjugação das duas coberturas interessa ao financiador, ao segurador, como também ao próprio comprador, pois êste fica com o seu patrimônio protegido contra as perdas materiais, decorrentes de causas incapazes de evitar.

A procura do Seguro de Crédito por parte das organizações de financiamento vem demonstrando um apreciável crescimento. Tal *performance* caracteriza-se como uma necessidade para garantia das operações. À medida que os seguradores e o Instituto de Resseguros do Brasil forem absorvendo a experiência dêsse nôvo e amplo mercado, a técnica dêsse seguro será aprimorada e fará com que êle preencha a sua função no mercado de capitais, em benefício dos segurados.

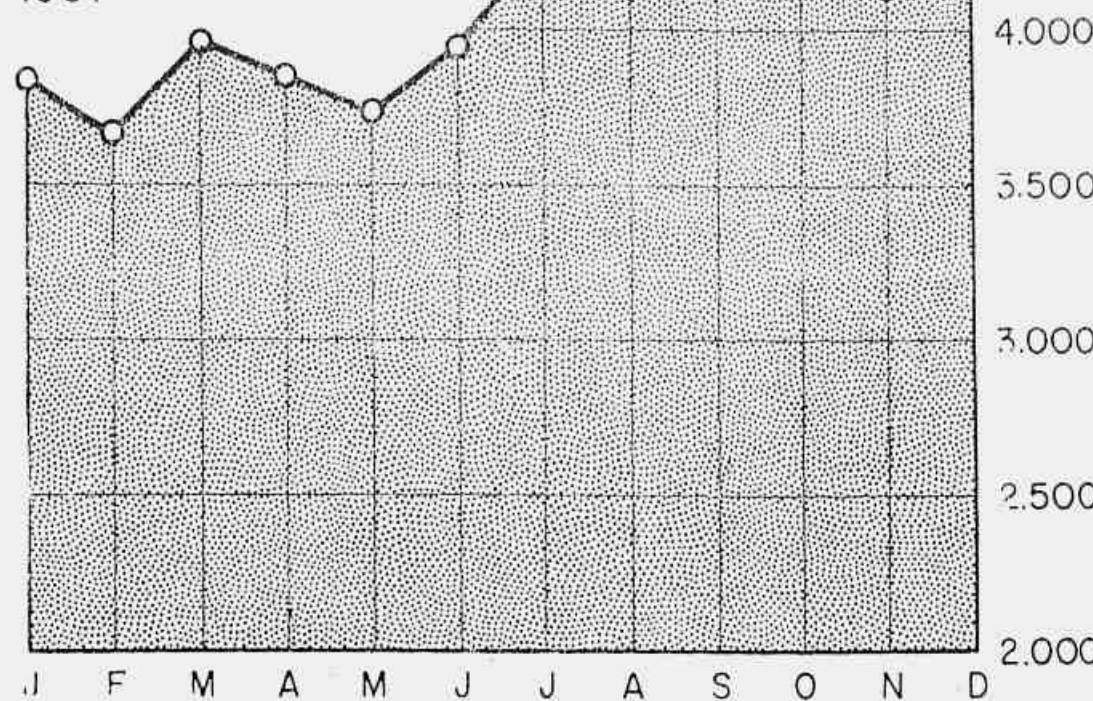
(APEC — n.º 133)

BÔLSA – ÍNDICE S/N

EM FIM DO MÊS

1967

J F M A M J J A S O N D

4.000 3.500 3.000 2.500 2.000

Recuperação industrial deve ser meta prioritária

A indústria, centro dinâmico do desenvolvimento nacional, ainda não apresentou plena recuperação da tendência declinante verificada desde 1961. Teve que vencer uma série de obstáculos, notadamente com relação a uma carga tributária cada vez mais asfixiante, atravessou o exercício de 1967 sob reflexos e repercussões do elenco de medidas econômico-financeiras que, visando precipuamente à estabilização, traduziram-se menos em têrmos de expansão industrial do que em retração de mercado.

Com a queda das vendas, surgiu o fenômeno da capacidade ociosa de produção e da elevação dos estoques na indústria. Não trabalhando a plena carga e perdendo a perspectiva de futuras expansões, a indústria sofreu uma diminuição relativa na sua capacidade de absorção da mão-de-obra.

As atribulações dos empresários provieram não só das dificuldades na colocação de seus produtos, mas, também, da necessidade de atualizarem-se e adaptarem sua organização a uma autêntica avalanche legislativa de natureza fiscal, trabalhista, comercial, previdenciária, de assistência social e habitacional, e de crédito e de títulos.

DEFESA DA INICIATIVA PRIVADA

A Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e o Centro Industrial do Rio de Janeiro, órgãos representativos do parque manufatureiro carioca, têm mostrado, em diversas oportunidades, a necessidade de se fazer uma ampla defesa da iniciativa privada contra uma campanha sistemática em favor dos princípios de estatização. Na problemática do planejamento governamental têm aparecido controvérsias, especialmente no campo dos investimentos programados, onde surge uma confusão na distribuição entre aquilo que deve ser executado pelo Govêrno e o que deve ser deixado a cargo do setor privado. Se o Govêrno estende suas atividades para setores onde a iniciativa particular pode obter resultados tão eficientes quanto êle, ocorre não só o desvio de recursos governamentais, mas de sua atenção para outras tarefas mais importantes e os resultados da economia se apresentam decrescentes.

Essa política enfraquece a iniciativa privada e o Govêrno não se fortalece por isso porque a economia, como um todo, sofre os reflexos negativos de uma intervenção desnecessária.

No Brasil, onde a industrialização e a reforma social se vêm processando concomitantemente, depende a emprêsa privada, além de um clima favorável, de algumas condições especiais. Uma delas se relaciona com a expansão da infra-estrutura social e econômica. É necessário que haja mais energia, estradas, comunicações, mão-de-obra qualificada e demais fatores básicos para que a emprêsa possa crescer e produzir melhor e mais barato. Outra, consiste em propiciar o aumento do volume da procura, mediante o acesso a novos mercados, internos e externos, que permita à emprêsa produzir em larga escala. É lícito esperar-se que o Estado faça o que lhe compete, ampliando o mercado interno com a inclusão de novas áreas na economia monetária e exercendo política comercial vigorosa que abra novas oportunidades à exportação.

CONTRÔLE DE PREÇOS

Um dos fatôres que têm contribuído para o menor desenvolvimento industrial e sem dúvida a política de contrôle de preços, cuja revisão já foi pedida às autoridades competentes. A indústria carioca, através da FIEGA e do CIRJ, transmitiu ao Ministro Delfim Neto suas preocupações, pleiteando a revisão da política de contrôle de preços, mediante a utilização dos instrumentos monetários adequados, associados a medidas de estímulo à eficiência e ao aumento da produtividade, abandonando-se, definitivamente, a prática de métodos burocráticos, comprovadamente desaconselhável pela experiência de outros países.

A política de estabilização de preços, tanto em sua forma atual (Decreto 61 993), como na precedente (Portaria Interministerial GB 71, Decreto 57 271 e Decreto n.º 38) vem suscitando debates permanentes com influências diretas e indiretas no âmbito empresarial.

Os industriais aplaudiram as iniciativas governamentais visando à estabilização monetária e sua participação efetiva no sistema mas reconhecem, por outro lado, que a situação foi alterada a partir do Decreto 57 271, de 16-11-65, que inverteu totalmente o princípio da livre adesão ao sistema, tornando-o virtualmente compulsório ao estabelecer que só poderiam participar de concorrências públicas, na qualidade de fornecedores ou subfornecedores, aquelas emprêsas que tivessem aderido à CONEP.

As sugestões levadas ao Govêrno não foram acolhidas. Uma delas propunha a transformação do órgão controlador de preços numa assessoria técnica às emprêsas, visando, sobretudo, ao aumento da produtividade. Ao contrário, além de não acolher essas ponderações, o Govêrno adotou maiores restrições à liberdade das emprêsas e, portanto, à economia de mercado. Posteriormente, surgiram medidas de maior intervenção do poder público, através do Decreto 38, regulamentado pelo Decreto n.º .... 60 205, fixando rígidos contrôles e impondo penalidades incompatíveis com o regime de liberdade econômica.

Por outro lado, a hipótese da elevação imediata da produtividade é de um modo geral inviável, por fôrça de diversos fatores, dentre os quais podem ser citados:

1) carência de assistência técnica que possa orientar a ação dos empregadores e empregados;

2) insuficiência de recursos humanos e técnicos necessários à execução de programas;

3) inexistência de uma política de elevação da produtividade de caráter oficial e de grande envergadura;

4) ausência de cooperação financeira com os órgãos privados que já operam neste setor;

5) mentalidade empresarial pouco receptiva às mutações exigidas por uma política de aumento da produtividade.

Resta, assim, ao empresário a alternativa de utilizar os lucros, vale dizer, seus recursos para reinvestimento, a fim de manter a estabilidade de seus preços.

PRESSÃO TRIBUTÁRIA

A indústria brasileira, e em especial a carioca, sofre forte pressão tributária que nos últimos anos vem-se apresentando em escala ascendente. As modificações fiscais se sucedem e se acumulam tão desordenadamente que se torna difícil saber-se, num determinado dia com segurança, quais as obrigações reais em vigor.

Ainda agora, a majoração da alíquota do ICM, de 15 para 18%, anunciada para abril, deverá aumentar em cêrca de 5% o custo de vida no Estado da Guanabara, além de desequilibrar tôda a programação das indústrias, já ameaçadas por outro tributo que será cobrado em breve: a contribuição de melhoria.

Esta asfixia tributária chegou a ser apontada como uma das principais causas da recessão econômica que sofreu o País e vem gerando protestos não só dos empresários e do povo em geral, mas também dos próprios planejadores e economistas.

O ICM que atualmente incide em 17,6% (a taxa é 15%, mas o cálculo é feito "por dentro") sôbre o preço das mercadorias consumidas pela população, com o aumento anunciado para abril, deverá incidir, na Guanabara, em 21,9% sôbre o preço.

O aumento das alíquotas do ICM não tem a menor justificativa, mesmo porque tal majoração poderá proporcionar resultados contrários aos interêsses da economia carioca em geral e do tesouro estadual em particular. O acréscimo da incidência do tributo recairá sôbre o consumidor que o pagará através da majoração correspondente de preços, a qual acarretará, em função do grau de elasticidade de cada produto, uma redução nas quantidades compradas, com reflexos diretos na arrecadação.

Ao contrário do que afirma o Secretário de Finanças do Estado da Guanabara, a nova modalidade de incidência do ICM não deverá promover a "instalação e expansão de indústrias no Estado". Isto porque os efeitos inflacionários da medida não se farão esperar. Vão ser onerados mais os artigos de consumo cotidiano, tendo como fatal conseqüência o aumento do custo de vida, determinando, naturalmente, o enfraquecimento do poder de compra de uma enorme massa de consumidores. Com um mercado interno fraco, com capacidade de consumo diminuída, é impraticável a instalação de novas unidades fabris.

O planejamento econômico nos países menos desenvolvidos

M. F. THOMPSON MOTTA

Após a Segunda Guerra Mundial pràticamente tôdas as nações subdesenvolvidas formularam projetos de planejamento integral de suas economias, muitos dêles inclusive dentro da ortodoxia dos planos socialistas

A Índia e o Paquistão com seus amplos planos qüinqüenais e suas autoridades centrais de planejamento adotaram o modêlo soviético de planejamento. Enquanto que em alguns países o planejamento ficou restrito à indicação dos métodos de ação para que a economia pudesse alcançar determinadas taxas de crescimento.

O planejamento econômico nestes países vem sendo adotado como um meio de solucionar o problema do crescimento econômico, visando, na maioria, alcançar elevados níveis de emprêgo e de reduzir as disparidades de rendas entre os grupos sociais.

É difícil avaliar o resultado da aplicação dêstes planos, porém não há dúvida de que todos ficaram muito aquém das expectativas e contribuíram de maneira significativa para a estatização de setores de atividade econômica normalmente da alçada da iniciativa privada

As razões desta situação desfavorável estão no próprio subdesenvolvimento dêstes países, pois nenhum plano pode ser implementado ou mesmo elaborado sem um mínimo de condições básicas, entre as quais podem ser salientadas: preparo técnico administrativo, estatísticas atualizadas, situação política estável, programas realísticos etc.

Os planos e projetos são freqüentemente abandonados em face da incapacidade administrativa em executá-los e os governantes têm a tendência de se preocupar apenas com os setores do plano capazes de representar algum ganho político perante a Nação. Assim, a fim de atender o desejo de muitos chefes políticos, o planejamento é desviado para cursos menos prioritários e que implicam na maior parte das vêzes em encargos excessivos para a economia.

Além disso, grande parte dêstes países em desenvolvimento adota a orientação industrial no sentido da nacionalização a curto prazo e a qualquer preço de alguns produtos considerados de prestígio, agravando de maneira sensível os custos internos, pois os mercados locais não comportam unidades industriais em escala de produção adequada.

Por outro lado, as freqüentes mudanças de Govêrno têm impedido a continuidade mínima dos planos de planejamento econômico dessas nações em desenvolvimento, pois cada govêrno que assume acha que deve ter o seu próprio plano.

A falta de coordenação entre os diversos setores do Govêrno e a iniciativa privada na fase de preparação dos planos contribui ainda mais para travar a execução dos mesmos. É interessante frisar que a iniciativa privada geralmente é responsabilizada pelo fracasso dêstes planos e, como conseqüência, são usados invariàvelmente contrôles e regulamentos para forçar as atividades privadas nas direções ditadas pelos planejadores.

Estas medidas são seguidas freqüentemente da intervenção mais direta, ou seja, o Estado a título de adotar ou alcançar alguma meta estabelecida nos planos de desenvolvimento penetra em áreas normalmente do setor privado, acarretando como conseqüência custos elevados para a economia.

Como resultado, em quase todos os países em desenvolvimento, a inflação recebe inevitável impeto, quando crescem os programas governamentais e aumentam os totais das despesas e as arrecadações tributárias conseqüentes.

No quadro a seguir, elaborado pelas Nações Unidas, pode-se analisar o grau de estatização de alguns importantes setores básicos de países Latino-Americanos que adotaram planos de desenvolvimento:

PARTICIPAÇÃO DO GOVÊRNO EM SETORES INDUSTRIAIS CHAVES NA AMÉRICA LATINA

PAÍSES	Energia	Est. de ferro	Navegação	Telecomunicações	Aço	Petróleo	Indústrias Químicas
Argentina	D	D	D	—	D	D	A
Brasil	D	D	D	D	D	D	B
Chile	C	D	B	B	B	D	A
Colômbia	D	D	—	D	D	C	C
Equador	D	D	—	B	—	—	B
México	D	D	—	B	D	D	A
Peru	A	A	D	—	—	A	A
Uruguai	D	D	D	D	D	D	B

Fonte: Nações Unidas — 1966.

Os símbolos indicam a participação direta relativa do Govêrno em setores industriais chaves do desenvolvimento econômico:

A = 1 a 25% — B = 25 a 49% — C = 50 a 74% — D = superior a 75%.

Ao contrário do que acontece nos países mais desenvolvidos, a indústria siderúrgica — por exemplo — dêstes países está com participação minoritária do setor privado, pois o índice D indica que o Estado possui mais de 75% das instalações industriais existentes. É interessante frisar que a indústria siderúrgica Latino-Americana trabalha atualmente com elevada ociosidade e obviamente com preços elevados.

No transporte ferroviário a participação do Estado também é superior a 75%. Somente na indústria química e petroquímica é que o Estado não tem ainda o domínio completo, nestes países Latino-Americanos.

Além dêstes problemas de ordem política e administrativa existe ainda uma série de problemas de ordem econômica, que dificultam sobremaneira a elaboração e a execução de um planejamento econômico nos países subdesenvolvidos. Assim, em virtude da carência total de estatísticas atualizadas e técnicos treinados, os cálculos dos planejadores estão sujeitos a um grau considerável de êrro na preparação e avaliação dos planos de planejamento.

O segundo problema econômico básico é que a agricultura, setor chave em quase todos os países em desenvolvimento, é sempre apresentada nos planos de planejamento em prioridade baixa ou nula e sem as soluções adequadas e indispensáveis ao seu crescimento. Desta maneira, a omissão do setor agrícola reduz consideràvelmente as possibilidades do êxito dos planos de planejamento.

O terceiro problema limitativo de ordem econômica é que os planos de desenvolvimento elaborados por êstes países em desenvolvimento são em grande parte demasiadamente ambiciosos, não só em relação aos recursos internos e externos disponíveis como também para absorver as rápidas mudanças estruturais necessárias.

Por exemplo, o plano de cinco anos de Marrocos visava um aumento anual do PNB de mais de 6%, contra um aumento médio de 1,5% nos oito anos anteriores. O plano foi abandonado depois de dois anos. O plano da Indonésia de 1965 procurou triplicar o rendimento da energia elétrica, quadruplicar a produção de cimento e quintuplicar a produção de petróleo. O plano era tão ambicioso que nunca foi implementado.

O Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, formulou os seguintes planos: 1948 (Plano Salte); 1956 (Programa de Metas); 1962 (Plano Trienal); 1966 (PAEG); 1967 (Plano Decenal); 1968 (Plano Trienal). Nenhum dêstes planos foi implementado corretamente, sendo que alguns não chegaram mesmo a sair do papel.

Portanto, a experiência encontrada nestes países subdesenvolvidos no pós-guerra requer uma reformulação do problema do planejamento a fim de que êle possa dar realmente alguma contribuição para o crescimento da economia dêstes países.

A solução aparentemente pode ser encontrada isolando-se o planejamento normativo (ligado ao Govêrno Federal e aos setores sob o seu contrôle), do planejamento indicativo, que comporta o setor privado e tôdas as áreas fora do contrôle do Govêrno Federal.

No planejamento indicativo, os planos seriam essencialmente fundamentados em previsões de longo prazo e que serviriam apenas como orientadores da iniciativa privada.

Êste planejamento deveria ser elaborado pela própria iniciativa privada sob a coordenação do govêrno a quem caberia apenas estimular alguns setores. Contudo, a realização do plano deveria depender exclusivamente da atividade econômica gerada pelas emprêsas privadas.

Desta forma, os objetivos do planejamento seriam mais fàcilmente alcançados, dando-se estímulos às emprêsas privadas, do que os restringindo em favor das atividades ligadas ao Govêrno. É importante salientar também que as taxas de crescimento dos países em desenvolvimento, que usaram o planejamento integral de suas economias, no pós-guerra, não foram mais elevadas e, em alguns casos, foram até substancialmente menores do que dos países que não empregaram uma complexa e dispendiosa máquina de planejamento, como aliás provam o México e Israel.

Transportes no Brasil: evolução recente e perspectivas

ELISEU RESENDE
Diretor do DNER

O término da Segunda Grande Guerra representou para o Brasil o início de uma fase de grande desenvolvimento em seu setor transportes. As grandes reservas de divisas acumuladas durante o período de guerra permitiram-nos realizar importações substanciais de veículos e equipamentos de transporte, tão logo êstes se tornaram disponíveis no mercado mundial. Tais importações, a rigor, destinar-se-iam à reposição de veículos e equipamentos fora de condições econômicas de uso, e também ao atendimento de uma procura adicional reprimida durante os últimos anos da guerra.

As grandes importações efetuadas na segunda metade da década dos quarenta não teriam continuado, não fôsse a melhoria apreciável ocorrida nas condições de mercado dos nossos principais produtos de exportação, particularmente do café, o que permitiu a manutenção de nossas importações em nível bastante elevado, até meados da década passada.

Aquelas importações, complementadas pela produção nacional já iniciada, deram início a um extraordinário processo de desenvolvimento do setor transporte. Êste setor passou a absorver parcelas sempre crescentes de capital, consumindo atualmente cêrca de um têrço da formação bruta de capital no País.

A evolução recente dos transportes no Brasil, a par de seu extraordinário desenvolvimento foi caracterizada por grandes desequilíbrios no crescimento dos diversos modos. Assim, a evolução do setor, em especial a partir da década passada, caracterizou-se por acentuado crescimento relativo do setor rodoviário, tanto no que diz respeito à carga quanto a passageiros. Ao mesmo tempo, observou-se acentuado declínio na participação relativa do transporte ferroviário de passageiros, e redução menor com relação à carga. Igual tendência foi observada no transporte de cabotagem, o qual teve muito reduzida sua participação relativa no total dos transportes.

Ao contrário mesmo do que ocorreu em quase todo o mundo, o próprio transporte aéreo teve sua contribuição continuamente reduzida no conjunto dos transportes internos, especialmente a partir de 1960.

O quadro I mostra a evolução dos transportes internos de carga, no Brasil, a partir de 1950. Pelos dados do quadro pode-se observar que, enquanto o transporte rodoviário cresceu mais de sete vêzes entre 1950 e 1966, em têrmos de carga transportada, o transporte por cabotagem não chegou sequer a duplicar e o ferroviário pouco mais que duplicou no mesmo período.

QUADRO I

EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO DE MERCADORIAS

(Bilhões de t-km/ano)

ANOS	FERROVIÁRIO	MARÍTIMO (Cabotagem)	RODOVIÁRIO	AÉREO	TOTAL
1950	8.3	8.3	10.8	0,057	27,5
1952	9.1	9.1	16.3	0,063	34,6
1954	9.4	10.0	22.3	0,033	41,3
1956	9.7	12.1	25.5	0,102	47,4
1958	10.5	12.5	32.0	0,116	55,1
1960	12.1	13.0	42.6	0,143	67,8
1962	14.4	16.2	52.0	0,127	82,7
1964	15.9	14.3	64.5	0,182	94,9
1966	18.8	15.4	79.6	0,166	114,0

Analisando a composição da carga transportada pelos diversos sistemas verificamos que o crescimento da carga geral foi absorvido quase inteiramente pelo rodoviário. A grande parte do crescimento da carga transportada pelos ferroviários e cabotagem constituiu-se de granéis. Para o ferroviário, o aumento nos transportes de minério de ferro foi o grande responsável pelo acréscimo verificado.

Para o transporte de passageiros, as modificações na participação dos diversos sistemas foram ainda mais acentuadas, como se poderá ver pelo Quadro II. No seu conjunto, o transporte interurbano de passageiros cresceu a taxas médias ligeiramente superiores às do transporte de carga. De fato, enquanto a carga transportada cresceu em média de 7,6% ao ano no período 1950-1965, o transporte de passageiros cresceu de 7,9% ao ano, no mesmo período.

QUADRO II

EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO DE PASSAGEIROS

(Bilhões de pass. — km/ano)

ANO	FERROVIÁRIO	MARÍTIMO (Cabotagem)	RODOVIÁRIO	AÉREO	TOTAL
1950	5.5	0,5	1,6	1,2	8,7
1955	7.5	0,4	4.8	1,7	14,4
1960	8.0	0,3	9,2	3,0	20,5
1965	8.5	0,4	15,5	2,6	27,0

Analisando a evolução para cada modo, verificamos que o transporte rodoviário de passageiros aumentou em mais de nove vêzes no período, 1950-1965 o que resulta numa taxa média de 16% ao ano, enquanto o ferroviário não chegou a duplicar o número de passageiros/km transportados, e o aéreo apenas duplicou. No mesmo período, a cabotagem via decrescer o seu total de passageiros/km.

Em têrmos relativos, enquanto a participação do ferroviário caía de mais de sessenta por cento do total em 1950, para menos de trinta em 1966, o rodoviário cresceu de menos de vinte para mais de sessenta por cento. O transporte aéreo e a cabotagem tiveram suas participações reduzidas respectivamente de 13 para 9% e de 5 para 1 por cento.

O CRESCIMENTO DA ECONOMIA E A DEMANDA DE TRANSPORTES

Tomada em seu conjunto, a demanda de transportes se caracteriza por reduzida elasticidade-preço e elevada elasticidade-renda. De fato, enquanto a demanda global de transportes é pouco sensível às variações de custo ou de preço para o usuário, as variações na renda influem substancialmente no comportamento da procura.

Para o transporte de carga, a elasticidade-renda tende normalmente a decrescer, na medida em que são alcançados estágios mais avançados no processo de desenvolvimento.

Transformando em índices os dados apresentados nos quadros acima, e comparando-os com o índice do Produto Nacional Bruto teremos uma visão precisa do descompasso entre o crescimento da economia e da demanda global de transportes. (Quadro III). A primeira e mais importante conseqüência direta dêsse fato é que os investimentos em transportes devem crescer também a taxas bem mais elevadas que as taxas de crescimento da economia.

QUADRO III

EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO DE MERCADORIAS E DO PNB

(N°s. Índices — 1950 — 100)

ANOS	FERROVIÁRIO	MARÍTIMO	RODOVIÁRIO	AÉREO	PRODUTO NACIONAL BRUTO	TOTAL
1950	100	100	100	100	100	100
1952	110	110	151	111	101	126
1954	113	121	207	146	107	152
1956	117	146	236	179	126	172
1958	127	151	296	204	143	200
1960	146	157	394	251	151	247
1962	173	195	482	223	161	301
1964	192	172	597	319	167	345
1966	227	186	737	291	170	415

Admitindo-se uma relação constante entre investimentos e serviços de transporte produzidos, a taxa de crescimento dos investimentos deveria ser pelo menos igual à taxa de crescimento da demanda. Ocorre, entretanto, que as inovações tecnológicas no setor têm permitido reduções de custos mas, geralmente, pela utilização mais intensa e de maiores volumes de capital. Ora, se as inovações tecnológicas vêm fazendo crescer a relação Capital/Produto, as necessidades de capital para novos investimentos são proporcionalmente maiores.

Esses fatos são de primordial importância para a análise dos problemas e do processo de desenvolvimento econômico, principalmente em países de baixo nível de renda e reduzida capacidade de poupança. Isto porque, a expansão da infra-estrutura de transportes representa uma das pré-condições para o desenvolvimento, mas os grandes investimentos que ela exige reduzem em muito as possibilidades de aplicações noutros setores e, conseqüentemente, condicionam limitando, o crescimento possível da economia. A situação é de um verdadeiro dilema: de um lado os transportes representam um dos pré-requisitos básicos da viabilidade do desenvolvimento; de outro lado, as inversões nos transportes, pelo seu vulto, reduzem as possibilidades de inversões noutros setores da economia, limitando assim o crescimento econômico.

A solução para o dilema deve ser encontrada na maior racionalidade nas decisões de investir, pelo estabelecimento rigoroso de prioridades de investimentos nos diversos setores da economia. Para os países carentes de capital, a utilização de poupança externa, através de financiamentos a longo prazo, pode contribuir decisivamente para a aceleração do processo de desenvolvimento. É o que está sendo feito hoje, em mais larga escala no setor transportes, através de negociações de crédito mais amplos a serem aplicados na construção e pavimentação de rodovias, no reequipamento dos sistemas de transporte ferroviário, marítimo e aéreo.

QUADRO IV

INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES

(Em milhões de cruzeiros novos)

Preços de dez. 1967

Setor de Transportes	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
RODOVIÁRIO							
Rodovias	1139	907	1127	933	734	1550	1245
Veículos	1890	1801	2426	2330	2314	1572	2134
Total	3029	2796	3553	3263	3048	3122	3379
FERROVIÁRIO							
Federal	299	342	319	330	266	379	302
Estadual	62	50	30	22	36	55	58
Total	361	392	349	352	302	434	360
MARÍTIMO							
Portos	46	90	65	35	34	32	37
Navios	143	137	162	244	119	129	279
Total	189	227	226	279	153	161	316
AVIAÇÃO							
Aeroportos	56	36	32	27	50	44	64
Aviões	307	301	154	24	24	33	106
Total	366	337	186	51	74	77	171
TOTAL GERAL	3978	4066	4316	3945	3517	3794	4132

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES

O quadro IV apresenta um resumo das inversões realizadas no setor transportes, no Brasil, período 1960-1966. Os montantes estão calculados a preços de dezembro de 1967 e deixam claro o fato de que o total não cresceu em ritmo satisfatório. É bem verdade que o crescimento da economia foi também bastante moderado no período, porém, um aceleramento do processo de desenvolvimento não será alcançado sem antes assegurar-se um substancial aumento dos investimentos no setor, ou então, uma elevação correspondente na produtividade dos investimentos já realizados.

O aumento de produtividade dos investimentos realizados é geralmente possível e muito vantajoso. Depende, entretanto, quase sistemàticamente de inversões adicionais, seja em padronização de equipamentos e acessórios, seja em instalações terminais ou outras destinadas a permitir ou facilitar a conjugação dos diversos modos. Essas inversões oferecem, quase sempre, rentabilidade muito elevada, dificilmente igualável por projetos regulares. Por essas razões nossas autoridades em assuntos de transportes estão hoje sèriamente empenhadas em obter maior eficiência, conjugação e integração dos diversos sistemas. Isto permitiria liberar recursos para investimentos em áreas onde a expansão se faz mais premente.

PERSPECTIVAS PARA OS DIVERSOS SISTEMAS

Antes de estendermos nossos comentários sôbre as perspectivas que podemos prever para os diversos sistemas, vale ressaltar que um conjunto de elementos atua no sentido de provocar ou de criar situações peculiares no tempo e no espaço. Assim, as condições geográficas, econômicas e o avanço tecnológico são elementos decisivos na criação e no desenvolvimento de um sistema de transportes. A evolução tecnológica, em particular, vem condicionando a estrutura da oferta e da demanda de transportes.

Não se pode admitir hoje o predomínio definitivo de um sistema sôbre outros. A própria tecnologia moderna nos oferece a possibilidade de equacionar a solução de cada problema de transporte segundo o maior interêsse econômico. É êste interêsse econômico que pode fazer com que se utilize o avião antes da rodovia ou que se utilize a rodovia antes do transporte fluvial, em regiões onde todos êsses modos são tècnicamente viáveis.

Foi o desenvolvimento tecnológico nos transportes rodoviários responsável pela total eliminação da ferrovia como sistema de transporte pioneiro e pela competição às vêzes desigual com os transportes aquaviários, quando se trata de mercadorias de valor mais elevado.

No caso particular do Brasil foi, sem dúvida, o progresso alcançado no setor rodoviário, associado à recém-criada indústria automobilística brasileira, responsável pela grande transformação estrutural na demanda de transportes.

Nossa frota de veículos — muito reduzida, ainda, em comparação à população — vem crescendo a taxas elevadas, criando condições, recursos e necessidade de expansão da rêde rodoviária, e mais particularmente da rêde pavimentada. De fato, o crescimento das rêdes pavimentadas, federal e estaduais, permite-nos prever que a sua extensão total, sòmente atingirá os 50 000km no início da próxima década.

A primeira pergunta que nos fazemos então, prende-se às perspectivas dos diversos sistemas de transporte, considerando-se particularmente o extraordinário crescimento do rodoviário nos últimos anos, comparado aos crescimentos modestos do ferroviário e marítimo. Referindo-nos aos dados representativos das modificações estruturais da demanda de transportes (Quadro IV) perguntamo-nos, qual será a situação em 1970, ou em 1975? Continuará o setor rodoviário aumentando sua participação relativa no total?

Quanto ao transporte de carga, acreditamos que o setor rodoviário está próximo de seu limite máximo de participação relativa. Os programas de reaparelhamento e melhoramentos de nossas estradas de ferro, portos e navegação, recentemente elaborados e já em início de execução, permitem prever uma recuperação progressiva das posições dos sistemas ferroviário e de navegação.

Cumpre-nos ressaltar que aquêles programas foram elaborados de acôrdo com as melhores bases técnicas, e dão grande ênfase à conjugação dos diversos meios de transporte, seja pela utilização de sistemas mistos como o *piggy-back* ou o *roll on roll off* ou pela ampla utilização dos modernos *containers*, hoje utilizados em quase todo o mundo.

Um eventual decréscimo na participação relativa do setor rodoviário no transporte de carga, não significará entretanto qualquer diminuição importante no crescimento do setor, de vez que, em números absolutos, o mesmo deverá continuar em grande expansão.

O mais importante entretanto, como contribuição ao processo de desenvolvimento econômico, seria a retomada de algumas posições perdidas pelos setores ferroviário e marítimo, os quais poderiam permitir uma significativa redução nos atuais gastos com transportes em nosso País.

Para o transporte de passageiros entretanto, prevemos um futuro mais pessimista para os sistemas ferroviário e marítimo. Quanto ao primeiro porque, bem poucas regiões brasileiras apresentam hoje ou apresentarão em futuro próximo densidade demográfica que possa justificar grandes investimentos suficientes para elevar a velocidade média nas ferrovias e ao mesmo tempo reduzir os custos para níveis competitivos com a rodovia. Quanto ao segundo, por causa da importância do fator *tempo* no transporte de passageiros, êle deverá continuar especializando-se em determinadas cargas como os granéis sólidos e líquidos, e na operação conjugada, transportando *containers*, reboques e semi-reboques.

Acreditamos que, sòmente com aperfeiçoamentos de inovações tecnológicas já aplicadas ao transporte por água, êste poderá voltar a competir favoràvelmente no transporte de passageiros.

Ainda para o transporte de passageiros, valeria lembrar o vasto campo reservado ao tranporte aéreo, num País de dimensões continentais como o Brasil, onde várias regiões tardarão muito a conhecer estradas pavimentadas. O transporte aéreo terá suas possibilidades muito ampliadas se souber aproveitar bem as inovações que estão surgindo, tanto no que diz respeito aos grandes jatos quanto aos pequenos aparelhos destinados às linhas alimentadoras dos sistemas-tronco. As possibilidades de redução num futuro bem próximo, dos custos da ton km ou passageiro km, para níveis inferiores à metade dos atualmente vigentes, abrem perspectivas quase ilimitadas ao transporte aéreo e permitem prever que, parte do mercado conquistado pela rodovia ao transporte aéreo no Brasil poderá retornar a êle dentro de algum tempo.

Se por um lado podemos antever um grande futuro para o transporte aéreo, por outro lado não nos podemos esquecer de que êle depende hoje e dependerá ainda mais no futuro, do sistema rodoviário, único capaz de complementar o avião, oferecendo flexibilidade, segurança e rapidez na conjugação das operações de transporte aéreo.

Finalmente, ao tentarmos estimar as perspectivas para os vários setores, observamos que o processo de transferência de carga e passageiros de outros setores para o rodoviário vem apresentando indicações de estar próximo do fim, o que nos leva a esperar daqui para a frente, um desenvolvimento mais equilibrado para os diversos modos, com as especializações adequadas a cada fim e que possam resultar na maior contribuição ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Da necessidade da motivação para o desenvolvimento econômico

MIRCEA BUESCU

A ficção do *homo oeconomicus*, racional, equilibrado, previsível, é tão obsoleta quanto a imagem do *gentil sauvage* que fêz as delícias dos salões literários europeus do século XVIII. São frutos da mesma filosofia, simplificadora e otimista, do alvorecer da descoberta das leis naturais: o movimento harmonioso das esferas de Leibnitz devia despencar em posições panglossianas "dans le meilleur des mondes possibles".

Facílima, a tarefa do economista, ou melhor, do político econômico num mundo dirigido pela *Mão Invisível*. Resume-se em estudar os mecanismos e tomar cuidado para que nada os perturbe na sua admirável engrenagem. Só pode entusiasmar-se por essas *harmonias econômicas* de tipo Bastiat, nas quais o *homo oeconomicus* se comporta de forma racional, em acôrdo com o esquema mecanicista, mas necessàriamente progressista, das atividades econômicas.

Tais posições foram, desde há muito tempo, abandonadas, mas o perigo ainda subsiste, não tanto o perigo de uma teleologia otimista, pois a ciência abandonou a idéia da providencial *Mão Invisível* e o homem, decepcionado pelo progresso técnico, acredita com menos fé no seu destino: mas sobretudo, num mundo de intervencionismo econômico e de planejamento, o perigo de lidar, como conceito operacional, com um tipo de *homo oeconomicus* não muito diferente da concepção racionalista do passado remoto.

Êsse último perigo é explicável, pela simplificação que proporciona ao planejamento. No ambiente frio do laboratório econômico, é extremamente tentadora a construção de modelos e planos que prefiguram o comportamento dos agentes econômicos, e que subentendem um tipo algo esquemático dêstes agentes: quanto mais esquemático o tipo, tanto mais fácil — e mais falho — o planejamento.

Infelizmente para o planejador, mas felizmente para o brilho e as perspectivas da natureza humana, a realidade é mais complexa — e é esta realidade de um agente econômico muitas vêzes imprevisível, muitas vêzes irracional, que a psicologia econômica estuda e que o planejador — ou o executor político do plano — não deve ignorar.

A importância dos elementos afetivos, das atitudes irracionais, não deve ser esquecida quando se quer antecipar o comportamento dos agentes dentro de um esquema econômico proposto ou impôsto à comunidade (mesmo quando impôsto em formas totalitárias). O caso não se refere sòmente à economia, e não constitui novidade, pelo menos numa formulação embrionária. Não dizia o poeta, dois mil anos atrás: "video meliora, proboque, deteriora sequor"?

A *humanização* da economia, no sentido de considerar-se o fenômeno econômico não isolado, e sim como fato complexo e interdependente na massa de fatos sociais, implica na admissão de um conceito realístico do homem, bem diferente do *homo oeconomicus*. Deve-se admitir a intromissão, no seu comportamento, de fatôres irracionais, pois o homem, além de ser o *roseau pensant* de Pascal, é também ser irracional, um ser que muitas vêzes, de acôrdo com a idade, o ambiente, o grau de cultura etc., reage diretamente ao *stimulus* sem passar pelo raciocínio perfeito, suposto pela escola clássica. Por exemplo, não constitui o efeito — demonstração que o economista não pode ignorar — um fenômeno meio irracional do tipo das reações emocionais de imitação em que Gabriel Tarde baseou seu sistema sociológico?

O fenômeno inflacionário oferece exemplos sugestivos. Sem que se deva generalizar — pois a generalização constitui, também, um modo de aceitar um conceito único de *homo oeconomicus* — observa-se que as expectativas inflacionárias nem sempre (ou quase nunca) são racionais. Uma inflação galopante tem atributos de pânico, em que fatôres emocionais determinam sobejamente o comportamento humano. Pois, se a moeda exerce uma atração (herança da atração mágica exercida pelo ouro: *auri sacra fames*) pelo poder que ela confere, há circunstâncias em que o seu detentor, hipnotizado pelo desejo de aproveitar integralmente aquêle poder, se sente obrigado a realizar, sem nenhuma demora, o seu conteúdo integral. A fuga à moeda é, ao mesmo tempo, o desejo nem sempre racional de extrair da moeda o máximo de poder e a antecipação, mais ou menos justificada, do aviltamento do mesmo poder. E quando circunstâncias dessas se repetem, o hábito, que nada tem de racional, tende e consegue prolongar as atitudes, mesmo quando o raciocínio frio o desaconselharia — tal como observava Ovídio, no verso citado. Os efeitos, óbvios, obrigarão os sêres racionais a comportarem-se da mesma forma.

A importância dos elementos emocionais no comportamento econômico, com vistas a atingir a sua maximização, foi várias vêzes sublinhada pela psicologia econômica: "É preciso que a personalidade se empenhe no plano afetivo, e não sòmente no plano intelectual, para que o comportamento atinja um grau suficiente de dinamismo, em outras palavras, para que as energias mentais sejam suficientemente mobilizadas" (P. L. Reynand). Ou então: "Para energia igual, a eficiência depende do interêsse, da fôrça afetiva do *stimulus*" (Piéron). A motivação pode ser racional no homem evoluído, mas é, na maioria dos casos restantes — que constituem a maioria absoluta —, emocional ou irracional.

O problema da motivação reveste-se de capital interêsse na programação do desenvolvimento porque, por mais desejado que êle seja pela comunidade (desejado em seus fins e, muito menos em seus meios), o processo do desenvolvimento assume quase sempre um elevado grau de penosidade: pelo sacrifício decorrente da necessidade de intensificar o esfôrço produtivo de tôda a comunidade, pelo sacrifício de certas estruturas antiquadas, já entradas na tradição, e beneficiando certas camadas sociais.

Uma exigência como a que segue, expressa em um documento da ONU, é necessária, porém insuficiente: "Não há progresso econômico sem atmosfera favorável. O povo deve desejar o progresso, e as instituições jurídicas e políticas do País devem apoiá-lo (...) O progresso só onde o povo acredita no poder do homem em dominar a natureza pelo esfôrço consciente." As afirmações, válidas em si mesmas, parecem, entretanto, referir-se mais aos efeitos do que aos meios do desenvolvimento.

O problema grave consiste em conseguir a adesão da comunidade aos *meios*, muitas vêzes penosos, que levam ao desenvolvimento econômico, romper as resistências resultantes da incompreensão, do espírito de conservação, da falta de espírito comunitário, do comodismo, da desconfiança nos rumos escolhidos. E, se, contra a incompreensão, as motivações devem ser racionais, nos outros casos, mais das vêzes, as motivações devem ser de natureza irracional, emocional. "Igualmente essencial é conseguir a cooperação do povo, em vez de cegamente romper seu sistema estabelecido de vida em benefício de um progresso abstrato. Às vêzes a conduta mais *racional* será tomar plenamente em consideração as *influências irracionais* no espírito do povo" (A. Lauterbach).

De fato, várias alternativas apresentaram-se ao estrategista do desenvolvimento, sem obrigatòriamente ter que escolher uma, eliminando por completo as outras. Uma delas, que foi adotada no modêlo soviético, reside na coerção, mas mesmo naquele modêlo excessivo não faltaram outras motivações, não apenas de natureza econômica mas também psicológica, irracional (competições soviéticas, para elevar os rendimentos próprios, mas também, para "edificar o socialismo", *slogans* propagandísticos exaltando o caráter pioneiro da experiência, promessa de alcançar-se a meta comunista do "a cada um conforme suas necessidades" etc.).

Inversamente, numa comunidade liberal a que repugnam métodos coercitivos, não se pode eliminar totalmente a exigência de um certo grau de autoridade para impor metas às vêzes incompatíveis com o senso comum da maioria incompreensiva. A fôrça da direção política do desenvolvimento não deve ser interpretada apenas como fôrça moral, mas também como fôrça afetiva: "Só a liderança política verdadeiramente forte e sadia pode inspirar o sacrifício, conseguir maneirosamente ou impor drásticamente a penosa adaptação social, adquirir a confiança — freqüentemente a confiança cega — necessária para levar avante a luta pelo desenvolvimento" (Robert L. Heilbroner).

Na medida em que não se quer aplicar a coerção material, devem-se oferecer motivações para obter a adesão decidida e confiante da comunidade. O trecho anteriormente citado fala na "confiança cega", mas limitando-a a "freqüentemente" — o que indica que as motivações racionais não devem ser eliminadas. A prioridade pertence, todavia, às motivações irracionais, emocionais.

As explicações racionais, dirigidas à camada da população para a qual, graças ao seu horizonte cultural, elas podem ser determinantes, referir-se-ão à compatibilidade dos objetivos desenvolvimentistas com os ideais da comunidade e à conseqüente necessidade de adotar certos caminhos, por mais penosos que sejam. Para aquela camada, as explicações racionais constituirão motivação suficiente. Entretanto, dificilmente a motivação racional criará aquêle estado de tensão — *stress* — indispensável para o sacrifício exigido pelo desenvolvimento sem colorir-se com um matiz emocional, mesmo se a longo prazo a educação deve esforçar-se por criar condições de prioridade aos critérios racionais em tôda a população.

Por enquanto, o resto da comunidade, motivações emocionais, de caráter messiânico ou escatológico, serão indispensáveis. "É êsse esfôrço constante, devido a uma fé profunda na necessidade do trabalho e da criação, que se encontra em todos os povos no momento em que conseguem progressos econômicos decisivos (...) O homem precisa ter fé para agir. Esta fé no valor da ação, na sua responsabilidade pessoal, nas suas possibilidades, constitui a mola psicológica mais poderosa da atividade econômica" (P. L. Reynand). Seria exagerado lembrar que, no caso dos mártires, a fé permitia a aceitação do sacrifício supremo, criando estado de verdadeira insensibilidade ao sofrimento físico?

Sem se apelar para tais casos de motivação supra-racional, a participação emocional, irracional, justifica-se tanto mais quanto a maioria da humanidade, mesmo em áreas mais avançadas, não se pode gabar de um grau de racionalidade muito elevado. Se o papel das elites permanece fundamental, até em países com pretensões igualitárias como os países comunistas, a adesão da população é imprescindível, tanto por causa da magnitude da tarefa desenvolvimentista quanto em decorrência da presença atuante das classes cultural e socialmente inferiores decorrendo a fórmula consagrada de Ortega y Gasset que cunhou como "la rebelión de las masas".

Citam-se, a êsse propósito, pesquisas feitas sôbre grandes camadas da população de países ocidentais, resultando que um quarto das pessoas pesquisadas tinha inteligência média e quase metade, inteligência abaixo da média. Nessas condições, é difícil acreditar na eficiência das motivações puramente racionais. Com efeito, experiências eleitorais mostraram, também em países culturalmente adiantados, que os resultados foram mais favoráveis nos setores onde a propaganda emocional atuou, do que naqueles, onde foram empregados argumentos racionais.

Essas considerações parecem levar a uma conclusão trivial: a de que deveria conquistar-se a adesão para o desenvolvimento através de uma propaganda emocional, da pior espécie. Não é isso, e de dois pontos-de-vista. Em primeiro lugar, não se trata de encarar o problema sob o ângulo simplista dos reflexos condicionais de Pavlov, que tem o seu grande valor teórico e prático, mas não esgotou as possibilidades do homem que é, não obstante, um *homo sapiens*. Empregam-se elementos racionais e irracionais ao mesmo tempo, atendendo à grande realidade que é a complexidade do ser humano. E o emprêgo será feito em doses diferentes de acôrdo com a composição cultural da comunidade ou da classe da qual se exige a participação.

Em segundo lugar — e isto é mais importante — a própria técnica de motivação emocional deve atingir níveis mais elevados da constituição humana. Pode haver métodos simplesmente propagandísticos, criando hábitos superficiais. Não conta Plutarco que, na velha Esparta, Licurgo tinha colocado por todos os cantos uma estátua do Riso, para assegurar-se da boa disposição dos seus súditos na triste vida que lhes proporcionara? Para ser mais profunda, mais resistente, mais eficaz, a motivação emocional criada na comunidade deverá ligar-se aos objetivos últimos, mesmo nebulosamente sentidos, da comunidade, às suas ânsias e aspirações. Só desta forma criar-se-á aquela tensão necessária, para o esfôrço desenvolvimentista. Sem dúvida, a política econômica deverá assegurar um certo equilíbrio, pois se "uma tensão se define pela diferença sentida entre uma situação econômica real e um nível de aspiração" (Robert L. Heilbroner) e se a falta de tensão é prejudicial, o excesso, também, pode sê-lo.

Como em tudo neste mundo, e apesar dos jacobinos, é preciso dosar a criação de motivações, de acôrdo com os fatôres culturais existentes e com os que se quer criar dentro da comunidade, de acôrdo com as aspirações maiores e fundamentais desta, ou da sua grande maioria, sem se esquecer as aspirações setoriais e, no caso de serem conflitantes, estabelecer hierarquias ou fazer opções (sob pena de poder pensar que se motiva uma classe para extorquir-lhe maior esfôrço em benefício das outras). Sem dúvida, a mobilização em tôrno do programa desenvolvimentista implica numa adesão ao sistema político, econômico e social dentro do qual se quer aplicar aquêle programa. Poderão subsistir os inimigos, detratores ou sabotadores do sistema (que assim querem justamente comprovar a ineficiência), pois como dizia Montesquieu, uma ausência de reclamações numa sociedade pode deixar muitas dúvidas quanto à liberdade ali reinante. Entretanto, a união e a adesão devem processar-se em tôrno de objetivos comuns da maioria — e a motivação deverá exaltar, racional ou irracionalmente, aquêles objetivos.

Qual seria o bom *divisor comum* em tôrno do qual se poderia realizar a mobilização de todos para o desenvolvimento? O nacionalismo, entendido de forma razoável — sem os excessos a que, com a maior naturalidade, foi levado na Europa de entre as duas Guerras Mundiais — ofereceria um bom andamento. Mesmo objetivando-se maior racionalidade na programação do desenvolvimento — o que constitui fundamental meta a longo prazo — o nacionalismo pode criar aquela tensão emocional de que o processo não pode prescindir. "As motivações não devem ser desprezadas. Um sentimento autêntico de coesão nacional, livre de visões fantasmagóricas e de complexos xenófobos, ajudará o povo a suportar com paciência os sacrifícios que o desenvolvimento exige." (Mário Henrique Simonsen).

Depois do *slogan* "50 anos em 5 anos", que, malgrado um belo efeito metafórico, levou infelizmente ao caos inflacionário, a Revolução de 1964 perdeu a oportunidade de criar motivações emocionais em torno de um lema válido — que podia ser a ordem e a honestidade, o progresso e a justiça social, em oposição com o regime anterior (já que a liberdade e a democracia foram anexadas como *slogans* por aquêles que, na maioria dos casos, prepararam uma realidade bem diferente). As Diretrizes do Govêrno atual falam, também, na "convocação de tôdas as lideranças" e no "esfôrço decidido de pluralização e coordenação", mas o enfoque racional é evidente. Aliás, não é na programação técnica, e sim na ação política que se criam as motivações que o esfôrço desenvolvimentista exige.

Referia-se Roberto de Oliveira Campos, em recente artigo, ao "vazio de motivação" que caracteriza a nossa juventude. Na medida em que essa observação se pode aplicar, também, a outras camadas da população, ou mesmo à maioria da população, ela deve constituir tema de meditação e de ação para o estrategista do desenvolvimento.

Bancos Comerciais e distribuição de Valôres

ORLANDY RUBEM CORRÊA
Vice-Presidente da ANBID

Não parece haver dúvidas de que, até se conseguir controlar a inflação e reduzi-la a índices razoáveis — portanto, por muito tempo ainda — o papel de curso capaz de propiciar a captação de poupanças para o crédito a médio prazo será a letra de câmbio.

Aconteceu todavia que na euforia seguinte à descoberta de que tínhamos um mercado interno, marcada pelo início de atividades das chamadas financeiras e a notável aceitação daqueles papéis, não se emprestou o devido relêvo ao importante setor da distribuição, omissão da qual estamos hoje sentindo os reflexos.

País de dimensões continentais, carente de recursos, êsse mercado, de potencialidade comprovada, sem a existência de um adequado sistema de distribuição de âmbito nacional, nunca atingirá as proporções requeridas pela demanda de capital de giro de nossas emprêsas, e de financiamento ao consumidor final.

Por outro lado, a inexistência dêsse sistema fêz com que as praças de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde se localiza a grande maioria das instituições financeiras autorizadas a operar com aceites — entre as quais se incluem, agora, os novos bancos de investimento — concentrassem, na mais elevada percentagem, a colocação dêsses papéis.

E assim reduz-se, consideràvelmente, tanto a participação, no mercado, da poupança interiorana, como o atendimento oportuno às emprêsas e aos consumidores situados fora das áreas polarizadas por aquêles centros.

Outra ilação a colhêr dêsse estágio é a de que, ante a perspectiva, à vista, de atingirem aquêles centros seus pontos de saturação, a concorrência na área de concentrada colocação acirrar-se-á ainda mais, para se transformar, inevitàvelmente, em fator de elevação dos custos, diretamente no que concerne às despesas de colocação e indiretamente na de aceite.

A grande diversidade de escala existente entre as instituições autorizadas a realizar operações de aceite (a), o fato de que uma ou outra, apenas, dispõe de pequenas rêdes próprias de distribuição (b) e a circunstância, antes ressaltada, de que essas instituições se localizam, em sua grande maioria, naqueles dois centros (c) — representam, em conjunto, os fatôres que montaram os mecanismos regionais que, sôbre forçar cada vez mais a concentração, controlam, efetivamente, o processo emissor.

Em resumo: (a) o grosso das letras de câmbio, em volume físico e valor, é emitido em São Paulo e no Rio de Janeiro, (b) atende quase que exclusivamente à demanda de emprêsas e consumidores localizados nas zonas de polarização daqueles centros, e (c) tem seu fluxo regulado pela capacidade e rapidez de colocação dos mecanismos que nêles se criaram.

Êsse sistema é precário, inseguro e caro, e a regulamentação recentemente baixada pelo Conselho Monetário Nacional não o melhorará substancialmente, pois apenas oficializará a atividade que proliferou, influenciada pelo desenvolvimento das financeiras, sem qualquer contrôle efetivo até hoje, salvo quanto aos corretores oficiais e sociedades corretoras, que representam pequena parcela do todo.

A concentração continuará, pois as distribuidoras também se localizarão naqueles centros, e o mecanismo, utilizando-se preponderantemente de corretores autônomos e pequenas organizações, sem capacidade de compra para revenda, continuará funcionando na perigosa base do recebimento dos papéis em consignação ou da venda para entrega *a posteriori*, igualmente perigoso.

De pouco valerão as tentativas em curso da contenção dos custos da colocação, por acôrdo e fiscalização das associações de classe, ou através de resolução impositiva, pois controlando, como efetivamente controla, êsse mecanismo, o processo emissor e as instituições serão por êle pressionadas para a admissão de concessões paralelas (de dias no pagamento ou na liquidação, e outras) às quais acabarão cedendo para sobreviverem.

No momento em que as Autoridades Monetárias se mostram tão vivamente empenhadas na redução do custo do dinheiro, nada mais oportuno, pois, que enfatizar a conveniência de ser reestudada a organização atual de distribuição das letras de câmbio, visando à ampliação da área de colocação, para (a) liberar as instituições financeiras da pressão daqueles centros, (b) ampliar o atendimento a emprêsas e consumidores fora de suas zonas de polarização, (c) intensificar a captação de poupanças pelo interior, e (d) emprestar maior segurança à distribuição, trânsito e negociação dêsses papéis.

A solução ideal, a nosso ver, residiria na utilização do Sistema Bancário Comercial, inexplicàvelmente mantido fora do processo, embora autorizado a participar da composição acionária de financeiras e bancos de investimentos.

Com mais de 7 000 dependências cobrindo pràticamente todo o País, o Sistema Bancário Comercial poderia funcionar como instrumento auxiliar de distribuição, não apenas de letras de câmbio mas, igualmente, de ações e obrigações, mediante a permissão, sem restrições técnicas operacionais, de que possa aplicar uma certa percentagem de seus depósitos, na aquisição dêsses papéis.

Há mais de ano essa sugestão tem sido, reiteradamente, levada às Autoridades Monetárias, inclusive através de associações de classe, sem que haja merecido a atenção que deveria merecer, no tumulto dos problemas que as têm assoberbado na fase pós-revolucionária.

Vamos tentar analisá-la, sem pretender fazê-lo sôbre todos os ângulos, nos aspectos de interêsse isolado do crédito a médio e longo prazos (a), no que tange à atual situação dos bancos comerciais (b), e por último em relação às presumíveis diretrizes da política governamental.

De há muito vêm as instituições financeiras especializadas tentando obter forma de emprestar liquidez aos papéis com que operam, sobretudo àqueles emitidos a prazos que o mercado incipiente não absorve no volume requerido pela conjuntura: os de prazo superior a seis meses, entre os quais se incluem os que derivam do financiamento ao consumidir final de bens de consumo e de produção.

O projeto FINAME S.A. (mais conhecido por Finamão), no ocaso do primeiro Govêrno Revolucionário, representou bem intencionada tentativa nesse sentido, em favor dos bancos de investimento que à época iniciavam suas atividades — levada ao malôgro sobretudo porque não beneficiava as chamadas financeiras.

O Sistema Bancário Comercial, com a adoção do que se sugere, atenderia a uma das tarefas idealmente projetadas para o Finamão, com a indiscutível vantagem de utilizar a iniciativa e recursos privados, funcionando como um verdadeiro "banco central de segunda linha" para as instituições especializadas.

O inconveniente da distorção que poderia provocar a negociação de papéis, com o objetivo de beneficiar-se de taxas melhores a prazos curtos, poderia ser obviado (a) com a fixação de um prazo mínimo para a aquisição, ou (b) com a aquisição direta da emprêsa financeira, ou finalmente (c) com ambas as condições, o que seria mais aceitável para o objetivo de liquidez.

Um outro aspecto igualmente importante, já ventilado, seria o da extensão da área de captação ao interior, que deveria se refletir quase que imediatamente sôbre os custos, não sòmente porque (a) ampliaria o campo de oferta como também porque (b) poderia reduzir os ônus da corretagem.

Nessa parte é de se realçar, que os bancos comerciais sòmente se interessariam pela distribuição se os recursos coletados no interior a êle refluíssem em operações a emprêsas e consumidores locais, ou estariam descapitalizando as regiões onde operam.

A realização, pois, do que se convencionou chamar de ida-e-vinda, em outras palavras, captação e aplicação em área regional, não seria apenas uma conseqüência possível e natural do mecanismo de colocação através do Sistema Bancário Comercial, mas, de fato, uma imposição do processo em si, que nenhum estabelecimento bem orientado deixaria de fazer.

Ainda do ponto-de-vista do Sistema Bancário Comercial, o processo sugerido, desde que funcionasse sob essas diretrizes, não ofereceria, acreditamos, maiores inconvenientes se comparada a situação atual dos bancos privados em relação à das instituições especializadas.

Essa situação já é, realmente, singular: (a) o instrumento com que poderiam captar poupança seria o depósito corrigível, que, todavia, com a limitação de taxas imposta pela regulamentação vigente — 18% a.a. quando a prazo de 6 meses, e 22% ao ano quando a 12 e mais — não tem condições de competir com as letras de câmbio e os mesmos depósitos nos bancos de investimento, sem limitação de correção ou com correção pré-fixada muito acima daquelas taxas-tetos; e (b) ainda que não houvesse essa discriminação de taxas, seria hoje tècnicamente impossível a captação de poupanças pelos bancos comerciais, que vêm de ter suas aplicações limitadas, pela recente Resolução n.º 79, a um máximo de 24% ao ano, e ainda são obrigados a aplicar, em crédito rural, o mínimo de 10% de seus depósitos (cêrca de 16/17% das operações ativas) a taxas máximas que variam entre 14 e 18% a.a.

Dessa forma, atuando na colocação de letras de câmbio e sem o perigo da descapitalização das regiões onde atuam, teriam os bancos comerciais uma remuneração superior, bem superior mesmo a que estão hoje limitados, para a parcela que lhes fôsse permitido aplicar naqueles papéis. E poderiam ainda, sob condições a combinar, funcionar no encaminhamento de operações de emprêsas e consumidores regionais, como agentes das instituições financeiras especializadas, encarregando-se dos estudos preliminares, cadastramento etc.

Com relação, já agora, à política governamental, a adoção do que se sugere tem implicações as mais variadas.

Em primeiro lugar é de se destacar a grande vantagem que representaria, no que diz respeito à política geral de crédito, a disseminação do atendimento à demanda de capital de giro a prazo médio e de financiamento ao consumidor final, levando-os a todo êsse imenso interior — o que só se torna tècnicamente exeqüível através do processo de ida-e-vinda a que antes nos referimos, e êste, por sua vez, da utilização do Sistema Bancário Comercial.

Outras vantagens enumeráveis seriam: (a) a de regular o fluxo do crédito especializado, evitando, ou pelo menos minorando, os danosos efeitos dos períodos de recesso em praças *nervosas*, política e econòmicamente, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, das quais dependem hoje, substancialmente, a emissão de letras de câmbio; e (b) a de reduzir o elevado custo da colocação, que tende ainda a crescer, ante a perspectiva de saturação daqueles dois centros.

Em segundo lugar, e já agora quanto à política de orientação do crédito, ressaltaríamos, entre outras, as seguintes, como resultantes da adoção do que ora se sugere: (a) emprestar liquidez ao mercado, incorporando o Sistema Bancário Comercial ao desenvolvimento do crédito especializado; (b) baixar, com a ampliação da área de colocação, o custo das operações para as emprêsas e consumidores; (c) incentivar certos tipos de crédito, como o do consumidor final, cujos papéis, de prazo maior, não têm no mercado o mesmo índice de aceitação dos de capital de giro que em geral são de seis (6) meses; e (d) preparar uma estrutura de distribuição, em âmbito nacional, capaz de funcionar eficientemente também na colocação de ações e obrigações, de mercado incipiente e pràticamente circunscrito ao Rio de Janeiro e a S. Paulo.

Dois dos maiores problemas do crédito especializado são: (a) a liquidez dos papéis oferecidos ao mercado e (b) a melhoria do sistema de distribuição. A utilização do Sistema Bancário Comercial minorará acentuadamente o da liquidez e resolverá definitivamente o da distribuição.

Perspectivas de reconversão e ampliação de indústrias

JOÃO FERREIRA BENTES

O processo de integração latino-americano passou a ter novas perspectivas a partir de abril de 1967, quando os Chefes de Estados americanos, reunidos em Punta del Este — Uruguai, firmaram a "Declaração dos Presidentes das Américas", onde, dentre outras, é reconhecida a necessidade de se criar, em forma progressiva, a partir de 1970, o Mercado Comum Latino-Americano, o qual deverá estar substancialmente em funcionamento até 1985.

Tem sido unânime a opinião dos especialistas quanto ao processo de estagnação da integração da área, o que tem pôsto em risco a própria sobrevivência da instituição. Há já algum tempo nota-se certo emperramento dos mecanismos institucionais da ALALC, e os números das recentes concessões tarifárias anuais atestam a invalidade do atual sistema. Enquanto em 1961 e 1962 se negociaram 7 593 concessões entre as Partes Contratantes, nos anos seguintes, passou-se para uma média de 500 concessões, com tendência à diminuição.

Parecem, pois, esgotadas as possibilidades voluntárias de concessões, o que obriga a reformulação em direção à desgravação automática, a fim de se atingirem etapas mais avançadas de integração.

Contudo, a desgravação automática, com o fito de se acelerar o processo de integração, tende a provocar problemas cujas implicações financeiras merecem cuidados imediatos. Daí o acêrto quanto ao relativamente extenso período (15 anos) para a aplicação de um mecanismo automático, uma vez que um processo mais rápido exigiria uma elevada soma de recursos para atender tôdas as implicações financeiras referentes a problemas de balanço de pagamentos e de desenvolvimento industrial, além da necessidade da acomodação espontânea do processo às particularidades das economias dos vários países.

Fruto da Reunião de Presidentes e por iniciativa do Comitê Interamericano Econômico e Social (CIES), quando da elaboração do denominado "plano de ação" que objetivou dar cumprimento à Declaração de Presidentes, decidiu-se encarregar o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP) de convocar uma reunião de "representantes governamentais" para tratar das "implicações financeiras do processo de integração latino-americana".

Dentre os vários assuntos que têm sido abordados nas reuniões já realizadas entre os "representantes governamentais", trataremos neste trabalho dos aspectos ligados ao "financiamento de reconversão, transferência e ampliação de indústrias e da reorientação da mão-de-obra", que se constituem num dos capítulos do temário das discussões.

A oportunidade de se abordarem tais aspectos repousa em dois fatos relevantes:

a) o Plano Trienal do atual Govêrno brasileiro pretende estabelecer uma política industrial que, dentre outros objetivos, almeje promover a reorganização e modernização progressivas, principalmente das indústrias tradicionais, (1) além de impulsionar a rápida expansão de certo número de setores dinâmicos, notadamente nas categorias de bens de capital e bens intermediários;

b) as poupanças internas parecem ser suficientes para permitir a curto prazo crescimento do PIB, a níveis aproximados de 6% anualmente, devido à capacidade ociosa existente na economia; por outro lado, deve-se atentar para a necessidade em se expandirem os mercados, a fim de se obterem economias de escalas dos estabelecimentos produtores. A expansão das exportações superaria os aspectos da capacidade ociosa de alguns dos nossos setores, bem como poderia prover níveis de produção com custos compatíveis com os vigorantes no mercado internacional, para o que se faria necessária a ampliação de estabelecimentos produtores que tivessem perspectivas seguras de mercado externo, mais especificamente na ALALC.

Observa-se, assim, que determinados setores da nossa atividade industrial encontram-se face a diretrizes comuns, quer no âmbito do programa de integração latino-americana, quer no âmbito da programação nacional, o que lhes dá uma posição favorável nos aspectos de financiamento.

A diretriz brasileira, de maneira genérica, prevê a ampliação dos atuais mecanismos de financiamento para atender à expansão dos setôres dinâmicos e à reorganização de indústrias tradicionais. Mais especificamente quanto à racionalização e diversificação das indústrias tradicionais, é prevista uma política de incentivos através da criação de mecanismo próprio, onde o atual Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (FUNDEPRO) deverá ter participação destacada. Tal programa define mais especificamente um ramo industrial para reconversão, como se vê pela explicitação das "indústrias tradicionais", deixando a "ampliação de indústrias" limitada apenas às do tipo dinâmico, o que torna o programa relativamente flexível.

No contexto das discussões entre os "representantes governamentais" sôbre "implicações financeiras" da integração latino-americana (até fevereiro de 1968), ainda não estão definidos os campos prioritários do programa de reconversão e ampliação de indústrias. (2)

Porém os fatos parecem indicar que o início do programa enfatizará também as indústrias tradicionais dos países membros, observação que argumentaremos nos seguintes pontos básicos:

a) A aplicação dos recursos do Fundo a ser criado não deverá inibir o movimento de reorganização que o próprio mercado regional deverá orientar, tendo em vista a continuação do processo de desgravação, e com mais ênfase, quando êste se tornar mais automático; para tal, o mecanismo deverá ter uma diretriz seletiva fortemente baseada no critério de rentabilidade. O caráter de subsídio representado por empréstimos sob condições financeiras mais suaves que os vigorantes no mercado, bem como o caráter de empréstimo para desenvolvimento de regiões mais atrasadas, deverão ser evitados, uma vez que os primeiros podem introduzir distorções na desejada modificação da estrutura industrial, e os segundos deverão ser atendidos por outros recursos, nas condições já previstas para os países de menor desenvolvimento econômico relativo da área;

b) É notório que uma desgravação automática imediata traria mais efeitos substanciais na distribuição de atividades industriais referentes aos setores de siderurgia, celulose e metais não-ferrosos, e, de um modo geral, nas indústrias mais dinâmicas (formadoras por excelência de fortes "efeitos para a frente e para trás"), uma vez que na década dos 50 generalizou-se, nos países da América Latina, uma tendência de implantação de indústrias que enfatizou a formação de processos de integração vertical da produção. É portanto irrealista, devido à enorme massa de recursos que seria requerida, pensar-se em **redistribuição de setores mais complexos da atividade industrial.** O programa de reconversão deve iniciar-se pelas atividades industriais mais tradicionais, sem contudo desconsiderar a possibilidade dêsse programa vir a complementar os complexos, através dos "acôrdos de complementação";

c) Quanto ao aspecto de financiamento à ampliação de indústrias diretamente ligadas à integração, será conveniente orientar o critério de seletividade no sentido de inicialmente serem enfatizados aquêles setores que, uma vez expandidos, ocasionem menos prejuízos a indústrias já existentes. Objetivamente, os recursos devem ser usados naquelas indústrias em que o lento processo competitivo ainda não ressaltou marcadamente características mais competitivas de localização, para o que se farão necessários estudos mais aprofundados quanto à existência de potencialidade de integração setorial. Contudo, deve-se atentar para a possibilidade de atendimento de recursos às emprêsas regionais, a fim de provê-las com recursos que lhes garantam razoável igualdade de oportunidades com as grandes firmas internacionais, com vistas a usufruir do maior espaço econômico decorrente da progressiva ampliação do mercado regional.

Observa-se que a aceitação dos pontos acima implica na diminuição da importância do problema da reorientação da mão-de-obra deslocada resultante de um processo de reconversão para distribuição de atividade industrial, já que, por atingir com mais ênfase setores tradicionais onde a mão-de-obra não é significantemente qualificada, passa a confundir-se com o problema mais amplo e de característica nacional — o da fraca absorção da mão-de-obra disponível. Tal aspecto é, a nosso ver, irrelevante no contexto da integração. No caso brasileiro, as perspectivas são de que as novas indústrias fàcilmente absorveriam a mão-de-obra deslocada.

Por outro lado, o problema da assistência técnica assume papel tão importante quanto a necessidade de recursos, e mais crucial se torna para os países de menor desenvolvimento relativo, devido à falta de informações do mercado e de planos de expansão, além da menor iniciativa empresarial.

Se assim ficar caracterizado o programa do nível da região, que naturalmente estará subordinado às injunções políticas que regem o sistema de integração, o Brasil terá mais uma fonte adicional de recursos externos, desde que saibamos entrosar nosso programa de reconversão e ampliação de indústrias com o que será programado para a área.

Ademais, devemos ressaltar que possuímos condições institucionais que darão aos empresários brasileiros posição mais avançada no tocante às informações do mercado e elaboração de estudos e projetos quando comparada às condições existentes nos demais países da região. Além do FUNDEPRO, que mais especificamente tem a seu cargo a implementação de um programa de aumento de produtividade e conversão de indústrias, existem outros organismos orientados também para o desenvolvimento da indústria, tais como os fundos de desenvolvimento ligados às instituições financeiras oficiais (FINAME, FIDEME, FUNDECE, etc...), o BNDE, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

O programa regional prevê, além da formação de um Fundo para financiar êsses aspectos (reconversão e ampliação de indústrias), a necessidade de assistência técnica, para preencher a lacuna do desconhecimento do mercado e de planos regionais de conversão e expansão, e do programa de informações e consultoria técnica a nível nacional. Forçoso será admitir da maior relevância dos dois aspectos para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, ao passo que os países mais desenvolvidos da região sentem o problema apenas no primeiro aspecto — o nível regional.

Quanto a êste último aspecto entendemos que os organismos de financiamento de estudos e projetos, a exemplo do FINEPE, deveriam orientar sua programação também com o intuito de acelerar estudos que visassem uma melhor posição do empresário nacional para os aspectos de reconversão e ampliação industrial também com vistas à integração. As firmas de consultoria técnica nacionais estão aptas a desenvolver pesquisas de mercados potenciais para produtos brasileiros na América Latina, e mesmo de estudos de viabilidade de projetos que também sejam do interêsse do Brasil, a exemplo dos estudos "multinacionais" ora em elaboração em bacias hidrográficas e estradas.

Será também, a nosso ver, uma tomada de liderança do Brasil no processo de integração latino-americana, atendendo ao recente apêlo do Presidente Frei, do Chile.

---

(1) Madeira, mobiliário, couros e peles, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentícios, bebidas, fumos e editorial e gráfica.

(2) Nas discussões não tem sido dada nenhuma importância a problemas de "transferência de indústrias".

Agricultura: situação atual e perspectivas

MAURÍCIO REIS

Na economia de uma nação a agricultura desempenha funções das mais relevantes. Deve suprir alimentos e matérias-primas ao mercado interno; contribuir na formação de divisas pela exportação de produtos; liberar mão-de-obra para atividades industriais ou de prestação de serviços e contribuir para a ampliação do mercado interno.

Via de regra, nos países em desenvolvimento (para não usar a expressão subdesenvolvidos) a agricultura se caracteriza por um baixo nível de produtividade. O excesso de mão-de-obra no campo, a limitada tecnologia utilizada, a deficiente distribuição da terra constituem alguns fatôres que compõem um quadro geral de atraso do setor agrícola. Apesar da existência de zonas rurais e urbanas de padrões semelhantes aos de países adiantados, o Brasil não foge à regra das nações subdesenvolvidas. Observa-se, ainda, no meio rural um baixo nível de produtividade, a distribuição territorial é defeituosa, o sistema de comercialização de produtos agropecuários é deficiente, é pouco difundida a moderna tecnologia como, por exemplo, fertilizantes, defensivos, sistemas de irrigação artificial, mecanização e meios de defesa sanitária animal e vegetal.

Alguns números são bastante expressivos para dar idéia do amplo esfôrço ainda a realizar no setor agrícola para aumentar-lhe o nível geral de produtividade. No tocante à distribuição da terra, os levantamentos mais recentes efetuados pelo IBRA, para efeito da Reforma Agrária, confirmam o alto grau de concentração territorial revelado pelos Censos Agrícolas de 1950 e 1960. Poucas propriedades detêm alta parcela de terras enquanto que, por outro lado, numerosos estabelecimentos, com extrema fragmentação, compõem um quadro geral de minifúndios que reclama um adequado processo de reagrupamento. O número de imóveis rurais, de área até 10 hectares, totalizava, em 1965, 1,2 milhão, ou 35,9% do total e compreendiam, apenas, 1,8% do total de terras agrícolas. Por outro lado, sòmente 1650 imóveis abrangiam cêrca de 13% da área total.

No que se refere à aplicação de moderna tecnologia, verifica-se, por exemplo, que não ultrapassa a 20% a quantidade de sementes melhoradas de algodão, em relação ao total de sementes plantadas; de arroz a 5%, de batata a 10%, de cana-de-açúcar a 1%, de feijão a 1%, de milho a 40%, de soja a 16%. As quantidades de fertilizantes empregadas, apesar do progresso observado nos últimos anos: 112 mil toneladas de fosfatados; 93 mil de potássicos e 71 mil toneladas de nitrogenados e 250 mil toneladas de calcário para correção do solo, são bastante reduzidas diante da extensão da área cultivada: 30 milhões de hectares, e do mínimo recomendável pela técnica. O número de tratores agrícolas não ultrapassa a 70 mil unidades, do que resulta uma média de 430 hectares por trator, enquanto que essa média nos Estados Unidos é de 39 hectares, na França, de 25 hectares e no Canadá, de 76 hectares. A área irrigada no Brasil, não obstante a água acumulada atingir cêrca de 12 bilhões de m3, notadamente no Nordeste, não ultrapassa a 462 mil hectares, a maior parte dos quais se encontra no Rio Grande do Sul, na lavoura de arroz. Justamente o Nordeste, que apresenta a maior concentração de água acumulada nos açudes públicos e particulares, e onde as condições climáticas aconselham um amplo programa de irrigação, é a região do Brasil que apresenta menor proporção de terras irrigadas, em relação ao total de terras de lavouras. Um número bastante reduzido de imóveis rurais no Brasil utiliza energia elétrica: no total de 7,0 milhões de domicílios localizados na zona rural, apenas 529 mil a empregavam não só para iluminação como para tarefas de irrigação ou indústrias rurais.

A assistência técnica prestada diretamente aos agricultores, apesar da expansão do número de escritórios de extensão rural, distribuídos em quase tôdas as Unidades da Federação (cêrca de 951 escritórios locais, abrangendo 1 281 municípios, movimentando 2 180 técnicos no campo) é ainda insuficiente. Sòmente para um confronto, no Japão, país de 280 mil km2, formado de ilhas vulcânicas, com área cultivada extremamente limitada, possui cêrca de 6 500 extensionistas em contato direto com os agricultores.

Embora o setor agrícola no Brasil se caracterize, em têrmos gerais, por um baixo nível de produtividade, não obstante existirem zonas avançadas de criação e de lavouras, deve-se, em grande parte, ao esfôrço da agricultura os meios que têm facultado ao País a execução de programas e projetos essenciais ao seu desenvolvimento.

A expansão industrial brasileira nos últimos quinze anos, realizada bàsicamente em função do mecanismo de substituição de importações, teve como fonte fundamental de financiamento a renda proporcionada pela setor agrícola. As perspectivas atuais de desenvolvimento econômico do País devem alicerçar-se mais na expansão e fortalecimento do mercado interno do que no processo de substituição de importações que já apresenta sinais evidentes de arrefecimento. Nesse contexto, a agricultura e a população rural deverão desempenhar importante papel. Sucede, ainda, que a expansão industrial tem-se efetuado com gradativa redução no aproveitamento da mão-de-obra, ou, em outras palavras, a crescente industrialização (3) se faz com maior concentração do fator capital e menor utilização de mão-de-obra. Em conseqüência, para o devido aproveitamento da fôrça de trabalho e elevação dos níveis de renda da população rural, ou da que se desloca para o setor urbano, será indispensável promover a execução de obras de infra-estrutura no meio rural, tais como estradas vicinais, obras de irrigação e drenagem, de eletrificação rural e outras que não só fortalecerão a infra-estrutura do setor agrícola como, também, constituirão meio eficaz para proporcionar fonte de emprêgo para a mão-de-obra excedente.

Em alguns países, por limitações de ordem geográfica ou ecológica, não se observam condições satisfatórias para grande ampliação da produção agrícola. Apesar do avanço tecnológico e utilização de métodos mais racionais de produção a terra constitui fator escasso. O Brasil é um dos poucos países que dispõem de condições excepcionais para alcançar alto nível de produção agrícola de forma a atender aos mercados interno e externo. No território brasileiro de 3,5 milhões de km2, somente 3,0 milhões, ou menos da metade, constituem área explorada para a agricultura ou pecuária. Dêsse total, apenas um décimo, ou 30 milhões de hectares, é cultivado, ou seja, é utilizado em lavouras permanentes ou temporárias. Cêrca de 120 milhões de hectares constituem pastagens, em grande parte, naturais, isto é, de baixa produtividade. Não alcança 15 milhões de hectares o total de pastos artificiais, portanto, com maior capacidade de suporte por animal. Tais números dão idéia do potencial em terras agrícolas ainda existente no País. Ao mesmo tempo, em diversas zonas, mesmo próximas a grandes mercados urbanos, encontram-se terras ociosas. No total de terras dos imóveis rurais cadastrados pelo IBRA, em 1966, de 307 milhões de hectares, 45% eram terras inaproveitadas.

É importante observar que, apesar do baixo nível geral de produtividade da agricultura brasileira, a oferta agrícola tem satisfeito à demanda de produtos alimentares, matérias-primas e produtos de exportação, se analisado um período relativamente longo. As oscilações anuais são provocadas por situações climáticas, de um modo geral incontroláveis, e pelas flutuações de preços em razão da instabilidade da oferta. De um modo geral, a produção agrícola é função sensível do sistema de preços e da amplitude dos mercados. Entre 1950/55, as lavouras destinadas ao mercado interno apresentaram uma evolução média de 5,6%; no período 1955 a 1960, o aumento médio alcançou 4,8% enquanto que, no período 1960/65, a evolução das lavouras para o mercado interno atingiu a média elevada de 6,5% ao ano. Nos três períodos assinalados o nível de oferta foi suficiente para atender à demanda resultante do crescimento da população e da melhoria dos níveis de renda.

A população aumenta à taxa de 3,1% ao ano e a renda real **per capita** tem apresentado uma variação anual média de 2,5%. Tomando-se por base um coeficiente de elasticidade-renda médio da demanda de produtos agrícolas de 0,5 (mede a variação na procura de alimentos em função da variação do nível de renda) resulta uma demanda da ordem de 4,3% ao ano. Já no decorrer de 1966, em decorrência de fatôres climáticos desfavoráveis, verificou-se decréscimo na produção agrícola (—2,0% em relação a 1965) enquanto que, em 1967, assinalou-se recuperação tendo a oferta aumentado de 3,0%, em relação a 1966. Maior instabilidade da produção e mesmo insuficiência de oferta tem-se observado no setor da pecuária. De um lado, a política de contrôle artificial de preços, embora possa eventualmente evitar especulação exagerada (que geralmente se torna mais aguda no regime de contrôle) tem contribuído para desorganizar o mercado da pecuária atingindo à própria criação. De outro, a elevação dos níveis de renda da população urbana acarretou brusco aumento nos níveis de procura de carne sem que o setor da pecuária estivesse devidamente preparado para responder à maior demanda através da elevação dos níveis de produção e produtividade.

Na retomada do desenvolvimento econômico, o setor agropecuário deverá ter papel dos mais salientes. O Govêrno tem em vista a reorganização dos serviços administrativos e o aperfeiçoamento das ações diretas que lhe competem para aumentar a produção e produtividade agrícolas. Ao mesmo tempo, desenvolverá um sistema de apoio econômico e financeiro, com uma série de estímulos diretos e indiretos ao nível das propriedades rurais, ou do setor agrícola como um todo, para alcançar os objetivos principais que são elevar a participação do produto agrícola no crescimento do produto nacional, alcançando-se uma taxa mínima de 6,0% ao ano.

Na política de aperfeiçoamento das ações do Govêrno tornou-se essencial fortalecer o Ministério da Agricultura de forma a conceder-lhe o comando da política do setor agrícola, partindo-se de uma premissa de que deve ser órgão eminentemente coordenador de ações e não executor, a não ser em caso de tarefas específicas que não podem ou não devem ser transferidas ao setor privado, como é o caso, por exemplo, da pesquisa agrícola; da execução de campanhas de defesa sanitária, notadamente no setor animal; de extensão rural, através de convênios com instituição especializada que é a ABCAR; da Reforma Agrária, embora nesse caso deva-se evitar a tendência que se está verificando para a execução de tarefas transferíveis ao setor privado e outras. O fortalecimento do Ministério da Agricultura já se verificou, na prática, com a vinculação a êsse Ministério dos órgãos de abastecimento (SUNAB, COBAL, CIBRAZEM, CFP), do IBRA, do Instituto do Pinho e do Mate e com medidas que facultam a coordenação pelo Ministério da Agricultura de estímulos financeiros. É necessário, porém, que o Ministério da Agricultura dê seqüência prática a essas medidas com providências objetivas e efetivas, com uma programação setorial realista e dinâmica, que não se transformem em simples instrumento de acompanhamento burocrático, administrativo e financeiro.

No tocante à Programação Estratégica do Govêrno para o setor agrícola e, portanto, às medidas concretas de ação, cabe dividi-las em dois campos: a) Programas destinados ao aumento da produção e da produtividade agrícolas, incluindo o desenvolvimento da pesquisa agrícola, com especial atenção aos projetos que visam à expansão dos produtos alimentares básicos, matérias-primas e produtos de exportação. Na programação efetuada procurou-se eliminar pesquisas supérfluas que não tenham caráter prático e objetivos perfeitamente definidos. A organização de um sistema nacional de produção de sementes melhoradas, com estímulos especiais à expansão de emprêsas privadas produtoras de sementes, de cooperativas e entidades oficiais para a obtenção em maior escala de sementes básicas constitui outro importante programa com o objetivo de elevar os níveis de produtividade na agricultura. O desenvolvimento da indústria nacional de fertilizantes, notadamente fosfatados e nitrogenados, permitirá, dentro de alguns anos, eliminar importações e oferecer aos agricultores adubos por preços mais acessíveis. A recente descoberta de jazidas de potássio no Nordeste é um grande passo à fabricação no País de adubos potássicos, atualmente importados a custos elevados. Ao mesmo tempo, estímulos financeiros concedidos aos produtores rurais vem ampliando o consumo de fertilizantes.

O desenvolvimento da pecuária nacional, abrangendo projetos técnicos de melhoria de pastagens, de melhoramento genético, de defesa sanitária, através ampliação das linhas de crédito associado à assistência técnica, constitui ponto essencial na programação do Govêrno. O rebanho brasileiro, apesar de ser um dos mais numerosos do mundo (cêrca de 60 milhões de cabeças), tem sido superestimado nas estatísticas oficiais e apresenta de um modo geral baixo nível de produtividade. É necessário grande esfôrço dos criadores e de órgãos governamentais para alcançar as metas mínimas estabelecidas de maior nível de desfrute, de maior taxa de natalidade e menor de mortalidade, de maior produção de carnes, leite (inclusive com a reorganização do sistema de distribuição). Inclui, ainda, a programação para o setor da pecuária medidas especiais para o incremento da suinocultura, da avicultura e da pesca, esta última através do mecanismo do estímulo financeiro concedido através de desconto do Impôsto de Renda que já carreou para o setor pesqueiro, em 1967, investimentos da ordem de 50 milhões de cruzeiros novos.

A mecanização agrícola contitui, também, fator importante no desenvolvimento agrícola. Todavia, a numerosa mão-de-obra existente no meio rural, (cêrca de 15 milhões de pessoas, ou 50% da fôrça total de trabalho do País) aconselha certa prudência nos projetos de mecanização que só se justifica plenamente nas extensas áreas de lavouras anuais, notadamente da região Centro-Sul, onde se concentram mais de 85% dos 70 mil tratores agrícolas existentes. Da máxima importância são os projetos de irrigação, eletrificação rural e de estradas vicinais. Durante longos anos acumulou-se água em áreas rurais, sem utilização adequada para irrigação. No Nordeste, os açudes oficiais comportam cêrca de 12 bilhões de m3 de água. Dar adequada utilização à água acumulada constitui tarefa essencial e prioritária no atual Govêrno. Ao mesmo tempo, a eletrificação rural vem sendo difundida em todo o País, partindo-se das linhas de grande tensão existentes e transformando-as para alcançar as áreas rurais em tensão adequada. Não é um programa a realizar-se em curto prazo. Nos Estados Unidos, por exemplo, o surto de eletrificação do meio rural só veio a verificar-se a partir de 1930. A energia elétrica introduz imediatas transformações na vida das populações. Não é só o confôrto da iluminação nas fazendas, da possibilidade de utilização de máquinas e aparelhos domésticos, mas também o incremento imediato da industrialização rural, da irrigação por meio de bombas elétricas e outras aplicações. Completando vasto programa de fortalecimento da infra-estrutura no meio rural executam-se obras rodoviárias, em diversos Estados, com o objetivo de ligar o meio rural às estradas-tronco. Tais obras são essenciais ao escoamento da produção agrícola e, portanto, ao seu barateamento ao nível dos consumidores.

As instituições financeiras multilaterais e a UNCTAD

DISCURSO DO PRESIDENTE DO BANCO MUNDIAL SR. GEORGE WOODS EM NOVA DELI

A II Conferência da UNCTAD está em franca atividade em Nova Déli desde fevereiro e terminará seus trabalhos em 25 de março. Os dramáticos fatos que dão base moral à realização da conferência são conhecidos pelos economistas, sociólogos e políticos informados. Contudo, não seria ocioso repetir alguns dêsses fatos:

Cêrca de um bilhão de habitantes do mundo subdesenvolvido vive em condições precárias, em ativo processo de deterioração. A taxa de crescimento está sendo reduzida e a disparidade em relação ao mundo desenvolvido está alargando. Enquanto que o mundo desenvolvido está aumentando sua renda *per capita* aproximadamente em 60 dólares o mundo subdesenvolvido não consegue mais do que dois dólares por ano.

O poder de compra das divisas conseguidas com as exportações dos países subdesenvolvido está declinando na base de dois e meio bilhões de dólares o que representa aproximadamente a metade do financiamento público externo recebido. O débito público dos países pobres aumentou de 10 bilhões de dólares em .. 1955 a 40 bilhões em ... 1966. O serviço dessas dívidas aumentou no mesmo período de meio bilhão a quatro bilhões de dólares atualmente.

Entre as soluções para corrigir esta dificuldade que Bárbara Ward indica ser menos natureza econômica do que moral e política foram criadas nestes últimos 20 anos instituições financeiras internacionais entre as quais se situam em primeiro plano o Banco Mundial e o BID que é a primeira e a mais eficaz das Instituições Financeiras Regionais. Durante a Conferência, foram pronunciadas importantes declarações por parte dos presidentes das respectivas instituições. Ambas ressaltaram a gravidade do problema decorrente da crescente insatisfação do mundo subdesenvolvido apesar do crescimento econômico verificado. As soluções apresentadas enfatizam a necessidade de soluções globais pois o subdesenvolvimento apresenta graves perigos para os dois mundos existentes neste planêta. Linhas abaixo são apresentados os principais trechos de ambas declarações em um resumo de cêrca de um têrço do original.

O Presidente do Banco Mundial indicou ser esta a última vez que se dirigiria a uma conferência tão importante na qualidade de presidente do Banco, pois já tem a data de transferência de seu pôsto marcada. Aproveitando a oportunidade faria uma revisão do que foi realizado no setor de desenvolvimento econômico agora que foram transpostos dois terços do século vinte.

Embora os países desenvolvidos e os em desenvolvimento concordam em que o progresso dêsses últimos é da maior importância para a humanidade a situação é desencorajadora e mesmo perturbadora. As realizações até agora não atingiram a marca das aspirações e países ricos e pobres têm que transformar intenções e realizações.

O obstáculo maior parece ser esta fôrça chamada inércia — os valôres e as instituições sociais mudam muito lentamente. Poucas instituições procuram inovações e muitas resistem a qualquer tipo de mudanças. Cêrca de dois bilhões de habitantes dêste planêta vivem em condições precárias tendo que enfrentar o difícil labor da transformação econômica e social. Apenas alguns países estão caminhando razoàvelmente bem na direção de sociedades estáveis. Apenas um bilhão de pessoas no nosso planêta vive em países onde prevalecem economias modernas e sociedades estáveis cujos objetivos econômicos e sociais foram aceitos pela grande maioria:

Muitos países não atingiram a um ponto de início de autoprogresso dependendo da contribuição externa até para sua própria alimentação. Cêrca de 40 países em desenvolvimento importam alimentos no valor de quatro e meio bilhões de dólares que poderiam ser utilizados para importar equipamento e tecnologia essenciais a seu desenvolvimento. Uma das características dos países subalimentados é que êles têm um crescimento populacional bem superior às médias mundiais. O excesso de população compete no consumo de alimento, habitação, roupas e impede investimentos em educação, hospitais e serviços elementares sem contar que dificultam a formação de capital que leva ao aumento do padrão de vida. Certos países já estão tomando providências com vários graus de sucesso. Entre êles são citados o Japão, a República da China, República da Coréia e Ceilão.

Alguns países já se preocupam com a conservação dos equipamentos industriais, mas a grande maioria gasta preciosas divisas na substituição do equipamento deteriorado por falta de manutenção. Nenhum esfôrço traria resultados tão satisfatórios a curto prazo. Onde contudo o desperdício atinge a limites inconcebíveis é no setor agrícola. Cêrca de um têrço das colheitas no mundo — a maior parte em países carentes de alimentos — é perdido por falta de armazenagem ou pela ação predatória de insetos, vermes e fungos ou doenças de plantas. Sanado êste prejuízo, desapareceria a crise de alimentos e os problemas de financiamento do desenvolvimento seriam aliviados.

Além de evitar o desperdício os países em desenvolvimento deveriam atrair capitais, nova tecnologia, experiência direcional oriundos de fontes internacionais. Os investimentos privados de fonte internacional quase sempre encorajam investimentos públicos. Uma outra tarefa que é básica é o aproveitamento dos recursos humanos. Diógenes já dizia há dois mil anos que "a base de tôda a nação é a educação de sua juventude". Um grupo de técnicos latino-americanos calculou há alguns anos que metade das despesas em educação naquela área tem sido desperdiçada.

A tarefa do desenvolvimento sobrecarrega extremamente os líderes dos países em desenvolvimento. Muitos dêsses líderes são corajosos, altruístas e devotados, mas infelizmente há muitos que não o são e se preocupam com o seu interêsse pessoal. É notório o desperdício das despesas públicas em atividades conspicuamente improdutivas. Uma das causas de atraso de muitos países subdesenvolvidos é a existência de líderes que não lideram. Isso leva à apatia pública e cinismo ao invés do fermento de entusiasmo e trabalho sério indispensável ao progresso econômico.

Os países desenvolvidos não estão cônscios de que estão freando mais tarde do que pensam pois o desequilíbrio populacional e de renda do mundo está chegando a um extremo perigoso.

Em 30 anos o Brasil será tão populoso como os Estados Unidos e a Rússia são hoje. A proporção de habitantes de países subdesenvolvidos em relação aos de países desenvolvidos é de dois para um. No fim do século esta proporção será de três para um. A renda *per capita* de países desenvolvidos quadruplicará passando de um e meio milhão de dólares para seis trilhões de dólares, aumentando tremendamente a distância entre os países ricos e pobres. Para evitar uma intolerável desproporção que provocará graves perturbações econômicas e políticas faz-se necessária uma participação dos países desenvolvidos na solução dos problemas que afligem as nações pobres. Essa tarefa tem que ser atacada em base altamente prioritária.

Evidentemente a política de assistência ao desenvolvimento por parte dos países ricos não tem levado em muita consideração êsses problemas. Quase sempre os programas bilaterais de assistência têm como objetivo primeiro o seu próprio benefício através do financiamento de exportação de seus próprios produtos, apoio às posições diplomáticas ou militares. Muita ajuda não tem sido produtiva pois leva à efeito realizações erradas no momento errado desperdiçando os poucos recursos disponíveis. Junte-se o fato de que o problema de relações de trocas entre os países ricos e pobres não foi solucionado.

Portanto, já é tempo de levar a efeito mudanças básicas. Entre elas foram citadas três. Primeira, devemos abandonar soluções de expediente e nos voltarmos para soluções efetivas. Por exemplo, a assistência ao desenvolvimento deve se concentrar no sentido de ajudar os países pobres a criar ou desenvolver suas próprias instituições e adaptar a tecnologia mais útil às suas próprias circunstâncias deixando de lado a aceitação indiscriminada de tecnologia inadequada.

A segunda mudança se refere ao fato de que devem ser adotadas posições modestas e realistas pois não existe desenvolvimento instantâneo ou indolor. Desenvolvimento traz consigo mudanças profundas e conseqüências perturbadoras e às vêzes violentes. A terceira mudança diz respeito ao vôlume e às condições da assistência financeira que têm últimamente atingido meios de estagnação. Os países subdesenvolvidos devem cêrca de 40 bilhões de dólares. O problema consiste não apenas em aliviar as taxas de juros e alongar os prazos para cêrca de 10 países que devem a metade dessa importância a cêrca de 12 a 14 nações credoras. Conclusões mais realistas de juros e amortizações devem ser estendidas para as novas nações que estão agora atingindo o ponto de poderem usar quantias substanciais para atender às suas necessidades de desenvolvimento. Os países desenvolvidos que no momento concedem ajuda sem limites enervam os respectivos congressos sem atingir metas de progresso real por parte dos países recipientes. Sòmente aplicação maciça de recursos multiplicará a produção e produzirá o impulso necessário ao progresso econômico.

Alguns países já tomaram a decisão de aumentar em 25% os respectivos orçamentos de ajuda. Entre êles: Canadá, Dinamarca, Japão, Holanda e Suécia. Sòmente a França atingiu o limite recomendável de ajuda. Um aspecto positivo foi a decisão recente de aumentar os recursos para a International Development Associations (I. D. A.), permitindo níveis operacionais para três anos. Neste sentido, o Banco Mundial propôs a formação de um grupo de líderes para fazer um estudo de 20 anos de atividade assistencial no campo financeiro propondo política mais adequada para o futuro.

Nesta oportunidade seria conveniente ressaltar o trabalho de muitas agências associadas com as Nações Unidas, entre elas a Organization for Economic Corporation and Development e os bancos regionais de desenvolvimento. Contudo, devemos nos preocupar com a proliferação das agências internacionais que consomem energia e parcos recursos humanos e financeiros. Neste sentido, devemos distribuir melhor os recursos das agências internacionais através de utilização mais racional de seus fatôres. Todavia, as agências internacionais devem fugir de simples fórmulas padronizadas de ação. Por exemplo, o Banco Mundial tem sido lento no processo de financiamento de emprêsas estatais devido aos problemas gerenciais existentes nessas emprêsas em muitos países. Outro exemplo, financiamento de projetos de turismo que pode ser de importância relevante para muitos países.

Grandes oportunidades no campo tecnológico podem ser aproveitadas pelos países em desenvolvimento. Algumas serão citadas linhas abaixo. 1 — Utilização de grandes quantidades de fertilizantes a custo baixo à base de processos de produção barata de amônia. Uma grande assistência internacional precisará ser obtida. Embora difícil não será impossível atingir esta meta. 2 — Um considerável fortalecimento nutricional através do aperfeiçoamento de plantas que apresentem grande valor calórico e protéico. Grande progresso neste campo foi atingido e plantações estão sendo levadas a efeito na Índia em grande escala. 3 — Utilização da água do mar para usos domésticos, industriais e eventualmente para agricultura. 4 — Um movimento mundial na redução de taxas de crescimento populacional, através de aperfeiçoamento das técnicas utilizadas e na aceleração da aceitação social do objetivo de equacionamento entre nível de população e fatôres destinados ao consumo.

Ao terminar podemos afirmar que as nações ricas têm sido irresolutas e às vêzes irrelevantes no processo de assistência financeira aos países pobres. Contudo, progresso tem sido efetuado o que pode ser atestado pelas dezenas de milhões de quilowatts de energia instaladas, das centenas de milhares de quilômetros de rodovias e ferrovias e da enorme quantidade de instalações industriais construídas ou recondicionadas pelos países em desenvolvimento.

Contudo, muita imaginação e paciência, respeito e tolerância devem ser utilizados pelos países ricos e pobres. A reunião da UNCTAD em N. Déli é um sinal de esperança de que seguiremos a direção correta para um sempre crescente melhoramento na vida dêste planêta.

Acôrdo Brasil – Argentina no mercado automobilístico

VICENTE UNZER DE ALMEIDA

Os anos 50 constituíram, no Brasil, a época de maior intensidade de industrialização substitutiva de importação. A existência de um mercado interno suficientemente grande, garantido através de proteção tarifária e cambial, permitiu a expansão de diversificação das emprêsas familiares e a instalação de novas indústrias.

Embora haja uma razoável faixa para a substituição de importação, algumas indústrias precisam, para acompanhar o progresso tecnológico e se desenvolver, de aproveitar melhor a sua capacidade instalada e/ou ampliá-la.

Não é difícil o dimensionamento de uma emprêsa em um País em desenvolvimento, como o nosso. Como observa I. Svennilson e é do conhecimento corrente dos economistas, q u a n t o maiores forem as economias de escala potenciais de um dado setor, tanto maiores serão as desvantagens para a emprêsa, que devido à procura insuficiente seja obrigada ou a o p e r a r uma *planta* de tamanho menor do que o econômico, ou a operar uma *planta* que, embora de tamanho econômico, não possa ser utilizada em sua plena capacidade. Sòmente o alargamento do mercado pode proporcionar às emprêsas nas condições citadas eliminar pontos de estrangulamento, atenuando certas deficiências estruturais e operar a plena capacidade.

Isso significa que o progresso industrial só seria viável com o aumento de consumidores, vale dizer, com a ampliação do mercado interno e conquista de mercados externos.

Até agora, os lucros têm sido gerados pelas operações comerciais. O produto tem sido vendido por preços superiores aos custos e s t i m a d o s, quaisquer que sejam, já que há reservas de mercado mediante a imposição de barreiras à entrada de produtos estrangeiros. Acontece, porém, que a capacidade do mercado interno está, *ceteris paribus*, a caminho da saturação. Daqui para frente serão os lucros das operações industriais que deverão garantir a expansão da indústria e êstes serão obtidos *através do aumento da produtividade*. A prosperidade da emprêsa dependerá mais do departamento de produção do que de vendas, ou melhor, *da capacidade de a emprêsa absorver contínua e oportunamente insumos que incorporem conhecimentos técnicos e científicos e de organizar-se adequadamente para antecipar o futuro de modo mais eficiente do que usualmente tem sido feito.*

A indústria automobilística é de *economia de escala*. São *plantas* industriais cujas dimensões de capacidade instalada exigem grandes mercados. Imagine-se uma curva do custo médio como tendo a forma da letra *U* aberta. A longo prazo, os aumentos da produção são conseguidos com escalas de produção cada vez maiores. Se a curva do custo médio a longo prazo diminui à medida que a produção cresce, isto significa que escalas sucessivamente maiores de fábrica se revelam mais eficientes. As fôrças que causam o decréscimo da curva do custo médio a longo prazo à medida que a firma aumenta a sua produção e a escala da fábrica são chamadas de *economias de escala*. As duas mais importantes são: (1) crescente possibilidade de divisão e especialização do trabalho e (2) crescente possibilidade de usar tecnologia mais avançada e/ou máquina de maior capacidade produtora.

A possibilidade de reduzir os custos por unidade de produto através de métodos tecnológicos aumenta à medida que cresce a escala da fábrica. Com o aumento da *escala* e da produção, o emprêgo de métodos tecnológicos avançados se torna cada vez mais exeqüível, ensejando, freqüentemente, reduções do custo unitário.

Ainda com referência a tecnologia é bom lembrar que, para dobrar-se a capacidade de uma máquina produtora, não seria, usualmente, necessário dobrar o material, a construção e os custos de operação. Por exemplo, é mais barato construir e operar um motor a óleo diesel de 2x cavalos de fôrça do que dois motores de x. As possibilidades tecnológicas representam uma p a r t e muito importante na explicação do aumento da eficiência.

O d i m e nsionamento do mercado efetivo e potencial e a adequação e uso econômico da capacidade instalada são problemas que devem preocupar os responsáveis pela indústria automobilística nacional. O Brasil e a América Latina são grandes mercados em potencial. Atualmente, porém, são mercados e s t a n q ues, protegidos, absorvendo p e q u e n a quantidade de veículos, sendo êsse um dos vários motivos por que os custos s ã o comparativamente elevados em relação aos vigentes nos E s t a d o s Unidos, Japão e Europa Ocidental.

A abertura de alguns mercados l a tino-americanos melhoraria as condições de interação das fôrças econômicas visando à aplicação mais eficiente dos recursos. Há, entretanto, variáveis políticas e institucionais difíceis de serem vencidas, o que torna a integração econômica através de um mercado comum assunto *futurível*...

Entretanto, um acôrdo especial de escambo com a Argentina seria factível, a p e s a r das numerosas r e s istências que obstruirão o caminho. A conquista do mercado portenho para a exportação regular de ônibus e chassis seria muito útil às emprêsas brasileiras, desde que o incremento de produção previsto seja suficientemente grande para ensejar a reestruturação do *layout* das fábricas, aumentando-se a escala de produção. Isso acrescentaria à indústria uma vantagem para a luta na manutenção e ampliação da parcela do mercado nacional, luta essa que se desenha acirrada nos próximos anos.

A demanda de caminhões e ônibus é derivada, e crescerá na medida em que aumentar a circulação de bens e pessoas. O desenvolvimento da infra-estrutura e o aumento da renda agrícola terão papel relevante no crescimento da procura de tais produtos. As perspectivas de longo prazo são boas, mas sòmente as emprêsas *bem organizadas e capazes de absorver incessantemente os progressos técnicos e científicos manterão, competindo, p a r c e l a s ponderáveis do mercado.*

É do conhecimento comum mas é bom ter sempre presente que a competição s e r á feita através de preço, qualidade, assistência permanente e eficiente, entrega na data em que o cliente deseja, capacidade de apresentação do produto, através da publicidade e propaganda, freqüentemente como diferenciado dos demais, mas às vêzes como substituto perfeito. Há ainda as condições de pagamento e outras variáveis que poderiam ser denominadas de *contingenciais*. Para a satisfação dessas condições é necessário aumentar a produtividade por unidade de fator, ampliar a integração vertical, já que a qualidade e programação de entrega não pode ainda ser atendida satisfatòriamente pelas fábricas de componentes e de autopeças independentes (a Bosch chegou a comprar duas máquinas modernas de fazer parafusos e os principais fabricantes de veículos têm fundição própria).

As indústrias de autopeças precisam de melhorar os seus padrões de organização e produção, coordenando-se com as montadoras, a fim de que a programação se processe com maior eficiência. A institucionalização do diálogo entre representantes das duas entidades sindicais que compõem a indústria automobilística talvez contribuísse para melhorar os canais de comunicação em nível técnico e comercial.

Nessa perspectiva, devem ser envidados esforços não só para a manutenção e ampliação da parcela do mercado interno como também estabelecer um fluxo permanente de exportação, que provàvelmente terá grande importância, já que se supõe (seria conveniente testar) que o balanço receita marginal—custo marginal resultante das unidades exportadas é favorável.

Assim sendo, um acôrdo Brasil-Argentina de troca de manufaturados d e v e merecer especial atenção das autoridades de ambos os países. Embora o escambo seja uma forma primitiva de comércio, h i s tòricamente êle desempenhou um papel pioneiro nas relações entre diferentes povos.

Apenas p a r a motivar as discussões enumeraremos alguns itens que devem ser objeto de estudo na eventual elaboração de um acôrdo de escambo entre Brasil e Argentina.

BRASIL - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - DEZ./1967

EMPRÊSA	AUTOMÓVEIS	CAMIONETAS DE USO MISTO OU MÚLTIPLO	UTILITÁRIOS	CAMIONETAS DE CARGA	CAMINHÕES			ÔNIBUS			TOTAL GERAL	ACUMULADA 1967	ACUMULADA 1957/1967
					MÉDIOS	PESADOS	TOTAL	COMPLETO	CHASSI	TOTAL			
Chrysler	245	—	—	—	—	—	—	—	—	—	245	3.731	54.375
F.N.M	108	—	—	—	—	114	114	—	82	82	304	1.899	25.267
Ford	350	—	—	122	978	—	978	—	—	—	1.450	20.016	159.592
General Motors	—	251	—	689	997	—	997	—	—	—	1.937	17.156	152.352
International	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.963
Mercedes-Benz	—	—	—	—	667	48	665	96	195	291	946	12.094	94.345
Scânia-Vabis	—	—	—	—	—	29	29	—	20	20	49	571	6.835
Toyota	—	5	16	46	—	—	—	—	—	—	65	376	7.602
Vemag	145	111	—	—	—	—	—	—	—	—	256	11.383	117.191
Volkswagen	6.844	1.324	—	123	—	—	—	—	—	—	8.291	116.002	562.699
Willys	900	699	414	375	—	—	—	—	—	—	2.388	41.964	464.257
Total Geral	8.592	2.388	450	1.355	2.582	191	2.773	96	297	393	15.931	—	—
Acumulada — 1967	132.027	38.361	8.140	15.058	26.783	1.778	28.561	1.080	2.221	3.301	—	225.418	—
Acumulada 57/67	721.188	302.461	158.249	127.553	289.039	33.360	322.399	7.669	10.937	18.606	—	—	1.650.535

ARGENTINA - PRODUÇÃO DE AUTOMOTORES

ANO	AUTOMÓVEIS	RURAIS	PICK-UPS (1)	JIPE	FURGÕES	CAMINHÕES E COLETIVOS (2)	TOTAL
1951	—	18	68	—	22	—	108
1952	—	62	54	—	15	838	969
1953	5	58	1.093	—	13	1.000	3.074
1954	127	46	2.421	—	200	585	3.359
1955	211	24	4.180	—	330	1.326	6.391
1956	200	26	2.400	2.389	170	578	5.943
1957	465	4.996	3.884	3.322	1	1	15.635
1958	3.715	10.595	6.244	7.221	53	1	27.534
1959	6.736	11.544	8.145	5.731	318	837	32.952
1960	29.335	9.309	26.878	4.562	1.775	13.558	39.338
1961	71.963	6.231	29.258	3.297	2.138	23.206	156.168
1962	78.667	11.581	21.392	1.515	2.225	14.195	129.890
1963	63.111	7.027	18.795	1.365	939	8.442	104.399
1964	104.549	10.063	34.309	1.228	2.317	12.242	160.463
1965	119.782	13.952	41.119	1.352	1.495	16.035	194.536
1966	123.937	9.875	30.721	942	1.433	12.539	179.453

(1) Inclui chassi para Pick-ups; (2) Inclui veículos desde 1 tonelada de carga útil

1. — TROCAS

1.1 — Parece-nos que deveríamos ir além de um acôrdo de complementação, p e r mutando produtos finais. Inicialmente, c o m o tentativa pioneira, seriam intercambiados v e í c ulos de d e t erminados modelos, componentes e peças.

1.2 — As emprêsas multinacionais instaladas em ambos os países garantiriam, em princípio, volume de importação de valor correspondente de produtos manufaturados.

É claro que o comércio de produtos tradicionais argentinos e brasileiros, como por exemplo, trigo, café, petróleo, f r u t a s, continuariam a reger-se pelas normas vigentes, excluído p o r t anto, do âmbito dêste acôrdo, que fica limitado a determinados produtos manufaturados.

2. — PAGAMENTO

Os pagamentos poderiam ser feitos (1) em cruzeiros e pesos inconversíveis e (2) parcialmente em m o e d a s do país de origem da emprêsa multinacional, até o limite de 30% do montante da operação da liquidação dos saldos. Se a emprêsa fôr inteiramente de capital nacional (brasileiro ou argentino), ela poderá receber 30% do valor das operações em moeda conversível.

3. — SALDOS

Embora i n i cialmente haja uma previsão de troca em valor correspondente e os pagamentos possam ser efetuados pelo menos parcialmente em moedas conversíveis, será difícil eliminar, anualmente, o saldo. A diferença do saldo não liquidado em dólares, marcos e liras será utilizada pelo exportador no país importador em operações de custeio e investimento. Os Bancos Centrais dos respectivos países fariam a conversão dos saldos dos cruzeiros em pesos e vice-versa.

4. — ONUS FISCAL

4.1 — Os produtos objeto do acôrdo circulariam livres de impostos alfandegários ou quaisquer outros ônus que incidem sôbre a mercadoria importada.

4.2 — Entretanto, as m e r c adorias intercambiadas estariam sujeitas a todos os tributos que incidem sôbre a mercadoria análoga no país importador.

4.3 — Os produtos exportados gozariam das isenções e x i stentes nos respectivos países.

Assim sendo, os produtos objetos do acôrdo não pagariam tributos de exportação e importação.

Não haveria garantia contra riscos cambiais.

5. — PRAZO DE DURAÇÃO

Duração indeterminada, podendo as partes denunciá-lo com aviso prévio de um ano.

* * *

Um acôrdo como o que se propõe representará um passo importante na direção do estabelecimento da integração regional entre nações que deveriam constituir uma unidade econômica.

Programas e medidas para o desenvolvimento da educação

ARLINDO LOPES CORRÊA

O Govêrno Federal acaba de elaborar o seu Programa Estratégico para o período 1968-1970, o qual abrange as áreas julgadas de maior importância para o progresso nacional.

O plano trienal de educação, integrante da estratégia global de desenvolvimento, cristaliza os ideais renovadores surgidos com a vitória da Revolução de 1964. Trata-se de um documento reformista que não encampa os equívocos usualmente inerentes aos movimentos de renovação: derivado de um diagnóstico sério, sereno e elaborado com rigor científico, apóia-se nas mais modernas metodologias de planificação educacional e busca atingir seus objetivos através da execução de medidas e programas corajosos, mas plenamente exeqüíveis em face da atual situação do sistema nacional de ensino.

Elegendo como seus objetivos primordiais o aprimoramento dos recursos humanos nacionais e o aperfeiçoamento do processo de democratização de oportunidades através da educação, o plano trienal contempla as supremas aspirações da sociedade brasileira: a aceleração do desenvolvimento do País e a criação de condições para que se faça a justiça social em bases realistas, alicerçada na hierarquização pelo mérito e não no *distributivismo precoce*.

CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

O plano trienal assegura a consolidação do processo de planificação educacional no País, estendendo-o obrigatòriamente aos Estados e Universidades que desejarem, futuramente, pleitear recursos financeiros da União. Os Estados deverão preparar planos integrais, plurianuais, compatíveis com as diretrizes emanadas do Govêrno Federal; as Universidades, por seu turno, elaborarão orçamentos-programas, também plurianuais, com projetos e atividades detalhadas, seguindo a política federal para o ensino superior.

Para que êste esquema seja de realização viável, a União multiplicará os seus esforços de assistência técnica, que já vem prestando aos Estados e Universidades, especialmente através do Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA.

REFORMA ADMINISTRATIVA NO SETOR EDUCACIONAL

O plano trienal dá especial importância à reforma da administração educacional no País, que se deverá guiar pelos princípios emanados do Decreto-Lei n.º 200. No âmbito do Ministério da Educação o trabalho conjunto de seus próprios técnicos com os representantes do Escritório de Reforma Administrativa já se acha em fase de conclusão; no caso das Secretarias Estaduais de Educação, a assistência técnica que lhes tem sido concedida pelo CEOSE já encorajou e deflagrou o processo de reforma em várias Unidades da Federação, que ràpidamente deverão adequar suas estruturas às exigências de aprimoramento do ensino brasileiro; no que concerne às Universidades, a renovação da máquina administrativa se fará dentro do contexto global da Reforma Universitária, que deverá ser acelerada no triênio 1968-1970.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O plano trienal preconiza a conquista de novas fontes e prevê a utilização de novos métodos e critérios de financiamento para a educação nacional.

Ao nível do ensino primário, o plano trienal apoiará as iniciativas de expansão das oportunidades de educação gratuita e, considerando seu caráter obrigatório, concederá elevada prioridade aos programas de assistência aos educandos (alimentação escolar, livro-texto, material escolar em geral, assistência médica e dentária), visando a assegurar iguais condições de aproveitamento a todos os estudantes, independentemente de sua situação econômica e social.

No que concerne ao ensino médio, o Programa Estratégico assegurará uma decisiva ampliação da rêde de estabelecimentos públicos, ao mesmo tempo que incentivará a expansão de programas de bôlsas-de-estudo capazes de impedir a grande incidência de deserção escolar dentre os jovens provenientes dos grupos populacionais carentes de recursos. Programas semelhantes ao PEBE (para filhos de operários sindicalizados) receberão apoio decidido e ampliarão sua esfera de ação.

Ao mesmo tempo, objetivando carrear maiores recursos da comunidade para a manutenção do ensino superior e considerando que seus usuários provêm, em sua maioria esmagadora, das classes média e rica, o plano trienal prevê a abolição da gratuidade indiscriminada nas Universidades e estabelecimentos isolados, federais. Eliminado êsse resquício de um sistema de privilégios que se deseja extinguir, será possível à União destinar maiores recursos para a expansão da rêde pública de ensino médio, bem como ampliar o número de bôlsas para os alunos que o freqüentam. Os estudantes de nível superior receberão três tratamentos distintos, de acôrdo com sua situação econômica: os componentes das classes rica e média superior pagarão, durante o curso, parcela substancial dos custos correntes unitários verificados na Universidade em que estão matriculados; todos os demais receberão financiamento, que deverão saldar após o ingresso na fôrça de trabalho; os estudantes realmente carentes de recursos, além do financiamento da anuidade, receberão, sob a forma de doação, bôlsas para gastos pessoais.

Explicitamente, o plano trienal apenas se refere à criação de outras fontes financeiras internas para a educação através da alocação de recursos do Concurso de Prognósticos Esportivos ao programa de alfabetização e por meio do lançamento de um sêlo postal obrigatório, com idêntica finalidade. Todavia, levando em conta que todo nôvo projeto industrial ou agrícola absorve mão-de-obra, cuja formação acarreta um ônus adicional para o poder público, estudos estão sendo realizados no sentido de destinar parte dos incentivos fiscais, dispensados pela União para tais investimentos, ao setor educacional.

AMPLIAÇÃO DA RÊDE ESCOLAR

No decorrer dos trabalhos de planejamento, inúmeros equívocos foram desfeitos em relação à necessidade de novos investimentos em construção e equipamento da rêde escolar para o ensino primário. Estudos anteriores, realizados de modo inadequado, apontavam um deficit de ..... 142 500 salas de aula no ensino primário, a ser eliminado de 1968 a 1970. O plano trienal, tendo identificado a repetência como causa do congestionamento da escola primária, demonstrou que com cêrca de 5 000 salas adicionais e cuidados especiais para a redução da reprovação (assistência aos educandos, modificação do sistema de promoção etc.), o País poderá resolver convenientemente os problemas causados pelo deficit de atendimento nesse nível de ensino. A estimativa de construção de 142 500 novas salas de aula baseava-se na manutenção das atuais taxas de reprovação e repetência, além de supor que a escola primária deveria abrigar a totalidade da população brasileira de 7 a 14 anos. Evidentemente, a escola primária brasileira, geralmente de 4 séries sòmente deve ser freqüentada, idealmente, pelos grupos etários de 7, 8, 9 e 10 anos. A suposição de que as crianças até 14 anos deveriam ser por ela atendidas significa implìcitamente que a reprovação e a repetência maciças devem ser preservadas, o que é indesejável sob todos os pontos-de-vista. O número total de salas a construir e equipar, de 1968 a 1970, prevista a substituição de prédios em mau estado de conservação e daqueles que são usados pelo poder público mas não lhe pertencem, deve ser inferior a 10 000, ou seja, menos de 8% do montante estimado em trabalhos anteriores ao plano trienal.

Os cálculos do plano trienal foram feitos supondo que se mantivessem os atuais padrões de utilização das salas. Foi demonstrada a existência de capacidade ociosa em grande número de prédios e verificada a possibilidade de adotar-se o regime de três turnos sem o inconveniente da carga horária reduzida — seu único defeito, por sinal — desde que se utilizassem certos artifícios simples, de fácil consecução (ver *Uso Intensivo do Espaço Escolar*, IPEA, 1967).

Ainda no tocante aos prédios escolares primários, constatando-se que 80% dêles, no País, possuem apenas uma sala de aula e, por êsse motivo, constituem-se em causa de reprovação — quando se adota o regime de ministrar aulas conjuntas a alunos de séries distintas — ou de deserção — no caso de optar-se por uma turma homogênea, de uma única série — o plano trienal preconiza que se interrompa a construção de escolas dêsse tipo e se ampliem as existentes, dotando-as de uma sala adicional. Infelizmente, ainda em 1968, inúmeras escolas de uma sala serão implantadas com as verbas que a União transfere, em seu orçamento, aos Municípios. A partir de 1969, porém, as escolas de uma sala apenas serão construídas em regiões de fronteira — agrícola ou territorial —, onde não há condições para manter-se unidades maiores.

No ciclo ginasial, a União incentivará a construção maciça de novos prédios escolares, a maioria dos quais será equipada com oficinas e salas-ambiente, de modo a servir como ginásios polivalentes. Quantia superior a NCr$ 200 milhões será aplicada pelo Govêrno Federal com essa finalidade, no triênio 1968-1970. Paralelamente, a União procederá ao financiamento da transformação de ginásios tradicionais, acadêmicos, em ginásios orientados para o trabalho (ou polivalentes).

O Ministério da Educação e Cultura estimulará a adaptação dos ginásios técnicos em colégios técnicos, os quais receberão verbas maciças para seu reequipamento, especialmente no ramo industrial. A rêde de colégios técnicos, que dispõe de capacidade ociosa, não necessitará de uma ampliação muito expressiva no triênio, mas terá seus índices de utilização aumentados decisivamente. No campo do ensino normal, o plano ajudou a desfazer outro grande equívoco, como se verá na seção seguinte, em que se trata do corpo docente. Na realidade, é necessário deter a expansão dos colégios normais, que proliferaram anòmalamente, com padrões qualitativos deficientes, nos últimos anos. No que concerne ao ensino colegial, secundário, faz-se necessário um incremento considerável de matrículas, especialmente em virtude do crescimento explosivo do ensino ginasial.

No ensino superior, com a Reforma Universitária, será imprescindível fazer uma série de adaptações nas unidades existentes. Algumas Universidades terão o seu *campus*. Nestas, não mais se construirá fora das Cidades Universitárias e se deverá alienar alguns dêsses prédios isolados, de modo a financiar a implantação do *campus*. Não fôsse a Reforma Universitária, seria possível deixar de investir em novas construções nas Universidades brasileiras as quais, de um modo geral, poderiam dobrar o número de alunos sem edificar uma única sala.

EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

O sistema de ensino brasileiro está repleto de distorções paradoxais: coexistência de capacidade ociosa de espaços escolares com deficit de atendimento por falta de vagas; constatação de elevados custos unitários em cursos com padrões qualitativos deficientes, e assim por diante.

A situação do professorado primário brasileiro segue essa regra anômala, fruto de uma política mal formulada no passado. Em 1966, existiam 347 mil mestres em exercício no ensino primário comum brasileiro, dos quais apenas 200 mil eram normalistas (57%). À primeira vista, isto revelaria a necessidade de ampliar o ensino normal e muitos educadores ainda cometem êsse grosseiro êrro de interpretação. Na realidade, de 1965 para 1966, o número de normalistas em exercício aumentou de 18 mil, enquanto os colégios normais formaram, em 1965, 42 mil novos mestres. Descontadas as substituições de estoque existente no ano de 1965, pode-se verificar que pelo menos 20 mil diplomadas não ingressaram nos quadros do magistério. Na realidade, o ensino normal não necessita expansão. Muito pelo contrário, devem-se tomar medidas severas no sentido de refreá-la: em 1967, concluíram seus cursos cêrca de 60 mil normalistas que, se ingressassem no mercado de trabalho, atenderiam a 1,5 milhão de alunos adicionais nas escolas primárias, número várias vêzes superior ao incremento de matrícula nesse nível de ensino. O que sucede, na realidade, é que vários fatôres estão atuando no sentido de manter essa situação paradoxal de formar-se uma quantidade excessiva de normalistas, sem que as mesmas sejam aproveitadas: a) inúmeros jovens estão seguindo os cursos normais encarando-os como aquêles que lhes propiciarão a educação geral mais adequada às componentes do sexo feminino; b) parte das que desejam abraçar a carreira do magistério não quer fazê-lo quando tal fato implique no deslocamento de sua cidade de origem; c) as normalistas, a não ser por exceção, não aceitam trabalhar nas áreas rurais, por falta de incentivos — financeiros e não financeiros — para fazê-lo. Por êsses motivos, aconselha-se uma reforma do ensino normal, a adoção de uma política especial de utilização do corpo docente e a manutenção, em atividade, do contingente de professôres leigos que, na verdade, não pode ser substituído a curto e médio prazos.

No que concerne ao nível médio, o problema de escassez de mestres é gravíssimo, especialmente levando em conta a expansão de matrículas previstas no triênio. Será necessário incentivar os cursos intensivos de formação de professôres, implantando-os em número elevado; reformar e a seguir reforçar decisivamente o sistema de ensino superior encarregado de fazê-lo nos moldes tradicionais; aperfeiçoar grande parte dos docentes já em exercício; criar ou ampliar cursos especiais para preparar certos tipos de mestres (de ciências, para os ginásios polivalentes, para as matérias específicas dos colégios técnicos e normais), cujos deficits são evidentes. Na verdade, a meta de mais difícil atingimento no triênio 1968-1970 consiste na formação de professôres em quantidade e qualidade adequadas para preencher as necessidades do ensino médio. Por fôrça da existência de grandes contingentes não utilizados de professôres normalistas, poder-se-á fazer uso dos mesmos, após o treinamento intensivo mencionado, para servir nas escolas ginasiais. Todavia, qualquer que seja a estratégia adotada, um grande esfôrço será requerido neste setor.

No caso do ensino superior, o problema assume aspectos distintos. Em 1966, para 180 mil alunos, existiam 36 mil professôres, o que evidencia uma elevada capacidade ociosa na utilização do corpo docente nacional: a relação de cinco alunos, em tempo parcial, para cada professor — alguns em tempo integral — coloca o Brasil em posição ímpar no plano internacional. Ao mesmo tempo, há grandes dificuldades em recrutar-se novos professôres, de boa qualidade, para o ensino superior brasileiro, em face dos padrões salariais vigentes. O que sucede com o corpo docente das Universidades e estabelecimentos isolados, federais, acontece com todo o funcionalismo público civil da União.

CONCLUSÕES

Para a implementação do plano trienal, o País deverá elevar consideràvelmente seus dispêndios com o setor educacional sem que, todavia, os mesmos atinjam cifras excessivas. Os gastos em educação serão incrementados para cêrca de ...... 3,9% do PIB em 1970, o que constitui um índice usual no âmbito internacional.

Explica-se êsse incremento conservador das despesas com a educação ao lado de uma melhoria apreciável das condições do setor, pelo empenho da União, no período 1968-1970, em elevar os níveis de produtividade nêle vigentes, que se têm revelado incompatíveis com as exigências nacionais.

Não será necessário, nesse esfôrço de racionalização, realizar sacrifícios, mas apenas coibir privilégios incompatíveis com o regime democrático, corrigir certas distorções inaceitáveis em uma economia capitalista e exigir maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Situação e perspectivas da siderurgia brasileira

AMARO LANARI JÚNIOR
Presidente da USIMINAS

PRODUÇÃO DE AÇO

1000 t - acumulado

* CSN • USIMINAS • BELGO MINEIRA

1967

2000 1600 1200 800 400 0

J F M A M J J A S O N D

Os resultados já conhecidos sôbre a produção e consumo de aço no Brasil, durante o ano de 1967, evidenciam claramente ter sido atingido um ponto crítico na evolução dêsse importante setor da economia nacional.

Após um ano de estagnação no consumo e nítida superprodução em relação à demanda do mercado doméstico (1966), a relação produção/consumo parece ter atingido em 1967 uma situação em que se faz evidente a impossibilidade de manter as emprêsas do setor em ritmo adequado de operação, caso prevaleçam as condições em que, nos últimos anos, têm exercido suas atividades.

Em 1967 as 30 emprêsas siderúrgicas que produzem aço, no País, elaboraram 3 720 mil toneladas de lingotes de aço, ou sejam menos 47 mil toneladas que em 1966 e 680 mil toneladas mais do que em 1964. A apreciação desses dados relativos é sobremodo importante para a análise do problema:

O ano de 1964 já encontrou a Cia. Siderúrgica Nacional operando em nível superior ao registrado em 1967 e nêle se registra o início de operação, em volume expressivo, da USIMINAS. Nos anos subseqüentes entraram em operação 6 novas usinas, das quais uma — a COSIPA — de grande porte. No mesmo período, todavia, 4 usinas paralisaram suas atividades, reduzindo de mais de 250 000 toneladas a produção de lingotes.

Ora, em 1967 a produção realizada foi superior à registrada em 1964 em apenas 680 mil toneladas. Se se considerar que entre as duas datas a produção conjunta das duas novas usinas de grande porte instaladas recentemente (USIMINAS e COSIPA) aumentou de 690 mil toneladas, verifica-se que a faixa de aumento da produção de tôdas as demais usinas já instaladas no País, até fins de 1964, foi inferior a 100 mil toneladas uma vez que parte da produção correspondente ao decréscimo resultante de paralisação de 4 usinas (240 mil toneladas) foi coberta pela produção de 5 novas usinas (exceto a COSIPA) produzindo cêrca de 155 mil toneladas.

Vale dizer que no quatriênio 1964/67 o aumento médio da produção nas usinas mais antigas foi de apenas 5% — sendo que, de fato, muitas delas diminuíram sua produção.

Isto, quanto ao ritmo de atividade — fator fundamental na apresentação do problema de produtividade e custos.

Em têrmos de estrutura empresarial, foi também significativa a evolução verificada no quadriênio. Em 1964, para uma produção total de 3 044 mil toneladas de lingotes de aço, 5 usinas — com produção anual superior a 100 mil toneladas — produziam 2 366 mil toneladas, ou sejam 77% do total. Já em 1967, para a produção total apurada, de 3 720 mil toneladas, 8 usinas do mesmo porte cobriam 3 115 mil toneladas, ou sejam 84% do total.

Verificando-se que das 5 usinas que em 1964 produziam 77% do total, uma paralisou suas atividades e as 4 outras cobriam 65% da produção de 1967, evidencia-se a forte tendência à concentração, presente no setor siderúrgico. Realmente, em 1967, 4 usinas apenas (C.S.N., USIMINAS, BELGO-MINEIRA e COSIPA) produziram 70% do total nacional, cabendo a produção restante a 26 emprêsas, das quais apenas 4 com produção anual superior a 100 mil toneladas.

É patente, ainda, o forte incremento da parcela de produção originada pelas Emprêsas de Capital Misto-Estatal. Enquanto em 1964 a participação dessas emprêsas representou apenas 51% do total, em 1967 sua quota atingiu a casa dos 61%.

Entretanto, no mesmo período, o consumo de aço no País manteve-se sensìvelmente estável, registrando-se, mesmo, entre o consumo aparente de 1966 e 1967 um forte decréscimo de aproximadamente 8%. A absorção do excesso produzido em 1967 só foi possível em virtude do apreciável aumento da exportação de produtos siderúrgicos — acabados e semi-acabados.

Não é possível aqui analisar, senão sucintamente, as causas da situação do consumo. Entretanto, constituíram fatôres fortemente depressivos a estagnação da indústria de construção civil, a diminuição de ritmo das grandes obras a cargo do setor público e *last but not least* a violenta compressão do poder de compra do consumidor nacional — físico e empresarial — acarretada pelas políticas salarial e de crédito.

O nível de consumo *per capita* no Brasil, já extremamente baixo em 1964 (inferior a 50 quilos por ano) caiu a nível irrisório em 1967. E, ainda assim, parte significativa do atendimento do mercado só foi possível realizar com a liquidação de estoques acumulados — tanto nos pátios das usinas, quanto em mãos de indústrias e revendedores.

Em face dos dados disponíveis é patente a situação de direto condicionamento entre o volume de produção que as usinas poderão realizar neste ano de 1968 e a disponibilidade de aço nacional para o mercado doméstico. A liquidação dos estoques, visivelmente generalizada, cria a curto prazo uma situação de inelasticidade da oferta, cujos efeitos serão de extrema relevância das perspectivas próximas da siderurgia brasileira.

TENDENCIAS DO MERCADO

A retração da demanda no mercado doméstico, nos dois últimos anos, aliada à liquidação dos estoques, permite prever uma reação favorável a curto prazo. Importantes setores industriais consumidores de aço têm aumentado significativamente sua produção e, pelo menos em um dêles — a Construção Naval —, está previsto vigoroso apoio do Govêrno.

Além disso, segundo indicam os números referentes à importação de aço, a siderurgia nacional parece ter atingido plena capacidade — em têrmos quantitativos e qualitativos — para substituir o fornecimento estrangeiro. Apenas alguns tipos de especificação muito especial — quantitativamente importante apenas no caso da indústria automobilística — continuarão a ser importados nos próximos anos. Tal situação propicia, diretamente, o aumento da demanda no mercado doméstico, visto que alguns usuários já se decidiram a ampliar suas instalações em face da garantia de abastecimento independente da conjuntura cambial.

É relevante notar-se, ainda, que tem aumentado em proporções expressivas a exportação de aço brasileiro. No ano passado a exportação do produto atingiu a casa das 300 000 toneladas e é certo que poderá ainda ser aumentada, se permanecerem inalteradas as condições do mercado mundial. Essa exportação, significativa para o balanço de comércio do País, constitui fator de equilíbrio para a economia das emprêsas siderúrgicas e para o normal atendimento da demanda no mercado doméstico, em face da capacidade ociosa que se registra, ainda, em muitas das usinas nacionais.

Finalmente, a aparente reativação da Construção Civil poderá propiciar significativo aumento da demanda de aços comuns, favorecendo especialmente o escoamento da produção das usinas de menor porte, de propriedade privada.

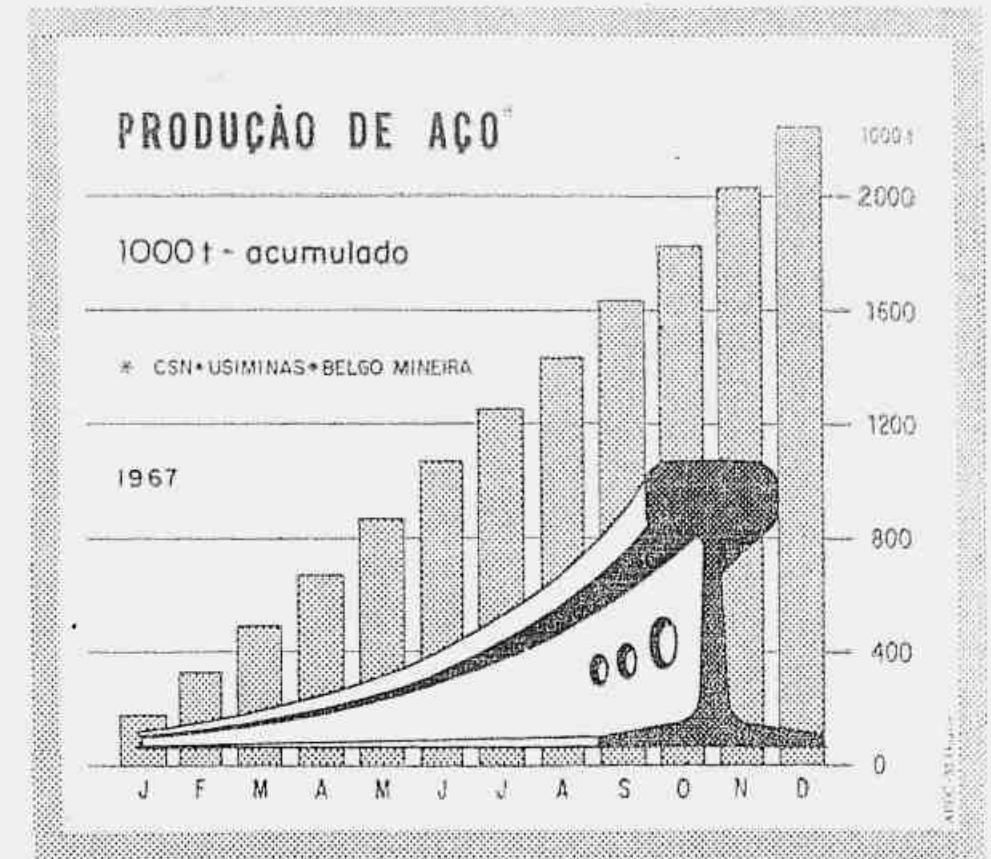
O DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA

O descompasso necessário entre o ritmo de crescimento da demanda no mercado doméstico e o aumento da capacidade instalada para a produção constitui um dos problemas mais sérios da siderurgia brasileira. Enquanto o crescimento da demanda é linear, mantendo taxas relativamente iguais de ano para ano, o crescimento da produção é necessàriamente feito em degraus, uma vez que as instalações de capacidade adicional exigem períodos relativamente longos de construção.

A partir da instalação da Cia. Siderúrgica Nacional, cêrca de 25 anos atrás, êsses degraus têm-se distanciado em períodos de 8 a 10 anos — como se verifica pelos incrementos resultantes da instalação da USIMINAS (1963) e da COSIPA (1965), e na área privada, dos programas da Belgo Mineira e Aços Anhanguera.

De futuro, entretanto, êsses degraus serão muito mais pronunciados — em têrmos de incremento de produção — em face das atuais exigências econômico-tecnológicas. Enquanto até há cêrca de um decênio podia-se admitir como indicada a operação de usinas de porte inferior a 100 000 toneladas/ano, já neste momento, é econòmicamente difícil, mesmo nas condições brasileiras, a operação de usinas integradas de capacidade inferior a êsse limite e, em têrmos tecnológicos, indica-se a necessidade de duplicá-lo.

Vale dizer que, da presente superprodução, passar-se-á à situação de desequilíbrio contrário nos próximos 2 ou 3 anos e, se concretizados os novos investimentos já programados no setor, apreciável excesso de produção em face das necessidades do mercado doméstico a partir de 1971.

É em presença dessa perspectiva que se deve programar e dimensionar a expansão da siderurgia brasileira. De um lado, pela avaliação correta das dimensões das novas unidades de produção a serem instaladas e, de outro, pela racional e deliberada ação sôbre o mercado visando estimulá-lo no sentido propício ao encurtamento dos prazos de instalação. Ao mesmo tempo e visando o mesmo objetivo, é indispensável uma apreciação objetiva das possibilidades de incremento da exportação do aço nacional.

Qualquer que seja a diretiva adotada para solução de tais problemas, deve ser postulada e resolvida, simultâneamente, a política de preços para os produtos siderúrgicos.

Constituindo matéria-prima básica para a indústria de transformação, o aço tem sofrido sempre forte influência política na formação do seu preço de mercado. Sobretudo no último quatriênio, fêz-se sentir violenta compressão no mercado de aço, visando, alegadamente, impedir efeitos inflacionários que decorreriam da elevação de preços dos produtos siderúrgicos.

É difícil, senão mesmo impossível, compreender-se a lógica de tal diretiva, quando os preços de outros produtos igualmente básicos, inclusive as matérias-primas utilizadas pela própria siderurgia, tiveram os seus preços violentamente majorados, imperativamente, como é o caso da eletricidade e do transporte ferroviário.

A indústria siderúrgica é de rentabilidade notòriamente baixa em relação aos capitais movimentados, de tal maneira que alterações de preços das suas matérias-primas e serviços, aparentemente moderadas, repercutem diretamente e em proporções desmedidas nos custos de produção.

Na indústria siderúrgica os custos de matérias-primas, mão-de-obra e impostos devem relacionar-se com o preço de venda de modo a permitir a normal depreciação do equipamento instalado e deixando modesta, mas necessária, margem para a remuneração dos capitais investidos.

No Brasil, nos últimos anos, a política de preços controlados, praticada pelo Govêrno, não permite sequer cobrir os aumentos do custo direto de produção. Basta dizer que sòmente de impostos deduzidos do preço de venda (ICM + IPI) a siderurgia paga cêrca de 20% do total faturado, enquanto, ao mesmo tempo, absorve os Impostos Únicos ADICIONADOS aos preços das principais matérias-primas que utiliza: carvão, minério de ferro e eletricidade. Elementar aritmética, confrontando os percentuais de aumentos compulsórios dos impostos, salários, custo de câmbio e da matéria-prima fornecida por ENTIDADES GOVERNAMENTAIS (carvão, eletricidade e transporte ferroviário) com os aumentos concedidos para os produtos siderúrgicos, nos últimos anos, indicam claramente que a sobrevivência das emprêsas siderúrgicas só se explica pela dimensão dos capitais ali imobilizados. Mas, òbviamente, com a conseqüente descapitalização decorrente da liquidação de estoques e haveres e a completa renúncia à formação de reservas indispensáveis à compensação do desgaste dos equipamentos.

A permanência do preço dos produtos siderúrgicos em níveis tão baixos só pode ser realizada em presença de um mercado excepcionalmente retraído e, em face do atual subconsumo, amparado em preços internacionais artificialmente deprimidos pela taxa de câmbio mantida abaixo da paridade de poder de compra.

Será impraticável, senão mesmo impossível, manter tal situação em futuro próximo. Qualquer que seja a política de preços declarada, a elevação dos preços do aço até, pelo menos, o nível necessário para cobertura dos custos de produção — inclusive depreciação — será indispensável para a sobrevivência das emprêsas do ramo. Senão, teremos uma substituição regressiva no mercado doméstico, com a importação de aço suprindo a falta de produção doméstica, que desaparecerá por ser antieconômica, pelo menos na área das emprêsas privadas.

Felizmente, parece estar sendo corrigida essa distorção de preços. Nos últimos meses, ainda que em proporções ainda insuficientes, tem sido permitida a elevação do preço do aço, possibilitando às emprêsas reativarem seu ritmo de produção e prepararem-se para a expansão de sua capacidade produtiva, que será tão reclamada em futuro bastante próximo.

INVESTIMENTO

A expansão da capacidade produtiva do setor é, hoje, motivo de sérios e aprofundados estudos, nas áreas privadas e governamentais. A siderurgia nacional poderá transformar-se no elo fraco da cadeia do Desenvolvimento Econômico Brasileiro, se desde já, quando o consumo doméstico fortemente deprimido ainda é inferior à produção, não forem previstos, dimensionados e coordenados os novos investimentos indispensáveis para a ampliação da capacidade instalada.

O investimento na produção siderúrgica é de grande vulto unitário e de execução relativamente lenta. A cifra de US$ 400 por tonelada/ano instalada, estimada mundialmente para novas usinas, é válida também para as expansões normais de maioria das usinas já existentes.

Estimando-se que nos próximos 4 anos o Brasil necessitará de mais 3 000 000 de toneladas de aço, pode-se concluir que serão precisos pelo menos US$ 1 000 milhões para obtê-las no País. É indispensável, pois, que os recursos disponíveis para tal fim sejam cuidadosa e racionalmente coordenados, para que o resultado corresponda às expectativas.

Essa coordenação envolve dois aspectos principais:

Primeiro a delimitação das áreas de expansão da indústria privada e da indústria estatal. Constitui hoje experiência altamente positiva, em muitos países ocidentais, a coordenação de investimentos no setor siderúrgico, facultando às emprêsas privadas o acesso a recursos de proveniência estatal desde que, em contrapartida, se enquadrem nos planos nacionais de desenvolvimento. Na Comunidade Européia do Carvão e do Aço êste tem sido o mecanismo básico da prosperidade. Por outro lado, dentro de um plano nacional, é possível a integração técnica de todo o setor, com a criação de vultosas economias externas.

Em segundo lugar a coordenação tem caráter essencialmente tecnológico. A evolução técnica da siderurgia exige a implantação de grandes unidades de produção. O aumento do volume dos altos-fornos, as técnicas de lingotamento contínuo, o equipamento de laminação em alta velocidade, apenas para citar alguns dos mais importantes fatôres técnicos, forçam a produção em grande escala. Sabendo-se que em países como os Estados Unidos, Rússia, Japão e Alemanha a unidade de produção por alto-forno já atingiu a cifra de 2 000 000 de toneladas/ano e que as unidades empresariais, em muitos dos grandes países industrializados, já controlam produções globais de mais de 10 000 000 de toneladas/ano, compreende-se a gravidade do problema no Brasil, em que 30 emprêsas dividem entre si uma produção que não chega a 3 000 000 de toneladas/ano.

A evolução da emprêsa capitalista — assim entendida tanto no sentido tecnológico quanto no sentido financeiro — está inevitàvelmente condicionada à concentração e à especialização.

A produção de aço, em condições econòmicamente sadias, só pode ser feita em grandes unidades integradas. É tese pacífica, hoje, salvo casos específicos ligados ao mercado que a função de *source métallique*, de provedor de matéria básica para a siderurgia nas fases de acabamento, deve repousar em instalações de grande porte.

Por outro lado, a proximidade e intimidade com os mercados exigem diversificações que as grandes unidades não podem suportar. É função em que a especialização constitui precondição para a eficiência. A plena utilização de instalação de menor porte será tanto mais viável quanto maior fôr o seu grau de especialização.

Mas, para a harmonia do conjunto, é preciso que a concentração da tarefa básica — produzir aço — esteja estreitamente correlacionada com a especialização das tarefas de acabamento. Na Itália, país que é hoje singularmente próspero e dinâmico no setor siderúrgico, a solução encontrada — concentração da fonte metálica nas usinas de grande porte e o volume cada vez maior dos lingotes de aço, por elas produzidos, fornecidos às usinas de acabamento especializado — já constitui paradigma para a reorganização da siderurgia em muitos dos países industrializados que atravessam, atualmente, crises no setor.

Preceitos de uma boa política orçamentária

JOAO BAPTISTA DE CARVALHO ATHAYDE

O problema não é sòmente brasileiro. Acompanhando a evolução da questão orçamentária nos demais países, encontramos problemas idênticos aos que a nossa administração enfrenta ao querer dar uma forma realista ao sistema orçamentário: não é um problema isolado de finanças públicas, mas uma questão completa de metodologia de planejamento e programação.

Nos Estados Unidos, desde 1912, o orçamento tem sido objeto de um processo de racionalização, por parte do Legislativo e do Executivo: em 1912 a Comissão Taft recomendou ao Executivo: (a) um orçamento compreensivo (*Well defined, lucidly expressed welfare program to be financed...*) (b) uma classificação do orçamento em têrmos de programa e funções (c) uma apresentação do orçamento *after the fact* (execução). Quase nenhum progresso foi feito até 1921, quando foi sancionado o *Budget and Accounting Act* daquele ano. Em 1949 uma Comissão Hoover estabeleceu o *Performance Budget*. Em 1955 uma segunda Comissão recomendou o *Orçamento-Programa* (*Program Budget*). Hoje está em implantação o *Planning and Programming Budget, System (PPBS)*.

Nos países europeus as técnicas orçamentárias são aperfeiçoadas ano a ano. As dificuldades e as deficiências dos orçamentos dos países latino-americanos têm sido realçadas pela CEPAL, que tem participado efetivamente na assistência técnica para aperfeiçoamento dos processos orçamentários da América Latina.

No Brasil, com o ataque frontal que o Govêrno Federal tem mantido às distorções nas finanças públicas e o inevitável reflexo nos planos estadual e municipal, a questão orçamentária tem sido motivo de um construtivo debate público, sendo discutidos não sòmente os impactos financeiros dos orçamentos, como a sua aderência aos programas que pretendem representar. As dimensões dos deficits públicos, sua influência na taxa de inflação, na taxa de juro; o nível da despesa pública, a sua representatividade, os problemas do seu financiamento, o que ela representa como fatia do Produto Nacional: a *qualidade* dessa despesa: tudo isso já é preocupação da consciência nacional.

Um esfôrço de Govêrno na mobilização da Nação para um processo de desenvolvimento deve ter como prioridade um orçamento realista e compreensivo, já que êle representa, em última essência, o programa da mobilização de meios produtivos do País para suas tarefas e, de modo indispensável, o que *produzirá* com êsses meios *escassos*. A tarefa, como só pela análise histórica se depreende, não é de curto prazo, é de vários governos.

Êste artigo, curto para a importância da matéria, pretende descrever a questão orçamentária no Brasil e indicar seu desenvolvimento, tendo em vista o esfôrço sendo realizado pelo Govêrno Federal, os progressos já feitos e os problemas pendentes, com a sugestão de algumas soluções.

A "CISSIPARIDADE" ORÇAMENTÁRIA

Os *fundos especiais*, formados por determinada percentagem da receita da União, atribuídos automàticamente a determinado fim, chegaram a significar 57% da Receita do Tesouro Nacional; somados a um encargo de pessoal que atingiu 60%, formavam um total de 117% da Receita: o orçamento federal era obrigado a conter um deficit de, pelo menos, 17%. Do ponto-de-vista financeiro tratava-se de uma calamidade e do ponto-de-vista de técnica de planejamento, uma total impossibilidade de se realizar um plano, pois o orçamento já vinha programado; o problema era assim invertido, pois, em vez de se elaborar um orçamento calcado em um plano, ter-se-ia que arranjar planos para aproveitar um orçamento.

Êste vício já foi pràticamente extirpado, pois a Constituição de 1967 veda as *vinculações*, restando apenas as dos Impostos Únicos e dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (20% dos Impostos sôbre a Renda e Produtos Industrializados) que ainda constituem problema com solução a prazo mais longo.

A DESAGREGAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para fugir dos chamados *planos de economia* e da pulverização política das verbas, alguns órgãos com fôrça política e administrativa foram-se retirando do Orçamento, através de criação de fundos especiais *autônomos*, ou simplesmente se *autarquizando*: a autarquia adquiria a intocabilidade orçamentária. O estágio mais apurado da autarquia é a sociedade de economia mista (que tem acionistas privados) e as empresas públicas (totalmente estatais); dessas, apenas duas não têm subvenções orçamentárias; as demais as recebem, direta ou indiretamente.

Nas últimas consolidações orçamentárias, calculou-se que 1/3 da despesa pública federal se encontrava no orçamento; 2/3 eram extra-orçamentários: fundo rodoviário, fundo da Marinha Mercante, fundo portuário, fundo de eletrificação, despesas custeadas pelos empréstimos compulsórios, fundo de garantia de tempo de serviço, Institutos de Previdência Social, Emprêsas e Autarquias Industriais, despesas financiadas por empréstimos internacionais etc. O Orçamento Federal é, ainda em parte, um *Orçamento Desagregado*.

A primeira consolidação orçamentária foi feita em 1961 na Assessoria Técnica da Presidência, mas não foi institucionalizada nem acompanhada; a partir de 1964 a Consolidação passou a ser um trabalho de rotina do Ministério do Planejamento, preparando-se, de forma estatística, demonstração dos programas de investimentos federais em visão integral, com a inclusão dos recursos de tôdas as fontes. Essa forma estatística não é, no entanto, a forma ideal. É necessário que a Lei de Meios seja integral, mesmo se respeitando a autonomia administrativa dos órgãos descentralizados: êstes, mesmo que recebam dotações globais não alteráveis, devem constar da Lei Orçamentária; não se entende como por exemplo, os Institutos de Previdência Social (agora INPS e IPASE), com despesa superior a NCrS 2 bilhões, não constem do Orçamento. Os órgãos devem ser obrigados a preparar seus programas de trabalho e os ter sancionados.

A Constituição de 1967 incluiu no Orçamento todos os órgãos autônomos, que recebem subvenção orçamentária, com tôdas as despesas e receitas. Estamos próximos do ideal, pois não conhecemos em qualquer país de técnica orçamentária apurada, sistema que não tenha a característica da completa unificação. Neste caso nem a frase subdesenvolvimentista "No Brasil isto não se aplica.... nossas condições são peculiares..." pode ser invocada, pois nos grandes Estados da Federação os orçamentos são inteiramente consolidados.

A Consolidação é fundamental para se ter a medida da pressão do setor público sôbre o privado, para se ter objetivamente uma idéia de que parte da Renda Nacional é absorvida pela atividade do Govêrno.

Ao lado das conseqüências dessa desagregação na compreensividade e na utilidade do planejamento e na Distribuição da Renda Nacional, restam as implicações financeiras: a falta de consolidação da Caixa do Tesouro Nacional. Com a gestão do Tesouro feita em compartimentos estanques, muitas vêzes o Govêrno foi e é obrigado a se endividar em excesso, pressionando desnecessàriamente o mercado de capitais. Em 1966, por exemplo, o Tesouro teve seu *orçamento de caixa consolidado* superavitário e endividou-se em mais de NCrS 600 milhões.

O sistema de unificação da Caixa do Tesouro tem aplicação urgente. Os órgãos adquirem mais autonomia no uso dos seus recursos, pois, ao se entregar aos órgãos federais uma *quota* ou autorização de desembôlso, não se está ainda debitando a Conta do Tesouro: a despesa é registrada quando o desembôlso é feito pelo órgão. Contando com aquela distribuição antecipada e certa da receita, pode-se programar mais corretamente. Recente Decreto Executivo regulamentou o sistema; algumas dificuldades administrativas surgirão, mas é importante dar prosseguimento.

A CARGA TRIBUTÁRIA. A TAXA DE JUROS

As revisões sucessivas de impostos por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal têm dado origem a grandes discussões sôbre a questão da carga tributária sôbre a Economia Nacional. Os protestos contra o excesso de tributos são quase generalizados, mas são escassas as queixas contra o nível da Despesa Pública. Ora, a pressão que o Setor Público exerce sôbre o Setor Privado, a transferência de fatôres de produção para as atividades do Govêrno, é medida pela parcela que a Despesa Pública absorve do Produto Nacional: essa parcela é coberta financeiramente de qualquer modo, seja por tributos, seja por empréstimos tomados ao Setor Privado, ou pela transferência implícita de recursos pela inflação. Assim, a discussão deve se originar em tôrno do nível de Despesa: a carga tributária é uma conseqüência. Com uma programação de investimentos muito ambiciosa, a pressão sôbre o Setor Privado é inevitável: ou o Govêrno aumenta os tributos, já que as despesas correntes (pessoal etc.) são *tidas como incompressíveis* (pelo menos a curto prazo), ou pressiona o mercado de capitais com vultosas operações de créditos (títulos públicos da mais variada forma), ou emite *papel-moeda* (tributação disfarçada sôbre as classes mais desfavorecidas...).

Fica evidente, inclusive, a influência dessa programação *sôbre o nível da taxa de juros*: com um programa de inversões desproporcional, o Govêrno vem concorrer com o empresariado no mercado de títulos, forçando inevitàvelmente a alta da taxa de juros.

Todo o enfoque, a nosso ver, do problema da elevada carga tributária e da influência do Govêrno nas taxas de juros está no seu programa de inversões e no ataque frontal a que possa submeter os encargos decorrentes de suas operações.

A elaboração orçamentária e sua execução devem ter como primeira preocupação essas conseqüências na distribuição da Renda Nacional.

A INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

Era praxe, principalmente no período 1957-1964, os Orçamentos Federais terem sua execução de 30% a 100% superior aos valôres prefixados, em parte devido à inflação, mas na realidade *provocando a inflação*. As verbas fixadas na lei orçamentária se tornaram insuficientes, tanto no tocante às despesas correntes (pessoal e subvenções ordinárias às entidades deficitárias) quanto nas de investimento (grande parte dos grandes planos de inversão se fazia por via não orçamentária: créditos especiais, suplementares, extraordinários, adicionais etc.). Os aumentos de pessoal se fizeram num *crescendo* importante até 1964, atingindo 70% em 1963 e 120% em 1964, caindo a 40% em 1966, 25% em 1967 e 20% em 1968.

Ao lado do expediente de inflar a despesa com os créditos adicionais, havia o artifício de desinflá-la, adiando-se pagamentos e mesmo compromissos de um ano para outro. *Em cada ano, era, e ainda é, elevado o volume de despesas do ano anterior, forçando-se novas transferências.*

Após 1964, êsses expedientes mudaram bastante de periodicidade e diminuíram em sua importância, mas ainda permaneceram; primeiro porque não era possível, em tão curto prazo, com anos de vícios de estimativa, ter a avaliação perfeita dos encargos correntes do Govêrno; basta dizer que até 1967 ainda não tinha sido concluído o censo de servidores. Depois, porque, como já se recebia um elevadíssimo encargo de *Restos a Pagar* dos exercícios anteriores, ainda era necessário um alto volume de transferências. O que é importante é progressivamente ser diminuída a participação dessas insuficiências e transferências, que já se estão tornando rotina na programação.

Em relação às insuficiências, a Lei de Reforma Administrativa já prevê a criação de um Fundo de Reserva para complementação de verbas, já colocado na lei orçamentária, e de um Fundo de Contingência para despesas imprevisíveis. Já há, assim, instrumentos para a lei orçamentária cobrir êsses inconvenientes.

Quanto aos *Restos a Pagar*, providência saneadora seria uma medida legislativa que eliminasse todos os *Restos a Pagar* que não significassem ainda responsabilidades para com terceiros; os *Restos a Pagar* devem voltar a ter seu real significado: resíduo de compromissos de Caixa que se transfere para outro exercício e não *programação transferida*.

A orientação seria de fazer com que o Orçamento de Caixa cada vez mais se aproximasse do *Orçamento de Autorizações*, reduzindo-se a participação dos *Restos a Pagar* e dos Créditos Adicionais.

O ORÇAMENTO DE MEIOS E O ORÇAMENTO DE FINS

A administração pública brasileira já trata do Orçamento-Programa: o Govêrno Federal o implanta progressivamente; o Govêrno da Guanabara, com pioneirismo desde 1962, aperfeiçoa o sistema; outros Estados estão treinando o seu corpo de funcionários para utilizar os novos métodos.

Cabem algumas linhas para a divulgação de seus principais conceitos, das dificuldades e perspectivas.

Para alguns, o Orçamento-Programa é apenas uma classificação funcional da Despesa por programas e funções; para o u t r o s é um orçamento em que a unidade de medida é o *custo dos Fatôres*, conceito avançado e de compreensão mais sofisticada; para alguns trata-se de uma apresentação de objetivos a longo prazo, envolvendo avaliações de benefícios e custos.

O orçamento tradicional, apresentado em forma da natureza das despesas (pessoal, material, transferências, obras, equipamentos etc.) é um *orçamento de meios*: estima e limita os meios com que deve contar e dispor o Govêrno para suas operações.

O Orçamento-Programa é uma fixação de objetivos, é um *orçamento de fins*: procura estipular as metas a atingir no período orçado. Procura fixar e medir *a produção*, no sentido mais geral. Nasce daí então a noção de custo dos objetivos, decorrente do valor dos recursos utilizados para atingi-los. A figura do administrador público mais se aproxima da figura do *gerente*, que terá que atingir determinadas metas de produção, com o mínimo custo dos fatôres à sua disposição. As técnicas modernas de avaliação das relações Custo/Benefício, as práticas de otimização de recursos passam a ter importância.

O CONTRÔLE ORÇAMENTÁRIO

Até o momento, a contabilidade orçamentária através da Contadoria Geral da República se limitava a realizar o confronto das despesas autorizadas — com as despesas *pagas e a pagar*, no conceito estritamente contábil; pelas contas do Banco do Brasil se obtinha a Evolução dos Ingressos de Caixa e dos Desembolsos, passando-se a ter um orçamento de caixa acompanhado. Se fôsse possível controlar os desembolsos na hora em que são realizados, o sistema teria algum efeito; como os desembolsos são, no entanto, conseqüências de compromissos já assumidos, é no contrôle das autorizações que o sistema regulador das finanças tem que ser efetivo.

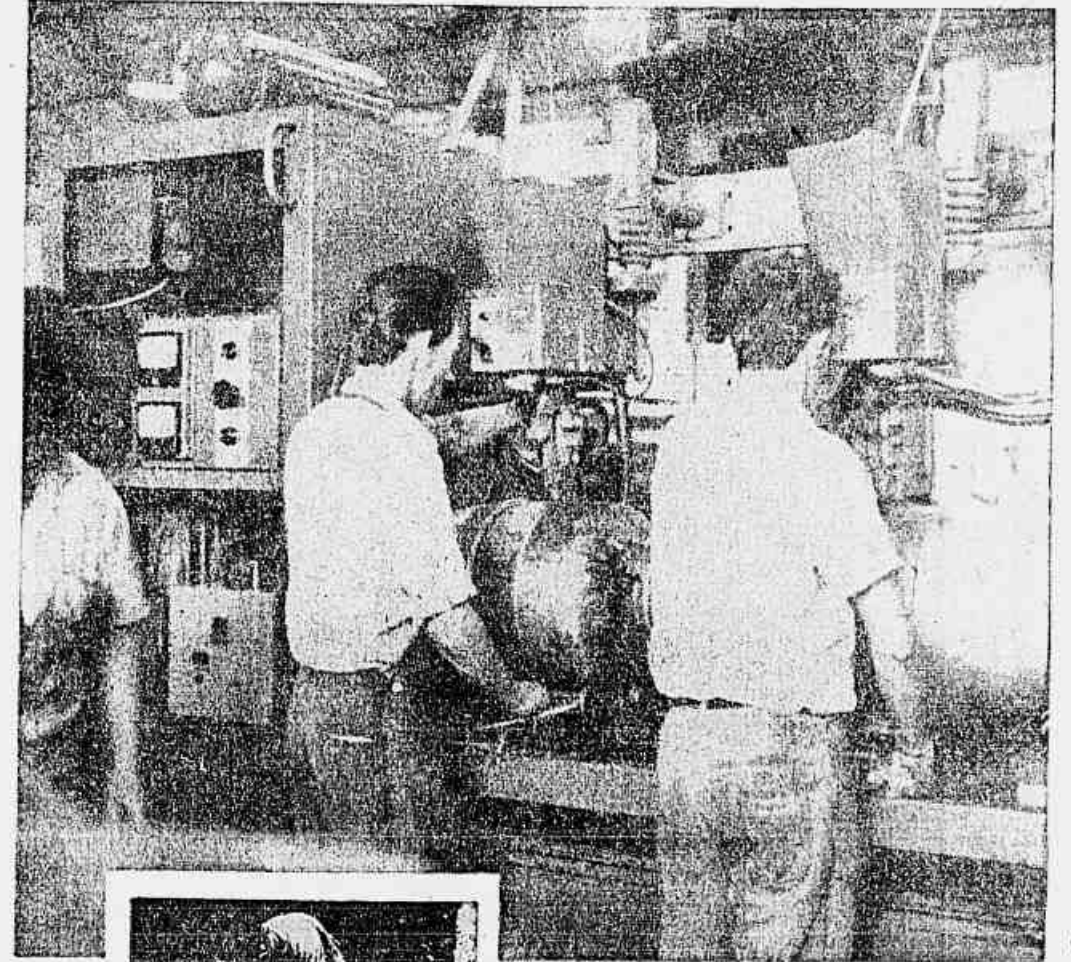
A Contabilidade Pública tem que se ajustar às funções do Orçamento-Programa: em vez de apenas registrar se os dispêndios ficaram acima ou abaixo das autorizações, na forma contábil, terá que anunciar à administração o cumprimento das suas metas, bem como os custos com que os objetivos foram atingidos: trata-se da extensão do conceito da *Contabilidade Industrial* para a *Contabilidade Pública*.

O Ministério do Planejamento tem, informalmente, preparado relatório sôbre a execução dos progressos de investimento, alguns já em têrmos físicos, a grande maioria apenas em forma de execução financeira. O sistema é informal, dependente de informações não obrigatórias dos diversos órgãos, e deve ser institucionalizado. A administração efetiva dos programas aprovados requer um sistema de informações que mantenha os altos executivos constantemente informados dos progressos obtidos ao perseguir os seus objetivos.

A DESCONTINUIDADE ORÇAMENTÁRIA

Devido ao desequilíbrio financeiro, tem sido permanente a prática de cortes nos programas de trabalho e postergações de pagamentos, acarretando uma descontinuidade no orçamento, cuja única solução se encontra no saneamento financeiro, ou seja, em uma programação de nível de investimentos compatível com a poupança do Govêrno. Qualquer providência puramente metodológica é inócua.

A PERIODICIDADE ORÇAMENTÁRIA

Os orçamentos públicos ainda têm, no Brasil, a característica de um orçamento anual, próprio para uma programação de curto prazo. Quando se trata de um programa de investimentos situado em um plano de desenvolvimento econômico, ou de um programa de longo prazo de recuperação de autarquias deficitárias, o orçamento anual perde o significado. A mudança de horizonte de programação é indispensável para o orçamento ser o efetivo instrumento de planejamento e administração. A Constituição de 1967 e a legislação complementar já promulgada significam avanço nesse sentido.

A programação orçamentária plurianual não pode, de forma alguma, eliminar o orçamento anual o que, em forma de lei, deve fixar as despesas e receitas para o ano fiscal. O julgamento dêste, no entanto, só terá sentido quando colocado no âmbito de orçamento de longo prazo.

RESUMO

Ordenando o já resumidamente exposto, para que o orçamento seja o instrumento principal na alocação de recursos para o desenvolvimento econômico, é necessário:

a) — o dimensionamento do nível de investimentos a um limiar compatível com a poupança governamental e com a poupança que o Govêrno possa captar sem prejudicar o crescimento do Setor Privado.

b) — a completa consolidação do orçamento, na programação de objetivos e na gestão de caixa;

c) — a eliminação de tôdas as vinculações orçamentárias, para a viabilidade de uma programação global do Govêrno;

d) — a disciplinação dos *Restos a Pagar*, evitando-se transformá-los de pagamentos por atrasos normais de processamento administrativo *em programa do ano posterior*. Avaliação definitiva dos encargos correntes do Govêrno, com o censo do funcionalismo;

e) — introdução do Orçamento-Programa, com a definição de objetivos e o dimensionamento dos meios, físicos e financeiros;

f) — reestruturação das demonstrações orçamentárias, de modo que se tornem mais úteis e relevantes para a tomada de decisões;

g) — adoção de um horizonte de programação para um período mínimo de três anos, de modo, inclusive, que sejam antecipadas tôdas as implicações dos programas;

h) — adoção de procedimentos mais rigorosos para a avaliação dos programas governamentais, essencialmente em forma de *análise de custo/benefício:*

i) — reorganização administrativa e institucional para implementar a alocação de recursos resultantes da programação orçamentária.

De fato, todo o programa acima já vem sendo implantado com importantes passos desde 1964, e progride. Lembrar todos êsses preceitos não é demais: trata-se de missão para uma geração de administradores públicos.

Transporte deficiente retarda desenvolvimento

WALTER LORCH

"Disse um dos nossos melhores economistas que planejamento, num país em desenvolvimento é um exercício "nas amargas equações de escassez". Antes de, em sã consciência, pleitearmos o aumento de verbas de educação, devemos purificar-nos do catálogo de desperdícios..."

Roberto de Oliveira Campos

Sem dúvida a renda real per capita, o nível de vida do brasileiro, sofre as conseqüências da:

- insuficiência de transporte
- deficiência do transporte realizado
- deficits da parcela administrada pelo poder público.

INSUFICIÊNCIA DE TRANSPORTE

Os bens produzidos no País, por êle recebidos de fora ou para lá remetidos, necessitam de mobilidade adequada. É desperdício chocante porém rotineiro quando há insuficiência de transporte, o apodrecimento das safras no campo, enquanto as cidades e as exportações as reclamam. Do mesmo modo verifica-se o isolamento de certas regiões que, embora produtoras, ficam impossibilitadas de encontrar mercado para sua produção, pela falta de escoamento, e empobrecidas deixam também de ser consumidoras das mercadorias provindas de outras regiões.

O isolamento econômico dessas regiões, além de condená-las à quase estagnação, prejudica também o restante da economia nacional em dois sentidos. Primeiramente por privá-la do produto daquelas regiões, e segundo por esterilizar a demanda das mesmas regiões pelos produtos do resto do País, inibindo assim a produção em maior escala a preços unitários mais baixos para tôda a Nação — e talvez para a exportação.

A insuficiência de transportes, aliada à ineficiência, como a seguir veremos, impede o País de ser um só grande mercado, em que as fôrças de oferta e demanda, manifestadas por meio da flutuação aos preços, realizam a sua função.

Do transporte depende a mobilidade que permite às mercadorias afluírem de onde mais econômicamente são produzidas para onde são mais requisitadas. E o transporte inadequado cria mercados estanques ao invés de fomentar a integração econômica da Nação.

TRANSPORTE INEFICIENTE

Passa a depender de transporte aquela mercadoria que não é consumida no local de produção ou cujas matérias-primas não de lá também originam. Portanto, pràticamente tôdas.

Ao chegar ao consumidor a mercadoria é tanto mais encarecida pelo transporte quanto menos eficientemente tiver sido movimentada. Anula-se assim, pela condição de transporte, os benefícios havidos pelo aprimoramento de produção.

O custo dos estoques em viagem onera os preços finais das mercadorias. Idem a necessidade de no destino serem mantidos estoques apenas para cobrir possíveis atrasos na chegada por fôrça de irregularidades do transporte. Êstes fatôres, embora onerosos, são autocorrigíveis a partir da regularização dos transportes. Incorrigível é a localização geográfica das indústrias e dos mercados estabelecidos em função de uma distorcida geometria de transportes. Esta, mesmo quando sanada, não permitirá relocar as indústrias já montadas e os mercados radicados.

No Brasil, a movimentação, principalmente das cargas, além de insuficiente, é inadequada, ineficiente e cara. O principal meio, o rodoviário, é de longe o mais eficiente. Genèricamente é o mais caro em comparação com a aquavia e a ferrovia. No entanto, a precariedade dêstes dá ao caminhão uma posição de destaque, ao ponto de êle conduzir mais de 70% das cargas interurbanas, e isto num País rico em aquavias junto às quais se localiza a maior parte da população.

Onde estaríamos agora se não fôsse o transporte rodoviário que atendeu à demanda adicional por transporte à medida que o País crescia. Nos últimos 16 anos o transporte interurbano quadriplicou. Sensacional crescimento! No mesmo período as ferrovias apenas duplicaram o seu trabalho, o marítimo nem isto, e o rodoviário mais que septuplicou!!! A participação dos sistemas nestes 16 anos (1950-1966) alterou-se profundamente, a saber:

	1950	1966
Ferrovias	30,2%	16,7%
Marítimo	30,2%	12,5%
Rodoviário	39,4%	70,6%
Aéreo	0,2%	0,2%
Transporte Total	100,0%	100,0%

O setor rodoviário realiza esta gigantesca tarefa não obstante as imensas dificuldades que o cercam. Primeiramente está superdimensionado por necessidade, isto é, ocupa uma posição de responsabilidade por forfait dos outros setores. Movimenta cargas que êstes deveriam e poderiam atender mais econômicamente se para tanto estivessem preparados e organizados. Segundo, o transporte por caminhão sofre de estrutura inadequada. A tecnologia do transportador rodoviário é ainda quase artesanal. Há poucas emprêsas com grandes frotas e oficinas próprias. A maioria dos caminhões é de carreteiros, ou seja, homens possuindo cada um o seu caminhão, quase sempre dirigido por êles mesmos com grande sacrifício. O que sabe aprendeu por experiência, já que não temos tecnologia organizada no transporte rodoviário, nem tampouco economia de escala que permitiria reduzir os custos.

O equipamento rodoviário é caro de adquirir, e caro de manter. O investimento em caminhões baseia-se em decisões atomizadas de indivíduos, não obedecendo a quaisquer planos ou programas. Os níveis tarifários variam segundo as regiões e as safras — mas nunca permitem bons lucros, embora os riscos de perda sejam grandes. As pequenas economias aplicadas em caminhões quando não se estracalham num acidente se desfazem no desgaste não incluído nos fretes. E o desgaste é acelerado pela condição da maioria das rodovias, embora melhoradas nos últimos anos pelo esfôrço dos podêres públicos em pavimentar e conservar as estradas. Estas dificuldades diminuem a eficiência, mas não impedem que o caminhão obstinadamente realize, além da sua tarefa, ainda uma parcela daquela que seria do trem e do navio.

Como vimos acima, o trem vem perdendo terreno no quadro do transporte nacional. Não porque não tenha função, e sim, porque não consegue executá-la. A astenia operacional e o marasmo administrativo avolumaram-se ao invés de diminuir. Não que nada tivesse sido realizado, embora seja menos que o possível, e quase nada em têrmos do necessário. Operacionalmente viu-se a dieselização, agora o **container** e o **piggy-back**. Afora isto pouca melhoria houve em movimentação ferroviária nas últimas décadas, embora seja esta a sua finalidade. O despacho obedece à burocracia de repartição pública, e o tempo em trânsito equivale à tramitação de um processo. E dane-se o cliente cuja mercadoria foi extraviada ou danificada, e o passageiro vitimado num acidente.

O setor marítimo durante bastante tempo manteve comportamento aproximadamente igual. Sòmente com a revolução começou-se a encará-lo com seriedade, reformulando a política portuária e incentivando o transporte marítimo, seja através da obtenção de mais navios, seja pelo consorciamento das inúmeras pequenas e insuficientes emprêsas de navegação antes existentes. Também, como estava não podia ficar.

Concluindo — a ineficiência dos transportes que encarecendo os produtos tornaram estanques os mercados e consolidaram localizações ineficientes — o nosso desenvolvimento foi bastante retardado.

DEFICITS

Outro retardador ao desenvolvimento são enormes recursos necessários para cobrir os deficits das emprêsas governamentais de transporte. Prevê-se para 1968 um deficit do Tesouro de NCrS 1 200 milhões. As subvenções às despesas correntes (não os investimentos) das autarquias de transporte montarão no mesmo ano a NCrS 500 bilhões, ou seja, quase metade do deficit total da Nação. Essas emprêsas, portanto, têm a duvidosa honra de serem simultâneamente inflatoras do custo, como acima vimos, e inflatoras monetárias em conseqüência das emissões que poderiam ser evitadas.

Em 1968, as subvenções operacionais em transportes serão NCrS 500 milhões — os investimentos NCrS 1 000 milhões.

Conclusão, se estivéssemos livres dos deficits, ou evitaríamos 40% da inflação monetária, ou então poderíamos aumentar em 50% os investimentos em transportes.

Estas subvenções não resultam em melhor transporte, pelo contrário, tendem a piorá-lo por diminuírem os recursos canalizáveis para investimentos. É um círculo vicioso que os governos revolucionários bem conhecem, e contra o qual têm lutado desde 1964. O sucesso neste sentido, embora menor que o desejado, é ainda significativo. Basta assinalar que em 1968, em têrmos reais, as subvenções ao setor de transporte serão apenas um têrço do que foram em 1963.

Enfim — o deficit de amanhã será produto dos investimentos que hoje não fizemos porque os recursos para tanto foram desviados para cobrir deficits que resultaram da falta de investimentos ontem.

Como transpor esta barreira?

O QUE FALTA PARA DESENVOLVER TRANSPORTE

Para que não seja retardador do desenvolvimento econômico da Nação, o desenvolvimento em transporte deverá, pelo menos, processar-se concomitantemente.

Para tanto precisamos: reformular a nossa visão quanto à função do transporte, globalizando-a; pragmatizar os investimentos, ordenando-os; ampliar o talento gerencial disponível ao setor, libertando-o inclusive das tradições e da burocracia; coordenar melhor as relações entre os setores público e privado, ambos dedicados ao mesmo propósito; e integrar melhor os esforços entre União, Estados e municípios.

GLOBALIZAR A VISÃO

Por visão global entende-se a compreensão da interação entre transporte e a economia, das quais apontamos alguns exemplos anteriormente. Entende-se também não ser transporte uma atividade fim, como muitos que com êle lidam parecem pensar. É um serviço, uma atividade meio — à disposição de fins maiores tais como o nível de vida da população. É lembrar-se que transporte está a serviço da carga e não a carga a serviço das emprêsas. Um exemplo de visão distorcida é o decreto, agora felizmente prestes a ser revogado, estabelecendo que as cargas pertencentes ao Govêrno obrigatòriamente se utilizarão do Lóide Brasileiro ou da Rêde Ferroviária Federal S/A, ou seja, a carga a serviço do meio de transporte.

PRAGMATIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Em matéria de transportes a carência de recursos financeiros é bem menos acentuada que no resto da economia nacional. Recebendo 30% do investimento total da Nação quando contribui com apenas 10/15% do produto interno bruto, caracteriza o setor transporte como bastante bem contemplado.

Infelizmente, muito do investido em transporte foi perdulário, quando não desnecessário ou inoportuno. Até há pouco traçavam-se linhas sôbre mapas ligando cidades e regiões. Investimentos sem muito propósito, ligando o nada ao nada. **Vias pioneiras, vias interiorizantes, vias estratégicas** eram os chavões argumentos que levavam a fazer-se esta ou aquela obra. Argumentos sim, mas trunfos não.

Em contrapartida, a ordenação prioritária de investimento em função das necessidades e dos benefícios objetivamente comparados com o custo da obra leva sempre a aplicar primeiramente no socialmente mais rentável. Seleciona investimentos produtivos e marginaliza os perdulários.

Todos os aspectos do projeto são sujeitos à análise objetiva em têrmos econômicos. Fazer-se ou não a estrada? Quando, já ou daqui a dez ou vinte anos? Qual o melhor traçado, em têrmos de investimentos e de redução do custo operacional dos veículos que sôbre ela rodarão? Como dimensioná-la? Para o presente ou para o futuro? Pavimentá-la ou não? Agora? E se depois, quando? Para que carga de eixo? A resposta a qualquer destas perguntas implicará em maior ou menor investimento. Mas como respondê-las, enquanto não se sabe da necessidade desta estrada, qual a demanda que deverá atender, quanto movimento terá, o que escoará, quanto pouparia em custos operacionais em comparação com o transporte das mercadorias através de estradas já existentes.

Para surprêsa de muitos, o grosso do investimento nacional em transporte foi feito à revelia destas considerações. Ligaram-se pontos no mapa. Às vêzes acertou-se, e muitas outras desperdiçou-se.

Apenas nestes últimos três anos incrementou-se a análise objetiva dos investimentos com vistas a racionalizá-los. A moda está lançada e tomara que continue. Planos diretores, estudos de viabilidade econômica, engenharia final já não são mais neologismos. Dêles resultarão investimentos mais racionais e pragmáticos.

TALENTO GERENCIAL

A quantidade de talento gerencial à disposição dos transportes não é proporcional às necessidades e à responsabilidade do setor.

Economia de transporte ainda é campo quase que desconhecido. Antes da criação do Ministério dos Transportes, salvo raras exceções, a visão dos dirigentes era totalmente compartimentalizada. Era rodoviário, ferroviário ou marítimo. Raros eram aquêles que viam êstes setores por igual e em tôrno dêles raciocinavam conjugadamente. As cúpulas de cada área de transporte viam apenas os seus problemas setoriais muitas vêzes esquecendo-se do principal — a carga.

Tecnologia administrativa moderna pràticamente não existe. A burocracia nas emprêsas do Govêrno cristalizou-se, não se sabendo se era feita para dar trabalho ao pessoal excedente, ou vice-versa. Quem duvidar que tente despachar uma carga qualquer por ferrovia.

Mas, a par do talento, falta liberdade para aplicá-lo quando aparece. As administrações ferroviárias que se sucedem assumem cheias de otimismo a esperança para serem logo prêsas da burocracia e da tradição. Quantos no Brasil já estudaram transporte? Nem poderiam, já que não há onde. O muito que se realizou foi graças à inteligência e à capacidade de alguns dispostos a enfrentar êstes obstáculos.

Coordenação entre setor público e privado — O setor público, atuando em transporte como órgão normativo ao mesmo tempo que executivo, deverá coordenar-se cada vez mais com o setor privado, executor que êste é da maior parcela dos transportes, e cliente que êle é do sistema de transporte. Entretanto, a liberdade de atuação dos transportadores privados nas decisões feitas pelo poder público, limita-se a quase nada, e o usuário, a cujo serviço estão os meios de transporte também é insuficientemente ouvido pelo poder público, não obstante a identidade de objetivo de todos.

Coordenação entre União, Estados e municípios — Desde a revolução vêm-se dando alguma arrumação prática às atribuições de cada nível de administração pública. Buscou-se evitar superposição ou conflito entre planos federais e estaduais, já que para a realização do transporte pouco interessa ser uma estrada federal ou estadual, desde que seja adequada.

Focalizando mais o transporte do que o órgão realizador, os planos diretores de hoje são feitos conjuntamente pelo podêres federais e estaduais, e por vêzes mesmo pelos municipais. Exemplo disto é o ANEL RODOVIÁRIO de São Paulo, preocupação conjunta do GEIPOT (federal), DER (estadual) e Prefeitura do Município de São Paulo.

Conclusão: muito há a fazer para que transporte deixe de ser um ponto de estrangulamento da economia nacional. Como acima vimos, as medidas vão desde a estrutura, através dos investimentos, até as operações. E por que não dizer... até a maneira de se encarar o que é a função de transportar. Mãos à obra.

Armazenagem e comercialização agrícola

LUCIANO MAURO DE ANDRADE

Dentre os problemas de melhoria do sistema de abastecimento, destaca-se a modernização dos serviços auxiliares de comercialização, tal como a armazenagem.

A atuação do poder público tem sido de crescente intervenção governamental no armazenamento, através de investimentos federais diretos e estímulos à constituição de companhias estaduais de prestação dêstes serviços. Nesse sentido, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico financiou a instalação de diversas companhias de armazéns gerais sob a forma de emprêsas de economia mista. O Quadro 1 detalha esta situação:

Quadro 1 — FINANCIAMENTOS PARA ARMAZENAGEM CONCENDIDOS PELO BNDE — 1962/64

ESPECIFICAÇÃO	CAPACIDADE	%
Regime de Propriedade	622.806	100
Dos Governos estaduais .	419.306	67
Do Govêrno federal	140.000	23
Emprêsas privadas	63.500	10

Fonte: Revista do BNDE n.º 2

A distribuição regional das aplicações do BNDE no período 1952/64, foi a seguinte: Região Nordeste 21,4%, Centro-Oeste 9,2%, Sudeste 24,5% e Sul 44,9%.

As premissas que fundamentaram esta orientação governamental foram as seguintes: 1 — existia uma demanda, não atendida pelo setor privado, de necessidade de armazenagem; 2 — a iniciativa privada não tinha interêsse na realização de investimentos de armazenagem; 3 — a armazenagem governamental seria capaz de libertar o agricultor dos agentes normais de comercialização, responsáveis por aviltamentos nos preços.

Como vai se verificar, essas premissas não subsistem a uma análise mais detalhada.

As estimativas da demanda global de capacidade armazenadora admitem que as necessidades em 1964 seriam da ordem de 13,3 milhões de toneladas enquanto que a capacidade estática existente era de 15,3 milhões de toneladas. Embora a demanda efetiva da capacidade armazenadora só possa ser qualificada ao nível de micro-regiões, o balanceamento regional indica deficits potenciais para as regiões Nordeste, Leste e Centro-Oeste e excesso de capacidade nas regiões Sul e Norte. Êstes balanceamentos só devem ser tomados como indicadores globais, pois a distribuição regional da produção, dos fluxos de comercialização e da capacidade armazenadora poderia vir a causar deficits em algumas áreas, e a visualização global não permite êste nível de análise. A modernização das técnicas de armazenagem, como a introdução de métodos de manipulação a granel de determinados fluxos, poderia, também, criar novas necessidades de armazenagem apesar da existência de disponibilidades de estocagem em sacaria.

O Quadro 2 sintetiza o balanceamento regional preliminar realizado.

Quadro 2 — DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE CAPACIDADE ARMAZENADORA ANO DE 1964

REGIÕES	EM TONELADAS	EM PERCENTAGEM	EXCESSO OU DEFICIT %
Norte	95.252	0.62	+ 31.0
Nordeste	1.164.345	7.61	— 30.0
Leste	2.243.979	14.70	— 20.0
Sul	11.373.123	74.30	+ 47.0
Centro-Oeste	422.951	2.77	— 60.0
BRASIL	15.304.650	100.00	+ 13.0

Fonte: CIBRAZEM / DEPARTAMENTO ECONÔMICO

O confronto dêstes indicadores com a distribuição regional dos investimentos realizados com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Quadro 1) permite a constatação de ter ocorrido no passado a alocação de recursos, em áreas não prioritárias, acarretando, provàvelmente, ampliação da capacidade ociosa.

O nível de utilização das companhias de armazéns gerais, financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, representadas no Quadro 1, na sua maior parte emprêsas pertencentes aos Governos federal e estaduais, é de cêrca de 35% de sua capacidade dinâmica, isto é, muito abaixo dos níveis planejados, que permitiram o seu financiamento. Os *piques* de estoques nas instalações das companhias estaduais e federais variam de 40 a 75% da capacidade total. É importante salientar a importância dos estoques do Govêrno no volume total de estoque nestas emprêsas.

Ainda que pesem as deficiências das estatísticas disponíveis, para efeito de análise global os dados são significativos, pois revelam que apesar dos estímulos e orientação governamental favorecerem os investimentos diretos, cabe ao setor privado a responsabilidade da maior parcela da capacidade armazenadora disponível, isto é, 72,91%, vide Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 — ESTRUTURA DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM (1964)

Utilização	*Armazém geral*	*Outros públicos*	*Privativo*	*Não classificados*	Total
POSSE	toneladas	toneladas	toneladas	toneladas	toneladas
Federal	906.105	235.570	1.250.028	1	2.390.704
Estado e Município	1.367.732	127.228	260.536	70	1.755.566
Cooperativa e Produtor .	—	9.009	1.258.070	1.057	1.268.136
Emprêsas	3.583.684	543.134	5.754.695	8.731	9.890.244
Total	5.857.521	913.941	8.523.329	9.859	15.364.650

Fonte: CIBRAZEM / DEPARTAMENTO ECONÔMICO

O setor privado tem sido o responsável pela maior parte da movimentação e armazenagem dos produtos agrícolas. Considerando-se os principais produtos estocados, exclusive café que possui um sistema armazenador especializado, nas unidades armazenadoras do setor privado, situadas nas zonas de produção da região Centro-Sul, foram movimentados 79,5% do total de mercadorias, cabendo ao setor oficial a responsabilidade de apenas 20,5% dêste total.

Pesquisas recentes indicam que na região Centro-Sul o setor privado tem sido responsável pela maior parte da movimentação e armazenagem dos produtos agrícolas.

A amostragem realizada representou cêrca de 60% do volume comercializado em 1965 e ao setor privado coube a movimentação de 82% do arroz, 94% no feijão, 66% no milho e 75% na soja, e no total dêstes produtos 79,5%.

Outro aspecto a ser considerado é que o mercado de prestação de serviços de armazenagem, pelas características da oferta existente, é extremamente concorrencial. A predominância da integração da atividade comercial de emprêsas privadas com as instalações armazenadoras é demonstrada no Quadro 3, em que a capacidade de utilização privativa representava 55,69% do total, sendo que 82,27% dêste valor estavam na posse de emprêsas comerciais, cooperativas e produtores. Essa tendência de integração pode ter diversas explicações, que influenciaram a sua formação, tais como: a possibilidade de executar operações de armazenagem e manipulação de grãos a custos mais baixos; as técnicas de armazenagem de prestadores de serviços não garantiram a perfeita conservação da mercadoria; as possibilidades de contrôle fiscal e intervenção no domínio econômico, com desapropriação de estoques; as características do crédito comercial para produtos agrícolas. Deve-se ressaltar ainda que esta integração condiciona a demanda de serviços de armazenagem e a evolução do nível tecnológico dos mesmos. Fator condicionante básico a considerar-se são as influências do processo inflacionário, que permitem a transferência das perdas físicas e qualitativas para o produtor e ou consumidor, não incentivando a melhoria das práticas e processos de manipulação e preservação dos produtos alimentícios. Diante do excesso global da oferta sob prisma quantitativo e as suas características de distribuição por agente armazenador, as condições de competição das unidades prestadoras de serviços têm-se restringido, pràticamente, às áreas onde prevalecem esquemas de financiamentos oficiais à estocagem dos produtos armazenados. É nítida a concentração dos armazéns gerais nas áreas produtoras de café, onde o sistema de garantia de crédito vinculado à estocagem do produto funciona com garantia de mercado pelo Govêrno. Os Estados de São Paulo e do Paraná possuem 77,4% da oferta de armazéns gerais, sendo que, dêste valor, pertencem a emprêsas privadas em São Paulo 56,4% e, no Paraná, 78,1%. Em parte por razões de ordem institucional, os mecanismos de crédito vinculados ao sistema de armazéns gerais não têm funcionado a contento, reduzindo o poder de competição destas emprêsas, pois as vantagens relativas de sua utilização deixam de existir; e isto vem acarretando um sensível decréscimo da rentabilidade destas emprêsas.

As pesquisas de comercialização recentemente realizadas demonstram que não é a armazenagem o fator básico para formação de estruturas imperfeitas de mercado; outros fatôres como a precariedade do sistema de transportes e a escassez de crédito têm maior importância. A existência, em têrmos globais, de excesso de capacidade, ainda que de baixo nível de produtividade, conforme a validade desta premissa. Ressalte-se que o mercado agrícola da região Centro-Sul sofreu radical mutação estrutural em virtude da integração de mercados decorrentes da expansão do sistema de transportes e do crescimento do valor real do crédito institucional. A ampliação e melhoria do sistema viário e de comunicações, a expansão da rêde bancária e da oferta de crédito, o aperfeiçoamento dos mecanismos governamentais de sustentação de preços mínimos, a qualificação da demanda urbana, a abertura de linhas de exportação foram na última década os principais fatôres de desenvolvimento do sistema de comercialização. A integração dos mercados possibilitada pela melhoria do sistema rodoviário vem permitir o aumento da competitividade e a eficiência da comercialização e tem acarretado no período de 1950/60 o enfraquecimento das estruturas de contrôle dos mercados. A demonstração de que a oferta agrícola vem reagindo aos preços, realizada através de diversos documentos técnicos, é um indicador de que as condições de transferência dos mercados agrícolas são características do nível de concorrência vigente nesses mercados. A evolução da relação de preços aos produtores e de preços por atacado vem reforçar a conclusão de que tais mercados revelam um acentuado grau de concorrência, tanto entre vendedores como compradores. Pelo quadro abaixo pode-se verificar esta evolução nos últimos 25 anos.

Quadro 4 — RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE PREÇOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO ATACADO, EXCLUSIVE CAFÉ, E O ÍNDICE DE PREÇOS AO PRODUTOR, EXCLUSIVE CAFÉ NO BRASIL E NA REGIÃO SUL — (1949-51 — 100)

ANOS	BRASIL	REGIÃO SUL
1949-51	100	100
1952-54	98	99
1955-57	93	95
1958-60	93	99
1961-64	93	93

Fonte: Diagnóstico de comercialização — EPEA / MINIPLAN (MIMEO) — 1964

Outro indicador desta radical modificação na estrutura dos mercados agrícolas é a participação do produtor no preço de venda de atacado. Pesquisa realizada na região Centro-Sul indica que o produtor já se apropria de cêrca de 47 a 59% dêste preço no arroz, 43 a 70% no feijão e 40 a 59% no milho. Quando os produtos são comercializados por cooperativas esta margem ainda aumenta de 6 a 12%. A parcela da qual o produtor se apropria varia em função do volume da safra, da localização de sua produção, das intervenções governamentais (através da política de preços mínimos e do crédito agrícola) e naturalmente da característica estacional da oferta agrícola. Globalmente a tendência nítida de evolução da estrutura de comercialização de gêneros alimentícios para um sistema de mercado cada vez mais concorrencial é pois resultado das profundas mudanças na infra-estrutura do País no seu processo de desenvolvimento econômico.

Nas atuais condições de mercado, a capacidade de armazenagem não se apresenta como fator limitante à formação de estoques e ao aumento de competitividade das transações. Entretanto, a baixa produtividade do sistema armazenador condiciona a redução dos custos de comercialização e, conseqüentemente, do preço dos produtos aos consumidores. Sob o prisma qualitativo, a adequação da oferta existente para atendimento da demanda a um nível de produtividade compatível com o atual estágio dos serviços auxiliares de comercialização indica ser, ainda, incipiente a introdução de melhorias tecnológicas no sistema de manipulação de mercadorias no País.

A melhoria da tecnologia de armazenagem deveria se constituir no objetivo básico da política setorial do Govêrno; dessa forma, a disseminação da utilização de armazenagem a granel se torna a meta a ser atingida a curto prazo. Alguns fatôres têm retardado a expansão do sistema de manipulação a granel; dentre êstes destacam-se os seguintes: o baixo nível da tecnologia agrícola; as repercussões do processo inflacionário diluindo a importância dos aspectos relativos a custos e produtividade; a inexistência de uma política governamental de estímulo; a necessidade de investimentos complementares no sistema de transporte; a insuficiência do nível de conhecimentos tecnológicos criando fracassos sucessivos com as inevitáveis repercussões psicológicas; a inexistência de um serviço de assistência técnica governamental gera a dependência da emprêsa ou entidade investidora para com os fabricantes ou revendedores de equipamentos, que nem sempre têm condições nem interêsse em propor a solução técnico-econômica recomendável.

Não existem no Brasil limitações tecnológicas à manipulação a granel do milho, trigo, arroz e soja. Êstes produtos possuem fluxos cujas características recomendam a sua granelização. A identificação dêsses fluxos foi realizada em pesquisa recente elaborada sob a responsabilidade da CIBRAZEM que deverá permitir o estabelecimento de prioridades para concessão de financiamentos visando a implantação de amplo programa de granelização. A realização de investimentos para tecnificação dêsses fluxos poderá proporcionar sensível redução nos custos de manipulação e estocagem dos produtos agrícolas. A redução dos custos com a introdução da movimentação a granel varia em função da operosidade da unidade armazenadora, podendo alcançar até cêrca de 50% do custo de estocagem em sacaria. Por exemplo, as remessas de milho a granel da região Norte Novíssimo do Paraná para São Paulo permitem uma redução do custo de manipulação em sacaria de 46%; no fluxo de arroz da região de Santa Maria (RS) para Guanabara a redução será de 24%.

O aumento da produtividade poderia ser obtido com a introdução da movimentação e estocagem a granel, em face das atuais condições da oferta poderá ser parcialmente obtido através da adaptação de armazéns convencionais para manipulação a granel e com a realização de amplo programa de treinamento de pessoal.

O estímulo à granelização exigirá a adoção de medidas específicas do Govêrno no setor agrícola; dentre estas são mais relevantes as seguintes: estímulo à produção de sementes selecionadas; contingenciamento dos financiamentos de custeio ao emprêgo de sementes selecionadas; aumento da eficiência do sistema de classificação; estabelecimento de preços diferenciados que beneficiem os produtos recebidos a granel nas operações de financiamento e aquisição de produtos agrícolas; ampliação da manipulação a granel dos produtos adquiridos ou financiados pelo Govêrno; concessão de estímulos especiais de financiamento à mecanização das colheitas; aquisição ou adaptação de veículos para transporte a granel; tecnificação das unidades armazenadoras existentes; aparelhamento das ferrovias para atendimentos dos fluxos granelizáveis.

Possibilidades da indústria brasileira de alumínio

WALTER FERRI

Com a concretização de três projetos, dois para a expansão de usinas em operação — Companhia Brasileira de Alumínio e Alumínio Minas Gerais —, e a construção de uma nova usina — Companhia Mineira de Alumínio — deverá ser completado em 1971 o processo de substituição de importação de alumínio pelo Brasil. Dentro do padrão de desenvolvimento industrial que se tem observado nos últimos anos, com a substituição das importações diminuem as possibilidades para novos investimentos, caindo a taxa de desenvolvimento da produção, que passa a ser uma função do aumento do consumo interno.

Além do crescimento resultante do aumento do consumo interno, poderá a indústria brasileira de alumínio continuar no futuro com taxa elevada de desenvolvimento depois de completado o processo de substituição de importações, se fôr possível exportar.

Como mercados externos mais imediatos para ser colocada a futura produção exportável brasileira aparecem os países vizinhos latino-americanos, seja como resultado da proximidade territorial, seja como resultado da eventual criação de um mercado regional.

O objetivo dêste trabalho é levantar alguns problemas que poderão limitar a possibilidade futura da indústria brasileira de alumínio, em vir a fornecer alumínio metálico para êstes países. Naturalmente não se trata de um estudo completo ou exaustivo, mas simplesmente da colocação de algumas questões de interêsse mais internacional.

ALUMÍNIO METÁLICO

De acôrdo com estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina, foi o seguinte o consumo de alumínio metálico nos principais países, nos primeiros anos da década de sessenta.

QUADRO 1 — AMÉRICA LATINA (PRINCIPAIS PAÍSES — EXCLUSIVE BRASIL) — CONSUMO APARENTE DE ALUMÍNIO — 1960/1963 — EM TONELADAS MÉTRICAS

PAÍSES	CONSUMO APARENTE			
	1960	1961	1962	1963
México	15.000	14.300	23.400	23.800
Argentina	12.200	29.400	15.300	15.100
Venezuela	12.300	13.400	11.200	10.800
Colômbia	5.500	6.800	9.000	8.300
Chile	2.500	2.400	2.100	5.600
Peru	2.300	3.000	2.700	3.000
Uruguai	2.100	1.300	1.000	1.100
Bolívia	200	200	200	300
Soma	52.100	70.800	65.400	68.000

FONTE: CEPAL — ST/ECLA/CONF. 23/1.26

O consumo per capita observado nestes países, situa-se muito abaixo daquele que se poderia esperar em função da renda per capita. A situação é semelhante àquela atravessada pelo Brasil em anos recentes, mostrando que os usos e aplicações do alumínio estão ainda numa fase inicial, o que poderá significar taxas elevadas de crescimento do consumo nos próximos anos.

Êste ponto-de-vista sôbre o crescimento futuro do consumo na área foi também expresso pela Revista **Modern Metals** (**Modern Metals** — Volume XXI — Número 12 — janeiro de 1966 — pág. 86), nos seguintes têrmos: "A América Latina representa uma das áreas de maior potencial de crescimento para o alumínio no mundo, ainda que seja, sòmente porque as Américas Central e do Sul estão partindo de índices de consumo muito baixos."

As projeções do consumo de alumínio para os oito países indicados, para os anos de 1970 e 1976, segundo a CEPAL, são de 144 400t e 231 800t respectivamente. A taxa anual de crescimento do consumo, para o conjunto da América Latina, nos próximos anos, deverá situar-se em tôrno de 10%.

Em contrapartida, a oferta de alumínio resultante da produção dentro da área apresenta-se muito aquém da demanda. Além disso, os planos de expansão das usinas existentes e os planos de instalação de novas usinas são muito tímidos em relação ao mercado atual e ao potencial de crescimento futuro. Excluindo-se o Brasil, sòmente México, Surinam e Venezuela produzem alumínio primário.

No México, a Companhia S. A. de C. V., cujo contrôle acionário está distribuído entre a Aluminium Company of America (35%), a American Foreign Power Co. Inc. (14%) e Interêsses Mexicanos (51%), possui uma usina com capacidade de produção de 20 000 t/anuais, localizada a 15 km da Cidade de Vera Cruz. Os planos atuais são para dobrar a capacidade anual de produção.

No Surinam, a Surinam Aluminium Co., subsidiária da Aluminium Company of America, iniciou sua produção em 1965, devendo estar já operando a plena capacidade (60 000 t/anuais). É necessário salientar que o interêsse da Aluminium Company of America, na construção desta usina no Surinam, foi penetrar no Mercado Comum Europeu, devido à condição dêste País de Membro da Comunidade dos Países-Baixos. Seguindo êste caminho, o Grupo Billiton Maatschapis, da Holanda, decidiu construir em Delfzijl (Holanda) uma usina de alumínio metálico, com capacidade anual também de 60 000t e que deverá ser abastecida com alumina (óxido de alumínio) produzida no Surinam.

Na Venezuela, entrou em operação, em 1967, a usina da Emprêsa Alumínio del Caronei S.A., com capacidade anual de produção de 10 000t, construída pela Associação de Interêsses da Reynolds e uma agência governamental venezuelana. O projeto prevê a duplicação da capacidade anual de produção no futuro.

Assim, em têrmos de projetos já definitivos e dos planos mais imediatos, verifica-se para o México, Venezuela e Surinam que o objetivo da produção nos dois primeiros é o consumo interno, enquanto a produção do Surinam será certamente exportada para o Mercado Comum Europeu.

Restariam, ainda, para serem abastecidos os mercados da Argentina, Colômbia, Chile, Peru, Uruguai e Bolívia, que, em 1963, consumiram, em conjunto, 93 000 t.

Concluindo o exame sumário do panorama latino-americano, mostra-se abaixo, no Quadro 2, uma relação de subsidiárias dos principais grupos produtores de alumínio, dentro da área, nas linhas de semi-acabados e produtos de alumínio. Deve-se ter em conta que estas subsidiárias, que operam na indústria de transformação são, geralmente, as principais firmas importadoras do metal.

QUADRO 2 — AMÉRICA LATINA (PRINCIPAIS PAÍSES) — EMPRÊSAS PRODUTORAS DE SEMI-ACABADOS E PRODUTOS DE ALUMÍNIO

PAÍSES	PRINCIPAIS PRODUTORES DE SEMI-ACABADOS E DE PRODUTOS DE ALUMÍNIO
MEXICO	ALCOA — REYNOLDS
ARGENTINA	ALCAN — KAISER
COLÔMBIA	ALCAN — REYNOLDS
VENEZUELA	REYNOLDS — KAISER
URUGUAI	ALCAN
TRINIDAD	ALCAN
GUIANA INGLÊSA	ALCAN
JAMAICA	ALCAN
SALVADOR	ALCOA

FONTE: "MODERN METALS" — VOLUME XXI — NUMERO 12 — JANEIRO/1966

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

Conforme afirmamos no início, os três projetos para produção de alumínio primário no Brasil estão dimensionados em função do volume atual e futuro imediato das importações do metal.

Além desta limitação em têrmos quantitativos, análises de custos de produção que foram feitas revelaram que a produção brasileira apresenta um custo mais elevado do que o observado em outros países exportadores do metal. Êstes custos, entre outras causas, resultam dos preços internos mais altos de energia elétrica e óleo combustível, insumos básicos na produção do metal.

Assim, apesar de dispor de suficientes reservas de bauxita, principalmente na área de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, e de dispor de energia elétrica abundante nesta área e de uma infra-estrutura razoável de transportes, não existem planos, nem perspectivas, resultante dos custos mais elevados, para prever alguma exportação futura de alumínio metálico pelo Brasil.

Admitindo-se, entretanto, a possibilidade de que como resultado de uma política do Govêrno fôssem estabelecidas para a indústria brasileira de alumínio condições de custo competitivas no mercado internacional, haveria possibilidade de o Brasil passar a ser exportador do metal no futuro? A resposta não pode ser uma afirmativa categórica, em conseqüência das questões que serão indicadas a seguir:

1 — Todos os países latino-americanos seguem o mesmo modêlo de desenvolvimento industrial apoiados no processo de substituição de importações. Assim, à medida que o volume do consumo interno justifica ou que aumenta a pressão cambial, são criados e desenvolvidos projetos industriais visando a substituição de importações e defendidos por altas barreiras alfandegárias. Esta política não pode ser condenada, apesar de conduzir a uma desintegração econômica regional, devido à dificuldade de uma avaliação adequada de vantagens comparativas em se tratando de países em desenvolvimento com seus recursos naturais ainda pouco conhecidos e quase sempre dependentes da concretização de semelhantes projetos para impulsionar o seu desenvolvimento e reduzir a pressão cambial. Êstes fatos são particularmente verdadeiros para indústrias básicas: metalúrgicas e químicas.

2.ª — Admitindo-se, entretanto, que a carência de recursos minerais e ou de outra natureza, como energéticos, representem obstáculos intransponíveis para que cada país possa ser auto-suficiente em têrmos de produção de alumínio, outras questões aparecem. No momento atual em que o Mercado Comum Latino-Americano não passa do nível de discussões e em que não existe na região uma barreira alfandegária comum em relação ao resto do mundo, mesmo que o Brasil pudesse competir no mercado internacional, para que passasse à posição de exportador regional, seria necessário que os principais importadores latino-americanos tivessem especial interêsse em comprar no Brasil ao invés de comprar em seus países e usinas de origem. Esta transferência de compra para o Brasil representaria uma transferência para êsse país de receita cambial anteriormente alocada aos países de origem das subsidiárias o que, diante de uma pressão cambial nesses países, poderá não ser de interêsse público e governamental.

3.ª — Admitindo-se, finalmente, como terceira hipótese, que com à criação do Mercado Comum Regional fôsse criada uma barreira alfandegária comum na área contra terceiros países, a possibilidade de o Brasil se tornar exportador regional reside na escolha que as grandes emprêsas venham a fazer do país no qual pretendem desenvolver a produção de alumínio. Se a escolha recair no Brasil, então êsse país passará a ser o principal fornecedor regional. Êste tem sido o processo dentro do Mercado Comum Europeu. Se, entretanto, a escolha recair em outro país da área, terá o Brasil que se conformar apenas com a condição de auto-suficiência, com relação à produção e consumo de alumínio.

RESUMO E CONCLUSÕES

A produção brasileira de alumínio primário deverá dobrar até 1971, apresentando uma taxa de crescimento de 100% no período de 3 anos. A partir dêste momento em que se observar a total substituição de importações do metal por produção nacional, o crescimento futuro da produção nacional dependerá do crescimento do mercado consumidor interno e da possibilidade de exportação.

Os países da América Latina representam os mercados externos mais imediatos em se analisando as possibilidades futuras de exportação. Além da proximidade territorial e da eventual criação de um mercado comum regional, os projetos atuais e planos de expansão conhecidos deixam antever um apreciável deficit de produção regional que, excluindo os países já produtores do metal, poderá atingir a cifra de 150 000 toneladas nos primeiros anos da década de setenta, época na qual as exportações se farão necessárias para sustentar uma taxa elevada de crescimento da produção brasileira.

No momento a indústria nacional de alumínio não tem condições de custo que permitam uma competição a nível internacional. Entretanto, no futuro, em conseqüência de providências que poderão ser adotadas pelo Govêrno, será possível melhorar esta competitividade, em têrmos de custo dos insumos básicos. Por outro lado as expansões em curso nas usinas proporcionarão economias de escala, melhorando os níveis de competitividade. Se estas melhorias de custo e de economias de escala poderão ser obtidas como resultado de esforços nacionais, no âmbito internacional em pauta, isto é, em outros países da América Latina, deverão ser observados, em alguns dêles, o desenvolvimento de projetos com objetivo de substituir as importações do metal, reduzindo o mercado externo para a produção brasileira, enquanto em outros países e até que seja criado um mercado comum regional, não é evidente o interêsse dos grandes importadores regionais e que são emprêsas subsidiárias dos principais produtores americanos, em deslocar a fonte tradicional de abastecimento, representada pelos países de origem, para um nôvo país, com o conseqüente deslocamento da receita cambial. Finalmente, a criação de um mercado comum latino-americano sòmente abriria perspectivas seguras para que o Brasil se transformasse em exportador de alumínio para a área, se êste país fôr o escolhido pelos grandes produtores internacionais para principal produtor regional.

Se as premissas colocadas estiverem certas, o caso do alumínio primário, tomado como exemplo do que ocorre com outros produtos industriais, permite as seguintes conclusões:

1.ª — Durante o período em que se processa a substituição de importações a taxa de crescimento da produção industrial pode atingir níveis tão elevados quanto os aqui previstos para o alumínio primário;

2.ª — Uma vez atingido o nível de auto-suficiência no abastecimento do mercado interno, quase sempre obtido com elevadas proteções tarifárias e dentro de um processo inflacionário mais ou menos forte, como pode ser observado em quase todos os países do Continente, decrescem abruptamente, em relação aos anos passados, as oportunidades para novos investimentos;

3.ª — Caindo os investimentos, diminui, também, a taxa de crescimento do consumo interno, tendendo a levar, com o passar de alguns anos, a uma situação interna de estagnação e agravando a distribuição da renda em função de uma oferta excessiva de mão-de-obra resultante do explosivo aumento populacional e que não encontra emprêgo, tendo em vista a situação de relativa estagnação da economia. Esta excessiva oferta de mão-de-obra tende a fazer baixar os salários, especialmente nos centros urbanos, diminuindo, em conseqüência a taxa de crescimento do mercado consumidor interno;

4.ª — As exportações que poderiam assegurar ainda por algum tempo uma taxa mais elevada de crescimento da produção industrial interna são obstaculizadas pelos custos internos mais elevados e pela estrutura do comércio internacional;

5.ª — Independe em sua totalidade do Govêrno nacional de um país em desenvolvimento, abrir caminho para o ingresso permanente no comércio internacional. Entretanto, não deve êste Govêrno ser um obstáculo a mais no processo da exportação, nem ficar, apenas, na posição de expectador. Sua participação deve ser ativa, tanto no apoio e incentivos ao produtor nacional, quanto nas negociações internacionais;

6.ª — Assim, para que a indústria brasileira de alumínio primário não venha experimentar em futuro próximo um decréscimo acentuado em sua taxa de desenvolvimento, como ocorreu com outras indústrias, será conveniente que o Govêrno procure, desde já, orientar adequadamente sua política comercial externa, apoiada necessàriamente em adequada política interna.

O BID e os projetos multinacionais na América Latina

VICTOR DA SILVA

A integração econômica da América Latina está a caminho. O Tratado Geral para a Integração Econômica da América Central (Tratado de Manágua) e o estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Tratado de Montevidéu), ambos assinados em 1960, lançaram as bases para êste processo.

Por volta de 1967, as Repúblicas da América Central tiveram livre comércio para pràticamente todos os artigos originários dêstes países. Da mesma forma, por volta do fim do ano passado, os onze países participantes na Área de Livre Comércio da América Latina negociaram 10 500 concessões sob o Sistema dos Programas Nacionais, pelo qual os Governos membros reduziam as tarifas à taxa de 8% por ano com relação às aplicáveis a produtos provenientes de países fora da área. Também negociações estão a caminho para franquear 50% de tôdas as mercadorias comerciadas sob o Programa Comum adotado pelo Tratado de Montevidéu.

O resultado destas medidas de liberação foi um aumento sete vêzes maior no comércio da América Central, enquanto o comércio dentro da LAFTA mais do que duplicou para 1,4 bilhão de dólares em 1967.

A Declaração dos Presidentes Americanos, assinada em Punta del Este, Uruguai, em abril de 1967, providenciou o estabelecimento do Mercado Comum Latino-Americano durante 15 anos a partir de 1970.

A LAFTA já está adotando medidas que conduzem a esta meta, e uma Comissão Unida foi estabelecida para tornar possível a convergência da LAFTA e do Mercado Comum Latino-Americano em um só processo de integração.

Enquanto as medidas institucionais são adotadas para integrar suas economias, os países latino-americanos estão-se tornando conscientes do fato de que a liberalização por si só não realizará a complementação de suas economias e que, para se conseguir o Mercado Comum, será necessário desenvolver a essencial infra-estrutura econômica que fará disto um espaço econômico viável, maduro para o desenvolvimento regional.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, que, desde o início, se tem identificado como um dos líderes do movimento de integração, está consciente desta situação e se tornou a primeira fonte de financiamento externo para êstes países.

É particularmente importante dar ênfase ao papel desempenhado pelo Banco nos campos do desenvolvimento social e integração e no financiamento de projetos multinacionais, pré-investimentos e outros tipos de cooperação técnica, áreas nunca dantes exploradas por agências dêste tipo.

Uma análise da assistência financeira do Banco no campo da integração desde 1961 serve para ilustrar êste ponto:

Financiamento para exportação	19,7 milhões
Infra-estrutura	143,4
Indústrias	24,0
Educação	3,0
Estudos e pré-investimentos	3,5
Treinamento	1,8
Desenvolvimento Institucional	4,4
Total	200 milhões

para um total de investimentos de 370,5 milhões.

Consciente da necessidade de desenvolver as estratégias de investimento em um nível multinacional, o Banco tem suplementado seus empréstimos diretos para os países latino-americanos com assistência técnica, reembolsável ou não, especialmente através do Fundo de Pré-investimento para a América Latina, com recursos de mais de 19 milhões de dólares. Êste FINEP da integração financiará estudos de pré-investimento que podem contribuir para acelerar o processo da integração da América Latina.

O Escritório do Consultor da Integração, que é incorporado ao Escritório do Presidente do Banco, e o Instituto para Integração da América Latina, (INTAL) estabelecido na Cidade de Buenos Aires, são os dois outros ramos especializados do BID para promover e elevar o processo de integração da América Latina.

Mas o principal interêsse do Banco gira em tôrno das futuras necessidades para financiar êste processo. Neste sentido, o Banco tem seguido a orientação de identificação de projetos, particularmente no campo da infra-estrutura, dirigida para mobilizar os recursos (ambos financeiro e tecnológico) que serão necessários para a grande tarefa de agrupar 20 nações em uma só entidade sócio-econômica e política, como será o almejado Mercado Comum.

a) No campo do *transporte*, o Banco presentemente está preparando a estratégia regional para o desenvolvimento de grandes estradas internacionais que irão ligar os maiores centros de produção do Continente através de significantes e econômicamente realizáveis rotas de comércio. O objetivo principal dêste plano é procurar inverter o esquema externo do tráfego marítimo, que foi ditado pelas necessidades nacionais e dependência econômica de mercados extra-regionais, em um sistema interno de transporte que incorporaria o interior da América Latina na economia do mercado.

Estimativas preliminares para o primeiro estágio dêste programa, a ser desenvolvido nos próximos seis anos e que tem por finalidade interligar a presente rêde nacional de estradas, exigem investimentos totais de ao menos dois bilhões de dólares. No Brasil, a importante estrada da integração que liga Assunção a Paranaguá estará terminada dentro de um ano, abrindo as possibilidades de um pôrto para a nação amiga no Atlântico. Eventualmente, quando fôr completado o trecho boliviano, essa estrada ligará o Atlântico ao Pacífico. Os estudos de viabilidade para a estrada Brasil-Bolívia-Peru já foram analisados pelo BID. Essa Estrada Transcontinental ligará também o Atlântico ao Pacífico, sendo que 2 700km estão sendo construídos no Brasil. Cêrca de cinco estudos de viabilidade estão sendo levados a efeito para estradas que ligarão o Rio Grande do Sul ao Uruguai e Argentina.

b) O BID contratou os serviços de uma conhecida firma consultora para estimar as necessidades financeiras para o desenvolvimento de um sistema regional de *telecomunicações*, incluindo prioridades e avaliações das necessidades técnica e financeira. De acôrdo com êste estudo, que avaliou a situação das rêdes nacionais, foi determinado o seguinte:

1. Há um mercado potencial na América Latina que requerirá investimentos de aproximadamente 2,1 bilhões de dólares durante os próximos 10 anos, para modernização e extensão das facilidades presentes, procurando duplicar o tamanho do sistema telefônico atual.

2. Há um mercado de investimento potencial de mais ou menos 300 a 500 milhões de dólares para expansão das rêdes nacionais de telefones interurbanos.

3. Foi estimado que cêrca de 80 a 90% dêste equipamento poderiam ser manufaturados nos países latino-americanos.

4. Foi estabelecido que é econômicamente irrealizável a instalação de estações terrestres para comunicações através de satélite nos seguintes países: Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Peru e Venezuela.

O custo aproximado destas estações é estimado em cêrca de 50 milhões de dólares.

Pelas estimativas acima mencionadas, o investimento total nesta área estaria nas proximidades de 2,7 bilhões de dólares.

c) No campo do desenvolvimento multinacional e nacional de energia elétrica para os próximos 12 anos, foi preliminarmente estimado um aumento triplo da capacidade atual de 24 milhões de KW para 72,6 milhões de KW, ou seja, um aumento de 48 milhões de KW. Espera-se que 2/3 desta capacidade geradora sejam obtidos de fontes hidroelétricas, enquanto o restante deverá provir de usinas de poder termoelétrico.

Do investimento total de 20 bilhões de dólares estimado para êste desenvolvimento, aproximadamente 13 bilhões seriam necessários em despesas domésticas, enquanto as necessidades de comércio exterior para equipamento importado seriam de 7 bilhões.

Neste momento está sendo analisado um projeto multinacional neste setor para o Paraguai e Brasil, que permitirá o consumo no Paraná da energia elétrica excedente de Acaray.

d) *Indústrias básicas* — Sob o programa unido do BID-ILPES-ECLA, foram feitos estudos durante os anos recentes para estimar as possibilidades regionais do desenvolvimento nacional e multinacional de certas indústrias básicas, incluindo as de aço, têxteis, maquinaria pesada, químicos e fertilizantes, polpa e papel, cobre, alumínio etc., especialmente para processar a matéria-prima encontrada na área. Os estudos se basearam em investigações sôbre o estado das indústrias básicas na América Latina e fizeram projeções, inclusive sôbre as vantagens de aplicar economias de escala e a introdução da moderna tecnologia, que poderia resultar de uma complementação destas indústrias no nível regional e utilizar a matéria-prima disponível na área. Os estudos exigiram projeções para os próximos 10 anos, na maioria dos casos, e ajudaram a esclarecer prospectos para o futuro desenvolvimento destas indústrias, os quais, em muitos casos, provam a possibilidade de desenvolvimento na área a preços competitivos, não apenas para consumo local, mas, como no caso da manufaturação do aço, abrindo possibilidades para o mercado mundial como tal.

Tomando o exemplo da indústria do aço, orientada sob êste Programa, os seguintes fatos tornam-se aparentes:

Em 1964, a América Latina produziu 8,9 milhões de toneladas de aço e importou 3,2 milhões. Estima-se que o consumo aumentará para 18,6 milhões em 1970 e 28 milhões em 1975.

Se o nível de importação se mantiver de 3 a 4 milhões de toneladas anuais, isto parece indicar que 14 milhões de toneladas de aço deverão ser produzidas, por volta de 1970, e 24 milhões por volta de 1975. Os planos pedem investimentos de cêrca de 600 milhões de dólares por volta de 1970. Acrescidos a isto, os 3 bilhões estimados para o período 1970/75, os investimentos se elevarão para quase 4 bilhões de dólares. As razões por que os investimentos não deverão ser tão grande no primeiro estágio é porque nêle se visaria apenas a expansão das facilidades atuais.

e) *Outros projetos multinacionais.* O Banco Interamericano de Desenvolvimento está consciente de que a crescente exigência para financiar projetos multinacionais em todos os níveis da atividade econômica resultará também do crescente número de acôrdos de complementação industrial ora subscritos da LAFTA, resultando também de estudos de pré-investimentos que estão sendo realizados em todos os níveis da atividade econômica; e, ainda, como resultado de acôrdos regionais e integração de fronteiras, como os programas da Colômbia-Venezuela e Colômbia-Equador, o Grupo Sub-Regional Andino (formado pelo Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela), e o projeto de desenvolvimento multinacional da Bacia do Rio Prata (Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia).

À medida que o processo de integração progride, a necessidade de melhorar os níveis de educação e, especialmente, o conhecimento científico e tecnológico, tornar-se-á mais óbvia e tôdas as entidades internacionais e estrangeiras em pauta deverão prestar à América Latina o máximo apoio para tornar possível a solução dêste problema.

Apenas toquei na superfície da tarefa que os países latino-americanos têm de enfrentar no processo de integração de suas economias, mas algumas conclusões podem ser tiradas destas observações:

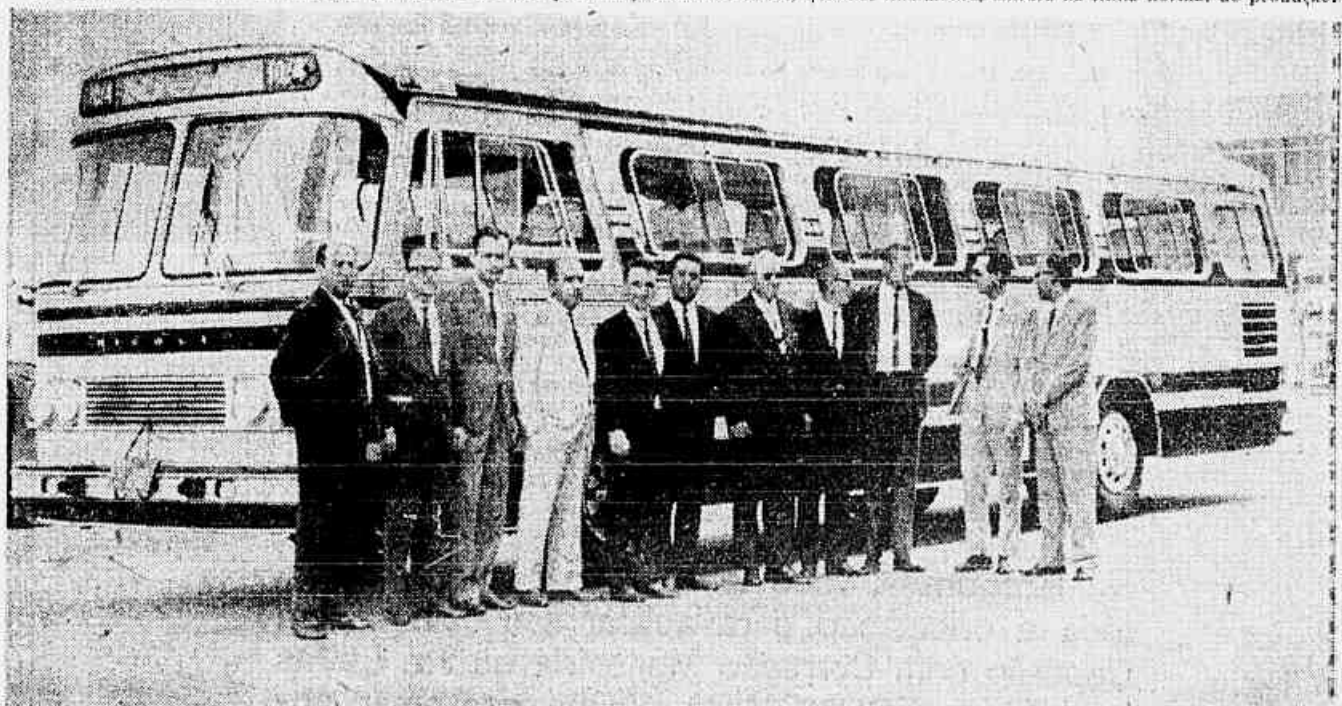
Durante os próximos anos, e antes da consolidação do Mercado Comum Latino-Americano em 1985, será necessário mobilizar largos recursos financeiros dentro da área e fora dela, incluindo a participação de instituições de financiamento internacional, como o Banco Mundial e o BID, como também investimentos públicos e privados na América Latina e nas nações industrializadas.

O desenvolvimento de uma região integrada da proporção e importância da América Latina beneficiará grandemente os países envolvidos, como também outros grandes grupos de comércio ou grupos de nações no mundo.

O Banco, por isso, tornou-se um instrumento poderoso da integração econômica como a mais adequada solução para as enfermidades do subdesenvolvimento econômico nos países latino-americanos, que não apenas beneficiará o comércio mundial como tal, mas permitirá um crescimento mais harmonioso daqueles países em uma situação de equilíbrio crescente em suas relações comerciais com as nações industriais do globo, procurando paralelamente abolir as restrições ao comércio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

As autoridades brasileiras vêm-se esforçando junto ao BID e aos outros órgãos técnicos e financeiros no sentido de que seja criado um sistema específico de financiamento para os projetos multinacionais, porque os recursos normais da instituição são canalizados para os projetos decorrentes dos planos nacionais. Sem recursos adequados para essa imensa tarefa, ficaria prejudicada a grande obra da integração, que constitui uma solução viável para os problemas da América Latina.

PRIMEIRO ÔNIBUS MONOBLOCO-NICOLA

No dia 29 de janeiro p. passado, nas instalações da Mercedes-Benz do Brasil S.A., em São Bernardo do Campo — São Paulo — foi procedida a apresentação à Diretoria daquela tradicional emprêsa, do primeiro ônibus monobloco fabricado por CARROCERIAS NICOLA S.A., montado sôbre a plataforma Mercedes-BENZ 0.326. A performance do citado ônibus, com seu possante motor traseiro de 200 H.P., foi considerada pelos técnicos daquela fábrica como excelente, destacando-se ainda ser êste o primeiro ônibus no Brasil com as características já citadas. Sem dúvida êste auspicioso fato constitui mais uma vitória obtida pela Homogênea e valorosa equipe de trabalho da CARROCERIAS NICOLA S.A.. O carro em questão permanecerá ainda por um período de testes, quando, finalmente, entrará na linha normal de produção.

Acima um flagrante colhido nas instalações da MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A., logo após o teste de estrada (São Paulo — Santos pela Via Anchieta), onde identificamos, da esquerda para a direita: Sr. Karl Doerler, do Depto. Técnico da M. Benz; Eng. J. Martins, do Depto. Técnico de Carrocerias Nicola S.A.; Lido Umberto Catelli, Gerente de Vendas da Carrocerias Nicola para Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal; Arthur Monteiro, do Depto. de Vendas da M. Benz; Eng. Nélson G. Taveira, Chefe do Depto. de Aplicação Especial de Produtos M. Benz; Dr. José Teophilo de Carneiro Neto, Chefe do Depto. de Promoção da M. Benz; E. Schwarz, Chefe do Contrôle de Qualidade da M. Benz; Paulo Belini, Diretor Gerente de Carrocerias Nicola S.A.; Manni Stobaus, Diretor do Expresso Pôrto Alegre-Montevidéu; Dr. Rodolpho Borghoff, Superintendente da M. Benz, e Valter Gomes Pinto, Gerente da Carrocerias Nicola em São Paulo. Além das pessoas que foram fotografadas, outros diretores e técnicos da Mercedes-Benz do Brasil S.A. testaram a nova unidade, entre as quais destacamos: Sr. Z. Koszutski, Diretor Presidente em exercício; H. Jaenecke, Diretor de Produção; Eng. Schuller e Gonzalez do Depto. de Produção de Monoblocos, e General A. Queiróz, Gerente de Produção.

Como planejar a Universidade?

JOSÉ GUILHERME PINHEIRO CORTES e
EDSON MACHADO DE SOUSA

As falhas e os defeitos do sistema de ensino superior brasileiro, e o processo histórico que a êles conduziu, têm sido analisados exaustivamente, com maior insistência nos últimos dois anos. E de tal forma têm sido trazidas à luz essas análises, com uma freqüência inusitada, que hoje se pode dizer que há um consenso geral, senão quanto a todos, ao menos quanto aos problemas mais evidentes no âmbito particular das Universidades.

Por outro lado, com menos freqüência do que as críticas, algumas sugestões válidas para a superação de problemas específicos também têm sido formuladas. Na maioria das vêzes as sugestões se relacionam com medidas de caráter global, que teriam seu lugar mais apropriado num plano geral para o sistema de ensino superior. Êste, se alguma vez chegou a ser elaborado, nunca entrou em execução, pois o Govêrno històricamente têm-se mostrado incapaz de implantar os planos que formula. Ademais, um plano global para o ensino superior no Brasil, que pretendesse ser realista e objetivo no encaminhamento de soluções para os problemas que afligem essa área, teria que ser radical e, como tal, imposto, como foi imposta a chamada **reforma universitária** (através dos Decretos-Leis 53/66 e 252/67). E, dificilmente, se conseguiria impor um plano assim a instituições que são — ao menos assim se consideram — administrativamente autônomas.

Entretanto, assim como várias Universidades deram início às suas reformas estruturais antes de serem baixados os Decretos do Govêrno Castelo Branco, também algumas delas já se aprestam para iniciar um processo de planejamento do seu desenvolvimento e de programação de atividades, com vistas a um melhor aproveitamento dos recursos materiais, financeiros e humanos à sua disposição. Dificuldades de diferentes ordens vêm sendo encontradas para a implantação, nas Universidades que a isto vêm dedicando alguma atenção, de um sistema de planejamento contínuo. De um modo geral essas dificuldades resultam, primeiro, da deficiência de pessoal qualificado para as tarefas do planejamento pròpriamente dito, bem como para muitas das tarefas complementares e paralelas à atividade de planejar; e, em segundo lugar, do desconhecimento da razão de ser e das técnicas mesmas do planejamento educacional.

É de se ressaltar o esfôrço que tem sido desenvolvido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras no sentido de, através de cursos rápidos de treinamento, prover as administrações universitárias de pessoal capacitado para o exercício de técnicas administrativas modernas e adequadas às instituições de ensino. Com os recursos que lhe são destinados pelas próprias Universidades filiadas, o Conselho mantém uma equipe de assessôres para prestar orientação às Universidades, além de contratar serviços de terceiros para estudar e propor soluções para problemas específicos. O trabalho do Conselho tem sido bem recebido em tôdas as Universidades, embora, é claro, nenhuma delas esteja obrigada a adotar as sugestões por êle formulada. É óbvio também que, apesar do esfôrço do Conselho de Reitores no treinamento de pessoal administrativo, as Universidades não poderão deixar de trazer para os seus quadros elementos de qualificação superior, profissionais especializados. É injustificável que as Universidades não utilizem os serviços profissionais de Administradores e Economistas, que fornecem em tão grande número para os órgãos públicos e emprêsas do País.

Quando críticas são levantadas à sua atuação é comum as Universidades responderem que não podem fazer nada melhor porque não há verbas suficientes. Citam, por exemplo, que as suas propostas orçamentárias são cortadas pela metade, quando não reduzidas a 40 por cento ou menos, como aconteceu com a Universidade Federal do Pará agora em 1968; que a participação dos orçamentos das Universidades está diminuindo, percentualmente, no orçamento geral do Govêrno; que alguns orçamentos aumentaram em 1968, com relação a 1967, menos do que o nível geral de preços; e assim por diante. Realmente, os números permitem comprovar essas afirmações, mas, além do fato de que não se pode ficar restrito a estas simples constatações de grandezas numéricas, sob pena de não exibir tôda a extensão da verdade, acontece que as Universidades não conseguem comprovar que as suas necessidades superem as verbas que lhe são concedidas; não conseguem justificar a existência de saldos orçamentários e a utilização dêsses superavits; ou o crescimento desproporcional dos investimentos, previstos nas suas propostas orçamentárias. É claro que estamonos referindo principalmente às Universidades Federais, cujas receitas consistem pràticamente dos recursos orçamentários. Mas deve-se lembrar que as Universidades particulares recebem subvenções do Govêrno Federal, e algumas delas talvez não sobrevivessem sem estas verbas.

Com a atuação do Ministério do Planejamento a partir de 1964 e a atribuição a êste da elaboração da Lei de Meios — o orçamento da República — a situação que descrevemos se agravou ainda mais. A partir da implantação do orçamento-programa, descrição detalhada dos programas, projetos e atividades para os quais são solicitados recursos, os técnicos do Planejamento passaram a ter justificativas mais concretas para os cortes orçamentários, uma vez que as Universidades geralmente não estão aptas para defender os seus projetos com base em planos de aplicação racional dos recursos. Há, sem exagêro, uma generalizada desconfiança entre Govêrno e Universidades em matéria de orçamentos. Como êstes não podem mais ser defendidos ou aumentados no Congresso, onde os Reitores costumavam encontrar um certo apoio, e como não se pode esperar que o Govêrno simplesmente passe a "acreditar" nas Universidades, a estas só resta um caminho a curto prazo: elaborar orçamentos que convençam as autoridades e técnicos do Govêrno de que os recursos solicitados são os necessários e que serão racionalmente aplicados.

Um orçamento com essas qualidades não pode resultar de decisões **ad hoc** dos Conselhos Universitários ou dos senhores Reitores e Diretores de Unidades Universitárias. O orçamento-programa é a expressão em têrmos monetários das necessidades em instalações, equipamentos, material de consumo e recursos humanos para o atendimento de objetivos e metas estabelecidos racionalmente. E estabelecer objetivos, fixar metas e prever os recursos materiais e humanos necessários ao seu atendimento é exatamente PLANEJAR. Portanto, se outras razões mais complexas e profundas não quisermos buscar, apenas o interêsse de elaborar corretamente e defender suas propostas orçamentárias seria suficiente para justificar a atividade permanente de planejamento nas Universidades.

Entretanto, é importante que êsse planejamento não se limite a reconhecer os objetivos e restrições da própria Universidade e seu âmbito de atuação. A comunidade nacional tem também seus objetivos, dentre os quais alguns são coincidentes com aquêles enquanto outros são competitivos. E os recursos materiais e humanos da Nação também são limitados e escassos. Impõe-se, por isso, uma compatibilização dos objetivos, metas e exigências de recursos da Universidade com aquêles da economia como um todo. Em outras palavras, o plano da Universidade deve ser compatibilizado com o plano nacional, o que exige o conhecimento, por parte dos planejadores universitários, do plano nacional, e vice-versa. Aqui encontramos um outro ponto gerador de conflitos: primeiro, porque os planos não são divulgados devidamente, mormente os nacionais, e segundo, porque a elaboração dos planos é geralmente tratada como coisa reservada, dela participando, quando participam, alguns poucos setores da vida comunitária interessada. Consultas e discussões prévias são ingredientes indispensáveis na escolha dos objetivos e fixação das metas que orientarão qualquer plano.

É bem verdade que nem todos os problemas que hoje enfrenta a nossa Universidade serão resolvidos pelo planejamento. Muitos dêles resultam de erros governamentais, consagrados em leis a que estão sujeitos os estabelecimentos de ensino superior, e de falhas administrativas nos escalões superiores dos Ministérios. Mas também é verdade que dificilmente se pode dizer das Universidades que estejam preparadas para apontar êsses erros e falhas, sugerindo as alternativas adequadas. Uma atividade contínua de planejamento e acompanhamento da evolução dos planos, ligada a um serviço efetivo de estatísticas e informações, é o instrumento de que estão necessitando para reivindicar condições adequadas ao seu pleno desenvolvimento. E assim como é ocioso repetir críticas às Universidades também o é repetir que o pleno desenvolvimento destas representará a arrancada para níveis mais altos de desenvolvimento e bem-estar nacional.

A FÓRMULA DO PLANEJAMENTO

O planejamento, de um modo geral, deveria ser a ciência da decisão. Entretanto, històricamente se comprova que o planejamento é a ciência do conhecimento de alternativas de ação, mas nunca da escolha de qualquer alternativa. Poderão participar das tarefas de planejamento muitos tipos de profissionais — economistas, engenheiros, arquitetos, sociólogos, estatísticos etc. — mas a nenhum dêles caberá decidir sôbre a alternativa a ser adotada. Essa responsabilidade sempre pertence a um dirigente político, com função administrativa superior. O planejador é, portanto, essencialmente, um assessor. Não interessa aqui discutir as vantagens e desvantagens dessa instituição, mas tão-sòmente constatar sua existência como um dado indispensável a tôda análise que se pretenda fazer sôbre o assunto.

À primeira vista, pode parecer que ficando o planejador como assessor, sem direito a decisões, sua função perde muito de prestígio e sofisticação, contudo, a posição de assessor dá-lhe o precioso direito de limitar as alternativas de ação e sugerir prioridades relativas a cada uma. Sem dúvida, o dirigente político não poderá negligenciar completamente as indicações do assessor, o qual, a fim de ampliar as possibilidades de aceitação de seus pontos-de-vista, deverá levar em conta as reações políticas face a cada alternativa, de modo a evitar a formulação de planos ou projetos polìticamente inviáveis. O planejador pode ser situado assim, como um assessor técnico porém com visão política.

Outro aspecto relevante da posição do planejador são suas relações com o aparato administrativo "tradicional". Quase sempre a constituição de um setor de planejamento representa a implantação de um organismo estranho ao corpo administrativo existente, com sérios perigos de rejeição. Neste caso, não morrerá todo o corpo administrativo, mas certamente o nôvo setor. A criação de um setor de planejamento deve ser precedida da adoção de medidas tendentes a evitar conflitos de competência.

No caso específico de uma Universidade, o primeiro ponto a se fixar é que o planejamento deverá ser uma atividade contínua no tempo e abrangente no espaço. Em outras palavras, o planejamento deverá incorporar-se à vida da Universidade, como uma atividade sistemática e, por outro lado, cobrindo todos os seus setores de trabalho.

Na maioria das Universidades brasileiras o corpo administrativo possui um caráter marcantemente executivo, cabendo-lhe, sobretudo, executar decisões emanadas do Gabinete do Reitor ou do Conselho Universitário, além das atividades rotineiras que pouco variam no tempo. A capacidade decisória interna está concentrada nas pessoas do Reitor e dos membros do Conselho Universitário. A primeira condição para que possa existir planejamento é que êstes concordem em basear suas decisões em alternativas corretamente identificadas por um grupo de assessôres de planejamento. Não se trata de alienar funções de ninguém em particular, mas de dividir responsabilidades no todo. Simplificando, se o Reitor e o Conselho decidem e a administração executa, insere-se um setor intermediário, o de planejamento, que terá por obrigação recolher informações estatísticas e outras, formular planos, projetos e orçamentos, apontando as alternativas disponíveis, e submetê-los à decisão superior.

Esta é, em linhas gerais, nossa visão de como integrar a atividade dos planejadores com as atividades atualmente desenvolvidas nas Universidades.

Vejamos agora o que compreende o processo de planejamento.

DIAGNÓSTICO

O processo de planejamento se desdobra em três grandes etapas, cada uma comportando inúmeras subdivisões. A primeira é a do diagnóstico, a qual visa um conhecimento tão profundo quanto possível da situação atual, da evolução histórica recente e dos problemas colocados para o futuro. É possível mencionar alguns aspectos relevantes de um diagnóstico de Universidade:

— as raizes históricas da instituição e sua evolução até o presente, de modo a se conhecer a maior ou menor velocidade de seu desenvolvimento e os principais fatôres que o influenciaram. É importante saber se a Universidade estêve sempre voltada para a formação de tipos determinados de profissionais, qual a participação das pesquisas tecnológicas, científicas e sociais no quadro de suas atividades, seu relacionamento com o resto do País e com o exterior, o tipo de estrutura didático-administrativa adotado, isso para mencionar apenas alguns aspectos;

— a situação atual no tocante a recursos humanos, materiais e financeiros. Interessa conhecer a situação exata do corpo discente (quantos alunos estão matriculados? Qual sua origem social, geográfica etc.? Que formação prévia receberam? Qual seu desempenho acadêmico?), corpo docente (quantos professôres há? Qual sua qualificação? Quanto recebem? Que tempo dedicam à Universidade?), corpo administrativo (quantos funcionários há? Como estão distribuidos entre os diversos setores? Qual sua remuneração? Qual sua qualificação?), instalações (qual a área disponível para aulas e pesquisas? E para outras finalidades? Qual o custo de construção e manutenção? Que equipamentos, mobiliário, biblioteca etc. há?), finanças (qual a qualidade da elaboração orçamentária? Quanto custa formar um graduado em cada especialidade? Como poderia a Universidade melhorar seu atual esquema de financiamento?), estrutura didática (qual a estrutura adotada? Está de acôrdo com as necessidades da Universidade? Em que medida vem impedindo um maior desenvolvimento da instituição? Que alternativa é disponível?), estrutura administrativa (idem, idem) etc. O diagnóstico, além de abrangente, deve ser integrado, formando um modêlo de análise do conjunto da instituição universitária. Esse modêlo há de permitir uma análise da situação atual e sua projeção no tempo;

— características do meio social regional, compreendendo população, estrutura social, situação econômica, recursos naturais e ensinos primário e médio. Uma análise de todos êsses fatôres é a base correta para a definição do tipo de Universidade a implantar ou, se já existe, como corrigir e desenvolvê-la. Por exemplo, é inadmissível que em regiões de economia predominantemente agrícola a Universidade não dedique a maior parte de seus recursos à formação de técnicos nos campos de Agronomia, Veterinária, Botânica etc., preferindo formar advogados ou engenheiros eletrônicos. Além disso, é necessário possuir dados quanto ao provável comportamento futuro da estrutura econômica e social da região, de modo a determinar os tipos e quantidades de profissionais de nível universitário requeridos pelo processo de desenvolvimento. O objetivo essencial dessa análise, portanto, é tentar uma compatibilização entre o desenvolvimento da Universidade e o desenvolvimento do meio social dentro do qual ela se insere. Essa é uma análise dinâmica, que deve ser renovada constantemente. Na sua ausência, é quase certo que a Universidade há de se desvincular ou defasar em relação ao meio social. O Brasil é todo um cenário de exemplos de instituições de ensino superior consideravelmente dissociadas do processo de desenvolvimento nacional. O p r o g r e s s o tecnológico, indispensável acompanhante da formação de capital no processo de desenvolvimento, pouco ou nenhum estímulo recebe dentro dos círculos universitários do País. Quando muito, estabelece-se uma identificação entre tecnologia e engenharia, esquecendo-se que o desenvolvimento daquela depende da formação de técnicos e realização de pesquisas em inúmeros campos do conhecimento científico. Outro fator importante — e sempre relegado a plano secundário ou até mesmo inteiramente desprezado — vem a ser o resto do sistema educacional, constituído pelos ensinos primário e médio. Neste sentido, não se levam em conta nem sua capacidade quantitativa de enviar candidatos às Universidades nem sua capacidade qualitativa de prepará-los convenientemente. Parece que a Universidade nada tem a ver com aquêles níveis de ensino que a precedem, muito embora seus alunos dêles provenham e parte de seus graduados a êles se destinem.

Na verdade, a principal característica que deve revestir um diagnóstico de Universidade é a coragem de reconhecer as múltiplas causas do iminente processo falimentar que ameaça essa instituição no Brasil, não uma falência material, mas sobretudo uma falência cultural, científica e inclusive política. Isso implica em solicitar de pessoas responsáveis que procedam a crítica da instituição e sua própria autocrítica, o que pode parecer demasiado. Mas é melhor que os responsáveis pela educação superior tomem essa iniciativa, do que aguardar que a crise atual tenha um desfecho pouco favorável para si e para as instituições por que respondem.

PROSPECTIVA

A realização do dignóstico nos moldes aqui sugeridos conduziria a uma visão prospectiva imprescindível ao planejamento. A prospectiva consiste em uma visão do futuro com base no passado recente. O diagnóstico se traduz em um modêlo de comportamento, onde se distinguem os fatôres mutáveis no tempo (ou variáveis) daqueles que permanecem inalterados ou são de importância tão reduzida que é preferível desprezar suas variações (dados, constantes ou parâmetros). Por exemplo, o nível de renda *per capita* é uma variável importante, por refletir o potencial econômico da região e suas transformações ao longo do tempo. Contudo, será conveniente considerar a distribuição da renda entre diferentes classes sociais e a estrutura do poder político como parâmetros, pelo menos a curto prazo.

O planejador precisará dispor de um número apreciável de informações a fim de adquirir a visão prospectiva. Quantos habitantes haverá daqui a dez ou vinte anos? Qual será seu nível econômico mais provável? Que setores da economia mais se desenvolverão e quais serão suas necessidades de profissionais egressos das Universidades? Qual a tendência do progresso tecnológico em geral e da absorção de tecnologia pela região? É certo que não se pode dar uma resposta exata a cada pergunta formulada, todavia, é indispensável que, além de se reconhecer a influência de tôdas essas questões, se procure ter algumas respostas a elas, ainda que aproximadas.

Até aqui estivemos mais preocupados em mencionar o que o meio social poderá exigir da Universidade do que referir o que a Universidade pode oferecer ao meio. Essa é a outra componente da visão prospectiva: qual a capacidade produtiva de que dispõe a Universidade para enfrentar a demanda crescente da comunidade? As informações proporcionadas pelo diagnóstico, quanto a recursos humanos, materiais e financeiros, estrutura didático-administrativa etc., permitem fazer tal avaliação. O saldo revelado no confronto será o indicador do esfôrço a empreender através do planejamento. Até hoje, em nosso País, tudo indica que êsse esfôrço será gigantesco, visto que o saldo é grande em valor absoluto, porém tem sinal negativo.

PLANEJAMENTO

O que se pode esperar do planejamento como caminho para a solução de tantos problemas acumulados no correr de décadas de ineficiência?

Em primeiro lugar, não se pode esperar que o planejamento, por si só, tenha propriedades mágicas e possa preencher o vazio existente. O que se pode esperar é que o planejamento, devidamente situado entre aquêles que decidem e aquêles que executam, venha melhorar a qualidade tanto das decisões quanto de sua execução. É preciso que os planejadores tenham livre trânsito em tôdas as áreas nas quais se desenrola o processo decisório (ou de tomada de decisões). Se os planejadores forem confinados a um gabinete dentro do qual se entreguem ao labor de preparar projetos fictícios, orçamentos de encomenda ou relatórios de fim de ano, não estará havendo planejamento e nada se poderá esperar de útil. Os planejadores necessitarão da confiança dos responsáveis pela Universidade e ter liberdade suficiente para não precisarem subordinar sua atividade a caprichos pessoais ou conveniências subpolíticas de algum responsável. A fim de garantir essa isenção, talvez fôsse mais adequado contratar grupos de assessôres e administradores profissionais por períodos determinados e sem o vínculo funcional do corpo administrativo permanente.

Preenchidos êsses requisitos, os planejadores utilizarão suas técnicas para interferir na prospectiva, dentro do possível, e de acôrdo com objetivos fixados. A fixação de objetivos, como já tivemos oportunidade de observar, é mais um ato de vontade política do que uma decisão técnica. Um objetivo é uma escolha qualitativa: formar agrônomos, realizar pesquisas sôbre utilização de um nôvo produto, fornecer cursos de férias etc. Todo objetivo precisa ser quantificado, isto é, transformado em meta. Metas, então, passariam a ser: formar 50 agrônomos por ano, destinar 10 pesquisadores e NCr$ 300 000,00 a um programa de pesquisas, realizar 3 cursos de férias com a duração de um mês etc. Claro que tanto a fixação dos objetivos quanto das metas é algo mais minucioso. Entretanto, o exemplo serve para revelar que a transição de objetivo a meta envolve uma distribuição de recursos que não dispensa a consideração de critérios fornecidos pelos planejadores. Os recursos são sempre escassos e não se pode atender a todos os objetivos desejáveis, nem nas proporções habitualmente reivindicadas.

A interferência do planejamento na prospectiva consiste, efetivamente, em revelar as alternativas existentes para modificar o comportamento visualizado. Assim, se há uma tendência de expandir o número de vagas em cursos de reduzido interêsse social, o planejamento implicará em inverter essa tendência.

Em seguida os planejadores avaliarão o montante de recursos necessários a cada alternativa e a forma da sua mobilização. Êsse é um dos momentos críticos do planejamento, quando deverá haver a preocupação honesta de não superestimar as necessidades de recursos financeiros e subestimar as necessidades de recursos humanos. Isso porque as direções **tradicionais** julgam mais fácil apresentar vultosos orçamentos como solução para os problemas universitários, ao invés de programas de trabalho realistas. Traduzir a solução necessária em um orçamento de grande proporções é uma forma de encobrir a ausência de planejamento. Razão pela qual os cortes orçamentários são tranqüilamente justificados pelos técnicos do Govêrno como decorrentes da superavaliação de recursos e da inexistência de projetos que os utilizem. A avaliação de recursos precisa ser encarada com mais seriedade, a fim de que haja uma base concreta para repartir fundos escassos, eliminando-se o quanto possível o emprêgo de influências políticas para assegurar o atendimento de ficções orçamentárias.

O planejamento terá capacidade de identificar fontes alternativas de financiamento e mensurar suas contribuições potenciais. Isso vale tanto para os empréstimos internacionais, de que o recente programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento junto às Universidades brasileiras é um exemplo, como para fontes nacionais, caso do FUNTEC (Fundo de Financiamento para a Ciência e Tecnologia), pràticamente inexplorado até agora. Outras possibilidades se divisam neste sentido. As Universidades mantidas pelo Govêrno (federais e estaduais) poderiam ser beneficiadas por incentivos fiscais, como por exemplo, a aquisição de uma **letra de educação** adquirida parcialmente com recursos deduzidos do Impôsto de Renda de pessoas físicas. Essa é uma idéia a desenvolver, assim como muitas outras que poderiam proporcionar grandes vantagens às Universidades, desde que estas estivessem dispostas a aceitar o planejamento.

A elaboração de projetos específicos seria também uma tarefa dos grupos assessôres, que assim não se limitariam a fornecer orientação geral para o desenvolvimento da Universidade. Todo projeto seria analisado à luz de critérios que combinassem os custos de sua realização com os benefícios dela decorrentes.

Finalmente, um outro encargo da assessoria de planejamento seria o de acompanhar a execução do plano, procedendo sua revisão periódica a fim de adaptá-lo ou corrigi-lo, se fôr o caso, face a alterações que poderão ocorrer nas premissas e condições iniciais sôbre as quais se baseou a formulação original do plano.

INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Ao nos referirmos aos instrumentos de ação, estaremos na verdade efetuando uma síntese objetiva do processo de planejamento.

Atualmente o único instrumento capaz de refletir um programa de trabalho da Universidade, é o seu orçamento. Contudo, o orçamento não é o instrumento analítico ideal, funcionando melhor como um complemento daquilo que hoje não existe e que poderia receber denominações várias: plano de ação, programa de desenvolvimento, e outras. O plano deve conter os objetivos, metas, recursos, esquemas de mobilização e coordenação, programas e projetos específicos resultantes da atividade de planejar.

CONCLUSÕES

A primeira conclusão que se pode retirar das considerações precedentes é que o planejamento deve ser introduzido de maneira sistemática em nossas Universidades, como um requisito indispensável à melhoria de seus processos decisório e executivo. Outrossim, os grupos de planejadores deverão, o quanto possível, estar livres de influências estranhas que pretendem desviar seu trabalho de padrões técnica e politicamente factíveis.

Em segundo lugar, deve-se admitir que o planejamento, em tôdas as suas etapas, será abrangente, não se limitando a uma ou duas áreas apenas. Isso significa submeter a critérios adequados as decisões adotadas em tôdas as áreas de atividade: pessoal, instalações, orçamento, estrutura didática e administrativa. Significa também que a Universidade deverá ter disponíveis informações — na realidade uma massa considerável de informações — que geralmente não são coletadas de uma maneira sistemática e com um razoável grau de fidedignidade. Daí a necessidade da implantação, simultânea com o planejamento, de uma atividade sistemática de coleta e apuração de dados estatísticos.

Outra conclusão importante se refere à necessidade de encarar a Universidade como uma unidade produtora de mão-de-obra altamente qualificada, em permanente conexão com a economia regional. É certo que êste enfoque está sujeito a algumas restrições, mas é válido para o tratamento de um grande número de problemas com os quais se defrontará o planejador. Como unidade produtora, que consome recursos produtivos e gera um determinado produto final, a Universidade precisa dar mais atenção ao seu nível de produtividade. Isto exigirá a utilização de novos conceitos na análise do funcionamento da instituição, como os conceitos de insumo, produtividade, custo/aluno, custo/graduado e assim por diante.

Tôdas essas observações conduzem, por sua vez, a uma nova conclusão, a de que a educação superior é muito mais do que um assunto cultural, limitado seu interêsse a um círculo reduzido de pessoas, que procuram se perpetuar em posições de mando. A educação superior — e, de resto, todo tipo de educação — é um assunto de interêsse geral, não se justificando o tratamento reservado que comumente lhe dedicam pessoas responsáveis, nem muito menos sua irritação quando lhes são feitas críticas por outras pessoas. É preciso que as Universidades passem a elaborar seus planos em integração com a comunidade, proporcionando um exemplo hoje muito necessário.

O planejamento nas Universidades terá êxito na medida em que conte com o suporte de uma organização administrativa melhor do que a atual, capaz de fornecer as informações qualitativas e quantitativas exigidas na confecção dos planos e projetos e, também, capaz de levá-los à prática.

Por fim, o que é mais importante, as direções das Universidades terão que confiar nos grupos de planejamento e lhes dar apoio político. Caso contrário, além do conflito Universidade-Govêrno, mais um surgirá e de natureza interna, o conflito Universidade-Planejamento. Para que o planejamento possa ser útil à Universidade, é imprescindível que esta se encontre pronta a recebê-lo.

FUNDO DE INVESTIMENTO INVESTBANCO

Criado nos têrmos do Decreto-Lei n.º 157 de 10.02.1967

Balancete encerrado em 05.03.1968

Início das operações em 04.05.1967

ATIVO			PASSIVO	
DISPONÍVEL			**DEPOSITANTES**	6.162.457,36
Depósitos no Banco do Brasil		1.150.756,06	PROVISÃO F. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	39.503,50
REALIZÁVEL			**RESULTADO PENDENTE**	
Valor atual da Carteira	5.853.359,78			
Dividendos a receber	17.802,36			
Bonificação a receber	33.962,00	5.905.124,14	Saldo do período	853.919,34
SUBTOTAL		7.055.880,20	SUBTOTAL	7.055.880,20
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			**CONTAS DE COMPENSAÇÃO**	
Bonificações declaradas		67.050,00	Bonificações declaradas	67.050,00
		7.122.930,20		7.122.930,20

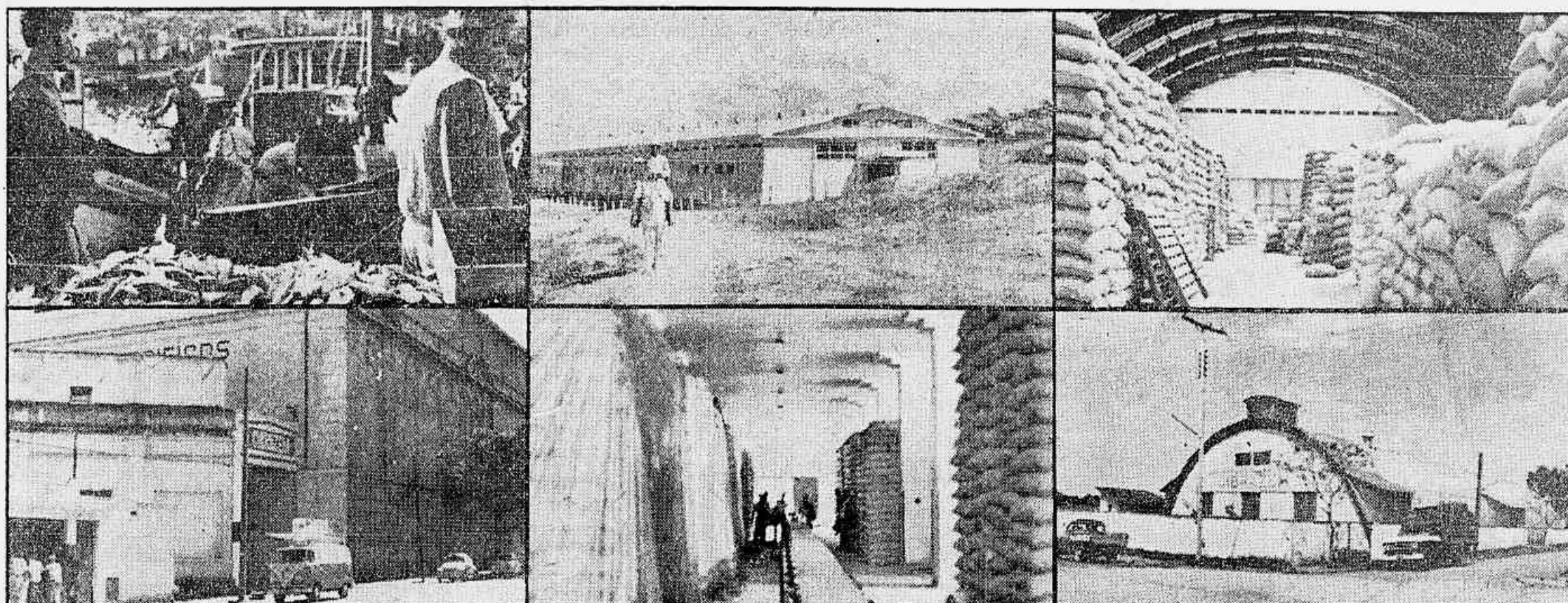
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS
(Período: de 04 de maio de 1967 a 05 de março de 1968)

DÉBITO		CRÉDITO	
Despesas gerais e variações	155.261,09	Valorização da Carteira de Ações	920.082,09
		Dividendos recebidos	35.205,89
Saldo do período	853.919,34	Bonificações a receber	33.962,00
		Dividendos a receber	17.802,36
		Outras Receitas	2.128,09
TOTAL	1.009.180,43	TOTAL	1.009.180,43

N.º de cotistas 5.121

Investimento médio por cotista	NCr$	1.203,37
Valor do Fundo	NCr$	7.016.376,70
Valor da Cota	NCr$	1,138

CARTEIRA DE TÍTULOS DO FUNDO INVESTBANCO — DECRETO-LEI N.º 157 — EM 29/02/68

COMPANHIA	CLASSE	N.º DE AÇÕES	VALOR DA CARTEIRA 29-02-1968
Aços Villares S/A	pref. "A"	25.900	30.303,00
Aços Villares S/A	pref. "B"	100.000	98.000,00
Arno S/A — Indústria e Comércio	pref.	1.500	1.155,00
Brasmotor S/A — Empreendimentos e Participações	pref.	60.000	54.000,00
Banco Brasul de São Paulo S/A	ord.	47.877	47.877,00
Banco Comercial do Estado de São Paulo S/A	ord.	95.000	190.000,00
Casa Sano S/A	pref.	26.000	26.000,00
Cia. Antártica Paulista	ord.	89.266	107.119,20
Cia. Cacique de Café Solúvel	pref.	245.000	490.000,00
Cia. Cervejaria Brahma	pref.	174.233	243.668,53
Cia. Cervejaria Brahma	ord.	10.000	13.600,00
Cia. de Cigarros Sousa Cruz	ord.	125.266	288.111,80
Cia. de Cimento Portland Itaú	pref.	36.400	90.400,86
Cia. Docas de Santos	ord.	97.100	123.317,00
Cia. Ferro Brasileiro	ord.	118.470	101.884,20
Cia. Fôrça e Luz de Minas Gerais	ord.	15.525	11.488,50
CIMAF — Cia. Ind. Mercantil de Artefatos de Ferro	ord.	20.000	23.400,00
Cia. Paulista de Fôrça e Luz	ord.	67.620	54.096,00
Cia. Sid. Belgo Mineira	ord.	152.050	91.230,00
Cia. Sid. Mannesmann	ord.	40.495	26.321,75
Cia. T. Janer Comércio e Indústria	pref.	60.000	96.000,00
Cia. Vale do Rio Doce	pref.	71.200	210.040,00
D. F. Vasconcelos S/A	pref.	100.000	100.000,00
Duratex S/A — Ind. e Com.	pref.	5.300	7.844,00
E. R. Squibb & Sons	ord.	1.102	1.102,00
Eletromar Ind. Elétr. Bras.	ord.	60.000	60.000,00
F.N.V. — Fábrica Nacional de Vagões	ord.	76.548	76.548,00
F.N.V. — Fábrica Nacional de Vagões	pref.	118.942	118.942,00
Fundição Tupy S/A	pref.	100.000	100.000,00
Ind. Textil Hering S/A	pref.	30.000	30.000,00
Ind. Villares S/A	pref. "A"	5.000	13.750,00
Ind. Villares S/A	pref. "B"	102.000	265.200,00
ISAM — Ind. Sul Americana de Metais S/A	pref.	375.940	500.000,20
Kibon S/A	ord.	15.200	41.040,00
Livraria José Olympio Editôra S/A	pref.	60.000	60.000,00
Lojas Americanas S/A	ord.	26.250	101.062,50
Magnesita S/A	ord.	34.411	41.293,20
Manufaturas de Brinquedos Estrêla S/A	pref.	202.020	272.727,00
Máquinas Piratininga S/A	pref.	36.466	21.879,60
Mesbla S/A	ord.	96.000	82.560,00
Mesbla S/A	pref.	11.259	9.344,97
Moinho Fluminense S/A	ord.	94.613	87.990,09
Moinho Santista S/A	ord.	135.734	312.188,20
Morro do Níquel S/A	pref.	60.000	99.000,00
Panambra Rio Grandense S/A	pref.	30.000	30.000,00
Paraná Equipamentos S/A	pref.	105.000	105.000,00
São Paulo Alpargatas S/A	ord.	508.300	670.956,00
São Paulo Light S/A	ord.	1.900	1.140,00
S/A Min. Trindade — Samitri	ord.	21.883	21.664,17
S/A White Martins	ord.	1.500	7.365,00
Willys Overland do Brasil S/A	ord.	99.900	61.938,00
Willys Overland do Brasil S/A	pref.	3.600	2.016,00
VEMAG S/A	ord.	1.795	5.295,25
S.B.S. Fundo em Condomínio de Desenvolvimento Econômico	cotas	984.258	125.500,76
VALOR TOTAL DA CARTEIRA			5.853.359,78

CIBRAZEM

CONTRA PERDAS E DESPERDÍCIOS

CIBRAZEM

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO

Na produção de alimentos, assiste-se no Brasil a uma verdadeira "explosão".

Todos os velhos "slogans" e programas para o desenvolvimento agropecuário, que antes não passavam de pregação demagógica ou simples dissertação de gabinete, a Revolução substituiu-os por uma política ativa de estímulo e amparo à produção, cujos resultados aí estão patentes: o setor que mais contribuiu para a desaceleração do custo de vida, em 1967 - ano em que tal índice baixou de 41,1% para 24,5% - foi exatamente o da alimentação.

Em grande parte, êsse êxito se deve à garantia real e oportuna, ao lavrador, de um preço - suporte para a sua mercadoria, a ser dado pelo Govêrno Federal, caso o produto não atinja, no mercado, aquêle nível de sustentação.

A êsse fator somam-se outros estímulos creditícios para o custeio da lavoura, aquisição de máquinas, sementes, adubos, corretivos, fungicidas, inseticidas, etc.; o desenvolvimento do cooperativismo; a assistência técnica levada diretamente ao campo; a objetiva fixação de metas de produção - tudo decorrente da posição expressamente firmada pelo Govêrno da República, que dá prioridade absoluta, em seus programas, à produção agropecuária e ao abastecimento.

"A resistência de uma corrente mede-se pela do seu elo mais fraco" - diz o velho e verdadeiro rifão.

Na cadeia do abastecimento havia, tradicionalmente, um ponto vulnerável: o do armazenamento.

Chegou-se a estimar que 30% dos gêneros penosamente produzidos pelos lavradores perdiam-se por deficiência ou falta de armazenamento. A exposição ao tempo, o ataque de pássaros e roedores, a fermentação, a infestação de insetos, roubavam ao brasileiro a têrça parte do que se destinava à sua mesa.

Ainda recentemente, o Banco Mundial assinalava que, de todos os empréstimos e financiamentos concedidos ao Brasil desde 1950, apenas 2,3% foram aplicados em armazenamento.

A CIBRAZEM

Ao constituir-se, em 1962, a Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, tentava-se um passo importante para corrigir as anomalias do setor: transferia-se para uma "emprêsa pública", gerida com a flexibilidade das sociedades anônimas, todo o acervo dos órgãos governamentais, que antes se relacionavam com o assunto; e davam-se à nova companhia finalidades claras no tocante à sua participação nos programas de abastecimento do Govêrno.

A CIBRAZEM nasceu com o sistema SUNAB-COBAL-CFP, objeto, como as outras, de uma Lei Delegada. Após a recente reforma administrativa do Ministério da Agricultura, ficaram tôdas vinculadas ao mesmo.

Entretanto, embora aparentemente promissor, aquêle início constituiu-se, desde logo, em uma fonte de problemas para a Companhia; pois o acervo que lhe fôra transferido compunha-se de unidades armazenadoras em mau estado, quase inoperantes, mal localizadas, ou na posse irregular de terceiros.

Isso obrigou a Companhia a vultosos dispêndios na construção de uma rêde de armazéns em caráter de emergência, nem todos, também, corretamente construídos ou localizados.

TRABALHO REALIZADO

Grande parte do esfôrço da CIBRAZEM, em conseqüência, tem sido dedicada à recuperação física de seus armazéns, principalmente o grande frigorífico da Guanabara - e à regularização da situação jurídica dos que se acham em poder de terceiros.

Nem por isto, porém, ela se tem mantido estática. Em 1967 montou no Nordeste, com o decidido apoio dos governos estaduais (principalmente da Paraíba e Ceará) perto de 50 armazéns novos, que embora não satisfaçam aos padrões técnicos mais rigorosos, permitiram que não se perdesse a excepcional safra regional, decorrente da primeira aplicação da política de preços mínimos.

Ao mesmo tempo, iniciou-se a recuperação total dos entrepostos de pesca do Nordeste e de Cananéia - SP, e melhoraram-se as condições de todos os outros; acresceu-se a rêde de três grandes unidades: armazém em Pôrto Alegre, armazém na Guanabara e entreposto de pesca em Recife, além de outra mais modesta, em Cambé - Paraná.

Os fatos mais significativos, contudo, foram:

- a conclusão de um "Plano Global de Armazenamento para a Região Centro-Sul", o qual servirá de base para maciças aplicações de recursos no setor, sob a égide do BNDE e da CIBRAZEM;
- a próxima constituição de um "Grupo Executivo de Coordenação" para superintender a aplicação daquele plano e traçar normas para o setor de armazenamento, oficial e particular;
- o entrosamento da CIBRAZEM com as administrações portuárias, o qual permitiu ótimos rendimentos no carregamento de milho, para exportação, e que irá estender-se ao recebimento do trigo estrangeiro;
- entendimentos com o IBC, no sentido de implementar o convênio que permite à CIBRAZEM utilizar a capacidade ociosa dos armazéns daquela autarquia;
- início das providências para a recuperação da rêde de silos "Butler", inoperante desde a sua instalação (1260 células);
- aumento do capital da Companhia, a fim de permitir o desenvolvimento de seus programas, para NCr$ 40.000.000,00 (dôbro do anterior);

Outros pontos importantes no programa da Companhia, com início previsto para 1968, são:

- esfôrço para maximizar a "granelização";
- pesquisas sôbre cofres de carga (" containers ") isotérmicos ou comuns;
- testes com armazéns plásticos móveis;
- pesquisas sôbre conservação de gêneros perecíveis, principalmente batata e cebola;
- construção de um frigorífico em Brasília.

CONCLUSÃO

É evidente, pelo que ficou exposto, que o Govêrno da Revolução apóia decisivamente o setor de armazenamento.

Mantida firmente essa diretriz, será eliminado, em curto prazo, o contra-senso de entregar-se a ratos, pássaros e carunchos parte substancial do que é produzido, com esfôrço ingente, para alimentar-se os brasileiros.

Já classificada pela revista "Visão", em 1967, entre as cinco maiores emprêsas do seu setor, a CIBRAZEM continua a desenvolver-se, para poder acompanhar o ritmo do desenvolvimento nacional.

Junto aos produtores, recebendo suas mercadorias, ou nos grandes centros consumidores, zelando pelos estoques de alimentos, a CIBRAZEM está consciente da magnitude de sua missão. **Custe o que custar, há de levá-la a cabo.**

CIBRAZEM

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO

SOMOS O BANCO PARTICULAR DO BRASIL QUE MAIS EFETUA OPERAÇÕES INTERNACIONAIS E CONTINUAMOS EM FRANCA RENOVAÇÃO.

Não existe nenhum outro banco particular brasileiro mais conhecido no exterior que o nosso. Crescemos em importância, dentro e fora do Brasil.
Por isto mesmo nos empenhamos num profundo processo de renovação: de mentalidade, de pessoal e de métodos. Nosso antigo organograma ficou irreconhecível. Criamos e dinamizamos uma série de funções para imprimir aos serviços internos a máxima eficiência. Introduzimos na prática diária o que há de mais moderno na técnica bancária.
Dispomos de um cérebro eletrônico e estamos sempre nos aproveitando da sua inteligência. A intensa atividade que êle desempenha para nós é diretamente proporcional ao ritmo de racionalização em nossas operações, desde as mais simples até as mais complexas. Nosso objetivo é evidente: queremos prestar um serviço que todos considerem ótimo.
Mais de um milhão e trezentas mil pessoas nos confiam seus recursos e suas economias. Nossa rêde de 178 agências cobre todo o território brasileiro, realizando qualquer tipo de operações entre as regiões mais distantes num prazo mínimo.
Sabemos que nossa atividade está estreitamente vinculada aos destinos do Brasil. Por isto, contribuímos com o melhor de nossos esforços para o êxito de programa do Govêrno Brasileiro no sentido de estabilizar e vitalizar a economia nacional.

BANCO DE CRÉDITO REAL · DE MINAS GERAIS · S.A.

BANCO DE CRÉDITO REAL
DE MINAS GERAIS S. A.

A disputa pelas poupanças disponíveis e suas conseqüências

AFFONSO LUIZ DE SÁ

A existência de um verdadeiro Mercado de Capitais em nosso País ainda não é aceita pacìficamente pela totalidade dos seus analistas.

Entretanto, a simples menção do fato de que o volume de Letras de Câmbio e Obrigações Reajustáveis do Tesouro já absorvido por êste Mercado atingiu, até fins de 1967, um valor superior ao do meio circulante nacional não deixa margem para qualquer dúvida sôbre o vulto dos interêsses que orbitam em tôrno das poupanças disponíveis para aplicação.

O elevado número de instituições que ora atuam dentro desta área também serve para mostrar que embora o nosso Mercado de Capitais ainda seja incipiente no que diz respeito ao número de investidores já não o é com relação ao número de intermediários.

Estamos vivendo nos dias presentes uma fase em que a limitação das áreas de atuação das Instituições Financeiras aparenta, em alguns pontos, ter amadurecido antes do desejado comparecimento maciço de investidores ao mercado.

As razões desta ausência são sobejamente conhecidas: lentidão do ritmo de crescimento das poupanças, falta de hábitos de investir, desconhecimento de oportunidades, alta propensão ao consumo etc. Em resumo, o Mercado de Capitais reflete — como não poderia deixar de ser — as condições de pré-desenvolvimento da Economia Brasileira.

As normas instituídas pelas Autoridades do País mostram um desejo de desenvolver êste Mercado. A sua leitura faz crer que as Autoridades acreditam que o seu crescimento virá mais ràpidamente após a organização e o disciplinamento das atividades das Instituições Financeiras.

Esta matéria é objeto de sérias controvérsias, pois, na realidade, cria restrições de tôdas as naturezas às diversas entidades componentes do Sistema e, em última análise, o que está permanentemente em pauta é exatamente isto: a discussão do direito de facultar-se a cada tipo de Instituição Financeira possibilidades operacionais cada vez mais amplas. Êste assunto está sempre em discussão, conferindo ao Mercado de Capitais uma característica de constante **efervescência**. Discute-se desde muito tempo atrás o "quem faz o quê" e tôdas as variações são em tôrno do mesmo tema.

As próprias Autoridades Monetárias estiveram algumas vêzes inseguras quanto às suas próprias decisões sôbre esta matéria. Ainda há pouco tempo viveu-se um regime de marcha e contramarcha. E em pleno fastígio do direito de uso das faculdades interpretativas, tal a inadequação de algumas medidas instituídas.

Êste clima, entretanto, está longe de constituir-se em ideal para que as Autoridades encontrem mais fàcilmente o caminho correto. Há interêsses maiúsculos em cena e esta condição implica em que tôdas as influências possíveis tentarão ser exercidas sôbre as Autoridades, especialmente enquanto êste ou aquêle ponto permanecer indefinido ou em vias de ser reconsiderado.

O processo de amadurecimento das normas oficiais poderá tornar-se inteiramente prejudicado pelas influências e pressões dos grupos interessados nesta ou naquela medida e esta interferência pode ser exercida **antes, durante e depois** do lançamento de cada nôvo capítulo da legislação financeira.

Até que o Sistema das Instituições Financeiras reconheça nas decisões das Autoridades Monetárias as indispensáveis condições mínimas de segurança e perenidade, permanecerá estimulado ao exercício desta influência.

Não seria ilícito supor que o Banco Central vem de passar recentemente por uma séria crise de autoridade e que tal fato poderá repetir-se enquanto prevalecer, para efeito de preenchimento do cargo de Presidente do BC, a razão de ordem **política** sôbre a razão de ordem **técnica**. A filosofia governamental quanto a êste assunto até há pouco tempo parecia trazer, embutida nas suas próprias decisões, tôda a gama de dificuldades que, mais tarde ou mais cedo, acabariam por impedir a execução das normas preestabelecidas pelas próprias Autoridades Monetárias.

Um outro aspecto exemplar, no que diz respeito à imaturidade dos orgãos oficiais encarregados de disciplinar o Sistema Financeiro, prende-se à impossibilidade de fiscalização do atendimento da legislação vigente, cuja competência cabe ao Banco Central. Infelizmente, êste ainda não conseguiu até o momento dispor de um quadro numeroso de funcionários tècnicamente preparados para a tarefa. As dificuldades encontradas pelo BC são inúmeras, sobressaindo-se entre tôdas a vastidão geográfica do País, a falta de recursos humanos e a ausência de verbas.

Conseqüentemente, ainda estamos muito longe de têrmos a nossa **Securities and Exchange Comission**, cuja inexistência nos tem causado sérios empecilhos ao desenvolvimento de um Mercado de Capitais dentro dos padrões éticos desejáveis.

Sob as atuais condições, é natural que a disputa pelas poupanças disponíveis para aplicação se dê em têrmos de uma guerra nem sempre muito santa e sob as premissas filosóficas do **homo hominis lupus**.

É sabido que as aplicações feitas pelos investidores não são, em muitos casos, remuneradas por qualquer coisa além dos monotônicos acordes do realejo inflacionário, a tocar eternamente a melancólica valsinha do **dinheiro que faz mais dinheiro sem gerar riqueza**. Considerando-se ainda que a intermediação dos negócios do Mercado de Capitais sempre provoca uma diminuição da renda dos aplicadores, ainda que esta renda seja puramente nominal, o quadro formado não é animador.

A concorrência entre as Instituições Financeiras de mesma natureza serviu (até a data em que se organizaram suas **associações de classe**) para melhorar as rendas dos investidores. De então para cá, o Mercado foi cartelizado, desaparecendo completamente algumas das vantagens até então gozadas pelos investidores.

Hoje em dia, a guerra é travada entre estas **associações**, em eterna disputa pelos favores oficiais que lhes facultem operar com recursos cada vez maiores e com um número cada vez maior de investidores. Todos os meios de divulgação são usados e estão permanentemente veiculando matéria dirigida, dando seguimento às **campanhas de elucidação** do Público e das Autoridades. A pressão sôbre as opiniões é constante e nem sempre é feita em têrmos meramente expositivos. Além do que, as omissões oportunas jamais são esquecidas.

A falta de segurança (um tanto episódica, por vêzes) das Autoridades Monetárias estimulou e acirrou o desejo de tumultuar, por parte daquelas instituições que se encontram em posição não-conformista ou em franca posição às medidas. A cada nôvo **gadget** oficial, recrudesceram as resistências.

Entretanto, tal situação não irá perdurar sempre. As Autoridades Monetárias encontrarão algum dia o caminho adequado, pela vivência da realidade e pela aquisição de maior conhecimento sôbre a forma de agir e intenções dos inconformados de sempre. Tudo o que se poderia desejar, entretanto, é que êste momento não tarde, já que as diretrizes e normas gerais do Mercado de Capitais estão enunciadas e, a esta altura, são irreversíveis em sua quase totalidade. E êste dia chegará mais ràpidamente à medida que as Autoridades Monetárias possam contar com um aparato mínimo necessário à fiscalização efetiva e com o abandono da boa-fé e da grande ingenuidade com que foram até agora tratados aquêles pontos até o momento ainda pendentes de solução.

As regras do jôgo já foram enunciadas, assim como já foram estabelecidas as parcerias. Cabe agora ao Banco Central **determinar**, pura e simplesmente, as demais condições: a hora em que se joga, a côr das cartas, o local onde se sentam os parceiros etc. Sem hesitação, para que ao menos se consiga fazer render ao máximo tudo o que já foi estabelecido. Para tanto, o Banco Central necessita de coragem e de boa assessoria.

O Mercado está se ressentindo de uma ação firme e determinada por parte de quem de direito. O BC deverá aparelhar-se totalmente para fazer com que suas normas sejam sempre respeitáveis e permaneçam sempre respeitadas. Caso contrário, a guerra continuará, provocando o aparecimento de mortos e feridos de diversas espécies. E esta é uma situação plenamente evitável, pela simples adoção de medidas harmoniosas, consideradas as normas gerais e a implantação dos detalhes da **grande política**. É tempo de imprimir um nôvo ritmo às transações do nosso Mercado de Capitais, acertando-se definitivamente as pendências que ainda obstruem o caminho de seu desenvolvimento, tal como parece ser desejo das Autoridades dêste País. Enquanto o Banco Central não puder contar com o apoio dos demais órgãos do Govêrno e não agir com acêrto e rigor, as inconveniências ainda presentes ao Mercado poderão sofrer um paulatino processo de agravamento.

Em matéria institucional o Govêrno Federal poderá ajudar muito, ainda, mas o fato concreto é que já foram completamente definidas as premissas fundamentais. A experiência vivida de 1965 para cá permite asseverar que não há mais razões legítimas para que se repitam ou se persevere sôbre os erros do passado. As lições foram assimiladas e está encerrado o período de aprendizagem. Comece agora o ciclo mais produtivo da gestão das Autoridades Monetárias e teremos recuperado uma grande parte do precioso tempo que já foi perdido.

Novas medidas hão de vir, já que as Autoridades Monetárias estão atentas para os fatos.

São esperadas mudanças definitivas, cujo caráter de permanência desestimulará bastante os que pretendem manter o Mercado de Capitais sob o regime de **efervescência**.

Serão dadas as respostas a inúmeras perguntas que ainda pairam no ar. Entre elas, as mais importantes parecem ser: I) Será feita uma campanha oficial de elucidação do Público sôbre o Sistema de Distribuição, de forma a permitir-lhe o necessário acréscimo de atividades?; II) Existirá o órgão que viabilize os **repasses** dos créditos ao consumidor concedidos a prazos superiores a 360 dias?; III) Teremos uma interferência oficial sôbre as emissões de títulos estaduais?; IV) Serão realmente atendidos pelas Financeiras os limites legais para a emissão dos seus aceites?; V) A participação de cotistas voluntários em Fundos 157 continuará sendo julgada "ilegal" pelas Autoridades Monetárias?; VI) Permanecerá impune a distribuição de lucros dos Fundos 157, por algumas Administradoras, antes de maio de 1969?; VII) Que acontecerá às Instituições Financeiras que adotam uma posição negativa quanto à resposta dos questionários enviados pelo Banco Central?; VIII) Chegaremos novamente a fins de dezembro com os Fundos 157 tendo cêrca de 25% dos seus recursos "em caixa", apesar de existir uma numerosa lista de emprêsas, já credenciadas pelo Banco Central, prontas a angariar êstes recursos?; IX) A política de "baixo custo do dinheiro" continuará sendo julgada compatível com a permissão de desvios de execução na política de capitalização das emprêsas?; X) Qual o futuro da legislação sôbre debêntures conversíveis em ações e monetàriamente corrigíveis?; XI) Até quando as Letras de Câmbio e Imobiliárias continuarão sendo "ao portador"?; XII) Quando será regulamentada a participação das Cias. de Seguros no Mercado de Ações, através a aplicação de suas reservas técnicas?; XIII) A partir de que data estará o nosso Mercado à disposição dos capitais estrangeiros?; XIV) Continuará sendo permitido à SUDENE arrecadar recursos do Impôsto de Renda, apesar da pouca disponibilidade de projetos onde possam ser aplicados êstes recursos?; XV) A Resolução 88 do Banco Central continuará permitindo às Bôlsas do País que se excedam quanto ao pedido de "informações" relativas àquelas emprêsas que desejam ter suas ações cotadas em pregão?; XVI) Continuará prevalecendo o critério de generalização de normas excepcionais, como a que diz respeito à identificação dos autores de tôdas as transações feitas em Bôlsa, o que equivale pràticamente à extinção das ações "ao portador"?; XVII) Continuará existindo um "mercado de balcão" para Letras de Câmbio, cujo surgimento é devido às normas oficiais que impediram a recompra dêstes títulos antes de decorrido o prazo do seu vencimento?

Estas são apenas algumas das perguntas cuja resposta não poderia ser dada pelas Autoridades Monetárias sem incorrer em contradições evidentes, relativas aos itens da **grande política** traçada pelo Govêrno.

A disputa pelas poupanças disponíveis chegou a envolver as próprias Autoridades Monetárias, a quem algumas vêzes não foi possível evitar o decepcionante caminho das soluções acomodacionistas.

Era de esperar que, a partir de uma primeira concessão, outras viessem. Entretanto, a sensibilidade do Mercado de Capitais às medidas inadequadas não comporta a falta de lógica e muito menos as contradições, sem que haja um sério prejuízo ao seu processo de desenvolvimento.

De concessão em concessão chegou-se às incoerências e ao favorecimento de uma atividade ou outra, em detrimento das demais.

Não é muito fácil dizer-se até onde foram cometidos erros conscientes. É mais fácil acreditar que a sua maioria tenha sido perpetrada com pleno desconhecimento dos malefícios que iriam causar.

O Mercado de Capitais vem de viver a sua fase primária, desenrolada em sua maior parte sob condições iterativas. Era preciso experimentar onde o resultado das medidas assumidas fôsse de difícil antecipação.

Agora, reconhece-se que a hora das experiências já passou.

Ultrapassadas as etapas consideradas **experimentais**, é certo que veremos dias mais limpidos para o Mercado de Capitais.

As mazelas já estão identificadas. Estamos em vias de assistir agora à completa e definitiva integração do Mercado de Capitais ao processo evolutivo da Economia Brasileira. Em têrmos de alternativas, acreditamos que as Autoridades Monetárias finalmente optarão em favor das atitudes corajosas e independentes, acima e além dos interêsses imediatistas ou de curto alcance.

E êste é o adequado convite que deverá ser feito à grande massa de investidores em potencial, ainda não participantes do Mercado e a quem será preciso ensinar as excelências proporcionadas pelas aplicações de suas poupanças. Não será sob um clima de intemperismo institucional e de intemperança operacional que o comparecimento dêstes investidores ao Mercado tornar-se-á mais viável. Pelo contrário, repugnará a êstes novos investidores o ter que vestir a pele do lôbo para participar de uma disputa que não pretendia realizar. E, muito menos, vestindo a pele do cordeiro.

Nenhuma sedução puramente psicológica poderá ser indefinidamente sustentada a não ser que o Mercado possa oferecer **estímulos reais** às reaplicações e ao ingresso de novos participantes.

É preciso que o Mercado de Capitais se transforme em uma acolhedora casa da qual ninguém pretenda mais sair após ter adentrado os umbrais. Sòmente assim atingiremos as condições de verdadeira democratização que, por serem uma palpável realidade dos países econòmicamente desenvolvidos, não devem ser encaradas no Brasil como uma formulação meramente idealística, eterno objeto da descrença das cassandras de sempre. A quem, com muito gôsto, as Autoridades Monetárias acabarão por decepcionar.

Mais cedo ou mais tarde.

Ainda que pagando o doloroso preço da aplicação de uma filosofia temistocliana, assentada sôbre a expressão lapidar: "Bate, mas escuta".

Energia elétrica: perspectivas

Uma análise do panorama energético brasileiro revela uma situação de relativa tranqüilidade para os próximos anos. A longo prazo, também, o quadro é promissor, embora o crescimento da demanda venha a exigir um esfôrço bem maior após 1970.

É comum ouvir-se afirmar que o potencial hidrelétrico brasileiro é imenso — 100 milhões de quilowatts ou até mais. Entretanto, não se tem afirmado com tanta freqüência que êsse potencial parece ter sido distribuído por um planejador de primeira linha. De fato, dos 100 milhões de quilowatts, bem mais de 40 milhões localizam-se na Região Centro-Sul, exatamente aquela que maior crescimento da demanda irá registrar futuramente, devido ao processo de industrialização. Em verdade, os estudos mais pormenorizados foram realizados nessa área do País, mas os técnicos oficiais e de entidades financeiras internacionais possuem elementos suficientes para crer que não se pode contar no Norte, no Nordeste e no Sul, com potenciais daquela ordem.

O potencial da Região Centro-Sul apresenta, ainda, um outro aspecto positivo. Concentra-se êle, pràticamente, em alguns rios situados nos Estados de São Paulo e Minas, nas fronteiras com Mato Grosso e Paraná. Entre êles destaca-se o Rio Grande, com mais de 8 milhões de quilowatts, entre São Paulo e Minas, numa posição verdadeiramente estratégica, pois está próximo dos grandes centros consumidores; o Rio Tietê, ainda não totalmente explorado, que permitirá uma interligação perfeita com o Rio Paraná. No Tietê, iniciou agora o Govêrno de São Paulo a construção da Usina de Promissão — 480 mil quilowatts — já nas proximidades do Rio Paraná. Neste, constroem-se as usinas de Jupiá e Ilha Solteira, com mais de 4 milhões de quilowatts. No outro lado do Estado, quase no Paraná, o Rio Paranapanema, com possibilidades não totalmente conhecidas, onde se constrói a Usina de Xavantes, cujas obras, atrasadas, foram agora retomadas cèleremente.

Isto no Estado de São Paulo. Em Minas seremos mais rápidos em nossas considerações: temos Três Marias, com possibilidades de aumento do potencial instalado, e Cachoeira Dourada. Seguindo o caminho do Nordeste, Paulo Afonso, cujo potencial, em verdade, não começou sequer a ser explorado. De fato, há estudos que admitem ser possível instalar-se em Paulo Afonso mais de 1 milhão e 500 mil quilowatts, enquanto o potencial atual não é muito superior a 375 mil quilowatts. Não queremos entrar no mérito de Sobradinho, 800 mil quilowatts, usina cuja barragem permitirá um sensível aumento do potencial de Paulo Afonso. Há muitas opiniões técnicas contrárias a esta usina, pois se defende a tese de que, antes de sua construção, se deveria pensar na ampliação, na medida do possível, de Paulo Afonso. Por fim, ainda no Nordeste, Boa Esperança, 250 mil quilowatts, em construção. Há, entre o Norte e o Nordeste, alguns outros aproveitamentos hidrelétricos já conhecidos, como o de Itabica, no Rio Tocantins. Mas, como se trata de uma região pouco estudada, uma vez que a demanda tem sido atendida pràticamente por Paulo Afonso e por pequenas usinas térmicas, pode-se prever outras possibilidades de aproveitamentos mais econômicos.

Na região sul pròpriamente dita, o quadro não é tão otimista quanto ao potencial hidrelétrico, mas há grandes disponibilidades de carvão que permitirão a instalação de usinas termelétricas com uma produção não muito cara. Há já a de Capivari. Entretanto, no Sul, surge com maior relêvo a possibilidade de construção de uma grande hidrelétrica — a do Rio Negro — cujo potencial poderá elevar-se a 4 milhões de quilowatts, um pouco menos que Urubupungá. A construção desta usina — que segundo os estudos técnicos mais recentes não implicará em gastos excessivos — enfrenta, porém, o problema de mercado. Se o Govêrno optar pela sua execução, dificilmente poderá ampliar as termelétricas já existentes, deixando, assim, de resolver um problema bastante delicado de Santa Catarina, que é dos estoques ociosos de carvão vapor.

No Rio Grande do Sul há apenas alguns pequenos aproveitamentos possíveis, mas o verdadeiro problema dêste Estado não é a carência de potencial hidrelétrico, e sim a existência de instalações para utilização de energia de 50 ciclos, isolando-o, pràticamente, do resto do Brasil.

A Guanabara sòmente agora começa a resolver seu crônico problema de abastecimento de energia elétrica, pois se inicia a mudança de ciclagem. Há, assim, possibilidade de receber energia de Furnas e de São Paulo, por linhas diretas, algumas das quais estão em fase de construção. Dessa forma, admite-se que já para o próximo ano estarão superadas tôdas as crises cíclicas da Cidade do Rio de Janeiro. Brasília não tem solução tão rápida para seus problemas. A construção da Usina de Cachoeira Dourada seria a solução ideal mas, embora sua conclusão esteja prevista para êste ano, as ampliações demandarão ainda algum tempo. Dessa forma, a solução imediata é a instalação de termelétricas, antieconômicas, mas práticas.

Isto é o Brasil em energia elétrica. São 100 milhões disponíveis, a maioria dos quais econômicamente instaláveis, pois irão localizar-se próximo dos grandes centros consumidores. Dêsses 100 milhões, não temos muito mais do que 8 milhões aproveitados, e não teremos, até 1970, mais do que 12 milhões. Por certo o leitor deve estar perguntando: e o futuro? O futuro é tranqüilo, pelo menos no que diz respeito aos empreendimentos já iniciados. Mas é uma tranqüilidade que não deixa de exigir certos cuidados, pois, embora existam financiamentos externos garantidos, há necessidade absoluta de reserva de moeda nacional para realização de um plano mínimo que compreende a conclusão de Jupiá, de Ilha Solteira, de Promissão, de Xavantes, de Estreito, de Jaguara. Muito esfôrço e muitos recursos — recursos talvez que atinjam os limites das nossas possibilidades — precisam ser feitos a fim de que não venhamos a enfrentar momentos difíceis.

E a energia termonuclear? A energia termonuclear poderá substituir, no futuro, parte da energia que viria a ser gerada com a queima de carvão estocado de Santa Catarina. O Govêrno federal decidiu, desde já, pela instalação dêsse tipo de usina. Alguns ponderaram, de início, que deveria ela localizar-se no Nordeste, tendo em vista a existência de mineral e a necessidade de incentivar o desenvolvimento econômico. Entretanto, o custo de produção da energia que essa usina irá produzir é bastante elevado, incompatível com os níveis de desenvolvimento industrial e econômico daquela região. Dessa forma, depois de muitas considerações parece ter-se decidido o Govêrno pela construção de sua usina termonuclear na Região Centro-Sul.

Em 1975, deveremos ter, portanto, todo o conjunto de Urubupungá em plena produção, o Rio Grande consideràvelmente aproveitado, o Tietê com sua potência instalada, Xavantes concluída, enfim, todo um sistema energético funcionando integradamente, se forem concluídas as linhas que irão interligar as diversas usinas.

Seria demais voltar a insistir no problema da usina termonuclear. Desejamos, apenas, ao finalizar esta visão panorâmica do problema energético brasileiro, ressaltar de nôvo o papel que irá ela desempenhar no futuro. Não se sabe exatamente se serão 300 ou 500 mil quilowatts. Sabe-se apenas que as disponibilidades de potencial hidrelétrico e a existência de carvão abundante e ocioso não estão a indicar sua construção, se para isso fôr necessário desviarem-se recursos indispensáveis à execução de um programa mínimo de usinas convencionais — é verdade — mas imprescindíveis.

(APEC — N.º 132)

A taxa de juros e o mercado financeiro

ANTONIO DE ABREU COUTINHO

A taxa de juros ocupa uma das posições mais importantes para o equilíbrio do mercado financeiro e também do setor externo, pela atuação sôbre os potenciais poupadores, investidores, tanto no Brasil como no exterior.

O mercado financeiro, em seu sentido mais amplo, compreende o mercado de capitais e o mercado monetário, além do mercado cambial. O mercado de capitais canaliza as poupanças realizadas pela comunidade ou trazidas do exterior para o financiamento das inversões, quer em máquinas, quer em bens que as emprêsas devem manter permanentemente, como os *stocks* mínimos, por exemplo.

Nesse mercado é que atuam instituições como as Bôlsas de Valôres, proporcionando um local onde se concentram ofertantes e demandadores de poupanças. Igualmente os intermediários financeiros, como os bancos de investimentos e as sociedades de crédito e financiamento, atuam na área de canalização de capitais de empréstimos às emprêsas ou aos consumidores finais de automóveis, geladeiras e outros bens duráveis. Os bancos de investimento visam também a suprir recursos financeiros que participam diretamente dos riscos das emprêsas, mediante a aquisição de ações, e que pode propiciar uma proporção adequada entre recursos próprios das emprêsas e recebidos como empréstimo.

O segundo mercado, ou seja, o monetário, compreende bàsicamente os recursos à disposição da economia para as suas necessidades de liquidez, bem como o financiamento de curto prazo das emprêsas. Nesses recursos se incluem os saldos de papel-moeda em poder do público, isto é, fora da rêde de bancos comerciais e os depósitos à vista nesses bancos.

A FUNÇÃO DA TAXA DE JUROS

A função básica da taxa de juros é procúrar adequar a oferta e a demanda de recursos financeiros. Assim entendida, a taxa de juros passa a ter um papel central na política financeira global, tanto nos esforços para corrigir desequilíbrios de curto prazo, como para propiciar condições de um crescimento econômico estável e continuado, além de um equilíbrio no setor externo da economia do país considerado.

A curto prazo, caso se apresente uma recessão, conjuntura em que se reduzem consideràvelmente a demanda e o volume da produção ou os preços, um dos remédios a serem usados é uma baixa na taxa de juros provocada pelas Autoridades Monetárias, pelo aumento de oferta de recursos líquidos à economia, através de operações de redesconto, redução dos depósitos compulsórios no Banco Central e outras, visando estimular o sistema. Na hipótese inversa, em que a economia tiver funcionamento além do ponto de pleno emprêgo, isto é, com inflação, a preocupação das Autoridades deve ser elevar a taxa de juros para estimular poupanças e desestimular atividades que forçam a alta de preços.

OBJETIVOS MÚLTIPLOS

Exposto o mecanismo de funcionamento da taxa de juros no mercado financeiro, resta adequá-lo às situações concretas que se apresentam, sempre despidas da simplicidade dos exemplos indicados.

Duas opções têm de ser feitas sempre que se decidir sôbre uma política de taxa de juros a seguir.

A primeira se relaciona entre os objetivos quase sempre conflitantes de curto e longo prazos. Assim, uma política de alta nas taxas de juros, necessária para combater uma inflação, vai repercutir sôbre as taxas de juros a longo prazo que influem poderosamente nas decisões sôbre investimentos.

Coloca-se assim um primeiro aparente paradoxo entre estabilidade e expansão da capacidade produtiva do País. O paradoxo é apenas aparente, pois a expansão econômica que se faz concomitantemente a um processo inflacionário, além de ser de vida curta, como provam os inúmeros exemplos dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, necessita ser qualificado a fim de levar em conta a utilidade social dos investimentos realizados.

A segunda opção séria diz respeito à pricridade a ser dada aos objetivos da política econômica e ao equilíbrio do balanço de pagamentos. Isto porque uma política de taxas de juros irrealmente baixas, visando a promoção e o volume dos negócios, pode ter repercussões sérias sôbre o balanço de pagamentos pelo desestímulo que provoca no ingresso de capitais financeiros externos e pelo incentivo que traz ao repagamento de compromissos no exterior.

INFLAÇÃO DE CUSTO

No plano ùnicamente interno, a política de taxa de juros precisa ser aplicada cautelosamente, mesmo diante de uma conjuntura inflacionária. Isto porque, há dois tipos clássicos de inflação — *de custos e de demanda*.

A primeira reflete pressões dos custos, como elevação de preços de matérias-primas, aumento da tributação indireta, inadequação da estrutura na oferta de bens, entre outros. A segunda decorre de criação excessiva de renda monetária e de meios de pagamentos que permitam a sua utilização efetiva. Entretanto, muito provàvelmente, as autoridades se defrontarão com uma inflação mista, isto é, com elementos de custos e de demanda. Nessa hipótese, a mais comum, é exigido grande esfôrço para que se diagnostiquem os elementos preponderantes, já que a política de taxas de juros deve ser de redução dos níveis se preponderarem os componentes de custos e de aumento das taxas se prevalecerem os elementos de demanda.

As considerações acima expostas são da maior atualidade na discussão dos problemas brasileiros e também auxiliam a explicar, em grande parte, os problemas de balanço de pagamentos com que se defrontam os Estados Unidos, desde 1958.

TAXAS NOMINAIS E REAIS

O exame de uma política de taxa de juros exige um prévio entendimento de dois conceitos, ou seja, o de taxa de juros nominal e de taxa de juros real.

Chama-se taxa de juros nominal aquela porcentagem que é paga no mercado, como 12% ao ano, o que significa um desembôlso ou um recebimento de NCr$ 12 por ano, se o empréstimo recebido fôr de NCr$ 100.

Entretanto o segundo conceito é realmente mais significativo, pois leva em conta também as variações médias de preços ocorridos no período em que o empréstimo ou o investimento perduraram; assim, se alguém obtém um crédito e paga uma taxa de juros nominal de 40% ao ano, porém os preços aumentarem em média os mesmos 40%, ter-se-ia uma taxa de juros *real* nula, pois não se teria exigido nenhum esfôrço efetivo para remunerar o capital recebido, já que os preços mais altos o fizeram. Caso os mesmos preços tivessem subido menos de 40%, digamos 30%, teríamos então uma taxa de juros real positiva de 10%. Na hipótese de os preços terem subido mais de 40%, por exemplo, 45%, teríamos uma taxa de juros real negativa de 5%.

Claro está que a taxa real de juros é que deveria presidir as decisões tanto dos investidores quanto dos tomadores, notadamente depois de um período longo de inflação.

Entretanto, a ilusão monetária é um fator importante a considerar, fator êsse que tem permitido a satisfação de investidores e protestos de devedores, mesmo a taxas de juros reais negativos.

POLÍTICA DE TAXA DE JUROS

Tanto a política de taxa de câmbio como a de taxa de juros seguidas pelas autoridades brasileiras por longo tempo refletiam uma incompreensão dos mecanismos reais da formação dos preços, inclusive o preço da moeda estrangeira, que é a taxa de câmbio, e o preço do dinheiro, que é a taxa de juros. É evidente que fatôres políticos também atuaram em algumas fases levando à adoção ou manutenção de taxas de câmbio e de juros irreais com a justificação de que elevações nessas taxas seriam elementos adicionais à inflação já existente. Essa confusão entre causa e efeito é, infelizmente, muito comum nas discussões não técnicas dos problemas econômicos sendo, portanto, compreensível que Governos com frágil apoio político cedessem à incompreensão popular dos mecanismos dos mercados financeiros, seguindo políticas inadequadas, também com relação às taxas de câmbio e de juros.

Relativamente à política de taxas de juros encontrava-se um "bode expiatório" legal para dar cobertura à falta de entendimento do mecanismo dos preços ou de apoio político. Essa cobertura era a chamada "Lei da Usura", que limitava em 12% a.a. a taxa de juros, dentro de uma interpretação excessivamente "jurisdicista" do conceito de taxa de juros.

Em face de uma inflação a taxas crescentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial, caminhava-se, assim, para taxas de juros cada vez mais negativas, em têrmos reais, já que os aumentos de preços excediam o preço pago pela utilização dos recursos financeiros. Uma conjuntura inflacionária já pressupõe demanda de recursos financeiros crescentes, para o que ainda mais contribuiu a existência de uma taxa de juros negativa, isto é, um subsídio pago pela comunidade àqueles que obtinham fundos nos mercados bancários ou de capitais.

A primeira tentativa para romper essa verdadeira "barreira do som", representada pelo limite de 12% estabelecido para as taxas de juros, foi a Portaria 309, do Ministério da Fazenda, de 1958, que procurou estabelecer as normas básicas para o funcionamento de instituições no mercado de capitais, sem que se aplicasse o referido limite de 12%.

Em 1964, com a aprovação da lei que reformou a cúpula do sistema financeiro nacional, criando o Banco Central, transferiu-se para o Conselho Monetário Nacional a faculdade de "limitar, sempre que necessário, as taxas de juros"... (Art. 4.º, item IX da Lei 4 595, de 31-12-1964).

Essa flexibilização do limite máximo a que a taxa de juros poderá alcançar no mercado deve ser entendida como uma forma de atuar apenas em circunstâncias excepcionais em que o mecanismo de preços precisa ser completado por providências governamentais. Normalmente os níveis das taxas de juros devem resultar da política financeira do Govêrno e das expectativas dos elementos do setor privado em relação à perspectiva econômica no futuro relevante.

As autoridades monetárias após a Revolução de 1964 procuraram atuar no sentido de criar condições para que as taxas de juros nominais pudessem baixar já que o custo operacional da rêde dos bancos comerciais era excessivamente elevado e superdimensionada a coletividade das sociedades de crédito e financiamento. Além de criar as condições para a baixa das taxas de juros nominais, procuraram as autoridades monetárias favorecer a redução dessas taxas, em face da considerável desaceleração no ritmo inflacionário verificada desde 1964. Essas providências não visavam, porém, impedir o reaparecimento, depois de longo tempo, de taxa de juros reais positivos no mercado, o que realmente se verificou já em 1965.

REPERCUSSÕES NO SETOR EXTERNO

Além dêsses problemas de caráter interno, devem ser assinaladas as implicações sôbre o setor externo de uma inadequada política de taxas de juros. O exemplo recente da economia brasileira é importante a êsse respeito.

Em 1965, após os primeiros efeitos de um programa de estabilização gradual, passam as taxas de juros para cifras positivas, ao mesmo tempo em que se recuperava o crédito do País no exterior. Em conseqüência, foi possível canalizar recursos externos, os quais vencem sempre *juros reais positivos*, já que o principal dos empréstimos é pago em moeda estrangeira à taxa de câmbio do dia do vencimento da obrigação. Apenas através do sistema da Instrução 289, da extinta SUMOC, foi possível canalizar recursos externos que chegaram a alcançar saldos a vencer superiores a US$ 250 milhões, apesar de uma orientação mais seletiva na aprovação dessas operações a partir de maio de 1966.

Tal orientação decorria da situação do balanço de pagamentos e das reservas cambiais do País, bem como da política monetária severa, combinada com o caráter de prazo relativamente curto das operações 289.

Essa situação se modifica em 1967. Em face da recessão econômica existente em meados do primeiro semêstre do ano, foram adotadas políticas fiscal e monetária compensatórias. Entretanto o grau de flexibilização das políticas anteriormente seguidas parece ter sido excessivo, já que a expansão dos meios de pagamento passa de 17%, em 1966, para 40% em 1967.

O aumento da liquidez na economia reduziu as taxas de juros nominais, no curto prazo, enquanto os preços passavam a ser controlados administrativamente, de forma mais acentuada. Essa conjugação de fatôres provocou uma sensível redução nas taxas de juros reais, chegando a níveis pràticamente nulos. Desestimulou-se assim, o recurso a capitais do exterior, estimulando-se por outro lado o retôrno de capitais de curto prazo ingressados anteriormente. Evidentemente o mercado cambial sentiu a ação cumulativa dessas duas componentes e acentuou-se a deterioração que já se vinha manifestando e justificadora das médias cambiais restritivas, adotadas a partir de abril de 1967.

Esses fatôres provocaram um agravamento no saldo líquido da Conta de capitais do balanço de pagamentos em 1967, o qual, somado a um maior deficit das transações correntes, produziu uma redução superior a US$ 200 milhões nas reservas cambiais do País.

Porém, não apenas o exemplo brasileiro é indicador das conseqüências sôbre o balanço de pagamentos de uma determinada política de taxa de juros.

EXPERIENCIA NORTE-AMERICANA

As autoridades norte-americanas, desde o fim da II Guerra Mundial, empenharam-se em uma política decididamente concentrada no objetivo de manter o pleno emprêgo. Assim, coerentemente, seguiram uma política de taxas de juros baixas, já que o receio principal era de uma inadequada reconversão da economia norte-americana para a paz e não de uma inflação.

Os efeitos externos dessa política, notadamente em face de taxas de juros completamente díspares prevalecentes na Europa e no Japão, deveriam ter provocado resultados semelhantes aos verificados no Brasil em 1967. Tal não ocorreu, porém, pelo contrário, os Estados Unidos por mais de dez anos, após o término da II Guerra Mundial, apresentaram uma confortável posição externa, com reservas cambiais até ascendentes.

O aparente paradoxo é explicável pela posição única ocupada por Nova Iorque no conjunto dos principais centros financeiros. Além das condições excepcionais que possui para lançamentos e aplicações de somas vultosas, pela sua dimensão, a completa liberdade de que gozavam as transferências para o exterior contrastava enormemente com a situação prevalecente na Europa e no Japão. Nessas áreas, a inconversibilidade monetária ainda prevalecia, tornando menos importante o diferencial das taxas de juros internacionalmente, como um orientador do fluxo de capitais, notadamente de curto prazo.

Cessada a fase da inconversibilidade externa das principais moedas européias e japonesas, a partir de 1958, alteram-se profundamente as condições até então prevalecentes, que tornavam compatíveis uma boa posição externa dos Estados Unidos e uma política de taxas de juros deliberadamente baixas.

Observa-se, assim, a partir de 1958, uma convergência das taxas de juros internacionalmente, exceto para atender determinadas conjunturas nacionais, notadamente no Reino Unido e Japão.

UMA POLITICA ADEQUADA

Caracterizada, assim, a significação de um nível adequado das taxas de juros para o equilíbrio também do setor externo de uma economia, resta a aplicação cuidadosa de uma política financeira global, que será realmente a responsável pelo custo do dinheiro em um país.

Inicialmente, deve-se controlar o fluxo de demanda de crédito ou de um ângulo mais amplo, de recursos financeiros, quer pelo setor público quer pelo setor privado.

A pressão do setor público sentir-se-á pelo desnível entre despesas e receitas. Ésse desnível ou é financiado explicitamente pela colocação de obrigações ou letras do Tesouro no mercado, absorvendo poupanças e provocando a alta das taxas de juros, a menos que compensada por uma redução na demanda do setor privado, ou será financiado inflacionàriamente, pelas Autoridades Monetárias, também com efeitos altistas sôbre o preço do dinheiro. Uma terceira alternativa seria o financiamento forçado pelo setor privado, representado pelo não recebimento de gastos efetuados pelo setor público. Claro que também nessa terceira hipótese a demanda de crédito pelo setor privado atuaria no sentido da alta da taxa de juros.

TAXAS DE JUROS REAIS POSITIVAS

Um último aspecto merece a atenção das autoridades encarregadas da fixação das taxas de juros, ou seja, a relação com o processo de desenvolvimento econômico. Freqüentemente procura-se defender a existência de taxas de juros excessivamente baixas e mesmo negativas sob a alegação de que taxas positivas, em têrmos reais, seriam incompatíveis com um ritmo aceitável de desenvolvimento econômico.

É indiscutível que uma taxa de juros subsidiada representa um grande estímulo para os negócios e, particularmente, para os investimentos. Entretanto, essa conclusão só é válida para períodos relativamente curtos, como as fases de recuperação após uma depressão. Isto porque, a longo prazo, a taxa de juros é também um dos importantes elementos na consideração dos indivíduos entre consumir ou poupar e das emprêsas entre distribuir lucros e capitalizar-se. O pequeno estímulo ao poupador e o grande estímulo ao recurso ao crédito só podem levar ao desequilíbrio no mercado financeiro, pela redução da oferta a aumento da demanda de recursos.

Demonstrado o inconveniente da taxa de juros subsidiada resta indicar exemplo de países em que a adoção de taxas de juros reais e positivas foram acompanhadas por um contínuo crescimento econômico.

O EXEMPLO DO MÉXICO

Aqui mesmo na América Latina, o México destaca-se como um país em que o crescimento econômico tem-se processado em níveis elevados e em ritmo continuado. Com metade da população do Brasil, apresenta o México uma renda nacional equivalente à nossa, cêrca de US$ 20 bilhões. No período de 1960/66 a renda nacional mexicana cresceu à taxa média anual de 6,3% apesar das condições desfavoráveis do biênio 1964/65. Essa taxa anual, que se compara à de 4,3% para o Brasil, foi alcançada com a manutenção de uma taxa de juros nominal de aproximadamente 15%, enquanto os preços não cresciam mais do que 3 a 4% ao ano, o que significa uma taxa real de cêrca de 10% ao ano.

ILUSÃO MONETÁRIA

Apenas a *ilusão monetária*, companheira da inflação, pode atuar na formulação da política financeira das emprêsas de forma a não permitir uma política de preços que remunere adequadamente o capital, preservando o valor real do Investimento.

O exemplo brasileiro é típico dessa situação, pois a grande maioria das emprêsas, baseadas apenas em dados contábeis, apuravam como lucros e os distribuíam, parcelas que na realidade deviam destinar-se meramente à recomposição do valor do capital desgastado pela inflação. Devé-se, assinalar, entretanto, que também o Govêrno incidia no mesmo êrro, quando não reconhecia a necessidade de atualizar primeiro o valor dos ativos, para depois determinar o lucro real e o tributável.

CONCLUSÕES

Em resumo, os longos anos em que o Brasil viveu sob um regime inflacionário crescente, com taxas de juros reais cada vez mais negativas, fêz com que se cristalizassem opiniões de que a taxa de juros não era um instrumento importante no complexo de medidas tendentes a restabelecer uma relativa estabilidade e a firmar as bases para um sadio crescimento econômico.

Passada essa fase urge não recuar no caminho já percorrido, pois ainda que recrimináveis os erros do passado, a reincidência nesses mesmos erros seria ainda mais injustificável.

Tecnologia moderna integra manufaturas na exportação

GILBERTO PAIM

Se se multiplicasse por seis o valor das exportações de manufaturas dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos, o acréscimo representaria apenas cinco por cento do incremento do consumo de manufaturados nos países ricos, neste decênio. Argumentos dessa natureza foram apresentados em série na I Conferência de Comércio e Desenvolvimento, da ONU, a qual se esmerou no estudo dos efeitos sôbre o nível de emprêgo nos países desenvolvidos, em conseqüência das importações de produtos industrializados dos países menos desenvolvidos. Demonstrou-se exaustivamente que operariam em favor do incremento da renda nacional dos países ricos os possíveis deslocamentos de mão-de-obra causados pelas importações de manufaturas das nações atrasadas. Pois a aplicação da receita cambial assim gerada, na aquisição de bens de capital e outros produtos industrializados exportados pelos países desenvolvidos, iria refletir-se no estímulo à atividade industrial justamente nos ramos que se destacam pelos salários altos. Em suma, o produto da venda de manufaturas pelas nações pobres seria absorvido na compra de bens cuja exportação pelas nações ricas constitui incentivo poderoso ao crescimento de sua própria renda.

Ficou, entretanto, sem resposta o apêlo da UNCTAD lançado há quase quatro anos, no sentido de que os países desenvolvidos oferecessem preferências, em seus próprios mercados, às importações provenientes de países em desenvolvimento. Foram também muito restritos os resultados de outro apêlo em favor de preferências dos países em desenvolvimento, em seus próprios mercados, às importações procedentes de outros países de desenvolvimento.

Melhores perspectivas são oferecidas a duas outras áreas onde incidem com vigor crescente reivindicações constantes dos países em desenvolvimento. Trata-se dos acôrdos internacionais de estabilização de preços e dos financiamentos externos oferecidos a título de compensação de perdas de receita de câmbio. A pressão mundial exercida contra práticas tradicionais de comércio, consideradas pelas nações pobres como empecilhos ao seu desenvolvimento planejado, acabará dando firmeza à tendência para os convênios reguladores da oferta de bens primários, fator de estabilização de preços e da receita de câmbio. Por outro lado, a tendência já há alguns anos assinalada pela Embaixador Olávio Dias Carneiro, para uma substituição gradativa dos investimentos privados estrangeiros por empréstimos e financiamentos de entidades internacionais aos países em desenvolvimento, tende a firmar-se por fôrça das reclamações articuladas do Terceiro Mundo, não só no fôro da UNCTAD, mas em tôdas as reuniões internacionais onde se discutem temas econômicos.

Tudo leva a crer, inclusive os resultados da II Conferência de Comércio e Desenvolvimento, que a exportação de bens manufaturados das nações menos desenvolvidas sòmente abrirá caminho no mercado externo pela via da competição, amparada em processos produtivos dados por uma **tecnologia que não poderá ser antiquada.**

MANUFATURAS BRASILEIRAS

Os produtos industrializados brasileiros levados ao exterior ainda representam fração pequena do valor total das nossas exportações. A partir de 1964, entretanto, sua participação cresceu promissoramente, para alcançar cêrca de 150 milhões de dólares, no ano passado, em confronto com cifra inferior a 40 milhões, em 1963. Favoreceram o salto os estímulos semeados pelo Govêrno Castello Branco, porém êsse valor, representando cêrca de oito por cento da exportação global, é apenas simbólico se se pensa na capacidade instalada da indústria de transformação. A venda de bens industrializados ao exterior tem o mérito de permitir uma produção interna em maior escala, favorecendo a redução dos custos, fator de estímulo a um consumo interno também mais amplo. Sobretudo, exportar manufaturados é um teste insubstituível da produtividade brasileira em ramos diversos da produção industrial, medida pela capacidade de competição com países há mais tempo empenhados na disputa de mercados externos.

Além dos incentivos já oferecidos à exportação de manufaturas, alguns corretivos se tornam indispensáveis, se pretendemos reduzir de modo substancial o pêso específico esmagador dos bens primários (92%) em nossa pauta. Enquanto não alcançarmos um regime de plena estabilidade monetária, a criação de um fluxo crescente de manufaturas no comércio exterior dependerá de uma atitude realista das autoridades competentes, que conduza à criação de **um mecanismo de correção automática do valor dos bens exportáveis**, a partir de índices que tenham por base os preços vigentes no momento em que se reajusta a taxa de câmbio.

Em virtude do descompasso que se estabelece entre os preços internos em ascenso e a taxa fixa de câmbio, vigorando por período em tôrno de um ano, muitos produtos perdem oportunidades no exterior. Nestes casos, as exportações sòmente se realizariam se o exportador estivesse disposto a incorrer em prejuízo.

LADO POSITIVO

Êsse descompasso, entretanto, não deixa de apresentar seu lado positivo, pelo qual se podem avaliar as potencialidades da exportação de manufaturados brasileiros. No triênio 65/67, a taxa cambial sofreu reajuste de 50%, ao passo que o custo de vida no período elevou-se em mais do dôbro, alcançando 110%. No período, portanto, muitas indústrias se revelaram capazes de absorver custos crescentes, mantendo sua capacidade de exportar, o que implica esfôrço para melhorar a produtividade, a chave do êxito quando se pensa numa produção de maior escala destinada ao mercado interno.

Não obstante, em conseqüência do desnível entre custos internos e taxas de câmbio, muitos produtos claudicaram e perderam chance no mercado externo, ao lado de propensão natural de muitos outros para uma redução contínua dos custos, vasto campo a explorar no que se relaciona à produtividade do trabalho industrial.

A lista de semimanufaturados e manufaturados na exportação, hoje compondo-se de cêrca de mais de um mil e quinhentos itens, é reveladora na diversificação da indústria instalada no País. Indica, também, que a vocação para exportar manufaturados, conforme o apontado desnível entre custos internos e taxa de câmbio, decorre do emprêgo de tecnologia moderna, conjugado a um custo certamente mais baixo da mão-de-obra em relação a países altamente desenvolvidos, onde o trabalho é fator escasso.

A oferta elástica de mão-de-obra tende a se constituir em fator positivo na competição externa, aliada à tecnologia moderna, sem a qual não se pode preencher uma série de requisitos no tocante ao padrão e qualidade dos produtos exportáveis. Se a capacidade de competição representa um dado resultante do emprêgo de técnica moderna, expressa em máquinas e equipamentos de uso corrente nos países com os quais estamos competindo, a utilização de uma tecnologia de nível mais baixo, para propiciar uma alta percentagem de mão-de-obra no custo final dos produtos, poderia significar a exclusão de inúmeros itens do mercado externo, com reflexos negativos sôbre o mercado interno: custos internos mais elevados limitam obrigatòriamente o nosso mercado de consumo.

A renúncia à tecnologia moderna, poupadora de mão-de-obra, implicaria também a auto-exclusão brasileira do mercado externo de manufaturas, conservando-se **pari passu** inalterada a estrutura colonial da pauta de exportação de bens primários.

PONTOS ESSENCIAIS

Destacamos os seguintes pontos da questão: 1) a diversificação das exportações sòmente terá sentido realmente positivo na medida em que reflita a incorporação de gama crescente de manufaturados; 2) a participação crescente da indústria no comércio exterior oferece a contrapartida de custos em declínio, favorecendo o consumo interno de massa pelo fácil acesso de novas camadas de consumidores a itens cujo consumo é limitado pelos preços altos da produção em escala antieconômica; 3) as duas vantagens anteriores sòmente se realizam como conseqüência da introdução de tecnologia moderna no parque produtivo brasileiro.

Essa absorção contínua de tecnologia poupadora de mão-de-obra parece indiferente às considerações de alguns economistas, que propõem a utilização de técnicas menos modernas em favor de maior emprêgo de mão-de-obra na produção industrial.

O Professor Celso Furtado, por exemplo, dedica relevante esfôrço intelectual à procura de meios capazes de conter o declínio da taxa de emprêgo de mão-de-obra na indústria, conseqüência da progressiva adoção de processos produtivos gerados por uma tecnologia fecunda em inovações que poupam trabalho humano. É conhecido o pessimismo dêsse economista. Parece a êle insolúvel o problema numa economia que se desenvolva quando as decisões sôbre a técnica a adotar são tomadas pelos empresários privados. Em sua opinião, sòmente um sistema de planejamento que extinga tôdas as formas de **laissez-faire** poderia modificar as condições que criam obstáculos ao desenvolvimento, quando êste marginaliza no subemprêgo e no desemprêgo massas de evadidos do setor rural.

A alteração do mecanismo que deixa a cargo das emprêsas a decisão sôbre a técnica a adotar facilitaria maior absorção de trabalhadores na indústria. Esta tese capital do Prof. Furtado, no entanto, faz caso da crescente capacitação dos serviços e da construção civil para assegurar novas oportunidades de trabalho e relativa estabilidade ocupacional a uma população econòmicamente ativa que está em processo de reestruturação.

Na análise do Professor Furtado (**Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**) não está presente a hipótese da exclusão das manufaturas brasileiras do mercado mundial, caso se adotasse, no setor secundário, uma política criadora de emprêgo que pretendesse alcançar seu objetivo por meio do abandono das técnicas de produção utilizadas nos países desenvolvidos.

NUMERO DE ITENS DE MANUFATURADOS E SEMIMANUFATURADOS NA EXPORTACAO

CLASSES

MATERIAS-PRIMAS EM BRUTO E PREPARADAS
43 ITENS

Esta classe inclui borracha sintética, madeira compensada, fibras de celulose, têxteis sintéticos de **polyester**, fios de linho, celulose em fios, pasta mecânica, têxteis sintéticos de **nylon** e outros itens para os quais não se pode escolher uma tecnologia atrasada ou mediana, mas obrigatòriamente a tecnologia moderna, já que não há outra disponível.

GENEROS ALIMENTICIOS E BEBIDAS
44 ITENS

A classe abrange leite condensado, leite em pó, café solúvel, chocolate em pó e outros absorvedores de tecnologia moderna.

PRODUTOS QUIMICOS, FARMACEUTICOS E SEMELHANTES — 288 ITENS

Raros seriam os itens desta classe capazes de penetrar no mercado internacional sem apoio em tecnologia moderna.

MAQUINARIA E VEICULOS, SEUS PERTENCES E ACESSORIOS — 381 ITENS

A classe abrange geradores, motores, transformadores e material elétrico em geral, aparelhos elétricos e eletrônicos de variadíssima gama, caldeiras, condensadores de vapor, turbinas, pontes rolantes, máquinas de construção rodoviária, máquinas para a indústria de plásticos, para preparo de polpa de madeira, para a indústria de borracha e seus artefatos, para trabalhar madeiras e metais, para estampar metais, máquinas retificadoras, máquinas para laminação, compressores de ar e gás, máquinas de escrever, de somar, de calcular, máquinas de costura para uso industrial, fornos industriais, jipes, furgões e **pick-ups**, caminhões, ônibus, navios e outros itens.

MANUFATURAS CLASSIFICADAS PRINCIPALMENTE SEGUNDO A MATERIA-PRIMA
456 ITENS

A classe inclui pneumáticos e câmaras de ar, rebolos de esmeril, lâminas de vidro, espelhos, filtros de matérias cerâmicas, produtos siderúrgicos, estruturas metálicas, ferramentas, tecidos diversos, e grande variedade de itens de que ainda éramos importadores em 1960.

ARTIGOS MANUFATURADOS DIVERSOS
325 ITENS

Aí se encontram os itens que faziam a festa do comércio importador brasileiro antes da substituição maciça de importações de bens duráveis de consumo. A classe abrange lanternas portáteis, abajures, cadeiras e sofás, arquivos e fichários de metal, confecções de algodão, lã, **nylon**, raiom, chapéus, luvas, gravatas, lenços etc. Mas inclui também balanças de precisão, termômetros, hidrômetros, taxímetros, aparelhos e instrumentos para medicina e cirurgia, canetas-tinteiro e esferográficas, tintas, discos virgens e outros de uma indústria já bastante sofisticada.

Total de itens das seis classes 1 537 (*)

(*) Fonte: CACEX

Antes mesmo da reforma a que o Sr. Roberto de Oliveira Campos submeteu tôda a legislação do comércio exterior, contando com o apoio de técnicos de alto nível, as manufaturas brasileiras faziam tentativas coroadas de êxito para penetrar no mercado internacional. Depois da reforma, que procedeu a uma considerável limpeza de área, operou-se o grande salto, que se pode considerar, entretanto, como uma tomada de posição para vendas maciças. Êste objetivo será alcançado com a estabilidade do valor da moeda, ou com a superação, por algum mecanismo especial, dos obstáculos criados pela instabilidade monetária. Debalde os países em desenvolvimento esperarão por modificações institucionais externas que lhes venham a propiciar a exportação de suas manufaturas tanto para os mercados do mundo capitalista como para os do mundo socialista. A conquista de mercados amplos no exterior dependerá de esfôrço próprio do setor industrial, apoiado em tecnologia moderna e nos mecanismos criados pelo setor público para estimular a exportação de manufaturas, inclusive os fundos especiais de financiamento.

Integração latino-americana

JOSÉ E. MINDLIN

A integração economica da América Latina tem sido objeto de inúmeros estudos e debates, de profecias otimistas e de vaticínios desalentadores.

Oito anos após a assinatura do Tratado de Montevidéu, quando mais da metade dos objetivos iniciais já deveria ter sido alcançada, sente-se um bloqueio no andamento do processo, com risco de verdadeiro impasse.

Paradoxalmente, entretanto, apesar dessas dificuldades, os Presidentes da América Latina decidem, no mais alto nível político, a busca de um objetivo ainda mais audacioso do que a criação da Zona de Livre Comércio, deliberando a instituição com data marcada do Mercado Comum Latino-Americano. Essa decisão fêz recrudescerem as dúvidas que já existiam sôbre o anterior programa de integração e inúmeras têm sido as manifestações de técnicos e empresários, ora afirmando, ora negando a viabilidade da criação do Mercado Comum no prazo previsto.

Parece-me útil, no exame das perspectivas da integração, um retrospecto, ainda que sumário, da forma pela qual ela se processou até agora. Uma coisa que me parece importante ressaltar é a fluidez dos conceitos que se discutem. Cada país, aparentemente, os considera a seu modo. Do contrário não seria compreensível o atraso do processo, quando o Tratado de Montevidéu estabelece objetivos claros e prescreve os meios de alcançá-los. Se todos os países signatários os interpretassem do mesmo modo e tivessem realmente o mesmo empenho em conseguir a integração que sua adesão ao Tratado poderia fazer crer, o processo já deveria estar muito mais avançado, e a esta altura qualquer indagação sôbre suas perspectivas de êxito seria perfeitamente supérflua.

Na realidade, como adiante veremos, não existe ainda no grau desejável essa unidade de pontos-de-vista entre os nossos países e, na maioria dos casos, mesmo em cada país falta uma perfeita concordância, quer entre setores governamentais, quer dentro dos setores empresariais, quer ainda entre Govêrno e setor privado.

O processo de integração tem-se desenvolvido num ambiente de grandes prevenções, receios e desconfianças. Todos desejam a integração regional, mas continuam a pensar em têrmos nacionais. Todos a desejam para poder vender mais aos seus parceiros, mas muitos resistem à idéia de comprar, ou de enfrentar uma concorrência incômoda. Os países mais desenvolvidos vislumbram nos demais excelentes possibilidades de ampliação de seus mercados, mas ao mesmo tempo receiam os problemas que o desenvolvimento dêsses países eventualmente lhes possa criar. De seu lado, os países menos desenvolvidos receiam que a abertura de seus mercados resulte na sua absorção pelos países maiores e na impossibilidade futura de sua própria industrialização. Uma coisa, como se vê, a letra do Tratado, e outra, muito diversa, o conceito de sua aplicação prática.

Mesmo assim, creio que devem ser qualificados de surpreendentes, embora sejam insuficientes, os resultados até agora alcançados.

O número de concessões negociadas é substancial — cêrca de 10 000 — e o comércio intrazonal aumentou consideràvelmente, não estando longe de haver dobrado sua participação no comércio global.

Não podemos, entretanto, iludir-nos sôbre o significado dêstes números. Chegamos a uma verdadeira encruzilhada, em que nos cabe a opção entre a integração ou o isolacionismo. Houve aumento de intercâmbio até agora, porque versou especialmente sôbre substituições de importações de fora da zona, em que as negociações não afetavam bàsicamente indústrias locais. O número dessas negociações possíveis, por assim dizer estranhas ao processo industrial de cada país, esgotou-se, entretanto, há algum tempo. As negociações de listas nacionais têm versado últimamente, e certamente versarão daqui por diante, sôbre produtos de muito mais real importância para os nossos parques industriais do que os negociados até agora, e isso explica o número reduzido e a dificuldade de concessões.

Voltemos, porém, para melhor compreensão, ao início do processo. Creio que houve suficiente concorrência, ao ser celebrado o Tratado de Montevidéu, sôbre a necessidade da in[illegible]ração, no sentido da criação de um espaço econ[illegible]ico mais amplo para os nossos países, que permitisse melhor utilização de nossos recursos e nos proporcionasse maiores mercados e economia de escala. Os instrumentos previstos, como se sabe, foram as negociações anuais de listas nacionais, com reduções abrangendo aproximadamente 8% do intercâmbio zonal e as negociações trianuais da lista comum, que deveria incluir cada três anos 25% do essencial do comércio zonal, mas com a desgravação entrando em vigor no fim do período, para que, ao cabo de 12 anos, pela conjugação dêsses dois instrumentos, o essencial do comércio zonal estivesse inteiramente liberado. A principal diferença entre uma e outra lista, além de a nacional entrar em vigor desde logo e a comum só ao fim do período, consiste na irrevocabilidade da inclusão de produtos na lista comum, ao passo que na lista nacional é permitida a retirada. Ao mesmo tempo previu o Tratado os acôrdos de complementação, através dos quais setores industriais de nossos países poderiam unir seus esforços e aumentar sua produtividade. O princípio fundamental do Tratado foi o da absoluta reciprocidade, aplicando-se a cláusula de nação mais favorecida a tôdas as concessões outorgadas, quer nas negociações de listas nacionais, quer nos acôrdos de complementação. É verdade que o Tratado previu, no caso dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, uma exceção ao princípio da reciprocidade absoluta, permitindo-lhes receber concessões unilateralmente. O Tratado não ignorou, por outro lado, as grandes diferenças existentes entre os países signatários, tanto que estabeleceu a obrigatoriedade de harmonização de políticas, para que se chegasse a um terreno quanto possível comum em matérias fiscal, cambial, de investimentos etc.

Tudo indica, entretanto, que houve de início uma dose excessiva de idealismo romântico, que não levou suficientemente em conta as dificuldades inevitàvelmente decorrentes das diferenças de nível de desenvolvimento.

No decorrer do processo, os países mais industrializados da zona sentiram que, por parte dos demais, havia, em relação a êles, restrições bastante semelhantes às que êles próprios ressentem, no âmbito internacional, em relação aos países já desenvolvidos.

Acresce que, através do direito de veto, os países menores ficaram com um verdadeiro comando indireto do processo de integração, o que também não se justificava.

Dentro dêste quadro, como disse, e apesar das dificuldades existentes, houve inicialmente um número apreciável de concessões, e o comércio intrazonal efetivamente aumentou, mas também foram crescendo as prevenções e os receios.

Esgotou-se pràticamente a lista de concessões possíveis pelo sistema de negociações de listas nacionais, produto por produto, sendo então aventada a hipótese de redução linear de tarifas. Uma decisão a respeito, no entanto, assim como outras decisões básicas, sôbre harmonização de políticas, sôbre a criação de uma tarifa externa comum, sôbre o apressamento da vigência da lista comum são postergadas de ano para ano.

Os acôrdos de complementação progridem com lentidão enervante, e, enquanto isso, multiplicam-se empreendimentos nacionais que significam evidente duplicação de esforços e desperdício de recursos. Isto agrava o ceticismo e o desânimo, pondo em risco a própria continuidade da ALALC. Parece chegado o momento de um reexame do problema que nos permita determinar se, com os instrumentos disponíveis, existe ou não a possibilidade de serem atingidos os objetivos iniciais da Zona de Livre Comércio e, depois disso, o próprio Mercado Comum. Igualmente parece-me indispensável investigar em que consistem as verdadeiras dificuldades, para se poder compreender por que mecanismos pelo menos aparentemente adequados têm-se revelado na prática totalmente insuficientes. Creio poder-se afirmar com segurança que uma das razões reside no fato de êles terem tido sua aplicação prevista num quadro juridicamente bem estruturado, mas onde se conferiram direitos e deveres iguais a países de desenvolvimento desigual, o que evidentemente não podia funcionar.

O conceito da cláusula de nação mais favorecida, ou seja, a extensão a tôdas as partes contratantes de concessões outorgadas por algumas delas entre si sòmente pode vigorar entre países de nível de adiantamento semelhante, e não vejo por que teria sido adotado na ALALC, onde os desníveis são tão acentuados e quando o princípio da reciprocidade relativa já se acha consagrado nas relações entre outros países e blocos econômicos.

Já vimos que as listas nacionais chegaram a uma posição de quase estagnação, em que é absolutamente inviável a negociação produto por produto. A dificuldade de negociação da lista comum ficou evidenciada na última Conferência, obrigando as partes contratantes a adiar a decisão a respeito, numa confissão de impasse. Os acôrdos de complementação adquiriram certo alento após a Resolução 99, que limitou os benefícios das concessões neles outorgadas apenas aos países signatários, criando mais uma exceção à cláusula de nação mais favorecida. Mesmo assim, entretanto, pouco foi feito até agora. Tentemos verificar por quê. Parte dos problemas já era conhecida ao tempo do Tratado. A falta de transportes sempre constituiu e até agora constitui sério obstáculo à integração. A deficiente estrutura interna de nossos países, agrária, industrial e fiscal, que tem dificultado a própria integração nacional dos vários setores de nossas populações, evidentemente dificulta a integração regional. A falta de harmonização de políticas nos campos fiscal, tarifário, cambial, salarial, de benefícios sociais, de investimentos externos etc. tem constituído obstáculos dos mais sérios. Mas se êsses problemas não são novos, e se, apesar dos instrumentos previstos, não puderam ser resolvidos até agora, parece-me que é o caso de indagar se não existiriam para isso razões estranhas, talvez mais fortes do que os problemas em si. Creio que existem várias. Uma delas, de básica importância, é a falta de pregação suficiente e de criação de uma mentalidade integracionista, pois tanto governos como setores empresariais, em muitos casos, ao invés de procurar ver o que a integração pode trazer de bom, vivem preocupados com os riscos que ela envolve, num processo de dúvidas autodestruidor.

Sabemos todos que determinados setores de nossas economias podem ser temporàriamente afetados pela integração, mas as vantagens que a todos a integração poderá trazer compensam de muito êsses inconvenientes. Ampliando-se os mercados para todos os nossos países, utilizando-se racionalmente os recursos regionais, instalando-se em nossos países, para servir a tôda a Zona, indústrias de maior porte, com economia de escala, poderemos chegar a formar um bloco econômico suficientemente forte para enfrentar os outros blocos regionais e para ingressar no mercado internacional. Se não o fizermos, apenas alguns de nossos países poderão eventualmente se desenvolver dentro de suas fronteiras, mas mesmo assim a duras penas e com [illegible]tivas muito mais limitadas do que numa área regional integrada. A maioria, porém, ficará condenada a uma situação de crescente miséria, sem esperança de desenvolvimento, constituindo inevitàvelmente focos de tensões social e política que não poderão deixar de explodir mais cedo ou mais tarde.

Existe, efetivamente, um número excessivo de problemas a serem resolvidos simultâneamente. Mas as conseqüências que a todos podem advir de não se resolverem êsses problemas são de tal ordem que não temos sequer o direito de admitir a idéia de um fracasso. Ao invés de ficar indagando se existe ou não uma possibilidade de solução, devemos encontrá-la a todo custo e avançar sem medir esforços.

A meu ver, aliás, apesar de tôdas as dificuldades apontadas, existem meios de superá-las, como, por exemplo, no plano governamental, a celebração de acôrdos sub-regionais e, no plano de atividade privada, a formação de emprêsas multinacionais latino-americanas.

Considero a formação de blocos sub-regionais como etapa intermediária da integração regional, uma solução realista e um meio eficiente de superar os problemas que enumerei. Sua aprovação na Reunião de Chanceleres da ALALC e na 7.ª Conferência representou um grande progresso. No quadro atual, em que todos os países discutem e deliberam conjuntamente a despeito de suas diferenças de nível, pode-se imaginar que os países menores desejassem progredir em ritmo muito mais acelerado que os maiores, desejando até que estes mantivessem estacionárias suas economias, para poder alcançá-los e negociar em nível de maior igualdade. Mas este esquema é evidentemente inviável, pois nenhum país, por mais interessado que esteja no desenvolvimento dos demais — e êsse interêsse existe e deve existir, já que o desenvolvimento global da América Latina é essencial a todos —, deve ou pode abrir mão do seu próprio ritmo de progresso. Nessas condições, acôrdos sub-regionais entre países que estejam em níveis mais semelhantes de desenvolvimento podem proporcionar condições bem mais favoráveis de integração. Isto, por exemplo, tem boas possibilidades de ocorrer no bloco andino, permitindo aos países que o compõem atingir dentro de poucos anos situação muito melhor de desenvolvimento do que se cada um dêles agisse isoladamente. Da mesma maneira Argentina, Brasil e México podem negociar entre si sem que existam, por parte de qualquer dos três, os mesmos receios e preocupações manifestados em relação a êles pelos países menores.

Pôsto em marcha um processo dêste tipo, tanto os países mais industrializados da Zona, como os de menor desenvolvimento terão maior facilidade de integrar suas economias, primeiramente entre si e depois através das relações que se estabelecerem entre os blocos sub-regionais. O bloco dos países mais industrializados poderá então colaborar eficientemente no desenvolvimento dos menos industrializados, não sòmente pelo aumento do intercâmbio como por concessões não comerciais, tais como um programa de assistência financeira e tecnológica. Admitindo-se, entretanto, que os acôrdos sub-regionais venham a ser celebrados em maior número em futuro próximo, ainda será o caso de se perguntar se, por fôrça apenas dêsse instrumento, conseguir-se-á deslanchar efetivamente o processo de integração ou se ainda podem surgir novos obstáculos e dificuldades. Minha impressão é que dentro dos blocos que se formassem seria muito mais fácil solucionar problemas como, por exemplo, o da harmonização de políticas, ou de transportes, ou de complementação, mas sem dúvida um problema subsistiria, que a meu ver constitui um dos obstáculos básicos, se não o fundamental, ao desenvolvimento do processo de integração. Refiro-me ao capital estrangeiro.

Devo dizer desde logo que não tenho nenhuma objeção doutrinária contra o capital estrangeiro e, pelo contrário, considero-o essencial ao desenvolvimento de nossos países e à integração de nossas economias, desde que exerça um papel supletivo, que não implique na absorção de nossas economias e no virtual desaparecimento da emprêsa nacional de cada um de nossos países e da emprêsa latino-americana, como tal considerada a emprêsa de capital regional.

Não é, entretanto, novidade para ninguém que hoje em dia sòmente as emprêsas de capital estrangeiro, sejam elas norte-americanas, européias ou japonêsas, é que têm condições de operar na ALALC, o que lhes pode trazer, em relação às emprêsas latino-americanas pròpriamente ditas, uma tal superioridade que a estas seja impossível posteriormente corrigir o desnível. A falta de capital, mesmo nos países mais industrializados da América Latina, é notória. Que dizer então dos demais países? E o problema reside ainda na falta de uma sólida estrutura administrativa da generalidade de nossas emprêsas, assim como no atraso tecnológico em que nos encontramos. Isto explica as reticências dos países mais industrializados da ALALC em relação aos de menor desenvolvimento quando se trata de outorgar quaisquer concessões: não existe em absoluto a certeza de quem há de ser o verdadeiro beneficiário dessas concessões: se as indústrias nacionais da América Latina, ou as indústrias de fora da Zona. A solução não é fácil, mas deve ser tentada a todo o transe. Enquanto não se conseguir ver claro neste terreno, receio muito que a insegurança que o capital estrangeiro representa para a sorte das emprêsas nacionais continue a constituir entrave intransponível. Para que entre o capital estrangeiro e o capital latino-americano haja essa condição ideal de cooperação, deveria haver um entendimento franco sôbre as condições respectivas de investimento e participação.

Tenho aventado a idéia de um estatuto do capital estrangeiro na ALALC, que defina os direitos e as obrigações do capital estrangeiro, não num propósito restritivo, e sim no de assegurar estabilidade e compreensão. Reconheço as dificuldades que a elaboração de um tal estatuto acarreta e acredito que mesmo um entendimento informal já poderia representar um bom comêço de solução. O importante no exame de um problema como êsse é evitar o clima de emoção e paixão política em que freqüentemente é discutido. Uma boa relação entre o capital estrangeiro, como tal considerado o de origem extrazonal, e o capital latino-americano, é o do interêsse de ambos, pois a absorção das emprêsas latino-americanas pelas provenientes de fora da Zona só poderia contribuir para criar novas tensões e não para dissipar as existentes. Neste sentido cabe chamar a atenção para o problema político, pois a integração latino-americana, com vistas à paz social e à estabilidade política do Continente, não é apenas interêsse nosso mas de todo o mundo civilizado.

É claro, porém, que a simples regulamentação do capital estrangeiro não resolve os problemas do capital nacional em nossos países. O que é importante — e aqui chegamos à solução a que acima aludi para o setor privado — é o fortalecimento da emprêsa e do empresário nacional. E para isso não vejo melhor fórmula do que a constituição, em número crescente, de emprêsas multinacionais latino-americanas. A falta de capital não seria, no caso, o maior obstáculo, pois poderia a emprêsa multinacional, além do esfôrço que os empresários devem fazer no sentido de incrementar a formação do capital nacional, contar com o apoio financeiro das agências internacionais. Êsse apoio é até prioritário nos programas do BID, que hoje financia preferencialmente os empreendimentos de âmbito regional. O que é indispensável é que os próprios empresários se capacitem da importância de sua associação em emprêsas multinacionais para o processo de integração. Se os interêsses dos empresários, nos vários países da ALALC, forem comuns ao invés de colidentes, a oposição hoje existente à eliminação de barreiras transformar-se-á em cooperação ativa. Essas emprêsas poderiam especializar ou complementar sua produção nos países que abrangessem, e assim abastecer maiores mercados, e auferir maiores lucros, aperfeiçoando sua organização e fortalecendo sua estrutura. A própria emprêsa estrangeira poderia e deveria participar da emprêsa multinacional latino-americana, trazendo-lhe a contribuição de sua experiência e de seu avanço tecnológico, mas deveria fazê-lo em posição não superior à dos demais parceiros. No momento em que nos principais setores industriais existirem emprêsas dêsse tipo funcionando eficientemente, ter-se-á dado um passo decisivo para transformar a integração de sonho em realidade. O prazo em que isso pode ser conseguido depende em bôa parte de nós mesmos.

Norte Fluminense — projeto modêlo de desenvolvimento regional

LUIZ VICTOR D'ARINOS SILVA

Aos leitores do *Caderno Econômico* 1966/1967 do JORNAL DO BRASIL, procuramos levar, em impressões sob o título *Desenvolvimento Regional e Cooperativismo*, algumas informações sôbre o movimento em marcha na região Norte Fluminense para a dinamização de sua economia. Destacamos então, e aqui repetimos, que a razão essencial do êxito daquele movimento era sua autenticidade, por ter o mesmo partido da iniciativa da própria comunidade de 14 000 lavradores da cana-de-açúcar que, conscientes da estagnação econômica regional, tomaram o problema como seu, pois êle o é, e partiram através de sua cooperativa, em busca de sua solução ordenada, da qual participem todos que devem e podem trazer sua contribuição através de um instrumento adequado que coordene e utilize êsse somatório de esforços.

Mencionamos, ainda naquela oportunidade, que a Sociedade Cooperativa Banco dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio-Responsabilidade Limitada, em 1965, com a assistência da Associação dos Plantadores de Cana do Estado do Rio, da Associação Rural e das Prefeituras Municipais de Campos e de São João da Barra, solicitou a colaboração da Fundação Antunes (em organização). Esta constituiu um grupo de técnicos com a incumbência de examinar as possibilidades de desenvolvimento rural naqueles dois municípios. Além de suas qualificações pessoais, estavam aquêles técnicos providos de grande, objetiva e recente experiência colhida em estudos que fizeram por ocasião da análise da situação econômico-social da área coberta pela Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana. Nestes trabalhos, como nos de Campos, tiveram papel destacado especialistas do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) e que, em seguida, passaram a integrar o Escritório de Planejamento EPAC-CIDA, posteriormente transformado no Instituto de Planejamento Agrícola Regional (INPAR), com sede em São Paulo.

Com base nas recomendações apresentadas pelo grupo de técnicos, ao concluir o estudo preliminar do problema para os dois citados municípios, progrediram os entendimentos no sentido de um projeto de desenvolvimento comunitário integrado, com centro em Campos e área de ação sôbre os Municípios de Campos, São João da Barra, Porciúncula, Natividade de Carangola, Bom Jesus de Itabapoana, Itaperuna, Laje de Muriaé, Miracema, Cambuci, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, Itaocara, Conceição de Macabu e Macaé. Trata-se de uma área aproximada de 14 000km2, ou seja, mais de um têrço do território de todo o Estado do Rio de Janeiro. Para que se tenha uma boa imagem da importância dessa região, basta colocarmos uma ponta de compasso na Cidade de Campos e com a outra traçarmos um arco de círculo com um raio de 300km, área mínima de influência do movimento em causa. Teremos aí envolvidos o Estado da Guanabara, o Sul do Espírito Santo, Vitória incluída, e o Sudeste de Minas Gerais, às portas de Belo Horizonte. Não precisaríamos aduzir detalhes para nos assegurarmos de que todos sentem a importância dessa área no desenvolvimento nacional, considerados os aspectos sócio-econômicos e a privilegiada qualidade dos solos que ali se encontram. Sob todos os pontos-de-vista, a região é exemplar.

O ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EDR) DE CAMPOS

Para realizar estudos sôbre a situação atual da agricultura no Norte Fluminense, elaborar, acompanhar e orientar a execução de projetos de aproveitamento dos recursos naturais da região, através de um plano geral de diversificação econômica visando a elevação da produtividade da agricultura e das indústrias correlatas, o melhoramento das condições de vida da população e o desenvolvimento geral da região, foi criado, em 4 de agôsto de 1966, por Instrumento de Acôrdo entre o Ministério da Agricultura, o Govêrno do Estado do Rio de Janeiro e a referida Cooperativa Banco dos Lavradores, o EDR, com sede em Campos e área de ação coincidente com a do Projeto Norte Fluminense, cobrindo os quatorze municípios citados.

Os princípios que presidiram a criação do EDR e deverão nortear sua operação baseiam-se fundamentalmente na concepção de que uma comunidade, ao invés de cruzar os braços e esperar que os Governos façam tudo por ela, deve, primeiramente, procurar identificar e equacionar os seus problemas, em seguida ordenar as alternativas para sua solução e, só então, ir ao encontro das entidades governamentais levando-lhes informações e buscando o apoio que se tornar necessário.

Entende a comunidade Norte Fluminense que é sua a responsabilidade do movimento. É precisamente êste aspecto que lhe dá autenticidade e que justifica o entendimento e o conseqüente apoio que já está sendo dado por entidades públicas e particulares, nacionais e internacionais.

Para a consecução de seus objetivos o EDR deverá ter os seus trabalhos iniciais realizados em duas etapas:

A — 1.º ano — Estudos Básicos: informações ecológicas, levantamento dos recursos naturais e estudo das práticas correntes de utilização. Início de experimentos e treinamento de pessoal nacional em planejamento regional e atividades específicas.

B — 2.º e 3.º anos — Estudos complementares e elaboração de projetos específicos.

APOIO DA OEA AO PROJETO NORTE FLUMINENSE

Em outubro de 1967, coroando entendimentos iniciados em 1966 com a participação de técnicos do EDR e da Fundação Antunes (em organização), o Govêrno brasileiro apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA) um pedido formal de assistência daquela Organização para a constituição da equipe técnica do EDR. Elaborou-se para tanto o Projeto OEA 61/66 que veio a ser, naquele mesmo mês, aprovado pelo Departamento de Cooperação Técnica da OEA. Em conseqüência, a OEA enviou uma Missão a vários países da Europa e a Israel com o objetivo de negociar o conjunto de projetos preparados para o Programa de Assistência Técnica a Países Latino-Americanos, do qual faz parte o Projeto Norte Fluminense, que ganhou essa posição por sua importância e pelo extraordinário poder multiplicador dos seus resultados, cuja análise permitirá ajustar a metodologia ali adotada às condições e características de outras regiões do País, com vistas a projetos semelhantes.

Ao tomar conhecimento da natureza e dos objetivos do Projeto Norte Fluminense, e tendo em vista sua participação anterior em estudos realizados naquela região, consubstanciados no Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Paraíba do Sul, decorrente de convênio com o IBRA, o Govêrno italiano manifestou seu interêsse em prover a assistência técnica solicitada pelo Projeto OEA 61/66. Êste Projeto prevê a organização de uma equipe de oito técnicos estrangeiros, em contrapartida a, no mínimo, outros tantos brasileiros.

A equipe técnica estrangeira estará constituída dos seguintes especialistas, pelos prazos a seguir fixados:

1 — Um economista agrícola com experiência em planejamento rural. Duração 3 anos.

2 — Um técnico em laticínios. Duração 2 anos.

3 — Um técnico em pastagens e cultura de plantas forrageiras. Duração 3 anos.

4 — Um zootecnista. Duração 3 anos.

5 — Um técnico em comercialização de produtos agrícolas. Duração 2 anos.

6 — Um técnico em culturas tropicais. Duração 3 anos.

7 — Um técnico em industrialização de produtos agrícolas. Duração 2 anos.

8 — Um especialista em irrigação e drenagem. Duração 2 anos.

Tal como ocorreu no Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Paraíba do Sul, o Govêrno italiano se dispôs a participar do Projeto Norte Fluminense usando como seu instrumento de assistência técnica os serviços da ITALCONSULT S.p.A. Em 16 de agôsto de 1967, a Sociedade Cooperativa Banco dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio-Responsabilidade Limitada e a ITALCONSULT S.p.A. firmaram um Instrumento de Intenção pelo qual esta consultoria prestará assistência técnica ao EDR nos têrmos do Projeto e dentro da filosofia do movimento da comunidade Norte Fluminense, através da colaboração de especialistas nos setores mencionados, podendo ainda prover consultores para estudos de aspectos especiais do Projeto. Se o desenvolvimento dos trabalhos do EDR indicar a necessidade de recrutamento de outros técnicos, aquela Cooperativa poderá cuidar de sua obtenção junto a outras entidades nacionais e estrangeiras.

A OEA colaborará no Projeto através do custeio das passagens internacionais dos técnicos estrangeiros e de seus familiares.

Com os recursos da referida Cooperativa e outros que a êles se venham a juntar, a comunidade Norte Fluminense custeará:

a) Montagem e manutenção do EDR.

b) Contratação de técnicos nacionais na proporção de, pelo menos, um elemento nacional para cada técnico estrangeiro.

c) Pagamento de diárias e despesas de viagens domésticas necessárias aos serviços dos técnicos estrangeiros.

d) Subsídios de campo aos técnicos estrangeiros.

e) Execução de projetos formulados pelo EDR.

Em fins de janeiro de 1968, foi recebida comunicação oficial de ter o Govêrno italiano aprovado uma contribuição aproximadamente correspondente a 450 mil dólares para prestação da assistência técnica de que trata o Projeto OEA 61/66.

APOIO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA)

Em resposta a uma solicitação da Sociedade Cooperativa Banco dos Lavradores, a qual, entendendo que um programa de desenvolvimento comunitário integrado da região Norte do Estado do Rio de Janeiro teria de partir da racionalização da atividade canavieira, ali predominante, o IAA, em outubro de 1967, resolveu engajar-se no programa, dêle participando com uma contribuição inicial correspondente a 50% das despesas do EDR, ou seja, 300 mil cruzeiros novos, em 3 anos, com pagamento parcelado de 100 mil cruzeiros novos por ano, conforme convênio a ser firmado por aquela Sociedade Cooperativa e pelo IAA.

O assunto transitou no Instituto do Açúcar e do Álcool com grande rapidez. Êsse não é um fato nôvo na atual administração daquele Instituto, mas é dever de elementar justiça destacar o interêsse e a dedicação com que o Projeto Norte Fluminense vem sendo tratado pelos setores técnicos e pela Presidência do IAA, numa demonstração de perfeita sensibilidade do problema. Vale acentuar que a ajuda do IAA estará condicionada ao exame da possibilidade de ser o programa adaptado aos objetivos de um estudo da situação da lavôura canavieira. Aproveitar-se-á, portanto, êsse trabalho para futuro estudo, ou diagnóstico, da agroindústria canavieira do Estado do Rio. Importa ainda ressaltar que êsse acôrdo poderá ser o ponto de partida para outros ajustes do Banco dos Lavradores com o IAA em que se admite até maior participação daquela autarquia.

COOPERATIVISMO GERANDO COOPERATIVISMO

A equipe técnica local do Escritório de Desenvolvimento Rural de Campos, assessorada pelos elementos da Fundação Antunes, deu pronta atenção ao exame de novas atividades que se podem desenvolver na região. Dentre elas foi tomada como prioritária a produção leiteira. Nesse sentido, elementos da Cooperativa Banco dos Lavradores de Cana-de-Açúcar ajudaram a fazer reviver a Cooperativa dos Produtores de Leite de Campos COOPERLEITE Ltda., dinamizando-a com um projeto de construção e equipamento de uma usina capaz de beneficiar, inicialmente, 40 000 litros de leite por dia, visando atingir, em 5 anos, a capacidade diária de 100 000 litros. A COOPERLEITE passou a ser integrada por cêrca de 600 criadores, a maioria dos quais tem suas propriedades agrícolas nos Municípios de Campos, São João da Barra, Macaé, e São Fidélis. O investimento total para a usina foi calculado em, aproximadamente, NCr$ 900 000,00.

Deram-se, em seguida, entendimentos com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, para a obtenção de dois empréstimos, os quais já foram concedidos, tendo merecido cuidadoso e interessado exame pelos técnicos do BNCC, o que conduziu a decidido apoio e pronta aprovação da Presidência daquele Banco.

O primeiro empréstimo concedido pelo BNCC, no valor de NCr$ 320 000,00, cobrirá despesas com a conclusão das obras civis, complementação de equipamento nacional, veículos e material de laboratório. O outro empréstimo, de NCr$ 164 000,00, somar-se-á a recursos próprios da COOPERLEITE para a aquisição de uma parte do equipamento importado da Dinamarca e que já chegou ao Brasil.

A usina de leite de Campos será das mais bem equipadas de todo o País e permitirá atender ao consumidor local e abastecer parte dos mercados do Rio e de Niterói, com leite empacotado, de acôrdo com a mais moderna tecnologia e dentro de perfeitas condições de higiene.

COMISSÃO DE ESTUDOS AGROECONÔMICOS DO NORTE FLUMINENSE

Em fins de 1967, o Govêrno federal recebeu do Govêrno do Estado do Rio de Janeiro uma solicitação no sentido de dar especial atenção à situação econômica e social que se verifica no Norte Fluminense, resultante da exploração inadequada de seus recursos naturais e humanos, sobretudo por fôrça da monocultura da cana-de-açúcar.

Em atendimento a essa solicitação, levando em conta que estudos preliminares já desenvolvidos apontam como principais meios para corrigir as deficiências infra-estruturais regionais a racionalização da produção canavieira e a diversificação agrícola, considerando ainda a existência do EDR e seus objetivos, bem como a necessidade de fixar no quadro da administração federal, em colaboração com os órgãos do Govêrno do Estado do Rio de Janeiro, diretrizes que orientem a ação governamental para eliminar as causas do depauperamento econômico e desajuste social daquela região, o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral criou, em 19 de dezembro de 1967, a Comissão de Estudos Agroeconômicos do Norte Fluminense.

Essa Comissão é composta de representantes dos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, da Agricultura, da Indústria e do Comércio, do Interior, do Instituto de Pesquisa Econômico-Social — IPEA, do Govêrno do Estado do Rio de Janeiro e da Sociedade Cooperativa Banco dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio-Responsabilidade Limitada, tendo sido convidada a participar dos trabalhos a Fundação Antunes.

A finalidade da Comissão é analisar os problemas da região, com vistas a dinamizar a economia canavieira, indicando as medidas para sua racionalização e possível diversificação, utilizando os estudos e pesquisas de entidades públicas ou particulares, federais, estaduais ou municipais. Está previsto para as próximas semanas o início dos trabalhos da Comissão, os quais deverão estar concluídos 120 dias após a data de sua instalação. Naquela ocasião a Comissão apresentará relatório contendo as diretrizes fundamentais e o plano operativo para a recuperação da economia da região.

BID: atividades em 1967

Conforme relatório recentemente divulgado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento superou novamente em 1967 sua contribuição anual ao desenvolvimento econômico e social da América Latina, com um total de 60 empréstimos, cêrca de USS 500 milhões.

O volume de operações para 1967, que ascendeu a USS 496,4 milhões, representa a cifra anual mais alta na história do Banco. O total de empréstimos autorizados em 1966, que havia sido o maior até agora, atingiu USS 396,1 milhões.

Com as operações autorizadas em 1967 a contribuição líquida do Banco ao desenvolvimento econômico e social de seus países membros desde quando iniciou suas atividades em 1961 se aproximou da cifra de USS 2 400 milhões.

Os empréstimos do Banco estão ajudando a financiar projetos de desenvolvimento que têm um custo total calculado em cêrca de USS 6 400 milhões. Dêste modo, os próprios países latino-americanos estão fornecendo aproximadamente USS 3 para cada USS 2 emprestados pelo Banco.

Como instrumento decisivo do desenvolvimento latino-americano dentro do marco da Aliança para o Progresso, o Banco registrou em 1967 outras atividades importantes, entre as quais estão as seguintes:

— Alcançou o maior volume anual de desembolsos até hoje, equivalente a USS 243,2 milhões, em comparação com USS 211,2 milhões em 1966, que era a cifra anterior mais alta. O total dos desembolsos até 31 de dezembro de 1967 ascendeu a USS 1 049,8 milhões, soma que representa 44% do total de empréstimos autorizados.

— Os 21 países membros do Banco acordaram incrementar o Fundo para Operações Especiais em USS 1 200 milhões entre 1967 e 1969. Os Estados Unidos fornecerão USS 900 milhões e os países latino-americanos os USS 300 milhões restantes. Com o aumento de USS 1 200 milhões, as contribuições totais ao Fundo ascenderão a USS 2 300 milhões.

— Os países membros começarão a adotar medidas para incrementar também os recursos ordinários de capital; o aumento será de USS 1 000 milhões no capital exigível, e ampliará a capacidade da instituição para obter empréstimos nos mercados de capital do mundo, já que o capital exigível serve, sem dúvida, como uma garantia dos valôres do Banco. O aumento, que se faria efetivo em duas quotas em 1968 e 1970, elevará o capital autorizado do Banco a USS 3 150 milhões.

— Em 1967 o Banco obteve recursos adicionais de USS 146 milhões no mercado de capitais internacional. Desta cifra, USS 110 milhões corresponderam a dois empréstimos obtidos nos Estados Unidos (USS 50 milhões em janeiro e USS 60 milhões em novembro); USS 6 milhões corresponderam ao primeiro empréstimo do Banco na Bélgica; e USS 30 milhões a uma emissão de bônus a curto prazo vendida na América Latina.

O total de empréstimos obtidos pelo Banco em seus 7 anos de operações ascendeu a USS 513,6 milhões, dos quais USS 335 milhões foram obtidos nos Estados Unidos.

— O Banco vendeu a bancos comerciais privados um total de USS 9 347 059 de participação em seus empréstimos dos recursos ordinários de capital, cifra sem precedentes em seus 7 anos de atividade. O total de participações adquiridas por bancos privados dos Estados Unidos, Europa, Canadá e Japão, alcançou ao terminar o ano a cifra de USS 38 048 533.

— Em 1967 o Canadá colocou sob a administração do Banco outros 10 milhões de dólares canadenses para contribuir para o desevolvimento da América Latina, complementando um total de 30 milhões de dólares canadenses destinados anteriormente. Em virtude de acôrdos prévios, o Banco administra também para o Reino Unido um fundo de 4 142 800 libras esterlinas, e o Fundo Sueco de USS 5 milhões para o desenvolvimento da América Latina.

— As operações de assistência técnica ascenderam a USS 12,5 milhões, cifra que elevou o total acumulado até 1967 a USS 96 milhões.

Os empréstimos concedidos em 1967 se distribuiram, por fontes de recursos, dessa forma:

USS milhões

	1966		1967		Acumulados até esta data	
	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor
Recursos Ordinários de Capital	15	100,9	17	171,0	155	901,8
Fundo para Operações Especiais	48	291,3	39	313,0	165	967,5
Outros Recursos.			4	12,4	11	20,5

O Banco autorizou também 117 empréstimos totalizando USS 501,0 milhões do Fundo Fiduciário de Progresso Social, cujos recursos ficaram pràticamente esgotados em 1965. O Fundo foi pôsto sob a administração do Banco pelo Govêrno dos Estados Unidos em 1961. Os empréstimos de desenvolvimento social estão-se financiando agora com os recursos do Fundo para Operações Especiais.

Os setores aos quais se destinou um maior volume de empréstimos em 1967 foram a agricultura, com USS 135,8 milhões; a indústria e mineração, com USS 113,3 milhões e a infra-estrutura econômica (transporte, comunicações e energia elétrica, com USS 141,2 milhões).

Os empréstimos do Banco em seus 7 anos de atividade se distribuem, por setores, da seguinte forma:

(milhões de dólares)

	1961/67	%
Agricultura	553,3	23,1
Indústria e Mineração	512,8	21,4
Água Potável e Rêde de Esgotos	394,5	16,5
Habitação	287,7	12,0
Transporte e Comunicações	243,3	10,2
Energia Elétrica	224,9	9,4
Educação	101,6	4,3
Pré-inversão	52,3	2,2
Financiamento de Exportações	20,5	0,9
Total	2 390,9	100,0

Uma parte considerável dos empréstimos do Banco se destinou a financiar projetos de emprêsas privadas na América Latina. Aproximadamente USS 578 milhões foram canalizados por meio de entidades de fomento, para que estas forneçam empréstimos às emprêsas privadas industriais e agrícolas e aos agricultores, e outros USS 93 milhões foram concedidos diretamente a emprêsas privadas industriais e agrícolas. As empresas privadas latino-americanas se estão beneficiando também diretamente em outros dois campos de atividade do Banco: o financiamento de exportações de bens de capital e os créditos de pré-inversão.

Uma das principais atividades do Banco tem sido o crescente apoio ao processo de integração econômica da América Latina. Desde seu estabelecimento em 1960, a instituição tem buscado estimular, de diversas maneiras, a integração latino-americana, convencida de que ela será um dos principais instrumentos para acelerar o desenvolvimento da região.

O Banco concedeu até agora um total de USS 200,9 milhões em empréstimos e operações de assistência técnica para fomentar a integração. Em 1967 concedeu três empréstimos num total de USS 25 milhões ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica-BCIE, para ajudar a executar projetos de infra-estrutura regional e desenvolvimento industrial nos cinco países centro-americanos. A contribuição do Banco ao BCIE a 31 de dezembro de 1967 ascendia, no total, a mais de USS 42 milhões. O Banco concedeu ainda, em 1967, um empréstimo a Honduras de USS 5 275 000 para construir estradas que melhorarão suas comunicações com a Guatemala.

Também no campo da integração, o Banco autorizou dois empréstimos num total de USS 34 milhões, para melhorar várias estradas na Argentina, que facilitarão as comunicações internas e as dêste país com o Chile, Bolívia, Paraguai e Brasil e uma linha de crédito de USS 2 milhões para ajudar o Brasil a exportar bens de capital a outros países latino-americanos.

O Banco aprovou ainda dois empréstimos de USS 14,5 milhões para a segunda etapa de um projeto que elevará de 45 mil a 90 mil kW a capacidade da Central Hidrelétrica de Acaray, no Paraguai, parte de cuja producão poderá vender-se ao Brasil e a Argentina (o Banco ajudou a financiar também a primeira etapa). Outro empréstimo de USS 225 000 concedido em 1967, dos recursos do Fundo de Pré-Inversão para a Integração da América Latina, ajuda a financiar estudos para uma posterior ampliação da capacidade da Central a 135 mil kW.

O Fundo de Pré-Inversão foi estabelecido em 1966 com recursos de USS 15 milhões do Fundo para Operações Especiais e USS 1,5 milhão fornecidos pelo Govêrno dos Estados Unidos, do Fundo Fiduciário de Progresso Social, que administra o Banco dentro das metas da Aliança para o Progresso. Os recursos do Fundo foram aumentados em 1967 com outra contribuição de USS 2 milhões dos Estados Unidos.

O Banco utilizou também o Fundo, em 1967, para financiar estudos preliminares e de viabilidade em zonas tais como o desenvolvimento integrado do Vale do Rio da Prata, o estabelecimento de um sistema integrado de comunicações na América Latina e as possibilidades de integração dos sistemas regionais de transporte, assim como de outros setores.

(APEC — n.º 138)

Política habitacional

ALVARO MILANEZ

Depois de manter o setor de habitação em abandono e estagnação, ao tempo em que a maior contribuição do Congresso Nacional para a solução do problema habitacional consistia em prorrogar cada ano a Lei n.º 1 300, de congelamento dos aluguéis, o País ingressou, a partir de 64, numa fase nova, em que foram tomadas medidas para uma Reforma Habitacional.

No período pré-revolucionário, durante o qual se combinaram muito bem a demagogia com a preguiça mental, não houve lugar para o treinamento que se exige dos técnicos, arquitetos, engenheiros, sociólogos e economistas, como dos legisladores, para o aperfeiçoamento da legislação, tanto quanto dos próprios meios técnicos para solução do problema da falta de moradia.

Da revolução em 1964 resultou uma legislação bastante boa como ponto de partida, mas que necessita aperfeiçoar-se e complementar-se ao longo do tempo.

Os exemplos poderiam ser citados, e o faremos logo a seguir, para mostrar quanta coisa existe a melhorar, o que, felizmente, já começa a ocorrer.

O fato, porém, é que a Política Habitacional do Govêrno, em 64, matéria de competência do então Ministro do Planejamento (hoje transferida ao Ministério do Interior, pelo Decreto-Lei n.º 200, da Reforma Administrativa), foi por êle próprio entregue a um grupo pouco experiente que tomou a si o encargo de implantar no país o sistema financeiro de habitação criado pela Lei n.º 4 380, de 21 de agôsto de 1964, sugerindo ao Presidente da República as medidas julgadas necessárias.

Prevalecia então a idéia de que era preciso construir o mais possível sob quaisquer condições, esquecendo-se de que "uma habitação é mais do que um teto", título de excelente trabalho de uma especialista americana, a Senhora Beatrice Rosahn.

O resultado foi que se constituiu no Brasil um poderoso instrumento de captação de poupança, o BNH e os demais órgãos privados constantes do Sistema Financeiro de Habitação, agora muito mais poderoso com as atribuições concedidas pela Lei n.º 5 107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

Êsse poderoso instrumento deveria financiar apenas a construção de habitações em massa, num país que, de acôrdo com os resultados do Censo de 1960, apresentava péssimas condições em matéria de facilidades urbanas e sanitárias: 39% dos domicílios dispunham de luz elétrica, 21% dos domicílios dispunham de água corrente e 51% contavam com algum tipo de instalação sanitária, compreendidas as fossas sêcas mais rudimentares.

Mesmo diante dêsse quadro, desejando construir, e apenas construir, vetou-se, por exemplo, entre outros, o item X do Art. 18 da Lei n.º 4 380, que atribuía ao BNH competência para "celebrar convênios para atender a programas sanitários e de urbanismo".

O resultado foi que a Lei afastou para outros setores do Govêrno a execução daqueles serviços, indispensáveis em tôda residência, sob pena de se não lograr na habitação as condições mínimas de saúde, ou seja, aquêle estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade, na definição, hoje consagrada, da Organização Mundial de Saúde.

Tudo isso, aliás, é muito do nosso feitio: deixar os problemas que incomodam para que outros os resolvam, em futuro.

Felizmente evoluímos de modo acertado, segundo nos fazem crer certas decisões ùltimamente adotadas, no passado como no atual Govêrno, permitindo que os enormes recursos à disposição do BNH sejam também aplicados em obras de infra-estrutura absolutamente necessárias: Saneamento e Desenvolvimento Urbano, além do Fomento à Indústria da Construção.

Acompanhando ora de longe, ora de perto, mas sempre com interêsse, a evolução dêsse assunto no Brasil, é, portanto, com a maior satisfação que vejo os responsáveis se decidirem, afinal, em trilhar um caminho certo e de bom senso.

As políticas de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, que eram consideradas de maneira mais ou menos autônoma e sem qualquer inter-relação, passaram a constituir competência de um mesmo Ministério, o do Interior. E mais: a Habitação passou a ser tratada, não como um problema isolado, mas, ao contrário, dentro de uma forma integrada, onde os demais problemas, o do Saneamento e o do Desenvolvimento Urbano, devem apresentar solução conjunta e simultânea.

A partir da Lei n.º 5 107, de 13 de setembro de 1966, criando o Fundo do Garantia de Tempo de Serviço, abriu-se tôda uma perspectiva nova visando aquela integração de objetivos.

Assim, o Decreto n.º 59 917, de 30 de dezembro de 1966 que regulamentou o SERFHAU, criou também o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN), destinado a prover recursos para o financiamento de Planos e Estudos de Desenvolvimento Local Integrado.

O Decreto 61 160, de 16 de agôsto de 1967, criou o Fundo de Financiamento para Saneamento (FISANE), com participação de recursos do FGTS, cabendo sua gestão também ao BNH. Logo após, foi aprovada a Lei n.º 5 318 de 26 de setembro de 1967, que criou o Conselho Nacional de Saneamento (CONSANE), com atribuições para fixar a Política de Saneamento, a ser executada por órgãos dos Ministérios do Interior (DNOS) e da Saúde, como a Fundação SESP e o DNERu.

No que diz respeito aos incentivos para a expansão da indústria de materiais de construção, o BNH criou o FIMACO, cujos recursos deverão financiar, tanto o produtor como o consumidor de materiais de construção.

O Banco Nacional da Habitação, asim, já passou bastante dos limites da Lei n.º 4 380, quando se pensava em 1964, que êle financiaria apenas casas. Êle hoje possui quatro programas bem distintos: Habitação, Saneamento, Desenvolvimento Urbano e Fomento à Indústria.

A maior soma de recursos é alocada, sem dúvida, ao setor da habitação. A tendência, porém, será atribuir, em futuro, maiores recursos aos demais setores, especialmente ao Saneamento, conforme será verificado já agora a partir de 1968.

Outra prova dessa evolução no bom sentido é a aceitação tranqüila e unânime de certas Diretrizes de Política Habitacional que têm sido estudadas nos Ministérios do Planejamento e do Interior e que, aceitas pelos demais órgãos do Govêrno, deverão provàvelmente ser consagradas no **Programa Estratégico de Desenvolvimento** do atual Govêrno, para vigorar no próximo triênio, de 68 a 70.

Não vamos comentá-las tôdas porque seria ocioso. Será dada ênfase, no entanto, a certos aspectos de incontestável interêsse, como se verá adiante.

1) Os Programas Habitacionais constituirão um instrumento da política de desenvolvimento econômico e social, devendo por conseguinte harmonizar-se com os demais programas setoriais, dentro do Plano Estratégico de Govêrno. É óbvia, em decorrência, a necessidade de prover-se a máxima coordenação entre os programas de habitação, os de serviços públicos e comunitários, e os de desenvolvimento econômico em geral.

2) Os Programas Habitacionais serão, paralelamente, um instrumento da política de desenvolvimento regional e de ocupação do território. Visando lograr-se maior eficiência econômica e máxima utilidade social, convém orientar os investimentos em habitação — sempre que possível — em direção aos locais ou regiões onde já existam ou se projetem concentrações de atividade econômica.

3) Os Programas Habitacionais atenderão a populações dentro de adequados padrões de salubridade e segurança, compatíveis com a capacidade de pagamento das famílias e da comunidade. Cabem aos órgãos executores da Política Nacional de Habitação o estudo e a proposição das medidas tendentes a assistir as populações de renda insuficiente.

4) O Banco Nacional da Habitação, principal executor do Plano Nacional de Habitação, dará continuidade aos seus programas, dentro dos princípios da Lei 4 380 de 21-8-64 que o criou e da Lei n.º 5 107 de 13-9-66 que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, de modo a manter a rentabilidade média devida a êsse Fundo. Tal política pressupõe que os financiamentos sejam recuperados ao longo do tempo, mediante instrumentos realísticos de correção monetária.

5) O Govêrno reconhece que se poderá fazer necessária uma política de subsídios, destinados às famílias de muito baixa renda, que não possam ser atendidas pelos programas normais do Sistema Financeiro de Habitação. Essa área de subsídios será contudo minimizada, reduzindo-se o mais possível às despesas de planificação e preparo de projetos e, em alguns casos, aos gastos com obras de infra-estrutura (saneamento básico e urbanização). Nos programas habitacionais para essas camadas da população, deverão ser incentivados o uso de materiais locais e o emprêgo de mão-de-obra dos interessados, em regime de construção por esfôrço próprio ou ajuda mútua.

6) Os programas destinados aos grupos familiares de muito baixa renda deverão ser complementados mediante programas intégrados de desenvolvimento da comunidade. A ação do Govêrno Federal através dos órgãos de desenvolvimento regional ou de quaisquer outros órgãos com interêsse no setor, será destinada a completar a ação das autoridades estaduais ou locais.

7) Com o objetivo de reduzir os custos de construção, e melhor adequar os diferentes projetos às aspirações dos diversos grupos familiares, é atribuída prioridade aos programas de pesquisas tecnológicas e sócio-econômicas. Sondagens e inquéritos serão necessários para apreciar o grau de satisfação, bem como a relação entre as despesas com a habitação e a receita familiar. Os materiais e os processos tecnológicos de construção devem ser, igualmente, objeto de pesquisa para permitir a redução dos custos, especialmente através da padronização de materiais e racionalização de métodos.

8) Os diversos Programas Habitacionais deverão considerar, entre os componentes do valor da habitação, o custo dos terrenos convenientemente urbanizados. Daí a necessidade de medidas de disciplinamento do uso do solo urbano.

9) No que concerne à habitação rural, reconhece-se que a respectiva problemática é diversa da característica dos meios urbanos. Daí porque os programas de habitação rural devem depender, primordialmente, de programas integrados de Desenvolvimento Agrário ou de extensão rural, de modo que a habitação não se apresente de forma isolada, mas coordenada com os demais programas ligados ao meio rural.

Com respeito à construção de habitações destinadas à população rural, o texto acima pode dar a impressão de que o assunto não mereceu muita prioridade. No entanto, êsse tipo de moradia fazia parte do texto primitivo do Projeto que deu lugar à Lei n.º 4 380, entre as prioridades constantes do Art. 4.º. Foi vetado mas, posteriormente, foi êsse um dos poucos vetos recusados pelo Congresso. Hoje consta expressamente da Lei, sendo a quinta prioridade na concessão dos recursos à disposição do Plano Nacional de Habitação.

Já agora em 1968, deverá surgir o primeiro projeto de construções rurais, no Rio Grande do Sul. A verificação de pequena agressividade no setor rural não é tanto por falta de recursos, mas por motivo de certa timidez dos próprios mecanismos institucionais existentes.

O programa das Nações Unidas para o desenvolvimento no Brasil

EDUARDO ALBERTAL

A história das atividades de desenvolvimento das Nações Unidas no Brasil, embora curta, apresenta um saldo altamente positivo. Em 15 anos, através do Programa Ampliado de Assistência Técnica, e mais tarde o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o País pôde utilizar os serviços de 606 especialistas internacionais e treinar 434 técnicos brasileiros no exterior. Simultâneamente foram concedidas 737 bôlsas-de-estudo, de modo que outros técnicos, especialmente de países latino-americanos, puderam continuar seu treinamento e estudos no Brasil. Além disso, através de seminários de treinamento e de cursos intensivos no País, foi dado treinamento especializado a mais de 2 000 técnicos brasileiros, especialmente no que se refere ao planejamento econômico e industrial e à elaboração de projetos. Essas cifras, contudo, não incluem um número substancial de funcionários brasileiros, professôres e técnicos que participaram de seminários e reuniões técnicas internacionais sob o patrocínio da comunidade de organizações das Nações Unidas.

No campo do pré-investimento, o Programa aprovou, de 1960 até dezembro de 1967, um total de 17 projetos de vulto para o Brasil. O gasto combinado do Govêrno brasileiro e do Programa para cobrir êsses projetos é de .... USS 53 384 683. A reunião de janeiro de 1968 do Conselho de Administração vem de aprovar um projeto adicional para o Brasil. Seu custo será de USS 2 276 500, dos quais USS 926 500 representam contribuição do PNUD.

O quadro do programa do PNUD no Brasil não ficaria completo sem uma referência às atividades de assistência técnica programadas para o biênio 1967-1968. Os .. USS 1 516 340 reservados para êste programa financiam missões de assistência técnica nos campos do planejamento econômico e industrial, avaliação mineral, mercado e crédito rural, cooperativismo, produção animal, planejamento e administração de fazendas, educação técnica, planejamento sanitário, transportes e telecomunicações, hidrologia, estatística agrícola, pesca, silvicultura, zootécnica, mecanização agrícola, nutrição, pastagens, planejamento educacional, treinamento de professôres, estatística educacional, demografia, problemas habitacionais, inspeção do trabalho, pesquisa tecnológica, reatores, espectrografia nuclear e radioisótopos, contrôle de vírus, terapia educacional, poluição da água e do ar, meteorologia das telecomunicações, meteorologia sinóptica e meteorologia física e dinâmica. Êste programa inclui 28 bôlsas-de-estudo para brasileiros no exterior e fundos para aquisição de equipamento.

A colaboração entre o PNUD e o Govêrno brasileiro ampliou-se recentemente com a alocação de recursos adicionais para a tarefa de avaliação dos recursos naturais do País e para o treinamento do seu quadro técnico e a preparação dos setores-chaves da economia para um desenvolvimento mais rápido.

As atividades de pré-investimento empreendidas pelo Govêrno brasileiro com o auxílio do PNUD incluem levantamentos dos recursos naturais e o refôrço de setores-chaves da economia brasileira tais como instituições de treinamento técnico e pesquisa aplicada. Os levantamentos em execução no momento englobam setores diversos: energia elétrica, colonização e irrigação, transporte e estradas, estudos de bacias hidrográficas, recursos minerais e pesca. As instituições de treinamento técnico patrocinadas conjuntamente pelo Govêrno brasileiro e o PNUD abrangem os campos da silvicultura, ciências básicas e tecnologia, engenharia sanitária e hidrologia aplioada. Pesquisas tecnológicas estão sendo efetuadas em campos tão diversos como tecnologia alimentar, meteorologia e pesticidas agrícolas.

Do seu simples relacionamento, torna-se óbvio que as atividades empreendidas pelo .... PNUD, por solicitação das autoridades brasileiras, abrangem uma área muito ampla.

Os levantamentos dos recursos naturais indicam o interêsse do Govêrno brasileiro em acelerar, sob critérios racionais, a exploração e utilização mais completa dos recursos brasileiros. As autoridades de treinamento técnico e de pesquisas evidenciam preocupação idêntica quanto ao aprimoramento das técnicas nacionais e o domínio dos problemas básicos como um meio de acelerar o processo do desenvolvimento econômico.

Dentre os 17 projetos de vulto aprovados pelo PNUD para o Brasil, 10 dos que se encontram em fase de execução ou que já foram completados constituem levantamentos de recursos naturais. Os 7 projetos restantes se relacionam com o desenvolvimento dos recursos humanos e técnicos. Os esforços combinados do PNUD e do Govêrno brasileiro em campos amplamente separados, mas relacionados, destinam-se a abrir o caminho para o desenvolvimento através de um maior conhecimento dos recursos naturais do País, da aquisição das técnicas necessárias a êsse desenvolvimento e da acumulação dos dados técnicos e científicos que possibilitarão investimentos futuros.

DE RECURSOS ENERGÉTICOS

Sob a liderança brasileira estão sendo completados três levantamentos complementares do potencial energético das regiões Centro-Sul e Sul do País sob a autoridade executiva do Banco Mundial. Nessa área densamente povoada do País estão localizados quatro quintos de sua indústria e dois terços de sua produção agrícola. As duas primeiras fases dêsses estudos já foram completadas, e as construções de reprêsas e facilidades geratrizes e de transmissão, de acôrdo com as recomendações indicadas nos relatórios, já estão bem adiantadas. Essas construções estão sendo financiadas por um investimento de USS 263 milhões do Banco Mundial, da República Federal Alemã e dos Estados Unidos. Um investimento adicional de USS 104 milhões está sendo financiado por fontes brasileiras públicas e privadas. Os levantamentos realizados, que incluíram estudos detalhados de usinas hidrelétricas que poderão ser optativamente construídas em diversos locais promissores, indicam que o Brasil possui, na área levantada, enorme potencial hidrelétrico pronto para ser explorado.

De acôrdo com o indicado no relatório final das fases I e II, êsse levantamento...

> "é sem precedentes no mundo, não apenas em escala, mas também em significação econômica, particularmente para o Brasil, onde suas descobertas alteram profundamente a tendência da opinião corrente — felizmente errônea — com respeito às limitações do potencial energético".
>
> "os estudos revelaram que sòmente nessa parte do seu território o Brasil possui um potencial hidrelétrico que monta a aproximadamente 40 000 megawatts que podem ser aproveitados sob condições econômicas as mais favoráveis".

A terceira fase dêsses levantamentos, abrangendo os Estados de Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul, está agora em andamento. Os estudos incluem um levantamento de outras fontes de energia que possam ser encontradas na região.

A conseqüência final mais importante dêsses levantamentos foi o desenvolvimento energético integrado da região. Sob o comando do Govêrno Federal, tôdas as grandes rêdes de energia na área Centro-Sul estão sendo interligadas, intensificando dessa maneira o valor de todos os novos investimentos e multiplicando o rendimento das rêdes.

AVALIAÇÃO DO SOLO

Sob o comando da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o PNUD executou, sob a supervisão executiva da FAO, um estudo de solos numa vasta área (aproximadamente 500.000 hectares) em ambas as margens do baixo-médio São Francisco, nas proximidades das cidades de Petrolina, Pernambuco, e Juàzeiro, Bahia. Êsse primeiro levantamento, que foi completado em 1965, mostrou que havia possibilidade de expandir largamente a área cultivada sob irrigação. A importância do aumento da produção agrícola dessa região do País, de fácil acesso ao grande mercado do Nordeste, salta aos olhos. Para êsse fim, e baseados nas descobertas positivas do levantamento inicial, o PNUD e a FAO foram instados pela SUDENE a empreenderem estudos adicionais, incluindo o estabelecimento de dois esquemas-pilôto de colonização. Essa segunda fase está agora em andamento, com o total apoio da SUDENE, e os postos experimentais estabelecidos nas duas áreas selecionadas mostram a olhos vistos a tremenda potencialidade dêsse esquema. O Govêrno brasileiro está agora aguardando ansiosamente a conclusão dessa fase experimental, a fim de iniciar um programa maciço de irrigação em áreas adequadas do Nordeste.

LEVANTAMENTO INTEGRADO

O Govêrno brasileiro, com a assistência do Banco Mundial, iniciou em 1964 um levantamento do seu sistema de transportes que inclui estradas de ferro, uma quantidade de portos marítimos selecionados, navegação costeira e as estradas principais na região Sul do País.

A fim de ajudar o Govêrno brasileiro a completar êsse levantamento, o PNUD destinou, em 1967, USS 1 730 000, contra uma contribuição de USS 9 175 000 por parte do Govêrno brasileiro, para cobrir uma segunda fase do projeto. Essa fase envolve um estudo das maiores estradas em São Paulo e 13 outros Estados, em sua maior parte no Nordeste e está sendo executada pelo GEIPOT — Grupo de Estudos dos Transportes do Govêrno Brasileiro — com o apoio do PNUD e da USAID. Êsse arranjo tripartite permitirá completar a segunda fase nas mesmas linhas básicas da fase inicial e sob a autoridade executiva do Banco Mundial.

No momento o estudo está sendo executado com a ajuda de diversas firmas particulares subcontratadas pelo Banco Mundial. Espera-se que essa fase seja concluída em fins de 1968. Os dados já coletados permitiram ao Govêrno brasileiro delinear seu programa de desenvolvimento dos transportes em bases sólidas e coerentes. Parte dos fundos proporcionados pelo PNUD destina-se ao treinamento de especialistas brasileiros no exterior, nos vários campos de transporte, a fim de reforçar a autoridade nacional de planejamento de transportes.

O estudo unificado da Bacia da Lagoa Mirim, iniciado pelo Brasil e pelo Uruguai com o apoio do PNUD/FAO em janeiro de 1964, não só veio de encontro a uma exigência regional secular, mas, na verdade, foi o primeiro estudo integrado de bacia hidrográfica na América Latina. Essa bacia, que banha 40 000 quilômetros quadrados no Brasil e no Uruguai, tem uma das maiores áreas na Costa do Atlântico e é potencialmente adequada para agricultura intensiva sob irrigação. Os estudos que estão sendo feitos compreendem os aspectos hidrológicos e hidráulicos, levantamento de solos, agronomia, agricultura e produção animal, e já indicam as enormes potencialidades dessa área para a produção combinada de gado e arroz sob irrigação. A possibilidade de combinar irrigação com um programa de contrôle de mananciais abre uma perspectiva inteiramente nova para essa área muitas vêzes inundada. As equipes combinadas de peritos — Brasil, Uruguai e FAO — devem concentrar-se agora em projetos específicos, incluindo a construção de reprêsas para o contrôle de água e irrigação em ambos os lados da fronteira. Êsses estudos de exeqüibilidade, quando prontos, devem ser submetidos às agências financeiras internacionais para exame e aprovação.

Um outro estudo de bacia hidrográfica foi iniciado pelo Govêrno brasileiro, em fins de 1966, com o apoio do PNUD/UNESCO na região do Pantanal mato-grossense. O objetivo dêste estudo é colhêr e avaliar dados hidrológicos dessa região. Para alcançar êsse objetivo, será instalada uma rêde de estações hidrometeorológicas na bacia do Alto Paraguai e serão feitas pesquisas sôbre o sistema hidráulico e a ecologia do Pantanal. Um modêlo experimental da bacia será construído para que se possa projetar um sistema de previsão de inundações.

PESQUISAS MINERAIS

A nova Constituição brasileira, promulgada em março de 1967, criando nova legislação para estudos mineralógicos, abriu o caminho para a assistência do PNUD nesse importante campo. Através das Nações Unidas, em 1962, o PNUD tentou assistir a SUDENE num estudo das jazidas de sal-gema e de potassa existentes no Nordeste. Embora êste projeto fôsse finalmente cancelado, com a concordância do Govêrno brasileiro, os estudos preliminares indicaram a existência de ricos depósitos econômicamente exploráveis na área. Mais recentemente, a SUDENE autorizou grandes investimentos privados para a exploração dessas jazidas, para servir de base a uma indústria química pesada a ser estabelecida em Recife. Êsse é um caso no qual, embora o levantamento completo não pudesse ter sido concluído, seus resultados antecipados estimularam investimentos aprovados pela SUDENE, que contribuirão grandemente para o desenvolvimento da região.

PESCA

A despeito do seu extenso litoral, o Brasil ainda não desenvolveu uma indústria pesqueira compatível com as riquezas disponíveis e o mercado interno potencial. Em junho de 1965, o Conselho de Administração do PNUD aprovou um projeto para o desenvolvimento da pesca, de dois anos, que está sendo executado pela FAO com o apoio total da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca). Êsse projeto visa a assistir o Govêrno brasileiro na adoção de uma legislação adequada à promoção da indústria pesqueira através de serviços consultivos para revitalizar a SUDEPE. Em vista do sucesso já alcançado, espera-se que, na conclusão dêsse projeto, o Govêrno brasileiro solicite assistência adicional na execução de um programa completo de pesquisa oceanográfica e de treinamento de tripulações nos métodos mais modernos e eficientes de pesca.

O seguinte grupo de projetos de vulto visa a dar apoio às instituições de treinamento técnico essenciais ao desenvolvimento integrado do País.

ENGENHEIROS FLORESTAIS

Sob a direção do Govêrno brasileiro, o PNUD colaborou na fundação da primeira Escola Nacional de Florestas do Brasil. Originalmente, a Escola foi instalada em Viçosa, Minas Gerais, sendo mais tarde transferida para Curitiba, onde está funcionando agora sob o patrocínio conjunto da Universidade Federal do Paraná e do PNUD. O corpo docente da Escola Nacional de Florestas está-se formando simultâneamente com os primeiros engenheiros florestais do País, com a assistência que vem sendo prestada por uma equipe internacional de técnicos provida pela FAO, desde 1962. Os primeiros 54 graduados dessa Escola, que foram examinados por uma autoridade mundial em assuntos florestais e por ela considerados como tão competentes quanto quaisquer outros engenheiros florestais no mundo, encontraram imediatamente um mercado público e privado de empregos pronto a usá-los. Apesar de ser esta uma profissão relativamente nova, a procura de engenheiros florestais cresce de ano para ano.

Concomitantemente com o treinamento do corpo docente e de estudantes (158 êste ano), a Escola provê serviços consultivos às várias indústrias florestais na região. Recentemente, um dos seus técnicos procedeu a um completo levantamento das reservas de coníferas do Estado do Paraná para a CODEPAR (Comissão de Desenvolvimento do Paraná), que foi considerado satisfatório por todos os interessados.

TECNOLOGIA E CIÊNCIAS BÁSICAS

A recém-fundada Universidade de Brasília solicitou a assistência do PNUD num projeto destinado a elevar o nível de ensino das ciências básicas e da tecnologia e a iniciar pesquisa fundamental, projeto intimamente relacionado com o estabelecimento dos seus Institutos Centrais. Em 1964, o Conselho de Administração do PNUD aprovou uma alocação de USS 1 419 000 para êste projeto que está sendo executado sob a direção da UNESCO. O valor da contribuição brasileira de contrapartida está orçada em USS 6 300 000.

FORMAÇÃO DE HIDRÓLOGOS

A despeito de, ou provàvelmente por causa de sua enorme riqueza em recursos hidráulicos, o Brasil se ressente de uma carência de hidrólogos tècnicamente habilitados para empreender pesquisas hidrográficas e conduzir estudos correlatos. Essa carência de especialistas tornou-se mais evidente quando se iniciaram os levantamentos do potencial energético na região Centro-Sul, os estudos de irrigação no vale do baixo-médio São Francisco, os estudos visando ao desenvolvimento da região da Lagoa Mirim e, mais recentemente, os estudos hidrológicos da bacia do Alto Paraguai.

A fim de suprir a procura de hidrólogos, o PNUD aprovou, em junho de 1967, uma alocação de USS 892 000 destinada a reforçar o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade do Rio Grande do Sul, pela criação de um Centro de Hidrologia Aplicada, e a prover uma equipe de técnicos internacionais para empreender um programa de treinamento pós-graduação, como também de nível médio, no campo da engenharia hidráulica e da hidrologia.

Embora a pesquisa aplicada não possa ser separada do treinamento técnico, para fins práticos, os seguintes projetos estão classificados como pesquisa aplicada, cada um incluindo um componente substancial de treinamento.

TECNOLOGIA ALIMENTAR

Êste projeto visa auxiliar o Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos de Campinas, São Paulo, a expandir suas atividades de pesquisas quanto à conservação e industrialização de frutas e vegetais. Para esta grande e moderna instituição de pesquisas orientada para a indústria, o Programa concedeu, em 1963, uma alocação de recursos destinada a reforçar suas atividades de pesquisas nos campos acima mencionados. Com o equipamento importado e os peritos internacionais contratados pela FAO, os resultados já obtidos são amplamente satisfatórios. Como uma resultante das pesquisas aplicadas sôbre uma grande variedade de frutas tropiciais, um grande número de indústrias de enlatamento já se estabeleceu nos arredores de Campinas. Experiências em curso nos levam a prever novos investimentos em indústrias de processamento de alimentos em São Paulo num futuro próximo.

Cursos intensivos de treinamento para técnicos industriais e supervisores de fábricas, em todo o País, têm sido uma parte integrante e muito popular dêste projeto.

ENGENHARIA SANITÁRIA

Sob o patrocínio do Estado da Guanabara foi criada uma instituição assistida pelo PNUD e pela Organização Mundial de Saúde: o Instituto de Engenharia Sanitária. Êste Instituto, o primeiro em seu gênero no Brasil, está estreitamente ligado ao Departamento de Águas e Esgotos do Estado da Guanabara. O equipamento de laboratório, de primeira ordem, que foi fornecido ao Instituto através dêste projeto, já foi instalado e está sendo intensamente utilizado na análise de água potável, perdas industriais e poluição do ar e da água. Há uma ligação positiva entre o estabelecimento desta instituição de pesquisa e treinamento e a melhoria da qualidade da água potável fornecida à Cidade do Rio de Janeiro e a outras áreas do Estado da Guanabara. As instalações do Instituto estão, outrossim, sendo usadas para abrigar cursos intensivos de treinamento em vários aspectos da saúde pública e contrôle de água potável para todos os Estados da União.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O interêsse do Brasil em estudos de pré-investimento e atividades de cooperação técnica tem aumentado consideràvelmente nos últimos anos. Os resultados concretos de alguns projetos acima descritos estimularam interêsse posterior e o número de solicitações submetidas ao PNUD aumentou dramàticamente. Isso parece ser outra indicação clara do interêsse brasileiro quanto ao desenvolvimento e a seriedade de propósitos com que se encara as atividades de desenvolvimento patrocinadas pela ONU no Brasil.

Ao aceitarmos o convite para participação da SUDEPE na REVISTA ECONÔMICA JB 67/68, através da divulgação de suas atividades, preferimos proporcionar aos futuros leitores acesso às informações básicas sôbre os principais problemas e perspectivas de desenvolvimento do setor pesqueiro ,em vez de sumariar simplesmente os resultados da atuação da SUDEPE. Estamos certos de que êste procedimento tornará a leitura não só mais amena e interessante, mas principalmente permitirá o esclarecimento e a orientação do setor privado — mola mestra do desenvolvimento da pesca — na realização de seus investimentos.

Visando a êste objetivo foram preparadas sínteses de dois valiosos trabalhos técnicos, que embora não sejam oficialmente endossados pela SUDEPE, representam uma avaliação crítica e independente dos principais aspectos do desenvolvimento da pesca em nosso País. Acreditamos que desta forma estejamos colaborando para solução da questão proposta pela equipe responsável pela REVISTA ECONÔMICA JB — "o que está faltando para impulsionar o Brasil no setor pesqueiro?". E ainda estejamos contribuindo para o maior esclarecimento público, como também para desfazer certos mitos e dogmas vigentes na análise dos problemas da pesca no Brasil.

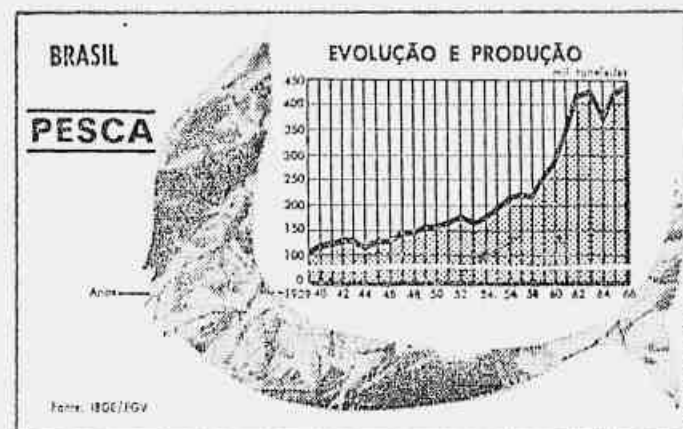
O trabalho do economista Luciano Mauro de Andrade — DIRETRIZES BÁSICAS DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA — abrange os principais problemas da pesca, avaliando com critérios racionais as principais diretrizes econômicas que deverão orientar a ação oficial. O estudo do biólogo Soloney Moura — PESQUISA EXPLORATÓRIA — FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA — aborda a importância da pesca exploratória na orientação dos investimentos do setor privado e analisa o programa-conjunto SUDEPE/FAO a ser iniciado no corrente ano.

Desejamos registrar de público nosso reconhecimento pela colaboração que êstes técnicos vêm prestando ao desenvolvimento da pesca, bem como assumir a responsabilidade por qualquer eventual deficiência das sínteses apresentadas, fruto natural das limitações do espaço a nós destinado.

Acreditamos que as soluções dos problemas do desenvolvimento pesqueiro vêm sendo gradativamente atingidas, principalmente em face da compreensão existente em todos os setores governamentais da importância da pesca como fator de desenvolvimento econômico.

Antônio Maria Nunes de Souza
Superintendente

Diretrizes básicas de uma política de desenvolvimento da pesca

BRASIL
PESCA
EVOLUÇÃO E PRODUÇÃO
Fonte: IBGE/FGV

Muito tem sido falado e divulgado sôbre os problemas da pesca no Brasil, algumas panáceias, dogmas e mitos sôbre as possibilidades de desenvolvimento do setor e solução para os problemas existentes, tantas vêzes repetidas, vêm assumindo forma de verdades absolutas, prejudicando o debate dos problemas fundamentais e gerando dúvidas desnecessárias nos prováveis investidores privados e acarretando pressões nos diversos setores de ação governamental. O exame dos principais problemas existentes no aceleramento do desenvolvimento da pesca exige a união de esforços de todos os técnicos do setor, de modo a retirar a análise da realidade do campo emocional e futurista e colocá-la em têrmos reais, que possibilite ação a curto prazo e a fusão dos esforços do setor privado e público.

O presente estudo é a tentativa do esbôço preliminar das hipóteses básicas de trabalho a serem desenvolvidas e pesquisadas, com base na análise dos dados e trabalhos disponíveis.

O estabelecimento de incentivos especiais para pesca, cujas sementes iniciais já estão plantadas, exige a fixação de diretrizes de modo a possibilitar o desenvolvimento harmônico e rápido do setor, maximizando globalmente os rendimentos dos investimentos a serem realizados.

Os principais benefícios e incentivos da nova legislação pesqueira podem assim ser resumidos: isenção parcial do Impôsto de Renda a empreendimentos pesqueiros enquadrados nas prioridades estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca; dedução da renda bruta para efeito de Impôsto de Renda, das aplicações diretas ou indiretas na prospecção de recursos pesqueiros, ensino técnico e pesquisas ligadas à pesca; isenção até 1972 do Impôsto de Renda sôbre os resultados econômicos de empreendimentos pesqueiros; isenção de impostos e taxas federais de qualquer natureza, sôbre produtos da pesca, industrializados ou não; isenção de taxas portuárias sôbre as operações de embarcações pesqueiras; isenção dos impostos sôbre importação e produtos industrializados de equipamentos de pesca; enquadramento das atividades pesqueiras no sistema nacional de crédito rural para efeito da concessão de finaciamentos a tôdas atividades pesqueiras.

Analisemos as perspectivas dos principais aspectos do desenvolvimento da pesca: produção, frota, infra-estrutura, comercialização, industrialização e a ação governamental.

PRODUÇÃO — Em que pêse a tradicional deficiência das estatísticas disponíveis é provável que a produção pesqueira se situe em tôrno das 400 000 toneladas. A análise da série histórica permite a caracterização de três períodos característicos: de 1939/46 em que a taxa anual de crescimento da produção foi de 2,1%, 1947/56 em que a taxa é de 4,0% e 1957/66 em que atinge 7,2%. A evolução da distribuição regional da produção no período 1953/66 permite a caracterização indicativa da potencialidade pesqueira. A Região Sul é a que apresenta maior potencial pesqueiro, pois sua participação na produção evolui de 29% para 48% do total do País e corresponde à maior taxa de crescimento anual observada de 12,4%. A produção desta Região se caracteriza pelo pescado popular, de baixo preço, de espécies tais como a sardinha, merluza, enchova, tainha, corvina, pescadinha etc. A Região Leste de 1953 para 1966 teve reduzida a sua participação de 34% para 15% do total do País; nesta região, prepondera a pesca de linha, com diversas espécies de pescado fino, tais como badejo, cherne, garoupa etc. A Região Nordeste, no mesmo período, manteve a sua participação pràticamente constante em 25% do total. O pescado é do tipo fino, com diversas espécies de atuns, pargo etc., e ainda com substancial produção de lagosta, destinada à exportação. A produção da Região Norte aumentou sua participação de 9 para 11% do total do País, com pescado tipo fino e camarão. Esta área ainda é pouco explorada, mas devido às suas características oceanográficas deverá apresentar grandes possibilidades no futuro.

As taxas de crescimento anual observadas confirmam as tendências regionais. A das Regiões Sul e Norte são de nível superior à do Brasil, o que confirma a possível potencialidade destas áreas. O Nordeste apresenta taxa também superior à brasileira, mas muito próxima desta. A Região Leste está pràticamente estagnada em relação às outras áreas.

As projeções de produção de pescado são de validade relativa, devendo servir como indicadores da provável evolução, tendo em vista as limitações decorrentes da não quantificação científica do potencial pesqueiro e das repercussões dos novos investimentos gerados pelos incentivos fiscais. As estimativas da Fundação Getúlio Vargas, baseadas nas séries estatísticas disponíveis prevêem uma produção de cêrca de 660 000 toneladas em 1970. Mantidas as tendências regionais a Região Sul participará com 53% da produção total do País; o Nordeste e o Leste terão suas participações reduzidas para 22% e 11% respectivamente, enquanto o Norte participará com 10%.

As atuais importações brasileiras de pescado e subprodutos, principalmente de bacalhau e farinha de peixe, totalizaram cêrca de US$ 20 milhões, enquanto as exportações brasileiras situam-se em tôrno de NCr$ 5 milhões, o que corresponde a um encargo anual de aproximadamente US$ 15 milhões. É provável que as importações de bacalhau, que representam maior encargo, se reduzam muito pouco, pois atende a um consumo determinado. Entretanto, as importações de farinha de peixe poderão vir a ser eliminadas em futuro próximo, dependendo êste fato do aumento do consumo de rações em que é utilizada como um dos componentes. Em pêso as importações significavam 20% da produção brasileira em 1955 e tiveram a sua participação reduzida para cêrca de 7% em 1966.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA FROTA

A frota pesqueira é formada de grande número de unidades de pequeno porte, a remo e a vela, e um pequeno número de unidades a motor. As estatísticas disponíveis são precárias, mas podem servir como referência para análise, em têrmos globais. A evolução da frota, em têrmos de número de embarcações registradas, no período 1958/65 indicam ter ocorrido alguma melhoria nas condições da frota, visto que o número de embarcações a motor aumentou a uma taxa geométrica anual de 8,7%, superior às do aumento das embarcações de menor produtividade, cujas taxas foram respectivamente 5,6% para embarcações a vela e 3,5% para embarcações a remo. Apesar dêste fato em 1965 o número das embarcações a motor representam apenas cêrca de 3,1 do total, mas é provável que tendo em vista sua capacidade de carga e de pesca ser superior à dos outros tipos, a parte destas embarcações destinadas à chamada "pesca industrial" seja responsável por parcela significativa da produção de pescado. A pesca industrial provém bàsicamente dos seguintes tipos de pescarias: pesca de traineira (sardinha, enchova, tainha), pesca de arrasto (merluza, corvina, pescadinha), pesca de linha (pargo, cherne, garoupa, badejo, albacora), pesca de camarão e lagosta.

Da produção total do pescado em 1965, cêrca de 77% provém do mar sendo os 23% restantes de água doce. Da pesca marítima,cêrca de 61% são atribuídos à pesca industrial; isto corresponde a aproximadamente 200 000 toneladas; pois a produção da pesca marítima foi naquele ano da ordem de 330 000 toneladas. Atualmente estas pescarias são efetuadas preponderantemente em embarcações com mais de 10 toneladas de capacidade de carga, ocupando cêrca de 10 000 tripulantes. A produtividade da pesca industrial, de acôrdo com esta estimativa, seria da ordem de 20 toneladas anuais, índice inferior aos internacionais, mas substancialmente superior ao da pesca com outros tipos de embarcações, estimada em tôrno de 1 tonelada anual por pescador.

A frota dedicada à pesca industrial, embora apresente um nível de produtividade muito superior ao da pesca de menor porte, artesanal ou não, ainda poderá aumentar em muito sua eficiência pela introdução de novos equipamentos, que são pouco difundidos em nosso País. Na pesca de traineiras, por exemplo, a não utilização de equipamento detector de cardumes do tipo sonar na captura de sardinha é um dos condicionantes da realização desta pesca sòmente nos dias *escuros*, sem luminosidade, que permitem a identificação apenas dos cardumes que afloram à superfície do mar. Ainda neste tipo de pesca, em algumas regiões, o número de tripulantes é de cêrca de 15 a 20 em decorrência da prática de se recolher a rêde à mão, quando a utilização de uma polia hidráulica *power block* ou do guincho triplex norueguês, poderia reduzir esta guarnição a cêrca de 10 a 12 homens.

É provável que se possa obter ganhos substanciais na produtividade da frota atual, através da introdução de equipamentos complementares de custo relativamente pequeno, para isto seria necessária a realização de amplo programa de treinamento de pessoal nas modernas práticas de pesca e incentivos especiais de financiamento dos equipamentos.

Existem indicações de que a frota de pesca industrial vem operando com elevado nível de capacidade ociosa. Estudos preliminares da equipe técnica da FAO estimam esta ociosidade em cêrca de 50% da capacidade máxima disponível. Para a pesca de arrasto realizada no Estado do Rio Grande do Sul, o nível de utilização dos barcos no período 1960/63 foi de 87% para os barcos grandes, 51% para os médios e 46% para os pequenos. A ociosidade da frota de pesca, embora não tenha sido objeto de pesquisa científica, é um fato cuja explicação pode ser encontrada nas deficiências da infra-estrutura pesqueira e do sistema de comercialização de pescado.

A INFRA-ESTRUTURA

A infra-estrutura pesqueira do País é bàsicamente formada por entrepostos e postos de recepção de pescado, construídos sob a égide do Ministério da Agricultura, e que na sua maioria pertenciam ao patrimônio da antiga Caixa de Crédito da Pesca. Êste acervo, a partir da criação da SUDEPE foi transferido à Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM. Originalmente, os atuais entrepostos de pesca foram concebidos com as características de um pequeno pôrto pesqueiro, com cais de atracação, sistema de descarga, produção e fornecimento de gêlo, fornecimento de insumos (óleo combustível, água etc.), área para comercialização no atacado (leilão) e armazenagem frigorífica. No passado, as tarefas dos serviços prestados pelos entrepostos de pesca e o preço do gêlo produzido eram subsidiados, gerante deficits permanentes nestas unidades, que, então administradas sob a forma de autarquia, não tinham a mobilidade empresarial necessária à sua gestão. Esta situação provocou rápida deterioração das condições técnico-operacionais, pela falta de conservação e manutenção dos equipamentos.

A maioria destas unidades encontra-se superada em face do desenvolvimento da produção pesqueira, sendo necessários vultosos investimentos de recuperação, ampliação e modernização. A CIBRAZEM, nos anos de 1965/67 executou um programa de emergência para recuperação das condições técnicas mínimas, necessárias ao funcionamento dos principais entrepostos e postos de recuperação de pescado. Apesar das recentes melhorias, as condições operacionais ainda deixam a desejar e a baixa produtividade dos serviços causa as seguintes distorções nas atividades pesqueiras: reduz a produtividade da frota; facilita a criação de vínculos comerciais em condições desfavoráveis para o pescador; acarreta violentas oscilações no preço do pescado e impede a institucionalização de um sistema de financiamento das transações; induz à realização de investimentos em instalações privativas pelos empresários para atendimento de suas necessidades, imobilizando desta forma, recursos que poderiam ser aplicados alternativamente e impossibilitando dêsse modo, as economias de escala existentes nas instalações de maior porte.

Existe na área governamental preocução com esta situação, tendo sido criado por Decreto presidencial um Grupo de Trabalho para equacionar o programa de modernização dos entrepostos e implantação de postos pesqueiros. Parece-nos, entretanto, que ainda não foi caracterizada a área de atuação dos órgãos que intervêm no problema.

COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização de pescado parece ser o fator condicionante básico do desenvolvimento da pesca; as flutuações de preços restringem a expansão da produção e o sistema de distribuição limita o crescimento do consumo. A comercialização no atacado é realizada normalmente nos entrepostos de pesca cujas deficiências operacionais e institucionais geram distorções diversas no mecanismo das transações. O sistema de mercado aberto, onde os produtores através de seus representantes credenciados (leiloeiros), oferecem sua produção aos compradores (atacadistas ou não), em face da inexistência das condições técnicas mínimas na infra-estrutura pesqueira e, conseqüentemente, de um sistema de financiamento do produto, se transforma num mercado com violentas oscilações de preço, em função do volume da oferta. Esta situação de mercado tende a reduzir a remuneração e elevar o risco dos investimentos no setor, impedindo a modernização e melhoria da produtividade, tanto na captura como na comercialização. As características de ocasionalidade da oferta dos produtos da pesca condicionam a existência de mercados sujeitos a violentas oscilações de preços, dada a perecibilidade do produto e gravadas pela estreiteza do mercado consumidor. A organização dos mercados dos produtos da pesca deve-se constituir no objetivo básico a curto prazo de modo a

permitir a autopropulsão do crescimento do setor pesqueiro. Dentre as medidas que deveriam ser examinadas visando a melhorias das condições do mercado ao nível de atacado destacam-se as seguintes: reformulação do sistema de leilão, com a introdução da figura do leiloeiro oficial; estabelecimento de sistema de informações de mercado; intensificação dos serviços de fiscalização sanitária; fixação de preços de orientação, para servir de base ao financiamento da mercadoria estocada, nas câmaras frigoríficas dos entrepostos oficiais.

No sistema de distribuição de produtos da pesca, reside provàvelmente a origem da dificuldade de concorrência dêstes produtos junto aos mercados consumidores com os outros produtos pecuários, no atual estágio brasileiro. Atualmente nas principais capitais, o pescado é distribuído principalmente através de feiras. Êste sistema de distribuição, onde preponderam pequenas unidades de baixa produtividade, nas quais o preço de venda é determinado principalmente em função do risco de perecibilidade do produto, e não em função da estrutura de formação dos custos, impossibilita a rápida expansão do consumo. A dispersão da rêde de distribuição é condição fundamental de ampliação do consumo e aumento da produtividade dos processos de distribuição. A possibilidade de incorporação de novos mercados no interior indica a imensa potencialidade de expansão do consumo de pescado. Entretanto, isto só será viável na medida em que se possam canalizar investimentos privados para esta atividade. A redução do risco de perda do produto, no processo de distribuição, através da utilização de balcões frigoríficos ou unidades frigoríficas, deverá permitir substanciais ganhos de produtividade, que possibilitarão a capitalização necessária à expansão da rêde. A modernização e expansão do sistema de distribuição poderia ser obtida através da orientação da ação governamental com base nas seguintes diretrizes: enquadramento prioritário nos benefícios da nova legislação pesqueira dos projetos que visem a modernização e expansão do sistema de distribuição; estabelecimento de entrepostos no interior para redistribuição de pescado; a melhoria gradativa, de comum acôrdo com os governos estaduais, das condições sanitárias da venda de pescados nas feiras livres; estímulos especiais para integração da rêde de açougues no sistema de distribuição de pescado.

INDUSTRIALIZAÇÃO

No atual estágio de desenvolvimento econômico do País, é provável que, a tendência observada mundialmente, de decréscimo do consumo de pescado com o crescimento da renda **per capita**, venha a ser compensada pela incorporação de novos mercados no interior e pela integração das camadas da população de renda mais baixa como novos consumidores potenciais. A industrialização do pescado configura-se, desta forma, como um instrumento de ampliação dos mercados e da formação de novos hábitos alimentares junto aos consumidores incorporados ao mercado. A indústria de pescado no Brasil foi criada visando o aproveitamento da produção existente, de estrutura artesanal. Desta forma preponderou a realização de investimentos cuja localização e dimensionamento foram feitos em função das possibilidades de curto prazo. De um modo geral, a indústria da pesca no Brasil instalou-se desvinculada das atividades de captura e procurando explorar, ao máximo, a desorganização dos mercados de pescado.

Esta dissociação de interêsses acarretou, na medida de sua intensidade, oscilações no volume da produção industrial e na capacidade ociosa na indústria, ao mesmo tempo em que os barcos procuravam, alternativamente, outras opções de venda para sua produção. As taxas de evolução da oferta e demanda de alimentos industrializados indicam que, a oferta de pescado elaborado evoluía a uma taxa média de 5,2 no período 1950/60, enquanto a procura crescia a uma taxa de 7,0 (Fundação Getúlio Vargas). As perspectivas de expansão do mercado consumidor de pescado industrializado, decorrente da futura interiorização do consumo, deverão vir a possibilitar a superação do atual estágio do setor industrial. Os últimos estudos realizados indicavam que a indústria de pescado vinha operando com elevado nível de capacidade ociosa, em decorrência de irregularidade no fornecimento de matéria-prima, causada pela dissociação dos interêsses da frota com os do setor industrial. A capacidade não utilizada, no setor da industrialização de pescado, de acôrdo com pesquisa realizada sôbre a indústria alimentar, era de cêrca de 30 a 40% em 1963. Sòmente as unidades de pequeno porte, apresentaram índices de utilização superiores a 70%. Deveria ser elaborado a curto prazo um programa de modernização da indústria existente, concedendo-se prioridade a êstes projetos; bem como é necessário que se regulamente e destinem recursos para as operações de crédito de aquisição de matéria-prima pelas indústrias, de molde a permitir maior regularidade de suprimento. Seria conveniente promover-se a associação da frota pesqueira não integrada em cooperativas de produção que poderiam estabelecer contratos de suprimento às indústrias.

AÇÃO GOVERNAMENTAL

A atuação da SUDEPE no estímulo às atividades pesqueiras deve ser avaliada, levando-se em consideração suas deficiências estruturais e a limitação de seus recursos financeiros.

As próprias características da atividade pesqueira e os riscos inerentes às atuais condições de conhecimento do potencial pesqueiro e a situação dos mercados são fatôres que tendem a retardar os novos investimentos no setor. Por outro lado, a carência de mão-de-obra especializada nas modernas técnicas de captura, industrialização e comercialização de pescado gera dificuldades aos novos empresários.

A superação dêstes problemas poderia ser obtida desde que fôssem canalizados recursos financeiros extraordinários visando os seguintes objetivos: a realização de pesquisas básicas sôbre a comercialização, consumo, mercados regionais e industrialização de pescado; a implantação de amplo programa de pesquisas exploratórias visando a localização e quantificação do potencial pesqueiro; a execução de programa de treinamento de pessoal (mestres e pilotos) nas modernas práticas de pesca.

A SUDEPE deverá iniciar no corrente ano com cooperação da FAO/ONU a implantação de um programa de pesca exploratória que, associado aos trabalhos de pesquisa oceanográfica realizados pela Marinha brasileira, deverá permitir a coleta dos dados necessários à orientação dos investimentos privados e à fixação de medidas de proteção dos cardumes.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Em que pêsem as atuais deficiências de pesquisas sôbre os potenciais pesqueiros regionais, as condições dos mercados e das emprêsas do setor e as características naturais das atividades pesqueiras, tem ocorrido significativo incremento nos investimentos na pesca, com uma tendência de maior aceleração no futuro.

Os principais indicadores dêste fato são: o número de projetos aprovados pela SUDEPE, o volume de recursos fiscais vinculados à pesca e os oferecimentos de créditos externos para o setor.

O quadro a seguir sintetiza as características dos projetos aprovados, na vigência do Decreto-Lei n.º 211, de fevereiro de 1967, é significativo o fato de que a média mensal de aprovação de projetos tenha sido superior a três.

PROJETOS APROVADOS NA VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI 211 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Emprêsas	Base das Operações	Aplicações NCr$ 1 000 Frota	Indústria	Total	Produção Ton/ano	Pessoas empregadas
Compesca	PR	744	56	800	768	33
José Sanchez Renne	GB/RJ	27	—	27	270	5
Confrio	SP	1.100	3.182	4.282	9.855	147
Cibradep	GB	1.729	3.471	5.200	8.000	127
Pescan	GB	27	—	27	270	5
Tavares Ltda.	SP	45	—	45	2.420	30
Ind. Riograndense S/A	RS	2.036	1.664	33.700	7.590	101
SIP	SC	—	2.350	2.350	6.480	286
Tayo	SP	485	—	485	5.062	150
Aloysio Guimarães Ltda.	GB	37	—	37	115	4
B. Haag. França	SP	63	—	63	280	6
Sobrape	GB	44	—	44	144	4
A. Prudente	SP	61	—	61	280	6
Pescobrás	GB	67	—	67	280	6
Cia. Florestal Sta. Catarina	SG	247	817	1.064	5.684	247
Antônio J. Santos	GB	68	—	68	144	15
Pescomar	PA	7.488	1.602	9.090	5.000	150
Viola Mayo	ES	75	—	75	330	15
Copesa	ES	—	622	622	4.920	28
A. S. Loyo	SP	56	—	56	280	6
J. F. Marques	GB	58	—	58	300	15
Guarujá	SP	—	153	153	—	—
Sipesca	SP	—	60	60	—	25
Equipesca	SP	—	392	392	—	—
S. Tarcizio	CE	—	325	325	—	—
Coqueiro	RJ	—	2.551	2.551	23.200	2.000
Copesbra	PE	1.500	—	1.500	2.164	65
Repesca	GB	—	—	—	—	—
Masgotran	GB	51	—	51	180	4
Irmãos Sopesco	SC	—	—	—	—	—
Atlantic	SP	—	1.500	1.500	—	—
A. F. Oliveira	SP	56	—	56	280	6
Soimex	GB	—	—	—	—	—
Irpex	MA	—	—	—	—	—

NOTA: Existem ainda mais oito projetos aprovados diretamente nos agentes financeiros.

Estimativas conservadoras das disponibilidades de recursos fiscais vinculados à pesca indicam que estas aplicações deverão corresponder a um investimento total da ordem de NCr$ 150 milhões em 1968. As perspectivas de desenvolvimento do setor estão diretamente ligadas à maturação dêstes investimentos cujo prazo médio **é de 2 a 3** anos.

Existem em exame inicial ofertas, crédito externo de diversos países, num montante aproximado de US$ 180 milhões.

O otimismo dêstes dados deve ser tomado como início da aceleração do processo de desenvolvimento da economia pesqueira. O sucesso dêstes empreendimentos dependerá em grande parte da eliminação dos obstáculos assinalados, através da realização de pesquisas de pesca exploratória, da organização dos mercados da racionalização e expansão do sistema de comercialização e da modernização da infra-estrutura pesqueira.

Pesquisa exploratória — fator de desenvolvimento da pesca

No atual estágio da pesca brasileira, principalmente no momento em que dispositivos vigorosos de incentivo à atividade foram instituídos, as pesquisas biotecnológicas concernentes ao dimensionamento e quantificação dos recursos pesqueiros, aliadas à adequação de métodos e rotinas de captura eficientes, representam papel preponderante, se não condicionante, para o seu desenvolvimento. As informações fornecidas por várias missões estrangeiras que realizaram sumários levantamentos na costa brasileira e ainda as tentativas efetuadas por grupos de pesquisadores nacionais foram suficientes para indicar uma potencialidade considerável dos nossos mares, incutindo nas autoridades brasileiras a necessidade de uma dinamização dos empreendimentos pesqueiros do País. Entretanto, no momento em que o investidor se dispõe a dimensionar sua emprêsa, calcular a amortização de seu capital e tantas outras medidas imprescindíveis na moderna planificação de uma indústria, tôdas estas informações são sensìvelmente superficiais e incompletas. Quando, quanto, onde e como pescar? Estas são perguntas para as quais o investidor necessita respostas tão seguras quanto possível. E são pesquisas que objetivamente forneçam respostas adequadas, que constituem a principal preocupação dos responsáveis pela administração da política de pesca do País.

Em têrmos de programação de pesquisa nacional, no tocante à avaliação dos recursos em detalhe e à adequação de técnicas eficientes de captura, destaca-se a elaborada pela SUDEPE e o Projeto do Fundo Especial das Nações Unidas para a Pesca no Brasil. Neste programa a costa brasileira foi dividida em cinco grandes áreas, considerando-se as peculiaridades oceanográficas e principalmente a distribuição dos estoques para cuja existência os trabalhos sumários acima referidos apresentaram confirmação indiscutível. São elas, a área A, compreendendo a costa do Território do Amapá e o Estado do Pará; área B, costa dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; área C, costa dos Estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo; área D, costa dos Estados do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná e Santa Catarina; área E, costa do Estado do Rio Grande do Sul. Estas áreas caracterizam-se pelas seguintes ocorrências e devido ao comportamento das espécies indicam-se as seguintes principais categorias de pesca a serem testadas: área A, camarão e peixes de fundo; área B, cavala, serra, voador, dourado, atum costeiro, atum oceânico, pargo, xaréu prêto e lagosta, sendo indicadas as pescas por arrasto de meia-água, linha de superfície, linha de fundo e covo ou gerere; área C, xaréu branco, atum costeiro, peixe de fundo de pedra, indicando a pesca por arrasto de meia-água e linha de fundo; área D, sardinha, manjuba, cavalinha, xarelete e peixes de fundo de lama, indicando a pesca de cêrco (*purseeiner*) e arrasto de fundo; área E, merluza e camarão, indicando a pesca por arrasto de fundo.

Para uma breve ilustração, abordamos as mais importantes espécies incidentes nas diferentes áreas, enfocando as evidências de suas abundâncias e alguns problemas específicos a serem estudados durante os levantamentos:

1 — CAMARÃO — Nas áreas A, D e E, estão localizadas as maiores concentrações de camarão do País. O estoque da costa do Território do Amapá e Estado do Pará, nada mais é do que a continuação do estoque já em exploração intensiva, por embarcações sediadas principalmente no Surinam, Guianas, e de nacionalidades diversas. Informes e relatórios publicados em revistas estrangeiras especializadas, dão conta de que esta frota já anda em tôrno de 200 embarcações. Esta exploração apresenta tendências de crescimento a curto e médio prazos. Somar-se-ão a ampliação das emprêsas estrangeiras operando na área, a implantação de indústrias nacionais, duas das quais enviaram seus projetos para a SUDEPE a fim de receber os incentivos fiscais e financeiros decorrentes dos estímulos criados pelo Decreto-Lei n.º 221. Tudo isso testemunha o grande potencial da área em foco, cuja manutenção em níveis econômicos da exploração está a depender em primeiro lugar da ocupação da mesma pela frota nacional, e em segundo, por medidas de regulamentação da pesca, só efetivas se baseadas em conhecimentos científicos sôbre a dinâmica dos estoques. Sôbre o potencial das áreas D e E, são os dados bioestatísticos da pesca semiindustrial brasileira que fornecem informações animadoras. Esta pesca é realizada ao longo das costas dos Estados abrangidos por estas áreas, ocupando uma estreita faixa da plataforma continental, não superior a 15 milhas de largura. Os estudos sistemáticos sôbre a composição dos desembarques comerciais, efetuados por instituições de pesquisa dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde 1958 e presentemente analisados conjuntamente por técnico da FAO, demonstra que, à parte da limitação tecnológica das embarcações de pesca usadas nesta exploração, apenas uma pequena fração do estoque está sendo capturado, e mesmo assim, durante uma fase do ciclo de vida do camarão em que o pêso reduzido dos indivíduos limita o valor total do desembarque. As pescarias exploratórias terão como finalidade comprovar estas informações, apontando as áreas de migração principalmente as usadas durante o retôrno aos locais de desova, quantificando as capturas e os custos operacionais desta pesca. Assinala-se, por último, que o camarão ocupa o primeiro lugar no mercado mundial de produtos pesqueiros. Embora o volume de produção dêste pescado seja insignificante em relação a maioria das espécies de peixes demersais e pelágicos, o valor desta produção, supera as demais.

2 — MERLUZA — Os índices da densidade relativa dos estoques de merluza incidente na região de influência da foz do Prata, que se estendendo desde o extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul até o Paralelo 35.º de latitude sul, obtidas tanto por pescarias exploratórias como na pesca comercial, tem apontado esta área entre as de maior importância, do ponto-de-vista pesqueiro, do mundo. No que toca à plataforma continental do Brasil, a pesca tem se restringido a profundidade não superior a 80 metros, enquanto levantamentos oceanográficos efetuados pela Marinha brasileira indicam a localização de camadas de água, com as características de temperatura, salinidade e oxigênio tidas como ideal para a merluza, em profundidades em tôrno de 200 metros. Arrastos experimentais efetuados por missão germânica, em termoclimas idênticas, e na área em questão, mostram-se 3 a 5 vêzes mais produtivas em comparação com as realizadas nas áreas atualmente exploradas. Considerando o curto período de tempo, 4 a 6 meses, de ocorrência de merluza no território nacional, a localização de áreas de maior produtividade é uma necessidade que se impõe, para o máximo aproveitamento dêsses recursos. A importância de merluza para a pesca no Brasil está diretamente relacionada com a oferta de alimento às populações de menos poder aquisitivo, por se tratar de pescado abundante, de custo de produção baixíssima e de alto valor nutritivo.

3 — PEIXES PELÁGIOS DO NORDESTE — Com esta denominação incluem-se os importanrecursos pesqueiros da área B, os atuns oceânicos e costeiros, os voadores e secundàriamente a serra, a cavala e o garapaus. A potencialidade dos estoques de atuns oceânicos está comprovada por trabalhos relativamente completos, que dão indicação da área de concentração, índices de captura e produtividade, e as variações dêstes elementos em diferentes períodos do ano. Não tão completos são os dados referentes às demais espécies citadas, porém são suficientes para indicar os locais de suas ocorrências. De um modo geral, os problemas que estão para ser solucionados dizem respeito a uma tecnologia capaz de produzir resultados econômicos satisfatórios para a implantação de uma indústria principalmente em têrmos de dimensionamento da mesma. As pescarias exploratórias nesta área e em relação a essas espécies terão como principal objetivo a utilização de técnicas modernas, como o arrasto de *meia água*, o *purseseiners*, ou a adoção de artes de pesca mais simples porém que utilizem elementos auxiliares, como a atração luminosa, verificando a viabilidade econômica da sua utilização pelos índices de captura obtidos. Deverão merecer atenção especial entre as espécies relacionadas, o voador e o atum costeiro. O primeiro é um recurso cuja potencialidade é indiscutível. Duas ou três espécies de voadores ocorrem abundantemente na área, sendo explorada precàriamente pelos pescadores artesões, através de técnicas das mais empíricas e primitivas possíveis de ser imaginadas. Não obstante, é o voador sêco-salgado assim produzido, que alimenta grande número de habitantes interioranos dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. A pesca exploratória na área B reveste-se de maior significado, quando se atenta que o Nordeste é a área de maior carência de alimentação protéica e que tem o maior contingente humano vivendo da exploração do mar, sendo justamente êste contingente o de menor *renda per capita* entre todos os profissionais da pesca do País. Paralelamente aos estudos referentes às espécies pelágicas, as pescarias exploratórias deverão fornecer informações sôbre as espécies demersais, principalmente o pargo e a lagosta, em ambos os casos o objetivo principal será o de verificar a possibilidade de ampliar as atuais áreas de pesca. Êstes dois recursos caracterizam-se pelo excelente preço, tanto no mercado local quanto externo e já contribuem efetivamente para a formação de riquezas da região.

A efetivação dêste vasto programa demandará realmente uma inversão considerável de recursos financeiros e humanos, além de necessidade de uma coordenação administrativa e técnica de grande envergadura. No tocante aos investimentos financeiros, o Govêrno brasileiro incluiu no Orçamento Plurianual de Investimentos para 1968/70, parcela substancial dos recursos necessários à execução do programa, indicando-o, inclusive, como prioritário no Programa Estratégico de Desenvolvimento. Caberá à ONU complementar financeiramente o projeto, constituindo esta participação numa decorrência das recomendações da primeira etapa do Projeto das Nações Unidas, anteriormente citado. Está prevista a participação das Instituições de Pesquisa de Pesca do País, as quais há algum tempo vêm desenvolvendo investigações de apreciável nível, como principal suporte técnico para a execução dos trabalhos, contando com a experiência de técnicos estrangeiros, se necessário, como assessôres. Se bem que previsto seu início para o ano de 1969, o programa como um todo, os levantamentos correspondentes à área E, indiscutivelmente a que reúne elementos que a identificam como área de prioridade um, deverão ser iniciados ainda no primeiro semestre do corrente ano. Para isso, já dispõe a SUDEPE de embarcação de características e equipamentos apropriados e o detalhe quantificado em têrmos de execução física e custo financeiro. Para seu financiamento recorreu a SUDEPE ao Fundo Agropecuário do Ministério da Agricultura, recebendo o projeto a devida aprovação. Tão logo sejam liberados os recursos referentes ao primeiro desembôlso, êste trabalho, que marcará época na história da pesca no Brasil, será iniciado.

BANCO BOAVISTA S. A.

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes

sob o n.º 33.483.541

RELATÓRIO DA DIRETORIA RELATIVO AO ANO DE 1967

Senhores Acionistas:

Foi auspiciosa a declaração do governo empossado a 15 de março de que iria manter, nas suas linhas básicas, as diretivas de seu antecessor. Essa continuidade é essencial ao êxito das profundas reformas apenas implantadas e à redução progressiva da inflação, fator primordial para estabilidade do ritmo político-social, e para recuperação da economia nacional.

É demasiadamente cedo para avaliarmos os efeitos em apenas nove meses de govêrno, mas registram-se resultados positivos: o índice geral de preços aumentou de 25% aproximadamente em 1967, contra 39% em 1966. Calcula-se que o p.n.b. elevou-se a cêrca de 5% no exercício.

Persistem contudo pontos negativos, sobressaindo o deficit orçamentário do exercício de 1967 e o previsto para 1968. Passa assim o deficit a ser, na atual conjuntura, o principal fator inflacionário.

Diante da conturbada situação do exterior, com inevitáveis repercussões sôbre nossa economia, urge sejam tomadas as medidas acauteladoras que preservem nosso País das conseqüências que possam advir de um agravamento da situação internacional.

Os negócios do Banco continuam em franco progresso. Decorre êle das providências que têm sido tomadas para o aperfeiçoamento e a racionalização dos serviços, única forma eficiente de se enfrentar o "crescendo" dos custos operacionais e a forte concorrência dos outros bancos, inclusive dos bancos oficiais. Se já não bastasse a atuação singular dos estabelecimentos oficiais, beneficiados que são de privilégios especiais, até para a abertura de novas agências, temos que atentar igualmente para a crescente atividade dos Bancos de Investimento e das Sociedades de Crédito e Financiamentos, fora da sua área de operações claramente delimitada pela lei e pelas Autoridades monetárias.

Ao iniciar-se em maio a campanha do govêrno para a redução da taxa de juros dos empréstimos, já estávamos devidamente aptos para aplicar a taxa recomendada de 2% ao mês. Operávamos, desde novembro d 1966, a 2,5% ao mês, máximo em tôda a história do Banco. Devemos êsse feito à instalação do nôvo computador IBM 360 em substituição ao IBM 1.401, em operação desde 1962, tendo sido o primeiro estabelecimento bancário a usar êsse modernissimo aparelho eletrônico.

Mas, a despeito de todos os esforços de contenção, as despesas crescem, e as fontes de receita não seguem o mesmo ritmo, a não ser mediante a captação de novos depósitos. Há encargos que vêm sendo injusta e incompreensivelmente executados gratuitamente para os podêres públicos. Assim o são o recebimento de impostos federais, das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para o Instituto Nacional da Previdência Social, e o pagamento do funcionalismo público. Argumente-se, em favor da gratuidade, que o encargo traz novos clientes e que as importâncias recolhidas permanecem algum tempo em poder dos bancos. Omissão tem sido feita, porém, do custo operacional produzido e da difícil aplicação dos fundos recolhidos, dada a exigüidade do prazo de permanência.

Antes de organizar o Banco Boavista de São Paulo S.A., expusemos ao Banco Central os nossos planos dentro da política, que achamos certa, de se organizarem bancos regionais em vez de bancos particulares de âmbito nacional. Em pleno funcionamento do nôvo banco, completamente instalado e funcionando em prédio próprio, tivemos que respeitar a nova orientação que não permite um banco ser acionista de outro. Cumprimo-la distribuindo aos nossos acionistas as ações do Banco Boavista de São Paulo.

Ainda em obediência ao critério das Autoridades Monetárias, procedemos à venda dos valôres mobiliários de que o Banco era detentor, representados por ações das melhores emprêsas. Nelas havíamos aplicado parte das reservas, como proteção contra a desvalorização monetária, como o fizéramos adquirindo imóveis para a localização de 32 das nossas 38 Agências, além do edifício-sede.

Os balancetes mensais e os balanços semestrais, publicados em devido tempo, forneceram aos Srs. acionistas os elementos informativos necessários para apreciarem o crescimento do Banco Boavista.

As cifras abaixo fazem-nos admitir que o exercício em exame foi altamente auspicioso:

	30/12/66	30/12/67
Depósitos à vista	80.634.473	119.195.749
Depósitos a Prazo	4.801.530	7.309.446
Empréstimos e Descontos	49.436.323	75.900.323
Caixa e Disponível	30.573.279	51.295.015
Obrigações do Tesouro	4.139.702	5.936.471
Imóveis (inclusive os de uso)	10.665.108	14.705.980
Capital e Reservas	16.794.427	23.296.322

Os aumentos de capital foram resultantes exclusivamente da distribuição de reservas. A distribuição das ações do Banco Boavista de São Paulo S.A. corresponderam a uma bonificação equivalente de NCr$ 1.000.000.

As novas fontes de receita e o aumento das existentes têm cobrindo satisfatòriamente a elevação progressiva dos custos operacionais, setor onde se tem concentrado tôda nossa atenção. O quadro abaixo mostrará a impressionante elevação das verbas de despesas do pessoal, impostos, material de escritório etc. nos últimos 5 anos:

	Despesas do pessoal	*Impostos, material de escritório e outros*
1963	1.466	482
1964	2.960	832
1965	4.522	1.684
1966	6.536	2.715
1967	9.284	5.054

Como vem acontecendo desde a sua fundação em 1923, o nosso Departamento Estrangeiro apresentou, durante o exercício sob revista, altos índices de atividade, com resultados compensadores. Continuamos, graças à prudente orientação que imprimimos aos nossos negócios, a defrutar de alto conceito e amplo crédito junto aos nossos Correspondentes no Exterior, dos quais recebemos constantemente provas de irrestrita confiança e apoio.

O exercício foi marcado por acontecimentos de grande relevância para o mercado de câmbio.

Em fevereiro, ocorreu nôvo reajuste da taxa cambial, que passou de NCr$ 2,20 para NCr$ 2,70, reajuste êste que, a partir do mês de julho, começou a manifestar-se insuficiente, conforme tornou-se patente pela recorrência de pressões sôbre o mercado cambial; esta situação provocou algum desequilíbrio na balança do comércio, pela exacerbação da procura de cambiais para importação, e na posição de haveres líquidos do País.

Numa tentativa de controlar o mercado, resolveram as Autoridades adotar medidas restritivas para aquisição de divisas para fins de viagem e, em setembro, foi suspenso o fornecimento de coberturas cambiais aos bancos de câmbio, passando êstes a operar apenas com os recursos disponíveis no mercado; desta forma, foi suprimido o sistema de vasos comunicantes até então existente, por meio do qual o fluxo de recursos cambiais era equilibrado através das compras ou vendas dos bancos de câmbio à Autoridade Monetária.

A suspensão do fornecimento de coberturas trouxe no seu bôjo o grave inconveniente da formação de um mercado de câmbio eivado de práticas nocivas à política de taxas, pelo que, mais tarde, viu-se a Autoridade compelida a exercer novos contrôles para manter essas taxas no nível que desejava.

A evidente divergência da política monetária, pela qual permitiu-se a expansão dos meios de pagamento numa proporção de cêrca de 40% num ano, e a política de taxas de câmbio então seguida, que era a da manutenção estática da paridade, aliada a outros fatôres, resultou em pressões esporádicas que culminaram com a abrupta suspensão das cotações no decorrer do dia 29 de dezembro, dois dias após a publicação das Resoluções ns. 79 e 80, que impuseram drástica contrição dos meios de pagamento.

Nessa ocasião, o Conselho Monetário Nacional determinou nôvo reajuste cambial, passando a taxa de câmbio de NCr$ 2,70 para NCr$ 3,20, ou seja uma desvalorização de cêrca de 18,5%.

Esse percentual representa, aproximadamente, o passo da perda do poder de compra interno do Cruzeiro Nôvo no período de fins de fevereiro a fins de dezembro, o que nos leva a crer ter havido uma alteração na política de taxas cambiais, visando o seu gradativo reajuste na medida da perda do poder aquisitivo interno.

Da justeza dessa política melhor dirá a análise dos resultados do balanço de pagamentos no exercício findo, bem como o seu comportamento nos meses vindouros.

Na falta de cartas patentes para a abertura de novas Agências cingimo-nos à mudança para imóveis próprios, a saber:

Agência Leme — Rua Antônio Vieira, 24
Agência São Cristóvão — Rua São Cristóvão, 1.032
Agência Bento Ribeiro — Rua João Vicente, 1.125

Respeitosas e cordiais têm sido as relações entre os dirigentes e o corpo de funcionários. A êles consignamos agradecimento pela valiosa e eficiente colaboração e, especialmente, pela destacada atuação da Associação dos Funcionários do Banco Boavista em prol dos seus associados, que o somos também em completa igualdade com os funcionários.

O término do mandato da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, requer que se promova a eleição para o preenchimento dêsses órgãos da administração.

Quaisquer outros esclarecimentos vos serão prestados com especial prazer.

Rio de Janeiro, fevereiro de 1968. — *Candido Guinle de Paula Machado. — Fernando Machado Portella. — Luiz Migliora. — Luiz Biolchini. — Pedro Humberto Figueiredo.*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal do Banco Boavista S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, Balanços e contas relativos ao exercício de 1967, constatando a exatidão de tôdas as suas verbas e o cumprimento das exigências legais e estatutárias, recomendam sua aprovação.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1968. — *Manoel Guilherme da Silveira Filho. — Benjamin Ferreira Guimarães Filho. — João José de Figueiredo.*

Três anos de reforma bancária

CELIO TEODORO ASSUNÇÃO

Foi o Decreto-Lei n.º 6.419, de 13-04-44 — que, restabelecendo em pleno funcionamento e com atribuições ampliadas a Caixa de Mobilização Bancária, deu pràticamente início à reforma bancária. Posteriormente, em 2 de fevereiro de 1945, pelo Decreto-Lei n.º 7.293, o Govêrno criou a Superintendência da Moeda e do Crédito com o objetivo imediato de exercer o contrôle do mercado monetário e preparar a organização do Banco Central. Vinte anos depois, passando por uma série de leis, decretos e regulamentações, surgiu pelas mãos de um Govêrno revolucionário o projeto que acabaria se transformando em Lei n.º 4.595, de 31-12-64, que dispõe sôbre política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional (reforma bancária).

Após três anos de execução, se fizermos um sumário balanço, chegaremos fatalmente à conclusão de que o Brasil procurou realizar neste período uma tarefa na qual êle se atrasara uns 30 anos, tentando demonstrar que o sistema bancário de um País deve corresponder ao seu desenvolvimento econômico. Dado o volume, a importância e a rapidez desta tarefa, é que se tornou comum ouvir as lamentações dos banqueiros, no sentido de que o Govêrno, o Conselho Monetário ou o Banco Central não os deixam em paz para trabalhar. Não há dúvida. Um grande esfôrço de ambas as partes foi e está sendo feito. Devido também a um tal ritmo de trabalho, por certo, é que aconteceu o pior: em três anos, o Banco Central teve três presidentes! Entretanto, não só um curto prazo para tantas medidas foi fato ponderável. Outras influências de caráter meramente político foram igualmente nocivas. Não obstante, é forçoso reconhecer que tanto o Conselho Monetário Nacional, como o Banco Central do Brasil, gozam de um saldo favorável dentro do atual quadro da economia brasileira. Sobretudo o Banco Central realizou um trabalho de estruturação, não só para ordenar a vida dos bancos comerciais, como também para regulamentar as fôrças novas e até então desconhecidas do mercado de capitais. Houve erros, evidentemente. Existem também outros flancos para serem cuidados, mas, em síntese, o saldo é credor.

A imprevisão foi a nosso ver, uma das constantes negativas. De fato, não podendo contar com a experiência prática onde quase tudo estava por fazer e sem uma visão panorâmica global da rêde bancária, certamente pela falta de estatística, tanto o Conselho como o Banco Central emitiram disposições que não alcançaram os objetivos desejados. Houve, em outras ocasiões, uma certa insegurança, quando ditas medidas tiveram vida curta ou entre elas existiu contradição. Não devemos nos esquecer, entretanto, de que as instituições financeiras, menos que pela vontade ou capricho dos homens, nascem e se desenvolvem como decorrência de fatôres econômicos. E assim sendo, só a vida, só a experiência vivida nos ensina. Louve-se o esfôrço feito para que a reforma bancária tivesse um feitio bem brasileiro e não fôsse apenas uma cópia de figurino estrangeiro.

Um fato positivo foi o expurgo do sistema de inúmeros estabelecimentos que, sem estrutura econômica, sem condições de organização e sem um mínimo de ética, estavam a merecer há longo tempo a intervenção direta das autoridades monetárias. Um tal procedimento contra tais instituições já encontrava justificativa nas próprias inspeções realizadas pela SUMOC e, posteriormente, pelo Banco Central. Ao mesmo tempo, apoiava-se na opinião pública, que é também o grande juiz da boa ou má conduta das organizações bancárias. A simples retirada do amparo, concessão ou assistência a tais instituições, determinou, quase sempre, o primeiro passo para o encerramento de suas atividades. Acertadas, igualmente, foram as providências tomadas para afastar os inidôneos das diretorias dos bancos, realizando-se um penoso levantamento da vida funcional de cada um. A Campanha contra o cheque sem fundos, a instituição do crédito rural, do crédito imobiliário, a implantação e fortalecimento das delegacias regionais, a nova organização das Bôlsas de Valôres e a administração de fundos públicos (FUNAGRI, FUNFERTIL etc...) foram outras atividades desenvolvidas pelo Banco Central em benefício da economia brasileira, tôdas elas representando constantes postivas do trabalho desenvolvido nestes três anos de reforma bancária.

A missão está para se completar, sobretudo quando se sabe que há ainda um bom número de bancos com alta margem de seus recursos aplicados em operações imobiliárias. Há bancos no Brasil ainda com capitais irrisórios, como a desafiar a seriedade e os propósitos da reforma que se faz. E, por incrível que pareça, o Banco Central até hoje não conseguiu fixar novos índices. Não sabemos qual o setor que vem protelando a nova regulamentação. Aliás, não entendemos por quais motivos, pois as financeiras e os bancos de investimentos já tiveram estipulados os seus capitais mínimos.

As operações de redesconto pelos bancos comerciais devem ser completadas ou alterada a sua regulamentação, porque neste setor está situada a área capaz de comprometer o esfôrço da política deflacionária do Govêrno, bem como a própria estabilidade da rêde bancária. É necessário que uma instituição financeira tenha direitos e obrigações definidos, valendo tais determinações para os bancos oficiais e também para os privados!

Espera-se, por outro lado, que tanto o Conselho Monetário como o Banco Central cuidem de definir a posição das Caixas Econômicas e das cooperativas de crédito dentro do sistema bancário nacional. E, finalmente, resta o grave problema — objeto do estudo de uma comissão especial oriunda do VI Congresso Nacional de Bancos, do Recife, composta de elementos do Govêrno e de instituições particulares — que é a situação do Banco do Brasil, em têrmos de concorrência, perante os bancos da rêde privada. Estamos neste momento assistindo à estatização do crédito e do dinheiro, através do gigantismo que os atuais responsáveis pela política econômico-financeira desejam propiciar ou estimular junto ao estabelecimento oficial.

Acreditamos que o Banco Central será tanto mais forte e poderá acertar mais, na medida em que o Conselho Monetário Nacional, orgão do qual êle é executor, puder afastar-se das influências e pressões políticas, firmando-se como o mais importante setor técnico do Govêrno. Não se pode exigir milagres do Banco Central. Quando no mês de dezembro o Ministro da Fazenda sofre a pressão incontida de seus companheiros de Ministério e cede no sentido de permitir uma emissão não programada de papel-moeda, comprometendo todo um esquema da luta contra a inflação, é o Conselho Monetário Nacional que serve de biombo para se cometer o desatino. Em conseqüência, vai o Banco Central ter de alterar sua sistemática na mencionada luta. Terá seguramente de trocar as armas, alterar as táticas e colocar em risco as figuras de seu Presidente e diretores. Nada mais injusto e contraditório. Há o episódio, bem recente, das Resoluções n.ºs 79 e 86, para ilustrar a nossa afirmação. E tanto êsse é o problema, que o nôvo Presidente do Banco Central assume o cargo preocupado com dois fatôres: a luta contra a inflação e a discrição na vida daquele órgão. Prefere o Govêrno firme e seguro na luta inflacionária, sem o que seus esforços serão perdidos. Deseja ver o Banco Central fora das manchetes dos jornais. Trabalhando firme, mas na penumbra. É fora de dúvida, êle prefere o melhor caminho.

As obras prosseguem em ritmo acelerado para concluir logo a estrada

Rodovia BR-242 integrará 45 cidades na rota do progresso

A rodovia BR-242, que o Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia está construindo por delegação do DNER, numa inversão total de NCr$ 104 milhões, integrará 45 municípios baianos, que ainda hoje vivem marginalizados do organismo econômico e social do Estado.

O caráter estratégico dêsse longo estirão rodoviário de 650 quilômetros, que vai de Argoim, na BR-116 (Rio—Bahia), à cidade de Barreiras, determinou que o Estado-Maior das Fôrças Armadas elegesse sua construção como de alta prioridade: primeiro, por ser uma ligação com Brasília, segundo, como via de acesso a regiões inexploradas do interior do Brasil.

ZONA DE INFLUÊNCIA

A importância da BR-242 está definida pela zona de influência da região que ela irá atravessar, abrangendo uma área de 170 mil quilômetros quadrados (30% da área do Estado), onde vivem 648 mil habitantes.

O trecho da rodovia, cuja construção o DNER delegou ao Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DER—Ba), começa à altura da ponte sôbre o Rio Paraguaçu, na localidade de Argoim, atravessará os municípios de Itaberaba, Seabra, Ibotirama, desembocando na cidade de Barreiras, no chamado Além São Francisco; região cujo atraso há dezenas de anos desafia os governos, sem que nada até o momento fôsse feito de positivo no sentido de seu desenvolvimento econômico-social.

Pela sua vasta extensão, o estirão da BR-242 cortará distintas regiões geo-econômicas do Estado, onde predominam atividades agrícolas, pecuárias e de mineração, além de se caracterizar como a via mais curta que ligará o litoral ao interior dos Estados de Goiás e Mato Grosso.

IMPORTÂNCIA

De acôrdo com os técnicos, a BR-242 se destina a ser um instrumento de grande significado na constelação de esforços governamentais para promover o desenvolvimento do Interior do Brasil: servirá principalmente de elo entre Brasília e tôdas as Capitais do Nordeste, com a conclusão do trecho BR-020, Brasília—Posse—Barreiras, e possibilitará maior e mais rápido intercâmbio entre as civilizações do litoral e do sertão, entre os centros produtores ou distribuidores e os centros consumidores.

Do ponto-de-vista do interêsse baiano, a BR-242 será de grande importância para o desenvolvimento do complexo industrial do Estado, cujos planos já se encontram em ponto avançado de execução, com a implantação de dezenas de indústrias, permitindo um fluxo de comércio de artigos manufaturados entre a Bahia e o Centro-Oeste, especialmente com Goiás.

É uma perspectiva posta em destaque pelos técnicos considerando as finalidades da estrada, pois o comércio de manufaturados assegurará o fluxo de tráfego nos dois sentidos: por ela irão para o Centro-Oeste produtos industrializados e virão para o litoral os produtos primários de várias regiões, possibilitando a criação de novas fronteiras econômicas em zonas completamente marginalizadas do processo econômico nacional.

Por outro lado, Seabra e Barreiras — duas cidades servidas pela BR-242 — se colocam como dois importantes entroncamentos rodoviários do Plano Rodoviário Nacional, uma vez que por elas cruzam várias estradas federais.

ECONOMIA RICA

A BR-242 atravessará uma região do interior baiano onde predomina uma economia com uma larga faixa de produtos primários, destacando-se, na agricultura, a produção de mandioca, milho, feijão, arroz, fumo, mamona, sisal, cana, algodão e café, mas as possibilidades são grandes também na área da produção extrativa, seja vegetal (cêra de carnaúba), seja animal (peles de animais silvícolas e peixes), ou mineral (chumbo, cristal de rocha, pedra calcária e pedras preciosas). A pecuária é também uma atividade econômica de grande densidade na quase totalidade dos municípios cortados pela estrada, ou que estão na sua faixa de influência.

Apesar de ainda pouco desenvolvido, o setor secundário apresenta um quadro estimulador, em virtude da existência de inúmeras indústrias, como olarias, serrarias, curtumes, saboarias, alambiques, de lapidação, de beneficiamento de sisal, de café e algodão.

O comércio entre as cidades se desenvolve com intensidade, especialmente naquelas que se convencionou chamar de capitais regionais, como Barreiras e Itaberaba.

TRÊS SEGMENTOS

O programa de trabalho estruturado pelo DER-Ba dividiu o trecho de 650 quilômetros em três segmentos: Argoim—Itaberaba—Seabra, com 267 quilômetros; Seabra—Ibotirama, com 175 quilômetros; e Ibotirama—Barreiras, com 208 quilômetros. A construção dêsses trechos compreenderá um investimento total de NCr$ 104 milhões.

A ação do DER-Ba comportará várias iniciativas, como implantação de trechos novos, melhoramento e construção de variantes, alargamento de rodovias existentes e pavimentação asfáltica, além da construção de uma ponte sôbre o Rio São Francisco, com uma extensão de 800 metros, e obras de arte de menor porte, ao longo do estirão rodoviário.

EMPRÉSTIMO

No propósito de realizar a obra com obediência rígida aos cronogramas, o Govêrno do Estado está agora pleiteando, através do DER-Ba, um empréstimo de dez milhões de dólares, com prazo de pagamento em cinco anos, sendo dois de carência. As negociações estão em andamento e poderão ter resultado positivo dentro de breves dias.

De acôrdo com o plano de construção da BR-242, o DNER destinará NCr$ 53 milhões, em parcelas que constarão dos orçamentos para 1969, 1970 e 1971, porque a obra faz parte do Plano Trienal do Govêrno Federal, mas o Estado da Bahia completará os recursos globais e, para isso, já destacou no orçamento de 1968 NCr$ 15 milhões e pretende realizar em 1969 e 1970 esfôrço igual, para que a rodovia esteja pronta ao findar-se o ano de 1970.

O empréstimo em dólares será solicitado como um esfôrço para antecipar e acelerar as obras pelo financiamento das parcelas f e d e r a i s que sòmente serão liberadas até o fim de 1971. Como garantia do financiamento, o DER-Ba oferece as quotas do Fundo Rodoviário Nacional relativas ao Estado da Bahia, que lhe são destinadas trimestralmente pelo DNER. O Estado pretende também investir na rodovia recursos oriundos da taxa rodoviária, recentemente criada, além de outras contribuições.

PROGRAMA ATÉ 1971

O programa de realizações do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia não se restringe sòmente à implantação da BR-242. A Secretaria dos Transportes e Comunicações — em cujo sistema está inserido o DER-Ba como autarquia — enfrentou e superou inúmeras dificuldades financeiras, mas conseguiu executar em 1967 o revestimento primário de 406 quilômetros de estradas e asfaltar 46 quilômetros.

Em 1968, pretende o DER-Ba dotar a Bahia de mais mil novos quilômetros, realizando um programa em que ocupam posição de destaque a BR-242 (Salvador—Brasília) e a chamada **Estrada do Feijão**, que beneficiará dezenas de municípios de uma região produtora de cereais em larga escala. De acôrdo com os programas em curso e a serem iniciados, a Secretaria dos Transportes e o DER-Ba realizarão um esfôrço para construir, até 1971, 3 000 quilômetros de estradas.

Pode-se dizer que 1967 foi um ano de dificuldades para o DER-Ba que era, no início do atual Govêrno, um dos órgãos cuja situação financeira era das mais difíceis, com um débito a curto prazo superior a NCr$ 50 milhões, além de suportar os efeitos de alterações que implicaram na redução da receita oriunda do Fundo Rodoviário Nacional, que de NCr$ 36 milhões em 1966 passou para pouco mais de NCr$ 25 milhões em 1967.

PROGRAMA MÍNIMO

Diante do quadro de dificuldades que enfrentava, o DER-Ba teve de adotar providências que lhe permitissem a realização de um programa mínimo em 1967; considerando a impossibilidade de o Estado saldar a dívida externa e reforçar os recursos financeiros do DER-Ba, a autarquia viu-se obrigada a promover o reescalonamento do débito e pôr em prática um rigoroso programa de compressão de despesas.

Mesmo assim, conseguiu cumprir um programa, cujos pontos principais o Governador Luís Viana Filho enfatizou em sua mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado, ao completar-se um ano de sua administração. Além da obtenção no campo financeiro de um empréstimo junto à USAID da ordem de NCr$ 3,1 milhões, para a rodovia BR-330 (Ipiaú—Ubatã—Ubaitaba), da qual já implantou 26 quilômetros, o DER—Ba realizou em 1967 as seguintes obras:

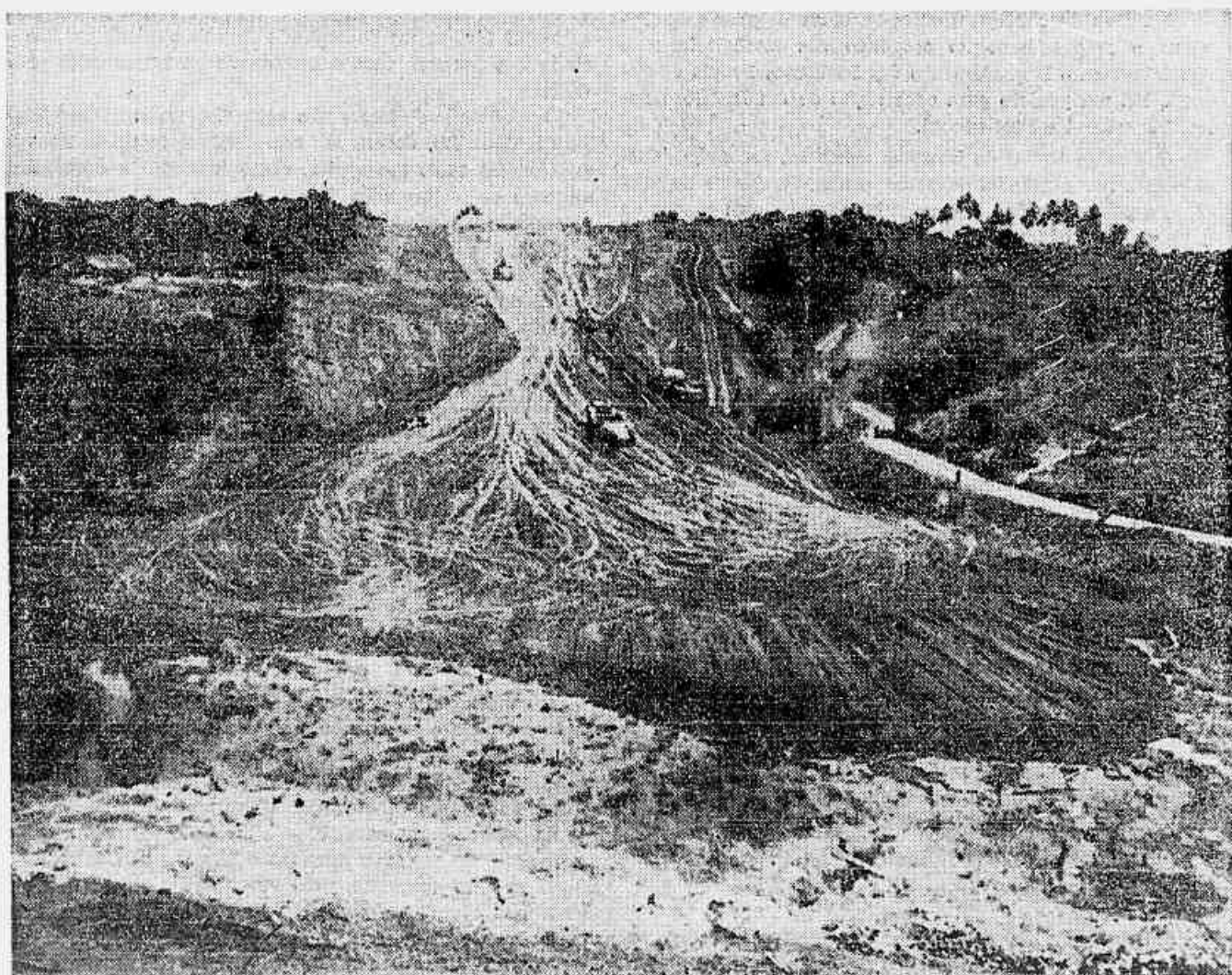
Revestimento primário de trechos das estradas BR-101 (Eunápolis—Itamaraju) — 96 km; 25 km da BA-138 (Ibiquera—BR-242); 50 km da BA-130 (Mairi—Capim Grosso); 21 km da BA1245 (Aratuípe—Jaguaripe); nove quilômetros da BA-665 (Itajuru—BR-330); 18 km da BA-667 (Almadina—Floresta Azul); 60 km da BA-110 (Cipó-Cícero Dantas, em convênio com a Petrobrás); 32 km da BA-245 (Itaeté—Queimadinhas, em convênio com o DNER); 60 da BA-290 (Teixeira de Freitas—Medeiros Neto); e 35 da BA-120 (Santa Terezinha—Castro Alves).

No setor de rodovias pavimentadas, o DER-Ba também asfaltou seis quilômetros da variante da Serra do Marçal (BA-265) e os quarenta quilômetros da Estrada Olindina—Cipó (BR-110), e no momento está empenhado na construção de trechos de 13 estradas, totalizando 542 quilômetros.

MAIS TRANSPORTE

A Secretaria dos Transportes e Comunicações conseguiu resultados positivos em outros setores, nêste primeiro exercício da administração. Está atualmente um extenso programa de recuperação de aeroportos existentes em dezenas de municípios baianos e de construção de vários outros, através do Serviço Aeroviário que, depois de reestruturado e dinamizado, organizou o Plano Aeroviário do Estado, com audiência do Ministério da Aeronáutica.

Êsses trabalhos compreendem levantamentos topográficos e de solos, elaboração de projetos e início de construção de aeródromos em várias cidades, recuperação de pistas de pouso e melhoria de instalações, além do projeto do heliporto e do aeromodelódromo de Salvador.

Na área do transporte marítimo, o Govêrno Luís Viana Filho promoveu iniciativas para liquidação da dívida que a Companhia de Navegação Baiana vinha acumulando junto à Comissão de Marinha Mercante, restabeleceu o crédito da emprêsa na praça, integralizando e amortizando empréstimos contraídos junto à rêde bancária particular e recuperou navios e lanchas que fazem as linhas da Baía de Todos os Santos.

Êste é um trecho da estrada que ligará o CIA ao aeroporto

S. Paulo terá progresso planejado pelo Govêrno

Ao estabelecer as grandes linhas da programação setorial, o Plano de Trabalho verificou que há necessidade de inovações na forma de Govêrno e na sistemática de planejamento, decorrentes dos objetivos da reforma administrativa, de modo que a administração geral do Estado responda às exigências da sociedade no grau de desenvolvimento econômico e social já atingido pelo Estado de São Paulo.

Com essa preocupação, os programas a serem desenvolvidos no setor da administração prendem-se, em linhas gerais, aos objetivos da reforma administrativa, que visam obter eficiência operacional, eficiência administrativa, valorização do servidor público e um pragmatismo sadio que leve ao cumprimento de todos os projetos.

O Govêrno, ao invés de procurar uma solução global e completa de reestruturação administrativa, necessàriamente demorada e sujeita a longas discussões teóricas, tenciona procurar a elaboração e imediata implantação de projetos bem definidos e de efeitos imediatos na melhoria da eficiência administrativa.

REALISMO NA EDUCAÇÃO

As providências do Govêrno Abreu Sodré no setor da educação foram divididas em três grupos programáticos básicos: a) programas para a melhoria qualitativa do sistema; b) programas de manutenção e ampliação da rêde; e c) programas para os serviços técnicos auxiliares.

O Plano de Trabalho reconheceu que o ensino ministrado na escola estadual, de modo geral, está inteiramente divorciado da realidade, por não responder às necessidades de uma sociedade industrial em plena fase de maturidade econômica. Considera necessária uma revisão completa nos currículos, especialmente da escola primária, a fim de que seja eliminada a distância que separa os cursos da vida real e tornando os ensinamentos mais próprios a uma economia que se industrializa e exige qualificações que a escola tradicional não está em condições de oferecer.

Ainda no setor do ensino primário, pretende o Govêrno de São Paulo instituir o sistema da promoção semi-automática como tentativa de solucionar o problema da repetência. Identifica como causa do problema o fato de ser o atual sistema de promoção essencialmente seletivo, ocasionando um afunilamento no quadro das crianças que iniciam, em comparação com as que concluem o curso primário.

Passando aos programas de ampliação da rêde de ensino, o Plano de Trabalho observa que a população total do Estado, em 1970, deverá ultrapassar 19 milhões de habitantes, com um índice de urbanização de 72%, o que corresponderá a uma demanda de aproximadamente 2 milhões de matrículas. Dêsse total, cêrca de 90% deverão ser atendidos pelo Govêrno do Estado, numa necessidade de vagas correspondente a 6 861 salas de aula. O atendimento da zona rural ficará a cargo dos municípios.

No ensino médio, a programação de obras prevê a construção, no triênio 1968/70, de 4 000 salas de aula, com a finalidade de eliminar o atual deficit que marginaliza mais de 50% dos candidatos a vagas. O Govêrno considerou como objetivos prioritários no setor do ensino a formação de técnicos de nível médio, a qualificação profissional para indivíduos não diplomados e a especialização da mão-de-obra para a indústria.

Por considerar a escassez de pessoal docente qualificado o problema mais sério do ensino superior, o Govêrno pretende dedicar-lhe atenção especial, procurando incentivar intercâmbios culturais e intensificando cursos de pós-graduação, além de proporcionar condições favoráveis à pesquisa.

Dentro dos programas para os serviços técnicos auxiliares, o Plano de Trabalho prestigiará de tôdas as formas a TV Educativa, para que ela possa, já em 1968, servir a população de todo o grande São Paulo. A alfabetização de adultos será parte de uma ampla campanha que englobará o ensino da Matemática, iniciação à Ciência e estudos sociais.

SAÚDE E SANEAMENTO

No setor de saúde e saneamento, o Plano de Trabalho do Govêrno Abreu Sodré estabelece que será conferida prioridade absoluta ao combate a doenças transmissíveis evitáveis, que ainda constituem causa de considerável contingente de mortalidade no Estado. Bàsicamente, êsse combate se efetuará através de programas sistemáticos de vacinação, de campanhas de educação sanitária da população e da expansão de medidas de saneamento.

Varíola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, sarampo, tuberculose, esquistossomose, lepra, mal de Chagas e verminoses, tôdas essas endemias terão combate sistemático através da conjugação dos métodos profiláticos específicos e genéricos, êstes representados por uma infra-estrutura de unidades sanitárias.

A ampliação da rêde de águas e esgotos é considerada medida básica no setor do saneamento. Da população abastecível, que hoje soma cêrca de 5 milhões de habitantes, apenas 75% — 2 850 000 habitantes — recebem água do sistema público que abastece a Capital e o Município de Osasco. Nos demais, os serviços de águas e esgotos competem às respectivas prefeituras.

O atual sistema tem capacidade para fornecimento de 13 m3/s, o que implica em deficit de adução da ordem de 10 m3/s, que cresce à ordem de 1 m3/s por ano. Em 1970 serão necessários 27 m3/s, mas os planos elaborados prevêem não só a eliminação dêsse deficit em curto prazo, mas também a execução de obras que possibilitem acompanhar, satisfatòriamente, a crescente demanda até o ano 2000.

Para solucionar o problema dos esgotos, onde o deficit é ainda superior — apenas 35% da população é servida —, foram contratados estudos a uma firma internacional, que prevêem o crescimento da vazão de esgotos a 19 m3/s em 1970 e 83 m3/s no ano 2000. A vazão atual é de apenas 6 m3/s, dos quais sòmente 2,5 m3/s recebem tratamento primário.

No que se refere à assistência hospitalar, o Plano de Trabalho considera como satisfatório o índice de 5 leitos por 1 000 habitantes. Atualmente, existem apenas 2,6 leitos, situação que o Govêrno tenciona corrigir através de um programa amplo, onde os investimentos prevêem, inclusive, o amparo à iniciativa privada no sentido da ampliação do número de leitos hospitalares.

PROMOÇÃO SOCIAL

A despeito de contar com um ritmo de industrialização e crescimento econômico dos mais acelerados do País, São Paulo revela a presença, ao lado de camadas de população com elevada concentração de renda, grandes contingentes populacionais de baixo nível de vida, sem acesso aos níveis mínimos de consumo.

Depois de identificar algumas das principais causas e efeitos dêsse fenômeno, o Govêrno Abreu Sodré estabeleceu um plano destinado ao aproveitamento, em benefício da população, de todos os recursos públicos e privados capazes de promover programas de cultura, esporte, recreação, turismo interno etc.

Êsse plano, destinado fundamentalmente à democratização da cultura, prevê a coordenação e atualização dos equipamentos e atividades culturais existentes no setor público e privado, como teatro, cinema, literatura, circo, folclore e museus, com a finalidade de colocar êsses recursos ao alcance da maior parte da coletividade.

No campo da assistência social, o Govêrno terá a preocupação de superar as atitudes paternalistas, voltando-se para uma orientação capacitadora do homem, entendido como agente e objeto do desenvolvimento.

TRANSPORTES

Com o objetivo de proporcionar ao Estado um sistema de transporte integrado, cujos custos sociais sejam os menores possíveis, a política de transportes do Govêrno de São Paulo fundamenta sua ação na execução de investimentos e na manutenção e operação do sistema. Essa ação compete à Secretaria dos Transportes.

Duas diretrizes fundamentais orientarão a ação governamental no setor ferroviário: a) a adoção de uma política empresarial pelas ferrovias, conferindo a suas administrações a flexibilidade e a agressividade comercial, que lhes permitirá entrar na disputa do mercado de transporte; b) investimentos em suas infra e superestrutura, a fim de possibilitar o aumento de capacidade e redução dos custos de operação.

A implantação de rodovias, melhoramentos, pavimentações e conservação constituem a essência da Secretaria de Transportes no setor rodoviário. As principais obras previstas são: construção e pavimentação simultânea de 160 quilômetros de novas estradas e início de mais 1 300 quilômetros; melhoramento e pavimentação em 1 100 quilômetros; recapeamento de 4 000 quilômetros no triênio 1968/70.

Destacam-se entre essas obras as marginais da Via Anchieta, as ligações Itirapina-Analândia, Jaú-Bariri e Bragança Paulista-Socorro. Também são importantes a conclusão da Rodovia Marechal Castelo Branco até Tôrre de Pedra, a duplicação da Rodovia Fernão Dias até a divisa com Minas Gerais, aumento de duas faixas na Via Anhanguera até Araraquara e duplicação até Ribeirão Prêto.

No setor aeroviário, a Secretaria dos Transportes fundamentou sua ação na construção, ampliação e operação de aeroportos e na operação da Viação Aérea São Paulo — VASP S.A. — Foi elaborado um plano-diretor para execução de melhoramentos nos Aeroportos de Congonhas e Viracopos à medida que se mostrarem necessários. Estão previstos diversos serviços de melhoramentos nos aeroportos do interior, como nos de Ourinhos, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Prêto, São José do Rio Prêto e outros.

Implantar a navegação no Rio Tietê é um dos principais objetivos da Secretaria no setor hidroviário, já tendo sido formada uma comissão com essa finalidade.

ORDEM PÚBLICA

É objetivo do Govêrno de São Paulo empreender, através de uma programação racional, a atualização e reformulação da organização policial do Estado, com base na integração dos principais organismos ligados à segurança pública; na reestruturação do ensino policial; na descentralização dos serviços policiais na Capital e nos grandes centros; na reestruturação do Departamento de Investigações e do Instituto de Polícia Técnica; no reaparelhamento e expansão da Radiopatrulha; na intensificação do policiamento ostensivo de rua; na modernização dos arquivos policiais; e no reaparelhamento do serviço de comunicações.

A exemplo do que se verificou com outros setores os projetos relacionados com a Segurança Pública foram orientados de forma que tivessem prioridade os órgãos que têm implicação direta no atendimento às maiores necessidades da população no respectivo setor.

Na área da Justiça, destaca-se entre os planos do Govêrno o reaparelhamento completo dos estabelecimentos que integram o Departamento dos Institutos Penais do Estado. Há um projeto para construção de um Instituto Penal Vocacional e Profissional.

O Serviço Social de Menores orientará sua ação, bàsicamente, nos seguintes itens: a) conseguir, dentro do possível, a permanência do menor abandonado, com menos de 6 anos, em ambiente familiar, evitando-se a internação; b) colocar os menores de 6 a 12 anos em estabelecimentos escolares, proporcionando-lhes a instrução básica necessária; c) obter emprêgo para os menores de 12 a 18 anos.

POLÍTICA HABITACIONAL

Segundo seu Plano de Trabalho, o Govêrno Abreu Sodré coordenará sua política habitacional com a ação do Banco Nacional da Habitação, de modo a obter o maior rendimento possível da ação federal em relação a São Paulo, mas eventualmente exercendo ação supletiva nesse setor.

A partir daí, o Govêrno estadual considera que sua ação deve caracterizar-se pelo incentivo e pela coordenação, através dos diversos órgãos de financiamento ou construção, como Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Instituto de Previdência do Estado de São Paulo e outros. Na aplicação de sua política habitacional, o Plano de Trabalho distingue duas regiões: a) Grande São Paulo; b) restante do Estado.

Segundo o Plano de Trabalho, a grande concentração industrial da primeira região exige soluções próprias, a curto prazo, que possivelmente deverão considerar a possibilidade de construção de cidades-satélites, centros habitacionais integrados.

INCENTIVO À INDÚSTRIA

A orientação da atividade do Executivo estadual no campo industrial será no sentido de estabelecer condições que tornem possível maior eficiência no funcionamento das emprêsas, naquilo que elas dependem das chamadas economias externas: educação, estradas, energia elétrica etc.

Entretanto, há três outros aspectos que merecerão especial atenção do Govêrno estadual: a criação de uma tecnologia adequada às características da indústria brasileira, a descentralização industrial do Estado e o incremento das exportações de manufaturados para o exterior.

Considera o Govêrno Abreu Sodré que a concentração industrial em tôrno da Capital, ao lado de vários benefícios, trouxe também vários problemas para a população, como, por exemplo, as distâncias cada vez maiores entre os locais de trabalho e os de residência, com implicações importantes na saúde psíquica e no rendimento do trabalhador. Com base na experiência de outros países, onde a descentralização apresentou bons resultados, o Govêrno pretende sistematizar medidas que promovam o desenvolvimento industrial do interior do Estado, sem todavia intervir diretamente no processo sempre que o movimento ocorra espontâneamente.

Com alvo na descentralização, o Govêrno Abreu Sodré está estudando medidas de caráter fiscal, visando ao desenvolvimento de áreas de baixo nível de renda *per capita*.

SETOR ENERGÉTICO

Com a execução de tôdas as obras programadas e atualmente em curso, o Govêrno do Estado assegurará o abastecimento do mercado energético paulista até 1980. Trata-se das usinas de Bariri, Jupiá, Ibitinga, Xavantes, Jaguari e Promissão, além da usina Ilha Solteira, com potência instalada final de 3 200 000 kW, integrante do Conjunto de Urubupungá, cuja potência global será de 4 600 000 kW, a maior do Hemisfério Sul e do mundo ocidental.

O aumento progressivo da potência da CESP, emprêsa do Govêrno do Estado, permitirá que sua participação no fornecimento de energia elétrica ao Estado passe de 23% em 1967 para 54% em 1973, à medida que novas usinas forem sendo adicionadas ao sistema.

Na área da distribuição de energia, em que a CESP opera diretamente, processa-se completa remodelação das rêdes locais, objetivando eliminar a deficiência crônica das perdas de energia, fenômeno peculiar aos sistemas de distribuição obsoletos.

Num cálculo hipotético, tomando-se por base o custo médio de NCr$ 550/kW para as usinas; NCr$ 125/kW para a transmissão da energia; NCr$ 300/kW para a distribuição e NCr$ 60/kW para os investimentos do consumidor, pode-se deduzir que o custo dos investimentos com o programa em curso (3 740 000 kW até 1977) será de NCr$ 3 763 730 000,00.

AGRICULTURA VALORIZADA

Entende o Govêrno Abreu Sodré que, embora as maiores transformações ligadas ao desenvolvimento econômico se verifiquem no setor industrial, cabe à agricultura um papel preponderante no processo pelo qual o nível de renda *per capita* da população se eleva continuamente.

A economia paulista apresenta características de redução na taxa de mortalidade geral e infantil e manutenimento de uma elevada taxa de natalidade. Êsse índice de crescimento demográfico torna-se uma fonte de pressões sôbre a procura de alimentos, e ao lado dêsse crescimento quantitativo o Govêrno prevê uma modificação qualitativa na composição da demanda global, crescendo a procura de alimentos como ovos, leite, carne etc.

O Plano de Trabalho afirma, entretanto, não ser necessário apenas que haja uma taxa adequada de crescimento da oferta de produtos básicos, mas também dos produtos de exportação, dada a conveniência de se trazerem divisas para o Estado e para o País, através do comércio exterior. O Govêrno estadual procurará estabelecer medidas essenciais ao incremento da produção de exportação, ratificando, sobretudo, a posição do Estado como grande exportador de cafés finos e de algodão e ampliando novas frentes na pauta das exportações, como açúcar, milho e produtos da pecuária.

O Executivo paulista está ciente de que o incremento da produção de alimentos e de produtos de exportação não terá validade prática sem que sejam tomadas tôdas as medidas para uma comercialização eficiente. Diante disso, o Govêrno se propõe organizar uma política agrícola integrada de produção, armazenamento, transporte, financiamento e comercialização, a fim de favorecer uma relação equilibrada de troca entre os preços pagos pelo consumidor e os preços obtidos pelo produtor.

Para atingir o objetivo prioritário de aumento geral na produção de alimentos, o Govêrno de São Paulo viu-se diante de três opções: a) aumento da produtividade dos fatôres de produção; b) expansão da área de plantios; c) utilização de terras inaproveitadas. Destas, apenas a segunda pode merecer menor atenção, por serem já escassas as terras férteis, em decorrência de uma agricultura itinerante que buscava desordenadamente as terras mais produtivas.

À utilização de terras não aproveitadas, segundo o Plano do Trabalho, deverá ser dada ênfase especial, através de técnicas mais avançadas, como irrigação e drenagem, métodos de recuperação do cerrado etc. Será considerada prioritária, entretanto, a primeira opção, pois o Govêrno acredita que dinamizar o setor agrícola através do aumento da produtividade significará reduzir a distância que o separa do industrial.

São considerados instrumentos de ação no setor agrícola: a) a Secretaria de Agricultura e sua reforma administrativa; b) a integração da política agrícola estadual com a federal; c) os estímulos e incentivos à iniciativa privada; d) a racionalização do sistema de abastecimento; e) a política de crédito agrícola do Estado; f) a revisão agrária e a colonização; e g) o cooperativismo.

Visando a melhorar a produtividade, o Govêrno do Estado desenvolverá programas relativos à experimentação e à pesquisa; a intensificação da assistência técnica integrada; ao melhor uso dos agentes de produção; ao aproveitamento e conservação dos recursos naturais.

COMERCIALIZAÇÃO

A construção de novas unidades de silos e armazéns tendo em vista o atendimento às zonas de maior produção e procura será um dos objetivos da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, ao lado da aparelhagem das unidades com equipamentos modernos de operação de cereais a granel.

O Govêrno pretende apressar o término do Centro Estadual de Abastecimento, para garantir-lhe um funcionamento que atenda ao comércio atacadista da Capital. O abastecimento de pescado à população através do CEASA também será uma das metas prioritárias do Govêrno no setor.

Barragem do Rio Jaguari

Democracia é síntese de plano educacional

Grupo Escolar de Vila Olímpica

Grupo Escolar de Vila Santa Maria

Educar para a Democracia — esta é a síntese dos objetivos da Secretaria de Educação de São Paulo, que vem realizando, no Govêrno Abreu Sodré, uma série de inovações no sistema de ensino do Estado, desde a revisão dos currículos à colaboração na TV-Educativa, que deverá auxiliar a própria formação de professôres.

O Secretário de Educação de São Paulo, Sr. Antônio Barros de Ulhôa Cintra, considera que qualquer esfôrço no setor educacional deve ter como princípio o estabelecimento de igualdade de oportunidades para todos, "pois uma democracia verdadeira significa voto, e voto significa consciência, conhecimento suficiente para votar".

— Quais as principais medidas que a Secretaria está adotando para aumentar o rendimento do sistema de ensino?

"O sistema de ensino, em todos os graus, está sofrendo modificações. Muitas estão em estudos, outras em início, outras em pleno andamento. O que aconteceu de importante — nesse período de primeiro ano de Govêrno, em que houve modificações do pessoal administrativo e técnico da Secretaria — foi se proceder a alterações em quase todos os graus, antes como metas que precisavam ser atingidas de imediato, que com a preocupação planejadora integrada, sistemática, global.

A razão é muito simples: nós temos, antes de tudo, pressa. Tenho me defrontado, muitas vêzes, com os problemas do planejamento. É que o planejamento envolve atraso, envolve um reestudo tão grande que mesmo o que se poderia fazer naturalmente fica postergado.

Podemos dizer que, no fim de um ano, emergiu quase um plano de modificação integrado. Mas, em conseqüência de medidas que eram metas parciais de correção, em cada um dos níveis de ensino. Dentro dessas modificações inclui-se a revisão dos currículos, com o conseqüente retreinamento de professôres."

— O exame de admissão único, tendo perdido o caráter essencialmente seletivo, não poderá levar a uma queda no nível do ensino ginasial?

"Poderia, muito transitòriamente. Na primeira vez em que se faz um exame de admissão com caráter não seletivo, é natural que um número muito maior de alunos entre no curso ginasial. Poderia haver, aparentemente, uma queda no nível do primeiro ano. Mas contrapõem-se a isso, em primeiro lugar, a consciência de que o fato poderia ocorrer. O preparo dos professôres — para que possam pegar alunos eventualmente menos preparados e levá-los adiante — já é a primeira medida corretiva, de uma situação que poderia ser anormal.

Mas quanto o exame seletivo era válido, no sentido de selecionar gente capaz? Há dúvidas, pois existia uma rotina de métodos para uma avaliação que, provàvelmente, era repleta de artifícios.

Estamos exatamente é quebrando êsses artifícios, racionalizando muito mais o sistema. Nossa preocupação não é a de verificar se o aluno saiu-se bem diante de tais ou quais padrões de exame. Quando se fala "o antigo ginásio", fica-se pensando em uma escola de altíssimo padrão, com professôres de sobrecasaca, exigentes e duros, e que formavam os grandes homens do País. Na verdade, isso é uma fantasia. O ginásio, à mdida que se multiplicava, tinha que diminuir um pouco a qualidade seletiva. Por outro lado, êles foram se modificando; suas exigências de outros tempos deixaram de valer como tais. Eu, por exemplo, tive que estudar Grego e Latim, além de outras coisas das quais, diria, felizmente me esqueci.

Se saber não ocupa lugar, ocupa tempo, um tempo que poderia ser aproveitado com coisas também úteis, inclusive para uma melhor formação cultural. Portanto, não se pode dizer que haja queda de padrão: o que houve foi uma modificação. Agora veremos como melhorar, o que houver de bom, e como corrigir, o que houver de mau".

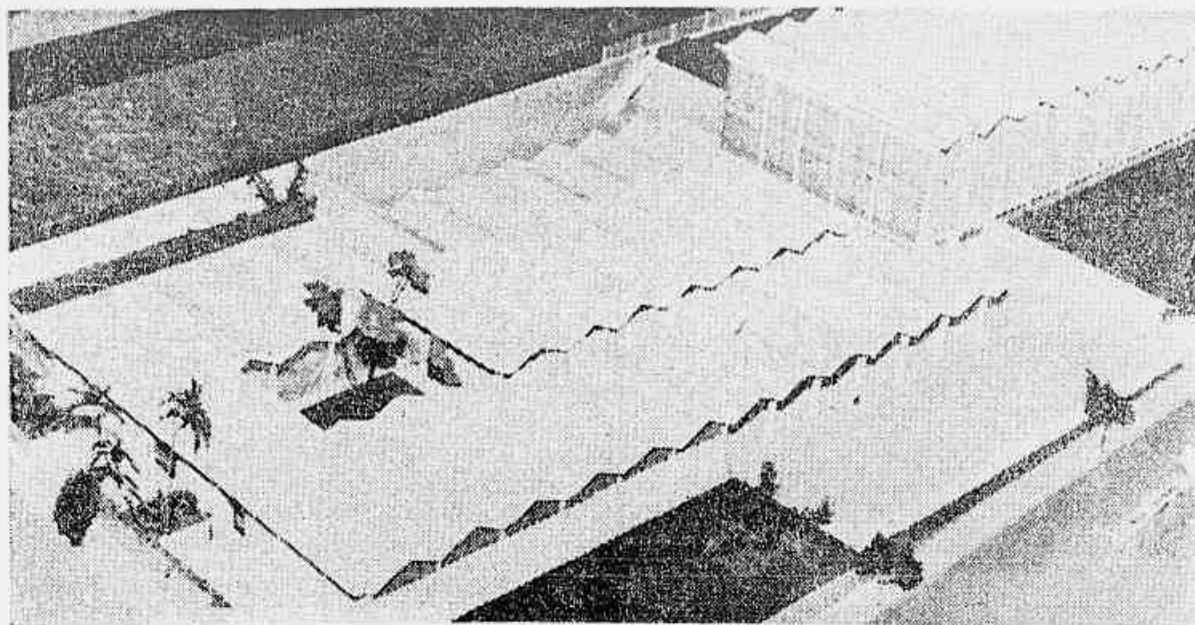
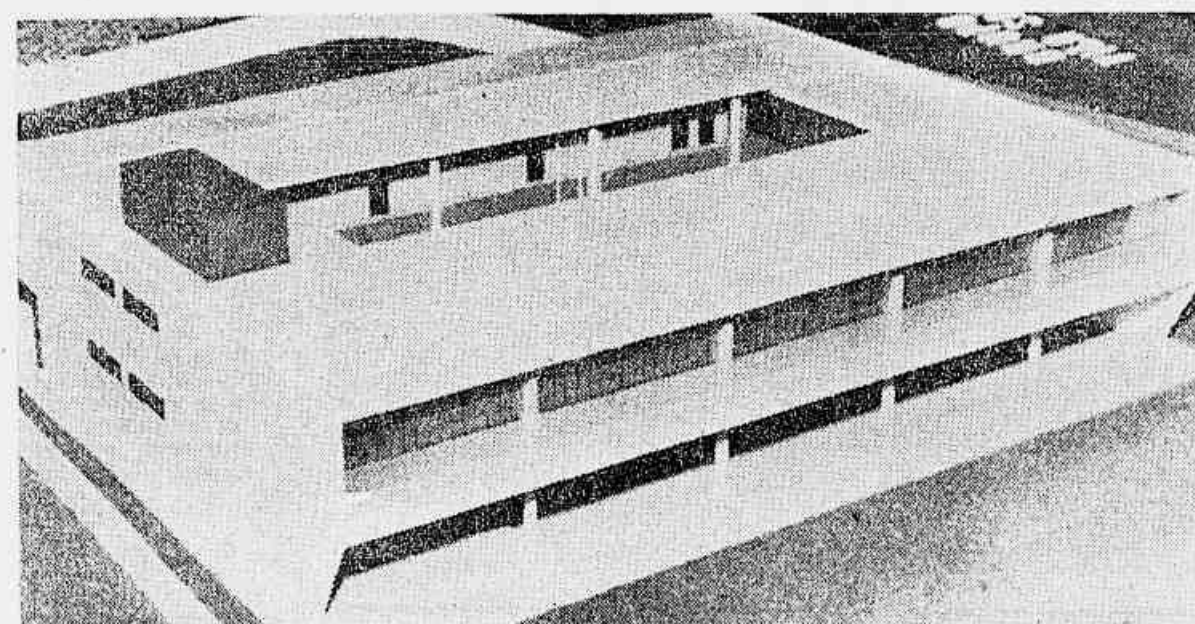
— A atual rêde de estabelecimentos de nível médio suportará essa maior afluência de alunos?

"Neste ano, suporta. Nos próximos anos, espero que suporte também. Quando fizemos êste esfôrço em São Paulo, o fizemos não apenas como quem diz: "Quero ampliar o ensino". Nosso objetivo foi fazer face àquilo que o ensino requer.

Pretendemos atender, nos próximos anos, a tôdas as necessidades do ensino. Êsse dever não é apenas humanitário, nem mesmo de justiça social, e sim o da verdadeira implantação da democracia no País. Quando se fala em democracia, fala-se em indivíduos que tenham igualdade de oportunidades. Sem isto, democracia é uma aspiração, mas não é uma realidade. É preciso que a mocidade democrática brasileira tenha presente no espírito o cumprimento dêsse dever. Só construiremos uma democracia para o Brasil quando dermos oportunidades a todos, o que é a pedra angular do regime.

Vou mais adiante: democracia verdadeira significa voto, e voto significa consciência, conhecimento suficiente para votar, consciência do voto, voto consciente. O que o Govêrno do Estado está fazendo é o mínimo para a legitimidade da democracia. Por todos êsses conceitos, podemos afirmar que se a atual rêde de estabelecimento não suporta a maior afluência, o que deve aumentar é a rêde".

— A ampliação da rêde de estabelecimentos, nos três níveis, ocorrerá no mesmo ritmo do crescimento vegetativo da população do Estado?

"Terá que ser num ritmo muito maior, porque o crescimento vegetativo da população daria sempre a perpetuação desta mesma proporção de "insatisfação", em que temos vivido. Se êste ano a ampliação nos permite matrículas em maior número no primário e no secundário, temos que cogitar sèriamente, e é obrigação da Secretaria, do ensino superior também".

— Existe a tendência de se transformar todos os ginásios do Estado em estabelecimentos pluricurriculares?

"Essa tendência é uma realidade. Os ginásios pluricurriculares representam uma modificação de currículo com uma ampliação determinada. É claro que o ideal, como pluricurricular, é o que seria ideal como currículo que vai se modificando progressivamente. Atualmente, o pluricurricular é essencialmente utilização de mais uma espécie de atividade que tem as suas particularidades e que parece benéfica. Está em fase experimental, mas está se implantado cada vez com maior extensão no Estado. Acredito que a tendência seja a de que todos os ginásios disponham de possibilidades de ensino pluricurricular".

— Nota-se certa proliferação de escolas superiores em todo o Estado. O Govêrno estadual tem contrôle sôbre elas? O Estado tem condições de conhecer seus recursos, para poder incluí-las em seu planejamento?

"Este é um dos problemas mais sérios e mais graves com que se defronta o sistema de ensino em São Paulo e em muitas outras regiões do Brasil. A proliferação existe, e o Govêrno não tem contrôle sôbre essas escolas, porque muitas têm o seu reconhecimento feito pelo Conselho Federal de Educação. Elas escapam ao sistema de planejamento do Estado, que na maioria das vêzes não pode cogitar da sua qualidade. Muitas, acredito que sejam mesmo de má qualidade. Por isso, não se pode e não se deve contar com elas".

— A Secretaria tem planos com relação ao desequilíbrio na formação de profissionais de nível superior?

"A juventude tem sido mal orientada e ignora quais são as carreiras em potencial do ensino superior. Atualmente já estamos, no Estado de São Paulo, com uma matrícula no primeiro ano maior do que as necessidades. Levantamentos demonstram que há mais advogados e dentistas — e agora certamente mais médicos — no Estado do que o necessário. Talvez não haja limitação nas carreiras de Engenharia. Há, entretanto, necessidade de maior número de agrônomos, mas não existem empregos correspondentes.

A Agronomia, por exemplo, sofreu modificações muito profundas. Antigamente, uma pessoa se formava em Agronomia com a idéia de cuidar da fazenda do próprio pai ou de uma que herdaria. Hoje, isto não existe mais. Quem se forma em Agronomia pensa muito mais em um emprêgo de agrônomo, e o número de empregos é relativamente pequeno. Muitas das coisas que ocorrem são devido à falta de organização de determinadas profissões. Provàvelmente, dentro da Agronomia, muitas outras atividades poderiam ser exercidas, se a organização do sistema de trabalho em Agricultura fôsse melhor.

Paralelamente, existe carência de uma multidão de profissões que nem têm nome. São as profissões intermediárias, que seriam de nível superior de carreiras curtas. Um decreto do Governador já manda que se estabeleça uma comissão permanente para estudar as faculdades de tecnologia do Estado de São Paulo. Estas escolas preencherão uma enorme lacuna no sistema educacional do estado, permitindo criar profissões variadas que escapam dos padrões clássicos e rígidos.

Teremos então a oportunidade de ver que se estuda para profissões da época contemporânea, profissões da civilização industrial e da agricultura industrializada, como se tem nos dias de hoje."

— Há suficiente pessoal docente qualificado?

"É difícil saber de pessoal docente qualificado porque o padrão de qualificação varia muito. Há muita gente, e o pessoal docente pode ser aprimorado, senão dia a dia, quase que mês a mês ou ano a ano. As possibilidades, hoje, são maiores. Desde que haja um preparo mínimo da pessoa, o resto se faz com um pouco de treinamento e convivência.

Minha experiência, no campo médico, é muito boa, nesse sentido. Os brasileiros aprenderam a não ter vergonha de expor as suas fraquezas. Trabalham em time, trabalham em grupo, aprendem sem acanhamento. Por isso mesmo é que nós temos facilidades, hoje, incomparàvelmente maiores do que tínhamos antigamente".

— A Secretaria orientará a programação da TV-Educativa?

"São Paulo talvez seja um dos lugares do mundo onde mais importância tem a TV-Educativa. Por uma simples razão: para um povo muito pouco culto e cheio de analfabetos é difícil de se educar pela TV. E para um povo muito rico e com escolas suficientes, a TV pode se tornar desnecessária. Ela é mais útil justamente na faixa onde nos encontramos. Tenho a impressão de que há muita gente em São Paulo para se aproveitar de programas com o **Mai Troppo Tarde**, da Itália, com o qual os adultos aprendem enormemente.

Um número enorme de cursos devem ser dirigidos a novas professôras, sobretudo nesta fase de modificação de ensino, de métodos e técnicas. É fácil ensinar professôras através da televisão. A televisão pode ter esta espécie de papel supletivo na Educação quando pensamos no seguinte: o mundo de hoje é diferente do mundo de antes. Aprende-se no convívio, na rua, no cinema, no contato, aprende-se com os vizinhos — e se aprende muito mais ràpidamente. Há também uma liberdade de comunicações, além das facilidades de comunicações.

O que a escola deve fazer é, a meu ver, diferente. Uma apreciação sôbre matérias que eram tipicamente escolares mostra que, com o documentário audiovisual, pode-se perfeitamente ensiná-las fora da escola. Concordo plenamente em que as coisas importantes são ensinar uma pessoa a falar e a escrever, a expor aquilo que pensa. Acho que Português — e Matemática — são a essência do que se deve aprender em escola, porque isso exige corretivo de professor, exige supervisão.

Com bons atlas e filmes, é fácil ensinar História e Geografia pela televisão. A TV-Educativa pode ter êsse papel, não só no primário como no médio, e provàvelmente no superior.

A Secretaria não vai orientar programas, porque a TV foi feita, de propósito, inteiramente independente. À Secretaria cabe, isto sim, expor à TV seus desejos, com relação a programas. E a TV, com seu corpo técnico, fará a avaliação. Deverá haver, é claro, um intercâmbio muito íntimo entre os órgãos técnicos da Secretaria e os órgãos executivamente técnicos da televisão, para que ela cumpra as suas funções da melhor forma possível".

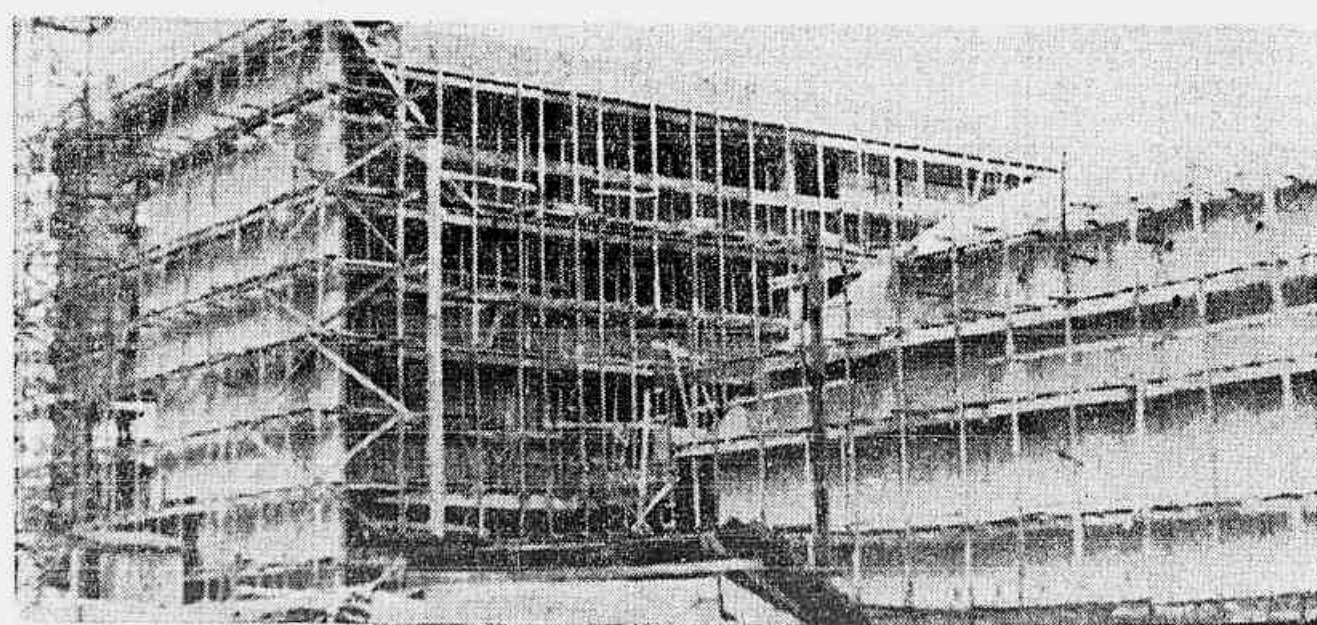
— Considera a pesquisa mais importante do ponto-de-vista social ou didático?

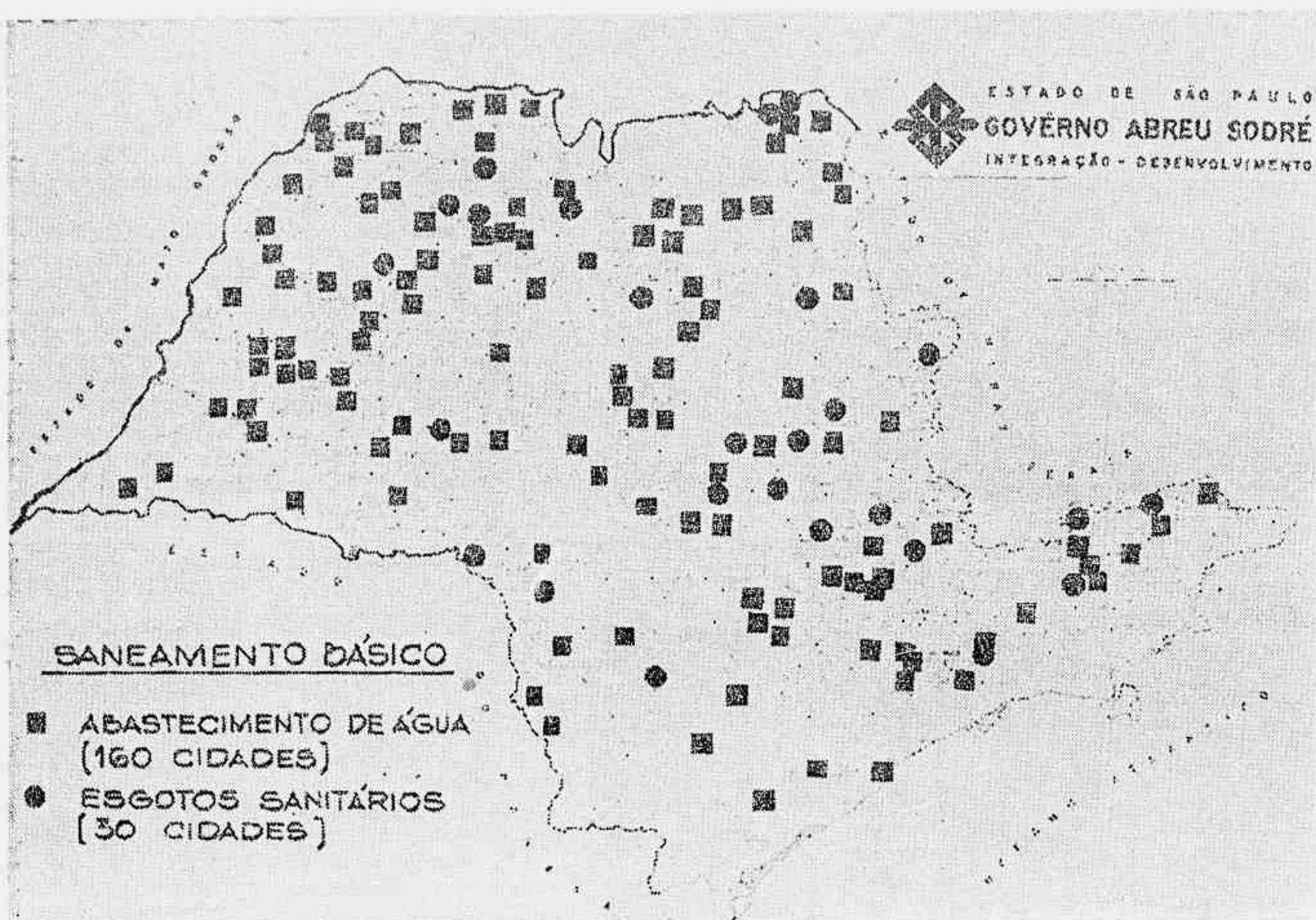
"Eu diria que de ambos. O importante é que a pesquisa. Receio que as universidades em geral essenvolver, e muito, em todos os sentidos. Mas pesquisa não deve ser apenas um mero pretexto. No Brasil, existe hoje um problema perigoso: charlatanice em tôrno de pesquisa. Às vêzes, um estudo muito banal e simples fica empavonado com a expressão pesquisa. Receio que as universidades em geral estejam muito preocupadas em aceitar simplesmente a palavra pesquisa como uma desculpa para gente que não está fazendo quase nada, ou que está pesquisando coisas inteiramente desnecessárias.

Pesquisa diz-se que deve ser livre. Mas um homem livre e consciente não é livre porque está prêso à sua própria consciência. O pesquisador deve saber que o seu trabalho é de real utilidade, ou que tenha alguma retribuição para a sociedade que paga o que êle faz. A pesquisa tem que ter valor social, e tem que ter também valor didático. É importante que se avalie criticamente os conhecimentos adquiridos. E a vivência é que proporcionará a capacidade e as condições para que se desenvolva o senso crítico".

— Os atuais cursos de alfabetização devem apenas ensinar a ler ou contar com um currículo mais amplo?

"Ensinar é um meio de educar, e um currículo mais amplo é melhor do que um curso de pura alfabetização, porque o que se quer, quando se alfabetiza, é que a pessoa aumente os seus conhecimentos. Aprender a ler é ganhar um método de aprender coisas em geral. Mas é apenas um método: se frutificar, muito bem; se não, pouco adianta aprender a ler. Com os métodos modernos, é possível educar sem alfabetizar, numa escala bastante apreciável. O necessário é que se conceitue o alfabetizar com um sentido mais amplo.

Considero-me cético quanto à ênfase exagerada em alfabetizar como tal, para pessoas de diversas idades. Conheço muita gente que fêz esfôrço para aprender a ler. Muitos desistiram, outros não tiveram a utilização daquele recurso porque não tiveram meios de ler. No mundo de hoje, é preciso um pouco de energia para parar e ler. E esta dificuldade — a dispersão da vida moderna — faz com que muita gente se afaste dos livros".

Colégio Estadual Maurício F. Mendes, em construção

Colégio Estadual de Vila Pompéia

ÁGUA À VONTADE — Abastecimento de água no Estado de São Paulo

Abreu Sodré quer progresso e a integração da economia

São Paulo (Sucursal) — Integração econômica com a incorporação do homem ao processo econômico, e desenvolvimento com liberdade constituem o binômio que sintetiza o Plano de Govêrno, estabelecido pelo Governador Abreu Sodré para São Paulo.

— A execução dêsse programa — afirmou o Governador Abreu Sodré — atenderá à solução de problema de capital importância para o próprio futuro do Brasil como nação democrática: o do aproveitamento da mão-de-obra ociosa e da oferta adicional do nosso mercado, com a criação de milhares de novos empregos, em todos os níveis.

INSPIRAÇÃO

A inspiração do binômio integração-desenvolvimento, que sintetiza o Plano do Govêrno Abreu Sodré, partiu da constatação de que "o Brasil é implacàvelmente destruidor para qualquer coisa que não seja verdade. E São Paulo, que cresceu tanto dentro do Brasil, já se tornou demasiadamente pequeno para algo que não seja fraternidade", segundo definiu o Governador Abreu Sodré ao entregar o Plano de Govêrno.

— Desenvolvimento com liberdade — eis o objetivo político e administrativo para resolver, com justiça, os conflitos sociais engendrados pela pobreza sem esperanças e pela opulência sem sensibilidade.

Para o Governador paulista a missão que cabe principalmente a São Paulo "nessa gigantesca tarefa, que pesa sôbre os brasileiros da nossa geração, de realizar a conquista definitiva do Brasil" é ajudar a promover a integração econômica nacional.

O Govêrno tem consciência, entretanto, de que apesar de São Paulo ser a região mais desenvolvida do País, "coexistem distintos estágios econômicos e sociais em seu território, responsáveis pelos mais diversos desequilíbrios internos, seja de padrão de vida, seja de nível de renda, de emprêgo e oportunidades, de capitalização, seja de nível de tecnologia e produtividade dos fatôres, seja de nível de participação na formação do produto regional e nacional, o que torna ainda maiores os desníveis entre São Paulo e as demais regiões do País".

INTEGRAÇÃO

O Governador Abreu Sodré estabeleceu a integração da agricultura com a indústria como o primeiro objetivo da sua política de integração. "Estamos convencidos — afirmou — de que não completaremos o ciclo de evolução do desenvolvimento paulista se êsses dois fatôres não forem, conjunta e harmônicamente integrados. São Paulo tem, definitivamente consolidadas, as bases para a promoção harmônica da agricultura e da indústria. O crescimento da sua indústria proporciona à agricultura meios técnicos necessários a seu desenvolvimento e, igualmente, os bens industriais de consumo que a população rural, tanto quanto a urbana, necessita. E é a economia agrícola, por sua vez, que proporciona alimentação para a crescente fôrça de trabalho industrial e ainda matérias-primas para a produção ascendente."

A integração do homem ao processo econômico e a incorporação das massas aos benefícios "desta civilização de trabalho e progresso que os brasileiros instalaram em São Paulo" constitui o ponto de honra do Govêrno Abreu Sodré.

— Na realização dessa vontade de robustecer essa civilização do trabalho e de criar as condições através das quais ela haverá de se transformar em um estado real de bem-estar para todos estará sempre presente, para esta administração — lembrou o Sr. Abreu Sodré —, que ao Govêrno não compete apenas, na sociedade em que vivemos hoje, proteger os cidadãos em seu direito à liberdade, mas, igualmente e ao mesmo tempo, garantir ao cidadão o seu direito de viver. E viver bem.

OBRAS EM ANDAMENTO — Eletrificações municipais e barragens

NOVA REVOLUÇÃO

— A melhor maneira de sermos fraternos ao Brasil — frisou o Governador Abreu Sodré — e fiéis ao seu destino de nação livre, será transformando as potencialidades de São Paulo em uma nova revolução.

— Em São Paulo, onde os brasileiros provaram o que podem, e o que querem fazer com o que podem, precisamos instalar, projetando-a para o Brasil, a revolução permanente, de todos os dias, de tôdas as horas. Em um país que se transforma tão aceleradamente, onde as soluções se atropelam com novas aspirações e novas exigências formuladas por um impressionante crescimento populacional gerando problemas conjunturais complexos, nós não temos o direito de contemplação, meramente como espectadores, com a nossa própria marginalização do processo brasileiro, comentou o Governador Abreu Sodré.

— O exemplo de São Paulo deve indicar-nos o único caminho pelo qual nos tornaremos dignos — governantes governados — de ter nascido e colhido os frutos desta terra: transformando-nos todos em protagonistas de um projeto original. Projeto que, sem se atordoar — consciente ou inconscientemente — com o poder de São Paulo, sem arrogância e com humildade, seja capaz de oferecer uma alternativa para a crise brasileira.

BASE FILOSÓFICA

O objetivo fundamental do Plano de Govêrno é promover a retomada do desenvolvimento paulista, no mínimo aos níveis registrados no período 1947/1965, possibilitando uma elevação progressiva do padrão de vida da população e um crescimento harmônico das várias regiões geo-econômicas do Estado.

Para atingir êsse objetivo foi delineada uma filosofia de govêrno fundamentada na "defesa intransigente dos princípios da democracia representativa e no aperfeiçoamento das instituições básicas que caracterizam o sistema econômico da livre emprêsa".

O govêrno acredita que os desequilíbrios existentes na economia do Estado são conseqüência mais de falhas estruturais que de fatôres circunstanciais ou transitórios. Dêste modo, a economia das regiões mais pobres apóia-se, em grande parte, em atividades econômicas primárias e em técnicas totalmente ultrapassadas, ocasionando queda de produtividade e de qualidade dos produtos. Esta situação, por sua vez, gera uma dependência dos empresários aos atravessadores e intermediários dos grandes centros, agravando as relações de troca e os desequilíbrios inter-regionais.

Para enfrentar os problemas imediatos criados por êsses desequilíbrios são requeridas maiores somas de poupanças, diminuindo as disponibilidades de recursos para investimentos reprodutivos, criadores de emprêgo e geradores de renda. O govêrno Abreu Sodré, entretanto, não considera uma utopia a eliminação da pobreza e dos males a ela inerentes porque conta com três fatôres que podem influenciar na retomada do desenvolvimento: uma renda média, por habitante, bem superior à de outras regiões periféricas; um elevado potencial tecnológico à sua disposição; e a possibilidade de assimilação da tecnologia contemporânea num curto prazo de tempo.

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO

Cônscio de que a renda interna gerada no Estado constitui parcela importante do total da renda gerada no País, o govêrno do Estado, procura, através do seu Plano Trienal, colaborar para um plano de integração nacional por meio de uma melhor combinação dos fatôres disponíveis e da tecnologia adequada, de modo a obter uma maximização dos resultados sociais e econômicos. Pretende, ainda, promover a elevação dos níveis de renda das populações através de nivelações socialmente justas, em razão da participação de cada elemento no esfôrço social comum.

Dentro dêsse plano, o govêrno objetiva aumentar a produtividade do setor primário através de uma melhor combinação dos fatôres produtivos e da criação de uma infra-estrutura agrícola baseada na eletrificação rural, educação vocacional no campo, obras de irrigação e contrôle de enchentes e política de financiamento. Além disso, o govêrno pretende desenvolver uma política de industrialização das áreas agrícolas voltadas para a produção de matérias-primas industriais.

A política do govêrno no setor secundário da economia tem por objetivo estabelecer um escritório central de planificação industrial para realizar programas de incentivos à pesquisa, de financiamento e mercado, para criar uma infra-estrutura básica com vistas à manutenção do processo já instalado, e dar condições para a implantação de "indústrias inteiramente novas" — atômica, espacial e eletrônica —, ainda hoje inexistentes no País.

PLANO PARA O FUTURO

O atual Plano Trienal de Govêrno é o primeiro passo para a sistematização do planejamento no plano estadual, dentro de dois níveis: o indicativo e o administrativo.

No primeiro caso, o Govêrno dinamizará a elaboração de análises econômicas e sociais tendo em vista apresentar diagnósticos cada vez mais adequados ao desenvolvimento paulista. Para tanto, aperfeiçoará o aparelhamento estatístico do Estado, os levantamentos básicos e metodologia de análise, a sistemática de consultas extragovernamentais e o treinamento de pessoal.

No segundo caso, serão definidos e avaliados sistemàticamente os objetivos do Govêrno, imprimindo melhores condições de racionalidade e maior eficiência operacional à máquina administrativa.

Nesse sentido o Govêrno já conseguiu um grande avanço através de seu programa de reforma administrativa, de regionalização da administração e de planejamento — pelo qual foi implantada, pela primeira vez, em São Paulo, a sistemática do orçamento-programa.

MAIOR EFICIÊNCIA

A reforma administrativa será efetuada com o objetivo de obter maior eficiência na ação governamental, através da atuação em três áreas específicas:

1) *Eficiência operacional*, com a seleção das atividades a serem exercidas pelo Govêrno do Estado e a determinação da forma pela qual deverão ser feitas;

2) *Eficiência administrativa*, com uma melhor coordenação dos recursos destinados à execução das atividades programadas pelo Govêrno estadual, de forma a evitar atrasos e desperdícios e proporcionar mais rápida satisfação das necessidades da população; e

3) *Valorização do servidor público*, com a criação de melhores condições de trabalho e de vida para o funcionalismo estadual para que possa produzir mais, integrado no esfôrço de elevação da eficiência governamental.

Será levada sempre em conta uma escala de prioridades, decorrente do dimensionamento dos problemas existentes e da limitação dos fatôres de trabalho, procurando-se resolver os problemas que causam maiores prejuízos ao bem-estar da população. Será procurada, também, uma melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados ou colocados à disposição da população.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Govêrno do Estado procura orientar sua ação desenvolvimentista a partir de um planejamento regionalizado com o objetivo de atenuar os desequilíbrios sócio-econômicos provocados pelo seu rápido processo de urbanização e industrialização, provocando distorções regionais e constituindo obstáculos para o processo normal de desenvolvimento global do Estado. O Govêrno procura ainda repartir, com as diferentes populações, as tarefas e responsabilidades do processo de desenvolvimento, além de eliminar o subaproveitamento dos recursos disponíveis nas áreas problemas.

O Govêrno Abreu Sodré pretende, também, aumentar a eficiência de seu funcionamento através da racionalização e descentralização da máquina administrativa do Estado, propiciando um melhor atendimento às populações do interior.

Para tornar viável essa política regionalizada de desenvolvimento, o Govêrno pretende: promover análises aprofundadas quanto à importância da localização regional das atividades econômicas, principalmente a indústria; apurar a metodologia de análise da programação regional adequada à nossa realidade; proceder à formação de pessoal capaz de aplicar essa metodologia; avaliar as possibilidades de contribuição das organizações e agentes regionais para definição da política de desenvolvimento; e criar órgãos especiais de promoção regional, com o objetivo de implementar os planos regionais e integrar as iniciativas das comunidades locais numa estratégia global de desenvolvimento.

O Govêrno Abreu Sodré está promovendo, também, a descentralização dos seus serviços e a integração das várias secretarias em têrmos regionais, paralelamente à elaboração do plano indicativo de desenvolvimento regionalizado do Estado. Com isto, o Govêrno pretende implantar um sistema de planejamento que deverá ser projetado regionalmente a fim de facilitar a coordenação e integração dos programas administrativos setoriais ao nível das várias regiões do Estado e dar maior racionalidade ao dimensionamento e à implantação territorial dos órgãos globais de prestação de serviços e contrôle administrativo.

LINHAS DE PROGRAMAÇÃO

As linhas básicas de programação para o desenvolvimento regional serão traçadas a partir de dois objetivos principais: tornar regionalizado o planejamento indicativo do desenvolvimento do Estado e promover uma maior eficiência administrativa através da regionalização adequada de suas atividades.

No primeiro caso, serão realizados estudos da distribuição territorial das atividades econômicas por setor de atuação, com determinação das áreas geo-econômicas homogêneas; serão determinados, também, os pólos e áreas de desenvolvimento e crescimento de interêsse regional, o que permitirá a adoção de uma política de investimentos estaduais e federais, e será elaborado um plano de organização territorial do Estado, com a fixação de normas de desenvolvimento da rêde urbana, da infra-estrutura e zonas preferenciais para implantação de serviços e atividades econômicas regionais.

Serão estabelecidos, ainda, programas para o desenvolvimento de regiões sócio-econômicas (com atendimento prioritário do litoral, Vale do Ribeira e o Grande São Paulo) e planos estabelecendo os equipamentos e a infra-estrutura que deverão ser adotados pelos diferentes órgãos do Govêrno e propostas à iniciativa privada. Serão criados órgãos especiais de promoção regional para solução dos problemas de âmbito local (equipamentos de infra-estrutura urbana, planejamento urbano, programas habitacionais e obras municipais), um sistema de estatísticas por região que permita elaborar a contabilidade social regional e uma programação regionalizada do setor de cultura e promoção social.

No segundo caso, serão adotadas as seguintes medidas: complementação do modêlo de divisões territoriais nos níveis inferiores ao sub-regional, para fins de planejamento e supervisão administrativa; montagem de um sistema de programação administrativa por região para ser implementado pelo órgão central de planejamento e por escritórios de programação regional; definição de diretrizes para um programa de descentralização geográfica dos serviços - meios da administração estadual; avaliação e complementação dos critérios locacionais adotados pelos órgãos públicos para implantação e utilização das unidades de serviços-fins; e montagem de um sistema central e setorial de contrôle locacional das unidades de prestação de serviços e dos níveis de atendimento alcançados.

GRANDE SÃO PAULO

O Govêrno Abreu Sodré estabeleceu como objetivo prioritário, dentro de seu Plano Trienal, o desenvolvimento planejado do Grande São Paulo, que congrega a Capital do Estado e mais 38 municípios vizinhos que vivem em função de São Paulo.

O planejamento do Grande São Paulo partiu da constatação de que a região constitui o suporte do grande surto industrial do Brasil moderno, tornando-se um pólo de desenvolvimento essencial ao progresso do País, por se tratar do maior centro industrial e maior aglomerado demográfico do País e o local onde se arrecada mais de 30% da receita federal.

— Coube a São Paulo — afirma o Plano Trienal — a iniciativa pioneira de promover medidas concretas para o surgimento do nôvo tipo de entidade pública. Coube-lhe, igualmente, prestar importante colaboração técnica para que se obtivesse, por lei complementar à Constituição nacional, a definição das regiões metropolitanas e seu Govêrno, assegurando as pré-condições institucionais indispensáveis ao nôvo tipo de planejamento.

ESTADO DE SÃO PAULO
GOVÊRNO ABREU SODRÉ
INTEGRAÇÃO · DESENVOLVIMENTO

EDIFÍCIOS PÚBLICOS
SEC. EDUCAÇÃO 57
SEC. SAÚDE 24
SEC. SEGURANÇA .. 15
SEC. JUSTIÇA 13
SEC. GOVÊRNO 4
REFORMAS 83

A DINÂMICA DE PLANEJAR

O Secretário de Economia e Planejamento, Sr. Onadir Marcondes, disse que a sua pasta "é um organismo de coordenação econômica e de planejamento, em nível superior da administração, concebida para atuar, não como órgão consultivo, mas de decisiva interveniência na consecução dos objetivos do Govêrno, em perfeita consonância e harmonia com as demais secretarias de Estado.

— O povo — disse o secretário — é o destinatário do planejamento governamental. Reconhecemos que o empresário privado, respeitado e apoiado pelo Estado, é, em nosso regime de economia competitiva, o agente decisório do processo de desenvolvimento econômico a que o planejamento, como concepção, doutrina e técnicas, deve proporcionar as condições incentivadoras de iniciativa. Queremos entretanto — ressaltou o Sr. Onadir Marcondes — que o desenvolvimento planejado não seja, na ordem final dos fatos, o enriquecimento de poucos, a formação de novas classes de privilegiados, sejam burocratas que desfrutem, sem escrúpulos, os resultados do planejamento da economia do Estado, ou opulência privativa sem dimensões sociais, fruto malsão do egoísmo.

— O lema do nosso Govêrno — prosseguiu —, integração e desenvolvimento, não teme as tensões peculiares e normais no processo de modernização da nossa economia. Antes, o Govêrno Abreu Sodré pretende aceitá-las e absorvê-las, indicando os caminhos pelos quais se transformarão em instrumento democrático, não apenas à liberdade, mas também da igualdade de oportunidade para todos. Na verdade, essa nova fase do Govêrno tem como objetivo dar plena eficácia à doutrina que o inspira: — Integração e Desenvolvimento. A política do atual Govêrno está sendo desdobrada e com os objetivos de produzir conseqüências através de dois campos de atuação: ação direta do poder público e a criação de condições, na área de influência do Estado, ao empresariado paulista com o propósito de, juntos, ajudarmos a construir uma nova dimensão para o desenvolvimento nacional, capaz de atender, plenamente, às exigências da civilização neste final de século.

— Neste estado — afirmou o Sr. Onadir Marcondes —, ao término dêste Govêrno, seremos mais de 20 milhões de brasileiros, sobretudo jovens. Não nos cabe recusar o desafio dêsse índice demográfico. É nossa obrigação enfrentá-lo, colocando a serviço do homem, que o compõe, tôda a nossa capacidade de trabalho e de imaginação. É nossa responsabilidade impostergável, pois, eliminar a defasagem entre o crescimento acelerado dos contingentes humanos e sua lenta escalada para os novos estágios da civilização. Proclamamos, por isso, a subordinação do desenvolvimento econômico à integração do homem no processo, como sujeito e objeto, simultâneamente, isto é, agente e beneficiário da economia.

MILHARES DE EMPREGOS

— Como intérprete do pensamento e da vontade pessoal do Governador Abreu Sodré — continuou o secretário de Economia e Planejamento —, não exito em afirmar que estamos realizando essa integração. A Política de Investimentos que a atual administração está promovendo, para êste triênio, está destinada a impedir a marginalização das ofertas adicionais de mão-de-obra, pois proporcionará a criação de centenas de milhares de novos empregos. E fará, sobretudo, da valorização dos recursos humanos, o instrumento de dignificação do homem e o seu processo irreversível do enriquecimento coletivo de São Paulo.

Ao finalizar, declarou o Sr. Onadir Marcondes: "Iremos propiciar mais empregos e mais oportunidades para todos, através de uma audaciosa política educacional buscando libertar os nossos jovens da sua formação acadêmica, conspícuamente doutoral, forjando um sistema realmente a serviço de um projeto ideal, afinado com a nossa realidade e feito para o nosso homem, tendo em vista o que êsse homem pretende ser, o que tem o direito de ser e o que o País dêle necessita."

MINAS GERAIS
MATO GROSSO
PARANÁ
ILHA SOLTEIRA

Estrada dos Imigrantes nova ligação com o litoral

A necessidade de uma nova ligação entre a Capital, o planalto e a baixada santista e o litoral foi uma das primeiras preocupações do Govêrno do Sr. Abreu Sodré. O crescente desenvolvimento da área compreendida entre São Paulo e o litoral, onde se localizam importantes complexos industriais siderúrgicos e petroquímicos, refletiram-se na crescente pressão de demanda de trânsito da Via Anchieta.

A Via Anchieta tem hoje sua capacidade prática superada em todos os seus trechos, em valôres que oscilam entre 10 e 30% e os estudos preliminares concluíram que, para o atendimento dessa crescente demanda, não seriam suficientes, apenas, reparos nesta estrada, por isso o Governador Abreu Sodré determinou urgentes estudos para uma nova ligação com o litoral.

A nova ligação, que o próprio Governador batizou como Estrada dos Imigrantes numa homenagem a todos aquêles que, vindos de outros Estados e de outros países, fixaram-se em São Paulo, atenderá à necessidade de servir não apenas os atuais centros geradores de trânsito da capital, ABC e Baixada Santista, como também as áreas com potencialidade de desenvolvimento. Os estudos estão sendo conduzidos dentro da melhor técnica, no sentido da identificação e quantificação das atuais áreas geradoras de trânsito e no estabelecimento das futuras, através de índices diferenciados de crescimento das diversas zonas em função de tais potencialidades de desenvolvimento.

ANTEPROJETO

Os estudos de trânsito evidenciaram a conveniência do estabelecimento de duas diretrizes básicas, uma em direção à área metropolitana de Santos, destinação predominante nas viagens dos dias de semana, outra em direção a Mongaguá, centro das destinações de praia, do litoral sul, típicas das viagens de fim de semana. No planalto foi adotada diretriz única, com bifurcação no alto da serra. Atualmente, já está concluída a exploração do primeiro traçado, entre Diadema e Mongaguá e em andamento a do traçado entre Cubatão e o alto da Serra. Paralelamente, trabalhos de prospecção geológica em curso fornecerão elementos exatos para a escolha definitiva dos traçados. Tais trabalhos estão a cargo de geólogos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

São as seguintes as principais características da Estrada dos Imigantes:

A) — TRECHO DIADEMA—ENTRONCAMENTO

1 — Duas pistas de três faixas de trânsito cada uma, providas de marginais nos trechos urbanos.

2 — Extensão de 29 km.

3 — Raio mínimo de 1 200 metros.

4 — Velocidade diretriz 120km/h.

B) — TRECHO ENTRONCAMENTO—SANTOS

1 — Duas pistas de duas faixas de trânsito cada uma e faixa adicional nas rampas ascendentes longas; marginais nos trechos urbanos.

2 — Extensão de 28km.

3 — Raio mínimo na serra 200 metros.

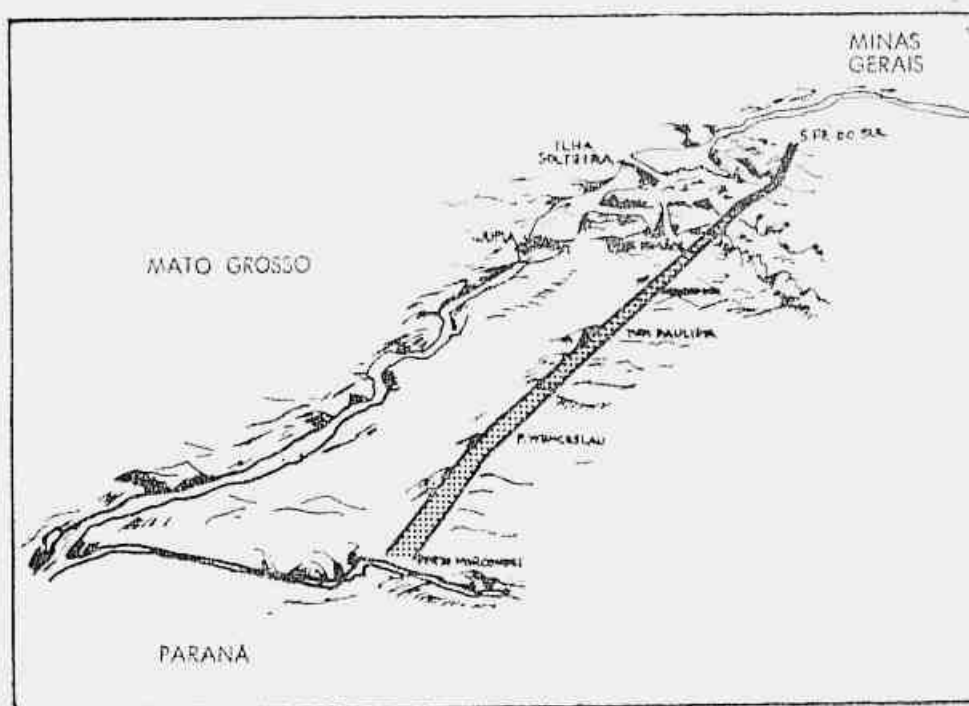
4 — Velocidade diretriz na serra ... 80km/h.

C) — TRECHO ENTRONCAMENTO—SANTOS

1 — Duas pistas de duas faixas cada uma e faixa adicional nas rampas ascendentes longas; marginais nos trechos urbanos.

2 — Extensão de 30km.

3 — Raio mínimo na serra 160 metros.

4 — Velocidade diretriz na serra ... 70km/h.

GIGANTESCO INVESTIMENTO

No Orçamento Plurianual do Govêrno do Sr. Abreu Sodré estão previstos investimentos iniciados em 1968 e cujas aplicações desdobram-se por 68-69-70. Por isso as dotações do Orçamento Plurianual não significam o total dos investimentos do Govêrno Abreu Sodré. Em 69 e 70 serão iniciados novos investimentos e que não constam do Orçamento Plurianual de 68.

O total de investimentos do Govêrno Abreu Sodré será, isto sim, a soma dos investimentos constantes dos Orçamentos Plurianuais elaborados para os períodos de 68-69-70; 69-70-71 e 70-71-72 e divulgados ano a ano. Segundo as tabelas do Orçamento Plurianual para o período 68-69-70, prevê-se, neste ano de 68, o início de investimentos, na seguinte escala:

	NCr$
Govêrno e Administração Geral	7 188 140,00
Administração financeira, incluindo-se Fundos de Expansão Agropecuária, Indústria de Base e Financiamento de Bens de Produção	343 554 204,00
Defesa e Segurança	58 626 341,00
Recursos Naturais e Agropecuários — Produção Vegetal, Mineral, Animal, Energia, Imigração e Colonização, Orientação e Pesquisas e Mecanização	1 049 627 060,00
Viação, Transportes e Comunicações — Ferroviários, Rodoviários, Aeroviários, Hidroviários e Telecomunicações	1 070 491 100,00
Educação e Cultura	236 157 624,00
Saúde	199 583 084,00
Bem-Estar Social	64 558 831,00
Serviços Urbanos (Águas e Esgotos)	350 998 300,00
Total	3 380 785 134,00

Essas despesas serão ocorridas pela seguinte previsão de receita:

	NCr$
Recursos de Receita Própria	481 703 347,00
Recursos do Tesouro Estadual	2 743 071 837,00
Recursos Federais (Fundo Nacional de Educação e Salário-educação)	50 010 000,00
Recursos Externos (USAID e Créditos)	106 000 000,00

OBJETIVOS ESSENCIAIS

O atual Govêrno, tem como objetivos essenciais, através da Secretaria de Economia e Planejamento — SEP — seis pontos:

1 — promover o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e contribuir para acelerar o desenvolvimento econômico nacional;

2 — coordenar o planejamento e orientar o contrôle das obras de caráter socio-econômico necessárias ao bem-estar social;

3 — coordenar a economia pública e a iniciativa privada, na orientação racional da política econômica do Estado;

4 — orientar a política de financiamento de planos públicos e particulares, criando condições favoráveis para o investimento de capitais nacionais e estrangeiros em território estadual, com vistas à realização do desenvolvimento econômico;

5 — orientar os grupos de Planejamento Setorial das Secretarias de Estado e das Autarquias Estaduais, colaborando com os mesmos na preparação dos respectivos planos setoriais;

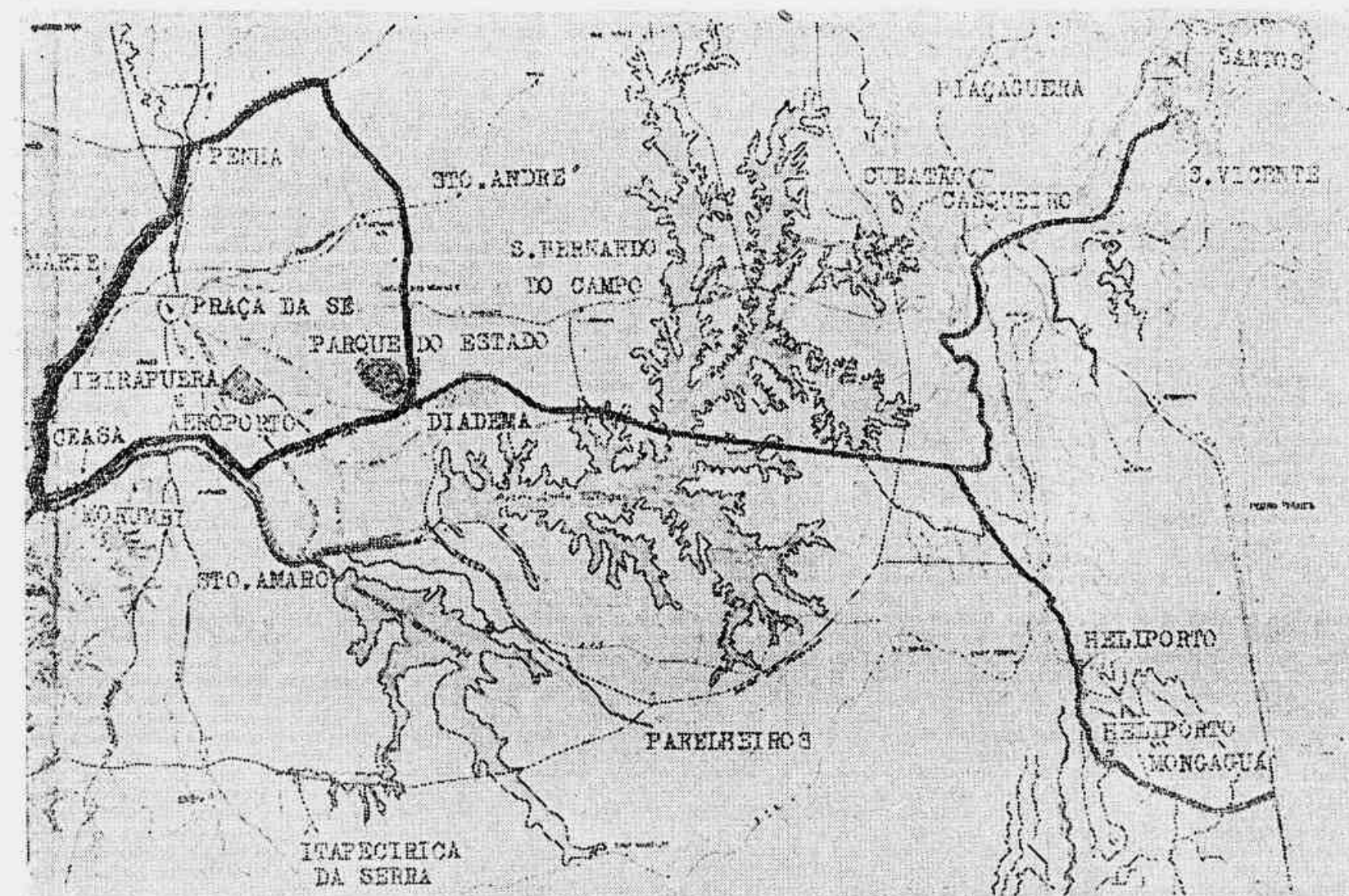
6 — promover a realização de levantamentos, elaboração e análise de dados estatísticos para fins de pesquisas científicas e para fundamentar outras atividades de planejamento do Estado.

APROVEITAMENTO GLOBAL

Graças ao impulso, que o Governador Abreu Sodré e o Planejamento deram na sua administração, várias secretarias de Estado têm hoje as suas atividades programadas globalmente. Neste caso, situa-se a Secretaria de Agricultura, que pela primeira vez elaborou projetos parciais coerentes com a política agrícola do Estado. Essa visão geral possibilitou a reserva de recursos a setores que embora anteriormente fôssem considerados prioritários, ficavam marginalizados no orçamento.

Na Secretaria de Educação, por exemplo, o Ensino Técnico de Nível Médio teve pela primeira vez, no Orçamento-Programa de 1968, o dôbro da dotação destinada ao Ensino Médio Comum.

O Planejamento teve, também, destacada atuação no Setor de Cultura e Promoção Social, conseguindo a maior soma de recursos já consignadas a êsse setor e contribuindo decisivamente na inovação e racionalização das atividades ligadas aos dois setores. Foi instituído um programa de Desenvolvimento de Comunidade, substituindo a forma "assistencialista e paternalista" pela forma preventiva e educativa. Ainda, com a orientação da SEP foi possível racionalizar e englobar programas que vinham sendo realizados esparsamente, resultando dêsse trabalho e reformulação da Secretaria de Turismo e a criação de um nôvo órgão — a Secretaria de Promoção Social. No setor de Transportes, a implantação da sistemática de planejamento permitiu a instituição de um sistema de Transporte Integrado, disciplinando o uso de cada faixa, tornando-os complementares e não concorrentes, o que resultará na maior rentabilidade do sistema com menores custos sociais, beneficiando os organismos públicos e a coletividade. Também tornou possível a realização de programas intersetoriais, entre os quais o plano de abastecimento envolvendo a Secretaria dos Transportes e da Agricultura; planos educacionais, alguns envolvendo as Secretarias de Promoção Social, Educação e Saúde.

PENHA
STO. ANDRÉ
PIAÇAGUERA
SANTOS
S. VICENTE
CUBATÃO
CASQUEIRO
S. BERNARDO DO CAMPO
PRAÇA DA SÉ
PARQUE DO ESTADO
IBIRAPUERA
AEROPORTO
CEASA
DIADEMA
MORUMBI
STO. AMARO
HELIPORTO
PARELHEIROS
MONGAGUÁ
ITAPECIRICA DA SERRA

Govêrno tem nova filosofia para o abastecimento

ENALDO CRAVO PEIXOTO
Superintendente da SUNAB

Uma nova filosofia, inspirada nos objetivos governamentais de prosperidade e bem-estar para o povo brasileiro, rege agora os destinos da política nacional do abastecimento. Trata-se de uma filosofia, objetiva e dinâmica, que acarretou mudanças radicais nas diretrizes vigentes até sua aplicação, através da SUNAB, ao se iniciar o Govêrno Costa e Silva.

É a filosofia da abundância, do pleno abastecimento. E que substituiu a ênfase emocional e policialesca que sempre se deu, neste País, ao mero contrôle de preços como tônica da ação oficial, no setor do abastecimento. Embora tardando, mudaram enfim, com sua implantação, os enfoques tradicionais, que faziam da prática do tabelamento uma constante e ineficiente panacéia. Demagógica no seu significado de prestação de contas à opinião pública, completamente inócua como remédio para males oriundos de uma estrutura de produção e comercialização imperfeita.

Na vida econômica das nações, há um estágio em que são tão moderadas as suas exigências alimentares que, pràticamente, não existem problemas de abastecimento. Incluem-se aí as nações de população pequena, de produção essencialmente agrícola e de subdesenvolvimento econômico. As aspirações populares são limitadas. O que é produzido satisfaz às exigências do povo. Nós não estamos mais nesse caso.

Nosso problema é o de um país em desenvolvimento. Nosso estágio econômico é o de um processo dinâmico — em que pêsem as eventuais distorções que tem sofrido — de industrialização e crescimento. A elevação do nível de vida do povo, notadamente nos centros urbanos e nas concentrações industriais, elevou também o nível cultural da população. Melhor nível de vida e mais cultura trazem, como conseqüência, novos hábitos e exigências que se estendem a todos os setores. O homem quer comer melhor. Exige mais confôrto. Amplia suas aspirações.

São comuns, na vida dos países em desenvolvimento, certas distorções nas leis econômicas tradicionais. Isto ocorre também, é claro, no campo do abastecimento. Nem sempre se exerce livremente a lei da oferta e da procura. Não existe, em têrmos rigorosos, a livre concorrência no mercado de gêneros. A rêde de intermediários — que compra dos produtores, não raro a preços aviltados, para vender ao comércio dos grandes centros urbanos — impõe preços elevados aos consumidores. A existência de grandes grupos, com características monopolistas, ou mesmo de gigantismo, diante de uma maioria de pequenas emprêsas do mesmo setor, possibilita aos maiores dominar e impor preços especulativos, provocar a escassez fictícia ou o excesso de oferta de gêneros, de acôrdo com os interêsses financeiros do momento. No jôgo da especulação, acontece sempre que o produtor-agricultor é o que menos recebe pelo que produz, enquanto o consumidor é o que mais paga.

O processo de desenvolvimento traz ainda outras conseqüências, além do aumento crescente da demanda de alimentos. Entre elas, no caso do abastecimento, avulta a questão da intensa urbanização demográfica, provocando a concentração de grandes contingentes de consumidores. A formação dêsses aglomerados urbanos não é geralmente acompanhada pelo aparelhamento adequado do sistema de distribuição de gêneros. Surgem então os vários tipos de desajustamentos, tais como a falta de mercadorias essenciais no mercado consumidor de algumas regiões e, em outras, o desperdício de gêneros. Em alguns casos, produção insuficiente, em outros, ausência de transportes.

Diante de um país com mais de 80 milhões de habitantes, em vertiginoso crescimento, o Govêrno não poderia se omitir, na problemática do abastecimento. Daí sua presença no setor, corrigindo distorções, intervindo quando necessário. Daí também a necessidade da adoção de uma nova filosofia, arquivando-se a ilusão balsâmica, o cura-tudo que é o tabelamento de preços erigido em opção máxima de ação.

A nova filosofia do Govêrno, no tocante ao abastecimento, já foi testada. Aprovou. E completa agora um ano de prática. Com resultados muito bons a apresentar. Hoje, a ação oficial, através da SUNAB, é fundamentalmente dirigida para os estímulos à produção, para a compressão dos custos, para a melhoria dos sistemas de transporte e armazenagem e para o aperfeiçoamento dos esquemas de comercialização. Entre os melhores e mais completos exemplos dessa ação, está o trigo.

TRIGO

Dentro de aproximadamente 5 anos, o Brasil estará produzindo cêrca de 50% de suas necessidades tritícolas, safras da ordem de 1 milhão e 500 mil toneladas anuais. Para um país que, em 1963/64, produziu apenas 98 mil toneladas de trigo, trata-se de um enorme avanço. Entretanto, até há bem pouco tempo, o panorama do trigo, no Brasil, era negro em todos os seus aspectos. Havia:

a) abastecimento insuficiente;

b) desestímulo ao produtor nacional;

c) má condução das negociações de compra no mercado internacional.

O primeiro problema — abastecimento insuficiente — acarretou outros óbices e teve sua origem na impossibilidade cambial, já superada, de o Govêrno importar o cereal na quantidade suficiente para garantir o tranqüilo abastecimento do mercado interno. O resultado foi o superdimensionamento industrial dos moinhos, assim como a fraude, até mesmo grosseira, nas declarações de capacidade moageira feitas pelas emprêsas do setor. Com isso, conseguiam os moinhos cotas de trigo maiores, desviando parte da farinha, ou do cereal, para o mercado negro.

A partir de 1964, contudo, passou o Govêrno a garantir o pleno abastecimento de trigo em grão ao mercado interno. Surgiu então um nôvo problema: a altíssima capacidade ociosa dos moinhos, mesmo considerando a existência de declarações fraudulentas. Essa capacidade ociosa começou a ser alegada em pedidos de reajustamento de preços para a farinha, com base na argumentação de "custos industriais elevados".

Com o Decreto-Lei n.º 210, de 1967, elaborado pela equipe do Departamento do Trigo da SUNAB, solucionou-se o problema da capacidade ociosa do parque moageiro. Determinou o Decreto que fôsse feita a revisão da capacidade industrial dos moinhos, em todo o país, *mediante prova física, com as máquinas em funcionamento*, impedindo assim fraudes e novas declarações falsas. Em pouco mais de noventa dias, a SUNAB vistoriou perto de 500 moinhos, no Brasil inteiro, terminando êsse trabalho em dezembro último. Entre as irregularidades constatadas, vale citar três casos:

1) um moinho paulista tinha menos de um têrço da capacidade industrial declarada por seus dirigentes;

2) um outro possuía algumas unidades de moagem feitas de latão e que haviam servido para aumentar a cota de trigo do moinho, no passado;

3) um terceiro moinho foi apanhado em flagrante com diversas máquinas desprovidas de motores e que nunca tinham antes funcionado.

Sôbre a importância do trabalho das Comissões Revisoras que percorreram o país, basta assinalar que a capacidade ociosa do parque moageiro nacional chegou ao absurdo índice de 70%. Para uma necessidade anual de moagem nunca superior a 3 milhões de toneladas de trigo, aprestaram-se os moinhos para uma capacidade de moagem declarada da ordem de 10 milhões de toneladas.

Agora, está o Govêrno desmobilizando unidades moageiras, que serão utilizadas, a critério de seus proprietários em outras atividades. O que se pretende é atingir o teto de 5 milhões de toneladas anuais para a capacidade do parque de moagem. E isso tendo em vista a manutenção de uma reserva de segurança que absorva o incremento da demanda sôbre o setor, a curto e médio prazos.

A revisão da capacidade dos moinhos, além de reformular os padrões industriais do setor, em matéria de produtividade, serviu também para expurgar o parque moageiro de práticas desonestas e da ação dos aventureiros. Protegeu-se assim o empresariado idôneo do setor, bem como estimulou-se sua maior eficiência, em benefício do país e dos consumidores.

PRODUÇÃO NACIONAL

Êste ano, a produção de trigo nacional será da ordem de 400 mil toneladas, mais de quatro vêzes a realizada em 1963/64. Há fundadas razões para se admitir que o ritmo de crescimento da produção doméstica mantenha uma acentuadíssima curva ascendente, nos próximos anos. As novas perspectivas que se abrem à triticultura nacional são conseqüência de três fatôres principais, contidos no Decreto-Lei n.º 210, já mencionado:

a) determinação de que o abastecimento de trigo do país seja atendido, em caráter prioritário, pelo trigo nacional, e complementado pelo estrangeiro, através de cotas de importação estabelecidas pela SUNAB;

b) o mesmo Decreto-Lei estabelece ainda que o trigo de produção nacional seja adquirido, em sua totalidade, pelo Govêrno Federal, segundo normas de comercialização traçadas pela SUNAB — que garante margem de lucro superior a 30%, aos triticultores;

c) eliminação da insegurança dos triticultores, que até o Decreto-Lei n.º 210 não sabiam nunca ao certo se o Govêrno iria adquirir suas safras, e em que condições.

Há, além disso, outros incentivos. Nos últimos dois anos, por exemplo, foram gastos recursos oficiais ao redor de NCr$ 8 milhões, em assistência técnica aos produtores de trigo. Essas verbas possibilitaram a realização de diversos programas e trabalhos de pesquisa e experimentação sôbre o trigo, com sensíveis resultados sôbre a produção e a produtividade da lavoura do cereal.

Entre êsses programas, figuram o levantamento das áreas ecológicas mais apropriadas ao trigo, o emprêgo das técnicas mais atualizadas, o exame dos procedimentos mais recomendáveis em matéria de adubação, estudo sôbre profilaxia fitossanitária, planejamento racional da mecanização, além da obtenção, desenvolvimento e aplicação de novas variedades de sementes.

Quanto à produtividade da lavoura tritícola nacional, têm crescido bastante os seus índices. Para uma safra prevista de 400 mil toneladas, no ano em curso, a área cultivada é de 470 mil hectares, ao passo que em 1963/64, quando a produção foi de apenas 98 mil toneladas, a extensão plantada ocupou mais de 302 mil hectares, conforme as estatísticas.

Um fator importante, quanto ao aumento dos índices de produtividade da triticultura brasileira, foi a fixação de preços de compra para o trigo. Tais preços são estabelecidos pelo Govêrno tomando por base os custos de uma lavoura com rendimento médio de 960 quilos por hectare, índice considerado razoável para as lavouras racionalmente dirigidas. Êsses preços têm seu cálculo feito de modo a garantir uma margem de lucro mínima de 30% para os triticultores que tenham atingido os índices de produtividade antes citados.

Outros estímulos existentes são o fornecimento de sementes a prazo de safra e a concessão de estímulos creditícios, estudando-se agora medidas refrentes a seguro agrícola e a mecanização.

MERCADO EXTERNO

Talvez muita gente não saiba disso: a SUNAB é o terceiro maior importador de trigo do mundo. Em volume de grão comprado no mercado internacional, o primeiro lugar fica com o Reino Unido. O segundo, com o Japão. E o Brasil, em terceiro, tem o trigo de seu consumo interno adquirido no exterior pela SUNAB.

No momento, o trigo nacional significa pouca coisa além de 10% das necessidades do consumo interno, cabendo importar quase 90% da demanda. No caso do trigo vindo de fora, há também muitas novidades a registrar, começando pela diversificação dos fornecedores, ainda recentemente quase que só representados pelos EUA e pela Argentina. Hoje, além dêsses dois países, estamos comprando trigo à Austrália, Bulgária, Uruguai, Romênia, França, URSS e México. Vimos também utilizando, de forma crescente, moedas-convênio nas aquisições do cereal.

Mas o mais importante é que temos uma nova presença — e novas atitudes em relação ao mercado internacional. O trigo figura hoje como primeiro produto de importação do Brasil, superando até mesmo o petróleo. Somos o terceiro comprador mundial dêsse alimento, como já vimos. Tais fatos, e a reorganização de nossa estrutura interna de comercialização do trigo, conferiram-nos nôvo poder de barganha, que aumenta também na razão direta do crescimento da produção nacional.

Acabaram-se, felizmente, os tempos em que a falta de pleno abastecimento ao mercado interno, somada a um esquema imperfeito de comercialização e distribuição do cereal, resultavam na eclosão de crises repetidas e agudas, forçando-nos a recorrer às pressas ao mercado internacional, como quem pede socorro. Socorro que vinha, mas a preços desfavoráveis.

A realidade agora é outra. Depois de um período de retração da oferta, no mercado internacional — que atingiu inclusive, e acentuadamente, os ingressos do cereal norte-americano, nos têrmos da PL-480 e dos famosos Acôrdos do Trigo —, temos pela frente a perspectiva de nova fase de superprodução mundial. Antevendo isso, os países fornecedores estipularam um mecanismo de defesa de preços no nôvo Acôrdo Internacional do Trigo, que começa a funcionar em julho de 1968.

Entretanto, as novas condições observadas na conjuntura tritícola brasileira — desde sua produção interna ao esquema de distribuição e comercialização — colocam-nos numa posição a cavaleiro. Posição que repousa na regra imutável de que, num mercado de oferta, o que vale são os negócios em jôgo e o poder de barganha dos compradores. Nós agora temos êsse poder de barganha.

CUSTOS

O binômio custos-abastecimento vem recebendo, no setor tritícola, um cuidadoso tratamento por parte da SUNAB. Exemplo frisante dos bons resultados alcançados é o sucesso dos estoques reguladores de trigo, em todo o território nacional, medida levada a cabo sem qualquer ônus para o Govêrno, [illegible] que efetuada através de contratos de comodato objetivando a utilização dos silos dos próprios moinhos, encarregando-se êstes de tôdas as despesas de armazenagem e conservação do cereal.

Dêsses silos, localizados próximos aos portos, litoral ou zonas de fácil transporte, é feita atualmente a distribuição de trigo às unidades moageiras, em parcelas iguais e semanais, substituindo o regime anterior de liberação irregular de maciças quantidades do cereal. Isto se refletia na necessidade de uma grande imobilização de capital, acarretando altos custos financeiros aos moinhos, o que não mais acontece, pois o sistema agora adotado diminuiu sensìvelmente as necessidades de capital de giro, para o setor.

Os estoques reguladores virtualmente eliminaram, além disso, a absorção parcial de cotas dos moinhos menores pelos mais poderosos financeiramente, o que era relativamente comum. É que o esquema de entregas maciças e irregulares, e às vêzes muito aproximadas de grandes estoques, criava problemas insuperáveis de capital de giro para as emprêsas menores, que se viam compelidas a abrir mão das remessas que lhes eram destinadas. Isto, como vimos, não mais acontece.

Ainda outro aspecto positivo, que pode ser creditado aos estoques regulares e ao estabelecimento de um plano racional de embarque e desembarque do trigo importado, foi o término dos costumeiros congestionamentos nos portos de destino do cereal, redundando em pesadas multas, pagas pelo Govêrno aos armadores.

Em 1964, para uma quantidade de 2 milhões 592 mil 807 toneladas de trigo importado, pagou o Govêrno de multa, aos armadores, US$ 1 milhão 37 mil 361 e 88 centavos. Já em 1967, houve prêmios, em tôrno de US$ 300 mil.

CONCORRÊNCIAS

Uma das novidades de 1968, no setor trigo, estão sendo as concorrências internacionais promovidas pela SUNAB, para a aquisição do produto em quantidades suplementares, visando ao pleno abastecimento nos meses iniciais do ano.

Dia 7 de março último, foi realizada a quinta concorrência. Com o seu resultado, e o das anteriores, a SUNAB ultrapassou a cifra de meio milhão de toneladas adquiridas em sua sede a representantes dos maiores fornecedores mundiais, que fazem ofertas concorrendo em preços e prazos de pagamento com os demais interessados na colocação do produto.

Até agora, é a seguinte a posição dos fornecedores da SUNAB, nessas concorrências, em totais por países: EUA, 295 mil toneladas; França, 150 mil toneladas; Argentina, 40 mil toneladas; Bulgária, 35 mil toneladas. Os melhores prazos de pagamentos foram oferecidos pelos EUA, na segunda, na terceira e na quinta concorrências. Êsses prazos foram de três anos.

LEITE

Outro exemplo frisante da atuação do Govêrno, através da SUNAB, no setor do abastecimento, é o leite. Um completo levantamento da realidade leiteira nacional, incluindo sugestões de medidas de incentivo à produção, industrialização e consumo, acaba de ser realizado na SUNAB, com a participação de autoridades e de representantes dêsse setor econômico.

Instalado em outubro último, o Grupo de Trabalho do Leite apresentou seu relatório final em fevereiro. Entre as medidas sugeridas, uma que é do profundo interêsse dos produtores de leite: a criação de um preço mínimo para o chamado "leite extra-cota", isto é, o produto excedente de cota, tradicionalmente pago a preços vis.

Outra providência solicitada, também de longo alcance, foi o estabelecimento de um preço mínimo para o leite em pó, mas sòmente concedido às indústrias que provem ter pago aos produtores de leite *in natura* o preço mínimo estabelecido para os excedentes de cota.

Há ainda incentivos diversos para a indústria — inclusive a aquisição pelo Govêrno, a preço de custo, para utilização, através dos órgãos oficiais (Merenda Escolar, estoques de segurança etc.), dos excedentes de leite em pó atualmente em poder da iniciativa privada. E também o financiamento, pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo e por outras instituições financeiras, dos projetos de equipamento ou reequipamento, em todo o país, de estabelecimentos particulares que se dediquem à industrialização do leite.

São, além dêsses, muitos outros incentivos propostos ao Govêrno, com o apoio da SUNAB, a fim de estimular o setor leiteiro, tanto na etapa de produção do alimento *in natura*, como na de sua industrialização. O que se pretende é incrementar não só a produção mas a produtividade do setor. E também, habituar o brasileiro ao consumo normal do leite.

Há problemas sérios a enfrentar. Exemplo: a média da produção leiteira nacional é de três litros por animal, enquanto a média internacional fica entre 18 e 20 litros. Note-se que nos grandes países leiteiros existem animais com produção superior a 40 litros diários.

Um óbice também particularmente sério é a questão da qualidade do leite fornecido aos consumidores. O Grupo de Trabalho que funcionou na SUNAB destacou, em seu relatório, o problema representado pelas dez Capitais de Estados e Territórios, no Brasil, que ainda não dispõem de instalações para a pasteurização do leite. São elas Natal, João Pessoa, Teresina, São Luís, Belém, Manaus, Boa Vista, Macapá, Rio Branco e Rondônia.

Em suma, todo um mosaico de problemas, à espera de soluções. O que está agora sendo providenciado pelo Govêrno, com base nas conclusões do Grupo de Trabalho do Leite.

A par disso, vem a SUNAB agindo no sentido de ampliar o consumo do leite. Diàriamente, por exemplo, cêrca de 200 mil litros do produto ficam como excedentes, só na bacia leiteira da Guanabara. Para aumentar a demanda, a SUNAB estudou a criação de uma embalagem individual, de forma a permitir o maior consumo do alimento pelo público, nos lanches e refeições fora de casa. Trata-se de uma embalagem especial, de 250 gramas, que é usada e jogada fora, impedindo as adulterações por comerciantes inescrupulosos. O lançamento definitivo da nova embalagem é previsto para breve. E irá repercutir sensìvelmente na procura, no consumo do leite pelo público. Pois um dos problemas que o produto enfrenta, junto ao público que faz suas refeições fora de casa, é justamente a desconfiança na qualidade do leite servido em garrafas abertas. Com a nova embalagem, isto será superado.

CARNE

Um dos grandes êxitos da SUNAB, em 1967, foi a chamada entressafra da carne. Pela primeira vêz, em dezenas de anos, os principais centros consumidores do País estiveram sem filas, e os preços cobrados ao público mantiveram-se em níveis razoáveis. O exemplo da Guanabara é frisante, nesse particular.

Deveu-se êsse resultado à presença do Govêrno, através da SUNAB, no mercado da carne. Como garantir abastecimento normal, dentro de uma perspectiva de preços relativamente estáveis, por todo um ano, inclusive considerando a fase de entressafra?

A resposta foi a participação oficial no setor carne. Em 1967, a SUNAB operou dois frigoríficos, o T. Maia, em Araçatuba (São Paulo), e o T. Minas, em Governador Valadares (Minas Gerais). Com isso, e mais com a carne congelada adquirida ao Rio Grande do Sul — numa operação da ordem de 10 mil toneladas, no valor de NCr$ 12 milhões, e que teve profundo impacto sôbre a pecuária gaúcha, então em crise —, pode a SUNAB manter um fluxo de abastecimento capaz de inibir as manobras altistas que tradicionalmente distorciam, em cada entressafra, o panorama do mercado da carne.

Para êste ano, esquema idêntico funcionará. Um nôvo contrato foi firmado, entre a SUNAB e o Frigorífico T. Maia. Segundo seus têrmos, a Superintendência Nacional do Abastecimento pagará NCr$ 60 mil mensais, fixos, pela utilização do frigorífico, enquanto que, no contrato anterior, referente a 1967, o gasto médio mensal era de NCr$ 75 mil.

É necessário assinalar que a presença do Govêrno, através da SUNAB, no mercado da carne, foi o início da correção de tôda uma série de distorções. Havia, por exemplo, a tendência de dilatação do período de entressafra, isto é, aquela fase do ano em que as chuvas rareiam, o pasto empobrece e o gado perde pêso — sendo retido pelos invernistas até que volte a ganhar o volume de carne perdido.

O período normal de entressafra é coisa de pouco mais de noventa dias, de setembro/outubro a dezembro. Entretanto, por fôrça de manobras especulativas, os problemas de abastecimento de carne geralmente começavam a partir de fins de julho, sob a alegação de início da entressafra. Com a atuação direta do Govêrno no mercado, essa distorção foi corrigida, em 1967, e não ocorrerá êste ano.

A ação da SUNAB no setor carne vai mais longe, contudo. No mercado da Guanabara, perto de 500 açougues recebem a carne da SUNAB, comprometendo-se a respeitar uma lista de preços para venda ao público. Com isso, cria-se um elemento moderador de preços na própria área do comércio varejista, eliminando-se a possibilidade de excessos altistas por parte dos açougues não filiados ao sistema de distribuição implantado pela SUNAB. É a velha lei da oferta e da procura, posta a funcionar em benefício dos consumidores.

Estuda a SUNAB, no momento, a reformulação do comércio da carne, nos grandes centros. É realmente inadmissível que a comercialização dêsse produto, vital na dieta do brasileiro, permaneça nos níveis de obsoletismo atuais. Um açougue típico, no Rio e em São Paulo, por exemplo, funciona apenas parte do expediente, e vende em tôrno de 100 quilos de carne, sòmente. Com essa venda ridícula, tem que se manter, tem que dar lucro. Lògicamente, caracteriza-se aí a existência de uma atividade comercial com níveis baixíssimos de produtividade empresarial.

Para solucionar o problema, a SUNAB está estudando a reformulação do comércio da carne. Os açougues, dentro de um determinado prazo, vão-se transformar em centros protéicos, comercializando não só a carne, mas seus derivados, e ainda o leite e seus derivados, peixe, aves e ovos etc. É essa a maneira de se ampliar a área de atuação e a produtividade dos açougues, formas condenadas de negócio, como existem atualmente. Uma vêz modernizada, a estrutura varejista do comércio da carne ficará enfim apta a diminuir sua participação no preço do quilo do alimento, em sua venda ao público. Estaremos então criando um fator de barateamento do custo de vida.

CADEP

O Govêrno dispõe, através da SUNAB, de um eficiente mecanismo de disciplinamento dos preços dos principais artigos de consumo básico. É a Campanha em Defesa da Economia Popular, mais conhecida pela sua sigla: CADEP. Mensalmente, no Rio e em São Paulo, reúnem-se os representantes das grandes organizações varejistas filiadas, do setor de alimentação, com dirigentes da SUNAB, e elaboram as suas listas de preços para o mês seguinte.

As listas CADEP enfeixam os produtos que realmente são essenciais ao consumo popular. Isto é, feijão, arroz, charque, farinha de mesa, massa, óleos e gorduras etc., num total superior a trinta artigos. O mais importante, contudo, não é talvez a própria existência dos preços CADEP, respeitados pelas principais organizações do setor de gêneros alimentícios, filiadas invariàvelmente à Campanha. O mais importante está em que as listas CADEP criam um fator de disciplinamento, de baixa de preços no mercado do Rio e no de São Paulo. Mais uma vez volto a dizer, como no caso da carne, que pusemos a lei da oferta e da procura — e a livre concorrência, acrescento agora — a favor dos consumidores.

Em 1967, por exemplo, de maio a dezembro as listas de preços CADEP sempre registraram mais baixas do que aumentos, tendência que se repete agora em 1968. Na última reunião havida, antes da elaboração dêste artigo, e que se destinou à preparação da lista referente a março, ocorreram oito baixas e apenas quatro majorações, sendo que tôdas elas completamente inevitáveis: subiram o macarrão e a farinha de trigo em pacotes (em conseqüência da nova taxa cambial); o azeite importado (também o problema cambial); a manteiga (ausência de chuvas nas regiões produtoras) e o café (majoração determinada pelo IBC).

Pretende agora o Govêrno instalar CADEPs em todo o País. Para tanto, novos incentivos acabam de ser criados, beneficiando os estabelecimentos industriais e comerciais filiados ou que se vierem a filiar ao órgão.

ATUAÇÃO

Em julho de 1967 a SUNAB congelou, aos níveis de outubro de 1966, os preços dos remédios, após constatar a ocorrência, nesse período, de aumentos abusivos. Não se tratava, contudo, de uma medida de caráter demagógico. Pretendeu, antes de tudo, forçar o diálogo entre a indústria farmacêutica e o Govêrno, para que comprovantes de custos fôssem apresentados, eliminando-se os lucros e majorações indevidos na subseqüente atualização dos preços.

Fato semelhante ocorreu com os refrigerantes, em 1967. Houve o congelamento de seus preços, extensivo às cervejas, em 31 de outubro último, aos níveis de 1 de setembro passado. Assim, e mediante as comprovações de custos posteriores, evitou-se que os consumidores viessem a pagar um preço excessivo por êsses produtos.

São flagrantes, são *flashes* da atuação da SUNAB, o que estou apresentando ao público, para que êste entenda melhor o trabalho desta autarquia. E para que todos compreendam que a função da SUNAB não é mais — longe disso — o mero tabelamento de preços.

Hoje, a SUNAB é parte de tôda uma estrutura governamental voltada para o abastecimento e os preços. Existe por exemplo a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), responsável pelos preços mínimos de 14 produtos, em todo o país. Êsses preços mínimos são um instrumento fundamental de estímulo à produção, evitando a vilificação tradicional do trabalho do campo, apenas em proveito dos intermediários. Ligadas à SUNAB, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), com seus estoques de gêneros, e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), com sua rêde de armazéns e silos, compõem um esquema de segurança e apoio de inestimável alcance.

Na área dos custos e preços, funcionam em íntimo contato com a SUNAB o Grupo de Análise de Custos, do Ministério da Fazenda, e a Comissão Nacional de Estabilização de Preços (CONEP), do Ministério da Indústria e do Comércio. Como órgão do Ministério da Agricultura, por seu turno, a SUNAB se entrosa com a sua estrutura ministerial no fomento às atividades agropecuárias. Relaciona-se também com órgãos como o Grupo Executivo da Indústria de Produtos Alimentares (GEIPAL), do Ministério da Indústria e do Comércio, no fomento às atividades da indústria de alimentação.

Seu entrosamento com a máquina governamental não termina aí. A SUNAB mantém íntimo contato com as repartições de segurança. E com o Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE), órgão da Presidência da República, responsável pela coibição dos abusos do poder econômico.

Geralmente uma vêz por semana, participa o Superintendente da SUNAB da reunião da Comissão Nacional do Abastecimento, presidida pelo Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Delfim Neto, e que conta com a participação do Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, do Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, do Ministro dos Transportes, Sr. Mário Andreazza, do Ministro da Indústria e do Comércio, Sr. Macedo Soares, do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Nestor Jost, e de outras autoridades. É a reunião em que se traça a estratégia do abastecimento em todo o país.

Existe, pois, uma máquina montada. A SUNAB é parte importante dêsse esquema, voltado para o setor do abastecimento e dos preços. Conseguiu a SUNAB, em 1967, uma sensível desaceleração no custo de alimentação. No ano passado, subiu o mesmo em 16,63%, contra 47,54% em 1966. Tendência que está sendo mantida, neste início de ano. Nos dois primeiros meses de 1968, o custo de alimentação teve uma alta de apenas 3,56%, contra 5,57% em igual período de 1967 e 7,88% em janeiro e fevereiro de 1966. Um bom resultado, sem dúvida. E que deve ser creditado à nova filosofia governamental no setor do abastecimento.

COMPARAÇÃO ENTRE A DESPESA DE PESSOAL E A TOTAL NO PERÍODO 1964/1967

NCr$ MILHÕES

15 · 12 · 9 · 6 · 3 · 0

60,5% · 55,2 · 38,6 · 12,9

1964 · 1965 · 1966 · 1967

PESSOAL · TOTAL

BANEB — uma experiência regional de fomento econômico

Convidado a proferir esta palestra, julguei indicado transmitir algo da experiência do BANCO DO ESTADO DA BAHIA. Pretendo focalizar a experiência de um agente financeiro de ação em âmbito regional, combinando estruturas e funções de poder público e de emprêsa privada. Trata-se de um componente do sistema de órgãos financeiros constituidos no País, voltado à integração nacional e ao desenvolvimento equilibrado das regiões brasileiras.

A grandeza de qualquer estabelecimento bancário pode ser avaliada através de duas informações essenciais: seu volume de depósitos e o vulto de suas aplicações. São a medida de sua capacidade financeira e de sua participação na vida econômica da comunidade.

Mas a função do BANCO DO ESTADO DA BAHIA não se retrata na informação sôbre depósitos e aplicações. Sem dúvida, isso é importante, para transmitir idéia de seu crescimento, de sua expansão e de sua estrutura, sua politica, finalidades que motivaram sua criação e orientam o seu funcionamento. É necessário, porém, recorrer a outros dados, para a aferição do papel do BANEB e de sua posição no quadro econômico-financeiro da Bahia.

Conforme a lei especifica, o BANEB seria um banco privado, semelhante a qualquer outro, e como tal considerado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL. Na realidade, a par das atividades que realiza como estabelecimento privado, o BANCO DO ESTADO DA BAHIA se apresenta com outra caracteristica predominante, qual seja a de instrumento financeiro do poder público estadual para fomento ao desenvolvimento regional.

Assim, tão ou mais importante que o nivel dos depositos e aplicações, são as informações sôbre a efetiva contribuição prestada pela entidade à construção, na Bahia, de uma nova realidade, marcada pelo progresso, o desenvolvimento, a industrialização. Por isso, quando falamos do BANEB, temos que falar também da Bahia, dos novos caminhos abertos para seu futuro. Por isso, também tão ou mais importante que as informações sôbre seu crescimento, é a experiência acumulada pelo BANCO DO ESTADO DA BAHIA como agente financeiro para o desenvolvimento de uma região atrasada em relação a outras areas do País.

É relativamente moderno e vem de época recente o conceito do papel que o Estado tem a desempenhar, através de instrumentos de ação econômica ou financeira, como é o caso do BANEB, destinado a fomentar, orientar e apoiar o desenvolvimento. O curioso é que já em 1925 se cogitava da criação do BANCO DO ESTADO DA BAHIA, e precisamente com essa denominação. Evidentemente, a idéia não se concretizou. Sòmente em 1937 seria fundado o então INSTITUTO CENTRAL DE FOMENTO ECONÔMICO DA BAHIA, bem diferente do atual BANEB, com estrutura de autarquia, vinculado orgânicamente aos INSTITUTOS DO CACAU, DO FUMO e da PECUÁRIA, com área de atuação limitada e crescimento forçosamente lento. Foram precisos dez anos para que, em 1947, o INSTITUTO inaugurasse sua primeira agência, no municipio de Juàzeiro. E decorreram outros dez anos antes que surgisse, em 1957, a sua primeira agência metropolitana. Já então, o estabelecimento desenvolvia atividades de fomento econômico. Mas fazia-o em âmbito bem modesto, coerente com o quadro sócio-econômico vigente.

Analisando a história dos 30 anos do BANEB, verificaremos, como fato sintomático, sua transformação radical iniciada, em têrmos reais, precisamente na época em que surgiam, apenas esboçadas, a nova mentalidade e as novas concepções para o desenvolvimento e a industrialização da Bahia. 1956 foi o ano da CPE, de seus primeiros estudos visando a planejar o desenvolvimento baiano. Foi o ano em que foram lançadas as bases do FUNDAGRO, com seu sistema de emprêsas mistas, voltadas para a organização da economia agricola e do abastecimento. Foi também o ano em que, por lei, se autorizou a transformação do INSTITUTO CENTRAL em BANCO DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA — BANFEB. Não teria sentido falar em coincidência. O BANFEB, na época, foi a resposta à necessidade de um agente financeiro para fomentar o desenvolvimento estadual.

Sòmente em 1960, no entanto, a transformação seria concretizada. Dotado de estrutura bancária, com ampla área de atuação, pôde o BANCO desenvolver-se em ritmo acelerado, crescendo em agências, em depósitos, em aplicações, construindo edificio-sede e reforçando sensivelmente sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento da economia baiana. Assinale-se ainda, a propósito, que êste periodo se identifica com o dos incentivos criados pela SUDENE, pelas atividades da Petrobrás e pelas novas condições regionais favoráveis, decisivo impulso para a industrialização regional.

Com êste histórico pretendemos realçar, na experiência baiana, a participação decisiva do poder público estadual, planejando, impulsionando e orientando o desenvolvimento, construindo nova infra-estrutura de transportes, de eletrificação, de educação, saneamento básico, abastecimento, apoiando a iniciativa privada, enfrentando, muitas vêzes, o ônus dos empreendimentos pioneiros, criando instrumentos de ação específica, no plano financeiro, através do BANCO DO ESTADO DA BAHIA.

Cada transformação registrada na história do BANEB correspondeu, por fôrça de intima e indissociável vinculação, a mudanças essenciais da realidade baiana, novas exigências determinando, forçosamente, de parte do BANEB, também outras estruturas, politicas e concepções. Assim ocorreu em 1965, com a transformação do BANFEB em BANCO DO ESTADO DA BAHIA, paralelamente à criação posterior do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA, ao qual caberiam, a partir de então, as funções especificas de banco de investimentos.

Dissemos, no inicio, que a BANEB é um estabelecimento com caracteristicas de banco de fomento econômico. Consoante a lei, é banco privado. Mas, por sua politica operacional voltada para o desenvolvimento, funcionando sob a responsabilidade do Govêrno do Estado, é o agente financeiro do poder público. Esta dualidade de funções determina a estrutura do BANEB, como banco misto. De um lado, banco comercial, aberto ao público, mobilizando, sob a forma de depósitos, a poupança privada. De outro lado, agente financeiro, captando recursos para operações de refinanciamento, dos Fundos da União, como o FINAME, FUNDECE, FIPEME e FUNAGRI, internamente, e de linhas de crédito no exterior.

A experiencia, contudo, mostrou que um banco comercial, não contando com verbas orçamentárias ou recursos outros do poder público, não poderia desenvolver maior atividade no setor de fomento ao desenvolvimento, que exige financiamentos a médio e longo prazos. Do Govêrno do Estado, no tocante a recursos, recebeu o BANEB, sòmente, a sua participação para integralização do capital social, quando de sua constituição como organização bancária. Os aumentos dêsse capital social têm se concretizado à base da própria expansão do estabelecimento, ou mediante chamadas de capital, por subscrição pública. Da parte do Govêrno, as integralizações dos aumentos de capital têm sido feitas mediante a incorporações dos dividendos.

Embora com seus depósitos em crescimento incessante, não poderia o BANEB imobilizar êstes recursos em operações de financiamento a longo prazo, nem tampouco dar contrapartida aos créditos de entidades financiadoras nacionais ou internacionais. Daí a necessidade de uma organização com outras caracteristicas de um banco de investimentos, precisamente o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA. Isso não significa, entretanto, que o BANEB tenha deixado de considerar, como seu principal objetivo e finalidade, o fomento ao desenvolvimento, sem que, apesar da inevitável predominância das operações a curto prazo, deixe o BANEB de financiar também a médio e longo prazos, quando assim o requerem as necessidades da industrialização.

Vejamos alguns números, a êsse respeito, confrontando dois momentos, dezembro de 1962 e dezembro de 1967, isto é um periodo de apenas cinco anos. Os depósitos do BANCO DO ESTADO DA BAHIA cresceram, em têrmos nominais, nesse periodo relativamente curto, de 1 milhão 684 mil para 65 milhões 115 mil cruzeiros novos. Se os depósitos de um banco expressam seu prestigio, a confiança que inspira junto às classes empresariais, então podemos afirmar que o BANEB possui êste prestigio e confiança. Em 1962, a participação do BANEB no movimento bancário do Estado, no tocante a depósitos, era de apenas 6,6%, sendo que, em dezembro de 1967, essa participação já se elevara para mais de 16%. Nos últimos anos, o aumento dos depósitos do BANEB, foi por mais de duas vêzes superior ao crescimento médio dos depósitos de tôda a rêde bancária baiana.

Aspecto importante a considerar, é o da participação relativa, nos depósitos do BANEB, dos recursos do poder público e dos recursos da poupança privada. Òbviamente, sendo o BANEB banco estadual, o poder público a êle destina, preferencialmente, seus depósitos. Em 1963, os depósitos do Govêrno do Estado, autarquias, emprêsas estatais, sociedades de economia mista representavam cêrca de 70%, cabendo às contas particulares o restante. Ao longo dos últimos anos, contudo, verificou-se a inversão, que cada vez mais se acentua, dessas percentagens. Em junho de 1967, a participação do poder público no total de depósitos do BANCO era de sòmente 35,5%, cabendo à poupança privada mais de 64%. Òbviamente, o Govêrno da Bahia continua a depositar em seu banco, só que os depósitos privados cresceram em ritmo mais acelerado.

No tocante às aplicações, o crescimento também se repete. Passaram de 1 milhão 304 mil em 1962 para 83 milhões 268 mil cruzeiros novos, em dezembro de 1967.

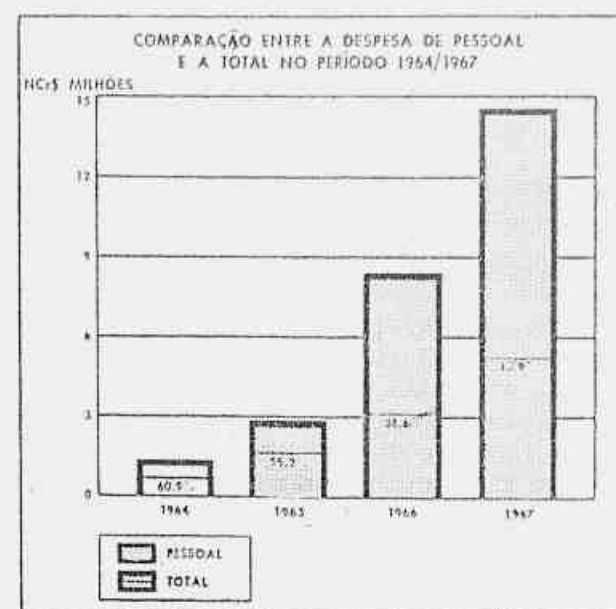
Como se vê, a capacidade de o BANEB financiar o progresso da Bahia multiplicou-se, no periodo. Se confrontarmos depósitos e aplicações, verifica-se uma outra caracteristica especial da entidade: as aplicações superiores ao volume de depósitos. Tal não ocorre, nem pode ocorrer, num banco comercial. Explica-se: é que, além de seus depositos, o BANEB conta com outras fontes de recursos, para suas aplicações. Como agente financeiro, mobiliza recursos públicos para refinanciamento à pequena e média indústrias e ao setor agropecuário. E ainda como agente financeiro, capta recursos de linhas de crédito no exterior, repassando-os para financiar a execução de obras públicas essenciais, de infra-estrutura.

No tocante aos interêsses do desenvolvimento da Bahia, êste é, sem dúvida, aspecto de maior importância nas atividades do BANEB. Com efeito, a sua caracteristica de agente financeiro permite mobilizar recursos de baixo custo de fontes nacionais e internacionais, para aplicação em setores básicos, da área do poder público e de iniciativa privada. Ésses recursos montam, hoje, a aproximadamente 40 milhões de cruzeiros novos. E se considerarmos, como hipotese moderada, que cada nôvo cruzeiro mobilizado para a vida econômico-financeira do Estado provoca movimento pelo menos três vêzes superior, poderemos concluir que a ação do BANEB representa, sob êste aspecto, uma injeção de recursos novos da ordem de 120 milhões de cruzeiros novos.

Durante o último qüinqüênio, o BANEB cresceu também geogràficamente, ganhando sua rêde de agências envergadura nacional. Em 1962, contava o Banco com 31 departamentos. Atualmente, além da Matriz, são 5 agências metropolitanas em Salvador, 44 agências no interior do Estado, mais as filiais da Guanabara e de São Paulo, totalizando 52 unidades, em sua maioria funcionando em sedes próprias, com instalações adequadas. E já solicitamos novas Cartas-Patentes para instalação de mais 4 agências, uma metropolitana, em Salvador, as outras três no interior do Estado.

Para conhecermos melhor a experiência do BANEB, é preciso deter-nos em dois aspectos de suas atividades. Ou melhor dito, em dois preconceitos generalizados. É freqüente ouvir-se que os órgãos públicos, ou vinculados ao poder público, são emperrados por burocracia ineficiente e de baixa produtividade. Mas isto nem sempre é verdade. No BANCO DO ESTADO DA BAHIA, a preocupação com a produtividade é constante, constituindo-se num dos fatores mais decisivos de sua expansão. Tal preocupação expressa-se através da adoção de modernas técnicas e processos operacionais. Ainda agora, estamos adiantando os estudos para contar o BANEB com recursos de computador. Expressa-se, igualmente, através de uma racional, acertada e humana politica de pessoal, estimulando seus funcionários à maior eficiência, propiciando-lhes cursos de treinamento, estágios, inclusive no exterior.

Se usarmos o indice volume de aplicações por funcionário, o crescimento da produtividade mostra-se significativo. Ao término de 1962, para cada funcionário do BANEB correspondia um volume de aplicações da ordem de 4 mil e 900 cruzeiros novos. Em dezembro de 1967, o indice já se elevara para 99 mil e 100 cruzeiros novos de recursos aplicados.

Lògicamente, aumentando a produtividade, os custos operacionais se reduzem. No primeiro semestre de 1967, para atender às crescentes atividades do BANCO, seu quadro de pessoal teve de ser aumentado, em cêrca de 25%, com inevitáveis reflexos nas suas despesas de custeio. E contudo, graças à maior produtividade, durante o mesmo periodo os custos operacionais continuaram baixando.

Basta dizer-se que a participação da despesa de pessoal na despesa global vem baixando de ano para ano, sendo hoje inferior a 40%, isto enquanto o salário médio no BANEB continua subindo e é o mais alto da rêde bancária baiana.

Outro preconceito generalizado é o de que o financiamento do desenvolvimento exclui qualquer possivel rentabilidade. O BANEB representa, também quanto a isto, um desmentido formal. Obviamente, não caberia, num Banco de Estado, a preocupação maior do lucro. Contudo, deve a entidade considerar não só os interêsses de seus acionistas, como também a necessidade de evitar que se desgaste a sua capacidade financeira.

Note-se que, precisamente por sua condição de agente do desenvolvimento, deve o BANEB aplicar recursos em setores onde as garantias são muitas vêzes precárias.

No entanto, graças aos critérios adotados de produtividade, que alguns poderiam ainda achar estranhos a um agente do poder público, tem o BANEB se expandido sem sobrecarga para as finanças estaduais. Em 1960, o então BANFEB começava com capital social de 300 mil cruzeiros. Hoje, sete anos decorridos, e sem recorrer a um centavo de subvenções ou verbas orçamentárias, do Estado, êste capital social se eleva a 6 milhões de cruzeiros novos, ultrapassando, somado às reservas, 10 milhões e 300 mil cruzeiros novos.

Até aí, vimos os números que expressam o crescimento do BANEB. Se êste crescimento não é um fim em si mesmo, mas meio de reforçar a capacidade de sua participação no progresso do Estado, então temos de examinar os resultados até agora alcançados.

Captando recursos onde êles pudessem ser mobilizados, o BANCO contribuiu para construir, na Bahia, as bases sólidas do seu desenvolvimento. Os exemplos a citar são a construção e reconstrução de mais de 3.500 quilômetros de rodovias, na implantação de mais de 1.200 quilômetros de linhas de transmissão, levando a mais de 170 localidades interioranas os benefícios da eletrificação, na execução da adutora Joanes-Bolandeira, solução definitiva para o abastecimento dágua de Salvador, na organização de um sistema de abastecimento que já atinge, através da Casemba, a mais de um têrço da população da capital, no impulso inicial para execução do programa habitacional do Estado. Em todo êsse esfôrço os recursos do BANEB estiveram presentes.

Outro exemplo significativo está na cooperação direta ao Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu, passo inicial para implantação da cidade industrial, cujos investimentos estão assegurados em calculo superior a 850 milhões de cruzeiros novos, correspondentes a mais de 60 novas indústrias. Acresce ainda o apoio direto que o BANEB tem prestado às atividades agro-pecuárias e a um grande número de pequenas e médias indústrias.

As atividades, os êxitos, a própria existência do BANCO respondem a uma nova concepção das responsabilidades do poder público, diante das exigências do desenvolvimento econômico e social. As funções tradicionais do Estado mostraram-se insuficientes e limitadas.

A necessidade de o poder público intervir no dominio econômico afirmou-se e continua se afirmando. De parte do Govêrno Federal, para o Nordeste, essa intervenção se realiza através da SUDENE, do sistema de incentivos fiscais, do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, de emprêsas nacionais como a Petrobras e a CHESF. Para a Bahia, a ação do Govêrno Estadual se manifesta através de realizações como o CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU, de programas como o do fomento à industrialização do interior, e pela ação de instrumentos especificos, como é o BANEB no plano financeiro, orientada para fomentar o desenvolvimento regional.

Dissemos, no inicio, que não seria possivel excluir o BANEB, do progresso, do desenvolvimento e da industrialização da Bahia. O BANEB é parte integrante desse processo. É um instrumento para o progresso regional e, por sua vez, reflete a realidade dinâmica e otimista hoje construida com o firme e grande desejo de recuperar o tempo perdido ontem. É uma parcela do esfôrço governamental conscientemente orientado para garantir bases sólidas e autônomas para a economia estadual.

Palestra pronunciada pelo Sr. LELIVALDO DE BRITTO, Presidente do BANEB, na FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, ao receber o título de "ADMINISTRADOR DO ANO DE 1967".

EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DEPÓSITOS/FUNCIONÁRIOS NO QUINQUÊNIO - 1963/1967

EM MIL CRUZEIROS NOVOS

80 · 64 · 32 · 16 · 8

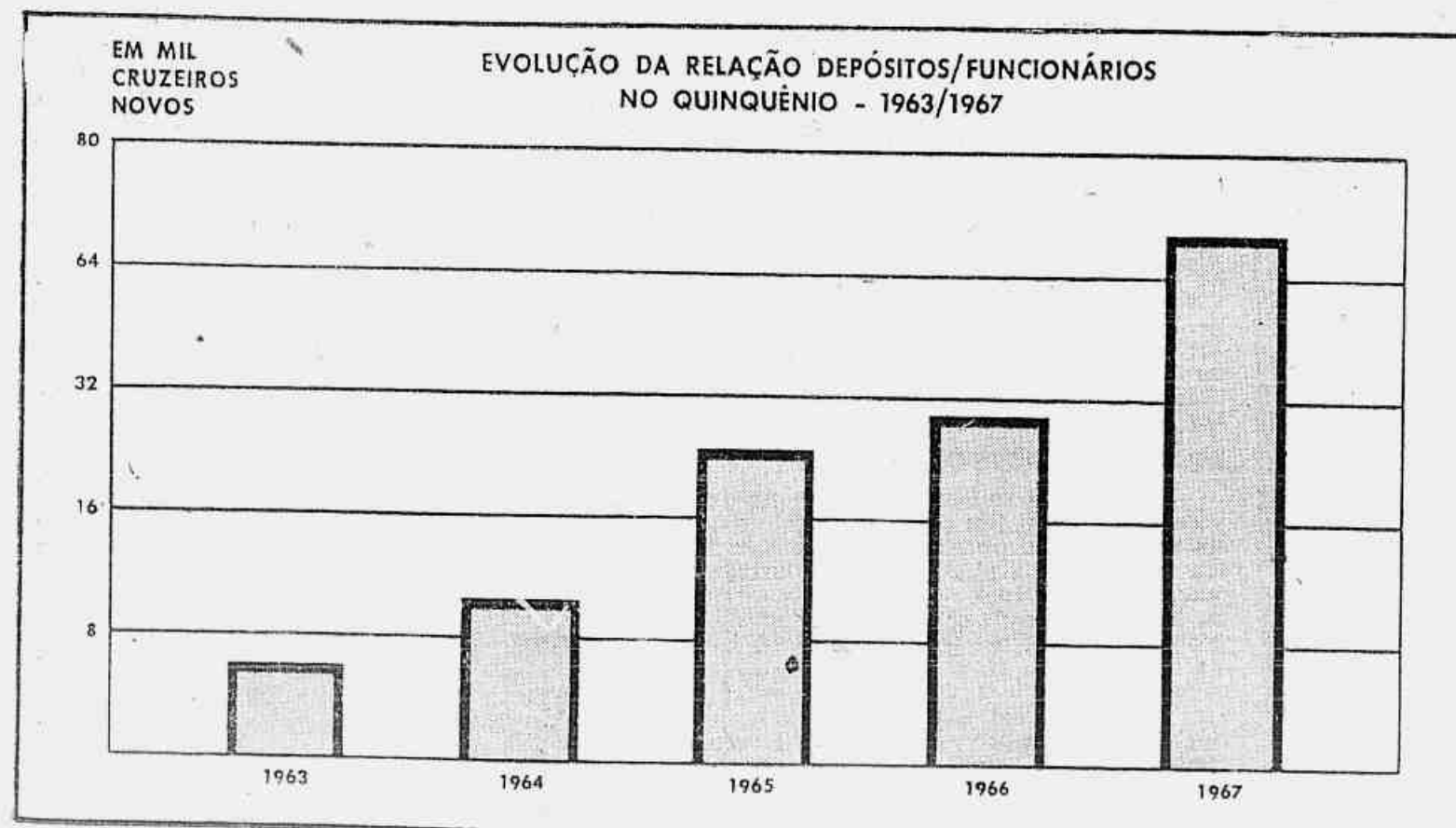
1963 · 1964 · 1965 · 1966 · 1967

EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES NO QUINQUÊNIO 1963/1967

NCr$ 1.000.000,00

90,0 · 67,5 · 45,0 · 22,5 · 0

1963	1964	1965	1966	1967
3,3	9,7	16,2	50,5	88,4

Agricultura na Bahia

Conforme estudo elaborado pela Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), os objetivos do zoneamento agrícola, decretado pelo Govêrno daquele Estado, estão afinados com a doutrina econômica necessária a uma região subdesenvolvida. O problema, em cada empreendimento que se apresenta, é escolher qual a solução que proporcionará o melhor funcionamento e o máximo de eficiência do sistema.

AGRICULTURA DE EXPORTAÇÃO

Esse tipo de agricultura caracteriza a produção da grande propriedade territorial. São culturas que sempre dispuseram de facilidades de crédito, armazenamento, transporte, assistência agronômica e subsídios governamentais. A sua inclusão entre as atividades suscetíveis de receber incentivos, desde que se enquadrem na localização considerada ótima pelo zoneamento, não vai influir na sua expansão ou erradicação. O seu ponto de orientação é a flutuação dos preços no mercado internacional. É êsse preço que vai dizer, em última análise, se serão utilizadas para sua cultura as terras consideradas inferiores, ou se é conveniente substituí-la por uma outra cultura mais rentável. Certamente que o latifundiário não vai desprezar os benefícios que a política do zoneamento pode lhe proporcionar. Mas êle não vai deixar de expandir sua cultura atual para terras reputadas impróprias para o zoneamento, desde que os preços do mercado internacional compensem. Para tanto, seria necessário um planejamento do tipo imperativo, técnica que não se coaduna com a existência da livre emprêsa.

Subordinados à demanda exterior e ao sistema cambial, que é de contrôle federal, nada pode, portanto, o zoneamento fazer para influenciar decisivamente no comportamento da agricultura de exportação externa.

AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

Esse tipo de agricultura, quase sempre voltada para o consumo interno, devido à situação gravosa dos seus produtos, é suscetível de ser manipulada através de uma política de incentivos, como a que está prevista no zoneamento agropecuário. A dificuldade existente é que essa agricultura de consumo interno, cuja característica principal é estar ligada à pequena propriedade ou constituir um subproduto da exploração latifundiária, não possui mecanismos capazes de estabelecer contatos com os órgãos do Govêrno encarregados de promover a política de zoneamento.

Para estabelecer um contato perfeito entre os podêres públicos e os responsáveis diretos pela produção de subsistência, precisaria ser desmantelado o feudalismo agrário, aplicando a Lei Ferrari-Obrigado a trabalhar suas terras à base da jornada de trabalho a dinheiro, em vez de parceria na produção, sentirá o latifundiário necessidade de aumentar a produtividade do capital empregado em salários. Para tanto, utilizará sementes selecionadas, adubos, inseticidas, irrigação, melhores instrumentos de trabalho, possibilitando, assim, a introdução do capitalismo no campo. É preciso, também, reagrupar o minifúndio antieconômico, sob a forma cooperativa, preferentemente, ou aumentando-se o tamanho pela redistribuição de terras.

PECUÁRIA

Semelhante ao que foi feito para o zoneamento pecuário da Bahia, de acôrdo com o mencionado estudo da CPE, deve ser citado um único exemplo: o Brasil Central, onde está perfeitamente delineada uma especialização regional para criação, recriação e engorda. Êsse zoneamento é baseado na diferenciação ecológica e, principalmente, devido à localização dos frigoríficos e indústrias de beneficiamento sediados em São Paulo e Rio de Janeiro. A localização acertada da indústria frigorífica na Bahia é um empreendimento muito mais econômico do que utilizar o processo do Brasil Central, promovendo o deslocamento de milhares de cabeças de gado, encarecendo a carne e subtraindo à região produtora uma fonte de renda que seria o beneficiamento da carne de seus rebanhos, a criação de indústrias subsidiárias e as oportunidades de emprêgo daí derivadas.

ANÁLISE CLIMÁTICA

O primeiro reparo diz respeito à eliminação da zona fisiográfica do Litoral Norte, incorporando-a quase tôda à zona agropecuária do Nordeste, com exceção do Município de Alagoinhas, que ficou fazendo parte da Zona do Recôncavo.

Na Zona do Nordeste, conforme a configuração do zoneamento, o regime de chuvas predominante varia de 300 a 500 milímetros. Climàticamente, pode ser classificada de semi-árida, tipo BSH, do sistema Koppen, com vegetação de natureza xerófita. Contrastando, os municípios incorporados, que pertenciam à Zona do Litoral Norte, apresentam uma precipitação pluviométrica bastante alta, oscilando entre 700 e 1 300 milímetros e clima classificado como AS. Êsses municípios, sob o ponto-de-vista de precipitação, temperatura, evaporação, umidade, nebulosidade, apresentam muito maior semelhança com os municípios do Recôncavo do que com os seus novos parceiros do Nordeste.

A zona agropecuária denominada Centro, abrange, com pequenos acréscimos e subtrações, os municípios que fazem parte das zonas fisiográficas da Encosta da Chapada Diamantina, Feira de Santana e Serra Geral e, climàticamente, é muito heterogênea. A maioria dos municípios situados na zona fisiográfica da Encosta, antiga Matas de Orobó, é caracterizada pelas precipitações entre 700 e 1 100 milímetros anuais. Comporta-se como uma ilha de verdura em relação ao sertão árido que os cerca.

A CPE acredita que, analisando-se pelo prisma climatológico, pode-se comprovar a dificuldade de traçar um zoneamento que obedeça, no mínimo, às grandes fronteiras climáticas do Estado. E quando se pretende respeitar os limites municipais, como se fêz, essa tarefa torna-se impossível. Dessa maneira, a primeira comprovação a ser feita é que as zonas agropecuárias programadas não possuem homogeneidade climática.

SOLOS

Não existem mapas de solos na Bahia. Sabe-se contudo, que o clima foi o fator preponderante na diversificação dos solos baianos. No mesmo tipo de clima, embora em solos distintos, podem ser encontradas as mesmas culturas agrícolas, entretanto, em solos idênticos, desde que estejam submetidas a climas diferentes, quase nunca é possível produzir plantas semelhantes. Por exemplo: o mesmo tipo de rocha feldspática laminada cristalina produziu solos diferentes em Juàzeiro, onde a precipitação pluviométrica varia entre 300 a 500 milímetros, e em Itabuna, onde alcança até mais de 1 900.

Dos 563 mil quilômetros quadrados de sua superfície, distribuem-se as formações vegetais do Estado entre 80 000 km2 de devastadas florestas tropicais, 25 000 km2 de vegetação litorânea e de palmeiras, 370 000 km2 de caatingas e 88 000 km2 de cerrados.

CULTURA-SOLO

A relação cultura-solo é muito significativa. Assim, considerando as exigências de solo das diversas culturas referidas no zoneamento, pode-se reunir grupos de plantas que apresentem as mesmas preferências pedológicas:

Milho, Feijão e Algodão — Plantas que requerem solos sílico-argilosos, profundos, férteis, ricos em N.P.K. São culturas que não admitem água estagnada, mesmo temporàriamente;

Mamona, Sisal — Solos sílico-argilosos ou argilo-silicosos, profundos, frescos, férteis, calcários. A produtividade da mamoneira depende da fertilidade do solo. O mesmo não acontece com o sisal que pode produzir satisfatòriamente em terrenos pobres, mas que tenham as características citadas;

Fumo, Mandioca, Amendoim e Batatinha — Solos leves, arenosos, profundos, frescos, claros e de mediana fertilidade;

Fruticultura — Solo sílico-argiloso, sem umidade demasiada;

Côco e Dendê — Solos próximos às praias, limosos, das embocaduras dos rios;

Seringueiras e Cravo-da-Índia — Solos profundos, férteis, com alguma acidez;

Cacau — Solos profundos, porosos, frescos;

Arroz — Solos de várzeas, suportando relativa acidez.

"Êsse enfoque — diz o relatório da CPE — proporciona elementos para uma afirmação crítica; o zoneamento agropecuário não discriminou corretamente as culturas em relação às características do solo. Cita um exemplo: no Recôncavo, o Município de São Francisco do Conde apresenta uma relação kg ha, para cana-de-açúcar, elevadíssima, muito superior à paulista: 64 100, enquanto que o Município de Sebastião do Passé produz apenas 33 600, índice um pouco inferior à produtividade média da Bahia.

Termina concluindo que "as zonas agropecuárias não possuem homogeneidade climática; possìvelmente as condições pedológicas não determinaram o traçado do zoneamento; nada pode o zoneamento fazer para alterar o comportamento da agricultura do mercado externo; há dificuldades estruturais, insuperáveis no momento, para incentivar a agricultura de subsistência através da política de zoneamento; os problemas pecuários baianos, em face do desenvolvimento tecnológico, podem ser resolvidos com mais acêrto através de especialização funcional que baseados na diferenciação regional".

MADEIRAS

As reservas florestais baianas vêm sendo, de há muito, impiedosamente devastadas, quer ao longo do litoral atlântico, quer ao longo dos sertões imensos. As fabulosas matas de Orobó já não mais existem. As matas do sudoeste foram, quase tôdas, reduzidas a lenha e a carvão, sendo que a própria região de Vitória da Conquista e Itapetininga já passou a sofrer as mais profundas variações climáticas, em conseqüência, ao que afirmam os geógrafos, dêsse lastimável estado de coisas.

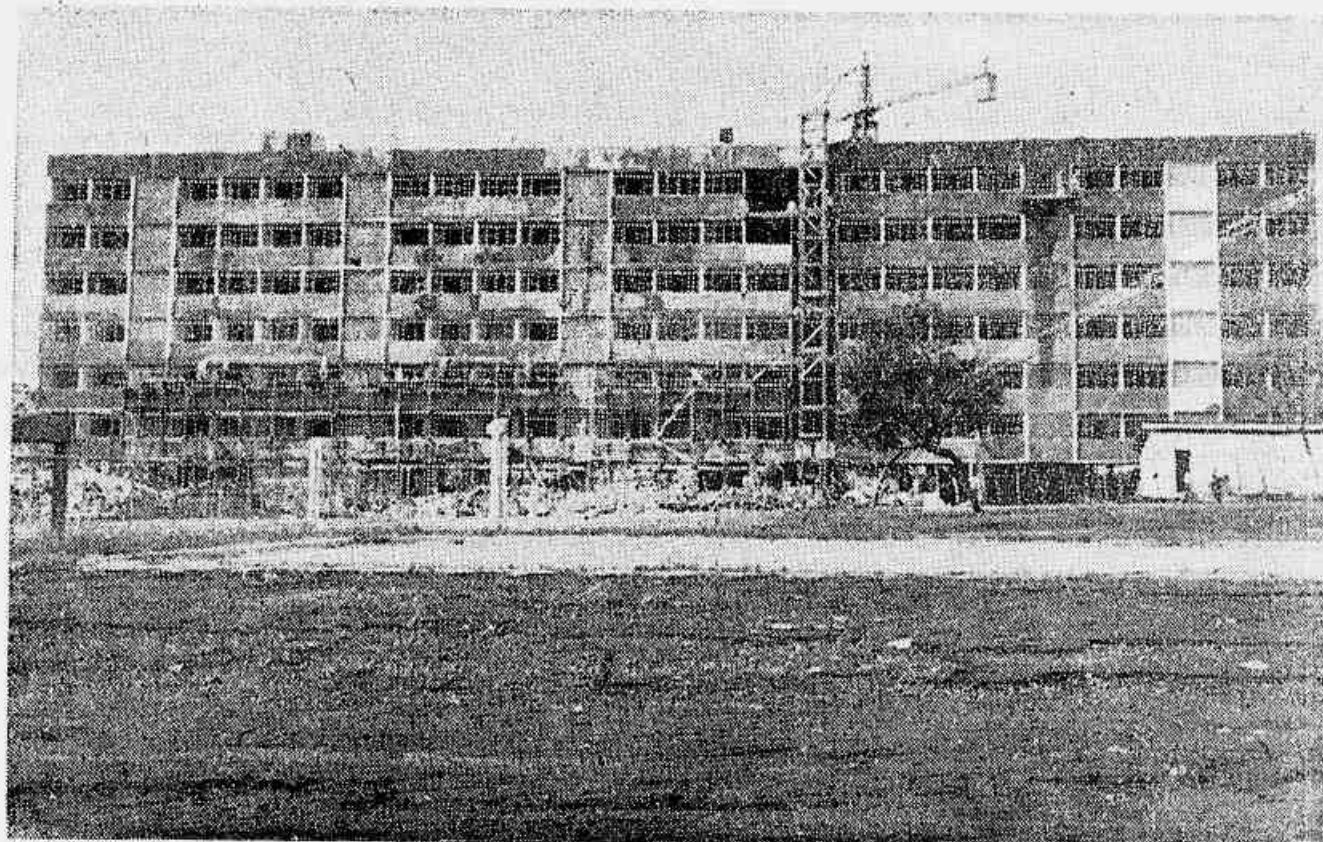
Restam, no entanto, algumas áreas de vital importância econômica que ainda apresentam vastas extensões florestais: o Alto do Paraguaçu, o Recôncavo-Sul, o Extremo-Sul e o Oeste do Estado, mais conhecido como Zona dos Córregos, que fornece madeira para as construções em todo o Vale do São Francisco. Nessas áreas, sobretudo, faz-se mister uma tomada de posição para a necessária racionalização da indústria extrativa, sobretudo no que diz respeito às madeiras de lei ainda encontradas em abundância.

Técnicos afirmam que seria interessante que se criassem condições para a implantação de indústrias de beneficiamento das madeiras de lei, principalmente nas próprias áreas de produção, ao invés de se permitir a exportação de toros, em têrmos desordenados, para fora do Estado e do País.

Ao que se sabe, sòmente o jacarandá vem obtendo, no mercado exterior, preços que variam de 240 a 300 dólares a tonelada.

(APEC — n.º 116)

COPENAL
é padrão de dinâmica

Ângulo de outro bloco, da mesma Superquadra. A dedicação é a tônica por que se norteia a COPENAL, no programa de consolidação de Brasília

Bloco residencial, na Superquadra 103, da Asa Sul, no Plano Pilôto, em fase final

O COPENAL (Cooperativa Nacional de Habitação) já basta para definir as intenções sociais do Govêrno Revolucionário, na forma como colocou o problema brasileiro da moradia, e como tratou de encaminhar a sua solução. Cooperativa aberta, franqueando às classes menos remuneradas a oportunidade da casa própria, a COPENAL — filiada ao Banco Nacional da Habitação — desenvolve no Distrito Federal trabalho digno de um especial registro. Com um período de atuação relativamente curto, já construiu na Superquadra 103, Asa Sul, no Plano Pilôto, 240 apartamentos e 117 casas na Cidade Satélite de Taguatinga. O custo dessas obras ascende à soma de NCr$ 4 200 000,00.

NO ESQUEMA DE INTEGRAÇÃO

O que já foi realizado pode representar pouco para a COPENAL, isto por considerar-se o que tem ela por fazer. Vai prosseguir no desdobramento de seu trepidante trabalho, pois está ajustada a um quadro circunstancial — o de Brasília — onde nada se concebe senão com base na dinâmica. Esta Cooperativa incorpora-se, evidentemente, ao esquema de integração da nova Capital no contexto da nacionalidade. Note-se, a d e m a i s, o esfôrço manifestado por esta entidade, que — por razões estatutárias — faz do próprio povo o seu cooperado.

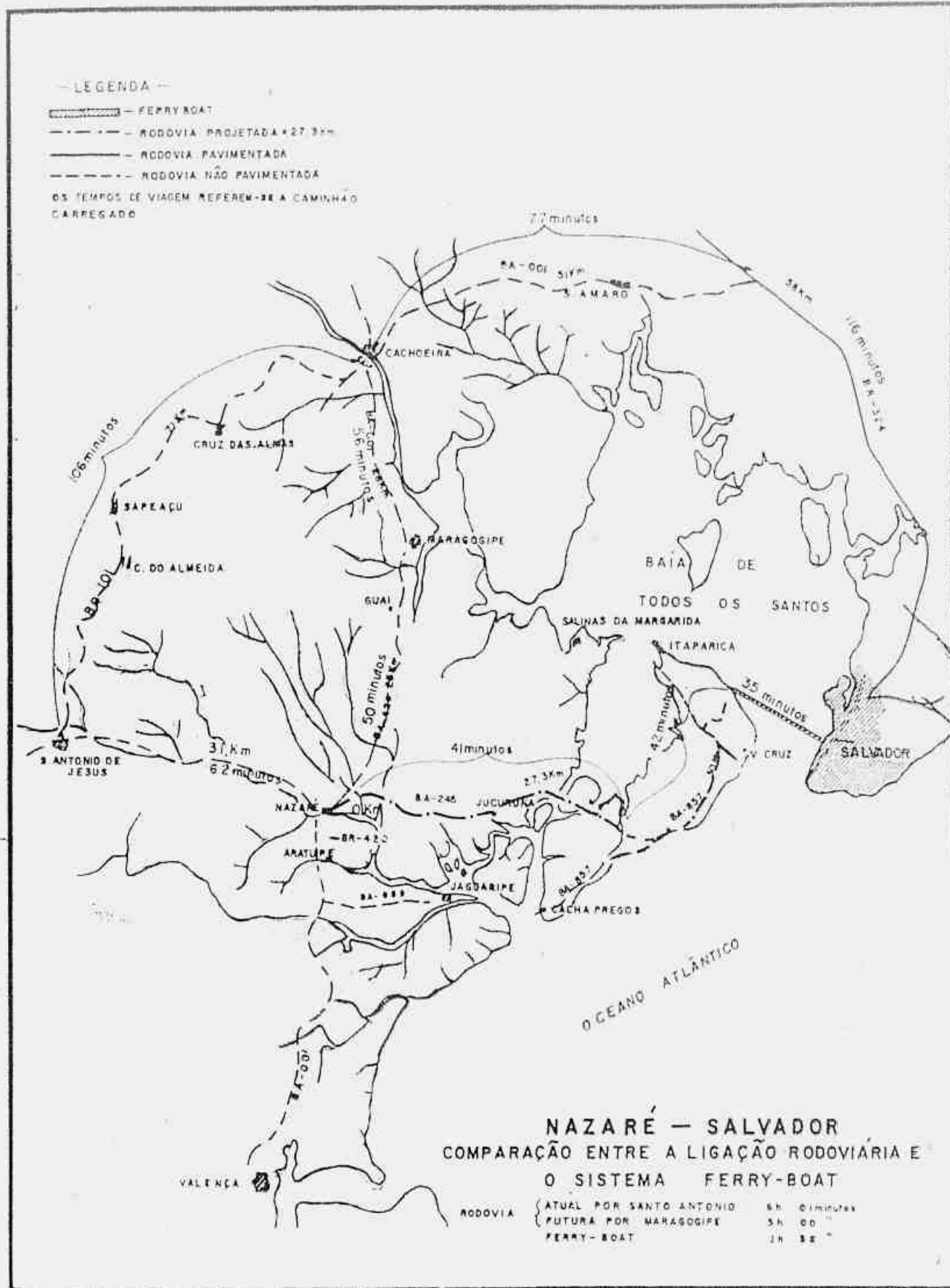
CRISE HISTÓRICA

O problema de habitação no Brasil, como em todos os Países em que ocorrem as explosões demográficas — teria de ser encarado com equilíbrio e coragem, dado o fator de que sempre vinha se aprofundando, entre nós, a crise da moradia. E não estaríamos nos estribando em lírico otimismo se dissermos que a Revolução — com base na enérgica política social em vigor — não tardará abrigar tôda a família brasileira. A questão habitacional em Brasília, particularmente, revela um ângulo positivo: é que o Govêrno Costa e Silva mostra-se empenhado em manter o ritmo de velocidade no desdobramento dessa orientação, visando a consolidação, a curto prazo, da nova sede do País.

BRASÍLIA "VERSUS" BRASIL

A massa de funcionários públicos ou a dos que lutam no âmbito da livre emprêsa, em Brasília, encontram na moradia o fator essencial para que a nova Capital se afirme. E só assim, ademais, será possível o deslocamento, para a moderna urbe, de setores da administração ainda na Guanabara. A COPENAL orgulha-se, por isso mesmo, em colaborar com ardor nesta tarefa transcendente executada pela gestão do Marechal Artur da Costa e Silva. Com o decisivo apoio do BNH ela se mantém ativa e prosseguirá na missão de colaborar para o bem de Brasília e do Brasil.

Ferryboat fará integração da Bahia até 1970

NAZARÉ — SALVADOR
COMPARAÇÃO ENTRE A LIGAÇÃO RODOVIÁRIA E O SISTEMA FERRY-BOAT

A ligação rodo-aquaviária por **ferryboat** entre Salvador e o Sudoeste do Recôncavo, que o Govêrno Luís Viana Filho pretende realizar até 1970, representará a integração definitiva da Bahia na política de transportes do Govêrno federal, pelo menos em três setores — rodoviário, ferroviário e marítimo.

O Govêrno baiano decidiu empenhar-se na execução dessa obra, orçada em NCrS 11,1 milhões, porque os estudos de viabilidade econômica do projeto demonstraram ser ela a solução adequada para o fluxo de transportes na área do Recôncavo: encurtará distâncias em 180 quilômetros, com uma economia de quatro horas de viagem, evitando o contôrno da Baía de Todos os Santos.

A SOLUÇAO

O projeto integrado de transportes por **ferryboat** resolverá também o problema grave da Companhia de Navegação Baiana, permitindo a eliminação de pelo menos seis linhas deficitárias dentro da baía, além de ser instrumento útil à exploração das reservas de gás natural e da lâmina de sal-gema da área de Itaparica, tida como uma das maiores do mundo.

O Govêrno pretende executar o projeto elaborado pela SPL (Serviços de Planejamento — Engenheiros e Economistas Associados), no qual se considera que "a iniciativa tem enorme alcance econômico-social, sobretudo em face da circunstância de serem, as áreas beneficiadas, tipicamente subdesenvolvidas".

Os estudos realizados concluíram pela plena viabilidade técnica, econômica e financeira da ligação rodo-aquaviária entre Salvador e o Sudoeste do Recôncavo baiano, partindo da cidade de Nazaré e passando pela Ilha de Itaparica, que fica defronte a Capital, e onde se localizará um dos terminais do sistema de **ferryboat**.

Atualmente, o acesso rodoviário ao Sudoeste do Recôncavo exige o contôrno completo da Baía de Todos os Santos, com uma extensão de 211 quilômetros, gastando-se cêrca de seis horas. A ligação reduzirá as distâncias a ponto de o trajeto poder ser vencido em cêrca de duas horas.

De acôrdo com o cronograma, o projeto poderá ser executado em 16 meses, permitindo que o **ferryboat** entre em funcionamento em fins de 1969 ou começos de 1970.

Os cálculos de viabilidade econômica demonstram que os benefícios computáveis equivalem à taxa de 14,6% das inversões totais no primeiro ano de operação normal do **ferryboat**, colocando a implantação da obra numa faixa de prioridade.

Apoiado nos demonstrativos dos técnicos, o Govêrno baiano está convencido de que o **ferryboat**, tomado isoladamente, será integralmente autofinanciável.

BENEFICIA OUTRAS ZONAS

O projeto integrado de transportes está articulado com outro — o das chamadas estradas vicinais do Recôncavo — e por isso sua área de influência não abrangerá sòmente o sudoeste do Recôncavo.

Pelos estudos realizados, a área de influência do sistema de ligação por **ferryboat** não se limitará ao quadro geo-econômico do Recôncavo baiano. Será também uma alternativa vantajosa para a ligação entre a Zona do Cacau e Salvador, beneficiando assim a uma população estimada em mais de 2 500 000 habitantes em 1970 (1 500 000 do Recôncavo) e 1 000 000 da região cacaueira. Nessas duas áreas, concentra-se um têrço da população do Estado.

A ligação rodo-aquaviária projetada vai relacionar-se com os interêsses de 37 municípios do Recôncavo baiano e com mais de 10 da faixa norte da Zona do Cacau. E fará com que Salvador cumpra sua destinação histórica de ser um dos pólos comerciais mais importantes do País. Facilitará também a execução do programa de desenvolvimento integrado do Recôncavo, já em fase avançada de estudos sob o patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

POR QUE "FERRYBOAT"

O projeto de conjugação rodo-aquaviária compreende duas travessias de mar: a do Continente à Ilha de Itaparica e a desta a Salvador. O primeiro trecho que consiste na travessia do canal é de pequena extensão, enquanto no segundo — costa leste da Ilha de Itaparica e pôrto de Salvador — a distância mede sete milhas.

Os técnicos optaram pela construção de uma ponte para vencer o primeiro trecho. Quanto ao segundo trecho definiram-se pela implantação de um sistema de **ferryboat**, com dois terminais — um em Itaparica no pôrto de Bom Despacho e outro, em Salvador, nas proximidades do cais de São Joaquim.

O serviço de **ferryboat** a ser estabelecido visará bàsicamente ao transporte de caminhões de carga, ônibus e automóveis. O transporte de passageiros, atualmente realizado pelos navios da Companhia de Navegação Baiana, que opera em regime altamente deficitário, também será reorganizado em função do sistema de **ferryboat**, tratando-se de promover a concentração de passageiros provenientes das localidades próximas no Pôrto de Bom Despacho, aonde chegarão pela rodovia que atravessará a ponte a ser construída, ligando o Continente à Ilha de Itaparica.

O **ferryboat** operará pelo menos com duas barcas apropriadas, que farão o trajeto entre os dois terminais. Os barcos funcionarão dentro de um custo operacional que permita a rentabilidade do empreendimento. A construção dos barcos foi orçada em NCrS 1 700 000,00 por unidade.

A opção dos técnicos para solucionar o problema de transporte no trecho Salvador - Itaparica foi feita com base na conceituação do sistema de transporte por **ferryboat**, usado em travessias, "sempre que técnica ou econômicamente não seja justificável a construção de uma ponte de ligação direta". A ligação projetada enquadra-se perfeitamente neste caso, sendo êste o mesmo argumento levantado para a construção da ponte ligando a Ilha de Itaparica ao Continente. A rodovia a ser construída virá diretamente de Nazaré, passando pela ponte, até o litoral leste da Ilha.

CONFLUÊNCIA DA RIQUEZA

A concepção do projeto da ligação rodo-aquaviária levou em conta, além de problemas técnicos, vários aspectos de natureza econômica, entre os quais a posição de Salvador como pólo comercial e suas perspectivas de industrialização, o nível da produção econômica dos municípios do Recôncavo, destacando a pauta de produtos seja do setor primário, seja do setor secundário, e a construção da BR-101, que virá do Extremo Sul da Bahia, atravessando tôda a Zona do Cacau, paralelamente ao litoral do Estado.

A ligação projetada determinará inevitàvelmente a intensificação do intercâmbio de mercadorias — produtos primários e industrializados — de duas das mais importantes regiões produtoras do Estado (o Recôncavo e a Zona Cacaueira) com Salvador, pelo encurtamento das distâncias, pois o eixo rodo-aquaviário evitará o contôrno de tôda a Baía de Todos os Santos, como ocorre atualmente.

Salvador tem sido naturalmente o maior centro distribuidor e consumidor dos produtos oriundos do Recôncavo; e ponto de embarque para o exterior de grande parte da produção cacaueira dos municípios situados ao Norte da Zona do Cacau, além de ser sede de várias indústrias que operam com cacau, produzindo para o mercado interno ou exportando para os Estados Unidos e Europa.

A análise das estatísticas de tráfego, tanto no Recôncavo, como na Zona do Cacau, indicaram que a ligação rodo-aquaviária por **ferryboat** produzirá uma sensível redução dos custos rodoviários, afetando inclusive o volume financeiro dos fretes. Os veículos consumirão menos combustível e sofrerão menor desgaste, seja pela economia de tempo, seja pela diminuição do trajeto para alcançar Salvador, oriundos do Recôncavo e da Zona do Cacau.

Tais vantagens colocam para os técnicos outro resultado positivo do projeto integrado de transporte por **ferryboat**: a possibilidade do barateamento das mercadorias nos mercados consumidores.

O **ferryboat**, segundo os estudos feitos, disputará uma grande demanda de transporte para veículos de carga, em virtude dos fluxos principais de tráfego do Sudoeste do Recôncavo e do Norte da Zona Cacaueira, numa estimativa de pelo menos 110 mil toneladas/ano, sem contar com os fluxos do Centro da Zona do Cacau e do Sudoeste baiano, cuja produção pecuária é em grande parte canalizada para a Capital, transportada por caminhões.

PAGA EM CINCO ANOS

A execução do projeto está orçada em NCrS 11 080 000,00 (pouco mais de onze bilhões de cruzeiros antigos), mas a Secretaria de Transportes e Comunicações, apoiando-se nos estudos, está convencida de que os recursos empregados serão reembolsados ao fim de cinco anos de funcionamento do sistema, pelo número de veículos e passageiros que usarão o transporte por **ferryboat**.

As inversões projetadas estão assim discriminadas: Terminais de Salvador e Bom Despacho — NCrS 1 863 800,00; Embarcações (duas) — NCrS ...... 3 400 000,00; Ligações rodoviárias — NCrS ...... 2 876 000,00; Ponte do Funil — NCrS 2 520 000,00; Projetos e fiscalização (4% do total) — NCrS ..... 419 600,00.

Os técnicos admitem que as providências técnicas e administrativas para início da execução do projeto deverão consumir pelo menos seis meses. Somando-se a êsses os 16 meses calculados para a realização definitiva dos trabalhos, a obra estará pronta no prazo total de 22 meses, e poderá ser inaugurado o **ferryboat** já em fins de 1969 ou início de 1970.

O **ferryboat** funcionará ininterruptamente todos os dias do ano. Dentro dessa perspectiva, os técnicos realizaram cálculos sôbre a demanda, concluindo que o **ferryboat** deverá apurar no transporte de veículos, com a tarifa média de NCrS 18,30, a seguinte receita: 1.º ano: 109 500 veículos — NCrS ..... 2 003 900,00; 2.º ano: 114 975 — NCrS 2 104 000,00; 3.º ano: 120 450 — NCrS 2 204 200,00; 4.º ano: ..... 125 925 — NCrS 2 304 400,00; e 5.º ano: 131 400 veículos — NCrS 2 404 600,00. As estimativas foram feitas admitindo um crescimento de 5% ao ano.

Além disso, prevê-se que o **ferryboat** transportará, em média, 30 mil pessoas por mês, a tarifas de NCrS 0,60 por passageiro, o que assegurará uma receita de NCrS 216 mil por ano.

O Govêrno do Estado está agora empenhado em entendimentos para obtenção dos recursos que irão permitir a execução do projeto de ligação rodo-aquaviária por **ferryboat**, entre o sudoeste do Recôncavo e Salvador.

VANTAGENS

Entre os efeitos imediatos do funcionamento do **ferryboat**, as autoridades costumam enfatizar o que se produzirá sôbre a estrutura e o funcionamento da Companhia de Navegação Baiana — CNB.

Esta emprêsa de economia mista — que no ano vindouro completará 150 anos de existência (foi fundada em 1819) — tem exibido um quadro dramático de deficits alarmantes que só fizeram aumentar de ano para ano desde 1959. Basta dizer que em 1967 a CNB apresentou um deficit de NCrS 4 milhões. Tem sobrevivido na base de subvenções da Comissão de Marinha Mercante. Para saldar os débitos, o Govêrno viu-se compelido a entregar vários navios da CNB à CMM.

É a única emprêsa de navegação que faz as linhas do Recôncavo, servindo com seus navios e lanchas a dezenas de localidades. Transporta anualmente, segundo os cálculos, cêrca de um milhão de pessoas.

O efeito imediato da operação do **ferryboat** será a eliminação de pelo menos seis linhas deficitárias que a CNB está, pela sua natureza estatal, obrigada a fazer diàriamente. Isso implicará numa elevada redução de despesas, que vão desde o setor de pessoal, administração, até àquelas de manutenção de oficinas, tratando-se dos gastos diretos, sem falar nas despesas indiretas que se projetam sôbre o orçamento da emprêsa.

O **ferryboat** resultará na supressão das linhas costeiras que só fazem complicar a situação financeira da CNB, lançando-a na voragem dos deficits e desafiando todos os esforços governamentais na execução de uma política de reformulação interna na tentativa de reabilitá-la.

Imóveis

MOYSÉS FUKS

POUPANÇA E EMPRÉSTIMO — A VI Reunião Interamericana de Poupança e Empréstimo foi sem dúvida o acontecimento marcante da semana.

A primeira sessão foi aberta pelo Sr. Mário Trindade, que fêz uma exposição sôbre as experiências realizadas pelo Brasil no campo habitacional. Na segunda sessão plenária, o Presidente da ABECIP, Sr. Renato Duret de Almeida, disse que durante o ano de 68 deve ser criada uma consciência oficial da necessidade de colocar as atividades do sistema de poupança em caráter de prioridade. O Sr. Renato de Almeida salientou para os congressistas a posição de destaque alcançada pelo Sistema de Poupança brasileiro, fornecendo números do movimento no ano de 67.

Um dos pronunciamentos mais importantes coube ao representante dos Estados Unidos que se manifestou contrário à proposição latino-americana de criar organismos mundiais para financiamentos no setor habitacional, em discurso pronunciado no terceiro dia da Reunião.

No dia seguinte foram aprovadas várias recomendações. Entre as principais temos: a) os países deverão estruturar o mercado secundário de hipotecas, que terá como requisito básico a emissão de cédulas, letras e certificados de participação; b) modernização do registro de hipotecas, devendo ser sugerida a obrigatoriedade do Seguro de Hipotecas a todos os países; c) estabelecimento de normas legislativas flexíveis, de forma que haja coerência entre o preço do dinheiro emprestado e poupado; d) criação de um mercado internacional de hipotecas.

Mas, foi na sessão de encerramento que se deu ênfase à idéia de fundar o Banco Mundial da Habitação. Os primeiros passos foram dados e dentro em breve haverá uma reunião para que se remeta um relatório ao Banco Interamericano do Desenvolvimento.

A idéia da criação do BMH é do Brasil e já havia sido apresentada em um congresso no ano passado. O Banco operaria utilizando os mecanismos já aprovados de emissões de ações garantidas pelo seu próprio capital, pelo capital não realizado mas comprometido pelos vários países ou instituições financeiras participantes. Uma das principais finalidades do BHM seria a criação de mercados para seus papéis e para os papéis emitidos pelas instituições financeiras dos países menos favorecidos. O Banco manteria contatos não com as instituições individuais mas sim com os organismos centrais de cada país.

CONDOMÍNIOS — No dia 18, às 21 horas, os condôminos do Edifício Ariadne estarão reunidos em assembléia extraordinária, para debater os seguintes assuntos: prestação de contas no ano de 67; eleição do novo síndico para 68. * No dia 19 de março, haverá reunião para os co-proprietários do Edifício Urussuí, às 21 horas. Os assuntos em pauta serão: apresentação e parecer do conselho fiscal das contas de 67; orçamento do ano de 68; obras realizadas ilegalmente na cobertura do edifício. * Para 20 de março, às 20 horas, estão convocados para assembléia, que discutirá os temas: apresentação e parecer do conselho fiscal para as contas de 67; orçamento para 68.

LANÇAMENTOS E OBRAS — A Construtora Canadá vem de realizar seu primeiro empreendimento de 68 com sucesso. O Edifício Dom Ascoli ficará no Flamengo, na Rua Paissandu e suas unidades serão de alto luxo. * A Simplex já terminou a estrutura do imóvel que está construindo na Rua Alberto de Campos em Ipanema. O empreendimento é da Predial Aquarela. * Na Tijuca, está em fase final de execução um imóvel de 7 andares lançado pela Imobiliária Primo. A construção está sendo financiada pela Residência, Crédito Imobiliário, e a responsabilidade da obra pertence à Construtora Rochlin.

PLANO DE CONSTRUÇÃO — Em prosseguimento ao seu plano de construções, a Cooperativa Habitacional da Guanabara assinou mais 2 contratos. Os convênios têm por objetivo a construção de dois conjuntos residenciais — no Sampaio com 110 unidades e no Campinho, Estrada Intendente Magalhães, com 174 apartamentos. Segundo informam os diretores da Cooperativa, nos dois últimos anos foram entregues 1 390 residências.

Os contratos assinados estabelecem o prazo de um ano para conclusão das obras, cuja responsabilidade será da Civel Engenharia.

PROCURA DO CIMENTO — Fontes do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento informam que provàvelmente em princípios de 69 é que poderá estar contornada a escassez do produto em diversas cidades do País. Para que isso aconteça, o Sindicato está contando com a instalação de novas fábricas e ampliação das existentes.

Com relação aos projetos de novas fábricas, o Sindicato baseia-se por exemplo, nos seis projetos que se encontram em estudos para financiar suas instalações pelo BNH. Na Guanabara, até o fim de 68 estará em funcionamento uma nova unidade, com capacidade de 200 mil toneladas-ano.

Por outro lado, uma corrente — principalmente do Estado de Minas Gerais — defende a importação do produto como solução, muito embora seja o Estado maior produtor de cimento do Brasil. Inclusive já foram mantidos entendimentos particulares entre o Sindicato da Construção Civil e firmas importadoras da Guanabara com êsse fim.

PLANO TRIENAL — Nos próximos 2 anos deverão ser construídas através do Sistema Financeiro de Habitação cêrca de 873 mil unidades residenciais no País. Êstes números foram fornecidos no Programa Trienal do BNH, entregue ao Ministério do Interior. Nas últimas semanas foram inauguradas e entregues aos seus proprietários cêrca de 2130 unidades na região Nordeste.

DEMANDA HABITACIONAL — Está em pleno funcionamento o escritório técnico de planejamento criado num convênio entre o Govêrno da Guanabara e a COHAB para realizar estudos sôbre a habitação no Rio. Cabe ao escritório enviar relatório à COHAB, nos quais constarão a real demanda de habitação e outros detalhes.

PASSAM-SE CONJUNTOS NO CENTRO

Em ponto central, Edifício São Borja, passam-se 2 conjuntos com mais ou menos 250m2 pelo valor de locação antigo (NCr$ 1.700,00). O contrato se vence em 1970. Existem divisões, telefones internos e 3 aparelhos de ar condicionado. Negócio urgente e direto. Ver no local.

Av. Rio Branco, 277 — Grupos 1 609 e 1 610. (P

Av. Marechal Floriano

Aceita-se proposta para venda de um terreno, perto da Light, com 8,30 x 48.

Tratar com Alfredo na Rua Barão de São Félix, 102. Não se atende pelo telefone. (P

Galpão Industrial

Compra-se em rua plana, calçada, que tenha pelo menos 2.500m2 construídos e terreno com mínimo de 4.000m2. Ofertas para 48-3550 Marcial.

VENDEM-SE DUAS SOBRELOJAS ($274\ m^2$)

Av. Presidente Vargas, 487 (próximo à Av. Rio Branco)

Tratar com Sr. William pelo tel. 26-3789

LEOPOLDINA

ILHA DO GOVERNADOR — CASA — Vende-se belíssima residência, vista para o mar, com 2 pavimentos de alto luxo, c/ 2 salões, 5 quartos (todos com armários embutidos, sendo um de vestir) 4 banheiros azulejados em côres até o teto, copa e cozinha azulejadas até o teto, 2 grandes varandas, jardins, 2 quartos de empregada c/ WC, áreas c/ lavanderia, garagem para 3 carros, tôdas esquadrias em alumínio anodizado, fachada e muro em pedras, telhado c/ canaletas, piso com super sinteco. Localizada na Av. do Magistério, 182 — Praia do Dendê. Venda a cargo da Imobiliária Venâncio S. A., sito na Rua Teófilo Otoni, 58, s/ 1 001/2, tel. 43-9205 — Corretores no local diàriamente. — CRECI 574.

ILHA DO GOVERNADOR — PAQUETÁ

AUXILIAR e RIO DOURO

PETRÓPOLIS — TERESÓPOLIS — SERRAS

APARTAMENTOS em Petrópolis, financiados até 50 meses, sem juros, na Av. 15 de Novembro, 109, no Centro da Cidade. A oportunidade para suas férias. Preços a partir de NCr$ 18.000,00. Tratar no local ou pelos telefones 3759, 6971 ou 3079.

TERESÓPOLIS — Vendo troco p/ carro, apto. sala, 2 qtos., dep. compl., vazio, 1a. loc. Ver com Orlando Brasil, R. Alberto Torres, 209, ap. 401 — 45-9972 — Bezerra.

ESTADO DO RIO

NITERÓI — S. GONÇALO

CAXIAS — SÃO JOÃO DE MERITI

BEM NO CENTRO DE

MADUREIRA

VOCÊ TEM UMA AGÊNCIA DO JORNAL DO BRASIL PARA SEU CLASSIFICADO

Rua João Vicente — Rua Carolina Machado — Rua Dagmar — Estr. do Portela

ESTRADA DO PORTELA, 29 LOJA—E

DAS 8:30 ÀS 17:30 • SÁBADOS DAS 8 ÀS 11 HORAS

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CASAS COMERCIAIS

BAR — Vende-se com grande moradia, contrato nôvo e barato, ótima esquina, local industr., boa féria, 2 telefones, ideal p/ dois sócios, financia-se. Ver e tratar c/ Manuel na Rua Maia Lacerda, 375 — Estácio.

ALÔ! — Casas comerciais — Cafés e bares — Lanchonetes — Padarias e confeitarias. Para comprar ou vender. Ajuda mais, Antônio Queirós e nada mais. Um símbolo no comércio há 30 anos. Av. Pres. Vargas, 446, 2.º and.

AÇOUGUE e QUITANDA, vende-se com pequena entrada, ideal para 2 sócios, tratar Rua José dos Reis 1928, Inhaúma.

BAR — Vende-se um com boa moradia, cont. 7 anos, aluguel pequeno. Féria 7 a 8 milhões — entrada apenas 20, urgente. Tratar Av. Suburbana, 7 472. Loja. Abolição.

BAR E MERCEARIA FAMEL LTDA. — Vendo urgente, grande negócio p/ 2 ou 3 sócios — Ver e tratar — Comendador Pinto n. 621 — Campinho.

BARBEARIA — Vende-se com 4 cadeiras, Facilita. Rua Saravatá, 25-A, Marechal Hermes. Ponto dos ônibus, Marechal, Bonsucesso.

BOITE — Localizada em excelente local no Flamengo, instalação de 1a. qualidade, ar condicionado, etc. MOTIVO: dono não entender do ramo. Melhores detalhes tel. 23-27 e 23-28 — Nova Iguaçu, c/ Sr. Nonô ou Sr. Augusto. (B

CAFÉ BAR E RESTAURANTE c/ moradia — Rua Conde de Bonfim n. 759 — Vende-se.

INDÚSTRIAS

DIVERSOS

LOJAS — ESCRITÓRIOS

CENTRO

ZONA SUL

ZONA NORTE

Militares

AERONÁUTICA

ATOS — O Ministro Márcio de Souza e Melo assinou portarias, dispensando o Cel.-Av. Argeu Lemos Pelosi do cargo de Chefe do Gabinete da Diretoria de Rotas Aéreas; e designando, para substituí-lo, o Ten.-Cel.-Av. Geraldo de Queirós Almeida; e designando os Caps.-Avs. João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior e Paulo Soares de Morais, para ficarem à disposição do Serviço Geográfico do Ministério do Exército.

PILOTO — Em solenidade, presidida pelo Ten.-Brig. Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o Major da USAF Gerry Wiliam Bass recebeu o **brevet** de Pilôto **Honoris Causa** da Fôrça Aérea Brasileira e a Medalha Mérito Santos Dumont, de prata. O Ten.-Cel. John Lewis, da Fôrça Aérea Americana, foi, também, agraciado com a Medalha Mérito Santos Dumont de prata. Os dois oficiais retornam aos Estados Unidos, após um período de dois anos na Comissão Militar Mista Brasil-EUA. Estiveram presentes os Brigadeiros Agemar da Rocha Santos e Antônio Raimundo Pires, e oficiais do Estado-Maior e da CMMBEU.

INUNDAÇÃO — Um avião Hercules C-130 da FAB transportou do Rio de Janeiro para Montes Claros, em Minas Gerais, cêrca de **13** toneladas de medicamentos, víveres, agasalhos e vacinas antitíficas, destinadas às populações das cidades assoladas pelas chuvas torrenciais, que vem caindo naquela região.

EXAMES — Os exames para os candidatos às licenças de Pilôto Privado, Pilôto Comercial, Pilôto de Helicóptero e Instrutores serão realizados no Clube de Regatas Guanabara (Praia de Botafogo), às 9 horas dos dias 20 e 21 próximos. Os candidatos a Mecânico de Manutenção de Aeronave — Categoria II — Certificados para Motores Convencionais, Motores a Reação, Estruturas, Hélices e Manutenção de Helicóptero farão exames, no mesmo local e dias, às 14 horas. Os exames para Mecânico de Manutenção de Aeronave — Categoria II — Certificados para Instrumentos, Sistemas Diversos, Sistemas Hidráulicos e Sistemas Elétricos, bem como para Mecânico de Manutenção de Aeronaves — Categoria I — Radioperador de Vôo e Mecânico de Rádio de Aeronave, serão realizados, no mesmo local, dia 21 próximo, às 9 horas. Os candidatos à licença de Comissário farão exame no dia 21 próximo, às 14 horas, no mesmo local. Nos mesmos horários, serão aplicados exames para as referidas licenças e certificados nas cidades de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Campos, São Paulo, Ribeirão Prêto, Bauru, Presidente Prudente, Curitiba, Londrina, Campo Grande, Florianópolis, Pôrto Alegre, Santa Maria e Cuiabá.

CHEFIA — O Cel.-Av. Altemar Antunes Pinheiro assumiu, interinamente, o cargo de Chefe da Seção Coordenadora do Programa de Assistência Militar (PAM), em substituição ao Brig.-Olavo Nunes de Assunção, recentemente transferido para a Reserva.

MARINHA

MARINHA MERCANTE — A Capitania dos Portos dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro marcou para o dia 19 do corrente, o início das provas destinadas aos candidatos à obtenção das várias cartas profissionais para Marinha Mercante. As provas, que serão realizadas às 14h30m daquele dia, na sede Social da Casa do Marinheiro, constarão da Parte Geral e da Técnica, nas seguintes categorias: Arrais do Pôrto do Rio, segundo condutor motorista, patrão de pesca — 50 e 400 milhas, eletricista, contramestre, carpinteiro naval e mestre de pequena cabotagem.

ATOS — O Ministro da Marinha Almirante Augusto Rademaker assinou atos, designando o Capitão-de-Fragata Hamilton O'Dwyer, para representar a Marinha na Comissão Interministerial sôbre a exploração e utilização dos recursos do fundo dos mares e oceanos, criada pelo decreto n.º 62.232, de 6 de fevereiro do corrente, designando ainda, como Suplente da referida Comissão, o Capitão-de-Corveta Luís Felipe da Costa Fernandes; nomeando o Capitão-de-Mar-e-Guerra Fernando Ernesto Carneiro Ribeiro para o cargo de Comandante do Navio-Aeródromo **Minas Gerais** e o Capitão-de-Fragata Álvaro Paim Filho para o de Comandante do Navio Hidrográfico **Canopus**; exonerando o Capitão-de-Mar-e-Guerra Euclides Quandt de Oliveira do cargo de Comandante do Navio-Aeródromo **Minas Gerais**, concedendo ao Guarda-Marinha Damian Alberto Dacak Frutos, da Marinha de Guerra do Paraguai, o Prêmio Marinha do Brasil.

POPULAÇÕES RIBEIRINHAS — O Navio-Patrulha **Piraju**, que subiu o Rio São Francisco, chegou à cidade de Piranhas, próximo à Cachoeira de Paulo Afonso. Já foram atendidas, com distribuição de gêneros, extrações dentárias, vacinas e consultas médicas, às populações das localidades de Curralinho, Pantaleão, Mata Comprida e Limoeiro, situadas às margens daquele rio.

CURSOS — O Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha, órgão dedicado exclusivamente aos estudos da Psicologia Industrial e cuja função precípua é assessorar a Diretoria do Pessoal para o melhor aproveitamento do potencial humano pôsto à disposição da MG, mais uma vez supervisionará, com seus psicólogos, os estagiários das diversas Universidades que se especializam no ramo da Psicologia Industrial. O estágio tem por finalidade proporcionar oportunidades para a aplicação prática e integração orgânica dos conceitos e conhecimentos assimilados nos cursos de formação de psicólogos, dentro das possibilidades técnicas de que o Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha dispõe no ramo da Psicologia Industrial, e possibilitar ao aluno estagiário o desenvolvimento de sua formação e consciência profissional, aproveitando as atribuições e atividades práticas naquele Serviço.

CONCURSO — O Diretor da Escola Naval prorrogou até 22 de março, na Secretaria da Escola, na Ilha de Villegagnon, as inscrições ao concurso para provimento do cargo de Professor Efetivo de Educação Física (nível médio) da Escola Naval. É vedada a inscrição de militar reformado e de civil aposentado por qualquer motivo. Tendo em vista que uma parte do currículo escolar é ministrada a bordo de navios de guerra, é vedada a inscrição de candidato do sexo feminino. Maiores detalhes sôbre exigências e condições do concurso constam das Normas do Concurso, folheto que poderá ser fornecido aos interessados na Secretaria da Escola Naval, Ilha de Villegagnon, diàriamente (exceto sábados e domingos), das 9h30m às 12h e das 13h30m às 16h.

POLÍCIA MILITAR

MEDALHA — Foram agraciados com medalha e diploma comemorativos do II Congresso Nacional de Polícia, os Coronéis Niemeier dos Santos Pereira, Ten.-Cel. José Albino Lopes e Capitão Ricardo Frazão do Nascimento.

VISITA — Está alojado no Batalhão Coronel Assunção (BCA) da PM, o Cel. Sérgio Vilela Monteiro, da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, que se encontra neste Estado à disposição da Rêde Ferroviária Federal S/A.

MOVIMENTAÇÃO — Por necessidade de serviço, foram transferidos, na PM, os seguintes Oficiais: do 8.º BPM para o SPM, o Cap. PM QE Coriolano de Oliveira; do BCA para o DAS, o Cap. PM André Ernesto Ferreira de Andrade e para o BM, o 2.º Ten. PM Roberto Alves da Cruz; do 1.º BPM para o BCA, o Cap. PM QE Abílio Azevedo Ribeiro; do 2.º BPM para a DGI, o 1.º Ten. PM QOA Moacir Sampaio da Silveira e o 1.º Ten. PM do QE Jobel Apolinário de Oliveira; do EM para o 2.º BPM, o 2.º Ten. PM QOA Paulo de Oliveira Costa e para o RMCF, o 2.º Ten. PM QOA Darci Oliveira da Silva; do BM para o SR, o 2.º Ten. PM Bimarasio Alves de Almeida Junior; para a DGI, o 2.º Ten. PM QOA, Júlio Rodrigues da Silva e para a RMCF, o 2.º Ten. PM Jorge Naun Saad Christoff; do RMCF para o EM, o 2.º Ten. PM QOA Manuel da Costa Lara; do 3.º BPM para a DGI, o 2.º Ten. QOA/QE, Jorge Antônio dos Santos (5.º); do 7.º BPM para o 3.º BPM, o 2.º Ten. PM QOA/QE Carlos Reis.

PROFISSIONAIS DE INDÚSTRIA

CARPINTEIROS — MARCENEIROS

TORNEIROS — FRESAD. — AJUSTADORES

DIVERSOS

FABRICA DE BOLSAS DYSMAN — Precisa de moças menores com bastante pratica em artigo de couro. Apresentar-se à Rua Professôra Ester de Melo, 110, Benfica.

FABRICA DE BÔLSAS DYSMAN — precisa de moças oficiais de mesa, com bastante prática em artigo de couro. Apresentar-se à Rua Professôra Ester de Melo, 110 — Benfica.

CONSTRUÇÃO CIVIL

ELETRICISTAS — RADIOTÉCNICOS

GRÁFICOS

OFÍCIOS E SERVIÇOS

ALFAIATES — COST.

PRECISA-SE de alinhavadores de manga. Tratar à Rua Pereira Landi, 54 62 — Ramos.

BARBEIROS — MANIC.

SAPATEIROS

CHOFERES

ENFERMEIRAS — LABORATORISTAS

CARÇONS — COZINH. E GARÇONETES

MECÂNICOS E LANT.

DIVERSOS

CONSTRUTORA GENÉSIO GOUVEIA S/A.

PRECISA:

50 CARPINTEIROS com prática em fôrmas de concreto.
100 SERVENTES.

Procurar o Sr. Carvalho ou o Sr. Hélcio na Av. Epitácio Pessoa, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, junto ao Corte do Cantagalo. (P

LIGHT

SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
REGIÃO RIO

PRECISA DE:

AJUSTADOR	FUNILEIRO
CALDEIREIRO	MECÂNICO DE BANCADA
FERRAMENTEIRO	NIQUELADOR
FERREIRO	SERRALHEIRO
FRESADOR	TORNEIRO

Idade entre 18 e 35 anos — Capacidade comprovada.
Os interessados deverão munir-se da seguinte documentação:
Carteira Profissional — Carteira de Identidade — Certificado de Reservista — Título de Eleitor — Certificado de conclusão do Curso Primário — 1 retrato 3 x 4.

SEÇÃO DE SELEÇÃO
Rua da Conceição, 105 — Sala 402
Das 9 às 11 e das 13 às 16 horas

LIGHT

SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
REGIÃO RIO

PRECISA DE

MOTORISTAS
ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS
ENROLADOR DE MOTORES DE AUTOMÓVEIS
MECÂNICO DE AUTOMÓVEIS
MONTADOR DE TRANSFORMADORES (alta e baixa tensão)
GUINDASTEIRO

Idade entre 18 e 35 anos — Capacidade comprovada.
Os interessados deverão munir-se da seguinte documentação:
Carteira Profissional — Carteira de Identidade — Certificado de Reservista — Título de Eleitor — Certificado de conclusão do Curso Primário — 1 retrato 3 x 4.

SEÇÃO DE SELEÇÃO
Rua da Conceição, 105 — Sala 402
Das 9 às 11 e das 13 às 16 horas

Auxiliar de contabilidade

SEXO FEMININO

Precisa-se, com idade entre 22 e 35 anos. Imprescindível ter referências, ser datilógrafa e possuir boa caligrafia. Apresentar-se na Rua Franco de Almeida n. 72 (Transv. Av. Brasil, 1 976). Horário das 14 às 17 hr.

Auxiliar de escritório

Carioca Veículos S.A., oficina autorizada Volkswagen, precisa com prática. Tratar Rua Prefeito Olímpio de Melo, 20.

Correspondente

E

AUXILIARES DE ESCRITÓRIO

Precisamos hábil correspondente em português e operadores em máquinas BURROUGHS para contabilidade e faturamento. Cartas para a portaria dêste Jornal sob o n.º 033 126 indicando referências, idade e pretensões.

Correspondente inglês

Firma Importadora necessita com muita prática. Favor responder próprio punho em inglês, dando referências, exigências e idade para a portaria dêste Jornal sob o número 0 2 636.

Chefe — Cozinha internacional

OFERECE-SE

Com prática de serviço em hotéis e restaurantes de 1.ª categoria — Respostas aos cuidados dêste Jornal, sob o n.º 3 170.

Contra-mestre

Fábrica de confecções esportivas para senhoras admite um (uma) com prática. Semana de cinco dias. Ambiente agradável. Ofertas com pretensões salariais para: Caixa Postal 30 — Petrópolis — RJ. Fone 6770. Tecosa.

Construtora Genésio Gouveia S/A.

Precisa:

FEITOR OU ENCARREGADO DE SERVENTES

Procurar o Sr. Carvalho ou Sr. Hélcio na Av. Epitácio Pessoa, próximo a Lagoa Rodrigo de Freitas, junto ao Corte do Cantagalo. (P

Contra-mestre

Precisa-se para confecção industrial fora do Estado. Exigimos currículo e referências.
Av. Presidente Vargas n.º 583, S/ 1 204.

Engenheiro

Importante companhia de construção civil necessita, para admissão imediata, engenheiro com experiência mínima de três anos em edificações. Favor enviar carta com pretensões, anexando "curriculum vitae", para a portaria dêste Jornal sob o n.º 3 253.

Motoristas

Precisa-se para caminhão de 25 a 35 anos de idade. Rua Equador, 263 — perto da Rodoviária Nôvo Rio.
Pede-se carta de fiança.
Das 9 às 11 e das 13 às 15 horas.

Oferece-se

Dois homens com boa apresentação, grande experiência em vendas e relações públicas, com condução própria, para trabalhar em qualquer Estado do Brasil.
Melhores informações — Sr. Ricardo — Tel.: 47-5229.

Datilógrafa

Cia. Industrial de Barracas Casini, precisa de môça com prática de faturamento — Rua Luiz Câmara, 242, próximo à Avenida Brasil.

Eletricista

Carioca Veículos S.A., oficina autorizada Volkswagen, precisa com prática. Tratar Rua Prefeito Olímpio de Melo, 20.

Impressores de Off-Set

E

AJUDANTES

Precisa-se urgente. Tratar à Rua do Livramento, 189.

Pintores procuram-se

Tratar Avenida Copacabana 542, sala 510 — Sábado 9 horas em diante.

Rapaz telefonista

Para trabalhar em mesa PBX e Hotel de Luxo, das 14 às 22 horas. Precisa saber falar inglês e ser de muito boa educação. Paga-se bem.
Telefonar 57-2799.

Serralheiro e caldeireiro

Precisa-se na EMPRÊSA NIPO-BRAS LTDA. Av. Rio Petrópolis, 1 673 — S/ 17 — D. Caxias.

Vendedores

Firma comercial em expansão de vendas a crédito, está admitindo VENDEDORES, ótima comissão e ambiente de trabalho. Damos Curso de Vendas para os novos. Av. Presidente Vargas, 583, s/ 1.318.

Sedan S/A

Necessita para trabalho noturno das 19 horas a 1 hora da manhã.

2 LUBRIFICADORES LAVADORES
3 MECÂNICOS
1 AUXILIAR DA SEÇÃO DE PEÇAS

Favor apresentar-se com documentos na Rua Mariz e Barros, 821 — C/Srs. Wilson ou Bonito. (P

Telefonista

Hotel em Copacabana procura uma, educada e bem despachada, com ou sem prática, de preferência com conhecimento de Inglês. Paga-se muito bem. Cartas para portaria dêste Jornal sob o n.º 002673.

Vendedores

Firma Importadora admite três, com bastante prática. Tratar: Av. Pres. Vargas, 583 - salas 918 a 920.

SERVIÇOS PROFISSIONAIS

PROFISSIONAIS LIBERAIS

ATENÇÃO — Para garantia de seus negócios, consultem-nos ORCIC — Organização de Cadastro e Informações Comerciais — Idoneidade, Sigilo e Preços razoáveis — Rua Uruguaiana, 118, sala 514. Telefone 43-3671.

MÉDICOS — Precisamos de tôdas as especialidades. Falar com o Dr. Vanderby, 29-6146, 58-0707 — Diàriamente.

Doenças sexuais

TRAT. DA IMPOTÊNCIA — Pré-Nupcial. Dr. Gilvan Tôrres. Av. Rio Branco, 156, sala 913. Telefone 42-1071.

Detetive Jayme

Confidencial Serviço de Investigação Particular, longa prática e amplas referências. Av. Rio Branco, 185, s/ 226. Tel. 52-2323.

DIVERSOS

MUDANÇAS — Guanabara — São Paulo — Guanabara — B. Horizonte — 25 caminhões fechados às ordens. Tel. 43-0302.

Horóscopo

PROF. MAZURKA

CAPRICORNEO (21/12 a 20/1)

Os nativos desta casa têm como governante o planêta Saturno. O Sol torna-nos ambiciosos e lhes favorece o dom de dirigir. Mas quando não podem demonstrar seus sentimentos, voltam-se para o lado mau e assim acabam emaranhados. Trocas e negócios poderão trazer-lhes alguns lucros hoje. Dia nefasto: sexta-feira. Côr: marrom. Pedra: turquesa. Perfume: tolu.

AQUARIO (21/1 a 20/2)

Os nascidos neste período têm Urano como governante. O Sol em quadratura torna as pessoas amáveis e sociais e dotadas de senso e de inteligência. Algum adiamento nos negócios não lhes fará diferença. Dia nefasto: segunda-feira. Côr: azul. Pedra: jacinto. Perfume: jasmim.

PEIXES (21/2 a 20/3)

Netuno é o planêta que governa êste signo. As pessoas dêste signo, de um modo geral, são apáticas, embora com tendência para inquietações, isto porque o Sol nesta casa desperta-lhes para atividades. Boas perspectivas para realizar. Disposição serena para a luta e obtenção de favores de amigos. Dia nefasto: têrça-feira. Côr: vermelha. Pedra: ametista. Perfume: rosa.

ÁRIES (21/3 a 20/4)

Os nativos dêste signo são influenciados pelo planêta Marte, o que lhes dá possibilidades para que não tenham preocupação de luta, pois desde que nascem seu caminho já vem traçado no sentido da vitória. É só saber aproveitar as chances. E com isto as conquistas vão surgindo. Alguma apatia nos negócios e tratos. Favorável para as amizades. Dia nefasto: quinta-feira. Côr: rubi. Perfume: violeta.

TOURO (21/4 a 20/5)

As pessoas nascidas neste signo têm o Sol em sua linha e recebem influências de Vênus. Muito cuidado com as despesas, possìvelmente no fim do período. Os resultados de negócio que está procurando estabelecer no ambiente de trabalho poderão ser conhecidos neste dias. Número de sorte: 25. Côr: creme. Pedra: safira. Perfume: violeta.

GÊMEOS (21/5 a 20/6)

Os nativos dêste signo têm como governante Mercúrio. Financeiramente tudo lhes correrá normalmente. Os assuntos ligados ao sexo oposto poderão trazer-lhe alguma contrariedade. Não facilite com bebidas alcoólicas, porque a sua saúde anda um tanto abalada. Número de sorte: 16. Côr: grená. Pedra: esmeralda. Perfume: malmequer.

CÂNCER (21/6 a 20/7)

Os nascidos neste período têm em seu domicílio a Lua, que é o astro do misticismo e que representa a água. Estas pessoas trazem um desejo interior dominante. Câncer é um signo doméstico que concede às pessoas temperamentos artísticos, tímido ante as reações, mas reagindo de forma indireta perante os reversos da vida. Dia favorável: têrça-feira. Côr: azul. Pedra: ágata. Perfume: acácia.

LEÃO (21/7 a 20/8)

As pessoas nascidas neste período recebem influências do Sol, estrêla fogo. Os nativos dêste signo trazem ao nascer dois pontos determinadamente opostos: um é vencer, outro é retrair. Procuram impressionar, mas se porventura não realizam seu desejos, voltam-se para a camada inferior, onde conseguem impressionar, obtendo homenagens e os tributos esperados. Dia nefasto: segunda-feira. Côr: creme. Pedra: brilhante. Perfume: malmequer.

VIRGEM (21/8 a 20/9)

Os natos desta casa têm como governante o planêta Mercúrio. Estas pessoas são muito amigas mas cheias de manhas. São sensíveis as paixões. Geralmente procuram expor suas idéias com clareza, pois são muito intuitivas e gostam de ser atendidas em seus desejos. Dia favorável: quinta-feira. Côr: cinza. Pedra: granada. Perfume: verbena.

LIBRA (21/9 a 20/10)

As pessoas nascidas durante êste período têm como governante o planeta Vênus. Êste é um signo que dá simpatia e elegância. Êstes nativos evitam discussões, pois Vênus representa o amor e a beleza. Gostam de transmitir paz e esperanças aos seus semelhantes, porque acreditam que a bondade ajuda a humanidade. Dia nefasto: sexta-feira. Côr: azul-celeste. Pedra: lápis-lazúli. Perfume: jacinto.

ESCORPIÃO (21/10 a 20/11)

Os nascidos nesta casa têm como governante Marte. As pessoas dêste signo recebem influência do Câncer, e com isto têm condição para chegar ao fim das suas metas. São fiéis para com os amigos e enfrentam os inimigos, nunca fazem mistérios em suas decisões. Dia nefasto: sexta-feira. Côr: marrom. Pedra: água-marinha. Perfume: flor de laranja.

SAGITÁRIO (21/11 a 20/12)

Os nativos dêste signo vivem sob regência de Júpiter, o que os tornam fiéis nas ações. Têm grande boa vontade para com seus semelhantes, embora ajam de maneira superior. Quem conviver com elas pode considerar um amigo, pois os sagitarianos são dotados de um otimismo, que contagia os que em seu redor estiverem. Dia nefasto: têrça-feira. Côr: verde. Pedra: topázio. Perfume: almíscar.

PICK-UP FORD F-100, ótimo estado. Vendo urgente, melhor oferta. Nilo Peçanha, 155, s/ 427. Telefones 22-0274 e 52-3254.

PLYMOUTH 1948, sedan, 4 p. particular, 6 cilindros mecanica 850. Vendo ao 1.º que chegar c/ o dinheiro na mão. Motivo ter que pagar um cheque. Rua da Relação, 1, sobrado.

RURAL 68, zero km — Todas as cores a escolher. Planos espetaculares. Entrada 2 580,00 e saldo até 24 meses pelo credito direto ao consumidor. DELSUL revendedor Willys. General Polidoro, 81. Tel. 46-0831 ou Francisco Otaviano, 41-A. Tel. 27-6240.

RURAL E JEEP — Cia. compra mesmo precisando reparos. Pag. a resid., à vista. Hoje 46-1259 — Atende de dia e à noite.

RURAL WILLYS 68, 50 meses para pagar, sem entrada e sem juros. Côr a escolher. TÂNIA S. A. Av. Princesa Isabel, 481. Tel. 57-7787 e Praia do Flamengo, 180-B. Telefone 45-2044. De 2a. à 6a., aberto de 8 às 22 h.

RURAL 63 — Entrada 960, resto 24 meses, seguro total, garantia nossa revisão. — EMA AUTOMÓVEIS. — Barata Ribeiro, 99-B.

RURAL 63 — Entrada 960, resto 24 meses, seguro total, garantia nossa revisão. EMA Automóveis. Av. Mem de Sá 14-A, junto R. Passeio.

RURAL 62 — Toda equipada, azul e gelo, pneus novos, segurada, vendo urgente, melhor oferta, Rua Almerinda Freitas, 36, s/ 401 no Centro de Madureira.

RURAL — Compro urgente, pago imediatamente à vista. 65 — 5 600, 64 — 4 500, 63 — 4 000. Cia. necessita vários. — 22-4229 e 32-5397. D. Sandra.

RURAL 64, 4x2, em ótimo estado. — Vendo, financiado. Av. Princesa Isabel, 481, tel. 57-7787 de 2a. a 6a. de 8 às 22h

RURAL! Firma compra à 3 600. 63 a 4 100. 64 a 4 500. 65 a 5 300. Rua 24 Maio, 332. — Tel. 49-6976. (B

SIMCA! Firma compra à vista, na hora. — 62 a 3 200. 63 a 3 600. 64 a 4 500. 65 a 5 500. Rua 24 de Maio, 332. Tel.: 49-6976. (B

SIMCA JANGADA 63 — Ent. 1 500, saldo em 24 meses. Rua Almirante Cochrane, 173. — Tel.: 48-2003.

SIMCA — Cia. compra 59 a 2 300, 60 a 2 500, 61 a 2 700, 62 a 3 200, 63 a 3 600. Venha com o carro e volte com o dinheiro. Diariamente das 7 às 14 h. Rua Maria Amalia, 67 — Tijuca.

SIMCA — Compro urgente, pago imediatamente à vista: 65-5 500, 64-4 700. Cia. necessita vários. 22-4229 e .... 32-5397 — D. SANDRA.

SIMCA TUFÃO 65 — Entrada 2 500, saldo em 24 meses. Rua Almirante Cochrane, 173. Tel. 48-2003.

SIMCA 65 — Excelente estado. Vendo, pequena entrada, saldo longo prazo. São Francisco Xavier, 189.

TAXI DKW 66, tap. joia, vendo excelentes condições à vista ou financio 50%. Tratar Rua São Francisco Xavier, 332, loja 3 — Renato.

TAXI DKW 66, joia rara, vendo pronto para rodar, pneus novos, ou aceito troca por Volks, part. menor valor. R. Visconde Itamarati, 41 (Maracanã), 2a.-feira, dia todo.

TAXI DKW 64 — Nova, vendo, troco, facilito com 4 000,00 — Rua 24 de Maio 254. Telefone 48-0987.

TAXI DKW 67, zero km. Vende, troca, facilita. Rua 24 de Maio, 254. Tel. 48-0987.

VOLKS 64, nôvo, banco int. cromadas, toca-fitas, estéreo c/ 8 alto-falantes, f. milhas, farolete lat. de luxo p. novos. Vendo, troco e facilito. Rua 24 de Maio, 254 — Espetacular.

VOLKS 66 (Modelinho), azul-Atlântico, equipado, rádio etc. — Chapa N. Iguaçu. — Vendo por 7 280. Inf. tel. 43-5414.

VOLKSWAGEN 1968, 0 km. Pronta entrega. Linda côr. — NCr$ 8 200. Tel. 25-3263 e 25-6665 — Sr. João.

VOLKSWAGEN — Compro — Pago na hora em sua residencia. — Tel. 48-6788 — Luis.

VOLKSWAGEN 1964, 63, 60. — Kombi 1967, 66 — Gordini 1964, 63, 62 todos revisados, financiamento até 20 meses, estudamos suas ofertas. Meireles Automoveis, Rua São Francisco Xavier n. 254-B — em frente ao Colégio Militar.

VOLKS — Compro urgente, pago imediatamente à vista 65: 6 200 — 64: 5 600 — 63: 5 200. Cia. necessita vários. — 22-4229 e 32-5397. D. Sandra.

● VEICULOS — EMBARCAÇÕES — ESPORTES

ALUGUE

um Volks, Simca ou Kombi para passeio, ou negócios

MATRIZ: R. do Riachuelo 133 - Fundos tel. 22-2188
(Flamengo) Praia do Flamengo 300-A tel. 45-0584
(Copacabana) R. Barata Ribeiro, 105-A tel. 36-1003
(Tijuca) R. Mariz e Barros, 748 tel. 34-7479
(Aeroporto) Aeroporto S. Dumont tel. 22-3002

LOCADORA DE AUTOMÓVEIS "STAR" LTDA.
INFORMAÇÕES: tel. 22-2979

Oldsmobile F-85

Particular vende modêlo 64, de luxo, equipado, cambio no chão, 4 marchas para frente, pouco rodado, estado de nôvo. Documentação diplomática. A vista 16.500,00. Ver com porteiro — Rua Sá Ferreira, 19 e tratar com Sr. Roberto, Tel. 54-2040 ou 56-2911.

VOLKSWAGEN — Cia. compra 59/60 a 3 500, 61 a 4 000, 62 a 4 500, 63 a 5 000, 64 a 5 500, 65 a 6 000. Venha com o carro e volte c/ o dinheiro. Diariamente das 7 às 14 horas. R. Maria Amália 67 — Tijuca.

VEMAGUET 64 — Totalmente revisada. Pequena entrada, saldo longo prazo. — Princesa Isabel 481, de 2a. a 6a. de 8 às 22 hs. Tel. 57-0113.

VOLKSWAGEN — Cia. compra, mesmo prec. rep. Pag. a vista hoje a resid. — 46-1259. Atende dia e noite.

VOLKSWAGEN 63. Entrada 900, financiado em 24 prestações iguais revisado c/ seguro. Entrega imediata. AGÊNCIA COPACAR. Barata Ribeiro, 147-A.

VOLKSWAGEN 64. Entrada 1 200 financiado em 24 prestações iguais revisado c/ seguro. Entrega imediata. Agência Copacar. Barata Ribeiro, 147-A.

VOLKSWAGEN 65. Entrada 1 300, financiado em 24 prestações iguais. Revisado c/ seguro. Entrega imediata. Agência Copacar. Barata Ribeiro, 147-A.

VENDE-SE uma carroceria Ford F-600 ano 1961 — Ver à Av. Suburbana, 301.

VOLKS 65, 66 e 67 — Entrada a partir de NCr$ 72,00 mensais. Financ. a longo prazo. Não perca esta oportunidade. Venha ainda hoje. Não é consórcio. Rua Senador Dantas, 117, sala 1 727. Rua Atalaia, 133, Eng. Dentro. Rua São José, 56, 2.º andar. Praça Floriano, 19 s. 82.

VOLKSWAGEN 68 — Vendo 0 km. Várias côres, pronta entrega — Aceito troca — Rua Barata Ribeiro, 153-403 — Tel.: 36-4013.

VOLKSWAGEN 68 — 0 km. Pronta entrega. — Aceito troca. — Praia do Flamengo, 2 — Tel.: ... 25-4118.

VOLKSWAGEN! — Firma compra à vista, na hora, qualquer ano ou estado. Rua 24 Maio, 332. Tel. 49-6976. (B

VENDO CHEVROLET 30 — de oficial do Exercito, 62 milhas rodadas, único dono, faço qualquer experiencia. Tel. 28-7636, das 8 às 12 horas.

VOLKS 65 — Entrada 1 200, resto 24 meses, seguro total, c/ garantia de 3 mil km ou 90 dias. EMA AUTOMÓVEIS. Av. Mem de Sá, 14-A. Junto R. do Passeio.

VOLKS 65 — Entrada 1 200, resto 24 meses, seguro total, c/ garantia de 3 mil km ou 90 dias. EMA AUTOMÓVEIS. Rua Barata Ribeiro, n.º 99-B.

VOLKSWAGEN 64. Equipado. Ent. 2 000 saldo em 24 meses. Rua Almirante Cochrane, 173. Tel. 48-2003.

VOLKS 66 — Entrada 1 200, resto 24 meses, seguro total, c/ garantia de 3 mil Km ou 90 dias. EMA Automóveis. Av. Mem de Sá, 14-A, junto R. Passeio.

VOLKS 63 — Entrada 900, resto 24 meses, seguro total c/ garantia de 3 mil km ou 90 dias. EMA AUTOMÓVEIS. Av. Mem de Sá, 14-A. Junto R. do Passeio.

VOLKS, várias cores e ano, todos revisados a toda prova, em 2 000,00 até 20 meses. Ver no salão de automoveis, Rua Almerinda Freitas, 36, no centro de Madureira.

VOLKS 64 — Entrada 1 100, resto 24 meses, seguro total, c/ garantia de 3 mil km ou 90 dias. EMA AUTOMÓVEIS. — Av. Mem de Sá, 14-A Junto R. Passeio.

VOLKS 63, equip. estado novo, financio 24 meses p/ credito direto, Real Grandeza, 193 L. 1 e 2. Aberto até 21 h.

VOLKS 64, modelo 65, equip. Estado novo. Financio 24 meses p/ credito direto. Real Grandeza, 193, L. 1 e 2. Aberto até 21 h.

VOLKS 68, 0 km, pronta entrega. Financio 24 meses p/ credito direto, Real Grandeza, 193, L. 1 e 2. Aberto até 21 h.

VEMAGUET 66, 100% revisada, pequena entrada, saldo longo prazo. Praia do Flamengo n.º 180-B. Aberto de 2.ª a 6.ª, de 8 às 22 horas.

VEMAGUET 59, ótimo estado. — Vendo melhor oferta. Tratar Rua Mariz e Barros, 821.

Aluguel Volkswagen

1967

Sedan e Kombi — Filiado ao Diner's e Realtur — Avenida Prado Júnior, 335-C — Tels. 57-8705 — 36-2128 — 57-7034 e 36-2360.

Automóveis Carla Ltda.

Paissandu, 7-A — 25-9779
COMPRE E PAGUE EM 24 MESES

VOLKS 64
VEMAG 63
VOLKS 66
GALAXIE 67
VOLKS 65
IMPALA 63
KARMANN-GHIA 67

Todos os carros em estado excepcionais
Solução em 48 horas

Buick 1965 Super Luxo

Hidramático, 8 cilindros, direção hidr., superequipado, 4 portas, novinho, 8000 milhas paramidas, posso provar, tipo luxo liberado, diplomática. Telefone 36-7414.

Compro Volkswagen

Companhia precisa de vários. Paga à vista em dinheiro modêlos de 1963 e 1966. Pagamos realmente os melhores preços. Potor-Stereo Shop. — Rua Real Grandeza, 74-B — Tel. 46-6327.

Imp. Tijuca

Entrada 20 a 30%
Saldo até 24 meses

67 — FORD GALAXIE
67 — RURAL, luxo
67 — ITAMARATY, equip.
65 — AERO WILLYS, equip.
65 — GORDINI
64 — DKW VEMAGUET
64 — VOLKSWAGEN, equi.
56 — OLDSMOBILE, 4 p.
51 — OLDSMOBILE, coupê

R. Conde de Bonfim, 426 — Tel. 48-2783.

Impala 1962

O mais nôvo do Rio, igual a um automóvel de 1967, hidramático, 4 portas, sem coluna, rádio, côr clara prateada, tudo original de fábrica, novinho, documentação diplomática — Telefone 37-4948.

KOMBI FURGÃO 68

temos para pronta entrega à vista ou a prazo

REAL OFICINAS S.A.
Serviço Autorizado Volkswagen
Rua Riachuelo, 189
Fones: 32-3458 e 32-6835

Locadora Júnior aluga 67

Itamaratys, Rurais, Karmann-Ghias, Volks, Kombis, equipados com rádio, com ou sem motorista. Rua da Passagem, 98. Tels.: 46-3800 — 46-3136, filiado ao Diner's Realtur.

Mustang 1967

Vende Fast-Back, côr pérola, interior preto, mecânica 6 cil., vidros rayban, direção hidráulica.
Informações c/ Fontes Simões — Tel. 37-5811.

Rural Willys 1957

Vendo-se, aproveitem, pela melhor oferta.
Procurar na R. Lobo Júnior, 362 — Penha Circular e S. CARLOS após às 11 h no Setor de Transportes.

AUTOPEÇAS E REVEND. — ACESSÓRIOS

TAXI E PLACAS — Compro, vendo e faço permutas, transferencias de propriedade, licença para veículos novos e usados, seguros em geral. Av. Suburbana, 10 033, s. 219. Cascadura, das 8 às 18 horas, diariamente.

Toca-fitas (Muntz)

M-12 4 e 8 trilhas o mais vendido em todo mundo, não compre sem consultar nosso preço, garantia e assistência técnica. Facilitamos pagamento — Int. e venda Oril Imp. Exp. Ltda Ed. Av. Central, s/ 704 — Tel. 42-3997.

BICICLETAS — MOTOS — LAMBRETAS

EMBARCAÇÕES — MOTORES MARITIMOS